



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 193ª SESSÃO À 197ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 50
1º NOV. A 8 NOV.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P-SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	GOIÁS	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	S/ Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Registro da vinda de prefeitos de todo o país a Brasília, com vistas à votação da reforma tributária e uma solução para o Fundo de Participação dos Municípios. Senador Garibaldi Alves Filho.....	426	Transcrição de matéria intitulada “Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 21 de outubro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	120
Denúncia baseada em Acórdão do Tribunal de Contas da União, que identifica uma receita que os municípios deixaram de perceber nos anos de 2003, 2004 e 2005. Senador Osmar Dias.	461	Transcrição de matéria intitulada “Tesourada na verba para jovens”, publicada no jornal Correio Braziliense , de 26 de outubro de 2005. Senadora Lúcia Vânia.	222
Apelo no sentido da liberação das emendas apresentadas ao Orçamento da União, em favor dos municípios brasileiros. Senador Leonel Pavan.	483	Transcrição do artigo intitulado “Outra reforma abandonada”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , de 24 de outubro de 2005. Senador Alvaro Dias.....	225
Comentários acerca da necessidade de mudanças no Fundo de Participação de Estados e Municípios. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Jorge Bornhausen.....	483	Transcrição do artigo intitulado “Minha história”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> de 26 de outubro de 2005. Senador Antero Paes de Barros.....	226
AGRADECIMENTO			
Agradecimentos ao Senador Flexa Ribeiro por sua presença no Pará em que defendia o melhor para o País. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Paulo Paim.....	86	Transcrição de matéria intitulada “O candidato dos empresários”, publicada na revista Exame de 26 de outubro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	227
ARTIGO DE IMPRENSA			
Transcrição do artigo intitulado “Palhaçada”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 13 de outubro de 2005. Senador Leonel Pavan.....	117	Transcrição do artigo intitulado “O Brasil piora se Lula ficar”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista Veja , de 19 de outubro de 2005. Senador Juvêncio da Fonseca.....	233
Transcrição do artigo intitulado “O pior do brasileiro”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de outubro de 2005. Senador Juvêncio da Fonseca.....	118	Transcrição do artigo intitulado “Corrupção sob medida”, publicado no jornal Folha de S. Paulo , de 19 de outubro de 2005. Senador Leonel Pavan. ...	235
Transcrição de matéria intitulada “Receita Federal decide notificar José Dirceu”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 20 de outubro de 2005. Senador Antero Paes de Barros.	119	Transcrição da entrevista do escritor português José Saramago, concedida à revista Época , de 31 de outubro de 2005. Senador João Batista Motta.....	236
		Transcrição da matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo , intitulada “Lula pede que ministros gastem mais”. Senador Valdir Raupp.....	247
		Transcrição do artigo intitulado “O panorama visto de cima do tapume”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 19 de outubro de 2005. Senadora Lúcia Vânia.	276
		Transcrição do artigo intitulado “Forças conservadoras”, de autoria do articulista Tales Alva-	

	Pág.		Pág.
renga, publicado na revista Veja , edição de 2 de novembro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.....	276		
Transcrição do artigo intitulado “O desafio da aftosa”, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 26 de outubro de 2005. Senador Juvêncio da Fonseca.	278	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Alvaro Dias....	91
Transcrição do artigo intitulado “Seguindo as passadas de Mobutu”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 23 de outubro de 2005. Senador Leonel Pavan. ...	279	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Romeu Tuma.	91
Transcrição do artigo intitulado “A angústia do apito final”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 30 de outubro de 2005. Senador João Batista Motta.	280	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Flexa Ribeiro.	91
Transcrição de matéria intitulada “Uma ‘surra’ em Lula”, de autoria do Senhor Aluizio Falcão Filho. Senador Arthur Virgílio.....	375	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Heloísa Helena.	92
Transcrição de artigo intitulado “A hora das surras”, de Carlos Heitor Cony, publicado na Folha de S.Paulo . Senadora Heloísa Helena.	380	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Lúcia Vânia.	93
Transcrição de matéria do jornal A Gazeta , do Espírito Santo, edição de 7 de novembro de 2005, a respeito de atraso na execução do projeto da BR-101. Senador João Batista Motta.	425	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Tasso Jereissati.....	93
Transcrição de intitulada “Vavá foi mais longe”, de autoria dos jornalistas Marcelo Carneiro e Camila Pereira, publicada na revista Veja , edição de 19 de outubro de 2005. Senador Leonel Pavan. ...	429	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio, na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Ideli Salvatti.....	93
Transcrição de artigo intitulado “Derrota do Companheiro”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 19 de outubro de 2005. Senador Juvêncio da Fonseca.....	431	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio, na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Mão Santa.	94
Transcrição de matéria intitulada “Anestesia Moral”, de autoria do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Senador Arthur Virgílio.	472	Resposta ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, que realizou comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Senador Arthur Virgílio.....	102
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Viagem de S.Ex ^ª . ao Estado do Pará. Senador Paulo Paim.....	256
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Senador Eduardo Suplicy.....	88		
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Demóstenes Torres.....	89		

	Pág.		Pág.
CALAMIDADE PÚBLICA		CRISE POLÍTICA	
Apelo ao Ministério da Integração com relação à seca no Estado da Paraíba. Senador Ney Suassuna.....	424	Considerações sobre a crise política que continua assolando o país. Senador Osmar Dias.....	384
CORRUPÇÃO		Considerações sobre a crise política que continua assolando o país. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senadora Heloísa Helena.....	386
Denúncia de irregularidades praticadas pelo Governo Federal na gestão dos recursos dos fundos de pensão das estatais, conforme relatório do Tribunal de Contas da União. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	83	Considerações sobre a crise política por que passa o País. Senador Antonio Carlos Magalhães.	408
Defesa da apuração de responsabilidades no esquema de corrupção do PT. Senador Alvaro Dias.....	437	Considerações a respeito da crise por que passa o Governo do Presidente Lula. Senador Mão Santa.	462
(CPI)		Considerações a respeito da crise por que passa o Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Leonel Pavan.....	463
Apresentação de requerimento de convocações na CPI dos Bingos para elucidar reportagem da revista <i>Veja</i> que denuncia a doação feita por Cuba à campanha do Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.	127	CULTURA	
Necessidade de investigação da denúncia de utilização de recursos oriundos de Cuba na campanha eleitoral do Presidente Lula. Senadora Íris de Araújo.....	242	Defesa da ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, aprovada em outubro de 2003, pela UNESCO. Senadora Fátima Cleide. ..	281
Apoio à criação de CPIS no Congresso Nacional. Senador Paulo Paim.....	256	CUMPRIMENTOS	
Demonstração de apoio à criação de CPIS no Congresso Nacional. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Heloísa Helena.....	257	Cumprimentos ao Senador Osmar Dias por seu retorno ao Senado Federal. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Antonio Carlos Magalhães.	387
(CPMI)		DEMOCRACIA	
Criação da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Senador Paulo Paim.....	76	Comentários ao artigo para valorização do processo democrático, publicada na revista <i>Carta Capital</i> . Senador Antônio Carlos Valadares.....	110
Aplausos à postura do relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio. Senador José Agripino.....	419	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Considerações sobre as investigações em curso nas CPMIS. Senadora Ideli Salvatti.	458	Alerta para a grave crise vivida pela maioria dos municípios brasileiros. Senadora Lúcia Vânia.	86
Sonegação de informação do Ministro da Justiça à CPMI dos Correios. Senador Antero Paes de Barros.	480	Comenta acerca das dificuldades dos Municípios no que concerne à diminuição do repasse de verbas. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Flexa Ribeiro.....	87
CRIME ORGANIZADO		Espanto com recente relatório do IBGE sobre a posição dos estados e regiões brasileiras, especialmente a Paraíba e o Nordeste. Senador Ney Suassuna. ..	424
Comentários acerca da pirataria de produtos eletrônicos no Brasil. Senador Arthur Virgílio.	121	DIREITOS HUMANOS	
		Reflexões a respeito da defesa da dignidade, da cidadania e da vida. Senadora Íris de Araújo. ..	453

IV

	Pág.		Pág.
Comentários acerca do discurso da Senadora Íris de Araújo que refletiu sobre a defesa da dignidade, da cidadania e da vida. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Mão Santa.....	454	acordo com o Presidente Bush quanto à dívida externa brasileira. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Alberto Silva.....	268
Comentários acerca do discurso da Senadora Íris de Araújo que refletiu sobre a defesa da dignidade, da cidadania e da vida. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Paulo Paim.....	454	Elogios ao Senador Osmar Dias por sua atuação. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Sibá Machado.....	387
DISCRIMINAÇÃO RACIAL		Elogios ao Senador Alberto Silva por sua atuação. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	412
Realização de manifestações a favor do Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim. .	256	ENSINO SUPERIOR	
Formulação de denúncia do crime de racismo em Caxias do Sul, ocorrido durante jogo de futebol e noticiado por toda a mídia. Senador Paulo Paim...	367	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB. Senador Flávio Arns.....	348
Comentários acerca do crime de racismo em Caxias do Sul, ocorrido durante jogo de futebol e noticiado por toda a mídia. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	368	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	350
Encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de substitutivo ao Estatuto da Igualdade Racial. Senador Rodolpho Tourinho.	482	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB. Senador Augusto Botelho.....	351
EDUCAÇÃO		Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB. Senador Gilberto Goellner.....	353
Comenta acerca da importância da Educação. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Flexa Ribeiro.....	82	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB. Senador Romeu Tuma.....	354
Encaminhamento de Projeto de Lei que versa sobre reforma das universidades. Senador Cristovam Buarque.....	112	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB. Senador Eduardo Azeredo.....	359
Considerações a respeito da necessidade de políticas públicas para a educação em todo o país. Senador Augusto Botelho.....	213	ESTADO DE RONDÔNIA	
Comentários acerca da importância de políticas públicas para a educação em todo o país. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Alvaro Dias.....	215	Apelo pela liberação de recursos orçamentários destinados ao Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	247
ELEIÇÃO		ESTADO DE RORAIMA	
A ausência de preocupação do Congresso Nacional com a preparação para as eleições do ano de 2006. Senador Pedro Simon.....	201	Constatação da falta de apoio dos órgãos federais a diversos municípios do Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	455
ELOGIOS		ESTADO DE TOCANTINS	
Elogios ao Senador Pedro Simon por sua atuação. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senadora Íris de Araújo.....	267	A aflição da população tocantinense em razão da tarifa de energia elétrica cobrada no Estado. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	198
Elogios ao Senador Pedro Simon por seu discurso em que sugere que deveria haver um		Comentários acerca da população tocantinense em razão da tarifa de energia elétrica cobrada no Estado. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Mão Santa.....	201

	Pág.		Pág.
Preocupação com a maior de todas as crises por que passa a população tocaninense desde a sua criação. Senador Eduardo Siqueira Campos..	416	Comentários acerca do Dia do Aviador. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Romeu Tuma.....	176
ESTADO DO MATO GROSSO		Elogios à novela da rede Globo, “América”, pela sensibilização da sociedade às conquistas das pessoas portadoras de deficiência. Senador Paulo Paim.....	367
Prestação de contas da atuação de S.Ex ^a . junto ao Governo Federal na busca de solução para problemas do Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.....	174	Homenagem ao Senhor John Danilovich, pelos trabalhos realizados na chefia, da representação diplomática norte-americana no Brasil, até o dia 4 de novembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	415
GOVERNO FEDERAL		Registro dos 180 anos da 1ª edição do mais antigo jornal em circulação na América Latina: O Diário de Pernambuco. Senador José Jorge.....	423
Críticas ao Governo Federal, pela falta de investimentos em áreas essenciais, especialmente na área da educação. Senador José Jorge.....	81	Registro dos 70 anos da criação do Grupo Paes Mendonça. Senador José Jorge.....	423
Preocupação com a utilização de dinheiro público, por meio da empresa Visanet, e a “Operação Cuba”. Senador Arthur Virgílio.....	382	IMPRENSA	
Comentários acerca do descaso do Governo com as áreas públicas. Aparte ao Senador Mão Santa. Senadora Heloísa Helena.....	407	Denúncia de agressão à liberdade de imprensa feita ao jornalista e Deputado Estadual Gilmar Carvalho, que teve invadido o seu site na Internet, bem como restrição à sua imunidade parlamentar. Senador Antônio Carlos Valadares.....	389
A seqüência de escândalos por que passa o País. Senador José Agripino.....	419	Considerações sobre requerimentos de autoria de S.Exa., de repúdio a declaração da Professora de filosofia da USP, Marilena Chauí, e de solicitação de informação ao Ministro da Defesa. Senador Arthur Virgílio.....	472
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador José Jorge.....	420	LEGISLAÇÃO ELEITORAL	
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Edison Lobão.....	421	Importância da aprovação da reforma eleitoral. Senador Paulo Paim.....	256
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Marcelo Crivella.....	421	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador João Batista Motta.....	422	Greve dos professores das universidades federais. Senador Mão Santa.....	74
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senadora Heloísa Helena...	439	Críticas à atuação do Ministro da Educação, Fernando Haddad, nas negociações com os professores e servidores técnicos. Senador Mão Santa.	74
Comentários acerca da perda de apoio do Governo Federal. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Leonel Pavan.....	465	Greve dos professores das universidades federais. Senador Paulo Paim.....	76
Comentários acerca das tentativas do Governo de obstruir os trabalhos da CPMI. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Alvaro Dias.....	481	Situação dos técnicos e professores universitários, em greve há quatro meses. Senador Paulo Paim.....	256
HOMENAGEM		LIVRO	
Definição de 2006 como o “Ano Nacional Santos Dumont”. Senadora Serys Slhessarenko...	174	Anúncio do lançamento do livro “Salário Mínimo: Uma história de luta”, na Feira do Livro de Porto	

	Pág.		Pág.
Alegre, no dia 11 de novembro de 2005. Senador Paulo Paim.....	76	NORDESTE	
Registro do lançamento do livro de autoria de S.Ex ^a ., intitulado “Salário Mínimo: uma história de luta”, prefaciado pelo Professor Márcio Pochmann. Senador Paulo Paim.....	449	Críticas ao abandono do nordeste de Goiás pelo Governo Federal. Senador Demóstenes Torres.....	166
MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		Considerações acerca da seca no nordeste do país. Senador Alberto Silva.	195
Mensagem nº 248, de 2005 (nº 728/2005, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.....	8	ORÇAMENTO	
Mensagem nº 249, de 2005 (nº 732/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Almir Franco De Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o <i>agrément</i> do governo daquele País.....	23	Preocupação com a baixa execução orçamentária. Senadora Heloísa Helena.....	249
Mensagem nº 250, de 2005 (nº 733/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Níger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtidos os <i>agréments</i> dos governos daqueles Países.....	37	Comentários acerca da postura do Governo Federal em dar preferência ao pagamento da dívida externa enquanto o que sobra vai à conta do tesouro. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senadora Heloísa Helena.....	271
Mensagem nº 251, de 2005 (nº 747/2005, na origem) que informa ao Senado Federal a ausência do Presidente da República do País nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, em viagem a Mar Del Plata, na Argentina, para participar da IV da Cúpula das Américas.....	274	PARECER	
MOVIMENTO TRABALHISTA		Parecer nº 1.862, de 2005, (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, que requer Voto de Aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”. Senador Roberto Saturnino.....	148
A continuação da greve nas universidades federais em todo o país. Senador Mão Santa.....	405	Parecer nº 1.863, de 2005 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, pelo qual se requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004. Senador Cristovam Buarque.	149
Comentários a respeito da greve nas universidades federais. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alberto Silva.....	406	Parecer nº 1.864, de 2005 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 993, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que propõe solicitar informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento. Senador Tião Viana.....	191
Apoio às reivindicações dos funcionários temporários da FUNASA e da SUCAM. Senadora Heloísa Helena.....	479	Parecer nº 1.865, de 2005 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo. Senador Alvaro Dias. ...	288
		Parecer nº 1.866, de 2005 (da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), sobre o Projeto de Lei Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na	

Pág.		Pág.
	Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo. Senador Leonel Pavan.	
292	Parecer nº 1.867, de 2005 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo. Senador Eduardo Azeredo.....	
295	Parecer nº 1.868, de 2005 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2005 (nº 1.763/2003, na Casa de Origem) que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas vias terrestres do território nacional. Senador Eduardo Azeredo..	
330	Parecer nº 1.869, de 2005 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005 (nº 2.485/2003, na casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em contabilidade, e dá outras providências. Senadora Patrícia Saboya.	
334	Parecer nº 1.870, de 2005 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação. Senador Roberto Saturnino.	
363	Parecer Oral nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências. Senador Sérgio Guerra.	
488	Parecer nº 1.872, de 2005, (Da Comissão Diretora) da Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Medida Provisória nº 259, de 2005). Senador Renan Calheiros.....	
499	Parecer nº 1.873, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 110, de 2005 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto	
	à República do Turcomenistão. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	531
	Parecer nº 1.874, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 117, de 2005 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uzbequistão. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	532
	Parecer nº 1.875, de 2005-CRE que faz referência à Mensagem nº 164, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	534
	Parecer nº 1.876, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 208, de 2005 que Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa. Senador Gerson Camata. .	536
	Parecer nº 1.877, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 209, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Afeganistão. Senador Roberto Saturnino.....	538
	Parecer nº 1.878, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 210, de 2005, que Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Dante Coelho Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Sérvia e Montenegro. Senador Jefferson Péres.	540
	Parecer nº 1.879, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 227, de 2005, que Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores	

VIII

	Pág.		Pág.
res, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República de San Marino e na República da Albânia, desde que obtido os agréments dos governos desses países. Senador José Jorge.....	542		
Parecer nº 1.880, de 2005, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, que “Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Conta dos municípios aos Tribunais de Contas do Estado”. Senador César Borges.....	549	de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena.....	491
PECUÁRIA			
Protesto quanto à demora do Governo do Paraná na liberação da passagem do rebanho suíno de produtores de Santa Catarina com destino a São Paulo. Senador Leonel Pavan.	111	Comentários ao Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy.	491
Falta de vacinas contra a febre aftosa no Piauí. Senador Mão Santa.....	218	Discussão de Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências. Senador Mão Santa.....	492
A crise na pecuária no Estado do Mato Grosso do Sul, afetada pela febre aftosa. Senador Ramez Tebet.....	464	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005) à votação, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. Senador José Agripino.....	497
PODER EXECUTIVO			
Discussão de Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.....	489	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005) à votação, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.....	498
Discussão de Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio	490	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida	

	Pág.		Pág.
Provisória nº 250, de 2005) à votação, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.	498	Comentários acerca da necessidade de se criar um programa para geração de energia. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Cristovam Buarque.....	200
		Abordagem sobre o programa de eletrificação rural, intitulado “Luz no Campo”, que universaliza a energia elétrica em todo o País. Senador Rodolpho Tourinho.....	413
		O atual programa “Luz para todos”. Senador Rodolpho Tourinho.....	413
POLÍTICA		Comentários acerca dos benefícios da energia solar. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Alberto Silva.....	414
Comentários ao discurso do Prefeito José Serra, proferido em 24 de outubro de 2005, em defesa da ética na política. Senador Arthur Virgílio.....	121	Elogios ao trabalho feito pelo Senador Rodolpho Tourinho ao ajudar na implantação de energia elétrica no Estado de Tocantins. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Eduardo Siqueira Campos.	414
POLÍTICA AGRÍCOLA		Registro da inauguração do programa “Luz para todos”, no Estado do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa.	427
Importância do plantio da mamona e do feijão como fonte de renda para famílias carentes no Piauí. Senador Alberto Silva.....	274	POLÍTICA EXTERNA	
Comentários acerca da crise na agricultura. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador João Batista Motta.	387	Significado do encontro de Cúpula das Américas que ocorreu em Mar del Plata, Argentina. Senador Tião Viana.....	244
Apelo no sentido do estímulo à plantação de feijão e mamona como fontes geradoras de renda e emprego. Senador Alberto Silva.....	410	Visita ao Brasil do Presidente norte-americano, George W. Bush. Senador Tião Viana.....	244
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Visita do Presidente George W. Bush ao Brasil. Senadora Heloísa Helena.	249
Propostas para reconstrução das estradas brasileiras. Senador Alberto Silva.....	113	Comentários acerca da visita do Presidente George W. Bush ao Brasil. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Pedro Simon.....	251
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Importância da presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Senador Pedro Simon.....	266
Comenta acerca da seca no Nordeste. Senador Ney Suassuna.	80	Questionamentos a respeito da visita do Presidente George W. Bush ao Brasil. Senador Pedro Simon.....	266
Comentários acerca da seca na Amazônia. Senador Arthur Virgílio.....	121	Realização da 4ª Cúpula das Américas. Senador Luiz Otávio.....	269
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		A visita de George Bush ao Brasil. Senador Sibá Machado.....	388
Comentários acerca do crescimento da dívida pública. Senador Mão Santa.....	240	Repúdio à declaração atribuída ao Presidente do Iran de que “Israel deveria ser tirado do mapa”. Senador Marcelo Crivella.	426
Comentários acerca do crescimento da dívida pública. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alvaro Dias.	241	Justificação ao requerimento que irá encaminhar à Mesa propondo voto de repúdio à declaração atribuída ao Presidente do Iran de que “Israel deveria ser tirado do mapa”. Senador Marcelo Crivella.	426
POLÍTICA ENERGÉTICA			
Plantação de mamona para produção de Biodiesel. Senador Alberto Silva.....	113		

	Pág.		Pág.
Considerações a respeito da IV Cúpula das Américas. Senador Alvaro Dias.....	437	Comentários acerca da importância aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	186
POLÍTICA FISCAL		Destaque para a necessidade de aproveitamento da soja na alimentação da população carente. Senador Alberto Silva.....	
Votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de Proposta de Emenda à Constituição que corta 50% dos benefícios da Lei Kandir, que garante compensação aos Estados pela isenção do ICMS. Senador João Batista Motta.....	115	A relação da execução orçamentária com o superávit primário nas áreas de saúde e educação. Senadora Heloísa Helena.....	215
POLÍTICA INDUSTRIAL		PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Regozijo com a transferência, para o Pólo Industrial de Manaus, da linha de produção da Kodak do Brasil. Senador Arthur Virgílio.....	553	Cumprimentos ao Presidente Lula pela decisão de participar do programa “Roda Viva”, em 7 de novembro de 2005. Senador Eduardo Suplicy..	183
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Comentários acerca do relacionamento do Presidente Lula com o Presidente George W. Bush. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa.....	184
Falsa polêmica criada em torno da matéria da revista Veja sobre a suposta doação de Cuba à campanha eleitoral do PT em 2002. Senadora Heloísa Helena.....	97	Informação de que o Presidente Lula será entrevistado, em 7 de novembro de 2005, no programa “Roda Viva”, na rede Bandeirantes de Televisão. Senador Sibá Machado.....	388
Considerações a respeito do papel da direita e da esquerda no País. Senadora Heloísa Helena...	97	Destaque sobre pontos da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, no Milésimo programa “Roda Viva”. Senador José Jorge.....	457
Considerações sobre como irá se comportar os partidos políticos na campanha eleitoral de 2006. Senador Pedro Simon.....	99	Comentários acerca da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, no Milésimo programa “Roda Viva”. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Suplicy.....	458
Surpresa com o recebimento de voto de repúdio assinado por deputados estaduais do Tocantins, motivado por suas denúncias contra o Governador do Estado, Marcelo Miranda. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	107	Comentários acerca da entrevista do Presidente Lula ao programa “Roda Viva”. Senadora Ideli Salvatti.....	458
POLÍTICA SALARIAL		Comentários sobre a entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, ao programa “Roda Viva”. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	466
Reajuste do salário mínimo em 2006. Senador Paulo Paim.....	256	Considerações sobre a entrevista do Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, ao programa “Roda Viva”. Senador Arthur Virgílio.....	468
POLÍTICA SOCIAL		Manifestação sobre a impressão causada pela entrevista concedida pelo Presidente Lula ao programa “Roda Viva”. Senador José Agripino.....	470
Alerta que relatório elaborado por ONG estrangeira dedicada a avaliar o desempenho dos países na área social, constata que o Brasil é um país de baixo nível de desenvolvimento social. Senador Flexa Ribeiro.....	85	Saudação ao programa “Roda Viva” pela iniciativa de entrevistar, em sua milésima apresentação o Presidente Lula. Senador Aloizio Mercadante....	477
Comentários acerca da importância de dinamizar a economia local, gerar empregos e renda nos Estados Brasileiros. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senadora Heloísa Helena.....	114	Participação do Presidente Lula no programa “Roda Viva”. Senador Leonel Pavan.....	483
Apelo no sentido da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.....	185	Comentários sobre a entrevista do Presidente Lula ao programa “Roda Viva”. Senador Alvaro Dias.....	484

	Pág.		Pág.
PREVIDÊNCIA SOCIAL			XI
Protelação das perícias do INSS. Senador Paulo Paim.....	256	dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).....	70
PROGRAMA SOCIAL		Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.....	71
Comentários acerca da situação da Defensoria Pública da União, que cumpre papel fundamental na assistência aos mais pobres do país. Senador Paulo Paim.....	185	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
Destaque para o lançamento da campanha do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, que objetiva a erradicação do trabalho infantil. Senadora Lúcia Vânia.....	189	Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005) que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.....	493
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de Origem) que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro - desemprego.	62	Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências. Senadora Roseana Sarney.....	6
Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2005 (nº 62/1999, na Casa de Origem) que altera os arts. 463, 482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho.	63	Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2005, que altera o Código de Processo Penal para determinar, no caso de apreensão de dinheiro, o seu depósito imediato em conta bancária remunerada. Senador João Alberto Souza.....	7
Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de Origem) que denomina “Aeroporto de Uberaba/MG - Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.	65	Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2005, que estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências. Senador Cristovam Buarque.	150
Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2005 (nº 6.990/2002, na Casa de Origem) que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. (Dispõe sobre a composição do CETRAN e do CONTRANDIFE, valores de multa e recurso relacionado às infrações de trânsito).....	65	Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2005, que altera a Lei 9.709, de 1998, para disciplinar a data de realização de referendos e plebiscitos no Brasil. Senador Tião Viana.....	284
Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.....	68	Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2005 que veda atribuição a: logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava. Senador Marcelo Crivella.	285
Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005, que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Altera		Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2005, que acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a extinção da punibilidade do crime nas hipóteses indicadas. Senador Osmar Dias.....	444

	Pág.		Pág.
PROJETO DE RESOLUÇÃO			
Projeto de Resolução nº 83, de 2005 que institui a Frente Parlamentar da Engenharia. Senador Marcelo Crivella.....	286	Requerimento nº 1.225, de 2005, que requer, com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Jornalista Mírian Leitão pelo recebimento, em 27 de novembro de 2005, da Universidade de Columbia, em Nova York, o prêmio Maria Moors Cabot, um dos mais importantes dos Estados Unidos. Senadora Serys Shessarenko.....	3
QUALIDADE DE VIDA			
Registro de pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas que coloca Brasília em 1º lugar em qualidade de vida entre onze capitais. Senador Paulo Octávio.....	221	Requerimento nº 1.226, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso à jornalista Eliane Brum contemplada com o Prêmio de Excelência em Jornalismo, com a reportagem de Excelência Jornalística, da Sociedade Interamericana de Imprensa, e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos. Senador Arthur Virgílio.....	3
REFORMA AGRÁRIA			
Solicitação de informações sobre o Programa ATES - Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, seu desempenho e resultados práticos. Senador Valdir Raupp..	429	Requerimento nº 1.227, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso ao pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, pelos seus livros sobre a História de Manaus. Senador Arthur Virgílio.....	3
REFORMA POLÍTICA			
Considerações sobre a reforma política. Senador Alvaro Dias.....	435	Requerimento nº 1.228, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte do escritor e jornalista Roberto Múrcia Moura, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	4
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 1.222, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar, apresentação de condolências à família, ao Prefeito e à Câmara Municipal das cidades de Balsas e de São Raimundo das Mangabeiras, no Estado do Maranhão, pelo assassinato do empresário José Eduardo Carvalho Feitosa, ocorrido no dia 28 de outubro de 2005. Senadora Roseana Sarney.....	2	Requerimento nº 1.229, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte do poeta Moacyr Felix, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	4
Requerimento nº 1.223, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações ao Governo do Estado da Bahia e ao Empresário Dionísio Pestana, pela inauguração da Pousada de Portugal, no tradicional Convento do Carmo, localizado no Centro Histórico da capital baiana. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	2	Requerimento nº 1.230, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às jornalistas Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maíra Termerro, autoras da reportagem "Super-remédios para quem?", publicada na Revista Época de 02 de maio de 2005 e que foi vencedora do Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde. Senador Arthur Virgílio.....	4
Requerimento nº 1.224, de 2005, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União informações sobre as denúncias de irregularidades no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. Senador Flexa Ribeiro.....	2	Requerimento nº 1.231, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso à Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em Natal, pelo trabalho cultural e intelectual que vem desenvolvendo naquele Estado. Senador Arthur Virgílio.....	4
		Requerimento nº 1.232, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à educadora Creuza Ferreira Barbosa, que coordena no Ama-	

Pág.	Pág.
zonas o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil. Senador Arthur Virgílio.....	5
Requerimento nº 1.233, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao cientista Carlos de Souza Júnior, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, pelo desenvolvimento de sistema de sensoriamento remoto para detectar a devastação na floresta amazônica. Senador Arthur Virgílio.....	5
Requerimento nº 1.234, de 2005 que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao brasileiro Syllas Silveira, cidadão do município de São Jerônimo (RS), nascido em São Félix do Araguaia (MT), filho de gaúchos, que viaja o mundo no auxílio de missões de resgate a vítimas de catástrofes naturais. Senador Sérgio Zambiasi.....	5
Requerimento nº 1.235, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2005, seja também apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Senador Romeu Tuma.....	6
Requerimento nº 1.236, de 2005, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial Conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no dia 23 de novembro de 2005, para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher. Senadora Serys Slhessarenko...	116
Requerimento nº 1.237, de 2005, que requer, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Hora do Expediente da sessão do dia 28 de novembro de 2005, seja dedicada à comemoração de 33 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE. Senador Demóstenes Torres.....	190
Requerimento nº 1.238, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulação ao jornalista Luiz Eduardo Costa pelo ingresso na Academia Sergipana de Letras. Senador Antônio Carlos Valadares.....	365
Requerimento nº 1.239, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal <i>O Estado do Amazonas</i> , pela homenagem que lhe será tributada no dia 09 de novembro de 2005, pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.....	365
Requerimento nº 1.240, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno	
do Senado Federal, Voto de Aplauso ao filósofo e jurista Miguel Reale, que, ao completar 95 anos de idade, recebe o título de Associado Benemérito do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Senador Arthur Virgílio.....	366
Requerimento nº 1.241, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Walquyria Lomba Cavalcante, viúva do ex-Deputado Tenório Cavalcanti, ocorrido no dia 2 de novembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	366
Requerimento nº 1.242, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao compositor e cantor Ivan Lins, ganhador do Prêmio Grammy Latino pelo melhor disco do ano. Senador Arthur Virgílio.....	366
Requerimento nº 1.243, de 2005, que requer, nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro Adilson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União, informações sobre a realização de auditoria a respeito dos eventuais investimentos do Ministério da Agricultura, no setor de defesa sanitária animal, em áreas de fronteira e, em caso afirmativo, quais foram as conclusões. Senador José Agripino.....	428
Requerimento nº 1.244, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre os limites de movimentação e empenho impostos ao orçamento do Ministério da Agricultura, particularmente os relativos às suas ações e aos seus programas voltados para o controle e à fiscalização sanitária agropecuária. Senador Osmar Dias.....	441
Requerimento nº 1.245, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Senador Gerson Camata.....	446
Requerimento nº 1.246, de 2005, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2004, por regularem a mesma matéria. Senador Romeu Tuma.....	446
Requerimento nº 1.247, de 2005, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, com os de nºs 27 e 81, de 2002,	

	Pág.		Pág.
que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Senador Eduardo Suplicy.....	446	do Senado nº 88, de 2005, com o de nº 116, de 2003, que já se encontra anexado ao de nº 62, de 2005, por regularem a mesma matéria. Senador Flexa Ribeiro.....	448
Requerimento nº 1.248, de 2005, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Senador Gerson Camata.....	446	Requerimento nº 1.257, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Presidente do Supremo Tribunal Federal pela realização de sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Oswaldo Trigueiro. Senador Efraim Morais.....	448
Requerimento nº 1.249, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003, além das Comissões constantes do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Senador Gerson Camata.	446	Requerimento nº 1.258, de 2005, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 4, oferecida à Medida Provisória nº 259, de 2005. Senador José Agripino.	493
Requerimento nº 1.250, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e arts 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Defesa sobre viagens de aeronaves da Força Aérea Brasileira a Cuba durante o Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	446	Requerimento nº 1.259, de 2005, que requer, com fundamento no art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão externa, composta por 03 (três) Senadores titulares, para verificar “in loco” a situação causada pela seca na Região Norte, bem como verificar os danos sofridos e acompanhar a implementação de ações governamentais adotadas para solucionar, efetivamente esse grave problema. Senadora Heloísa Helena...	548
Requerimento nº 1.251, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a realização de Acordo Internacional de Previdência Social com a França. Senador Papaléo Paes.....	447	Requerimento nº 1.260, de 2005, que requer, com fundamento no art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão externa, composta de 03 (três) Senadores titulares, para verificar “in loco” a situação causada pela seca na Região Nordeste, bem como verificar os danos sofridos e acompanhar as ações governamentais adotadas para solucionar, efetivamente esse grave problema. Senadora Heloísa Helena.....	548
Requerimento nº 1.252, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, sobre a realização de Acordo Internacional de Previdência Social com a França. Senador Papaléo Paes.....	447	Requerimento nº 1.261, de 2005, que requer, com fundamento no art. 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Interna de Segurança Pública, com a participação de 07 (sete) Senadores titulares e 07 (sete) suplentes, com a finalidade de estudar os principais problemas de segurança pública no País. Senadora Heloísa Helena.....	548
Requerimento nº 1.253, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte trágica de três integrantes da comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida no dia 07 de novembro de 2005, no interior do Estado de São Paulo, no curso de missão oficial da Presidência da República. Senador Arthur Virgílio.	447	Requerimento nº 1.262, de 2005, que requer a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 306, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio.....	549
Requerimento nº 1.254, de 2005, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de Repúdio à declaração da professora de filosofia Marilena Chauí. Senador Arthur Virgílio.	448		
Requerimento nº 1.255, de 2005, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio às declarações do Presidente do Irã, de que “Israel deve ser riscado do mapa”. Senador Marcelo Crivella.	448		
Requerimento nº 1.256, de 2005, que solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei		SAÚDE	
		Cumprimentos ao Senado Federal e ao País, pela campanha de doação de sangue. Senador Paulo Paim.....	76

	Pág.		Pág.
Registro de visita que fez ao Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor - DF). Senador Paulo Paim.....	76	Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Pedro Simon.....	171
SEGURANÇA PÚBLICA		Considerações a respeito do grampo telefônico, especialmente no Estado do Tocantins. Senador João Ribeiro.....	182
Comenta que as ameaças sofridas pelo filho do Senador Arthur Virgílio serão esclarecidas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	105	Comentários acerca do encaminhamento de um requerimento solicitando dados de quem compra aparelhos que permitem o grampo telefônico. Aparte ao Senador João Ribeiro. Senador Romeu Tuma.	182
Comentários a respeito das ameaças que o filho do Senador Arthur Virgílio sofreu. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Ideli Salvatti.....	105	Manifestação sobre as palavras do Senador Arthur Virgílio a respeito de ameaças contra suas famílias. Senadora Heloísa Helena.....	380
Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, pelo Senador Renan Calheiros, que trata de verba permanente ao sistema de segurança. Senador Romeu Tuma.	112	Apresentação de requerimento para criação de grupo de trabalho destinado a estudar e propor medidas na área de segurança pública. Senadora Heloísa Helena.	475
Solicitação de providências junto ao Ministério da Justiça para proteção e garantia de vida à sua família, tendo em vista ameaças recebidas. Senador Arthur Virgílio.....	127	TELECOMUNICAÇÕES	
Solicitação de providências junto ao Ministério da Justiça para proteção e garantia de vida à sua família, tendo em vista ameaças recebidas. Senador Arthur Virgílio.....	144	Considerações a respeito do Fundo de Universalização das Telecomunicações - FUST e as exigências burocráticas para a liberação de seus recursos. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	374
Preocupação com o grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Senador Romeu Tuma.	168	TURISMO	
Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Alvaro Dias.	169	Apelo ao Governo Federal no sentido de incentivar o turismo, por ser instrumento para a geração de empregos e criação de renda. Senador João Alberto Souza.	172
Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Paulo Paim.	170	Comentários acerca da importância da valorização do turismo como instrumento para a geração de empregos e criação de renda. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Mão Santa.	173
Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senadora Heloísa Helena.....	170		

Ata da 193ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Alberto Souza e Leonel Pavan.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES.

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/11/2005 07:47:34 até 1/11/2005 19:37:13

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X					
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PMDB	RO	AMIR LANDO		X					
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X					
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X					
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL		X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
P-SOL	AC	GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
PMDB	MA	JÓÃO ALBERTO SOUZA		X					
PSDB	ES	JÓÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JÓÃO CAPIBERIBE		X					
Bloco-PL	TO	JÓÃO RIBEIRO		X					
PFL	PE	JÓSE JORGE		X					
PMDB	AP	JÓSE SARNEY		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
PCdoB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LÉONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÁNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
PFL	PE	MARCO MACIEL		X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PFL	BA	RÓDOLPHO TOURINHO		X					
PFL	SP	ROMEU TUMA		X					
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

Compareceram: 50 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.222, DE 2005

Senhor Presidente,

Pelo brutal assassinato do empresário José Eduardo Carvalho Feitosa, ocorrido no dia 28 de outubro último, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- Inserção em ata de voto de profundo pesar;
- Apresentação de condolências à família;
- Apresentação de condolências ao Prefeito e a Câmara Municipal da cidade de Balsas, Estado do Maranhão;
- Apresentação de condolências ao Prefeito Câmara Municipal da cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005. – **Roseana Sarney – Edison Lobão – João Alberto.**

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.223, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, sejam encaminhados Votos de Congratulações ao Governo do Estado da Bahia e ao empresário Dionísio Pestana, presidente do grupo Pestana, pela inauguração da Pousada de Portugal, no tradicional Convento do Carmo, localizado no Centro Histórico da capital baiana, nos termos da justificação.

Justificação

O Governo do Estado da Bahia festeja a inauguração, neste fim-de-semana, de mais um arrojado empreendimento turístico no Estado.

Trata-se da Pousada de Portugal, no tradicional Convento do Carmo.

Localizado no Centro Histórico da capital baiana, o Convento do Carmo. O local passa a abrigar o primeiro empreendimento internacional da Rede Pousadas de Portugal, do grupo Pestana, que administra 42 hotéis de luxo em castelos, fortalezas, mosteiros e conventos tradicionais.

No total, foram investidos R\$20 milhões nas obras de restauração e adaptação do projeto da pousada, que foram supervisionadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O prédio construído entre 1586 e 1730 reúne igreja, museu e dois claustros, um para visitas e o outro para hóspedes, e conta com 79 apartamentos e suítes, além de um acervo de 1.500 peças, entre imagens sacras, objetos de ouro e prataria, que serão utilizados na decoração da pousada.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– **Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União sobre as denúncias de irregularidades no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União cópia de relatório e das diligências que foram feitas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e que apuraram irregularidades e falta de controle na questão do meio ambiente.

Justificação

A revista **Época** de 17 de outubro do corrente publicou nota intitulada “Queimada na serra”, informando que diligências da Controladoria-Geral da União – CGU feitas no Iama descobriram irregularidades e falta de controle na questão do meio ambiente.

Assim, o objetivo deste requerimento é acompanhar as iniciativas da CGU no que diz respeito às ações do Iama na questão ambiental.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.225, DE 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a jornalista Mírian Leitão pelo recebimento quinta-feira à noite da Universidade de Columbia, em Nova York, o prêmio Maria Moors Cabot, um dos mais importantes dos Estados Unidos.

Justificação

Mírian Leitão é colunista do GLOBO, da rádio CBN e da TV Globo. Foi a primeira mulher brasileira agraciada com o prêmio, que há 66 anos homenageia os latino-americanos de destaque na mídia. Entre os brasileiros, figuras históricas já foram premiadas, como Assis Chateaubriand, Alceu Amoroso Lima, Carlos Lacerda e Roberto Marinho.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– **Serys Sihessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à jornalista Eliane Brum contemplada com o Prêmio de Excelência em Jornalismo, com a reportagem da SIP, e com o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à jornalista Eliane Brum, vencedora de dois Prêmios de Reportagem: de Excelência Jornalística, da Sociedade Interamericana de Imprensa, e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à direção da Sociedade Interamericana de Imprensa.

Justificação

Eliane Brum, da Revista **Época**, vencedora de dois prêmios de reportagem o Prêmio de Excelência em Jornalismo, da Sociedade Interamericana de Imprensa, dia 11 de outubro de 2005, em Indianápolis, EUA; e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos, no dia 25 de outubro de 2005, em São Paulo. Merece, assim, o Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, pelos seus livros sobre a História de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao pesquisador amazonense Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, pelo seu trabalho de levantamento da história de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Justificação

Em entrevista publicada na edição de 31 de outubro de 2005 do jornal **O Estado do Amazonas**, Manaus e o Estado ficaram conhecendo dados significativos sobre a vida e o trabalho do pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas -IGHA. A matéria revela, inclusive, o exaustivo empenho do pesquisador para mostrar facetas pouco conhecidas da História de Manaus, como as de Adolpho Lisboa, patrono do Mercado Municipal da cidade. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.228, DE 2005

Requer Voto de Pesar pela morte do escritor e jornalista Roberto Múrcia Moura, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a em ata de Voto de Pesar pela morte do escritor, e jornalista e crítico musical Roberto Múrcia Moura, ocorrido no dia 26 de outubro de 2005, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Roberto Múrcia.

Justificação

Roberto Múrcia Moura, jornalista, escritor e crítico musical, foi um profundo conhecedor e analista do Samba, tema de diversos livros, entre eles Carnaval, da Redentora à Praça do Apocalipse e Praça Onze.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.229, DE 2005

Requer Voto de Pesar pela morte do poeta Moacyr Félix, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pela morte do poeta Moacyr Félix, ocorrido no dia 25 de outubro de 2005, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Moacyr Félix.

Justificação

Moacyr Félix foi um dos mais ferrenhos opositores do regime de exceção vivido pelo Brasil por 22 anos e militante convicto das esquerdas. Ele se tornou muito conhecido no Brasil com sua obra *O Pão e o Vinho*. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2005

Requer Voto de Aplauso às jornalistas Cristiane Segato Gisela Anauate e Maíra Termero autoras da reportagem Super-remédios a quem?, contemplada com o Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde, publicada na Revista Época em 2 de maio de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso às jornalistas Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maíra Termero, autoras da reportagem “Super-remédios para quem”, publicada na revista **Época** em 2 de maio de 2005 e que foi vencedora do Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das homenageadas e à direção da **Revista Época**.

Justificação

Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maíra Termero foram as vencedoras do Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde, com a reportagem Super-remédios para quem?, publicada pela revista **Época**, em maio último. Duas delas, Cristiano Segatto e Maíra Termero, ganharam, ademais, Menção Honrosa no mesmo concurso, com a reportagem A Guerra das Células-Tronco, também publicada na **Revista Época**, edição de 18 de outubro de 2005. Merecem, assim, o Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.231, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em Natal, pelo

trabalho cultural e intelectual que vem desenvolvendo naquele Estado.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da entidade homenageada e a sua Presidente, a poetisa e escritora Zelma Furtado.

Justificação

Uma das poucas entidades que congrega apenas mulheres literatas no País, a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em Natal, credenciou-se fortemente naquela Capital e no Estado, já sendo inclusive reconhecida como órgão de utilidade pública. Merece, pois, o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.232 DE 2005

Requer Voto de Aplauso à educadora Creuza Ferreira Barbosa, que coordena no Amazonas o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à educadora amazonense Creuza Ferreira Barbosa, que coordena o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil no Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Creuza Ferreira Barbosa é uma brava amazonense, cujo projeto de vida é a luta pela erradicação do trabalho infantil, de que, a propósito, foi vítima em sua infância. Determinada, como revelam suas atividades, a Professora Creuza nasceu no distante município de Paraná do Ariaú, é de uma família de oito irmãos, aos dois anos ficou órfã de pai, mudando-se para Manaus. Enfrentou uma vida dura, obrigada a trabalhar desde a madrugada, em regime praticamente de escravidão. Mas venceu. É formada em Letras e em Direito e já é pós-graduada. Atualmente, além do magistério, lecionando em escolas do Estado, coordena o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil. Ela, por tudo isso, é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.233, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao cientista Carlos de Souza Jr., do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-Imazon, pelo

desenvolvimento de sistema de sensoramento remoto para detectar a devastação na floresta amazônica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cientista do Imazon, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Carlos de Souza Jr. Ele e um grupo de especialistas daquele centro desenvolveram um sistema de sensoramento remoto de alta precisão para detectar a devastação das florestas.

Requeiro, ademais, que o Voto seja levado ao conhecimento do homenageado, e por seu intermédio, aos demais integrantes do grupo que desenvolveu o sistema, e ao Imazon.

Justificação

O processo desenvolvido pelo Imazon para sensoramento remoto de florestas é de alta precisão e de grande atualidade, numa fase em que há denúncias de comprometedoras devastações da Floresta Amazônica. O sistema será exposto em artigo científico a ser publicado na revista **Remete Sensing of Enironmente** e já está disponível na Internet. O sistema brasileiro foi reconhecido por técnicos da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, que já operam processo semelhante, mas de precisão inferior, de 86% contra 94% do sistema brasileiro. Por isso, o técnico e demais integrantes do Imazon merecem o Voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2005

Requeiro nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Aplauso ao brasileiro Syllas Silveira, cidadão do município de São Jerônimo (RS), nascido em São Félix do Araguaia (MT), filho de gaúchos, que viaja o mundo no auxílio de missões de resgate a vítimas de catástrofes naturais.

Iniciou seu trabalho humanitário quando um terremoto varreu a Cidade do México em 1985, depois disso já esteve na Colômbia, Equador, Argélia, Irã, e mais recentemente na região da Caxemira, entre o Paquistão e a Índia. Participou também de missões de resgate no sul da Ásia quando em dezembro de 2004, aquela região foi atingida por uma Tsunami. Viajando sempre às suas próprias expensas, Syllas Silveira é exemplo de serviço altruísta e de solidariedade, merecedor desta justa homenagem.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Presidência encaminhará os votos solidificados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.235, DE 2005

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2005, seja também apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senado Federal, 1º de novembro de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte (ADCN), de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de implementar políticas e viabilizar instrumentos para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.

Parágrafo único. A ADCN tem sede e foro em Brasília – DF.

Art. 2º A área de atuação da ADCN abrange os Estados da Bahia, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, do Piauí e do Tocantins.

Art. 3º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações constantes do Orçamento da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Corredor Centro-Norte, incorporado efetivamente à nova fronteira agrícola do País, a partir da década de oitenta, constitui, hoje, importante produtor de grãos para o consumo interno e, principalmente, para a exportação.

A região, que abrange parcelas dos territórios dos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins, é responsável por 52% da soja, 89% do algodão, 21% do milho e 35% do arroz produzido no Brasil. Entretanto, apesar da evolução constante da produção e da área plantada, enfrenta sérios problemas de armazenamento e escoamento da safra.

O Corredor Centro-Norte, distante dos portos e das áreas de maior densidade de transportes, mais do que as regiões Sul e Sudeste, vem sofrendo com a falência da logística de transportes e de armazenamento da produção agrícola. Rodovias em estado precário, custos elevados dos pedágios, portos sobrecarregados, número insuficiente de armazéns e falta de investimentos em ferrovias e hidrovias aumentam o custo do transporte, o que provoca queda do prêmio pago pelo produto agrícola e perda de oportunidades de exportação, estimadas em bilhões de dólares.

A importância estratégica do agronegócio para o equilíbrio das contas externas do País e a produção agrícola crescente do Corredor Centro-Norte estão a requerer atenção maior do Governo Federal para a região. É necessário formular e implementar políticas de fomento à produção e ao armazenamento, utilizar infra-estrutura multimodal de transportes para escoamento da safra e articular esforços entre a iniciativa privada e o setor público sob a forma de parcerias público-privadas.

Diversos projetos fundamentais para o aumento da competitividade da região já foram identificados, como é o caso da pavimentação da BR-158, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, a ligação da Ferrovia Norte-Sul com a Estrada de Ferro Carajás, a construção das Eclusas de Tucuruí e Lajeado e a implantação de um corredor multimodal de transportes para integração da Ferrovia Norte-Sul com as hidrovias nos rios Araguaia e Tocantins.

A implementação de tais projetos, de grande dimensão e complexidade, exige a formulação de políticas públicas específicas para a região e a articulação de ações entre os governos federal e estaduais e o setor privado. Tais atribuições devem estar a cargo de uma agência de desenvolvimento especializada, que reúna conhecimento aprofundado dos problemas inerentes ao Corredor Centro-Norte e das ações e projetos necessários para a sua solução.

A formulação e a implementação de políticas de fomento ao desenvolvimento do Corredor Centro-Norte

poderão avançar com maior celeridade com a criação de uma agência de desenvolvimento, responsável pela articulação e coordenação de investimentos do setor público e da iniciativa privada.

A concretização de investimentos fundamentais para o desenvolvimento do Corredor Centro-Norte interessa ao País como um todo, pois o aumento de competitividade da região e o acesso a baixo custo de seus produtos aos mercados doméstico e internacional irão gerar significativo número de empregos e maior aporte de divisas, bem como contribuir para a redução das disparidades regionais.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senadora **Roseana Sarney**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2005

Altera o Código de Processo Penal para determinar, no caso de apreensão de dinheiro, o seu depósito imediato em conta bancária remunerada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 120.

§ 2º-A. No caso do dinheiro apreendido, a resolução do incidente reclamante ou do terceiro de boa-fé importará a liberação dos valores depositados e dos acréscimos decorrentes de sua remuneração financeira.

.....
§ 4º-A. Na hipótese do parágrafo anterior, o dinheiro depositado em conta judicial na forma do **caput** do art. 244-A será colocado à disposição do juízo cível.

..... (NR)”

Art. 247-A. Resultando a apreensão de dinheiro, a autoridade policial comunicará o fato ao juiz, que providenciará o seu depósito imediato em conta bancária remunerada, sob pena de responsabilidade.

§ 1º No caso de moeda estrangeira, o juiz colocará o numerário sob a custódia do Banco Central do Brasil, salvo se de pequeno valor.

§ 2º Quando necessário à instrução criminal, o juiz, antes de adotar as medidas previstas no **caput** e no § 1º Poderá determinar a identificação numérica das cédulas e a realização de perícias.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Processo Penal (CPP) trata da apreensão de “coisas” que tenham relação com o crime (ver, por exemplo, o art. 240, § 1º, **b**) sem mencionar especificamente a apreensão de dinheiro. Assim, por estranho que pareça, não existe nenhuma norma processual penal que determine o depósito bancário dos numerários apreendidos, seja em flagrante delito, seja no curso do cumprimento de mandados de busca e apreensão.

As delegacias ou secretarias judiciais não são, definitivamente, o local mais apropriado para retenção e guarda desses valores. Ao contrário, a permanência do dinheiro apreendido nesses locais pode favorecer a corrupção, como sugerem inúmeros casos de extravio já noticiados.

Os juízes mais cautelosos tomam a providência de encaminhar os valores apreendidos para instituições bancárias oficiais, ainda que essa determinação não exista no CPP.

Pretendemos, pois, suprir a lacuna na legislação processual penal e uniformizar as decisões judiciais sobre a custódia do dinheiro apreendido. Para tanto, propusemos introduzir dois novos parágrafos no art. 120 do CPP, além do art. 247-A. A solução que nos parece mais razoável é que o dinheiro apreendido seja imediatamente encaminhado a uma instituição financeira designada pelo magistrado, garantindo-se a sua remuneração.

Destarte, eventuais reclamantes não sofrerão prejuízo em relação à demora na resolução do incidente de restituição, porquanto os valores apreendidos serão remunerados de acordo com as taxas de mercado. No caso de declaração da perda em favor da União, na forma do art. 91, II, do Código Penal, também o Estado não terá prejuízos por desvalorização.

Em se tratando de apreensão de moeda estrangeira, caberá ao juiz colocá-la à disposição do Banco Central do Brasil, salvo na hipótese de pequeno valor.

Se, porventura, o juiz penal tiver dúvida quanto aos direitos de eventuais reclamantes, a conta judicial na qual o dinheiro foi depositado ficará à disposição do juízo cível.

Em suma, estamos propondo a criação de uma sistemática mais segura para a custódia do dinheiro apreendido em ações policiais, definindo regras claras para tal procedimento, sem prejuízo da realização das perícias que o juiz entender necessárias.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **João Alberto Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processa Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LIVRO I

Do Processo em Geral

CAPÍTULO V

Da Restituição das Coisas Apreendidas

Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

Art. 119. As coisas a que se referem os arts. 74 e 100 do Código Penal não poderão ser restituídas, mesmo depois de transitar em julgado a sentença final, salvo se pertencerem ao lesado ou a terceiro de boa fé.

Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

§ 1º Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de 5 dias para prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente.

§ 2º O incidente autuar-se-á também em apartado e só a autoridade judicial o resolverá, se as coisas forem apreendidas em poder de terceiro de boa fé, que será intimado para alegar e provar o seu direito, em prazo igual e sucessivo ao do reclamante, tendo um e outro dois dias para arrazoar.

§ 3º Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público.

§ 4º Em caso de dúvida sobre quem seja a verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

§ 5º Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, em obediência à Resolução nº 1, de 2005, redistribuiu o **Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003**, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência recebeu os **Ofícios nºs S/44 e S/45, de 2005** (nºs 93 e 94/2005, na origem), de 27 de outubro do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 432722 e 433233, que declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (valor da Gratificação Complementar de Vencimento não será inferior ao salário mínimo).

Os expedientes vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sobre a mesa, mensagem que será lida pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 248, DE 2005

(Nº 728/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado como art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submetto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 24 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO**CURRICULUM VITAE****GOIÂNIA****2005****SUMÁRIO****1- DADOS PESSOAIS****2- FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA****2.1 Educação Superior – Pós Graduação****3- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS****4- CURSOS MINISTRADOS****4.1 Como Instrutora/Palestrante****4.2 Como Coordenadora****5- CURSOS DE EXTENSÃO****6- ESTÁGIOS****7- ATIVIDADES DOCENTES****7.1 Participação em Congressos, Seminários e outros eventos similares****7.2 Participação em Congressos, Seminários e outros eventos similares como Conferencista/Congressista****8- ATIVIDADES PROFISSIONAIS****9- ATIVIDADES DOCENTES****10- FUNÇÕES ANTERIORES NA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE****11- TRABALHOS APRESENTADOS****12 HOMENAGEM****13 FUNÇÃO ATUAL****14- FUNÇÕES OCUPADAS**

CURRICULUM VITAE

2005

1- DADOS PESSOAIS**Nome: Maria Cecília Martins Brito****Local e data de nascimento: Catalão – Goiás, 16 de dezembro de 1956****Filiação: Jaime Herculano Martins e Maria Jacira Rosa Martins****Nacionalidade: Brasileira****Sexo: Feminino****Estado Civil e números de filhos: Casada, 02 filhos****Carteira de identidade: 525872 – SSP/GO****CPF: 472.350.471-00****Título de eleitor: 139.696.510-07, Seção 0004, Zona 141****Carteira de Trabalho: 20285, fls, 160 Lv. A-38, Catalão-GO****Registro Profissional: CRF - 1482****Endereço Residencial: Rua 10 nº 828, Aptº 902, Setor Oeste****74120-020 – Goiânia-GO****(0xx62) 3215-3601 / 9607-4981****e-mail: ceci14@zipmail.com.br /mcecilgo@hotmail.com****Endereço profissional: Avenida Anhanguera nº 5.195, Setor Coimbra****74043-011 – Goiânia-GO****(0xx62) 3201-4101 / 3201-4141****e-mail: visago@visa.goias.gov.br**

2- FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR – PÓS-GRADUAÇÃO

1981 - Farmácia

Universidade Federal de Goiás

1984 - Bioquímica

Universidade Federal de Goiás

1991 - Curso de Especialização em Saúde Pública – UNAERP – Universidade Estadual de Ribeirão Preto-SP.

1996 - Curso de Extensão em Boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 1996. (Dissertação em Boas Práticas de Manipulação que subsidiou a normatização para farmácia de manipulação no País, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, através da RDC nº 33/2000) - Fase I

3- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

1976 - Enzimologia

Universidade Federal de Goiás

Bebidas em Geral

Universidade Federal de Goiás

1979 - Controle de Qualidade

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1981 - Antibióticos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1982 - Doenças Tropicais

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1986 - Procedimentos Laboratoriais em Meningites, Difterias, DST e Leishmaniose.

Laboratório Central de Goiás

1987 - Farmácia Pública

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo



Matéria Prima Farmacêutica

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

Microbiologia das Doenças Sexualmente Transmissíveis

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

1989 - Multidrogação

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Diagnóstico Laboratorial das Micoses

Sociedade Brasileira de Análises Clínicas

Análises Clínicas – AIDS

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

1994 - Antibióticos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1995 - Relações Interpessoais

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

1996 - Controle de Medicamentos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

1997 - Curso Básico de Farmácia Hospitalar

Conselho Federal de Farmácia

Registro de Medicamentos

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

Reciclagem de Medicamentos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

I Curso de Extensão em boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos

Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ

Curso Reciclagem de Medicamentos

Conselho Regional de Farmácia – Goiânia-GO

1998 - V Curso Básico de Inspeção em Indústria Farmacêutica – PN11FF

Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde

Multiplicador em Boas Práticas de Fabricação e Controle em Estabelecimentos**Produtores de Saneantes Domissanitários**

Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde; Goiânia-GO



Curso de Multiplicadores em Boas Práticas de Fabricação e Controle em Estabelecimentos Produtores de Saneantes Domissanitários

Ministério da Saúde, Goiânia-GO

1999 - Habilidades Gerenciais Básicas

HIDRA Consultoria – Goiás

Técnicas de Instrução para Agentes Multiplicadores

GUIA Aprendendo a Aprender – Goiás

Qualidade Total de Medicamentos

MEDSUL – São Paulo

Terapia de Nutrição Parenteral e Enteral

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – Goiás

Controle de Qualidade da Água

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Planejamento Estratégico para Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

I Oficina de Trabalho e 2ª Assembléia Ordinária do CONASS

Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Brasília-DF

II Oficina de Trabalho do CONASS

Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Brasília-DF

III Simpósio Latino Americano em Qualidade Total de Medicamentos- MEDSUL'99

São Paulo-SP

2001 - Farmacovigilância

Conselho Regional de Farmácia – Goiás – 2001

Validação de Processos e Equipamentos em Indústria Farmacêutica

Conselho Regional de Farmácia – Rio de Janeiro

Controle de Qualidade de Fitoterápicos

Conselho Regional de Farmácia – Rio de Janeiro

2º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos

Debatedor da Mesa Redonda; Tema: Papel da Vigilância Sanitária, Hoje, na Política de Medicamentos, Goiânia-GO

1ª Conferência Estadual de Vigilância Sanitária

Membro do Comitê Executivo da Comissão Organizadora, Goiânia-GO

Conferência Nacional de Vigilância Sanitária

Membro Convidado, Brasília-DF

Fórum para a Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos

Ministério da Saúde – Brasília-DF

2002 - Extensão em Planejamento e Orçamento em Vigilância Sanitária

Universidade Federal Bahia – Bahia-Ba

Curso Sobre Princípios de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos de Inspeção

OPAS/ANVISA – Goiás

Good Manufacturing Practice (GMP) and Related Topics FIOCRUZ/ANVISA – Rio de Janeiro

Capacitación conjunta de Inspectores em Buenas Práticas de Fabricación y Control de Medicamentos - Fase II

ANMAT-MERCOSUR- Argentina

I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

Integrante da Comissão de Divulgação do I SIMBRAVISA, São Paulo-SP

Seminário Internacional: Os desafios para uma assistência farmacêutica integral

Ministério da Saúde – Brasília-DF

Oficina de Trabalho sobre Assistência Farmacêutica e Medicamentos

Faculdade de Farmácia – UFG – Goiânia-GO

V Congresso Brasileiro de Epidemiologia

Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR

II Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Faculdade Federal de Goiás, Goiânia-GO

2003 - Competências em Vigilância Sanitária nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde: quais e como?

Londrina-PR

Oficina de Elaboração de proposta de ação visando a criação e implantação do programa estadual de farmacovigilância

Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz/MS, Rio de Janeiro-RJ



VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Abrasco, Brasília-DF

Seminário Nacional de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Brasília-DF

A Gestão da Vigilância Sanitária no Estado de Goiás – Situação Atual e Desafios

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Alimentos, Viçosa-MG

2004 – 1º Fórum de Saúde de Catalão – Uma Nova Saúde é Possível!...

Administração Regional de Saúde - Estrada de Ferro, Catalão-GO

I FEINVISA – I Fórum Estadual Intersetorial em Vigilância Sanitária

Centro de Convenções – CENTROSUL, Florianópolis-SC

Seminário Temático, Caso Celobar, Atualização em Direito Sanitário (Mesa redonda)

Fiocruz Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro-RJ

Seminário Temático, Caso Celobar, Especialização em Vigilância Sanitária de Medicamentos e de Atualização em Direito Sanitário (Mesa redonda)

Fiocruz Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro-RJ

2005 – Oficina Preparatória de Vigilância Sanitária

Secretaria de Saúde, Natal-RN

III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC

Oficina: Desafios da Contemporaneidade para o Grupo Temático de Vigilância Sanitária

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC

4 – CURSOS MINISTRADOS**4.1 Como Instrutora/Palestrante**

1999 - Capacitação para Fiscais de Saúde Pública e Técnicas em Saúde Pública

Secretaria Municipal de Recursos Humanos – Goiás

Planejamento Estratégico para Vigilância Sanitária

Sistema Único de Saúde – Goiás

Controle de Qualidade da Água

Sistema Único de Saúde – Goiás

Terapia de Nutrição Parenteral e Enteral

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Goiás

2002 - IV Treinamento em Baixa Complexidade nas Ações de Vigilância Sanitária

Sistema Único de Saúde – Goiás

II Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Faculdade de Farmácia – UFGO

Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiânia-GO

IV Treinamento em Baixa Complexidade nas Ações de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiânia-GO

2003 – Congresso Brasileiro de Farmácia

Palácio de Convenções Anhembi – São Paulo-SP

I Mostra de Produtos – Tema: Interfaces da Vigilância Sanitária na Formulação das Políticas Públicas de Saúde

Goiânia-GO

4.2 Como Coordenadora**1999 - Capacitação de Inspeção em B.P.F. em Medicamentos – Fase I – Mercosul**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Goiás

VIII Congresso Goiano de Hospitais

Mesa Redonda: Medicamentos: Custos X Qualidade

2000 - Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Universidade Federal de Goiás – 2000

2001 - Capacitação de Inspeção em Boas Práticas de Fabricação em Indústrias de Cosméticos e Saneantes

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Capacitação Técnica de Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde - Goiás

2002 - Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Capacitação Técnica de Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado de Saúde – Goiás

Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Sistema Único de Saúde – Goiás

2004 - II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária e I Simpósio Pan-Americano de Vigilância Sanitária

Abrasco, Caldas Novas-GO

5 – CURSOS DE EXTENSÃO

1991 - Treinamento de Prevenção da Cólera

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

1994 - Treinamento em Micro Informática

Empresa de Ciência e Desenvolvimento

1995 - Treinamento para Fiscais de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

6 - ESTÁGIOS

1981 - Estágio Supervisionado na Indústria Química de Goiás

Indústria Química de Goiás

1984 - Estágio Supervisionado – Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha – 800 horas

Universidade Federal de Goiás

7 ATIVIDADES DOCENTES

7.1 Participação em Congressos, Seminários e outros Eventos Similares

1979 - X Congresso Brasileiro de Microbiologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

1985 - Seminário de Atualização em Tuberculose

Secretaria Estadual de Saúde – Goiás

1987 - VI Congresso Paulista de Farmacêuticos

São Paulo

1989 - VII Congresso Paulista de Farmacêuticos

São Paulo

XVI Congresso Brasileiro de Análises Clínicas

Goiás

1997 - X Congresso Paulista de Farmacêuticos

São Paulo

1999 - III Simpósio Latino Americano em Qualidade Total de Medicamentos

Universidade de São Paulo – SP

2000 - XVII Congresso Pan-Americano de Farmacêuticos de Língua Portuguesa

Conselho Regional de Farmácia – RJ – 2001, FEFAPAR/AFPLP - Rio de Janeiro-RJ

IX Semana de Farmácia das Faculdades Objetivo (Mesa Redonda)

Faculdade Objetivo – Goiânia-GO

2001 - 2º Congresso de Ciências Farmacêuticas

Conselho Regional de Farmácia – Rio de Janeiro

Fórum para Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos

Ministério da Saúde – Brasília-DF

2002 - V Congresso Brasileiro de Epidemiologia

ABRASCO – Paraná

Seminário Internacional: Os desafios para uma Assistência Farmacêutica Integral

Ministério da Saúde – Brasília

I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

ABRASCO – São Paulo

7.2 Participação em Congressos, Seminários e outros Eventos Similares Como Conferencista/Congressista

1999 - VIII Congresso Goiano de Hospitais

Goiânia-Goiás

I Seminário de Farmácia Hospitalar

Componente da mesa na cerimônia de abertura, Goiânia-GO

2000 - VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Bahia

XVII Pan Americano Farmácia

Conselho Federal de Farmácia Rio de Janeiro

2001 - 2º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária

Secretaria Estadual de Macció – AL

I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Rondônia

2º Congresso de Ciências Farmacêuticas

RIOPHARMA ; Rio de Janeiro

2002 - I Congresso Internacional de Farmacêuticos Magistrais - FARMAG - ANFARMAG –

São Paulo-SP

3º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

Seminário de Vigilância Sanitária “Novos Tempos da VISA do Estado de Rondônia

Sistema Único de Saúde – Rondônia

2003 - V Congresso Nacional da Rede Unida

Londrina-PR

I Fórum Nacional de Redes em Saúde

II Mostra Paranaense de Produção em Saúde da Família

Congressista e Participante da Oficina “Competências em Vigilância Sanitária nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde: quais e como?”

2004 – VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia e 6ª Reunião Científica da América Latina e Caribe da Associação Internacional de Epidemiologia – IEA

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco, Recife-PE

8 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1984 – 1995 Laboratório Cícero Leão – Ceres – Goiás

1984 Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, até a presente data

1986 – 1988 Laboratório Santa Paula – Carmo do Rio Verde – Goiás

1992 – 1993 Farmácia Hospitalar do Hospital Psiquiátrico Professor Wassili Chuc – Anápolis – Goiás

1998 Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda – Chefe da Garantia da Qualidade – Julho a Outubro

9 – ATIVIDADES DOCENTES

1976 Professora de Química Orgânica e Inorgânica
Colégio Auxilium – Anápolis – Goiás

10 - FUNÇÕES ANTERIORES NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1984 – 1990 Chefe do Laboratório Regional de Análise Clínicas na Cidade de Ceres – GO

1990 – 1994 Farmacêutica Bioquímica – Ambulatório Geral de Anápolis – GO

1994 – 1996 Inspetor de Vigilância Sanitária

1996 – 1998 Chefe da Divisão de Controle de Qualidade – Superintendência de Vigilância Sanitária

Julho a Outubro de 1998 Farmacêutica Bioquímica – Ambulatório Geral de Anápolis

1996 até dezembro de 1998 Inspetora da Divisão de Controle de Qualidade da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás, atuando nas inspeções de Cosméticos, Químicos, Correlatos e Importados

A partir de 04 de janeiro de 1999 Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de Saneamento do Meio, Saúde do Trabalhador, Alimentos, Medicamentos, Cosméticos, Correlatos, Centro de Informações Toxicológicas e Estabelecimentos de Saúde.

11- TRABALHOS APRESENTADOS

2003 – Diagnóstico das Condições Sanitárias dos Hospitais do Interior do Estado de Goiás

Modalidade Pôster, durante o VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

2004 – Informação e divulgação no caso celobar: estratégia de prevenção de riscos à saúde

Modalidade Pôster, durante o II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária; I

Simpósio Pan-Americano de Vigilância Sanitária, Recebendo o **Prêmio de Menção Honrosa**

12 - HOMENAGEM

2003 – Condecorada como Sócio Honorário do Centro Acadêmico de Farmácia, pelo Centro Acadêmico de Farmácia Jaldo de Souza Santos, Anápolis-GO

2005 – Patronesse dos formandos do Curso de **Gestão Sanitária e Ambiental de Anápolis**, Anápolis, 20 abril

Patronesse dos formandos do Curso de **Gestão Sanitária e Ambiental da Universidade Estadual de Goiás**, Goiânia-GO, 22 setembro

13 - FUNÇÃO ATUAL

Reconduzida como Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás a partir de 1º de janeiro de 2003, atualmente Superintendência de Vigilância Sanitária e Ambiental, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de Saneamento do

Meio, Saúde do Trabalhador, Alimentos, Medicamentos, Cosméticos, Correlatos, Centro de Informações Toxicológicas e Estabelecimentos de Saúde e vigilância ambiental em Saúde.(Decreto de 16 de janeiro de 2003/DOE 22.01.03)

14 – FUNÇÕES OCUPADAS

Membro do Comitê Executivo da Comissão Estadual Organizadora da I Conferência de Vigilância Sanitária

Membro da Câmara Técnica de Vigilância Sanitária do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Membro da Comissão de Divulgação do I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

Membro da Comissão de Indústria Farmacêutica do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás

Membro da Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar

Membro do Comitê Consultivo de Vigilância Sanitária –Grupo Tripartite – ANVISA (Portaria 304 de 09 de agosto de 2002)

Membro do Conselho Administrativo da INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS – IQUEGO

Membro do Conselho Estadual de Entorpecentes e Psicotrópicos

Membro do Fórum de Defesa do Consumidor e do Usuário dos Serviços Públicos

Suplente do Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás em Substituição ao Conselheiro Dr. Fernando Passos – Secretário de Estado da Saúde

GOIÂNIA, AGOSTO-2005



Maria Cecília Martins Brito

Aviso nº 1.144 – C. Civil.

Em 24 de outubro de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Regulamento

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

.....
Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, f da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

ANEXO

(Decreto nº , de de de 1999)

REGULAMENTO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

.....
Art. 6º A Agência será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros indicados e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 29 e seu parágrafo único da Lei nº 9.782. de 1999.

§ 2º Os Diretores poderão ser reconduzidos, uma única vez, pelo prazo de três anos, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º Na hipótese de vacância de membros da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir período remanescente do respectivo mandato.

.....
O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 249, DE 2005

(Nº 732/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 378 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o artigo 18 § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Almir Franco de Sá Barbuda poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA

CPF.: 3832236104

ID.: 3176 MRE/DF

- 1943 Filho de Manuel José Machado Barbuda e de Ignez Franco de Sá Barbuda, nasce em 18 de junho, em Manaus/AM.
- 1965 Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ
- 1969 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário em 3 de fevereiro
- 1970 Divisão da Amazônia, assistente
- 1973 Divisão da América Meridional-II, assistente
- 1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 9 de novembro
- 1973 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário
- 1974 Embaixada em Buenos Aires, Segundo Secretário
- 1976 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1981 Divisão do Pessoal, assessor e Chefe substituto
- 1983 Embaixada em Bridgetown, Encarregado de Negócios, missão provisória
- 1984 Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho
- 1985 Representação junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos, Roma, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1986 I Sessão da Comissão de Recursos Fitogenéticos, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1987 VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Frutas Cítricas, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1987 VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Juta, Kenaf e Fibras Similares, FAO/Roma, Chefe de delegação

- 1988 XII Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1988 Consulado-Geral em Miami, Consul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado
- 1989 CAE - IRBr, A FAO e o Tratamento Internacional das Florestas Tropicais
- 1990 Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe
- 1991 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
- 1992 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
- 1992 Conferência Plenipotenciária Adicional da União Internacional de Telecomunicações, UIT/Genebra, Chefe de delegação
- 1993 Comitê Aberto Ad Hoc sobre a Implementação da Convenção de Basileia sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, Genebra, Chefe de delegação
- 1993 V Comissão de Recursos Fitogenéticos, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1993 Reunião de Peritos Encarregados da Elaboração de uma Convenção de Combate à Desertificação, Estocolmo, Chefe de delegação
- 1993 IV Reunião das Partes, Protocolo de Montreal, Bangkok, Chefe de delegação
- 1993 I Sessão do Comitê Negociador de uma Convenção sobre Combate à Desertificação, Genebra, Chefe de delegação
- 1994 I Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bahamas, Chefe de delegação
- 1994 Consulado-Geral em Nova York, Consul-Geral Adjunto, Chefe do SECOM e Encarregado do Consulado
- 1997 Escritório Financeiro em Nova York, Chefe
- 1999 Diretor-Geral do Departamento de Administração
- 1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
- 2003 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-interino
- 2004 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

Claudia D'Angelo

CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

INFORMAÇÕES SOBRE O REINO DA BÉLGICA

Dados básicos	
Nome oficial	Reino da Bélgica
Superfície	30.158 km ²
Localização	Oeste da Europa
Capital	Bruxelas
Principais cidades	Bruxelas, Antuérpia, Liège, Charleroi
População	10,3 milhões
Idioma oficial	Alemão, francês, neerlandês
PIB (2001)	€ 263.3 bilhões
PIB "per capita" (2001)	€ 25.563
Crescimento real do PIB (2001)	1,0%
Moeda	Euro

Autoridades Governamentais:

Sistema de Governo	Monarquia Parlamentar Constitucional
Chefe de Estado	Rei Albert II
Chefe de Governo	Primeiro Ministro Guy Verhofstadt
Ministro de Negócios Estrangeiros	Karel de Gucht

COMÉRCIO EXTERIOR DO PAÍS (US\$ milhões)

	1997	1998	1999	2000	2001
Exportações (F.O.B.)	171.951	178.461	174.549	184.565	171.264
Importações (C.I.F.)	157.292	163.276	157.842	172.401	175.740
Balança comercial	14.659	15.185	16.707	12.164	-4.476
Intercâmbio comercial	329.243	341.737	332.391	356.966	347.004

Fonte : FMI. Direction of Trade Statistics - Yearbook 2001 e Quarterly June 2002.

Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (F.O.B. e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

Principais Produtos:

Exportação	<ul style="list-style-type: none"> • Máquinas e equipamentos de transporte; • Produtos manufaturados; • Produtos químicos; • Alimentos e animais vivos; • Óleos minerais e lubrificantes;
------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Importação

- Bebidas e fumo;
- Gorduras, óleos e ceras animais e vegetais;
- Máquinas e equipamentos de transporte;
- Produtos manufaturados;
- Produtos químicos;
- Óleos minerais e lubrificantes;
- Alimentos e animais vivos;
- Bebidas e fumo;
- Gorduras, óleos e ceras animais e vegetais

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (2001):

EXPORTAÇÕES

França	17,6%
Alemanha	16,8%
Países Baixos	11,8%
Reino Unido	9,7%
Itália	6,0%
Estados Unidos	5,7%
Espanha	3,5%
Israel	1,9%
Índia	1,6%
Brasil	0,5%

IMPORTAÇÕES

Países Baixos	16,8%
Alemanha	16,5%
França	12,9%
Reino Unido	7,9%
Estados Unidos	7,6%
Itália	4,3%
Japão	2,6%
Irlanda	2,5%
China	2,2%
Brasil	0,9%

Comércio e investimento

A corrente de comércio em 2004 atingiu o valor de US\$ 2,57 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 10% em relação ao ano anterior. Com isso, a Bélgica foi o 7º parceiro mais importante do Brasil na União Européia.

As exportações brasileiras em 2004 atingiram US\$ 1,93 bilhão, um crescimento de 7,6% em relação a 2003, e o segundo maior valor nos últimos vinte anos (em 1998, as exportações atingiram US\$ 2,19 bilhões). Apesar do aumento no valor das exportações, estas representaram apenas 2% do total das exportações brasileiras, o que manteve a tendência de queda observada nos últimos anos. Nos primeiros dois meses de 2005 as exportações apresentaram forte aumento em relação ao mesmo período de 2004 (62%), atingindo o valor US\$ 0,35 bilhão.

As importações brasileiras provenientes da Bélgica registraram o valor de US\$ 0,64 bilhão em 2004, um expressivo crescimento de 24% em relação ao ano

anterior e o terceiro maior valor nos últimos vinte anos. A participação dos produtos provenientes da Bélgica no total geral das importações brasileiras foi de 1,02% em 2004. Apesar de ser um decréscimo em relação à participação em 2003, manteve-se no patamar dos 1%, registrado desde o início da década de 90. A tendência de aumento das importações manteve-se no primeiro bimestre de 2005, quando as importações totalizaram US\$ 0,1 bilhão, um aumento de 15% em relação ao início de 2004.

A exemplo dos últimos 20 anos, o saldo da balança comercial continua favorável ao Brasil. Em 2004, o superávit atingiu US\$ 1,29 bilhão. Para o ano de 2005, o saldo já é favorável em US\$ 0,24 bilhão, levando-se em conta os dois primeiros meses do ano.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ MIL - FOB)

ANO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (A)	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (B)	SALDO (A - B)	INTERCÂMBIO COMERCIAL (A+B)
1996	1.431.624	553.662	877.962	1.985.286
1997	1.483.062	638.323	844.739	2.121.385
1998	2.194.568	717.556	1.477.012	2.912.125
1999	1.817.099	495.492	1.321.607	2.312.592
2000	1.867.041	574.816	1.292.225	2.441.856
2001	1.812.132	584.610	1.227.523	2.396.742
2002	1.892.010	545.967	1.346.043	2.437.976
2003	1.795.080	514.507	1.280.573	2.309.587
2004	1.931.061	640.301	1.290.760	2.571.362
2005	346.955	106.106	240.848	453.062

* os dados computados são do mês de janeiro e fevereiro

Fonte: MDIC/SECEX

Entre os principais produtos/grupos de produtos exportados pelo Brasil, destaca-se o crescimento dos bagaços e outros resíduos sólidos, da extração de óleo de soja (62,2%) e do fumo não manufaturado (80,8%). Em 2005, destaca-se o aumento dos sucos de laranjas (191%) e da pasta química de madeira (107%). Os

principais produtos/grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2004, por ordem de participação, foram:

Produtos	Porcentagem
SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NÃO FERMENTADOS	16,7%
PASTA QUÍMICA DE MADEIRA DE NÃO CONÍFERAS A SODA/SULFATO, SEMI-BRANQUEADO	10,0%
ALUMÍNIO NÃO LIGADO EM FORMA BRUTA	9,4%
MINÉRIOS DE FERRO NÃO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	8,2%
CAFÉ NÃO TORRADO, NÃO DESCAFEINADO, EM GRÃO	4,4%
BAGAÇOS E OUTROS RESÍDUOS SÓLIDOS, DA EXTRAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA	4,0%
FUMO NÃO MANUFATURADO TOTALMENTE, PARCIALMENTE DESTALADO, FOLHAS SECAS, ETC.VIRGINIA	4,0%
CAULIM	2,9%
OUTRAS MADEIRAS COMPENSADAS, COM FOLHAS DE ESPESSURAS <=6MM	2,5%
OUTROS GRAOS DE SOJA MESMO TRITURADOS	2,0%

Entre as importações, destaca-se o crescimento dos itens vacinas para medicina humana, sulfato de amônio (101%) e teares para tecidos (161%). O sulfato de amônio também apresenta aumento significativo nos primeiros meses de 2005 (70%). Os principais produtos/grupos de produtos importados pelo Brasil em 2004, por ordem de participação, foram:

Produtos	Porcentagem
PARTES PARA AVIÕES OU HELICÓPTEROS	11,5%
VACINAS PARA MEDICINA HUMANA, EM DOSES	9,9%
SULFATO DE AMÔNIO	4,4%
TEARES PARA TECIDOS DE L > 30CM	2,6%
OUTROS INSETICIDAS	1,9%
DIETANOLAMINA E SEUS SAIS	1,8%
MALTE NÃO TORRADO, INTEIRO OU PARTIDO	1,7%

FÓSFORO BRANCO	1,3%
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO	1,3%
OUTRAS PARTES E ACESSÓRIOS P/	1,2%
TRATORES E VEÍCULOS	

O cruzamento de pauta de exportações indica os seguintes produtos com potencial de crescimento para os exportadores brasileiros:

- Automóveis de passageiros e outros automóveis principalmente concebidos para o transporte de passageiros, incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;
- Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos;
- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto os brutos;
- Partes e acessórios para veículos;
- Alumínio em formas brutas;
- Aparelhos transmissores (emissores), para radiotelefonia, radiotelegrafia radiofusão ou televisão;
- Calçados com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural;
- Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes com ventilador incorporado;
- Açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido;
- Pneumáticos novo de borracha.

Investimentos

A Bélgica possuía, em 2003, US\$883 milhões em investimentos diretos no Brasil. Esse valor coloca a Bélgica como 10º maior investidor da União Européia no Brasil.

Principais Empresas Brasileiras de Exportação para o país:

- CITROSUCO PAULISTA S/A, Matão – SP;
- ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A, Barcarena – PA;
- CARGILL AGRICOLA S A, São Paulo – SP;
- COINBRA-FRUTESP S.A., Santos – SP;
- CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA, Catanduva – SP;
- BHP BILLITON METAIS AS, São Luís – MA;
- CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA, Belo Oriente – MG;
- MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR, Rio de Janeiro – RJ;
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, Itabira – MG;
- JARI CELULOSE AS, Almerim – PA.

Missões Empresariais:

- Esteve em visita à Bélgica, no mês de abril de 2004, missão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A missão participou de encontro no IMEC, em Leuven, de Reunião da Residência da Embaixada seguida de almoço, e de encontro na Comunidade Européia. O IMEC é uma instituição com o objetivo de desenvolver novas tecnologias que poderão ser aproveitadas industrialmente dentro de duas gerações. Os membros da missão da SUFRAMA discutiram a possibilidade da realização de um programa de formação de pesquisadores brasileiros sob os auspícios do IMEC.
- Esteve em Bruxelas a missão da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) da Presidência da República, com o objetivo de participar do evento “European Seafood Exposition/ Seafood Processing Europe”, entre os dias 4 e 6 de maio de 2004.

Histórico das relações com o Brasil

As relações da Bélgica com o Brasil foram iniciadas com o reconhecimento, pelo Império brasileiro, do Reino da Bélgica, que passou a existir como entidade independente em 1830. Um adensamento das relações é atribuído à arbitragem favorável ao Brasil concedida pelo Rei Leopoldo I, em 1863, na espinhosa “questão Christie” com a Grã-Bretanha, bem como ao fornecimento de armamento belga ao Brasil durante a guerra do Paraguai. Apesar de o Imperador D. Pedro II haver estado quatro vezes na Bélgica (1871, 1876, 1877 e 1887) e de ter sido nomeado doutor honoris-cause pela Universidade de Louvain, comenta-se que suas relações pessoais com o Rei Leopoldo II não eram boas, devido às ambições coloniais deste último, que se chocavam com as visões políticas do brasileiro.

Entre 1830 e 1914, cerca de 6000 belgas emigraram para o Brasil: comunidade heterogênea, composta de trabalhadores, pessoas marginalizadas, mas também de empreendedores, intelectuais e artistas.

A partir do final do século XIX, empresários belgas começam a interessar-se pelo Brasil, tendo alguns deles ficado impressionados pelo espírito empreendedor dos paulistas. Companhias belgas participaram da construção de estradas de ferro no Brasil, e outras da instalação da iluminação a gás no Rio de Janeiro.

No início da década de 1920, o interesse belga pelo Brasil aumentou em função do conhecimento que o Brasil dispunha sobre doenças tropicais, que poderia ser aproveitado no Congo, o que aumentou o clima de diálogo e entendimento entre os dois países.

Em 1921, empresários belgas e luxemburgueses assinaram um acordo de associação com os dirigentes da Companhia Siderúrgica Mineira, transformando-a em Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. 95% do capital da parceira européia provinha da Companhia ARBED, sediada em Luxemburgo (em 2001, a belgo-luxemburguesa ARBED, a francesa USINOR e a espanhola ACERALIA fundiram-se para formar a ARCELOR, o maior grupo siderúrgico do mundo). O empreendimento de Sabará foi considerado como a mais arrojada e bem sucedida iniciativa belgo-luxemburguesa na América Latina.

A fundação da Belgo-Mineira foi a principal, mas não a única iniciativa dos investidores belgas no Brasil no período entre-guerras. Câmaras de Comércio belgo-brasileiras foram fundadas em 1911 em Bruxelas (a mais antiga câmara de comércio

bilateral existente na Bélgica), 1918 no Rio de Janeiro e em 1938 em São Paulo. Em 1920, os “Ateliers de Construction Électrique de Charleroi (ACEC)” estabeleceram-se em São Paulo. Nas décadas de 30 e 40, a Electrabel e a Solvay também fincaram raízes no Brasil. Como se verá no quadro mais adiante, os investimentos belgas no país não cessaram de crescer desde então.

Fontes: BrazilTradeNet. MDIC/SECEX, <http://www.belgica.org.br/info.htm>
DOC/FRS/PRP

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE LUXEMBURGO

2005

Sumário

<i>Avaliação das relações bilaterais</i>	
<i>Relações econômicas bilaterais</i>	
<i>Economia</i>	
<i>Política</i>	

Avaliação das relações bilaterais

Apesar da diferença de dimensões (Luxemburgo possui área de apenas 2.586 km² e conta com tão-somente 450 mil habitantes, 175 mil dos quais estrangeiros), Brasil e Luxemburgo desenvolvem um relacionamento intenso e produtivo, em especial no plano econômico e com destaque para os setores siderúrgico e financeiro. O país, como se sabe, constitui importante praça financeira internacional e abriga a sede de várias instituições européias. O PIB per capita luxemburguês, de 32 mil euros, é o mais elevado dos 25 países que integram a União Européia.

Brasil e Luxemburgo adotam posições análogas na defesa da igualdade entre os Estados, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, das soluções arbitradas e negociadas dos conflitos, do combate ao terrorismo, ao racismo, à discriminação e à exclusão, da cooperação entre o Norte e o Sul e da valorização do multilateralismo e do direito internacional.

Entre os contatos políticos recentes, ressalte-se a visita a Luxemburgo, em outubro de 2004, do Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, para conversas a respeito do Conselho de Segurança da ONU, tendo como interlocutor o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Georges Santer. A autoridade luxemburguesa manifestou, na oportunidade, percepção positiva em relação ao G-4, integrado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão. Por outro lado, o Embaixador Santer considerou o objetivo de um assento europeu como aspiração de médio a longo prazo, que requererá uma convergência maior entre os membros da União Européia em matéria de paz e segurança internacional. O Embaixador Santer manifestou interesse em manter coordenação com o Brasil por intermédio das Missões respectivas em Nova York e antecipou que Luxemburgo estará se candidatando a um assento como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o período 2013/2014.

O Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, no encontro com o Embaixador Patriota, referiu-se também a outras questões, como a evolução da situação no Oriente Médio, sobretudo o

conflito israelo-palestino (hospitais construídos na Faixa de Gaza com recursos luxemburgueses foram destruídos pela artilharia israelense); a importância da luta contra o narcotráfico; a possibilidade de cooperação trilateral entre Luxemburgo, Brasil e um terceiro país beneficiário (o Grão-Ducado deseja aumentar de 0,8 para 1 por cento do PIB a alocação de recursos para o desenvolvimento); e a intenção luxemburguesa de vir a obter o status de observador na OEA.

Relações econômicas bilaterais

O principal investidor luxemburguês no Brasil é o grupo ARCELOR, com sede na capital do Grão-Ducado. Trata-se do segundo maior grupo siderúrgico do mundo (produção anual de 47 milhões de toneladas), resultante da fusão das empresas ARBED (luxemburguesa), USINOR (francesa) e ACERALIA (espanhola). No Brasil, a ARCELOR controla o conjunto Belgo-Mineira/CST/Acesita, além da Vega do Sul (aços planos para automóveis). Vale notar que o Presidente do Conselho de Administração da ARCELOR, Sr. Joseph Kinsch, exerce a função de Cônsul Honorário do Brasil em Luxemburgo.

Segundo recentes declarações de seu Presidente mundial, Guy Dollé, o grupo ARCELOR planeja investir US\$ 3 bilhões no Brasil no triênio 2005-2007. Os recursos serão usados para expandir a capacidade de produção das usinas que a ARCELOR controla no país e para consolidar suas participações nessas empresas em uma única "holding". Dos três bilhões de dólares, dois bilhões serão utilizados em expansão da capacidade produtiva (dos quais US\$ 1 bilhão já está sendo aplicado na expansão do terceiro alto-forno da CST). Outro US\$ 1 bilhão será destinado à criação da "holding", que fundirá todos os ativos da ARCELOR no Brasil, terá ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e nascerá com valor de mercado de US\$ 7 bilhões a US\$ 8 bilhões. Ao final da expansão da CST, em 2007, o Brasil representará 25% da produção do grupo no mundo e um terço do valor de seus ativos. Ademais, a ARCELOR está analisando a possibilidade de participar de uma usina de placas no Maranhão, em sociedade com a Vale do Rio Doce.

No comércio do Brasil com Luxemburgo, destaca-se, em anos recentes, a venda de dez jatos regionais da EMBRAER (oito ERJ-145 e dois ERJ-135) para a companhia LUXAIR. Segundo dados luxemburgueses (as estatísticas brasileiras de comércio exterior registram apenas valores conjuntos com a Bélgica), as exportações brasileiras para o mercado luxemburguês somaram, em 2004, 11,6 milhões de euros, havendo o Brasil importado de Luxemburgo, no mesmo ano, 24,9 milhões de euros. Entre as exportações brasileiras, destacam-se, segundo a classificação luxemburguesa, (a) máquinas e aparelhos, (b) metais e obras trabalhadas em metal e (c) produtos químicos; já entre as importações brasileiras têm relevo (a) metais e obras trabalhadas em metal, (b) máquinas e aparelhos e (c) matérias plásticas.

Ressalte-se também a existência de ligação aérea direta entre o Brasil e Luxemburgo para o transporte de cargas, o que constitui importante fator de facilitação do intercâmbio. A empresa luxemburguesa CARGOLUX, que conta com treze aviões cargueiros, têm como destinos no Brasil os aeroportos de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Petrolina.

Ademais, quatro bancos brasileiros mantêm sucursais em Luxemburgo; a saber, Bradesco, Itaú, Safra e Unibanco. Registre-se também a presença em Luxemburgo de uma comunidade brasileira em torno de seiscentas pessoas. Os brasileiros em Luxemburgo exercem atividades principalmente nos setores de hotéis, restaurantes, cafés, de limpeza e de construção civil.

Economia

A economia luxemburguesa tem mantido uma elevada média de crescimento nas duas últimas décadas, bastante acima da média da União Européia. Em 2004, por exemplo, o PIB luxemburguês cresceu 4,5%, para uma média da UE de aproximadamente 2,5%. Para 2005, estima-se que o PIB de Luxemburgo terá um incremento em torno de 3,5%. A taxa de desemprego em Luxemburgo, em 2004, alcançava tão-somente 4,6% (em contraste com a média da União Européia em torno de 9%). O setor de serviços emprega aproximadamente dois terços da população ativa luxemburguesa. O índice de

inflação em 2004 atingiu 2,2%, em parte alimentado pela alta dos preços do petróleo.

Como seria de esperar-se, Luxemburgo possui uma posição fiscal muito confortável. A dívida pública, em queda, é de apenas 5,3% do PIB (o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE tem como teto 60%), e o déficit fiscal em 2004 atingiu tão-somente 1,4% do PIB (o referido Pacto tem como limite 3%). Enfim, pode-se afirmar que Luxemburgo possui uma das economias mais prósperas do mundo, com praticamente todas as principais variáveis macroeconômicas sob controle.

POLÍTICA

A paisagem política luxemburguesa, igualmente de grande estabilidade, tem-se caracterizado, nas últimas quatro décadas, por sucessivos Governos de coalizão, com participação preponderante do centrista Partido Social Cristão (PSC), no poder desde 1937, exceto pelo período de 1974 a 1978. As outras duas grandes agremiações políticas são o Partido Operário Socialista Luxemburguês (POSL) e o Partido Democrático (PD).

Os resultados das últimas eleições, em junho de 2004, apontaram mais uma vez clara vitória do PSC. O Primeiro-Ministro Jean-Claude Juncker - que obteve uma votação pessoal recorde - foi na ocasião novamente reconduzido à chefia do Governo, cargo que ocupa desde janeiro de 1995 e que acumula com a pasta das Finanças.

Adicionalmente, as eleições de junho de 2004 voltaram a conferir ao Partido Operário Socialista Luxemburguês a condição de segunda força política do país. No pleito anterior, em 1999, o POSL tinha perdido essa condição para o Partido Democrático, agremiação de centro-direita. Em consequência, desde meados de 2004, Luxemburgo é governado por uma coalizão entre o Partido Social Cristão e o Partido Operário Socialista Luxemburguês, combinação de forças que de resto já dirigira o país de 1984 a 1999.

Na formação do atual Governo, em agosto de 2004, o líder do PSOL, Jean Asselborn, assumiu os cargos de Vice-Primeiro- Ministro e Ministro dos

Negócios Estrangeiros. Vale o registro que Asselborn, de família operária, começou sua vida profissional aos dezoito anos de idade como trabalhador em fábrica de pneus, havendo logo se engajado em movimentos sindicais. Somente aos 27 anos, freqüentando cursos noturnos, concluiu seus estudos secundários, e, aos 32 anos, formou-se em Direito.

Mencione-se, finalmente, o prestígio de seu regime monárquico como fator adicional para a estabilidade e prosperidade de Luxemburgo. O atual Chefe de Estado, Grão-Duque Henri, foi elevado ao trono em outubro de 2000, em meio a manifestações populares de grande apreço e simpatia, após seu pai, Grão-Duque Jean (que vive), ter abdicado em seu favor em razão da idade.

Aviso nº 1.154 – C. Civil.

Em 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

MENSAGEM Nº 250, DE 2005

(Nº 733/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do

Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Pedro Luz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Níger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtido os **agréments** dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Pedro Luiz Rodrigues que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 377 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o artigo 18 § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa

Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Pedro Luz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Pedro Luz Rodrigues poderá ser nomeado, também, para exercer os cargos de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República do Niger, na República

do Chade e na República de Benin, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** Senhor Pedro Luiz Rodrigues que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PEDRO LUIZ RODRIGUES

CPF.: 24112844700

ID.: 7678 MRE/DF

- 1949 Filho de Carlos Octavio Rodrigues e Yedda Leite Rodrigues, nasce em 29 de junho no Rio de Janeiro, RJ
- 1977 Jornalismo, pela Universidade de Brasília/DF, em 12 de dezembro
- 1978 CPCD, IRBr
- 1978 Terceiro Secretário em 16 de outubro
- 1978 Divisão Consular, assistente
- 1979 Embaixada em Dacca, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1980 Embaixada em Bogotá, missão transitória
- 1980 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1980 Segundo Secretário, por antigüidade, em 20 de novembro
- 1981 Ministério da Fazenda, Coordenador de Comunicação Social
- 1982 CAD, IRBr
- 1984 Embaixada em Georgetown, Encarregado de negócios, missão transitória.
- 1985 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 1985 Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Subsecretário
- 1985 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho
- 1988 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
- 1991 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Assessor Especial
- 1992 Presidência da República. Secretário de Imprensa

- 1992 Ordem de Rio Branco, Comendador
- 1992 Conselheiro, por merecimento em 25 de junho
- 1993 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1995 Embaixada em Tel-Aviv, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1997 Divisão da Europa-I, Chefe
- 1998 Ministério da Fazenda, Assessor Especial
- 1998 Légion d'Honneur, França, Cavaleiro
- 1999 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Assessor Especial
- 1999 Ministério da Justiça, Chefe de Gabinete
- 2000 Assessoria de Comunicação Social (ACS/SG), Subchefe
- 2001 Vice-Presidência da República, Assessor
- 2001 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe
- 2001 Ordem do Mérito de Brasília, Governo do Distrito Federal, Comendador
- 2001 CAE, IRBr, "Opinião Pública e Política Externa"
- 2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 26 de junho
- 2002 Assessoria de Comunicação Social (ACS/SG). Chefe
- 2002 Subsecretaria-Geral de Planejamento Diplomático, Assessor
- 2003 Orden del Aguila Azteca, México, Placa
- 2003 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

Claudia d'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio
Divisão da África I

NIGÉRIA

A Nigéria situa-se na costa ocidental do continente africano, no Golfo da Guiné, e faz fronteira com o Benin, o Níger, o Chade e o Cameroun. O país tem uma área de 923.768 km² e é o mais populoso da África, com mais de 130 milhões de habitantes. Ali coexistem 250 etnias, nem sempre pacificamente, sendo as principais os hausas-fulanis, os iorubás, os ibos e ijós. Os iorubás predominam na região oeste e estão presentes na administração, comércio e profissões liberais. Os ibos se localizam a leste, e os hausas e os fulanis habitam o norte, onde a religião islâmica é dominante. Da vasta população nigeriana, 50% são islâmicos, 40%, cristãos, e o restante professa religiões animistas. O inglês é o idioma oficial, mas o hausa e o iorubá, entre muitos outros, num total de 505, são também utilizados correntemente.

A geografia física da Nigéria é bastante variada. Os oitocentos quilômetros de litoral são pantanosos, sobretudo no delta do rio Níger, região onde se concentram as reservas de petróleo. Na região Sul do interior, predominam as florestas tropicais. À medida que se caminha para o Norte, o clima vai-se tornando mais árido, em decorrência da aproximação geográfica com o deserto do Saara. A capital, desde 1991, é Abuja, situada na região central do país. As principais cidades são Lagos, antiga capital, Ibadan e Kano.

A Nigéria é uma República presidencialista. O atual Chefe de Estado e de Governo é o Presidente Olusegun Obasanjo, eleito em 1999 e reeleito em 2003. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é o Embaixador aposentado Oluyemi Adeniji.

A maior parte do Corpo Diplomático acreditado na Nigéria (cerca de 60 embaixadas) já se transferiu para Abuja, mas permanecem em Lagos o centro econômico, financeiro e cultural do país, bem como as sedes de quinze missões diplomáticas e um número expressivo de representações consulares. O Brasil efetivou a transferência de sua Embaixada em Lagos para Abuja em maio de 2005, deixando um Consulado-Geral em Lagos.

POLÍTICA INTERNA

Passado o período de sucessivos governos militares, a Nigéria inaugura em 1999 um ciclo de abertura democrática. Marco do novo ambiente político que se instaura internamente é representado pelas eleições presidenciais daquele ano que levam ao poder o Presidente Obasanjo.

Seu antecessor, General Abubakar, recebera apoio da comunidade internacional para promover mudanças e abrandar o autoritarismo da ditadura militar. Obasanjo, nos pleitos de 1999 e 2003, consolidou sua liderança no país.

Personalidade de grande projeção internacional, Obasanjo, que ocupara o cargo de Chefe do Governo no período militar (1976-1979), já foi candidato à Secretário-Geral da ONU, integrou a Comissão do Commonwealth contra o Apartheid e é membro permanente da Comissão da UNESCO para a Paz e o Desarmamento. Embora seja de origem iorubá, Obasanjo não compartilha do extremismo comum aos grupos políticos daquela etnia, tampouco do desejo de vingança contra a elite militar dos Hausa-Fulani.

Obasanjo tem procurado implementar políticas voltadas ao combate da corrupção. O Painel Anticorrupção, criado pelo Presidente e chefiado pelo industrial Christopher Kolade, recomendou o cancelamento de contratos que envolviam quase US\$ 1 bilhão, firmados nos últimos meses de governo do General Abubakar. Concessões petrolíferas eram obtidas, muitas vezes, por meio de subornos de empresas estrangeiras a altos burocratas.

Obasanjo cancelou contratos obscuros de telefonia celular e demitiu o corpo dirigente da estatal telefônica NITEL. A estatal petrolífera NNPC publicou seu resultado contábil pela primeira vez.

A violência também representa um grande problema nacional e um desafio para a administração Obasanjo, embora os conflitos étnicos entre iorubás e hausas, tão frequentes em 1999-2001, tenham diminuído. Outro foco de instabilidade é o acirramento das rivalidades entre cristãos e muçulmanos, consequência direta do fato de doze estados do Norte do país terem adotado a lei islâmica – a Sharia – como código penal. A violência política encontra-se em estágio latente, com as reivindicações por autonomia regional e por uma redefinição federativa. Há crescimento da criminalidade urbana.

Muitos organismos internacionais, porém, reconhecem os progressos obtidos pelo país na questão dos Direitos Humanos, sobretudo no que tange à liberdade de expressão e ao fim das perseguições políticas.

No que concerne à vida política nigeriana, cabe mencionar os três maiores partidos políticos locais: People's Democratic Party (PDP), a que pertence o Presidente Obasanjo, All People's Party (APP), de perfil conservador, e Alliance for Democracy (AD), predominantemente formada por iorubás.

A Assembléia Nacional é bicameral, tendo o Senado 109 membros, e a House of Representatives, 360 deputados. Cabe mencionar que o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo vem-se caracterizando por tensões e conflitos frequentes, o que gera entraves ao aperfeiçoamento das instituições políticas.

A classe militar, que tanta influência exerceu na história do país, mantém-se discreta em relação aos temas políticos. A associação de alguns seguimentos militares com esquemas de corrupção e desrespeito aos direitos humanos comprometeram sua imagem junto à opinião pública. A Nigéria possui as maiores forças armadas da região: 78.500 homens.

As próximas eleições presidenciais deverão ocorrer no início de 2007. Analistas internacionais acreditam que Olusegun Obasanjo deverá continuar projetando-se como importante estadista internacional e líder das reformas econômicas internas.

ECONOMIA

No ano de 2004, a Nigéria teve um PIB de US\$ 64,9 bilhões, com renda per capita da ordem de US\$ 475 (em 1980, no auge do *boom* do petróleo, a renda per capita alcançou US\$ 800). A indústria nigeriana é responsável por 38,8% do PIB (índice devido basicamente à indústria do petróleo), a agricultura, 37,2%, e os serviços, 24% (2004). Com a alta dos preços internacionais do petróleo, o crescimento do PIB projetado para 2005 é na ordem de 5%. Prevê-se aumento de 7% do total da balança de transações correntes (exportação de petróleo é o item principal) e manutenção da tendência em baixa do déficit fiscal. O setor agropecuário, que ultimamente tem recebido algum impulso, também vem contribuindo para a robusta taxa de crescimento do PIB nigeriano.

A Nigéria tem população economicamente ativa de 54,3 milhões e alta taxa de desemprego, devido à sua dependência do setor produtivo de óleo e gás, que guarda poucos vínculos com o resto da economia e não é gerador intensivo de emprego. Não obstante a tendência inflacionária de dois dígitos, as expectativas são de que a taxa de inflação média de 16%, em 2004, decresça a 11,1%, em 2005.

A Nigéria é o sexto maior produtor mundial de petróleo. O setor concentra a maior parcela do PIB. Em 2001, segundo estatísticas nigerianas oficiais, o setor petrolífero foi responsável por 76,5% das entradas governamentais e mais de 95% da receita das exportações. Em 2003, o setor foi responsável por quase 93% das exportações, e em 2004, o percentual foi de 95%. As reservas de petróleo do país são suficientes para mais 35 anos de produção. O petróleo nigeriano começou a ser explorado em 1958, e a produção atingiu seus níveis mais altos em 1979, com a cifra de 2,3 milhões de barris por dia. Em 2001, atingiu o patamar de 2,08 milhões de barris diários, com receita de US\$ 18,68 bilhões.

As condições de produção são difíceis. As quatro refinarias estão em mal estado. A maior parte das companhias que operam na Nigéria planejava aumentar substancialmente a produção, mas foram prejudicadas por estarem vinculadas a *joint ventures* com a empresa governamental Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) que, longe de preparada para a expansão, está pressionada por atrasados e compromissos anteriormente assumidos. Desde 1979, a NNPC vem operando acordos de participação de *joint ventures* com as principais companhias petrolíferas. No entanto, problemas financeiros vêm impedindo o cumprimento dos prazos e pagamento dos custos estipulados nestes acordos. A empresa sofre, ainda, com ataques esporádicos às instalações petrolíferas, em protesto contra a poluição gerada pela exploração do petróleo no delta do rio Níger, bem como com atos de vandalismo para roubo de combustível. Diante desse cenário, as *majors* petrolíferas estão demonstrando maior interesse na exploração de petróleo em alto mar. Os novos campos apresentam custos elevados de investimento, mas produzem petróleo de alta qualidade e, a partir da assinatura, em 1993, de contratos de risco, é possível desenvolvê-los sem a imposição de participação acionária governamental.

Apesar de ser o maior produtor de petróleo da África subsaariana e situar-se entre os dez maiores do mundo, a Nigéria é obrigada a importar refinados de petróleo para abastecer o mercado doméstico. Da capacidade instalada, de 445.000 barris por dia, as quatro refinarias, pertencentes à NNPC, conseguem destilar apenas 40% do total. O país também dispõe de infra-estrutura de oleodutos, administrada por subsidiária da NNPC, que tampouco logra assegurar o escoamento dos derivados para todas as regiões.

A desregulamentação do setor, destinada a eliminar os subsídios à importação de produtos de petróleo e implementada aos poucos desde 1999, implicou o contínuo aumento dos preços da gasolina e diesel. Na Nigéria, os anúncios de aumento do preço da gasolina costumam ser acompanhados por escassez, bem como por greves de trabalhadores, que chegam a paralisar, às vezes por dias seguidos, as principais cidades do país.

A questão do *downstream* (refinação, distribuição e comercialização) do petróleo pode ser considerada como um dos maiores problemas herdados pelo Governo Obasanjo. As grandes empresas petrolíferas na Nigéria (Shell, Chevron/Texaco, ExxonMobil, Agip e Total finaElf) não têm demonstrado qualquer interesse em investir no setor, de modo que a privatização das refinarias e petroquímicas, anunciada em 2000, até hoje não se concretizou.

A Nigéria teria grande interesse em desenvolver os seguintes aspectos, em matéria de cooperação no setor do *downstream* :

- a) Investimentos em refinação do petróleo, seja na aquisição de refinarias a serem privatizadas, seja na construção de novas;
- b) Capacitação (capacity building) para manutenção de refinarias, bem como para a operação de equipamentos considerados *troublesome*, como as unidades de craqueamento catalítico fluido ou FCC (fluid catalic cracking);
- c) Identificação de fontes estáveis de suprimento de peças de reposição para a indústria petrolífera;
- d) Investimentos ou assistência técnica no escoamento de derivados de petróleo, tanto na infra-estrutura de gasodutos, quanto na de transporte rodoviário, ferroviário ou marítimo costeiro; e
- e) Capacitação (capacity building) para manutenção de depósitos de produtos refinados e equipamentos em geral.

As reservas de gás nigerianas estão entre as maiores do mundo e localizam-se principalmente a leste do delta do Níger. Praticamente metade do gás obtido com a extração do petróleo continua sendo desperdiçada porque a demanda local é insuficiente para cobrir os gastos de separação, processamento e distribuição do produto. A política do Governo é de aumentar a infra-estrutura de utilização de gás. A companhia estatal nigeriana LNG está à frente de um projeto de US\$ 4 bilhões para a liquefação e exportação do gás natural.

A tendência em baixa do déficit fiscal, desde 2001, se deve, primordialmente, a medidas de austeridade aliadas a receitas petrolíferas superiores às expectativas. Instituições financeiras internacionais vêm recomendando, prioritariamente, maior transparência orçamentária, reduções dos altos subsídios governamentais à gasolina e combate à corrupção, que afeta a renda governamental. O governo chegou a gastar em torno de US\$ 2 bilhões ao ano em subsídios para vender o barril de petróleo para consumo interno a US\$ 9,50, enquanto seu preço no mercado internacional atingia US\$ 28,00. A intenção de aumentar o preço do combustível, a fim de eliminar os subsídios, costumava gerar fortes protestos populares, inclusive por meio de greves, elevando o risco de instabilidade interna. O mais recente projeto de greve geral foi suprimido pelas pressões exercidas pelo Governo, que levou à prisão vários sindicalistas e liberou o preço do combustível.

A agricultura é o setor que emprega, formal ou informalmente, a grande maioria da população nigeriana. Várias tentativas de modernizar a agricultura, desde a década de 1970, não surtiram qualquer efeito prático, esbarrando seja na falta de vontade política, seja no contrabando generalizado dos bens ou ainda, nas práticas ineficientes, comuns no setor. De país exportador de gêneros alimentícios, a Nigéria passou a importador. O Presidente Obasanjo procura incentivar a agricultura por meio da proibição de importação de alguns produtos, e, recentemente, alguns resultados vêm-se fazendo notar.

Para cobrir o serviço da dívida, estima-se que a Nigéria tenha que desembolsar nos próximos anos cerca de US\$ 8 bilhões anuais. Os principais credores são membros do Clube de Paris, que têm insistido no cumprimento rigoroso do pagamento das obrigações financeiras. Em sua visita ao país em julho de 2000, o então diretor do FMI, Horst Koenler, concluiu os acordos que permitiriam assinatura de acordo, no ano seguinte, que contemplava um *overdraft* de US\$ 1 bilhão, montante correspondente a 45% dos recursos colocados à disposição do país pelo Fundo, condicionado a certas reformas na economia. Poucos meses depois, o acordo expirou, e a Nigéria, embora recebendo menor assistência bilateral, foi objeto de investimentos estrangeiros maiores no setor petrolífero. O acordo poderia dar maior credibilidade ao Governo Obasanjo em seu esforço para reescalonar a dívida externa junto a credores privados, mas o Governo não dispõe de força suficiente para implementar, em prazo curto, as reformas exigidas pelo FMI (modernização do sistema bancário, eliminação da inflação, solução de problemas regionais sobre a distribuição da receita oriunda da indústria petrolífera). A expectativa mais otimista é de um *debt relief* de 70% em relação aos cerca de US\$ 30 bilhões de dívida (2002). No entanto, esta perspectiva é remota, pois a Nigéria não se enquadra no perfil dos Países Pobres Altamente Endividados, que são beneficiados por um amplo programa para redução de dívida, coordenado pelo Banco Mundial. O Presidente Obasanjo tem, como um dos principais objetivos de seu Governo, assegurar o cancelamento de parte substancial da dívida externa nigeriana.

Com relação ao setor externo, o intercâmbio comercial atingiu, em 2003, US\$ 38,91 bilhões, com exportações de mais de US\$ 24 bilhões e importações de US\$ 14,85 bilhões. As principais exportações consistem de petróleo e derivados, algodão, borracha e cacau. As importações compreendem máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e bens de consumo. Os principais parceiros comerciais da Nigéria são os EUA, Reino Unido, Espanha, Itália e França.

Indicadores Socioeconômicos	2001	2002	2003	2004*
População (em milhões de habitantes)	126,6	129,9	133,2	136,5
Densidade demográfica (hab/km ²)	137,0	140,6	144,3	147,8
Crescimento real do PIB (%)	4,6	3,7	10,2	4,4
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	18,1	13,6	14,0	16,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	10,5	7,3	7,1	14,6
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	31,0	30,5	31,3	32,3 ^a
Câmbio(N/US\$)	111,23	120,58	129,22	133,14

Fonte: DIC

Fonte: The Economist Intelligence Unit/ Country Profile for 1999-2000.

* Estimativas e/ou dados preliminares.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo do General Sani Abacha (1993-1998), a Nigéria foi paulatinamente marginalizada no cenário internacional. O Presidente Obasanjo trabalhou para melhorar a imagem externa de seu país, mediante freqüentes visitas e encontros com outros líderes de Estado e de Governo.

As relações da Nigéria com os países vizinhos têm sido, em geral, boas, embora uma disputa territorial com o Cameroun sobre a península de Bakassi, região rica em petróleo, ainda não tenha chegado a uma solução definitiva. A porosidade da fronteira estimula ações delituosas e a suspeita, por parte do Cameroun, de que interesses nigerianos possam ocasionalmente apoiar tendências separatistas nas duas províncias anglófonas.

O Cameroun submeteu a questão à Corte Internacional de Justiça, que em 10 de outubro de 2002 lhe deu ganho de causa. A Nigéria, entretanto, não cumpriu com sua obrigação de retirar-se do território de Bakassi dentro do prazo que se esgotou em 15 de setembro de 2004, alegando uma aceitação tácita camerunesa de alteração do calendário pertinente. O Cameroun tem evitado situações de confrontação com o poderoso vizinho e assim prosseguem as consultas sobre a execução da decisão da Corte de Haia. Em fevereiro de 2005, celebrou-se a 13a Reunião da Comissão Mista, nela foi negociada uma nova estratégia de retirada e novo calendário para sua execução.

A Nigéria foi instrumental na criação, em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO vem procurando implementar ambiciosos projetos de integração regional, tais como a criação de uma área de livre comércio, harmonização das políticas econômicas e fiscais e a introdução de moeda comum na sub-região, além de ampliar iniciativas de natureza político-militar. O Grupo de Monitoramento da CEDEAO, seu braço militar (ECOMOG), tem sido fundamental nos processos de restabelecimento da paz na região, como nos casos da guerra civil na Libéria (1990) e Serra Leoa (1997), dentre outros conflitos.

Em agosto de 2000, o Presidente Clinton realizou visita oficial à Nigéria. Em linhas gerais, a visita assinalou o apoio de Washington ao regime democrático nigeriano e indicou que os EUA esperavam contar com a Nigéria como aliado para promover a

estabilidade na África Ocidental. Os dois presidentes discutiram longamente questões regionais como Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Em maio de 2001, o presidente nigeriano esteve em Washington, tomando-se o primeiro Chefe de Estado africano a visitar os EUA na administração Bush. Na ocasião, o Presidente Bush anunciou que os EUA pretendiam contribuir com US\$ 200 milhões para o fundo global de combate à AIDS e outras doenças contagiosas. De sua parte, Bush retribuiu a visita em julho de 2003, oportunidade na qual aparentemente teriam sido concluídos novos e mais profundos entendimentos de caráter geoestratégico, que abrangeriam, entre outros itens, o petróleo nigeriano e a visão de liderança da Nigéria no continente. Foi anunciado, em outubro de 2003, que a Nigéria reconheceria aos militares norte-americanos imunidade em relação a crimes comuns ou de guerra. Recentemente, a decisão norte-americana de fechar o Consulado-Geral em Lagos, por alegações de que havia ameaças à segurança do pessoal que nele trabalhava, gerou protestos vigorosos do Governo nigeriano e persiste uma certa irritação nas relações bilaterais em consequência da medida.

No cenário multilateral, a Nigéria é membro ativo da ONU, da UA e da CEDEAO. É candidata a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança, caso este venha a ser ampliado.

RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, tendo enviado Missão Especial aos festejos comemorativos. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele mesmo ano, foi criada a Embaixada brasileira em Lagos, hoje instalada em Abuja. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966. O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países. A Nigéria é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra (o Brasil não reconheceu aquele movimento secessionista). Em anos recentes, as constantes violações de direitos humanos durante a ditadura do General Sani Abacha acarretaram um relativo esfriamento do relacionamento, sobretudo nas esferas política e de cooperação técnica.

Com a redemocratização, o relacionamento bilateral adquiriu renovado impulso, que já se fez notar com a visita do Presidente Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito. Em novembro de 2000 o Vice-Presidente nigeriano, Atiku Abubakar, visitou oficialmente o Brasil, tendo presidido a IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria. Abubakar também esteve no Brasil em setembro de 2002, para participar do Congresso Mundial de Petróleo, no Rio de Janeiro.

Visitas de Autoridades Nigerianas ao Brasil

- Janeiro de 1979 – Vice-Presidente da Nigéria, General Shehu Musa Yar'Adua;
- Abril de 1981 – Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Nigéria, Contra-Almirante Abduhalli;
- Abril de 1983 – Chefe do Estado-Maior da Armada nigeriana, Almirante Akin Aduwo;
- Junho de 1988 – Chanceler Ike Nwachukwu;
- Novembro de 1996 – Ministro das Comunicações da Nigéria, General Olanrewaju;

- Abril de 1999 – Presidente Eleito da Nigéria, Olusegun Obasanjo;
- Maio de 1999 -- Missão Parlamentar, membros do Comitê de Privatização;
- Novembro de 2000 – Vice-Presidente da Nigéria, Alhaji Atiku Abubakar;
- Setembro de 2002 – Vice-Presidente da Nigéria, Alhaji Atiku Abubakar;
- Setembro/outubro de 2004 – Delegação do Ministério da Defesa da Nigéria.
- Setembro de 2005 – Visita de Estado do Presidente Olesegun Obasanjo .

Visitas de Autoridades Brasileiras à Nigéria

- Novembro de 1972 – Ministro de Estado, Embaixador Mário Gibson Barboza;
- Março de 1981 – Ministro de Estado, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro;
- Novembro de 1983 – Presidente da República, João Baptista Figueiredo;
- Agosto de 1999 – Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto;
- Janeiro de 2005 – Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim;
- Abril de 2005 -- Visita do Senhor Presidente da República ;
- Agosto de 2005 – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Intercâmbio comercial

O comércio bilateral, que em 2003 não chegou a US\$ 2 bilhões, ultrapassou, em 2004, a cifra de US\$ 4 bilhões e, no primeiro trimestre de 2005 já contava com quase US\$ 2 bilhões. A balança comercial, desfavorável ao Brasil, registrou, em 2004, déficit recorde de US\$ 2,998 bilhões e, no primeiro semestre de 2005, déficit de US\$ 1,1 bilhão. A Nigéria continua a ser o principal parceiro do Brasil no continente africano, ainda não superada pela África do Sul. O Brasil é o quinto maior parceiro comercial da Nigéria, sendo superado apenas pelo Reino Unido, Estados Unidos, França e Alemanha.

Os principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a Nigéria são açúcar refinado, açúcar cristal, veículos, papéis e sal marinho. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se principalmente de petróleo e peles de caprinos e ovinos. Uma novidade importante no comércio entre os dois países foi a entrada na pauta de exportações brasileiras do item “aeronaves”, que respondeu por mais de 5% do intercâmbio entre os dois países. De fato, o Governo de um Estado nigeriano efetuou a compra de uma aeronave da Embraer em 2005. O Governo Federal, por sua vez, estuda seguir esse exemplo.

Um óbice a ser superado nas relações comerciais entre os dois países é a proibição da importação de certos produtos, como carnes e frangos, em vigor na Nigéria. Esse tema foi abordado, inclusive, na visita que o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fez à Nigéria em agosto do 2005. Nessa mesma visita, o Presidente da Nigéria definiu, como razão para ser proibida a importação de certos produtos, deficiências do sistema produtivo nigeriano, o que demandaria o recebimento de assistência técnica e equipamentos no setor pecuário, especialmente no setor granjeiro.

O tema do financiamento às exportações foi recentemente tratado. O Brasil busca apresentar projeto de modelos alternativos de financiamento para importação de produtos brasileiros pela Nigéria, tais como estão sendo efetuados com Angola e países

da América do Sul. O modelo alternativo de financiamento compreenderia a reciprocidade nas preferências de crédito e de pagamentos, de modo a evitar o pagamento de taxas a bancos de terceiros países, que não contemplem benefícios para ambos os países. Importante no processo de viabilização desse mecanismo seria o contrato de fornecimento de petróleo da Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) para a Petrobrás. Na mesma visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil referida anteriormente, o Ministro Furlan apresentou o projeto acima como pleito do Governo brasileiro.

A visita do Presidente Obasanjo ao Brasil em setembro de 2005, representou oportunidade para o Brasil retomar o tema. Por meio de Memorando de Entendimento entre os dois países, assinado pelos Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e pela Ministra de Estado das Finanças da Nigéria e pelos Presidentes Lula e Obasanjo, ficou estabelecida a criação de um Comitê Técnico Bilateral de Alto Nível, que, no prazo de sessenta dias após a assinatura do documento, deverá estruturar proposta de acordo contemplando os pontos anteriormente mencionados, para a criação de modelos alternativos de financiamento às importações nigerianas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NIGÉRIA (2003/05)

Intercâmbio Comercial Brasil-Nigéria (US\$ mil)	2003	2004	2005 (Jan-Jun)
Intercâmbio Comercial	1.964.263	4.008.974	1.959.335
Importações (fob)	1.494.629	3.503.810	1.549.056
Exportações (fob)	469.634	505.164	410.279
Balança comercial	-1.024.995	-2.998.646	-1.138.776

Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio

Divisão da África I

REPÚBLICA DO BENIN

A República do Benin, antigo Reino de Daomé, é um país de dimensão territorial reduzida (112,6 mil km²) da África Ocidental, confinando com a Nigéria, Togo, Burkina Faso, Níger e banhado ao sul pelo Atlântico. Possui população estimada (2005) de 7,4 milhões de habitantes, com um PIB per capita da ordem de US\$ 642 (2005). Embora fortemente dependente de suas exportações de algodão, o país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas

O Benin está entre os países que alcançaram cumprir metas de desempenho macroeconômico e pôde, portanto, beneficiar-se, a partir de 2000, de recursos do FMI aos HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Nos últimos anos, o Benin vem buscando efetuar reformas econômicas com vistas a reduzir o déficit público e a dinamizar o setor privado.

O Benin é uma república unitária, com um presidente eleito por voto popular para até dois mandatos consecutivos de 5 anos. O atual Chefe de Estado e de Governo é Mathieu Ahmad Kérékou, eleito em março de 1996 e reeleito em março de 2001.

O Poder Legislativo é exercido por uma assembléia nacional unicameral, com 83 representantes eleitos por voto popular para mandatos de 4 anos. A atual constituição do país foi promulgada em dezembro de 1990. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é Rogatien Biaou. O Benin celebra sua data nacional no dia da independência, 1º de agosto. O idioma oficial é o francês.

POLÍTICA INTERNA

Durante a ocupação francesa, a partir de 1893, e até a independência, em 1960, o Benin, que integrava o antigo Reino do Daomé, fez parte da Federação Francesa da África Ocidental. O primeiro presidente do país, Hubert Maga, foi eleito em 1960 e deposto por golpe militar em 1963. Ao longo dos anos 60, o país viveu período de golpes frequentes, com o poder se alternando entre juntas militares e governos civis, de efêmera duração.

Dado histórico relevante para o Brasil com relação ao Benin é o fato de que, a partir de 1830, começaram a retornar ao Benin escravos alforriados, procedentes sobretudo da Bahia e Pernambuco, que formaram elite política do país. Quando o país passou a ser colônia da França, em 1893, essa elite foi aproveitada para assessorar a administração francesa. Os retornados, ou “agoudas”, como são chamados, constituíram a classe média da colônia, criaram jornais e muitos, como Casimiro de Almeida, se destacaram como líderes pró-independência.

Em outubro de 1972, o major Mathieu Kérékou deu um golpe de Estado e iniciou ditadura que se prolongou até 1990. Em 1974, Kérékou instituiu o marxismo-leninismo no país, que passou a denominar-se “República Popular do Benin”. O novo regime unipartidário, baseado no Partido da Revolução Popular, estatizou grande número de empresas, bancos e fazendas. Além disso, a religião foi proscrita e os dois principais credos, o catolicismo e o candomblé, passaram a ser perseguidos como “reacionários”.

Na realidade, a sociedade beninense jamais se enquadrou no modelo marxista, fosse por lhe faltarem importantes postulados daquela ideologia, como, por exemplo, uma classe proletária, fosse pela subsistência de importantes laços com a França, da qual o país recebia substancial auxílio, nunca superado pelos modestos índices de assistência recebida da ex-União Soviética.

Durante 1998, várias tentativas de golpe, além de uma sucessão de greves, paralisaram a economia. O colapso do comunismo internacional, no final da década de 80, acelerou o fim do regime, e Kérékou convocou as “forças vivas da nação” para uma “Conferência Nacional”.

A Conferência realizou-se em 1990, tendo sido presidida por um descendente de brasileiros, o Bispo de Cotonou, Dom Isidoro de Souza. Foi votada nova constituição, consagrando os princípios do pluralismo democrático. A nova carta magna fixou o mandato presidencial em 5 anos, com direito a uma única reeleição. O poder legislativo passou a ser exercido por assembléia nacional unicameral, composta de 83 membros eleitos por período de quatro anos. Quanto ao poder judiciário, além da Corte Suprema, criou-se a Corte Constitucional, encarregada de julgar matérias constitucionais. Além disso, o país teve o nome alterado para “República do Benin”, e foram criados numerosos partidos políticos – inclusive o comunista. Estabeleceu-se cronograma para a realização de eleições parlamentares e presidenciais. Os pleitos realizaram-se em 1991, sendo eleito Presidente Nicéphore Soglo, derrotando Kérékou por grande margem de votos.

Apelidado de “camaleão”, pela sua extraordinária capacidade de readaptação à conjuntura política, Kérékou, derrotado, recolheu-se à abstinência política na sua região natal, ao norte do país. O Presidente Soglo, apesar de dinâmico e competente (ex-administrador do Banco Mundial), sofreu sério desgaste no seu quinquênio 1991-96. Acusado de elitista e arrogante, foi gradualmente perdendo o apoio popular. Apesar de sua boa administração, Soglo foi derrotado por Kérékou, que renasceu de suas cinzas nas eleições de fevereiro e março de 1996. Para vencer no segundo turno, o “camaleão” renunciou à sua patente militar, converteu-se ao catolicismo, passou a intitular-se reformista e fez valer, uma vez mais, o seu indiscutível carisma. O apoio de Adrien Houngbedji, líder do *Parti du renouveau démocratique* (PRD), foi fundamental para a vitória de Kérékou. Como recompensa, o Presidente criou o cargo de Primeiro-Ministro e nomeou Houngbedji para ocupá-lo.

Os primeiros dois anos do Governo Kérékou-Houngbedji mostraram fissuras no pacto eleitoral que elevou ambos ao poder. O *Parti du Renouveau Démocratique* (PRD) de Houngbedji retirou-se da Frente Parlamentar “Solidariedade e Progresso” em 1997. Em maio de 1998, o Primeiro-Ministro renunciou ao cargo, pondo fim à coalizão governista.

Nas eleições presidenciais de março de 2001, o Presidente Kérékou disputou, no primeiro turno, com 17 candidatos, dentre os quais, o ex-Presidente Nicéphore Soglo, principal figura da oposição e candidato com as melhores chances de derrotá-lo, Adrien Houngbedji, então Presidente da Assembléia Nacional, e Bruno Amoussou, então Ministro do Planejamento e do Desenvolvimento.

Kérékou obteve 47% dos votos, Soglo 28% e Houngbedji 12,6%. Desistiram, alegando manipulação eleitoral. Declarada oficialmente sua vitória, o presidente eleito tomou posse em 4 de abril de 2001.

O resultado de eleições legislativas, realizadas em março de 2003, levou o Movimento Presidencial, coalizão governista, a ocupar 52 assentos da assembléia nacional, de um total de 83, dotando o governo de confortável apoio parlamentar.

A próxima eleição presidencial está marcada para 2006, na qual Kérékou (72), pelas disposições constitucionais (limite etário de 70 anos e já reeleito uma vez) não poderá concorrer. Rumores de que seria elaborada emenda consitucional de modo a permitir nova candidatura Kérékou foram fortemente rechaçadas pela opinião pública, inclusive em manifestações de rua.

ECONOMIA

A economia do Benin baseia-se predominantemente na agricultura, especificamente na produção de algodão, azeite de dendê, castanhas e madeiras tropicais. O país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas, ainda que modestas. A população economicamente ativa é da ordem de 2 milhões de pessoas, com 60% na agricultura, 2% na indústria e 38% no setor de serviços (transportes, comércio e serviços públicos).

Aproximadamente apenas a terça parte da população do Benin tem acesso a padrões mínimos de saneamento e assistência médico-hospitalar; 20% completaram o curso secundário e somente 60% têm acesso à água potável. Efetivamente, trata-se de um dos países mais pobres do mundo, figurando nos relatórios do PNUD como país da categoria “low human development”.

Relatório do FMI, de fins de 2003, indicava que o Benin vinha atingindo, nos últimos anos, metas de desempenho econômico que têm habilitado o país a receber os desembolsos periódicos da instituição.

Comércio Exterior do Benin (US\$ milhões)	2002	2003	2004
Exportações (fob)	241,5	278,7	277,4
Importações (fob)	720,8	1.297,9	1.327,8
Saldo Comercial	-479,3	-1.519,2	-1.059,9
Intercâmbio Comercial	962,3	2.076,6	1.610,7

Fonte: Braziltradenet

*Jan-Set

POLÍTICA EXTERNA

Após ter seguido uma política externa de alinhamento com os países do bloco socialista, sobretudo durante o período de “República Popular”, o Benin hoje se insere pragmaticamente na esfera ocidental, mantendo excelente relacionamento com a França e demais países da União Européia. Com a ex-metrópole, além do intercâmbio comercial, mantém importantes laços no setor de defesa. O Benin, no entanto, não deixou de ter boas relações com os países socialistas, os quais continuam sendo parceiros importantes.

No contexto africano, o Benin é um dos fundadores da CEDEAO, além de integrar outros organismos regionais para o desenvolvimento e a segurança. O país não tem disputas territoriais nem tampouco conflitos étnicos, atuando de modo construtivo no cenário político regional. Desde 1996, o Benin vem intensificando o relacionamento com os países vizinhos, sobretudo com a Nigéria, principal mercado para os seus produtos (existe um dinâmico comércio de contrabando entre os dois países; registre-se que em agosto de 2003, em virtude dos problemas de contrabando e tráfico humano, a Nigéria fechou suas fronteiras com o Benin durante uma semana) . O relacionamento com o Togo, Burkina Faso, Niger e Mali também vem sendo reforçado.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Apesar da forte ligação histórica e humana, as relações diplomáticas com o Benin, estabelecidas em 1961 e exercidas cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Lagos, têm sido pouco expressivas, limitando-se a algumas visitas de autoridades beninenses ao nosso país, na década dos anos oitenta.

Nos foros multilaterais, o Benin tem com freqüência apoiado as candidaturas brasileiras, havendo confirmado, em abril de 2002, seu voto ao candidato brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A Chancelaria beninense vem procurando promover um relançamento de seu relacionamento com o Brasil, que vem sendo estimulado pela parte brasileira. Em 2004, o então Diretor do DEAF, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, em périplo pela África Ocidental, incluiu o Benin no roteiro. Naquela visita, foram identificados diversos pontos de interesse mútuo para compor uma nova agenda de cooperação. Ainda em 2004, visitou o Brasil o Embaixador Cyrille Oguin, Embaixador do Benin em Washington (posto que detém a cumulatividade com o Brasil).

Em junho de 2005, o funcionário da Embaixada do Benin em Washington), Conselheiro Emmanuel E. Ohin, visitou Brasília. Além de tomar as primeiras informações sobre os procedimentos necessários para a abertura da Embaixada residente no Brasil, o diplomata submeteu à parte brasileira projetos de acordos de cooperação, de estabelecimento da comissão mista e de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, que foram assinados durante a visita do Chanceler Rogatien Biaou, ocorrida em 11 de agosto de 2005.

Intercâmbio comercial

A relação de trocas comerciais do Brasil com o país nos últimos anos registra volumes anuais modestos e decrescentes, em razão da diminuição das importações brasileiras. Assim, em 2004, o volume comercial atingiu apenas US\$ 19,77 milhões, contra US\$ 84,3 milhões em 1998.

Os esporádicos saldos favoráveis ao Benin devem-se a um único produto beninense: algodão não cardado nem penteado, de fibra longa e alta qualidade, destinado à indústria têxtil brasileira. Ressalte-se que o Brasil, embora nos últimos anos venha importando menos, é importante parceiro comercial do Benin.

Com relação às exportações brasileiras para o Benin, a pauta resume-se a artigos de bijuteria, tais como brincos, colares, pulseiras de fantasia, etc. Segundo estimativa da Embaixada brasileira na Nigéria, o comércio de contrabando desses artigos pode atingir cifra bem superior àquela registrada pelas estatísticas oficiais. O comércio entre os dois países situa-se bem aquém do seu potencial. O Benin importa bens de capital, alimentos e manufaturados diversos, produtos esses que poderiam ser ofertados pela indústria brasileira. No momento não há registro de empresas brasileiras atuando no Benin. A Construtora Andrade Gutierrez chegou, no passado, a manifestar interesse em alguns projetos de pequeno porte, mas não concretizou qualquer iniciativa.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BENIN (2003/04)

(em milhões de US\$)	2003	2004
Exportações brasileiras	15,4	18,86
Importações brasileiras	0,026	0,905
Volume	15,426	19,77
Balança	15,37	17,96

Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio

Divisão da África I

REPÚBLICA DO CHADE

A República do Chade situa-se na região central da África do norte, confinando com a Líbia, Sudão, Níger, República Centro-Africana, Cameroun e Nigéria. A população do país é estimada em 8,6 milhões de habitantes, com renda *per capita* em torno de US\$ 500 (2004) e PIB de US\$ 4,1 bilhões (2004). A economia baseia-se na agricultura, processamento de *cash crops*, tais como algodão e tâmaras, e atividades pastoris. Trata-se de um dos países mais pobres do mundo, com história recente marcada por conflitos internos e má administração econômica.

O Chade é uma república parlamentarista, com um Presidente da República eleito por voto popular para mandato de 5 anos. O atual mandatário é Idriss Déby, no poder desde 1990, eleito em julho de 1996 e reeleito em 2001, vitórias contestadas pela oposição interna e por grupos de oposição no exílio. De acordo com a nova carta constitucional do país, aprovada por referendo nacional em 1996, o Presidente da República só poderá ser reeleito uma única vez. A próxima eleição presidencial deverá ocorrer em março de 2006, e poria termo aos dois mandatos sucessivos de Idriss Déby.

Em 2005, plebiscito garantiu a Idriss Déby a possibilidade de concorrer a mais um mandato, confirmando revisão constitucional adotada em 2004. O Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente com aprovação do Conselho de Ministros, é Pascal Yoadmnañji.

O poder legislativo é exercido por uma Assembléia Nacional unicameral, composta de 155 deputados eleitos por voto popular para mandato de quatro anos.

POLÍTICA INTERNA

O Chade tornou-se independente da França em 1960. A partir de 1965, eclodiu uma guerra civil entre os rebeldes da Frente de Libertação Nacional (Frolinat) e o Governo central. A situação do país deteriorou-se progressivamente, com sucessão de tentativas e golpes de Estado, com envolvimento de potências externas, como Líbia, Sudão, Estados Unidos e França.

Em 1990, Idriss Déby, ex-comandante do Exército, toma o poder depondo Hissène Habré. Estabelece governo de transição que perdura até 1996, quando é aprovada nova constituição do país, saindo-se vitorioso nesse mesmo ano em eleições presidenciais. É reeleito em 2001.

A França endossou os resultados, havendo financiado parte das despesas relativas ao pleito e dado apoio logístico à sua organização, inclusive com aviões.

Em janeiro de 2002, negociações com as forças opositoristas conduziram à assinatura de um acordo de paz com o MTDJ (oposição armada) e, em 2003, com o Exército Nacional de Resistência (ANR).

O regime de Idriss Déby, contestado por militantes organizados no exílio, é acusado de graves violações de direitos humanos. O país tem sido objeto de investigações por parte da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

ECONOMIA

A economia do Chade baseia-se na agricultura e atividades pastoris, setores que representam 40% do PIB e empregam 80% da população economicamente ativa. O setor industrial limita-se ao processamento de algodão, principal produto de exportação do país. Reservas minerais de ouro, urânio e diamantes não têm sido adequadamente exploradas. No início da década de 90, descobriu-se petróleo na região de Doba, com reservas estimadas em 1 bilhão de barris.

Foi construído oleoduto ligando a região petrolífera ao porto de Kribi, no Cameroun. Orçado em US\$ 3 bilhões, o consórcio foi formado pelas empresas *Exxon*, *Shell*, *Elf Aquitaine* e os governos do Chade e do Cameroun, com aporte financeiro do Banco Mundial.

Após longo período de conflitos internos, e não obstante a precariedade da infraestrutura de transportes e comunicações, a economia do país passou a apresentar certo dinamismo, com taxa de crescimento anual médio do PIB de 2,1% entre 1990-99.

Em maio de 2001 o Chade foi admitido no programa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries) do FMI.

A pauta de exportações do país consiste basicamente de algodão (65%) e gado vivo (30%), destinados a Portugal (30%), Alemanha (15%) e Tailândia (8%). As importações consistem de bens de consumo, equipamento de transportes e máquinas, sendo provenientes da França (40%), Nigéria (10%) e Cameroun (8%). Existe um importante fluxo de comércio informal entre o Chade e a Nigéria.

POLÍTICA EXTERNA

A República do Chade integra, dentre outras, as seguintes organizações internacionais: ONU, UA, Organização da Conferência Islâmica, CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central), Banco Mundial e FMI. É signatária do Tratado de Lomé. A política externa do país é condicionada pelas necessidades econômicas, sobretudo ajuda financeira e cooperação técnica. O Chade mantém relacionamento privilegiado com a França, que ainda mantém tropas no país, no âmbito de um acordo de defesa mútua entre ambos os países. Em meados de 1998, o contingente militar francês baseado na República Centro-africana foi transferido para o Chade.

No âmbito regional, o país mantém boas relações com os vizinhos Níger, República Centro-Africana e Cameroun. As relações com a Líbia, historicamente tensas, tem melhorado nos últimos anos. Com relação ao conflito na República

Democrática do Congo, o Chade chegou a enviar tropas em apoio ao regime de Kabila (retiradas em abril de 1999, após terem sofrido elevado número de baixas). Com a Nigéria, o relacionamento sofreu desgaste, após incidente armado, em maio de 1997, entre tropas dos dois países. Soldados do Chade teriam retirado a bandeira nigeriana de uma ilha no lago Chade, ação que provocou reação armada de tropas nigerianas. O incidente foi resolvido amigavelmente pelas autoridades militares de ambos os países. Atualmente, as relações são de cordialidade, condicionadas por um dinâmico comércio informal entre os dois países.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, com a Embaixada do Brasil em N'Djamena cumulativa com a Missão em Iaundé. A partir de 2000, a cumulatividade passou a ser exercida pela Embaixada brasileira na Nigéria. No comunicado conjunto anunciando o estabelecimento de relações, o Chanceler do Chade frisou o alto grau de prioridade atribuído pelo seu Governo ao relacionamento com o Brasil, manifestando o desejo de explorar possibilidades de cooperação técnica, sobretudo no setor petrolífero.

Até o momento, não se materializou nenhum projeto de cooperação técnica com o Chade. Inexistem acordos bilaterais entre os dois países. Na área comercial, a construtora Andrade Gutierrez participou, sem sucesso, da licitação relativa às obras de infra-estrutura do projeto do oleoduto Chade-Cameroun. O comércio bilateral, por sua vez, apresenta números muito modestos e desequilibrados, em favor do Brasil.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE (2003/04)

(em milhares de US\$)	2003	2004
Exportações brasileiras	341,25	143,414
Importações brasileiras	23,078	0
Volume	364,328	143,414
Balança	318,172	143,414

Fonte: MDIC/SECEX/ Sistema Alice

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio

Divisão da África I

REPÚBLICA DO NÍGER

A República do Níger situa-se no centro-oeste da África, constituindo um enclave, sem acesso marítimo, confinando com a Líbia, Argélia, Mali, Burkina Faso, Benin, Nigéria e Chade. O país tem uma extensão aproximada de 1,2 milhão de km² e consiste de uma grande planície, ao sul, zona semidesértica denominada Sahel, e uma região desértica ao norte, cobrindo cerca de dois terços do seu território. As terras cultiváveis correspondem a apenas 3% e vêm sofrendo acentuado processo de desertificação.

A capital, Niamei, é o principal centro econômico-comercial do país, que conta com uma população de 11,8 milhões de habitantes (2003 – estimativa Banco Mundial). Com um PIB da ordem de US\$ 2,7 bilhões (2003) e per capita de US\$ 211 (2003), o Níger é um dos países mais pobres do mundo, havendo ocupado em 2004 o penúltimo lugar (176^o) em termos de desenvolvimento humano, de acordo aos critérios do PNUD. Sua economia está baseada na agricultura de subsistência e na mineração de urânio, principal produto de exportação do país.

O Níger é uma República parlamentarista. O Presidente da República e Chefe de Estado é Mamadou Tandja, eleito em 1999 e reeleito em 2004. Hama Amadou, Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente, ocupa esse cargo desde janeiro de 2000, havendo sido renomeado em 2004.

O poder Legislativo repousa em uma Assembléia Nacional composta de 83 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos. A constituição do país, promulgada em maio de 1996 e revista em julho de 1999, estabelece um sistema de governo de executivo forte, com um Presidente da República eleito para mandato de cinco anos, reelegível uma única vez.

POLÍTICA INTERNA

Após tornar-se independente da França em 1960, o Níger continuou sob influência francesa, sendo governado pelo Presidente Diouri Hamani, apoiado pela elite francófona de Niamei. Relegadas a um segundo plano, a etnia Sawaba e a população tuaregue participaram de uma rebelião contra o governo central até 1995. Em 1974, Hamani foi deposto pelo Coronel Seyni Kountché, que estabeleceu o “Conselho Militar Supremo”, com os objetivos de eliminar a corrupção e promover a recuperação econômica do país, em franca deterioração após longo período de seca. O Presidente Kountché iniciou um processo de debate com vistas à implementação de uma “Conferência Nacional” para a democratização do país, processo esse que se estendeu até 1987, quando algumas medidas de cunho liberalizante foram aprovadas em referendo nacional.

O Presidente Kountché morreu em 1987, sendo substituído pelo Coronel Ali Saibou, que em 1989 fez aprovar uma nova constituição, estipulando um regime de governo de partido único. No entanto, crescentes agitações sociais e o desgaste provocado pela insurreição tuaregue levaram o governo a suspender a constituição autoritária de 1989 e permitir, em 1990, o estabelecimento de um regime multipartidário. A transição foi conduzida por uma “Conferência Nacional”, que incumbiu o Primeiro-Ministro, Cheiffou Amadou, de chefiar o governo que prepararia a nova constituição e organizaria eleições multipartidárias.

Durante 1992, o Níger viveu período de constante agitação social, agravada pela revolta tuaregue na região norte. As guarnições militares ali sediadas, sujeitas a freqüentes ataques rebeldes, passaram a operar com violência crescente. Em maio de 1994, a guerrilha tuaregue encontrava-se nas proximidades de Niamei. Em 1995, contudo, graças à mediação da França, Argélia, Chade e Burkina Faso, foi possível chegar-se a um acordo de paz entre o Governo e os rebeldes tuaregues, complementado por protocolos de acordo com os rebeldes toubou, em 1997.

Em 1996, um golpe militar havia levado ao poder o coronel Ibrahim Mainassara, que depusera o Presidente Mahamane Ousmane, eleito em 1993, e suspendera a Constituição e o funcionamento dos partidos. Nesse mesmo ano, Mainassara elege-se Presidente da República mas é deposto em 1999 e executado por membros de sua guarda pessoal. Nova Constituição é aprovada e são marcadas eleições presidenciais, vencidas pelo atual Presidente Mamadou Tandja, coronel reformado e ex-ministro do Interior, reeleito em dezembro de 2004, para novo mandato de cinco anos.

ECONOMIA

A economia do Níger baseia-se na agricultura de subsistência, pecuária e mineração (sobretudo urânio), atividades que, em seu conjunto, representam 39% do PIB e empregam 90% da população economicamente ativa. O setor industrial é incipiente, representando 17,5% do PIB. Limita-se ao processamento de produtos agrícolas e pecuários, além de pequena produção de bebidas, plásticos e materiais de construção. O setor de serviços engloba atividades de comércio, transportes, serviços de

infra-estrutura e funcionalismo público, representando 43,6% do PIB. Em termos gerais, a economia do país é condicionada por fatores climáticos (a região é periodicamente assolada por períodos de seca), pela oscilação de preços do urânio e algodão nos mercados internacionais, e pela generosidade dos doadores de ajuda financeira.

O Níger é um dos países mais pobres do mundo, apresentando escassa viabilidade econômica. As possibilidades de crescimento são seriamente limitadas pela dependência externa (ajuda financeira e comércio), pela falta de infra-estrutura, pela carência de um mercado consumidor, pelas contingências climáticas e pelas características geográficas e geológicas. Em 2004, o PIB per capita correspondeu a apenas US\$ 211.

Medidas impopulares têm sido tomadas pelas autoridades do Níger e gerado revoltas. Em fevereiro de 2001, o governo reprimiu manifestações de estudantes da Universidade de Niamei e do ensino médio, motivadas pelo anúncio do cortes de verba para a educação. Estudantes foram presos sob acusação de assassinato de um policial. Em agosto de 2002, na cidade de Diffa, militares se amotinaram contra os baixos salários. As manifestações se espalharam e foram controladas pelas forças leais ao governo.

Relatório do Banco Mundial informa haver o país cumprido, em finais de 2000, as metas estabelecidas para ser admitido no Programa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries) do FMI. Com relação à sua dívida externa, da ordem de US\$ 1 bilhão (em 2000), o país conseguiu, em fevereiro de 2001, sua redução no âmbito do Clube de Paris, em cerca de 50%.

O Banco Mundial está apoiando, com comprometimento total de US\$ 300 milhões, nove projetos visando à redução da pobreza. Daquele total, US\$ 70 milhões são de desembolso rápido, voltados a reformas das finanças públicas, centradas na melhoria da responsabilidade e transparência na gestão de recursos públicos, e US\$ 230 milhões dirigidos para a assistência social.

O comércio internacional em ambos os sentidos atingiu, em 2003 o montante de US\$ 1,1 bilhão, com exportações de US\$ 432 milhões e importações de US\$ 675 milhões. As exportações do Níger consistem basicamente de urânio, algodão e produtos da pecuária. Destinam-se à França (34%), Nigéria (30%), Coréia do Sul (19%) e EUA (30%) – dados de 2001. Com a Nigéria existe volumoso comércio ilegal e não contabilizado pelas estatísticas. As importações compreendem bens de consumo, matérias-primas e combustíveis, sendo provenientes da França (18%), EUA (17%), Côte d'Ivoire (9%), Alemanha (9%) e Nigéria (n.d) – dados de 2001.

Comércio Exterior do Níger (US\$ milhões)	1999	2002	2003
Exportações (fob)	318	334,4	432
Importações (fob)	448	530,2	675
Saldo Comercial	-130	-195,8	-243
Intercâmbio Comercial	766	864,6	1.107

Fonte: Banco Mundial

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Independência, o relacionamento privilegiado com a França, principal doador de ajuda financeira, tem sido o eixo central da política externa nigerina. No início da década de 90, o apoio da França foi fundamental para que o Níger obtivesse o aval do Banco Mundial e FMI para a implementação de um programa de reformas econômicas. Nos últimos anos, o país tem procurado estabelecer novas alianças com países da União Européia, Japão e EUA, sempre com o objetivo de obter ajuda financeira.

No âmbito regional, o Níger tem boas relações com a vizinha Nigéria, país que exerce grande influência sobre a economia informal nigerina, e com o qual mantém diálogo especial sobre as questões de integridade territorial e segurança interna.

Com o Togo, as relações são cordiais, assim como é fluido o relacionamento com a Argélia, Chade e Burkina Faso, países que, além da França, foram instrumentais nas negociações de paz entre o Governo e os rebeldes tuaregues. (A França, até 1995, interveio no processo de pacificação, mediando o diálogo entre governo e rebeldes e hoje atua apoiando a reinserção dos antigos guerrilheiros na vida civil).

Já com o Benin, havia controvérsia fronteiriça relativa a umas três dezenas de ilhas situadas no rio Níger. A questão foi levada a arbitragem na Corte Internacional de Justiça em 2002 e decisão da Corte foi exarada em julho de 2005, estabelecendo uma repartição das ilhas entre os dois países, que se comprometeram a acatá-la.

A Líbia, por sua vez, tem mantido com o Níger um relacionamento ambivalente, uma vez que aquele país apoiou, durante muitos anos, a guerrilha tuaregue.

Em 1998, foi criada, sob os auspícios da Líbia, para a “promoção de complementaridade econômica, cultural, política e social”, a “Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos” (CEN-SAD ou COMESSA), que integrava, na época, Líbia, Níger, Mali, Burkina Faso, Sudão e Chade. Hoje compõem a organização por volta de 20 países. Além dos seis iniciais, aderiram à Comunidade: Djibouti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Marrocos, Nigéria, Rep. Centro-africana, Senegal, Somália, Togo, Benin, Tunísia, Gana e Serra Leoa. Observadores têm considerado a criação da CEN-SAD como um balão de ensaio do Coronel Khadafi, na busca de apoios às suas teses de panafricanismo. Nos últimos tempos, o líder Khadafi tem insistido na adesão da Argélia à organização.

O Níger integra também a CEDEAO, a UEMOA, a União Africana (UA), havendo um sido dos primeiros países a assinar e ratificar o ato constitutivo dessa última. No quadro da Convenção de Lomé, faz parte do grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP). Nos foros internacionais, o país tem uma postura equilibrada e, de modo geral, tende a seguir as posições francesas.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Níger foram estabelecidas em janeiro de 1986, com Embaixada brasileira residente em Lomé, até 1997. Atualmente a representação brasileira no Níger é cumulativa com a Embaixada em Abuja. A representação do Níger no Brasil é feita através da Delegação Permanente daquele país junto às Nações Unidas.

O relacionamento bilateral é pouco expressivo. Em 1995, chegou a ser agendada viagem ao Brasil, não concretizada, do Ministro do Desenvolvimento Industrial do Níger. Não há registro de acordos bilaterais nem de iniciativas na área de cooperação técnica.

O intercâmbio comercial apresenta números muito modestos e, em geral, com saldo favorável ao Brasil:

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NÍGER (2003/04)

(em unidades de US\$)	2003	2004
Exportações brasileiras	1.126.976	2.907.991
Importações brasileiras	1.456	38
Volume	1.128.432	2.908.029
Balança	1.125.520	2.907.953

Fonte: MDIC/SECEX/ Sistema Alice

Aviso nº 1.155 – C. Civil.

Em 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Niger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtido os **agrément**s dos governos desses países.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

(Nº 2.619/2003, na Casa de Origem)

Altera a Lei nº 5.359, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º-A e o inciso III do **caput** do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º-A.

§ 1º O benefício será concedido ao empregado doméstico que tiver trabalhado nessa ocupação por um período mínimo de 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da dispensa sem justa causa.

..... “(NR)

“Art. 6º-B.

.....

III – comprovantes do recolhimento das contribuições previdenciárias durante o período referido no inciso I do **caput** deste artigo, na condição de empregado doméstico;

..... “(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.619, DE 2003

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º-A e o inciso III do **caput** do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com a redação dada pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art 6º-A.

§ 1º O benefício será concedido ao empregado doméstico que tiver trabalhado nessa ocupação por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses, contados da data da dispensa sem justa causa.”
(NR)

Art. 6º-B.

.....

III – comprovantes do recolhimento das contribuições previdenciárias durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico;” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, havia pouco mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos no País em 2002, 93% dos quais mulheres. Uma em cada quatro empregadas domésticas é uma jovem com até 24 anos de idade.

Esse enorme contingente de trabalhadores submete-se a condições de trabalho que são marcadamente piores do que as vividas pelo conjunto de pessoas ocupadas no Brasil. Algumas estatísticas servem para ilustrar essa questão.

Do total de empregados domésticos, apenas 25,8% possuem carteira de trabalho assinada. Os demais, além de não terem direito aos benefícios traba-

listas e previdenciários básicos, têm menos estabilidade em seus empregos:

54% dos empregados domésticos na informalidade permanecem menos de um ano com o mesmo empregador, enquanto 71% dos domésticos formalizados ficam no emprego por mais de um ano.

Finalmente, 95% dos empregados domésticos ganha menos do que dois salários mínimos, embora 40% trabalhem jornadas superiores a 44 horas semanais. A remuneração média dos empregados domésticos, em setembro de 2002, era de apenas R\$ 207,00, praticamente o valor do salário mínimo vigente à época.

Nesse contexto, a Lei nº 10.208, de 2001, constituiu-se em um avanço importante para ampliar os direitos desses milhões de trabalhadores, ao permitir sua inclusão no FGTS e no Programa do Seguro-Desemprego.

Preocupado em não contribuir para aumentar a informalidade entre os empregados domésticos, o legislador preferiu estabelecer que o acesso do empregado doméstico ao FGTS fosse facultativo, mediante requerimento do empregador. No entanto, referida lei falhou, em nosso entendimento, ao vincular a concessão do benefício do seguro-desemprego à inscrição do empregado doméstico no regime do FGTS.

Ora, a nosso ver não se justifica condicionar o direito do seguro-desemprego à existência de conta vinculada do FGTS em nome do empregado doméstico, pois não é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que financia o pagamento daquele benefício, e sim o Fundo de Amparo ao Trabalhador, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 10.208, de 2001.

Assim, o presente projeto de lei visa a corrigir essa injustiça, permitindo que todos os empregados domésticos possam ter direito ao benefício do seguro-desemprego, independentemente de possuírem conta vinculada no FGTS.

Ressalte-se que essa medida apenas resgata o disposto no inciso III do **caput** do art. 201 da Carta Magna, que assegura, na forma da lei, a todos os segurados da Previdência Social, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário. Assim, estender o direito ao benefício do seguro-desemprego aos empregados domésticos é forma de cumprir duplamente mandamento constitucional, à medida que o **caput** do art. 7º da Constituição Federal também dispõe que podem ser definidos posteriormente outros direitos trabalhistas que “visem à melhoria da condição social” dos trabalhadores.

Diante do exposto, temos a certeza de contarmos com o apoio dos ilustres Parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2003.
– Deputada **Almerinda de Carvalho**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972.

Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.

Art. 6º-A. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. *(Artigo incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

§ 1º O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa. *(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

Art. 6º-B. Para se habilitar ao benefício, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego: *(Artigo incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

III – comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico; *(Inciso incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2005
(Nº 62/1999, na Casa de origem)

Altera os arts. 463, 482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, para configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 468.

§ 2º Na hipótese de assédio sexual praticado por prepostos do empregador ou por

superior hierárquico do empregado, o empregador facilitará ao assediado a mudança de função ou setor de trabalho.

§ 3º As empresas, com a participação das entidades representativas da categoria profissional e econômica, estabelecerão programas de prevenção ao assédio sexual nas relações de trabalho, bem como determinarão procedimentos internos para o encaminhamento de denúncias.” (NR)

Art. 2º Os arts. 482 e 493 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 482

m) prática de assédio sexual.

Parágrafo único. Considera-se assédio sexual constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se da condição de superior hierárquico ou de ascendência inerentes ao exercício do emprego.”(NR)

“Art. 483

h) for vítima de assédio sexual por parte do empregador, de seus prepostos ou de superior hierárquico.

§ 4º Na hipótese de descaso do empregador diante de denúncias de ocorrência de assédio sexual a seu empregado, cabe a este o direito de pleitear indenização por dano moral.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 468. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

a) ato de improbidade;

b) incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

f) embriaguez habitual ou em serviço;

g) violação de segredo da empresa;

h) ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) abandono de emprego;

j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 3 de 27.1.1966)

Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

c) correr perigo manifesto de mal considerável;

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1º O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2º No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

§ 3º Nas hipóteses das letras **d** e **g**, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo. (Incluído pela Lei nº 4.825, de 5.11.1965)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005
(Nº 5.128/2001, na Casa de origem)

Denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Uberaba, localizado na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, passa a ser denominado “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.128, DE 2001

Denomina “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco” o Aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Art. 1º O Aeroporto de Uberaba, na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, passa a ser denominado “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A história mundial da aviação tem origem com o inventor Santos Dumont, no início do século vinte, mas a aviação comercial brasileira começou no dia 27 de janeiro de 1927, quando o hidroavião Atlântico decolou do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre, onde chegou dois dias e várias escalas depois. Nos primeiros anos, o desenvolvimento dessa atividade esteve ligado ao pioneiríssimo dos arrojados e intrépidos pilotos da nossa história.

Muitos outros homens também foram responsáveis pela popularização dessas belíssimas e complexas máquinas de voar. Um deles é Mário de Almeida Franco que, embora nascido na cidade de Ribeirão Preto – SP, em 1910, mudou-se para Uberaba inda jovem para dedicar-se à atividade agropecuária.

Com a sua perspicácia comercial, Mário tornou-se proprietário rural e exportador de Zebu, mas, apaixonado pela aviação, habitou-se como piloto no Aero Clube de Uberaba, em 1938. Com suporte financeiro suficiente, Mário foi um dos primeiros proprietários de avião nessa cidade, tendo adquiridos vários aparelhos, dentre eles um monomotor modelo PA28, da Piper, e um Stinsons 105. Em Goiás, conseguiu comprar um avião que pertenceu Benito Mussoani, conduzido por um piloto norte-americano, especialmente contratado para esse fim.

Todos os seus aviões eram guardados na sua própria fazenda, onde construiu um hangar e um campo de pouso. Pela sua generosidade, Mário permitia a utilização do campo por alguns pilotos que precisavam cumprir as horas de vôo determinadas por lei, para obtenção do “breve”, visando ingresso nas companhias aéreas de grande porte. Seu interesse pela aviação também motivou a doação de parte da área da Fazenda São Geraldo, de sua propriedade, para a instalação do Aeroporto de Uberaba.

Mário de Almeida Franco faleceu 9 de julho de 1974, aos 84 anos e mais do que justo agora é conferir seu nome ao aeroporto de Uberaba, como merecia homenagem a este grande cidadão, razão pela qual solicitamos aos nobres Parlamentares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2001. – Deputado **Nárcio Rodrigues**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2005
(Nº 6.990/2002, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 15, 259, 259, 295 e 289 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 15.
.....

§ 4º À nomeação dos membros do Cetrans e do Contrandife será dada publicidade,

por meio do **Diário Oficial**, indicando-se a representatividade de cada um desses membros.” (NR)

Art. 3º O art. 258 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em 4 (quatro) categorias:

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a R\$191,54 (cento e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos);

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a R\$127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos);

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a R\$85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos);

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a R\$53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos).

§ 1º (revogado)

..... ” (NR)

Art. 4º o art. 259 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 259.

§ 3º O cômputo da pontuação prevista no **caput** deste artigo só será efetivado a partir do não provimento do recurso contra a infração à qual essa pontuação está relacionada.” (NR)

Art. 5º O art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 285.

§ 3º Se o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo.

§ 4º Não sendo o recurso julgado até o limite máximo de 60 (sessenta) dias, o processo será arquivado e proceder-se-á à devolução do valor recolhido da multa.

§ 5º Julgado o recurso, o recorrente deverá ser notificado por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure

re a ciência do resultado do julgamento pelo interessado.” (NR)

Art. 6º A alínea **b** do inciso I do **caput** do art. 289 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 289.

I –

b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da Jari e por mais 2 (dois) Presidentes de Juntas, excluído o Presidente da Junta que apreciou o recurso;

..... “ (NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.990, DE 2002

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os arts. 15, 258, 259, 285 e 289 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro.”

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15

§ 3º-A À nomeação dos membros do CETRAN e do CONTRANDIFE será dada publicidade, por meio do **Diário Oficial**, indicando-se a representatividade de cada um desses membros.(AC)”

Art. 3º O art. 258 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 258 As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias;

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a R\$191,54 (cento e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos); (NR)

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a R\$127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos); (NR)

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a R\$85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos); (NR)

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a R\$53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos). (NR)

§ 1º Revogado.

.....

Art. 4º O art. 259 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 259

§ 3º-A O cômputo da pontuação prevista no “caput” deste artigo só será efetivado a partir do não provimento do recurso contra a infração à qual essa pontuação está relacionada. (AC)”

Art. 5º O art. 285 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 285.

.....

§ 3º Se o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo. (NR)”

§ 3º-A Não sendo o recurso julgado até o limite máximo de sessenta dias, o processo será arquivado e proceder-se-á à devolução do valor recolhido da multa. (AC)”

§ 3º-B Julgado o recurso, o recorrente deverá ser notificado por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência do resultado do julgamento pelo interessado. (AC)”

Art. 6º A alínea **b** do inciso I do art. 289 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 289.

I –

b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da JARI e por mais dois Presidentes de Juntas, excluído o Presidente da Junta que apreciou o recurso. (NR)”

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem como objetivo eliminar algumas incoerências e fazer ajustes necessários ao Código de Trânsito Brasileiro. Sem eles, acreditamos que o condutor seguirá sendo lesado, principalmente em decorrência da indústria de multas de trânsito que se pratica atualmente no País.

A maior parte das propostas centra-se na Seção II, “Do Julgamento das Autuações e Penalidades”, do Capítulo XVIII, “Do Processo Administrativo”, do Código.

Com o acúmulo de autuações e, por consequência, de recursos impetradas contra infrações, será preciso defender o condutor contra as arbitrariedades e procedimentos inadequados das repartições de trânsito no que se refere ao encaminhamento e atendimento desses recursos.

Pela importância dessas alterações propostas ao Código de Trânsito Brasileiro, esperamos que os ilustres Deputados aprovelem o projeto de lei que estamos apresentando.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2002. – Deputado **João Magno**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 15. Os presidentes dos Cetran e do Contrandife são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, e deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito.

§ 1º Os membros dos Cetran e do Contrandife são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

§ 2º Os membros do Cetran e do Contrandife deverão ser pessoas de reconhecida experiência em trânsito.

§ 3º O mandato dos membros do Cetran e do Contrandife é de dois anos, admitida a recondução.

.....

Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a 180 (cento e oitenta) UFIR;

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR;

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR;

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR.

§ 1º Os valores das multas serão corrigidos no primeiro dia útil de cada mês pela variação da UFIA ou outro índice legal de correção dos débitos fiscais.

.....

Art. 259. A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:

I – gravíssima – sete pontos;

II – grave – cinco pontos;

III – média – quatro pontos;

IV – leve – três pontos.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

.....
Art. 285.

.....
§ 3º Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo.

Art. 289.

.....
I –

b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da Jari, pelo Presidente da Junta que apreciou o recurso e por mais um Presidente de Junta;

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2005

(Nº 433/2003, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá diversos aspectos da História e da Cultura que caracteriza a formação da população brasileira, a partir destes 2 (dois) grupos étnicos, tais como: a luta de negros e índios no Brasil; a participação, sobretudo cultural, na formação da sociedade nacional, resgatando as suas

contribuições nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e à Cultura serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

..... ”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 433-B, DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a Vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá diversos aspectos da História e da Cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir destes 2 (dois) grupos étnicos, tais como: a luta de negros e índios, no Brasil; a participação, sobretudo cultural, na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições, nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e à Cultura serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”

Art. 2º Esta lei entra em Vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade saudou, recentemente, a sanção presidencial à lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficial e particular.

Referida lei foi criticada, no entanto, pela comunidade indígena, que não foi contemplada com a previsão de disciplinas para os alunos conhecerem a realidade indígena do País.

É inegável a participação dos índios, ao lado de negros e brancos, na formação da população brasileira, fato reconhecido por estudiosos do assunto, como Vera Lúcia Romariz Correia de Araújo, Doutora em Literatura Brasileira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL):

“Cultura Brasileira: A África e a Índia Dentro de Nós. Quando Adonias Filho representa o complexo cultural brasileiro, seu olhar incide sobre a cidade americana iletrada¹, seu patrimônio de oralidade e manifestações de um sagrado voltado para a natureza, “o teísmo silvestre” apontado por Bernardo Bernardi (op. cit.: 396), na antiga cultura oral grega. De forma subsidiária, aparecem manifestações laicas, no cenário urbano, quando o autor representa elementos da cultura popular brasileira. O autor escolhe as representações africanas² e indígenas como interfaces básicas de nossa identidade cultural de quem o interlocutor seria a alteridade européia. A cada passo de sua narrativa, inferimos que essas culturas integrariam o interior de nosso complexo cultural, mediadas, sobretudo, pelo sagrado e pela oralidade.”

in, Especulo, Revista de estudios literários. Universidad Complutense de Madrid.

Sendo assim, nosso intuito, com esse projeto de lei, é corrigir essa lacuna, propondo essa alteração à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de que se torne obrigatório, também, o ensino da cultura indígena, no currículo escolar do sistema público e particular de ensino do nosso País.

Registre-se a manifestação de povos indígenas do Estado do Acre, acerca da importância da cultura indígena como identidade histórica, intimamente ligada à natureza, onde se destaca as atividades dos artesões, de cultivadores de legumes, especialistas em caça e pesca, os pajés, historiadores, cantadores e médicos, que constituem a base de formação dos rituais indígenas e dos povos da floresta.

Cerca de 80% da prática cultural indígena está ameaçada, em virtude da falta de apoio à preservação dessas crenças e costumes tradicionais, que garantem, também, a preservação da floresta tropical da Amazônia Ocidental, onde a floresta se apresenta como de fundamental importância à sobrevivência da comunidade indígena e de sua cultura.

Cumprir destacar a visão cultural das comunidades indígenas antigas, cuja formação fundamentava-se nas áreas de economia, saúde e educação, com a prática de crenças e costumes tradicionais, a partir dos 3 anos de idade, com os próprios pais, e ao completar 07 anos, concluíam a etapa da formação pelos pajés. Aos 20 anos, a formação curricular era concluída na área da economia, saúde e educação, nos conhecimentos científicos da diversidade biológica, sem a necessidade de estudar a teoria, na escola. Festejavam as crenças e costumes tradicionais, com muita fartura de caça e pesca, gozando de muita saúde, harmonia e felicidade, em seus lares.

Sendo assim, contamos com a compreensão dos nobres Pares, á aprovação do presente projeto de lei, que objetiva à preservação da cultura indígena, como garantia à identidade do povo indígena e da população brasileira.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **Mariângela Duarte**, Deputada Federal, PT/SP.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional.**

.....

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política

pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

.....

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

(Nº 3.685/2004, na Casa de origem)

Altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos do Código Civil referentes aos direitos da personalidade e à constituição de fundações.

Art. 2º Os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação, transformando-se o atual parágrafo único do art. 62 em § 1º:

“Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral ou contrária à ordem pública e aos bons costumes”.(NR)

“Art. 62

§ 2º Não poderá ser constituída fundação com fins lucrativos. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.685, DE 2004

Altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera dispositivos do Código Civil referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação.

Art. 2º Os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral. (NR)”

“Art. 62.

Parágrafo único. Não poderá ser instituída fundação com fins lucrativos (NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As propostas de alteração dos arts. 11 e 62 do novo Código Civil, que ora apresento à Casa, são oriundas da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal.

No art. 11, cuida-se de mitigar a indisponibilidade dos direitos da personalidade, ao prever que o seu exercício poderá sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.

Ou seja, passa a ser lícito que a pessoa disponha do exercício dos direitos da personalidade, desde que o faça em caráter temporário e que a limitação fique adstrita a um atributo específico da personalidade.

Cuida-se, pois, de o legislador admitir que a indisponibilidade dos direitos da personalidade é relativa.

Com relação ao art. 62, trata-se de explicitar com maior precisão o objetivo da norma constante do parágrafo único, que, ao cingir a constituição de fundações para determinados fins, busca, no fundo, vedar a constituição para fins lucrativos.

Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei, visando ao aprimoramento do novo diploma civil pátrio.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2004. – **Gustavo Fruet.**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005
(Nº 3.796/2004, na Casa de origem)

Dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde a ser desenvolvida, articulada e conjuntamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O atendimento ao disposto no **caput** deste artigo, na forma e amplitude reguladas em ato próprio do órgão competente, compreenderá pelo menos a observância das seguintes metas:

I – definição das situações-alvo para implementação da política objeto deste artigo, a partir de abordagem abrangente, sujeita a atualizações ou revisões periódicas dos órgãos competentes;

II – realização de campanhas de divulgação e esclarecimento, descrevendo os riscos e características dos problemas e moléstias decorrentes ou agravados pela influência do referido agente, a conveniência da adoção de precauções e a necessidade de tratamentos adequados, com a indicação, quando couber, de eventuais cuidados adicionais;

III – implantação de sistema de controle e de acompanhamento para coleta de dados e informações de interesse para a gestão e para o aprimoramento científico das atividades de prevenção e tratamento de seus quadros;

IV – assinatura de convênios com órgãos públicos, entidades, associações e empresas para a elaboração de trabalhos, em regime de cooperação, envolvendo estudos, pesquisas ou atividades compatíveis com a execução desta lei.

§ 2º Observado o disposto no § 1º deste artigo, dentro dos critérios de ênfase e oportunidade apropriados a cada caso, estarão abrangidas pelo disposto no **caput** deste artigo, sem prejuízo de outras, ocorrência e patologias associadas em sua evolução ou controle aos efeitos do agente solar ou da fotossensibilidade a seguir discriminadas:

I – para fins de prevenção – queimaduras, câncer de pele, catarata e outros danos oculares, alergias e alterações imunológicas;

II – para fins de controle – varicela e Lúpus Eritematoso Sistêmico – LES.

Art. 2º Por meio dos programas pertinentes, será proporcionada aos segmentos da população que constituem a clientela dessa política a assistência médica, diagnóstica e terapêutica, extensiva à disponibilização de medicamentos demandados em cada caso.

§ 1º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, são considerados medicamentos os bloqueadores, filtros e protetores solares de uso imprescindível ao controle ou à prevenção de problemas ou moléstias a que se refere o § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão, isolada ou coletivamente, alterar a tributação desses produtos, com vistas na redução dos custos correspondentes, com vantagens para as partes integrantes desse processo, em apoio aos objetivos deste diploma legal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.796, DE 2005

Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências correlatas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a “Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico”.

Parágrafo único. A política a que se refere o **caput** será desenvolvida de forma integrada e conjunta entre a União, os Estados e os municípios, através do SUS.

Art. 2º A “Política de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico” compreende as seguintes ações, dentre outras:

I – campanha de divulgação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, tendo como principais metas:

a) elucidação sobre as características da moléstia e seus sintomas;

b) precauções a serem tomadas pelos portadores da moléstia;

c) tratamento médico adequado;

d) orientação e suporte familiar;

II – implantação, através dos órgãos competentes, de sistema de coleta de dados sobre os portadores da moléstia, visando a:

- a) obtenção de elementos informadores sobre a população atingida pela moléstia;
- b) detecção do índice de incidência da moléstia;
- c) contribuição para aprimoramento das pesquisas científicas do setor;

III – firmar convênios com outros órgãos públicos, entidades, associações e empresas de iniciativa privada, sempre que necessário, a fim de estabelecer trabalhos conjuntos acerca do LES – Lupus Eritematoso Sistêmico.

Art. 3º O SUS propiciará ao portador do LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, o acesso a todo medicamento necessário ao controle da moléstia.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no **caput**, são considerados medicamentos os bloqueadores, filtros e protetores solares, cujo uso é imprescindível ao portador do LES – Lupus Eritematoso Sistêmico.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Lupus Eritematoso Sistêmico – LES é uma doença crônica de causa desconhecida, onde acontecem alterações fundamentais no sistema imunológico da pessoa.

Uma pessoa que tem LES, desenvolve anticorpos que reagem contra as suas células normais, podendo, conseqüentemente, afetar a pele, as articulações, rins e outros órgãos.

Não é uma doença contagiosa, infecciosa ou maligna.

Não há um remédio para o Lupus que funcione da mesma forma que um antibiótico funciona para acabar com uma infecção. O tratamento do LES engloba uma série de medidas, entre medicamentos e normas.

As manchas, lesões e úlceras orais são provocadas pela sensibilidade ao sol e luz. Os pacientes com fotossensibilidade devem evitar a exposição ao sol e fazer uso diário e intermitente de filtros solares.

Os filtros solares, exceto em São Paulo, são considerados cosméticos, e não medicamentos.

Considerando que o uso dos filtros e protetores solares é imprescindível ao portador de LES, e que os mesmos funcionam como medicamento necessário ao controle da doença, cabe a substituição da qualidade de cosmético para medicamento propriamente dito.

Na qualidade de medicamento, os portadores de LES poderão adquirir esses produtos com desconto e/ou recebê-los gratuitamente nos hospitais públicos, quando não tiverem condições financeiras para obtê-los.

A Lei de Conscientização sobre o LES – nº 10.215, de 19-1-1999 do Estado de São Paulo, prevê essa correção.

Proponho, portanto, estender o alcance protetor desta norma jurídica a todos os brasileiros em geral.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2004. – Deputada **Laura Carneiro**, PFL/RJ.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005**, vai à Comissão de Assuntos Sociais; os de **nºs 107 e 109, de 2005**, à de Educação; os de **nºs 108 e 110, de 2005**, à de Constituição, Justiça e Cidadania; e os de **nºs 106 e 111, de 2005**, vão às de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

Of. Nº 543/5/PS-GSE

Brasília, 26 de outubro de 2005

Assunto: envio de proposição à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.386, de 2002, do Senado Federal (PLS 233/01), o qual “Denomina de Palmas/TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues’ o Aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 233, de 2001 e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

Of./4SEC/128/05

Brasília, 27 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho, através deste, solicitar a Vossa Excelência a retificação de meu voto referente a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 28, o qual contemplava, entre outras coisas, uma área de livre comércio no Amapá, proposta pelo senador José Sarney. Votei equivocadamente contra, quando minha vontade era votar a favor da referida proposição.

Respeitosamente, – **Eduardo Siqueira Campos**,
4º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

OF. Nº 25/05-CN/Ofício nº 1.068/GP

Brasília, 28 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 20, **caput**, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, informo a Vossa Excelência que não há, na Proposta Orçamentária de 2006 desta Corte, obra cujo valor total ultrapasse R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Reitero a Vossa Excelência votos de elevada consideração. – Ministro **Edson Vidigal**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 20. Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal encaminharão à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, demonstrativo com a relação das obras que constaram da proposta orçamentária de 2006, cujo valor total ultrapasse sete

vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contendo:

I – especificação do objeto da etapa ou da obra, identificando o respectivo subtítulo orçamentário;

II – estágio em que se encontra;

III – valor total da obra;

IV – cronograma físico-financeiro para sua conclusão;

V – etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária e estimativas para os exercícios de 2006 a 2008; e

VI – demonstração de que os custos da obra atendem ao disposto no art. 112 desta lei.

§ 1º Quando a obra estiver prevista para realização integral no exercício de 2006, as informações solicitadas deverão ser apresentadas em relação àquelas de valor superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 2º No caso do orçamento de investimento das empresas estatais, os demonstrativos conterão apenas as obras cuja dotação represente mais de 5% (cinco por cento) do total de investimentos da entidade no exercício, desde que superior ao valor previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º A falta de encaminhamento das informações previstas neste artigo implicará a não-inclusão da obra na Lei Orçamentária de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDB Nº 417/2005

Brasília, 1º de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, em substituição ao Senador Maguito Vilela na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição

nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Renovo, na oportunidade, votos de consideração e apreço. – **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

Ofício nº 318/2005 – GLDBAG

Brasília, 1º de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Magno Malta, para integrar, como Suplente número 1, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas Cordiais saudações. – **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– A Presidência designa o Senador Magno Malta como membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o competentíssimo Senador Mão Santa.

S. Exª dispõe de dez minutos, e mais dois minutos de prorrogação, se necessários. Sabemos que o assunto que o traz à tribuna é importantíssimo, portanto, certamente dez minutos não serão suficientes para explaná-lo à população brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Leonel Pavan; Senadoras e Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, nos ensina a sabedoria popular que, às vezes, “o feitiço vira contra o feitiço”. Pois não é, Senador Paulo Paim, que o PhD, o mestre, o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, professor em greve, não sabe como acabar com ela?

É, Lula, ensinastes a fazer greve, e agora? Aqui estou para pedir a Sua Excelência... Senador Paulo Paim, qual é o nome do Ministro da Educação?

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Ministro Fernando Haddad.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A Senadora Heloísa Helena assoprou o nome do Ministro.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Inclusive, S. Exª precisa encaminhar os recursos para cumprimento das emendas na área de educação do Estado de Alagoas, em vez de enviá-los apenas para a base de bajulação deste Governo desmoralizado. S. Exª tem de mandá-los para Alagoas para melhorar a vida e a dignidade do povo de lá. E, inclusive, instrumentos para garantir a educação pública gratuita e de qualidade, como merece e quer o povo alagoano. Desculpe-me, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe, Senadora Heloísa Helena o aparte, que já está inserido em meu discurso.

É uma lástima! Senador Paulo Paim, agredimos o período revolucionário. Senador Leonel Pavan, eu fazia universidade quando iniciou o período militar. Naquela época, não havia esse negócio de greve, não. Nós estudávamos! Aliás, cheguei até aqui com as pernas do estudo e do trabalho, Senador Leonel Pavan!

Hoje, as universidades federais, Presidente Lula, estão no 71º dia de greve. Portanto, há três meses elas estão em greve.

A universidade federal devia dar o bom exemplo.

O Imperador Pedro II, Senador Leonel Pavan, em seu reinado, criou o Colégio Pedro II. E ele, inclusive, assistia às aulas, Lula! Do Colégio Pedro II se irradiava o exemplo de educação para o Brasil. Estudei Biologia, Botânica e Zoologia – sabem V. Exªs que sou professor e médico – nos livros de Valdemiro Potti, professor do Colégio Pedro II. Este era o ideal do Imperador Pedro II: que a escola pública fosse um modelo e o irradiasse.

A universidade federal do nosso País, hoje, completa três meses de greve. Lula ensinou a fazer greve e não sabe como terminar com ela! Aí está a mocidade estudiosa prejudicada em todo o Brasil.

Senadora Heloísa Helena, disse Napoleão Bonaparte, o imperador francês: “Os instantes perdidos de uma mocidade são uma grande probabilidade de desgraça no futuro”. A nossa mocidade estudiosa, Senador Leonel Pavan, está há três meses sem aula! A universidade federal, que deveria ser exemplo para as demais – para isso foi criado o ensino público no Brasil por Pedro II –, há três meses está sem aula.

Imaginem V. Exªs: 42 entidades paralisadas durante três meses em todo o País, nos seus 27 Estados, em greve! E o pai da greve, o professor da greve não sabe como acabar com ela. Ó, Lula, vamos acabar com a greve!

Evidentemente, eu sei que o destino não possibilitou ao Presidente da República cursar uma universidade.

Senador Leonel Pavan, eu era prefeitinho, não como V. Ex^a, que é prefeitão. Tenho diante de mim um livro: **O Líder**, que é a autobiografia do mais famoso prefeito de Nova York, de Rudolph W. Giuliani. Eu acho que V. Ex^a deve também escrever um livro: “Leonel Pavan, o Líder, o Mais Aprovado Prefeito do Brasil”. Três vezes Prefeito. Eu fui uma vez e, como prefeitinho de Parnaíba, minha cidade, eu fui à Alemanha, a convite de uma multinacional. Eu estava com o Professor Basedau, visitando Heidelberg, cidade alemã e fiquei perplexo, Presidente Leonel Pavan, porque a Alemanha tombou diante de duas guerras mundiais, e todas as cidades estão modernizadas, foram reconstruídas, com edifícios modernos, como Frankfurt. Mas Heidelberg não, é antiga. Aqueles prédios, com aquelas arquiteturas que lembram castelos antigos, telhados. Eu sofri um impacto com essa diferença. E o Professor Basedau nos disse – atentai bem Lula! –: “Essa é a universidade mais velha da Europa”. O mundo, em duas guerras, respeitou Heidelberg. Não soltaram uma bomba sobre a cidade, em respeito – onde estudou Einstein – à universidade. E o Lula está acabando com as nossas universidades, que vão completar três meses de greve.

Ó, feiticeiro, cuida do teu feitiço. Se nasce a greve, não sabe como acabar com ela. Colocaste, irresponsavelmente, um meninote para ser Ministro. Eu não sei o nome dele, hoje é que eu aprendi porque soube a metade do nome: Ministro Haddad. Então, tiraste Cristovam Buarque, símbolo do saber, da sabedoria, da experiência, para colocar um meninote, permitindo três meses de greve. Um Ministro mal-educado, que não atende aos professores. Onde estamos? É neste País?

Lembro, Senadora Heloísa Helena, Bilac: “Criança! Não verás nenhum País como este!”. O que diria hoje Bilac? Universidades fechadas?

Senador Leonel Pavan, aqui estão. O que querem os sindicatos? Há a Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras; a Andes – Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Agora, eles criaram outra, para ser subserviente, um tal de Proifes, para atender ao Governo do PT, ao Presidente Lula, ao Ministro, e não atender aos professores, desconsiderando essa entidade representativa que, ao longo dos anos, garantia os funcionários da Federal.

Mas isto é o que quero dizer: só no Piauí, para que tenham noção, 14 mil alunos estão em greve; 518 professores, mestres, doutores, aguardam angustiados uma solução por parte do Governo Federal e do Presidente Lula, que representou, nas últimas décadas, a esperança de melhores dias para o mundo acadêmico

e hoje representa uma ameaça real para a sobrevivência das instituições públicas do ensino superior. Só no Piauí, 14 mil estudantes em greve! Paim, pesquise o Rio Grande do Sul. Leonel Pavan, pesquise quantos jovens estão em greve em Santa Catarina. Cadê a Líder do PT? No Piauí, 14 mil. Heloísa Helena, lá, na sua Alagoas, quantos milhares estão em greve?

O que é que eles reivindicam, Senadora Heloísa Helena? São esses cheques-refeição, Pavan, cujo valor é de R\$126,00, para comer o mês inteiro. Eles querem um aumentinho. Que hipocrisia de Fome Zero, se não se atualiza nem o cheque-refeição dos professores, que é de R\$126,00?! Eles pedem apenas, Senador Leonel Pavan, que seja equiparado.

Senador Paulo Paim, há outros auxílios. Graças a Deus, chegou a professora Ideli Savatti. Professora Ideli Salvatti, estou com inúmeros *e-mails* do País todo, querendo uma solução para a greve. Eles querem, pelo menos, uma melhoria no tíquete-alimentação. Citam eles que as outras instituições têm. É isso. E nós esperamos que consigam sensibilizar o Governo Federal.

Senadora Heloísa Helena, quero agradecer-lhe pela consultoria sobre o trabalho de Padre Antônio Vieira, outro dia. Naquele, era o bom ladrão. Pela corrupção que predomina neste País, hoje eu diria a frase de Padre Antônio Vieira. Ele diz, Senadora Heloísa Helena – e para o Lula também –, referindo-se aos pregadores, aos que falavam, aos oradores da sua igreja: “Ó, Pregadores! São muitos, mas pouco trazem para conquistar para o Igreja de Cristo”. Falam, falam, falam, mas vocês não dão o exemplo. Falam com palavras, mas o exemplo fala mais alto, o exemplo arrasta. É o caso do nosso Presidente da República: fala, fala, fala, mas tem de dar o exemplo. Primeiro, mostrando que sabe terminar uma greve. Começar todo o País sabe, porque ele era bom iniciante, mas tem de terminar essa greve, nem que seja antes do Dia de Finados. Assim, finado será logo o seu Partido, o seu Governo, por quem vamos rezar amanhã.

Padre Antônio Vieira, Senadora Heloísa Helena, disse: “O bem nunca vem só”. Mas também o mal nunca vem só. Uma desgraça vem sempre acompanhada. Além dessa greve, de todas as universidades em geral, só no Piauí – está aqui o *e-mail* que recebi –, são 14 mil estudantes e 518 professores. Mas uma desgraça nunca vem só: há também os hospitais universitários. Aí é que chamo pela sensibilidade de Lula, de Marisa, da mãe e do pai, de quem tem sensibilidade. Conheço, porque sou médico. Esses hospitais universitários são de alta resolutividade, de grande competência e prestam serviços, atendendo à população pobre que os buscam, que não tem plano de saúde, que não tem

dinheiro, que não tem UTI no ar. Procuram os hospitais universitários, que estão parados.

Eu estava com uma bursite. Sou médico, Senador Leonel Pavan, e me senti mal com as filas daqui de Brasília, que é uma cidade que encanta, a cidade-poder, a cidade poderosa. Senti-me mal, Senador João Alberto, sendo atendido por um colega meu de turma, que tinha um filho. Mas, as filas, os bancos, o sofrimento, a indignação! Está tudo parado, Lula. Lula, te manca! Venha, chame seu meninote e acabe essa sua greve. Essa greve é uma vergonha, como diz o Boris Casoy.

Essas são as nossas palavras. Mas, para que não fique só no pessimismo, agradeço aqui ao Senador Wellington Salgado por um projeto de uma universidade federal no meu Piauí, um **campus** avançado, João Paulo dos Reis Velloso, do tempo da revolução, que acaba de passar pelas Comissões de Economia, de Constituição, Justiça e Cidadania e, por último, de Educação, para ser transformado em universidade. Mas espero, Senadora Heloísa Helena, que quando isso ocorra tenha acabado essa greve.

Essas são as nossas palavras, Senador João Alberto. V. Ex^a veio do Maranhão, de São Luís, a “Athenas do Brasil”, simbolizando o local onde começou a primeira universidade, o Academus de Platão, que ensinava o que aprendeu com Sócrates, continuado por Aristóteles. Ele formava e ensinava seus alunos. Para os que concluíam o primeiro ano, Heloísa Helena, havia uma mensagem: “Seja ousado”. Para ficar impregnado na mente dos que concluíam o segundo ano, estava lá outra mensagem, Senador João Alberto: “Seja ousado cada vez mais”. E para aqueles que iam terminar o terceiro ano do Academus de Platão estava escrito: “Seja ousado, não em demasia”. Ousadia com prudência era o ensinamento de Platão em sua universidade. Que chegue então, no mínimo, essa mensagem, já que o nosso Presidente não frequentou universidade: seja ousado para terminar a greve das universidades federais brasileiras. Essas são as nossas palavras.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Pedro Simon, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar de onde terminou meu querido amigo Senador Mão Santa, na linha da greve dos professores universitários, que já dura cinquenta dias.

As principais reivindicações dos professores são: a valorização do trabalho docente; a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade; o aumento da dotação orçamentária para o ensino superior visando contemplar o reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; a incorporação das gratificações; a retomada dos anuênios e a realização de concursos públicos para reposição das vagas.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a desse como lido, na íntegra, este meu pronunciamento. Sei que hoje, no Ministério da Educação, haverá uma nova reunião entre o Ministro e o comando de greve dos professores. Estou torcendo para que haja efetivamente o entendimento, o acordo, que os professores tenham suas reivindicações atendidas e que a greve chegue a um bom termo. Acredito na força do diálogo, na sensibilidade do Governo dos trabalhadores e que, no que diz respeito à greve, com a participação das Lideranças já do Congresso, se chegue a um grande entendimento.

Esse é o pronunciamento que faço em primeiro lugar.

Sr. Presidente, quero também hoje cumprimentar o Senado da República e o País. Neste dia, estamos realizando uma grande campanha pela doação de sangue, o que é muito importante. Doar sangue significa salvar vidas, crianças, adultos, idosos, enfim, permitir que pessoas que estão precisando do sangue não percam o direito à vida por falta de sangue. Hoje é um dia muito importante.

Cumprimento a Secretaria de Recursos Humanos do Senado pela iniciativa de convocar todos os servidores e Parlamentares a doarem sangue no dia de hoje em defesa da vida.

Sr. Presidente, também quero dizer que segunda-feira, às 8 horas, fiz uma visita ao Incor do DF. Esse hospital foi implantado com a mesma filosofia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, instituição reconhecida internacionalmente, referência mundial em cardiologia que atua na promoção, na prevenção, no diagnóstico, no tratamento e na reabilitação de cardiopatias.

O Incor-DF, integrado ao Hospital das Forças Armadas, tem capacidade para atender 96 mil pacientes por ano, realizar oito mil e 400 cateterismos, um mil e 400 cirurgias, colocar 700 marca-passos e ainda realizar outros tantos atendimentos na área da pediatria.

O atendimento de emergência do Incor-DF é feito 24 horas por dia. Toda semana atendem cardiologia, clínica geral e cirurgia.

Nessa visita, Sr. Presidente, fui recepcionado pelo Dr. Andrei e pela Patrícia, que me mostraram as instalações. Fiquei perplexo e comentei o fato de, no mundo real, as filas serem tão grandes para as pessoas terem direito a um leito hospitalar. E num hospital como esse, de Primeiro Mundo! Porque todos os aparelhos e a estrutura são de Primeiro Mundo. Ele disse: Temos tudo isso, Senador, estamos dispostos a atender a toda a população, mas é preciso que o Governo Federal e o Governo do DF encaminhem a possibilidade de aumentar o número de pacientes que poderemos receber.

Sinceramente, entendo a apreensão do Dr. Andrei, que quer salvar vidas; só não entendi por que não há uma política de entendimento entre o Secretário de Saúde do DF e o Ministro da Saúde no sentido de permitir que milhares de pessoas sejam atendidos, já que ele diz que a estrutura está toda lá. Agora, precisa a liberação, para que ele possa atender pelo SUS, enfim, por convênios.

Pareceu-me, Sr. Presidente, – Dr. Andrei não usou esse termo – que há um certo boicote. Isso que estou dizendo é de minha responsabilidade, não é do Dr. Andrei. Em nenhum momento ele falou isso. O que ele disse é que é inacreditável que, com um aparato como esse, montado em Brasília, construído com o dinheiro público, os leitos estejam todos vazios. E os médicos, especialistas, formados na França, nos Estados Unidos, na Itália, vindos de São Paulo, Senador Mão Santa, estão lá com a disposição de atender a população, e parece que há um tipo de boicote não querendo que o Incor-DF dê certo. Considero um absurdo! Isso vai contra a filosofia que falávamos há pouco que doar sangue é em defesa da vida. E um hospital de Primeiro Mundo está lá, prontinho, e me parece que há aí uma certa discordância com Pedro, Paulo, ou João. O Dr. Andrei Sposito foi muito diplomático, muito delicado e não fez críticas a ninguém, mas disse que alguns problemas não permitem que a população seja atendida devidamente, não por falta de médicos, não por falta de enfermeiros, não por falta de aparelhos, não por falta de capacidade. Há um certo desentendimento na forma de encaminhar os pacientes para o Incor-DF.

Então, Sr. Presidente, usei meu tempo hoje para defender a vida – e defender o Incor-DF é defender a vida. Espero que a notícia não seja verdadeira, que não esteja havendo um boicote, e os pacientes possam livremente ser atendidos no Incor-DF.

Sr. Presidente, para concluir, falo da minha satisfação, devida ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Aldo Rebelo, Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados respectivamente, e a um encaminhamento feito na época em que o Presidente Sarney presidia esta Casa – sei do carinho que V. Ex^a tem pelo Senador José Sarney, assim como todos o temos nesta Casa. Enfim, a Comissão Mista Especial foi criada para debater uma política permanente de salário mínimo foi aprovada numa sessão do Congresso Nacional e, felizmente, agora, a estamos instalando. Conversei nesta semana com o Líder do Bloco de Apoio, Senador Delcídio Amaral, e também com o Senador Renan Calheiros, e a Comissão será instalada, no mais tardar, na semana que vem.

É uma comissão composta de sete Deputados e sete Senadores, que terá o dever de discutir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, todos sabem que a minha marca no Congresso é muito forte nessa área do salário mínimo. Aproveito este momento para dizer que, na Feira do Livro que está sendo realizada em Porto Alegre, no dia 11 de novembro próximo, às 15 horas, lançarei o livro chamado **Salário Mínimo – Uma História de Luta**, com apresentação de Márcio Pochmann e Luiz Antônio Queiroz, do Diap, e, ainda, com a participação especial de todos os presidentes da República posteriores ao Golpe Militar. Há uma página escrita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e José Sarney.

Agradeço, de público, a todos os ex-presidentes da República. Realmente, agradeço a todos, porque, quando se fala em Fernando Collor de Melo, noto que é como se ele não tivesse sido presidente – e ele foi presidente por dois anos. Todos enfim escreveram uma página sobre a nossa caminhada e a luta pelo salário mínimo. Votei aqui pelo afastamento dele, mas não desconheço que ele foi presidente por dois anos.

Então, o livro tem uma página, sim, escrita por Luiz Inácio Lula da Silva, atual Presidente, e por todos os ex-presidentes da República do período pós-ditadura: Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e José Sarney, que foi Presidente desta Casa também até pouco tempo atrás.

Sr. Presidente, com certeza, quando lancei, no ano passado, nessa mesma feira o livro **Cumplicidade**, mais de três mil pessoas lá estiveram para receber o livro com a nossa participação, com autógrafos e a homenagem que cada cidadão merece.

Tenho certeza de que, no dia 11, mais de três mil pessoas estarão no centro de Porto Alegre, numa fila enorme, mas gostosa, porque as pessoas vão lá, falam da caminhada, falam da luta dos aposentados e pensionistas. Nesse livro, provamos que é possível, sim, que o salário mínimo ultrapasse o valor dos R\$400,00 já no próximo dia 1º de maio; provamos que a Previdência é superavitária, com dados do Siafi, da Anfip, da Fenafisp, da Cobap, e, ainda mais: que podemos, com tranquilidade, estender o mesmo percentual de reajuste a todos os aposentados e pensionistas.

É claro que vou remeter uma cópia desse livro, que foi impresso, porque é um trabalho parlamentar aqui do Senado da República, que não é cobrado – de custo zero. Ninguém paga, Sr. Presidente, um centavo pelo livro. Vou destinar a cada Senador, a cada Deputado uma cópia desse livro que venho escrevendo há mais de um ano.

Depois do livro **Cumplicidade**, lançado exatamente em novembro do ano passado, na Feira do Livro, resolvi lançar, em novembro deste ano, **Salário Mínimo – uma História de Luta**. Neste, há uma fala de Leonel Brizola sobre a nossa caminhada, aqui no Congresso, em prol da recuperação do salário mínimo. Há também a fala do falecido Presidente Getúlio Vargas, quem deu o primeiro passo para que o salário mínimo fosse uma realidade em nosso País. Por que não lembrar neste momento também de Juscelino Kubitschek? Na sua época, o salário mínimo foi o mais alto em toda a história desta República.

Enfim, são depoimentos muito interessantes, Sr. Presidente, e que mostram a batalha aqui no Congresso Nacional praticamente durante 20 anos, sem esquecer o mérito daqueles que já faleceram e que deram a sua contribuição para que o salário mínimo no Brasil seja uma realidade concreta, um instrumento de distribuição de renda, um instrumento de combate à pobreza.

Por isso, estou muito esperançoso, Sr. Presidente, de que esta Comissão Mista instalada, composta por sete Deputados e sete Senadores, para a qual fui indicado pelo meu Líder, construa uma proposta concreta, objetiva, que garanta a valorização do salário mínimo. Repito sempre esse dado e duvido que alguém aqui me conteste: isso interessa, no mínimo, a 100 milhões de pessoas, muitas que nem ganham o salário mínimo. Neste País, 100 milhões de pessoas têm renda **per capita** de zero a um salário mínimo. Se eu dissesse que, neste País, 100 milhões de pessoas têm renda **per capita** igual a um salário mínimo não seria verdade. Menos de 50 milhões de pessoas ganham isso; os outros 50 milhões de pessoas ficam naquela faixa de zero a meio salário mínimo. Por isso, o Brasil é considerado o país mais drástico, o pior país

em distribuição de renda de toda a América Latina. Esse é um dado concreto.

Por isso, espero que o debate sobre o salário mínimo e o livro que escrevi tragam uma contribuição à questão, Sr. Presidente. Há depoimentos de uma página de ex-presidentes, da Cobap, da Anfip, do Diap. Márcio Pochmann, economista respeitadíssimo, faz a apresentação do livro, em que relato, fato por fato, tudo o que aconteceu dentro do Congresso Nacional nesses 20 anos em que estou aqui, 16 anos como Deputado e praticamente já 3 anos, indo para o quarto ano, como Senador da República.

Obrigado pela tolerância de V. Ex^a, que tem sido sempre muito gentil quando preside esta Casa, honrando muito o Estado de V. Ex^a.

Parabéns a V. Ex^a!

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui, novamente, para tratar da Comissão Mista Especial para debater uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de ter dos senhores a certeza de que não mediremos esforços para que possamos encontrar a melhor proposta para o trabalhador.

Entretanto, gostaria de informar que de acordo com o Ato nº 3 de 2005, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foi criada a Comissão Mista Especial para debater uma política permanente do Salário Mínimo.

Considero legítima e importante a decisão tomada pelos Presidentes das duas casas do Congresso Nacional, com a qual congratulo-me, lembrando que apresentei em 2004 um requerimento no mesmo sentido.

Sobre a criação da Comissão Especial que ora apresentei, foram indicados os membros aqui no Senado Federal, desde a data que apresentei o requerimento, enquanto que os membros da Câmara dos Deputados só foram indicados em 16 de maio de 2005. Desde então, o requerimento encontra-se pronto para a pauta do Plenário para designação da Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero elogiar à iniciativa deste ato conjunto dos Presidentes das duas Casas, mesmo porque a finalidade dele é a mesma do requerimento que apresentei em dezembro de 2004 e aprovei, por unanimidade, na seção do Congresso do dia 02 deste mesmo mês e ano.

O que posso dizer é que me sinto contemplado com esta atitude, e fico contente que finalmente teremos um foro privilegiado para debater um tema de tamanha relevância de alcance social e econômico. Espero apenas que esta Comissão criada por meio deste ato, cumpra seu papel para termos uma política permanente de recuperação do salário mínimo.

Faço questão de participar deste grande debate, porque o principal beneficiário dele será o trabalhador brasileiro. Não me interessa de quem foi a iniciativa desta Comissão, o que me importa mais é que o trabalhador brasileiro seja o vencedor deste debate, que nós sejamos apenas o instrumento para este ganho.

Eu gostaria ainda de ver neste foro privilegiado ser debatido exaustivamente o Projeto de Lei nº 314, que apresentei em 2005 para vigorar no exercício de 2006. A proposta garante um salário mínimo de R\$400,40; estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Este debate do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas tem que ser enfrentado, caso contrário no máximo em 06 anos todos estarão recebendo somente 01 salário mínimo. Dessa forma gostaria de ver incluindo no debate desta Comissão a questão dos reajustes dos aposentados e pensionistas.

A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica em minha vida pública. Essa tem sido uma luta permanente a qual não abandonarei, até que tenhamos um salário mínimo justo, capaz de atender as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como preceitua a nossa Constituição Cidadã!

Quero aproveitar este momento para convidar a todos, Senhoras e Senhores Senadores, a estarem presentes, no dia 11 de novembro próximo, às 15:00 horas, na feira do livro em Porto Alegre/RS, na Praça da Alfândega, Centro, onde estarei lançando o livro de minha autoria que leva o nome de **Salário Mínimo – Uma história de luta**, o qual tem apresentação de Márcio Pochmann e Luiz Antônio Queiroz do DIAP, e ainda a participação especial do atual Presidente da República, Luiz Antônio Inácio Lula da Silva e dos Ex-Presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Mello e José Sarney.

Por fim, eu gostaria de fazer um agradecimento especial ao Presidente do Senado Federal Senador Renan Calheiros e ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral, que indicaram o meu nome para compor a Comissão Mista Especial que irá discutir o salário mínimo, e porventura a designação da relatoria desta

comissão, que debaterá um tema que venho lutado há décadas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o segundo assunto é o seguinte: “Quem faz o Senado tem compromisso com a vida.”

Com este slogan o Senado Federal abre hoje (1º de novembro) uma campanha de doação de sangue, que integra o Programa de Responsabilidade Social do Senado Federal.

Doar sangue é um ato de solidariedade, pois quem precisa de sangue depende obrigatoriamente de um doador, de alguém que lhe forneça esse importante tecido humano, pois o sangue não pode ser produzido em laboratório.

Doar sangue é doar um pouco de si para alguém que agoniza e sofre, é colaborar para que os hemocentros e hospitais continuem a realizar suas atividades e a salvar vidas humanas.

O sangue doado atende pacientes internados e emergências médicas. Uma bolsa de sangue pode salvar a vida de até quatro pessoas.

É importante a conscientização da sociedade para a doação voluntária, pois essa é a única forma de manter vivo um cidadão ou cidadã que necessita de sangue.

Quero parabenizar a Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal pela iniciativa e convocar todos os servidores e parlamentares para firmarem, hoje, o seu compromisso com a vida.

Doem sangue! Salvem o nosso bem maior! Salvem vidas!

Aproveito a oportunidade para divulgar neste plenário a implantação do Incor/DF, com a mesma filosofia do Instituto do Coração do Hospital de Clínicas de São Paulo – Incor/HC. Uma instituição reconhecida internacionalmente e referência mundial em cardiologia, que atua na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de cardiopatias.

O Incor/DF, integrado ao Hospital das Forças Armadas, tem capacidade para atender 96.000 pacientes por ano, realizar 8.400 cateterismos, 1.400 cirurgias, e colocar 700 marcapassos, e ainda realizar outros tantos atendimentos na área de pediatria.

O atendimento de emergência cardiovascular é fornecido 24 horas por dia, sete dias por semana, e cobre todas as especialidades cardiológicas clínicas e cirúrgicas.

O Incor/DF é um centro de excelência, com tecnologia de ponta, com padrões tecnológicos comparáveis aos melhores centros do mundo.

Ele está diretamente interligado ao INCOR do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e os pacientes contam com

o mais moderno sistema de prontuário eletrônico, com um corpo clínico altamente especializado e com equipes de profissionais com permanente atualização.

Quero parabenizar a direção da Instituição e dizer, ainda, que Brasília está de parabéns, e o Incor/DF está de portas abertas para atender a população do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como o último assunto, eu gostaria de dizer que tenho recebido inúmeros e-mails de professores das instituições federais de ensino superior que estão em greve há mais de 50 dias e esperam que o governo apresente uma proposta satisfatória.

Fazem parte da pauta de reivindicações: a Valorização do trabalho docente; a defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade; o aumento da dotação orçamentária para as Instituições Federais de Ensino Superior visando contemplar: o reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; a incorporação de gratificações; a retomada dos anuênios e a realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas Instituições.

É evidente a necessidade de investimentos na área educacional. Precisamos investir em nossos professores, na sua qualificação, nas nossas instituições de ensino.

Segundo dados divulgados pela Unesco, o Brasil investe 4,2% do Produto Interno Bruto na educação, realmente é muito pouco.

Sabemos que nações de baixo desenvolvimento humano reservam em média 4,8% do PIB para a área educacional; enquanto que nas de alto desenvolvimento humano a média é de 5,3% do PIB.

Destinar recursos à educação é investir no futuro de nossas crianças e jovens. É promover o desenvolvimento econômico e social, diminuindo as desigualdades.

Sr. Presidente, a greve traz desgastes e prejuízo a todos: Categoria, Governo, alunos e população em geral.

O momento é crítico e a situação já compromete o semestre letivo.

Acreditamos na força do diálogo, na sensibilidade do Governo, dos trabalhadores em greve e das próprias lideranças do Congresso para que auxiliem nas negociações para encontrarmos um consenso.

A beleza das pessoas está na capacidade de cultivar a esperança e enquanto houver esperança poderá haver entendimento!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa atenderá a solicitação de V. Ex^a, de-

terminando a transcrição nos Anais da Casa da parte não lida do pronunciamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB da Paraíba.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador José Jorge.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, volto a esta tribuna para falar de um tema que me constrange: a seca nos Municípios do Nordeste. No meu Estado, hoje, a Paraíba, os jornais estampam em suas manchetes que a população de cem municípios não tem água para beber.

É constrangedor que, no Séc. XXI, século da tecnologia, Senador Mão Santa, o século de tantos milagres tecnológicos, os habitantes desses municípios não tenham água para beber. Alguns municípios pegam água a 70, 80 quilômetros de distância. Se é, Senadora Heloísa Helena, que podemos chamar “água” aquele caldo esverdeado, aquele fundo de açude que, com certeza, está trazendo parasitas e problemas gastrointestinais. Hoje fui ao Ministério da Integração Nacional pedir que comecem aquele tratamento rotineiro: carropipa, Bolsa-Família, frente de trabalho.

Eu não sei quando vamos parar, qual vai ser o dia em que vou ter a glória de chegar aqui e dizer que resolvemos o problema. A estiagem não acaba, é um fenômeno, sabemos, que não temos como eliminar, mas, pelo menos, podemos minorar os problemas e evitar a humilhação do brasileiro que mora no interior da Paraíba, no interior do Piauí, no interior de Alagoas ou no interior da Bahia de ter que tomar aquele caldo, que, na verdade, é um caldo para acabar com a saúde do cidadão, ainda que seja o que se pode fazer por enquanto.

Antes de vir para cá, a Senadora Heloísa Helena me proibiu de falar sobre transposição (ela está sorrindo!!!). Não vou falar de transposição, mas não resta dúvida de que seria uma solução. A verdade é que, lamentavelmente, voltamos à rotina. Eu queria registrar o meu protesto e a necessidade...

A Senadora Heloísa faz um aparte fora do microfone e, como não é permitido aparte em palavra de Líder, vou reverberar o que ela está falando: é sim, às margens do São Francisco, quilômetros adiante, e de novo está lá o povo morrendo de sede. Quer dizer, mesmo onde há água corrente, falta a ação para minorar o sofrimento das populações. Parece que nós, nordestinos, somos cidadãos de segunda categoria, parece que o tratamento é este: deixa lá, já estão acostumados, deixa sofrer, não faz mal. Isso nos revolta.

É revoltado que ocupo esta tribuna neste momento para, mais uma vez, registrar a seca em inúmer-

ros Municípios do Nordeste. Só no meu Estado, são cem Municípios.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Havendo a inscrição do PFL para que eu fale pelo Partido, eu gostaria de me pronunciar logo após o Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Logo após o pronunciamento do Senador José Jorge, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula não consegue realizar os investimentos públicos nas áreas sociais mais relevantes. Levantamento recente da execução orçamentária em áreas como educação, segurança pública, transporte e reforma agrária demonstram descaso do Governo petista para com as causas que sempre disseram defender.

Até a área de reforma agrária, que sempre foi o xodó do Presidente Lula quando ainda era candidato, vê seus recursos minguarem na atual gestão. Dos R\$3,7 bilhões previstos no Orçamento de 2005, apenas R\$600 mil foram liberados até agora, faltando dois meses para o final do ano. Uma realização de 16,3% em relação ao que foi prometido.

A meta amplamente divulgada nas propagandas oficiais de assentar 115 mil famílias dificilmente ultrapassará os 50 mil beneficiários, ou seja, não alcançará nem 50% do previsto.

Mas é na área de educação onde o Governo tem demonstrado maior incompetência. E não se trata apenas de contingenciamentos para a educação básica ou para as universidades.

Também no âmbito legislativo, o Governo Lula nada faz para melhorar o caótico quadro da educação. Em meio a uma greve de professores universitários, que já dura mais de dois meses, e três ministros de educação depois, a Casa Civil da Presidência da República devolveu ao Ministério da Educação o projeto de lei que previa mudanças no ensino superior sob a alegação de que faltam recursos para a implementação das ações previstas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa notícia é de hoje. Esse projeto de reforma universitária

teve uma primeira versão modificada; uma segunda versão foi à Casa Civil e uma terceira versão, Senador Mão Santa, foi devolvida ao MEC e, portanto, não será encaminhada ao Congresso. Como o Governo já está entrando no seu último ano e estamos às vésperas das eleições, certamente não é o momento de se aprovar nada. Essa era a terceira tentativa de fazer uma reforma universitária neste mandato. Nesse ritmo e considerando a atipicidade do próximo ano, é muito provável que o Governo Lula chegue ao final sem que sua promessa de reformar o ensino superior se concretize.

Até o Presidente Nacional da União Nacional dos Estudantes, o Sr. Gustavo Petta, que é tão governista, disse o seguinte: “Uma coisa era mudar o projeto ou perder o texto dentro do Congresso por causa da pressão dos donos de faculdades ou dos aliados do Palocci. Mas o governo se acovardou e por isso estendo a responsabilidade também a Lula”.

Essas são palavras do Presidente da UNE, que é governista.

Mas não só a educação superior foi lançada às traças. O ensino fundamental está ameaçado pela inação do Executivo quanto à emenda constitucional em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb.

A emenda que poderá reservar R\$4,3 bilhões para o ensino infantil, fundamental e médio nos próximos quatro anos não avança por pressão da equipe econômica do Governo.

Com a indefinição sobre o Fundeb, o Orçamento de 2006 acabou por não contemplar os recursos para o Fundo. Esse descaso com a educação é mais um exemplo do distanciamento do Lula candidato para o Lula Presidente da República.

Esse projeto do Fundeb, na forma como foi encaminhado, é polêmico. Era um projeto, Sr. Presidente, para ser encaminhado ao Congresso no primeiro ano de governo, exatamente para que o Governo tivesse prazo para implementá-lo. Agora, penúltimo ano de mandato, esse projeto não vai ser aprovado, porque é uma emenda constitucional, está na Câmara ainda – ainda está na Comissão Especial – e já estamos no último mês do ano – do mês de dezembro só se pode contar com os primeiros quinze dias. O projeto só poderá ser implantado um ano depois de ter sido aprovado, porque ele envolve Orçamento etc., então, se ele for aprovado no ano que vem, ele só será implementado no ano de 2007, quando o Presidente Lula, espero, não estará mais à frente da Presidência da República. Então, é um Governo querendo legislar para o outro, criando um fundo que não vale para o

governo dele, só vale para o próximo, o que não deixa de ser um absurdo. Se ele não for aprovado este ano, ele tem de esperar que o próximo Governo veja o que ele quer fazer nessa área, e não aprovar um projeto de um governo para ser executado por outro.

Enquanto o Brasil patina, a Venezuela, que é a mais nova paixão do Presidente Lula, anuncia ser um “território livre do analfabetismo”. Na semana passada, o Presidente Chávez fez uma solenidade para declarar que não há mais analfabetos na Venezuela. Pesquisa realizada pela Unesco verificou que só há menos de 1% de analfabetos, sendo, portanto, território livre do analfabetismo.

Quando o Governo Lula assumiu, e o Senador Cristovam Buarque era Ministro da Educação, foi anunciado um grande programa para acabar com o analfabetismo no Brasil, mas desse programa ninguém mais ouviu falar. O programa simplesmente não foi posto em prática: quem era analfabeto continua analfabeto e, a cada dia, vão se juntando mais analfabetos funcionais aos analfabetos que não conhecem nenhuma letra. Na verdade, o Governo não tem nenhum programa para acabar com o analfabetismo no Brasil.

O que resta ao governo é trombetear o programa Bolsa-Família como sendo um programa de compromissos educacionais.

Essa fantasia petista foi plenamente desmentida por um dos criadores do Bolsa-Escola, o Senador Cristovam Buarque. Em artigo publicado no jornal **O Globo**, nosso colega do Distrito Federal demonstrou que o Programa implantado no Distrito Federal e depois estendido por todo País pelo Presidente Fernando Henrique é conceitualmente muito diferente do Programa Bolsa-Família que o antecedeu.

Segundo Cristovam, professor, ex-reitor e Ministro da Educação no início do Governo:

O Governo Lula mudou tudo isso. Substituiu Escola por Família, retirou a execução do programa do MEC, transferindo-o para a assistência social, dando-lhe um perfil totalmente diferente do objetivo educacional. O próprio Presidente, na comemoração do segundo aniversário da Bolsa-Família, afirmou que não importa se o programa é assistencialista ou não.

Na verdade, o que a Bolsa-Escola permitia era que as crianças e as famílias subissem na vida. A Bolsa-Família garante apenas que continuem vivas. Por isso elas continuarão conhecidas como as “Famílias da Bolsa”, permanentemente dependentes.

Na realidade, essa mudança parece uma coisa simples. O Programa Bolsa-Escola já tinha mais de seis

milhões de famílias atendidas e tinha um fundamento educacional, era administrado pelo MEC. Assim, podia-se aumentar o valor, R\$50,00, R\$80,00, R\$100,00, quanto se pague, mas dentro de uma finalidade educacional que permitiria às crianças, no futuro, não precisar mais dessa Bolsa-Escola.

O Presidente Lula, no entanto, quando assumiu, modificou o programa, transformando-o no Bolsa-Família e tirando-o da administração do MEC. Ou seja, o programa deixou de ter uma finalidade educacional, e passou a ser um programa de assistência social – tudo bem! – e, principalmente, um programa eleitoral.

Ontem, a **Folha de S. Paulo**, segundo pesquisa eleitoral que fez, publicou que o lugar onde Lula tem mais votos é exatamente entre os beneficiários do tal Bolsa-Família.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero fazer minhas as suas palavras. Já fiz um pronunciamento a esse respeito e estarei fazendo outro, daqui a pouco, nessa mesma linha que V. Ex^a, com muita propriedade e conhecimento, externa da tribuna neste instante. Sem dúvida nenhuma, penso que todos nós, brasileiros – assim como V. Ex^a –, deveríamos ter a educação como meta prioritária, no sentido de dar dignidade às gerações futuras. E V. Ex^a está colocando o assunto com a maior propriedade: não somos contra o atendimento emergencial dos necessitados, já dissemos e repetimos isso. Isso é dever de cada um de nós. No entanto, somos contra a perenização da miséria, que é o que está sendo feito com o programa da forma como está sendo conduzido. Quero só realçar as suas palavras para que toda a Nação brasileira tome conhecimento da forma inadequada e eleitoralista como estão sendo usados esses recursos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado. V. Ex^a tem absoluta razão.

Enquanto a educação sofre, os jornais de hoje destacam o “sucesso do superávit fiscal”. Segundo a Receita do Brasil, graças aos sucessivos recordes de arrecadação, o acumulado em nove meses alcança R\$86,5 bilhões e supera, com três meses de antecedência, o valor previsto para 2005.

Como apoiador e participante da aprovação de Lei de Responsabilidade Fiscal, não sou contra que o Orçamento Federal apresente superávit, muito pelo contrário. Mas o que não pode acontecer é o contingenciamento excessivo de áreas prioritárias como saúde, segurança, infra-estrutura e educação.

Os valores alcançados já ultrapassam os limites exigidos pela LDO para 2005, e só podem ser explicados pelo interesse do Governo Lula em agradar o mercado financeiro e o Fundo Monetário Internacional.

O povo sofrido não pode ficar à mercê da boa vontade dos burocratas do Ministério da Fazenda, que, como já fizeram no passado, querem fazer primeiro crescer o bolo para depois reparti-lo entre os menos favorecidos.

Portanto, Sr. Presidente, o fato de ter um superávit primário alto é positivo do ponto de vista de que esses recursos são utilizados para pagar juros, bilhões de reais. Mas temos programas que são fundamentais para o País, e que não são programas caros, como o combate à febre aftosa, a questão da educação, que citei, a questão do petróleo, cujos estudos básicos não estão sendo realizados; tudo isso tem que ser priorizado.

O melhor não é simplesmente não gastar o dinheiro, mas gastar o menos possível da melhor maneira.

O Governo Lula, infelizmente, trabalha para aumentar o superávit primário e, ao mesmo tempo, gasta mal os recursos que arrecada. No caso da febre aftosa, no fundo, uma economia de milhares de reais está trazendo um prejuízo de milhões ao Brasil. Na área de petróleo, se não se derem recursos para a ANP fazer os estudos básicos, vai acontecer a mesma coisa: vamos ter dificuldades em encontrar petróleo por conta de milhares de reais e, assim, vamos deixar de economizar bilhões de reais.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de encerrar o meu discurso dizendo que lamento que, neste Governo, a educação seja tratada como assunto de terceira classe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, pela Liderança do PFL.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, ou de quantos minutos mais desejar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, há tempos pairam suspeitas sobre os investimentos dos fundos de pensão das estatais.

Recentemente, principalmente com as investigações promovidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, essas suspeitas foram se transformando em certezas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que o cidadão tenha uma idéia mais precisa do que acontece nos fundos de pensão. Por exemplo, os investimentos dos

fundos de pensão das estatais alcançavam, até abril, a impressionante cifra de R\$260 bilhões. São dados oficiais da Secretaria de Previdência Complementar.

Os fundos de pensão, na atualidade, são os maiores investidores do Brasil.

Mas, se V. Ex^{as} observarem, mesmo na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, terão uma idéia – uma triste idéia – de que o baixo nível do empenho dos investimentos caiu de 50,7%, acumulado até setembro de 2004, para 30,2% no mesmo período de 2005. Já foram pagos R\$60 bilhões com juros e encargos da dívida, enquanto se gastou apenas R\$1,814 bilhão em investimentos, o equivalente a 8,2% do autorizado.

Ora, Sr. Presidente, somente o maior deles, o Previ, do Banco do Brasil, possui participação em mais de uma centena de empresas, totalizando cerca de R\$70 bilhões.

Além disso, os fundos atuam fortemente nos mercados de ações, imóveis e finanças.

Aí está o problema: a forma pela qual os fundos têm atuado. Os critérios que têm norteado seus investimentos são todos políticos, feitos por maus políticos. As CPI vêm demonstrando que as motivações são inconfessáveis e, todas elas, tipificadas no Código Penal. Isso é inaceitável!

Não por acaso, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos fundos de pensão foi saudada pelo colunista Élio Gaspari como “a melhor notícia do ano”.

Mas meu objetivo, neste momento, é abordar, em especial, o relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União sobre irregularidades na gestão desses fundos.

Este relatório que tenho em mãos é um trabalho notável do Procurador Lucas Furtado. Não posso pedir sua publicação por seu caráter sigiloso, mas demonstra como o País está caminhando a passos largos para a sua própria destruição.

Este relatório foi possível graças ao excelente trabalho que desenvolve o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Furtado, que acabo de citar, que resultou na representação ao Tribunal para que apurasse irregularidades na Previ, Funcef, Centrus e Petros, fundos ligados, respectivamente, ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central e Petrobras.

Pela qualidade e importância do trabalho desenvolvido pelo Dr. Lucas Furtado e pelo Tribunal peço à Mesa que o entregue aos Senadores, já que é sigiloso e não posso entregá-lo. Mas como o recebi na Comissão de que faço parte, sou obrigado a dizer que ele existe e que é grave.

Sr. Presidente, as conclusões do TCU vêm confirmar todos os piores pressentimentos: a gestão dos recursos desses fundos mistura a lambança administrativa e a má-fé, o aparelhamento político, o clientelismo e a visão patrimonialista e já esperada do tal Partido dos Trabalhadores.

O relatório é incisivo:

- existem fortes indícios de irregularidades quanto à atuação no mercado de capitais, nas aquisições imobiliárias e nos investimentos financeiros;
- quem deveria fiscalizar os fundos de pensão foi negligente. A saber, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, subordinada ao Ministério da Previdência;
- também foram lenientes as entidades patrocinadoras, pois igualmente lhes compete a aferição das contas dos fundos e sua fiscalização;
- há evidentes lacunas em prestações de contas, curiosa e especialmente no que se refere a prejuízos em investimentos financeiros e imobiliários.

Assim, com base em jurisprudência firmada pelo próprio Tribunal de Contas da União e seguindo entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal de que “indícios vários e concordantes são provas” – estamos, portanto, com provas –, o Tribunal apontou a necessidade de apurações complementares quanto aos investimentos danosos efetuados pelas entidades fechadas de previdência, razão pela qual determinou várias diligências.

Ora, é preciso dizer, com todas as letras, que a Comissão de Valores Mobiliários e a Secretaria de Previdência Complementar não realizaram a contento o trabalho devido!

É bom lembrar o alerta do Senador Heráclito Fortes: os dirigentes da CVM e da SPC guardam proximidade com o Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Será que isso não irá atrapalhar as diligências ora recomendadas?

Mas não somente a CVM e a SPC devem ser cobradas! A Polícia Federal no Rio de Janeiro também deve informar sobre os possíveis crimes financeiros cometidos pelo Sr. Sérgio Ricardo Rosa, dirigente da Previ.

Também a Polícia Civil daquele Estado deve informar a respeito de notícia-crime impetrada em desfavor do mesmo dirigente, com vistas, ainda uma vez, a apurar possíveis crimes financeiros.

Mas tem mais!

Um outro item, ainda mais agudo, constava das denúncias investigadas pelo TCU: o financiamento de campanhas eleitorais.

Não se trata, por óbvio, Sr. Presidente, de financiamento direto, mas de operações triangulares, envolvendo compra de ações de empresas que, posteriormente, contribuíram para a campanha de candidatos petistas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vai-se tornando claro, a cada dia que passa, que o PT serviu-se o quanto pôde de suas indicações políticas no comando dos maiores fundos de pensão do País. Ah! Gushiken quanta gente você indicou! Quanta gente está servindo mal ao País!

É necessário que se intensifiquem as investigações, nas CPIs e fora delas, para que se punam, exemplarmente, todos os responsáveis e todos os beneficiários.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

A administração dos fundos de pensão, esteio de tantas famílias de trabalhadores, deve ser moralizada e profissionalizada.

Tudo deve ser investigado. Desde as operações de compra e venda de participações em empresas, de empreendimentos imobiliários, de contratação de consultorias, até os esquemas de rapinagem pura e simplesmente.

Não podemos nos esquecer de que se trata de crime organizado. A lógica dos negócios escusos é singular na aparência, mas complexa nos métodos, nas ramificações, sobretudo nos disfarces. Os investigadores precisam, pois, atuar em rede, porque os malfetores contam com essa complexidade para se safarem.

Precisamos fechar as torneiras que o PT abriu ou ampliou e que irrigam a corrupção e os acordos políticos reprováveis.

Não podemos permitir que o pecúlio conseguido, às duras penas, por milhares de famílias de trabalhadores, seja malversado por quem alçou-se ao poder prometendo defendê-las.

Essa situação, Sr. Presidente, é grave. Ainda bem que V. Ex^a, na Presidência desta Casa, tomará as providências devidas. Os fundos não podem continuar dessa forma. Por isso, a CPMI dos Correios está fazendo um grande trabalho em relação aos fundos das estatais, que deixará orgulhosa esta Casa e a Câmara dos Deputados e mostrará ao País o que existe de fato com relação a esses fundos.

Sr. Presidente, a situação é muito grave, tão grave que peço a atenção de V. Ex^a para o relatório do Dr. Lucas Furtado. Ao lê-lo, V. Ex^a ficará estarrecido, como eu e como, certamente, ficará a Nação brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, chamou-me atenção ontem, segunda-feira, 31 de outubro, uma breve notícia publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, que se referia a um relatório preparado por uma organização não-governamental dedicada a avaliar o desempenho dos países na área social.

Segundo o periódico, o relatório põe o Brasil, no que diz respeito ao desenvolvimento social, no mesmo nível de países muito mais pobres, muitas vezes assolados por problemas que estamos longe de conhecer, como guerras civis ou profundas divisões étnicas. De acordo com a avaliação dessa ONG, a Social Watch, o Brasil é um País de baixo nível de desenvolvimento social.

Por coincidência, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no dia anterior, domingo, dia 30 de outubro, Senador Paulo Paim, a revista **IstoÉ Dinheiro** havia publicado uma entrevista concedida pela representante do Unicef no Brasil, Sr^a Marie-Pierre Poirier, na qual ela diz, literalmente, que, na sua avaliação, “a agenda social não está sendo cumprida”.

As notícias, tristemente, se complementam para nos apresentar um quadro melancólico. Por um lado, temos um nível de desenvolvimento social mais baixo do que seria de esperar de um país com estabilidade política e econômica semelhante à nossa. Por outro, não estamos fazendo o que a situação exige, em termos de esforços para mudá-la. Estamos mal, mas parece que não fazemos nada para melhorar.

Vejam, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que, em ambos os casos, as avaliações partiram de observadores estrangeiros. Não foi nenhum político da Oposição, Senador Mão Santa, não foi ninguém que se poderia acusar de estar movido por interesses eleitorais.

O que esses observadores viram é algo que salta aos olhos de qualquer um: a inépcia, o imobilismo, a falta de efetividade deste Governo decepcionante, que se esforçou durante quase três anos para chegar onde está hoje, ou seja, se debatendo na lama.

Não que esse imobilismo seja fruto da atual crise: desde o início não faltou quem chamasse a atenção para o fato de que este Governo que aí está só demonstrava algum lampejo de competência quando se tratava de aparelhar o Estado ou de contingenciar os recursos do Orçamento.

Hoje, terça-feira, dia 1º de novembro, os jornais dão destaque ao fato de que o Governo Lula cumpriu, Senador Antonio Carlos Magalhães, em nove meses, a meta anual de aperto fiscal. Certamente, a notícia não deixa de ser boa, mas de nada adianta ser mais realista do que o rei. O preço que se paga para esse sucesso pode ser alto demais, se implicar o sacrifício do desenvolvimento social do País. Com cidadãos ignorantes, doentes e sem assistência, o superávit fiscal é estéril e dificilmente se traduzirá em prosperidade real e duradoura.

Infelizmente, Sr. Presidente, muitas vezes parece que a meta do superávit é um fim em si mesmo, que se sobrepõe a todo o resto e domina nossas prioridades.

Tomemos como exemplo, brevemente, Senadora Heloísa Helena, a Emenda Constitucional nº 29, que diz respeito à aplicação de recursos na área da saúde.

Há várias discussões em torno da melhor maneira de interpretar as exigências dessa Emenda, no que se refere ao financiamento das ações de saúde. Sistemáticamente, no entanto, este Governo vem-se valendo de brechas no texto normativo e de artifícios, cujo resultado é, no final das contas, diminuir os recursos aplicados em ações especificamente voltadas para sanar os problemas da saúde, ao incluir, por exemplo, como já foi o caso, recursos do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza para fins do cumprimento da Emenda nº 29 ou ao tomar ações típicas de assistência social, como transferência direta de renda, e considerá-las ações e serviços públicos de saúde.

Se é assim, Sr. Presidente, que conseguimos nosso superávit fiscal, então nossas razões para comemorar o alcance da meta anual ficam tristemente reduzidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não se combate a pobreza, não se supera a nossa iníqua desigualdade se não for por meio de investimentos consistentes no desenvolvimento social. Não é com assistencialismo populista que conseguiremos mudar essa situação, mas com investimentos em educação, saúde pública, infra-estrutura e saneamento. Não há verdadeiro desenvolvimento social se não lhe forem garantidas condições de sustentabilidade. Ações que não visem ao desenvolvimento sustentável não passarão de paliativos, cujo efeito, no final das contas, mais ajuda a manter do que a mudar o **status quo**.

Para terminar, Sr. Presidente, volto à entrevista da Sr^a Marie-Pierre, a que já me referi no início deste meu pronunciamento.

Como representante do UNICEF, sua preocupação está, naturalmente, voltada para a situação das crianças. Mas suas considerações, creio, podem ser

generalizadas e estendidas. Eu gostaria de citar uma passagem da entrevista que me chamou particularmente a atenção, pela justeza de uma observação daquela senhora: “Todas as pesquisas mostram que o país que investe no social consegue impacto no crescimento econômico. Não é só com o crescimento econômico que vamos repartir o bolo, mas com a escolha da agenda social como prioridade nacional; o desenvolvimento humano ao lado do social. Investir na criança não é uma coisa do coração, de carinho, é uma escolha estratégica para o futuro. É uma questão de escolha política”.

Portanto, não haverá prosperidade econômica se não conseguirmos garantir o investimento nas pessoas.

Este Governo, infelizmente, frustrou as esperanças dos milhões que nele depositaram sua confiança três anos atrás. Teria ainda um ano pela frente se não tivesse se transformado, por força da crise que ele próprio alimenta, em uma espécie de morto-vivo, motivado pela vã perspectiva de que as eleições do próximo ano operem uma ressurreição milagrosa.

Em três anos, as políticas sociais não conseguiram avançar significativamente, em comparação com a base estabelecida pelo Governo anterior. A predominância do assistencialismo, aliás, pode até resultar em retrocesso. Falta ainda um ano – pouco para reverter o fracasso, muito, porém, para quem vive na pobreza. Esperamos que esse ano que falta seja o último desse triste capítulo da história recente do Brasil e que 2007 nos traga de volta melhores perspectivas para o futuro.

Sr. Presidente, ao esgotar os poucos minutos que me restam, quero aqui dizer da alegria e da honra que o Estado do Pará teve, nesse final de semana, em receber o Senador Paulo Paim, que lá esteve para proferir uma palestra no Encontro dos Trabalhadores no Comércio do Pará e do Amapá.

O Senador Paulo Paim, de forma brilhante, proferiu sua palestra e foi bastante ovacionado pelos companheiros que lá estavam defendendo suas posições. Tive a honra de estar presente na abertura do encontro e constatei que todos nós que fazemos a política nacional temos um único objetivo: trazer melhor qualidade de vida a todos os brasileiros.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu já falei ontem, da tribuna, da minha alegria de ter ido ao Pará. Estivemos na abertura do encontro juntos. V. Ex^a fez uma belíssima intervenção naquele plenário, inclusive fazendo uma saudação à minha ida ao Pará. Foi aplaudido de forma intensa por

mais de mil dirigentes que lá estavam, o que mostra o prestígio de V. Ex^a junto ao povo paraense. Na minha fala, eu disse que ficava muito alegre de ver a sua presença naquele evento tão importante que unia os Estados do Pará e do Amapá. Estavam lá delegados dos dois Estados. V. Ex^a fez uma defesa tranqüila das suas posições, uma comunicação tranqüila...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) –... com os delegados presentes. Em seguida, falei um pouco da conjuntura, citando a importância de que um momento como aquele se repetisse também aqui no Congresso Nacional. Estavam lá um Senador do PSDB e um Senador do PT defendendo praticamente as mesmas posições, ou seja, defendendo o melhor para o País. Quero dizer que fiquei muito feliz com a sua presença lá, como Parlamentar daquele Estado, que representa com competência aqui no Senado da República. Com certeza, voltarei outras vezes. Quero agradecer também a V. Ex^a pela forma como colocou à disposição a sua estrutura para, se eu precisasse, movimentar-me dentro do Estado do Pará. É uma alegria enorme poder retribuir, neste momento, aqui no plenário do Senado, a forma gentil como V. Ex^a colaborou para que a minha palestra fosse positiva no seu Estado. Parabéns!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tenho a honra de agradecer a ida de V. Ex^a ao meu Estado, o que espero que se repita várias outras vezes.

Ao encerrar, Senador Paulo Paim, quero dizer que a demonstração que todos deram naquele momento me faz plagiar Luther King. Eu também “tive um sonho”; o sonho de ver o segmento laboral e o segmento patronal trabalhando de mãos dadas para o desenvolvimento econômico e social deste nosso querido Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

S. Ex^a tem dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou procurar reduzir ao máximo o tempo do meu discurso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, o Congresso Nacional demonstra sua preocupação com a crise enfrentada pela maioria dos Municípios brasileiros, que chegam ao final do ano sem saber como encerrarão as suas contas.

A emenda que aprovou o parcelamento em até 240 meses das dívidas dos Municípios junto ao INSS, e pela qual batalhei desde que iniciei meu manda-

to nesta Casa, demonstrou o grau de preocupação dos Parlamentares com as Prefeituras do nosso País. Igualmente, o Governo se sensibilizou com a solicitação dos Srs. Prefeitos e promoveu com eles um entendimento, permitindo, dessa forma, que esse pleito, que representava o anseio de todos os Prefeitos deste País, fosse atendido.

Exemplo recente do prejuízo que os Municípios estão sofrendo em seus direitos constitucionais é a dívida que o Governo acumulou com Estados e Municípios desde junho de 2003, relativa aos tributos arrecadados pela Receita Federal desde a criação do País. Esse programa de parcelamento de débitos fiscais, mais conhecido como Refis II, começou a gerar receita em junho de 2003. Desde então – e até o mês de agosto de 2005 –, as empresas que a ele aderiram já pagaram à Receita Federal cerca de R\$6,1 bilhões em impostos e contribuições em atraso. Desse total, 60% correspondem a Imposto de Renda e IPI, dos quais 22,5% devem ser repassados aos Municípios e 21,5%, aos Estados. Isso significa que, no mínimo, só de atrasados, Estados e Municípios têm direito a R\$1,6 milhões.

O Tribunal de Contas da União, em uma auditoria na Fazenda, constatou a retenção desses recursos pelo Governo e determinou o repasse imediato do mesmo – aliás, o Tribunal de Contas da União determinou o repasse desse recurso em 60 dias.

O prazo final dado pelo Tribunal de Contas da União encerra-se em 5 de dezembro, o que certamente dará um fôlego extra às Prefeituras, uma vez que, acredito, o Governo deverá atender a essa determinação do Tribunal de Contas, e as Prefeituras terão naturalmente condições de fechar as suas contas e pagar o 13º salário com essa solução já determinada pelo Tribunal de Contas da União.

Chamo a atenção desta Casa para que estejamos atentos a essa determinação do Tribunal de Contas da União. Que ela seja cobrada e que seja efetivamente passada aos Municípios, que se encontram na situação a que me referi.

Os jornais publicam notícia, hoje, de que a meta do superávit fiscal, prevista para este ano em 4,25%, deve ficar em 4,8% e 5% do PIB. Segundo o Governo, essa meta já está sendo atingida, porque o aperto fiscal foi suficientemente forte, levando União, Estados e Municípios a economizarem, até o mês de setembro, R\$86,502 bilhões para o pagamento de juros da dívida.

Segundo notícia do jornal **Folha de S. Paulo**, nos primeiros nove meses do ano, a economia feita pelo setor público foi equivalente a 6,10% do PIB, o nível

mais elevado já registrado desde que o Banco Central passou a calcular essa estatística em 1991.

O questionamento que Parlamentares começam a fazer – e me incluo entre eles – é se a retenção dos recursos do Refis II, devidos a Estados e Municípios, não teve o propósito de fazer caixa para o superávit primário do Governo. Porque, se foi este o propósito, o Governo cometeu mais uma infração contra a Constituição, uma vez que está na Lei Maior que, de tudo o que o Governo arrecada em IPI e Imposto de Renda, 22,5% devem ser repassados aos Municípios e 21,5%, aos Estados.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nesse sentido, ao concluir o relatório, o Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, escreveu que a situação que perdurava desde 2003 era uma “grave infração da norma legal”.

Encerro o meu pronunciamento esperando que o Governo acate a determinação do TCU, cumpra a Constituição e que, até o dia 5 de dezembro, faça o repasse de recursos aos Municípios, conforme a recomendação daquela Corte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora, o pronunciamento de V. Exª é perfeito por trazer ao conhecimento da Nação brasileira, por meio da área de comunicação do Senado – da Rádio Senado e da TV Senado – a forma como o Tribunal de Contas verificou a não-transferência de recursos constitucionais. O Governo faz superávit com diversos recursos, como ainda há pouco tive oportunidade de me referir. Todavia, os recursos oriundos das parcelas do Refis e do País, devidas ao Imposto de Renda, são constitucionais e estão sendo retiradas dos Estados e dos Municípios, que lutam com grande dificuldade pela diminuição dos fundos de participação tanto dos Estados quanto dos Municípios. V. Exª traz agora – eu até diria – esta denúncia. Espero que o Governo, como determinou o Tribunal de Contas da União, faça essa transferência no prazo de 60 dias – como disse V. Exª, até 5 de dezembro – e que não seja criado um novo precatório para que esses recursos sejam transferidos para outros exercícios e outros governos. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª, Senadora Lúcia Vânia!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. O aparte de V. Exª enriquece o meu pronunciamento.

V. Ex^a, como eu, estive presente na reunião dos Prefeitos. Pudemos sentir, nas suas pessoas, a aflição de seus Municípios hoje. Muitos deles não têm condições sequer de pagar o 13º salário, e alguns estão com a folha de pagamento atrasada.

É muito duro vermos o País criando superávit acima do que foi pactuado com a retenção do dinheiro que é de direito dos Estados e dos Municípios, fazendo com que a população mais pobre seja a mais atingida com essa atitude. Menos educação, menos saúde, mais dificuldades para os programas sociais não têm preço.

O Governo tem de entender que o superávit não pode ser atingido com o sacrifício dos que mais são punidos, que é a população mais pobre, que depende dos serviços públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que, como irei falar a respeito das palavras que ontem S. Ex^a proferiu, gostaria de solicitar a sua presença neste Plenário. Então, até que S. Ex^a aqui chegue, sugiro a V. Ex^a conceder a palavra ao próximo orador inscrito; falarei após. Agradeço-lhe desde já. Iria avisar a S. Ex^a, mas fui surpreendido ao ver que chegou a minha vez de falar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy, posso fazer a permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Consulto a Senadora Heloísa Helena se poderia permutar com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senadora, é que eu pedi para o Senador Arthur Virgílio estar presente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu posso falar agora, minha flor. Entretanto, o Senador Pedro Simon, que chegou antes de mim, também está inscrito. Assim sendo, falarei depois do pronunciamento do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deixe-me esclarecer, Senadora Heloísa Helena: o Senador Pedro Simon não estava no momento em que foi chamado. Então, houve a permuta do

Senador Pedro Simon com o Senador Paulo Paim. Então, eu...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, que fale o Senador Eduardo Suplicy; a Senadora Heloísa Helena e eu ficamos em nossos respectivos lugares de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena e, depois, ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza; Sr^{as} e Srs. Senadores; Senadora Heloísa Helena, assim como eu, também V. Ex^a não estava presente à sessão de ontem. Por isso, novamente, gostaria de pedir a presença do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, porque resolvi comentar as palavras proferidas por ele, ontem, neste Plenário, especialmente no ponto em que S. Ex^a teria sido informado que estariam querendo pagar a essa pessoa que o informou para encontrar qualquer coisa que pudesse atingir a vida de S. Ex^a ou a de seus filhos. O Senador ficou tão indignado que resolveu reagir da seguinte maneira:

Mexer comigo é a mesma coisa que passar a mão no bumbum da mulher do Mike Tyson [...] Se eu identificar quem é, vou dar uma surra nele, pessoalmente. [...] Se ameaçasse o meu filho eu daria uma surra, pessoalmente, no Lula.

Ora, fiquei chocado com o procedimento do Líder do PSDB, por quem tenho estima e respeito. Sou seu companheiro no Congresso Nacional desde a Câmara dos Deputados – ambos fomos Deputados em 1983. Será essa a melhor maneira de procedermos? Poderá um Senador ou um Deputado dizer, Sr. Presidente, que “vai dar uma surra” no Presidente da República?

Sr. Presidente, estou ciente da instituição “imunidade parlamentar”, consagrada no art. 53 da Constituição, que diz respeito à inviolabilidade civil e penal do Parlamentar por quaisquer opiniões, palavras e votos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, permita-me concluir a reflexão principal.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Trata-se, portanto, de uma garantia do Parlamento, prevista no art. 53 da Constituição Federal; uma garantia dada desde a gloriosa Revolução de 1688.

Podemos aqui lembrar as importantes palavras de Voltaire: “Não concordo com uma só palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las”.

Então, claro que está assegurada ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, a liberdade de expressão. Mas pondero: se o Senador Arthur Virgílio fosse um cidadão comum, sem imunidade parlamentar, teria de responder pelas palavras que, ontem, proferiu, não por crime contra a honra, mas por crime de ameaça, previsto no art. 147 do Código Penal.

A questão, Senador Demóstenes Torres, está na destemperança. Qual é a consequência de estarmos, aqui, destemperando? A perda da condição de respeito, de urbanidade, de cortesia, necessárias à atividade política. Se vamos, aqui, transformar o nosso oponente não mais em adversário, mas em inimigo de guerra, então, teremos de nos utilizar da força física?! Ora, o Senador Arthur Virgílio se dispõe a dar uma surra utilizando-se de quais instrumentos? Não sei se a especialidade de S. Ex^a é o Judô, o *Box*, o Caratê ou outra especialidade.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – É a verbal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– A de V. Ex^a, nós a sabemos: é o *Box*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Será que eu vou ter de entrar em forma novamente para tentar conter o Senador Arthur Virgílio?

Se olharmos o nosso oponente como um inimigo, o ambiente de diálogo, Senador Antonio Carlos Magalhães...

Outro dia, conversava informalmente com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse a Sua Excelência: “Olha, Presidente, outro dia dialogava com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, muitas vezes, tem demonstrado estima, carinho e respeito por Vossa Excelência. Disse ao Senador que talvez ele pudesse ter uma palavra de carinho e de respeito por Vossa Excelência”. Penso que o Senador Antonio Carlos Magalhães terá maior influência dependendo da forma como agir, ou seja, terá maior influência sobre o que acha que o Presidente deva fazer se usar uma forma mais construtiva e carinhosa do que a forma com que, às vezes, tem usado da tribuna.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O Senador Antonio Carlos hoje é ternura, pura ternura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Hoje S. Ex^a começou o dia, logo pela manhã, com

muita ternura. Percebi isso em relação ao Senador José Sarney, lá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, quero fazer uma recomendação ao Senador Arthur Virgílio: para que tenha um pouco de ternura e respeito. Lembro-me de que, muitas vezes, fiz críticas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nunca perdi o tom sincero, assertivo, mas com muito respeito a ele. E eu gostaria, inclusive, de aqui lembrar que o Senador Arthur Virgílio, na condição de Deputado Federal e Líder do Governo no Congresso, certo dia, quando o Deputado Jair Bolsonaro propôs o fuzilamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, bem naquela oportunidade, o Deputado Arthur Virgílio foi à tribuna da Câmara e pediu a cassação do Deputado Jair Bolsonaro: “Imaginem, quer fuzilar o Presidente!” Uma palavra agressiva. E, agora, o Senador Arthur Virgílio quer dar uma surra no Presidente!

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permita-me, Senador. Deixe-me fazer uma intervenção. Permita-me, V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Ou não eram pra valer as palavras dele?!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a está exagerando.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Atenção! Atenção! Senador Antonio Carlos Magalhães, eu quero que o orador conceda o aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Certo. Eu vou conceder, com muita honra, delicadeza e ternura. Primeiro, ao Senador Demóstenes Torres; em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e à Senadora Heloísa Helena, com toda certeza.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, também estou na fila.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pois não.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – V. Ex^a talvez não estivesse presente no momento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Eu não estava ontem presente. Mas me impressionou, porque os jornais hoje refletem...

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O nosso Líder Arthur Virgílio, em momento algum, disse que faria isso com o Presidente da República. S. Ex^a contou uma história de que estava sendo ameaçado – sua família, seus filhos –, e que S. Ex^a, na hipótese de acontecer alguma coisa com seus filhos, seria capaz de dar uma surra até no Presidente da República.

Quer dizer, todos nós sabemos da ferocidade que tem o nosso Líder Arthur Virgílio, mas é uma ferocidade verbal. Tanto é que o art. 147 jamais poderia ser utilizado em relação a S. Ex^a, porque S. Ex^a não ameaçou ninguém. Ameaça tem de ser um mal injusto, grave e atual e tem de haver possibilidade. Ninguém consegue nem chegar perto do Presidente da República. E o que o Senador Arthur Virgílio quis dizer é o seguinte: “Quero evitar que o Presidente da República caia naquela frase do Millôr Fernandes: ‘Chegou ao limite de sua ignorância; não obstante, prosseguiu’”. Então, era isso. O Senador Arthur Virgílio disse: “não extrapolem em relação a mim”. O exemplo do Presidente Lula foi apenas um exemplo utilizado. Em momento algum, S. Ex^a atacou a honra, a dignidade ou ameaçou a integridade física do Presidente. O que S. Ex^a quis dizer, disse com todas as palavras, com a veemência que lhe é habitual, é o seu estilo, assim como o de V. Ex^a é bastante conhecido e agradável a todos nós. Então, não tenho procuração para defendê-lo, mas quero dizer que o Senador Arthur Virgílio não procedeu dessa forma como V. Ex^a está se referindo a ele. S. Ex^a disse, com toda certeza...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espero que não, Senador Demóstenes Torres. Mas aqui leio, entre aspas, o que disse o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Se alguma coisa acontecer com a minha família...”

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...eu seria capaz de bater na cara do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou de qualquer pessoa”.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Exatamente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Serial!

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Então, o senhor conhece bem o Português, o vernáculo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Veja só, mas eu gostaria... Bem, Senador Antonio Carlos, vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas só quero fazer uma recomendação que sempre faço, até a fiz aqui ao Presidente George Walker Bush, quando estava para iniciar a guerra contra o Iraque, lembrando algo de uma pessoa que, acredito, V. Ex^a também tenha como uma grande figura da humanidade, e as palavras de recomendação valem para o George Walker Bush e para o Senador Arthur Virgílio, nesta situação. E daí eu passo a palavra a V. Ex^a:

Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio. Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Atenção, Senador, por gentileza.

Quero dizer a V. Ex^a que estou vendo que quase todo o Plenário quer apartear-lo. E tenho aqui inscritos a Senadora Heloísa Helena, o Senador Pedro Simon, o Senador Leomar Quintanilha; em seguida, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Alberto Silva e, por último, o Senador João Batista Motta. V. Ex^a já extrapolou seu tempo em dois minutos. Façamos um acordo: concederei ainda mais cinco minutos a V. Ex^a para que inclusive incorpore os apartes. Fica bem assim?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou ser disciplinado.

Não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes e a cada vez nós precisamos alcançar as alturas majestosas e confrontar a força física com a força da alma.

Senador Antonio Carlos, gostaria que aqui pudessemos usar a força da alma muito mais que a força física. V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a é sempre uma força física inigualável. V. Ex^a é um atleta que já derrubou muita gente. Agora, pense bem: se alguma coisa acontecesse ao Supla, o que aconteceria com o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah! Ficaria bravo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Coloque-se nessa situação e veja a posição do Arthur Virgílio. Daí um excesso ou outro, que passa a ser natural em virtude do ambiente. De modo que V. Ex^a está colocando bem, mas precisa levar em conta que o Senador Arthur Virgílio fez essa questão considerando que o filho dele corre perigo de vida, porque foi contratado um sicário por R\$100 mil para matá-lo. De maneira que, esse assunto, V. Ex^a deve respeitar, e cada um de nós que tem filho e que ama, como é natural, o filho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a ponderação de V. Ex^a. Quero dizer que também solicito ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que tome as medidas necessárias para averiguar se está havendo qualquer ameaça ao filho ou ao Senador Arthur Virgílio, porque isso é inadmis-

sível. Então, neste ponto eu sou solidário. Mas quero também recomendar ao Senador Arthur Virgílio que aqui possamos utilizar mais da palavra assertiva; a crítica severa, quando se faz necessário, mas com formas de respeito. V. Ex^a sabe que eu próprio sugeri ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vir aqui dialogar conosco. Mas imaginem agora. Sua Excelência vai me dar razão: “Puxa, eu vou lá e vão querer até me bater fisicamente”. Pois bem, eu fiz a sugestão ao Presidente Lula e Sua Excelência, por enquanto, ponderou, e eu disse: “No momento que Vossa Excelência considerar adequado”. Eu disse a Sua Excelência que tinha convicção, até por ter conversado com V. Ex^a e diversos Senadores e a Senadora Heloisa Helena, que, com certeza, e muitos aqui me disseram, o tratariam com todo o respeito. Quero até encorajá-lo a vir aqui, mas fiquei preocupado com essa reação. O Presidente falou: “Puxa, imaginem se quiserem me bater”.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Vamos receber bem o Lula aqui.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Suplicy, o Presidente é corajoso, não iria ficar com receio de apanhar, não. Vamos deixar o pugilato de lado e colocar as coisas com clareza. O Senador Arthur Virgílio fez uso da força de expressão e não da força física. Quis dar ênfase à sua indignação, que extrapola os limites do que é normal, exatamente por se tratar da família. Quando se trata da família, a dimensão é outra. Quando se trata do filho, certamente é outra a dimensão. V. Ex^a conhece o Senador Arthur Virgílio, um esgrimista da palavra. S. Ex^a usa força de expressão, figura de retórica, para retratar com maior fidelidade e expressão o seu pensamento. E, ontem, o que quis retratar, dando ênfase, foi a sua indignação. V. Ex^a conhece bem: a cada ação corresponde uma reação naturalmente proporcional. Imagino que o Senador Arthur Virgílio tentou reagir de forma compatível com uma ação despropositada empreendida, colocando em risco a sua própria família. Ele não poderia reagir de outra forma. Mas, certamente, o Senador Suplicy entendeu a força de expressão utilizada pelo Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma e Senadora Heloisa Helena, estou com receio de descumprir o que acordei com o Presidente João Alberto.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Só uma informação como Corregedor, se V. Ex^a permitir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a disse que o Ministro tem de tomar providências. Como Corregedor, ontem, comuniquei ao Senador Arthur Virgílio, que ainda se encontrava na tribuna... É claro que qualquer um de nós, quando sente o filho ameaçado, mostra que não tem limites na defesa. Cada um gradua de acordo com a sua reação de alma e coração. V. Ex^a também faria o mesmo. Mas imediatamente tomei as providências necessárias. Hoje, estive pessoalmente com o Dr. Paulo Lacerda. Já mandei um ofício pedindo que ele ouça o Gilmar Reis Barbosa, que foi a pessoa abordada e que comunicou, por meio de um terceiro que aqui se encontrava. De forma que as providências da Corregedoria foram tomadas junto à Polícia Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a também recomendou ao Senador Arthur Virgílio que use mais a força da alma do que a força física como procedimento. Pelo menos, essa é a minha recomendação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Cada um use o seu direito de se manifestar de acordo com a reação do seu coração.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de pleno acordo com a sua providência.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, estou premido aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também quero fazer um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Serei breve, Senador Eduardo Suplicy. Penso que todos os Senadores e Senadoras que me antecederam já colocaram a posição correta da forma de interpretação. São fatos e versões. Todos sabemos da formação do Senador Arthur Virgílio, e V. Ex^a muito bem colocou aqui. Se tivesse a sua família sofrendo ameaça, também teria uma reação a essa altura. Ainda mais que V. Ex^a foi traído no instante em que estava na tribuna, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães se referiu a sua *expertise* em boxe, e V. Ex^a disse: “Será que vou ter que voltar a treinar?” Ou seja, já estaria também colocando em xeque a própria palavra do Senador Arthur Virgílio. Só para mostrar a V. Ex^a que, como bem disse o Senador Alvaro Dias, trata-se de força de expressão. Permita-me V. Ex^a. Todos conhecemos a índole do Senador Arthur Virgílio. Deve, realmente, ter sido motivada por uma agressão ou por uma ameaça de agressão a sua família.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro.

Senadora Heloísa Helena, para concluir, porque tenho que prometer ser breve, e já estou abusando.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Eu gostaria de um aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou me empenhar para que todos sejam brevíssimos.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Gostaria, primeiro, de deixar o testemunho na Casa de como conheço o Senador Eduardo Suplicy. Sei que essas ressalvas que está fazendo não são ressalvas simplesmente ao Senador Arthur Virgílio porque, várias vezes, quando eu ainda era militante do PT, em muitos momentos, em função da minha forma de falar, da minha forma de reagir, em muitos momentos, o Senador Eduardo Suplicy, tanto nas reuniões de Bancada, nas reuniões de diretório e aqui mesmo no plenário, já fez ressalvas em relação a, digamos, um comportamento mais belicista de algumas pessoas. Portanto, faço questão de deixar aqui o claro testemunho, porque, muitas vezes, na própria tribuna em que ele está – falando do Senador Arthur Virgílio – ele já falou de mim, achando que eu tinha um comportamento exagerado, belicista. Então, V. Ex^a tem aquilo que a gente diz de “autoridade” para fazer a ressalva. Eu não poderia também – até porque me conheço profundamente – jamais ficar aqui no plenário de forma silenciosa, hipócrita. Eu me sentiria hipócrita se não fizesse o aparte; e aí não conjugaria o verbo no pretérito. Eu o conjugaria no presente: “eu sou capaz”. Do mesmo jeito, se tocar em um filho meu, Senador Romeu Tuma, pode colocar logo na Corregedoria; se tocar num filho meu, nem sei, acho que não tem nada a ver com o Presidente Lula – que tem todos os defeitos de traição de classe e outras coisas – ameaçar o filho do Senador Arthur Virgílio. Quero deixar aqui registrado, para não me sentir hipócrita, que se tocarem em um filho meu – pode ser Senador, Presidente da República ou quem quer que seja – eu viro onça. Não é “eu seria capaz”, é “eu sou capaz”. V. Ex^a tem autoridade de falar do mesmo jeito. Já passei por circunstâncias na Casa que foram difíceis. É por isso que digo que tem gente que pode criticar aquele diálogo nem um pouco civilizado ou nem um pouco sofisticado, do ponto de vista do vernáculo, que eu tive com o Deputado do PT na Câmara dos Deputados. Preferia não ter. Agora, pode me criticar V. Ex^a, pode me criticar uma mulher ou um homem que aceite que um vigarista diga para ele uma palavra de baixo calão e ele fique calado. Eu não fico. Então, V. Ex^a tem toda a autoridade de fazer a ressalva. Espero que ninguém vá fuxicar para o Senador Arthur Virgílio, dizendo uma coisa diferente, porque várias vezes já o fizeram. Mas quero deixar absolutamente registrado:

não tenho nem tamanho, nem físico. Aliás, uma vez eu dizia ao Senador Pedro Simon que acho que é por isso que Deus me deu uma estrutura bem minguada, que eu não consigo derrubar nem uma mosca, até para eu não ter a arrogância do tipo físico que possibilita que você o seja. Agora, V. Ex^a tem toda a autoridade para fazer a ressalva, de resgatar, porque, com todos os Parlamentares, sempre fez isso. Entretanto, eu me sentiria hipócrita se ficasse silenciosa, porque infelizmente eu não seria capaz. Eu sou capaz. Então, pelo amor de Deus, não toquem num filho meu, porque aí viro onça. Eu posso ser uma gatinha boazinha e manhosa para qualquer um, mas se tocar num filho meu, viro onça. Portanto, foi só por isso que fiz o aparte, ressaltando para a Casa que sei que V. Ex^a tem toda a autoridade, porque a conduta sempre foi essa, em qualquer espaço: no movimento sindical, no Partido, nas Comissões ou aqui. Muitas vezes já briguei com gente aqui porque achava que tinha condutas ofensivas e intolerantes a V. Ex^a, e V. Ex^a agia não com a acomodação, mas com a coragem dos que também reagem de forma mais civilizada, o que não é o meu caso. Só por isso fiz o aparte, meu querido Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço. Suas palavras mostram que há situações em que o ser humano acaba tendo que usar daquilo que não gostaria em circunstâncias excepcionais. Acho que V. Ex^a demonstrou bem, assim fazendo com que possamos compreender melhor as palavras do Senador Arthur Virgílio.

Concedo o aparte à Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero informar a V. Ex^a que existem Parlamentares da Câmara e do Senado, mas principalmente da Câmara – e incluo o Deputado ACM Neto –, já comprovadamente sendo grampeados pela Abin. É a quebra da privacidade, inclusive dos Parlamentares. Isso é uma vergonha para este Governo. E o Deputado ACM Neto não vai se intimidar com essa atitude da Abin, vai continuar investigando e já tem provas suficientes para desmoralizar este Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Considero inteiramente condenável tal procedimento da Abin, se verdade for.

Ouçõ o aparte da Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Sinto discordar da Colega Heloísa Helena. Eu esperava que V. Ex^a subisse a essa tribuna e iniciasse seu discurso com a resposta que V. Ex^a deu à Senadora Heloísa Helena, dizendo que todos, nesta Casa, sabem perfeitamente qual foi a reação do Senador Arthur Virgílio ao usar uma frase de efeito forte, mas que expressava sua angústia e a sua indignação ao ver sua família exposta a uma situação como esta. Este era um momento importante – e V. Ex^a tem autoridade para isso – para, desta tribuna, dizer para toda a Casa quais foram as atitudes do Governo em relação à denúncia que S. Ex^a fez ontem; que tipo de proteção o Governo demonstraria a boa vontade de adotar em relação ao que S. Ex^a está passando com sua família. Dessa forma, V. Ex^a desarmaria os ânimos, e nós estaríamos muito mais predispostos a trabalhar na Casa. É humanamente impossível se pensar em trabalhar com o clima e a insatisfação que toma conta de todos nós. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senadora Lúcia Vânia, a lembrança de V. Ex^a é correta. Solidarizei-me com o pedido ao Ministro da Justiça para que seja feita a devida averiguação. Espero que, até o final desta sessão, possamos nós do PT esclarecer inteiramente a providência tomada.

Ouvirei o Senador Tasso Jereissati, depois a Senadora Ideli Salvatti e encerrarei minha fala.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy, quero apenas situar no devido lugar as palavras do Senador Arthur Virgílio, que todos conhecemos, homem dotado de extraordinária capacidade verbal e afetiva. A capacidade afetiva de S. Ex^a fica ainda mais evidente no amor que ele tem pelos seus filhos. Quando, com sua sensibilidade, percebe um filho seu, de alguma maneira, sendo ameaçado em função da sua atuação política, coloca-se disposto a qualquer coisa. Essa expressão que utilizou, de que chegaria até esse ponto, demonstra bem sua revolta. Evidentemente, não é uma expressão literal que signifique algum tipo de ataque físico ou algo assim, mas demonstra sua revolta. Tenho certeza de que V. Ex^a agiria da mesma maneira se visse um de seus filhos sendo ameaçado em função de suas atitudes políticas. V. Ex^a já foi crítico contundente de outras administrações, de outras políticas e de outros políticos. Se visse, um dia, um filho seu sendo ameaçado em função de sua atitude política, tenho certeza de que a revolta atingiria o mesmo nível.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, quem sabe essa reflexão tenha sido importante, para que todos nós tornássemos mais clara a intenção do Senador Arthur Virgílio. No entanto, reitero a minha recomendação de sempre

– inclusive eu, em qualquer momento – usarmos mais a força da alma do que a força física.

Senadora Ideli Salvatti, para concluir, então.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, registro que não pude ter acesso à fala do Senador Arthur Virgílio, o que me causou profunda apreensão. Tentei pegar nas notas taquigráficas a íntegra do pronunciamento feito ontem, mas estas foram retiradas para revisão. Espero que, na revisão, o próprio Senador Arthur Virgílio – tenho a certeza disto – vai ponderar a respeito da força de expressão que, indiscutivelmente, apareceu como uma expressão de força, algo que não é compatível, inclusive, com o respeito adequado que deve existir entre os dois Poderes. Obviamente, trata-se de exigências corretas e legítimas de qualquer pessoa que sofra algum tipo de ameaça, com a gravidade que o Senador Arthur Virgílio reportou, aqui da tribuna. Exigir providências também é legítimo e deve ser feito, com força. No entanto, as expressões de força usadas, como “dar uma surra no Presidente da República”, são absolutamente insustentáveis nesta tribuna. Por isso, tenho a certeza e a convicção de que o Senador Arthur Virgílio deverá retificar suas palavras. Parece-me de bom-tom, inclusive numa situação como esta que estamos vivenciando, em que os nervos estão à flor da pele e os fios estão desencapados, que tenhamos calma e tranqüilidade para lidar com toda exacerbação de qualquer situação. Quero dizer isso de forma muito tranqüila, porque tive minha vida varrida durante mais de três meses, tive meus filhos monitorados e minha filha com ameaça de arma na cabeça, e não subi à tribuna, inclusive porque havia indícios de onde estavam partindo as investigações, pelas insinuações que aparecem, vira e mexe, em pronunciamentos na tribuna, nas CPIs, na imprensa, tentando me envolver com determinadas situações. Em nenhum momento, por ouvir dizer, por “parece que”, “será que”, levantei qualquer tipo de situação, como ocorreu aqui ontem. Por isso, Senador Eduardo Suplicy, considero de profunda validade que, nesta situação, façamos aquilo que é necessário. O que é necessário neste momento? Tomar as providências para que a denúncia do risco da família, dos filhos do Senador Arthur Virgílio seja investigada; que tenhamos, de imediato, ainda no dia de hoje, um pronunciamento, uma resposta do Ministro Márcio Thomaz Bastos à denúncia de grampo. Penso assim: todo e qualquer grampo tem de ser investigado até as últimas conseqüências, punindo quem quer que tenha realizado grampo ilegal. Então, todas as denúncias que aparecem aqui têm de ter, da parte do Congresso Nacional, do Senado da República, todas as providências. Agora, as expressões de força não

cabem, não devem ser colocadas; elas devem ser combatidas, porque acabam retratando situações que não queremos mais neste País. As expressões de força sempre são vieses que lembram o autoritarismo e lembram períodos da história brasileira que queremos varrer. Por isso, Senador, registro o meu apelo: que a revisão do Senador Arthur Virgílio seja, efetivamente, para retirar as expressões de força, que, do meu ponto de vista, S. Ex^a infelizmente utilizou, legitimamente, por estar numa situação delicada, de preocupação com a sua família e com os seus filhos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Comprometo-me, com a sua colaboração, Senadora Ideli Salvatti, a ainda hoje dialogar com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o Ministro General Félix para procurar dar uma informação a respeito do que foi levantado.

Senador Mão Santa, como último aparte, muito breve, pela compreensão do Presidente João Alberto Souza.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente João Alberto, lá naquele livro **O Pequeno Príncipe** diz: “A linguagem é uma fonte de desentendimento”. Sou testemunha ocular, eu estava aqui. E outro filósofo, Ortega y Gasset diz: “O homem é o homem e suas circunstâncias”. E o mais pacífico dos homens, na história da humanidade, não foi o Suplicy e muito menos o Lula “paz e amor”. O mais pacífico dos homens que veio aqui para pregar “Ama o próximo como a ti mesmo”, foi agredido em sua casa, como o Senador sentiu-se agredido em seu Estado, na privacidade da grandeza de sua família. Cristo puxou o chicote; ele apenas teve, inspirado em Cristo, uma reação em defesa de sua casa, de sua propriedade e de sua família.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sou testemunha ocular do fato. O homem é o homem em suas circunstâncias. As circunstâncias fizeram com que ele reagisse firmemente – firmeza, aliás, que este Senado precisa ter como exemplo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Mão Santa, por aqui nos lembrar dos ensinamentos e do comportamento de Jesus Cristo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza-PMDB-MA) – Srs. Senadores, eu peço desculpas, principalmente ao Senador Antonio Carlos Magalhães que reclamou, pois o Senador Suplicy realmente ocupou

a tribuna por quarenta minutos, prejudicando, evidentemente, alguns Senadores que estão inscritos.

Depois da Ordem do Dia, vamos dar seqüência à lista de oradores. A primeira oradora será a Senadora Heloísa Helena.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 146/2005-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para disciplinar o voto do eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral” que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2002, Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2004, e o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2004.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração. – Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que, no prazo estabelecido no ofício que acaba de ser lido, poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004**, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania até o encerramento da discussão da matéria perante aquele colegiado.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou ao conhecimento da Presidência informação sobre acordo de lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relator revisor:
Prazo final: 18-11-2005

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004
– COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
 – de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o seguro de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra*.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia*.

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria*.

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em

Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, do P-SOL de Alagoas, pelo tempo de vinte minutos improporáveis.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Não quero entrar novamente na polêmica, Sr. Presidente, até porque não é para isso que estou aqui, mas quando algumas pessoas faziam apartes ao Senador Eduardo Suplicy, trataram das expressões de força e, então, lembrei de uma expressão de força de que fui vítima. Não foi o linguajar, a expressão de força de que fui vítima partiu do comando da Polícia Federal do Gabinete Civil do Presidente Lula, que, objetivamente,

bateu em mim e em outros militantes – à época nem existia P-SOL, absolutamente nada. Faço o registro porque me chama a atenção o fato de que, às vezes, pessoas que não têm autoridade moral para tanto, apresentam críticas com grande contundência, o que não é o caso do Senador Eduardo Suplicy.

Faço o registro para esclarecer as coisas e tenho certeza, Sr. Presidente, de que V. Ex^a não acatará nenhuma sugestão no sentido de retirar dos pronunciamentos de nenhum Senador determinadas expressões contundentes que dão conta de uma atitude de repulsa a um determinado momento vivenciado. É só para deixar aqui registrado que nem sempre as expressões de força se relacionam à utilização da gramática, do verbo, do linguajar. Há outras expressões de força, como a expressão de força covarde do Governo Lula que bateu inclusive em mim. Aliás, não é à toa que a Polícia Federal do Brasil todo, não apenas do Estado de Alagoas, mas a Federação dos Policiais Federais, a Polícia Federal do Brasil todo soltou nota de repúdio à clara expressão de força covarde do Governo Lula quando utilizou um comando específico do Gabinete Civil para bater em mim e em meia dúzia de mulheres idosas que estavam no prédio do INSS.

Sr. Presidente, ontem eu não estava aqui, mas acabei acompanhando pela imprensa um debate que aqui foi colocado sobre a matéria da **Veja** sobre um suposto dinheiro de Cuba.

Eu não acho que teve o dinheiro de Cuba não. É lógico que tudo tem de ser investigado, mas, se teve o dinheiro, traíram até o Fidel porque estão fazendo um governo completamente de direita. Eu não acho que teve essa história de dinheiro, mas respeito aqueles que, fazendo uma crítica conseqüente, levantam a questão. Faço a ressalva, porque tem gente que, independentemente de se reivindicar da direita ou da esquerda, é honesta intelectualmente e faz crítica a qualquer desrespeito à ordem jurídica vigente, a caixa 2, a crime eleitoral, seja do PT, do PSDB ou de qualquer outro partido. Tem gente que faz essa crítica honesta, essa crítica conseqüente em relação a isso.

Quero, porém, tratar de um debate que acaba sendo muito utilizado por alguns setores da direita, que ficam o tempo todo tentando introduzir um debate ideológico, tentando estabelecer semelhanças políticas entre o Governo Lula e Cuba, Venezuela, as Farc. Não tem nada a ver com isso.

Infelizmente, nós não temos como fazer um grande debate, ideologizado e programático, em relação ao que é, de fato, a esquerda e a direita no País. Eu não vou fazer referências históricas sobre a concepção da esquerda ou da direita, da Roma antiga, da tradição cristã, da Revolução Francesa. Não se trata disso. O

problema é que, se nós quisermos ser honestos intelectualmente e fazer o debate sobre o que é direita e esquerda no Brasil, temos de mexer nas questões ideológicas, no modelo econômico, nas concepções políticas.

O que existe hoje? Qual o debate que existe? Existem duas direitas: a direita conservadora e reacionária que tem alguns representantes na oposição ao Governo Lula e a direita cínica e dissimulada e igualmente reacionária do ponto de vista econômico que está dentro do Governo Lula, que é o Governo Lula, que é a expressão do Governo Lula. Sendo assim, torna-se impossível fazermos um grande debate ideologizado e programático no País.

Alguns tentam, inclusive a revista **Veja** e alguns representantes da direita reacionária, dar uma sofisticação ideológica à corrupção patrocinada pelo Governo Lula e pela cúpula palaciana do PT, que, de sofisticação ideológica, nada tem.

Como militante de esquerda, nada me irrita mais do que ver alguém tentar dar algumas explicações, trazendo concepções sofisticadas do ponto de vista filosófico: leninista, gramsciana ou até maquiavélica. Não tem nada disso. O que está acontecendo é a roubalheira mais chula de qualquer pocilga de corrupção, seja ela reivindicada por qualquer outro partido. Não tem nada de sofisticação ideológica. Vamos acabar com essa história de dizer: “Não, eles estão lá porque os fins justificam os meios”.

Não tem nada disso. Não tem nenhum fim! Não tem nem a causa, porque o que eles estão fazendo é o mesmo projeto, que condenamos ao longo da história com veemência e ferocidade, feito pelo Governo Fernando Henrique. Não tem nada.

Não é a toa que é o atual Governo... Do mesmo jeito que uma parte da Direita, reacionária e conservadora, tem a revista **Veja** para fazer essa disputa ideológica; a outra, cínica e dissimulada, igualmente reacionária economicamente, tem o Governo Lula para expressar o triunfo neoliberal. O PT, que era o maior Partido de Esquerda, hoje é a ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. Legitimou no imaginário popular toda a verborragia da patifaria neoliberal: do superávit; da responsabilidade fiscal, que de fato é irresponsabilidade fiscal; da desvinculação de receita da União, que de fato é autorizar o Estado brasileiro a roubar 20% da saúde, da assistência social e da previdência pública para jogar no superávit e encher a pança dos banqueiros, dos parasitas sem pátria, dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional do capital financeiro. De fato é isso.

Perdemos a oportunidade, porque quanto à roubalheira patrocinada pelo Governo Lula e pela cúpula

la palaciana do PT, começam dar a essa roubalheira chula, típica de qualquer pocilga, um eivo de interpretação sofisticada, filosófica, leninista, gramsciana, que nada tem. Respeitemos, por honestidade intelectual, ao menos tudo que foi construído do ponto de vista ideológico, filosófico, programático, por milhares de militantes.

Isso não quer dizer que exista necessidade de transposição mecânica – porque isso seria burrice administrativa, inconseqüência administrativa e desonestidade intelectual – de qualquer experiência em qualquer lugar do mundo para o Brasil. Não se trata disso.

Então, é apenas para deixarmos isso claro. Infelizmente, não temos a oportunidade de fazer o debate. Em função dessa pusilanimidade política e eleitoral, determinadas palavras que nada de revolucinarário têm – soberania nacional, democratização do Estado brasileiro, desenvolvimento econômico e sustentável e inclusão social –, tudo isso virou quase que palavra revolucionária em função da absoluta incapacidade deste Governo.

Então, é apenas para deixar aqui registrado que nada existe de sofisticação ideológica, gramsciana, leninista ou qualquer outra em relação a essa corrupção que está aí viabilizada.

E quero dizer mais uma vez, e agora vou me dedicar mais a esse debate, porque como existe a Direita contra a Direita... É isto: de um lado, uma parte da Direita reacionária, conservadora e neoliberal, que está na Oposição; e, de outro, uma Direita cínica, dissimulada e igualmente reacionária, conservadora e neoliberal, que tem a representação do Governo Lula como o tributo do triunfo neoliberal. E acabam criando uma falsa polêmica aqui no Congresso Nacional, nos meios de comunicação e em outros espaços da sociedade.

Então, ao menos para zelarmos pela honestidade intelectual, é bom deixarmos absolutamente claro que em tudo isso que está acontecendo, não há nada de sofisticado do ponto de vista ideológico e filosófico. É a pocilga da corrupção, em qualquer representação política onde ela esteja apresentada. E ao menos respeitemos tantas concepções que foram produzidas às custas do sangue, das lágrimas e das lutas de milhares de militantes da Esquerda socialista e democrática espalhados pelo mundo.

Portanto, apenas para registrar isto, da mesma forma que a Direita reacionária e conservadora tem a revista **Veja** para fazer a sua disputa ideológica e programática; a Direita cínica, dissimulada, reacionária e conservadora tem o Governo Lula e a cúpula palaciana do PT para fazer a expressão mais perversa dos dois palanques, dos dois projetos, que nada mais fazem do

que a disputa política eleitoralista, mas que representam a mesma concepção neoliberal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço inscrição como Líder do PSDB. Poderia falar pelo art. 14. Contudo solicito minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será inscrito e falará logo após o Senador anunciado, Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade, na verdade, o que a Senadora Heloísa Helena quis dizer nesta tribuna? Prestei atenção ao seu pronunciamento desde o início. O que S. Ex^a quis dizer?

Que coisa interessante uma Líder da competência, da capacidade da Senadora Heloísa Helena, de repente, vir aqui, como se fosse professora, para nos dar uma aula para dizer o que é o PT!

O mais importante é que, na verdade, na verdade, ficamos nos perguntando: É o PT o que diz a Senadora? Em caso negativo, gostaria que a Senadora por Santa Catarina, que topa a parada, dissesse o que é o PT. Seria muito interessante isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Eu posso falar.

A SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Você não fala nada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não seria conveniente que fosse o Senador Eduardo Suplicy a fazer tal discurso, porque, quando se refere ao PT, S. Ex^a fala o que é o PT que gostaria que fosse – e estamos todos de acordo com isso. Aliás foi uma pena S. Ex^a não ter ganhado aquela prévia do Lula, que na época parecia um absurdo. Caso isso tivesse ocorrido, hoje as coisas estariam bem diferentes.

O que é o PT? A maior organização partidária que semeou a maior esperança na vida do Brasil. A maior organização que teve origem, povo, idéias, conteúdo, que sacudiu, que mexeu, que veio das bases clericais, das bases sindicais, do bairro, da vila, que reunia gente, discutia e analisava, que apresentava propostas, idéias. Foi o PT. Os outros Partidos, até o meu PMDB, o velho PTB, tínhamos grandes nomes como Alberto Pasqualini, um homem fantástico, extraordinário. Suas idéias daquela época valeriam hoje para o mundo inteiro. Mas o Pasqualini não era o PTB. Era uma pessoa que pouca gente no PTB conseguia apoiar. O PTB se

identificava mais com as idéias do Sr. Leonel Brizola, que, na verdade, eram as idéias da época, da situação em que ele se encontrava. O PT, não. E olha que o PT tinha um punhado de intelectuais, jovens, cientistas e religiosos, que eu ficava com inveja.

Eu... O PMDB do Rio Grande do Sul me olhava com certa mágoa: “Por que tu não vais para lá então?” Porque eu pensava que o PT estava a caminho de fazer uma transformação social no Brasil. Eu achava. Mas, agora, acho que tem razão a Senadora Heloísa. Eu não dou as respostas que S. Ex^a dá, mas eu fico nas perguntas. Afinal de contas, o que é o PT? Qual é o papel do PT? O que ele representa? Teríamos de perguntar hoje quem é o PT. Frei Betto não tem mais nada que ver com o PT. Se pegarmos a linha progressista da Igreja, a igreja dos índios, etc e tal, ela não tem mais nada que ver com o PT. Se pegarmos um punhado de líderes de primeira grandeza – a Heloísa Helena aqui, mais lá na Câmara dos Deputados –, não têm mais nada que ver com o PT. Quem ficou? E o que defende quem ficou?

De repente, ainda hoje, uma notícia espetacular. O que se esperava completar até o fim do ano se completou hoje. Quer dizer, o arrocho fiscal mais espetacular da história do Brasil. E eu, que passei anos aqui falando mal do Delfim! O Delfim era quase um socialista, comparado ao Ministro que está lá hoje.

O que quer o PT? Que coisa impressionante! O PT foi a memória ética deste País; foi o Partido que apontou. Às vezes, ele era rígido demais, era duro, e eu era favorável. Às vezes, os procuradores, o Francisco, vinham com uma linha ultra-radical e eu era favorável, porque achava que tinha de ser feito assim. Afinal, somos um país em que só vai para cadeia ladrão de galinha; um país em que não acontece nada, nada, nada; um país em que as instituições são de mentirinha...

Cá entre nós, com todo o respeito, e o nosso Congresso Nacional? Se olharmos, acho que não há, no mundo, Parlamentar quem tenha as vantagens que temos. O Senado é uma maravilha, com televisão, memorial... Temos o que há de melhor no Parlamento no mundo inteiro. Mas o que decidimos? O que conseguimos votar? O que conseguimos resolver a favor do social e a favor da ética, da dignidade e da seriedade neste País? Olhem que muito Parlamentar é homem de bem, homem sério, homem responsável, mas caímos num faz-de-conta, de mentirinha, que é o que, de certa forma – perdoem-me –, está acontecendo agora com a CPI. Eu me nego a comparecer à CPI, porque é um absurdo. O cara mente com a cara mais deslavada, e o Supremo Tribunal Federal se dá ao desplante de conceder um **habeas corpus** para o

cara vir aqui e não precisar dizer a verdade! Eu nunca vi em outro lugar do mundo acontecer coisa dessa natureza. O Congresso Nacional não pode prender, não pode matar, não pode fazer coisa nenhuma. Ele vem e fala. É só isso que pode acontecer. Não, ele vem com um **habeas corpus**, que não precisa dizer a verdade. Num país em que já ninguém diz a verdade, o cara ainda vem com um **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não precisa dizer a verdade. Ele diz: “Mas eu já não dizia, não sei por que está me dando isso”. Então, o que estamos fazendo, o que queremos e para onde nós vamos?

O Lula está numa posição igual à de Fernando Henrique Cardoso. Lá pela tantas, Fernando Henrique queria a reeleição. Para que, não sei, mas queria a reeleição. E passou a viver em função da reeleição. Parou tudo e comprou votos, tantos quantos necessários, na Comissão da reeleição e fez a reeleição.

O Lula agora começou a etapa da reeleição. Numa situação muito pior que a de Fernando Henrique. Porque Fernando Henrique, quando estava na etapa da reeleição, não estava no chão como está o Lula. Pois o Lula agora liberou a sua gente para trabalhar pela reeleição.

Olha, penso que, se este Congresso tivesse realmente peso e autoridade, que coisa boa se terminássemos com a reeleição, se tivéssemos categoria e classe para fazer um referendo! Não fizemos um referendo para as armas? Vamos fazer um referendo para ver se o povo quer reeleição ou não quer. Esse seria um referendo sério, para valer.

Olha, meus irmãos, esse negócio de Cuba, em primeiro lugar, sempre ouvi falar disso. Cá entre nós, sempre ouvi falar que Cuba havia remetido dinheiro. Acho quase impossível que alguém prove alguma coisa hoje. Passado esse tempo, acho realmente impossível provar-se algo, pois já existem muitas irregularidades em relação ao Governo. Havendo essas irregularidades em relação a este Governo e aos governos anteriores, tenho medo de que ocorra um baita acordão, e vamos ficar falando sozinhos. Vamos chegar aqui, de repente...

É claro que vão cassar o Chefe da Casa Civil e essas pessoas que estão nos jornais, porque também... O cara vai até a sede do Banco Rural, num **shopping center**, no nono andar, para pegar dinheiro, ou vai a um quarto de hotel, ao quarto da secretária, para pegar dinheiro com a mala. Tinha de ser e vai ser cassado. Agora, fora isso, quanto aos assuntos mais sérios, com mais conteúdo, mais profundidade, tenho medo de que haja um grande acordão: “Não convoque o fulano, e nós não convocamos o filho do Presidente”, “Tira fora o filho do Presidente, e nós tiramos fora

o fulano de tal”, “Não entre nesse terreno, e nós não entramos naquele”.

Essa situação é exatamente a mesma que ocorreu na Comissão do Banestado. O Sr. Deputado José Mentor teve a coragem de apresentar um relatório final que não mencionava o Banco Rural e não tinha uma vírgula sobre o atual Presidente do Banco Central. O Banco Central era uma organização 1000%. Demolia o Fernando Henrique, demolia o Banco Central do Governo anterior e trazia horrores do Governo anterior. Porém, sobre o atual Governo, não havia nada. Aí vem o Presidente da Comissão e faz um voto em separado. E pega a outra metade. Tudo aquilo que o Mentor botou fora, ele buscou do lixo e fez o parecer dele. E tudo aquilo que o Mentor tinha posto, ele tirou fora. Então, nós temos dois pareceres que se complementam. O que eu fiz? Eu peguei os dois pareceres e disse: eu quero dizer que o Sr. Mentor tem razão, tudo o que ele diz é verdade. E quero dizer que o Presidente da Comissão também tem razão, tudo o que ele diz é verdade. Por isso, estou apresentando este parecer aqui. O que se fez? Pegaram os três, botaram no lixo, e a Comissão não concluiu nada.

E o dossiê? Foi o maior dossiê da história do Congresso Nacional. Foi a primeira vez que conseguimos que a Justiça americana enviasse para nós caixas com os comprovantes das CC5. E dizem que os primeiros nomes são nomes conhecidíssimos, inclusive nesta Casa, por isso não andou. Por isso não andou! Estão lá na gaveta, se é que não roubaram. E não se fez nada.

Na verdade, houve um grande acordão. Do Presidente do Banco do Brasil do Fernando Henrique passou-se uma perna em cima, e do atual Presidente do Banco Central, do Presidente Lula, passou-se uma perna em cima. Eu sinto no ar um cheiro de que essas coisas vão acontecer.

Mais agressivo que fica o tom, mais dura que fica a matéria, eu sinto no ar que essas coisas vão acontecer. Eu até estou vendo um **gran finale**, que é uma grande e bonita reconciliação como começou o Governo.

O Governo começou com um grande entendimento do Fernando Henrique e da sua equipe de transição com o Lula. Vai acontecer aqui. Vamos encerrar, e esses indecentes Senadores e Deputados que pegaram dinheiro, essa coisa toda, esses estão fora. Agora, o Governo não. O Governo é sério. Os Correios são uma instituição séria. Os fundos de pensão são instituições mais do que sérias. A Petrobras, pelo amor de Deus, é uma instituição seriíssima. Os parentes do Governo, do Presidente, estão acima do bem e do mal.

E não é que no PSDB também há gente muito séria. Gente séria! O Fernando Henrique é seriíssimo. Aliás, o Lula deve até dizer: “Ô, Fernando, eu copiei o teu governo, eu copiei o teu governo e procurei até melhorá-lo um pouco; eu até tive mais elogio do que tu no Banco Mundial; eu até tive muito mais elogio do que tu do Fundo Monetário; eu paguei muito mais juros do que tu; tu achavas que era o líder mundial do pagamento de juros da dívida, pois eu paguei muito mais do que tu”. Esse é o Governo do Dr. Lula – campeão de pagamento de dívida.

Eu não sei quem é o PT e o que quer o PT. Eu confiei na tese do Tarso Genro. Achei-o um pouco aventureiro, um pouco sonhador. O que ele queria? Ele queria fazer uma lavagem interna. Vamos nos reunir e fazer uma depuração, uma autocrítica aberta, e o que tem que se dizer que se diga, o que tem que se colocar para fora se bote, e o que tem que expulsar que se expulse. Vamos recriar o PT, se é alguma coisa realmente importante, porque reconhecer as culpas antes de ser apeado do Governo e fazer a moralização por dentro é algo importante.

Coitado do meu amigo Tarso, ficou falando sozinho. Pelo que ele falava, dava a entender que tinha a cobertura total do Lula, que tinha conversado com o Lula, que lhe dizia: esse é o caminho. De repente, quando se falou em tirar o José Dirceu, tiraram o Tarso.

E o PT é esse que está aí. Tem coisa interessante. Há duas figuras que vejo com o maior respeito: Maria do Rosário e Raul Ponte. Um é primeiro vice, o outro, secretário, terceiro vice. Quero ver o que Raul Ponte e Maria do Rosário vão fazer nessa Executiva. Quais são as propostas do Sr. Raul Ponte e da Sr^a Maria do Rosário? Não tenho a mínima idéia. Sinceramente, não tenho a mínima idéia. Sei que o Sr. Raul Ponte não é homem de levar desaforo para casa. Ele é de uma linha enérgica, dura. O seu linguajar é respeitoso, mas no limite da tolerância. Não sei para onde ele vai, o que vai dizer, o que vai apresentar. Só sei que estamos caminhando num sentido: na eleição do ano que vem, não vamos ter que buscar a terceira via, vamos ter que buscar a segunda via, porque vamos ter a primeira via A e a primeira via B. E vai haver uma certa disputa. O Fernando Henrique vai querer defender a primeira linha A, que o PSDB começou primeiro, e aí o Lula vai responder: “não, a primeira linha A é o PT, que é quem está no poder. Se eu estou no poder, sou a primeira linha”. Mas os dois representam a mesma coisa.

Outro dia eu vi o programa do PT. Achei corajoso o programa do PT, mas corajoso mesmo! Não foi o Duda quem fez. Não sei quem fez. Mas quem fez não tomou conhecimento de nada do que está acontecendo no Governo, pois foi no Governo mais íntegro, mais

sério, mais puro, mais honesto, mais decente e mais digno que se começou a mostrar as realizações do Governo. O Governo que mais construiu casa popular, que mais distribuiu bolsas de estudo, que mais olhou para o social, que mais fez não sei o que foi o do PT. Quando vi aquele programa, passei a entender. Vamos ter uma eleição no ano que vem com a mesma cara-de-pau da eleição passada. Os partidos vão defender as mesmas idéias, com a mesma cara-de-pau e com a mesma firmeza.

Olha, eu não creio que isso chegue a um resultado. Eu estou rezando para que o meu MDB, com todos os seus erros e equívocos, consiga apresentar – e ele tem nome de respeito –, em uma prévia, uma terceira via. E eu espero que a esquerda – V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena; V. Ex^a, bravo Senador Cristovam Buarque – faça o que nunca fez: se entender. Entender-se no sentido de oferecer uma proposta com o mínimo de conteúdo. E, nessa altura, não precisa ser uma proposta mágica.

Eu me lembro das palavras do Primeiro-Ministro da Espanha Adolfo Suárez, no início do socialismo de seu governo, quando ele tinha uma credibilidade enorme e teve uma reeleição espetacular. Ele dizia em seu discurso inaugural que, candidatando-se novamente, conseguiria a maioria no Congresso para ser primeiro-ministro. O povo, diz ele, não quer milagre; o povo não quer que se prometam coisas espetaculares.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

O povo não quer que se saia em uma corrida rumo à felicidade e ao desenvolvimento social. O que o povo quer é que a gente seja firme no falar e que o passo seja para a frente. Ainda que devagar, mas sem recuar, para a frente. É o que o meu Partido está fazendo, dizia ele. É o que, de certa forma, a gente terá que fazer.

Prometer Fome Zero, Lula já prometeu; prometer 15 milhões de empregos, Lula já prometeu; prometer não sei quantos milhões de habitações, Lula já prometeu. Creio que ninguém vai conseguir prometer mais do que Lula, nem Sua Excelência mesmo. Bandalheira e vigarice ninguém conseguirá fazer mais do que se está fazendo agora.

Creio que o povo haverá de ter um sentimento de abrir os olhos para conseguir ver além da mentira, além da hipocrisia e da falsidade de uma imensa maioria de políticos brasileiros. Confio nisso, Sr. Presidente.

A imprensa está dizendo que, hoje, o candidato do PSDB está com 40% e o candidato do PT está com 40%. Que os dois, em si, resolveram o problema. Já

assisti a esse filme no Rio Grande do Sul. Já sei qual é o resultado. É muito provável que o resultado seja o mesmo para o Brasil. Cada um falará do outro a pura verdade. Tudo o que o PT disser do PSDB é verdade. Tudo o que o PSDB disser do PT é verdade.

Muito obrigado e agradeço pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, pela Liderança. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Leomar Quintanilha, do Partido Comunista do Brasil, de Tocantins.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje tive o meu nome bastante citado, a partir de um discurso do Senador Eduardo Suplicy, um discurso elegante, comedido, com apartes, que agradeço, dos Senadores Flexa Ribeiro, Heloísa Helena, Antonio Carlos Magalhães, duas vezes, lembrando o episódio de grampo em telefones de seu neto, o Deputado Antonio Magalhães Neto, Lúcia Vânia, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Tasso Jereissati e Ideli Salvatti.

Acabei de receber um telefonema do Ministro Márcio Thomaz Bastos, um dileto amigo pessoal. O telefonema veio tarde, porque deveria ter vindo ontem, e a providência, portanto, está atrasada em vinte e quatro horas, pois o dever do Ministro é acionar a Polícia Federal para prender o bazofeiro ou o criminoso em potencial que precisa ser chamado a explicar se está fazendo isso por ser um bazofeiro – e aí bazofeiro é bazofeiro – ou se tem ordens de qualquer pessoa. O fato é que ele fala em R\$100 mil como quem – vou ter que citar o nosso filósofo Roberto Jefferson, referindo-se a Marcos Valério – como quem está falando de brincadeira, de bombom, de chocolate. Dei o nome do sindicalista abordado, citei o Deputado Pauderney Avelino, que me trouxe a informação, dei o nome do empresário abordado, que sabe da história.

Sr. Presidente, antes de entrar no cerne do meu pronunciamento, porque não vou falar o tempo todo sobre isso, eu gostaria de me reportar ao aparte da Senadora Ideli Salvatti para esclarecer a S. Ex^a que tenho por hábito, método meu de trabalho no gabinete, retirar todos os meus pronunciamentos para revisão, porque, às vezes – é raro, pois o corpo de taquígrafos da Casa é completamente competente e aplicado –, pode ocorrer um equívoco da Taquigrafia e outras vezes falta nexo entre uma frase e outra e julgo que é melhor que se publique no **Diário do Congresso** com os nexos corretos. Mas dou uma ordem terminativa ao Gabinete: ninguém altera palavra nenhuma do que digo da tribuna. Então, quando me referi à surra, referi-me à

surra. Eu disse que, se alguém fizesse mal a um filho meu – e aí vou parafrasear a Senadora Heloísa Helena –, poderia ser o Presidente de uma nação intergaláctica, poderia ser o Presidente da República do Brasil, poderia ser o Néstor Kirchner, qualquer um, poderia ser o Lula... Eu falei surra, s-u-r-r-a. Falei surra. Ele não tem o direito de ameaçar meu filho. Eu coloquei a hipótese de. Se a hipótese é essa, se isso se confirma, ele está arriscado a isso mesmo. Estou falando com a maior tranquilidade, vinte e quatro horas depois. No meu dicionário não tem essa história de retirar coisa nenhuma, não. Meu carro é muito Fórmula 1. Ele não tem marcha a ré, ele só anda para frente.

Portanto, é papel de um presidente governar, e eu critico a forma como ele governa. É papel de um presidente governar com integridade, e eu critico o baixo padrão ético do Governo dele. É um direito e é um dever meu. Não é papel dele, sob nenhuma maneira, permitir que adversários seus sejam espionados, chantageados, ameaçados, muito menos as famílias dos seus adversários. Quero crer que não é ele, e foi nesse sentido que falei. Se for, por que eu faria isso com Seu Zé da esquina, se ameaçasse meu filho, e não faria com o Presidente da República? Faria, sim. Ele deixa de ser Presidente ano que vem. Faria, sim. Vamos deixar bem claro: não tem essa história de marcha a ré, panos quentes. Não tem marcha a ré comigo, não. Até porque ele não tem o direito. A questão primária é essa. Ele não tem o direito, Senador Flexa Ribeiro, de não saber. Já chega de não saber.

Eu disse ao Ministro Márcio Thomaz Bastos* agora: “Márcio, eu gosto de você, sou seu amigo. Quero me certificar de que não tem dedo oficial nisso. Não pode ter dedo oficial nisso”. Ele disse: “Não, mas não tem. Eu lhe asseguro que não tem”. Eu disse: “Muito bem, então trata-se de algum vagabundo de nono escalão”. E se fosse alguém manipulado pelo Governo Federal, seria também um vagabundo de décimo escalão. Seria em qualquer circunstância.

Esqueci de citar o Senador Mão Santa, que foi muito gentil no seu aparte, falando de Ortega y Gasset: “eu sou eu e as minhas circunstâncias”. Em se tratando dos meus filhos, eu sou eu e as piores circunstâncias. Ninguém tenha qualquer ilusão. Eu não quero iludir ninguém; aliás, não gosto de iludir ninguém mesmo.

Eu disse: “Eu quero ter certeza, Márcio, de que não tem dedo oficial nisso”. E já chega de não saber, meu prezado Eduardo. Você leu, como eu li, como todo mundo nesta Casa leu, o Presidente da Transparência Internacional dizendo que a nova forma de se abordar a Administração Pública prevê a obrigação de saber. Já chega de “eu não sabia”! Já chega de “ah, eu me decepcionei”! Chega disso! O responsável é quem

nomeou. Então, a obrigação de saber é que coloca a todos nós, homens públicos, em cheque em se tratando das nossas vidas, que são públicas e que devem, portanto, ser discutidas publicamente pelos meios lícitos e constitucionais e não pela abordagem de governos a sicários ou a quem quer que seja, porque, se um Governo sai disso e vai para o sicário, ele me autoriza a reagir do jeito que eu puder.

Mas o fato é que não se mexe impunemente com um filho meu. Não se mexe. Eu não mexo... Qualquer pessoa que me conhece sabe como eu tenho resistido a discutir essa questão envolvendo o filho do Presidente Lula. A Senadora Lúcia Vânia sabe disso, meus companheiros de Partido todos sabem disso e os meus companheiros de Oposição sabem disso.

Certa vez, travei um debate duro na Executiva do Partido, porque queriam trazer determinado fato envolvendo uma filha do Presidente. Eu disse que não aceitava. Travei um debate, que foi arbitrado pelo então Presidente José Serra, indo a meu favor. Eu disse: “Perco mil eleições, mas não me envolvo nessas coisas”. A imprensa me questiona às vezes. Vários jornalista já sabem que certos assuntos podem abordar comigo e que outros nem precisam falar com o Arthur Virgílio porque ele não gosta de falar sobre assunto que envolve família. Os mais chegados a mim já sabem que é assim.

Então, não é possível mesmo que eu fique achando que há, no Governo brasileiro, alguma sorte de caráter, no caso ruim, capaz de imaginar, um absurdo, que existe alguma coisa que não seja uma tesoura que corte a minha língua. Só uma tesoura. Não há outra hipótese. Não há outra forma de me calar.

Eu estava vendo ali com o Senador Alvaro Dias que falei, pedindo a palavra para uma questão de ordem, umas mil vezes nestes três anos de mandato. Presumo que, em oito anos de mandato, vou falar umas quinze mil vezes. Não nasci para ninguém me intimidar. Não é possível. Diz o primeiro artigo da minha constituição pessoal que ninguém me intimida. É cláusula pétrea. E o segundo artigo é que sou super-sensível a negociação política, a acordo, a dramas pessoais, a dramas humanos, mas me intimidar não é possível. O General Médici não conseguia, o General Figueiredo cortou um dobrado comigo e com V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Então, não é agora, na democracia, que vão conseguir.

Certa vez, o Deputado Vicentinho fez uma brincadeira. Ele não era Deputado, mas estava por aqui. Iria haver aquele ato tradicional do 1º de Maio e ele me perguntou: “Arthur Virgílio, você não quer ir?” Respondi: “Quero ir, sim, Vicentinho”. E o que é pior: eu fui, Eduardo, ao 1º de Maio do Vicentinho. E subi no carro

dele, sozinho, lá em São Paulo. Ele disse: “Puxa, mas aqui você pode ser agredido”. E eu falei: “Mas não é problema meu, Vicentinho. É problema seu. Você me convidou; eu aceitei e estou aqui. Se eu vou ser agredido, é problema seu. Eu não estou preocupado com isso”. E depois tentaram me agredir mesmo, quando eu dei uma entrevista e fui salvo pelos repórteres, que me acompanharam até o carro.

Eu fui de Brasília para São Paulo, não me deixaram falar, alegando que eu ia se vaiado. Eu disse que não havia nenhum problema. “Mas, pelo amor de Deus, há vaias que são consagradoras. Isso para mim é um gesto tão bom, tão bonito. Estou tão reconfortado em saber que consegui pegar uma passagem, vir aqui, aceitar o seu convite. Podem vaiar à vontade. Quanto a agredir, é você que me garante, Vicentinho”.

Aí ficamos rodando no carro, ele não sabia o que fazer comigo; e ficamos ali, nós e os *punks*, sem orientação, rodando naquela Avenida Paulista para cima e para baixo, num caminhão da CUT. Eu, lá em cima do caminhão, Senador Pedro Simon, esperando que eles me colocassem no palanque, onde ia falar o Governador Brizola, onde ia falar o João Amazonas, onde ia falar o Lula e onde eu ia falar. Eu ia justificar a política salarial do Governo de Presidente Fernando Henrique, coisa que eu fazia da tribuna. Por que eu o não faria lá? Com medo de quem eu não faria? Eles não me deixaram falar, me pediram para eu não falar. Disseram que seria pior. “Atenda o nosso apelo”. Eu disse: “Está bem, Vicentinho. Vou sair daqui frustrado. Mas nunca mais me convide”. Convite, eu levo a sério. Se dizem “Vá ao batizado do meu filho”, eu vou. Só não vou se não puder ir. “Vá ao ato de 1º de maio”, eu vou. E fui para o ato de 1º de maio. Fui. E pronto. E não me arrependo. Se me convidarem de novo, eu fui.

O rapaz da UNE veio aqui outro dia, muito gentilmente, e me convidou para ir à posse da UNE. Eu fui à posse da UNE. Estava lá o Berzoini. Quando me viu, ficou com a bochecha inchada, trocou de cor. Não sei se estava falando mal do PSDB, mas começou a falar mal só do PFL depois que eu cheguei. Saiu. Assim que ele saiu, perdeu a chance de me dar um abraço, enfim, levando a política na base da raiva. A minha tia Lindalva, com 96 anos, que faleceu, tinha raiva do Berzoini, e o Berzoini, raiva de mim. Aí ele saiu.

Eu ocupei a cadeira do Berzoini, me deram a palavra, e eu disse “Estou estranhando o Dr. Berzoini sair com tanta raiva de mim, enfim. Agora, vim dizer à UNE que tenho discordâncias dela; que não concordo com essa passeata a favor da corrupção; que não concordo com essa passeata que não é de estudante, que é de idosos políticos. Você pode ser idoso, como era Barbosa Lima Sobrinho, e ser um jovem político.

Não concordo. Agora, tenho tanto respeito pela UNE, que embalou tantos sonhos da minha geração, que vim aqui para dizer que é gratificante para mim participar de um momento, enfim, prestigiar um ato, em que sei que as pessoas não professam o meu credo”. E assim falei. Foram supereducados. Lá existe uma certa facção que é tucana, mas os aplausos foram mais dos que os dos tucanos. Eu ouvi. Percebi as palmas. Havia poucos tucanos. O pessoal do PCdoB aplaudiu também, Senador Cristovam. Fiquei feliz e agradecido. Mas fui. Ele me convidou para ir, ele me deu um convite para ir, e eu fui. Fui, porque fui convidado. Não penetrei, não. Não tem nada de penetra. Eu fui.

Então, quero ser bem claro, muito claro, nas minhas coisas. Ninguém tem o direito de ameaçar a família de ninguém e ninguém tem o direito de ameaçar a minha – aí, eu digo muito especificamente a minha, porque estou falando da minha. Sou supercauteloso e supercuidadoso com essas coisas de família. Estou me referindo a um episódio grave como esse do filho do Presidente Lula. Nesse, eu tenho sido um freio – o Senador Tião Viana é testemunha de que tenho sido um freio nesse episódio, no meu Partido, na Oposição.

Quando percebo um biltre, oficial ou não; quando percebo um cafajeste, oficial ou não; quando percebo um criminoso, oficial ou não; quando percebo um desqualificado, oficial ou não; quando percebo um lambão, oficial ou não; quando percebo um desonesto, oficial ou não; quando percebo um mau caráter, oficial ou não; quando percebo um araponga, oficial ou não; quando percebo uma figura desprezível, oficial ou não, eu reajo. Não sei quem é.

O fato é que passei a entrar em casa com mais cuidado. Tenho um filho que mora só. Eu dizia, Senadora Heloisa Helena, que minha filhota menor, quando eu cheguei de madrugada, ontem, sem dormir, de Manaus para cá, num vôo da madrugada, ela estava brincando na porta de casa, esperando a hora de ir para escola. O que eu faço? Ela não vai brincar mais? Porque tem um lambão, oficial ou não; tem um sujeito nojentão, oficial ou não; tem um vagabundo, oficial ou não, dizendo que joga US\$100 mil para quem consiga fazer mal a mim ou à minha família.

Não retiro uma palavra do que disse, nenhuma. Não retiro nenhuma palavra do que disse e estou acrescentando estas outras: o biltre não tem como fazer mal a minha família. Preciso identificá-lo. Se eu souber quem é ele e se essa história é fato, conforme me trouxe uma pessoa que parece ter credibilidade, como sindicalista da Força Sindical, eu dou uma surra no biltre. Se eu soubesse que se tratasse de uma orientação do Presidente – não quero acreditar que fosse –, eu daria uma surra no Presidente mesmo. Estou re-

petindo, novamente, para não ter essa conversa mole: nele, no Kirchner, no Chávez, em qualquer um.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já permitirei, Senador Suplicy.

Aliás, vi V. Ex^a falando, com a elegância de sempre. O Senador Flexa Ribeiro foi extremamente inteligente quando disse que V. Ex^a perguntava se precisava entrar em forma. V. Ex^a, se quiser, eu viro o seu *personal trainer*. Há uma academia maravilhosa aqui no Senado, muito pouco usada, que devia ser usada pelos Senadores para tirar o *stress*. Enfim, viro seu *personal trainer*, de graça. Não tenho autorização para cobrar nada. V. Ex^a deve entrar em forma não para me conter, porque quando tem um filho meu em jogo, ninguém me contém – ninguém, ninguém. Há 90 milhões de homens no País, e nenhum me contém se houver um filho meu em jogo.

V. Ex^a deve entrar em forma pela sua saúde, pela sua noiva, pelos seus filhos, pela sua vida pública, que é tão estimada por nós. Deve entrar em forma porque queremos V. Ex^a com vida longa. Deve entrar em forma por isso. Só por isso.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos fazer um exercício para estarmos sempre na melhor forma possível? Senador Arthur Virgílio, pedi a palavra para fazer uma ponderação, porque tenho a convicção de que o Presidente Lula jamais autorizaria um procedimento de espionar V. Ex^a e de prejudicá-lo, sobretudo a seus filhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, ele está livre dos meus punhos. Não precisa se preocupar com isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Conforme a ponderação da Senadora Lúcia Vânia, seria importante que eu colaborasse para o esclarecimento vir logo à tona. Comprometi-me a ligar para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que informou a V. Ex^a que as providências estão sendo tomadas, para que seja inteiramente esclarecido esse episódio. S. Ex^a já teve a oportunidade de comunicar-lhe, conforme V. Ex^a esclareceu há pouco, que não há, de maneira alguma, por parte do Governo, do Presidente Lula, do Ministro da Justiça, a intenção de realizar qualquer espionagem sobre a vida de V. Ex^a e de sua família. Portanto, pondero que tenhamos sempre um procedimento de respeito e de civilidade entre nós, até porque imagino que, por exemplo, no dia 15 de fevereiro, no último ano de sua gestão, o Presidente Lula possa comparecer ao Congresso para trazer sua mensagem à Nação. Sabe V. Ex^a que eu inclusive sugeri a ele que viesse aqui

para dialogar conosco, e tenho a convicção de que a atitude de cada...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...de cada Senador e Deputado será sempre de respeito com a figura do Presidente. Foi este o sentido – penso que todos compreenderam, sobretudo V. Ex^a –, o sentido de ponderar a V. Ex^a a importância do respeito entre os membros do Congresso e o Presidente, que deve ser mútuo, e, portanto, do Presidente com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, pretendo estar aqui, se o Presidente vier, para recebê-lo com respeito, com o acatamento que não deve faltar para com o chefe da Nação. Seria um belo gesto o Presidente retornar ao Congresso nesse episódio. O que é preciso, para mim, é ficar bem claro que o Presidente não está mesmo nesse desespero de confundir as coisas com os seus adversários. Ou seja, para repetir bem claro, com meus filhos não se mexe. Como acredito que ninguém mexa com...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Meu Líder, peço que conclua, por gentileza.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, cederei o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

Antes, porém, gostaria de agradecer ao Senador Demóstenes Torres. Eu omiti o nome de S. Ex^a, sendo precisamente ele o primeiro que aqui falou procurando colocar nos devidos termos minha declaração de ontem. Agradeço, de maneira fraterna, a esse querido amigo, brilhante Senador e jurista de Goiás, que é o Senador Demóstenes Torres.

Ouçõ a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, encerro meu pronunciamento.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, qualquer pessoa que tem seus filhos ameaçados toma todas as atitudes devidas e até indevidas a fim de proteger sua prole. E gostaria de registrar, assim como fiz em meu aparte, que quando tive meus filhos recentemente ameaçados também tomei todas as medidas que estavam ao meu alcance e fora do meu alcance para protegê-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Infelizmente, só soube disso depois. Se soubesse, teria estado muito perto de V. Ex^a nesse momento.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O procedimento adotado foi o seguinte: como eu não tinha como provar de onde estavam partindo as ameaças, apesar de haver fortes indícios, apesar de ter quase certeza absoluta de onde vinham, tomei as providências sem

fazer alarde de onde eu imaginava que vinham as ameaças. Por isso, eu me sinto muito próxima, por ter vivido há bem pouco tempo uma situação em que, repito, minha filha esteve com a arma apontada na cabeça. Não foi qualquer coisa, não foi uma ameaça verbal que eu ouvi, não. Aconteceu, efetivamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foram razões políticas ou assalto?

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Com fortes suspeitas de que pudesse ter vinculação.

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quando fiz minhas ponderações – sei que V. Exª é uma pessoa extremamente cuidadosa com o que fica registrado de suas falas – foi porque entendo que V. Exª tem todo o direito de bater em quem estiver envolvido com esse ato de ameaça a seus filhos. Eu faria a mesma coisa. Mas o que está colocado aqui, sem qualquer prova, porque V. Exª diz “oficial ou não, oficial ou não, oficial ou não”, ou seja, todas as reportagens estamparam, foi esse o destaque, foi essa a manchete, que V. Exª daria uma surra no Presidente Lula, partindo do pressuposto de que o Presidente Lula esteja envolvido com isso. E aí, Senador Arthur Virgílio, sou testemunha...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço mais um pouco de complacência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas peço a V. Exª, Senadora Ideli Salvatti, que tenha também. Há uma série de companheiros, colegas querendo falar. Fui muito complacente. Inclusive o Plenário reclamou da complacência que tive com o Senador Eduardo Suplicy, mas agora já foi extrapolado o tempo em vários minutos. Peço a V. Exª que conclua.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Posso também pedir a palavra pela liderança, posteriormente, mas prefiro fazer na forma de aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, V. pode concluir, por gentileza.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quando V. Exª, Senador Arthur Virgílio, diz que dá surra no Presidente, colocando de forma muito clara essa vinculação, de que não tem prova, é uma suposição, é pressupor que aquilo que já tive oportunidade inclusive de elogiar desta tribuna, da preocupação que V. Exª tem, e já demonstrou inúmeras vezes, com situações de familiares de outras personalidades políticas, inclusive do Presidente Lula, esse mesmo tipo de comportamento decente e altivo, o Presidente Lula não teria com os filhos de V. Exª. Veja bem, Senador, o Presidente Lula

já deu demonstrações, inclusive inequívocas, reiteradas pela imprensa, nos dias de hoje, estão nos registros, quando foram apresentados dossiês sem consistência, falaciosos, ele, de pronto, repudiou. Ou seja, o Presidente Lula já deu demonstrações exaustivas de altivez política, para não ter, da parte de V. Exª, qualquer tipo de sombra de dúvida, que o Presidente Lula pudesse estar envolvido com um ato infame de tentar prejudicar a família de V. Exª. Por isso, faço a ponderação – volto a fazer –, porque quando V. Exª fala que daria uma surra até no Presidente Lula, não é porque daria surra em toda e qualquer pessoa que possa estar envolvida, porque deve dar mesmo, surra e mais o que for necessário em qualquer pessoa que o esteja ameaçando, mas é porque V. Exª está colocando a dúvida em um homem público, que já deu demonstração, também da mesma forma que V. Exª, à exaustão, de não ter esse tipo de ato tão desumano e tão aviltante na conduta política de qualquer pessoa. Por isso, Senador Arthur Virgílio, quando estamos travando este debate, temos que tratar o Presidente da República com o respeito que as figuras políticas têm que ter de todos, pela história, pela biografia, pelo comportamento, e deixar de lado a crise política que estamos vivenciando. Porque tenho certeza absoluta, Senador Arthur Virgílio que, pelo respeito, pelo conhecimento e pelas comprovadas vezes em que o Presidente Lula já demonstrou espírito público e dignidade no trato, na relação de respeito...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ...para com as personalidades políticas e as respectivas famílias, se não houvesse crise, V. Exª não teria usado a expressão que usou. Por isso, fiz o apelo, e o reitero. Repito, ainda, que a questão dos grampos telefônicos é tão grave quanto a denúncia que V. Exª colocou. Já houve experiências de grampos que, infelizmente, não foram devidamente investigadas. Mas o mesmo viés aparece de novo nos grampos. Existe grampo. Está sendo grampeado o Deputado ACM Neto. Vamos investigar, obviamente. Mas, **a priori**, já se diz quem está fazendo o grampo. Já houve grampos de tantas formas no País, em períodos tão recentes. Então, vamos fazer as investigações, vamos punir, vamos ser rigorosos. Mas, também, Senador Arthur Virgílio, pelo respeito que V. Exª sempre colocou no trato, inclusive com os familiares, o que testemunhei inúmeras vezes...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ...é que faço o apelo do reconhecimento, do mesmo comportamento que V. Exª tem para com os familiares do Presidente Lula, que também reconheça que seria inimigável o

Presidente Lula ter um comportamento que pudesse colocar em risco a família de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço o aparte, Senadora Ideli Salvatti, e concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se V. Ex^a me permite, meu Líder, V. Ex^a já está com 29 minutos. O aparte da Senadora Ideli Salvatti foi de cinco minutos. V. Ex^a quer quantos minutos para concluir o pronunciamento?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um minuto, um minuto e pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, V. Ex^a terá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Responderei à Senadora, dizendo, com muita tranquilidade, que me atenho aos fatos.

O tal cidadão abordou o sindicalista oferecendo-lhe R\$100 mil. Dizia que o estava fazendo em nome do PT Nacional. O sindicalista vai ser ouvido pela Polícia Federal. Um dos líderes da Força Sindical está aqui, o Sr. Carlos Lacerda. O sindicalista está disposto a confirmar tudo que aqui estou dizendo. Por isso, se há envolvimento do PT, se há envolvimento do Presidente, realmente, V. Ex^a passa a dar-me razão porque, aí, diz que teria o direito de fazer o que quisesse. Seria natural. Não gostaria, nunca, de ter feito esse discurso. Gostaria, menos ainda, que me tivessem dado um pretexto para fazê-lo. O rapaz procurou o sindicalista dizendo: “Você tem R\$100 mil. Tenho dinheiro bastante para fazer o que quiser. Em último caso, partirei para cima da família do Senador.”

É importante que fique esclarecido, porque considero, mesmo, reles e baixo que o Presidente da República se dê a esse desplante. Considero lamentável que um Partido possa levar o antagonismo político a esse nível, coisa que não faria jamais.

Sobretudo, deve ficar bem claro que nesse ponto – e tenho até que trocar de gênero – não serei um leão, mas uma leoa, para defender a minha prole, os meus filhos. É impossível alguém fazer mal a um filho meu impunemente se eu souber de quem se trata, seja quem for! É impossível alguém fazer mal a um filho meu impunemente, seja quem for! Direta ou indiretamente, mandado ou mandante. Portanto, quero um esclarecimento. É o Ministro Márcio Thomaz Bastos que vai me dar um esclarecimento. Espero que sejam convincentes. Quero ver esse biltre preso para que possa acarear-se comigo.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Gostaria de saber se está presente o Senador Leomar Quintanila. (Pausa.)

Está inscrito em seguida o Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que conversei com o General Félix, da Abin. Ele me disse que comunicou ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que aquela Agência não tem responsabilidade sobre qualquer forma de gravação telefônica ou interferência nos telefones do Deputado ACM Neto e que está fazendo as devidas averiguações, para as quais solicitou do Deputado ACM Neto as informações necessárias. Então eu queria esclarecer esse ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, peço a atenção dos meus Pares ao mesmo tempo em que me dirijo aos telespectadores da TV Senado, que atinge grande parte do meu Tocantins, e também aos da Rádio Senado, por Ondas Curtas, para dizer que estive na tribuna desta Casa – e fico feliz em encontrar o plenário com muitos dos meus Pares que estavam aqui naquela data, e vejo chegar o Senador Edison Lobão –, com o Diário Oficial do Estado do Tocantins na mão, do qual retirei o embasamento para o pronunciamento que fiz, Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou ter que reprisar aqui para chegar ao cerne do meu pronunciamento, Senador Pedro Simon – V. Ex^a que tem uma larga experiência em Parlamento, em tribuna –, para dizer que, no Diário Oficial do meu Estado, encontrei uma dispensa de licitação para contratação de um prédio para o qual se mudaria um órgão chamado Banco da Gente, o banco do povo do Estado do Tocantins.

Como o prédio estava alugado, há seis meses, pelo Governo do Estado e não estava sendo usado,

procurei, no **Diário Oficial**, a modalidade usada pelo Governador para o aluguel do referido prédio. Foi a dispensa da licitação.

Não me satisfiz com aquilo e fui ao Cartório de Registro de Imóveis, tudo coisa pública, e requeri uma certidão. Encontrei que o prédio era de propriedade da Sr^a Ana Rosa Guimarães Fonseca e de seu marido. E pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: a Sr^a Ana Rosa Guimarães Fonseca é irmã do Governador do Estado. Mais do que isso: ela é diretora administrativa e financeira do órgão que alugou o prédio, ou seja, ela é locadora e locatária de um prédio que está alugado, há seis meses, para o Governo do Estado de Tocantins sem que esteja sendo utilizado. Ou seja, o Governador nomeia a sua irmã como diretora administrativa e financeira de um órgão. Ela dispensa a licitação e aluga um prédio. Aliás, Senadores Pedro Simon e João Alberto Souza, o início da data do aluguel, de que já decorrem sete meses, é 1^o de abril, coincidência ou não, o dia da mentira.

Fiz questão, meus nobres Pares, de buscar todos os Diários Oficiais, e não há uma só palavra do que eu tenha expressado nesta tribuna que não esteja escrita e assinada pelos próprios autores dos atos.

E o que faz o Governador? S. Ex^a explica, em primeiro lugar, que o prédio não é dela, é do marido dela, com quem ela é casada em comunhão de bens, e o cartório atesta que é de propriedade dos dois. Pior do que isso: são sete meses do dinheiro jogado fora porque ela é locadora e locatária, mas quem paga é o povo do Tocantins.

E, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem V. Ex^{as} qual foi o resultado desse discurso meu? Reunidos no Palácio Araguaia, os Deputados Estaduais que apóiam o Governador foram para a Assembléia e moveram uma ação de repúdio, dizendo que minha atuação leviana, desequilibrada nesta Casa desonrava o povo do Estado do Tocantins. Disseram que eu deveria perder o mandato porque o Tocantins não mereceria ter gente desse nível usando a tribuna.

Sr. Presidente e meus nobres Pares, eu não havia visto ainda uma instituição respeitada de um Estado novo, como é a Assembléia do meu Estado, ter diminuído tanto seu papel, esquecendo-se daquela frase que entendo ser basilar, “ao rei tudo, menos a honra”. Que bajulem S. Ex^a o Governador, que apóiem S. Ex^a o Governador, que recebam os empregos que o Governador está dando.

E hoje encontro explicação de grande parte do que está aqui, reunida na coluna de um jornalista respeitado no Tocantins inteiro, Cleber Toledo, a quem eu fiz um telefonema. E ele me disse: “Senador, o bom jornalista não revela fontes, mas foi um dos Deputados

que participou da reunião que me atestou tudo o que está aqui escrito”. E o que diz ele? Que os Deputados se reuniram com o Governador Marcelo Miranda e que o resultado da reunião foi muito prático: os ocupantes de cargos em comissão que não se mantiverem fiel ao governo, na região dos Deputados, serão trocados, pelos próprios Deputados, por quem se dispuser a oferecer fidelidade ao Governador Marcelo Miranda.

Então, lá no Tocantins, nesses últimos sessenta dias, o **Diário Oficial** registrou a contratação de mais de dois mil funcionários. Há páginas em que constam quinze ex-Vereadores, a ex-Primeira-Dama e o ex-Prefeito, em um só diário. Por onde passa, o Governador angaria possíveis apoiadores para a sua campanha à reeleição.

Sr. Presidente, não posso dizer que me sinto atingido pelo voto de repúdio movido pela Assembléia, porque fico imaginando que, para o povo do Tocantins, esse voto de repúdio deveria ser ao Governador, por permitir que uma integrante de sua família, ninguém menos do que sua irmã, receba por um aluguel de um prédio que não está sendo utilizado, na modalidade de dispensa de licitação. Logo ela, diretora financeira e administrativa do órgão. Está tudo no **Diário Oficial**.

Agora, no dia em que o Parlamentar não tiver a responsabilidade... E não é uma denúncia, como ele se refere, leviana, desairosa, que desmerece o mandato que tenho, e que sou – e está na nota de repúdio – um Senador desequilibrado e que o Senado da República receberia essa moção de repúdio. Fico pensando, Sr. Presidente, se não teria sido o papel da Assembléia fazer uma moção de repúdio ao Governo do Estado por permitir jogar pelo ralo o dinheiro que está faltando à saúde, pelas duas mil contratações – publicado no **Diário Oficial** nos últimos 60 dias – de pessoas lotadas na Secretaria de Governo, que não possui espaço para mais que 40, 30 pessoas.

Fico pensando quem está ofendendo quem. Estaria eu ofendendo o povo do meu Estado? Estaria eu denegrindo a honra do Estado conquistada em muitos anos, mais de 20 anos de mandato, em luta travada no plenário da Câmara dos Deputados e depois na Assembléia Nacional Constituinte? Muitos dos Senadores aqui presentes votaram a criação do Tocantins, Estado que vem obtendo os melhores índices na Secretaria do Tesouro Nacional, pelo seu desempenho. De repente, essas coisas começam a ocorrer.

E se imagina o Governador e se imaginam os Deputados que assinaram o documento! Um dos Deputados que, ao longo da sua história, sempre me fez oposição – particularmente por ser da cidade que considero a minha cidade natal no Tocantins, a cidade de Colina –, o Deputado Santana, do Partido dos Tra-

balhadores, que estava na Assembléia, foi à tribuna e disse: “Não assino a nota e não voto o repúdio, porque não encontro, em nada do que aqui está escrito, alguma coisa que venha a denegrir a imagem do Senador Eduardo Siqueira Campos”. E deixou de votar.

Cito aqui os outros Deputados – Raimundo Moreira, Cassildo Vasconcelos, Vicente Alves, Fabion Gomes – e outros que deixaram de assinar, porque tenho certeza, Sr. Presidente, que ali estava o descumprimento da missão do Parlamentar. Eu esperava que S. Ex^{as} fossem à tribuna defender o Governador dizendo: “Olha, o senhor cometeu um equívoco, o prédio está sendo utilizado”. Não, o prédio está, há sete meses, sendo reformado com dinheiro público porque o aluguel está sendo pago desde o dia primeiro de abril. Eu esperava que o Governador mandasse cancelar o contrato de aluguel imediatamente para cessar a sangria do dinheiro público e que determinasse uma sindicância e punisse os culpados. Seria uma atitude digna. Eu esperava que S. Ex^{as} levassem o tema à tribuna da Assembléia, dentro do debate democrático, e dissessem, Senador, V. Ex^a está equivocada. E se ela não fosse irmã do Governador, o fato seria da mesma gravidade porque quem quer que seja que tenha responsabilidade de ser diretor administrativo e financeiro de um órgão não pode alugar algo de sua propriedade para o próprio governador, sem ter que responder por isso, ainda mais para não utilizar, porque até o presente momento, decorridos sete meses, o prédio continua desocupado.

Isso está inscrito como improbidade administrativa, desrespeito ao dinheiro público. Esse ato é que mereceria o repúdio da Assembléia.

Mas hoje, o jornalista Kleber Toledo afirma que os Deputados se reuniram com o Governador e disseram que os funcionários que não oferecerem fidelidade ao Governo serão demitidos. A bem da verdade, o Governador já demitiu 7 mil funcionários; como disse, contratou mais de 2 mil nos últimos 60 dias. E lamento porque são pessoas que conheço ao longo da história do Tocantins. Em um mesmo **Diário**, o ex-Prefeito e a ex-Primeira-Dama; diversos ex-Vereadores; diversos Líderes; ex-Prefeitos que têm caminhonetes de cabine dupla, que têm fazendas e que não vão trabalhar estão lotados aqui, por exemplo, na representação de Brasília. Alguns jornalistas ligaram para a representação de Brasília para saber se o ex-Prefeito estava lá trabalhando, e a moça disse: “Não, ele nunca botou os pés aqui.” Mas consta na folha; ele está ganhando R\$5 mil por mês. São atos de improbidade administrativa; são atos de falta de respeito ao dinheiro público praticados por S. Ex^a, que depois diz que estou atingindo a honra dele.

Depois do meu discurso, Senador João Alberto, ele demitiu oito parentes em primeiro grau que estavam ocupando as seguintes Secretarias: sua tia, irmã de seu pai, Secretária da Ação Social; sua esposa, Secretária Extraordinária de Políticas Públicas; seu primo, Secretário Extraordinário de Gestão... Eu não me recordo aqui o nome de cada um deles, mas só no Primeiro Escalão eram sete secretários extraordinários. E a imprensa denunciou dois dias depois que ainda restavam mais de 30 parentes, todos lotados no Primeiro Escalão da Administração Pública tocantinense. Quem registra isso é a imprensa do meu Estado.

Diga-se de passagem, a jornalista que fez essas matérias está respondendo a 18 processos movidos pelo Governador. Para felicidade da jornalista, existe justiça neste País. O Governador não consegue condená-la porque ela se baseia no **Diário Oficial**. E o Governador se revolta com quem traz o **Diário Oficial** com atos praticados por S. Ex^a e diz que essas pessoas estão ofendendo a honra do Estado, das nossas lideranças, da sua família.

Sr. Presidente, diante dessa informação, eu me vejo na obrigação de dirigir mais uma representação ao Ministério Público Federal Eleitoral para que esses Deputados possam confirmar se vai ser esta a prática no Tocantins: se apóia o Governador, fica no cargo; se não apóia, vai ser demitido.

Quero citar um caso concreto em relação a alguns Prefeitos. O Prefeito da capital pioneira de Tocantins, Prefeito Júnior Evangelista, me ligou hoje, dizendo que recebeu do Banco do Brasil a informação de que 50% do seu ICMS tinha sido bloqueado pelo Governador do Estado, em função de débitos da Administração anterior. O Governador resolvera agora determinar o bloqueio. Coincidentemente, Sr. Presidente, esse Prefeito é do PSDB; esse Prefeito recebeu um emissário do Governador com nome, sobrenome, data da visita e que pediu ao Prefeito: “Prefeito, venha para o Partido do Governador que seus problemas serão todos resolvidos”. O Prefeito não foi e tem agora 50% da sua receita de ICMS cancelada por perseguição, uma vez que os débitos são da Administração anterior.

Tem mais: em uma solenidade pública, paga pelo contribuinte tocantinense, realizada na cidade de Gurupi, à luz do dia, transmitida pela emissora oficial, o Governador do Estado abre o evento de sua visita ao Município, tudo pago com recurso público, encontra lá o Prefeito do PSDB e diz, diante das câmeras e de todos aqueles que foram assistir ao Governo itinerante: Prefeito, deixe o PSDB que a sua vida vai melhorar, para nós trabalharmos juntos. O Prefeito, constrangido, não respondeu. Mas, no outro dia, Sr. Presidente, perdemos esse Prefeito do PSDB. E no outro dia um

convênio de 4 milhões foi assinado com a cidade de Gurupi.

Conhecendo o Prefeito João Lisboa da Cruz, sabendo da sua seriedade, imagino que ele, entre a filiação partidária e perda do recurso para o seu Município em época tão difícil quanto esta, resolveu se desfiliar do PSDB e assinou o convênio. Mas isso foi feito à luz do dia. O Governador pediu a desfiliação em um palanque pago com recursos públicos, em uma solenidade oficial, diante das câmeras de televisão, da imprensa. E ainda publica no *site* oficial do Estado – pago pelo contribuinte e à disposição de qualquer um que acesse o *site* da Secom do meu Estado e queira pesquisar sobre filiação: “Governador conquista mais uma adesão para o PMDB”. Como se o contribuinte tocantinense fosse obrigado a pagar pelo *site* oficial do Estado a divulgação de atividade política partidária.

Sr. Presidente, é um absurdo a pressão sofrida pelos Prefeitos, a perseguição pela qual estão passando os nossos companheiros do PSDB. É de tal sorte odiosa que não vou retroceder um só instante. Tenha a certeza, S. Ex^a, o Governador do meu Estado, que não me interessam os seus assuntos particulares, familiares e pessoais. Não me sinto atingido pelo que S. Ex^a pediu a seus Deputados. Certamente, muitos deles, com o coração dolorido, votaram contrariados, sem motivação. Os atos por eles praticados no **Diário Oficial** estão lá, e a população do meu Estado está assistindo a todos esses atos. Não deixei de utilizar, para nenhuma das minhas afirmações, o **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Portanto, dizer que são levianas as minhas acusações é desmerecer o que o próprio Governador assinou.

Sr. Presidente, quero dizer que não deixarei de exercer o meu mandato. Eles usaram a palavra “delírio”, dizendo: “O Senador, nos seus delírios, tira a dignidade de um mandato que deveria estar a serviço do povo”.

Tenho certeza de que os meus eleitores saberão dizer como é o exercício do meu mandato e a forma como atuo nesta Casa. Os meus Pares, Sr. Presidente, e os eleitores do meu Estado saberão dizer se sou um Senador destemperado, desequilibrado, que faz acusações e usa a tribuna sempre de forma desequilibrada. Não, Sr. Presidente. Desequilibrado está o Governador do meu Estado, que está agindo de forma irresponsável. Ele deveria chamar a sua família, saber separar o público do privado e mandar cancelar o ato de aluguel daquele prédio.

Refiro-me apenas a esse episódio, para não ocupar os meus Pares com dezenas de outros atos lesivos ao patrimônio público do Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, já que precisamos encerrar a sessão, eu gostaria de fazer um acordo com V. Ex^{as}. Ainda estão inscritos para falar os Senadores Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Alberto Silva, Romeu Tuma e, pela Liderança, Antonio Carlos Valadares.

Portanto, gostaria de saber se seria possível cada um usar por apenas cinco minutos a tribuna? Seria possível?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a.

Eu gostaria de falar como Líder do PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos, daria? Senador Alberto Silva? Senador Romeu Tuma?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas V. Ex^a poderá prorrogar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mesmo que eu prorogue para as 18 horas e 30 minutos, teremos 38 minutos e há seis oradores inscritos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dá para falar sem apartes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sem apartes, então.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não seria eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Cristovam Buarque, S. Ex^a é Líder e tem preferência.

Em seguida, falará V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima semana, eu farei aqui uma manifestação de apoio à liberdade de imprensa no Estado de Sergipe, que, de certo modo, está sendo ameaçada pelo comportamento inadequado das instituições governamentais daquele Estado.

Há uma pretensão, não só minha como de outros Parlamentares, em trazer para o Congresso Nacional o ambiente que está sendo criado no Estado de Sergipe contra Parlamentares, jornalistas ou repórteres que se dispõem ou têm coragem de levar a público tudo aquilo que acontece no âmbito da administração estadual.

Mas hoje, Sr. Presidente, venho trazer ao conhecimento da Casa um artigo que considero fundamental para a valorização do processo democrático em nosso País, prestigiando e fortalecendo a imprensa e fortalecendo também a cidadania que, afinal de contas, é a destinatária da ação de qualquer legislação que proteja a liberdade de imprensa e venha engrandecer a nossa democracia.

Trata-se de um artigo publicado na “Carta Aberta” da revista **Carta Capital**, da Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Unicamp Walquiria D. Leão Rego que, dentre outros comentários, destaca o seguinte:

Pouco antes de sua morte, o filósofo Karl Popper, em resposta a um jornal italiano sobre as relações entre mídia e democracia, não hesitou em afirmar que, em nome do liberalismo, defendia as necessidades das democracias instituírem regulação social sobre os poderes informativos. A informação jamais é imparcial, segundo ela, pois traz consigo inevitavelmente uma interpretação sobre os fatos. Noticiar é um fato de poder. Toda notícia contém uma seleção de seu conteúdo destinado a impactar os leitores. Logo, informar é um modo de educar a cidadania. Portanto, os meios de comunicação possuem grande poder formativo e, como qualquer poder, devem estar submetidos a controles democráticos institucionalizados, eficientes e transparentes. O risco da ausência de contrapesos claros seria a instauração do arbítrio informativo, de um despotismo midiático que feriria os fundamentos do Estado de direito. (...)

Adiante acrescenta:

Em todas as democracias representativas, em especial, nas jovens como a nossa, verifica-se certo mal-estar quanto ao desempenho das agências informativas e de seu agir político, pautado, na maioria das vezes, pela espetacularização da notícia e da defesa subliminar de interesses particularistas. Para os pesquisadores do tema, o poder não regulado dos meios de comunicação de massa tem constituído uma das revelações mais paradigmáticas da desigualdade dos cidadãos. A igualdade política da cidadania é um dos pressupostos constitutivos da vida democrática.

E para não me alongar, obedecendo religiosamente o tempo que foi combinado, concluo:

A apropriação privada da esfera pública, produzida pela monopolização do direito de voz, e a repetição persuasiva nas diversas redes midiáticas dos mesmos conteúdos informativos, impedem a formação de uma opinião pública esclarecida, condição indispensável à democracia. A oligarquização da atividade informativa ameaça a formação política qualitativa da cidadania e os pilares de uma democracia pluralista e civilizada.

Conforme o princípio do equilíbrio dos poderes, todo poder deve ser submetido a controles, caso contrário torna-se esfera privativa de vontade despótica. A ausência de controles democráticos do designado “Quarto Poder” coloca sob sério risco as liberdades fundamentais dos cidadãos, ameaçando mortalmente a própria possibilidade da convivência civil.

Sr. Presidente, faço este comentário aqui, não dizendo que concordo **in totum** com a Professora livre-docente do Departamento de Sociologia, porque na imprensa existem as exceções, existem os órgãos de imprensa, os jornais, as revistas, que trabalham dentro de um ambiente de liberdade e democracia. Mas existem outros que praticam abusos que precisam ser criticados e apreciados, não só pelo Senado, como pela opinião pública nacional.

Em outra oportunidade, iremos discorrer, em pormenores, assuntos que se refiram à democracia, à informação e à liberdade de imprensa, que deveremos defender a todo custo, de qualquer forma, porque, no momento em que faltar a liberdade de imprensa, faltará o processo livre e democrático com o qual nós devemos conviver em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, só um minuto. Hoje há espaço para todos falarem. Concluo em trinta segundos.

Sr. Presidente, os suinocultores de Santa Catarina estão desesperados com relação à febre aftosa. Os grandes suinocultores transportam a carne suína e também os próprios suínos para São Paulo. Infelizmente, não estão conseguindo passar os suínos para São Paulo em função da demora do Governo do

Estado do Paraná, do meu amigo Requião, em dar a liberação, após exame devido, para fazer o relacionamento, para fazer o corredor sanitário Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Quero deixar apenas registrado que os suinocultores de Santa Catarina estão sendo duramente prejudicados por falta de vontade política e agilidade nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as universidades brasileiras estão em greve. Isso significa que os alunos das universidades estão agora, provavelmente, assistindo mais aos programas da TV Senado do que durante o período de aulas. O que será que estão pensando, Senador Mão Santa? – pergunto a V. Ex^a, que falou sobre a greve. O que será que estão pensando os alunos das universidades, sentados em suas casas, impedidos de estudar, assistindo a nossos debates aqui, sobre tapa no Presidente, sobre defesa do Presidente, e nada, nada, nada de concreto sobre como mudar o Brasil? O que será que os jovens estão pensando de nós?

Pior: no mesmo dia em que nós damos esse *show* aos jovens universitários – irritados com razão, porque não podem ir à escola, não sabem quando se formam, e nós aqui falando de outras coisas, salvo um ou outro como V. Ex^a, Senador Mão Santa, que falou sobre a greve –, nesse mesmo dia, os jornais dizem que o Governo decidiu não mandar ao Congresso a proposta de reforma universitária.

Então, vejam que situação: os jovens, em casa, com seu futuro ameaçado, assistindo-nos falar de superficialidades. E o Governo, depois de anos falando em reforma universitária, diz que não vai mandá-la mais. Pior é que não era uma reforma, mas um simples arranjo financeiro de ingresso. Nada de mudança na estrutura.

Sr. Presidente, nestes cinco minutos, quero apenas dizer que está na hora de este Senado acabar com a omissão, diante de um Governo que não faz as coisas que deveria. Mesmo que continuemos falando sobre essas coisas, que falemos também de coisas mais concretas, que repercutem lá na vida de cada um dos cidadãos e cidadãs deste País.

Eu havia preparado um projeto substitutivo de reforma universitária, para apresentar aqui no Senado quando chegasse o projeto do Governo. Eu quero dizer que, diante da decisão do Governo de retirar o projeto, vou dar entrada neste meu projeto, porque,

pelo menos, vou dizer que estamos tentando fazer com que, no Brasil, a universidade dê o salto sem o qual vai ficar obsoleta, superada e vai desaparecer, vai virar convento. Quando a universidade surgiu, foi para preencher um vazio: os conventos não conseguiam acompanhar o pensamento novo que surgia naquela época, pois ficavam presos aos dogmas. Está acontecendo hoje com as universidades, com a diferença de que convento, pelo menos, não fazia greve, e hoje as universidades paralisam suas atividades.

Antes, porém, de dar entrada ao projeto em meu nome pessoal – e acho que isso não é correto –, vou submetê-lo à discussão com outros senadores. Os que estão presentes gostaria que estivessem abertos a isso. Vou apresentar na Comissão de Educação, da qual o meu Partido me retirou, mas hoje, com muita alegria, ouvi que a Minoria me ofereceu lugar, que o PMDB me ofereceu um lugar, e eu já aceitei. Vou ficar na Comissão de Educação, nomeado por outros partidos. O PDT já tem pessoas lá, e acho que não devem sair. Então, vou apresentar lá, em nome da Minoria, em nome, se for o caso, do PMDB, em nome não importa de que partido.

Eu vou querer discutir na Comissão esse projeto de reforma da universidade. Mas uma reforma verdadeira, Sr. Presidente, que mude o conceito de público e de privado, no lugar de estatal e particular; que traga a idéia da educação permanente; que ponha o ensino aberto presente; que mostre a relação que a universidade tem com o setor privado.

Nós precisamos cumprir a nossa função, porque os jovens estão lá assistindo ao que falamos aqui, que nada tem a ver com a greve que eles estão vivendo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a e o Senador Pedro Simon usaram desta tribuna, e fiquei atento, porque eu tenho um carinho especial por V. Ex^a, pela sua forma, pela sua coragem, pela sua disposição de defender os interesses dos menos favorecidos pela sorte.

Senador Pedro Simon, desculpe-me, nem tinha visto que V. Ex^a estava presente. Pensei que V. Ex^a tivesse ido embora e ia pedir o testemunho da Senadora de que me referia a V. Ex^a. Fez aqui V. Ex^a uma exposição tão carinhosa com a sociedade, mas tão sofrida para nós, pelo que vem acontecendo no País.

Hoje é Dia de Todos os Santos, Senador Pedro Simon. V. Ex^a, quando vai à tribuna, sempre me faz

lembrar de meu pai. Hoje, dia 1º de novembro, seria o aniversário dele. Quando ele veio do Oriente, como imigrante, foi parar em Porto Alegre com a mãe, porque o pai fora assassinado durante a viagem de navio, roubado nas suas libras para poder sustentar a família. Então, a minha avó, à época, perdida em Porto Alegre, encontrou um patrício que os levou para Pelotas. Em Pelotas, meu pai aprendeu a profissão de sapateiro e lá viveu sua infância e sua adolescência. E ele sempre dizia: “Eu sou um gaúcho de raça”.

Aprendi com V. Exª, Senador Pedro Simon o que quer dizer gaúcho de raça, até pela fisionomia de V. Exª – é claro que não dá para comparar a idade, pois meu pai faria 105 anos –, pela sua presença tranqüila, por aquela forma de orientar as pessoas naquilo que é digno e respeitoso para com o próximo.

A Senadora Heloísa Helena e o Senador Augusto Botelho estavam lendo a Bíblia agora. Então, fiquei pensando: será que o demônio está querendo tomar conta disto aqui, Senador Pedro Simon, transformando estes nossos objetivos em busca de uma vida melhor para todos aqueles por quem lutamos, e viemos aqui por causa deles? E não sei se V. Exª estava lendo uma carta de Paulo aos Coríntios ou não. Mas eu vi que era tanta atenção à Bíblia que até meu coração pulou de alegria, porque o pensamento em Cristo é importante nesta hora em que achamos que a esperança deve reviver.

O Senador Cristovam Buarque veio aqui trazer de volta a esperança de que a reforma universitária é necessária. Não adianta o Governo virar as costas. Vamos ter que tomar uma providência, porque nós somos Governo também. Dentro da estrutura que se formou na democracia brasileira, o Congresso Nacional é Governo também e tem obrigações dentro de toda a Constituição.

Eu não vou fugir dos cinco minutos, mas eu tinha trazido aqui, Senadora Heloísa Helena e Senador Pedro Simon, uma entrevista do presidente do FBI (Federal Bureau of Investigation). Eu era muito amigo do Presidente anterior, que foi substituído por esse senhor. Ele faz algumas referências sobre como são selecionados policiais para ingressar no FBI e, principalmente, sobre o acompanhamento para que a dignidade da função seja sempre respeitada, para que não haja o perigo de uma corrupção generalizada que traga intranqüilidade à sociedade.

Trouxe aqui também um cumprimento ao Presidente Renan Calheiros, que apresentou uma PEC para que haja o cumprimento constitucional de uma verba permanente ao sistema de segurança.

Como eu já apresentei esse projeto há mais de três anos, espero que os projetos consigam ser enca-

minhados juntos e que o dele tenha preferência, porque ele tem mais prestígio junto ao Governo do que eu. Se o meu está aqui há três anos e não consegue sair da comissão, provavelmente o dele é uma imposição, porque ele é do Partido que apóia o Governo e é respeitado como Presidente desta Casa. Já falei com ele e ele concordou em encaminhar junto.

Então, vou encerrar para não extrapolar o tempo que V. Exª me deu. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sou eu que agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra agora ao eminente Senador Alberto Silva, do PMDB, do Piauí, terra do Senador Mão Santa.

Depois, teremos ainda, Senador Pedro Simon, João Batista Motta, do PSDB, do Espírito Santo.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo aproveitar estes cinco minutos para tentar resumir o que pensei em dizer na tarde de hoje.

Nós comentávamos, há pouco, que perdemos uma porção de tempo ouvindo problemas relativos às dificuldades existentes entre os Senadores e o Governo. Mas não quero perder tempo nesse particular. Prefiro concentrar os cinco minutos nos dois seguintes assuntos. Primeiro, apresentei ao Governo – para não dizer que o Governo não faz nada –, na pessoa da Ministra Dilma Roussef, uma proposta para que fosse acelerada a reconstrução das estradas. É aquele meu velho plano de câmara de gestão, que não seria possível. A Ministra, porém, anotou o prejuízo que estamos tendo com dois milhões de carretas andando em estradas esburacadas, e o prejuízo se reflete no número de litros de óleo diesel jogados fora. São 4 bilhões de litros que representam R\$6 bilhões. Eu lhe disse que há 12 mil km de estradas contratadas, mas os empreiteiros recebem muito pouco pelas faturas, porque o dinheiro destinado ao Ministério dos Transportes é pouco, não dá para tudo.

Então, S. Exª levou isso em consideração e entrou – não diria na briga – mas numa posição firme por parte do Governo e determinou que as coisas andassem mais depressa. E já tenho notícias de que o processo está sendo acelerado.

Na próxima quinta-feira, estou inscrito e vou citar as estradas que estão sendo aceleradas. Vejo nos jornais que a Ministra está batendo duro em cima do Homem da Fazenda, dizendo: “Quero o dinheiro para executar as obras deste Governo”.

Portanto, quando se fala em superávit primário – o que excedeu a tudo o que já aconteceu – para

pagar dívida, eu quero enviar aqui os meus votos de congratulações com a Ministra e dizer que nós estamos do lado dela, para apoiar o dinheiro, em vez de pagar a dívida, em vez de tudo para dívida, que sobre para os problemas de educação, saúde, segurança e as estradas. Isso número um.

Número dois. Eu tenho brigado aqui pelo problema da mamona para fazer biodiesel e a mamona lá para dar trabalho aos lavradores lá da terra da Senadora Heloísa Helena, do semi-árido nordestino, do Piauí, do Ceará etc. E qual não foi a minha surpresa quando encontrei um negócio que só aqui no Brasil! O problema da mamona está zoneado. Só se pode plantar mamona acima de trezentos metros. O Piauí é uma planície. A metade dos municípios não pode plantar mamona. E agora mamona foi a única coisa que nós encontramos, a única cultura que nós encontramos que é resistente à seca. Ela tem a baga; tem a casca; e tem, se você espremer a mamona, a torta; e tem o pé de mamona que se pode transformar em adubo orgânico.

Então, eu falei ao Ministro, através do nosso Líder Suassuna, que o Ministro da Agricultura que foi que referendou o zoneamento, que abra uma exceção e deixe plantar mamona no Brasil todo, dando trabalho aos lavradores, porque plantar milho não dá resultado, porque o milho quase não tem preço; plantar mandioca, não tem para quem vender; o feijão é o único que existe. Então, vamos plantar mamona e feijão.

Eu já falei sobre isso e faço um apelo ao Ministro da Agricultura que corra, porque só tem um inverno por ano no semi-árido nordestino. Só um. Começa em janeiro e acaba em maio. Se nós não aproveitarmos, vamos esperar outro ano.

E por fim, tem uma seca. Os jornais do Piauí – não sei por artes de quem – descobriram que a maior seca que vai haver é a próxima. Então a mamona agüenta seca. Se vamos ter seca, na próxima vez vou dizer como é que plantamos para resistir à seca.

Estou vendo que a Senadora Heloísa Helena quer dizer algo. Permita-me, Sr. Presidente, um minuto?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Será bem rápido, até porque já fiz este agradecimento aqui na ausência de V. Ex^a. Mas me sinto, não na obrigação, porque faço com muita alegria, de saudar V. Ex^a, Senador Alberto Silva. Eu tive a oportunidade de estar com V. Ex^a, compartilhando e testemunhando as suas proposições concretas, ágeis, eficazes para os investimentos produtivos, para dinamizar a economia local, gerar emprego e renda, associar àquilo que é da razão de existir do Estado nas políticas públicas, nas políticas sociais. E tive a chance de estar com V. Ex^a junto com o Secretário de Política Agrária de uma cidade do Pontal do Paranapanema e com o nosso querido

militante das lutas pela reforma agrária, o Zé Rainha, uma pessoa que estava aqui conosco discutindo com o Senador Alberto Silva alternativas de dinamização da economia local. O Senador Alberto Silva, com a sua grandeza, a sua generosidade política e a sua competência técnica, apresentou todas as alternativas de como trazer desenvolvimento econômico e política social para os assentamentos. E o Zé Rainha, para tristeza de todos nós, acabou sendo perseguido por uma ação judicial, dizendo que, porque ele participou de uma ocupação de terra, vai ficar dez anos em uma cadeia, preso. Nunca vi um negócio desse. Mas esse é um outro debate, que acompanharemos do mesmo jeito. Mas eu desejo agradecer de coração, porque V. Ex^a usa toda a competência e experiência técnica adquirida ao longo da sua vida e disponibiliza isso para qualquer pessoa, para qualquer Partido, para qualquer experiência administrativa, seja vinculada a uma Prefeitura do PFL, seja viabilizada por meio de uma congregação de associações de militantes do Movimento dos Sem-terra ou de qualquer um outro movimento que lute pela reforma agrária, o MTL ou qualquer outro. Então, eu não podia deixar de agradecer a generosidade política de V. Ex^a em compatibilizar toda a vivência, o conhecimento e a competência técnica e em disponibilizá-los, independentemente das articulações políticas e ideológicas, como V. Ex^a fez. Foi uma manhã toda, discutindo tecnicamente o que podia ser feito, todo o zoneamento, tudo, com a maior clareza técnica e a maior sensibilidade política. Então, meu agradecimento.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Leite de soja etc. Muito obrigado. Agradeço o aparte da Senadora Heloísa Helena.

Sr. Presidente, vou encerrar para não passar do tempo.

Vamos nos preparar para a seca. Vamos pedir que o Ministro da Agricultura, pelo amor de Deus, libere a mamona para todo o Território Nacional, seja a trezentos metros, seja ao nível do mar, para que possamos dar uma oportunidade ao lavrador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Proximamente, volto com informações mais detalhadas de como enfrentarmos a seca, sem aquela confusão de todas as vezes, com carro-pipa etc etc.

Muito obrigado pelo aparte e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Com a palavra o Senador João Batista Motta, do PSDB, do Espírito Santo, último orador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alerto esta Casa e, principalmente, o povo brasileiro, que acompanha, por intermédio da TV Senado, os trabalhos dos Senadores nesta Casa e, portanto, o andamento daquilo que acontece no Governo Federal.

Senador Mão Santa, tenho hoje uma PEC que está na CCJ, que iria ser votada. Entretanto, o PT pediu vistas, transferindo-a para a semana que vem. Mas já estou sabendo que está recebendo o “não” do Governo Federal.

O projeto consiste, Senador Pedro Simon, em cortar 50% dos benefícios dados pela Lei Kandir. Vou repetir: cortar 50% dos benefícios dados pela Lei Kandir para riquezas não renováveis que estão sendo exportadas sem agregar valor e sem gerar empregos no Brasil.

Senador Pedro Simon, não cabe na cabeça de ninguém que exportemos hoje ouro em barra. Não cabe na cabeça de ninguém que exportemos minérios dos mais simples, como o minério de ferro, até os mais nobres, como nióbio, ouro e tantos outros minérios importantes existentes neste País. Não é possível que saiam do Brasil sem haver um beneficiamento, mesmo que fosse algo que agregasse um pouco mais de valor.

Comprei, nesta semana, seis porcas para prender a roda do meu carro. Eu conseguia escondê-las em uma mão: fechava a mão e ninguém as enxergava de tão pequenas que são. Elas custaram R\$200,00, mas nós exportamos uma tonelada desse ferro **in natura** por apenas R\$50,00 ou R\$60,00. Ninguém entende como este Governo consegue ser entreguista da forma como está sendo.

Foram exportados, no ano passado, 218 milhões de toneladas de minério de ferro, mas, na balança de pagamentos do Brasil, só totalizaram R\$4,5 bilhões. A madeira, que ninguém viu ser exportada, chegou a R\$3 bilhões. A soja, que é um bem renovável, atingiu R\$10 bilhões na balança de pagamento. Eu não entendo por que o Governo não quer que cobremos metade daquilo que é devido na hora de exportar riquezas não renováveis de origem mineral e vegetal e de origem extrativista que não tenham nenhum beneficiamento.

O que mais me entristeceu foi o fato de esta Casa ter aprovado, na Medida Provisória nº 255, isenção para que empresas de grande porte, que já não pagam na exportação, também não paguem na importação na hora de comprar máquinas pesadas para aumentar o extrativismo, aumentar a quantidade de retirada de nossas jazidas, que serão exportadas **in natura**.

Para importar máquina que fizesse sapato, que fizesse mesas de granito, que fizesse do minério o aço,

como é o caso da siderúrgica, tudo bem, não devíamos cobrar nenhum tributo. Mas, para importar máquinas americanas, locomotivas da China, vagões, para aumentar a saída de minérios nobres deste País, sem agregar valor, sem gerar emprego? Eu nunca vi isso!

É a mesma coisa que a lei das concessões das florestas. Nós vamos entregar para o capital privado tomar conta, mas quem, qual é o brasileiro que vai conseguir ganhar essas licitações? Nenhum, Presidente! Nenhum, Senador Pedro Simon! São empresas americanas, são empresas estrangeiras que vão ganhar as licitações, e, daí para frente, vão tomar conta das nossas florestas, aquilo que já é um sonho dos americanos há dezenas e dezenas de anos.

E governo nenhum ousou fazer isso. Foi preciso vir um trabalhador, um homem humilde, vir um homem que está tendo êxito no seu Governo para cometer um desatino desses? Que teve a coragem de comprar um avião mais caro do que tudo o que se investe em saneamento público neste País? Que teve a coragem de aprovar essa Medida Provisória nº 255 da maneira como estou falando? Que tem a coragem de propor passar as nossas florestas para o capital estrangeiro? Que tem a coragem de impedir um projeto de nossa autoria para cobrar imposto daqueles que não querem industrializar os nossos minerais?

Não é possível, Sr. Presidente. Quero que o povo brasileiro tome consciência disso e que cerre fileiras. Esta Casa não pode permitir que essa lei não seja aprovada. E ela vem acompanhada de outro bem. Já que entraria dinheiro em maior valor no cofre do Governo, estou propondo, Senador Alberto Silva, que as obras de infra-estrutura, obras públicas, sejam desoneradas de pagamento de tributos.

Não cabe também na cabeça de ninguém que o Governo vá lá fora pegar dois, três bilhões emprestados e que 40% disso vá para o cofre do Governo em forma de tributo. É como se pegasse dinheiro emprestado para jogar no cofre, para financiar bolsa-escola ou para fazer assentamentos pelo Brasil afora. Não tem cabimento uma coisa dessas. Vamos desonerar essas obras públicas de infra-estrutura. A minha proposta é que essa desoneração fosse apenas por dez anos, enquanto a gente conseguisse tapar os buracos das nossas estradas, reaparelhar os nossos portos que estão todos congestionados.

Por último, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: o Presidente Lula sempre mereceu o maior respeito de nossa parte. Infelizmente, hoje, comparo-o ao time do Flamengo: a gente o ama, a gente gosta dele, mas não consegue ganhar uma!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. Nº 1.960/SGM/P

Brasília, 27 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência os requerimentos das Senhoras Deputadas Laura Carneiro, Jandira Feghali e Sandra Rosado, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 23 de novembro de 2005, quarta-feira, para prestar homenagem ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Em face do exposto, consulto essa Presidência sobre a viabilidade de realização do evento no plenário do Senado Federal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de apreço e consideração. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2005

Requer a convocação de Sessão Especial conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Senhor Presidente,

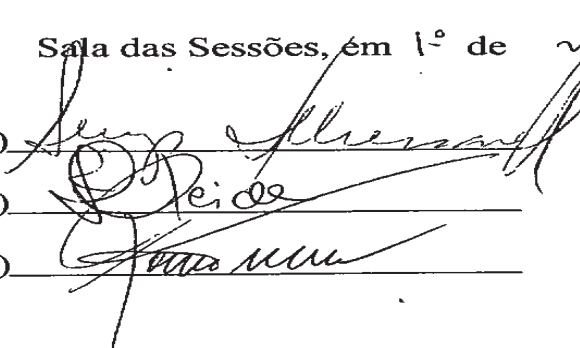
Requeremos, nos termos do Art. 199 do Regimento Interno, combinado com o Art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial Conjunta, no dia 24 de novembro do corrente ano, às 10:00 horas, para comemoração do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Justificação

A realização da Sessão Especial Conjunta significará uma demonstração de que o Parlamento Brasileiro não abre mão de sua disposição de lutar contra todas as formas de violência de gênero, em busca de uma sociedade mais justa e harmônica.

Sala das Sessões, em 1º de novembro de 2005

Senador(a)



SERYS OLHESSANEIRO

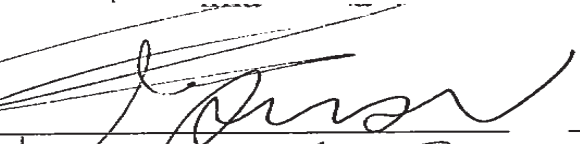
Senador(a)

FRANCA CUNHA

Senador(a)

Romeu Tuma

Senador(a)



SEN. PAVAN

Senador(a)



MARCOS MACIEL

Senador(a)



CHRISTOVAN

Senador(a)

Senador(a)

Senador(a)

Senador(a)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência aos expedientes lidos, havendo a manifestação de concordância da Câmara dos Deputados, a Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 23 de novembro próximo, às 10 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro

do artigo intitulado “Palhaçada”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 13 de outubro do corrente.

O artigo destaca que a corrupção no governo Lula “virou um escracho”. Segundo o autor, “primeiro, o próprio presidente da República diz que o uso do caixa dois é sistemático nas eleições brasileiras, mas ele, que deveria ser o primeiro zelador da moralidade pública, não dá a menor bola. Agora vem o vice e até se inclui na lista dos ‘cassáveis’, junto com ‘todo mundo’, pelo mesmo crime”. Isso é uma vergonha.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Palhaçada

SALAMANCA - Já escrevi, neste espaço, que, ao aceitar convites para participar de dois seminários, um em Bruxelas e, agora, em Salamanca, a intenção oculta era pôr um oceano de distância com a crise brasileira, enjoativa como ela é. Mas é impossível escapar sempre dela.

O choque causado pela transfiguração do PT — de dono exclusivo da ética pública em campeão de trambiques — é forte demais para não ecoar além-Atlântico.

Ontem mesmo, em uma sessão do 11º Foro Eurolatino-americano de Comunicação, o que me trouxe a Salamanca, María Emma Mejía, ex-chanceler da Colômbia, estava falando sobre negociações comerciais Europa-América Latina, mas não deixou de enfiar no meio o enfraquecimento de Lula e do PT.

Pouco depois, abro o jornal e trombo com o título “Caixa 2 deveria casar todos, diz Alencar”.

Virou escracho. Primeiro, o próprio presidente da República diz que o uso do caixa dois é sistemático nas eleições brasileiras, mas ele, que deveria

ser o primeiro zelador da moralidade pública, não dá a menor bola.

É crime, porque quem recebe pelo caixa dois, ou declara à Receita o que recebeu (coisa que os “mensaleiros” não fizeram) ou está sonogando. Mas o presidente da República, que deveria ser o maior interessado em velar para que a Receita receba tudo o que deve, pouco se importa.

Agora, vem o vice e até se inclui na lista dos “cassáveis”, junto com “todo mundo”, pelo mesmo crime.

Como todos continuam soltos, só se pode concluir que o governo está legalizando o caixa dois.

Afinal, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já disse que caixa dois é coisa de bandidos. Como o “todo mundo” de Alencar, inclusive ele próprio, ainda está solto, de duas, uma: ou o ministro da Justiça é um tolinho que deveria demitir-se ou caixa dois é coisa de gente fina, não de bandidos. Pelo menos para o governo Lula.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “O pior do brasileiro”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de outubro do corrente.

O artigo trata da comemoração do aniversário de Delúbio Soares e do que ele “realmente pensa a respeito dos ‘erros’ cometidos pelo PT na administração política e financeira das atividades do partido nos últimos anos”.

Para a colunista, as declarações do sr. Delúbio Soares deixam claro que “não se trata de aprender com

o castigo, mas de exercitar a capacidade de transformar o crime em razão de pilhéria”. E diz mais: “O governo, aqui traduzido na figura do presidente da República, faz o mesmo”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte desse pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AG NACIONAL
TERÇA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br

O pior do brasileiro

Na espontaneidade do ambiente familiar e festivo das comemorações de seu 50º aniversário, Delúbio Soares sábado disse o que realmente pensa a respeito dos “erros” cometidos pelo PT na administração política e financeira das atividades do partido nos últimos anos.

“É só ter calma. Em três ou quatro anos tudo será esclarecido e esquecido”, afirmou o jornalista Expedito Filho, do **Estado**. Nesse período, confia o ex-tesoureiro ainda militante ativo do PT, as denúncias ora em processo de investigação acabarão virando “piada de salão”.

Portanto, na concepção do ex-tesoureiro, não se trata de corrigir rumos nem de revisar procedimentos a partir da ótica do alegado arrependimento pelos “descuidos” cometidos. Trata-se, isto sim, de lançar mão de toda paciência e esperar que as coisas caiam no esquecimento para que a vida possa prosseguir como dantes na base do vai na valsa neste mundo de meu Deus (nos acuda).

Não se trata de aprender com o castigo, mas de exercitar a capacidade de transformar o crime em razão de pilhéria. Trata-se de brincar e esperar da sociedade a mesma disposição de fazer das próprias deformações motivo de troça.

Afinal, no diapasão de fornecer aos outros países “lições” como o combate ao surto de aftosa e a arte de funcionar com “três CPIs ao mesmo tempo”, o Brasil também possa servir de exemplo no campo da autodepreciação bem-humorada.

Delúbio falou de sua fé numa gente alegre, ligeiramente leviana, muito pouco propensa a se dar ao respeito.

Uma gente de quem se pode abusar porque tem memória curta, não lê, não sabe votar, não sabe discernir, é desinfirmada, se deixa facilmente enganar e, dos governantes, espera mais camaradagem que eficiência, mais “carisma” que seriedade, mais “descendência” que firmeza no trato das questões públicas.

Delúbio Soares pretendeu-se, com sua análise das circunstâncias, um observador arguto da alma brasileira.

Diga-se em favor dele – à luz do critério da infração amenizada pela coletivização da prática –, que, assim como no uso do uso do caixa 2 e na ado-

ção do lema segundo o qual “qualquer meio justifica o fim, não está sozinho nessa lógica de conduta e pensamento.

O governo, aqui traduzido na figura do presidente da República, faz o mesmo. Adota valor semelhante, aposta no mito do herói mau-caráter quando quer estabelecer o fim da crise por decreto de vontade unilateral.

Exibe crença inabalável na ausência de princípios quando à vista de malfeteiros que lhe servem com apoio, presta-lhes solidariedade com palavras e cheques em branco sem temer repreensão social.

O ministro Jaques Wagner segue a toada quando compara o uso do caixa 2 ao jogo do bicho, imprimindo a ambas infrações uma inocência que nenhuma das duas têm.

Os chefões do bicho (quem viveu a vida no Rio de Janeiro assistiu de perto à evolução nefasta da leniência com a contravenção) eram celebrados na condição de benfeitores do “samba” e patronos de carreiras políticas, enquanto suas atividades serviam de fachada para lavagem de dinheiro, tráfico e assassinatos.

Foram a matriz da criminalidade tal como se apresenta hoje em seu figurino aterrador, mas em seus primórdios ela foi alimentada pelo mesmo tipo de lassidão vista agora nas considerações em defesa da aceitação tácita dos financiamentos paralelos de campanha.

Nos anos 70 e 80, a condenação moral desse tipo de procedimento também era recebida como manifestação de farisaísmo, bem como a reprovação firme à glamourização do tráfico era interpretada como sinal de conservadorismo, não raro de intolerância social.

O preço (caríssimo) da cumplicidade é pago pelo conjunto da sociedade, que talvez já tenha – ao contrário do que transparece na sem-cerimônia do PT com sua adesão aos atalhos da facilidade – aprendido a pensar diferente.

Ainda é cedo para atestar se Lula, Delúbio e portadores da síndrome de Macunaima em geral (residentes em todos os partidos) estão certos ou errados. O teste da condenação ou aprovação da falta de ética na política não são as pesquisas de opinião.

O desempate dar-se-á ao longo do ano que vem, no desenrolar das campanhas, cujos pontos de interesse de destaque serão definidos conforme a demanda do eleitor.

Poderemos então observar se o brasileiro continuará querendo dar “lições ao mundo” de frouxidão moral, exibindo-se talentoso para rir de seus defeitos, ou se vai dizer chega.

Podem ser que resolva sair do atraso e começar a reforma política pelas próprias mãos. Se for assim, Delúbio Soares terá se equivocado em suas previsões de que seu país é formado por uma maioria de néscios piadistas frequentadores de mal-afamados salões.

Motivações

No fim, ontem não ocorreu a esperada tarde de São Bartolomeu com renúncias em massa. Só 2 desistiram.

Os II restantes tiveram motivos diferentes para ficar. Uns apostam no fim da crise, alguns contam com atenuantes reais, outros confiam no pagamento de favores concedidos no passado, há investimentos na sorte e casos de renúncia à evidência da impossibilidade de voltar pelo voto em 2006. ●

Em 2006,
eleitor dirá
se o Brasil
ainda aceita
dar ao mundo
lições de
lassidão ética

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar a matéria intitulada “Receita Federal decide notificar José Dirceu”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 20 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, “A Receita Federal vai notificar o deputado José Dirceu (PT-SP) por irregularidades. O nome de Dirceu aparece num grupo de 17 contribuintes que são investigados pela Receita”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Receita Federal decide notificar José Dirceu

Coordenador-geral de Fiscalização diz que já foram notificados por sonegação os petistas Genoino, Delúbio e Silvio Pereira, além de Costa Neto, do PL, e Simone Vasconcellos

CRISE NO GOVERNO LULA

Eugênia Lopes
João Domingos
BRASÍLIA

A Receita Federal vai notificar o deputado José Dirceu (PT-SP) por irregularidades. É o que disse ontem o coordenador-geral de Fiscalização da Receita, Marcelo Fisch, em reunião com a CPI dos Correios. Ele contou que a Receita já notificou três ex-dirigentes do PT por sonegação fiscal: José Genoino, ex-presidente da sigla, Delúbio Soares, ex-tesoureiro, e Silvio Pereira, ex-secretário geral.

O nome de Dirceu aparece num grupo de 17 contribuintes que são investigados pela Recei-

PT deve adiar de novo julgamento interno

PARECER: OPT deve adiar mais uma vez o julgamento dos 7 parlamentares acusados de envolvimento no mensalão. A comissão de sindicância criada para recomendar ou não a abertura de processo disciplinar na Comissão de Ética do PT não deverá apresentar parecer conclusivo no sábado, na reunião do Diretório Nacional. “Não sei se vamos terminar o parecer”, desconfiou o coordenador da comissão,

ta. Contra 12 deles, incluindo o petista, já foram encontrados indícios “relevantes de irregularidades”. Sob alegação de que

deputado José Pimentel. “A tendência é adiar ao máximo a decisão. A idéia é não criar fatos que possam prejudicar a defesa dos mandatos na Câmara”, disse um petista.

Compõem a lista dos acusados os deputados José Dirceu (SP), João Paulo Cunha (SP), José Mentor (SP), Professor Luizinho (SP), João Magno (MG), Josias Gomes (BA) e o único a renunciar, Paulo Rocha (PA). ● Mariana Caetano

os dados são sigilosos, Fisch não detalhou que tipo de irregularidade Dirceu praticou.

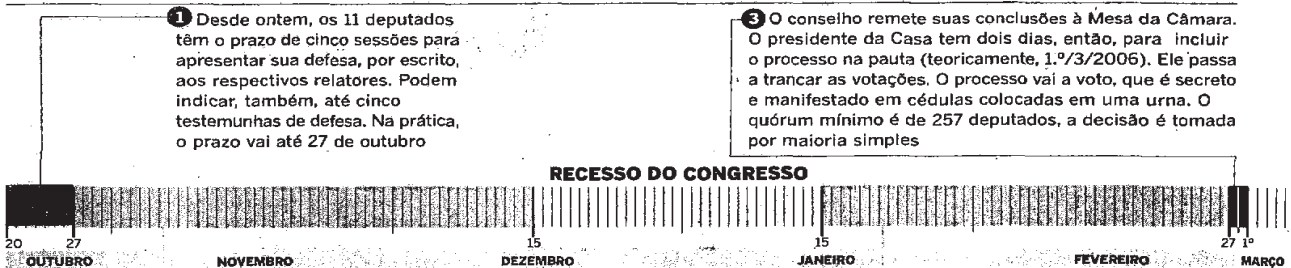
Ele disse que o ex-deputado

Valdemar Costa Neto (PL), que recebeu R\$ 6,5 milhões de Marcos Valério para o PL, e Simone Vasconcellos, gerente-financeira da SMPB, já foram notificados. “Todos os sacadores das contas de Valério estão sendo investigados pela Receita”, disse o sub-relator de movimentação financeira da CPI, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

Segundo Fisch, das 71 fiscalizações em andamento, 24 foram abertas com base nos dados de 68 quebras de sigilo enviados pela CPI. Entre elas, as referentes a Genoino, Delúbio, Silvio, Costa Neto e Simone. A Receita ficou de enviar até amanhã à CPI dos Correios o relatório completo com todas as investigações que está fazendo. ●

OS PASSOS DO JULGAMENTO

No calendário, teoricamente, o rito na Câmara pode ir até março



*O prazo pode ser encurtado se a Câmara cancelar as férias ou parte delas

Ética tem 90 dias, no máximo, para instaurar o processo, ouvir o parecer do relator e votá-lo. Teoricamente, esse prazo – interrompido por 30 dias de férias do Congresso, entre 15 de dezembro e 15 de janeiro – terminaria em 27 de fevereiro. *

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 21 de outubro do corrente.

A matéria destaca as acusações do ex-funcionário da Volkswagen alemã, Klaus-Joachim Gebauer. Segundo o ex-funcionário que está sendo investigado por enriquecimento ilícito, “o atual ministro do Trabalho, Luiz Marinho, teria participado, em 2001, de uma ‘orgia’ paga pela montadora, em uma viagem à Alemanha. À

época, ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e negociou a recontração dos demitidos diretamente com o vice-presidente de RH da VW”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A10 NACIONAL

SEXTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW

Ex-funcionário da empresa diz que ele participou de festa na Alemanha quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

INVESTIGAÇÃO

Marina Faleiros

As acusações de Klaus-Joachim Gebauer, ex-funcionário da Volkswagen alemã investigado por enriquecimento ilícito, agora também atingem o alto escalão do Planalto. Em entrevista ao jornal alemão *Die Welt* ontem, ele afirmou que o atual ministro do Trabalho do governo Lula, Luiz Marinho, teria participado, em 2001, de uma “orgia” paga pela montadora, em uma viagem à Alemanha.

Gebauer foi demitido por ser acusado de articular um esquema que movimentou cerca de € 7 milhões com gastos extras para executivos da empresa, o que incluía o pagamento de festas e prostitutas desde 1996. Em setembro deste ano ele passou a dar detalhes sobre o dinheiro usado.

Marinho atravessou o oceano entre os dias 14 e 17 de novembro de 2001 para tentar reverter a demissão de 3 mil trabalhadores na fábrica da montadora em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. À época, ele

era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e negociou a recontração dos demitidos diretamente com o vice-presidente de RH da VW.

Na entrevista, Gebauer também acusou o ex-líder de comissões de fábrica, Mário Barbosa, e disse que, “para os altos dirigentes, tudo era organizado com perfeição, com hotéis de luxo e todos os requisitos extras – garotas, inclusive”. Ele afirmou que os líderes sindicais visitaram uma casa noturna em Wolfsburg, sede da VW, às custas da empresa. “Cinco garotas dançaram sobre a mesa, deixando os nossos convidados bastante acesos, tanto quanto qualquer homem ficaria.”

A Volkswagen do Brasil, por meio de um comunicado, disse que a empresa “reserva-se ao direito de não comentar afirmações feitas por um ex-empregado do Grupo Volkswagen, demitido sumariamente sob a acusação de enriquecimento ilícito”. Ressalta ainda que a VW “tem publicamente enfatizado que fará todos os esforços para obter o total esclarecimento dos fatos”. “O departamento de Auditoria

Ministro diz que acusação é falsa e vai à Justiça

NOTA: O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse ontem que vai acionar na Justiça os responsáveis “pelas calúnias e difamações que atentam contra a sua honra”.

“Essas acusações, falsas e mentirosas, provocaram-me grande indignação e perplexidade”, reagiu o ministro em nota. ●

Interna tem 30 profissionais exclusivamente dedicados a esse trabalho, além de outros 20 auditores externos da KPMG.”

O coordenador de comunicação a empresa na Alemanha, Thomas Mückeit, disse por telefone ao Estado que a matriz também não se pronunciaria. “É preciso ter muito cuidado ao confiar nestas declarações, porque Gebauer não é uma pessoa confiável.” Segundo ele, a promotoria está investigando o caso e ainda não há conclusões sobre outros envolvidos no escândalo. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os fenômenos do mundo têm alguma relação com a Amazônia. Tudo está interligado. O que acontece em outras partes do mundo interfere na Amazônia e a Amazônia interfere em outros fenômenos naturais pelo mundo afora.

Palavras de quem sabe o que diz. Palavras de um cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA. Palavras de um técnico da Amazônica, que conhece a Amazônia, ali vive, ali aprendeu o verdadeiro significado da Região.

São Palavras do pesquisador Geraldo Mendes, especialista em Bioaquática e em ictiologia.

São Palavras de advertência? Sim, são palavras de advertência

Registro aqui, aproveitando esta oportunidade, a elogiável e heróica ação da Prefeita Cildra Andrade, do município de Silves por ocasião da seca de rios do Amazonas.

Ela resolveu acompanhar a equipe médica de Silves, atravessando a pé o Lago do Canaçari, que se transformara em imenso campo alagado durante a vazante.

A Prefeita quis ir, pessoalmente, com a equipe de saúde, para ver de perto o que estava se passando nas áreas mais distantes, atingidas pela seca.

Ela e a equipe faziam diariamente caminhadas de até três horas, carregando equipamentos e medicamentos nas costas. Nos locais atingidos, as equipes procuravam ensinar os ali residentes sobre ações que deveriam ser adotadas para não só enfrentar a difícil situação, como, também e principalmente, quais as medidas profiláticas que deveriam cumprir.

Parabéns à Prefeita Cildra, de Silves. É assim que se faz na hora em que é necessário.

Dou prosseguimento a este pronunciamento, para referir-me a um problema que, não sendo de Ma-

naus, causa prejuízos de vulto às indústrias do Pólo Industrial da Suframa. Refiro-me à pirataria de discos, dvds e produtos eletrônicos contrabandeados e que representam uma movimentação equivalente a 62% do mercado desses produtos no Brasil.

Com a pirataria, são prejudicados também outros segmentos industriais, como o de brinquedos, pela concorrência desleal do contrabando.

Chamo a atenção para o fato, alarmante, de que, com essa ação pirata, já foram fechadas no Brasil 31 fábricas, nos últimos três anos, coincidentemente os três anos do Governo petista do Presidente Lula.

Até quando vai perdurar a passividade do Governo diante desse absurdo comércio pirata, portanto ilegal?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto eu gostaria de falar sobre Mário Covas, de saudosa memória, além de grande político e administrador, deixou um exemplo na ética política: sempre pôde voltar a sua casa de cabeça erguida, fosse ela a que dividia com os familiares, fosse a sua casa o partido, fosse o Palácio dos Bandeirantes, fosse o Brasil.

Essas expressões foram lembradas pelo Prefeito de São Paulo, José Serra, no dia 24 último, ao participar de solenidade em defesa da ética na política, realizada na sede da Fundação Mário Covas, em São Paulo.

Nessa palestra, o Prefeito paulistano faz uma incursão sobre o conceito de ética na política, texto que incorporo a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O texto vai em anexo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Discurso do prefeito José Serra em 24/10/2005, em São Paulo, em evento da Fundação Mário Covas em defesa da Ética na Política.

A etimologia de “ética”, que remete à palavra grega “ethos”, designa mais do que um conjunto de práticas ou de hábitos. Se formos investigar a palavra, vamos descobrir que ela guarda relação com o domicílio: é o lugar para onde poderemos sempre regressar porque nos acolhe. Mário Covas deixou um exemplo de ética na política: sempre pôde voltar a sua casa de

cabeça erguida, fosse essa casa aquela que dividia com seus familiares, fosse a sua casa o partido, fosse a sua casa o Palácio dos Bandeirantes, fosse o Brasil. Temos de tê-lo sempre como um referencial permanentemente atualizado. Farei agora dez comentários sobre a ética, com minha visão e naquela que considero do PSDB.

Primeiro

A ética na política, hoje em dia, segue estranhos caminhos. Aprendi com Kant que um princípio só é bom se pode ser generalizado. **Ninguém tem licença para ser aético.** Os dias andam turvos. Há aqueles que pretendem ter licença especial para ser aéticos na suposição de que outros já foram antes. **Não querem generalizar o bem; preferem pedir licença para generalizar o mal.**

Segundo

Não pode existir ética na política quem não fundamenta a sua ação para garantir a liberdade, a igualdade e a justiça. Quem torna o povo cativo da falsa caridade, transformando recursos públicos em demagogia eleitoreira, não é ético; quem cria uma sociedade em que alguns são mais iguais do que outros não é ético; **quem solapa as bases do Estado de Direito e, assim pratica injustiça, não é ético.**

Terceiro

Em Aristóteles, vamos encontrar a ética intimamente ligada a duas palavras que eram muito caras a Mário Covas, que são muito caras ao PSDB, que me são muito caras: “perícia” e “sensatez”. Ora, olhemos à nossa volta, pensemos nos dias que correm: quantos são os males que temos vivido porque falta a sensatez? Quantas são as agruras porque temos passado porque falta “perícia”?

Quarto

Transforma-se com frequência, a ética num discurso meramente retórico, quase num diversionismo. Peguemos exemplos: **um conjunto de fatores climáticos deixou seca a maltratada Amazônia. Mas foi a imperícia que levou fome à população ribeirinha. Foi a insensatez que fez com que os recursos não chegassem a tempo.** Ou temos claro que estamos falando de ética, ou não entenderemos que a ética diz respeito ao homem comum. Peguemos o exemplo da aftosa. **O vírus está na natureza. Mas ele só faz adoecer o rebanho se, de novo, a insensatez e a imperícia se juntam contra a ética da administração pública.**

Quinto

Os jornais todos noticiaram que a eleição do presidente da Câmara exigiu, em liberação de recursos do Orçamento, R\$ 1,5 bilhão. Para a seca na Amazônia, foram liberados R\$ 30 milhões. Só pode haver ética onde há perícia. Não têm sido freqüentes, no Brasil, infelizmente, nem uma coisa nem outra.

Sexto

A ética na política, como vêem, não é uma prática ou um discurso que só interesse a políticos. Ao contrário: sua destinação e objetivo primeiros têm de ser o conjunto da população, aqueles que delegam ao Estado parte de seus recursos, por meio de impostos, parte de sua liberdade, por meio das leis, parte de suas esperanças, por meio da militância política e da organização social, para que possamos promover o bem comum. Para que possamos, então, com sensatez, com perícia, promover mais liberdade, mais igualdade, mais justiça.

Sétimo

Infelizmente, o que temos visto é uma justiça que, muitas vezes, parece não ter receio de ser injusta; são os homens públicos que, antes de se regozijar com a liberdade, querem tolhê-la; são governantes que, sob o pretexto de promover a igualdade, aprofundam-na, tentando chamar a indústria de miséria de distribuição de renda. O PSDB tem um papel fundamental nessa história. Está provando que é possível fazer uma outra política. E vamos fazê-la.

Oitavo

Antes, os supostos monopolistas da ética, batiam no peito e depois apontavam o dedo acusador contra o adversário: “Nós somos éticos, vocês não são”. Falavam-no, embora lhes faltasse perícia, embora lhes faltasse sensatez. Caída a máscara, pretendem pôr a mão no nosso ombro, dividindo conosco o fardo, para declarar:

“Somos todos iguais. Não somos, de fato, melhores do que ninguém. Mas também não somos piores” Falso!!!

Não somos iguais coisa nenhuma! Rejeito o parentesco, rejeito a semelhança: o PSDB não aparelhou o Estado; o PSDB não promoveu uma rede de corrupção nas estatais; o PSDB nunca confundiu Estado, Partido e Governo; o PSDB não converteu a prática de caixa 2 num sistema, tampouco recorreu ao dinheiro público para criar uma malha de cooptação no Congresso. O PSDB, sobretudo, sempre admitiu seus defeitos, sempre procurou melhorar e jamais se disse o dono da verdade. Temos, como disse no dia em que venci a eleição, altivez na derrotada e humildade na vitória. Não somos iguais, não. Somos muito diferentes. O PSDB acima de tudo, não procura fazer baixa exploração da crise política, como sempre tentaram fazer conosco, e é até mal interpretado por isso.

Nono

É conveniente que não confundam a nossa disposição para evitar uma crise que pode ser ruim para o Brasil com fraqueza, com tolerância com os que pretendem redigir o seu próprio manual de ética, segundo o duplispensar orwelliano, em que liberdade é escravidão e ética é bandalheira. Porque não conseguirão nos arrastar para tal confusão. O Brasil saberá que é outra a nossa visão do mundo, é outra nossa política, é outra a nossa época.

Décimo

Todos sabem que votei “Sim” no referendo porque acredito que seria melhor para o Brasil. Mas compreendo a reação dos brasileiros. Estão também indignados com a incúria de certas políticas oficiais que só são sensatas na retórica, que só exibem perícia no discurso. A população mandou um importante recado nas urnas: cobra um Estado mais eficiente e que cumpra com mais determinação o que está, em suma, contratado, combinado. Nesse referendo, estive com a minoria. Mas sei reconhecer quando a maioria emite um claro sinal. No fim das contas, ela está cobrando mais sensatez, mais perícia, mais ética. Que o PSDB de Mário Covas e de todos nós saiba entender esse recado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de quinta-feira, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 27, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência

da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 18-11-2005

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 477, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004
COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 370, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal *The New York Times*, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das

bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

19

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

20

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)

(OS Nº 17438/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PSDB – SP) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio por quinze minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamente por levar a sério a revista **Veja** como levo a sério a imprensa brasileira, apresentei à CPI dos Bingos requerimento convocando o Sr. Rogério Buratti, o Sr. Vladimir Poletto, o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o Sr. Roberto Colnaghi, dono do avião Sêneca que teria transportado o dinheiro – já

que teve o dinheiro sujo da cueca, esse agora é o dinheiro bêbado que vem em caixa de bebida de Cuba –, o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, empresário, dono da locadora que alugou o Ômega preto blindado, o motorista Eder Eustáquio Soares Macedo, a Sr.^a Sueli Ribas Santos, o Sr. Chaim Zaher, o Deputado José Dirceu, que, à época, presidia o PT, e convite para o diplomata Sérgio Cervante, que já serviu em Brasília, já não está aqui, por ser estrangeiro, mas convidado para que ele venha, uma vez que morou tanto tempo no País, prestar a sua homenagem às leis brasileiras. São as providências que devemos tomar.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Arthur Virgílio, está convidando e convocando para?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para a CPI dos Bingos, para esclarecer denuncia séria que, aliás, Senador, é a quinta envolvendo dólares para o PT. Uma que ficou nas brumas do folclore, a de Kadafi. A segunda, a das Farc – o jornal **Correio Braziliense**, em sua primeira página no domingo, denunciou em notas garrafais um treinamento das Farc aos narcoguerrilheiros e aos militantes do MST em uma fazenda no Paraguai, misturando tudo, misturando sem-terra com narcotráfico. Está uma beleza aquilo ali! É um quadro que dá um filme com roteiro de Gabriel Garcia Marques. Mas aqui perto, nas nossas barbas. A terceira foi aquela operação **back to back** – Marcos Valério deposita R\$ 10 milhões via doleiro na sua conta no exterior, a pessoa jurídica do Banco Rural, vai para a conta de Duda no exterior, e aqui eles emprestam o correspondente a isso em reais para o PT. Ou seja, qualquer pé-rapado poderia receber aqui porque não era para ser pago aqui, porque foi pago lá. É a chamada operação **back to back**. A quarta foi aquela denúncia da ex-esposa do Deputado Valdemar Costa Neto, referindo-se ao dinheiro de Taiwan. A quinta é essa de Cuba. A sexta poderá vir aí, estou checando, não quero falar nada levemente, mas já há indícios de uma sexta com implicações de política externa grave. Ou seja, o quadro é de absoluta desmoralização para o Partido que se dizia o dono da verdade, o dono da ética, o dono da moral deste País.

O Planalto anuncia que armou uma estratégia para o confronto com a Oposição e, incrivelmente, também com a imprensa brasileira. Segundo o noticiário, o esquema – para não usar eufemismos – é pura ditadura, ao menos pelo que passa pela cabeça de Lula, que já prometeu seguir a linha do Presidente Hugo Chaves, da Venezuela. Está nos jornais de hoje.

O Brasil já sabia das preferências do Presidente Lula, em que espaço para a democracia significa mera tolice. Agora, aí está a confirmação dita por ele mesmo,

o próprio Presidente Lula. Por não aceitar a democracia, ele e o PT fazem o que supõem ser ameaça...

Não estamos tremendo de medo! Acredite nisso, Presidente Lula! Não estamos tremendo de medo!

Afinal, o quê quer o Presidente? Que a Oposição, a imprensa e o povo brasileiro fiquem calados? Missão impossível! Todo santo dia há um fato delituoso novo. Não é o que estamos vendo?

No final da semana, a reportagem da revista **Veja**, com denúncia de US\$3 milhões vindos de Cuba para a campanha de Lula... A quinta envolvendo dinheiro do exterior para o Partido dos Trabalhadores e suas campanhas. Hoje, na **Folha de S. Paulo**, outra denúncia: a contabilidade paralela na Prefeitura de Ribeirão Preto: o Ministério Público dispõe de documentos que trazem novos indícios de que a segunda gestão petista na Prefeitura de Ribeirão Preto, 2001 a 2004, manteve uma contabilidade paralela que pode ter ajudado a engordar o caixa 2 do Partido em 2002.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que tudo isso, que compõe o maior esquema de corrupção jamais visto no Brasil, precisa, no mínimo, ser apurado. Quem devia mandar apurar? O Governo, é claro! Mas não. Lula e os petistas reagem, atiram pedras ocas por toda parte, dizem que a **Veja** seria um panfleto da Oposição e que tudo é mentira. Então é mentira a cueca; é mentira o que disse Roberto Jefferson; é mentira tanta cassação de mandatos, é mentira a queda de José Dirceu. Tudo é mentira, mas tudo aconteceu. Dezenas de demitidos no Poder Executivo, dezenas de Deputados com ameaça de cassação, alguns renunciando. E essa via-crúcis que terminará com a cassação do mandato do ex-Ministro José Dirceu.

É exatamente como nas vezes anteriores: desmentem, mas depois tudo se confirma.

Além de manter-se na retranca, o Governo Lula vem com esses disparates do tipo “partir para o confronto” ou joga essa asneira de seguir a linha Hugo Chávez. Não sei qual é a pior asnice.

Presidente, este País se chama Brasil. Lutamos, inclusive com a sua ajuda, para que nunca mais tivéssemos um ditador por esses nossos meridianos e paralelos. De repente, quem vem com essas idéias mirabolantes? Aquele que um dia ajudou na luta pelo restabelecimento do Estado de direito: o Presidente Lula. Saia dessa, Lula, e saia logo, antes que seja tarde.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que o povo brasileiro já não está suportando viver esse clima, esse mal-estar que só aumenta a cada dia acaba se transformando em reação à figura do chefe do Governo atual e de seu Partido. Vamos ser francos, bastante francos, Senador Tasso Jereissati, ninguém agüenta

mais ouvir falar no nome de Lula. Somos até mais pacientes do que a população lá fora. A população lá fora não agüenta mais ouvir falar no nome de Lula. É fato. É o que ouço e recolho das ruas.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Salvo os ouvidos da Senadora Serys...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Senadora nem está aqui. Ainda agora ela fez umas caras esquisitas, enquanto eu cumpria meu dever de denunciar a ameaça a minha família. Não é cara esquisita que vai resolver coisa nenhuma, o que vai resolver mesmo é dizermos ao Presidente que Sua Excelência está enfadando, cansando o povo brasileiro. É, sem dúvida alguma, a figura mais chata da mídia brasileira, não tem ninguém mais; ganha qualquer concurso de chatices. Quando ele aparece, as pessoas dizem: não agüentamos mais, lá vem ele. E com criancinha no colo, beijando velhinha. Ô que coisa mais chata! Ele é um chato! Aqui para nós: é um chato de galochas. E tome a abraçar velhinha, e tome a perceber o repúdio. Ainda tem algum voto naquelas zonas de bolsões onde continuam vigorando os programas sociais que recebeu do Governo anterior, no resto todo ele perde, sinal de que vai perder até lá quando chegar o momento da eleição.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Faça-lhe justiça. Os programas de pobreza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Verdade. O Senador Antonio Carlos teve uma participação e forçando a barra para dentro do Governo, isso é verdade mesmo, forçou e provou, faço justiça a V. Ex^a e faço justiça à Ministra Marina, que também exerce destacado papel, infelizmente num Governo frouxo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur, ledo engano. Em Guariba, que foi o ícone, o *marketing*, derrotamos o PT lá facilmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E já construíram os banheiros que prometeram lá? Aqueles banheiros com torneiras douradas?

Como este é o País democrático de hoje, ninguém pensa em derrubar o Presidente. Mas, também e principalmente, ninguém no Brasil democrático de hoje, aceita passivamente esse avanço no dinheiro público; nem aceita dinheiro espúrio para eleger presidente da República brasileira. Repito e acrescento: alguém precisa dizer ao Presidente que a Oposição não é feita de tolos e muito menos o povo brasileiro deve ser considerado assim.

Até aqui este é o cenário deste Governo que aí está. O PT pintou e bordou para em seguida desmentir sem nenhuma cerimônia, soltando faíscas e dizendo que tudo era invenção.

Tudo era invenção, mas só na fala petista.

Tudo, na verdade, se confirmou.

A mais recente história é essa do dinheiro de Cuba. O Brasil todo leu a denúncia publicada por **Veja** com muita precisão jornalística.

Essa e as muitas outras são denúncias sérias, que, por isso, devem e precisam ser apuradas.

Se o Palácio do Planalto reage e se afasta da apuração do mesmo jeito que o diabo foge da cruz, tanto pior.

Aja o Presidente como bem entender, ele e seus amigos petistas. O normal seria uma reação que viesse ao encontro da apuração das denúncias.

Não veio. Então, a Oposição continuará cuidando disso.

Estou mais do que seguro de que a postura da Oposição, que quer apurar tudo tintim por tintim, é a mesma da população brasileira.

E mais: não se iludam Lula e seus já poucos seguidores. Não abriremos mão disso em nome da democracia. A democracia exige que se passe o País a limpo.

A democracia precisa não apenas ser preservada. É necessário também que a democracia brasileira seja digna e não um pano de fundo, um pano sujo, uma cueca de dólar em que o PT e o Presidente Lula se julguem detentores de poderes ilimitados para seguir nessa linha, que não é a nossa e, muito menos, a que a sociedade brasileira deseja.

Olhamos para o País e o que constatamos é uma sintonia geral do nosso povo pela democracia, pela correção na gestão pública e pelo desenvolvimento nacional. Não pensamos em mensalões, em aviões de luxo para os périplos presidenciais, nem, muito menos, em conexões internacionais para fazer caixa dois, caixa três, caixas mil.

Nós, que fazemos uma Oposição séria, estamos muito seguros de que a grande verdade brasileira repele a tática atual, desse Lula que tem duas vias. Com a primeira via, supõe levar o povo a acreditar que tudo vai bem.

Que tática é essa, que prefere distribuir ilusões? Que tática é essa, feita à custa de programas sociais que poderiam ser sérios? E que, em qualquer Governo também sério, também teria lugar garantido.

Mas só como complemento. Em Governo sério.

No Governo Lula, que vai perdendo a seriedade, se é que ainda tem alguma, o complemento é só o que há e é só o que existe.

Sigo na descrição das duas vias.

Agora, a segunda.

O que vem a ser essa segunda via? É o esquema de um grupo comprometido apenas com o Poder.

O esquemão que passa longe de qualquer programa de Governo ou de País.

Só que, de repente, solta-se um parafuso e tudo vem abaixo, deixando o rei nu, tentando se vestir às carreiras e às custas de mais bravatas. Como essa de implantar uma Republiqueta-Chavez para substituir a Grande República Brasileira Democrática de que desfrutamos hoje.

A Grande República Democrática é a que nós queremos preservar. Nós, os da banda lúcida e séria, que pensamos com respeito um povo sério, que imaginamos com seriedade o povo brasileiro.

Não vamos deixar que a outra banda jogue tudo a perder.

Anote em seu caderninho, Presidente Lula. Isso é definitivo. Por isso, repito: anote isso em seu caderninho, em letras de forma.

Estou anexando a este pronunciamento as notícias do dia, do que vem sendo publicado acerca dessas anomalias políticas, cujo sinônimo se chama governo petista do Presidente Lula.

Sr. Presidente, ainda há pouco fiz uma denúncia, e aqui está um alto dirigente da Força Sindical, aliás meu conterrâneo, Sr. Carlos Lacerda. E faço um apelo ao ilustre visitante no sentido de que leve o Sr. Gil, da Força Sindical, a confirmar nome, endereço, procedência de um suposto ex-policia que, na minha terra, Manaus, estaria oferecendo ao Sr. Gil R\$100 mil para que ele dissesse algo que denegrísse a minha imagem como homem público. R\$100 mil! Deve ser dinheiro roubado, deve ser dinheiro do Delúbio. E Gil teria dito algo no sentido de que é isso mesmo, que não tem mesmo o que dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, posso pedir licença a V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como Corregedor da Casa tomarei providências hoje. Já pedi à Polícia Federal que identifique a pessoa e providencie a abertura de processo competente, além das providências que V. Ex^a solicita ao convidado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nessas coisas, meu prezado Carlos Lacerda, eu sou como o Diogo Mainardi da **Veja**: se confiam em mim, me dizem algo e eu achar que não deve ficar só entre dois, eu passo tudo para a Nação, ou seja, não trabalho em *off* – não sou jornalista; eu trabalho em *on*. Então, até aí não me preocupa, porque vasculhar a minha vida pode até dar a essas pessoas, quem sabe, a sensação de que eles podem recuperar-se, em lidando com a vida de uma pessoa decente.

Seria bom se eles lessem e seguissem o meu exemplo. Agora, disseram coisa pior: que sabiam dos passos da minha família, da minha esposa e dos meus filhos. E eu disse, ainda há pouco, exaltado, e agora repito, sem nenhuma exaltação, tudo o que disse há pouco: duvido que exista neste País uma pessoa – pode ser o Presidente Lula, o Delúbio, os seguranças do Lula, qualquer um – que tenha coragem, ousadia física, de fazer mal a um filho meu, ou a minha esposa, sem que eu cobre do jeito que eu achar que devo, como homem, uma resposta muito drástica para uma afronta desse tipo.

Hoje, ao chegar em casa, minha filhinha de dez anos estava brincando na porta de casa; ela vai continuar brincando na porta de casa, vai continuar andando sem segurança, vai continuar andando como sempre andou. Eu duvido... Na China não teria ninguém com coragem. Imagine aqui, com apenas 180 milhões de brasileiros. Na China, onde há 1,2 bilhão de pessoas, não há ninguém com coragem para isso; imagine aqui, onde só existem 180 milhões de brasileiros e menos de 90 milhões de homens! Então, não há nenhum com coragem para fazer isso – do Lula aos demais.

Peço, meu prezado Carlos Lacerda, nome, endereço e procedência do vagabundo. Espero que não haja dedo oficial nisso. Quero essa figura na cadeia. Não é para se esconder coisa alguma. É para se enfrentar com coragem! Se isso é uma tática para intimidar – que intimida cá e intimida acolá –, eu já disse ainda há pouco que mexer comigo e com os meus valores, sobretudo envolvendo a minha família, é tão grave e dá uma confusão tão feia quanto passar a mão no bumbum da namorada do Mike Tyson em um bar. Eu disse isso ainda há pouco e estou repetindo.

Portanto, Sr. Presidente, estou tranqüilamente me definindo. Sou uma pessoa de definições. Minhas definições são de todos os tipos. Há definição ética, psicológica, política, definição física. Não levo desaforo para casa de ninguém mesmo. Se eu sentir que é para devolver, eu devolvo de qualquer jeito. Quem me conhece sabe que é desse jeito; quem não conhece passa a saber que é assim.

Então, quero mesmo que V. Ex^a tome as providências e sei que V. Ex^a vai tomá-las. Que o Ministro Márcio Thomaz Bastos veja isso – tomara que não tenha ninguém oficial, porque senão será o pior pesadelo da vida deles.

Eu respeitei o filho do Presidente Lula até o presente. Eu evito, falo em Gamecorp, eu evito. Eu respeitei a filha do Presidente Lula. Venci o debate com o deputado lá na Executiva do Partido e fui apoiado nisso pelo então presidente do Partido, hoje novamente presidente, José Serra, dizendo que a moça tinha sofrido

demaís, que eu não queria que tocassem para frente aquilo. Então, é uma loucura da parte do Presidente, se ele imagina que pode permitir uma coisa dessas; uma loucura que não me deixaria alternativa a não ser cobrar a resposta, política, jurídica e fisicamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu vou repetir. Permita-me e me dê tempo. Política, jurídica e fisicamente qualquer tipo de atentado a alguém ligado à minha família.

Essa gente, portanto, fique sabendo bem com quem está lidando. Eu vou repetir aquele filósofo ca-

rioca que foi cassado outro dia: "Tem certas coisas que despertam os meus piores instintos". Então, acho muito bom eles saberem até onde vão, porque eu sei até onde vou, desde que não mexam nesses valores que ameaçaram mexer em Manaus. Se mexerem, vão ver que eu próprio não sei até onde vou.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



FOLHAONLINE

31/10/2005 - 09h42

Denúncias sobre "dinheiro de Cuba" ameaçam Lula, afirma "La Nación"

da **BBC Brasil**

O jornal argentino "La Nación" afirma nesta segunda-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está ameaçado por mais uma denúncia —a de que sua campanha presidencial recebeu dinheiro de Cuba.

O jornal argentino afirma que, após alguns dias sem grandes denúncias, tinha-se a impressão de que a crise no governo Lula poderia ter chegado ao fim.

Mas o jornal lembra que a reportagem da revista "Veja" pode servir de munição para uma campanha da oposição.

Já o "Clarín", também de Buenos Aires, afirma que a nova denúncia feita pela revista "Veja" desta semana abre espaço para a oposição pedir um processo contra o presidente.

E o jornal espanhol "El País" destaca declarações do governo cubano de que "tais mentiras visam desviar a atenção do público da visita do presidente americano George W. Bush ao Brasil nos dias 5 e 6 de novembro".

Especial

- [Leia o que já foi publicado sobre o presidente Lula](#)
- [Leia a cobertura completa sobre a crise em Brasília](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u47662.shtml>

Links no texto:

Leia o que já foi publicado sobre o presidente Lula
<http://busca.folha.uol.com.br/search?q=%22Luiz+In%20cio+Lula+da+Silva%22&site=online>

Leia a cobertura completa sobre a crise em Brasília
<http://www1.folha.uol.com.br/foiha/especial/2005/criseembrasil/>

- **ROGÉRIO BURATTI:** TRABALHOU NA PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - CONFIRMOU A HISTÓRIA À VEJA; FOI CONSULTADO POR RALF BARQUETE, A PEDIDO DE PALOCCI, SOBRE COMO FAZER PARA TRAZER 3 MILHÕES DE DÓLARES DE CUBA
- **VLADIMIR POLETO:** EX-AUXILIAR DE PALOCCI NA PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO – CONFIRMOU A HISTÓRIA À VEJA; TRANSPORTOU O DINHEIRO PESSOALMENTE DE BRASÍLIA A CAMPINAS; NA OCASIÃO, NÃO SABIA QUE LEVAVA DINHEIRO
- **DELÚBIO SOARES:** EX-TESOUREIRO DO PT – TERIA RECEBIDO O DINHEIRO NO COMITÊ DE LULA NA VILA MARIANA
- **ANTÔNIO PALOCCI:** “NÃO OUVI FALAR NADA SOBRE ISSO. ME PARECE ALGO MUITO FANTASIOSO”
- **SÉRGIO CERVANTES:** JÁ SERVIU COMO DIPLOMATA CUBANO NO RIO DE JANEIRO E EM BRASÍLIA; DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA - FICOU COM A GUARDA DO DINHEIRO EM BRASÍLIA
- **ROBERTO COLNAGHI:** EMPRESÁRIO – DONO DO AVIÃO SENECA; É UM DOS SÓCIOS DO JATO CITATION QUE FICAVA A DISPOSIÇÃO DE PALOCCI DURANTE A CAMPANHA DE LULA
- **ROBERTO CARLOS KURZWEIL:** EMPRESÁRIO – DONO DA LOCADORA QUE ALUGOU O ÔMEGA PRETO; TAMBÉM CEDEU OS SERVIÇOS DO MOTORISTA ÉDER MACEDO, À ÉPOCA, SEU FUNCIONÁRIO
- **ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO:** MOTORISTA – AJUDOU A COLOCAR AS CAIXAS COM O DINHEIRO NO ÔMEGA PRETO E DIRIGIU O CARRO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS ATÉ SÃO PAULO, ONDE A ENCOMENDA FOI ENTREGUE PARA DELÚBIO SOARES; HOJE TRABALHA COMO MOTORISTA DA REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO
- **SUELI RIBAS SANTOS:** VIÚVA DE RALF BARQUETE – EM DESABAFO, CONFIRMOU QUE “ELES PEGAVAM DINHEIRO ATÉ DE CUBA”
- **CHAIM ZAHER:** EMPRESÁRIO – OUVIU O DESABAFO DA VIÚVA DE RALF BARQUETE
- **DEPUTADO JOSÉ DIRCEU** – À ÉPOCA, PRESIDIA O PT

*Pontuação
Para Comunicação de Liderança*

O Planalto diz que armou uma estratégia para o confronto com a oposição e, incrivelmente, também com a imprensa brasileira. Segundo o noticiário, o esquema, para não usar eufemismos, é de pura ditadura, ao menos na cabeça de Lula, que já prometeu *seguir a linha do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela*. Está nos jornais de hoje.

O Brasil já sabia das preferências do Presidente Lula, em que espaço para a democracia é tolice. Agora, aí está a confirmação, dita por ele mesmo, o Presidente Lula. Por não aceitar a democracia, ele e o PT fazem o que supõem ser ameaça.

Não estamos tremendo de medo, acredite, Presidente Lula. Não estamos tremendo de medo!

Afinal, o que quer o Presidente? Que a oposição, a imprensa e o povo brasileiro fiquem calados? Missão impossível! Tod santo dia, há um fato novo. Não é o que estamos vendo?

No final de semana, a reportagem da *Revista Veja*, com a denúncia dos US\$ 3 milhões vindos de Cuba para a campanha de Lula.

Hoje, na *Folha de S.Paulo*, outra denúncia: a contabilidade paralela na Prefeitura de Ribeirão Preto: o Ministério Público dispõe de documentos que trazem novos indícios de que a segunda gestão petista na Prefeitura de Ribeirão Preto (2001-2004) manteve uma contabilidade paralela que pode ter ajudado a engordar o caixa dois do partido em 2002.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que tudo isso, que compõe o maior esquema de corrupção jamais visto no Brasil, precisa, no mínimo, ser apurado.

Quem deveria mandar apurar? O Governo, é claro!

Mas, não.

Lula e os petistas reagem ~~contra~~, atiram pedras ocas por toda a parte, dizem que a *Veja* é um panfleto da oposição e que tudo é mentira.

Exatamente como nas vezes anteriores. E depois tudo se confirma.

Além de se manter na retranca, o Governo Lula vem com esses disparates do tipo *partir para o confronto* ou *joga essa asneira de seguir a linha Hugo Chávez* - Não sei qual é a pior asni-ce.

Presidente, este país se chama Brasil. Lutamos, inclusive com a sua ajuda, para que nunca mais tivéssemos ditador por esses nossos meridianos e paralelos. E, de repente, quem vem com essas idéias mirabolantes? Aquele que, num dia, ajudou na luta pelo restabelecimento do Estado de Direito.

Saia dessa, Lula. E logo, antes que seja tarde.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula, que o povo brasileiro já não está suportando viver nesse clima. Esse mal-estar, que só aumenta a cada dia, acaba se transformando em reação contrária à figura do Chefe do Governo atual e para o seu partido.

Ninguém agüenta ouvir falar no nome Lula!

Como esse é um país democrático de hoje, ninguém pensa em ~~quer~~ derrubar o Presidente.

Mas, também e principalmente, ninguém, no Brasil democrático de hoje, aceita passivamente esse avanço no dinheiro público. Nem ninguém aceita dinheiro espúrio para eleger *MM* Presidente.

Repito e acrescento:

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que a oposição não é feita de tolos. E muito menos o povo brasileiro deve ser considerado *to* -

Até aqui – este é o cenário desse Governo que aí está – o PT pintou e bordou, ~~roubou e roubou~~, para, em seguida, desmentir, sem nenhuma cerimônia, soltando faíscas e dizendo que tudo era invenção.

Tudo era invenção, mas só na fala petista.

Tudo, na verdade, se confirmou.

A mais recente história é essa do dinheiro de Cuba. O Brasil todo leu a denúncia publicada pela *Veja* com muita precisão jornalística.

Essa e as muitas outras são denúncias sérias, que, por isso, devem e precisam ser apuradas.

Se o Palácio do Planalto reage e se afasta da apuração do mesmo jeito que o diabo corre da cruz, tanto pior.

Aja o Presidente como bem entender, ele e seus amigos petistas. O normal seria uma reação que viesse ao encontro da apuração das denúncias.

Não veio. A oposição cuidará disso.

Estou mais do que seguro de que a postura da oposição, que quer apurar tudo, Tim-tim por Tim-tim, é a mesma da população brasileira.

E mais:

Não se iludam, Lula e seus seguidores: Não abriremos mão disso, em nome da democracia.

A democracia precisa não apenas ser preservada. É necessário também que a democracia brasileira seja digna e não um pano de fundo – um pano sujo - em que o PT e o Presidente Lula se julgam detentores de poderes ilimitados para seguir nessa linha que não é a nossa, muito menos a que a sociedade brasileira deseja.

Olhamos para o País e o que constatamos é uma sintonia geral do nosso povo pela democracia, pela correção na gestão pública e pelo desenvolvimento nacional.

Não pensamos em mensalões, nem avião de luxo para os périplos do Presidente, nem, muito menos, em conexões internacionais para fazer caixa 2, caixa 3, caixas mil.

Estamos, ^{de quem} nós que fazemos uma oposição séria, estamos muito seguros ~~da~~ grande verdade brasileira repele a tática atual, desse Governo Lula, que tem duas vias.

Com a primeira via, supõe levar o povo a acreditar que tudo vai bem.

Que tática é essa, que prefere distribuir ilusões? Que tática é essa, feita à custa de programas sociais que poderiam ser sérios? E que, em qualquer Governo também sério, também teria lugar garantido.

Mas só como complemento. Em Governo sério.

No Governo Lula, que vai perdendo a seriedade, o complemento é o só o que há.

Sigo nas duas vias.

Agora a **segunda**. O que vem a ser essa *segunda-via*? É o esquemão de um grupo comprometido apenas com o Poder. O esquemão que passa longe de qualquer Programa de Governo ou de País.

Só que, de repente, solta-se um parafuso e tudo vem abaixo, deixando o rei nu, tentando se vestir às carreiras e às custas de mais bravatas. Como essa aí de implantar uma República-Chavez no lugar da Grande República-Democrática.

A Grande República-Democrática é a que nós queremos preservar. Nós, os da banda séria, que pensa sério como o povo sério, que é o povo brasileiro

Não vamos deixar que a outra banda jogue tudo a perder.

Anote em seu caderninho, Presidente Lula. Isso é definitivo!

Por isso, repito, anote isso em seu caderninho. Em letras de forma.

Estou anexando a este pronunciamento as notícias do dia, do que vem sendo publicado acerca dessas anomalias políticas, cujo sinônimo se chama Governo Petista do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer.

ANEXOS

Caixa 2

Oposição quer investigar dinheiro de Cuba em CPI. E o começo seria Duda Mendonça

31 de Outubro de 2005

A oposição deve definir nesta segunda-feira uma estratégia diante da informação de que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu 3 milhões de dólares de Cuba. Deputados e senadores do PSDB e do PFL querem apurar a história convocando todos os envolvidos para depor em uma das CPIs em andamento no Congresso.

A linha de investigação a ser adotada pelos partidos de oposição pretende basear-se em três suspeitas de crime: dinheiro gasto e não declarado, o que contraria a Lei Eleitoral; pagamentos em contas no exterior sem comunicado à Receita Federal, o que indica crime contra a ordem tributária, e um partido, o PT, beneficiado por recursos externos. Essa prática é proibida pela Lei dos Partidos Políticos e prevê como pena a cassação do

registro da legenda.

Para os parlamentares, a lista dos depoentes deverá incluir o ministro da Fazenda Antonio Palocci, um dos coordenadores da campanha de Lula. Em entrevista a **VEJA** desta semana, o ex-assessor Rogério Buratti diz que foi consultado a pedido de Palocci sobre como trazer para o país 3 milhões de dólares de Cuba.

Para muitos parlamentares, a Investigação-chave deve concentrar-se nos gastos com publicidade e nos pagamentos feitos ao publicitário Duda Mendonça. Ele admitiu ter recebido 9,5 milhões de dólares por uma offshore nas Bahamas, com conta em Miami. "Duda diz que recebeu no exterior por serviços prestados em 2003 ao PT, não em 2002, durante a campanha presidencial. A investigação completa das contas de 2002 vai mostrar que foram pagamentos para a campanha", disse o deputado tucano Eduardo Paes (RJ), da CPI dos Correios ao jornal O Estado de S.Paulo. Para o tucano, a "oposição foi até agora conivente com a irresponsabilidade do PT e do governo. Blindamos o Lula quando não investigamos o suficiente para mostrar que certas determinações legais foram descumpridas na campanha."

Segundo o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), a representação que a oposição apresentará ao Ministério Público nesta semana pedirá apuração mais ampla sobre as contas de campanha de Lula. Virgílio diz que o MP deve entrar no caso após os envolvidos prestarem depoimento nas CPIs.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro Antonio Palocci (Fazenda) conversaram por telefone no sábado para discutir a estratégia adotada a partir de agora. A preocupação de Lula é que seu nome seja envolvido de forma mais direta na crise política. Se comprovado o envio de dinheiro de Cuba ao PT, o partido pode ter seu registro cancelado e Lula não poderia concorrer à reeleição no ano que vem.

VEJA - Reportagem de **VEJA** desta semana informa que o comitê eleitoral de Lula recebeu 3 milhões de dólares do governo cubano entre agosto e setembro de 2002. A reportagem descreve ainda qual teria sido o percurso do dinheiro até São Paulo - o transporte foi feito em três caixas de bebida que chegaram a Brasília, foram levadas para Campinas e entregues em São Paulo para o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

As duas fontes citadas na reportagem são Rogério Buratti - que recentemente denunciou um suposto esquema de propinas na prefeitura de Ribeirão durante a gestão de Palocci - e Vladimir Poletto, outro ex-assessor do ministro da Fazenda. O principal articulador do esquema, citado pelos dois, seria o também ex-assessor de Palocci Ralf Barquete, que morreu em junho de

2004, vítima de câncer.

Lula diz a auxiliares que, se opositores criarem "clima de impeachment", partirá para o ataque

Planalto esboça plano para "guerra" contra oposição

**KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Se a oposição insistir em usar a acusação de que Cuba contribuiu para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o governo vai partir para o confronto.

Quem falou com Lula no final de semana encontrou um presidente contrariado e disposto a referendar uma guerra contra a oposição e setores da mídia.

O presidente acha que a oposição viu que após meses de investigação não encontrou nada de concreto contra ele e tenta agora criar um clima para seu impeachment ou seu eventual afastamento voluntário da sucessão de 2006.

Nas conversas reservadas, Lula disse que, se a oposição levar a sério a tese de impeachment, ele poderia seguir a linha do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que dividiu o país ao meio ao partir para uma luta direta contra a mídia e a oposição de seu país, que tentou, sem sucesso, tirá-lo definitivamente do poder com um golpe, em abril de 2002.

Na avaliação do Palácio do Planalto, se a oposição voltar a entoar o discurso de impeachment de Lula para valer, o presidente e o PT teriam duas saídas:

- 1) bater duro no caso Eduardo Azeredo, senador tucano que quando candidato ao governo de Minas recebeu recursos de Marcos Valério por meio de caixa dois. A tentativa é mostrar que o mensalão teria origem no PSDB;
- 2) ressuscitar suspeitas de corrupção da gestão FHC que o PT deixou de lado na transição de governo com o PSDB em 2002. Relatórios do período de transição permanecem inéditos até hoje por ordem de Lula, que, à época, preferiu não investigar eventuais suspeitas de corrupção para evitar que a economia sofresse. Quando Lula assumiu, havia risco de volta de forte processo inflacionário e desconfiança dos investidores no novo governo.

As informações de como o governo pode partir para um confronto mais duro com a oposição foram transmitidas à Folha por dois interlocutores de Lula que falaram com ele no final de semana.

Eles comentaram possíveis efeitos políticos da reportagem da revista "Veja" que acusa a campanha de Lula de ter recebido clandestinamente ou US\$ 1,4 milhão ou US\$ 3 milhões de Cuba.

A reação do governo às denúncias será o tema principal da reunião de coordenação, hoje, no Planalto. Segundo um assessor do presidente, o governo estuda duas possibilidades de investigação.

A primeira, caso a avaliação dos ministros seja de que dificilmente surgirão provas concretas para agravar a crise, seria deixar o PT investigar as denúncias.

Caso a avaliação seja de que a repercussão é perigosa e ameaça envolver o Planalto, a opção do governo deverá ser a de acionar a Polícia Federal nas investigações.

"Linha dura"

À Folha um auxiliar direto de Lula afirmou que a oposição, embora não envolvida com a denúncia, vai querer tirar proveito para enfraquecer o governo. Disse ainda que a "linha dura" venceu.

"Linha dura" é o nome de um grupo de auxiliares do presidente e de membros da cúpula do PT que preferem partir para a guerra com a oposição a tentar algum tipo de entendimento que melhore o clima entre os dois lados.

Nesse grupo, estão os ministros Luiz Marinho (Trabalho), muito amigo do presidente, Dilma Roussef, que tem sido durona na Casa Civil até com colegas de governo, Luiz Dulci (Secretaria Geral), que acha que a oposição infla artificialmente a crise, e membros da cúpula do PT, como o presidente do partido, Ricardo Berzoini, e seu antecessor, Tarso Genro.

Esse grupo "linha dura" vem defendendo uma ação ofensiva do governo e do PT. Até a semana passada, essa ala era confrontada pelos ministros Palocci, Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Jaques Wagner (Relações Institucionais).

Wagner deu entrevista à Folha na última quinta, publicada ontem, defendendo um acordo com a oposição para pôr fim ao que chamou de "guerra fratricida" entre PT e PSDB no Congresso.

O articulador político disse que deveria haver acordo para encerrar as investigações das três CPIs do Congresso até 15 de dezembro e encaminhar tudo o que foi apurado à Justiça, ao Ministério Público e à Polícia Federal.

A posição de Wagner refletia o resultado de uma conversa com Lula na qual ele avaliava que seria melhor tentar diminuir a intensidade da guerra política com a oposição, já que acabar com essa animosidade é praticamente impossível em virtude da antecipação do debate sucessório.

Wagner e Lula avaliaram que a nova Executiva do PT estava adotando uma linha muito dura e que só estimularia o conflito. O ministro chegou a telefonar para o senador Azeredo a fim de dizer que o governo não tinha interesse em dificultar sua vida por causa da revelação de que recebeu R\$ 700 mil de Marcos Valério.

No meio da conversa, Azeredo passou o telefone ao líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), que ouviu de Wagner a ponderação de que PT e PSDB tinham elementos comuns na sua origem que recomendavam evitar uma guerra de destruição mútua.

Nas reuniões internas de governo, em maior ou menor grau, Wagner, Palocce e Thomaz Bastos sempre argumentaram que não interessava a Lula e ao PT criar um clima de guerra tão longe da sucessão presidencial de outubro do ano que vem. No entanto, parecem ter sido vencidos pelos fatos e circunstâncias neste final de semana.

Para complicar, o publicitário Marcos Valério vem chantageando o governo. Ameaçou envolver até Lula em lobby fracassado no Banco Central para tentar receber parte dos R\$ 55 milhões que diz ter emprestado ao PT e que são confirmados pelo ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares.

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ CONEXÃO RIBEIRÃO

Papéis apontam contabilidade paralela na gestão de Palocci e do sucessor dele, também do PT

Ministério Público tem novo indício de fraude em Ribeirão

JOSÉ ALBERTO BOMBIG

ENVIADO ESPECIAL A RIBEIRÃO

ROGÉRIO PAGNAN

DA FOLHA RIBEIRÃO

Documentos em poder do Ministério Público trazem novos indícios de que a segunda gestão petista na Prefeitura de Ribeirão Preto (2001-2004) manteve uma contabilidade paralela que pode ter ajudado a engordar o caixa dois do partido em 2002.

Os papéis, anexados ao inquérito da Promotoria para apurar o caso, revelam movimentações financeiras entre a prefeitura e empresas que não passaram pela contabilidade oficial para o pagamento de serviços - que, segundo a atual administração tucana da cidade, não foram realizados.

Os documentos da contabilidade paralela reforçam a tese de que empreiteiras "laranjas" recebiam da prefeitura e depositavam o dinheiro em outras contas ou repassavam os valores a terceiros, ficando com uma parte a título de comissionamento.

Segundo a revista "Veja", dois ex-integrantes da gestão do ministro Antonio Palocci (Fazenda) na Prefeitura de Ribeirão, Ralf Barquete e Vladimir Poletto, são acusados de terem "operado" na campanha de Lula em 2002. Eles teriam transportado dinheiro de Cuba para o PT. Barquete, morto em 2004, era secretário da Fazenda e Poletto, seu auxiliar direto.

Palocci administrou a cidade entre 2001 e 2002. Deixou o cargo e foi substituído pelo vice, Gilberto Maggioni, que ficou até 2004.

Suspeita

A suspeita do Ministério Público é que o suposto esquema de caixa dois na cidade paulista tenha sido "exportado" para a campanha vitoriosa do petista, da qual Palocci foi coordenador, e drenado recursos da cidade.

No cerne das investigações dos promotores estão dois projetos: Vale dos Rios e Fábricas de Equipamentos Sociais, que consumiram quase R\$ 10 milhões em 2002 sem terem sido concluídos. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) deu parecer desfavorável ao primeiro. O segundo ainda não teve as contas analisadas.

Entre os documentos, há notas fiscais seqüenciadas no valor total de R\$ 47 mil, emitidas em cinco datas ao longo de apenas três meses e uma espécie de planilha de contabilidade paralela.

Há ainda um depoimento à Justiça do Trabalho segundo o qual uma das empresas não tinha poder sequer de contratar funcionários, servindo apenas para movimentar recursos financeiros.

Por meio deles, é possível comprovar a relação entre a administração municipal com uma empreiteira que, segundo a atual direção da Coderp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), empresa controlada pelo município e responsável pelas obras, não consta na contabilidade oficial dos projetos.

Em junho de 2002, o empresário Vicente Muñoz Dias enviou à Coderp uma planilha na qual listou pagamentos feitos a ele, em dinheiro, por Augusto Pereira Filho, superintendente do órgão até abril daquele ano.

Os pagamentos em espécie somam R\$ 10.400, entregues, segundo a planilha, por Pereira Filho. "Pelos registros a Coderp não teve qualquer relacionamento com a Muñoz", diz Ruy Salgado Ribeiro, atual diretor da empresa e presidente do PSDB de Ribeirão. "A prefeitura não pode fazer pagamentos em espécie, e muito menos sem registros contábeis", completa o vereador tucano Nicanor Lopes, autor da representação ao Ministério Público.

Planilha

Diaz encaminhou a planilha -que lista ainda outros pagamentos, pelos quais ele teria recebido comissão-, a Roberto Francóí, que substituiu Pereira Filho na Coderp. Ele solicitava o recebimento de honorários que não teriam sido pagos pelo ex-diretor. O pedido foi negado.

Segundo o empresário, a Muñoz havia sido contratada para trabalhar nas Fábricas Sociais. Um dos coordenadores do projeto era Roberto Costa Pinho, ex-secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos do Ministério da Cultura, exonerado por suspeita de favorecimento.

Pinho também aparece no escândalo do "mensalão", acusado de ter recebido do valerioduto. O outro coordenador era o arquiteto João Filgueiras Lima

Uma seqüência de notas do número 51 ao 55, emitidas por Muñoz entre 6 de setembro e 5 de novembro de 2002 -quando os projetos estavam praticamente suspensos -também integra o material em poder dos promotores. Nesse caso, ele também tentava provar que havia prestado serviço a empresa municipal.

Outra nota anexada ao inquérito é da empresa Gianetti Mão-de-Obra e Montagem de Estruturas Metálicas, também supostamente contratada para os projetos. A empresa registra recebimento de R\$ 45 mil, fora da contabilidade oficial, e faz uma observação: "segue planilha anexa". O documento não foi localizado.

D:\Meus Documentos\COMUNICACAO DE LIDERANCA 2A.FEIRA 311005.doc
Arthur.Virgilio@senador.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, Senador Cristovam Buarque.

Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Srª. Presidente, fui procurado, no fim de semana, pelo Deputado Federal Pauderney Avelino, do PFL, do Amazonas, e por um dirigente de uma associação patronal, para usar uma linguagem petista. Há os empregados, os trabalhadores, e os patrões então, patronal. Fui procurado,

Srª Presidente, por um rapaz da Força Sindical, que espero tenha a hombridade de confirmar o que ouviu. Esse rapaz recebeu oferta de dinheiro de um ex-Policial, e eu vou ter o nome disso tudo, do rapaz, o Gil, o do ex-Policial, que não sei se é alguém que saiu da Polícia expulso por ser matador, sei lá o que era, mas que estava a mando do PT nacional, em Manaus, na minha terra, investigando a minha vida,

Até aí tudo bem, porque não é nada mal o PT tomar conhecimento com a vida de gente decente. Até aí, não há problemas. Pode até servir de exemplo. De repente, começam a me imitar, depois ganham a autoridade que eu tenho para falar como eu falo, até porque estribado na minha vida decente. Isso é ótimo. Até aí tudo bem.

O problema é que o rapaz "rosnou", segundo me disse o Deputado Pauderney e segundo me disseram as pessoas em volta, Srª Presidenta...Srª Presidenta, por favor! "Rosnou", "rosnou" ameaças físicas a mim, aos meus filhos – isso é imperdoável, e a minha esposa.

A mim não. Não sei quem ameaça mais quem, se formos só eu e ele, sozinhos! Mas ameaças a minha família?! Portanto, eu queria mesmo... A gente costuma falar aqui, pede providências ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, e ele não faz coisa alguma. Eu pedi outro dia garantias de vida ao Sr. Ailton, naquele caso Santo André. Será que o Senado pode me responder se já foi o ofício para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, se já foi concedida garantia de vida a um dos poucos sobreviventes daquele caso Santo André? Eu pedi garantia de vida para os irmãos Daniel. Será que ficou por isso? Eu fiz o requerimento e morreu, não fui levado a sério. Daqui a pouco, acontece uma nona morte por enforcamento. Só falta dizer isto: "Assassinado com tiro na nuca... suicidou com um tiro na nuca, ou suicidou com ele próprio se enforcando". Ou será que foi? E que resposta teria dado o Ministro Márcio Thomaz Bastos sobre isso?

O fato é que a coisa chegou em mim. Chegou na pessoa errada. Mexer comigo é a mesma coisa que passar a mão no bumbum da mulher do Mike Tyson em um bar. É a mesma coisa! Eu reajo exatamente como o Mike Tyson reagiria se alguém passasse a mão no bumbum da mulher dele em um bar. Então, é previsível.

Portanto, eu vou saber quem é o vagabundo que está em Manaus. Ele disse que ganhou R\$100 mil para começar esse trabalho. Eu vou saber quem é. Se eu identificar quem é, vou dar uma surra nele, pessoalmente. Eu. Eu, pessoalmente. Não precisa de mais ninguém. Faço eu mesmo. Vou dar-lhe uma surra pessoal e física. Eu mesmo!

Agora, há a questão da minha família, dos meus filhos. Tenho um filho em Manaus. Tenho filhos que vão para Manaus a toda hora, e são menores. Eu quero, portanto, desde já, deixar em alerta esse PT, que falava pela boca do outrora tido como honrado e sei lá o quê, José Dirceu, ao Governo Fernando Henrique, ao dizer que tucano deveria apanhar no voto e nas ruas. Ele tentou corrigir depois, mas disse isso. Então, eu não vou deixar passar nada.

Até pedi minha inscrição como orador, mas para falar de outro assunto. Esse é um assunto menor. Estou agora dizendo que quero que isso seja realmente transmitido ao Ministro Márcio Thomaz Bastos; transmitido a ele. Quero, de verdade, investigação séria e, aliás, que não tenha pessoa do Governo por trás disso. Aliás, eu quero acreditar que não deve ter gente do Governo por trás disso, porque senão, com gente do Governo ou não, a surra pessoal no vagabundo ninguém tira.

Se estivesse sendo ameaçado o meu filho, eu pessoalmente daria uma surra até no Lula, Sr^a Presidente, iria em cima daquelas medalhas do Exército e daria uma surra no Lula. Eu, pessoalmente. Se hou-

vesse ameaça a um filho meu. Ele não se iluda quanto a isso. Nem ninguém se iluda quanto a isso.

Portanto, dentro do que é o meu temperamento... Aliás, eu faço aniversário neste mês; escorpião. As pessoas não devem achar que eu vou desonrar o signo. Está registrado e quero providências. Pedi proteção para o Ailton, e nunca mais a Mesa me disse nada. Daqui a pouco, matam o Ailton, dizem que ele, deprimido, suicidou-se, e ficamos sem saber o que se passou em Santo André. Daqui a pouco, Sr^a Presidente, matam a um e outro daqueles irmãos de Celso Daniel, dizem que se suicidaram também, porque comeram cogumelo.

Estou advertindo, depois de ter ouvido aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, para o fato de que isso parece algo meio consertado. De minha parte, como sempre, estou, completamente à disposição. Lamento não ser o Casanova. Dizem que o Casanova dava a suas amantes toda a satisfação que dou aos meus inimigos, que não podem arrepender-se de serem meus inimigos nunca. Eu sou inesquecível como inimigo. Inesquecível!

Fica, pois, registrado o que disse, e quero saber que providências concretas serão tomadas agora, até porque quero saber se há ou não dedo governamental nisso. A verdade vai aparecer e, se não aparecer, será mais uma demonstração de frouxura de gente frouxa, que não consegue enfrentar a coragem das pessoas corajosas. Eu nasci e vou morrer com coragem para defender as minhas verdades, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Já pedimos à Mesa a verificação dos procedimentos solicitados por V. Ex^a ao Ministro da Justiça.

Esta Presidência defere a solicitação feita pelo Senador José Sarney, por ocasião do seu discurso, que então não havia sido deferida.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quanto à preocupação com a família e à indignação justa que teve o Senador Arthur Virgílio por sofrer ameaça de invasão de sua vida pessoal, solicito à Mesa que encaminhe o pronunciamento de S. Ex^a ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para as devidas providências de investigação, para saber se está ou não havendo violência aos direitos humanos contra a figura do Senador Arthur Virgílio, que é merecedor do mais absoluto respeito e defesa da sua dignidade pública.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, pela ordem, mais uma vez. E sem aquela história de a Taquigrafia melhorar o que eu disse. Quando eu falei “tapa” foi “tapa”. Tudo o que eu falei é para ficar. Está bem. Muito bem! E é isso o que acontece mesmo. A senhora está apoquentada? Mas não fique não. É isso que vai acontecer mesmo. Porque eu tenho paciência, tenho certo limite, e com essa gente eu estou sem nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/ PT – MT) – Eu não estou apoquentada. Só que o senhor já repetiu várias vezes, e já deu para entender.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas é que quem é inteligente compreende antes de mim. Mas eu, como sou burro, para ter certeza de que fui entendido, repito, repito e repito. Outro dia, eu chamei-lhe 17 vezes de alguma coisa ali. Hoje, eu posso dobrar para 49. Daqui a pouco, eu vou ter toda a tribuna do mundo à minha disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/ PT – MT) – Todos nós aqui somos muito inteligentes. Concedo a palavra ao nobre Senador....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a é mais do que eu, mas tem que me ouvir com respeito, e eu não estou aqui para ficar vendo V. Ex^a fazendo essa cara de muxoxo. Como Presidenta, ou não, senta aí, e me ouve com o respeito que qualquer um tem que ouvir quando está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Já lhe ouvi com todo o respeito e volto a ouvir o senhor novamente com outro aparte. Se o senhor fizer um terceiro aparte eu ouvirei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só que é sem muxoxo. O Presidente Renan ouve sem muxoxo, o Presidente Antonio Carlos ouve sem muxoxo, é sem muxoxo. Tem que ouvir feito uma pedra. Esqueça o seu partido e ouça como uma pedra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, eu não o que é muxoxo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muxoxo é fazer assim: “tchich, thich, thich”.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, pela ordem de inscrição.

Ata da 194ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e João Alberto Souza

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/11/2005 07:46:09 até 3/11/2005 20:09:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
PFL	PE	MARCO MACIEL		X					
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PFL	SP	ROMEU TUMA		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X					

Compareceram: 28 Senadores

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 456/GMF

Brasília, 27 de outubro de 2005

Assunto: Art. 42 da Resolução do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2005, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

Aviso nº 459/GMF

Brasília, 31 de outubro de 2005

Assunto: Relatório das Operações de Crédito, Tabela Demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados, Distrito Federal e Relação da Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de setembro de 2005, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Esclareço a Vossa Excelência que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos, juntados ao processado do Aviso nº 9, de 2005, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.862, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, que requer Voto de Aplauso a Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.023, de 2005, fundado no art. 222 do Regimento Interno, o Senador José Jorge pede seja consignado, nos anais do Casa, Voto de Aplauso à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na pessoa de seu representante Jorge Werthein, e ao sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, pesquisador dessa organização internacional, pela publicação, em junho de 2005, do trabalho intitulado “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”, obra que apresenta um aprofundado quadro da situação brasileira, no que tange ao uso indevido e danoso de armas de fogo.

Na justificativa, o ilustre Senador alude às estimativas de que existiriam milhões de armas de fogo no País, o que contribuiria para o constante acontecimento de tragédias. Segundo o estudo da Unesco, um terço dos óbitos de jovens brasileiros ocorre por arma de fogo. Afirma que, diante dessa situação, foi editada a Lei nº 10.826, de 2003, o chamado Estatuto do Desarmamento, que prevê, inclusive, a realização de referendo para que o povo decida sobre a proibição da comercialização de armas de fogo no País.

Do seu ponto de vista, o trabalho publicado pela Unesco, de autoria do sociólogo e pesquisador da entidade Julio Jacobo Waiselfisz, constitui elemento apto para auxiliar o cidadão a fazer sua escolha.

II – Análise

Preliminarmente, cabe registrar que o requerimento em exame está amparado pelo art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, compartilhamos do posicionamento do ilustre requerente. No momento em que o debate acerca da proibição da comercialização de armas de fogo começa a tomar vulto e a ficar acalorado, a publicação da Unesco sobre o assunto não poderia ser mais oportuna.

Sem embargo de se poder inferir do referido trabalho o posicionamento da entidade em relação ao tema que será objeto de referendo, deve-se reconhecer que, inegavelmente, colabora para informar o cidadão brasileiro, que brevemente terá de optar entre a proibição

e a permissão da comercialização de armas de fogo. Além disso, deve-se registrar que o estudo “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”, por ter a chancela de respeitável organização internacional, certamente traz dados fiéis, estatísticas cientificamente corretas e informações confiáveis.

III – Voto

Á vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 1023, de 2005. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Romeu Tuma** – **Rodolpho Tourinho** – **Roberto Saturnino**, Relator – **Marco Maciel** – **José Agripino** – **Tasso Jereissatti** – **Eduardo Suplicy** – **Gerson Camata** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

PARECER Nº 1.863, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, pelo qual se requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 296, de 2005)

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.601, de 2004, por meio do qual se requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovada Moção de Apoio e Solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo, em virtude dos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.

Em 19 de abril de 2005, foi aprovado em Plenário o Requerimento nº 202, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, abordando matéria do mesmo teor, solicita nos termos do art. 222, do Regimento Interno, que o Senado Federal

manifeste apelo às principais forças políticas da Costa do Marfim, Governo e Forces Nouvelles, no sentido de que respeitem os termos dos acordos de Linas-Marcoussis e Accra 111, bem como obedeçam aos ditames das Resoluções nºs 1.572, de 2004 e 1.584, de 2005, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as quais demandam o imediato cese das hostilidades e uma solução negociada e pacífica para o grave conflito que assola aquele país africano.

II – Análise

A recente aprovação do Requerimento nº 202, de 2005, abordando a mesma matéria, estimou mais conveniente e oportuno aos interesses nacionais manifestar apoio aos acordos de cessar-fogo e as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas nºs 1.572 e 1.548, que tratam da crise da Costa do Marfim.

No Requerimento nº 202, já aprovado, ao deixar de manifestar solidariedade, como se pretende no Requerimento sob exame, a uma das partes envolvidas no grave conflito entre as forças que apóiam o Presidente Laurent Gbagbo e o grupo insurgente Forces Nouvelles, que domina extensas áreas do norte do país, atentase para a necessidade de não-intervenção, um dos princípios da política externa brasileira, nos termos do art. 4º, Inciso IV, da Constituição Federal.

III – Voto

Não obstante os méritos do Requerimento ora examinado, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 202, de 2005 (Requerimento nº 9, de 2005-CRB) em plenário, nos termos que constam do Relatório supra, somos pelo arquivamento da matéria ora examinada.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2005. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Cristovam Buarque**, Relator – **Marco Maciel** – **Sérgio Zambiasi** – **Gerson Camata** – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Tasso Jereissatti** – **Rodolpho Tourinho** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Azeredo**.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência aos **Pareceres nºs 1.862 e 1.863, de 2005**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que acabam de ser lidos, a Presidência informa que o **Requerimento nº 1.023, de 2005**, figurará na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

Quanto ao **Requerimento nº 1.601, de 2004**, a Presidência informa que, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2005

Estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de organização, estrutura, funcionamento e avaliação da educação superior, dispõe sobre o Sistema Federal de Educação Superior e o Plano Nacional de Educação Superior e dá outras providências.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei as instituições de educação superior de qualquer natureza jurídica, que se dediquem a atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

Da Educação Superior

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 2º A educação superior é um bem público que cumpre função social quanto à indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão.

§ 1º Sem prejuízo das atividades discriminadas no caput deste artigo, a educação superior deve incluir atividades culturais e esportivas pra toda a comunidade acadêmica.

§ 2º A liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida nos limites da função social da educação superior.

Art. 3º A educação superior deve atender aos seguintes objetivos:

I – formar profissionais em padrões elevados de qualidade;

II – prover qualificação profissional em consonância com as necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico nacional ou regional;

III – promover a integração das instituições de educação superior com a sociedade, em especial com as populações de seu entorno ou área de influência, por meio da oferta de acesso aos bens culturais e tecnológicos;

IV – implementar políticas e programas públicos de investimento em ensino, pesquisa e formação de professores e pesquisadores, voltados para a redução de desigualdades regionais.

Art. 4º Sem prejuízo das finalidades estabelecidas no art. 43 da Lei nº 9.394, de 1996, a educação superior deve pautar-se pelos seguintes preceitos:

I – garantia de atualidade e qualidade do saber;

II – compromisso com a solução de problemas da realidade;

III – estímulo permanente à criatividade e à inovação;

IV – oferta de formação flexível, para fins de adaptação às transformações do mundo do trabalho, especialmente as de natureza tecnológica;

V – aproveitamento de estudos realizados em outras instituições ou por meio de tecnologia da informação e comunicações;

VI – responsabilidade social das instituições.

Parágrafo único. A responsabilidade social implica, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis às instituições de educação superior, a observância dos seguintes princípios:

I – compromisso com a liberdade acadêmica, mediante a garantia de livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

II – colaboração no atendimento de políticas públicas nas áreas de ensino, avaliação educacional e pesquisa, saúde, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável e inclusão social;

III – gestão das atividades acadêmicas pautada pela cooperação das categorias integrantes da comunidade, quando couber;

IV – participação da sociedade civil;

V – promoção da diversidade e da identidade cultural, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais;

VI – articulação permanente com a educação básica.

Art. 5º A educação superior compreende:

I – cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, devidamente classificados em processo ou concurso seletivo;

II – programas de pós-graduação, compreendendo os cursos de mestrado, doutorado e especialização, autorizados ou credenciados e em funcionamento regular, abertos a candidatos graduados que atendam

aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

III – programas e atividades de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

IV – programas de formação continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior, especialmente:

a) cursos de estudos superiores, posteriores ao ensino médio ou equivalente, que não configurem graduação;

b) cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência;

c) cursos de aperfeiçoamento, atualização e de treinamento, destinados a profissionais graduados, especialmente em áreas sujeitas a rápida obsolescência e à renovação de estudos.

§ 1º A realização de estudos superiores será comprovada mediante a concessão de:

I – diploma, com validade nacional, aos concluintes de cursos de graduação, mestrado ou doutorado;

II – certificado, aos concluintes de cursos de especialização, programas de extensão ou de formação continuada.

§ 2º A duração de cursos de graduação deve ser estabelecida em razão da formação oferecida, admitida, no âmbito desses cursos, a certificação parcial ou intermediária, em prazo não inferior a dois anos, para fins específicos de exercício profissional ou estudos acadêmicos.

SEÇÃO II

Das Instituições de Educação Superior

Art. 6º As instituições de educação superior poderão adotar a organização acadêmica de:

I – universidades;

II – universidades técnicas;

III – centros universitários;

IV – institutos superiores de educação;

V – faculdades.

§ 1º As denominações do **caput** deste artigo são privativas das instituições de educação superior, na forma dos respectivos atos instituidores e de credenciamento, e dependem, ainda, do cumprimento dos requisitos estabelecidos para cada tipo de organização acadêmica.

§ 2º Classificam-se como universidades as instituições de educação superior que atendam, além do previsto no artigo 52 da Lei nº 9.394/96, os seguintes requisitos mínimos:

I – Atividades de ensino que contemplem, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, programa de mestrado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

II – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

§ 4º Quando voltadas para a formação de profissionais de carreiras tecnológicas ou de outros campos específicos do saber, as universidades, centros universitários e faculdades poderão referir essa peculiaridade na respectiva denominação.

§ 5º Aplicam-se aos Centros Universitários:

I – as disposições dos art. 52, **caput**, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, admitida a parcela de um quinto do corpo docente em regime de dedicação integral;

II – as competências de autonomia previstas no art. 53 da Lei nº 9.394, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ressalvada a criação, organização e extinção de cursos.

Art. 7º As instituições de educação superior, especialmente as universidades, poderão adotar estrutura que contemple, ao lado dos departamentos, unidades acadêmicas de estudos multidisciplinares ou temáticos e centros especializados no desenvolvimento de atividades culturais e esportivas para a comunidade acadêmica.

§ 1º A estrutura prevista no **caput** deste artigo deve ser complementada por canais de conexão da educação superior com a realidade social e de produção do conhecimento, instituídos sob a forma de:

I – núcleos de extensão, para o exercício de atividades acadêmicas complementares à formação dos estudantes;

II – pólos de reflexão, destinados à discussão e divulgação de assuntos de interesse geral;

III – centros de formação permanente, para a atualização permanente e continuada de estudantes egressos;

IV – centros de educação a distância, destinados à complementação de estudos de graduação presenciais e à oferta de formação integral, especialmente para o atendimento de situações definidas como emergenciais ou temporárias.

§ 2º A adoção da estrutura prevista no **caput** será considerada positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

SEÇÃO III Da Qualidade

Art. 8º As instituições de educação superior deverão submeter-se, periódica e sistematicamente, à avaliação de qualidade, à aferição de desenvolvimento e compromisso social, a ser realizada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Parágrafo único. O sistema que vier a ser instituído, com a finalidade prevista no **caput** deste artigo, deverá avaliar a capacidade institucional, o processo de produção do conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem e a responsabilidade social das instituições de educação superior e, ainda, assegurar:

I – o caráter público de todos os procedimentos avaliativos;

II – o respeito à identidade e à diversidade de cursos e instituições;

III – a participação dos integrantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil, por meio de suas representações;

IV – a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e responsabilidade social dos cursos e instituições;

V – a efetividade da implantação da estrutura prevista no **caput** do art. 7º.

SEÇÃO IV Do Financiamento

Art. 9º Os recursos federais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino serão aplicados na educação superior pública.

Parágrafo único. A definição de prioridade no repasse desses recursos ficará vinculada ao resultado da avaliação de qualidade.

Art. 10. A despesa com servidores inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo dos proventos e direitos específicos, correrão à conta do Tesouro Nacional, mediante a alocação de recursos que não os vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III Do Sistema Federal da Educação Superior

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 11. O Sistema Federal de Educação Superior (SIFES) compreende as instituições de educação superior federais e privadas, as entidades e os órgãos de caráter normativo, administrativo e de apoio técnico existentes no âmbito da União.

§ 1º O SIFES tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Educação (CNE), na forma da lei, e como órgão executivo o Ministério da Educação.

Art. 12. Com a finalidade de universalizar as oportunidades de acesso à educação superior e de contribuir para a redução de desigualdades sociais e regionais, o SIFES tem como diretrizes:

I – o planejamento e a coordenação de políticas públicas em educação superior;

II – a democratização da gestão das políticas públicas em educação superior;

III – a participação da sociedade civil;

IV – a colaboração entre os órgãos e entidades da administração pública federal, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica;

V – a cooperação com os sistemas de educação superior dos estados;

VI – a articulação com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País;

VII – a promoção da qualidade da educação superior, pela valorização do processo de avaliação institucional;

VIII – a garantia de condições dignas de trabalho aos professores, pesquisadores e servidores das instituições integrantes do sistema.

SEÇÃO II Das Instituições Federais de Educação Superior

Art. 14. As instituições federais de educação superior podem adotar qualquer organização acadêmica prevista no art. 60 desta lei.

Art. 15. As universidades federais são pessoas jurídicas de direito público, mantidas pela União, criadas ou com instituição autorizada por lei, com a natureza jurídica autárquica, dotadas das prerrogativas inerentes à autonomia universitária.

Parágrafo único. As universidades federais regem-se por regime jurídico próprio, na forma estabelecida pela Constituição e por esta lei, pela lei de sua criação ou de autorização de sua instituição, e pelos respectivos Estatutos, aprovados por colegiado superior interno e homologados pelo Ministério da Educação.

SEÇÃO Do Ingresso na Educação Superior

Art. 16. As instituições de educação superior utilizarão, para ingresso aos seus cursos de graduação, os resultados de exames senados de avaliação de desempenho escolar básico, combinados com outras formas de aferição da capacidade de prosseguimento de estudos em nível superior.

SEÇÃO Dos Docentes

Art. 17. Para fins de seleção de docentes, as instituições federais de educação superior poderão utilizar os resultados de exame nacional de recrutamento que vier a ser instituído com o fim de avaliar a qualificação de (futuros) profissionais do magistério superior.

Art. 18. Os integrantes da carreira do magistério superior sujeitam-se a avaliação de desempenho, que deve incluir, entre outros aspectos, a aferição da aprendizagem dos alunos, a atualização profissional e a produção acadêmica dos docentes.

Art. 19. São finalidades das instituições federais de educação superior:

I – gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade;

II – formar profissionais nos diferentes campos do saber;

III – valorizar o ser humano, a cultura e os saberes;

IV – promover a formação humanista do cidadão e desenvolver a capacidade crítica do estudante frente à sociedade e ao Estado;

V – promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;

VI – difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;

VII – estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação do mundo da vida e do trabalho;

VIII – educar para a conservação e a preservação da natureza;

IX – propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento sustentável;

X – estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo.

Art. 20. Observado o disposto no art. 16 desta Lei, são asseguradas à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia administrativa, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, as prerrogativas de:

I – organizar-se internamente da forma mais conveniente e compatível com sua peculiaridade, estabelecendo suas instâncias decisórias;

II – estabelecer a política geral de administração da instituição;

III – elaborar e reformar seus estatutos e regimentos;

IV – escolher seus dirigentes, na forma de seu estatuto;

V – remunerar serviços extraordinários e atividades especiais, conforme definição do conselho superior da instituição;

VI – admitir, nomear, promover, demitir e exonerar pessoal, desde que o ingresso realize-se mediante concurso público de provas e títulos;

VII – organizar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII – autorizar o afastamento de seu pessoal para qualificação e atualização e para participação em atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais e de representação;

IX – estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

X – firmar contratos, acordos e convênios.

Art. 21. Os estatutos das universidades federais deverão estabelecer o processo de escolha de dirigentes máximos, reitor e vice-reitor, mediante eleição direta pela comunidade universitária.

Parágrafo único. O colegiado superior da instituição regulamentará o processo eleitoral, com observância dos seguintes preceitos:

I – a votação dos integrantes da comunidade universitária será uninominal e secreta;

II – a eleição do Reitor importará a do Vice-Reitor com ele registrado;

III – o resultado eleitoral será calculado, entre os montantes de votos válidos dos corpos docente, discente e dos servidores, respeitada a ponderação estabelecida no estatuto.

Art. 22. É assegurada à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia de gestão financeira e patrimonial, sem prejuízo de outras ações que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I – propor e executar seu orçamento, em conformidade com os limites estabelecidos pela União;

II – remanejar os recursos oriundos da União e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

III – gerir seu patrimônio;

IV – receber doações, heranças e legados e estabelecer cooperação financeira com entidades privadas;

V – receber subvenções e estabelecer cooperação financeira com entidades públicas;

Parágrafo único. A universidade federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas.

SEÇÃO III

Das Instituições Privadas de Educação Superior

Art. 23. As entidades privadas mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 62 do Código Civil Brasileiro.

Art. 24. As entidades mantenedoras poderão instituir instâncias decisórias distintas para a gestão econômico-financeira e acadêmica das instituições de ensino superior, exigida em relação a esta última, a presença de representantes dos corpos docente e discente.

Parágrafo único. O atendimento do disposto no caput será considerado positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

Art. 25. Sem prejuízo do preço da anuidade cobrada, as mantenedoras de instituições privadas poderão incentivar a participação dos alunos nos negócios da entidade, mediante a conversão de percentual das mensalidades em cotas do respectivo capital social.

SEÇÃO IV

Da Regulação do Sistema Federal da Educação Superior

Art. 26. As instituições federais de educação superior serão criadas ou terão sua instituição autorizada por lei específica.

Art. 27. As faculdades privadas, com oferta regular de pelo menos um curso de graduação no início de suas atividades, sujeitam-se à autorização de funcionamento e prévia avaliação das condições de ensino.

Parágrafo único. Duas ou mais faculdades credenciadas que mantenham cursos de graduação em campos do saber distintos podem articular suas atividades mediante regimento comum e direção unificada.

Art. 28. A avaliação positiva pelo Ministério da Educação na totalidade de cursos de graduação de universidades e centros universitários constitui pré-requisito indispensável à obtenção ou à manutenção de credenciamento.

Art. 29. O credenciamento de instituições integrantes do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, deve respeitar o período mínimo de três anos, contados a partir do ato de autorização prévia para a oferta de cursos superiores.

§ 1º No decorrer do período de autorização prévia para oferta de cursos superiores, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedo-

ras, serão submetidas aos processos de supervisão, verificação e regulação.

§ 2º Decorrido o período definido no *caput*, as instituições de educação superior, e mantenedoras, que obtiverem resultados satisfatórios nos processos de avaliação para fins de verificação e supervisão, poderão obter credenciamento pelo prazo máximo de cinco anos.

Art. 30. O recredenciamento de instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, será concedido pelo prazo máximo de dez anos para universidades e de cinco anos para as demais entidades, nos termos de ato específico do Poder Executivo.

§ 1º O recredenciamento dependerá da obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional, de cursos e de desempenho discente, nos termos da Lei, bem como do atendimento aos critérios definidos pelo órgão de supervisão e regulação.

§ 2º Indeferido o credenciamento ou recredenciamento, o Ministério da Educação regulará as relações jurídicas pendentes, bem como estabelecerá as providências a serem adotadas pela instituição de educação superior, no sentido de salvaguardar os direitos dos estudantes, professores e demais servidores.

Art. 31. A alteração da organização acadêmica das instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior dependerá de ato autorizativo do Ministério da Educação, respeitado o período mínimo de três anos do regime acadêmico anterior e comprovada a obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional e de cursos, nos termos da Lei.

Art. 32. A autorização para funcionamento de instituição privada de educação superior, bem como de sua entidade mantenedora, mediante credenciamento ou recredenciamento, é de competência do Conselho Nacional de Educação.

Art. 33. Depois de autorizadas a funcionar, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, deverão ser periodicamente recredenciadas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação, e mediante processo permanente de avaliação de qualidade, na forma da Lei.

§ 1º Todas as instituições de educação superior serão submetidas a procedimento de avaliação para fins de credenciamento ou recredenciamento, inclusive as instituições criadas anteriormente à vigência da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 2º As instituições de educação superior que, por qualquer forma de acordo, contrato, ajuste ou convenio, tácito ou expresse, utilizem a mesma logomarca, serão consideradas conjuntamente no processo avaliativo.

Art. 34. A instituição de educação superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados em estatuto poderá ter o credenciamento revogado a qualquer tempo, mediante processo em que se assegure o contraditório e a ampla defesa.

Art. 35. A qualidade de ensino nas instituições de educação superior, públicas e privadas, constitui condição indispensável para ingresso e permanência no Sistema Federal da Educação Superior.

CAPÍTULO III

Do Plano Nacional de Educação Superior

Art. 36. O Plano Nacional de Educação Superior visa a dar efetividade às políticas para a educação superior concebidas no âmbito do Plano Nacional de Educação, articulando e integrando ações do poder público com vistas a:

- I – democratizar o acesso à educação superior;
- II – melhorar a qualidade da educação superior;
- III – induzir a melhoria da qualidade da educação básica;
- IV – acelerar o desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico do País;
- V – fornecer subsídios ao processo de credenciamento de instituições e cursos, indicando áreas saturadas e outras que representem carências regionais;
- VI – identificar demandas regionais em matéria de educação superior, estimulando o seu atendimento, Via aquisição de vagas, preferencialmente em instituições públicas.

SEÇÃO I

Da Expansão da Educação Superior Pública

Art. 37. A expansão da educação superior pública dar-se-á, prioritariamente, pelos seguintes meios:

- I – ampliação da rede pública de instituições de educação superior, pela criação de universidades, centros universitários, faculdades, institutos de educação e centros de educação tecnológica;
- II – aumento da oferta de vagas nas instituições existentes, por meio da maximização da oferta noturna;
- III – consolidação da educação a distância, como opção de oferta vagas em cursos de graduação e pós-graduação;

IV – autorização de funcionamento de *campi* temporários para o atendimento demandas locais, em regiões não atendidas por instituições de educação superior.

SEÇÃO II

Das Políticas e Ações Afirmativas Públicas

Art. 38. As instituições federais de educação superior deverão elaborar e implantar programas de ações afirmativas de promoção igualitária e inclusão social.

Art. 39. As instituições federais de educação superior reservarão, a título geral, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, parcela de trinta por cento a cinquenta por cento de suas vagas, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. A aplicação da regra do *caput* não dispensa a realização de processo seletivo para aferição de mérito e capacidade de prosseguimento de estudos em nível superior.

Art. 40. Em cada instituição federal de educação superior, as vagas de que trata o art. 39 serão preenchidas por proporção mínima de candidatos autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento segundo os critérios do *caput*, as vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 41. No prazo máximo de dez anos, as instituições federais de educação superior deverão, progressivamente, haver alcançado o atendimento pleno dos critérios de proporção estabelecidos nos arts. desta Lei, em todos e em cada um de seus cursos de graduação, segundo etapas fixadas em cronograma constante de programa de ação afirmativa promovido pela instituição com esse objetivo específico.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, as instituições federais de educação superior poderão estabelecer diferencial máximo aceitável entre o desempenho dos candidatos beneficiados pelo programa de ação afirmativa e dos demais candidatos a ingresso pelo sistema geral, tal como apurado no processo seletivo adotado pela instituição para acesso aos seus cursos de graduação.

Art. 42. A implantação das ações afirmativas previstas no art. desta Lei deverá ser articulada com ações concomitantes de melhoria da qualidade e de universalização da educação básica, sem prejuízo do aperfeiçoamento dos mecanismos de seleção para ingresso na educação superior pública.

SEÇÃO III

Do Apoio ao Estudante

Art. 43. Fica instituído o Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior (PAE), destinado à concessão de bolsas a estudantes brasileiros de cursos de educação superior, objetivando, especialmente:

I – ampliar o acesso de estudantes carentes à educação superior;

II – estimular a formação de mão-de-obra especializada nos segmentos em que sua oferta, nacional ou regional, não atender à demanda;

III – imprimir efetividade à extensão em áreas socialmente mais relevantes;

IV – incentivar o serviço voluntário.

Parágrafo único. A participação no PAE fica condicionada à prestação de serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, conforme regulamentação do Ministério da Educação (MEC).

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 44. A abertura e o funcionamento de universidades e cursos livres, instituídos com o fim de ministrar e produzir conhecimentos, sem apoio financeiro público, independem de autorização e reconhecimento do Poder Público.

Parágrafo único. Os títulos conferidos em face da conclusão de estudos realizados em instituições e cursos livres não gozam de reconhecimento público, condição que deve ser informada aos usuários.

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Aberta do Brasil (UNAB), com a natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, para desenvolver cursos e programas de educação a distância, em articulação com as instituições públicas de educação superior do País.

§ 1º A Unab terá sede e foro na cidade de Brasília (DF) e organizar-se-á, preferencialmente, em redes regionais, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação.

§ 2º Os estatutos da Unab serão aprovados por decreto do Presidente da República.

§ 3º Incluem-se entre os fins da Unab o fomento e o desenvolvimento de cursos e programas de gradu-

ção, pós-graduação **lato e stricto sensu**, pesquisa e extensão.

§ 4º Para o atendimento de seus objetivos e resguardado o interesse público, a Unab poderá celebrar convênios e acordos com instituições privadas.

Art. 46. Ficam revogados: o art. 16 da Lei nº 9.192, de 1995, o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 1996, o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um Projeto de Reforma da Universidade

1. O papel da Universidade

O presente Projeto de Lei parte da revisão do papel que deve ter a universidade. Desde seu início, a universidade brasileira é vista com tendo por finalidade promover os alunos que nela estudam. Mesmo agora, quando o governo democrático e popular, liderado pelo presidente Lula e pelo PT, fala em universidade, não o faz partindo da ótica do povo e do Brasil, mas sim da ótica dos alunos e dos professores. A primeira reforma da universidade é definir-Lhe um papel novo.

Parte a reforma oficial da idéia de que o papel da universidade é promover socialmente os seus alunos, tirar alguns da pobreza, e não lutar para que o Brasil seja capaz de ajudar todo o povo a completar sua abolição, eliminando a tragédia da pobreza. Não se diz que o papel da universidade é criar a massa crítica de profissionais e intelectuais de nível superior de que o Brasil precisa para responder aos seus problemas, desestancar sua revolução, consolidar sua democracia, promover um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável.

O papel da universidade brasileira tem sido o de escada social para indivíduos que já fazem parte da parcela rica. A reforma agora quer permitir que alguns pobres também usem essa escada. Como se, no lugar de uma reforma, bastasse fazer uma universidade um pouco generosa para receber em seus cursos uns quantos pobres que tenham sobrevivido à mortalidade infantil, à desnutrição, ao analfabetismo, ao abandono escolar antes de concluir a 4ª ou a 8ª série do Ensino Fundamental, ou o Ensino Médio, à péssima qualidade de suas escolas, à falta de cursinho, ao filtro do vestibular e que, por genialidade pessoal, agora podem ser promovidos ao título universitário e usar esse título para o enriquecimento pessoal, longe cio contato com a realidade da qual eles se originaram.

Critica-se o elitismo e fala-se que a universidade deve *ser* reformada para receber alunos de camadas carentes da população. Nesse raciocínio está implíci-

ta a visão privatista de que a universidade pertence à sua comunidade, e não ao país e à humanidade; que o problema do elitismo está no fato de que os alunos são filhos de ricos e não que os formandos vão trabalhar para os ricos. Pretende-se fazer uma reforma que permita a entrada de filhos dos pobres, mas não para que os formados filhos de ricos ou de pobres trabalhem para o povo e o Brasil, além do sucesso pessoal a que têm direito.

A reforma universitária tem de definir o papel da universidade, dando-lhe duas finalidades básicas e uma complementar:

a) O Sucesso Pessoal

A busca do sucesso pessoal é uma das finalidades da universidade. Até mesmo nos conventos medievais, que antecederam as universidades, os monges buscavam o sucesso pessoal na “outra vida”. Os universitários buscam o sucesso da “outra vida” nas suas igrejas, na universidade buscam o sucesso pessoal à que têm direito nesta vida.

Uma das provas da necessidade de uma reforma universitária é que a universidade não é mais um instrumento do sucesso pessoal, sobretudo de seus alunos. Não dá o esperado reconhecimento público a seus professores e ex-alunos, nem representa mais um caminho seguro para melhorar a remuneração de seus profissionais e daqueles formados nela.

A reforma universitária tem de servir para construir uma instituição que assegure aos seus membros o sucesso pessoal que eles têm o direito de buscar. A universidade deve ser o caminho para três sucessos pessoais de seus membros:

- a realização de uma vocação profissional,
- a melhoria de sua remuneração, e
- o reconhecimento público.

b) A Construção da Nação e a Transformação Social

Em uma democracia, os indivíduos devem ter o direito de se organizar livremente na busca do sucesso pessoal, sem dar satisfações, Mas esse direito não existe para as instituições de caráter público, como as universidades, sobretudo se recebem apoio com recursos que pertencem ao povo, administrados pelos governos. Nesse caso, além do sucesso pessoal de seus membros, a universidade tem a obrigação de desempenhar um papel de agente da construção da nação.

Em um país como o Brasil, incompleto, dividido pela apartação, sem base científica e tecnológica, com uma independência frágil, a reforma universitária tem a

obrigação de mudar a universidade para que ela possa servir ao interesse público, como instrumento de:

- completar a independência, a abolição e a república,
- abolir a apartação, superando o quadro de pobreza,
- respeitar o meio ambiente,
- construir a soberania,
- consolidar a democracia,
- disseminar uma mentalidade, solidária, honesta e patriótica,
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico, e
- fazer um país educado e culto, a partir da primeira infância.

A reforma universitária precisa ser pautada na busca destes li vetores do sucesso pessoal e da transformação social:

VETORES DA REFORMA

SUCESSO PESSOAL

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Vocação profissional	Completar independência, abolição, república
Boa remuneração	Abolir apartação
Reconhecimento público	Respeitar meio ambiente
	Construir soberania
	Consolidar democracia
	Disseminar mentalidade honesta, solidária, patriótica
	Promover desenvolvimento científico e tecnológico
	Fazer um país educado e culto.

c) O Enriquecimento Cultural da Humanidade

Ao lado das duas finalidades básicas, a reforma da universidade brasileira não pode perder de vista a finalidade complementar de ser instrumento do enriquecimento cultural de toda humanidade.

Quaisquer que sejam as limitações de um país, sua universidade não deve ficar limitada apenas às preocupações nacionais, nem ao imediatismo, seja pelo sucesso pessoal seja pela transformação social. Ela não deve perder de vista seu compromisso e potencial de enriquecer toda a humanidade, graças a seu produto. Este se mede em pessoal formado e em trabalhos elaborados, sobretudo na reflexão sobre o mundo, na ótica de seu *locus*.

Se isso se justifica para qualquer país, em qualquer momento, mesmo os mais pobres, ainda mais para um país como o Brasil em tempos de globalização. A

universidade brasileira deve fazer sua reforma com os olhos na possibilidade e no desafio de ser um centro privilegiado para entender e mudar o mundo em todas as áreas do conhecimento, especialmente naquelas em que teremos vantagens comparativas favoráveis em relação ao resto do mundo.

Precisamos de um compromisso com a qualidade, sem o qual não há contribuição à humanidade. Temos de definir nossas vantagens atuais e aquelas nas quais queremos investir e procurar uma forma universitária que promova a capacidade institucional para criar o ineditismo na produção intelectual como forma de elevar o patrimônio cultural de toda a humanidade.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2005 – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPÍTULO IV

Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural é profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – contratação e dispensa de professores;

VI – planos de carreira docente.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I

Da Educação

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

CÓDIGO CIVIL

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 3º-A. Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal **per capita** de até meio salário mínimo.

§ 1º O auxílio financeiro a que se refere o **caput** terá valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente:

I – aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas; e

II – a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.

§ 2º O auxílio financeiro poderá ser pago por órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios.

§ 3º É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o 2º (segundo) grau.

§ 4º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

.....
LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977, e pela Lei nº 7.177, de 79 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte:

I – o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal;

II – os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da so-

cidade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição;

III – em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias;

IV – os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores;

V – o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista tríplice preparada pelo respectivo colegiado máximo, observado o disposto nos incisos I, II e III;

VI – nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes, nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, em número suficiente para comporem as listas tríplices, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição;

VII – os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos;

VIII – nos demais casos, o dirigente será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.”

.....
DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

Decreta:

CAPÍTULO I

Da Classificação das Instituições de Ensino Superior

Art. 1º As instituições de ensino superior classificam-se em:

I – públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; e

II – privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por cursos superiores os referidos nos incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO II

Das Entidades Mantenedoras

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. O estatuto ou contrato social da entidade mantenedora, bem assim suas alterações, serão devidamente registrados pelos órgãos competentes e remetidos ao Ministério da Educação.

Art. 4º A transferência de cursos e instituições de ensino superior de uma para outra entidade mantenedora deverá ser previamente aprovada pelo Ministério da Educação.

Art. 5º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior sem finalidade lucrativa publicarão, para cada ano civil, suas demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal, sendo ainda obrigadas a:

I – manter, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão, escrituração completa e regular de todos os dados fiscais na forma da legislação pertinente, bem assim de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

II – conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da datada emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

§ 1º As entidades de que trata o **caput** deverão, ainda, quando determinado pelo Ministério da Educação:

I – submeter-se a auditoria; e

II – comprovar:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; e

b) a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes.

§ 2º Em caso de encerramento de suas atividades, as instituições de que trata o **caput** deverão destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente.

Art. 6º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes.

CAPÍTULO III

Das Instituições de Ensino Superior

Art. 7º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I – universidades;

II – Centros Federais de Educação Tecnológica e centros universitários; e

III – faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos e escolas superiores.

Parágrafo único. São estabelecimentos isolados de ensino superior as instituições mencionadas no inciso III deste artigo.

Art. 8º As universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ao que dispõem os arts. 52, 53 e 64 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 1º As atividades de ensino previstas no **caput** deverão contemplar, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, programas de mestrado ou de doutorado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º A criação de universidades especializadas, admitidas na forma do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, observado o disposto neste artigo.

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

Art. 9º Para os fins do inciso III do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, entende-se por regime de trabalho docente em tempo integral aquele que obriga a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais destinado a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

Art. 10. As universidades, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos de sua sede, definida nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 1º Para os fins do disposto no art. 52 da Lei nº 9.394, de 1998, os cursos criados na forma deste artigo, organizados ou não em novo campus, integrarão o conjunto da universidade.

§ 2º A autonomia prevista no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996, não se estende aos cursos e campus fora de sede das universidades.

§ 3º Os campi fora de sede já criados e em funcionamento na data de publicação deste Decreto preservarão suas atuais prerrogativas de autonomia, sendo submetidos a processo de credenciamento em conjunto com a sede da universidade.

Art. 11-A. Os Centros Federais de Educação Tecnológica são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

§ 1º Fica estendida aos Centros Federais de Educação Tecnológica autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior voltados à área tecnológica, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes nessa área.

§ 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o § 1º, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do § 2º do art. 54 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 3º A autonomia de que trata o § 2º deverá observar os limites definidos no plano de desenvolvimento institucional, aprovado quando do seu credenciamento e credenciamento.

§ 4º Os Centros Federais de Educação Tecnológica, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos do de sua sede, indicada nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 5º O credenciamento de Centros Federais de Educação Tecnológica ocorrerá somente a partir da transformação de Escolas Técnicas ou Agrotécnicas Federais em funcionamento regular, com qualidade comprovada, conforme critérios específicos a serem fixados pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado.

Art. 13. A criação de cursos superiores em instituições credenciadas como faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores depende de prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 14. Os institutos superiores de educação criados na forma do Decreto no 3.276, de 6 de dezembro de 1999, deverão definir planos de desenvolvimento institucional.

Parágrafo único. Os institutos de que trata o **caput**, poderão ser organizados como unidades acadêmicas de instituições de ensino superior já credenciadas, devendo neste caso definir planos de desenvolvimento acadêmico.

Art. 15. Anualmente, antes de cada período letivo, as instituições de ensino superior tornarão públicos seus critérios de seleção de alunos nos termos do art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996, e de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Na ocasião do anúncio previsto no **caput** deste artigo, as instituições de ensino superior também tornarão publicas:

I – a relação nominal dos docentes e sua qualificação, em efetivo exercício;

II – a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, tais como laboratórios, computadores, acesso às redes de informação e acervo das bibliotecas;

III – o elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento;

IV – os resultados das avaliações do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta dos cursos superiores, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP; e

V – o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.

§ 2º O não-cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem assim a publicação de informação inverídica, constituem deficiências para os fins do § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996.

CAPÍTULO IV Da Avaliação

Art. 16. Para fins de cumprimento dos arts. 9º e 46 da Lei no 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior.

§ 1º Para assegurar processo nacional de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, o Ministério da Educação manterá cooperação com os sistemas estaduais de educação.

§ 2º Para assegurar o disposto no § 3º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a cooperação e integração prevista com os sistemas de ensino estaduais.

Art. 17. A avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP, compreendendo as seguintes ações:

I – avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II – avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

a) grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;

b) plano de desenvolvimento institucional;

c) independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;

d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;

e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;

f) critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;

g) programas e ações de integração social;

h) produção científica, tecnológica e cultural;

i) condições de trabalho e qualificação docente;

j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas; e

l) os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação; e

III – avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.

§ 1º A análise das condições de oferta de cursos superiores referida no inciso III será efetuada nos locais de seu funcionamento, por comissões de especialistas devidamente designadas, e considerará:

I – organização didático-pedagógica;

II – corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;

III – adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso; e

IV – bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

§ 2º As avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Art. 18. A avaliação de programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, será realizada pela Capes, de acordo com critérios e metodologias próprios.

CAPÍTULO V Dos Procedimentos Operacionais

Art. 19. A autorização para funcionamento e o reconhecimento de cursos superiores, bem assim o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Art. 20. Os pedidos de credenciamento e de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados pelas respectivas entidades mantenedoras, atendendo aos seguintes requisitos de habilitação:

I – cópia dos atos, registrados no órgão oficial competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica de atuação, na forma da legislação pertinente;

II – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

V – demonstração de patrimônio para manter instituição ou instituições de educação;

VI – identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada *um*;

VII – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se for o caso; e

VIII – estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição de ensino sem prerrogativas de autonomia.

Parágrafo único. O Ministério da Educação definirá, em ato próprio, os requisitos de habilitação aplicáveis às instituições federais de ensino superior nos processos de que trata o **caput**.

Art. 21. As universidades, na forma disposta neste Decreto, somente serão criadas por novo credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem bom desempenho nas avaliações realizadas pelo INEP, ou, no caso de instituições federais, por lei específica.

Parágrafo único. O credenciamento e o recredenciamento das universidades, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 22. O processo de recredenciamento de universidades autorizadas ou credenciadas antes da vigência da Lei nº 9.394, de 1996, deverá ocorrer sem prejuízo do estabelecido no § 2º do art. 88 da mesma lei.

Art. 23. Os centros universitários, na forma disposta neste Decreto, somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem, na maioria de seus cursos de graduação, bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP.

Parágrafo único. O credenciamento e recredenciamento dos centros universitários, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 24. O credenciamento das faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos superiores e escolas superiores dar-se-á mediante ato do Poder Executivo.

Art. 25. O credenciamento e o recredenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados a formalização de termo de compromisso entre a entidade mantenedora e o Ministério da Educação.

Parágrafo único. Integrarão o termo de compromisso de que trata o **caput**, os seguintes documentos:

I – plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente, infra-estrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação;

II – critérios e procedimentos editados pelo Ministério da Educação, reguladores da organização, supervisão e avaliação do ensino superior;

III – descrição e cronograma do processo de expansão da instituição a ser credenciada, em relação ao aumento de vagas, abertura de cursos superiores, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, abertura de cursos tora de sede;

IV – valor dos encargos financeiros assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o desenvolvimento dos cursos;

V – projeto de qualificação da instituição, contendo, pelo menos, a descrição dos procedimentos de auto-avaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos; e

VI – minuta de contrato de prestação de serviços educacionais a ser firmado entre a instituição e seus alunos, visando garantir o atendimento dos padrões de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e a regularidade da oferta de ensino superior de qualidade.

Art. 26. A autorização prévia para o funcionamento de cursos superiores em instituições de ensino superior mencionadas no inciso III do art. 7º deste Decreto será formalizada mediante ato do Poder Executivo.

§ 1º O ato de que trata o **caput** fixará o número de vagas, o município e o endereço das instalações para o funcionamento dos cursos autorizados.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se, igualmente, aos cursos referidos no art. 10.

Art. 27. A criação de cursos de graduação em medicina, em odontologia e em psicologia, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverá ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º O Conselho Nacional de Saúde deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, con-

tados da data do recebimento do processo remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o **caput** dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 28. A criação e o reconhecimento de cursos jurídicos em instituições de ensino superior, inclusive em universidades e centros universitários, deverão ser submetidos à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo, remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o **caput** dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 29. Os atos de autorização prévia de funcionamento de cursos de medicina, psicologia, odontologia e direito ofertados por universidade, em sua sede, não se estendem a cursos oferecidos fora de sua sede.

Art. 30. Os cursos superiores autorizados deverão iniciar suas atividades acadêmicas no prazo máximo de até doze meses, contados da data de publicação do ato legal de sua autorização, findo o qual este será automaticamente revogado.

Art. 31. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados mediante ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia dependem de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 32. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores ofertados por universidades, em sua sede, nos termos do artigo anterior, serão formalizados mediante atos do Poder Executivo, que fixarão o município e os endereços de funcionamento de suas instalações.

Parágrafo único. Os atos referidos no **caput** não se estenderão a cursos oferecidos fora da sede da universidade.

Art. 33. A autorização prévia de funcionamento de cursos fora de sede, ofertados por universidades, em conformidade com o disposto no art. 10 deste Decreto, será formalizada mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior

do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministro de Estado da Educação, que fixará o município e o endereço de seu funcionamento.

Art. 34. O Ministério da Educação, após a aprovação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os critérios e procedimentos para:

I – o credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior referidas no inciso III do art. 7º;

II – a autorização prévia de funcionamento de cursos superiores em instituições não universitárias;

III – o reconhecimento de cursos superiores, ressalvados os que dependem de deliberação individual da Câmara referida no **caput**; e

IV – a elaboração de regimentos por parte de instituições de ensino superior não universitária.

§ 1º Os critérios e procedimentos referidos no **caput** deverão levar em consideração, obrigatoriamente, os resultados da avaliação do Exame Nacional de Cursos e das demais avaliações realizadas pelo INEP.

§ 2º Compete ao Departamento de Políticas do Ensino Superior, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, considerando os resultados das avaliações realizadas pelo INEP:

I – a preparação dos atos necessários à execução dos procedimentos estabelecidos na forma do **caput**;

II – a instrução dos processos de deliberação obrigatória pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação; e

III – a expedição de notificação ao interessado na hipótese de indeferimento do pleito.

§ 3º Recebida a notificação de que trata o inciso III do § 2º, o interessado poderá apresentar recurso ao Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, observado o prazo de trinta dias contados da expedição da notificação.

§ 4º Na apreciação do recurso de que trata o parágrafo anterior, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação poderá solicitar a manifestação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria.

§ 5º No caso de decisão final desfavorável nos processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização prévia de funcionamento de cursos superiores,

Art. 38. Será sustada a tramitação de solicitações de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, quando a proponente estiver submetida a processo de averiguação de deficiências ou irregularidades.

Art. 39. Os processos que, na data de publicação deste Decreto, estiverem protocolizados no Conselho Nacional de Educação serão deliberados pela sua Câmara de Educação Superior e submetidos à homologação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 40. Fica delegada ao Ministro de Estado da Educação competência para a prática dos atos referidos no § 1º do art. 8º, nos arts. 10, 13, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 33, 35 e 36 deste Decreto.

Art. 41. Ficam revogados os Decretos nos 2.026, de 10 de outubro de 1996, e 2.306, de 19 de agosto de 1997.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor em 12 de julho de 2001.

Brasília, 9 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Paulo Renato Souza.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pelo prazo de até 12 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nordeste do Estado de Goiás é uma região rica e linda, mas seus recursos naturais e humanos não são devidamente valorizados. Os turistas se espantam com tanta beleza na mesma proporção que os moradores se assustam com tamanho desprezo por parte do Poder Público. Em março de 2004, durante visita ao nordeste goiano, no Município de Cavalcante, o Presidente Lula disse que “o povo não agüenta mais mentiras”. O mandatário acertou na frase, mas errou ao deixar a comunidade local à míngua de políticas sérias de desenvolvimento. O povo do nordeste não agüenta mesmo mais mentiras, inclusive aquelas acerca de seu futuro. Para os moradores, notadamente os descendentes dos bravos fundadores de quilombos, foi uma honra receberem em casa o Presidente da República, mas uma pena saber que isso valeu muito pouco além de ótimas imagens para a campanha de reeleição de Lula em 2006.

O que não falta ali são belas imagens, no lugar em que os especialistas em turismo batizaram de Caminho da Biosfera: a Chapada dos Veadeiros, um sítio natural

do Patrimônio Mundial, o Parque de Terra Ronca, o Vão do Paranã, o Vale da Lua e um dos maiores complexos espeleológicos das Américas em São Domingos. São vinte Municípios, todos catalogados como turísticos pela Agência Goiana de Turismo, a Agetur, que, junto com os demais órgãos do Governo do Estado, tem realizado esforços na região. Porém, infelizmente, as autoridades federais só vão ali tomar banho de cachoeira, e o que prometem é pura cascata. Olham as cavernas de São Domingos e voltam para Brasília, desejosos de que o povo da região continue na Pré-História. Faltam investimentos sérios para gerar empregos, porque senão os jovens que o Presidente Lula viu em sua visita não terão como ficar na terra natal, vão migrar para a periferia das cidades, para Goiânia ou o Distrito Federal. Falta, sobretudo, respeito.

O Presidente Lula ganhou a eleição em Cavalcante nos dois turnos. Foi lá, discursou e ficou tudo por isso mesmo. O Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, criou projetos, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano, o Nordeste Novo. Marconi atende ao povo na área social, constrói rodovias, investe no saneamento, pavimenta ruas. No apoio à produção e ao comércio, Marconi instalou o Banco do Povo em todos os Municípios e emprega ali tudo o que ali arrecada. Fez um superprojeto de irrigação em Flores, benefício que será estendido ao Vale do Rio Correntes. A eletrificação rural, motivo para a visita do Presidente Lula à região, está chegando a todas as propriedades, inclusive às mais distantes, não por graça do Governo Federal e sim por política da Companhia Energética de Goiás, a Celg. Mas, sozinho, o Governo do Estado não dá conta. É preciso que o Presidente Lula vá ali não apenas em busca de belas imagens para a sua campanha reeleitoral. Como é que se pode dormir sossegado sabendo que na região o analfabetismo ultrapassa 22%, e que a taxa de mortalidade infantil é de quase quarenta crianças para cada mil nascimentos?

Está na hora de o Presidente da República minorar o sofrimento de um povo que ele mesmo, Lula, disse estar cansado de mentiras. Esta é a hora, Presidente Lula. O Governo Federal cumpriu sua meta de represar mais de 6% do PIB. E o nordeste goiano precisa muito. Em junho passado, o jornal **O Popular** discutiu a região como parte do seu eficiente ciclo de palestras e estudos denominado “Agenda Goiás”, que está ajudando a preparar o Estado para o período 2005/2015. Os índices apresentados no Agenda Goiás foram estarrecedores no âmbito do desenvolvimento e animadores quanto aos recursos naturais. Está no relatório do Agenda Goiás que dos 30 Municípios goianos onde a pobreza é mais intensa, 16 estão no nordeste

do Estado de Goiás. Dos 20 Municípios da região, 15 estão entre os menores Índices de Desenvolvimento Humano, o IDH.

Washington Novaes, o jornalista que mais entende de meio ambiente no Brasil, assegura que “o cerrado detém um terço da biodiversidade da fauna e da flora do Brasil” e que “o nordeste goiano é decisivo para a preservação do cerrado”.

Apresentei uma proposta de emenda à Constituição, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, com a finalidade de incluir o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. A medida é fundamental, segundo os ecologistas. Novaes alerta: “É preciso conter o desmatamento e transformar fragmentos do cerrado em unidades de conservação, para que se possa estudar a biodiversidade, fonte de novos medicamentos, novos alimentos e novos materiais. Seria importante criar um centro de pesquisa da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros”. Dinheiro existe, tanto dos bilhões de reais que o Governo Federal paga em juros quanto o que sobra nos Ministérios, porque a incompetência impede de gastar. Mas há dinheiro também internacional. Washington Novaes lembrou, no Agenda Goiás, “que na Convenção sobre Mudanças Climáticas, em Buenos Aires, foi aprovada a inclusão de pequenos projetos de reflorestamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo qual países ricos podem financiar projetos que reduzam emissões de poluentes e descontá-las de suas emissões próprias para cumprir o Protocolo de Kyoto”. Basta agora apenas orientar os produtores da agricultura familiar, inclusive os dos assentamentos, a fazer projetos, certificá-los e encaminhá-los para as fontes financiadoras. Nem isso o Governo Federal está fazendo.

Ainda bem que tem gente interessada no desenvolvimento do Nordeste, não com os bilhões de que dispõe o Governo Federal, mas com muita vontade de trabalhar pela região. Nessa lista, estão os Deputados Federais Carlos Alberto Leréia, Jovair Arantes, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Sérgio Caiado e Vilmar Rocha, para citar apenas os mais votados nos Municípios. Também os Deputados Estaduais Ernesto Roller, Kennedy Trindade e Iso Moreira, além de suplentes como Marcelo Augusto, José Eliton Figueiredo, o doutor Eltin e Doriocan Santos. Acompanho a luta de vereadores e prefeitos, asfixiados pelos repasses de FPM cada vez menores e atribuições cada vez maiores. Eles têm um grande parceiro, o Governo do Estado de Goiás, através de órgãos como Agepel, AGDR, Agetop, Agetur, Celg e Seplan. Felizmente, o Governador Marconi Perillo se lembrou do esquecido Nordeste. Enquanto governantes levavam para lá apenas o desprezo, Mar-

coni levou duas unidades da Universidade Estadual de Goiás, a UEG, em Posse e Campos Belos, além da UEG de Formosa, em que metade dos alunos é do Nordeste goiano.

O caminho do conhecimento é tão belo quanto o da biosfera. Washington Novaes, em suas pesquisas sobre o Nordeste goiano, concluiu ser necessário “investir em ciência, pois só assim o desenvolvimento e a preservação ambiental andarão juntos. A educação rural, com técnicas apropriadas e adaptadas ao meio, é fundamental para conter o êxodo”. Se o Governo do Presidente Lula tivesse realmente como prioridade o desenvolvimento regional, descobriria que com pouco dinheiro a Embrapa faria um trabalho fantástico em favor do Nordeste. Só que a Embrapa está sucateada, como os demais organismos federais de pesquisa. É uma pena, pois o Nordeste goiano, além de lindo, é fértil.

No final dos anos 70 e início da década seguinte, o Governo de Goiás fez o Projeto Alto Paraíso, para aproveitar o clima do lugar e produzir frutas. Infelizmente, a administração seguinte abandonou o projeto. Eu fui Promotor de Justiça na região, atuando em Alto Paraíso, Campos Belos, Cavalcante, Divinópolis, Posse, São Domingos e Teresina de Goiás. Dava dó passar pelas estradas e ver, às margens, dezenas de máquinas paradas por conta da desativação do Projeto Alto Paraíso, com prejuízos ainda não superados na geração de emprego e renda. Foi um erro que ainda pode ser corrigido. O clima continua propício, as pessoas continuam trabalhadoras e a terra permanece à espera do tal do desenvolvimento sustentável. Já se produz alimento como o trigo e é possível fazer do Nordeste o celeiro do biodiesel, preservando o Cerrado e levando prosperidade financeira para os moradores da região. Há investidores privados com interesse e um mercado consumidor do tamanho do planeta, falta apenas maior vontade política.

A emissora Globo News está exibindo um documentário feito no Nordeste goiano que o Presidente Lula e seus auxiliares deveriam ver. Deveriam ouvir os líderes comunitários Cirilo Santos, Ester Fernandes e Lionida Castro dizendo que a população do Vão do Paranã nunca se sujeitou nem aos senhores de escravo e não vai se sujeitar ao atraso. Deveriam dar voz aos produtores rurais e aos descendentes dos quilombos, porque a visita do Presidente Lula colocou fogo no pavio da demarcação de terra. As comunidades negras, principalmente a Calunga, querem o que têm direito e o que lhes foi prometido pelo Presidente da República. Por seu lado, os fazendeiros desejam que seja cumprida a Constituição Federal, com indenização prévia e justa pelas terras e benfeitoras. Simples.

Basta o Governo Federal cumprir suas promessas e respeitar a Constituição.

Assim como o Nordeste do Brasil, o nordeste de Goiás aguarda a atenção das autoridades. O Ministério do Turismo, muito bem conduzido pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, tendo auxiliares do nível da ex-Deputada Nair Xavier, poderia ajudar mais a região, para o potencial se transformar em dividendos. O outro Ministro eficiente de Lula, Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, deveriam resolver as questões de demarcação, além da situação dos assentados, que penam com a falta de sementes, financiamentos, maquinário. O Ministro da Defesa, José Alencar, Vice-Presidente da República, também dispõe de condições de colaborar com a região sem gastar um centavo sequer. Os Estados de Goiás e da Bahia têm uma questão de fronteira, já resolvida pelo Supremo Tribunal Federal e ainda não executada, porque resta a parte do Exército Brasileiro. Seria um grande ganho para as duas unidades da Federação. Portanto, o Nordeste goiano precisa de muita coisa, mas todas factíveis. O que o povo ali não agüenta mais são as mentiras e pelo menos nisso o Presidente Lula tem toda razão.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço, Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Demóstenes, ouvi com atenção o depoimento de V. Ex^a sobre a Chapada dos Veadeiros. Pergunto se esse incêndio trouxe um prejuízo muito grande às pesquisas que V. Ex^a aponta. Estou apenas vendo o discurso de V. Ex^a, claro que o lerei com mais atenção.

Nesses últimos dias, fiquei muito constrangido, Senadora Heloísa Helena, com o prejuízo que trouxe ao ecossistema dessa região o incêndio que dela tomou conta. Não sei se vai prejudicar o objetivo do pronunciamento importante de V. Ex^a. Então, é um alerta a todas as autoridades comprometidas com esse sistema no sentido de que devemos acompanhar de perto. Desejo que V. Ex^a continue nessa fiscalização e nas propostas de pesquisas, principalmente porque envolvem dinheiro e estamos sofrendo muito com a falta de pesquisas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim à tribuna, Senadora Heloísa Helena, um pouco preocupado com o grande número, Sr. Presidente, Senador Tião

Viana, de queixas de grampos telefônicos. É claro que tenho outros assuntos a tratar, mas, nos últimos dois ou três dias, tenho visto quase que uma síndrome do número de Parlamentares que estão apresentando queixas sobre censura telefônica, Senador Paulo Paim. Isso me assusta um pouco porque, há mais de dois anos, Senador Heloísa Helena, vim a esta tribuna – aliás, desde o outro mandato, Senador Pedro Simon –, queixar-me da falta de fiscalização sobre o grampo telefônico. Nós somos relatores da Lei nº 9.038, que facilita às autoridades policiais e judiciárias – nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – mecanismos para apurar o crime organizado. Falo da censura, da escuta ambiental, da infiltração e de tantas outras medidas que a Polícia e o Ministério Público sempre reclamaram no que se refere à falta de possibilidade legal de alcançar aqueles que, através dos telefones, comandam o crime organizado.

Apresentei um projeto criminalizando a entrada ilegal de telefones celulares nos presídios, o que até agora se constitui apenas em falta administrativa. Qualquer um que levar um telefone para um preso não responde por crime. Entendemos, então, que tem de criminalizar. Não deve mais haver essa liberdade. Inclusive, falando com um diretor de uma das empresas de telefonia celular, ele me disse que eles instalam um sistema de bloqueio, Senador Tião Viana, mas chega um guarda do presídio e desliga. O preso continua conversando, porque é manual o sistema; ele não pode bloquear toda a região. Para bloquear o presídio, tem de ser instalado dentro do presídio. Ao desligar, o funcionário, que, infelizmente, recebe por corrupção, acaba ligando e volta a funcionar. São coisas graves. Temos de tomar muito cuidado. Tudo isso eu já tinha preparado desde ontem.

Pela manhã, minha mulher ligou, aflita, meio desesperada. Como tenho um filho e uma nora que são delegados de polícia disse a ela que lhes pedisse ajuda. Isso porque o escritório que tenho em São Paulo foi assaltado. Ela recebeu o recado do vizinho e correu para lá. Mas, para não ir sozinha, não se sabe se tem bandido ou não dentro, ela foi acompanhada da minha nora. O portão da frente estava trancado com cadeado, tudo em ordem, Senador. Mas, quando entraram pelos fundos, a porta dos fundos e a porta principal de acesso estavam arrombadas. Arrombadas mesmo! Quebraram tudo. Arrombaram. O sistema de alarme foi desligado – arrancaram toda a fiação – e estouraram o controle elétrico da caixa de distribuição elétrica da casa.

Em princípio, pedi para não mexer em nada para fazer uma perícia. Pedi à Polícia de São Paulo, o 36^a Distrito para registrar. Aparentemente, minha mulher,

que conhece bem tudo que tem no escritório, não sentiu falta de nada, a não ser por terem mexido em papel, empurrado mesas e tudo.

Fico aqui um pouco preocupado, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Álvaro Dias, V. Ex^a que já sofreu também censura telefônica e nos descrevia – achou que não devia tomar providência porque não traria vantagem alguma. Pode ter, Senador. Não posso chegar aqui e dizer que é o Governo que está fazendo isso. Fico raciocinando como o Governo poderia fazer um trabalho deletério desse. Não vejo interesse. Pode haver sim grupos interessados em fazer um choque entre a Oposição e a Situação.

O que aconteceu? Sou membro das três CPIs e tenho me mantido dentro do critério de respeito, quieto, feito os requerimentos, as perguntas, sem nenhum tipo de alarde.

Nos últimos dias, participei de uma reunião reservada em que fui convidado pelo Senador Amir Lando, Presidente da CPMI do Mensalão, com o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que é o Relator, o Senador Rodolpho Tourinho, que tem feito um excelente trabalho, por ser chefe da Subcomissão de Circulação Financeira dentro do sistema do Marcos Valério, Delúbio Soares e tantos outros. Apareci na imprensa, ontem e anteontem, como tendo participado. Não dei uma declaração, Senador – recusei-me a dar – porque a conversa era reservada e ficaram responsáveis em falar com a imprensa o Senador Rodolpho Tourinho e o Relator. Alguns dados sigilosos que foram fornecidos, nenhum de nós pode falar a respeito, porque têm que ser investigados, Senadora Heloísa Helena. E há coisas graves naquilo que o Marcos Valério deu como pessoal e pediu reserva, até que possamos comprovar os fatos por ele apontados, como aqueles que já contribuíram com o fundo de atendimento às necessidades de composição.

Ouçõ com prazer o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, apenas para cumprimentá-lo pela atitude que sempre adota de muita tranqüilidade e de responsabilidade, até como Corregedor da Casa. É lamentável o que ocorre hoje no Brasil, essa arapongagem institucionalizada, bisbilhotar a vida alheia, afrontando esse direito à privacidade das pessoas através das escutas telefônicas. V. Ex^a sabe muito bem, porque tem qualificação profissional para avaliar essa situação, que é difícil comprovar e provar quem é o responsável pelo grampo telefônico. A menos que se dê um flagrante, que se pegue em flagrante a pessoa buscando o material resultante da escuta telefônica. Por essa razão – e V. Ex^a fez referência – tive, há dois meses...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me ter relatado, mas o de V. Ex^a é mais grave porque

tinha todos os dados e as referências de onde estava sendo feito o grampo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Houve o grampo até a informação do cabo 66, par 3, parte secundária, enfim detalhes técnicos do grampeamento do telefone. E não tomei providência alguma; ao contrário, desautorizei a providência tomada. O chefe do meu escritório representou ao juiz, e, quando eu soube da representação, liguei ao juiz e disse: desconsidere. Não quero providência alguma, porque não sei se o grampo é oficial. O juiz – é claro – vai valer-se da Polícia Federal para fazer a varredura, realizar a investigação. E se o grampo for oficial? Ao invés de fazer a varredura, vai-se instalar um equipamento ainda mais moderno, mais sofisticado, para que a escuta possa ser ainda mais eficiente? Então, desautorizei qualquer providência. Creio, Senador Tuma, que a solução é proceder como Tancredo Neves, que dizia que telefone se usa só para marcar o endereço do encontro, e ainda o endereço errado do encontro. É o que dizia Tancredo Neves.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Usa para contra-informação.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Exatamente. O meu telefone, podem grampear, não há problema algum, podem escutar, não há problema da minha parte, embora eu condene isso. Entendo que é deplorável, é uma atitude reacionária. Não há mais espaço, com a evolução democrática que o País alcançou, para esse tipo de procedimento, para essa prática que é muito antiga, que deveria ter sido sepultada já há muito tempo no nosso País. Então, a nossa condenação, mas nenhum receio da nossa parte de que isso possa se fazer em relação aos nossos telefones.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, agradeço o aparte...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, permite-me um aparte na seqüência?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu também gostaria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concederei em seguida a V. Ex^a.

A Lei nº 9.296, da qual fui relator, é clara na possibilidade da escuta telefônica autorizada pelo juiz competente. Ninguém mais pode autorizar, e ele tem a obrigação de fiscalizar e, permanentemente, acompanhar. Então, a introdução de qualquer nome falso é crime, como é crime o grampo telefônico ilegal. Senadora, há pena de dois a quatro anos, conforme o art. 10 dessa legislação, para aquele que quebra o sigilo da responsabilidade de guardar o sigilo da escuta oficialmente autorizada.

Hoje falei com a Polícia Federal, que queria tomar providência. Mas, eu já havia tomado pela Polícia Civil. Eu pediria encarecidamente que a investigação fosse feita de forma permanente. Sabemos que há detetives particulares e escritórios que fazem propaganda todos os dias no jornal. Isso é uma agressão a qualquer pessoa com dignidade. Há casos em que o marido ou a mulher vai ao escritório pedir para se fazer escuta telefônica. Pelo amor de Deus! Isso está nos jornais todos os dias. Eles anunciam em qualquer jornal, revistas também publicam endereços de detetives particulares que fazem a escuta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, à Senadora Heloísa Helena.

Desculpe-me, Presidente, só mais um minuto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, de forma muito rápida quero cumprimentar V. Ex^a por trazer este tema à tribuna do Senado Federal. Está tão banalizada a questão dos tais grampos que, em qualquer boteco na esquina, quem quiser compra aparelhos que gravam quem bem entender. Não sei que validade pode ter essa história dos grampos. Confesso que, há muito tempo, toda vez que uso meu telefone, ouço, do outro lado, parece-me, um gravador rodando. Não dou a mínima bola nem estou dizendo que fui ou não grameado, porque isso não me tem preocupado. Mas, se fizessem uma varredura nos telefones de deputados federais e senadores, garanto a V. Ex^a que – embora seja no campo apenas de indicação – verificariam que a maioria está grameada. Não sei que valor pode ter essa forma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, deixe-me prestar um esclarecimento a V. Ex^a. Qualquer chiado no telefone não é indicativo de grampo, mas deficiência da transmissão ou qualquer interferência ambiental. Hoje, com o guardião que a maioria das polícias tem e que alguns governadores compraram – equipamentos canadenses e israelenses –, há filtros em que a transmissão é muito mais clara do que a que naturalmente usamos.

Quando eu era 1^o Secretário, pedi encarecidamente que o nosso sistema de telefonia mantivesse vigilância permanente. Eu mesmo fui lá umas três vezes para ver como estava funcionando a varredura permanente nos telefones da Casa, porque também podemos ser grameados aqui dentro. Se alguém for à caixa e puxar a ligação, ninguém perceberá. Faz-se necessária uma vigilância permanente. O chiado, às vezes, não representa nada.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só para concluir o meu aparte, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me por interromper V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Meu escritório foi assaltado três vezes, e não acharam nada. Já achamos grampo no escritório, mas não acharam nada. Podem continuar grameando quem quiserem e assaltando quem quiserem, porque não vão achar nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Assaltar, não! Pelo amor de Deus! De repente, matam alguém! Aí, não adianta.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas, quanto ao meu escritório, podem continuar que não vão achar nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, em seguida o Senador Pedro Simon, se a Presidência autorizar, ainda porque essa questão está afligindo muito a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, a Mesa vai colaborar, pela importância do tema tratado, mas solicita a V. Ex^a que, além da Senadora Heloísa Helena e do Senador Pedro Simon, não conceda mais apartes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeitamente.

Ouçó a Senadora Heloísa Helena; em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Ex^a entende ambos os lados: o do Governo e o da Oposição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senadora Heloísa Helena.

Em seguida, o Senador Pedro Simon. Agradeço muito os apartes.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Esse tipo de escuta clandestina, ou qualquer outro nome que seja dado, do ponto de vista da minha vida pessoal e política, realmente não me incomoda, porque não tenho absolutamente nada a ser descoberto. Então, quem quiser continuar fazendo isso, se tem algum distúrbio sexual e precisa monitorar a vida pessoal dos outros, se tem alguma canalhice política... Quem anda fazendo essas coisas é capaz de muitas outras. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, com muita responsabilidade, dizia que não pode acusar ninguém. No entanto, não tenho dúvida de que, nesse mundo da política, tem gente capaz de tudo; tem gente capaz de matar, roubar, caluniar e liquidar qualquer um que passe pela sua frente. Em algumas situações, porém, isso fica no nível do insuportável. Sei que V. Ex^a, de pronto, quando fiz a denuncia há três meses, encaminhou-a à Polícia Federal e estabeleceu mecanismos de monitoramento. Fica insuportável quando essas bocas de latrina pusilânimes...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Bocas malditas.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – (...) essas bocas pusilânimes, bocas de latrina ligam para as

peessoas de tal forma, dando detalhes, com requinte de perversidade do que vão fazer com você ou com seus filhos!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aí, é inaceitável.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Isso vai para o nível do insuportável. E o pior é quando tentam criar o terror na casa, com os filhos, com as pessoas que trabalham na casa, com as pessoas que não têm nada a ver com isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É covardia.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente isso. Então, se alguém gosta de ficar monitorando a vida alheia porque tem algum problema sexual ou algum outro problema, que vá se tratar, ou outra coisa. Agora, essas bocas de latrina pusilânimes ficam ali ligando, dizendo detalhes do que vão fazer, do que podem fazer, como vão pegar, como vão matar, o que vão retirar do corpo da pessoa. Esse tipo de coisa está no nível do esgotamento total. Então, que poupem pelo menos – porque amedrontar não vão conseguir – as nossas crianças, as pessoas que estão na casa trabalhando, que não têm nada a ver com essas bocas pusilânimes, de latrina, que infelizmente gosta de aterrorizar a vida das pessoas. É só isto: poupem, pelo menos, quem, de fato, nada tem a ver com esse mundo maldito da política.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a tem toda razão. Isso é covardia, próprio de quem não tem caráter para enfrentar qualquer desavença. Então, faz pelas costas, merecendo, portanto, o repúdio de todos nós. Desse modo, estamos solidários, sempre, por tudo aquilo que vem acontecendo a V. Ex^a, principalmente pela sua coragem no enfrentamento àquilo que vem acontecendo constantemente neste Congresso Nacional.

Ouçõ o Senador Pedro Simon, último aparteante.

Não posso conceder mais apartes, Senador Eduardo Suplicy, pelo compromisso que tenho com a Presidência. Estou proibido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a está abordando um problema muito importante. Estava contando agora para o meu amigo, Senador Paim, algo de quando eu era ainda deputado estadual, logo no início, quando veio a ditadura. Lá no Rio Grande do Sul, limpavam todo mundo, cassaram, e sobre eu, que estava mais ou menos para ser; terminei presidente do Partido. Estava reunido e veio essa boataria toda – os telefones estavam todos grampeados, não sei o quê, o que se faz, o que se não faz. Aí, apareceu um delegado de polícia, dizendo-se do MDB, e veio escondido falar comigo. Ele disse duas coisas: “Deputado, cuidado que sabemos que o Dops infiltrou dois agentes lá no 9º andar” – era o andar do MDB na assembléia.

Perguntei: “Como é que vou ver?” Ele disse: “Não, ver não dá para ver, mas o senhor deve notar; são os dois que quando se perguntar o que fazer, vão dizer: vamos atirar uma bomba. Os mais radicais, os mais fanáticos, aparecem em tudo que é reunião, não sei o quê. Desconfie. Esses são os caras”. Aí, perguntei: “o que deveria fazer com esse negócio que estavam anunciando, que estão gravando os telefones?” E isso naquela época, lá atrás. Ele disse: “Um conselho, Deputado: fale no telefone o que o senhor pode falar na frente do delegado de polícia. O que é para não falar não se fala no telefone. Telefone não é instrumento para falar”. Alias, quem fazia isso era o Dr. Tancredo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O Dr. Tancredo, presidente eleito da República, ninguém conseguia que ele falasse qualquer coisa pelo telefone. Uma vez – e isso ficou célebre –, houve um problema enorme, e o Dr. Ulysses telefonou para ele em Nova Iorque. Era um general de quatro estrelas que tinha tomado uma atitude e mandado prender etc... Foi uma confusão dos diabos. E o Dr. Tancredo dizia: “Mas eu não estou escutando nada, Dr. Ulysses! O que é?” E o Ulysses: “Mas como não está escutando? Eu estou escutando bem!” Ele ficou um tempo enorme e depois desligou o telefone, porque o Dr. Tancredo não estava ouvindo nada. O que é meio surpreendente – e sinto com toda a sinceridade, porque isso já começou no início do Governo – é que há dois movimentos dentro do Governo: tem o velho PT, tradicional, composto por gente séria, responsável, que mantém o esquema de segurança, adaptou-se ao governo; está gostando muito e usa isso sem nenhuma cerimônia. Eu não vejo muita saída para isso. Com toda a sinceridade, eu não vejo muita saída para isso. Eu confio na boa vontade do Ministro da Justiça, mas não confio que ele tenha forças para chegar até os esquemas que estão lá. Lamentavelmente, com relação ao esquema de telefonia e de escuta de telefone, o Brasil é um dos piores países do mundo. Hoje, isso é usado de todas as maneiras. Lamentavelmente, temos de reconhecer que não é só a polícia que faz isso: uma empresa que está interessada em outra empresa, um marido que quer saber por onde andou sua mulher. Esse serviço é oferecido pelos jornais a toda hora. A mim já vieram procurar, lá no Rio Grande do Sul: “Senador, V. Ex^a quer? Eu vejo para V. Ex^a o que é, onde é, eu lhe digo se apuro ou não”. Isso é algo tão anárquico, tão irresponsável e imoral que não sabemos como começar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço-lhe, Senador Pedro Simon, e lhe digo: tem até tabela de preço.

Senador João Alberto, o Senador Heráclito e a Senadora Roseana Sarney tiveram um entrevisto à época das eleições. Pedi, então, uma investigação especial, que agora foi acrescida do requerimento de V. Ex^a, do Presidente Sarney e do Senador Edison Lobão sobre alguns movimentos tentando desmoralizá-los. Primária foi uma escuta telefônica que teria interceptado conversa entre o Senador Heráclito e a Senadora Roseana pelas coincidências que ocorreram. Eu recebi o relatório reservado da Polícia Federal, que não pode ser usado, e eu vou pedir ao Presidente Nelson Jobim uma audiência, na qual pretendo solicitar que S. Ex^a autorize que o inquérito seja feito por Brasília, para que realmente possam ser esclarecidos todos os fatos que afligem V. Ex^a e os nossos companheiros aqui.

Eu agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Romeu Tuma, levarei a manifestação de V. Ex^a e os apartes dos Srs. Senadores ao Presidente Renan Calheiros, entendendo que uma ameaça à integridade de um Senador é uma ameaça à integridade do Senado Federal.

Com a palavra o nobre Senador João Alberto.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Suplicy e, em seguida, o Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Senador de São Paulo, Sr. Presidente Tião Viana, quero expressar a minha solidariedade e preocupação com respeito ao assalto, informado agora, ao escritório do Senador Romeu Tuma, colocando-me à disposição de S. Ex^a também para ajudar em São Paulo no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Puxa, Senador, eu não sabia! Assaltaram o escritório de V. Ex^a?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi esta noite, eu não sabia, só soube agora. É sobre isso que eu ia falar, já havia preparado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É provocação, estão querendo desmoralizar todos nós. Sinto-me assaltado. Não vou dar tapa em ninguém, mas eu me sinto assaltado junto com V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– Senador Mão Santa tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, eu gostaria de

me inscrever para uma comunicação inadiável no momento em que V. Ex^a achar oportuno. Se possível, até neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– V. Ex^a está inscrito nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno. O segundo inscrito para uma breve comunicação é o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o nobre Senador João Alberto, que dispõe de até 12 minutos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que vou abordar nesta fala é o turismo, com particular enfoque à cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

O turismo no Brasil, com suas eficiências e deficiências, está cada vez mais presente no rol das preocupações dos governantes. Não é sem justa razão, pois esse setor é um dos principais instrumentos do nosso tempo para criar emprego e gerar renda.

Nosso País tem tudo para ser um paraíso turístico. Digo mais: o Brasil tem condições de ser uma soma de paraísos turísticos naturais com as praias do Nordeste, a Amazônia, o mundo mágico dos folclores regionais, o Rio de Janeiro, Brasília, o Maranhão, a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e os demais Estados, uma vasta gama de opções que, bem estudadas, planejadas e exploradas, têm condições de atrair boa parte do fluxo turístico previsto para os próximos anos.

E atentem, Srs. Senadores: em 1999, segundo a Organização Mundial do Turismo, 663 milhões de pessoas se deslocaram no mundo para fins turísticos, gerando, nos países anfitriões, uma receita de aproximadamente 456 bilhões de dólares. A mesma organização prevê, para os próximos vinte anos, um crescimento do setor de, em média, 4,1% ao ano, atingindo, em 2020, um total de 1,6 bilhão de turistas.

Cálculos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo prevêem que a participação do turismo no PIB mundial, em 2010, chegará à cifra de US\$6,6 trilhões. Este montante fabuloso impressiona ainda mais se considerarmos que o fluxo turístico se tem concentrado em apenas dez países no mundo num universo de duzentos pesquisados: França, Espanha, Estados Unidos, Itália, China, Reino Unido, México, Canadá, Polônia e Áustria.

Nosso País tem condições e precisa tornar-se um destino almejado por grande parte dos turistas que procura o lazer em contato com a natureza, conhecendo povos, culturas e histórias diferentes.

São Luís, a nossa capital do Maranhão, é uma cidade ainda pouco explorada nesse setor, mas um ponto turístico de particular valor no Brasil em razão da história dessa cidade, palco de atuação e lutas de índios, franceses, portugueses e holandeses. É uma cidade

pródiga de natureza, singularizada pela peculiaridade do modo de ser de seus habitantes, extremamente animados, sempre disponíveis para festas, para o carnaval, para os folguedos de julho, para o Bumba-Meu-Boi e outros; capital do *reggae* brasileiro, berço de poetas e escritores famosos, que enriquecem e enriqueceram a literatura brasileira de perenes valores universais.

No campo da arquitetura, a cidade possui o maior conjunto arquitetônico de origem portuguesa do Brasil. Por isso, em 1997, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Localizada na ilha de São Luís, no denominado Golfão Maranhense, era habitada pelos índios Tupinambá, imemoriais senhores da Ilha Grande, por eles chamada de Upaon-Açu, e abraçada pelos rios Anil e Bacanga.

São Luís foi fundada em 1612 pelos franceses, dos quais recebeu o nome de São Luís em homenagem a Luís XIII, então menino e futuro rei da França.

No centro histórico de São Luís não apenas os azulejos, as sacadas das mansões senhoriais, os telhados, as pedras de cantaria têm história: as ruas, os becos, as praças foram cenário de existências e vivências marcantes, tornando-se acervos da memória do povo maranhense e de boa parte da história do Brasil. Seus personagens são ricos de vida e de significado, fonte de mitos e tradições, de trabalho, de humor e de sofrimento. Ruas como a atual João Victal, ex-beco da Pacotilha, encerram lembranças que são pulsações do passado da cidade, traduzem sentimentos, tradições e costumes que fazem de São Luís uma realidade-evento singular, específica, rica, antropológicamente única. Uma síntese prototípica da História do Brasil, pois no seu seio caldearam-se o negro, o tupinambá e o europeu.

No imaginário popular, tornaram-se lendas a Baronesa de São Bento, Catarina Mina, escrava alforriada que se tornou, por seu trabalho, engenho e arte, símbolo de coragem, inteligência e empreendimento.

O Palácio dos Leões, com suas feições robustas do barroco colonial, guarda a história da administração do Estado. Foi residência oficial e local de despacho dos governadores. Foi restaurado por José Sarney, esse nosso Senador, que hoje não está neste recinto, quando, na década de 60, governou o Maranhão. Posteriormente, sob a administração de Roseana Sarney, São Luís recebeu elevados, avenidas novas, largas e de grande fluidez.

A seu lado, plantada no litoral ocidental maranhense, Alcântara, antiga capital, acervo arquitetônico e paisagístico e, hoje, centro de lançamento de foguetes. Carregada de história e de sofrimento, símbolo de força e tenacidade.

Do ponto de vista ecológico, nada mais sugestivo e belo do que as paisagens do Parque Nacional dos

Lençóis Maranhenses. Extensas dunas, largas praias, lagoas de água límpida, o rio Preguiças e o farol de Mandacaru, no Município de Barreirinhas.

Existem ainda as lindas cachoeiras da progressista cidade de Carolina.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, São Luís tem tudo para ser um entre os muitos paraísos turísticos do Brasil. É necessário que o Governo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – PI) – Concedo o aparte com muita satisfação, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Alberto, realmente V. Ex^a está descrevendo tão bem quanto Gonçalves Dias, que disse “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá. As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – PI) – Queira Deus que eu não morra sem ver!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São Luís tem tudo. Bastaria lembrar que é historicamente conhecida como a Atenas do Brasil, uma capital cultural, com um passado cultural, de uma biblioteca, de um teatro. Padre Antônio Vieira viveu 89 anos, 52 anos no Brasil, e, talvez, a maioria dos anos pregando, escrevendo cartas, também famosas, do Maranhão. Sabe o que está faltando em São Luís, no Maranhão, no meu Piauí e no Brasil? É aquilo que V. Ex^a deu, quando, em poucos meses, foi talvez o melhor Governador da história do Maranhão e do Brasil: segurança. Sou vizinho e vi: os bandidos todos passavam para o Piauí porque tinham medo de João Alberto. Qualquer que seja o futuro Presidente, ele tem que pensar no nome de V. Ex^a. Então, o que atrasa o turismo no nosso País é a falta de segurança. Vim da Suíça e vi velhinhos de 90, 100 anos namorando nas praças, nas ruas, todos bem vestidos. Isso é impensável no Brasil, pois falta aquilo que V. Ex^a deu ao Maranhão: segurança, que é o fundamental para que se fortaleça o turismo no Brasil.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Gostaria também de dizer que, quanto estive na Europa, na Noruega, houve um seqüestro no Rio de Janeiro, e a manchete dos jornais era só sobre o seqüestro.

Realmente, para que se tenha essa atração turística no Brasil é necessário que haja segurança, não tenho dúvida nenhuma, mas também são necessários outros cuidados.

Não gostaria de falar sobre isso agora, mas V. Ex^a faz com que eu saia um pouco do meu roteiro. Tive

uma reunião, no Senado, com médicos do Brasil – eles estavam aqui por causa de uma reunião que estava havendo em Brasília – e eles me forneceram dados importantíssimos, dados que afastam o turista do nosso País. Diziam eles que, no Brasil, temos a média de 15 ratos por habitante. Isso não existe mais em país europeu. Temos, também, 250 baratas por habitante.

Ora, para que o Brasil se torne um paraíso turístico, é necessário que também se faça esse combate. A alimentação também é importante. Quem já esteve na Europa pôde verificar. O europeu visita muito outros países. A França recebe 30 milhões de turistas por ano. O Brasil recebe, ao ano, três milhões de turistas, pela pesquisa que fiz. E é claro que temos muito mais condições que esses países. Lá fora, você não encontra nenhuma ave. São países pequenos. O que é a Holanda? As cidades de Amsterdã, Roterdã e Haia ficam uma pertinho da outra, a distância é menor que de Teresina a Parnaíba, ou Buriti, ali perto. É como se saíssemos da capital, andássemos mais 80 quilômetros, 100 quilômetros, e chegássemos a outra cidade grande da Holanda.

Temos condições de trazer esses turistas para cá, mas é preciso uma política sobre turismo no Brasil.

Quero encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que é necessário que o Governo invista mais no setor. O turismo cria empregos, o turismo gera renda, e, dessa forma, poderíamos minorar as dificuldades do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador João Alberto.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos iniciar este pronunciamento fazendo uma prestação de contas da nossa atuação junto a vários Ministérios e a órgãos em Brasília, na semana que passou, na busca para a solução de alguns problemas do meu Estado de Mato Grosso.

Na semana que passou, estive, juntamente com o Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, com vários Parlamentares da Bancada Federal do nosso Estado, com Secretários de Estado e com o Prefeito de Rondonópolis, Sr. Adilton Domingos Sachetti, todos, enfim, em conjunto, num esforço contínuo para garantir que o nosso Estado e o nosso povo recebam as obras e os investimentos a que têm direito.

O Senador Eduardo Siqueira Campos chegou.

Estou usando da palavra em seu lugar, por permuta, porque V. Ex^a não estava presente, mas já deixei

a minha inscrição para V. Ex^a. Agradeço antecipadamente, apesar de ter sido um atraso para V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senadora Serys Slhessarenko, apenas para que não fique registrado como um atraso, explico: eu estava nas dependências da Casa, atendendo a Prefeitos que estão me visitando, quando o Dr. Carreiro me consultou, e eu disse que aceitaria, com o maior prazer, que se fizesse a permuta. Teremos uma tarde inteira para nos pronunciarmos. Ouvi-la antes de falar, é sempre um privilégio para nós desta Casa e para mim pessoalmente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Eduardo Siqueira Campos, agradeço muito a V. Ex^a. Não quis dizer que V. Ex^a chegou atrasado, mas que não estava no plenário. Para mim, foi interessante porque eu tive esta possibilidade. Agradeço muito a V. Ex^a pela permuta.

Como eu dizia, na semana que passou, atuamos em vários Ministérios e em alguns órgãos junto com nossa Bancada, de todos os Senadores e Deputados – alguns estavam presentes e outros não puderam comparecer –, e com o Governo do Estado de Mato Grosso.

Gostaria de deixar bastante claro que temos divergências permanentes com o Governador Blairo Maggi, do PPS, mas, quando buscamos melhores condições e possibilidades de desenvolvimento para o nosso Estado de Mato Grosso, temos de estar juntos, sim. É responsabilidade de todos os políticos de Mato Grosso o desenvolvimento e a busca da melhoria da qualidade de vida da população do nosso Estado.

Nós, Parlamentares, haveremos de passar. Os que governam hoje podem não governar mais amanhã. Temos de ter a consciência do caráter transitório de nosso trabalho, pois exercemos o poder eventualmente. Mas a população de nosso Estado está em permanente expectativa de que nós, em Brasília, estamos buscando as melhores condições de desenvolvimento para o Estado que representamos. E eu não titubeio em fazer isso, eu não vacilo, independente da coloração partidária.

Há uma questão extremamente importante: as estradas de Mato Grosso. Digo que é extremamente importante, porque, repito sempre, é um Estado produtor de matéria-prima, que precisa de estradas e ferrovias. Em Mato Grosso, temos a Ferronorte, que já alcançou o Alto Araguaia, mas precisamos que chegue a Rondonópolis e a Cuiabá. Existe uma discussão maior, a Norte-Sul, que interessa muito ao Tocantins, Senador Eduardo Siqueira Campos. Quero juntar as minhas forças às suas e às de toda a população do Tocantins e de Mato Grosso, para que a Norte-Sul se realize. Abro um parêntese para dizer a V. Ex^a que conte conosco nessa empreitada.

Mas, voltando às nossas rodovias, a BR–364 tem três trechos extremamente importantes prontos, e continuaremos lutando aqui para que seja assim em todo o seu percurso.

O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, anunciou que dia 10 de novembro, portanto daqui a poucos dias, estará assinando convênio para asfaltamento e construção de pontes que interligam a BR– 58. É da mais alta relevância que esse convênio seja assinado. Ele conta com recursos do Governo Federal, devido a emendas de todos os Parlamentares da Bancada de Mato Grosso – Deputados, Deputadas, Senadores e Senadora. A maior Bancada feminina do Congresso Nacional é a de Mato Grosso, com três Deputadas – já chegou a ter quatro, com uma Suplente – e uma Senadora.

Além desse parêntese, quero deixar claro que recursos de emendas de todos os Parlamentares da Bancada foram somados para a realização do asfaltamento da BR–158, que será um por um: recursos do Governo Federal e recursos do Governo Estadual. Então, a BR–158, que as pessoas dizem que há mais de 30 anos não é resolvida, dará um salto qualitativo em termos de construção de asfalto e de pontes, que vão, mais ou menos, de Ribeirão Cascalheira – há 17 quilômetros ainda nessa parte – até Poço da Mata, e seguirá **a posteriori** também.

A BR–163 é uma outra dificuldade que temos, principalmente, para o escoamento da produção para o Pará via Porto de Santarém. Em Mato Grosso, a BR–163 já está asfaltada, mas deixa muito a desejar, pois o asfalto tem vinte nos e está totalmente deteriorado, quase que acabado, mas está sendo restaurado. A restauração, bastante avançada, está sendo feita por meio de um programa que ainda não é o melhor, o tal do “creminha”. É ainda uma restauração fraca, não sei como a denomino. Mas, enquanto se elabora o projeto da restauração “definitiva” – embora estrada asfaltada nunca tenha restauração definitiva, apenas por um prazo bem maior – temos esses “creminhas”, que segurarão até que se elabore o projeto e sejam aprovados os recursos para uma restauração mais permanente.

Também estão avançando as possibilidades de se construir a BR– 63, dentro do Estado o Pará. É tão importante esse asfalto no Pará para o Mato Grosso, quanto o asfalto da BR–163 em Mato Grosso, porque o caminho é encurtado pela metade com a saída da produção do nosso Estado por Santarém e não pela Região Sul do País.

No mesmo dia em que estivemos resolvendo o problema das estradas com o Ministro dos Transportes, estivemos também com o Ministro das Cidades, ocasião em que vários projetos foram discutidos, e com a Ministra Marina Silva, com quem discutimos o cancelamento

do programa BID-Pantanal. Esse programa, em termos de ações, era importantíssimo, mas estava trazendo uma desvantagem muito grande para o Governo brasileiro e, automaticamente, para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O convênio gerava mais gastos e despesas com os juros pagos ao banco do que com o que era investido. Por isso foi cancelado. Todos nós, inclusive os governadores, consideramos que essa foi a melhor solução.

No que diz respeito a ações importantes tanto para Mato Grosso quanto para Mato Grosso do Sul, a partir da discussão do Governador Blairo Maggi, do Governador Zeca do PT e da Senadora Marina Silva, haverá condições de desenvolvimento de muitas ações previstas no BID-Pantanal.

Eu teria uma série de outras questões para falar a respeito desse importante momento de busca de melhores condições para nosso Estado, que aconteceu na semana que passou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ainda tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente? Três?

Além dessa breve prestação de contas – eu até já fiz alusão ao tema, mas gostaria que ele ficasse registrado na íntegra.

Sou autora do projeto que transforma o ano 2006 em ano nacional de Santos Dumont, que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Sem dúvida nenhuma, o grande brasileiro Alberto Santos Dumont é uma personalidade que precisa ser muito mais lembrada e muito mais reverenciada pelo nosso Brasil afora.

Foi no ano de 1906 que Santos Dumont tentou e realizou...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Dois minutos. Depois, o senhor me dá mais um.

... esse feito inédito, assombrando a população do País, que foi a conquista de levantar vô com um aparelho mais pesado que o ar, sem o auxílio de um balão.

O 14-Bis, seu primeiro avião, foi levado para o campo de Bagatelle, e a multidão parisiense acompanhou curiosa mais aquela experiência. Pilotado por Santos Dumont, o 14-Bis se ergueu a mais de dois metros do solo, mantendo essa altitude ao longo de 60 metros. Foi a consagração definitiva do inventor brasileiro.

A imprensa mundial noticiou a proeza e, hoje, quando vemos milhares e milhares de aviões encurtando as distâncias entre os povos, temos de nos

recordar desse dedicado cidadão brasileiro. Por esta invenção, Santos Dumont é justamente considerado, por muitos, o Pai da Aviação.

Todos sabemos da pretensão dos Estados Unidos de fazerem dos irmãos Wright os pioneiros nesse tipo de vôo...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... mas a história registra que eles só realizaram a sua primeira demonstração pública em 1908. Não deixam, é claro, de ter a sua importância nesse processo, mas a primazia é, sem dúvida nenhuma, de Santos Dumont, esse grande brasileiro, que, sempre que realizava uma nova conquista, tinha o costume de comemorá-la desfraldando a Bandeira brasileira.

No ano de 2006, quando se comemora 100 anos daquele primeiro vôo, lá, no campo de Bagatelle, nada mais justo do que o Congresso Nacional, o Governo do Brasil, os Governos Estaduais, as Assembléias Legislativas, as Prefeituras e as Câmaras Municipais, a sociedade civil organizada, toda a nossa cidadania, todos os brasileiros e brasileiras se irmanarem para destacar a trajetória desse inventor, desse brasileiro, deste ser humano tão especial que foi Alberto Santos Dumont.

Santos Dumont era um idealista, isso é o que fica evidente em todas as obras que já se escreveram a seu respeito. A vida de Santos Dumont não era guiada pelo profissionalismo, Santos Dumont jamais imaginou que poderia lucrar com a invenção que perseguiu com tanta tenacidade.

De acordo com dados de estudiosos, um dos grandes problemas do Brasil é a falta de proteção ao patrimônio nacional.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nobre Senadora, fizemos aqui uma cerimônia especial para o Dia do Aviador, da qual V. Ex^a participou. Mas há algo que tem me afligido há algum tempo: uma propaganda de televisão. Vimos o Presidente Lula e o Presidente Putin com um militar, da nossa Aeronáutica, que vai fazer o vôo com uma equipe russa para uma esfera próxima à Lua. E há uma propaganda de um veículo – não vou citar o nome, porque isto não é uma crítica – em que alguém diz assim: “Um dos pilotos fará um vôo à estratosfera”. Quatro recuam, só um fica parado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Desculpe-me, não ouvi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sinto um pouco de amargura. Parece que...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não ouvi a sua colocação no final, porque...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – São cinco.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fardados como se fossem da Aeronáutica. Aí, alguém diz: “Um dos nossos pilotos participará da viagem à estratosfera. Quem é o candidato?” Quatro recuam, e um fica parado. Nem vai para frente, nem para trás. Então, senti um pouco de desprestígio aos oficiais da Aeronáutica – pode ser que eu esteja enganado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Isso em quê?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Na televisão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não vi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Em uma propaganda de um veículo. Todos ficam para aproveitar o preço de um veículo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É complicado, realmente!

De acordo com dados de estudiosos, um dos grandes problemas do Brasil é a falta de proteção ao patrimônio nacional. Um dos fatos mais lastimáveis, constatado pelo professor Henrique Lins de Barros, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, que fez uma acurada pesquisa sobre a vida de Santos Dumont ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... muita informação sobre o grande inventor foi perdida com os anos. Por isso, o fato é que ainda há muito o que descobrir sobre a sua trajetória, seus estudos, as diversas nuances de sua personalidade.

O fato de definirmos o ano que vem, o ano de 2006, como “O Ano Nacional Santos Dumont” certamente que há de impulsionar, ainda mais, os estudos e as pesquisas em torno de Santos Dumont. Esta é uma das principais razões que nos fizeram apresentar este projeto.

Tizuka Yamasaki, inclusive, essa grande produtora e diretora cinematográfica, está estudando a possibilidade de se fazer um filme a respeito da vida de Santos Dumont, o que vai servir de exemplo principalmente para a nossa juventude, para as nossas crianças, no que diz respeito à persistência e à pertinácia de uma pessoa na busca da concretização dos seus ideais e dos seus sonhos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

Hoje, desta tribuna gostaria de registrar e comemorar a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da proposta de minha autoria que fixa o ano de 2006 como "O Ano Nacional Santos Dumont".

Sem dúvida nenhuma que o grande brasileiro Alberto Santos Dumont é uma personalidade que precisa ser muito mais lembrada e muito mais reverenciada, aqui em Brasília e pelo Brasil afora.

Foi no ano de 1906 que Santos-Dumont tentou e realizou este feito inédito, assombrando a população de Paris, que foi a conquista de levantar voo com um aparelho mais pesado que o ar, sem o auxílio de um balão.

O 14-BIS, seu primeiro avião, foi levado para o Campo de Bagatelle. E a multidão parisiense acompanhou curiosa mais aquela experiência. Pilotado por Santos Dumont, o 14-BIS se ergueu a mais de dois metros do solo, mantendo esta altitude ao longo de sessenta metros. Foi a consagração definitiva do inventor brasileiro. A imprensa mundial noticiou a proeza e hoje quando vemos milhares e milhares de aviões encurtando as distâncias entre os povos, temos que recordar deste dedicado cidadão brasileiro. Por esta invenção, Santos-Dumont é justamente considerado, por muitos, o Pai da Aviação.

Todo nós sabemos da pretensão dos Estados Unidos de fazer dos irmãos Wright os pioneiros neste tipo de voo, mas a história registra que eles só realizaram a sua primeira demonstração pública em 1908. Não deixam, é claro, de ter a sua importância neste processo, mas a primazia é, sem dúvida nenhuma, de Santos Dumont, esse grande brasileiro que, sempre que realizava uma nova conquista, tinha o costume de comemorá-la desfraldando a bandeira brasileira. No ano de 2006, quando se comemora 100 anos daquele primeiro voo lá no Campo de Bagatelle, nada mais justo do que o Congresso Nacional, o Governo do Brasil, os governos estaduais, as Assembleias Legislativas, as Prefeituras e Câmara Municipais, a sociedade civil organizada, toda a nossa cidadania, todos os brasileiros e brasileiras se irmarem para destacar a trajetória desse inventor, desse brasileiro, deste ser humano tão especial que foi Alberto Santos Dumont.

Santos Dumont era um idealista, isso é o que fica evidente em todas as obras que já se escreveram a seu respeito. A vida de Santos Dumont não era guiada pelo profissionalismo, Santos Dumont jamais imaginou que poderia lucrar com a invenção que perseguiu com tanta tenacidade.

De acordo com dados de estudiosos, um dos grandes problemas do Brasil é a falta de proteção ao patrimônio nacional. Um dos fatos mais lastimáveis, constatado pelo professor Henrique Lins de Barros, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, que fez uma acurada pesquisa sobre a vida de Santos Dumont, muita informação sobre o grande inventor foi perdida com os anos. Por isso, o fato é que ainda há muito o que descobrir sobre a sua trajetória, seus estudos, as diversas nuances de sua personalidade.

O fato de definirmos o ano que vem, o ano de 2006, como "O Ano Nacional Santos Dumont" certamente que há de impulsionar, ainda mais, os estudos e as pesquisas em torno de Santos Dumont. Esta é uma das principais razões que nos fizeram apresentar esta proposta.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

Gostaria aqui de prestar conta dos contatos que fiz durante esta semana, junto aos Ministérios aqui em Brasil, em companhia do governador Blairo Maggi, de companheiros da bancada federal, de alguns dos secretários de Estado de Mato Grosso e do prefeito de Rondonópolis, o ilustre Adilton Sachetti, dentro daquele esforço contínuo que vimos desenvolvendo para garantir que nosso Estado e nosso povo recebam as obras e os investimentos do Governo Federal a que tem direito.

Entendo que esta é uma parte muito importante do mandato que recebi da população de Mato Grosso e tenho procurado cumpri-la com a maior dedicação, não deixando me embarçar pelo fato de que integro a bancada do PT no Congresso Nacional e lá em Mato Grosso contamos com um governador que pertence aos quadros do PPS, partido hoje que se encontra em oposição ao Governo Lula.

O fato, todavia, é que os investimentos que buscamos não são buscados para beneficiar ao PT ou ao PPS, mas são buscados para beneficiar o povo de Mato Grosso que deve ser o sujeito principal de toda esta nossa história. Nós, parlamentares, haveremos de passar. Os que hoje governam, amanhã podem não governar mais. Devemos ter a consciência do caráter transitório que tem o poder que eventualmente exercemos. O povo, todavia, está sempre aí, na expectativa de melhores dias e é esse povo que precisa ser o centro de nossas atenções. Então, quando se trata de garantir benefícios para aqueles que vivem e trabalham em Mato Grosso, não tenho vacilado em dar as mãos ao governador do PPS, aos parlamentares do PSDB, do PFL, dos mais diversos partidos, no sentido de garantir que essas obras apareçam.

Nem sempre temos sido tratados com a mesma cortesia por parte dos nossos adversários, mas isso não haverá de modificar a minha postura, já que acredito que, no final das contas, o povo haverá de reconhecer quem não se deixa levar pelos interesses mesquinhos.

Felizmente, no governo Lula, este entendimento de os governantes e os parlamentares não devam ser discriminados por pertencerem a este ou aquele partido, este é um entendimento que tem prevalecido e tem feito a diferença no que se refere aos bons resultados que nosso governo tem conseguido. Está de parabéns o presidente Lula, estão de parabéns os nossos ministros, por fazerem vigorar esta lógica de que os interesses do povo são superiores aos eventuais interesses paroquiais e partidários.

Esta foi mais uma semana de muito trabalho e, na quarta-feira, tive a honra de participar de um mutirão de visitas, ~~ao lado de~~ governador Blairo Maggi, que começou pelo Ministério das Cidades. No ministério, fomos recebidos pelo Ministro Marcio Fortes que nos garantiu que até o final do ano estará ajudando a cidade de Rondonópolis e outras cidades de MT, a resolverem suas carências no que se refere à garantia de recursos para infra-estrutura urbana.

O nosso empenho, quando desenvolvemos esta mobilização em favor de recursos, visa garantir que seja ofertada uma melhor condição de vida àqueles que fazem o progresso e o desenvolvimento de Mato Grosso. Todos os senhores e senhoras sabem que nosso Estado é palco de um crescimento populacional vertiginoso – o que amplia, incessantemente, a necessidade de novas moradias, a necessidade de ampliação da rede de esgotamento sanitário, a necessidade de ampliação da rede de abastecimento de água potável, da ampliação da oferta de transporte coletivo de qualidade, de multiplicação das vagas nas escolas públicas e do atendimento médico-hospitalar na rede de saúde mantida pelo poder público, além de outras conseqüências que é fácil imaginar.

Pudemos constatar que o prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti, está muito preocupado em garantir o asfaltamento daquelas ruas e avenidas de seu município por onde circulam os linhas de ônibus que atendem à população daquela cidade. A garantia que tivemos do Ministro Márcio Fortes foi de que haverá um esforço especial por parte do Ministério das Cidades no sentido de que se liberem os recursos que já há um bom tempo vem sendo pleiteado pela administração de Rondonópolis no sentido de garantir o atendimento a esta demanda.

A caravana de Mato Grosso, esteve também no Ministério dos Transportes onde fomos muito bem recebidos, como sempre acontece, e o ministro Alfredo Nascimento anunciou que irá até Mato Grosso, no próximo dia 10 de novembro, daqui a poucos dias, portanto, para assinar convênios para asfaltamento e construção de pontes que interligam a rodovia BR-158.

Será certamente um dia de festa para a população de Ribeirão Cascalheira e de todo o Vale do Araguaia, receber o nosso ministro, receber as demais autoridades do Governo Federal, receber as autoridades do Governo Estadual e todos nós, parlamentares, que também lá estaremos para assinar os protocolos que garantirão a liberação de 30 milhões de reais, resultantes da Emenda da bancada de Mato Grosso ao Orçamento da União, para serem

o mais rapidamente possível aplicados naquela rodovia tão estratégica para o desenvolvimento de toda a nossa região. *Sim, porque é uma rodovia que vai consolidar a ligação entre o Mato Grosso e o Pará, permitindo que os grãos que Mato Grosso produz sejam transportados com muito maior agilidade até o Porto de Santarém.*

Com a conclusão do asfaltamento de BR-158, a nossa certeza é de que o Vale do Araguaia e toda aquela de fronteira entre Mato Grosso e o Pará, além dos municípios limítrofes do estado de Tocantins e Goiás também vão se beneficiar de um surto de desenvolvimento como nunca antes se viu. Se ali está se estabelecendo uma nova fronteira para a produção agrícola, com a ampliação dos campos cobertos pelas lavouras de soja e algodão, principalmente, com a estrada concluída o incentivo aos negócios será intensificado, e a vida de todo o povo daquele importante pedaço do Brasil haverá se beneficiar, pois surgirão novos empregos, a circulação de mercadoria e de pessoas será facilitada, e todas as perspectivas de desenvolvimento que se constata que estão reprimidas no Vale do Araguaia, serão facilitadas a partir desse investimento que está sendo garantido pelo Governo Lula, pelo Governo do Partido dos Trabalhadores.

Para nossa satisfação, além dos recursos para a BR 158, tivemos do Ministro Alfredo Nascimento também a garantia de que outra importante rodovia de Mato Grosso, outro importante eixo estruturante do desenvolvimento de nossa região, que é a BR-364, receberá, nos próximos dias, novos e importantes investimentos.

Além da liberação da emenda de bancada de minha autoria – no valor de R\$ 18.700 milhões, o Ministro Alfredo Nascimento confirmou a liberação de ~~mais R\$ 21 milhões~~ *+ Recursos* para a conclusão do trecho Sapezal/Comodoro, para o término da Travessia de Sapezal e para a continuidade do trecho da Rodovia que começa no município de Novo Diamantino.

O Governo Lula, portanto, não está parado, como insistem em dizer algumas aves de mau agouro. O Governo Lula está investindo, decididamente, para que as ligações viárias de Mato Grosso se consolidem e todos aqui nesta Casa sabem o quanto estas rodovias são importantes dentro da cadeia produtiva da soja, da cadeia produtiva do algodão, da cadeia produtiva da carne bovina, da cadeia produtiva da carne suína, setores em que a economia de Mato Grosso, nestes últimos anos, vem mostrando uma pujança que destaca nosso Estado não apenas aos olhos dos brasileiros mas de todo o mundo.

Para não dizer^{plu} que só falamos de estradas e de produção agrícola, quero destacar que, na quarta-feira, neste mutirão de visitas que fizemos aos ministérios, também tivemos a oportunidade de falar de flores.

Digo isto porque também estivemos no Ministério do Meio Ambiente, com a Ministra Marina Silva e ali, mais uma vez ao lado do governador Blairo Maggi, ouvimos da ministra Marina o seu compromisso de garantir um projeto de desenvolvimento para o Pantanal, que agora não terá mais a participação do Banco Mundial, mas seguirá um modelo que será definido pelos governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. *e do Ministério de Meio Ambiente.*

Todos nós sabemos que Mato Grosso tem sofrido muito, nestes últimos tempos, com as críticas que se fazem à depredação que o meio ambiente sofre em nossa região. No afã de produzir, muitas vezes, os produtores não conseguem preservar. Essa é uma das *deficiências* das quais sofremos e temos visto o governador Blairo Maggi ser muito cobrado pela destruição de nossas florestas, a partir da expansão da fronteira agrícola. Como grande produtor e exportador de soja que é, Blairo Maggi muitas das vezes tem ficado em sinuca de bico. Mas, da mesma forma que já critiquei muito o governador Blairo Maggi pelos descasos que comete com relação ao enfrentamento das queimadas em Mato Grosso, não poderia deixar de me somar a ele nesse esforço para^{que} o Pantanal Mato-grossense conte com um projeto de desenvolvimento que o preserve enquanto santuário ecológico de toda a humanidade. É um esforço louvável e nosso propósito e acompanhar as reuniões que se farão entre Blairo Maggi e o governador Zeca do PT, no sentido de garantir um projeto que se coadune com as expectativas daquelas comunidades que vivem no Pantanal e daquelas comunidades que se preocupam com o Pantanal.

Esse, senhor presidente, senhoras e senhoras senadoras, era o relatório que tínhamos para apresentar à esta Casa, e também aos cidadãos e cidadãs, sobre os diversos contatos que desenvolvemos, esta semana, em favor de novos investimentos para Mato Grosso.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Serys Slhessarenko, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, do Tocantins, pela Liderança do PL, de acordo com o parágrafo único do art. 66, do Regimento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Eu gostaria de me inscrever como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será inscrita. Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, depois, a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente, serei rigoroso com o horário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, passando pelo plenário, quando me dirigia ao gabinete, observei que estava na tribuna o Senador Romeu Tuma – o ilustre Senador Romeu Tuma –, falando exatamente sobre um assunto que hoje é muito comentado por este País afora. Aliás, não só hoje, mas, de algum tempo para cá, esse assunto tem sido extremamente comentado, que é a questão dos grampos, sobretudo dos grampos telefônicos.

Sr. Presidente, tenho essa preocupação já há algum tempo. Creio que temos de fazer uma lei mais dura com referência ao grampo telefônico irregular. Isso é uma coisa absurda! Por exemplo: no meu querido Estado do Tocantins, a população vive em pânico, sobretudo os políticos que são adversários do atual Governador ou do seu grupo, ou da sua equipe. É algo espantoso! Lá, todas as conversas realizadas por telefone, sobretudo por telefones celulares, depois de cinco minutos são do conhecimento do Palácio Araguaia. Ficamos, então, a nos perguntar: qual é a solução para este problema?

Aqui, em Brasília, há denúncias todos os dias. Nesta semana, houve denúncias de Parlamentares que são Relatores e que fazem parte das CPIs, seja da CPMI da Compra de Votos, da Investigação dos Bingos, enfim, das três CPIs que estão funcionando.

Há poucos dias, há mais ou menos dois meses, o Deputado Vicentinho Alves fazia uma denúncia da tribuna da Assembléia Legislativa do nosso Estado. Disse S. Ex^a que o Governo do Tocantins estaria utilizando grampo ilegal. Para isso, estaria usando a Polícia Civil do Estado como argumento de fazer um grampo ilegal, inclusive em todos nós, políticos. O mais comum hoje, Sr. Presidente, por incrível que pareça... Hoje ouvi o Senador Romeu Tuma fazer um comentário interessante... Aliás, esta semana, um Parlamentar disse, não sei se o Deputado ACM Neto ou se um Deputado por São Paulo, o Presidente do Conselho de Ética, melhor dizendo, quem o disse foi um repórter, ou seja, que por telefone, não se pode tratar de nenhum assunto, independentemente do teor da conversa: se sigilosa, se de família, se pessoal. Não se pode tratar nada por telefone. Isso em nível de todo o Brasil; no Tocantins, é bem pior, Sr. Presidente! Lá, todos os políticos do Estado – o comentário é geral – estão com essa suspeita de grampo. O Governo do Estado tem de esclarecer essa situação, porque vou fundo nessa questão, vou ao Ministro da Justiça, vou apresentar requerimento aqui no Senado Federal para que seja investigado pela Polícia Federal, porque isso é um

verdadeiro absurdo! As pessoas não têm privacidade neste País em suas conversas, sobretudo quando se trata de questões relativas ao nosso Estado!

Os políticos sem mandato, os adversários do atual Governo do Tocantins vivem em um verdadeiro terrorismo.

Senador Romeu Tuma, outro dia, um ex-prefeito conversava comigo ao telefone acerca de questões afeitas ao Governo do Estado. Meia hora depois, já estavam ligando para ele do Palácio. A prova está aí, cristalina, de que existe, sim, o grampo, que as conversas estão sendo gravadas.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador, Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a tem razão, Senador. Nesta oportunidade, gostaria de fazer referência a um requerimento de minha autoria, encaminhado à Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual tem financiado a compra de parte dos equipamentos relacionados com o grampo telefônico, no sentido de solicitar para o Congresso Nacional uma relação com o nome de todas as pessoas, das empresas ou das Secretarias de Segurança e dos Governos estaduais que adquiriram tais aparelhos: o Guardião, ou o israelense, ou o canadense. Hoje, soube que o Governo do Estado de Mato Grosso comprou o Canadense. É interessante sabermos quais os Estados adquiriam tais aparelhos. Não adianta falar em chiado na ligação telefônica, porque há filtros. Portanto, não dá para identificar se está ou não grampeado, a não ser se for em flagrante.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Também eu quero apor minha assinatura nesse requerimento – acredito que a maioria da Casa também –, para que possamos esclarecer esses fatos, que são extremamente graves.

Inclusive, Senador Romeu Tuma, quando V. Ex^a falou em Guardião, lembrei-me de que já me disseram que o Tocantins comprou o tal Guardião, parece-me que um aparelho israelense...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Esse aparelho foi desenvolvido pelas Superintendências da Polícia Federal do Paraná e do Rio Grande do Sul, e uma empresa construiu. O Guardião é um dos que mais têm sido financiados pela Secretaria Nacional de Segurança. Temos também um equipamento israelense, que, segundo sei, o Governo de São Paulo comprou. Já o Estado de Mato Grosso – hoje me informou o Secretário – comprou o canadense. Essas compras têm metade de seu valor financiado pelos programas do Governo e a outra pelo Governo estadual. Trata-se de algo que temos de analisar, já que se trata de um

sistema eficiente, que grava em DVD, e não há como identificar simplesmente porque há qualquer chiado. Inclusive já sai praticamente degravado, sequer se tem o trabalho de saber o que foi conversado. Repito: trata-se de algo que tem de ser controlado, e com rigidez, pelo Judiciário, quando autoriza, e tem de haver, por parte do Conselho Nacional de Justiça, um sistema de vigilância permanente sobre essas autorizações.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, solicito mais um minuto para concluir.

Com os esclarecimentos feitos pelo Senador Romeu Tuma, também quero apor minha assinatura – repito – à solicitação de S. Ex^a inscirta nesse requerimento. Quero dizer aos homens e às mulheres do Tocantins que estamos atentos e preocupados com essa situação extremamente lamentável.

A Assembléia Legislativa do nosso Estado, por intermédio do Deputado Vicentinho Alves e da nossa Bancada, já se manifestou pedindo providências. Mas, até agora, nada foi esclarecido. Reitero que possamos esclarecer essa questão, coibindo esse tipo de abuso, esse absurdo, esse método desleal e desonesto que está sendo praticado no Tocantins para investigar e ouvir conversas de pessoas não ligadas ao Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo; em seguida, a concederei à Senadora Lúcia Vânia, pela Liderança do PSDB.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^s e Srs. Senadores, considero positiva a decisão do Presidente Lula em participar do “Programa Roda Viva, edição nº 1000”, que irá ao ar na próxima segunda-feira. Por isso, encaminhei a Sua Excelência a seguinte mensagem:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Desejo parabenizá-lo pela decisão de participar da edição de número mil do programa Roda Viva. O diálogo freqüente com a imprensa é uma forma democrática de garantir a transparência da gestão e esclarecer as posições adotadas pelo Governo. Acredito que nessa oportunidade poderá apresentar um balanço de suas realizações expondo a maneira como pretende alcançar os objetivos e metas que foram objetos de compromisso de campanha.

A disposição de V. Exa. em dar uma entrevista nos moldes do Programa Roda Viva

constitui uma ação consistente com o seu propósito de contribuir para que a verdade completa sobre os fatos que preocupam a nação venha à tona. **(sic)**

O abraço amigo.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Sr. Presidente, por diversas vezes tenho instado o Presidente Lula a dar mais entrevistas coletivas à imprensa. Pensando em um diálogo mais freqüente, sugeri a Sua Excelência uma visita ao Congresso Nacional com a finalidade de dialogar com os Senadores e Deputados, porque tenho notado que a imprensa se queixa da escassez de entrevistas dadas pelo Presidente Lula.

É normal, em um regime presidencialista, que o Presidente conceda entrevistas coletivas freqüentemente aos jornalistas, mas isso nem sempre tem ocorrido. A imprensa registrou que a última, e quase a primeira entrevista coletiva, aconteceu no último 26 de abril. Desde então, não houve mais entrevistas. De quando em quando percebemos certos entevros, inclusive em situações em que o Presidente não se sente confortável, tendo em vista a insistência de alguns jornalistas em fazerem as mesmas perguntas. Anteontem, por exemplo, após uma cerimônia de caráter internacional, o Presidente, ao se encontrar com os jornalistas, que insistiam em fazer-lhe perguntas sobre o episódio relativo à eventual doação que pudesse ter sido feita por país ou organização estrangeira ao PT, o Presidente chamou os jornalistas de mal-educados porque tinham levantado a voz. Ora, se houvesse a disposição freqüente e organizada do Presidente de dialogar com a imprensa, situações como esta, provavelmente, não ocorreriam.

Certamente, o Programa Roda Viva, atualmente coordenado pelo jornalista Paulo Markun, é um dos melhores programas de entrevistas da televisão brasileira. Para o milionésimo programa, segundo informa a Rádio e TV Cultura, os jornalistas convidados para entrevistar o Presidente serão aqueles que já foram âncoras do programa ou coordenadores das entrevistas, como hoje o é Paulo Markun. Estarão lá, entre outros, Rodolfo Gamberini, Augusto Nunes, Roseli Tardelli, que certamente farão perguntas as mais pertinentes, que serão objetos de esclarecimento para o Presidente.

Saúdo a Rádio e TV Cultura pela excelência do Programa Roda Viva e, sobretudo, pelo fato de terem convidado, insistentemente, o Presidente da República e por não ter havido, segundo informou o próprio jornalista Paulo Markun, qualquer exigência de parte a parte. O programa será realizado no Palácio do Planalto, diferentemente do que normalmente é feito, no

estúdio da RTC, mas ocorrerá sem qualquer tipo de limitação, Senador Mão Santa, para os jornalistas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a é Senador não só do Brasil, mas do mundo. Com muito orgulho, participei da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quando V. Ex^a a presidiu. Então, quero aproveitar a oportunidade... Atentai bem. Olhai para cá, é mais importante do que o jornal...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Claro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu já vivi, fui prefeitinho e governei o Estado do Piauí, aconselhado por Alberto Silva. Então, quero dizer o seguinte – sou médico e posso falar de profilaxia – esse encontro com Bush, oriente lá, V. Ex^a que é mais preparado que o Lula, que é mais entendido das coisas. Olhai a posição – eu sei que o Bush é o Presidente – mas, para o mundo, Presidente João Alberto Souza, ele não significa um Bill Clinton. Todo mundo viu que o Bill Clinton, Senadora Heloísa Helena, acabou com as guerras da Bósnia, da Croácia, da Sérvia, da Irlanda do Norte, que era secular. Ele fez Rabin beijar o Arafat. Quer dizer, foi um homem... Saiu uma pesquisa agora, Senador Eduardo Suplicy – atentai bem –, dizendo o seguinte: se o mundo tivesse um presidente, Mandela, Senadora Heloísa Helena, seria o primeiro; o segundo, Bill Clinton. Então, que o Presidente Lula seja orientado por V. Ex^a, que tenha cautela nesse relacionamento com Bush, que não significa a paz mundial, mas a guerra, a atrocidade, daí as manifestações no mundo. Basta dizer que, na Argentina de Perón, de Eva Perón, o maior ídolo, que é o Maradona, está liderando as manifestações de repúdio à presença do Presidente americano. Então, foi um erro o relacionamento do nosso Presidente com o jornalista. Caberia ao Presidente da República o que o Presidente Sarney ensinou: “liturgia do cargo”. Foi o que aprendi com o Senador Alberto Silva: tem de ter a liturgia. Aquilo é clássico: ele convoca; o erro foi do Lula. Se eles aumentaram a voz, foi porque, há três anos, os jornalistas não merecem uma audiência com o Presidente da República. Esse é um fato que nos entristece.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Mas é exatamente porque o Presidente resolveu aceitar...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas isso já passou, ninguém vai chorar o leite derramado. No entanto, advirto V. Ex^a, que presidiu a Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional deste Senado Federal, do comportamento de nosso Presidente com o Bush.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Pois bem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Porque o Bush não significa a imagem de Bill Clinton, de Jimmy Carter, de paz, de pacificação, não. Então, o encontro de Bush com o Papa João Paulo II foi uma das coisas mais belas do mundo, que aviva a mente de todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço V. Ex^a pelo aparte, Senador Mão Santa. Quero dizer que, justamente pelo fato de o Presidente Lula ter aceitado realizar uma entrevista coletiva com jornalistas do Roda Viva é que quero enaltecê-lo.

V. Ex^a faz, justamente, referência ao Presidente Bush, que é o próximo tema que gostaria de tratar. Avalio muito importante o encontro que o Presidente George Walker Bush realizará na Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, onde deverá se defrontar com protestos como o liderado pelo jogador Maradona. Acho-o importante.

Quero informar, Senador Mão Santa, que recebi o Cônsul-Geral e o Cônsul Político dos Estados Unidos na última segunda-feira, em São Paulo, porque gostariam ambos de dialogar comigo a propósito da visita do Presidente Bush. Considero muito importante, primeiro, que possamos ter relações de amizade com o povo norte-americano, com os Estados Unidos da América, e relações muito francas e sinceras com o Presidente daquele país, que, obviamente, precisamos respeitar por ter sido eleito diretamente pelo povo, ainda que tenha ocorrido ali problema por ocasião da primeira eleição, na Flórida.

Mas, nesta segunda oportunidade, o que é importante transmitir com sinceridade e franqueza são as nossas divergências. O Presidente Lula, por exemplo, com o respaldo de todos nós aqui no Congresso, não concordou com a ação bélica do Governo dos Estados Unidos para derrubar o Presidente Saddam Hussein. Seria preferível um caminho para uma transformação pacífica em direção à democracia no Iraque e nunca da maneira como aconteceu. Essa situação já custou a morte, até hoje, de mais de 26 mil iraquianos e de mais de dois mil norte-americanos. Tudo isso depois daquilo que foi chamado de o fim da guerra, porque continua existindo lá um estado de rebelião.

Acho que é importante também que o nosso Presidente Lula externe sua visão sobre a importância de darmos prioridade à integração econômica da América do Sul, em vez de aceitarmos aquilo que o Presidente Bush tem colocado, ou seja, de, prontamente, instituímos a Área de Livre Comércio das Américas, ainda mais sob o ponto de vista dos proprietários do capital

e não do ponto de vista dos seres humanos. É muito importante que os Chefes de Estado dos demais países das Américas digam ao Presidente dos Estados Unidos que, se for para haver uma real integração de nossas economias, que isso ocorra do ponto de vista da liberdade dos seres humanos e não apenas da liberdade de movimento dos capitais e dos bens de serviço.

Recomendei ao Presidente Bush, junto ao cônsul, que possa ele inclusive ter um diálogo franco com o jogador Maradona, quem sabe, na presença do Presidente Lula, do Presidente Chávez, para ouvir de Maradona também quais são as críticas que muitos na América Latina têm com respeito a certas ações do Presidente Bush, que, conforme o Senador Mão Santa salientou, não tem sido tão aceitas porque somos nós um povo muito mais amante da paz do que dos meios bélicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, PT, Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro e aquiescência da Senadora Lúcia Vânia, que quer falar após o Senador Paulo Paim.

S. Ex^a tem até 12 minutos para fazer o seu pronunciamento. Por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar hoje sobre a situação da Defensoria Pública da União, que cumpre um papel fundamental em defesa dos mais pobres deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição de 1988 definiu maiores liberdades e direitos aos brasileiros. Ela foi batizada – e eu fui Constituinte na época – de “Constituição Cidadã”, liderada, é inegável, pelo já falecido e líder Deputado Ulysses Guimarães. Ela trouxe sem sombra de dúvida, no seu contexto, preceitos fundamentais de liberdade, democracia e justiça social.

Sabemos que ainda há muito para avançar. Nesses 17 anos de promulgação, percebo que é preciso incluir alguns direitos, resgatar outros tantos que foram suprimidos e, principalmente, cumprir o que está escrito.

O art. 5º da Constituição Federal, Sr. Presidente, inciso LXXIV, diz o seguinte: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Sr. Presidente, o texto constitucional, nessa análise, é ilustrado pela jurista Ada Pellegrini, que fez a seguinte observação: “Pode-se dizer, pois, sem exagerar, que a nova Constituição Brasileira representa o que

de mais moderno existe na tendência universal rumo à diminuição da distância entre o povo e a Justiça”.

Temos, portanto, Sr. Presidente, a convicção de que os preceitos constitucionais não podem e não devem se tornar letra morta e, ainda, de que a prestação jurídica à população carente é uma forma de efetivamente democratizar a nossa Justiça.

Como todos sabemos, a Defensoria Pública da União é a instituição que tem por atribuição prestar a nobre função de garantir o acesso dos mais pobres, dos necessitados ao Poder Judiciário. Ela defende em juízo, no âmbito federal, aqueles que não podem pagar advogados.

Porém, Sr. Presidente, a Defensoria Pública da União agoniza por falta de estrutura necessária para atender àqueles que todos os dias batem à sua porta. Faltam defensores para atender toda essa demanda. O número de cidadãos e cidadãs carentes que chegam ao Judiciário Federal em busca muitas vezes de um simples benefício como o da previdência cresce todos os dias. E o quadro de defensores é somente de 112, totalmente insuficiente para atender o universo de milhões de brasileiros.

A prática de oferecer advogado às partes que não o tivessem, transformando a existência jurídica em um dever do Estado, é secular, vem do século VI depois de Cristo, quando o Direito Romano incorporou definitivamente essa garantia.

Destaco a importância, Sr. Presidente, do fortalecimento da instituição como garantia da cidadania aos mais pobres. A efetivação de uma sociedade livre, justa e solidária implica na atuação eficiente de suas instituições públicas.

Portanto, entendo, Sr. Presidente, ser de caráter emergencial a aprovação imediata de projeto de criação de pelo menos mais 169 cargos de Defensores Públicos que tramita no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que a instituição possa exercer, enfim, o seu papel fundamental de defesa daqueles que mais precisam na Justiça.

Agindo assim, o Governo Federal estará dando um importante passo para garantir que todo o nosso povo, principalmente os mais pobres, tenha como defender, com dignidade, seus direitos; pois democratizar a Justiça é a razão de ser das Defensorias Públicas.

Então, o apelo que faço, Sr. Presidente, é para que possamos garantir pelo menos 170 novos Defensores, porque são milhões, eu diria, que batem às suas portas e eles não podem fazer a defesa como é pleiteada.

Sr. Presidente, quero aprofundar na semana que vem, Senador Mão Santa, mas quero dizer que recebi, por parte da ONU, a missão de falar no Congresso Nor-

te-Americano sobre a questão racial no Brasil. Claro, o eixo é o Estatuto da Igualdade Racial, que espero que aprovemos no Congresso Nacional antes do dia 20 de novembro.

Faço questão, Sr. Presidente, de deixar aqui destacado que recebi uma carta chamada “Carta Aberta ao Estado e à Sociedade Brasileira”, dirigida pelo núcleo da Frente Parlamentar Contra o Preconceito Racial.

Essa carta, Sr. Presidente, que não precisa que eu leia na íntegra, em síntese, faz um apelo ao Congresso Brasileiro que aprove o Estatuto da Igualdade Racial. O Senador Rodolpho Tourinho está com ele pronto. Se depender de S. Ex^a, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o votará na próxima quarta-feira e ele vai para a Câmara.

Apelamos ao Presidente da Câmara para que coloque em votação, em regime de urgência, o Estatuto no plenário da Câmara, para que possamos tê-lo aprovado antes do dia 20. No mês de novembro, em Brasília, teremos duas grandes marchas: uma no dia 16 e outra no dia 22. Nós, que somos apoiadores dos movimentos sociais, estaremos apoiando as duas marchas, para que, quem sabe, no dia 20 possamos ver sancionado o Estatuto da Igualdade Racial.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a cada vez traz um assunto de grande importância para o País. Senador Alberto Silva, V. Ex^a que, sem dúvida, é o homem de maior experiência desta Casa e talvez da Pátria – daí ter sido escolhido Conselheiro da República – quero dizer que quando S. Ex^a fala em Defensoria Pública, todos se lembram do julgamento de Cristo. Que aquele seja o único sem advogado de defesa. As sociedades se organizaram e chegaram à conclusão de que a Justiça é boa, mas ela não pode ser somente dos ricos e dos privilegiados, porque pagar a Justiça, hoje, é uma atitude heróica e de poderosos. Mas, há os pobres, e a Justiça deve ser como o sol: igual para todos. E o Defensor Público recebeu o aposto até de “advogado dos pobres”. Olha, fui prefeito e coloquei essa função na minha prefeitura. Governador de Estado, seguindo o trabalho de Alberto Silva, nomeei um amigo de S. Ex^a como chefe, o Dr. Cadena Neto. Entreguei ao Piauí um palácio de defensoria pública; evidentemente, eu não podia, pelos preços, pelo orçamento, fazer o mesmo em todas as cidades – hoje, o Piauí tem 224 cidades. Governar hoje é como Peter Ferdinand Drucker diz: tem de ter inovação, invenção, imaginação, criação, coragem. Eu dava os DAS. Então, todas as cidades do meu Piauí

tinham advogados, coordenados por defensores públicos, que tinham como chefe o Cadena Neto. Milhares e milhares, porque nada mais triste do que o pobre não chegar ao banquete da Justiça. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.” É o discurso de V. Ex^a. Quanto ao outro, digo que sou orgulhoso do meu mandato, porque sou seu liderado por V. Ex^a na Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão. Uma das páginas mais bonitas da minha vida foi defender os quilombos Silva, lá em Porto Alegre. Alberto Silva, não é meio hectare. Os poderosos, os pecadores, esses imobiliários queriam tirar cerca de 16 famílias de negros, que traduzem todos os africanos, que traduzem também os lanceiros negros, aqui representados por Paulo Paim, expulsando-os da grande Porto Alegre. Seria a maior vergonha para a mais bela história do Brasil, a do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senador Mão Santa. A melhor forma que tenho, Sr. Presidente, de homenagear o Senador Mão Santa pelo aparte é pedir a V. Ex^a que considere lido na íntegra esse documento da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, pela aprovação do Estatuto, de que o Senador Mão Santa faz parte.

Sr. Presidente, registro ainda documento de apoio ao novo valor do salário mínimo de R\$400,00, que tem hoje a guarida, o apoio incondicional das centrais sindicais e das confederações de trabalhadores. Eu apresentei este projeto no início do ano, o PLS nº 314, que eleva em 1º de maio o valor do salário mínimo para R\$400,00. E os jornais do fim de semana destacaram que as centrais sindicais estão apoiando essa proposta, não por ser de minha autoria, porque a proposta de um projeto como este é da sociedade brasileira, é do Congresso Nacional, e quem vai ganhar, com certeza absoluta, são o Executivo, o Congresso Nacional e a sociedade. Mais de 100 milhões de brasileiros dependem desse salário mínimo.

Sr. Presidente, para concluir, cumprimento o Sesc pelo belíssimo trabalho que está fazendo, de implementação de uma lei aprovada por nós aqui no Congresso Nacional: o Estatuto do Idoso. O Sesc fez um belíssimo trabalho, que eu não poderei comentar aqui da tribuna devido ao tempo; realizou um congresso nacional em São Paulo, com a presença de milhares de lideranças dos idosos, cujo eixo foi a lei aprovada aqui no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente, mas lembrando que compete à sociedade implementá-la para não se tornar, como alguns dizem, letra morta.

Nesse congresso, o Sesc foi muito feliz, levantando cada ponto do Estatuto que não está sendo aplicado de forma adequada e cobrou uma atitude da sociedade, da associação de aposentados, do sindicato, da

mídia e de todos os setores da sociedade. O Estatuto do Idoso é uma obra brilhante do Congresso, um trabalho coletivo, cujo substitutivo foi aprovado aqui – eu apresentei o projeto original. Conforme congresso internacional realizado na Espanha, é uma das melhores obras do mundo em relação à terceira idade.

No entanto, a sua aplicação no dia-a-dia depende da sociedade organizada; é ela que vai fazer com que, efetivamente, aquilo que nós, os 81 Senadores e 513 Deputados colocamos ali, seja aplicado. Essa forma de o Sesc trabalhar, Sr. Presidente, nos anima muito, para mostrar que a lei, muito mais do que ser aprovada e sancionada nesta Casa, é a sua aplicação no dia-a-dia.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, faço aqui minhas homenagens ao Sesc pela forma como conduziu esse debate.

Para concluir, cito um exemplo: como recebo muitas correspondências nesse sentido, de cobrança da aplicação do Estatuto do Idoso, às vezes respondo lembrando a história do Garrincha. Queriam que ele driblasse os laterais, fosse à linha de fundo, cruzasse na cabeça do centro-avante, e este só faria o gol. Lembram-me, aqui, de que eram o Vavá e o Pelé. E o Garrincha perguntava: “Foi combinado isso com o time adversário?”. Ou seja, se não houver um trabalho sincronizado, articulado, implementado, o gol não acontecerá.

O gol acontece, no Estatuto do Idoso, com a participação de toda a sociedade organizada, porque todos nós...

(Interrupção no som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluo, Sr. Presidente, com essa frase: todos nós, se Deus quiser, vamos envelhecer. Nem todos, infelizmente, envelhecem. Digo infelizmente, porque alguns falecem antes.

Concluo relatando uma carta que recebi esta semana – lembrei-me agora de citar no encerramento e não vou passar um segundo do tempo limite –, de uma senhora com 90 anos, que diz o seguinte: “Que Deus abençoe o Congresso Nacional pelo Estatuto do Idoso”.

Há um outro documento, que vou comentar em outro dia, de um advogado de São Paulo que diz estar muito feliz, pois o Estatuto do Idoso está, de fato, ampliando o direito dos idosos.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas vezes as leis caem no descrédito da população porque as pessoas pensam que, uma vez lei, não exige mais esforços para ser cumprida.

Lamento, deveria ser assim, mas muitas vezes não é. Às vezes, mesmo utilizando a Lei, que é forte e legítimo instrumento de luta, precisamos perseverar com coragem, com ânimo, para alcançar nossos objetivos.

E é exatamente sobre isso que quero falar hoje. Sobre as reivindicações da sociedade quanto ao cumprimento da Lei e sobre exemplos de garra, sobre uma batalha vencida baseada na Lei 10.741/03.

Em 2003, ao mesmo tempo que comemorava os 40 anos de sua parceria com os idosos, o SESC saudou o Estatuto do Idoso, o surgimento de muitos Conselhos Municipais e Estaduais, aplaudiu a consolidação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso como órgão encarregado em decreto presidencial de cuidar do cumprimento do Estatuto do Idoso, e viu chegada a hora de promover um novo Encontro Nacional para Avaliação e Perspectivas da Implementação do Estatuto do Idoso.

Neste mês de outubro, o Estatuto do Idoso completa dois anos e o SESC Pompéia realizou o Encontro Nacional de Idosos de 2005 onde foi avaliada a aplicação do Estatuto do Idoso.

Durante mais de um ano, as diversas unidades do SESC organizaram encontros, reunindo grupos de idosos que se empenharam num trabalho feito por etapas: estudaram o texto da lei e outras publicações sobre o assunto; debateram com especialistas, pesquisaram em suas cidades, e sempre em grupos foram preparando textos com suas conclusões.

O evento teve a duração de quatro dias e trouxe idosos vindos de vários pontos do país que tiveram a oportunidade de conhecer pessoas, ouvir palestras, cantar, dançar, e participar intensamente dos trabalhos finais para a composição do documento.

A proposta foi avaliar o quanto dessa lei vigora efetivamente. Eles foram procurar respostas nas comunidades, grupos e associações locais e examinaram inúmeras experiências em diversas partes do país. Estudaram e discutiram a sua lei – procuraram as concordâncias com ela e as discordâncias dela na realidade: nas ruas, no seio da família, na comunidade e nos locais de atendimento.

Suas observações e conclusões sobre esses quase dois anos de vigência do Estatuto indicaram, entre outras coisas, que o Poder Público ainda está longe de cumprir a sua parte. Mas mostraram também que eles, os idosos, assumiram definitivamente a responsabili-

dade de participar da vida nacional, rumo a um mundo melhor para todas as gerações de brasileiros.

Em relação ao direito à saúde por exemplo, arts. 15 a 19 da lei, no documento final consta, que criado há 17 anos, o SUS é inoperante e ineficiente diante do Estatuto: direitos são desrespeitados; falta atendimento domiciliar, inexistem programas permanentes de prevenção de doenças crônico-degenerativas; faltam recursos e medicamentos, faltam instalações físicas e equipamentos adequados.

Entre as instruções ficou definido que é necessário que a rede de atendimento do SUS seja totalmente informatizada para dar mais eficiência e agilidade no atendimento aos idosos e à população em geral.

E também, que é necessário cumprir, de forma simples e desburocratizada, o disposto no Art. 15 §2 do Estatuto, que determina o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, próteses, órteses e outros recursos necessários ao tratamento, habilitação e reabilitação.

Quanto ao direito ao transporte interestadual gratuito, ficou definido que é necessário exercer o máximo de pressão contra a recente liminar do STJ que beneficiou as empresas de transportes com a suspensão da reserva de vagas gratuitas e do desconto nas passagens previstas pelo Estatuto no caso dos transportes interestaduais (Art. 40).

Eles concluíram também que é seu dever conscientizar a opinião pública de que essa liminar – somada à eliminação, pelo Senado Federal, dos direitos relativos aos transportes intermunicipais, previstos originalmente no Estatuto indicam que o próprio conceito de gratuidade pode estar ameaçado, justificando a mobilização de toda a sociedade na defesa deste direito deles.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, essa é a união que faz a força. Eu tenho certeza de que os idosos saberão fazer valer o seu direito.

Atitudes individuais ou coletivas emergem aqui e acolá e eu sei que elas vão dar resultado.

Exemplo disto?

Nosso Gabinete recebeu uma carta de São Paulo, do advogado Kleber Bispo dos Santos, cujas palavras transcrevo aqui:

“Sou um advogado negro de São Paulo e encaminho em anexo a cópia de uma ação de mandado de segurança, com fundamento no Estatuto do Idoso, que interpus em Santo André, onde foi deferida liminar em favor de uma idosa de 84 anos que necessitava de atendimento médico, atendimento semanal domiciliar, transporte, remédios, enfim tudo o

que tem direito um idoso, mas o Estado não fornece.

O motivo desta carta é agradecer a V. Ex^a, enquanto Legislador, por dar iniciativa a proposições que visam a cidadania e inclusão social.

Obrigado, pois tive a oportunidade de usar uma lei de sua autoria para ajudar a restabelecer a dignidade de um ser humano”

As leis são instrumentos importantes demais quando tratamos dos direitos dos cidadãos brasileiros. O Estatuto do Idoso é Lei e vou repetir sem cansar: Lei é para ser cumprida!

Usem este instrumento que lhes é de direito e façam valer os seus esforços!

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, como segundo assunto, eu gostaria de dizer ainda que recebi em meu Gabinete a carta aberta ao Estado e a sociedade brasileira, redigida pelo núcleo de parlamentares negros do PT – Câmara dos Deputados, a qual passo a ler a seguir.

CARTA ABERTA AO ESTADO E A SOCIEDADE BRASILEIRA PELA IMEDIATA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

Brasília, novembro de 2005.

Neste ano em que se comemora o Ano da Igualdade Racial, o Governo Brasileiro precisa materializar o reconhecimento de que fomos e somos um país que beneficiou-se da colonização, da escravidão e do racismo para a formação societária brasileira e, que esta formação, resultou em altos índices de desigualdade e exclusão aos negros e negras brasileiros. Por isso, torna-se imperioso que o Congresso Nacional Brasileiro e o Presidente Luís Ignácio Lula da Silva aprove e sancione o inteiro teor do Projeto do Estatuto da Igualdade Racial.

Nenhum outro país do mundo possuirá um instrumento legal que contenha em sua própria estrutura uma política global de estado que vise a erradicação do racismo e a promoção da igualdade racial. Estamos convencidos que o caminho do desenvolvimento e da democracia racial só se dará através do reconhecimento das diferenças étnico-raciais refletidas no direito de oportunidades e condições para milhões de negros e negras brasileiras.

Defendemos a expressa instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ações

Afirmativas para fazermos do projeto do Estatuto algo concreto e verdadeiro. Portanto, é preciso fazer acontecer uma onda negra no Brasil. Nesse momento, além da ação parlamentar, é a hora de gerar uma grande pressão dos movimentos sociais negros para continuarmos a luta dos nossos antepassados pela liberdade e igualdade racial no Brasil.

Frente Parlamentar em defesa da igualdade racial.

Núcleo de parlamentares negros do PT – Câmara dos Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade para comunicar que tenho recebido apoio das Centrais Sindicais ao PLS 314/2005, de minha autoria, manifestando-se em prol do reajuste do salário mínimo, que segundo o projeto chegaria à cifra de R\$400,40, em 2006.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, de acordo com o parágrafo único do art. 66 do Regimento, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o lançamento da campanha da Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, para incentivar a denúncia de exploração de mão-de-obra infantil é de extrema importância.

Gostaria, Sr. Presidente, já no início de meu pronunciamento, de fazer um elogio a esse organismo internacional que, desde 1946, quando foi criado por decisão unânime da Assembléia Geral das Nações Unidas, vem desenvolvendo seu trabalho na defesa das crianças e adolescentes em todas as partes do mundo.

Esta campanha do Unicef é de imenso valor.

Como bem disse a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, na entrevista ao **Correio Braziliense**, Marie-Pierre Poarriê, “a erradicação do trabalho infantil não é só uma causa do governo, tem que ser uma causa da sociedade brasileira”.

É por isso que, ao mesmo tempo em que louvo a iniciativa do Unicef, preciso mostrar o meu desalento com as mudanças orçamentárias feitas pelo atual Governo nos programas sociais. A minha preocupação se prende principalmente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, destacado e premiado internacionalmente.

O Orçamento federal para 2006, no que tange a área social, está baseado na Política Nacional de Assistência Social, que, por sua vez, estabeleceu um

novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS.

Em julho de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Assistência Social, que mudou a maneira de destinação dos recursos para esta área.

Segundo o relatório preliminar do Relator do Orçamento para 2006, Deputado Carlito Merss, em função desse novo modelo de gestão, a proposta orçamentária do Fundo de Assistência Social mudou.

As ações deixaram de ser apresentadas por tipo de clientela (idosos, pessoas portadoras de deficiência, crianças e adolescentes) e passaram a ser estruturadas por tipo de proteção (proteção social básica e proteção social especial).

O prejuízo ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um dos maiores exemplos dessa mudança – recursos que migraram de uma ação por tipo de clientela para ação por tipo de proteção –, seus recursos foram alocados no Bolsa-Família, no conjunto das ações ali existentes.

Estariam previstos para o Peti em 2006 cerca de R\$1,3 bilhão, mas, na verdade, apenas R\$50 milhões foram destinados para a Bolsa Peti. Os R\$375 milhões serão alocados em outras ações do Programa, e – o mais grave – cerca de R\$900 milhões estarão sendo deslocados para o Bolsa-Família.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, é preciso fazer uma análise rigorosa do que representa essa transferência de recursos da Bolsa Peti para o Bolsa-Família.

No Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, essa bolsa é um direito individual da criança. Ela recebe essa bolsa, esse dinheiro, esse estímulo para permanecer na escola e ter sucesso nela. A mãe recebe o recurso e, em contrapartida, é obrigada a manter a criança na escola em um turno e na jornada ampliada – outras atividades também no ambiente escolar.

Essa contrapartida é fundamental para o sucesso da criança na escola. É ela que garante que a mãe não vai tirar o filho da escola, que a criança estará na escola no período contrário à escola regular, deixando de estar na rua, nas esquinas, vendendo picolé, sorvete etc.

Eu não gostaria de me alongar, Sr. Presidente. Voltarei a esta tribuna novamente para abordar este assunto que me traz uma enorme preocupação. Já conversei com o relator parcial desta matéria, e ele se comprometeu a discutir essa ação conosco.

Vamos continuar a nossa luta aqui para que o Peti não seja absorvido pelo Bolsa-Família, que, como todos já sabemos, se expandiu, mas não tem o controle total dessas crianças. Quando o recurso vai para a família, deixa de ser um direito individual da criança

para se tornar um direito da família, deixando de ser o maior estímulo que a criança pode ter para estar na escola, ter sucesso na escola, desenvolver as suas habilidades e poder, amanhã, disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições com a criança que estuda em escola particular.

Era isso o que queria dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada por sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, como estou inscrita – vou falar no lugar da Senadora Iris –, posso disponibilizar o meu tempo de comunicação inadiável para outro Senador que queira falar apenas cinco minutos. Como meu tema é sobre superávit, orçamento da saúde e da educação, em cinco minutos não vou conseguir falar o que me dispus a falar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que a hora do expediente da sessão do dia 28 de novembro próximo, seja dedicada a comemoração de 33 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE.

Justificação

A Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE – foi fundada no dia 20 de setembro de 1972 para defender os interesses dos magistrados federais e discutir os problemas da Justiça Federal.

Comprometida com o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito, os Direitos Humanos e a qualidade do serviço judiciário prestado ao povo brasileiro, a entidade não se restringe a desenvolver apenas atividades corporativas. Promoveu em 2001 e 2003 as campanhas institucionais “Justiça para Todos” e “Sede de Justiça” com o fim de conscientizar os juizes e a população sobre a importância da criação, implementação e priorização dos Juizados Especiais Federais, a limitação da edição de medidas provisórias e a ampliação da Defensoria Pública da União como instrumentos indispensáveis à modernização e agilização do Poder Judiciário. Além disso, tem elaborado e acompanhado projetos de interesse do Poder Judiciário, realizado seminários e eventos voltados à dissemina-

ção de idéias, propostas e princípios da magistratura federal. Em 2001 foi a primeira entidade de classe a apresentar uma proposta à Comissão de

Legislação Participativa dispoendo sobre a informatização dos atos processuais, atualmente em trâmite no Senado Federal. Foi pioneira na defesa da cooperação judiciária internacional como instrumento para agilizar a condenação de criminosos e a recuperação do dinheiro público retirado ilegalmente do país, que fez por meio da elaboração de um projeto de lei dispoendo sobre a cooperação judiciária internacional em matéria penal.

Durante a reforma do Judiciário, em parte aprovada, mas com outra parte em curso no Congresso Nacional, a AJUFE tem realizado amplas discussões internas e externas – somente no Congresso Nacional, seus presidentes Tourinho Neto, Flávio Dino, Paulo Sérgio e Jorge Antônio Maurique participaram de sete audiências públicas sobre o tema. A entidade avalia o processo de reforma como positivo significando avanço, sobretudo, em face da criação do Conselho Nacional de Justiça e a federalização dos crimes contra os direitos humanos.

Entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos, a Associação dos Juizes Federais do Brasil possui atualmente cerca de 1500 associados em todo o país. Entre eles ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais

Regionais Federais, além da quase totalidade dos magistrados de primeira instância.

Como reconhecimento pelos relevantes serviços em defesa da magistratura e da ordem jurídica, conclamamos os nobres pares, prestarmos essa justa homenagem à AJUFE.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2005.

Senador **DEMÓSTENES TORRES**

Handwritten signatures and names of several senators, including Demóstenes Torres, E. Tourinho, and others.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.864, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 993, de 2005, do Senador Álvaro Dias, que propõe solicitar informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Trata-se do Requerimento nº 993, de 2005, do Senador Álvaro Dias, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as informações, a seguir explicitadas, sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados, que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento:

- 1) O rol propriamente dito;
- 2) A memória de cálculo dos déficits atuariais assumidos;
- 3) A discriminação dos eventuais recalculos;
- 4) O desdobramento no tempo dos déficits atuariais assumidos;
- 5) A enumeração dos critérios que resultaram nas estratégias adotadas;
- 6) O rol das instituições encarregadas da custódia dos ativos empregados;
- 7) A quantidade de funcionários beneficiários;
- 8) A descrição do tratamento que será dado aos eventuais saldos líquidos observados no término de cada operação.

II – Análise

O requerimento encontra-se amparado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, versa sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, como requerido pelo art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 1º de fevereiro de 2001. Efetivamente, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal estipula que é competência exclusiva do

Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Em relação ao endereçamento do requerimento, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, especifica, no inciso XII do art. 27, que a administração da dívida pública federal é área da competência do Ministério da Fazenda. Como o requerimento trata do uso de títulos da dívida pública federal no âmbito do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES), entendemos como sendo pertinente que seja endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda, estando, portanto, em conformidade com o **caput** do art. 50 da Constituição.

Por fim, o requerimento em análise atende os preceitos regimentais estabelecidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece, para sua aprovação nos termos do, a deliberação do pedido de informações no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”, definido no art. 8º Como a informação solicitada não é sigilosa.

III – Voto

Em face do exposto, considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional e regimental, opino, com base no art. 215, inciso I, alínea a, do RISF, pela aprovação do Requerimento nº 993, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou também, em 27 de outubro do corrente ano, o **Requerimento de Informações nº 993, de 2005**, cujo parecer acaba de ser lido, nos termos de seu relatório.

Será cumprida a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 18-11-2005

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004 COMPLEMENTAR*(Votação nominal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que*

exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital*

Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

19

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

20

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Silva. PMDB – MA) – Volta-se à lista dos oradores.

Com a palavra o Senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, por 20 minutos sem prorrogação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que está preocupando todos os que convivem com o problema da seca lá no Nordeste.

Parece que o mundo virou de cabeça para baixo! A Amazônia secando, onde é que já se viu isso? O calor no Piauí não baixa dos 40 graus! Essa história de jogar CO₂ no ar tem que ser discutida. É necessário que o mundo tome tento do que está fazendo, principalmente os Estados Unidos. Seria bom agora, Senador Mão Santa, que o nosso Presidente Lula lembrasse ao Presidente Bush que os americanos são responsáveis por 30% da poluição, do aquecimento da atmosfera, com aquelas indústrias soltando calor como acontece lá.

Quanto ao problema da seca, o que me preocupa é que já convivemos com ela algumas vezes e sabemos que o País nunca está preparado para enfrentá-la, e isso é assim desde o tempo da Sudene.

Quando se instalava a seca, o que é que se fazia? Eu era Governador, V. Ex^a também foi e lembra como era: a Sudene tinha um fundo para inundações e seca que era mobilizado quando necessário. A rotina era criar uma frente de emergência, trazendo os homens do campo para trabalhar na cidade em serviços quaisquer, apenas para justificar o dinheiro que eles recebiam.

Na última vez que houve isso, eu não concordei – fui o único Governador que não aceitou a história de frente de emergência. Propus ao Presidente Sarney que deixasse os lavradores do Piauí no campo. Para eles sobreviverem, porém, era preciso que recebes-

sem alguma coisa, e o Presidente Sarney concordou em mandar os bancos emprestarem, a duzentos mil lavradores, meio salário-mínimo por mês enquanto durasse a seca. Com isso, não consenti que se desmanchasse a família rural – o homem vem para a cidade numa frente de emergência e não volta mais; muitos disseram: ele encontra outra mulher e deixa a coitada lá no campo.

Esse empréstimo foi todo pago por incrível que pareça. Aqueles lavradores ficaram no campo, trabalharam os três anos seguintes – não houve mais seca –, plantaram e pagaram o banco. Logo, não é impossível conviver com o problema da seca, desde que sejam adotadas providências racionais, inteligentes e criativas.

Vou dar aqui algumas sugestões que poderiam perfeitamente ser aproveitadas. Creio que isso ajudaria demais a não haver tumulto caso se instale a seca que estão anunciando.

Como sou dos números, vamos partir de números. Vamos supor que essa seca que está sendo anunciada atinja um milhão de pessoas, ou seja, duzentas mil residências daquela região em todos os Estados. Duzentas mil casas é muita casa sem água. Hoje essas casas estão na periferia e não têm água ou estão no campo, nos povoados, e não têm água também.

Em todas as secas, somos testemunhas de que nunca chove menos do que 250 milímetros. Será que isso é muita água? Vamos fazer aqui umas continhas: uma chuva de trinta milímetros coloca trinta litros de água em um metro quadrado. Como um hectare tem dez mil metros quadrados, seriam trezentos mil metros cúbicos de água.

Eu proporia o seguinte – parece que já estão fazendo isso, mas não num programa organizado. Se eu pegar duzentas mil casas e nelas fizer instalar uma calha para receber a água da chuva – eu já fiz isso em um pequeno sítio que tenho lá na serra, bem como na Embrapa, em Teresina, com sacos bem maiores.

Mas vamos lá. Quanto é que custam essas calhas para receber água de uma casa de um povoado? Uma casa do interior tem um telhado de setenta metros quadrados. Se colocarmos a calha nas biqueiras desse telhado, temos a possibilidade de apanhar toda a água da casa. Uma chuva de trinta milímetros em um telhado de setenta metros quadrados dá 2,1 mil litros de água. Se cair no chão, o sol leva brincando; mas, no telhado, não leva. A água cai, entra na calha e vai para um depósito. Que depósito? Estão fazendo cisternas. O que é uma cisterna? É um buraco no chão, cheio de tijolo e rebocado com cimento, cuja capacidade é de sete mil litros. Mas aquela água no

cimento – e temos provas e mais provas disso – não agüenta muito tempo. Aparecem fungos e outros microorganismos, e, mesmo que se coloque cloro naquela água, em pouco tempo ela começa a ter mau cheiro.

Lembrei que, há cinco anos, propus a alguns fabricantes de lona plástica que fizessem um reservatório com essa lona. Mandei o desenho para um deles – a Sansui – e pedi que fizessem o saco para trinta mil litros. Eles fizeram e me mandaram dois de presente. Montei, então, os dois sacos em um barracão naquele terreno da Embrapa, em Teresina. Provei a todos que, com quatro ou cinco chuvas daquelas grandes, teríamos sessenta mil litros de água acumulados, água limpa, água pura. Deixei aqueles sacos fechados. Eles têm torneira, e tem o lugar de entrar e de sair a água, que agüenta quatro ou cinco anos. E provamos isso.

Então, o que poderíamos fazer agora? Uma sugestão ao Governo para se preparar para o que vem aí. Pegaríamos 200 mil casas e colocaríamos calhas em todas elas, em todos os Estados, nos povoados, no campo ou onde for, enfim, naquelas casas que não têm água. Mas nelas todas essa chuva cai e cai no telhado. Apanhamos essa água e a colocamos em um reservatório.

E qual seria o tamanho do reservatório? Um reservatório de 10 mil litros. Já fiz uma consulta aos fabricantes dessa lona plástica e estou esperando o resultado. Mas me parece que dez mil litros vão sair por R\$1 mil. Então, tenho 200 mil casas e um reservatório para 10 mil litros com uma lona plástica que dura vinte anos. Colocamos esse reservatório atrás da cozinha, ligamos o cano da calha nesse saco plástico, e a água vai durar muito tempo.

Vamos ver quanto custa isto: duzentos mil vezes mil são R\$200 milhões. E gasta-se dinheiro aí à-toa. Com R\$200 milhões, estou dando água para um milhão de pessoas. Olhem bem: quantos carros-pipa seriam necessários para se chegar a isso, ou seja, ao que se recolhe com uma chuva de trinta milímetros. Quanto custa a calha? Custa R\$200,00 por casa. Duzentas mil casas são R\$40 milhões. Para implantar isso, 10 mil operários a R\$600,00 por mês, já que instalam essas calhas em 30 dias. Já fizemos as contas. São R\$246 milhões. E estou preparado para receber a água e armazenar 10 mil litros, enquanto durar todo o tempo de chuva. Quando terminar a chuva, ainda tenho os 10 mil litros. E os 10 mil litros dão para passar o resto do ano. Essa é a sugestão que eu daria ao Governo.

Já estão dizendo que a coisa começou, e lá na Paraíba já estão pedindo carro-pipa. Isso é outra

coisa que o Governo teria que verificar. Esses carros-pipa, segundo dizem, são fontes de corrupção, já que o aluguel é uma coisa fora das normas etc. Mas o carro-pipa, além da bomba para encher o tanque do carro, tinha que ter um filtro apropriado como aquele que existe no Exército. Os nossos militares acampam em qualquer lugar e perto de qualquer tipo de água e, com aquele filtro, cuja patente é americana, têm água pura, ou seja, a água que entra do tanque é limpa, pura e tratada. Então, se tivermos que usar carros-pipa, obrigatoriamente eles deveriam ter esse filtro. É só consultar. O Exército tem as informações completas para não se pegar uma água esverdeada, como estão dizendo, e levar para as crianças que estão passando sede. Essa é uma outra recomendação que daria ao Governo.

E seria muito simples fazer com que isso pudesse acontecer. Não tem nada de difícil: o carro-pipa com a sua bomba e o filtro acoplado. Assim, qualquer água passa pelo filtro e vai para o carro-tanque limpa, filtrada e sem nenhum risco de contaminação.

Há ainda outro problema: muitas pessoas estão passando fome. Qual é, então, o caminho? Quando começa a seca, começa também esse problema. Todo o País se comove. E vêm cestas de São Paulo, Rio de Janeiro; enfim, todos os Estados se mobilizam e mandam os alimentos para aquela população empobrecida.

Há, no entanto, outra sugestão que daria. E vou fornecer os números, Senador Mão Santa. Hoje, sou adepto da soja. A civilização ocidental não está acostumada com a soja; está acostumada com o feijão. A Embrapa, no entanto, tem feito pesquisas com a soja e há muitas receitas nesse sentido. Com meio quilo de soja, tem-se quatro litros de leite. E meio quilo de soja custa R\$0,50. Portanto, tenho quatro litros de leite por R\$0,50, e, do resíduo, ainda se pode fazer vinte bifés. Vinte bifés! Numa família de cinco pessoas, quatro bifés de carne de soja por pessoa. E se olharmos as tabelas da Embrapa, onde há comparações entre a soja e outros tipos de alimentos, veremos que o bife de soja é mais nutritivo do que o bife de carne de boi. O que falta nela é complementado com qualquer outro tipo de alimento. E é pouca coisa que você deve acrescentar.

Repito, Senador Mão Santa: se uma criança, cuja mãe, coitada, sem alimento, deixa de ter leite, tiver o leite de soja, diluído na água limpa... Esse tipo que estou propondo: água de chuva filtrada, em saco fechado, onde não haverá poluição alguma. A água fica pura durante quatro anos – e colocará na mamadeira. Essa criança ficará forte e toda a família se alimentará só com a soja.

E lembro ao Presidente: são 200 mil famílias. Se ele der meio quilo de soja para cada família, são 100 toneladas/dia. Em 300 dias, serão três mil toneladas. O que é isto? Três mil toneladas a R\$1,00 são R\$3 milhões. Com R\$3 milhões, aquelas famílias podem ter soja no ano inteiro. E vou repetir os números da Embrapa: com meio quilo, tenho quatro litros de leite e vinte bifés. Se a família aumentar, é só colocar mais meio quilo – um quilo de soja dá oito litros de leite e quarenta bifés. Só aí já garanto a alimentação da criança, que deixou o seio da mãe, e também dos meninos de um, dois, três, quatro ou cinco anos que não têm merenda porque não têm sete anos, e o Brasil só dá merenda para quem tem sete anos. Quem entra na escola tem direito à merenda. Quem não tem, não tem comida e, por isso, adocece. E o que comem as crianças do interior?

Faço essa observação como uma sugestão. O Governo podia se preparar para isso. Não sei qual seria o Ministério, se o da Educação ou o do Desenvolvimento Regional. Talvez este último, a quem a Sudene está vinculada. O Governo deve estocar a soja. Duzentos e quarenta e seis milhões de reais para atender a um milhão de pessoas no semi-árido não vale nada! O nosso superávit é em bilhões! Duzentos e quarenta e seis milhões de reais previnem. Isso é o mais importante. Quando bater a seca e começarem aquelas chuvinhas de 30mm, que não fazem gerar riqueza do chão, porque não alimentam nada, terá água. O homem pode viver até sem comer, mas sem água não agüenta 70 horas. Por isso, o problema nº 1 lá é água, água limpa, pura, boa, e a chuva é a água que Deus nos manda. Basta aparar a água que cai no telhado da casa, na calha, pôr em um saco plástico de alta resistência. Este é um reservatório barato, eficiente, capaz de suprir aquilo de que estamos precisando.

Para encerrar este assunto – já vem a seca –, sugiro também ao Presidente e ao Ministro Ciro Gomes que levem em conta o seguinte: se vamos ter seca e se as chuvas são aquelas de 30mm, vindo a próxima dali a 30 dias, vamos nos preparar para plantar produtos que agüentem a seca. Vamos plantar o feijão ligeiro, que dá em 40 dias. Mas não vamos plantar o feijão na superfície.

Fizemos uma experiência na Embrapa, no meio-norte, em Teresina. Abre-se uma vala – e o lavrador sabe fazer isso com uma enxada –, numa roça de um hectare, e planta-se o feijão ali dentro. Como a terra está fofa, se bater a chuva, ela segura a água. E o feijão ligeiro não precisa de muita água; com 40 dias, já dá feijão.

O segundo produto que deve ser plantado é a mamona, outra riqueza. O lavrador terá feijão e mamona e, com isso, terá suporte para agüentar a seca. E, assim, não veremos novamente o Governo todo atrapalhado, sem saber o que fazer, quantas cestas básicas mandar e quem as distribuirá. A confusão é grande todas as vezes que isso acontece.

Então, a minha sugestão é esta: que o Governo prepare um estoque de semente do feijão ligeiro para eles plantarem quando começar a chover e prepare o estoque de soja para garantir a base da alimentação. É o café da manhã com leite e bife de soja. É o almoço com leite e bife de soja. É o jantar com leite e bife de soja. Então, coloca-se o feijão e o arroz, e a família está alimentada, seguramente.

Por fim, fiquei agradavelmente surpreendido quando ouvi o Presidente dizer aos Ministros: “Gastem o dinheiro. Vocês têm o dinheiro, gastem-no”. Mas eu não sei se o Presidente recomendou ao Ministro Palocci para soltar o dinheiro. Se S. Ex^a agarrar o dinheiro, como os Ministros vão gastá-lo? De qualquer maneira, mando daqui, mais uma vez, os meus cumprimentos à Ministra Dilma Rousseff, porque eu levei a S. Ex^a aquele negócio das estradas, S. Ex^a “apanhou peão na unha”, como se diz, e eu já coloquei uma relação. Da próxima vez que eu vier aqui vou dizer quais são as estradas brasileiras que estão sendo aceleradas por determinação da Ministra, junto com o Ministro dos Transportes. Só estava faltando uma determinação. Com isso, tenho certeza de que 12 mil quilômetros de estradas em breve estarão completamente reconstruídos, e a economia será brutal.

No Brasil, estamos perdendo R\$6 bilhões por ano, jogando óleo diesel fora com freadas e acelerações dos caminhões e carretas de 50 toneladas. Por fim, o frete da mercadoria brasileira subiu 35%, dando um prejuízo de R\$7 bilhões por ano a quem está pagando.

Por isso, mais uma vez, meus cumprimentos à Ministra e aos outros Ministros, a quem digo: “Corram até o Palocci e peguem o dinheiro, porque o Presidente já recomendou”.

Espero que essas sugestões possam ser ouvidas pelo Planalto e que o Presidente determine que sejam cumpridas, para que não sejam apanhados de surpresa e tenham que sair correndo atrás de cestas básicas para socorrer um milhão de nordestinos sujeitos às calamidades da seca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa agradece a V. Ex^a pelo cumprimento do tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o nobre Senador José Maranhão para representar a Presidência do Senado Federal na sessão solene de posse do Desembargador João Antônio de Moura, no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no próximo dia 4 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica a relação dos oradores inscritos para esta sessão. Usará da palavra os Senadores Eduardo Siqueira Campos, depois o Senador Pedro Simon, o Senador Augusto Botelho, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Alvaro Dias e, em seguida, o último orador, Senador Mão Santa. Todos estão aguardando sua vez, daí peço que os Srs. Senadores cumpram realmente o tempo designado pelo Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, do PSDB do Tocantins.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, do PMDB do meu querido e vizinho Estado do Maranhão, meus nobres Pares, Sr^s e Srs. Senadores, fico, mais uma vez, honrado em dividir a palavra neste plenário com presenças expressivas, Senadores que entendem que existe algo mais a ser feito neste Senado do que as CPIs.

Ontem, ao ouvir o Senador Pedro Simon dizer que não estava integrando nenhuma das atuais CPIs, recordei-me de que nós, Senador Pedro Simon, fizemos parte da CPI dos Bancos, que teve profundas repercussões devido ao trabalho que ali executamos. O mesmo ocorreu na CPI do Judiciário.

Mas quero, de pronto e antecipadamente, dizer aos meus conterrâneos tocantinenses e ao povo brasileiro que sou membro da Mesa e, diante de tantos conflitos de competência, de idas ao Supremo, vários desses assuntos podem ser enviados à Mesa na forma de recurso. Por isso, tenho procurado preservar a minha posição de não participar das CPIs, até para que eu possa, como integrante do colegiado que preside esta Casa, exercer o meu voto, sem ter atuado na instância inferior, que é uma CPI.

Existem exemplos diversos de Parlamentares que mantêm as suas lutas nas CPIs e no plenário, cumprindo com muita responsabilidade seus afazeres, que não são poucos. Lembro que esta Casa tem 81 membros, temos todas as atribuições da Câmara dos Deputados e várias outras exclusivas do Senado. Portanto, não tem sido fácil para esta Casa, que, na reforma previdenciária – presto minha homenagem

ao Senador Paulo Paim e a todos os demais Senadores –, deu aos trabalhadores a PEC paralela, que transformou a reforma previdência encaminhada pela Câmara.

A mesma coisa aconteceu com relação à reforma tributária. Os recursos de 1% que os Municípios estão aguardando até hoje foi uma solução criada no Senado. A mesma coisa eu diria da lei de recuperação das empresas, a tal Lei das Falências, e da Lei das Parcerias Público-Privadas, que também fizemos transformações importantes.

Sr. Presidente, não quero dizer que o Senado tem sido uma coisa e a Câmara outra. Não. Nós, Senadores, temos conseguido aprofundar o debate. Aqui não se aprova nada, não se faz sessão e votação porque percebo que todos os Senadores hoje são regimentalistas, conhecem nossos direitos como Parlamentares. Mesmo que seja um Senador, eu tenho visto que esta Casa tem primado por respeitar seus integrantes, e temos exercido nosso mandato da forma mais plena. Temos nossos defeitos, mas, como disse Ulysses Guimarães, este aqui é um palácio de cristal, ainda mais depois da TV Senado. A população brasileira sabe exatamente quem são os Senadores que vêm à tribuna, os que vão às CPIs, os que atuam, os que presidem os trabalhos e os que efetivamente representam bem suas populações.

Sr. Presidente, no dia de hoje, quero tratar de um assunto que tem incomodado muito a vida da população tocantinense: a tarifa de energia elétrica que está sendo cobrada no nosso Estado.

Em primeiro lugar, vamos a uma constatação: estamos exportando energia elétrica para o resto do Brasil, o Tocantins se transformou em função do seu caudaloso rio e da construção da Usina do Lajeado, a Usina Luís Eduardo Magalhães, já em funcionamento, em tempo recorde de construção, e, quando temos o aumento da oferta – não sou economista, mas até a dona-de-casa sabe disto –, quando um produto está em abundância no mercado, a tendência é o preço baixar.

Não dá para entender o que está acontecendo, uma vez que há o aumento da oferta de energia, o Tocantins está se transformando num exportador e a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins está ganhando seguidos prêmios de melhor empresa de distribuição de energia elétrica do País – venceu o prêmio este ano novamente. Afinal, o que está acontecendo?

Vou procurar dissertar um pouco sobre o tema, Sr. Presidente, para tentar esclarecer o povo tocantinense e para pedir algumas providências do Governo

do Estado. Com todo respeito e admiração ao homem público que dirige a Aneel, Dr. Jerson Kelman – S. S^a me prestou agora vários esclarecimentos, da forma mais aberta, e colocou-se à disposição, por intermédio da Aneel, para ampla explicação –, nós estamos oferecendo um requerimento à Aneel pedindo a decomposição da tabela que fixa o preço da energia elétrica no nosso Estado para que o povo saiba o que está acontecendo.

Lá no Tocantins, o Governo é sócio em 49% das centrais elétricas do Estado. Ele tem um Diretor Executivo, tem um membro no Conselho de Administração, tem um membro no Conselho Fiscal e detém 49% das ações. Então, o Governo pode fazer alguma coisa? Pode e deve. Aí alguns dirão: mas quem fixa a tarifa é a Aneel! Sim, mas a empresa participa, uma vez que o Governo tem 49%. E o Governo pode fazer muito. Eu começo dando o exemplo do ICMS. Então, os moradores e a população estão identificando tarifas abusivas que estão chegando a esses valores principalmente em função do ICMS. Só para dar um exemplo: numa família com um consumo pequeno de 100 kWh ao mês, se forem aplicados os 25%, vai subir em 24% o preço final da tarifa.

Existem Estados que estendem e não tributam até 120 kWh no mês. Não é o que está acontecendo no Tocantins. Há uma coisa interessante: nós somos um dos maiores produtores de carne, de soja, de arroz. Estamos longe dos grandes centros. Então, é preciso haver uma compreensão do incentivo que nós podemos dar nesta hora para competir, porque nós estamos numa economia altamente competitiva. Se nós estamos distantes dos grandes centros, nós precisamos de uma logística de transporte, da ferrovia Norte-Sul, precisamos usar as hidrovias. Afinal, de que adianta para os brasileiros batermos no peito, dizendo: “Somos o maior exportador de soja do mundo!” Somos o maior produtor de soja do mundo? Não. Mas o maior exportador de soja nós somos. E será que interessa ao Brasil, pura e simplesmente, exportar matéria-prima, sem os valores agregados, sem deixar impostos gerados nas regiões? Será que interessa ao Tocantins vender boi vivo? Será que interessa ao Tocantins exportar os seus minérios? Será que interessa ao Brasil exportar o minério de ferro de forma bruta? Ou será que não teríamos que partir para um grande projeto nacional destinado a essas regiões, nas quais não estão as grandes concentrações urbanas, para incentivarmos a produção? Aí, sim, poderíamos enviar para os grandes centros urbanos do País uma mercadoria mais barata.

Como se dá esse incentivo? Qual a criatividade de que tem que ter o Governo Estadual para não entrar, pura e simplesmente, numa guerra fiscal? Em relação à energia elétrica, imediatamente diria ao Governador do Estado: “Reúna o Conselho Fiscal das Centrais Elétricas do Estado do Tocantins. Vamos fazer uma revisão dessa tabela. Vamos considerar a produção”. O Governo anterior nos deixou tarifas diferenciadas, como a tarifa verde para o produtor e a tarifa para o industrial, mas a população está reclamando – e muito – do preço da energia elétrica. Então, vamos pedir à Aneel, mediante ofício assinado pela nossa Bancada Federal, que faça uma decomposição para que fique claro para o consumidor tocantinense o que está originando um preço maior da tarifa de energia elétrica no nosso Estado.

Antecipadamente, eu diria que o Governo pode tomar uma medida imediata. Existem Estados que deixam de cobrar ou dão a isenção de até 120 kWh. Então, isso pode ser observado no nosso Estado. Seria necessário um exame dessa situação, porque precisamos de um Tocantins competitivo. As distâncias que temos dos nossos portos e dos grandes centros urbanos não podem ser um impeditivo para o nosso crescimento. O nosso Estado tem água em abundância, já possui a energia em todos os Municípios, está abrigoando produtores. Vejam a contribuição dos produtores gaúchos, por exemplo, que tomaram conta do nosso Estado e estão lá, levando a sua tecnologia para a soja. O mesmo acontece com o Piauí, com o Maranhão, com Mato Grosso. Nós já nos acostumamos com isso. E, quando me refiro aos gaúchos, reporto-me também aos catarinenses, aos paranaenses. É que o gaúcho inventou aquela coisa carinhosa que conhecemos, que são as querências, os Centros de Tradição dos Gaúchos, os CTGs, que sempre nos convidam para as festas. E lá estão os produtores de soja, aquelas pessoas que dizem: “Senador, nas nossas famílias, nós fomos herdando a terra e, cada vez mais, a terra ficava menor”. E houve gaúcho que chegou no Tocantins só com o seu tratorzinho. Ele passava o dia em cima do trator trabalhando, arando a terra para os outros, para terceiros, e hoje já é produtor, hoje já adquiriu o seu pedaço de terra. Porque algo que temos em abundância são dois milhões de hectares prontos para a produção, de várzeas, sem falar no Projeto Rio Formoso, que tem a maior área irrigada por gravidade do mundo. A Ilha do Bananal está inteira no nosso Tocantins. Temos as nossas áreas de preservação ambiental.

Quando falo com esse orgulho todo e com essa alegria é porque é uma nova fronteira a ser aberta e

a ser conquistada, em benefício do País. Para essas áreas, nós, que discutimos aqui no Senado Federal o fundo de combate às desigualdades regionais, que o Governo não colocou em prática ainda, que tinha recursos destinados aos Municípios, estamos assistindo a um verdadeiro desperdício.

Vejo aqui o orador que me antecedeu na tribuna, Senador Alberto Silva, que, do alto da sua juventude de mais de 80 anos de idade, nos ensina, diariamente, como aproveitar melhor os nossos recursos naturais, como a mamona e o *biodiesel*. Parece-me que essas pessoas não encontram eco para suas propostas. Por exemplo, tenho solicitado gravações e fitas sobre todas as palestras que o Professor Bautista Vidal tem dado Brasil afora. Fico impressionado com a consistência dos seus argumentos e com seu desespero, porque há desespero e indignação nesse brasileiro que nos vê com o maior potencial em tudo que se discute no mundo. A maior riqueza que o povo tem é a energia. Sem energia, não há nada. Não se faz nada sem a energia. O que é a energia? Energia elétrica, a energia vinda da biomassa, dos mecanismos limpos, como, por exemplo, da cana-de-açúcar, e que pode ser de outros cereais.

Qual é o país que pode competir com o Brasil na produção de energia? Esse é o grande debate.

O petróleo está acabando, é coisa do passado. Quatrocentos milhões para sedimentar uma bacia, isso é o que já foi o ouro. O ouro não é mais nada do qual precisamos para desenvolver as nações. Então, o que lastreou a riqueza do mundo, que foi o ouro, já está esquecido. Hoje, é o ouro azul, a água, o grande bem da humanidade. Sem falar no nosso potencial, professor Cristovam Buarque.

E repito aqui um dado que eu citei. Fico triste de saber – cito apenas como exemplo – que a Coréia, com menos de um terço da nossa população, tem mais de 40 mil de seus integrantes fazendo cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado em outros centros. O Brasil não tem mais de dois mil de seus filhos com bolsas de estudo para fazer mestrado, pesquisa, doutorado. Então, imagine, o Brasil com três vezes a população da Coréia.

Se nós temos a biodiversidade, as terras, a possibilidade da produção, temos que aliar a isso o conhecimento, a tecnologia. Juntos esses dois fatores ninguém pode segurar o Brasil.

Isso me remete ao primeiro tema. O sócio, o que cria as maiores barreiras, o que mais impede o crescimento deste País é o fato de entrarmos no jogo, na ciranda financeira internacional, que tem como base as mesas operadoras que transferem

créditos e débitos como se não houvesse a produção. É o verdadeiro desperdício do que é real: os potenciais brasileiros.

Para manter o nexos com o início do meu pronunciamento, eu diria que o Governo deveria ser o primeiro a abaixar essas alíquotas, essas contribuições, esses impostos e a criar o imposto de valor agregado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Deveria também fazer com que não houvesse o desestímulo de quem quer produzir. Afinal de contas, somos um dos países onde se leva mais tempo para abrir uma firma, um dos países que mais impostos tem. O Governo é um sócio ingrato para quem quer produzir, pois cobra antecipadamente e, nesse caso, nem distribui aos Estados e aos Municípios.

Vou ouvir os apartes. Primeiramente, Senador Mão Santa, permita-me ouvir, pela ordem de solicitação, o Professor Cristovam Buarque. Em seguida, ouvirei V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pela ordem de saber, o Senador Cristovam Buarque está na frente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – De forma alguma. Todos os meus Pares, que representam seus Estados, são importantes, principalmente para o meu modesto pronunciamento.

O Tocantins, um Estado exportador, deveria dar o exemplo quanto à questão da tarifa de energia elétrica, baixando imediatamente o ICMS para aliviar o sofrimento da população.

Ouçõ o Professor Cristovam Buarque, com muita alegria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Eduardo Siqueira Campos, pedi a palavra antes do Senador Mão Santa para dizer que fico feliz ao ouvir aqui o nome do Professor Bautista Vidal. Nós nos esquecemos de que ele criou essa maravilhosa invenção brasileira que é o Pró-álcool, exemplo da solução que virá para os tempos posteriores ao petróleo. Por isso, fico feliz. Lembro ainda que Bautista Vidal diz o óbvio que não vemos. Precisamos, em primeiro lugar, ajustar o projeto civilizatório brasileiro aos nossos recursos, à energia de que dispomos, ou seja, o sol e a Terra, e não o petróleo, que acabará antes de 2022. Em segundo lugar, devemos preocupar-nos com esse potencial imenso sobre o qual não paro de falar, que são as nossas crianças que precisam de educação. Nós não vemos o óbvio, Senador. Fico contente que V. Ex^a traga o óbvio para nós.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sou eu que agradeço pela participação de V.

Ex^a, Senador Cristovam Buarque, que deu ao Brasil essa grande contribuição que temos, o Bolsa-Escola, que, aliás, deixou de fazer o mais importante, que era a essência do projeto: constatar a presença física, a presença do aluno, efetivamente, para a aferição da bolsa e do benefício. V. Ex^a já se pronunciou sobre isso e é a maior autoridade nesta Casa sobre esse assunto.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, nós ouvimos atentamente o Senador Alberto Silva, que tem muita experiência, como o grande Siqueira Campos, o criador do Tocantins, pai de V. Ex^a. É uma lástima vermos que não tem ninguém – só o Paim ali – do PT. Mas já se foi o Paim. Mas o Governo tinha muito que aprender com o Senador Alberto Silva sobre seca. Senador João Alberto, temos que aprender com a experiência dos mais velhos e ter a ousadia dos mais novos, já dizia Shakespeare. Atentai bem! Eu tive esse problema quando governava o Piauí e fui ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma audiência marcada, mas que não deu certo, porque foi na semana das mortes: morreram Luís Eduardo e Sérgio Motta. Aí eu fui ver a seca, Senador João Alberto. No Piauí, 40% é semi-árido, na região de São Raimundo Nonato. Mas, como é distinto o Presidente Fernando Henrique Cardoso e como tinha falhado, por motivos óbvios – os falecimentos – me recebeu, e a audiência foi lá no Alvorada. S. Ex^a, com aquela simpatia, *glamour*, entrou com uma revista, um livro, e eu perguntei logo: Presidente, V. Ex^a acredita em Deus? Perguntei, porque tinha aquela história de ele ser ateu. Aí ele riu: “Mão Santa, eu acabei de vir de missas de dois”. E eu: “É, foi Deus que fez eu não ser atendido na semana passada, e, como V. Ex^a mandou, eu fui lá; V. Ex^a não agüenta outro desastre [tinha havido fogo em Roraima e a seca], então eu vim; foi Deus quem mandou para eu lhe contar o quadro”. Eu ainda disse: “Olha, ainda não tem invasão e saque porque há uma grande crença nos governantes do Nordeste todo”. O povo é bom, enfim. Mas eu conversei com ele o que ouvira de Alberto Silva: “primeiro, V. Ex^a está errado, a Sudene tem que ser valorizada, tem que ter esperança”. E ele atendeu, nomeando o superintendente do Piauí, Leonildes Alves. Mas eu disse, então, que aquela maneira de dar a bolsa de serviço para ir trabalhar distancia o homem, o chefe da fazenda, e ela nunca é urbana. Ele acaba recebendo um dinheirinho e trocando a mulher velha pela mulher nova. E eu disse: “V. Ex^a, então, vai ser acusado de destruir o maior patrimônio do Nordeste, a família tradicional”. Ele cedeu, e nós trabalhamos juntos. Mas agora a seca está pior porque não tem a Sudene, João Al-

berto. Aquilo que o Alberto Silva disse é uma verdade que o PT devia ter aprendido: as casas com cisterna. No Piauí há o Padre Lira, da idade de Alberto Silva, que governou essa cidade de Dom Inocêncio. Lá, há anos e anos, há quase meio século, todas as casas tem cisterna.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Trata-se de uma cidade governada por um padre, onde todas as residências têm cisterna: Dom Inocêncio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo está esgotado, Senador. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então era isso. V. Ex^a, com sua inteligência, citou a experiência de Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, vou lhe dar mais um minuto para V. Ex^a concluir.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente agradeço a V. Ex^a e também aos honrosos apertes que tive. Concluindo, nesses cinqüenta segundos que me faltam, quero renovar desta tribuna o apelo que enviarei por escrito ao Presidente da Aneel, Dr. Jerson Kelman, para que tenhamos uma decomposição completa da tarifa energética no Estado de Tocantins. Vamos lutar junto ao Governo do Estado.

Estamos deixando aqui como sugestão a imediata redução dos índices de ICMS. Espero que possamos aliviar o sofrimento da população tocantinense, principalmente os de baixa renda, estender ao máximo a isenção, tendo em vista que fizemos do Tocantins um exportador de energia.

O Tocantins tem diretor administrativo, tem membro do Conselho Fiscal, tem 49% das ações daquela empresa, que é orgulho para todos nós, mas que não pode ser sofrimento para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos. Depois ouviremos o Senador Augusto Botelho, que já está com a mala na mão para viajar para Roraima.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria normal hoje o dia ser como esse. Afinal, foi até surpreendente que na segunda e na terça-feira, tenha havido um bom movimento. Quinta e a sexta-feira, deu no que deu.

Creio, Sr. Presidente, que o tempo está passando e o que me preocupa é que não vejo a preocupação necessária deste Congresso em se preparar para as eleições do ano que vem. Vejo os candidatos de mangas arregaçadas. O Presidente da República, o Presidente Lula, hoje, no jornal, dá uma ordem pela primeira vez desde que assumiu: "Ministros, gastem dinheiro, principalmente em obras que se completem até o ano que vem". É, candidato à reeleição é assim mesmo.

Mas como serão as eleições do ano que vem? Com toda essa onda de escândalos, de manchetes, de absurdos que estão acontecendo, como será a eleição no ano que vem? Não vejo nenhuma preocupação. Eu não vejo nenhuma preocupação.

Modéstia à parte, o Senado fez o seu papel. Primeiro, votamos uma lei, modéstia à parte, quase completa: reforma eleitoral e reforma política. Criamos a campanha eleitoral com os gastos públicos de campanha, mantivemos e determinamos com firmeza os percentuais que cada Partido terá que cumprir nas próximas eleições, fizemos com que os programas de televisão sejam feitos ao vivo, sem produção de empresa publicitária, criou-se o distrito eleitoral... Enfim, medidas importantíssimas foram tomadas.

Ela foi para a Câmara, que não fez nada nos dois anos em que ela está lá. Aí, por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, por unanimidade, esta Casa votou o que chamamos de "um remendão de urgência", o mínimo necessário, mas importante. Não dava para criar, porque tinha de ser por Constituição, o gasto público de campanha, mas se cortou de tal maneira, restringiu-se de tal maneira o dinheiro eleitoral que melhorou muito.

Primeiro, estabeleceu-se que cada candidato tinha de ter uma única conta pessoal. Quer dizer, afastou-se o caixa dois. Se, de repente, aparecer dinheiro daqui, dinheiro de lá, sem que se saiba de quem era o dinheiro, é crime e quem paga é o candidato. O candidato é o responsável por tudo que se gasta em sua campanha.

Depois se decidiu que o programa de televisão tinha de ser ao vivo. Metade do que se gasta em uma campanha, que é o dinheiro da publicidade, desaparece. E aquela estória de se inventar um candidato bonitinho, bacana, etc e tal, como fez o Sr. Duda Mendonça nas últimas eleições, isso não tem mais. A campanha é ao vivo!

E foi aprovada mais uma série de princípios da maior importância. A Câmara não votou... Terminou o prazo no dia 30 de setembro. Fizeram-se apelos dramáticos; fomos, em comissão, à Câmara falar ao Pre-

sidente e aos Líderes da importância de que aquilo fosse votado. Não votaram!

Então, estamos hoje em uma situação pior do que a da eleição passada. Na eleição passada, não sabíamos dos desmandos, dos absurdos, do que estava acontecendo e do que poderia acontecer, e agora já sabemos, mas estamos sem meios de poder evitar.

O Tribunal Superior Eleitoral vai argumentar que a Casa não funciona, que o Congresso não legisla e vai legislar, como fez na eleição passada, quando criou, absurdamente, o voto vertical, de Presidente a Vereador, criando a vinculação do voto. Até hoje cremos que foi uma violência do Tribunal, mas ainda não fizemos nada.

O Presidente do Supremo está dizendo que provavelmente fará alguma coisa no que for o mínimo da necessidade ética para que as coisas não se restrinjam a repetir o que aconteceu no ano passado. E estamos aqui, com telefones grampeados, com o Relator da CPI dos Correios apresentando uma versão completamente nova, mostrando que o dinheiro que estava nessas contas todas era de publicidade do Banco do Brasil, provando cabalmente. Estão lá cinquenta jornalistas, a quem eles estão distribuindo os números. Até estou com os dados na minha mesa e peço que eles sejam transcritos para os Anais da Casa. Demonstrem que todo o dinheiro veio da verba de publicidade.

O Banco do Brasil, pela primeira vez na sua história, adiantou verba de publicidade. Quer dizer, adiantou a verba de publicidade por conta de publicidade que vai ser feita no ano que vem. Isso não existe. Publicidade ou existe ou não existe. Não é uma obra para a qual se dá dinheiro a fim de que ela seja adiantada. A publicidade é feita e é paga; se não é feita, não é paga. Pois agora ela já foi paga para ser feita no ano que vem.

Esse dinheiro que vem de uma empresa cujo dono é o Brasil, embora haja outros bancos, foi parar na conta do PT. Está provado agora de onde veio o dinheiro, o fantasma dos empréstimos e a montanha do dinheiro. Isso vai ficar assim? E não vai acontecer nada? Não vamos alterar, não vamos modificar nada para as eleições do ano que vem? Essa é a pergunta que se faz.

Vejo o Presidente da República numa posição muito igual à do Fernando Henrique quatro anos atrás. Não adiantava a gente falar daqui. Eu até pedi para criar uma CPI para apurar o escândalo que foi a compra de votos para votar a emenda da reeleição. Ninguém deu bola. Ninguém tomou conhecimento. Ninguém, mas ninguém tomou nenhum conhecimento,

porque o Fernando Henrique só estava preocupado com a reeleição.

Vi aqui o escândalo que foi a venda da Vale do Rio Doce, um patrimônio público dos mais importantes do mundo, a segunda empresa mais rica em minério. A Vale do Rio Doce e o Brasil sentaram-se à mesa para discutir o problema do minério no mundo inteiro. Deram de presente. Venderam por R\$3 bilhões, dinheiro que o BNDES deu.

O Fernando Henrique, preocupado com a reeleição, não tomou nenhum conhecimento. É o que se vê com o nosso amigo Presidente Lula agora. Ele não está preocupado; nenhuma preocupação.

Olha que tive muito boa impressão do Chefe de Gabinete do Presidente Lula. Tive a melhor das impressões. Mas, cá entre nós, o que os dois irmãos do Prefeito assassinado de Santo André falam dele é coisa muito séria. Esses dois irmãos não têm rixa, não há dinheiro em jogo, não há absolutamente nada. No entanto, o homem permanece.

Fui Líder do Governo Itamar quando a CPI dos Anões do Orçamento pediu para o ser ouvido o Chefe da Casa Civil. Ele veio depor, mas antes renunciou à Casa Civil. Ele veio depor como cidadão e não como Chefe da Casa Civil. Não encontraram uma vírgula contra ele, foi aplaudido na Comissão, e voltou para a Casa Civil. O Chefe permanece Chefe do Gabinete da Presidência da República.

Agora, o Lula recebe o Presidente americano. Que manchete que me doeu o coração hoje! Quando eu sento para tomar o café de manhã, estão ali o **Correio Braziliense** e sua capa: “Os americanos estão chegando”. Meu Deus do céu, me deu um frio! Quando ouvimos “Os americanos chegaram lá”, quando eles estão chegando, é para tomar conta. E a manchete era esta: “Os americanos estão chegando”. Até eu me dar conta de que era o Bush que vinha... Que seja muito bem-vindo, que tenha uma boa presença entre nós. Nós o receberemos com muita alegria... Mas a manchete foi muito – eu diria – maliciosa, porque visou atingir um pouco o sentimento do brasileiro, que olhava e que dizia: “Realmente está chegando”.

É a maior preparação que Brasília já teve. Nem no tempo dos militares, da ditadura militar – e na ditadura militar andar em Brasília era um terror, porque os Ministros e ditadores tinham um medo terrível do povo –, nunca houve uma operação que nem esta que está aí.

Segundo o **Correio Braziliense**, para não criar maiores problemas, a segurança do Brasil deixou que o comando da segurança fosse feito pelo comando de segurança americano. Isso, em tese, feriria a so-

berania do Brasil, porque quem deveria comandar a segurança do Brasil seria o Governo brasileiro. Mas o Governo brasileiro deixou, e está chegando aí uma operação fantástica.

Vem um Presidente para cuidar da América Latina, para discutir uma aproximação com a América Latina, para vender a Alca, com possibilidade de aceitação, fica um dia em Mar del Plata e um dia em Brasília. Um dia, em termos: chega no final da tarde de sábado em Brasília, dorme, conversa de manhã, come o churrasco e vai embora. Em Mar del Plata, eu não sei como será a reunião. Dizem que o churrasco será gaúcho. Espero que sim. Fosse o Presidente Sarney, talvez servisse uma comida nordestina. Mas acho que, com o Lula, o churrasco deverá ser gaúcho.

Que o Lula tenha a coragem de chegar para o Presidente e dizer: “Presidente, o Brasil está pagando esses juros de dívida externa, que é uma loucura, Presidente. Nós estamos aqui sofrendo fome, miséria, injustiça. Nós estamos aqui com as estradas sem recuperação, nós estamos com o País parado, e somos o campeão do mundo de remessas de dinheiro para o Banco Mundial”. O próprio Banco Mundial reconhece isso. “Presidente Bush, já pagamos adiantado os juros da dívida deste ano. Não esperamos chegar ao fim do ano. Estamos em dia. Cofre vazio, salário zero, empreendimentos zero, mas já pagamos todos os juros, os juros mais altos do mundo”.

O Governo norte-americano está vivendo a fase mais difícil da sua história. Respeito muito o povo norte-americano, porque tem suas idéias pessoais, seu pensamento, mas possui uma imprensa que se considera dona do mundo e faz orientação do mundo inteiro.

Quando fui aos Estados Unidos fazer conferências, pude observar que era difícil eles entenderem, porque muitos se consideram a salvação do mundo, pois criam todos os avanços científicos na Medicina, na tecnologia, na agricultura. Tudo o que há de avanço no mundo é o norte-americano que sustenta. Já a fome, o atraso e a miséria do mundo são produzidos pelo sul-americano. Eles não têm consciência do outro lado. Representam um pedacinho da população do mundo, mas são praticamente donos do mundo.

Entretanto, o povo norte-americano está vivendo uma hora dramática como nunca. Já estava vivendo isso, porque ficou provado que o Presidente Bush mentiu à nação nas referências ao que teria o Presidente do Iraque em preparação de armas de extermínio em massa.

Ficou provado que aquele brasileiro, o Bustani, que não queria que se fizesse isso e que foi demitido

tinha razão. Não encontraram nada. Está provado agora que mentiram, que falsificaram à nação americana dados para fazer o que fizeram. Isso está nos jornais de toda a América. Por isso, o Presidente Bush está enfrentando o momento mais difícil da sua trajetória. Perante a pergunta: “É caso de **impeachment?**”, 55% do povo diz que é.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu já lhe darei a palavra.

Mas o triste é que, junto com essa notícia de hoje com relação ao Iraque, está vindo uma notícia com relação ao Vietnã. Os historiadores do Vietnã, daquela guerra, estão mostrando que lá também foram apresentados dados falsos; que a intenção naquele momento do americano era colocar os pés ali, no Extremo Oriente, para controlar o expansionismo da China, para facilitar o crescimento do Japão, para estar ali, ao lado da Rússia, do outro lado; enfim, que os dados apresentados não eram verdadeiros. Baseado em dados falsos, o americano levou o mundo inteiro a imaginar que eles estavam fazendo uma guerra patriótica em defesa da liberdade no mundo. Isso está nas manchetes de agora. E os americanos estão apavorados com essas duas notícias.

Uma coisa interessante de salientar: invejo a nação americana pelo sentido que o povo americano tem da verdade e da seriedade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. Fazendo soar a campainha.) – Por gentileza, Senador, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigadoo.

As nações e os Governos podem ir, mas que não falhem com a verdade. Falsear a verdade o povo não aceita. É o que está acontecendo agora.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria também de um aparte, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, seu pronunciamento é muito oportuno para o País, porque V. Ex^a mostra a preocupação que é de toda a história do Brasil. Eu era menino e vi o Franklin Delano Roosevelt aqui, conversando com Getúlio, para participar pela luta democrática contra Hitler e contra Mussolini, e nos doou até uma siderúrgica.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que o Lula se lembre agora de que o Dr. Getúlio, para concordar que o Brasil entrasse na guerra, fez o americano construir a Siderúrgica de Volta Redonda. O Brasil entrou no mundo do aço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, vou dar mais dois minutos para V. Ex^a concluir, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Viemos com Franklin Delano, mas vamos ao mais recente. Bill Clinton era quase uma figura franciscana – daquela que se carrega – de paz. Ele conseguiu levar a paz à Europa, no fenômeno da Rússia, da divisão (Bósnia, Sérvia, Croácia). A Irlanda, com a luta religiosa, ele foi lá. Ele foi ao Oriente Médio, fez Yasser Arafat e Yitzhak Rabin se beijarem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ganhará o Prêmio Nobel.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, daí a recepção que o País deu a eles. Estou simbolizando Franklin Delano Roosevelt e Bill Clinton, mas todos levavam essa mensagem. No momento, a simbologia de Bush é de guerra, de destruição. Temos que ter muita cautela, porque isso não traduz o sentimento do povo brasileiro, que é um povo cristão e pacífico, e V. Ex^a o simboliza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas vamos esclarecer. O Presidente Bush vem ao Brasil num momento de estratégia política. O Pacto das Américas vai se reunir na Argentina, em Mar del Plata. E o Presidente Bush, num gesto inteligente, achou que não deveria ir à Argentina e não passar pelo Brasil. É aquela velha tradição da rixa, etc e tal. Então, ele fez questão. É um gesto que devemos acatar e receber com simpatia, porque ele não vai passar por cima do Brasil. Vai descer no Brasil.

Mas, neste momento, o que eu quero dizer é que...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...na situação difícil em que se ele se encontra, no desgaste que está...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No desgaste em que ele está...

É que estou me referindo a US\$1 trilhão. Veja que é muito dinheiro.

No desgaste em que está, é o momento em que o Presidente pode chegar e dizer: “Presidente, V. Ex^a poderia interferir nesse sentido, porque metade do que vamos pagar de juros, nos próximos cinco anos, com interferência da ONU, com fiscalização internacional, vamos aplicar no desenvolvimento, na fome, na educação, na saúde. Que durante um espaço de tempo isso

seja feito, Sr. Presidente. V. Ex^a, que está percorrendo, buscando o desenvolvimento da América Latina, V. Ex^a, que veio à reunião, faça isso, Sr. Presidente. O que vamos pagar já vai ser um mar. Estamos pagando metade dos juros e vamos ser o país que mais vai continuar pagando ao Banco Mundial e às organizações mundiais". Este é o momento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Pedro Simon, peça a V. Ex^a que conclua o pronunciamento, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o momento que Lula deve aproveitar. É o apelo que fazemos daqui. O Bush está em uma situação difícil e está com vontade de fazer alguma coisa que simbolize alguma simpatia pela América Latina. Acho que esse é o gesto. E Lula tem autoridade e condições para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON.

Brasília - O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), informou hoje ter descoberto a fonte dos empréstimos do banco BMG que, através do empresário Marcos Valério, beneficiaram o PT. Segundo ele, uma estatal, que ele não quis identificar, transferiu R\$ 58,3 milhões a Valério por serviços que as empresas do publicitário não prestaram.

De acordo com o relator, numa primeira operação, essa estatal repassou R\$ 35 milhões a Valério, que imediatamente fez uma aplicação de R\$ 10 milhões no BMG. Quase que simultaneamente, o banco fez a ele um empréstimo de R\$ 10 milhões, recursos que acabaram sendo transferidos ao PT. Em outra data, Valério recebeu R\$ 23,3 milhões da estatal e aplicou R\$ 19 milhões no BMG que, imediatamente, emprestou aq R\$ 19 milhões ao empresário.

Para Serraglio a coincidência de datas e valores indicam que se tratavam de operações camufladas. "Descobrimos que os empréstimos, na verdade, não era empréstimos. Eram operações de repasse de dinheiro da estatal", disse o relator.

O deputado prometeu divulgar ainda hoje o nome da estatal que fez os repasses. As estatais que tinham maiores contas de publicidade com as empresas de Marcos Valério eram os Correios e o Banco do Brasil e, em valores menores, a Eletronorte.

03/11 - 08:19 / Agência Estado

Brasília - O primeiro relatório do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator da CPI dos Correios para a área de movimentação financeira, afirmará que a versão dos empréstimos bancários para justificar a origem do dinheiro do mensalão é comprovadamente falsa. O parecer, que deverá ser entregue na segunda-feira ao relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), mostrará uma rigorosa auditoria nas contas do

empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Os técnicos da CPI descobriram que os empréstimos contraídos pelo empresário no Banco Rural não passam de uma manobra contábil, provavelmente para maquiar operações financeiras no exterior.

Maquiagem - Fruet não tem mais dúvidas sobre a maquiagem. "Os empréstimos são uma fantasia", afirma. Os técnicos da comissão descobriram que o dinheiro dos "empréstimos" creditados para o empresário simplesmente sumiu das contas. Um dos empréstimos que desapareceu dos registros contábeis foi o de R\$ 12 milhões, valor semelhante ao valor depositado em dólares, no exterior, para Duda Mendonça - cerca de R\$ 10 milhões, segundo a versão do publicitário.

Desmontada a versão do empréstimo, o relatório vai apontar como uma das fontes do mensalão os milionários contratos das agências de Valério, a SMPB e a DNA, com o governo. Fruet também vai propor uma auditoria nos contratos privados firmados pelas agências.

O relatório também vai abordar a outra ponta do esquema, os sacadores. Até agora, já foram identificados 140 deles, mas boa parte sem registro ou com CPF inválido. É o mesmo caso da relação de beneficiários de transferências eletrônicas, que apresenta vários "fantasmas" e pode revelar mais políticos envolvidos no esquema.

Desafio - A idéia de Fruet é apresentar um relatório por semana até o fim do ano, cada um sob um tópico diferente. Os próximos deverão versar sobre as movimentações das corretoras Bônus-Banval e Guaranhuns. Agora, o grande desafio da CPI para mapear as demais origens do mensalão é conseguir acesso aos documentos das contas que abasteceram a offshore Dusseldorf, do publicitário Duda Mendonça, que poderão revelar as fontes do dinheiro.

Esses documentos já estão sendo enviados ao Ministério Público e à Polícia Federal. A CPI não é reconhecida pela Promotoria de Nova York como instituição legítima para receber cópias dos documentos, mas parlamentares deverão viajar semana que vem aos EUA para pedir acesso aos documentos. Já se sabe que a offshore de Duda foi abastecida por contas de doleiros, o que demandará uma análise demorada.



**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

VALORES DEPOSITADOS NA DNA PELA VISANET

Parte em exame

Banco Titular	Con	Tipo de La Transação	Nome	Valor do Lançamento	Data Operac
001	DNA	Crédito	830-DEPOSITO ONLINE	R\$ 23.300.000,00	19/05/200
001	DNA	Crédito	830-DEPOSITO ONLINE	R\$ 6.454.331,43	28/11/200
			Soma:	R\$ 29.754.331,43	

Banco Titular	Con	Tipo de La Transação	Nome	Valor do Lançamento	Data Operac
001	DNA	Crédito	615-AVISO DE CREDITO	R\$ 35.000.000,00	12/03/200
001	DNA	Crédito	615-AVISO DE CREDITO	R\$ 9.097.024,75	01/06/200
			Soma:	R\$ 44.097.024,75	

R\$ 73.851.356,18

TOTAL 2003 e 2004

Diretoria de Marketing e Comun
Diretoria de Varejo -200:
Brasília (DF), 05 de maio de

Senhores Diretores,

1. Assunto

Propaganda e Publicidade

1.1 Aporte Financeiro da Visanet

2. Competência

2.1 Diretoria de Marketing e Comunicação e da Diretoria de Varejo.

3. Orçamento

3.1 A proposta envolve o direcionamento da verba de R\$ 23.300.000,00 (vinte três milhões, trezentos mil reais), proveniente de aporte financeiro do Fundo Emissor da Visanet, referente a contrato com emissores de cartões Visa.

4. Informações

4.1 As ações de comunicação estabelecidas para o ano de 2003 visam maior integração dos discursos institucional e mercadológico, buscando contribuir para percepção do posicionamento da empresa, o fortalecimento da marca Banco do Brasil, a conquista e a fidelização de clientes e o incentivo ao consumo de produtos e serviços.

4.2 A estratégia de comunicação aprovada prevê o desenvolvimento de campanha "guarda-chuva" de posicionamento de marca, permeando as campanhas mercadológicas de cada pilar negocial, onde serão abordadas as soluções oferecidas aos clientes.

4.3 As campanhas contemplarão, entre outras ações, o incentivo à utilização e o incremento da base de cartões de crédito e de débito.

Nota DM/MAC-2003/1141 de 29 de 04 2003

5. Análise

5.1 Com objetivo de fortalecer a marca Ourocard, o Fundo Emissor da V disponibiliza, anualmente, verba destinada a ações de comunicação.

5.2 Em 2000, o Banco iniciou estratégia de comunicação apresentando Ourocard como uma marca única, apoiada em cartão de múltiplo uso. Em seguida foram desenvolvidas campanhas com ênfase no estímulo ao uso da função crédito e a manutenção da liderança em faturamento de cartões.

5.3 Como resultado, o Banco manteve a liderança em faturamento de cartão crédito com R\$ 13,5 bilhões, representando um crescimento de 33,3%. Com relação à emissão de cartões, atingiu-se o patamar de 4 milhões.

5.4 A verba repassada pela Visanet, em 2002, foi investida em ações de marketing nas campanhas Ourocard, e Visa Electron com expressiva utilização de marketing exterior.

5.5 Em 2003, o Fundo Emissor da Visanet disponibilizará o valor R\$ 23.300.000,00 (vinte e três milhões, trezentos mil reais), para dar continuidade a essas ações de comunicação.

5.6 A agência de publicidade DNA Propaganda Ltda. está desenvolvendo campanha, contemplando ações de comunicação para cartões de crédito e débito.

5.7 A verba disponibilizada será utilizada, prioritariamente, para a campanha de cartões e permitirá o reforço das ações de divulgação dos cartões Pré Pago e Reais, Dólar e Euro, Business Card, Platinum, Ourocard, Visa Electron e Clube Ouro conforme demanda a ser apresentada pela Diretoria de Varejo.

5.8 O repasse ocorreria diretamente para a DNA Propaganda Ltda., mediante depósito em conta-corrente 602.000-3, agência 3032-5, junto ao Banco do Brasil ficando a utilização da verba condicionada à aprovação das campanhas, pela Diretorias de Marketing e Comunicação e de Varejo.

5.9 A Diretoria de Marketing e Comunicação apresentará relatório de acompanhamento de desembolso, com os respectivos planos de mídia e custos de produção e dará conhecimento ao Comitê de Comunicação das campanhas com valor superior a R\$1.000.000,00 e ao Conselho Diretor das campanhas com valor superior a R\$ 3.000.000,00.

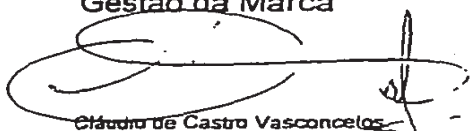
Nota DFMAC-2003/1141 de 29.04.2003

6. Proposta

6.1 Propomos:

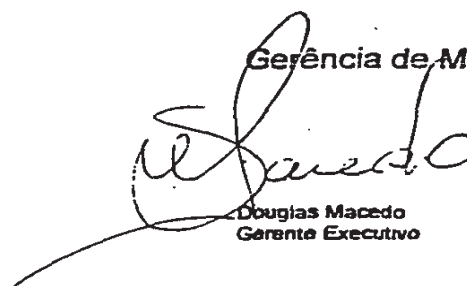
- a) Aprovar aporte financeiro de R\$ 23.300.000,00 (vinte e três mil trezentos mil reais) na forma item 5.7;
- b) Aprovar o repasse da verba para a agência de publicidade Propaganda Ltda. na forma do item 5.8.

Gerência de Propaganda e
Gestão da Marca



Cláudio de Castro Vasconcelos
Gerente Executivo

Gerência de Meios de Pagamento



Douglas Macedo
Gerente Executivo

7. Despacho da Diretoria de Marketing e Comunicação e da Diretoria Varejo

De acordo
em 06/05/03

DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Henrique Pizzolato
Diretor

De acordo
em 06/05/03

Fernando Barbosa de Oliveira
Diretor

Diretoria de Marketing e Comunicação – 2005/ 4023
Brasília (DF), 25/10/2005

À
DNA Propaganda Ltda
Rua Aimorés, 981 – 2º Andar – Br. Funcionários
Belo Horizonte – MG

Sr. Presidente,

FUNDO DE INCENTIVO VISANET 2004 – Vimos por meio desta, notificar essa Agência de Propaganda, gestora do Fundo de 2004, que, conforme nossos controles, encontram-se pendentes de conciliação os valores abaixo:

→ Saldo da verba sem destinação (novos projetos)	R\$ 1.327.178,58
→ Saldo referente aos 66 projetos autorizados	R\$ 2.813.666,50
→ Valor pendente de confirmação de pagamento	R\$ 4.954.764,92
	=====
→ Saldo Fundo VISANET 2004	R\$ 9.095.610,00

Atenciosamente,


Antonio Carlos Correia
Gerente Executivo

ROTEIRO 1

1) Em 12/03/2004 a Visanet (por autorização do BB) deposita R\$ 35 milhões na conta da DNA no BB.



2) Em 15/03/2004, a DNA aplica no BB DI o valor de R\$ 34.867.000.



3) Em 22/04/2004 a DNA transfere do BB ao Banco BMG uma TED no valor de R\$ 10 milhões, onde o favorecido é o próprio Banco BMG e a finalidade é "crédito em conta".



4) Em 26/04/2004, o Banco BMG concede um empréstimo a Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda. no mesmo valor da TED, com garantia do aval de Marcos Valério Fernandes de Souza e Rogério Lanza Tolentino e de uma aplicação financeira em nome da DNA, junto ao BMG, no valor de R\$ 10.000.000.



5) Esse empréstimo de R\$ 10 milhões consta da relação do Marcos Valério como sendo de P.T.



6) A operação acima, catacada como de auto-liquidez, é ajuizada em 01/09/2005, sem a execução da gda oferecida (a aplicação).

ROTEIRO 2

1) Em 19/05/2003, a Visanet faz um depósito no valor de R\$ 23,3 milhões, também no BB.



2) Em 20/05/2003, a DNA faz uma aplicação em fundo de investimento no BB no valor de R\$ 23.211.000.



3) Em 26/05/2003, a SMPB faz um empréstimo de R\$ 19 milhões junto ao Banco Rural.



4) Esse empréstimo de R\$ 19 milhões consta da relação do Marcos Valério como sendo do PT.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PDT de Roraima; em seguida, à Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos. Espero que cumpra o prazo de até vinte minutos, por gentileza, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprirei com o maior rigor. Muito obrigado, Excelência.

Gostaria de complementar o que disse o Senador Pedro Simon em relação aos pagamentos de juros. Neste ano, vamos pagar R\$180 bilhões. Se fizermos

a conta, nós pagamos meio bilhão de reais por dia. É muito dinheiro. Temos que chamar para conversar.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em sua quase totalidade, as universidades federais brasileiras suspenderam suas atividades acadêmicas. Em alguns casos, caminha-se para o terceiro mês de paralisação. O movimento grevista no setor, que ganhou força a partir de fins dos anos setenta, em pleno regime militar, repete-se insistentemente de uns tempos para cá. Infelizmente, os problemas se acumulam, soluções efetivas são postergadas e, ao cabo, perdem todos – professores, estudantes e sociedade brasileira.

Penso ser mais do que chegada a hora de se partir para o enfrentamento da questão, com o máximo

de responsabilidade, espírito cívico e racionalidade. Afinal, não é crível que pessoas esclarecidas estejam dispostas a sacrificar suas atividades de pesquisa e de docência, em instituições de ensino superior mantidas pelo contribuinte brasileiro, pelo simples prazer de paralisá-las ou pelo objetivo inconfessado de colocar os governos – sejam quais forem – em situações de desconforto. De igual modo, não se sustenta, por absurda e ilógica, a tese de que a administração pública federal – independentemente dos governos que a conduzam – tenha o deliberado propósito de destruir as universidades.

Sr. Presidente João Alberto, se estamos de acordo quanto a essas premissas, resta-nos a única saída aceitável para uma crise que, sob todos os aspectos, é profundamente maléfica para o País. Mais do que mera política de governo, o que o Brasil mais necessita, neste momento, é de uma política pública para a educação que, agindo na perspectiva do médio e do longo prazo, parta da educação infantil, envolva o ensino fundamental e o ensino médio, chegando à educação superior.

É falsa a dicotomia entre educação básica e superior, como bem lembrou recentemente o Ministro Fernando Haddad. Não sendo jamais concorrentes, ambos os níveis são etapas convergentes dentro do sistema educacional. E, nos dois casos, a presença do Poder Público é absolutamente indispensável e insubstituível. Esse é o pressuposto essencial. Um país como o Brasil, nas condições históricas do tempo presente, não pode se dar ao luxo de destruir suas enormes potencialidades e comprometer, melancólica e irremediavelmente, seu futuro. Que ninguém se iluda: se nada for feito para alterar radicalmente nosso cenário educacional, teremos perdido, em definitivo, o compasso da História.

Fixemo-nos no caso de nossas universidades federais. Historicamente, sabemos todos, elas foram criadas para atender ao estratégico papel de liderança do processo de produção do conhecimento, entendido como fundamental para o nosso desenvolvimento, a partir da acurada reflexão em torno da realidade brasileira. Eis a razão pela qual, especialmente nas décadas que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial, essas instituições foram criadas e multiplicadas pelas diversas unidades da Federação.

Foi essa a opção feita pelo Brasil, como, de resto, por quase toda a América Latina. O projeto nacional-desenvolvimentista consagrado nos anos cinqüenta do século passado, e que teve na Cepal um de seus mais importantes formuladores, pressupunha o papel de vanguarda das universidades públicas. Por meio da investigação científica e da transmissão do saber,

essas universidades assumiam o compromisso de contribuir para a superação do atraso, da miséria, do subdesenvolvimento, enfim, situação que impedia nossa plena realização como Nação e como Estado. E, de maneira geral, elas cumpriram sua missão. Como, aliás, fazem-no até os dias de hoje.

Graças a essa visão estratégica, com a qual concordamos integralmente, consolidou-se a tese de que essas instituições deveriam ser criadas e mantidas pela União. O problema é que, na medida em que a população crescia e a sociedade brasileira rapidamente se urbanizava – fenômeno de invulgar intensidade que ocorre entre as décadas de 1950 e 1970 –, o Poder Público se viu incapacitado de acompanhar a ampliação da demanda pela educação superior, a qual lhe cabia oferecer.

Sr. Presidente João Alberto Souza, Senador Mão Santa, Senadora Heloísa Helena, disso se origina o drama que hoje nos envolve, particularmente agravado no último decênio. O que antes era quase uma exclusividade do Poder Público, agora, para ele, se torna atividade periférica. Afinal, neste momento, apenas algo em torno de 20% dos universitários brasileiros estão matriculados em instituições públicas. Em decorrência, a esmagadora maioria – os demais 80% – não tem alternativa senão a de estudar em universidades, centros universitários ou faculdades mantidas pela iniciativa privada. No mais das vezes, pagando por seus estudos um valor superior às suas possibilidades.

A questão se reveste de dramaticidade ainda maior quando se sabe que, mesmo não conseguindo expandir adequadamente o número de suas instituições e o das vagas nelas oferecidas, ficando longe do minimamente necessário para atender à crescente demanda, o Governo Federal sequer está conseguindo manter as existentes de modo satisfatório. É o próprio Ministério da Educação que reconhece o fato: as verbas para o custeio das universidades federais praticamente ficaram congeladas nos últimos dez anos! Quanto às de investimento, desnecessário tecer qualquer comentário.

Daí os baixos salários de docentes e de funcionários, o que justifica plenamente a insatisfação dessas categorias profissionais. Daí a monumental redução da participação do setor público na oferta da educação superior.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Daí as enormes dificuldades encontradas pelos pesquisadores para a continuidade de seu trabalho ou para a abertura de novas frentes de investigação científica, o que é lamentável sob todos os aspectos. Daí, enfim,

as constantes denúncias de sucateamento de nossas valorosas universidades, algo moralmente inaceitável e que, sob o ponto de vista do desenvolvimento do País, é simplesmente desastroso.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do Paraná.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a aborda um tema da maior importância exatamente num momento crucial, porque há greve e há alunos sem aula há 90 dias. Alunos do Cefet, em São Paulo, uma instituição federal, reclamam que estão abandonados, sem canais de comunicação, inclusive com o Governo e com a própria sociedade, para alertar sobre esse terrível impasse que proporciona a eles um prejuízo enorme: noventa dias sem aula. Por quê? Porque os professores reivindicam melhoria salarial e não são atendidos. Parece-me que há intransigência do Ministro até em receber lideranças para tratar do assunto, num descaso incompreensível com a educação no País. E, certamente, aqueles que acreditaram no projeto de Nação defendido por Lula durante a campanha eleitoral, têm, nesse fato, mais uma razão especial para a frustração, para a decepção, porque tratar assuntos de educação dessa forma, com tanto descaso, com irresponsabilidade, com desprezo, é, sem dúvida, uma frustração para quem acreditava naquele projeto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de informar que o Senador Mão Santa teve aprovado um requerimento na Comissão de Educação, no qual convida o Ministro da Educação para vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre essa greve e os movimentos das universidades.

Daí, como conseqüência, o País caminhar ladeira abaixo quando se trata de vencer o desafio de bem se posicionar em um mundo cada vez mais dependente do avanço tecnológico que só o conhecimento científico pode proporcionar. Hoje, ao contrário do ocorrido em épocas passadas, o grande capital que move a economia é o saber, é o conhecimento. Justamente por isso, mais e mais indispensável é a presença ativa e atuante da instituição universitária pública brasileira, como centro de pensamento, de intercâmbio de idéias, de produção e de disseminação do conhecimento que a todos atinja.

Se grandes ainda são as diferenças regionais, que emperram o desenvolvimento sustentado e harmonioso do País, infinitamente maiores seriam sem o concurso das universidades e dos centros de pesquisa públicos existentes no Brasil. Portanto, há um legado que não pode ser perdido, uma herança extremamente positiva que não pode, em hipótese alguma, ser vilipendiada.

Sr. Presidente João Alberto, Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, Senadora Iris, Senadora Heloísa, o Brasil somente conseguirá ser grande e oferecer aos seus cidadãos condições dignas de vida quando conseguir propiciar educação básica de qualidade para todos, sem qualquer forma de exclusão. Mas, ao mesmo tempo, somente conseguirá ser efetivamente contemporâneo de seu tempo se mantiver um sistema público de educação superior compatível com os anseios de sua população e plenamente integrado às condições históricas do tempo presente.

Por tudo isso, conclamo a todos – Governo Federal, Congresso Nacional, educadores, estudantes e os mais diversos setores da sociedade – a se unirem a favor da Educação brasileira e, ante a situação aqui apresentada, a buscarem saídas para a crise da universidade pública. Que a exposição franca das posições e a serenidade cívica que se espera de todos nós possam iluminar os caminhos da redenção dessa instituição tão necessária.

Sr. Presidente João Alberto, provavelmente, neste momento, o melhor a fazer seja baixar as armas, pensar no futuro e comprometer-se com as soluções. Mais do que a identificação de eventuais culpados, penso que o caminho que haveremos de trilhar seja o da convergência de objetivos. Só assim daremos ao Brasil a resposta que ele merece e que ansiosamente aguarda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por permuta com a Senadora Iris de Araújo. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, no início dos trabalhos, Presidente João Alberto, falava V. Ex^a de ratos e baratas, até fazendo um pronunciamento sobre infra-estrutura, turismo e os mecanismos de dinamização econômica que esse setor possibilita. Assim, acabei por lembrar que o assunto de que vou tratar hoje – relação da execução orçamentária, do superávit com a saúde, com a educação – também envolve outro rato. Um Ratto com dois tês, evidentemente um Ratto sofisticado, o Sr. Rodrigo Ratto, Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, a grande personalidade deste órgão que coordena a América Latina. Talvez o nome Ratto, embora com dois tês, seja o nome mais apropriado de um bípede, é verdade, mas também de um tipo de política que de fato corrói toda a possibilidade de estruturação de políticas sociais, econômicas e públicas para o Brasil.

O problema da educação e da saúde no Brasil não é fácil, é verdade. Envolve alta complexidade técnico-econômica, porque traz para si todo um acúmulo de ausência de políticas sociais e públicas e tem um quadro extremamente dramático. Quando tratamos da educação e da saúde, de pronto, algumas pessoas perguntam qual a alternativa para minimizar a dor e o sofrimento de milhões de pessoas espalhadas pelo Brasil e que necessitam da educação e da saúde públicas, especialmente.

O pior é que estamos em 2005 e o que já foi produzido na área de ciência, de tecnologia?... Hoje se pode detectar, quase que mensalmente, uma sonda que identifica o barulho de uma lua, de um astro na galáxia, ou fazer clonagem. São tantas as descobertas que considero absolutamente estranho, em 2005, ficar todo o tempo a se lamentar da ausência de políticas públicas na área de saúde e de educação.

O pior, o mais duro, Senador Mão Santa, sabe V. Ex^a como médico, é que tanto na área da saúde como na da educação não seria necessária nenhuma nova proposta se nós tivéssemos um Governo que cumprisse a lei. Na área da saúde, Senador João Alberto, temos a legislação mais avançada do mundo. No Planeta Terra, a legislação mais avançada é brasileira: a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Alguns poderão dizer: “Temos também a legislação mais avançada na área de assistência social, uma verdadeira declaração de amor aos deficientes, aos idosos, aos marginalizados, aos oprimidos”.

Na área de educação, por mais que compreemos verdadeiras batalhas aqui no Congresso Nacional, como já fizeram o Senador Cristovam, o Senador Lauro Campos, eu e vários outros, para modificar a legislação em vigor no País e garantir o acesso a educação pública, gratuita, laica, de qualidade, se se cumprisse o que está estabelecido hoje na legislação, já teríamos um quadro absolutamente distinto do atual.

O mais grave é quando passamos a analisar o Orçamento. Estamos em outubro, praticamente no final do ano, e quando analisamos o Orçamento público... Várias vezes o Senador Alvaro Dias, o Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores já trataram do tema na Casa. Fui ver quantas vezes já falei sobre superávit durante meu mandato. Ficou impraticável fazer a conta. Aliás, fui fazer levantamento de quantas vezes eu tinha falado disso quando eu era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso e Líder do PT, porque aí a angústia se transforma tornando-se muito maior. Descobri no **Diário Oficial** que até no dia do meu aniversário eu estava aqui falando como Líder do PT, da Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, dessa patifaria neoliberal que impõe dor, mi-

séria, desemprego e sofrimento à grande maioria da população. E no que a minha angústia é muito maior? É descobrir, por meio das frias estatísticas oficiais, pela análise técnica, econômica, orçamentária, que o Governo Lula conseguiu ser pior do que o Governo Fernando Henrique Cardoso do ponto de vista da disponibilidade orçamentária, das políticas públicas e das políticas sociais.

E aí fomos analisar tudo o que estava orçado. O que está orçado não é o que é necessário para o País, mas aquilo que foi encaminhado pelo Presidente da República e que o Congresso Nacional aprovou. Eu sei que o Congresso Nacional é medíocre; eu sei que o Congresso Nacional funciona como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto; eu sei que o Congresso Nacional não fiscaliza. Eu sei que nós não fazemos o Orçamento; nós fazemos garimpagem orçamentária. É isso que fazemos. Nós só mexemos no Orçamento quando queremos estabelecer mais recursos para saúde, para educação, para reforma agrária, para as Forças Armadas. Fazemos garimpagem orçamentária: tiramos de um lugar, jogamos para outro.

Eu sei que tudo isso que o Governo continua fazendo é porque o Congresso não se respeita, porque o Congresso se submete a ser tratado como uma prateleira de mercadorias parlamentares.

Ora, a Suprema Corte americana, em 1971, quase fez o *impeachment* do Nixon porque não cumpria a lei orçamentária... Aqui, a Constituição do País, que não é nenhuma constituição revolucionária, nada representa de revolução socialista ou revolução democrática, a Constituição diz que é crime de responsabilidade não cumprir a lei orçamentária. Mas por que o Presidente não faz? Fernando Henrique não fazia, os outros não faziam, Lula não faz. Por quê: porque contam com a omissão, a cumplicidade vergonhosa do Congresso Nacional; porque sempre têm mercadorias parlamentares que sabem que, sendo da base de bajulação, no finalzinho do ano vão ter suas emendas liberadas. E o povo que se lixe! Porque é isso que o Congresso Nacional faz.

Vejam só uma coisa: como se pode explicar um País de dimensões continentais como o Brasil com problemas gravíssimos, gravíssimos na área de saúde... Estão aqui dois Senadores competentes, médicos. Os dois sabem o problema gravíssimo do perfil epidemiológico do nosso País. Temos, ao mesmo tempo, as doenças características do subdesenvolvimento, como hanseníase, tuberculose e as que supostamente são vinculadas à modernidade, as doenças crônico-degenerativas, os acidentes de trânsito e as mortes por violência. O Brasil apresenta um perfil epidemiológico

absolutamente complexo. Ninguém mais pode dizer no Brasil: “É preciso fazer medicina preventiva”. Não adianta mais. É preciso fazer medicina preventiva e curativa. É necessário estabelecer mecanismos desde a porta de entrada do sistema, que é o postinho de saúde com as quatro clínicas básicas, até a alta tecnologia para viabilizar tratamento das doenças crônico-degenerativas, das doenças cardiovasculares, que atingem mais os filhos da pobreza. Os filhos da elite conseguem tratar o problema no início, desde um simples nódulo que pode viabilizar um câncer ou a diabetes no início, ou a hipertensão leve. Os filhos da pobreza, por sua vez, não tratam de nada. O perfil epidemiológico no Brasil é tão dramático porque a população mais pobre traz para si as doenças do subdesenvolvimento e também as doenças que supostamente seriam vinculadas à modernidade.

E o sistema de saúde – veja, Senador João Alberto – consta da lei mais avançada do planeta Terra. Analise-se a dor e o sofrimento de milhares de pessoas que perambulam pelas filas quando têm um filho em casa com febre ou quando estão atrás de uma porcária de papel chamado autorização de internação hospitalar, ou qualquer outro nome que a norma técnica estabelece, para conseguir fazer uma cirurgia. Por que isso acontece? Isso se dá tanto na saúde como na educação. Vou tratar só desses dois temas em função do meu tempo; deixarei a segurança pública e a assistência social para outros dias.

Do Orçamento aprovado, autorizaram-se para investimento 22,3 bilhões. Sabem todos da rapinagem dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional e dos parasitas sem pátria do capital financeiro e do Governo covarde – o atual igual ao anterior –: eles já fazem o contingenciamento, a não-execução orçamentária. Desses 22,3 bilhões, 13 bilhões escaparam da garrafa, do corte, do contingenciamento e de outras coisas mais. Até este mês, dos 13 bilhões que foram salvos, apenas 2,7 bilhões foram de fato executados.

Na área da saúde, o fato é mais grave. Por quê? Porque havia 2,6 bilhões para investimentos na área da saúde. De fato foram liberados 146 milhões. Isso é crime porque quando não se investe no setor público – um problema gravíssimo relacionado à própria Administração Pública por causa desse maldito contingenciamento, não-execução, construção do superávit – inviabiliza-se o andamento adequado das políticas públicas e impõe-se algo que não se recupera, a vida da pessoa. Isso é um escândalo.

Eu falei da área de educação e saúde – e ainda vou voltar a elas –, mas, vejam: na área de habitação, foi executado apenas 2,76% do que estava orçado; na

área de saneamento, apenas 5,64% do que estava orçado. Isso é uma coisa inimaginável!

Na área da educação, quando vamos analisar o que foi liberado para a educação... E sabemos todos nós como estamos. O início do debate sobre o Fundeb vai ser uma verdadeira guerra. Como eles estabeleceram para o Fundeb “um aumento” – entre aspas – das migalhas que caem da mesa farta dos banqueiros? O que foi que eles fizeram para o Fundeb? Aumentaram 1,5 bilhão no Fundeb. Dividido por mais de cinco mil Municípios brasileiros, quanto isso vai significar?

O pior é que eles deixaram de fora a educação infantil para a pré-escola. Não existe criança de até 3 anos no Brasil. Eles sumiram com as crianças de até 3 anos no Brasil. O que acontece? Como queremos incluir a educação infantil e, portanto, as creches, vamos ter de brigar entre nós mesmos. Já estamos brigando. Quem defende o ensino fundamental contra a educação infantil ou creche ou pré-escola? Contra a educação de jovens e adultos? Contra o ensino profissionalizante? Contra o ensino médio? Para introduzirmos as creches, a educação infantil de até 3 anos, o percentual vai ter de sair de outro lugar. Vai ser de onde? Das crianças da pré-escola? Do ensino fundamental? Do ensino de jovens e adultos? Do ensino profissionalizante? Do ensino médio? Não tem quem agüente uma coisa dessas.

Até em determinados temas que o Unicef acompanha com lupa, como a exploração sexual das crianças, olhem o quadro absolutamente dramático, irresponsável e covarde para o Nordeste. Quem precisa do setor público não é filho ou neto de Senadora ou de Senador, nem nós, que temos seguro-saúde e restituição. Quem precisa do setor público são milhões de pessoas no País que só têm nesse setor a única referência de atendimento. Para milhões de filhos da pobreza espalhados pelo Brasil só há o setor público. Uma gestante na hora que grita de dor só tem a maternidade pública. Um pai de família, um idoso com uma doença crônica degenerativa que precisa de uma cirurgia não tem um amigo médico, enfermeira, e só pode contar e precisa do setor público.

E até na área das crianças vítimas do abuso e exploração sexual, mais de 100 mil foram identificadas – esta Casa, inclusive, por meio da Senadora Patrícia Saboya Gomes, fez um belíssimo trabalho em relação ao tema – e foram identificadas também mais de 241 rotas de tráfico e de exploração sexual de crianças e de mulheres. Sabe que essa execução orçamentária canalha faz? Para o Nordeste, Senador João Alberto, nada. Para o Nordeste, para as ações de programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, do que estava previsto no Orçamento,

sabe quanto foi executado para o Nordeste? Zero. Absolutamente zero. E não é só para o Nordeste, é verdade, dirão alguns, mas no Nordeste é maior inclusive.

Então, a execução do Orçamento da União, o que foi disponibilizado para a saúde, a educação é uma coisa impressionante. É de uma irresponsabilidade. E para quê? E tudo isso para construir o superávit, o que dá raiva, para viabilizar os interesses dos gigolôs do capital financeiro, desses senhores parasitas sem pátria. Nunca correrá uma lágrima no rosto de uma dessas personalidades em razão da dor e do sofrimento que acometem a grande maioria do povo brasileiro.

Tenho raiva do atual Governo, do Governo Lula, por agir da mesma maneira que o Governo Fernando Henrique, ao legitimar a verborragia da patifaria neoliberal. Isso é que é um crime. Quando o Governo deixa de executar ações públicas de políticas sociais e de políticas de investimento que dinamizam a economia, geram emprego e renda, ou seja, quando isso não é feito para compor o superávit, há uma falsa economia entre o que o Governo arrecada e gasta, livrando o dinheiro que passa, para encher a pança dos banqueiros. Portanto, o Governo ainda economiza. Se eles reduzissem ao menos 30% do que aplicam no superávit, investiríamos R\$ 40 bilhões naquilo que é essencial para o Brasil. E ainda vão receber para comer churrasco. É uma pena que não seja carne contaminada com aftosa e é uma pena também que a aftosa não cause infecção nas pessoas, já que o máximo que pode ocorrer é uma “aftazinha”, pois nem baba provoca.

Esse tipo de política econômica que impõe dor, miséria, desemprego, desestruturação de parques produtivos e impérios serve para quem? Para o filho do Presidente, da Senadora ou do Senador? Não. Para milhões de pessoas que não têm...

Portanto, quero manifestar, mais uma vez, o meu protesto. A raiva maior que dá é o fato de que não precisa de fórmula mágica nenhuma, não precisa de projeto novo, não precisa de proposta nova. Insanos – insanos, não, porque se fosse insanidade eu perdoaria –, gentalha covarde, cumpra ao menos o que foi conquistado pela luta de milhões de movimentos sociais no Brasil, que é aquilo que está na lei. Cumpram ao menos... Deixem de ser tão covardes diante dos parasitas sem pátria do capital financeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, mais um minuto para V. Ex^a concluir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Cumpram ao menos o que está na lei da saúde, da educação, aquilo que foi aprovado.

Então, fica aqui o nosso protesto, mais uma vez, a nossa vergonha diante dessa posição covarde, omissa e cúmplice do Congresso Nacional, que, infelizmente, não tem tido capacidade de fiscalizar os atos do Executivo. Fica esperando para, no final do ano, receber – quem é da Base de bajulação – esse tipo de acordo espúrio que sai lá e não faz nada.

Fica aqui mais uma vez o meu protesto. Analisem as frias estatísticas oficiais, façam uma análise da execução financeira, contábil, orçamentária, e digam o contrário. Porque qualquer pessoa de bom senso que faça a análise da execução financeira, orçamentária e contábil tem obrigação de dizer que o Governo se acovarda diante dos parasitas sem pátria e impõe dor, miséria e sofrimento à grande maioria da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Por permuta com o Senador Alvaro Dias, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

S. Ex^a tem até 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto, que preside esta sessão de 03 de novembro de 2005, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Televisão do Senado, pela Rádio AM/FM e que nos lerão por meio do **Jornal do Senado**.

Senador João Alberto, V. Ex^a, hoje, fez um brilhante pronunciamento sobre o turismo, sua perspectiva de emprego e sua perspectiva em São Luís, no Maranhão, no nosso delta do Piauí e do Maranhão, no Nordeste e no Brasil. Venho, agora, com uma preocupação que nos toca profundamente. E a poesia, a música, elas se comunicam mais do que as oratórias. Daí por que a Bíblia busca, de quando em quando, os Salmos. Davi falava mais na música.

Recordamos o grande maranhense que dizia: “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá; as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”. “O meu boi morreu, o que será de mim? Manda buscar outro, maninho, lá no Piauí”.

Então, essa é a preocupação, Senador Eduardo Suplicy. Essa é a preocupação que pelo menos Lula tem que entender. A música: “o meu boi morreu, o que será de mim? Manda buscar outro, maninho, lá no meu Piauí”.

Senadora Heloísa Helena, é com muita preocupação que vejo a aftosa. Senador Eduardo Suplicy, não sei se V. Ex^a já foi convidado para as sessões de cinemas

no Alvorada, do Lula. Dizem que toda semana há uma sessão de cinema. O Senador Eduardo Suplicy nunca foi convidado. Pois, agora, convide-se V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já assisti a um filme lá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já assistiu? Pois vou sugerir um ao Lula. Pode ser que ele aprenda, Senador João Alberto Souza, pelo cinema, porque é agradável, porque estudar mesmo ele não gosta. E vai ter muita dificuldade em enfrentar a aftosa. Vai, porque, atentai bem, Senadora Heloísa Helena, todos os nossos veterinários das universidades federais estão enfurecidos, enraivecidos. Estão em greve, e o mal-educado Ministro não os atende. E Lula não vai ter horizonte para sair disso, para entender a aftosa. Não vai porque não estudou. Inclusive, declarou que ler é chato. E quem poderia guiá-lo eram os pesquisadores das universidades federais, Senador Augusto Botelho, os veterinários, os agrônomos, mas eles estão enraivecidos, porque estão em greve e não são atendidos.

Mas, Senador Eduardo Suplicy, anos atrás, nos anos 60, foi exibido o filme “O Indomado”, com Paul Newman – todos nos lembramos daquele artista bonito, Senadora Heloísa Helena, o Paul Newman, lá dos Estados Unidos do Presidente Bush. Paul Newman até se parece com o Presidente Bush agora, porque o Bush, nesse ponto, é atlético, é forte, é viril, é texano, ninguém pode negar. No filme interpretado por Paul Newman, o velho pai dele é um daqueles homens austeros, texano, pecuarista, criador. O americano tem uma formação religiosa muito forte.

Senadora Heloísa Helena, este filme, “O Indomado”, do começo dos anos 60, tem como ponto central da trama um foco de febre aftosa na fazenda. Então, eu pediria ao Senador Eduardo Suplicy, para o Lula entender a gravidade das conseqüências, que assista pelo menos ao filme de Paul Newman, “O Indomado”, para ele entender as conseqüências.

A sábia Heloísa Helena, professora, enfermeira, Senadora, amante, disse aqui que a doença não pega na gente, podemos comer o churrasco tranqüilo. É uma doença que afeta o bolso. Nós sabemos disso, nós, que viemos do gado, que festejamos e cantamos o Bumba-meu-Boi – e aí o Maranhão empata com o Piauí, porque todos têm o Bumba-meu-boi: “O meu boi morreu, o que será de mim? Manda buscar outro, ó maninha, lá no Piauí” – é a nossa música. No Maranhão também, mas nós concorremos com o boi. A doença é econômica, é do bolso. Aquela virose provoca uma “babadeira” no boi, ele enfraquece, tem astenia, caquexia, emagrece, debilita-se, e o rebanho

vai acabando. Quer dizer, a doença não se propaga, e o homem não é hospedeiro.

Mas, para o Piauí, é pior, porque também pode ocorrer naquilo que é nossa riqueza, Suplicy, a caprinocultura e a ovinocultura. É uma lástima, Senador João Alberto. Eu não sei lá no Maranhão, mas é bom V. Ex^a e todos os Senadores verem nos seus Estados. O Piauí é rico de boi, caprinos e ovinos.

Houve uma revista, “Realidade”, que, gozando o Piauí, anos atrás, disse até que a bandeira do Piauí era um couro de bode. E isso aí foi muito importante. O que eu fiz, inspirado nisso, foi trazer dois curtumes multinacionais: um de Vic, em Parnaíba, o Codina; e um lá de Barcelona, o Europa, em Teresina. Então, bode hoje é riqueza – caprinocultura e ovinocultura.

O Piauí – atentai bem para a gravidade! – o Piauí, Senador Botelho, que tem um Governo do Partido. Esse Partido é incompetente. Todo mês saem do Piauí, só do sul do Estado, cem mil caprinos e ovinos, que são vendidos. Isso também transmite doenças. Quer dizer, não é um problema do Piauí.

Senadora Heloísa Helena, justiça seja feita, tivemos problemas para vacinar, quando eu governava o Piauí, mas todos os três Ministros da Agricultura, altamente responsáveis, deram-me recursos para fazer essa vacinação. Quer dizer, não é um problema federal.

Senador João Alberto, está aqui um jornalista livre do Piauí, do jornal **O Globo**, Efrém Ribeiro. O Piauí só dispõe de 150 mil doses, mas 1,8 milhão de cabeças de gado. Não adianta nada! Significa, matematicamente, se não perderem nenhuma vacina, se forem eficientes, capazes e competentes, o que não são – não são! – 8% de gado vacinado. De nada vale vacinar 8% do rebanho.

O que diz o jornalista?

O primeiro dia da campanha de vacinação contra a febre aftosa no Piauí foi marcado pela falta de vacinas, principalmente na região onde está a maior parte do rebanho. O diretor da Unidade de Defesa Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento Rural, José Antonio Filho, disse que o IBGE estima que no Piauí haja 1,8 milhão de cabeças de gado, mas no mercado há apenas 150 mil doses de vacina. Ele afirmou que das dez lojas que vendem a vacina só uma tem o produto. Os maiores municípios em pecuária, como Bom Jesus e Parnaíba, não têm vacinas.

Esses municípios, que têm uma extraordinária bacia leiteira, não terão condição para vacinar.

E continua o jornalista:

José Antonio disse que se até o dia 5 continuar faltando vacinas, o Piauí pedirá ao Ministério da Agricultura mais prazo para a vacinação, que acaba em 30 de dezembro. Ele explicou que as lojas não têm vacinas pois precisam de capital de giro, além de local de armazenamento adequado.

Pois bem, não têm dinheiro nem armazenamento adequado, têm é o problema. E o que tem que se enfrentar é o problema.

Senador João Alberto, está aí um Papa novo. Está toda a Igreja Cristã Católica tranqüila, porque ele foi seminarista, padre, cardeal. Ele trabalhou e é Papa. Está aí o Papa, tranqüilo, numa continuidade. Entendo que, para ser Presidente da República, tem que ser antes prefeitinho, governador. Ou é querer guiar, Senadora Heloísa Helena, uma carreta sem ter guiado um Fusca.

Senador João Alberto, eu sou abençoado, eu convivi com muita gente boa. Entre eles talvez o mais digno, o mais capaz e o mais competente que passou aqui, Petrônio Portella. Com 54 anos, Senador Alvaro Dias, foi duas vezes Presidente deste Senado, Ministro da Justiça. Iria ser Presidente da República. Iria. O jogo era, Senador João Alberto, ele passou para mim: tinha PDS e PP; juntariam os dois, e engoliriam o PMDB. Como Getúlio fez: juntou o PSDB e o PTB, e a UDN sobrava. Então, ele seria o Presidente; Tancredo Neves, do PP, o vice. Essa seria a história. Mas a minha mãe sempre repetia a Terceira Franciscana: “O homem põe, e Deus dispõe”. Deus não quis que isso acontecesse.

Senador João Alberto, Petrônio virou-se uma vez para mim e disse: “Mão Santa, seja prefeito da sua cidade, seja prefeitinho, que você vai ser tudo neste Piauí.”

Está lá o retrato. Eu tenho um retrato, eu e Adalgisa sendo abençoados pelo Papa. E outro, eu muito jovem, Petrônio me tentando e me orientando a ingressar: “Seja prefeitinho primeiro.” É essa a experiência.

O que eu queria dizer aqui é que é dramático. O Piauí tem história de gado. Senador Botelho, nós, este Brasil só é grande, grandioso, pelo Piauí. Todo brasileiro, quando olhar este Brasil grandão, pense no Piauí.

Quando se deu a Independência, foi de pai para filho: “Filho, fique com o Sul, que é rico. O Norte será de Portugal”, o País Maranhão. João VI mandou seu sobrinho e afilhado, grande militar português, Fidié, para garantir isso. E nós, piauienses, em batalha sangrenta o expulsamos, e ele foi para o Maranhão, depois voltou e foi extraordinário militar do exército português. Na sua aposentadoria ele exige, porque ele venceu a

batalha. A batalha, nós perdemos, mas ele teve que deixar, ele sucumbiu depois.

Então, o Piauí sustentou essa guerra com gado. Existia na minha cidade talvez um dos maiores brasileiros, Simplício Dias da Silva, o Simpliçião, ele financiou porque tinha cinco navios que exportavam charque – indústria de charque – para o Sul e para a Europa. Ele financiou, ele buscou cearenses em Viçosa e Granja, para pegar na volta, depois de ter Fidié invadido Parnaíba. Esta é a verdade. Gonçalves Dias estava no útero de sua mãe, em Caxias, e conta essa história por saber na literatura.

Mas, então, a história do Piauí é ligada a isso tudo, Senadora Heloísa Helena. O Piauí, esse grandioso Estado do Brasil, por duzentos anos foi colônia de Pernambuco; depois de cem anos, colônia do Maranhão.

A nossa capital é a mais jovem planejada deste País. A primeira! Foi ela que inspirou Belo Horizonte, que tem cem anos; Goiânia, setenta e cinco anos; Brasília e Palmas.

Então, este é o nosso Estado e que os portugueses através de Domingos Jorge Velho mataram os nossos índios. Eu sobreí. Eu sou neto, Alvaro Dias. Lá no delta, na ilha, tinha uns índios louros, tremembés, é... por isso a nossa...

Domingos Jorge Velho acabou com os índios no Piauí.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – PI) – Concluindo, Sr. Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, ficou fértil a criação de gado. As terras vazias criavam gado; depois é que veio a agricultura. Então, essa é a nossa história, é a nossa vida, é a nossa luta e a nossa perspectiva.

Então, pedimos e exigimos responsabilidade deste Governo, deste Governo que dá o mínimo. O Piauí, que confiou, elegeu até um Governador do PT, que Lula venceu lá... E arrependimento não mata, porque assim quem tinha morrido era o povo do Piauí. Mas que ele responda com essa responsabilidade vacinando o nosso gado, cujo número de vacinas é insuficiente.

Era o que tinha a dizer, grande e extraordinário Senador do Maranhão e do Piauí João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, queria que acertássemos o tempo de cada orador que ainda está inscrito. O Senador Paulo Octávio também quer usar da palavra. Poderiam ser 13 minutos para cada? O Senador Paulo Octávio está presente? Sim. Portanto, concedo a palavra ao gran-

de Senador Alvaro Dias, pelo Paraná, por 13 minutos improrrogáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Octávio, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador João Alberto Souza, que tão bem representa o nosso querido Estado do Maranhão, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Parlamentar eleito pelo DF e cidadão aqui erradicado desde a juventude, eu jamais poderia deixar de trazer a esta tribuna o seguinte registro: “os brasilienses são os brasileiros mais satisfeitos com a qualidade de vida que têm”, segundo pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas.

Entre as 11 Capitais pesquisadas e suas regiões metropolitanas, além de Brasília, estão São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Recife e Salvador.

Brasília aparece no topo do *ranking* do índice de condições de vida, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar. Foram considerados aspectos – 12 variantes – tais como renda, quantidade e qualidade da alimentação, serviços de água, iluminação, fornecimento de energia, poluição, violência, segurança e condições de moradia e preservação ambiental.

A pontuação da nossa Capital Federal – é bem verdade que considerado, de per si, o Plano Piloto – foi de 108% acima da média, quantificação muito superior em se considerando a população nacional objeto de estudo. Em todo o território brasileiro, fizeram parte da pesquisa 48.470 domicílios – donde se concluiu que, de fato, os brasilienses são os que mais se aprazem com a vida que levam.

São dados importantíssimos, que, de fato, nos enchem de orgulho – a nós, os habitantes de Brasília –, esta cidade que, com apenas 45 anos de idade, é a materialização do sonho de Dom Bosco, revelado no séc. XIX, e a prova incontestante do descortino e da extraordinária capacidade de realização do grande estadista Juscelino Kubitschek, seu fundador.

Inaugurada em 1960, Brasília foi construída em 41 meses, a partir dos traços geniais de Niemeyer e Lúcio Costa, da pertinácia de Rondon e pelas mãos de milhares de anônimos – verdadeiros heróis do Planalto Central – provindos de todas as partes do País, especialmente do Nordeste. Aqui se encontraram, aqui se encontram brasileiros de Norte a Sul do Brasil, convivendo com suas diferenças, compartilhando-as. Brasília pulsa e ostenta, portanto, não a face, mas as multifaces do nosso País.

Sob a visão política, o resultado obtido, calcado nas variantes adotadas, representa, segundo especialistas, um retorno dos investimentos feitos pelo governo local nas áreas citadas. Com efeito, não há que se negar os resultados e não há como não os associar ao trabalho político-administrativo e institucional que vem sendo levado a efeito aqui no Distrito Federal.

Sociólogos asseveram – o que também aos leigos não é difícil inferir – que pessoas felizes, satisfeitas com a sua qualidade de vida, trabalham com mais afinco e produzem mais. A produção, quanto maior, mais atrai investimentos, o que impacta e cresce a renda social.

Por outro lado, é notório serem a qualidade de vida e a sensação de segurança na ambiência social fatores de grande peso na imagem da cidade escolhida para se investir.

Recentemente, a Federação das Indústrias do Distrito Federal usou, com êxito, essas duas variantes para atrair investidores russos e japoneses para Brasília. São características que, somadas à renda **per capita** da Capital, contribuem para que o nosso turismo não seja apenas um efetivo potencial, mas uma realidade de valia e cada vez mais próxima de se consolidar.

Deve-se, no entanto, reconhecer ter o estudo em questão se restringido ao Plano Piloto, o que foi determinante quanto à considerável distância em pontos percentuais alcançados por Brasília na pesquisa em relação às demais metrópoles consideradas. Das 11 áreas pesquisadas, Goiânia, que ficou em segundo lugar, alcançou 27,92% contra os mais de 108% da Capital Federal – primeira colocada.

Além disso, outro aspecto nos chama a atenção: Brasília apresentou percepção nula da violência para a classe “E” (até R\$300,00 de renda familiar). Isso significa que essas pessoas, que moram no Plano Piloto, sentem-se seguras

Há que se considerar, ainda, que a despeito de terem sido elididos dos dados estatísticos em questão as cidades-satélites do DF, pesquisas recentes feitas com base em critérios da ONU apontaram que, também em relação a estas, os índices de qualidade de vida são maiores, relativamente à média nacional.

Note-se – e trata-se de algo relevante – que, segundo o criador dos institutos de pesquisa e de estatística, o alemão Aschenwall (1719 – 1772), revelam não só a realidade, mas, preponderantemente, refletem o olhar da sociedade sobre si mesma. Sob esse prisma, também são vetores essenciais a serem contemplados por quaisquer políticas públicas a serem adotadas para a propulsão da *urbis* em geral.

É oportuno registrar também que, pela terceira vez consecutiva, caiu a taxa de desemprego no Distrito Federal para 19,5%. Trata-se da menor taxa desde junho de 1997.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, atentamente ouço V. Ex^a, bem como Brasília e o Brasil. Quero dizer-lhe que Brasília, hoje, é toda, é nossa. O Piauí tem tudo a ver com essa situação. A maior colônia de brasileiros que veio para construir Brasília foi de mineiros, depois a nossa, a de piauienses. Fiz uma pesquisa – ajudou-me muito o Zezinho – sobre qual é a cara de Brasília, sobre o que significa, hoje, Brasília. Essa gente, essa massa. Veja o resultado de minha pesquisa. Ouça a voz rouca das ruas: Dom Bosco, Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer, Joaquim Roriz e V. Ex^a, Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tão bem representa a colônia piauiense aqui, que é tão numerosa, tão gentil e tão trabalhadora. Os piauienses ajudaram muito a construir essa cidade, com afinco, com determinação. Sofreram muito, vieram para cá na época mais difícil, amassando o barro, comendo poeira, passando as maiores dificuldades. O Brasil é muito grato à colônia piauiense residente hoje em Brasília, que é muito numerosa. São mais de 200 mil piauienses, que representam a força da geração econômica da nossa cidade.

Senador Mão Santa, para os menos abastados, habitantes de Brazlândia, Planaltina, Paranoá e outras cidades do DF, o mês de junho foi sobretudo positivo, observando-se uma redução de 3,6% na taxa de desemprego. Os setores que mais contribuíram para esse percentual foram a construção civil, com mais 12,6%, e o comércio, com 3,9%.

O rendimento médio dos ocupados – autônomos e assalariados – ficou em R\$1.244,00 entre abril e maio de 2005. Ao todo, criaram-se no Distrito Federal mais 3,6 mil novos postos de trabalho no mês passado. Nos últimos 12 meses, o saldo é de 40,3 mil. Além disso, o DF passou a contar com 539 novas empresas e 379 filiais de firmas já instaladas em outras cidades do País.

Sem dúvida, são dados a serem comemorados e divulgados, principalmente nesse período e ambiente em que tantos e lamentáveis desmandos são alardeados por todo o País, tendo como palco Brasília, sede e foro político-administrativo do Estado brasileiro, o que não raro e lamentavelmente confunde e apequena a sua imagem ante o coletivo nacional.

Esses registros servem, pois, para que fique patente que aqui se trabalha, aqui se progride, aqui se honra o ideário com que a Capital foi concebida. Afinal, Dom Bosco previu e alardeou sua previsão de que, nesta terra, no Planalto Central, no coração do Brasil, haveria um grande povo irmão – em constante conagração –, ativo, pertinaz e cômico da sua responsabilidade de fazer da Capital Federal motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Parabéns, Brasília! Parabéns, brasilienses! Meus cumprimentos aos políticos representantes do Distrito Federal, nas esferas em que atuam.

Estendo, ainda, como não poderia deixar de fazer, minhas congratulações ao Governo do Distrito Federal, principalmente ao Governador Joaquim Roriz, que hoje desfruta dos mais elevados índices de credibilidade entre todos os Governadores brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan e João Batista Motta enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “Tesourada na verba para jovens”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 26 de outubro do corrente.

A referida matéria mostra que “o orçamento do governo Lula corta 70% dos recursos destinados à defesa da Criança e do Adolescente. Em 2006, deixarão de ser investidos R\$ 18,8 milhões em programas como a erradicação do trabalho infantil”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIREITOS HUMANOS

Orçamento do governo Lula corta 70% dos recursos destinados à defesa da Criança e do Adolescente. Em 2006, deixarão de ser investidos R\$ 18,8 milhões em programas como a erradicação do trabalho infantil

Tesourada na verba para jovens

PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO

Dois dias depois de abrir os cofres públicos para a segurança pública em razão do resultado do referendo, o governo continua mantendo rigor na liberação de verbas para os quase 60 milhões de crianças e jovens brasileiros. Incluídos na lista de prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva, eles foram contemplados com recursos minúsculos no orçamento deste ano em ações fundamentais para a garantia de seus direitos. Para 2006, o Projeto de Lei do Orçamento da União restringiu ainda mais a verba destinada à população de até 18 anos. Serão R\$ 18,8 milhões a menos para investir nos cinco programas relacionados à Subsecretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República.

Levantamento realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Conanda), órgão colegiado da SDH, mostra que, em 10 anos, as verbas da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) nunca foram tão baixas. Se em 1995, a subsecretaria e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente receberam R\$ 256 milhões e tiveram autorização para usar R\$ 54 milhões. Neste ano, a verba prevista era de R\$ 26,9 milhões. Mas, até agora, o percentual efetivamente aplicado nos programas não chega a 5% do investido em 1995.

Na prática, as estatísticas alertam: no âmbito da Subsecretaria de Direitos Humanos, o dinheiro é cada vez menor para erradicar o trabalho infantil, combater o abuso e a exploração sexual, prestar atendimento socioeducativo aos adolescentes infratores, promover a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e proteger os do sequestro internacional. Ficam prejudicadas, por exemplo, ações como implantação da rede de identificação e localização de

crianças e adolescentes desaparecidos e apoio a projetos de combate à exploração sexual.

Corte maior

O mais grave refere-se ao Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei. O programa recebeu R\$ 10,3 milhões para as três ações previstas: apoio a serviços de atendimento inicial; construção, reforma e ampliação das unidades de internação. Para o ano que vem, o projeto do orçamento excluiu duas ações, mantendo apenas a última. Isso significa que não há verba prevista para tentar a recuperação do infrator antes que seja necessário interná-lo. Em 2006, também não haverá dinheiro para construir, reformar e ampliar as unidades. O orçamento para o programa foi reduzido para R\$ 3,6 milhões, que será destinado ao pagamento de monitores e profissionais, à compra de alimentos e uniformes.

O Conanda denuncia. "Isso é extremamente grave", afirma o presidente José Fernando Silva. "É obrigação do governo federal assistir esses adolescentes, que são os mais prejudicados da sociedade. Se ele cometeu uma infração é porque a família falhou, as organizações não-governamentais falharam, o Estado falhou", acredita. O Conanda vai se articular com parlamentares para garantir emendas constitucionais que destinem mais recursos ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

O subsecretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Amarildo Baesso, diz que as emendas são a proposta feita pelo governo ao órgão e ao Conanda para recompor o orçamento de 2006. "Há uma sensibilidade muito grande por parte do governo em relação ao orçamento da criança e do adolescente. Os ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência da República) e Dilma Rousseff (Casa Civil) estão empenhados", comenta.

Lógica cruel

Para o economista Francisco Sadeck, assessor de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a lógica do governo é torta. "O Executivo discute e elabora o orçamento. Agora vai atrás dos deputados pedindo que o Legislativo faça emendas?", questiona. Sadeck elaborou a cartilha "De olho no orçamento da criança" com a Unicef e a Fundação Abrinq. Ele acredita que o orçamento enxuto é reflexo da política econômica que reduz gastos com o objetivo de pagar a dívida pública, na lógica de cumprir o superávit primário. "O governo afirmou que a proteção à criança e ao adolescente seria uma meta presidencial. Nunca disse que o pagamento de juros era uma meta", ironiza.

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), coordenadora do Senado da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, concorda com Sadeck. "Defendo uma política econômica responsável, mas como fazer um superávit primário acima da meta enquanto se cortam os investimentos nas áreas prioritárias?", questiona. "Dar prioridade à infância não é beijar criança. É ser coerente na hora de definir o orçamento", critica. Hoje, o assunto será discutido na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, durante sessão sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

O orçamento tímido de 2005 não impediu que o governo segurasse R\$ 11.256.248 dos programas voltados à infância e à adolescência. O dinheiro é mais do que está previsto para o ano que vem. Fora isso, o Conanda e a SDH pedem uma suplementação de R\$ 55.229.397 para colocar em prática os projetos que atendem à população infanto-juvenil. "Nossa capacidade de execução não é baixa, mas preci-

samos que o dinheiro seja liberado para assinar os convênios", diz Fernando José Silva. O subsecretário Amarildo Baesso explica, contudo, que é normal que o governo libere, aos poucos, os recursos previstos no início do ano.

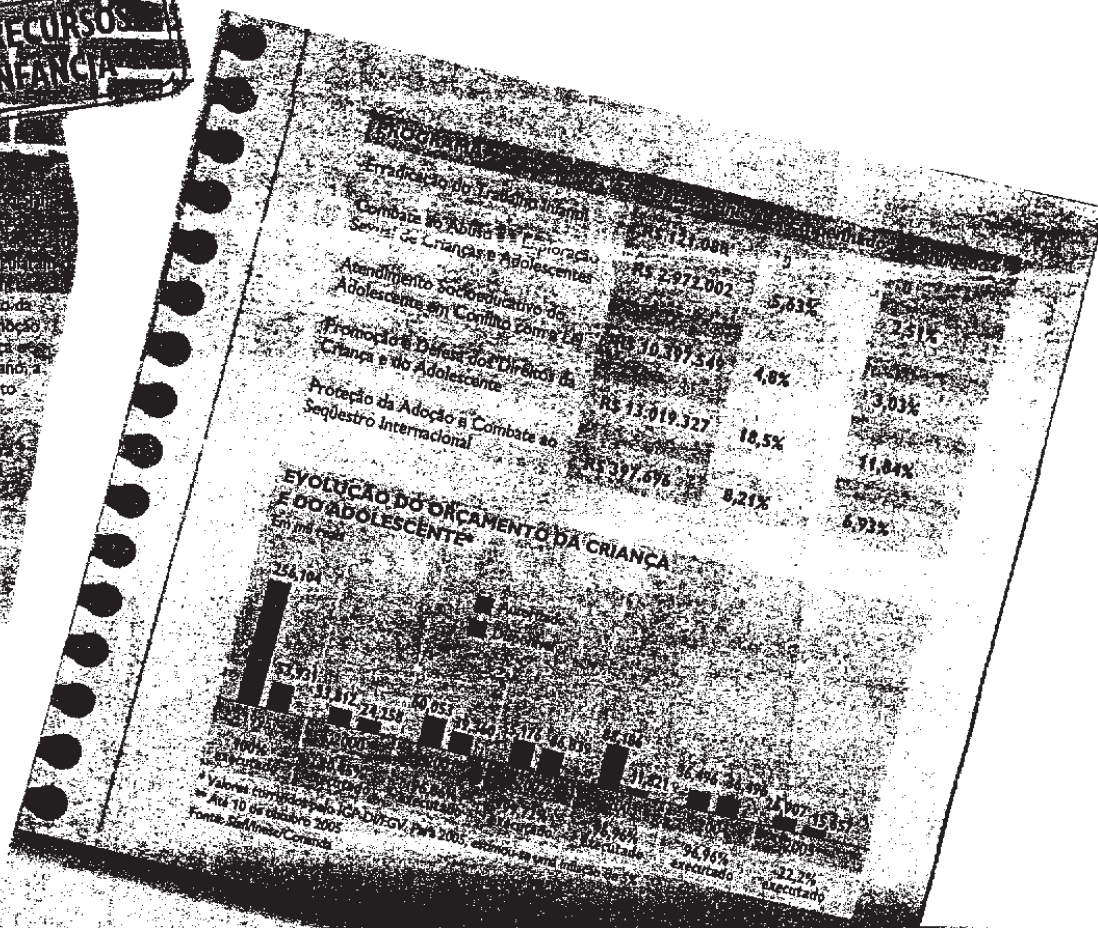
Trabalho infantil

Já o economista Francisco Sadeck não vê normalidade nessa prática. "Preocupa a mim a qualidade do gasto. Como vai investir em dois meses o que não se gastou durante todo o ano?", pergunta. Ele também critica a baixa execução do orçamento em 2005. Das 23 ações que compõem os cinco programas da subsecretaria, 15 não tiveram nenhum centavo investido. Entre elas, o apoio a fóruns de erradicação do trabalho infantil, a construção de unidades de internação socioeducativas e o cadastro nacional de crianças passíveis de adoção. O presidente do Conanda reconhece que a execução foi muito baixa e explica que, este ano, pela primeira vez, os projetos da SDH tiveram de ser aprovados pelo conselho. "Para assinar o convênio de construção de uma unidade de internação, é preciso ter muito critério", exemplifica. Silva ressalta que, no próximo ano, a análise será feita no começo, e não no meio do ano.

A esperança do Conanda é que o debate sobre o orçamento seja ampliado. Os conselheiros têm peregrinado por estados e pelo Congresso para discutir o tema. Na semana passada, José Fernando Silva recebeu representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Turismo, do Planejamento e do Trabalho e Emprego durante assembleia do Conanda em que se debateu o orçamento. "Esperamos que esse momento se repita no começo do ano que vem para que se possa influenciar o orçamento de 2007", destaca.

POUCOS RECURSOS PARA A INFANCIA

Com o fim da década de 1990, a situação financeira das instituições infantis e juvenis tornou-se precária. O orçamento das instituições de adolescência no âmbito da Subsecretaria de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este ano, a SPDCA teve um crédito autorizado de R\$ 26.907.762,18, porém, apenas R\$ 7.208,38 foram para 2005, o que representa uma redução de 73,2% em relação ao ano anterior. A União reduziu a dotação dos cinco programas específicos da subsecretaria para R\$ 8.074.788.



GLOSSÁRIO

Orçamento Anual
Documento do Poder Executivo, aprovado pelo Poder Legislativo, que estima receitas e despesas para o período de um ano para todos os seus órgãos, discriminando o programa de trabalho autorizado a ser realizado, elaborado segundo os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Do ponto de vista político, corresponde ao contrato formulado anualmente entre governo, administração e sociedade sobre as ações a serem implementadas pelo Poder Público.

Empenho
Ato administrativo do ordenador de despesa que cria para a Administração Pública a obrigação de pagamento a determinado fornecedor de bens, prestador de serviços ou empreiteira, de acordo com as condições contratuais estabelecidas (art. 58, Lei 4.320/64). Através do empenho, o ordenador de despesa compromete parte do valor de determinado crédito orçamentário vinculado a um elemento de despesa de um projeto/atividade orçamentário, reduzindo-lhe, portanto, o valor disponível e, deste modo, evitando a sobreposição de outra despesa com o valor já comprometido.

Orçamento Anual
Valores monetários autorizados pela Lei do Orçamento Anual para atender necessidades com projetos ou atividades.

Fase do processo orçamentário
Fase do processo orçamentário que se inicia com a publicação da Lei do Orçamento Anual e que se desenvolve com a definição de cota trimestral e provisão de crédito orçamentário, para que se implemente a realização de despesas. Envolve o conjunto de decisões sobre a implementação de ações governamentais e também a administração de receitas através do lançamento de seus registros.

Fonte: "De olho no orçamento criança", publicação do Inesp/Unicef/Fundação Abrinq. Disponível no site www.inesp.org.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo intitulado “Outra reforma abandonada”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 24 de outubro do corrente.

O artigo trata da necessidade de uma reforma trabalhista e do anúncio do governo de que, simplesmente, abandonou a idéia. Segundo o artigo, “Incapaz de fazer avançar projetos até mesmo na área em que se supunha mais preparado, a sindical, o governo do PT agora anuncia o abandono também da reforma trabalhista. Desse modo, condena o setor produtivo a

continuar arcando com o custo excessivo de uma legislação ultrapassada, que impede a modernização do mercado de trabalho e retarda o crescimento”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3

O ESTADO DE S. PAULO • SEGUNDA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2005

Conselho de Administração:

Presidente
Roberto C. Mesquita
Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Mariana Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Júlio Mesquita (1891-1927)
Júlio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Júlio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1956)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Outra reforma abandonada

Anacrônica, detalhista, excessiva, responsável pelo alto custo das contratações e, por isso, estimuladora da informalidade e inibidora do crescimento, a legislação trabalhista precisa ser reformada, com urgência, para dar maior competitividade à economia brasileira. Mas as mudanças não serão feitas tão cedo.

Para fazer a reforma, politicamente difícil, mas indispensável à modernização das relações de trabalho, o primeiro passo é reconhecer sua necessidade. Até agora, embora divergissem quanto à urgência, empresários, dirigentes sindicais mais esclarecidos e o governo concordavam nesse ponto. No entanto, o lado mais importante desse triângulo, o governo, anunciou que, simplesmente, abandonou a idéia.

A informação desanimadora foi dada pelo próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em reunião realizada há cerca de duas semanas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns ministros com a bancada do PT na Câmara. A reforma trabalhista não é mais necessária, disse ele.

É surpreendente que tenha sido Palocci a

fonte da informação, que a *Agência Estado* divulgou na ocasião e que o economista José Pastore comentou em artigo publicado no Estado de terça-feira. No governo Lula, a equipe do Ministério da Fazenda era, até agora, o principal, se não o único, centro de geração de propostas e projetos destinados a criar um ambiente institucional mais propício para a expansão da atividade econômica. A reforma trabalhista, por causa do forte impacto que pode ter sobre os custos do fator trabalho e sobre as relações entre empregados e empregadores, era um desses projetos.

Talvez mais surpreendentes que o abandono da reforma trabalhista sejam os motivos que, de acordo com deputados que estiveram na reunião, o ministro Antonio Palocci apontou para justificar a decisão. A combinação da estabilidade macroeconômica – a inflação de 2005 deve ficar muito perto do centro da meta fixada para este ano e o superávit primário será maior do que 4,25% do PIB – com os resultados das políticas sociais estaria permitindo a criação de empregos num ritmo que tornaria dispensável a reforma trabalhista.

É uma visão, no mínimo, simplista. Os números do Ministério do Trabalho mostram o crescimento do emprego no mercado formal. Mas, se a abertura de postos de trabalho mantiver o ritmo que se observa desde meados do ano passado, o Brasil levará “uns 30 anos” para acabar com o enorme mercado informal de trabalho, que abriga 47,5 milhões de brasileiros, ou 60% da população ocupada no País, como mostrou Pastore no artigo citado.

Desde a posse de Lula, sua equipe vinha discutindo com empresários e trabalhadores a modernização das relações trabalhistas. Por causa de interesses conflitantes, essa nunca foi uma discussão fácil. Nem mesmo na definição de prioridades – se a mais importante era a reforma da legislação sindical ou a da legislação trabalhista – chegou-se a acordo firme. Na avaliação do governo, havia mais pontos comuns a respeito da primeira reforma, razão pela qual, em março deste ano, enviou ao Congresso projeto de emenda constitucional sobre o tema.

Dirigentes empresariais, conhecedores

das enormes dificuldades para a contratação de mão-de-obra por causa das exigências e, sobretudo, dos custos impostos pela legislação trabalhista, discordaram da decisão, por considerar mais importante a reforma trabalhista.

Por causa da resistência de parte do movimento sindical, especialmente aquela formada por sindicatos de baixíssima representatividade, e sobretudo da falta de capacidade de negociação do governo no Congresso, que a crise política acentuou, o projeto da reforma sindical parou. Noticiou-se, há algumas semanas, que o governo decidira abandoná-lo. Em seu lugar, estaria examinando a possibilidade de propor uma minireforma sindical, por meio de projeto de lei ordinária, não de emenda constitucional.

Incapaz de fazer avançar projetos até mesmo na área em que se supunha mais preparado, a sindical, o governo do PT agora anuncia o abandono também da reforma trabalhista. Desse modo, condena o setor produtivo a continuar arcando com o custo excessivo de uma legislação ultrapassada, que impede a modernização do mercado de trabalho e retarda o crescimento.



O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Minha história”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** em sua edição de 26 de outubro do corrente.

O artigo trata das declarações feitas pelo ex-ministro José Dirceu na tentativa de impedir a cassação de seu mandato parlamentar. Na defesa, o ex-ministro faz uso de “sua história” para alegar que a cassação é política. Segundo o autor do artigo, “que história será essa que todo mundo quer destruir? É a história mal contada de um fenômeno que não existe”.

O autor conclui seu artigo sobre o ex-ministro José Dirceu e sua história: “São esmagadores os indícios

de que agrediu a lei, a moral e os bons costumes políticos nas suas relações com Marcos Valério, Delúbio Soares, bancos velhacos e deputados bordeleiros. É esse José Dirceu que estará sendo julgado na Câmara por atentado ao decoro parlamentar. O outro, o Dirceu da “minha história”, é uma invenção”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

“Minha história”

O ex-ministro José Dirceu está sendo apresentado à opinião pública de forma enganosa. “É a minha história que querem atingir”, reage o deputado quando se refere aos colegas de Câmara que querem cassar seu mandato por falta de decoro parlamentar. Que história será essa que todo mundo quer destruir? É a história mal contada de um fenômeno que não existe. Sabe-se de muitos políticos que, como Dirceu, se opuseram à ditadura militar, foram exilados e, na volta, ajudaram a construir partidos políticos. É o caso de vários tucanos. Mas história é uma coisa séria. No caso de Dirceu, mesmo inflada, sua “história” não tem força para obscurecer a acusação de que ele era o chefe da quadrilha do mensalão.

Até o relator do caso Dirceu no Conselho de Ética da Câmara, deputado Júlio Delgado, comprou a versão do mito histórico. No voto em que recomendou a cassação de Dirceu por agressão ao decoro parlamentar, Júlio Delgado afirma que “o Dirceu que lutou bravamente contra a ditadura no Brasil e construiu o maior partido de esquerda do país” trocou a ética pelo exercício do poder. Na verdade, José Dirceu não pôde lutar “bravamente contra a ditadura”. Ou estava ocupado em Cuba, ou estava no Paraná, disfarçado de cidadão pacífico.

Na juventude organizou passeatas, fez discursos em faculdades, ganhou eleições estudantis, mas a “luta contra a ditadura” durou pouco e não foi profunda. Em 1968, candidato à presidência da União Nacional dos Estudantes, foi preso num congresso estudantil em Ibiúna, São Paulo. No ano seguinte, foi libertado em troca do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Fim da história. Lá se

foi Dirceu aninhar-se em Cubanacán, exilado.

O deputado Júlio Delgado afirmou em seu voto da semana passada que Dirceu foi treinado pela inteligência cubana. Inteligência é o nome técnico que se dá à espionagem. Em 1975, Dirceu voltou ao Brasil depois de uma cirurgia facial e se estabeleceu numa pequena cidade do Paraná, onde viveu por quatro anos sob disfarce, fingindo ser um empresário descendente de judeus. Os cirurgiões cubanos fizeram-lhe até um nariz adunco!!! Não se tem notícia de que praticasse qualquer tipo de espionagem nessa época. Evitava até mesmo conversar sobre política.

Devido à identidade pacífica que assumiu em seu disfarce, não poderia dar demonstrações de revolta com o governo militar. Por quatro anos, Dirceu ficou politicamente inativo.

Casou-se e teve um filho. Com a anistia, contou à sua mulher quem era e voltou correndo para São Paulo, depois de recuperar o rosto original numa segunda cirurgia plástica. Entrou para o PT — e o resto da história é conhecido.

José Dirceu é emocionalmente frio, tem coragem e uma determinação só igualada

por sua capacidade de ignorar balizas éticas. Tritura sem vacilar companheiros de ontem que se tornaram adversários de hoje. São esmagadores os indícios de que agrediu a lei, a moral e os bons costumes políticos nas suas relações com Marcos Valério, Delúbio Soares, bancos velhacos e deputados bordeleiros. É esse José Dirceu que estará sendo julgado na Câmara por atentado ao decoro parlamentar. O outro, o Dirceu da “minha história”, é uma invenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “O candidato dos empresários”, publicada na revista **Exame** de 26 de outubro do corrente.

“Pesquisa inédita Exame/Vox Populi mostra que o governador Geraldo Alckmin é o candidato à Presidência dos homens de negócios, com 84% dos votos”. De acordo com a pesquisa encomendada pela revista

Exame ao instituto Vox Populi, Alckmin é o candidato preferido pelos empresários.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESPECIAL Como os brasileiros da AmBev estão revolucionando os negócios na matriz da maior cervejaria do mundo

O CANDIDATO DOS EMPRESÁRIOS

Pesquisa EXAME/Vox Populi com presidentes das maiores empresas brasileiras aponta Geraldo Alckmin como o preferido nas próximas eleições presidenciais

Alckmin revela: “Estou pronto para ser presidente”

A desaprovação ao governo Lula entre os empresários é de 77%

sucessão

O PREFERIDO DOS EMPRESÁRIOS

Pesquisa inédita EXAME/Vox Populi mostra que o governador Geraldo Alckmin é o candidato à Presidência dos homens de negócio, com 84% dos votos

Maurício Lima e Sérgio Ruiz Luz

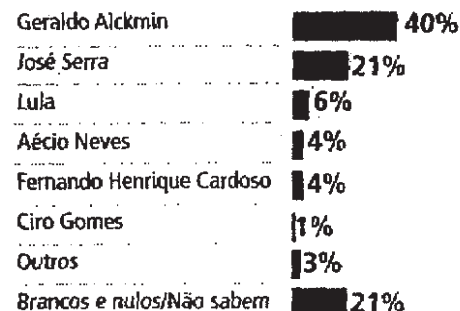
QUE, A MENOS DE UM ANO DA REALIZAÇÃO DAS eleições presidenciais, nenhum candidato ao cargo desfruta de maior prestígio no mundo dos negócios quanto o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. De acordo com pesquisa encomendada por EXAME ao instituto Vox Populi, Alckmin, médico anestesista de 52 anos, é o candidato preferido dos empresários. Realizada com 231 companhias do ranking *Melhores e Maiores* de EXAME, a pesquisa admitiu apenas os votos do presidente ou do principal executivo das empresas pesquisadas. O resultado mostra uma predileção inquestionável por Alckmin. Na votação espontânea, na qual os eleitores citam o candidato de preferência, o governador paulista teve 40% das indicações — praticamente o dobro do percentual obtido pelo segundo colocado, o atual prefeito de São Paulo, José Serra, seu colega no PSDB.

RESULTADOS DA PESQUISA™

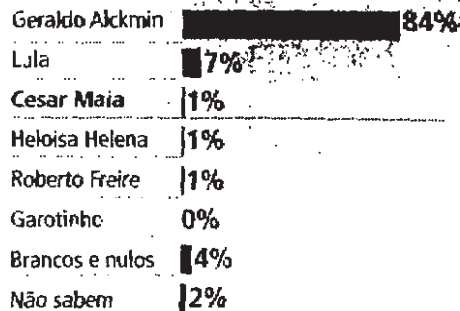
Mais de 230 empresários e principais executivos das maiores companhias do país quiseram votar seu candidato preferido à Presidência. Ao lado, algumas questões apresentadas aos entrevistados

(1) A margem de erro é de 6,4 pontos

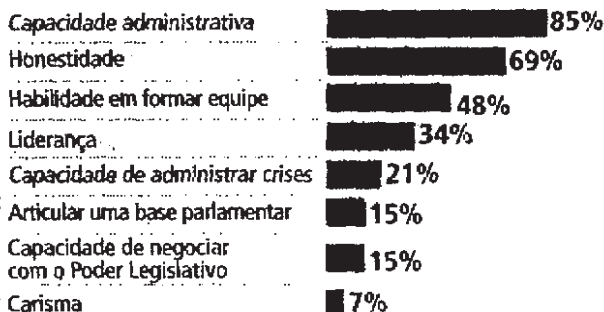
Votação espontânea, em que as opções de candidaturas eram livres



Votação estimulada, com Alckmin como candidato do PSDB à Presidência



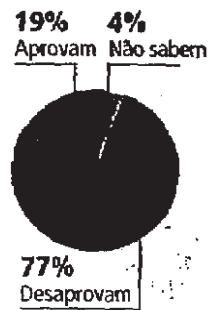
Principais qualidades de Alckmin, segundo os que votaram nele



Principais desafios do próximo presidente



Avaliação do governo Lula



Quando analisamos os diversos cenários da pesquisa, em que vários candidatos eram apresentados aos votantes, Alckmin também se destaca. Entre os tucanos, foi ele quem obteve a vitória mais fulgurante contra o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Numa lista que tinha ainda outras quatro opções — o prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia (PPF), o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), o deputado federal Roberto Freire (PPS) e a senadora Heloisa Helena (PSOL) —, o governador de São Paulo anealhou 84% dos votos, ante apenas 7% dados a Lula. "Alckmin tem feito um ótimo trabalho no governo de São Paulo. É competente, honesto e merece essa chance", diz o empresário Antonio Ermirio de Moraes, cabeça do Votorantim, um dos maiores grupos privados do país.

A explicação para a votação maciça no governador de São Paulo tem vários componentes. O primeiro — e talvez o mais importante deles — é que, depois de comandar por dois mandatos o maior estado do país, Alckmin é visto como o oposto do que Lula representa hoje para o empresariado. Após quase três anos de governo,

um escândalo político que abalou a República e um ritmo de crescimento modesto do país em relação ao que acontece no resto do mundo, Lula é visto sobretudo como um administrador pouco eficiente. Questionados sobre o que achavam da atual gestão, 77% dos entrevistados — administradores com conhecimento de causa — responderam que desaprovam o governo petista. Entre os empresários, o quadro do PT com maior aprovação é Antonio Palocci, o ortodoxo ministro da Fazenda e principal sustentáculo da gestão Lula. Colocado como candidato de seu partido, Palocci atinge 13% do votos. "Isso mostra que o

empresariado que se encantou com a possibilidade desenvolvimentista de Lula está frustrado com seu governo", diz o cientista político Rubens Figueiredo.

A desaprovação a Lula não tira o mérito individual de Alckmin, que milita na política desde os 19 anos (veja quadro). Sua escolha por parte do empresariado não parece ser meramente uma questão de ideologia política. Entre os tucanos de primeira grandeza, o governador paulista também tem o melhor desempenho. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, teve apenas 4% dos votos espontâneos dos empresários consultados — ante 40% de Alckmin. Ao ser indicado como único postulante do PSDB, FHC ganha de Lula, mas por uma margem de 20 pontos percentuais a menos do que Alckmin. "Isso é fruto do desgaste de oito anos frente à Presidência da República", diz Marcos Coimbra, presidente do Instituto Vox Populi. "Fernando Henrique enfrentou crises internacionais e um período de crescimento global menor. É natural que os empresários apostem mais em alguém que ainda não tenha passado pelo Planalto." Outra razão, essa importantíssima, é a boa imagem

A TRAJETÓRIA PESSOAL DO GOVERNADOR

Geraldo Alckmin iniciou a vida política em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo.

que Alckmin desfruta no meio empresarial. O governador paulista é visto como um político que reúne uma rara combinação de qualidades. É percebido como um administrador competente, honesto e com bom traquejo político.

Na pesquisa EXAME/Vox Populi essa percepção fica clara — especialmente quando se comparam os resultados de Alckmin com os dos outros presidenciáveis tucanos. Na avaliação de José Serra, visto hoje como o principal rival do governador paulista dentro do PSDB, os entrevistados ressaltaram principalmente a capacidade administrativa. Em compensação, muitos o vêem como um candidato sem habilidade política e flexibilidade de negociação. Já o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, posicionou-se na outra ponta do espectro. Aécio foi bastante elogiado na habilidade de agregar apoio, de saber lidar com posições antagônicas, mas ainda não angariou confiança na sua capacidade de gerenciamento da máquina pública. Alckmin foi o ponto de equilíbrio entre os dois extremos. “Ele passa a imagem de alguém que sabe administrar na escassez. Um administrador capaz de dar um choque de gestão no governo”, diz Horacio Lafer Piva, membro do conselho de administração da Klabin.

Essa boa impressão pôde ser constatada num jantar que o empresário Emerson Kapaz, presidente do Instituto Etco, entidade que combate a pirataria, organizou em sua casa há pouco menos de um mês. Estavam presentes 12 empresários e presidentes de grandes empresas. Nomes como Nicandro Duarte, principal executivo da Souza Cruz; João Roberto Marinho, das Organizações Globo; Roberto Setubal, do grupo Itaú; Hugo Marques da Rosa, da construtora Método; Fábio Barbosa, presidente do

banco ABN Amro; e Carlos Ribeiro, da HP. Alckmin chegou às 20h30 e fez uma longa exposição sobre seu trabalho frente ao governo de São Paulo. Também contou que já estava constituindo uma equipe para elaborar um programa econômico para o país. Cobrado a ter uma postura de candidato mais agressiva, explicou que a cada 15 dias vinha fazendo viagens para outros estados com o objetivo de ganhar projeção no resto do país. “Muitos saíram convencidos de que ele é o melhor candidato”, diz Kapaz. “A impressão foi que Alckmin demonstra capacidade de gerenciar a máquina pública com eficiência e transparência.”

As eleições presidenciais se realizarão em pouco menos de um ano. Em política, esse período de tempo equivale a uma eternidade e meia. Contar com forte apoio entre empresários é um trunfo significativo para o governador paulista. O empresário tem influência nos formadores de opinião, pode ajudar na sustentação financeira da campanha e representa uma parcela ativa da sociedade brasileira. Mas a corrida para a Presidência da República mal começou. Antes de mirar o Palácio do Planalto, Alckmin precisa se viabilizar dentro do PSDB. E essa é hoje a maior dificuldade. Nas pesquisas de opinião pública, Serra tem o dobro das intenções de voto (30% ante 15%), o que não pode ser ignorado. Seus críticos dizem ainda que o governador de São Paulo é pouco conhecido no resto do Brasil e que também lhe falta uma personalidade mais vibrante para bater Lula num eventual confronto eleitoral.

Na pesquisa entre empresários e executivos, essa ausência de carisma foi — de certa forma — dimensionada. Apenas 7% dos que escolheram Alckmin como o melhor candidato apontaram essa característica. Entre todos os nomes apresenta-

dos, o governador seria o menos carismático. Essa limitação não fez diferença num eleitorado formado por presidentes de empresa ou grandes executivos, mas certamente trará mais dificuldades numa eleição nacional. Em relação ao desconhecimento de seu nome no resto do Brasil, a pesquisa lhe é mais favorável. Apenas 35% dos presidentes consultados têm base em São Paulo. O que significa que, ao menos no meio empresarial, suas qualidades são reconhecidas nacionalmente.

A escolha do candidato do PSDB à Presidência caberá a, no máximo, seis pessoas e deverá acontecer até março de 2006. Serra, Aécio Neves, Alckmin, o senador Tasso Jereissati, e o governador de Goiás, Marconi Perillo, fazem parte do grupo. Ninguém, porém, terá tanta influência na escolha quanto o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A antigos, surpreendentemente, FHC tem dito que o candidato natural hoje é Geraldo Alckmin. Ele acha que Serra sofrerá desgaste se sair da prefeitura de São Paulo já que, para chegar ao cargo, prometeu à população que não o faria. Para que a rejeição fosse menor, seria necessário que os paulistanos em massa pedissem ao prefeito que fosse postulante à Presidência. Além disso, Fernando Henrique tem dito que a diferença nas pesquisas teria de ser ainda maior para garantir a Serra o bilhete presidencial. Na avaliação do ex-presidente, o horário eleitoral gratuito poderia catapultar a candidatura Alckmin, rapidamente, aos mesmos níveis de popularidade hoje conseguidos por Serra. “Faz sentido. Onde os dois são conhecidos, Alckmin se sai melhor do que Serra”, diz Marcos Coimbra. No que depender do quase sempre discreto Alckmin, ele será o ungido do PSDB. “Estou pronto”, disse em entrevista exclusiva a EXAME, cuja íntegra está nas páginas a seguir.

perfil

O SALDO DA ADMINISTRAÇÃO ALCKMIN

A receita que agrada aos empresários e concilia redução de impostos e corte de gastos com aumento de investimentos

Maurício Lima e Sérgio Ruiz Luz

UMA DAS FACETAS MAIS EXPLORADAS pelos adversários de Geraldo Alckmin é a sua falta de carisma. A habitual fala mansa e a atitude normalmente discreta vivem rendendo piadas para o anedotário político de seus opositores. Entre outras referências pouco elogiosas, os desafetos espalham que seus discursos são tão empolgantes quanto dançar com a própria irmã num baile. Ao longo da carreira, Alckmin já foi apelidado de "AAS infantil" (um remédio para crianças) e "picolé de chuchu", uma referência a seu estilo inodoro, insípido e incolor. Existem ainda outras duas características marcantes de sua figura — nesse caso, porém, elas não arrancam risos dos que estão no campo político oposto. Alckmin é bom de voto, como demonstra seu impressionante currículo. Aos 52 anos, já concorreu a seis eleições e perdeu apenas uma, a disputa pela prefeitura de São Paulo em 2000. Além disso — e acima de tudo —, é considerado um administrador eficiente, capaz de lidar com toda a complexidade da máquina pública. Mesmo seus ferrenhos opositores demonstram dificuldade em achar argumentos para combater a gestão Alckmin em São Paulo.

Os números de sua administração (uma obsessão que ele faz questão de citar quan-

OS NÚMEROS DO GOVERNADOR

Os quadros mostram alguns dos indicadores de Alckmin na administração de São Paulo



QUEDA DE IMPOSTOS

Redução de ICMS em diferentes áreas

Sector	Alíquota antiga	Nova alíquota
Alcooleiro	25%	12%
Automotivo	18%	12%
Têxtil	18%	12%
Trigo	7%	isento

do pode) são seu principal cartão de visita. No ano passado, por exemplo, o PIB de São Paulo cresceu 7,6%, quase o dobro da taxa brasileira e muito acima do crescimento mundial. Ao mesmo tempo, as despesas com funcionários públicos vêm caindo sucessivamente. Devem fechar 2005 representando 44% de participação na receita do estado, a menor taxa dos últimos anos e bem abaixo dos 49% do teto fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao deixar as contas em dia, o governador ganhou fôlego para desembarcar em 2006, o ano da sucessão presidencial, com 9 bilhões de reais em caixa para novos investimentos. Para ter uma idéia, o orçamento do governo federal para a mesma finalidade é de 14 bilhões de reais. Uma rara combinação de equações aparentemente inconciliáveis talvez seja a melhor explicação para a boa receptividade de Alckmin entre o empresariado. À frente de um estado complicado como São Paulo, ele conseguiu misturar crescimento econômico com controle de contas. Aumento de arrecadação de impostos com redução de carga tributária. Respondeu, assim, a uma parte significativa das demandas geradas pelo mundo dos negócios. "Alckmin administra o estado como se fosse uma empresa privada", afirma José Galló, presidente da Lojas Renner.

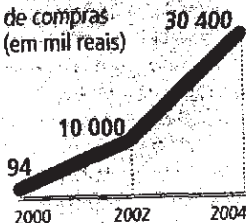
Todos os governadores em algum momento admitem que o excesso de carga tributária é um dos combustíveis da economia informal, mas poucos atacam essa relação perversa por receio de perder arrecadação. São Paulo rompeu o círculo vicioso. O governo paulista reduziu 230 alíquotas de ICMS nas mais variadas cadeias produtivas. Em setembro do ano passado, por exemplo, o estado baixou de 25% para 12% a alíquota de ICMS sobre a cadeia de produção do álcool combustível. No mês seguinte à redução do imposto, a arrecadação cresceu 7%. Ou seja, a alíquota mais baixa incentivou muita gente a sair da informalidade. O crescimento de arrecadação de impostos sem aumento de carga tributária em São Paulo ocorreu também graças a melhorias na fiscalização de alguns setores e à ajuda de tecnologia. Foi o caso da adoção do IPVA eletrônico, em 1995. Nos últimos anos, graças à possibilidade de pagamento via internet, a arrecadação do imposto sobre a propriedade de automóveis cresceu 300%, ante 30% de aumento da frota de carros no estado.

Na área de infra-estrutura as soluções do governo paulista também foram simples — e eficientes. Para combater os gargalos que atravancam a produção em São Paulo, Alckmin formou um grupo de trabalho com seus 13 secretários de Estado.

Numa das reuniões, com base numa demanda das montadoras de veículos instaladas no estado, nasceu a idéia de transformar o porto de São Sebastião, no litoral nor-

LICITAÇÕES INTELIGENTES

Quanto o governo paulista vem economizando com o sistema eletrônico de compras (em mil reais)



te, num terminal de exportação relevante. Como resultado da conversa, ficou decidido que o governo financiaria a pavimentação de um dos pátios e a construção de dois novos berços de atracação, ao custo de 2,4 milhões de reais. O trabalho permitiu que comesçassem a atracar por ali navios com capacidade para embarcar cerca de 5 000 carros. Nos últimos tempos, Volkswagen e General Motors têm utilizado bastante o local, e o movimento no porto cresceu 70%. "A administração Alckmin é quase aborrecida", diz João Carlos Meirelles, secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. "Não há pirotécias."

No dia-a-dia, Alckmin lembra um funcionário público saído dos livros de Lima Barreto. É um autêntico caxias no cumprimento de contratos, mesmo quando isso implica prejuízos para sua popularidade, como demonstra o caso dos aumentos constantes de pedágios das 12 rodovias entregues a concessionárias. Em troca, exige melhorias, como a duplicação da rodovia dos Imigrantes, concluída em 2002, cujo investimento de 872 milhões de reais foi bancado totalmente pela concessionária Ecovias. No Paraná, que adotou um modelo semelhante de privatização, existem hoje cerca de 100 processos discutindo os reajustes previstos em contratos, boa parte deles movida pelo governo de Roberto Requião. Em São Paulo, não há notícia de desavenças judiciais. "Ele tem uma visão clara sobre os contratos. Cumpre a parte dele e exige bas-

tante das empresas", diz Marcelo Esteves, diretor de planejamento integrado da Comgás, que recentemente tratou da revisão de tarifas com o governo do estado.

Uma de suas manias é ter sempre à mão um caderno universitário, onde anota pedidos dos políticos e prazos prometidos para a conclusão de obras, entre outras coisas. Antes de visitar qualquer lugar, exige dos assessores relatórios minuciosos, que incluem desde dados macroeconômicos até fofocas políticas do local. De seu gabinete no Palácio dos Bandeirantes, decorado com uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e retratos de sua família e do ex-governador Mário Covas, costuma disparar telefonemas a seus subordinados. Boa parte da equipe já recebeu ligações no co-

meço da manhã com o governador reclamando de algum problema. "Certa vez, ele voltou às 6 horas de uma viagem ao Japão e, às 7 horas, me telefonou para reclamar de uma notícia que tinha ouvido no rádio", diz Saulo de Castro Abreu, secretário de Segurança.

No contato direto com o governador, os assessores conhecem um lado bem diferente do "picolé de chuchu". Como chefe, Alckmin é adepto do mantra "trabalho, trabalho e trabalho" e raramente costuma fazer elogios — é sempre duro e direto nas cobranças. Algumas semanas atrás, por exemplo, depois de ver o conteúdo de um CD com imagens da nova campanha de uma estatal, reclamou com um assessor: "Não dá para mudar nada, pois vocês me trouxeram o material em cima da hora. Mas não gostei de nada". No trato com a oposição, o governador também não se faz de rogado em valer a força da maioria folgada do PSDB. "Alckmin é um rolo compressor e esvaziou as funções da Assembléia Legislativa", afirma o deputado Renato Simões, líder do PT na casa, citando a falta de condições para votar os 53 pedidos de CPIs feitos pela oposição desde 2003, que vão desde os problemas da Febem até a investigação de irregularidades em privatizações.

Antes de ingressar na política, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho teve uma breve experiência na iniciativa privada. Foi no início da década de 70, quando montou o Pré-Fac, cursinho pré-vestibular e de ensino supletivo em sua cidade natal, Pindamonhangaba, no interior paulista. Alckmin dava aulas de química e de biologia e usava o dinheiro que recebia do negócio para

pagar as mensalidades da faculdade de medicina de Taubaté, onde havia acabado de ingressar. Aos 19 anos, aceitou o desafio de candidatar-se a vereador, proposto por um representante do antigo MDB. Graças à popularidade conseguida como professor da cidade transformou-se no vereador mais votado de Pindamonhangaba e presidente da Câmara Municipal.

A partir daí, sua ascensão na política foi construída degrau a degrau. Foi eleito prefeito da cidade, com diferença de apenas 57 votos em relação ao segundo colocado. Nesse período, usava os fins de semana para terminar o curso de medicina, fazendo residência no Hospital do Servidor Público de São Paulo. Chegou a trabalhar dois anos como anestesiológico na Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba e, em 1979, casou-se com Maria Lúcia Ribeiro, sua mulher até hoje, com quem tem três filhos. Alckmin abandonou a medicina quando virou deputado estadual, em 1982. Nessa época, estreitou os contatos com o núcleo de políticos que fundariam mais tarde o PSDB, entre eles Mário Covas, que o escolheu como vice de sua chapa para as eleições ao governo de São Paulo em 1994. Covas venceu a disputa naquele ano e acabou reeleito em 1998, tendo

novamente Alckmin como seu fiel escudeiro. Com a morte do governador, em 2001, o vice assumiu e virou o candidato natural do PSDB à sucessão estadual.

Na disputa direta com outros adversários internos pela primazia de ser o candidato do PSDB à Presidência, o governador terá de superar algumas desvantagens. Uma delas é a comparação de escolaridade formal (algo que parece não fazer sentido depois que Lula foi eleito, mas que ainda conta nos círculos tucanos). Alckmin não possui um currículo acadêmico brilhante como o do prefeito paulistano José Serra, que concluiu o doutorado em ciências econômicas pela Universidade de Cornell e participou do Institute for Advanced Study, da Universidade Princeton, ambas instituições americanas renomadas. É preciso também relativizar o processo de reestruturação do estado de São Paulo. Seu trabalho foi facilitado pela herança recebida de Covas, que fez um dos maiores ajustes fiscais da história do país, negociando com o governo federal em 1997 uma dívida equivalente, na época, a 50 bilhões de reais. É um obstáculo diferente do enfrentado pelo governador Aécio Neves, outro nome citado com frequência na lista de presidenciáveis tucanos. Aécio assumiu Minas Gerais em 2002 com um déficit de 2,3 bilhões de reais, fruto de uma gestão problemática do antecessor, Itamar Franco. Só agora o tucano con-

seguiu equilibrar as finanças do estado.

Fora da disputa interna do PSDB, o calcanhar-de-aquiles de Alckmin é a percepção da população sobre seu desempenho na segurança pública. Embora alguns indicadores importantes tenham caído nos últimos anos, como o número de homicídios, a cobrança nessa área sempre é gigantesca. As taxas de criminalidade no estado de São Paulo permanecem entre as mais altas do país, e as seguidas rebeliões nas Febem viraram a imagem mais forte dessa situação. Ocorreram 18 revoltas de internos apenas nos três primeiros meses deste ano. Foi aí que Alckmin resolveu desengavetar o projeto de Covas que previa a desativação das mega-Febem e a distribuição dos menores infratores por unidades menores. O plano está em curso, mas as confusões con-

tinuam acontecendo. Em setembro, por exemplo, a diretora da unidade Vila Maria, na zona norte de São Paulo, foi afastada de seu cargo pela Justiça por denúncias de maus-tratos e torturas contra os menores. Nesse caso, até agora, o mantra do governador (“trabalho, trabalho e trabalho”) ainda tem sido insuficiente para resolver o problema. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “O Brasil piora se Lula ficar”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 19 de outubro do corrente.

Em seu artigo, o articulista afirma que o destino do presidente Lula é determinante para o futuro do País. “Há dois cenários. No primeiro, Lula cai e o Brasil melhora. No segundo, Lula fica e o Brasil piora”.

O articulista ainda tece comentários sobre os “lulistas”: “Por dois anos e meio, roubaram e deixaram

roubar, absolutamente seguros de que não seriam descobertos”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar que o referido artigo seja considerado parte desse pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

O Brasil piora se Lula ficar

Os leitores me abordam na rua. Querem saber quando vou cumprir a solene promessa de derrubar Lula. Minha resposta é sempre igual: na semana que vem. Os leitores se despedem desconsolados, lamentando-se do resultado da última pesquisa do Ibope ou da pusilanimidade dos tucanos. O fato é que ninguém mais acredita em mim. Perdi o pouco de credibilidade que ainda tinha. Os leitores acham que estou blefando. Que sou um bufão. Que não tem mais jeito. Que Lula vai conseguir se safar. O próprio Lula acha que vai conseguir se safar. Para ele, os problemas desaparecem magicamente, como as testemunhas do assassinato de Celso Daniel. Um desaparece com um tiro nas costas. Outro num acidente de motocicleta. Outro na cadeia. Outro de gripe.

Eu nunca dei bola para o que pensam os leitores. Mas eles estão certos em se preocupar. Por mais melodramático que possa parecer, o destino de Lula é determinante para o futuro do país. Há dois cenários. No primeiro, Lula cai e o Brasil melhora. No segundo, Lula fica e o Brasil piora. É simples assim.

O máximo que podemos desejar de um político é que ele tenha medo de roubar. Os lulistas não tinham medo. Por dois anos e meio, roubaram e deixaram roubar, absolutamente seguros de que não seriam descobertos. Se Lula cair, seu sucessor terá um pouquinho mais de medo. Se Lula ficar, a roubalheira será legitimada. Os lulistas resolveram que devemos nos render a todas as formas de bandidagem. Com o referendo sobre o desarmamento, querem nos render aos bandidos co-

muns. Com o indulto a Lula, querem nos render aos bandidos do Estado.

Lula é nosso Bettino Craxi. Quando os magistrados italianos denunciaram o esquema de financiamento ilegal do Partido Socialista, Craxi se defendeu acusando os outros partidos de práticas semelhantes. Ou seja: se todos são culpados, ninguém pode ser punido. Lula tenta usar o mesmo argumento: se todos foram

cleitos com dinheiro de caixa dois, não há por que condenar apenas ele. No caso de Craxi, não colou. Os magistrados italianos continuaram a persegui-lo. Ele morreu foragido na Tunísia, para evitar a cadeia. Os políticos italianos não melhoraram. Por outro lado, passaram a roubar um pouco menos.

Não sei se Lula terá de se refugiar na Tunísia. Espero que sim. Nesse caso, poderemos aproveitar o vácuo político para

tentar ajeitar o país. Minha proposta é que os parlamentares nomeiem uma comissão de notáveis, composta de juristas e tributaristas, como Raul Velloso, Miguel Reale Jr. e Eduardo Gianetti da Fonseca. Eles seriam encarregados de redigir uma ampla reforma do Estado, para cortar aposentadorias, eliminar impostos, abater sindicatos, suprimir direitos trabalhistas, limpar o Judiciário e diminuir o peso dos políticos, enterrando boa parte das asneiras de nossa Carta Constitucional. Depois disso, o texto passaria por um plebiscito. O Brasil ficaria melhor.

Agora só falta derrubar Lula.

“O máximo que podemos desejar de um político é que ele tenha medo de roubar. Os lulistas não tinham medo. Por dois anos e meio, roubaram e deixaram roubar”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Corrupção sob medida”, publicada em 19 de outubro de 2005, no jornal **Folha de S.Paulo**.

O artigo acima enfatiza que, de acordo com o relatório divulgado pela Transparência Internacional (TI), piorou a nota do Brasil no índice de Percepção da Corrupção. Passou, numa escala de zero a dez, de 3,9 para 3,7. Com isso, o País caiu da 59^a para a 62^a posição no ranking global elaborado pelo instituto.

O indicador da TI é instrumento relevante para mensurar a percepção da corrupção no mundo.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORRUPÇÃO SOB MEDIDA

D **E ACORDO com relatório divulgado ontem pela Transparência Internacional (TI), piorou a nota do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção. Passou, numa escala de zero a dez, de 3,9 para 3,7. Com isso, o país caiu da 59ª para a 62ª posição no ranking global elaborado pelo instituto.**

O indicador da TI é instrumento relevante para mensurar a percepção da corrupção no mundo. É com base nele que se formula parte dos estudos e das sugestões de políticas de combate a essa prática. Mas o relatório pede reflexão sobre a natureza do problema que pretende quantificar.

Os números apresentados dizem respeito à percepção da corrupção — não à ocorrência efetiva do problema. Como não há maneiras diretas de quantificar atos dessa natureza, inexistem mecanismos para estabelecer uma relação entre as infrações detectadas e o volume total de transações irregulares realizadas no país.

Mesmo os impactos da corrupção sobre a economia permanecem dis-

cutíveis. É comum o argumento de que um país afetado por práticas dessa ordem tende a ser preterido nas transações econômicas. Mas são escassos os elementos que permitem aferir em que medida investidores internacionais empregam essas percepções em seus processos decisórios. A China, por exemplo, não está bem cotada no ranking — e nem por isso deixa de ser o principal desaguiçador dos investimentos globais.

Feito com base nos três últimos anos, o estudo da Transparência Internacional foi concluído no mês de junho de 2005. Abrange, pois, apenas parcialmente o período agudo da crise política por que passa o Brasil. Ainda assim, é significativo que a percepção relativa aos primeiros meses do governo Lula não tenha sido influenciada pela atmosfera de otimismo da época.

Se, mesmo após o desfecho da crise, o Brasil se mantiver estável nesse ranking, estará claro que os procedimentos disponíveis para medir a corrupção são inexatos e insatisfatórios.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista do escritor português José Saramago, concedida à revista **Época** em sua edição do último dia 31 de outubro do corrente.

Na entrevista, o escritor criticou o Presidente Lula e os escândalos de corrupção que paralisaram o governo brasileiro. Segundo o escritor, “Depois de tantas esperanças, não imaginávamos que escândalos

de corrupção tomassem o governo Lula”. E diz, ainda: “Foi uma decepção para o mundo”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Desventuras em série

José Saramago critica a corrupção no governo Lula, teme pelas esquerdas, pela Amazônia e fala da morte em seu novo livro

LUÍS ANTÔNIO GIRON

José Saramago está lançando mundialmente, no Brasil, seu novo romance, *As Intermittências da Morte* (Companhia das Letras, 208 págs., R\$ 35). Na semana passada e no início desta, ele fez palestras de apresentação e leu trechos do livro. Pretende fazer o mesmo em Portugal a partir de 11 de novembro.

A nova ficção do premiado autor aborda um tema tabu – que, como tal, faz parte da vida de todos, mas cada vez mais as pessoas anseiam ocultar: a morte. Tanto a morte de cada indivíduo como a do planeta Terra, ameaçado por desastres climáticos e pela destruição humana dos recursos naturais. É tanto uma parábola sobre a condição mortal como uma alegoria malthusiana. De repente em certo país, conta o livro, ninguém morre mais. As conseqüências são as mais destrutivas: as empresas funerárias e a Igreja Católica entram em colapso (afinal, a mor-

te é o motor de suas atividades), as pessoas são condenadas a viver eternamente, cada vez mais velhas e alquebradas, o planeta cai no caos. Como veio, a morte se vai. Encarna em uma linda mulher para se dedicar a um violoncelista, condenado a morrer aos 49 anos. Mas já haviam passado alguns meses do prazo. O envolvimento da morte com o músico leva a um desfecho inesperado. Mais uma vez, Saramago utiliza a ficção para discutir suas idéias sobre o homem, a sociedade e o futuro do planeta.

Com ótimo humor, ele concedeu uma longa entrevista a *ÉPOCA* no jardim da casa em que estava hospedado em São Paulo. Saramago comentou sua nova narrativa, criticou Lula (que havia apoiado) e os escândalos de corrupção que paralisaram o governo brasileiro e avaliou o deserto ético que a esquerda atravessa. Apesar de tudo, continua a se denominar “comunista”.

■ **Dados pessoais**

Nasceu em 1922 em Azinhaga (Ribatejo)

■ **Carreira**

Foi serralheiro, desenhista, funcionário público e

jornalista.

■ **Auge**

Foi o primeiro autor de língua portuguesa a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, em 1998

■ **Livros famosos**

A Jangada de Pedra (1988), *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995)

ÉPOCA – O Nobel alterou sua vida?

José Saramago – Sou a mesma pessoa. Mas é claro que os convites e solicitações aumentaram. Sempre fui um sujeito ativo que gosta de fazer intervenções públicas. O que faço hoje é aproveitar a situação para me manifestar mais. O que não quer dizer que outros intelectuais ou ganhadores do Nobel não possam agir a sua maneira. Desde o Nobel escrevi quatro romances e continuo a fazer o que fazia. Portanto está bem, pois não mudei.

ÉPOCA – Sua atuação não aumentou?

Saramago – Tenho viajado. Continuo a revezar estadas em Lanzarote (*ilha espanhola*) e em Lisboa, eventualmente Paris. Estou por toda parte. Mas continuo a pagar meus impostos com regularidade em Portugal. Ninguém pode me acusar de evasão de divisas!

ÉPOCA – Há um futuro comum entre países de língua portuguesa?

Saramago – Antigamente falávamos muito nas línguas de Portugal e Brasil. Hoje é preciso considerar as culturas do Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola etc. Cada uma dessas nações utilizou a língua portuguesa a seu modo, expressando sua realidade e seus sentimentos. Hoje Lisboa não tem mais condições de ditar regras para o português. Os portugueses já não são mais os donos da língua. Seria necessário que discutíssemos algumas formas de unificação da língua, como a ortografia, por exemplo. Mas qualquer uniformização ortográfica me parece hoje muito tardia. A tendência num futuro próximo é de que os vários ramos do mesmo tronco do português se afastem cada vez mais. Acontecerá mais ou menos como o baixo-latim, que gerou o português, o italiano, o espanhol, o romeno, o francês.

ÉPOCA – Como é seu envolvimento com os movimentos ecológicos?

Saramago – Naturalmente me preocupo com a destruição da natureza, mas não tenho sido muito ativo nisso. O Greenpeace me convidou a adotar papel reciclável controlado para a edição de meus livros e isso me pareceu uma atitude válida para ajudar a preservar as florestas. Em boa parte do mundo, inclusive no Brasil, meu novo livro será impresso em papel controlado. É uma medida pequena, mas achei válida.

ÉPOCA – O espectro da destruição que ronda o mundo é tema do romance. Pela primeira vez, a morte é tema e personagem. Por que a morte agora?

Saramago – O fato é que a morte sempre esteve aí, faz parte da vida de todo mundo. Ela percorre meus outros livros. Mas antes o personagem morria e ponto final, não havia uma reflexão sobre o assunto. Agora tomei a morte como tema de uma reflexão mais profunda. No livro, uso primeiro uma grande-angular e crio uma fantasia em torno de uma suposição: como a ausência da morte afetaria uma sociedade inteira? Depois, fecho a objetiva para um caso específico: a morte se materializa em personagem e tenta carregar para o além um violoncelista que insiste em

“Não sou

pessimista. O mundo é que é péssimo. Como podemos ser otimistas diante de um planeta onde as pessoas vivem tão mal, a natureza está sendo destruída e o império dominante é o do dinheiro?”

não morrer. Procuo demonstrar que a morte é fundamental para o equilíbrio da natureza. A expectativa de vida está cada vez mais alta – e isso não é natural nem desejável para um mundo que necessita de renovação das gerações e evitar o esgotamento de seus recursos. Por uma dessas formas naturais de equilibrar a situação, o mundo está ingressando num período de contenção dos níveis de natalidade.

ÉPOCA – A população idosa representa um entrave para o progresso?

Saramago – Sim, porque, por exemplo, nos países europeus os governos têm encargos enormes com a população de aposentados que precisam ser

mantidos pela Previdência Social. Daqui a pouco, com as pessoas tendo velhices cada vez mais longas, será impossível para os governos sustentar as pensões de aposentados.

ÉPOCA – A frase marcante do livro é “Não existe nudez maior do que a do esqueleto”. O senhor teme a morte?

Saramago – Todos somos esqueletos. Apenas não notamos isso. Todos teremos de morrer cedo ou tarde, e a morte pode causar sofrimentos terríveis. Estamos aqui falando do assunto, e não consigo temer a morte. A questão não é pensar na morte, mas no “outro lado”, no momento em que passaremos de estado. Viraremos esqueletos e tudo acabará. O esqueleto se torna, então, a forma mais radical da nudez.

ÉPOCA – Em seu livro, a nudez da morte não está banhada em sensualidade e lirismo?

Saramago – Sim, porque a morte-mulher acaba se apaixonando por um homem, fazendo-a suspender a morte das pessoas, num recomeço do ciclo que atormenta o ser humano. Há passagens sensuais e líricas como em muitos outros livros.

ÉPOCA – A música é outra marca forte. Ela influencia sua escrita.

Saramago – Sou melômano. Gosto de ouvir música ao escrever, embora eu saiba que escrever e ouvir música causa interferências, uma ação deve ser separada da outra. Em *As Intermitências...* utilizei a música porque trata-se do encontro do músico com a morte. E isso acontece em um concerto. As suítes de (*Johann Sebastian*) Bach estão presentes e fazem a morte ajoelhar-se e chorar diante de sua beleza. Usei o violoncelo porque me parece apropriado para estabelecer o contato do homem com a dimensão da morte. A morte, na Idade Média, é representada como um esqueleto tocando rabeca. Mas o personagem só poderia se encontrar com a morte tocando violoncelo, por se parecer demais com a voz humana.

ÉPOCA – A morte tornou-se tabu nos dias de hoje?

Saramago – Sim. Hoje as pessoas querem evitar o assunto e esconder as mortes que acontecem a sua volta. É como se o mundo fosse um hotel onde os mortos costumam desaparecer na calada da noite, sem que nenhum ▶

ENTREVISTA

hóspede possa notar sua presença. Embora os filmes e a televisão abordem a morte, não tocam no ponto fundamental da finitude. As mortes são falsas, os mocinhos levam tiros e voltam a viver. É outra forma de tratar a morte como irreal. No passado, ela era vista com maior drama. Talvez as pessoas exagerassem, mas sabiam conviver com a tragédia.

ÉPOCA – O senhor faz no livro uma descrição apocalíptica do planeta, com seus recursos naturais esgotados. O mundo está condenado à destruição?

Saramago – O planeta está sofrendo um saque de seus recursos materiais. Como não temos outra despesa do que a própria Terra, essa exploração tende a esgotar nossas reservas naturais. O homem se encarrega de destruir a si próprio. E veja o caso da Amazônia, com uma seca assombrosa e a devastação das árvores. Essa floresta é essencial para a saúde da humanidade, é o pulmão do mundo, e já perdeu 17% de todo o seu território. Daqui a pouco, caso o governo não tome medidas efetivas, a Amazônia deixará simplesmente de existir. E esse é um assunto do Brasil, de ninguém mais. O Brasil tem uma responsabilidade mundial nesse caso.

ÉPOCA – Por falar em Brasil, o senhor apoiou o governo Lula no início. Qual a sua opinião hoje?

Saramago – Prefiro não falar nisso, vamos esperar para ver no que dá. Mas é brutal. O desgaste que o governo Lula sofreu é muito forte. Depois de tantas esperanças, não imaginávamos que escândalos de corrupção tomassem o governo Lula, que representava uma luz nova para um mundo cada vez mais mergulhado em interesses mesquinhos. Ele não poderia ter admitido a corrupção, e não consegue mais combatê-la. Vamos aguardar as investigações.

ÉPOCA – O senhor acha que Lula ajudou a projetar o Brasil?

Saramago – No começo, sim. Mas, na situação atual, Lula está amarrado: sua liberdade de ação é limitada. Ora, esse fato é muito sério para o Brasil, que tem um regime presidencialista. Lula está de pés e mãos atados e parece que não vai mais conseguir fazer as grandes medidas que prometeu no plano social. Foi uma decepção para o mundo.

ÉPOCA – Na nova ordem mundial, e não apenas no Brasil, a esquerda es-

tá vivendo uma crise ética. O senhor ainda crê nela?

Saramago – A esquerda atravessa um deserto e não consegue chegar a um oásis. Ela tem se fragmentado por toda parte. Em países como a Argentina, os partidos de esquerda perderam toda a representatividade no Congresso. Em Portugal, apóio a candidatura de Mário Soares (do Partido Socialista Português). Pode ser que não seja um mi-

“Não imaginávamos que escândalos de corrupção tomassem o governo Lula, que representava uma luz nova para um mundo cada vez mais mergulhado em interesses mesquinhos”

lagre, um novo Sebastião, mas pode fazer alguma coisa pelo país, a reboque dos interesses do capital econômico.

ÉPOCA – O senhor continua a professar o comunismo?

Saramago – Claro! Acredito que a única maneira de resolver os problemas da humanidade está na distribuição de renda e na igualdade entre as pessoas. Curiosamente, hoje você pode dizer que seu vizinho é comunista ou eu posso afirmar que sou um comunista. Mas ninguém se declara capitalista. Capitalistas são eles lá, os

chefes das grandes corporações, os donos do dinheiro.

ÉPOCA – O senhor acha que o mundo hoje se reduz a um império mundial liderado pelos Estados Unidos?

Saramago – Agora vivemos o império do petróleo e do dinheiro – o resto é disfarce. Até mesmo George W. Bush está submetido aos desígnios do Grande Capital. Ele governa para as grandes corporações. O capitalismo neoliberal não passa do governo dos grandes conglomerados econômicos.

ÉPOCA – As guerras assimétricas atuais, empreendidas pelos Estados Unidos, revelam um choque de civilizações entre Ocidente e Oriente?

Saramago – Depende. A Arábia Saudita, aliada dos EUA e maior produtora de petróleo, possui um regime fundamentalista. Foi o petróleo que moveu a invasão do Iraque. Existe, sim, um conflito religioso entre o cristianismo e o Islã, que só seria resolvido com um acordo comum entre os dois blocos. Afinal, se Deus existe, ele é só um. Para que brigar?

ÉPOCA – Bento XVI teria algum papel nesse pacto?

Saramago – Não acho que ele terá qualquer atuação no sentido conciliatório. Mesmo João Paulo II não estava preparado para isso, nem interessado.

ÉPOCA – Por que no romance *Ensaio sobre a Lucidez* o senhor critica o regime democrático?

Saramago – Porque o fato é um só: a democracia funciona apenas no plano institucional, na organização e derrubada de governos pelo voto. Na prática, quem manda são organismos como a Organização Mundial do Comércio e o FMI, que não são eleitos democraticamente, são instituições imperiais. Na falsa democracia mundial, o cidadão está à deriva, sem a oportunidade de intervir politicamente e mudar o mundo. Atualmente somos seres impotentes diante de instituições democráticas das quais não conseguimos nem chegar perto.

ÉPOCA – Pelo jeito, o senhor continua sendo pessimista.

Saramago – Não sou pessimista. O mundo é que é péssimo. Como podemos ser otimistas diante de um planeta onde as pessoas vivem tão mal, a natureza está sendo destruída e o império dominante é o do dinheiro? ■

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)

Ata da 195ª Sessão Não Deliberativa, em 4 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Paulo Paim e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 450/2005, de 24 de outubro passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 796, de 2005, do Senador Antonio Leite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tendo em vista que o Senador Antonio Leite não mais se encontra no exercício do mandato, a Presidência determina a remessa do Requerimento nº 796, de 2005, ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme entendimento e por motivo de força maior, chamamos como primeiro orador o Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

S. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, agradeço ao Senador Alvaro Dias, porque talvez eu tenha de viajar já, por um motivo triste: faleceu a esposa do Prefeito da cidade de Luís Correia. Mas Deus é que sabe das coisas, nós não sabemos nada.

O que sei mesmo, Senadora Heloísa Helena, brasileiras e brasileiros que nos assistem, Senadoras e Senadores, é aquilo que a Senadora Heloísa Helena cantava, discursava e por que bradava: a pança dos banqueiros internacionais. A pança dos banqueiros internacionais, Senador Paulo Paim. De “pança” eu me lembro da história do Jeca Tatu, que era cheio de vermes; do Nordeste, que ainda está sofrendo; de Monteiro Lobato, Senadora Heloísa Helena, e de “O pequeno príncipe”, lembra? Uma cobra come um elefante para dizer que não se pode ser muito poderoso, como o Bush, porque aí não se sai do lugar. São coisas.

Mas, Senadora Heloísa Helena, V. Exª, com toda a razão, advertiu, na primeira hora, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por quem lutamos, em quem votamos e acreditamos e, infelizmente, com o qual todos nós nos decepcionamos. V. Exª advertia dos juro, Senadora Iris Rezende. Serviu até para amenizar, digamos assim, o furor da Senadora Heloísa Helena contra o FHC. Senador Alvaro Dias, o Presidente Lula e sua equipe, Palocci – e eu já dizia que ele não entedia, porque é médico, porque cada macaco tem seu galho. Mas ele apenas seguiu, como se o avião me colocasse na cabine do Boeing, pois vou agora para o meu Piauí. Ele continuou o vôo. Mas, Senadora Iris de Araújo, ele coloca no colo dos banqueiros internacionais, ou na pança desses agiotas, desses gigolôs internacionais, R\$40 bilhões por mês a mais do que Fernando Henrique Cardoso. Com esses R\$40 bilhões, brasileiros e brasileiras, dava para custear a segurança, a educação e a saúde que o povo do Brasil merecia. São R\$40 bilhões a mais, Senadora Heloísa Helena, do que Fernando Henrique Cardoso. Essa é a verdade.

Passei a noite consultando os economistas, Senador Alvaro Dias, o *capuccino* do PSDB. Senadora Heloísa Helena, não condeno FHC pelo que ele pagava porque este paga mais. Onde é que vamos botar o Lula? Mas eu condeno porque, na hora de ser presidenciável, ele só se lembra daquela política velha, arcaica, paulista e mineira, mineira e paulista, apelidada pelos brasileiros de café-com-leite. Eu acho que ele deveria inovar, botar um *capuccino*, uma pessoa agradável, de um Estado pujante e diferente. Esse negócio de prestigiar os paulistas demais está acabando com o resto do Brasil. Até o Lula, que era nordestino, fizeram uma lavagem cerebral nele e agora ele só pensa paulistamente, economicamente, com os banqueiros da Avenida Paulista e se ajoelha diante deles para servi-los.

O Governo Lula está falhando em diversos aspectos. Neste momento, temos a volta da febre aftosa e o escândalo do “valerioduto”, dois assuntos que estão permanentemente na imprensa. Todos já têm conhecimento disso, mas ao largo está acontecendo outro grande escândalo de proporções gigantescas. Trata-

se do crescimento da dívida brasileira, que aumenta devido à incapacidade governamental, à incapacidade palociana. Eu adverti.

Senadora Heloísa Helena, se V. Ex^a for eleita Presidente, o que seria uma bênção, eu não aceitarei o Ministério da Fazenda. Aceitarei o da Saúde, porque eu me preparei para isso.

O Palocci nada fez, copiou aquele modelo, atrelou-se a ele e não sabe sair, de tal maneira que, brasileiros e brasileiras, entrega, no colo – a Heloísa Helena diz na pança –, dos banqueiros internacionais R\$40 bilhões, por mês, a mais do que do que Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso.

Assim, o crescimento da dívida brasileira tem aumentado. A dívida interna brasileira, Senadora Iris, está próxima de R\$1 trilhão, o que nunca ocorreu antes. Não sabemos nem escrever essa cifra. Se nós não sabemos, imaginem o Lula! Quando se trata de números, ele se atrapalha. Nas letras, também. É número demais – R\$1 trilhão, o que nunca ocorreu antes. A grande culpada desse crescimento é a elevada taxa de juros, a maior do planeta. Essa taxa é determinada pelo Governo Federal, via Palocci e com o aceite de Lula.

Dados do crescimento da dívida: a dívida pública brasileira cresce R\$13,5 milhões, por mês. Senador Alvaro Dias, cresce R\$13,5 milhões por mês! Isso é muito dinheiro! A dívida do Piauí, que tem 500 anos, quando eu deixei o governo do Estado era de R\$1,2 bilhão. Isso em 500 anos!

Senador Paim, R\$13,5 milhões! Isso quer dizer que nossa dívida cresce R\$613,6 milhões por dia. Senador Tião Viana, atentai bem! Ah, se seu irmão tivesse este dinheiro, o grande administrador do Acre – R\$613,6 milhões por dia.

Cresce, cresce, devido à incompetência do Palocci, que eu adverti que não entendia nada de economia – cada macaco em seu galho –, seguiu e bota no colo dos banqueiros internacionais, ou na pança, como diz a Senadora Heloísa Helena, R\$40 bilhões a mais que Pedro Malan e Fernando Henrique Cardoso.

Em outras palavras – atentai bem, Tião Viana – a dívida cresce R\$427 mil por hora. Paim, a cada hora ela cresce R\$427 mil – R\$500 mil – por hora!

E V. Ex^{as} sabem por quanto tempo um trabalhador de salário mínimo teria que trabalhar para ganhar esse dinheiro? O que se paga por hora de juros? Cento e dez anos! É isto: seriam necessários 110 anos de trabalho diário de um operário brasileiro para ganhar o que o Governo Lula está fazendo crescer a dívida numa única hora. É uma lástima!

Outro exemplo – darei já um aparte ao *cappuccino* da política do PSDB –: o Governo Federal tem um programa que visa beneficiar 1 milhão e 300 mil pes-

soas, ou seja, 260 mil casas no Nordeste brasileiro, dotando-as de água potável. Atentai bem, Senador Tião Viana, 260 mil casas no Nordeste brasileiro, dotando-as de água potável. Para alcançar esta finalidade, serão gastos US\$330 milhões com financiamento do Banco Mundial e recursos dos governos federal e estadual.

Pois este valor poderia ser custeado com quatro noites de juros.

Brasileiras e brasileiros, acorda Lula! Isso que Vossa Excelência está prometendo, está sonhando, que vai tirar US\$330 milhões no Banco Mundial, esse valor poderia ser custeado com quatro noites de juros. Quatro noites de juros pagaria todo este programa, Senadora Heloísa Helena, de dar 260 mil casas no Nordeste, 1 milhão e 300 mil pessoas beneficiadas com água potável.

Atentai bem, Senadora Heloísa Helena, quatro noites, são 32 horas de juros, supondo 8 horas de sono cada noite. Com quatro noites, são 32 horas de juros, bancaríamos todo o programa de água e não teríamos necessidade de tomar mais dinheiro emprestado do Banco Mundial.

Abraham Lincoln, Senador Alvaro Dias, já dizia: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. Aprenda Lula, Abraham Lincoln disse: “malícia para nenhum, caridade para todos e firmeza no Direito”. Isso Vossa Excelência tem que aprender, não do Presidente com quem Vossa Excelência vai-se banquetear domingo, o Bush, o destruidor.

Concedo o aparte ao Senador do Paraná, extraordinário Líder do PSDB, presidenciável, Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz um pronunciamento, não nesta última parte, mas, na anterior, muito oportuno. O pronunciamento de V. Ex^a diz respeito a uma questão crucial para o País. Ao lado da corrupção, a dívida pública é a razão maior do crescimento tímido que a economia do País alcança. E V. Ex^a faz o pronunciamento exatamente quando o Presidente Lula dirá, nesse fórum das Américas, na Argentina, que a economia do Brasil cresce de forma exuberante. Não entendo o que pensa o Presidente Lula sobre crescimento econômico, porque um país com as potencialidades extraordinárias como o Brasil não pode, em hipótese alguma – sem desmerecer os demais – crescer menos do que Cuba, do que a Nicarágua, do que o Paraguai, do que a Bolívia, do que o Peru, do que a Colômbia, do que a Venezuela, enfim, crescer menos do que todos os países da América Latina; crescer menos do que praticamente todos os países do mundo, inclusive países da África. Mas, o que comemora o Presidente Lula? A política econômica que não inova, mas que mantém os pressupostos básicos da política econômica

do governo anterior, que já a discutia sob o ponto de vista da necessidade imperiosa de mudança. No próprio PSDB essa discussão era presente, e o próprio candidato do Partido à Presidência da República José Serra defendia a retomada do desenvolvimento econômico em índices compatíveis com as aspirações da sociedade brasileira. Portanto, é incompreensível, em primeiro lugar, que o Presidente Lula, com o discurso que o levou à Presidência, mantenha esse modelo de arrocho fiscal e de inibição do crescimento econômico com altas taxas de juros e carga tributária escorchantes; em segundo lugar, que tenha a coragem de comemorar os índices de crescimento econômico do nosso País. V. Ex^a está de parabéns, porque traz dados, faz comparações e, didaticamente, mostra que a dívida cresce assustadoramente em função da incompetência do Governo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, incorporo o raciocínio de V. Ex^a no nosso pronunciamento, o que consolida mais o nome de V. Ex^a como um extraordinário Líder do PSDB neste País.

Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a se lembra daquele debate entre Lula e Collor? O Collor pediu que ele diferenciasse uma promissória de uma duplicata. Isto foi problema do Collor e do Lula. Passou. Não vamos chorar sobre o leite derramado. Mas, quero crer que o Lula não tem o discernimento exato do que é dívida e poupança. Dívida e poupança. Este País aumentou a dívida para R\$1 trilhão, R\$40 bilhões a mais do que Fernando Henrique por essa dívida, consequência dos juros altos que se paga a mais. E aí está.

Mas, Senadora Iris, V. Ex^a é muito jovem. Nos seus 15 ou 20 anos, não se lembra deste País. Mas, lembro-me, Senadora Heloísa Helena, quando aqui veio Franklin Delano Roosevelt, em crise, em guerra mundial, e Getúlio, com sua inteligência – ah, se Getúlio pousasse lá no banquete, na Granja do Torto, e Lula pudesse agir direito – disse: vamos conversar; vamos entrar nessa guerra pela democracia. Aí ele pediu a siderúrgica de Volta Redonda. Estamos no aço.

Relembro, Iris de Araújo – V. Ex^a porque é muito jovem –, o País que construiu a Petrobras, a Eletrobrás, a Embrapa, as universidades federais, a Embraer. E o País de Lula Paz e Amor? Pergunto: Lula, respeito o direito de gostar, cada um deve fazer o que gosta, mas abra um dicionário, que não é tão difícil, e leia o que é dívida e o que é poupança. E, já que vem o Bush aí, eu lembraria Abraham Lincoln: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, vou lhe conceder mais um minuto

para que V. Ex^a possa concluir, para que a Senadora Iris Araújo possa usar a palavra, porque ela também vai viajar em seguida.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Neste minuto, faria minhas palavras, meus versos e minha cantoria a reza de Heloísa Helena, que advertiu que esse Governo atendia os gigolôs do mercado internacional; que esse Governo não atendia ao lema da bandeira – Ordem e Progresso –, mas às ordens do Bird, do BID, do Banco Mundial.

Então, que o espírito de Getúlio pouse, amanhã, na Granja do Torto – gaúcho como Paim – e lembre o compromisso desse Presidente e desse Governo com o trabalho e o trabalhador. São o trabalho e trabalhador que fazem as riquezas.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa, agradeço pela pontualidade após o apelo da Mesa.

De imediato, passo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a semana produziu duas revelações de extrema gravidade que merecem de nós a mais intensa reflexão.

Ontem mesmo, o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, deixou claro, por meio de farta documentação, que o Banco do Brasil foi a fonte de onde jorraram pelo menos R\$10 milhões que abasteceram o Partido dos Trabalhadores por intermédio da empresa do publicitário Marcos Valério de Souza. Ou seja, constata-se que o “valerioduto” era mesmo irrigado com dinheiro público – o que se traduz na primeira grande evidência real sobre a origem dos recursos desviados para financiar o chamado mensalão que originou a mais aguda crise da recente história política do País.

Numa outra vertente, que nos desperta para uma preocupação ainda maior, fica a pergunta, Sr. Presidente: o que fazer diante de fatos tão complexos como os gerados a partir da reportagem de capa desta semana

da revista **Veja**, ao sustentar que a campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu US\$3 milhões de dólares vindos de Cuba, entre agosto e setembro de 2002?

Em face da inusitada denúncia que, se comprovada, pode levar ao *impeachment* do presidente Lula e à cassação do registro do PT, qual deve ser o comportamento do Congresso Nacional: ignorar o assunto ou investigá-lo a fundo para que não paire nenhuma dúvida a respeito de tal conexão?

Naturalmente, ao Parlamento não caberá outra postura senão o caminho da investigação séria e profunda, porque a denúncia encerra uma situação explosiva, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e da mais alta gravidade nas duas direções: se as acusações foram comprovadas, evidentemente estaremos diante de uma ruptura histórica inevitável. Mas, se tudo não passar de “fantasias”, como alega o PT, então à revista caberá a grandeza de fazer o devido reparo, restabelecer a verdade e praticar a justiça.

Já está aí a CPI dos Bingos com o calendário definido para ouvir as fontes arroladas na polêmica reportagem, e o caminho é justamente este: ir a fundo e desvendar cada curva dessa suposta ponte entre o regime de Fidel Castro e o governo do PT para verificar se realmente houve financiamento ilícito da campanha de Lula. Mais do que isso: se existirem, de fato, evidências a respeito, então seria necessário avançar muito mais para verificar possíveis ingerências decorrentes de tal investimento, porque, como se sabe, uma quantia extraordinária de dinheiro como essa não seria arrebanhada em troca de nada. Um empresário quando financia uma campanha depois vai cobrar o seu quinhão. Um regime político com o perfil de Cuba, se comprovada a doação, também jogaria a partir de um objetivo específico. E aí o caso teria uma amplitude muito mais grave, muito mais além do que se poderia imaginar.

Faço essas ponderações, Sr. Presidente, sem nenhum propósito de colidir com o PT ou somar forças com a Oposição. Em determinados momentos, os fatos despertam paixões desmedidas, e aí corremos o risco de substituir a racionalidade e o equilíbrio pela emoção. Quase sempre, nessas realidades, o resultado é o brotar de um radicalismo que, efetivamente, não interessa ao País e ao seu povo.

É necessário que, como agentes públicos, saibamos valorizar o estágio avançado de prática democrática que, graças a Deus, vivemos no Brasil. Nesse sentido, é, sim, condenável **a priori** desqualificar ou descaracterizar a reportagem de **Veja**, com fazer o PT e o Governo, imputando à publicação a pecha de serviçal dos interesses do PSDB e PFL. Pior ainda é o

comportamento da Embaixada de Cuba, que preferiu definir a denúncia da revista como a ação do “imperialismo” ianque.

Creio, sinceramente, que já passamos desta fase de creditar a “forças ocultas” ou a “interesses expansionistas dos Estados Unidos” tudo o que acontece no País. O amadurecimento significa encarar os fatos, investigar a fundo e buscar a verdade acima de tudo. É claro que, para o Brasil, o ideal seria sair do atoleiro das acusações, mas, para isso, é necessário que seus agentes públicos atuem com correção e honestidade. E mais: mesmo que não gostemos, num ambiente democrático, as denúncias sempre farão parte da rotina, porque expressam as contradições dos agentes políticos. Agora, a quem denuncia sempre caberá o ônus incontestável da prova.

Assim, se o PT erra ao acusar **Veja** de ser portavoz de forças que pretenderiam derrubar o Governo, igualmente não pode também a Oposição exagerar e fazer da denúncia um ingrediente que antecipe o debate eleitoral.

O momento é de gravidade – e de cautela. Não nos cabe ainda nenhum juízo, nenhum julgamento. Mas é preciso que fiquemos atentos. O mensalão, por exemplo, foi contestado duramente pelos denunciados no caso. No entanto, vejam que até presidentes de partidos importantíssimos do Brasil caíram acossados pelas evidências dos fatos! Se o mensalão fosse irreal, não existiriam motivos para tantas baixas num curto espaço de tempo. E observem que as revelações são resultado principalmente do trabalho exaustivo da imprensa.

No caso da conexão cubana, algumas preocupações se apresentam. A primeira delas é a sensação de que possamos ter ressuscitado com Lula este confronto de caráter ideológico que tantas tragédias trouxe ao mundo. O passado recente marcado pelo autoritarismo de esquerda e de direita tem esse legado de vidas e vidas ceifadas pela fúria da intolerância.

Não podemos jamais celebrar o mundo do confronto. Não me passam pela cabeça ideais venezuelanos, cubanos, norte-americanos, de empreender a batalha de nação contra nação, regime contra regime. Não permitamos que o Brasil entre neste embuste que, na verdade, expressa rancor, ódio, dilaceração, dor! A tradição de nosso País sempre foi a paz, a concórdia, a tolerância, a busca da unidade. Caso se confirme essa conexão cubana, por meio de dólares tirados do sofrido e pobre povo daquela ilha, então, a interpretação internacional a respeito do Governo brasileiro será exatamente esta: mais uma Nação associada à velha e decadente tirania ideológica que persiste, a despeito dos desastres históricos evidentes.

Por fim, fica a preocupação com essa guerra que o Presidente Lula teria declarado como única alternativa para enfrentar o que qualifica como exagero das oposições. Também aqui a inspiração é venezuelana e o Presidente teria citado a postura de Hugo Chávez, que dividiu o país ao meio para permanecer no poder. Pelo amor de Deus! Gostaria que o Presidente Lula declarasse guerra sim, mas à fome, ao desemprego, à miséria, à falta de oportunidades para os jovens, ao abandono de nossas crianças. Não queremos um Brasil dividido ao meio, mas irmanado no mesmo propósito de lutar pela vida, pela paz, pela felicidade de seus filhos.

Sempre aqui nos levantaremos contra qualquer confronto anunciado, guerras sem ideais, batalhas sem causas! É preciso redirecionar o discurso. Guerra, sim, à desonestidade e à roubalheira.

Um presidente deve pregar a concórdia, o estadista deve buscar o diálogo permanente. Imaginar uma democracia sem oposição é exterminá-la de fato. Por outro lado, nenhuma oposição precisa passar do limite imposto pelo equilíbrio.

Também, por outro lado, não podemos ceder ao calor das emoções, mesmo diante de suspeitas como esse nefasto uso de grampo ou ameaça familiar numa vã tentativa de intimidar os dirigentes das oposições e os Parlamentares que integram as Comissões de Ética ou Parlamentar de Inquérito, o que sinalizaria para um hediondo terrorismo psicológico. Tudo bem, deve-se protestar com veemência e indignação, mas se predispor a dar uma “surra” no Presidente Lula é algo que foge completamente aos parâmetros do processo democrático e macula mesmo aquele sentido de oposição sensata e coerente que sempre guiou as ações dos líderes partidários deste País. Além disso, uma manifestação desse porte não apenas acirra ânimos e torna tensa a convivência política como também fornece combustível ao Governo para se colocar numa cômoda posição de vítima, que em nada colabora para esclarecer a opinião pública sobre o dramático momento que vive o País.

É hora de refletir, investigar os fatos denunciados, buscar a verdade e não fugir ao debate. É assim que se constrói a verdadeira democracia.

Terminando, eu gostaria de falar a propósito do significado de minha camiseta com a bandeira do Brasil – coincidentemente, a Senadora Heloísa Helena veste uma camiseta igual. É para dizer: “Aqui é a nossa casa e aqui está a nossa bandeira”.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana.

S. Exª dispõe da palavra por 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, trago um breve comentário sobre o significado do encontro de Cúpula das Américas que está ocorrendo em Mar del Plata e que conta com a presença do Presidente dos Estados Unidos. Trata-se de um encontro que prevê o debate de 34 presidentes de Estados americanos e tem como ponto central as relações multilaterais e as relações bilaterais que se têm firmado nas Américas.

A propósito, solicito à Mesa que insira em meu pronunciamento um dos mais lúcidos artigos que nós temos sobre esse encontro de Cúpula, de autoria do Presidente José Sarney e publicado hoje na **Folha de S. Paulo** sob o título: “Bush e o pato canadense”. O artigo é de uma lucidez ímpar e faz um retrato da evolução histórica até se chegar ao chamado encontro de Cúpula das Américas. O Presidente Sarney, de maneira muito feliz, faz um comentário crítico e coloca o que significa o momento atual nas relações multilaterais nas Américas e, ao mesmo tempo, no mundo; comenta a figura de George Bush e o que está ocorrendo em todo o nosso Planeta.

Lamento profundamente ver um Senado Federal esvaziado no momento em que se realiza um encontro entre os países americanos, com 34 Chefes de Estado tomando parte de um debate que, necessariamente, exige um posicionamento de todos nós, dos partidos políticos aos mais diversos setores da sociedade. Estamos diante do país mais influente do mundo junto com os povos americanos, tomando decisões comerciais e exercendo influências políticas que afetam o nosso destino. O Parlamento deveria estar repleto e um grande debate deveria estar em curso, com a manifestação de convicções quanto às relações multilaterais, às relações bilaterais, aos blocos regionais, ao papel da OMC hoje, ao papel da Alca para nós, quanto ao que representa para o nosso País esse tipo de política externa americana e o significado dela para o mundo inteiro. Parece, porém, que a política comezinha nos vai engolindo – é o processo de uma crise civilizatória que nos envolve.

Nós podíamos ter, num momento como este, sem dúvida alguma, uma belíssima manifestação de mais de um milhão de jovens brasileiros saindo das escolas e das universidades para dizer o que o Brasil pensa do mundo hoje para o maior Chefe de Estado do Planeta em termos de poder, o senhor das guerras. Infelizmente, porém, a política comezinha nos absorve, fica a troca de denúncias e a grande política fica relegada ao segundo plano.

O Presidente Sarney diz hoje, em seu artigo:

É a famosa Cúpula das Américas [é o quarto encontro de Cúpula, na verdade], que foi criada para que os americanos pudessem participar desses fóruns regionais que tinham sido começados por mim, por Miguel de la Madrid, por Alfonsín e por Sanguinetti – o pioneiro Grupo dos Oito –, reunião restrita então aos interesses da América Latina.

Mais adiante, quanto aos comentários atuais, o Presidente Sarney diz o seguinte:

Já o ex-presidente Jimmy Carter acusa o governo de seu país de “sabotar as referências morais em que se baseia a política externa americana” e também acusa Bush de provocar uma “mudança profunda e radical nos valores morais dos Estados Unidos”.

Esse é um comentário da maior importância e deve nos impor uma reflexão, já que é o pensamento de um ex-presidente dos Estados Unidos, alguém que tem dedicado sua vida atualmente a acompanhar a política de direitos humanos no plano internacional.

No mesmo artigo, há referência ao comportamento que tem a Central de Inteligência Americana, a CIA, nos países hoje no que diz respeito à transgressão da política de direitos humanos: torturas, práticas de desaparecimento de pessoas, de forjamento de documentos até o financiamento público com o chamado caixa dois no Estado do Texas, área de influência de dirigentes republicanos ligados ao Presidente George W. Bush. Por tudo isso, entendo que este artigo deve fazer parte dos Anais do Senado Federal e provocar um grande debate.

Espero, Sr. Presidente, que nós possamos ter, por parte dos representantes políticos brasileiros, manifestações formais, documentais, memoriais sobre o que está acontecendo hoje. Eu não consigo imaginar que possa passar impune pela crítica da sociedade brasileira a posição americana em relação a Kyoto, à omissão do governo americano no que diz respeito ao mais importante tratado multilateral de redução de gases tóxicos, de luta contra o aquecimento global, que busca a qualidade de vida dos povos, que busca uma redefinição de valores e a convivência entre tecnologia, energia e qualidade de vida das sociedades.

Não é possível imaginar isso, não é possível que nós não possamos manifestar o que estamos fazendo em relação a isso. Não é possível imaginar que a Alca passe despercebida dos grandes debates do Parlamento brasileiro numa hora como esta. Por que o Chile foca a relação bilateral? Por que outros países da América Latina se expõem a uma relação bilateral em detrimento de uma relação multilateral, de uma

relação em bloco? Será que os interesses individuais de povos vão se sobrepor a um pacto da comunidade sul-americana de nações, como o Presidente Lula tem defendido, a uma concepção de bloco regional para que nós possamos levantar a cabeça no grande debate dos subsídios agrícolas que amordaça, que impõe restrições violentíssimas à capacidade de política externa e política de exportação e balança comercial dos nossos povos? Será que nós não podemos olhar para o cenário internacional de maneira mais elevada e fazer cobranças? Do jeito que se está pondo, fica transferida para a OMC toda e qualquer mediação e relacionamento de ajustamento das práticas bilaterais de comércio externo e fica a Alca congelada para um avanço no que sejam os moldes de uma nova relação multilateral que se está criando.

No fundo, no entanto, estamos dizendo para que se engesse o sentimento de direito internacional na política comercial dos povos latino-americanos e deixe que a OMC continue a mediar essas relações da maneira como vem fazendo, com subsídios agrícolas sendo a grande exposição da violência praticada contra os países em desenvolvimento, contra os países pobres.

Em relação aos nossos irmãos africanos, é dito por todos os analistas das políticas sociais globais que, se tivéssemos os países comprando três vezes mais, cada um gastando menos de 1% das suas riquezas para comprar legitimamente dos irmãos africanos, não teríamos 35 mil mortes diárias neste planeta por doenças que poderiam ser evitadas e pela fome, como vem ocorrendo no mundo e, de maneira muito mais concentrada, com os irmãos africanos.

Então, que modo de política externa que estamos consolidando para a nossa América Latina, para a América do Sul, para as nossas Américas, para essa relação com o chamado “Senhor das Guerras”? É uma grande oportunidade que está posta, mas, lamentavelmente, a nossa juventude prefere ficar nas escolas, nas suas aulas formais. Os universitários preferem ficar acanhados diante de uma greve que se arrasta sem uma solução definitiva, e o pensamento intelectual brasileiro não se une para um amplo movimento de massa em um dos mais oportunos momentos de crítica da sociedade brasileira contemporânea, esse **modus vivendi** global que estamos atravessando.

Lamento também que o Senado e o Congresso estejam acanhados neste momento. Penso que o artigo de hoje da **Folha de S. Paulo**, do Senador José Sarney, é um dos melhores documentos do momento atual, do significado dessa visita.

Sei que o Presidente Lula, como Chefe de Estado, tem responsabilidade em manter formais e positivas

as agendas com o governo americano, com o Presidente dos Estados Unidos. Sei das inquietações que afetam Sua Excelência neste momento, o seu debate e a sua peregrinação contra a fome, solidário aos povos do planeta inteiro. Não tenho a menor dúvida que temos uma oportunidade ímpar de manter a legitimidade dos protestos, das inquietações, das indignações justas contra a política externa americana hoje e o respeito à formalidade das relações bilaterais ou multilaterais com as quais o nosso País também tem que estar envolvido.

Mas é possível conciliar tudo isso. O Senador Mão Santa lembra muito o Abraham Lincoln, mas é de George Washington a tese de que os americanos não têm amigos, têm interesses quando o assunto é política externa. E temos que ter essa clareza, essa compreensão fria de realidade para podermos estabelecer os nossos direitos no cenário internacional e no cenário americano hoje.

O meu entendimento é que o Brasil, nesta hora, deveria estar efervescente em protestos, em análises e em debates. Os que são a favor, a favor; os que são contra, contra; mas, nessa visita, deveríamos deixar uma marca para o mundo inteiro do que pensa a sociedade brasileira, de modo muito claro, o intelectual brasileiro, a vanguarda universitária brasileira, as organizações não-governamentais e a juventude brasileira, sobre que mundo é este, que mundo queremos construir, se é ou não possível pensar em outro mundo para viver e para construir aquilo que achamos legítimo para o nosso povo e para os povos dos países americanos.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Autógrafa,
Tião Viana
05.11.05

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

JOSÉ SARNEY

Bush e o pato canadense

VEM DO NORTE a ameaça de que a gripe do frango pode chegar às Américas. No Canadá, um pato, desses que gostam de fazer turismo voando de um país a outro em determinadas estações, pode ter levado a trágica moléstia da China ou de outro lugar. As aves de arribação, jaçanãs e paturis, essas que encheram de mistério minha infância, pousando nos campos de Pinheiro, vindas de outros mundos em longas travessias, agora podem trazer em suas asas o desconhecido de doenças letais. "Ahl, que saudades que eu tenho", não, como Casimiro de Abreu, "da aurora da minha vida", mas das andorinhas que pousavam nos fios solitários dos telégrafos que cortavam aqueles imensos vazios verdes dos campos, no mês de janeiro, viajando na arribação de outras terras.

Enquanto esse pato canadense que veio da China assusta o hemisfério Norte, Bush, voando de lá, traz uma expectativa de colocar mais pimenta neste sul americano tão atribulado. É a famosa Cúpula das Américas, que foi criada para que os americanos pudessem participar desses fóruns regionais que tinham sido começados por mim, por Miguel de la Madrid, por Alfonsín e por Sanguinetti — o pioneiro Grupo dos Oito —, reunião restrita aos interesses da América Latina.

Diferentemente de uma ave de arribação, Bush não viaja com a cabeça sem preocupações, mas não traz gripe de frango nenhum. É que deixa em casa o Senado americano, que se reúne em sessão secreta para reabrir a discussão sobre os verdadeiros motivos da Guerra do Iraque, escondidos da nação ianque. Já o ex-presidente Jimmy Carter acusa o governo de seu país de "sabotar as referências morais

em que se baseia a política externa americana" e também acusa Bush de provocar uma "mudança profunda e radical nos valores morais dos Estados Unidos". Essas críticas coincidem com a denúncia da existência de várias prisões secretas da CIA na Europa do Leste e no Afeganistão, usando métodos que nada têm em comum com a Declaração de Direitos dos Pais Fundadores. Para aumentar suas preocupações, o líder do Partido Republicano na Câmara, Tom Delay, é indiciado por lavagem de dinheiro e contribuições ilegais na campanha para reformar os distritos eleitorais do Texas. Seu substituto — ele renunciou à liderança —, Roy Blunt, também parece ter passado no Marcos Valério dele.

É assim que Bush chega à Argentina, com Maradona chefiando uma passeata-monstro contra ele e sendo realizada uma "Contra Cumbre", com o inocente nome de "Cumbre de los Pueblos", que espera ter a presença de Chávez, outra ave de arribação rara e grunhadora, que promete pular o muro que a polícia argentina ergueu, em suas palavras, "maior do que a Muralha da China", para desancar a Cúpula das Américas da qual ele mesmo participa, e unir-se a Maradona na caça a Bush.

Não se sabe, segredo não revelado, se a Alca terá ou não lugar no comunicado final.

Mas, para refrigério de Bush, depois da confusão de Mar del Plata, ele passará o domingo em Brasília e, aqui, no Torto, deve comer um bom churrasco de boi sem aftosa, da melhor carne de Mato Grosso. No cardápio, a convergência de opiniões de que "cá e lá, más fadas há".

Chávez ficará nos pagos portenhos e vai jogar com Maradona as cartas de Fidel.

No Iraque, continuarão a morrer soldados americanos. E nós, aqui, oi, entre grampos e garranchos, vamos vivendo.

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna.

@ → jose-sarney@uol.com.br

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, enquanto passo a Presidência para o nosso 1º Vice-Presidente, Senador Tião Viana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por até quinze minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li, ontem, na **Folha de S. Paulo**, notícias alvissareiras que me deixaram muito feliz, mas, por outro lado, um pouco desesperançoso pela falta de tempo. Notícias que dão conta de que o Governo Federal comunica que começa a sobrar dinheiro no Orçamento.

Título da **Folha de S. Paulo** de ontem:

“Lula pede que ministros gastem mais”.
Que notícia boa!

Os Ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Paulo Bernardo (Planejamento) estão sabatinando o ministério nesta semana sobre os gastos de cada pasta. A ordem foi do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que quer acelerar as obras com término previsto para 2006, quando deve tentar a reeleição.

Lula quer também reduzir o superávit primário (economia feita para o pagamento de juros da dívida pública), que chegou a 6,1% do PIB ou 86,502 bilhões, de janeiro a setembro, ante a meta de 4,25%.

Essa era a meta estabelecida.

As sabatinas de Dilma e Bernardo têm encontrado problemas de gestão e falta de liberação de recursos [eu acredito que mais falta de liberação de recursos]. Eles cobram que seja acelerada a execução do Orçamento deste ano e definidas as prioridades para o primeiro trimestre de 2006.

Lula pediu um relatório detalhado de como andam os gastos de cada pasta. Ele pretende discutir os casos mais problemáticos, como os programas prioritários que não avançam. O Presidente quer prioridade para projetos em fase adiantada, deixando em segundo plano obras em início de execução e esquecendo obras novas. Como há restrições para gastos em ano eleitoral, Lula pediu lista de projetos que possam receber verbas já em janeiro, para que sejam gastos recursos no primeiro trimestre.

Continua aqui, no caderno **Folha Dinheiro**:

É praticamente impossível que o governo acelere gastos a ponto de cumprir a meta oficial. As sabatinas de Dilma e Bernardo têm encontrado problemas de gestão em larga escala e falta de liberação de recursos em menor grau.

Eu não concordo muito com isso.

“Lula deu ordem clara para que sejam gastos recursos já no primeiro trimestre de 2006”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o superávit primário chega a R\$86,502 bilhões. Isso é dinheiro que está na reserva. O Brasil já pagou até agora R\$120 bilhões de serviço da dívida. Reparem a cifra, Senador Paulo Paim, nobre Senador Pedro Simon, Senadora Heloísa Helena, Senadora Iris de Araújo! Oitenta e seis e quinhentos e dois bilhões de superávit primário; cento e vinte bilhões pagos até agora de serviço da dívida, enquanto os investimentos em infra-estrutura do País não chegam a R\$14 bilhões – talvez não cheguem, este ano, a R\$14 bilhões de execução do Orçamento na área de investimentos.

Eu queria apenas 50% de cada cifra dessas para investimentos no País, para o Brasil dar um salto, em quatro ou cinco anos, como nunca deu na sua história. Ou 50% dos 86 bilhões, que estão guardados, reservados para superávit primário, ou 50% dos 120 bilhões que o Brasil já pagou até agora.

Por isso, Senador Pedro Simon, os países emergentes, como o Brasil, o México e tantos outros, não conseguem sair dessa situação em que se encontram, com falta de emprego, com pobreza, com miséria. É lamentável que um País como o Brasil tenha de viver tudo isso.

Não quero aqui, de maneira nenhuma, fazer uma crítica ao Governo Lula. Creio que essa situação já vem de muito longe. Talvez a crítica seria no sentido da execução do Orçamento, nobre Presidente Tião Viana.

É muito bom que se anuncie, neste momento, um programa de investimentos, mas ele vem tarde. Tenho falado na tribuna desta Casa desde quando assumi a minha cadeira no Senado que era preciso que o Governo investisse mais em obras de infra-estrutura.

Fui o Relator das PPPs, das Parcerias Público-Privadas, que já são um instrumento, visto terem sido aprovadas nas duas Casas, Câmara e Senado, para viabilizar investimentos. E esses investimentos ainda não saíram do papel. As Parcerias Público-Privadas não saíram do papel até o momento!

Obras novas.

Até concordo com o fato de que não se devem iniciar obras novas enquanto obras iniciadas em outros Governos ainda não foram concretizadas, terminadas, como algumas rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas e tantas outras no País. Mas como os Governos que vão assumir, ou mesmo o Presidente Lula – se conseguir a reeleição – ou outro que venha em seu lugar, poderão dar continuidade a obras de macro e de infra-estrutura no País, como as grandes hidrelétricas? Pois já estamos preocupados com possíveis apagões, com racionamento de energia elétrica a partir de 2009. A estimativa do Ministério das Minas e Energia, da Federação das Indústrias de São Paulo e de tantas outras entidades no Brasil é a de que poderemos sofrer novos apagões de energia a partir de 2009. E essas obras, para serem concluídas daqui a quatro ou cinco anos, têm de ser iniciadas agora. Então, não concordo com o Presidente quando fala que não se devem iniciar obras novas. Depende da obra. Cada caso é um caso. Se forem obras de macroestrutura, como rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas, portos, terminais portuários, deverão ser iniciadas, sim, mesmo que sejam obras novas, que não tenham ainda sido iniciadas.

Sr. Presidente, para concluir, quero falar do meu Estado de Rondônia, um Estado novo, ainda em fase de estruturação. Estamos trabalhando neste momento para mudar a categoria dos servidores estaduais para servidores da União, porque a lei nos dá este direito, permitindo que a União assumira servidores estaduais dos ex-Territórios Federais. Já assumi os do Acre, do Amapá, de Roraima. Falta ainda assumir um grupo em torno de 12 a 13 mil servidores do Estado de Rondônia. O projeto já foi votado aqui nesta Casa e está em votação na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante para a economia do Estado.

Mas são importantes também os recursos orçamentários, os recursos da União para o meu Estado de Rondônia. Neste momento, o Governo diz que está sobrando dinheiro, que os Ministérios têm de acelerar as suas metas de investimentos e começar a gastar

imediatamente esses recursos porque, senão, não sobrá tempo para gastá-los.

Faço aqui um apelo ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento e a todos os Ministros, cada qual em suas pastas onde estão esses recursos alocados: o meu Estado ainda tem, hoje, em torno de R\$90 milhões para serem liberados do Orçamento de 2005, sem falar em alguns Restos a Pagar do Orçamento de 2004, dinheiro destinado a várias frentes de trabalho. Se o que o Governo quer é obra, com esses recursos, nós, o Governo do Estado, as prefeituras municipais, iremos implantar um verdadeiro canteiro de obras em Rondônia. Tenho certeza de que muitos outros Estados também aguardam esses recursos orçamentários.

Então, apelo aos Ministros de todas as Pastas, em especial ao Ministro do Planejamento, que é de onde tem de partir o descontingenciamento do Orçamento Federal. Só a Suframa, nobre Presidente, tem contingenciados mais de R\$450 milhões – a Superintendência da Zona Franca de Manaus –, e esse dinheiro poderia ser investido nos quatro Estados da Amazônia Ocidental, que são Rondônia, Acre – que é o Estado de V. Ex^a –, Roraima, Amazonas e agora um pouquinho do Amapá, que tem uma área de livre comércio que, embora não integre a Amazônia Ocidental, está sendo aquinhoado com uma parcela desses recursos da Suframa. Então, são R\$450 milhões só na Suframa. Na ADA, parece-me que entraram R\$450 milhões também, que são do orçamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Sem falar nos recursos de emendas parlamentares ou não. Estou aqui cobrando porque, se os recursos das emendas parlamentares foram colocados no Orçamento da União, por que não liberá-los? Será que houve algum problema com esses recursos, se foram aprovados no Orçamento da União?

Então, as emendas, se forem liberadas, bem como o que não é emenda também, que está no Orçamento da União, só para Rondônia já somam recursos de mais de R\$90 milhões. O meu Estado agradecerá muito e contribuiria para o programa de obras do Governo Federal.

Ontem mesmo, o Ministro Silas Rondeau, da Pastas das Minas e Energia, ligou-me, perguntando quais as obras que estavam sendo implementadas no Estado de Rondônia, no setor elétrico. Respondi que há o Programa Luz para Todos – com investimentos da ordem de R\$70 milhões –, que está apenas começando. Esse programa está sendo iniciado muito lentamente no Estado de Rondônia. Eu sei que é um programa nacional, mas só no meu Estado mais de 12 mil famílias serão atendidas com o Programa Luz para Todos, que atenderá mais especificamente a área rural. Há, ainda, algumas pequenas usinas hidroelétricas

cas – referindo-me ao setor elétrico –, como a usina Hidroelétrica de Rodon II, no Município de Pimenta Bueno, com capacidade de 74 megawatts, um projeto que já vem se arrastando há mais de 10 anos. Uma hora é licença ambiental; outra hora é o contrato da Eletrobrás; ainda outra, é o financiamento, é a tarifa que a Aneel não decide. Neste momento, há um impasse porque ela ganhou um benefício que acabou sendo um problema: foi contemplada pela CCC, Contribuição sobre o Consumo de Combustível, porque vai substituir a energia a diesel pela hidroeletricidade. Já se arrasta, há algum tempo, na Aneel esse realinhamento de tarifas. Ela tinha uma tarifa para gerar sem a CCC; agora, tem outra para gerar com a CCC, produzindo esse problema na Aneel, da qual, a partir de hoje, deverei cobrar insistentemente, para que o resolva o mais rápido possível.

Então, é uma usina com capacidade de 74 megawatts, que poderá ser construída em um ano ou em um ano e meio. É uma obra que poderá entrar no pacote de obras que o Governo pretende lançar. Outras pequenas centrais hidroelétricas também estão para acontecer no Estado de Rondônia, precisando de alguns poucos detalhes, sem falar nas obras de rodovias, construção civil, na área da educação, saúde, agricultura, em diversas áreas da União.

Então, faço aqui este apelo ao Governo Federal, aos Ministros da União: que atendam a este clamor do povo de Rondônia, do povo brasileiro, e comecem a acelerar imediatamente essas obras. O Governo pode contar comigo, como sempre tem contado. Não só comigo, mas com mais de 90% do PMDB nesta Casa. Senador Paulo Paim. O Governo sempre tem contado conosco, mas precisamos não de contrapartida para nós. A nossa contrapartida é o salário que ganhamos aqui todos os meses para sustentar o nosso trabalho. O que quero é a contrapartida para o povo, para o povo do meu Estado de Rondônia, para o povo brasileiro, que merece melhores condições de vida, geração de emprego e de renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, da mesma forma como fiz ontem em relação à área da saúde e da educação, quero compartilhar as preocupações em relação ao contingenciamento, à não-execução orçamentária, a essa irresponsabilidade administrativa, porque, além de covardia e uma

atitude reacionária do ponto de vista econômico, é uma irresponsabilidade administrativa muito grande o que o Governo faz, esperando para liberar recursos apenas no final do ano. Isso é uma irresponsabilidade administrativa. Como gestor público, é inominável esse tipo de comportamento. Agora, faz porque confia na mediocridade do Congresso Nacional, que não fiscaliza, que não estabelece os mecanismos de controle, que não obstaculiza a irresponsabilidade econômica, fiscal e administrativa do Governo. Então, o Governo acaba confiando nesta mediocridade em que se transformou o Congresso Nacional: em uma base de bajulação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, não tive a oportunidade de falar sobre isso, porque estava falando da execução orçamentária da saúde e da educação, especialmente. E vou voltar ao tema da segurança pública, da assistência social e a outros temas relevantes para a administração pública. Mas eu não poderia deixar de falar um pouco, tal qual o Senador Tião Viana fez – e certamente vou fazê-lo com uma adjetivação um pouco maior –, da visita do Presidente dos Estados Unidos, George Bush. Aliás, 55% do povo americano estão dizendo: “Fora, Bush!”, também pedindo o *impeachment* do Presidente. Daqui a pouco, vou ler a nota feita pela direção do Partido Socialismo e Liberdade e por todos os Parlamentares da Câmara e do Senado. Mas eu não poderia deixar de fazer algumas considerações sobre a visita do Presidente, que, de fato, é o *capo di capi*, é o chefe dos chefes, o chefe sanguíneo do neoliberalismo, que, infelizmente, ousa controlar territórios inteiros pela força e pela corrupção; aniquila os direitos e garantias individuais e, pela guerra, impõe submissão e vassalagem de povos e nações inteiras.

É um Presidente da República que ousa dinamizar a economia americana à custa do patrocínio de guerras, escolhendo americanos pobres para patrocinarem a morte e a destruição de outros povos pobres num cenário absolutamente perverso de mulheres estupradas, crianças fuziladas e dignidades destruídas.

É sempre um debate muito interessante de ser feito; doloroso, é verdade, cruel, é verdade, mas é sempre um debate necessário de ser feito. Essa associação criminosa, delinqüencial, que tem como *capo di capi* o Presidente americano, esse chefe sanguíneo do neoliberalismo que sai por aí destruindo nações inteiras, destruindo pobres, patrocinando guerras, dinamizando a economia americana. Aliás, fazendo um rápido aparte, quero ver se quem estava à frente da

campanha do “Sim” estará lá protestando contra o Bush, porque o grande produtor de armas do mundo é o Presidente americano. Espero que todos aqueles que não estavam à frente do “Sim” por demagogia – não estou falando das mães, porque as mães e os pais estavam lá de bom coração, não estavam pela demagogia politiquerista –, do mesmo jeito que muitos dos nossos militantes do P-SOL que estavam à frente do “Sim” e à frente do “Não”, estejam protestando no Brasil inteiro contra o senhor das guerras chamado George Bush. Ele, de fato, hoje chefia uma sociedade secreta. Não uma sociedade secreta com hierarquia entre os membros, com rito de iniciação, que no filme “O Poderoso Chefão” fica até muito bonito e muito interessante. Estamos falando de outra associação criminosa pelo sangue, porque o ingresso na máfia se dá pelo sangue; o sangue do dedo indicador da mão direita, mas, no caso, a iniciação dessa máfia que tem como chefe maior o Sr. George Bush é pelo sangue das vítimas da pobreza e do neoliberalismo – também patrocinado por ele – e das vítimas das guerras infames, também patrocinadas pelos Estados Unidos, por meio do seu Presidente, em função de interesses econômicos e interesses geopolíticos. Essa é a questão.

Ele patrocina guerra na disputa pela água. Imaginem o que pode fazer em relação à nossa Amazônia, já que o próprio pai dele e outros chefes importantes do parlamento europeu e do parlamento americano ousam falar de soberania limitada e administração compartilhada da Amazônia!!! Não é à toa que 99% dos investimentos da Amazônia não se dão pelos cofres públicos brasileiros, mas pelas instituições de financiamento multilaterais, para que, depois, possam dizer: soberania limitada e administração compartilhada da Amazônia são absolutamente naturais, até porque eles nunca nada investiram, degradaram e é o dinheiro americano que está lá patrocinando os investimentos.

Além dessa associação criminosa, delinqüencial, acaba se tornando também a divindade do mal, porque é um Presidente da República que patrocina a destruição de nações inteiras, dinamiza a economia, jogando negros pobres americanos para destruir pobres de outras nações, e ele ainda faz em nome de Deus – porque realmente o demônio acredita em Deus; o demônio acredita em Deus! É a mesma coisa. É a divindade do mal, o chefe, o *capo di capi*, o chefe dos chefes, o chefe sanguinário do neoliberalismo e do patrocínio das guerras, que vai ser recebido, amanhã,

em churrasco com o Presidente da República. Isso é duro de agüentar!

Relações políticas, relações econômicas – não relações de vassalagem como o Brasil tem, assim como o Governo Lula, repetindo o Governo Fernando Henrique –, relações políticas e econômicas, à luz da soberania nacional e da autodeterminação dos povos, pode haver. Agora, churrasco, esse negócio bem de coleguinha, é muito feio o Brasil patrocinar uma vergonha dessa, um vexame desse, com esse chefe de uma associação de criminosos!

O pior é que, em muitos momentos, eles conseguem enganar o povo americano e as nações do mundo inteiro. Depois do 11 de Setembro, quando ocorreu aquele fato gravíssimo – aliás, sempre foi da tradição da esquerda socialista, de inspiração trostkista, condenar o terrorismo individual porque ele não leva à organização da classe ou à organização social e acaba patrocinando a dor e o sofrimento também dos pobres da classe trabalhadora –, eles mentem dizendo que combatem o terrorismo, promovendo, na verdade, o terrorismo de Estado, e o narcotráfico. Nada existe de mais cínico, de mais cínico por parte do Presidente George Bush do que dizer que invadiu o Afeganistão para combater o narcotráfico e o terrorismo. Ora, o *Golden Crescent*, o Crescente Dourado, aquela imensa montanha que produz 30% do ópio do mundo, está no Afeganistão. Não caiu um pé de papoula. Não derrubaram um único pé de papoula. Destruíram o Afeganistão inteiro, destruíram o seu povo e não derrubaram um único pé de papoula no local onde se produzem 30% do ópio do mundo. De onde vêm os 30% dos recursos dessa nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta terra, sendo protegida pelos interesses econômicos americanos, que destrói os pobres, os jovens, a juventude dos morros, os angolanos? Vêm justamente da lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico.

Por isso, fica muito difícil para quem ama esta Pátria, o Brasil, aceitar de forma cândida e serena a visita e o churrasco patrocinado pelo Presidente da República ao Presidente dos Estados Unidos, George Bush.

Ouçó o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Parece-me que V. Ex^a está na dúvida sobre se deve ou não me conceder o aparte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu não sabia se V. Ex^a estava pedindo, meu amor! V. Ex^a sabe do amor e do carinho que lhe tenho.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O importante, Senadora, é que o Afeganistão não foge do que aconteceu no Vietnã e no Iraque.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Hoje, o povo americano está vivendo um momento muito importante em suas vidas. Independente de tudo o que imaginamos, o povo americano tem uma série de princípios que eu admiro. Um deles é o de imaginarem que cultuam a verdade. E cobram a verdade. E, de repente, não mais do que de repente, eles ficam sabendo que tudo o que aconteceu no Vietnã foi mentira; foi uma guerra onde morreram 50 milhões de americanos por causa de uma falsidade, porque os americanos queriam estar ali, ao lado da China e perto da Rússia, para, junto com o Japão, poderem controlar aquela região. Quem está dizendo isso é a CIA, são os relatórios deles. O governo, internamente, está botando isso pra fora, como está botando para fora que no Iraque foi mentira. Eles mentiram! O argumento de que Saddam estava fazendo armas de destruição em massa era mentira; eles sabiam que não estava. O diplomata brasileiro que estava lá e queria fazer uma investigação pela ONU – que eles não deixaram –, está provado que ele estava certo. O doloroso, nisso, é que no Afeganistão, no Vietnã e no Iraque, como foi, no passado, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile, na época dura da ditadura, com o apoio deles, o que vale é o interesse deles; o resto não importa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o brilhante aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Sem dúvida, é algo inimaginável. Estamos no ano 2005. É claro que, muito tempo atrás, os principais militantes da esquerda socialista democrática, ao observar e estudar o imperialismo, já diziam que tinha de haver guerra. Com a superacumulação do capital e o imperialismo, tem de ter guerra. Por isso, eles patrocinam as mais diversas formas de guerra.

Agora, queria ver onde estão aqueles que usam tanto o Muro de Berlim para desmontar, para desmerecer a concepção do socialismo. Eu, pelo menos, nunca fui herdeira do socialismo totalitário e intolerante do Leste Europeu. Muito pelo contrário. Mas, onde estão as pessoas que se reivindicam cínicas enamoradas da terceira via ou do capitalismo moderno, menos violento? Deveriam estar protestando contra o Bush! Do mesmo jeito que foi importante destruir o Muro de Berlim, tem de ser importante destruir o muro de concreto

na travessia México/Estados Unidos, que a esquerda socialista denunciou ao longo da História. No entanto, foi necessária a sensibilidade da Glória Perez para o Brasil entender que existe um muro na travessia México/Estados Unidos, invadindo um oceano, onde se mata com fuzis, com choques elétricos, onde se mata de frio e das formas mais perversas.

Então, precisamos derrubar o muro da travessia México/Estados Unidos! Do mesmo jeito que alguns guardaram os caquinhos do Muro de Berlim como lembranças, vamos todos lá! Onde estão os reacionários? Vamos todos lá! Foi importantíssimo derrubar o Muro de Berlim? Foi. É essencial cobrar do *capo di capi*, chefe sanguinário do neoliberalismo, chamado George Bush, que derrube o muro de concreto que mata os pobres oprimidos que tentam ousar pensar em entrar na terra da liberdade. É preciso derrubar esse muro também!

E é preciso derrubar os outros muros, sofisticados, cínicos, dissimulados, quando vêm do Presidente Lula e da cúpula palaciana do PT, e absolutamente reacionários e conservadores quando instigados pela outra direita. Agora, há uma direita cínica, representada pela cúpula palaciana do PT e pelo Governo Lula; e outra direita carcomida, reacionária, cujos integrantes, muitos deles, inclusive, estão na Oposição.

Assim sendo, Sr. Presidente Luiz Otávio, peço que dê como lida a nota do P-SOL:

Fora Bush! Persona non grata!

Protestamos veementemente contra a vinda de George W. Bush ao Brasil!

Protestamos porque não queremos em nosso país o senhor das guerras, do imperialismo genocida, das ocupações sangrentas, da opressão aos povos.

E várias questões mais são levantadas. Em função do tempo, para não criar problemas para outros oradores, peço seja dada como lida.

Dizer “Fora, Bush!” – que hoje é o sentimento inclusive do povo americano – significa dizer: eu amo o meu país, eu amo o Brasil. E o Brasil tem de reafirmar o seu compromisso com um mundo mais justo e solidário, com a autodeterminação dos povos e com o combate à miséria e ao neoliberalismo, seja no Brasil, pela covardia dos governos, seja em escala mundial. É só, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA HELOÍSA HELENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno)

FORA BUSH! PERSONA NON GRATA!

Protestamos veementemente contra a vinda de George W. Bush ao Brasil!

Protestamos porque não queremos em nosso país o senhor das guerras, do imperialismo genocida, das ocupações sangrentas, da opressão aos povos.

Não queremos receber o assassino do povo iraquiano e afegão. Protestamos porque não concordamos com o envio de tropas brasileiras para massacrar o povo haitiano a mando do governo Bush e servilmente obedecido por Lula. Repudiamos a política externa desse Governo, a qual muitos louvam como progressista, mas que, na realidade, é reacionária: nada mais é do que uma política externa de submissão aos interesses do capital, aos interesses do imperialismo estadunidense.

Protestamos porque não queremos entre nós o símbolo maior da destruição do planeta, ameaça real ao futuro da humanidade. Não consentimos que, em nosso nome, o governo Lula entregue a Bush nossas melhores especiarias: nossa biodiversidade, nossas áreas preservadas, nossas águas de superfície e subterrâneas e nossa diversidade étnica. Todas elas servidas nas bandejas da ALCA - que apesar de estar momentaneamente para ainda é uma ameaça - das PPPs, do Ajuste Estrutural, da Lei da Biodiversidade e da IIRSA.

Protestamos porque não concordamos com bases militares estadunidenses no nosso continente, monitorando os nossos governos e nossas riquezas naturais como o Aquífero Guarani e a Floresta amazônica.

Não aceitamos nos submeter ao saque imposto por Bush aos povos da América com sua política neoliberal, tragicamente aceita por Lula aqui no Brasil. Não compactuamos com política genocida da Casa Branca que tem como consequência o recrudescimento da miséria em escala mundial, a degradação ambiental ostensiva e a constante ameaça à soberania dos povos - tanto por meio da intervenção militar quanto por meio da cobrança de dívidas.

Protestamos porque não aceitamos receber 'alegremente', como Lula o faz, o mandante da intervenção "branca" na Colômbia e das constantes tentativas de desestabilização da Venezuela, não damos boas-vindas ao promotor do terrorismo de Estado e do bloqueio econômico a Cuba.

Protestamos contra a subserviência do governo Lula, eleito diante de tantas expectativas de mudanças, não só do povo brasileiro, mas do mundo inteiro e dos partidos de esquerda, que enxergavam em Lula a possibilidade de um combate na América Latina contra a dominação imperialista. E o que vemos são as lutas do povo venezuelano e seu Governo travando esse combate e o Governo Lula servindo de fantoche aos interesses do império estadunidense.

Fora Bush! é a nossa mensagem para o inimigo N° 1 da humanidade, representante

George Bush



SENADO FEDERAL

Chefe sanguinário do neo-liberalismo
Lapa dei papi

(chefe dos chefes)

↳ Terra de liberdade (Muro da Traição / Néscio/USA)

o sociedade secreta, com hierarquia entre os membros, rito de iniciação - que no filme - o poderoso Chefas, fica um filme belo,

Plano de candidatura
Imposta no tráfico
de drogas
Assesora milionária, delinqüencial,
que causou participação
no morte talhami com
audacioso ondulados

→ ^{ouse} controlar territórios pela força e pela corrupção; aniquila os direitos e garantias individuais; pela guerra

impõe submissão e Vassalagem de povos ^{e nações}; dinamizando a ^{do patrocínio de guerras} economia americana, às custas de ^{de americanos} mulheres ^{deles} estupradas ^{ou os países nem} e crianças fuziladas...

e dignidades destruídas em vários lugares ^{do mundo} pare atrocidades

Bush - de brisa frio



SENADO FEDERAL

⊛ Afegãos - Golden Crescent -

Crescente Dourado - 30% da produção de

opio do mundo -

⊛ Petróleo; Água (Amazônia);

• cocaína - cuja folha renova-se de

3 a 4 vezes ao ano.

• heveira - a palmeira floresce 1 vez

ao ano e o suco ^{delas} extraído ^{do opio} nel é abundante

• 25% da \$ em circulação vem das

organizações



SENADO FEDERAL →

→ Frente do Sim

- Terrorismo ao combate do Narcotráfico - Mosteiros
 - patulões; água (Amazônia);

→ Valdir Raupp

- 6 mil - ao Brasil
- 60 mil - China
- 40 mil - Filipinas

- Ralió Tropical (Pac)
- Marco Aurélio

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, eminente Senador do Partido dos Trabalhadores pelo Estado do Rio Grande do Sul. S. Ex^a esteve recentemente no Pará e foi ovacionado pelo povo paraense. Teve reconhecida a sua liderança também no Norte, no Estado do Pará, o Senador Paim.

Registro a presença, em nossa tribuna de honra, da Prefeita da Cidade de Corinto, Minas Gerais, Sr^a Januzia Pereira Nelis, trazida a esta Casa pelo Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Dr. Mozart Vianna de Paiva, czar da Câmara Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr^s e Srs. Senadores, mais uma vez, desta tribuna, insisto no tema da reforma eleitoral. Minha intenção é cumprimentar os Presidentes da Câmara e do Senado, que resolveram fazer um esforço supremo para que esse tema seja votado ainda neste ano.

Se pegarmos os jornais, olharmos o trabalho das CPIs, sem sombra de dúvida veremos que as denúncias se acumulam, e nada de fato será feito; e teremos, no ano que vem, um processo eleitoral nos moldes daquele que houve neste ano.

Por isso, Sr. Presidente, cumprimento o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, pela iniciativa, em reunião nesta semana, de retomar esse debate.

Sou daqueles que torcem muito por soluções. Sabemos que é muito difícil que se consiga fazer a reforma política ainda neste ano. No entanto, façamos pelo menos a reforma eleitoral, para que haja um verdadeiro controle das campanhas, do tempo na televisão, para que se estabeleçam normas sobre como deve ser feita a exposição, com controle de gastos pela Internet. Enfim, trata-se de um projetinho simples, singelo até, que não veio nem de um partido de esquerda, nem do Governo, mas do Líder do PFL, e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Espero, Sr. Presidente, que essa matéria seja ainda votada este ano e possa balizar as eleições do ano que vem.

Sr. Presidente, além da lembrança de um tema que eu sei que todas as Senadoras e Senadores têm tratado, discorrerei também sobre o movimento que teremos no Brasil no mês de novembro. Teremos, Sr. Presidente, duas marchas, chamadas Marcha Zumbi+10: uma será no dia 16; a outra, no dia 22.

Nós tentamos unificar essa caminhada que ocorrerá aqui em Brasília, na qual são esperados cerca de 50 mil militantes que lutam pela paz, pela liberdade, pela igualdade e pela justiça. Nós, Senadores e Deputados, com certeza estaremos apoiando as duas caminhadas, que têm como um dos eixos o Estatuto da Igualdade Racial. Por isso, cumprimento o Senador Rodolpho Tourinho, que disse que, na quarta-feira, apresentará o seu parecer definitivo sobre o Estatuto de nossa autoria.

Já conversamos na Câmara, Sr. Presidente, e existem reais condições de aquela Casa também aprovar essa matéria, que une Oposição e Situação. Oxalá, queira Deus, possamos ver a matéria sancionada no dia 20 de novembro, que é o dia em que se lembra os 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Quero, de pronto, cumprimentar o trabalho da Seppir, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem *status* de Ministério e promove a igualdade racial e combate todo tipo de preconceitos. A Secretária Matilde Ribeiro, Douglas Martins, o Queiroz, enfim, toda a equipe está trabalhando para construir esse grande entendimento junto com os Relatores – o Deputado Reginaldo Germano na Câmara dos Deputados e, aqui, o Senador Rodolpho Tourinho.

Sr. Presidente, além desse destaque que fiz questão de fazer neste momento, queria também me referir à minha preocupação, que aumenta a cada dia que passa, com a situação das perícias junto ao INSS.

Sr. Presidente, só no Estado de São Paulo, teremos este mês, se a greve continuar – ela já está no quinto dia –, 88 mil perícias proteladas. Oitenta e oito mil só no Estado de São Paulo!

Os peritos credenciados estão em greve por quê? Por falta de pagamento: eles não estão recebendo. Esse assunto pode parecer pequeno, Sr. Presidente, mas não é. São milhares e milhares de pessoas neste País que estão na fila esperando para se submeter a perícias – eles já esperaram quatro, cinco, seis meses para serem atendidos e verem seus benefícios referendados –, e a perícia não vai acontecer. Com os peritos em greve, a perícia não vai acontecer, e essas pessoas vão ter de se reinscrever. Nesse meio tempo, estando doentes, talvez afastadas em decorrência de acidentes ou de uma doença no trabalho, ficarão mais tantos meses sem receber: aí é fome, aí é miséria, é dificuldade para sobreviver.

Por isso, queria fazer um apelo muito veemente ao presidente do INSS para que pague os peritos credenciados – é pagamento por trabalho já prestado. Se eles não receberem, a greve vai continuar e poderá

se expandir por todo o País. Já é um caos a perícia, calculem estando em greve!

A perícia no Brasil é um caos. Tenho aqui o **Diário de S. Paulo**, por exemplo, que mostra filas enormes. Após meses esperando, quando o cidadão chega lá para fazer a sua perícia, ele fica sabendo que simplesmente não vai ter a perícia porque os peritos estão em greve por falta de pagamento.

Calculem os senhores: o cidadão esperou oito meses por sua perícia, chega lá e recebe a negativa. Se ele não passou na perícia, não vai receber os oito meses – muitas vezes, sem condição, é mandado de volta ao trabalho. Aquele que esperou seis, sete, oito meses, se pelo menos o resultado da perícia for positivo, verá atendida a sua reivindicação e vai receber os oito meses, vai receber os atrasados. Agora, se for negativo, ele não recebe.

Por isso, faço este apelo tão veemente ao presidente do INSS. Sei que se trata de um cidadão sensível, já falei com ele sobre esse tema numa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, falei da minha preocupação com os peritos e, conseqüentemente, com as perícias. Com a greve, é o caos total, é o caos total. E estou falando aqui, Sr. Presidente, com a vontade daqueles que não têm o espaço na tribuna: se essa greve se estender pelo País, não serão mais milhares, serão milhões de pessoas serão prejudicadas ao longo de cada período, pessoas que estão na expectativa de se submeterem a perícia para receberem aquilo a que têm direito.

Quero também, na mesma linha, Sr. Presidente, voltar a chamar a atenção para a situação dos técnicos e professores universitários, que já estão indo para o quarto mês de greve. A situação é insustentável, todos perdem: perdem os alunos, perdem esses profissionais da área de educação e perde também o Governo. Mais uma vez, Sr. Presidente, fazemos um apelo para que, efetivamente, se construa o entendimento sobre a greve dos professores universitários e técnicos.

Como falei que no mês de novembro teremos aqui uma grande mobilização, quero lembrar também, Sr. Presidente, que durante esse mês as centrais sindicais estarão aqui em Brasília para apoiar a aprovação do projeto que eleva o salário mínimo para R\$400. Esse projeto é de nossa autoria e está na Casa desde o início deste ano, mais precisamente desde fevereiro – sempre apresento, Sr. Presidente Luiz Otávio, o projeto do salário mínimo de um ano para o outro para não dizerem que não o apresentei em tempo hábil.

As centrais sindicais, de forma unânime, estão apoiando a proposta de um salário mínimo de, pelo menos, R\$400, o que corresponde exatamente ao pro-

jeto que está em debate aqui no Senado da República de minha autoria.

Senador Luiz Otávio, meu discurso por escrito – tenho-o aqui em mãos – não fala do Rio Grande do Sul ou de Brasília, mas do Pará. Eu falo um pouco, aqui, Senador Luiz Otávio, sobre a minha ida ao Pará.

Saí de lá apaixonado pelo povo paraense, um povo carinhoso e respeitoso. Senador Luiz Otávio, o que disse lá repito aqui. No congresso que reuniu trabalhadores do comércio, lá liderados pelo companheiro José Francisco, no meu discurso de abertura, eu falei do Senador Flexa Ribeiro, que conseguiu passar lá, falei de V. Ex^a e falei também da Senadora Ana Júlia Carepa. Falei da forma pela qual V. Ex^{as}. defendem aqui o Pará e disse que, normalmente, votamos juntos – eu diria que em 98% das vezes; é sempre bom que haja alguma divergência. Essa convergência de opiniões mostra a forma solidária, generosa e fraternal como atuam os três Senadores do Pará aqui em relação aos interesses dos trabalhadores e aos interesses específicos do Estado do Pará.

Senador Luiz Otávio, ao falar sobre a conjuntura, lá fiz uma análise das CPIs. Sou totalmente favorável à instalação de tantas CPIs quantas quiserem e tomei a decisão de não consultar mais ninguém antes de assiná-las. Assinei a última agora, que foi a que pretende investigar o caixa dois. Já me falaram que poderá vir aí a CPI dos dólares de Fidel. Assinarei. Se vier a CPI do Ouro de Moscou, assinarei também. Senador Simon, V. Ex^a falou ontem da tribuna que os americanos estão chegando e se mostrou assustado; ouvi dizerem que os comunistas estão voltando e, com isso, queremos saber se eles comem ou não criancinhas. Assino todas.

Assino, mas faço o meu registro: a pulverização das CPIs é contraproducente. Manifesto a minha preocupação: se pulverizarem demais, não se investiga nada. Aí, efetivamente, entraremos na contramão do objetivo das CPIs, que é, de fato, ir a fundo em cada uma dessas questões.

Deixei tudo isso muito claro para os trabalhadores. Acho que é preciso investigar a fundo mesmo, doa a quem doer, mas disse a eles, Senadora Heloísa Helena, que a capacidade do Parlamentar não pode ser medida pelo número de CPIs que ele apresenta ou que ele assina. Quando falei sobre isso lá e ao fazê-lo aqui, faço-o como forma de protesto. Vamos fazer tantas CPIs quanto necessário efetivamente, mas não podemos banalizar um instituto tão importante como esse.

Faço questão de ouvir o aparte de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Primeiro, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e a decisão tomada.

Aliás, sei o quanto foi sofrido para V. Ex^a não assinar as outras. Reconheço que foi muito sofrido para V. Ex^a, como foram também muito sofridos e angustiantes outros momentos em que V. Ex^a teve de dar votos que, de fato, não queria dar. Acompanhei e testemunho todo o sofrimento por que passou V. Ex^a nesta Casa. Sabemos todos nós que a CPI é, de fato, o instrumento que o Congresso Nacional e qualquer Legislativo tem para fiscalizar os atos do Executivo, do tripé da atividade parlamentar: legislar, representar e fiscalizar. Não tem nenhum outro procedimento investigatório, nem na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara ou do Senado que seja capaz de dar conta de uma CPI. É por isso que a Constituição do País delegou o poder de investigação próprio das autoridades judiciais justamente para cumprir essa tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo. Não tenho dúvida de que CPI não paralisa as atividades do Congresso. Quando o Congresso está paralisado é por síndrome de preguiça crônica, de emendar feriado, não vir, a cultura perversa de trabalhar só dois dias na semana e outras questões mais. Mas obstaculizar, não obstaculiza o trabalho das comissões, o trabalho do Plenário. Isso porque não pode sequer funcionar uma comissão ou uma CPI com o Plenário votando. Está tudo muito bem. Mas um ponto que é essencial – e aí faço o aparte, sei que não é a intenção de V. Ex^a, não tenho dúvida disso, porque, se fosse, V. Ex^a sabe que eu diria: infelizmente, quem acabou pulverizando as investigações, por uma manobra inteligente, sofisticada, mas fraudulenta, foi o Governo e a sua base de bajulação. Não V. Ex^a. Foi um artifício criado pelo Governo, com uma manobra fraudulenta, mas sofisticada, para, por um lado, investigar pouco e obstaculizar o procedimento investigatório do Parlamentar. Isso porque nenhum Parlamentar, se quiser fazer um trabalho sério, consegue participar de mais de uma CPI. O Governo, com sua base de bajulação, fez uma manobra sofisticada para pulverizar as investigações e, portanto, impedir o trabalho conseqüente – porque para quem quer fazer o trabalho conseqüente, é árduo fazê-lo –, e obstaculizar a possibilidade da população controlar, porque é tanta CPI e tanta Sub-Relatoria ao mesmo tempo que ninguém agüenta. A população não quer acompanhar porque não agüenta mais. E a imprensa, o jornalismo investigativo, também tem dificuldade de fazê-lo. Só para dar um testemunho, Senador Paulo Paim: estou analisando a que trata do Gestor Operacional dos Correios, que, com tantas ramificações, acabou virando essa celeuma. Para eu acompanhar o que está sendo investigado tenho que fazer um trabalho hercúleo. Descentralizar o procedimento investigatório pode, por um lado, agilizar a investigação, mas também pode criar

centros de controle de poder e obstaculizar o acesso da sociedade, da imprensa e do Parlamentar. Duas Sub-Relatorias funcionam ao mesmo tempo – talvez até três – na CPMI dos Correios. Assim, para que eu consiga acompanhar – e sou disciplinada – chego na hora, mas já começo a acompanhar completamente sem estímulo, porque quando vemos que a “operação abafa” está sendo montada – e o Senador Pedro Simon já disse isso certa vez, aqui, de forma muito responsável e conseqüente –, que os mecanismos para obstaculizar e para deixar a patifaria impune, realmente dá um desânimo muito grande em nós. Mas, para eu acompanhar, inicio assistindo a um depoimento. Depois, ouço as perguntas do Relator e faço as minhas ou acompanho as perguntas de outro que as faça na minha frente. Ao mesmo tempo, no entanto, há um outro depoente importantíssimo que está prestando depoimento. Assim, saio de uma Sub-Relatoria e vou para outra ouvir o que já não ouvi, porque não tenho condições de ser onipresente. Então, já passo a fazer os questionamentos, ou repetidos, ou à luz do que os outros vão falando e das informações que me prestem. Depois peço o CD com a gravação – e aí é no horário normal, ninguém vai selecionar o que disse de mais importante – para ouvir todo o depoimento. Portanto, esse tipo de mecanismo, esse tipo de manobra é verdadeiramente sofisticada, inteligente e fraudulenta, mas não leva a absolutamente nada, porque, em um ou outro momento, a realidade implacável vai lá e desvenda o mistério sujo da corrupção. Quero, pois, saudá-lo. Desculpe ter-me alongado no aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas foi importante.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Mas foi para compartilhar a preocupação de V. Ex^a, que é muito grande realmente para quem quer trabalhar, porque para quem está para abafar, tanto faz! Quanto mais manobra, obstáculo, dificuldade, melhor. Mas para quem quer trabalhar, fica realmente muito difícil fazê-lo com a conseqüência técnica e com o compromisso político que é necessário. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a fortalece o meu pronunciamento. V. Ex^a, muito didática, foi muito feliz. Digo exatamente isso.

Das CPIs que me procuraram aqui, só não assinei uma e ainda por *time*, eu diria. Todos sabem o carinho que tenho pelo Senador Eduardo Suplicy. Não vamos entrar no mérito até pelo respeito e pelo carinho que tenho por S. Ex^a. E estarei fazendo campanha para S. Ex^a em São Paulo, a não ser que ele proíba.

Agora, o eixo do pronunciamento que fiz no Pará e comento aqui foi o medo que tenho da banalização das CPIs. Falei que, daqui a pouco, haverá uma CPI para ver se comunista voltou a comer criancinha, ou para verificar se está chegando o ouro de Moscou de novo, um assunto esperado, e sabemos disso muito bem. Por isso fiz essa provocação positiva, e V. Ex^a a ilustrou dizendo que, efetivamente, se houver aqui centenas de CPIs – não vou dizer dezenas porque dezenas já existem – de fato é para não funcionar e não fiscalizar.

Senador Pedro Simon, para não dizer que fiquei só no assunto CPI, quero dizer que falei também sobre a taxa de juros no congresso de mais de mil trabalhadores. Disse que não aceito que a taxa de juros no Brasil seja a maior do mundo. Faço aqui uma lista de dez países, demonstrando que a China vem em segundo lugar e tem a taxa de juros de 14% enquanto a do Brasil é de 19%. Depois vem a Turquia com 6% e o México. Falo também do taxa de juros negativa. Na Argentina, por exemplo, a taxa de juros negativa é de 4,7%. Nos Estados Unidos, é negativa em 1,6%. Cito também os países com a taxa de juros mais alta do mundo e aqueles que têm taxas de juros negativas.

Falei também, Senador Pedro Simon, do assunto que o Senador tratou agora, ou seja, das medidas provisórias. Disse lá – porque estava em andamento e agora posso dizer – que entrei, sim, com uma proposta para acabar com o instituto da medida provisória porque é um atentado ao processo democrático. Fui Constituinte, e colocamos na Constituição porque entendíamos que passaria o parlamentarismo. Não passou o Parlamentarismo. Passou o Presidencialismo. E, de 1988 para cá, são editadas duas medidas provisórias por dia útil, independentemente de qual seja o Governo. Apresentei, inclusive, a MP do Bem, que foi aprovada sem que 90% dos Parlamentares lessem os 138 artigos e as centenas de incisos e parágrafos. Há, portanto, questões boas, mas também há aspectos que me preocupam.

Também falei da luta do Tribunal de Pequenas Causas. E falei o que todos diziam: “Não vão pagar mais o PIS e o Cofins”. É bom lembrar o que é o Cofins e o PIS: são duas contribuições de caráter social, Sr. Presidente. Ambas deixaram de ser instrumentos que fortalecem a caixa da própria Previdência e os investimentos no campo social. Afinal, o que é o Cofins? Duvido que a ampla maioria dos quem nos estão ouvindo saibam o que é Cofins. Cofins é Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. O que é o PIS? Programa de Integração Social. Esses setores deixaram de pagar essas duas contribuições, que têm caráter social. Levanto minhas preocupações.

Sr. Presidente, também falei, nessa palestra que originou mais de 20 páginas, sobre o fator previdenciário, o maior assalto ao bolso do trabalhador no ato da sua aposentadoria. Fruto de quem? Do Governo anterior. Deveríamos revogá-lo. E tenho projeto nesse sentido. Quando digo “nós”, falo do Governo atual, que deveria revogar. O fator previdenciário, em relação à legislação anterior à sua aprovação, confisca, no ato da aposentadoria, do homem 25% e da mulher, mais de 30%.

Sr. Presidente, naturalmente não posso comentar a palestra que fiz em toda sua abrangência, mas resalto que abordei a redução de jornada, sem redução de salários, falei sobre o projeto de nossa autoria que está em debate na Casa – uma proposta de emenda à Constituição –, sobre como acabar com a medida provisória e criar um instrumento só, em caso de calamidade pública – também por uma proposta de emenda à Constituição.

Com relação à redução de jornada, trabalho com um projeto que reduz de 44 horas para 40 horas num primeiro momento e, depois, reduz uma hora por ano, até chegar à média dos países que efetivamente reduziram a jornada e geraram emprego e renda, que seria de 36 horas.

Durante o congresso, foram tiradas posições de apoio a ambos projetos, que espero sejam aprovadas por esta Casa.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, que também estava lá como uma liderança do Pará, peço a V. Ex^a que considere na íntegra meu pronunciamento. Pela abrangência de meu discurso, gostaria de, num segundo momento, transformá-lo em uma separata. Foi um momento tão bonito aquele que vivermos no Estado do Pará, em que falei de toda a realidade nacional. Não fugi de nenhuma pergunta, Sr. Presidente: falei da corrupção, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do idoso, do Estatuto do Deficiente, do abuso da taxa de juros, das políticas de emprego e de renda e, no encerramento, falei da reforma sindical. Inclusive sou totalmente contra a forma como ela foi encaminhada ao Congresso Nacional. Entendo que podemos construir uma outra proposta que busque a unidade do conjunto dos trabalhadores deste País.

Sr. Presidente, tenho certeza de que o pronunciamento embasado na palestra que fiz em seu Estado será considerado lido na íntegra, para que eu possa publicá-lo num segundo momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de retratar palestra que proferi por ocasião do V Congresso dos Trabalhadores Comerciais do Pará e Amapá, no Pará, em 28 de outubro de 2005, sob o tema: “O Preço da Governabilidade: Fator Previdenciário e Redução da Jornada de Trabalho”

Minhas palavras foram:

“Cumprimento ao Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Pará e Amapá, José Francisco Pereira, ao Presidente da Confederação Geral de Trabalhadores, Antônio Carlos dos Reis Salim, ao Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, José Carlos Schulte, ao Senador Flexa Ribeiro e na figura dele cumprimentar a Senadora Ana Julia e ao Senador Luiz Otavio, defensores das causas deste estado com muita força, e aos demais companheiros e companheiras aqui presentes.

Antes de iniciar gostaríamos de fazer constar o fato do Senador João Capiberibe e Janete Capiberibe terem recebido hoje liminar do Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal, para que a matéria volte ao Senado para ter direito à defesa. Não estou julgando o mérito da questão, mas dou uma salva de palmas ao Ministro Marco Aurélio pois acredito que todos devem ter direito à defesa.

Meus caros companheiros e companheiras da Federação, que alegria estarmos aqui!

Momentos como este são sempre muito especiais e certamente todos nós compartilhamos esse sentimento. Sem dúvida nós viemos para tratar de anseios que temos em comum. Nós queremos o melhor para a gente brasileira, para os trabalhadores brasileiros e estamos preocupados em como vamos conquistar isso. O 1º grande passo é sempre este, reunir companheiros e companheiras para o debate franco em Congressos como este dos trabalhadores do Comércio.

Poderíamos hoje falar de tudo, das CPIs por exemplo, dizendo primeiro, que não sou contra. Entendo que todas as denúncias devem ser investigadas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pelo Congresso Nacional. Quem errou terá que pagar, doa a quem doer. Digo mais, assino todas as CPIs que me apresentarem, sejam da situação ou da oposição. Só tenho um temor, que se banalize a insti-

tuição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Já assinei umas duas dezenas, agora falam das CPIs dos grampos e dos grampinhos, dos dólares de Fidel, do ouro de Moscou e já há quem diga que temos que assinar as CPIs para ver se os comunistas estão voltando e se comem criancinhas como era dito no passado. Assim não dá.

Poderíamos falar também da Taxa de Juros cujo taxa nominal é de 19,0%, sendo a taxa de juros real, ou seja, aquela que é paga pelo país menos a inflação, de 14,1% no Brasil, enquanto na China ela é de 6,6%, na Turquia 5,7%, no México ela está em 5,5%, na Índia, 3,8%. A média dos 40 países maiores do mundo pesquisados é de 1,2%. Existem países inclusive com taxas negativas como a Argentina onde ela é de menos 4,8%, nos Estados Unidos é de menos 0,7% e no Japão menos 0,6%. Nós poderíamos discutir ainda, a Reforma Agrária, os Idosos, os Deficientes, os Negros, os Índios, a MP do Bem e seus problemas e tantos outros temas.

Outro comentário que eu quero fazer é dizer a vocês que a democracia representativa é ultrajada com as MPs. Os governantes baixam mais ou menos duas MPs por dia útil desde que este instrumento foi inventado a partir de 1988. Encaminhei projeto para acabar com este instrumento que é uma violência contra o Congresso Nacional. Vejamos o último exemplo, a tal da MP do Bem é uma fusão da MP 252 e 255 que terminaram contendo 138 artigos e centenas de parágrafos e incisos. A Comissão Mista para estudar a matéria não foi instalada e 90% dos Parlamentares sequer conseguiram ler o que foi aprovado, isto é um absurdo.

Aliás, se eu pudesse diria que a MP foi só do bem, mas lamentavelmente não foi assim. É claro que ela tem aspectos positivos como:

As empresas que exportarem ao menos 80% de sua produção passarão a ter isenção de PIS e Cofins.

O prazo para utilização completa dos créditos de PIS e Cofins gerados em exportações vai cair de 24 meses para 18, o que dará uma folga de caixa para as empresas.

No caso da construção civil, a MP reduziu o Imposto de Renda pago pelo vendedor de um imóvel sobre o chamado “ganho de capital” (diferença entre valor de compra e venda de um imóvel por uma mesma pessoa).

Já os computadores de até R\$2.500 terão isenção de PIS e COFINS com a MP – o que permitirá uma queda de 9,25% no preço.

A MP também ampliou o prazo para empresas fazerem o recolhimento do Imposto de Renda, que deixou de ser semanal e passou a ser mensal, do IOF e da CPMF.

O prazo para que os clientes de planos de previdência privada optem pelo novo sistema de tributação foi prorrogado para 31 de dezembro.

As embalagens utilizadas na exportação de frutas terão isenção fiscal.

Taxistas poderão trocar de carro, com isenção de IPI a cada dois anos. Hoje são três anos.

Já as micro e pequenas empresas ganharam a elevação do limite de enquadramento de R\$120 mil e R\$1,2 milhão para R\$240 mil e R\$2,4 milhões, respectivamente. Neste ponto fui contemplado, pois tenho um projeto no mesmo sentido. O PLS nº 002 de 2004 (atualização da tabela do SIMPLES).

A MP dá isenção de PIS e Cofins para o leite em pó e outros derivados do leite.

Mas, existem também os fatores que nos preocupam, como:

Amplia de 60 meses para 240 meses o prazo que as Prefeituras tem para parcelar a dívida com o INSS. Reajuste do débito pela taxa SELIC e desconto de 50% referente a juros de mora, originados pela dívida. Estes recursos deixarão de entrar nos cofres da Previdência e o valor é estimado em r\$30 bilhões.

Todos os impostos ou tributos que foram diminuídos saíram do social, como o Cofins (Contribuição para o financiamento da seguridade social) e o PIS – (Programa de Integração Social).

Felizmente, destaque colocado na MP 152 e que queriam introduzir na 155 foi rejeitado pelo Congresso:

Estabelecimento de um prazo de até 2 anos para o pagamento de decisões judiciais de baixo custo e diminuir o teto que hoje é R\$18.000,00 e pagamento em 2 meses

Mas, hoje vamos falar do Fator Previdenciário, da Defasagem nos proventos de aposentados e pensionistas e da Redução da Jornada de Trabalho.

Uma das nossas grandes preocupações certamente é o fator previdenciário. Após várias tentativas de alterar as regras das aposenta-

dorias do Regime Geral de Previdência Social – RGPS para diminuir o valor do benefício e aumentar as exigências para o trabalhador ter direito a aposentadoria, o governo anterior conseguiu aprovar, apesar das resistências da sociedade e das entidades representativas dos trabalhadores, o fator previdenciário, através da Lei 9.876/99.

Essa inovação, sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam, de fato, a contenção das despesas geradas pelos benefícios da Previdência Social principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, mediante redução de seu valor ou retardamento de sua concessão.

A fórmula de cálculo é baseada nos seguintes elementos: alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

Vale ressaltar que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por idade, a aplicação do fator é opcional.

Quanto menor a idade na data da aposentadoria, e por consequência, maior a expectativa de sobrevida, menor o fator previdenciário e, portanto, menor o valor do benefício recebido. Então essa nova metodologia nada mais é do que um redutor no valor do benefício.

No aspecto social, ele é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, penaliza, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria os trabalhadores das classes mais pobres.

De fato, esses trabalhadores certamente, não adiarão o início de sua aposentadoria, em função de valores maiores, no futuro, proporcionados pelo “fator previdenciário”. Essa premissa é fortalecida pela maciça concessão da aposentadoria proporcional pela Previdência Social, ainda que com perdas de até trinta por cento do valor mensal. Por outro lado, caso postergassem o início de seu benefício, a redução do tempo de sua duração neutralizaria a majoração de seu valor.

Temos que observar também que a população mundial está ficando cada vez mais velha e, segundo a Organização Mundial de

Saúde (OMS), por volta de 2025 haverá mais idosos no planeta do que crianças.

Em 2003, aumentaram os prejuízos dos trabalhadores com o fator previdenciário devido à nova tabela de sobrevivência após os 48 anos, calculada pelo IBGE.

Com a expectativa de vida subindo ano a ano, cada vez mais o trabalhador se distancia da possibilidade de alcançar a aposentadoria sem redução no valor integral de seu benefício.

Exemplo: Para obter aposentadoria sem redução no benefício, o segurado que contasse com 35 anos de contribuição deveria a partir de 1º de dezembro de 2003, ter 63 anos na data da aposentadoria. Um dia antes, esse mesmo trabalhador teria se aposentado aos 60 anos sem redução. Porquê? Porque a tabela da expectativa de vida mudou e certamente continuará mudando de tempos em tempos.

Pelos cálculos da consultora legislativa da Câmara dos Deputados, Claudia Augusta Ferreira Deud, que elaborou um primoroso estudo sobre o tema, as injustiças não param por aí.

Vejam o exemplo apontado por ela: um segurado que, em 2003, podia se aposentar e resolveu adiar sua aposentadoria para melhorar o benefício também será prejudicado.

Tome-se o exemplo de alguém que tenha se filiado ao RGPS com 18 anos de idade e que tivesse, em novembro de 2003, 57 anos de idade e 39 de contribuição. Aplicando-se a tábua de sobrevivência de 2001 (válida para aposentadorias até 1º de dezembro de 2003), seu fator previdenciário seria igual a 1,0171.

O segurado, no entanto, resolveu adiar o pedido de aposentadoria para novembro de 2004, quando teria 58 anos de idade e 40 de contribuição. Como a tábua a ser aplicada será a nova, de 2002, seu fator previdenciário será igual a 0,9648. Ou seja, o segurado trabalhou um ano a mais, esperando melhoria no benefício, mas o valor foi reduzido, e não elevado.

As conclusões do consultor legislativo da Câmara, Valter Oda, são claras quanto ao prejuízo para os aposentados com a aplicação da nova tábua do IBGE:

“Chega-se a 20,51% de aumento médio na expectativa de sobrevivência;

Haverá 16,22% de redução média no fator previdenciário e na renda do benefício.”

Vale salientar também que a tabela construída pelo IBGE não é utilizada por nenhum

dos grandes fundos de pensão fechados ou abertos, muito menos por grandes bancos que oferecem a seus clientes planos de previdência privada.

Vejam que contradição: Todos nós desejamos e trabalhamos para que seja aumentada a expectativa de vida dos brasileiros. Para os trabalhadores do RGPS isto virou um pesadelo. Serão punidos por viverem mais e condenados a trabalharem mais para que os valores iniciais de suas aposentadorias não sejam drasticamente reduzidos.

Vamos ponderar sobre o argumento do: “Viver Mais Exige Trabalhar Mais”. Viver mais em que condições? Qual é a qualidade de vida da grande maioria do povo brasileiro, da classe mais pobre que é quem geralmente começa a trabalhar mais cedo? Quais são as condições de vida da esmagadora maioria do nosso povo quando chega aos 60 anos por exemplo?

Foi por discordar desta punição aos trabalhadores que buscam a aposentadoria que apresentamos o projeto 296/03 que extingue o “Fator Previdenciário”. Propomos resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios previdenciários, evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em evidente prejuízo para seus beneficiários. Este projeto teve parecer favorável do relator, Senador Mão Santa, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Os brasileiros estão apavorados com a perspectiva de se aposentarem. Além da monstruosidade do fator previdenciário, eles sabem que a defasagem salarial irá se somar ao pesadelo e vai impedi-los de viver com tranquilidade esse momento que deveria ser de sonho, não de tortura.

Nas viagens que fazemos, nas centenas de cartas e e-mails que recebemos diariamente em nosso gabinete, fica registrado o mesmo clamor dessa classe tão injustiçada: “a defasagem salarial está corroendo o valor da minha aposentadoria. Vou acabar recebendo um salário-mínimo”.

A política para quem ganha mais de um salário-mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário-mínimo. Acrescentamos ainda, a falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 60%. Dependendo dos próximos reajustes, essas perdas poderão atingir 70%.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo 01 salário-mínimo.

Segundo dados da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, em janeiro de 2003 o INSS tinha 13,4 milhões de aposentados e pensionistas que recebiam um salário mínimo. Em junho de 2005 esse número aumentou para 15 milhões. Nesse mesmo período metade de aposentados que ingressaram no sistema recebem apenas um salário.

Sabemos que 27 % dos idosos em todo o país são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar. Dados que refletem a importância das pensões e aposentadorias para a economia do país.

Segundo dados do SIAFI e da ANFIP a Seguridade Social tem apresentado ano a ano uma evolução no seu superávit. Se em 2003 ela atingiu um superávit de R\$31,73 Bilhões, em 2004 o saldo positivo saltou para R\$42,53 Bilhões. No primeiro semestre de 2005, ainda que os dados sejam preliminares, o saldo foi de R\$25 bilhões e superou os valores do mesmo período de 2004, quando totalizou R\$24,21 bilhões.

O principal problema da Previdência Social no Brasil é que ela tem sido utilizada para pagar as dívidas do governo, integrando o superávit primário da União.

Fato que provocou a ação difamatória de que seria deficitária. No entanto um órgão que vem aumentando gradativamente seu saldo positivo, que paga mensalmente R\$ 5,8 bilhões de reais em aposentadorias e pensões a 19,8 milhões de cidadãos e cidadãs não pode ser menosprezado.

Vale salientar, ainda, que, em 2004, segundo dados da ANFIP, 86% dos recursos do superávit primário da União foram obtidos através dos recursos oriundos da Seguridade Social.

Em todos os projetos que apresentamos sempre vinculamos o salário-mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo.

Apresentamos um Projeto de Lei, o PLS 58/03, que garante a vinculação definitiva e tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela previdência social e às pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

Propomos a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários-mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Com a aprovação desses projetos, estaremos devolvendo aos milhares de aposentados e pensionistas sua dignidade e estaremos implementando justiça social.

Diante de tantas injustiças é preciso que a sociedade reaja. A melhor saída é a pressão política e a divulgação para todos os brasileiros do real significado do que seja fator previdenciário e defasagem salarial.

É necessário, é urgente que cada trabalhador, cada trabalhadora, tome conhecimento sobre os prejuízos que estão sendo impostos a eles e que o Congresso seja pressionado a fazer mudanças, corrigindo as distorções que tanto afligem os segurados do RGPS. Nós podemos fazer isto através da aprovação dos PLS 58/03 e 296/03.

Agora vamos analisar um pouco, outro grande problema que nos reúne aqui hoje que é o desemprego.

Ele atinge patamares elevados que nos causa imensa preocupação. Por exemplo, na cidade de São Paulo, segundo o jornal "Folha de São Paulo" a taxa de desemprego na região metropolitana da cidade é de 16,9% da PEA-População Economicamente Ativa. O contingente de pessoas que não têm emprego na região metropolitana de São Paulo atingiu 1,692 milhão.

Nós temos uma proposta, que é da redução da jornada de trabalho, que julgamos muito positiva para vencer essa chaga social. Acreditamos que ela irá contribuir imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de emprego formais.

Ainda como Deputado Federal apresentamos, juntamente com o nobre Dep. Inácio Arruda, Proposta de Emenda Constitucional visando a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas (PEC nº 231/95).

Consciente de que estávamos no caminho certo evoluímos nossa convicção e apresentamos no Senado a PEC nº 75/2003 buscando, em um primeiro momento, reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais para, em seguida, gradativamente, num período de 04 anos, decrescermos até o limite de 36 horas semanais.

A despeito da resistência, a tendência à redução da jornada diária ou semanal é fato incontestável, sendo esta a posição de países europeus que chegam a ter jornada de até 35 horas, como é o caso da Bélgica, dos Países Baixos e da Dinamarca e, sobretudo, da França que passou da semana de trinta e nove horas de trabalho para a semana de trinta e cinco horas.

Talvez venhamos a ouvir que este processo esteja sendo revisto na França, mas até as razões que levaram o governo ao debate e à discussão sobre flexibilização da jornada de trabalho tende a justificá-lo e não a condená-lo. Suas razões são de que sua economia se torne mais competitiva, para tanto busca suprir o que ele chama de “déficit de trabalho”.

Ora, se tem trabalho a ser executado, certamente não seria uma visão lógica, dentro da relação trabalho/capital, que eu eleve o ônus do trabalhador em proveito do capital, mas sim que eu contrate mais trabalhadores, que equilibre o maior fluxo da economia e o aumento de capital, ou seja, que esteja gerando novos empregos e dando resposta a grande mazela mundial do desemprego.

Lá a diminuição do número médio de horas trabalhadas por empregado, aumentou o nível de emprego. Fato aprovado por 87% da população francesa que hoje combate de forma veemente a nova postura do governo, entendendo ser um retrocesso nas relações de trabalho, fato que motivou, no início do mês de fevereiro/2005, marchas de protesto atraindo até 600 mil manifestantes.

A economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90. Durante esse período, basicamente ocorreram a abertura da economia, a queda da taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia, através das privatizações.

Essas mudanças resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, mudanças estas sedimentadas em nosso atual governo, com

comprovada aprovação mundial, o que afetou, significativamente, o desempenho do mercado de trabalho.

Os estudos relativos à redução de jornada de trabalho têm mostrado que ela é de interesse tanto dos empregadores, quanto dos empregados. No caso dos empregadores, a redução da jornada de trabalho é vista como um meio de reduzir custos, já que torna possível ajustar a utilização da mão-de-obra às necessidades de produção das empresas, evitando o uso de horas extras.

No caso dos trabalhadores, a existência de jornadas menores atende anseios de diversos grupos sociais que desejam trabalhar jornadas mais curtas. Em particular, os trabalhadores mais qualificados, os jovens e os pais com filhos pequenos tendem a demonstrar maior interesse na adoção de uma jornada de trabalho reduzida.

Levantamentos estatísticos nos mostram que a jornada de trabalho brasileira é uma das maiores se comparada com o resto do mundo, como inicialmente comentado. Segundo a Organização Internacional do trabalho, na Alemanha o expediente é de 41,5h; na Argentina 39,2h; na França 38,3h; na Espanha 35,7h; no Canadá 31,9h.

E não é somente isso! A **Folha de S.Paulo** noticiou neste mês, que de 1996 a 2003, o salário médio nas empresas formais sofreu uma redução de 11%, segundo dados do IBGE, que considera as empresas com CNPJ. O rendimento real (considerada a evolução da inflação) que era de R\$590,00 em 1996, passou para R\$525,29 em 2003. O IBGE avalia que o aumento da terceirização reduziu a renda e os analistas econômicos atribuem a retração à crises econômicas e juros.

Também apresentamos outro projeto (PLS 205/2004) que busca desonerar a folha de pagamento quanto ao recolhimento previdenciário patronal que passaria a incidir sobre o lucro e não sobre o salário do empregado.

Entendemos que também este projeto, se aprovado, dará ao empregador novo alento com o custo do empregado, sustentando tranquilamente a diminuição da jornada de trabalho e a abertura de novos empregos.

A proibição das horas extras seria outra grande fonte para a criação de novos empregos.

Se somarmos as horas extras com a jornada de 44 horas semanais o Brasil terá uma das maiores cargas do mundo. Em países de condições econômicas semelhantes ou melhores que a nossa, a carga de trabalho anual gira em torno de 1.400 horas, enquanto no Brasil chega a 2.100 horas.

A robótica, o avanço tecnológico tem de cumprir a sua função social. Pois senão estaremos na direção do fim do emprego. Já existem diversos livros citando o desastre que isso seria.

É preciso que se entenda que com uma redução de jornada teremos milhões de pessoas a mais trabalhando, consumindo e gerando novos empregos, fortalecendo o mercado interno.

Além disso, fortaleceríamos também a Previdência, pois arrecadaríamos muito mais. Todos ganham: o município, o estado, a união, o empregado e empregador.

Com uma carga de trabalho menor, o trabalhador melhora a produtividade, diminuem os acidentes e doenças do trabalho, e também diminui o número de faltas no serviço. Isso já está provado cientificamente. Como consequência, diminuímos os gastos com seguro desemprego, com a saúde e com a seguridade social.

Para o debate, poderíamos ainda lembrar que o Brasil poderia aplicar um princípio já adotado em outros países, como a França. A empresa que mais reduzir a jornada e empregar outros trabalhadores receberia incentivos fiscais por parte do governo.

Conforme dados da Confederação Nacional das Indústrias, em 1999, a participação dos salários no custo das indústrias de transformação era de 22%, em média. Fazendo as contas, uma redução de 9,09% da jornada de trabalho representaria um aumento no custo total de apenas 1,99%. Mas alguns dados põem em cheque este argumento patronal: entre 1999 e 2000, a produtividade cresceu a uma taxa média anual de 6,50%. Diante disto um percentual de 1,99 é irrisório. Além disso ocorre uma só vez, no momento em que se reduz a jornada. Como a produtividade tem crescido constantemente, em menos de seis meses o aumento de custo já estaria compensado.

Nem vou falar aqui do incentivo ao turismo, da educação, da formação de mão-de-obra e dos pequenos empreendimentos que

poderão surgir com o trabalhador tendo uma carga menor.

Meus amigos e amigas trabalhadores, se eu pudesse diria milhões de vezes: Viva os trabalhadores do Pará e do Amapá! Viva os trabalhadores do Brasil! Viva os trabalhadores do Mundo!

Trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, nós falávamos do grande passo que o debate franco representa na luta. Pois vamos passar ao próximo grande passo: Vamos dizer NÃO ao fator previdenciário, NÃO à defasagem salarial. Vamos dizer NÃO ao desemprego e SIM à redução da jornada de trabalho.

Vamos dizer SIM ao respeito aos nossos direitos, vamos dizer: “SIM, eu tenho direito a emprego, ou então, SIM eu trabalhei, eu tenho em meu corpo, em minha mente, em meu coração, as marcas do meu esforço e não aceito que elas sejam desprezadas” Nosso País tem a sua história e as marcas do trabalho de seus filhos estão cravadas nela. Nenhum País pode desprezar seus filhos desempregados e tampouco desprezar seus filhos porque é chegado o tempo de se afastarem de sua labuta. Nenhum filho quer ver seu esforço desprezado ou esquecido. Os filhos esperam que o seu País devolva com justiça e igualdade os frutos colhidos com o trabalho por eles semeado.

Temos a certeza de que o Brasil vai saber corresponder às justas expectativas de seus filhos!

Termino com uma das frases de João Paulo II, que citei numa Sessão em homenagem a ele, pós-morte.

Disse o Papa: “Trabalhadores, é muito importante que vocês sejam solidários com os empregadores. Mas, é muito mais importante que os trabalhadores sejam solidários com os próprios trabalhadores”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa acata a solicitação de V. Ex^a na forma regimental e, da mesma forma, a proposta da Senadora Heloísa Helena, que, em seu discurso, fez idêntica solicitação.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, ilustre líder político do PMDB do Rio Grande do Sul.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos, que podem ser prorrogados por mais três horas, tendo em vista a véspera da chegada do Presidente Bush.

O Itamaraty me solicitou – não pude falar, porque o Senador Arthur Virgílio não está presente – que, por

favor, não se criasse nenhum embaraço com relação à proposta ou ameaça de surra no Presidente George Bush.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a vai estar lá, protestando, já que fez campanha para o “sim”, contra o Senhor das Guerras e das Armas?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio. PMDB – PA) – Principalmente depois de ter assistido ao filme “O senhor das armas”, com Nicholas Cage.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Ali é a história de um pequeno comerciante, ele mesmo ia vender as armas. Imagine o Bush! Vou cobrar a sua presença, Senador Luiz Otávio!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Estaremos nessa luta contra o contrabando de armas no mundo.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa, Senadora Heloísa, está na hora de V. Ex^a se comportar como candidata à Presidência. Uma coisa é a brilhante, dinâmica, extraordinária, fantástica Senadora que V. Ex^a é. Uma candidata...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a vai votar em mim?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com muita alegria penso nisso.

Como candidata à Presidência da República, V. Ex^a tem que ter outro comportamento. Não que o comportamento de V. Ex^a não seja excepcional. É, e eu reconheço. Mas a estou prevenindo porque já estou vendo, pela minha idade e pela minha experiência, que vão querer utilizar suas ações contra V. Ex^a na sua campanha. E V. Ex^a tem que estar preparada para evitar que essas coisas aconteçam. Inclusive, usar a camiseta contra o Bush, como Senadora, tudo bem. Mas que fique claro que a Senadora Heloísa Helena, eleita à Presidência da República, vai tratar com o maior respeito quem for o Presidente dos Estados Unidos, porque, como Presidente do Brasil, entende que é muito importante ter uma relação elevada com aquele país.

Que, de certa forma, justiça seja feita, o atual Itamaraty está tendo um comportamento respeitável. Não digo o Governo, mas digo o Ministro das Relações Exteriores.

Mas volto a esta tribuna por um desengano de consciência. Não sei se vale à pena voltar, se eu não deveria ter ido para Porto Alegre, se alguém vai dar bola para o que vou falar, mas, meu amigo Lula, você não pode perder a oportunidade de, amanhã, no churrasco, conversar com o Presidente Bush. Não caia na infantilidade de insistir na importância de o Brasil

fazer parte do Conselho de Segurança: “Olha, Presidente Bush, contamos com o seu voto”. Já perdemos o voto da Argentina, já perdemos o voto do Chile, já perdemos o voto da América Latina. Não sei se é importante – pode até ser –, mas para o Brasil seria mais importante se estivéssemos na presidência da FAO, se estivéssemos na presidência do Banco Mundial. Pretendíamos emplacá-la e não conseguimos. Nem a presidência do Banco Interamericano. Achávamos que seria nossa, mas na hora não conseguimos.

Seria importante se a CNBB, se a OAB, se o Congresso e os partidos de Oposição fizessem chegar ao Presidente Bush esta mensagem: o Brasil, no mundo, é o País mais cruelmente tratado, mais injustiçado, mais violentado em sua economia; é aquele que paga os juros mais altos com relação à sua dívida. Nunca houve um país que pagou taxas de juros tão elevadas como as que o Brasil está pagando ao Banco Mundial. O Brasil paga taxas de juros ao Banco Mundial que equivalem a mais do que o dobro do que paga o país que está em segundo lugar. O segundo país em pagamentos percentuais de juros paga menos da metade do que paga o Brasil. Por quê? Não sei. Qual é a razão? Não sei. Fixam taxas porque o Brasil é um país perigoso, porque investir no Brasil é duvidoso. Fixam fórmulas por meio das quais o Japão não paga nada de juros, a Europa não paga nada, e o Brasil paga uma taxa que é um escândalo!

Nós verificamos coisas estranhas. Guaribas tem fome. Mais de duas mil crianças estão há dez meses sem merenda escolar. A campanha de Lula de combate à fome escolheu como primeira cidade a ser atendida, como cidade prioritária, como cidade padrão, Guaribas. Está aqui no jornal: fome, miséria e crianças sem nada, sequer a merenda!

Este é o Brasil. E amanhã Lula vai falar com o Presidente Bush no pior momento político do Presidente americano, desde que foi eleito numa eleição fraudulenta – parece mentira, mas isso aconteceu nos Estados Unidos –, quando na revisão de votos o candidato democrata estava em véspera de ganhar, a Suprema Corte suspendeu a recontagem e deu ganho ao Sr. Bush. Foi reeleito não por causa da sua capacidade – que ele tem –, mas por causa da infantilidade do candidato democrata na hora do debate.

Nos Estados Unidos, não há programa de televisão “colorido”, não há os Dudas Mendonças, que preparam os candidatos e formam a personalidade deles. Lá, o programa é ao vivo.

Enquanto o Bush disse o que pensava, dura e asperamente, Deus o enviou – ele fala com Deus! – e lhe disse: “Nós temos de terminar com os agentes do mal: a Síria, o Irã, o Iraque; temos de acabar com es-

ses agentes do mal. Vou invadir o Iraque para terminar com o demônio que lá está!”

Enquanto o Bush falava claramente que era contra o aborto e tudo o mais, enquanto todas as pesquisas diziam que o Bush estava no chão, que já estava derrotado, o candidato democrata pensou: “Estou bem com as pesquisas, estou bem com todo mundo”. “O que o senhor acha da intervenção no Iraque?” “Pois é, não sei, vou ver, vou pensar”. “O que o senhor acha do aborto?” “Pois é, não sei, depende, vou ver, vou pensar”. Ele foi tão infeliz, foi tão irresponsável que irritou o povo americano, que pensou: “Prefiro esse Bush, que diz o que pensa agora, do que o outro, que não diz agora o que ele pode fazer depois”. Por isso, ele ganhou.

Mas, hoje, ele está no chão. Anteontem, 55% das pesquisas falaram em *impeachment* do Presidente Bush, porque ele mentiu. E algo sério para o povo americano é o Presidente mentir à nação.

O Nixon renunciou porque mentiu, quando disse que a escuta feita no Partido Democrático, no caso Watergate, não era do seu conhecimento e não tinha sido encomendada por ele. Mas ele sabia. Quando ficou provado que ele sabia, ele renunciou, para não ser cassado.

Agora, a CIA está mostrando que os americanos sabiam que o Saddam não tinha nada de armas de destruição em massa. O embaixador brasileiro dizia que não havia nada, que deixassem a ONU provar isso, e a ONU provaria. O americano fez esse diplomata ser demitido da entidade que cuidava da proliferação de armas de destruição em massa. Ele foi demitido, e a ONU foi desmoralizada.

O Conselho da ONU disse: “Não é para intervir”. França e Alemanha disseram: “Não é para intervir”. E ele interveio. Agora, a CIA está mostrando que o documento era mentiroso, que era falso, que o americano já sabia que não havia armamentos de destruição em massa no Iraque. Usaram aquilo para tentar destruir – como destruíram – o Iraque.

A imprensa americana está exigindo o *impeachment* do Sr. Bush, porque ele mentiu à nação e a levou a uma guerra destrutiva como essa, sem razão de ser.

Essa notícia está aparecendo juntamente com outra, que veio com 50 anos de atraso: a intervenção americana no Vietnã foi mentirosa. Não houve os fatos que determinaram o americano intervir no Vietnã. O que diz a CIA, por intermédio de documentos secretíssimos daquela época, publicados agora, é que o americano interveio porque precisava ter, ali, no Vietnã, forças para cuidarem, de um lado, da China; de outro, da União Soviética e, ainda, proteger o Japão.

Essas duas notícias estão causando os reflexos de um furacão nos Estados Unidos, e o Bush está vivendo, repito, a sua crise maior na Presidência da República.

O Presidente Lula disse, de uma maneira imprópria, de uma maneira infeliz, “que os brasileiros devem deixar o pessimismo no banheiro e sair à rua com otimismo”. Digo que, no domingo, Sua Excelência deve ser realmente muito otimista, firme, enérgico. Que peça um estudo à área econômica e mostre que estamos pagando tantos bilhões de dólares em dívidas de juros. Não queremos moratória; não queremos fazer como a Argentina, que não pagou e não aconteceu nada com ela. O país está vivendo muito bem, obrigado!

Queremos um diálogo, queremos mostrar a situação de miséria e de fome do nosso povo e queremos que, dessa importância fantástica de mais de cem bilhões que enviamos de juros – só de juros, sem tocar no principal –, um terço dessa quantia, que é cerca de 50 bilhões, durante 10 anos, seja aplicada, com a fiscalização da ONU, com a fiscalização da FAO, com a fiscalização do Banco Mundial ou de quem quiser, no combate à fome e no desenvolvimento da educação e da infra-estrutura.

Sr. Presidente, creio que um projeto como esse, uma proposta como essa, que leva em conta o pensamento do Brasil inteiro, é importante. Essa proposta não é nova, porque o próprio Presidente Lula, na ONU, no ano passado, falou sobre ela. O próprio Papa João Paulo II falou dela quando se dirigiu à ONU, que dever-se-ia conceder um empréstimo às nações para que elas combatessem a fome e a miséria. O próprio Presidente do Tesouro americano disse que seria justo e compreensível que uma parte desses juros – que o Brasil tem pago com tanta fidelidade – fosse destinada a equacionar o problema social. O próprio Presidente do Banco Mundial fez essa afirmativa.

É muito importante para nós fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, porque, no Conselho de Segurança, tem de haver países como o Brasil, como a China, como a Índia; países que são importantes e que não se justifica que não façam parte. Tudo bem! Mas um Brasil passando fome, um Brasil com uma miséria como essa! Se nos derem esses 60 bilhões por ano para serem aplicados, daqui a 10 anos nossa economia estará tão forte e tão pujante que provavelmente entraremos naturalmente para o Conselho da ONU.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Senadora.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Senador Pedro Simon, tenho uma convivência com V. Ex^a de longa

data dentro do PMDB. Cada vez que V. Ex^a assoma a esta tribuna – e não apenas no plenário do Senado –, a sua presença tem um significado muito grande para este País, principalmente neste momento tão conturbado, em que temos tanta carência de lideranças fortes, capazes de nos indicar um rumo. Sinto-me até intimidada, Senador, aqui, deste meu lugar, sentada, ouvindo V. Ex^a; não só agora, mas durante esses anos todos, em que aprendi, na nossa militância, a admirá-lo pelo seu posicionamento. Cada vez que V. Ex^a assoma a esta tribuna para expor idéias, pensamentos tão pertinentes, tão importantes, o momento é muito importante. E, hoje, nesta manhã de sexta-feira, as colocações de V. Ex^a, de uma certa forma, me remeteram, em devaneio, a uma outra época e me lembrei de uma outra figura que conseguia, ao assomar à tribuna, parar praticamente todos os movimentos dentro deste plenário, que foi o Senador Brossard. V. Ex^a hoje tem um significado muito forte neste País. É uma referência nacional que devemos respeitar e enaltecer. Não faço aqui nenhum jogo de rasga seda, apenas gostaria de, neste momento, prestar a V. Ex^a – não só pelo que diz hoje, mas em todos os seus pronunciamentos – a homenagem que merece. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o carinho e o afeto de V. Ex^a, que ditaram a gentileza de seu aparte.

Penso que, realmente, existem momentos em que não podemos nos deixar levar pela paixão, que nos conduz a um lado só. Agora, estamos vivendo isso. A manchete do **Correio Braziliense** – que é de uma capacidade e de uma competência muito grande, principalmente em suas manchetes – de ontem... Quando fui tomar café, olhei e me assustei. A manchete era esta: “Os americanos estão chegando”. Eu disse: Meu Deus, será que eles estão invadindo e eu não sei de nada? Quer dizer, a primeira reação foi essa. Depois, eu me acalmei. É o Presidente que está chegando.

Hoje, a manchete do **Correio Braziliense** diz isto: “Olha só quem pagou o mensalão: o BB”. Essa é a manchete que deve estar empolgando o Brasil hoje. O Relator da CPMI dos Correios conseguiu um fato extraordinário: mostrar – como falei desta tribuna ontem – que o Banco do Brasil, ninguém mais do que o Banco do Brasil, é a primeira fonte provada do mensalão. Inclusive, para propaganda não feita, mas prevista de ser feita, o Banco do Brasil, algo que nunca fez na vida dele, adiantou dinheiro ao cidadão para o cidadão dar para o PT. A primeira fonte de financiamento se chama Banco do Brasil – e o diretor do PT que agora está gozando os capitais de férias.

Esta é a manchete de hoje. A manchete de amanhã será: “Fora, Bush”, que acho normal. Na Argentina,

já apareceram milhares de “Fora, Bush”. Acho normal. A convite meu, o Bush não viria ao Brasil, não tem motivo. Mas, devemos reconhecer que nem ele vem porque quer, nem o Presidente Lula o convidou. Ele veio participar, na Organização dos Estados Americanos, de uma reunião da Cúpula das Américas na Argentina, em Mar Del Plata, e não quis criar um caso de diplomacia – visitar a Argentina e não passar pelo Brasil. Ele, que ainda não veio ao Brasil nenhuma vez, desde o seu primeiro mandato, resolveu chegar aqui sábado à noite. E vai parar Brasília sábado à noite. O hotel vai ficar fechado sábado à noite, o espaço aéreo... Eu, por exemplo, vou amanhã de manhã para Porto Alegre, porque, se não for, estou liquidado. O espaço aéreo de Brasília estará fechado, para ele dormir no hotel e, no outro dia, comer um churrasco. Sai do churrasco, pega o avião e vai embora.

Acho que o que temos de fazer é cobrar do Presidente Bush uma posição em termos de suavizar a dívida externa brasileira. Sei que a TV Senado é assistida por milhares e milhares de brasileiros. Enviem uma correspondência para o Presidente do Brasil, mandem uma correspondência ao Palácio do Planalto. Mandem individualmente. Os Deputados Estaduais e Federais, empresários, estudantes, jovens, mandem, para que tenha um mar de mensagens entre hoje e domingo no Palácio do Planalto, pedindo ao Presidente Lula: cobre do Presidente Bush um corte no pagamento dos juros, para ser aplicado na miséria do povo brasileiro.

Acho que, se fizéssemos isso, se a CNBB pedisse para que suas entidades fizessem isso, se a CUT, os cidadãos e a OAB fizessem isso, se houvesse um mar de manifestação, teria um peso muito importante. Seria amanhã e domingo aqui no Palácio, mas repercutiria no mundo inteiro. Repercutiria no Congresso do Brasil, na Assembléia Geral das Nações Unidas, onde, dentro em pouco, Lula falará em nome do Brasil. Acho que causaria uma repercussão muito importante se parássemos um pouco de olhar para os graves problemas que estamos vivendo e olhássemos um pouco para o maior de todos os problemas, que é a nossa dívida externa.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu estava ouvindo V. Ex^a do meu gabinete e vim até aqui para me solidarizar com V. Ex^a pelo discurso que faz na manhã de hoje, principalmente neste momento em que V. Ex^a faz a sugestão muito oportuna para que todos nós, todos os que podemos falar em nome do Parlamento e do Brasil, como as associações e a CNBB, mandemos uma mensagem para realmente sairmos dessa imensa e impagável dívida, que sufoca o povo brasileiro. Não podemos nos conformar! É o que V. Ex^a está dizendo. Que sobre alguma coisa para

se aplicar aqui. Podemos gerar empregos. Os R\$10 bilhões que o Presidente Lula prometeu são viáveis no campo, no programa do *biodiesel*. V. Ex^a sabe que podemos empregar 10 milhões de famílias no campo, produzindo o óleo necessário ao País. Parabéns V. Ex^a pela oportuna colocação que faz e o cumprimento pelo discurso que faz nesta manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, insisto ao telespectador para que passe uma mensagem – que hoje é tão fácil, simples e até gratuita – ao Presidente da República, apelando, você, estudante; você, operário; você, empresário; você, intelectual; você, deputado; você, bispo, para que ele defenda os interesses do Brasil e faça chegar ao “senhor do mundo”, o Sr. Presidente Bush, imperador de tudo e de todos, que este País, num crescendo, crescendo, vai iniciar a caminhada, exigindo um tratamento justo, e que apenas um terço do pagamento dos juros da dívida externa, realmente impagável – e não estamos discutindo isso, queremos continuar pagando os juros –, fique aqui. E que não fique à disposição do Brasil para aplicar aqui em mensalão ou em coisa que o valha, mas que haja fiscalização externa na aplicação no social, na fome, na agricultura, na educação e na infra-estrutura.

Essa oportunidade é real. Creio que essa chance não pode ser perdida. Exatamente no momento em que o Presidente Bush está no chão na sua credibilidade, ele vai receber com muito respeito.

E nessa hora que, cá entre nós, o Lula está em baixa, de paulada mais paulada, de repente, receber uma mensagem de apoio no sentido de que ele nos representa numa medida positiva, acho que fará bem ao Presidente. Fará bem para o Presidente receber, fará bem para o Presidente chamar o Presidente Bush e mostrar que esta recebendo do Brasil inteiro esse pedido. Apenas isto: de R\$150 bilhões, que um terço fique no Brasil. Nós, que hoje estamos chorando porque o que era para ser gasto na infra-estrutura, R\$3,8 bilhões, está encalhado, e está encalhado porque não temos nada para aplicar em lugar nenhum, a não ser na dívida.

No tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu dizia que o Sr. Ministro da Fazenda queria ganhar um quadro do tamanho da parede do lado externo do Banco Mundial, por ter sido o maior herói, o que deu mais lucro àquele banco em toda a sua história. Ainda bem que o banco não o fez. Porque, se tivesse feito, agora teria que retirar o quadro, porque o Sr. Palocci está ganhando longe.

Quem diria que o Ministro da Fazenda do PT estaria deixando para trás o Ministro da Fazenda do

Sr. Fernando Henrique? Quem diria? O Ministro da Fazenda do Sr. Fernando Henrique, que, convém que se diga, é um homem que eu respeitava por seu tom de seriedade – ele era conservador, ele era aquilo, mas ele era aquilo.

Amanhã poderá ser domingo, um dia muito importante. Eu gostaria, realmente, se a carne do churrasco fosse gaúcha, mas não há obrigação para isso. Hoje temos no Brasil inteiro uma carne melhor que a outra. Só que não há carne-de-sol. Se fosse o Sarney, era capaz de querer fazer um churrasco de carne-de-sol, e aí ia complicar.

O vinho pode ser do Rio Grande do Sul, para o americano ver, já que americano que se preza só toma vinho da Califórnia. O consumo do vinho da Califórnia nos restaurantes mais importantes é de vinho da Califórnia. Você vai a Nova Iorque, em Washington, em qualquer restaurante, o mais grã-fino, o vinho mais caro é o da Califórnia. Depois vêm os vinhos da França, da Alemanha, da Itália, da Espanha. Eles valorizam o que é deles.

Podem até servir o vinho da Califórnia, para servir à vaidade do Sr. Bush, mas que nosso Presidente deve entregar entregue uma proposta neste sentido: “Presidente Bush, eu agora estou indo para a Assembléia Geral das Nações Unidas, e lá a Venezuela é importante, a Colômbia é importante, a América Latina é importante, o mercado latino-americano, Mercosul, é importante, mas a tese que vou levantar é que o Brasil precisa que um terço do que ele está pagando de juros da dívida externa fique no Brasil, pelo prazo de dez anos, para o nosso desenvolvimento.

Faça isso, Presidente, talvez seja o primeiro gesto que realmente ficará na história de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Otávio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, o assunto do momento é a Quarta Cúpula das Américas que acontece hoje em Mar del Plata, na Argentina.

Mar del Plata é um balneário que hoje está cercado pelo sistema de segurança dos onze aviões que fazem parte da comitiva de mais de 150 jornalistas que acompanham o Presidente George W. Bush e os presidentes dos países americanos.

Com certeza, esse é o momento, Sr. Presidente, de discutir, principalmente, a geração de emprego e

a Área de Livre Comércio das Américas. Mas, na verdade, esse seria o momento de falar, de discutir, de trazer soluções para a geração de emprego, principalmente nas Américas, principalmente na América do Sul, onde temos uma grave situação de desemprego, principalmente nos países que têm a capacidade de gerar mão-de-obra no campo, como é o caso do Brasil. Isso foi muito bem lembrado pelo eminente Senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, pelo Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. Este é um momento para se discutir e procurar alternativas para solução desse problema.

Paralelamente à Cúpula das Américas, faz-se um movimento político, que é um movimento democrático, em que se procura criar um contraponto a esse grande evento das Américas. A geração de emprego serviria aos países que têm fronteiras com o Brasil, como a Bolívia, a Colômbia. Esses países enfrentam problemas com o narcotráfico e o contrabando. A juventude de hoje produz esse mal tão grande para o mundo, principalmente para os países pobres.

A presença do Presidente americano nesse encontro é de grande importância para os países americanos. O Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e o próprio Presidente Lula se encontram nessa Cúpula das Américas como representantes do maior País das Américas: o Brasil, que tem uma importância muito grande, que é inclusive o País mais importante para a Área de Livre Comércio das Américas. A participação do Brasil na Alca já vem sendo discutida há quinze anos. Esse seria o mesmo modelo praticado na Europa com o Mercado Comum Europeu; o similar, o mercado comum americano, a Área de Livre Comércio das Américas.

Com certeza, esse era o momento de se reivindicar a participação do Brasil e as garantias que o Governo e povo brasileiro teriam nessa discussão. Este momento que vivemos, com a visita amanhã do Presidente George Bush no Brasil, sendo recebido pelo Presidente Lula, mostrará a importância que o Brasil tem nesse contexto de Área de Livre Comércio das Américas.

Hoje, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Internacional do Trabalho, por exemplo, discutem o porquê de a China ser o maior país industrializado e que concorre não só com o mercado americano, mas com o mercado europeu. É porque lá não existe legislação trabalhista. Hoje já se discute, já se traz à discussão que a mão-de-obra é pré-escrava na China, porque eles não têm férias, não têm décimo terceiro, não têm fundo de garantia e trabalham de segunda a domingo, principalmente a população

mais jovem, que é a população de maior capacidade de produção de trabalho.

Isso, até há pouco tempo, ninguém discutia. Uma vez que foram criadas as indústrias, que foi construída a sua economia, a China pouco deu importância a essa questão da legalização, da relação capital/trabalho. Isso realmente traz para a discussão um tema que vai mudar, com certeza, o comércio exterior. A geração desses empregos na indústria vai trazer mudanças com certeza. E o Brasil será um País certamente beneficiado com equilíbrio e com condições iguais de trabalho. Não podemos ter uma legislação diferente dos países que compõem esse mercado, porque teremos, como temos hoje, grande dificuldade de concorrer com esses países.

Por isso, na nossa famosa área de livre comércio de Brasília, a Feira do Paraguai, encontram-se todos os tipos de produtos comercializados a preços bem mais em conta, tendo em vista a capacidade que a China tem de colocar os seus produtos muito mais baratos do que os produtos produzidos tanto na Zona Franca de Manaus como no parque industrial de São Paulo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – A Senadora Heloísa Helena me provoca, querendo saber se sou contra

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL. Fora do microfone) – Gostaria de saber se V. Ex^a está propondo destruir a legislação trabalhista, como a China faz?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não, ao contrário. A Senadora Heloísa Helena pergunta se eu quero acabar com a legislação trabalhista. Ao contrário: quero que a China adote o sistema da legislação trabalhista dos países com os quais ela concorre, para termos as mesmas condições de concorrer no mercado internacional.

Com certeza, se a China tiver a legislação trabalhista que têm os países que concorrem no mercado, de acordo com a Organização Mundial do Comércio, teremos uma vantagem muito maior; primeiro, pela condição geográfica do Brasil, a facilidade entre os mercados, por meio dos portos de toda a costa brasileira. O Centro-Oeste brasileiro hoje é atendido pela Região Norte, pelo porto de Santarém; pelo porto de Vila do Conde, no Pará; de Itaqui, no Maranhão; e por Paranaguá e Santos, no Paraná e em São Paulo. Assim, teremos capacidade de geração não só de emprego e de renda, mas de produção, sendo possível concorrer em qualquer mercado, como hoje concorreremos com a soja nos Estados Unidos.

Por que se dificulta tanto o financiamento para a pavimentação, por exemplo, da Santarém/Cuiabá ou da Cuiabá/Santarém? Porque os americanos sabem que, a partir do momento que tivermos um corredor de expor-

tação, por intermédio da hidrovia Araguaia-Tocantins, com a pavimentação da BR-163, da Cuiabá/Santarém, teremos capacidade de colocar os grãos produzidos no Centro-Oeste em portos muito mais próximos dos Estados Unidos e da própria Europa. Com certeza, teremos aí um barateamento na nossa produção de grãos na faixa de US\$50,00 por tonelada.

E o Senador Alberto Silva, eminente conhecedor dessa área de logística, de transportes principalmente, até pela sua formação de engenheiro e por ter sido governador duas vezes do Estado do Piauí, defende, com muito fervor, com muita capacidade técnica, a agilização e a liberação de recursos para a área do Ministério dos Transportes, principalmente uma parceria com as empresas privadas e com os trabalhadores da construção civil e da construção pesada no Brasil.

Temos certeza de que esses eram os temas a serem discutidos. É preciso pedir, mas não com o pires na mão e, sim, cobrar do Presidente George W. Bush, presidente americano, da maior potência do mundo, uma concorrência equilibrada, real. O Brasil e os países americanos têm de concorrer, na Área de Livre Comércio das Américas, no Mercado Comum Europeu, em qualquer mercado, em condições idênticas, pois esses concorrem com o seu capital financeiro com juros muito menores do que os juros comercializados e do que os juros adotados no nosso País. Não podemos concorrer com a indústria americana, eles tendo 2% ou 3% de juros ao ano. Não podemos concorrer com isso – lógico.

Não podemos concorrer com a China quando ela não cumpre a legislação trabalhista e não paga os custos que a nossa indústria tem. Não podemos concorrer com os países que têm uma situação diferente de benefícios e que têm as barreiras alfandegárias que se criam para o Brasil em qualquer comércio.

Mesmo assim, o Brasil é capaz, e o Presidente Lula, nesse aspecto, tem razão: com otimismo, determinação e capacidade de lutar, o Brasil continua a aumentar a sua produção agrícola, a aumentar suas exportações, mesmo agora, quando o próprio IBGE estimava que iria cair a produção – houve seca, estiagem e problemas localizados, como este agora em relação ao gado, ao boi brasileiro. Hoje, exportamos boi em pé, vivo, do Pará para os países árabes. São navios que levam o nosso gado, a nossa produção agrícola, diretamente para os países árabes, e não só o boi frigorificado e industrializado, mas os nossos grãos e o minério de ferro de outros Estados, mas principalmente do meu Estado, o Pará. Nosso ferro do Município de Carajás é levado para a China para lá ser industrializado; é levado pela ferrovia, embarcando nos maiores navios do mundo para esse mercado tão promissor,

mas que, realmente, concorre em condições desiguais com o Brasil e com o meu Estado.

Peço ao Presidente Paulo Paim a gentileza de dar como lido o meu pronunciamento, que, na verdade, explica claramente a diferença existente entre os Estados exportadores – como é, principalmente, o Estado do Pará –, bem como a compensação dessas exportações.

No caso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, um acórdão do Tribunal de Contas da União, feito em outubro, fez com que o Tribunal de Contas confirmasse que as perdas dos Estados exportadores são, na verdade, uma indefinição do Ministério da Fazenda, da equipe econômica. Com o objetivo, sobretudo, de aumentar a competitividade da produção brasileira nos mercados internacionais, estabeleceu-se um limite. Explica-se claramente o que acontece: como a União tem de repassar aos Estados o Fundo de Participação dos Estados, e aos Municípios, o Fundo de Participação dos Municípios, e há R\$20 bilhões de receita do Governo Federal, ainda não está definido para quem parte dessa receita deve ser remetida. E o Tribunal de Contas da União tomou uma decisão, por meio do seu Relator, o eminente Ministro Benjamin Zymler, aprovada por unanimidade: a obrigatoriedade de o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, repassar esses recursos para compensar principalmente esses Estados exportadores, como é o caso do Pará.

A justificativa do Ministério da Fazenda é de que essas são outras receitas e que não há definição de se repartir parte dessas receitas, do bolo dessas receitas, com os Estados e Municípios.

Concedo um aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Luiz Otávio, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a, até porque tive oportunidade também de, no Plenário, tratar desse tema, porque Alagoas vivencia essa mesma situação. Primeiro, porque nem a compensação o Governo disponibiliza na época certa. O Governo não a disponibiliza. O Governo, inclusive, há 15 dias, vetou o mecanismo aprovado pelo Congresso Nacional que possibilitaria a compensação do recurso via Lei Kandir. Além do mais, o relatório, muito bem apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler, trata desse mecanismo de burla. Como comentava aqui com o Senador Alberto Silva, tanto o superávit primário como o superávit fiscal e o superávit financeiro são usados para viabilizar o pagamento de juros e serviços da dívida. A “sobra” vai para a conta do Tesouro e acaba sendo gasta do jeito que se quer, da forma que se quer. Infelizmente, toda essa economia é feita para viabilizar o pagamento de juros e serviços da dívida ou o amontado

relacionado ao superávit. Esse mecanismo, que em outros momentos já foi utilizado – é utilizado, inclusive, na passagem de um ano para o outro –, esse mecanismo orçamentário entre superávit primário, fiscal e financeiro acaba permitindo que o governo manobre, ainda que de forma sofisticada tecnicamente. Ainda bem que o Tribunal de Contas acabou identificando isso. Existem várias tarefas para o Congresso, porque o próprio mecanismo de compensação não auxilia o Estado, porque está aquém do que o Estado perde com a opção exportadora que determinados setores fazem. Não dá nem para compensar a perda, e o repasse, quando é feito, é feito de forma atrasada, algo completamente diferente do que ocorre com os mecanismos tributários do Estado. Além do mais, o Governo ainda teve a ousadia de promover o veto, que espero que o Congresso Nacional tenha a capacidade e a independência suficiente para derrubar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Só para se ter idéia, Sr. Presidente, pela primeira vez no Orçamento da União, no Orçamento do Governo Federal de 2005, não foi incluído nada com relação à Lei Kandir.

O acordo, relativo àqueles 900 milhões, firmado entre o Presidente Lula e o Governador Aécio Neves, que representava no momento os Estados exportadores, não foi cumprido. É como diz muito bem o ditado popular: “Depois da queda, o coice”.

Na verdade, em 2005 a União deveria ressarcir os Estados, Municípios e o Distrito Federal em R\$18 bilhões, mas a rubrica “Transferências” contempla apenas o repasse de R\$2 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, V. Ex^a tem mais dois minutos, a tolerância que V. Ex^a teve com os oradores que o antecederam.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pior ainda é a situação se analisarmos os últimos quatro anos: veremos que tem havido um decréscimo progressivo nas transferências desses recursos. Chegamos, inclusive, a não prever, como disse há pouco, um centavo sequer no Fundo de Compensação da Lei Kandir.

O egrégio Tribunal de Contas da União já deu, inclusive, prazo para cumprimento dessa decisão. Ao ser lida essa decisão do TCU, constata-se praticamente todos os principais itens de receita primária efetivamente arrecadada e a previsão de receita contida na LOA de 2004.

Sr. Presidente, solicito que seja dado como lido o meu discurso na íntegra, tendo em vista o tempo bastante reduzido de que disponho para tratar de matéria tão importante como esta. V. Ex^a, regimentalmente, não pode permitir que continuemos essa discussão.

Voltarei na próxima semana para discutir e reivindicar junto à equipe econômica, ao Ministro Antonio Palocci e principalmente ao Presidente Lula, que libere esses recursos que o meu Estado, o Estado do Pará, tem direito a receber como compensação por suas exportações – exportações que são superavitárias: são mais de US\$4 bilhões por ano contra uma importação de apenas US\$ 300 milhões; temos um superávit anual de quase US\$4 bilhões há mais de doze anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 18 de outubro, fiz um pronunciamento nesta Casa sobre um assunto que é motivo de muita preocupação, não apenas para mim, mas também para outros homens públicos deste País, porque implica a redução dos ganhos decorrentes da arrecadação do ICMS, com profundos reflexos nas finanças estaduais. Refiro-me às perdas de receita para os Estados, em decorrência da Lei Complementar n.º 87/96, a chamada “Lei Kandir”. Hoje, retorno a esta tribuna para abordar novamente esse tema, mas sob um novo prisma.

Como sabemos, a Lei Kandir permitiu a desoneração da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de exportação de produtos *in natura* ou semi-industrializados. O objetivo dessa medida era, sobretudo, aumentar a competitividade da produção brasileira nos mercados internacionais. Por outro lado, a fim de compensar os Estados e o Distrito Federal pela conseqüente diminuição de receita, a Lei Kandir previu que a União transferisse dotações orçamentárias àqueles Unidades da Federação, em montante equivalente às perdas. Esse benefício foi, posteriormente, inserido na Constituição Federal a partir da Reforma Tributária, aprovada pela Emenda n.º 42/03.

Acontece, Sr. Presidente, que, segundo números divulgados, em agosto deste ano, pelo *site* da Revista Jurídica **Última Instância** na Internet, entre 1996 e 2004, o volume de perdas de arrecadação de ICMS para os Estados foi da ordem de 100 bilhões de reais, enquanto a União compensou apenas 39 bilhões. Para o ano de 2005, a União deveria ressarcir os Estados, os Municípios e o Distrito Federal em 18 bilhões de reais, mas a rubrica “Transferências” contempla o repasse de apenas 2,8 bilhões.

Pior ainda, se analisarmos somente os últimos quatro anos, veremos que tem havido um decréscimo progressivo nas transferências desses recursos: em

2000 e 2001, os valores repassados pela União aos Estados foram suficientes para compensar 55% das perdas; em 2003, os valores transferidos cobriram 29% e, em 2004, não chegaram a 20% das perdas. Para complicar ainda mais esse quadro, o projeto de orçamento para 2006, enviado pelo Governo ao Congresso Nacional, não prevê um centavo sequer para o Fundo de Compensação da Lei Kandir.

Enquanto os Estados têm suportado uma verdadeira sangria em seus cofres, a União vem superando substancialmente as estimativas de arrecadação previstas na Lei Orçamentária Anual de 2004 (LOA). E quem diz isso não sou eu, Senhor Presidente, é o egrégio Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n.º 1.596/2005, relatado pelo eminente Ministro Benjamin Zymler.

Ao ler essa Decisão do TCU, pude constatar que praticamente todos os principais itens de receita primária apresentaram expressiva variação entre o que foi efetivamente arrecadado e a previsão de receita contida na LOA 2004. Algumas receitas chegaram, mesmo, a registrar um aumento de até 241%, como é o caso das oriundas de concessões públicas; outras, como as derivadas da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSSS), tiveram uma elevação mais modesta, da ordem de 19% mas, ainda assim, aumentaram! No geral, a arrecadação efetiva foi de 425 bilhões de reais, representando 24% do PIB. Isso significa, Senhor Presidente, que a meta de arrecadação para 2004 foi superada em 1,6 ponto percentual em relação à meta estimada!

Eu reconheço, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é de suma importância estimular a inserção do Brasil na economia internacional, principalmente no momento em que o mundo caminha a passos largos para a dissolução das fronteiras comerciais e a integração dos mercados. Nossa participação no volume total de exportações mundiais é algo em torno de inexpressivos 1,10%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. A esse respeito, creio que os benefícios advindos da Lei Kandir sejam fundamentais para incrementar o montante de nossas exportações; afinal, exportar impostos não é só ilógico, mas também contraproducente. O que eu não posso admitir é que, por conta disso, os Estados fiquem sacrificados, suportando um incrível ônus financeiro, quando a própria Lei prevê compensações por meio de transferências orçamentárias.

Ora, Sr. Presidente, o Governo Federal já foi praticamente condenado a pagar, aos Estados e aos Municípios, a dívida que acumulou com essas entidades federativas, referentes aos tributos arrecadados pela Receita Federal com o Refis 2. Por intermédio

do Acórdão 1.596/2005, publicado em 14 de outubro último, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Fazenda adote, em 60 dias, as “providências para repassar os recursos destinados, por força constitucional, a Estados e Municípios, uma vez que os Entes da Federação não podem ficar à mercê das limitações de ordem técnica do Governo Federal, que deveriam ter sido há muito solucionadas”. Isso porque, desde junho passado, a Receita Federal deveria ter concluído o sistema de classificação de receitas referentes à participação dos Estados e Municípios no Refis, mas isso não foi feito.

Quero, portanto, Sr. Presidente, deixar registrado os meus cumprimentos a essa sábia decisão do TCU, ao tempo em que me coloco ao lado de dois eminentes membros desta Casa, os Senadores Rodolpho Tourinho e César Borges que, recentemente, também se manifestaram, desta tribuna, a esse respeito. Solidarizo-me, igualmente, com o Governador Simão Jatene, do meu Estado do Pará, pela maneira responsável e corajosa com que vem se posicionando, juntamente com outros governadores, a favor da compensação integral das perdas econômicas do ICMS decorrentes da Lei Kandir.

Aliás, não poderia ser outra a atitude do Governador Jatene. Já está mais do que na hora de o Governo Federal reconhecer os entraves que vêm sendo enfrentados por Estados que, como o Pará, contribuem fortemente para o saldo da balança comercial do País, mas ainda não tiveram uma solução definitiva para o Fundo dos Estados Exportadores.

Vou citar alguns dados, Sr. Presidente, apenas para mostrar como a situação é particularmente grave no meu Estado, cuja economia é bastante dependente do setor externo. Enquanto as exportações representaram, em 2004, cerca de 16% do PIB brasileiro, no Pará, elas responderam por 35% do PIB. Agregue-se a isso o fato de que o Pará é um Estado exportador de matérias-primas, com baixo índice de industrialização, o que acentua o problema porque a maioria dos insuamos acaba vindo de outros Estados, gerando créditos em desfavor do Pará que, pela Lei Kandir, ficam acumulados pelos exportadores, créditos esses que, na verdade, representam dinheiro que foi deixado em outras unidades da federação sob a forma de ICMS. Com isso, o Pará já acumula uma dívida de 590 milhões de reais com os exportadores, o equivalente a dois meses e meio de tudo o que o Estado arrecada.

Essa situação não pode mais perdurar, Sr. Presidente, sob pena de comprometer, de vez, as finanças do Estado!

Quero ressaltar, também, que a balança comercial do Pará apresenta superávit desde 1995. Na última década, o Estado acumulou um saldo de 22 bilhões de dólares, o terceiro maior do País, perdendo apenas para Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No primeiro semestre deste ano, o saldo foi de 2,4 bilhões de dólares, 41% a mais em relação ao mesmo período do ano passado, podendo chegar a mais de 4 bilhões até o final do ano.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir meu pronunciamento, faço aqui um novo apelo às autoridades federais, no sentido de que se chegue rapidamente a uma solução para esse assunto que tanto nos tem angustiando, e que é de fundamental importância para os Estados e os Municípios.

A política econômica do Governo, sob as mãos competentes do Ministro Palocci, tem mostrado resultados bastante expressivos, não apenas no setor externo, mas também quanto ao cumprimento das metas macroeconômicas. Vamos, então, corrigir essa injustiça que vem sendo praticada contra as unidades federadas, Presidente Lula, e seguramente Vossa Excelência estarão dando um passo acertado na condução dos destinos do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, até porque sou seu parceiro nessa luta, já que a situação do Rio Grande do Sul é muito semelhante à do Pará no que diz respeito às exportações.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 251, DE 2005

(Nº 747/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, em viagem a Mar del Plata, na Argentina, para participar da IV Cúpula das Américas.

Brasília, 1º de novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 1.200 – C. Civil.

Em 1º de novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais

Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, em viagem a Mar del Plata, na Argentina, para participar da IV Cúpula das Américas.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(*) Mensagem nº 152, de 2005-CN (nº 741/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do inciso XXXVII do Anexo III da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o demonstrativo da atualização dos parâmetros fixados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda usados na elaboração do Orçamento de 2006 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005).

(*) Publicada em Suplemento à presente edição

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Alberto Silva.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para usar da palavra.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade nesta manhã para trazer ao conhecimento da Casa e também do Brasil – e a TV Senado viaja pelo Brasil inteiro e até pelo exterior – dois pontos importantes, pontos que acho que não devemos perder de vista neste momento.

O primeiro deles é a questão do biodiesel. Já que estamos conscientes de que o combustível fóssil tem vida finita, devemos trabalhar para que no nosso País, que tem todas as condições para isso, seja o maior

produtor de combustível alternativo do mundo – não é da América Latina, mas do mundo. Temos solo, temos bastante sol o ano inteiro, temos água e temos desempregados.

Vamos nos fixar no problema dos desempregados, principalmente nos desempregados do campo.

Eu começaria dizendo ao Sr. Ministro da Agricultura, a esse grande Ministro – temos de reconhecer que é um excelente Ministro, é esforçado e dá demonstração disso a todo instante –, que ele determine, o mais cedo possível, que se acabe ou que pelo menos se limite essa história de zoneamento do plantio da mamona. Do ponto de vista técnico, acima dos 300 metros, a produtividade é, de fato, maior. Não vamos discutir isso, isso é elementar, e a Embrapa tem equações que definem essa produtividade. No entanto, limitar a produção de mamonas só às áreas localizadas a mais de 300 metros acima do nível médio do mar é, no mínimo, cercar ou impedir que milhares e milhares de trabalhadores do Brasil inteiro produzam mamona, ainda que o rendimento obtido seja um pouco menor.

Apresento exemplos para ilustrar o meu ponto de vista para aqueles que estão defendendo esse zoneamento.

No Rio Grande do Sul, em Pelotas, ao nível do mar, estão produzindo duas toneladas por hectare. Não se disse que só era possível obter essa produtividade acima de 300 metros em relação ao nível médio do mar? No Ceará, no Município de Capistrano, que está apenas a cem metros acima do nível do mar, há uma empresária que produz semente de mamona em cinquenta hectares com uma produtividade de mais de duas toneladas de mamona por hectare.

Mas não é isso o que queremos. Nós queremos é que o lavrador plante uma roça do tipo da que sabe plantar. Podemos adotar a semente nordestina da Embrapa – semente que o pessoal de Campina Grande diz que foi desenvolvida apenas para altitudes acima de 300 metros, mas que, em Capistrano, no Ceará, a 100 metros acima do mar, produz duas toneladas por hectare.

Aquele pessoal de Campina Grande precisa saber o seguinte. Sem água, nem a 300, nem a 400, nem a 500: não dá nada! Tendo água – e não precisa irrigação não, é chuva mesmo! –, a história é outra. Provamos isso com alguns técnicos da Embrapa nas areias, quase na praia, do Município de Luís Correia, em Parnaíba, próximo à minha cidade: obtivemos uma produtividade de 1,2 tonelada por hectare. Não é o ideal, mas, com três hectares por lavrador, serão três toneladas de mamona, o que dá 1.500 litros de óleo, que, vendidos a R\$3,00 por litro, dá R\$4,5 mil; só no óleo, com três hectares. E por que eu preciso ter três

toneladas por hectares se, com três hectares, dá a mesma coisa e a família garante?

Estava comentando, há pouco, com a Senadora Heloísa Helena, que é isso que devemos fazer se quisermos ver este País andando para frente, mesmo sabendo que todo o dinheiro que está sendo retido é para o pagamento dessa dívida imensa, que sufoca o País.

O Senador Pedro Simon acabou de dizer que o Presidente Lula, com a capacidade que tem de dialogar e com o que se diz sobre ele – que, no momento, ele é o líder mais popular da América Latina –, tem de aproveitar isso e dizer ao Presidente Bush que deixe um terço desse dinheiro no Brasil, por dez anos, para que façamos o desenvolvimento deste País e possamos gerar emprego. Enquanto isso não acontece, Senadora Heloísa Helena, que se dê a essas famílias que estão no campo – no seu Estado, no meu, enfim, em todo o Nordeste – três hectares de terra – e isso é possível, não há dúvida – para que tenham uma roça e plantem mamona e feijão, acompanhados com a tecnologia do corpo técnico. Assim, eles poderão tirar uma tonelada de mamona por hectare. Então, com três hectares, eles colherão três toneladas, que dão 1.500 litros de óleo, o que gera uma renda de R\$4,5 mil brutos. E ainda podem plantar o feijão também, o que daria mais três toneladas.

Como estamos organizando uma associação, a Senadora Heloísa Helena trouxe ao nosso gabinete o pessoal de Pontal de Paranapanema, a quem estamos dispostos a ajudar a organizar uma sociedade lá para plantar, do mesmo jeito que queremos em outros Estados, a mamona e o feijão. Vocês verão que cada família terá uma renda mensal – garanto e assino embaixo – de R\$1 mil por mês, Senadora Heloísa Helena! Mil reais por mês! Imaginem dez milhões de famílias ganhando R\$1 mil por mês, plantando mamona e feijão! E o mercado é infinito. Não precisamos brigar para exportarmos, pois o mercado para o óleo diesel, biodiesel, é infinito, podemos produzir o que quisermos que venderemos.

Agora, vejamos qual será a conseqüência disso para o desenvolvimento interno do País. Com esse dinheiro circulando aqui dentro, ganha todo o mundo: o pessoal que fabrica sapato, chinelo, roupa etc., porque com dez milhões de família produzindo acaba essa história de pobreza e de fome. O Fome Zero pode, inclusive, deixar de existir e usar-se esse dinheiro para outros fins.

Li, hoje, que a cidade mais pobre do Brasil é Guaribas, lá no Piauí. Pelo amor de Deus! Quer ver como desmascaramos isso? Vamos pegar mil lavradores de Guaribas e dar-lhes três hectares para cada um, agora,

na entrada da chuva – lá em Guaribas chove mais de mil milímetros – para plantar mamona e feijão. Cada um dos lavradores terá R\$1 mil por mês. E aí Guaribas vai continuar sendo a cidade mais pobre? É tão fácil resolver isso!

Gostaria que o Ministro Rosseto permitisse que eu mandasse uma turma nossa para Guariba para, agora, na entrada das chuvas, transformá-la na cidade mais rica, porque com mil lavradores ganhando R\$1 mil por mês a cidade pode-se tornar a mais rica, já que a cidade é muito pequena. Então, essa história de colocar no jornal que a cidade mais pobre não está recebendo a merenda escolar... Ora, com esses R\$1 mil por mês, eles podem comprar a merenda escolar e comprar mais o que quiserem: carne, peixe, frango. Mil reais por mês, para uma família, lá no interior... O problema, então, é disponibilizar com criatividade as atividades do País. Este é o caminho.

Espero, Senadora Heloísa Helena, que possamos fazer essa experiência no Pontal de Paranapanema, criando a condição para que todo aquele pessoal tenha essa renda. E, de repente, o que vai acontecer? Em vez de chamá-los de sem-terra, passaremos a chamá-los de empresários. Serão pequenos empresários rurais, com conta e dinheiro no banco.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Os alagoanos também.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sim, Alagoas e todos os Estados é claro! Não vamos ficar apenas em São Paulo.

Aproveito, pois, esta oportunidade para dizer que tenhamos fé neste País. Vamos dizer a Sua Excelência que vá em frente, que consiga com o Bush que ele fale ao FMI para que deixe uma parte desse dinheiro aqui para ser aplicado no desenvolvimento rural, na restauração das estradas.

Também quero dizer que a Ministra Dilma Rousseff tem o nosso apoio, o meu apoio pessoal, porque ela está peitando mesmo, ela está dizendo ao Ministro Palocci: “Passe o dinheiro para cá, que eu conserto as estradas”, principalmente a Cuiabá–Santarém, que daria ao País aquela economia de R\$50 por tonelada com a hidrovía.

Quero encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que esta é a oportunidade. Vamos aproveitá-la e acreditar no País, porque ele tem jeito, sim. E podemos ajudar bastante se contarmos com o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Srª Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, João Batista Motta e a Srª Senadora Fátima Cleide enviaram

discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O panorama visto de cima do tapume”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado em 19 de outubro de 2005, no jornal **O Estado de S. Paulo**.

O artigo acima enfatiza que a não há nexo algum entre os discursos de Lula e do PT e a realidade dos fatos.

Lula criticou o “denuncismo” sem conseqüências, porém um dado de que não se veiculam apenas “denuncismos” foi o surto de febre aftosa em Eldorado (MS), que além de dar um prejuízo bilionário ao País compromete a posição de destaque assumida pela pecuária brasileira de líder mundial na venda de carne bovina.

Outro dado da triste realidade que o País enfrenta é que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), segundo nome na eventual substituição do chefe do governo, teve de renunciar ao mandato, acusado de cobrar propina do concessionário de restaurantes da Casa; o presidente nacional afastado do PTB, Roberto Jefferson (RJ), foi cassado; e o ainda presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e os ex-líderes do PT Paulo Rocha (PA) e do PMDB José Borba (PR) pularam fora do barco antes de vê-lo afundar.

Buscando comprovar que não se divulga na imprensa apenas “denuncismo” o Líder da oposição no Senador, Arthur Virgílio (PSDB-AM), relacionou mais de cem vítimas do tal “denuncismo sem conseqüências”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Forças conservadoras”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 2 de novembro do corrente.

O panorama visto de cima do tapume

Um dia destes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou, na Fiesp, o "denuncismo sem conseqüências" que assola o País. Sua Excelência mesmo teve de abrir mão de seu "fac totum", o gerentão e articulador-mor de seu governo, José Dirceu, atualmente réu em processo de quebra de decoro no Conselho de Ética da Câmara. E mais: o presidente dessa Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), segundo nome na eventual substituição do chefe do governo, teve de renunciar ao mandato, acusado de cobrar propina do concessionário de restaurantes da Casa; o presidente nacional afastado do PTB, Roberto Jefferson (RJ), foi cassado; e o ainda presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e os ex-líderes do PT Paulo Rocha (PA) e do PMDB José Borba (PR) pularam fora do barco antes de vê-lo afundar. O líder da oposição no Senado, Artur Virgílio (PS-DB-AM), relacionou mais de cem vítimas do tal "denuncismo sem conseqüências".

NÃO HÁ NEXO ALGUM ENTRE OS DISCURSOS DE LULA E DO PTE A REALIDADE DOS FATOS

Depois de envergar um quimono para subir num tapume, o chefe supremo do governo federal reuniu a bancada do PT, seu partido. À boca pequena, dizia-se que apelara para que 7 dos 13 "cassáveis" renunciassem para amainar a crise e, em compensação, teriam garantida a legenda para tentar reeleição. O apelo foi negado, nunca por ele próprio, que, aliás, aproveitou a oportuna ensanchar para, com magnanimidade e absolutismo imperiais, perdoar os nobres companheiros que, segundo ele, erraram, mas não se corromperam. Acreditar na eficiência da renúncia (na prática, confissão de culpa) como solvente da indignação da sociedade contra seus representantes suspeitos de corrupção é apostar tudo na memória curta coletiva e insultar a inteligência da população. Ser condescendente com parlamentares acusados de vender idéias e posições por saques no "valerioduto" é muito mais grave, pois pressupõe a convicção da própria natureza divina, adicionando à condição de infalível (que nunca erra) própria de único e supremo juiz do erro alheio. É como se, na condição de papa da fé petista, lhe fosse facultado decretar: "Nunca erro, portanto, posso perdoar os erros de vocês."

Autorizado por esse cânone de pontífice máximo, o novo presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP),

cuja habilidade já fora demonstrada no Ministério da Previdência, ao impor aos idosos provarem em filas quilométricas que existiam, tipificou o "erro" dos companheiros - receber e repassar "recursos não contabilizados", ou seja, caixa 2, chamada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de "coisa de bandido" - como "ilegalidade eleitoral", por sinal, "algo muito comum na política brasileira". Isso depois de a Polícia Federal ter fornecido à CPI dos Correios documentação suficiente para provar que o pretexto usado para rebaixar o crime de corrupção para o de sonegação fiscal não passou de uma farsa absurda. A deputada Denise Frossard (PPS-RJ), com a experiência de quem mandou para trás das grades os delinquentes do jogo do bicho no Rio, já advertiu que caixa 2 é um expediente de burla do Fisco por empresas e nada tem que ver com o que o PT confessou e atribuiu aos adversários. Nada disso, contudo, fez Berzoini, autor da curiosa distinção entre "caixa 2 do Bem" e "caixa 2 do Mal", arredar de sua posição "contra o linchamento de lideranças" e de sua recusa em agir "como carrasco, aceitando a discriminação contra o PT como dado da realidade".

Um dado de tal realidade foi o surto de febre aftosa em Eldorado (MS), que, além de dar um prejuízo bilionário ao País, compromete a posição de destaque assumida pela pecuária brasileira de líder mundial na venda de carne bovina. A culpa, segundo garantiu Lula em Portugal, é dos donos de rebanho que não vacinam seu gado (ainda bem que ele não inculpou as reses infectadas!). O truismo acaciano (apropriadamente usado perto de Póvoa do Varzim, cidade de Eça de Queiroz, criador do Conselheiro Acácio, símbolo do óbvio reiterado), se insere mais uma vez neste quadro de negação da própria responsabilidade e sua transferência para algum incauto à vista. Pois, diante da evidência de que as verbas para a defesa sanitária animal foram negligenciadas (contingenciadas, como se diz no jargão burocrático), a reação do em última instância responsável pela lambança foi apenas e simplesmente negar. "É uma coisa impensável, num rebanho de 582 cabeças (onde houve o foco da doença), você imaginar que uma coisa que ia custar R\$ 800 poderia ter sido causada por falta de dinheiro", disse, com sua

lógica, de fazer corar qualquer estátua de Aristóteles, omitindo, não se sabe se por não saber ou se por ter certeza de que ninguém mais sabe, a obviedade ululante (que, no caso, muge) de que os R\$ 800 que faltaram em Eldorado fazem parte dos milhões de reais que teriam de ser destinados a manter o rebanho sadio, mas foram reduzidos por absoluta falta de critério de um grupo de burocratas que corta tudo o que não seja financiamento das próprias "boquinhas", por não terem idéia de como deveriam gastar esse dinheiro.

A falta de nexo entre os fatos e o panorama que Lula e o PT vêem de cima do tapume tem uma lógica maligna. Não lhes causa a menor moossa o prejuízo do agronegócio, pilar hígido da frágil economia nacional, pois bois não votam e seus donos não são em número suficiente para ameaçar seu projeto de reeleição. Importa, de fato, é nunca faltar dinheiro em programas assistencialistas como o Bolsa-Família, que hoje beneficia 7 milhões de famílias e pertinho da eleição, daqui a um ano, atenderá a 12 milhões. O total dessas famílias, cujos votos estão sendo comprados com dinheiro tomado do contribuinte, não bastará para garantir sua permanência no poder. Mas já representa um bom lastro, que explica a quase incoerência de sua imagem, apesar da crise: efeito Teflon também se compra. é

José Neumann, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde

O autor, em seu artigo, mostra que “O PT continua tentando confundir os brasileiros com a sua falsa epopéia esquerdista”. O Partido dos Trabalhadores continua atacando seus adversários chamando-os de conservadores, mas esquece de buscar os “conservadores” no próprio Partido e nos seus aliados.

Ainda segundo Tales Alvarenga, “Não devemos nos espantar com esse diversionismo retórico. Como não pode reconhecer a própria culpa pela roubalheira que a ele é atribuída, o PT está reativando agora os velhos inimigos das suas antigas cruzadas contra a elite”.

Sr. Presidente, requiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, tratar da crise na pecuária bovina deflagrada pela descoberta de um foco de febre aftosa

veja

TALES ALVARENGA

“Forças conservadoras”

O PT continua tentando confundir os brasileiros com a sua falsa epopéia esquerdista. O partido de Lula tornou-se aliado do PP de Paulo Maluf e Severino Cavalcanti, tem na sua base de suporte no Congresso o PTB, do ex-deputado Roberto Jefferson, e anda de mãos dadas com o PL do ex-deputado Valdemar Costa Neto e do bispo Edir Macedo. O PT aplica a ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, sendo por isso definido pela esquerda radical como um partido neoliberal. Então, por que o PT ataca seus adversários chamando-os de conservadores? Pura mistificação. Desonestidade intelectual.

Ao ser expulso do PT há uma semana, o ex-tesoureiro Delúbio Soares disse que foi sacrificado “para saciar o apetite das forças conservadoras”. Forças o quê? Não devemos nos espantar com esse diversionismo retórico. Como não pode reconhecer a própria culpa pela roubalheira que a ele é atribuída, o PT está reativando agora os velhos inimigos das suas antigas cruzadas contra a elite. Delúbio apenas aplicou o velho truque petista de acusar a direita por tudo que dá errado no petismo. A farsa não parou por aí.

Todo mundo percebeu que o diretório nacional petista expulsou Delúbio porque queria se livrar de um operador financeiro cuja presença se tornou incômoda. Delúbio Soares pegou o dinheiro criminosamente apropriado pelo PT e com ele comprou deputados na Câmara. Mas a versão divulgada pelo diretório para a expulsão do tesoureiro foi outra. Numa nota oficial, o diretório afirma o seguinte: “A ofensiva das forças conservadoras contra o PT e contra o governo Lula foi conti-

são essas? Na semana passada, o Grande Visionário do Planalto Central também tocou no assunto. Segundo Lula, o jogo com a direita é pesado. A direita,

afirma o presidente, tenta roubar as conquistas do governo para fingir que é ela, direita, que está no comando das realizações nacionais neste momento.

Se os inimigos do PT são de fato as forças conservadoras, os nomes de seus integrantes são os seguintes: Delúbio Soares, com sua mala preta. Silvinho Pereira, com o Land Rover que ganhou de uma empresa vitoriosa em licitação da Petrobras. A Caixa Econômica e o caso GTech. Dólar na cueca. Corrupção em Santo André e o assassinato do prefeito Celso Daniel. Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete de Lula, acusado de envolvimento com a quadrilha que extorquia empresários de ônibus. José Genofino, ex-presidente do PT (renunciou), que sabia dos “empréstimos” toma-

dos por Delúbio e ficou mudo. José Dirceu, acusado de ser o chefe do mensalão. Seu ex-braço-direito na Casa Civil, o achacador Waldomiro Diniz. O ex-deputado Roberto Jefferson (cassado), aliado íntimo do PT a ponto de Lula ter dito que lhe daria um cheque em branco. O ex-deputado Valdemar Costa Neto (renunciou), presidente do PL, cujo apoio à eleição de Lula o PT comprou com uma mala de dinheiro. Por fim, o publicitário Marcos Valério, que fez o capital “não contabilizado” irrigar a horta de toda essa gente. Forças conservadoras? Pelas barbas de Papanicolau!

“Delúbio Soares disse que foi sacrificado para saciar o apetite das forças conservadoras. Pelas barbas de Papanicolau! Vamos falar sério!”

no Mato Grosso do Sul e do posterior alastramento da doença para o estado do Paraná.

É nesse contexto que registro o artigo intitulado “O desafio da aftosa”, publicado na coluna “Opinião” do jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 26 de outubro do corrente. Segundo o artigo, “Sexta-feira, em Moscou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precipitou-se ao informar ao mundo que os focos de aftosa não só estavam confinados a Mato Grosso do Sul como haviam sido extintos. Houve perda de credibilidade no governo brasileiro porque, quase no mesmo instante, o Ministério da Agricultura revelava a existência de outras áreas infectadas. A transferência da exclusividade da culpa ‘aos empresários do setor’ também em nada ajuda na solução do problema”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte desse pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Seguindo as passadas de

O desafio da aftosa

A crise na pecuária bovina deflagrada pela descoberta de febre aftosa em rebanho de Mato Grosso do Sul agravava-se com o alastramento da moléstia ao estado do Paraná. Em quatro de 70 propriedades vistoriadas, animais procedentes de MS apresentaram sinais da moléstia. Foi o bastante para que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal criassem barreiras sanitárias a fim de impedir a entrada de carne e derivados de gado paranaenses. Até ontem, somavam 43 os países que suspenderam, de forma total ou parcial, importações do produto brasileiro.

Não houve até agora o descontingenciamento orçamentário dos R\$ 78 milhões pedidos há 12 dias pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para o ataque emergencial à doença. A irradiação da febre ao Paraná, contudo, testemunha o fracasso da operação realizada em MS para confiná-la aos focos iniciais, que eram três e, hoje, chegam a 12. Há receio de que rompa novas fronteiras, sobretudo se as verbas permanecerem aprisionadas nos cortes de despesas. Em São Paulo, não se confirmaram as notícias sobre interdição de propriedades, mas há três submetidas a monitoramento, medida de natureza cautelar.

O embargo à carne brasileira imposta pela Indonésia expôs um problema mais grave do que a simples suspensão das importações. Jacarta estendeu a proibição de compra ao farelo de soja, matérias-primas, equipamentos, máquinas e

medicamentos, além de não abrir exceção à aquisição de produtos bovinos de outras partes do Brasil isentas de aftosa. A decisão transbordante das regras internacionais vigentes obrigará o Brasil a impugná-la na Organização Mundial do Comércio (OMC). Há de fazê-lo para impedir que, a exemplo da Indonésia, outros países usem pretextos do gênero para impor barreiras impróprias ao livre curso do comércio.

Sexta-feira, em Moscou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precipitou-se ao informar ao mundo que os focos de aftosa não só estavam confinados a Mato Grosso do Sul como haviam sido extintos. Houve perda de credibilidade no governo brasileiro porque, quase no mesmo instante, o Ministério da Agricultura revelava a existência de outras áreas infectadas. A transferência da exclusividade da culpa “aos empresários do setor” também em nada ajuda na solução do problema. Não se deve ignorar que a Operação Boiadeiro, que cometia ao Exército a fiscalização com objetivos sanitários da fronteira seca do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, entre outras áreas, foi suspensa em 2003 em razão de cortes nas consignações orçamentárias.

Não é admissível que o Brasil, maior exportador mundial de carne bovina, dê como perdidas décadas de combate bem-sucedido à febre aftosa por causa de recidiva da enfermidade — em parte substancial causada pela omissão do governo. O desafio do momento é dinamizar vontades e concentrar ações para que a síndrome não se espalhe e lance o Brasil por inteiro no embargo mundial às importações.

Mobutu”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 23 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, afirma que “Nunca ninguém poderia supor que, depois de tantos anos de espalhafatosa propaganda pela correção de rumos de viciada cultura política, se implantasse no país um desvairado regime de pusilanimidade moral, em que suas portas se escancarassem como nunca”.

Ele conclui: “Se alguém ainda tivesse dúvida do lastimável quadro exposto à avaliação da inteligência brasileira, por certo a deslavada omissão, o contumaz alheamento, o usual absentismo do Senhor Lula de tudo que nasceu, medrou e vicejou ao seu lado, em ter-

mos de corrupção e dano ao Brasil, já seriam bastante para a decretação da perda de seu mandato”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para

Seguindo as passadas de Mobutu

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Judas Iscariotes, um dos 12 discípulos reunidos por Cristo, traiu-o por 30 moedas de prata, diz a Bíblia. Seria essa uma forma de corrupção? Sem dúvida. Considerando que todos os apóstolos se entregaram ao ministério de Jesus, seguindo seus ensinamentos e o acompanhando em sua pregação pela Judéia, a indicação aos judeus que o perseguiram do local em que se encontrava revelou, nos momentos que antecederam à paixão, a recompensa maldita pelo serviço encomendado. Era, de fato, uma das variáveis do gênero corrupção. Aliás, a revista *Veja* da semana passada traz uma entrevista em suas páginas amarelas com o advogado alemão Peter Eigen, especializado em rastrear ações de corruptos pelo mundo afora, que, mais tarde, horrorizado com os atos de ladroagem que floresceram no governo Lula, comparou-o à Mobutu, o ex-ditador todo-poderoso do antigo Zaire, hoje República Democrática do Congo.

A história da humanidade é repleta de desvios semelhantes. Na antiguidade, a corrupção já era conhecida na organização da pólis, dela tratando com profusão o Código de Hamurabi, as leis do antigo Egito, as do direito hebreu, consolidando-se com penas severas no período clássico do direito grego. Na realidade, a corrupção existe desde que os homens passaram a conviver em sociedade. Nem por isso os cidadãos de bem se deixaram ou se deixam levar pelo seu fetichismo. Quanto mais atrasado culturalmente é o país, mais arraigados e consistentes são seus tentáculos.

Isso não quer dizer que os países de educação mais avançada sejam imunes às suas investidas. O fato é que reiterados estudos sobre corrupção no planeta indicam que os

países da Ásia, África e América Latina — não sem razão os mais atrasados culturalmente —, são também os mais infestados desse mal. Pela simples localização em que nos achamos no globo terrestre, já a própria geografia nos inflige a mácula de país corrupto. Não é para menos.

A ONG Transparência Internacional, de notória reputação mundial, presidida pelo mesmo advogado Eigen, acaba de rebaixar a posição do Brasil do 59º para o 62º lugar (os números são ascendentes, mas o prejuízo é descendente), na escala de avaliação negativa do índice de percepção do crescimento da corrupção entre as nações. A divulgação foi feita em Londres na terça-feira passada e coincide com o mais recente périplo do presidente Lula pelo Velho Mundo.

Promulgada a Constituição Federal em 1988, aguardava-se que, após sua vigência, os mecanismos constitucionais por ela instituídos, sobretudo os outorgados ao Ministério Público e, de resto, à cidadania, se encarregassem de frenar as recorrentes práticas de assalto ao dinheiro do povo. Tal não se deu. No governo Itamar Franco o país não se assustou com quaisquer atos de corrupção. Foi um governo de extrema lisura. Antes, no de Collor, sabe-se no que deu. Agora, no governo da ética às avessas do presidente Lula, o melhor que se pode dizer dele se resume na jocosa verve do insuperável Barão de Itararé, que assim o teria definido: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”. Frustrada a expectativa, mais uma vez correto o senso crítico do velho Barão.

Nunca ninguém poderia supor que, depois de tantos anos de espalhafatosa propaganda pela correção de rumos de viciada cultura política, se implantasse no país um desvairado regime de pusilanimidade moral, em que suas portas se escancarassem

como nunca. O pior é que, após o bombardeio de que nos vimos cercados, ilusoriamente tudo parece soar como se as coisas tivessem sido repostas nos seus devidos lugares. Na verdade, tudo continua do mesmo jeito. Tanto do mesmo jeito, que o senhor Lula teve o desplante de afirmar, com a ênfase de costumeiro blefador, que o único foco de afossa no Mato Grosso do Sul havia sido *debelado, quando, na realidade, outros se alastravam em municípios fronteiriços com o Paraguai.*

Pior. Hoje, sabe-se que nem sequer as verbas programadas para o setor foram liberadas, salvo uma miserável parcela. É a crueldade da política econômica esmagando o produtor. A inexistência de recursos para atender à fiscalização da vacinação ou da ineficácia de sua aplicação, responsabiliza-se pelo estupendo prejuízo causado ao mercado, não só no plano interno como no externo, a exemplo do embargo à carne imposto pelos maiores fregueses do país.

Apesar da gravidade dos fatos até aqui detectados no âmbito das CPIs que apuram os desmandos da era petista, é preciso atentar para o saldo positivo das evidências e provas vindas à tona, entre as quais muitas, seguramente, já seriam mais do que suficientes para defenestrar o poder o causador-mor de todo o processo de deprimentia moral que se abateu sobre o país — o presidente da República.

Se alguém ainda tivesse dúvida do lastimável quadro exposto à avaliação da inteligência brasileira, por certo a deslavada omissão, o contumaz alheamento, o usual absentismo do senhor Lula de tudo que nasceu, medrou e vicejou ao seu lado, em termos de corrupção e dano ao Brasil, já seriam bastante para a decretação da perda de seu mandato. Um país sério já teria feito isso há muito tempo.

registrar o artigo intitulado “A angústia do apito final”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 30 de outubro do corrente.

O artigo faz uma analogia entre uma partida de futebol e a crise que se instalou no atual Governo. Para o autor, o Presidente Lula “está louco” para que o juiz apite logo o final da partida: “sua maior preocupação é que tudo acabe de vez para ver se a derrota se limita ao prejuízo já sofrido”.

No entanto, ainda segundo o autor, “acontece que nem sequer acabou o primeiro tempo. A contragosto, todavia, o senhor Lula vai ter que amargar a espera do apito final da partida”.

A angústia do apito final

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

O jogo ainda prossegue indefinido. Embora a bola esteja em movimento, a esparvorada torcida que quer brindar a vitória esbraveja para que o juiz apite logo o final da partida. No caso do governo, o senhor Lula não está comemorando nenhum êxito na concretiza em que se meteu, por atos de corrupção que deixaram perplexos os brasileiros. Sua maior preocupação é que tudo acabe de vez para ver se a derrota se limita ao prejuízo já sofrido.

Acontece que nem sequer acabou o primeiro tempo. Os deputados petistas que estão com os pés no cadafalso da degola não aceitaram o engasgado apelo presidencial para que renunciassem aos mandatos. Um apenas dentre eles atendeu à súplica. Caso todos acatassem a conclamação, o fato por certo traria algum conforto à complicada situação em que chafurdou o governo do senhor Lula. Preferiram aguardar a decisão a ser proclamada pelo plenário da Câmara para ver se escapam das denúncias a que responderá. Óbvio. Estão cumprindo à risca o velho ditado: “Mateus, Mateus, primeiro os meus, depois os teus”. O presidente pra lá, a gente pra cá.

Essa mesma prática se aplica à nova direção do PT sakda do Campo Majoritário e eleita com o mesmo estereótipo procedimental que garantiu a vitória do atual presidente da Câmara. Pós-se, assim, o novo comando petista à tarefa de aguilizar a abdução do maior de seus estorvos — seu ex-tesoureiro. Com a consumação do ato, supõe-se que ninguém mais poderá encher a boca e dizer que o partido não tomou providências corretivas ao contar na própria carne a dolorida decapitação, por “gestão temerária” na condução de suas finanças, do companheiro de 25 anos de militância.

Tudo bem. Que se aplauda o comportamento. A pergunta que se faz é se o partido seguirá a mesma orientação com relação aos demais atores da triplicidade tampolinagem armada contra o povo; e se agirá da mesma forma com outras personalidades do PT seriamente comprometidas com a ética, de que tanto defenderam, até plantar os pés nos tapetes do Palácio do Planalto. É esperar pra ver no que vai dar.

Para se somar à aflição do governo, que além da resistência à renúncia coletiva de seus deputados, ora a caminho da forca, conta com a obstinada reação do ex-ministro-chefe da Casa Civil, que usando de todos os recursos possíveis, procura se safar da potencial cassação. Para atingir seus objetivos, esgota todos os meios regimentais do iter processual que corre perante os órgãos da Câmara a que pertence.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO.. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Unesco, em outubro de 2003, aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultu-

carpo, há de se agregar, ademais, o mais sério deles, que se corrobora na total impossibilidade do encerramento das atividades das CPIs até o final do ano, ou mesmo antes, como tanto anseia o governo petista. A CPI dos Bônus já está prorrogada até o dia 25 de abril do próximo ano, tampouco as outras duas, da Compra de Votos e dos Concelos, que deverão estar com suas portas abertas por muito mais tempo, findar-se-ão antes dessa mesma data.

A parte mais maçoante e trabalhosa, que comumente não capta a presença de holofotes, diz respeito ao levantamento de toda a documentação anexada aos autos de cada uma das CPIs. Exige a tarefa muito esforço e dedicação. O exame minucioso das contas bancárias, a conferência dos diversos lançamentos correspondentes aos depósitos e saques nas centenas de contas correntes de pessoas físicas e jurídicas, o rastreamento dos favorecidos a quem os pagamentos foram feitos e a origem desses depósitos, tudo isso é extremamente penoso, cansativo e demorado.

A conferência de notas fiscais, auditorias, perícias em documentos, diligências que precisam ser feitas em várias partes do país e até do exterior em socorro da comprovação de fatos, muitos deles indisponíveis às câmaras de pontos cruciais; a análise de contas de telefone para se checar informações, de cópias de dados fiscais e mais um mundo de coisas; requisições; tempo; competência e paciência para a sua conclusão.

Se é imponderável precisar o termo certo para que a Câmara dos Deputados conclua o julgamento de cada um dos deputados denunciados, também é improvável que antes de meados de 2006 toda essa procela que se adoteu sobre o governo petista se estanque. Sei que o presidente gostaria de ir para seus palanques dizendo que tudo não deu em nada. Vai ser muito difícil.

O bulo se complicará muito mais ainda se a CPI do Caixa 2 se instalar. Ai é matar de asfixia quem já se acha com pouco ar para respirar.

A contragosto, todavia, o senhor Lula vai ter que amargar a espera do apito final da partida.

Age do mesmo modo junto ao Poder Judiciário, lançando mão de todos os recursos legais disponíveis, para o que se funda na afirmação da inexistência de provas que o incriminem. Por isso mesmo, se a cassação sobrevier, será imediatamente decorrente de ação política e não de qualquer prova carreada para o processo.

Verdade ou não, sem pretender adentrar no mérito da questão, é evidente que o procedimento encontra mais uma dificuldade para o presidente poder celebrar o apito final do jogo que tanto desejava ver finalizado. Afetos pessoais que se sucedem em seu próprio

ral Imaterial da humanidade. Sua efetivação depende, contudo, da adesão a esse texto de, pelo menos, 35 países. O Brasil, como um dos mais ativos participantes elaboradores dessa convenção, deveria ser dos primeiros a ratificá-la. Para tanto, precisamos da aprovação do Congresso Nacional. O Senhor Presidente da República enviou mensagem à Câmara dos Deputados solicitando a apreciação do texto pelo Parlamento brasileiro. A matéria encontra-se, ainda, em tramitação naquela Casa, mas sob regime de urgência, o que deve favorecer sua aprovação em data próxima.

Mesmo sabendo que a preservação do patrimônio ainda não foi elevada à condição efetiva de prioridade nacional, o Brasil tem se destacado nesse campo. A clarividência de alguns dos expoentes de nossa cultura tem servido para que – pelo menos do ponto de vista de proposições, de legislação e de iniciativas, mesmo que pontuais – tentemos, ainda que timidamente, preservar aquilo que de mais precioso uma sociedade pode ter: o registro de sua bagagem e de sua história cultural; de tudo aquilo que contribuiu e ainda contribui para formar a múltipla e complexa expressão cultural de um grupo social ou de toda uma Nação.

De fato, Sr. Presidente, malgrado todas as vicissitudes históricas, avanços e recuos motivados pela dinâmica da cena política, o panorama da legislação cultural brasileira vem apresentando inegáveis progressos, tanto no que respeita a sua adequação às atuais demandas da sociedade quanto no que tange à ampliação das áreas de alcance e interesse.

A Constituição de 1988, refletindo o tratamento conferido ao tema pelos textos constitucionais de alguns países do chamado Primeiro Mundo, promoveu, especialmente nos artigos 215 e 216, um significativo avanço em relação à definição, preservação e difusão do patrimônio cultural, garantindo e incentivando a produção e o acesso às fontes da cultura nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é inegável que o arcabouço jurídico, que aos poucos se consolida, oferece, atualmente, uma razoável sustentação às ações governamentais destinadas ao setor cultural. Mas nada é definitivo, Senhor Presidente. Os anseios da coletividade – cada vez mais conscientizada e engajada na preservação do seu patrimônio –, aliados à demanda dos setores que produzem cultura no País, provocam e provocarão revisões e aprimoramentos.

Na verdade, desde o início do século XX, já havia brasileiros preocupados com a preservação de nossa memória cultural. A Constituição de 1934, por exemplo, em seu capítulo II, dedicado à educação e à cultura, definia a proteção e o apoio ao patrimônio histórico e artístico como dever do Estado. Esse importante preceito constitucional produziria efeito jurídico por

ocasião do Governo Vargas. Sob a égide de Gustavo Capanema – Ministro da Educação de 1934 a 1945 –, com o concurso notável do escritor Mário de Andrade, um decreto organizou o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, presidido, à época, por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Estava, assim, pavimentado o caminho para uma verdadeira política de preservação e resgate do imenso patrimônio cultural da Nação brasileira.

Registremos, também, Sr. Presidente, que, no Brasil, não é novo o reconhecimento das expressões e manifestações populares como indicadores da nossa identidade cultural. De fato, o registro dessas manifestações já fazia parte do histórico anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936; anteprojeto que está na origem da ação do Estado em favor da proteção ao nosso patrimônio cultural, materializada no Decreto-Lei nº 25, de 1937. A partir desse texto pioneiro construiu-se, paulatinamente, uma interpretação sobre a identificação e a preservação dos bens culturais brasileiros.

Décadas após, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – grupo interministerial criado na década de 1970, com o intuito de mapear e criar instrumentos de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, sob a liderança de Aloísio Magalhães – estabeleceu os passos pioneiros para a futura edição do Decreto nº. 3.551, de 2000.

Assim, Sr. Presidente, o Estado, a partir da edição do Decreto nº. 3.551, de 2000, passou a dispor de instrumento adequado ao registro de bens culturais de natureza imaterial. Completou-se, então, o ciclo iniciado em 1937, quando foi instituído o tombamento, voltado para a preservação de obras de arte, monumentos, sítios históricos, arqueológicos e ambientais, bem como outros bens materiais de valor histórico e artístico.

A operacionalização do processo de registro, no caso de bens imateriais, ainda é objeto de deliberações do Governo. Entretanto, o grande passo do reconhecimento desse patrimônio já ostenta suas virtudes. Com base em experiências internacionais de reconhecimento das manifestações culturais imateriais, ficou evidenciado que as ações mais recomendadas para o trato desse patrimônio são justamente aquelas contempladas pelo decreto de 2000: o inventário, o registro, a documentação, assim como a definição de medidas de apoio, de difusão do conhecimento e de proteção à propriedade intelectual.

Mais recentemente, essa louvável inovação recebeu, também, o aporte especializado da Unesco. Na verdade, desde 1933, tendo como referência o

tratamento do tema por alguns países orientais, a Unesco passou a considerar o assunto como área de sua competência e estudo, o que tem gerado, inclusive, algum apoio financeiro aos detentores de saberes patrimoniais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o valioso desfecho desse processo internacional foi a aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 17 de outubro de 2003, na Trigesima Segunda Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e, com a relevante participação do Brasil, cujo Decreto nº 3.551, de 2000, serviu de importante referência na elaboração do texto aprovado.

E entre nós? De que trata esse importante tema? Trata-se da proteção de importantíssimas formas de expressão cultural, tipicamente brasileiras, como a indígena ou os inúmeros festejos espalhados por todo o Brasil, como o bumba-meu-boi e tantos outros. Enfim, a lista é infindável, e a diversidade e riqueza ilimitadas. É da preservação e da perpetuação dessas manifestações que falamos.

Assim, Sr. Presidente, não poderíamos adotar outra postura que não a de aprovar celeremente o texto que o Poder Executivo enviou ao Parlamento. Só assim o Brasil poderá se inscrever, definitivamente, no rol dos Estados Partes desse importantíssimo acordo internacional.

Auguro que a tramitação na Câmara dos Deputados seja breve e que, ainda neste semestre, o Senado Federal se possa debruçar sobre esta auspiciosa iniciativa para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Concluo registrando que, já no quadro das iniciativas de registro patrimonial, a Unesco criou a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, no âmbito da qual, a cada dois anos, a partir de 2001, selecionam-se, por júri internacional, espaços e expressões de excepcional importância, dentre candidaturas oferecidas pelos países. Em 2002, o Brasil apresentou sua primeira candidatura, preparada pelo Museu do Índio, retratando a cosmologia e a linguagem gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá. E essa candidatura foi aprovada e inscrita no rol das obras-primas da humanidade.

Em 2005, Sr^{as} e Srs. Senadores, será a vez do Samba ser apreciado. O júri internacional da Unesco deveria ter se reunido em julho deste ano, para se pronunciar sobre se o samba pode ser considerado

obra-prima do patrimônio imaterial da humanidade. Contudo, devido ao grande número de candidaturas apresentadas, totalizando 70, a Unesco decidiu reunir o júri, não mais em julho, mas de 21 a 24 de novembro, para fazer a proclamação das novas obras-primas da humanidade no dia 25 de novembro. Temos convicção de que nosso samba se tornará a segunda manifestação cultural brasileira a ser consagrada pela Unesco.

Ressalto ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançou, em setembro do corrente ano, o primeiro Edital Público do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que fomentará projetos de pesquisa documental sobre o patrimônio cultural e imaterial que constituem referências culturais para grupos sociais no âmbito dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraíba, Rondônia e Roraima bem como projetos que visem à melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução de bens culturais imateriais no Norte e Centro-Oeste do país. Qualquer instituição, pública ou privada, não vinculada à estrutura do Ministério da Cultura, e ligada à cultura, à pesquisa e ao patrimônio, nos termos do edital, poderá participar da seleção. Serão destinados oitocentos mil reais aos projetos selecionados.

Eis, pois, Sr. Presidente, razões mais do que suficientes para que o Brasil se apresse em depositar junto à Unesco a sua ratificação à convenção dos bens culturais imateriais. Assim procedendo, daremos um sinal claro à comunidade internacional de nosso zelo pela cultura brasileira. E daremos à nossa própria gente mais razões para se orgulhar do modo brasileiro de ser e fazer a vida e a cultura.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 6 minutos.)

Ata da 196ª Sessão não Deliberativa, em 7 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Antonio Carlos Valadares,
João Batista Motta e Garibaldi Alves Filho.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2005

Altera a Lei nº 9.709, de 1998, pra disciplinar a data de realização de referendos e plebiscitos no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.709, de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A consulta popular será sempre realizada simultaneamente à primeira eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador subsequente à aprovação do ato convocatório.(NR)”

Art. 2º Revoga-se o inciso I do art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O eleitor brasileiro foi convocado a participar, no último dia 23 de outubro, do primeiro referendo em nosso país.

Destinou-se a consulta popular a identificar a posição do cidadão a respeito da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil.

Foi, sem dúvida, uma rica experiência no que concerne à efetivação de mecanismo constitucional de democracia direta em que o povo, titular do poder

originário, externou seu voto de forma livre, pacífica e democrática.

Escassa é a experiência da política brasileira na utilização dos institutos de democracia direta, previstos no art. 14 da Constituição Federal.

Assim como ocorre em todas as experiências pioneiras, o referendo sobre a comercialização de armas no Brasil sofreu críticas de diversas naturezas.

A principal delas talvez tenha sido a pouca relevância da matéria e sua baixa capacidade de gerar efetiva mudança no caótico quadro da segurança pública **vis-à-vis** os altos custos financeiros – cerca de R\$250 milhões – da realização do referendo.

É nesse contexto que, objetivando racionalizar o processo de consulta popular e minimizar os custos de sua realização, proponho o presente projeto de lei.

O objetivo principal da proposição é determinar que a consulta popular – tanto o referendo, quanto o plebiscito – seja realizada juntamente com as eleições municipais que se realizam a cada quatro anos.

O fundamento da proposta é aproveitar a mobilização de todo o aparato logístico da Justiça Eleitoral, em sua dupla dimensão de organizadora do processo eleitoral e de julgadora das lides que dele decorrem, para submeter ao povo a consulta popular.

Essa iniciativa teria o condão de potencializar os esforços do Estado e, em uma única oportunidade, viabilizar, de um lado, a eleição dos representantes do povo e, de outro, permitir a participação direta da população na definição de seus próprios destinos.

Hoje em dia, no Brasil, a população é chamada a participar do processo eleitoral a cada dois anos: para as chamadas “eleições gerais” em que são eleitos o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Senador (um ou dois, alternadamente), o Governador, o Vice-Governador, o Deputado Federal e o Deputado Estadual; e para as “eleições municipais” em que são eleitos o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Vereador.

Parece inevitável concluir que, se o objetivo é aproveitar o aparato das eleições para promover a consulta direta e não sacrificar o eleitor, mais adequado é que a referida consulta seja feita simultaneamente às eleições municipais, já que a quantidade de cargos em disputa é muito menor.

Assim, todos os plebiscitos e referendos que tivessem seus atos convocatórios aprovados após a última eleição municipal, somente seriam realizados juntamente com a próxima eleição municipal.

Assegura-se, dessa forma, estímulo aos mecanismos de democracia direta ao tempo em que se racionaliza sua execução.

O Prof^o Denis Rosenfield, da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, manifestou-se no mesmo sentido do exposto no presente projeto de lei em artigo publicado à pág. A³ do Jornal Folha de São Paulo, em 29-10-2005, **verbis**:

Para que o referendo não seja compreendido como uma forma substitutiva da democracia representativa, basta contemplar uma periodicidade regular, não obrigatória, quando, a cada dois ou quatro anos, os cidadãos seriam chamados a decidir, concomitantemente com as eleições, sobre temas específicos. Uma tal coincidência de datas traria dois benefícios: 1) primeiro, o de fazer coincidir um processo ritual da democracia representativa, relativo às eleições, com uma forma mais direta de participação; 2) segundo, o de fazer com que os custos não sejam exorbitantes.

Lembre-se, por fim, que a fórmula engendrada na presente proposição assegura o necessário amadurecimento e amplo debate sobre a matéria que será submetida ao povo brasileiro, impedindo, assim, a banalização de tão relevantes instrumentos do Estado Democrático de Direito, consagrados na Constituição de 1988.

Essas, Srs. Senadores, são as razões que me levam a pleitear a aprovação do projeto em tela.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência á Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limite de sua circunscrição:

I – fixar a data da consulta popular;

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2005

Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977 (“Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão-de-obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.”(NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979 (“Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.”), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

Parágrafo único. A designação supletiva de que trata o **caput** não poderá recair em quem tenha defendido a exploração ou explo-

rado mão-de-obra escrava, em qualquer de suas modalidades.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O País faz um grande esforço para combater a escravidão e a superexploração de trabalhadores no território nacional. Nesse contexto, é inadmissível a manutenção de homenagens a personagens históricos e outras pessoas que defenderam ou que, indiscutivelmente, exploraram o trabalho escravo, em nosso País.

É preciso que, de forma clara e explícita, nos manifestemos, como sociedade, pela condenação dessa prática passada e presente, que fere os direitos humanos e a ordem constitucional. Ainda que num plano simbólico, cabe demonstrar que a sociedade brasileira não aceita mais, nos albores do século XXI, conviver com essas práticas do passado, contrárias aos direitos humanos fundamentais.

Seria desejável que os demais entes autônomos da Federação instituíssem norma similar em suas respectivas esferas de competência, já que a presente iniciativa trata de matéria de índole tipicamente administrativa, restrita ao âmbito da União, com o devido resguardo da prevalência absoluta do princípio federativo.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

.....
 Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 83, DE 2005

Institui a Frente Parlamentar da Engenharia

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, que evidencie o papel da engenharia brasileira como fator de propulsão do desenvolvimento social e econômico do País e em constante busca de soluções viáveis para a resolução das crises de habitação, do transporte, da saúde, da educação, do lazer ou de outras áreas de especialização, que possam ser formuladas em proposições legislativas em quaisquer níveis de governo, fica criada a Frente Parlamentar da Engenharia.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar da Engenharia reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Congresso Nacional, podendo, no entanto, valer-se de outro local na sede da Capital Federal ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente da Engenharia será integrada, inicialmente, pelas Senhoras e Senhores Deputados Federais e pelas Senhoras e Senhores Senadores que assinarem a Ata da sua instalação, podendo a ela aderir outros parlamentares detentores de mandato popular.

Art. 3º A Frente Parlamentar da Engenharia reger-se-á por seu Estatuto e pela decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitadas as disposições legais e estatutárias vigentes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Brasil enfrenta problemas de grande complexidade; do campo social ao político; nas áreas fiscal, tributária e previdenciária; na tecnologia, na ecologia, na pesquisa científica e até na gestão da administração pública. Todos concordam, no entanto, que a solução global dos magnos problemas que afligem o nosso país está no crescimento e na solidez da economia, pilar do desenvolvimento sustentável.

De todo o possível leque de ações e seus desdobramentos, resulta, sempre, o aproveitamento econômico

co, o desenvolvimento permanente da economia, seja a nossa, seja a de qualquer outro país. A importância da engenharia e a necessidade de uma mobilização para garantir seu desenvolvimento já foi, com mestria, destacada em texto apócrifo publicado por um periódico do sindicato dos engenheiros paranaense.

A referida publicação salienta que a engenharia brasileira tem dado mostra ao longo de todos esses anos, em todas suas modalidades, de ser um dos principais esteios de avanço do processo de industrialização e de desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

A engenharia está presente em tudo, desde as pequenas ações cotidianas às mais complexas, sendo, pois, impossível para o homem moderno deixar de utilizar as suas manifestações na habitação, na saúde, no transporte, no lazer, na educação, entre outras.

O pressuposto de se ter uma engenharia sólida, dinâmica e atuante, é um condicionante básico para o desenvolvimento nacional. A História passada e presente do desenvolvimento dos povos nos mostra que nenhuma nação foi ou é desenvolvida sem passar por um processo de captação e desenvolvimento de tecnologias. O Brasil que iniciou seu processo de industrialização a partir da década de trinta, teve já à época, a preocupação de implantar as bases da engenharia nacional, implementando novos cursos nas áreas da eletrotécnica, da mecânica e da agrimensura nas escolas de engenharia existentes.

A engenharia nacional tem dado mostras de sua enorme capacidade de criação e adaptação às novas tecnologias, nas áreas de consultoria, projetos e de construção. A prospecção de petróleo em águas profundas (liderança mundial) coloca a Petrobrás num ranking privilegiado, não só pelo tamanho de sua organização, mas também como um pólo de desenvolvimento de tecnologias. O setor eletroenergético capitaneado pelo sistema Eletrobrás, o setor das telecomunicações da Telebrás, a mineração da Vale do Rio Doce, o gigantismo e a capacitação tecnológica da construção civil (de reconhecimento internacional), são signos incontestes da importância da nossa engenharia.

Manter e qualificar essa engenharia multiorganizacional, que envolve instituições de ensino, sindicatos de classe, clubes de engenharia, conselhos profissionais, federações de indústrias, parlamentos e o Estado.

Num mundo de rápidas transformações tecnológicas, deve-se agir com cautela e prudência, a automação e a robotização não devem ser concebidas como substituição e redução pura e simples de mão-de-obra.

As crises econômicas enfrentadas pelo país nos últimos anos, desaqueceram o setor produtivo, conduzindo ao desmantelamento de organizações, ao desemprego e afastando a engenharia da produção e da pesquisa.

O enorme contingente de engenheiros de norte a sul do país que foram instados a mudar de ramo de atividade, subempregados e desempregados, é fator de preocupação. O Estado brasileiro investiu muito na formação desses profissionais, a ausência deles do setor produtivo afeta a memória da engenharia.

É preciso que o país volte a crescer, é preciso retomar o desenvolvimento com investimentos direcionados para áreas prioritárias. O Brasil tem índices sociais muito baixos, os quais certamente poderão ser solucionados através da engenharia.

Por isso, entendemos ser a engenharia nacional, representada no Congresso Nacional pelos engenheiros eleitos pelo voto popular, apta para projetar as medidas necessárias ao país; para corrigir e aprimorar suas estruturas; para participar concretamente da reconstrução do “edifício Brasil”, em sintonia com todas as entidades de classe, com os clubes de engenharia, com os conselhos nacional e regionais de engenharia, arquitetura e agronomia, enfim, com as academias de ciência. Vamos debater idéias, propor, elaborar programas e projetos, estudar e apresentar as nossas soluções para um Brasil mais desenvolvido, com avanço tecnológico, justiça social e equidade.

São esses os objetivos fundamentais dessa frente parlamentar, que não terá qualquer conotação partidária ou de regionalismo e, por isso, certamente contará com o apoio e decisiva participação do Congresso Nacional e de toda a sociedade civil organizada.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2005 – Senador **Marcelo Crivella**.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Assuntos Sociais e Diretora.

Sobre a mesa, avisos do Tribunal de Contas da União que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

- Aviso nº 52, de 2005-CN (nº 1.899-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.667, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria – realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-393 no Estado do Espírito Santo Trecho Bom Jesus-Cachoeiro de Itaperim, Programa do Trabalho 26.782.0230. IE66.0002. (TC nº 8.476/2005-8).
- Aviso nº 53, de 2005-CN (nº 1.956-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.709, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Monitoramento acerca do cumprimento das deliberações proferidas por aquele Tribunal em relação ao acompanhamento do Projeto de Irrigação Flores de Goiás. (TC nº 3.586/2001-4)
- Aviso nº 54, de 2005-CN (nº 1.965-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.715, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada pela Secex/AM, relativo às obras custeadas pelo Plano de Trabalho PT nº 26.782.0238.1428.0101, referentes à “Construção de Trechos Rodoviários na BR-3 17 no Estado do Amazonas Trecho Boca do Acre – Divisa AM/AC. (TC nº 008.576/2005-3).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 1.865, 1.866 E 1.867, DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem),

que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo.

PARECER Nº 1.865, DE 2005

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, é de autoria da Deputada Federal Maria Elvira e logrou na Câmara dos Deputados, aprovação unânime, com o acréscimo de apenas uma emenda, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, contra o voto do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, e pela inconstitucionalidade da emenda proposta pela Comissão de Trabalho daquela Casa Legislativa.

Neste sentido, o parecer da Deputada Nair Xavier Lobo, é irrepreensível, pois extirpou do texto aqueles dispositivos controversos e de duvidosa constitucionalidade, que versavam especificamente sobre a instituição e organização do Conselho Federal de Turismo e dos Conselhos Regionais de Turismo.

Na Câmara dos Deputados o projeto obteve tramitação conclusiva no âmbito das comissões (art. 58, § 2º inciso I da CF) e foi remetido ao Senado Federal, onde se encontra desde o dia 20 de maio de 2003, havendo sido distribuído para a Comissão de Assuntos Sociais, responsável pela análise da matéria, nos termos do contido no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em breve síntese, a proposição pretende a regulamentação profissional de Turismólogo, relacionando como abrangidos pela nova profissão:

a) os possuidores de diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;

b) os diplomados por estabelecimento e ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;

c) os que, embora não diplomados nos termos do disposto nos itens anteriores, venham exercendo comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data da publicação desta lei,

as atividades de Turismólogo há pelo menos doze meses.

O art. 2º do PLC nº 24, de 2003, fixa as competências do Turismólogo, a seguir relacionadas:

1. coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

2. analisar dados econômicos, estatísticos e sociais necessários à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

3. elaborar planos visando ao desenvolvimento do setor turístico;

4. analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

5. coordenar e orientar trabalhos especializados, em âmbito intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

6. coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica; histórica e artística, bem como sua viabilidade econômica;

7. coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico;

8. coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

9. prestar consultoria e assessoria na elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Na justificação, a eminente autora coleciona os seguintes argumentos:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo mundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de

turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

O projeto em tramitação regular na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, teve sustada a apreciação do parecer apresentado pelo eminente Senador Eduardo Azeredo, face à aprovação do Requerimento nº 812, de 2003, de autoria do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, que postulou a prévia manifestação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a constitucionalidade e juridicidade da presente proposição.

No prazo regimental foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Leonel Pavan.

II – Análise

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos termos do art. 101, inciso I do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentabilidade do PLC nº 24, de 2003, que ora passamos a analisar.

Devido às peculiaridades de algumas profissões e às exigências da coletividade, atendendo, portanto, ao interesse social, o legislador sentiu a necessidade de regulamentá-las, levando em conta o tipo de atividade, o desgaste que ela produz e os riscos existentes no seu exercício para, desse modo, lhes conferir um tratamento especial.

Desde a Constituição Política do Império, de 1824, que aboliu as corporações de ofício, todas as Constituições brasileiras consagram a liberdade de profissão como regra, no tocante ao exercício da atividade profissional. A Carta de 5 de outubro de 1988 não constitui exceção. De fato, a liberdade de profissão está expressa em seu art. 5º, inciso XIII: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

É grande o número de leis sobre profissões que não se encontram elencadas no Título III da CLT. De

1943 para cá, o desenvolvimento econômico, cultural, social e demográfico ensejou relações sociais mais numerosas e complexas, o que fez surgir novas profissões para atender às novas necessidades individuais e coletivas.

No universo dessas profissões, muitas, sem dúvida, necessitam de uma regulamentação legal, por estarem vinculadas a aspectos básicos da vida humana ou da vida em sociedade. Ademais, aqueles que as exercem precisam ter formação científica especial, sem a qual colocariam em perigo a vida, a saúde, a liberdade, a educação, a honra e a segurança do cidadão e de seu patrimônio. Esses motivos justificam, portanto, a regulamentação, via legislativa, de determinadas profissões.

As restrições, portanto, que, excepcionalmente, o Estado estabelece incidem sobre o direito de acesso e de exercício da profissão, porque objetivam proteger a vida, a saúde, a segurança e a liberdade das pessoas, assim como lhes possibilitar adequadas condições de educação e de trabalho, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Ora, a sociedade hoje apresenta, como característica marcante, a mobilidade de seus membros, através das vias de comunicação entre os vários setores da vida coletiva. O legislador não pode obstáculos vias, a não ser que o bem comum o exija (Cfr. Eduardo Gabriel Saad, *in* CLT Comentada, 30ª ed., 1997, pp. 190/1).

A regra básica no mundo de hoje, portanto, consagrada inclusive na nossa Constituição, é a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão. Esse é o espírito do texto constitucional, ou seja, o de garantir a plena liberdade de exercício de qualquer atividade laborativa.

Todavia, a Constituição Federal estabeleceu no inciso XIII do art. 5º, que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Não se pode, portanto, afirmar que o projeto em discussão esteja eivado de inconstitucionalidade, pois a conveniência ou não da regulamentação de determinada profissão é de ordem técnica, econômica e política, adstrita ao exame de mérito e não de admissibilidade constitucional da matéria.

Além disso, o projeto refere-se a atividades caracterizadas como de planejamento e coordenação do ramo turístico, próprias de pessoas capacitadas tecnicamente. Não estão incluídas, por exemplo, às ati-

vidades de natureza tipicamente operacional da área turística, estas sim, continuarão regidas pelo princípio da universalidade de acesso ao trabalho.

Não se concebe, por outro lado, que a titulação de nível superior não proporcione ao profissional qualificado tecnicamente o mínimo de reconhecimento legal por parte do Estado, inexistindo óbice legal de qualquer ordem para aprovação da proposição.

O eminente Senador Leonel Pavan apresenta emenda objetivando adequar o lapso temporal estabelecido no inciso III do art. 2º, de doze meses para quatro anos, como carência mínima para o reconhecimento do profissional como Turismólogo.

Acresce, por fim, o inciso IV ao art. 2º, para fixar regra pela qual aqueles que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data de publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos, poderão exercer a profissão de Turismólogo.

São procedentes os argumentos apresentados pelo autor da emenda, razão pela qual ela deve ser acolhida.

III – Voto

Em face destas considerações, opinamos pela constitucionalidade, legalidade e regimentabilidade do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003 e pela aprovação da seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

O art. 2º do PLC nº 24, de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º

III – os que, embora não diplomados nos termos dos incisos I e II, venham exercendo, comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data de publicação desta lei, as atividades de turismólogo, há pelo menos quatro anos;

IV – os que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data da publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 24 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/06/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR : <i>[Handwritten Signature]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO <i>[Handwritten Signature]</i>	1-EDUARDO SUPLYCY <i>[Handwritten Signature]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA <i>[Handwritten Signature]</i>	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Handwritten Signature]</i>	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCA	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>[Handwritten Signature]</i>	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO <i>[Handwritten Signature]</i>	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE <i>[Handwritten Signature]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Handwritten Signature]</i>
PSDB	
ÁLVARO DIAS <i>[Handwritten Signature]</i>	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

PARECER Nº 1.866, DE 2005

(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)
Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Câmara nº 24, de 2003, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de turismólogo.

Ao justificar sua iniciativa, a autora da proposição alega:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo inundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

Na sua parte substancial, o projeto prevê que a profissão de turismólogo será exercida pelos diplomados em curso superior de Turismo; pelos diplomados em cursos superiores equivalentes no exterior; e por aqueles que, embora não preencham as duas condições anteriores, vêm exercendo, até a data da publicação da lei, a profissão de turismólogo, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, doze meses.

O projeto enumera, ainda, em seu art. 3º, as atividades que são específicas do turismólogo.

Vale lembrar, finalmente, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a emenda nº 1, de nossa autoria, com o objetivo de adequar o lapso temporal estabelecido no inciso III do art. 2º, da proposição em apreço, de doze meses para quatro anos, como carência mínima para o reconhecimento como turismólogo daquele profis-

sional que não possui diploma de curso superior de Turismo.

Aprovou, ainda, com o acréscimo do inciso IV ao art. 2º, dispositivo que permite àqueles que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data de publicação da lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos, exercer a profissão de turismólogo.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Hoje em dia, os governos estão descobrindo cada vez mais que o turismo é um poderoso instrumento para a promoção do desenvolvimento regional. Tida como a principal atividade econômica do mundo, inclusive superior à do petróleo em termos de geração de divisas internacionais, o turismo é a melhor saída ou até mesmo a tábua de salvação para muitas regiões. Principalmente porque requer baixo nível relativo de investimentos para sua implantação, em comparação com qualquer outra indústria.

O desenvolvimento do turismo com base local pode contribuir para a equalização de cinco objetivos importantes: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

O efeito multiplicador da atividade turística, além de refletir positivamente no desenvolvimento local e regional, tem efeitos benéficos também em qualquer cidade, mesmo sem a presença do turista no município, bastando que ele seja fornecedor de bens a serem consumidos pelos turistas, tais como produtos artesanais, industriais, agrícolas, alimentícios, mão-de-obra etc.

A atividade turística pode desfrutar os bens da natureza sem consumi-los ou esgotá-los. É responsável por empregar uma abundante quantidade de mão-de-obra, pelo ingresso de divisas na balança de pagamentos, por receitas para os cofres públicos, pela valorização de imóveis e pela dinamização da indústria da construção civil.

Além de todos esses benefícios, a atividade turística contribui, e muito, para a melhoria da distribuição de renda entre as diferentes regiões, uma vez que a infra-estrutura montada nas regiões pobres permite que elas recebam os turistas das regiões mais desenvolvidas e com maior renda, fazendo com que ocorra migração de renda para aquelas áreas. Ótimo exemplo é o que vem ocorrendo no Estado da Bahia.

Desse modo, pode-se dizer que o turismo constitui possibilidade concreta de minimização das disparidades regionais, razão pela qual deve ser incentivado por esta Comissão.

Adicione-se, ainda, que o turismo representa hoje um dos segmentos econômicos que mais têm crescido no mundo. Segundo a World Tourism Organization – WTO (2000), nos últimos anos ele vem apresentando crescimento médio de 7% ao ano, enquanto setores como agricultura e indústria vêm tendo crescimentos médios anuais de 2,3% e 3%, respectivamente (World Bank, 2001).

Atualmente, existem mais de 546 cursos de Turismo no Brasil e milhares de turismólogo no mercado de trabalho exercendo uma profissão que, segundo economistas e cientistas políticos, é a atividade mais promissora para os próximos 10 anos.

Pela sua formação, o turismólogo está apto a identificar as condições naturais, históricas, culturais e humanas capazes de gerar recursos em favor do desenvolvimento de uma cidade, região ou País. Ele é o agente por excelência no que diz respeito ao lazer e às viagens, cuidando da administração de empresas de turismo, agenciando viagens, excursões e acompanhamento de grupos, planejando atividade turísticas, participando de estudos urbanísticos, elaborando calendários e programas de acontecimentos turísticos, organizando serviços de atendimento e informações, promovendo e organizando congressos, exposições, feiras, festivais e outros eventos de natureza social, artística, científica ou econômica, atuando na criação de áreas de lazer, no aproveitamento de locais públicos, áreas naturais e patrimônios históricos.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de prestação de serviços vem se sofisticando cada vez mais, os profissionais do turismo devem ter habilitação especializada.

A regulamentação legal de certas profissões é medida tradicionalmente utilizada em nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

É importante que se frise que a regulamentação de certas profissões não se limita à garantia de direitos. Em verdade, regulamentar significa impor limites, restringir o livre exercício da atividade profissional, já valorizada, reconhecida e assegurada constitucionalmente. Ademais, o poder que tem o Estado de interferir em algumas atividades e limitar seu livre acesso e exercício se justifica pela imposição de deveres em favor dos consumidores de seus serviços que, se fossem prestados por pessoas sem um mínimo de conhecimentos técnicos especializados, poderiam acarretar sério dano social, com riscos à integridade física e à saúde das pessoas.

III – Voto

Feitas essas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, na forma do parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2005.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2003.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/10/2005 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	
RELATOR: SENADOR LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	
BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL) - SUPLENTE
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)	1- DEMÓSTENES TORRES (PFL) <i>Demostenes Torres</i>
CÉSAR BORGES (PFL) <i>Cesar Borges</i>	2- GILBERTO GOELLNER (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	3- ROSEANA SARNEY (PFL) - LICENCIADA
LEONEL PAVAN (PSDB) - RELATOR	4- EDUARDO AZEREDO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) - PRESIDENTE	5- LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lucia Vania</i>
TACIANO VILELA FILHO (PSDB)	6- SÉRGIO GUERRA (PSDB) <i>Sergio Guerra</i>
PMDB - TITULARES	PMDB - SUPLENTE
GILBERTO MESTRINHO <i>Gilberto Mestrinho</i>	1- NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
SÉRGIO CABRAL	2- VALDIR RAUPP
GABRIELDI ALVES FILHO	3- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>Jose Maranhão</i>	4- MÃO SANTA
IRISDE ARAÚJO	5- LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)
ANAJÚLIA CAREPA (PT) <i>Anajulia Carepa</i>	1- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	2- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	3- SIBÁ MACHADO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4- SÉRGIO ZAMBIASI (PTB)
PATRICIA SABOYA GOMES	5- AELTON FREITAS (PL)
(SEMPARTIDO)	
PDT - TITULARES	PDT - SUPLENTE
JEFFERSON PERES	1- AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>

PARECER Nº 1.867, DE 2005

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Eduardo Azeredo****I – Relatório**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003 que tem por finalidade regulamentar a profissão de turismólogo.

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, de autoria da Deputada Federal MARIA ELVIRA, obteve, na Câmara dos Deputados, aprovação unânime, com o acréscimo de apenas uma emenda, apresentada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A Comissão de Constituição e Justiça e Redação proferiu parecer favorável à proposição, mas considerou inconstitucional a emenda acima referida.

O Parecer, de autoria da Deputada Nair Xavier Lobo é irrepreensível, pois extirpou do texto aqueles dispositivos controversos e de duvidosa constitucionalidade, que versavam especificamente sobre a instituição e organização do Conselho Federal de Turismo e dos Conselhos Regionais de Turismo, matéria atualmente afeta à iniciativa privativa do Presidente da República **ex vi** do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto obteve tramitação conclusiva no âmbito das comissões (art. 58, § 2º inciso I da CF) e foi remetido ao Senado Federal, onde foi distribuído inicialmente para apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais.

Todavia, em face da aprovação do Requerimento nº 812, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, a proposição foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para manifestação prévia sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Na CCJ, em sessão realizada 16 de junho de 2004, foi aprovado, por maioria, parecer da lavra do Senador Álvaro Dias, com o acréscimo de uma emenda de autoria do Senador Leonel Pavan, concluindo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto.

Posteriormente, em obediência ao Requerimento nº 6, de 2005, de autoria do Senador Waldir Raupp, a proposição foi remetida, para análise, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que a aprovou na forma do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em breve síntese, a proposição pretende a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo, relacionando como abrangidos pela nova profissão:

a) os possuidores de diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;

b) os diplomados por estabelecimento e ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;

c) os que, embora não diplomados nos termos do disposto nas alíneas anteriores, venham exercendo comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, há pelo menos quatro anos;

d) os que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos;

O art. 30 do PLC nº 24, de 2003, fixa as atribuições do Turismólogo, a seguir elencadas:

1. coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

2. analisar dados econômicos, estatísticos e sociais necessários à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

3. elaborar planos visando ao desenvolvimento do setor turístico;

4. analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

5. coordenar e orientar trabalhos especializados, em âmbito intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

6. coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica e artística, bem como sua viabilidade econômica;

7. coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico;

8. coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

9. prestar consultoria e assessoria na elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Na justificação, a eminente autora do projeto aduz os seguintes argumentos:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo mundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT, divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre este projeto de lei.

A regulamentação de profissões é sempre polêmica, porque sempre gera reserva de mercado e pode inibir o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas e até mesmo profissionais.

Por isso, a regulamentação profissional deve decorrer das peculiaridades encontradas em algumas profissões e das exigências da coletividade, de modo que atenda ao interesse social e ao desenvolvimento econômico do País.

Ninguém ignora que o turismo é e continuará sendo um dos maiores mercados empregadores. Felizmente, nossa legislação sobre essa matéria vem recebendo constantes modernizações, com a eliminação de entraves e aumento de competitividade. Hoje temos a Política Nacional de Turismo com diretrizes e estratégias definidas por todos os

segmentos do setor. Vários investimentos, inclusive, vêm sendo realizados desde 1995, tanto em infraestrutura básica (Prodetur) como no setor turístico propriamente dito (Proecotur).

Nos últimos anos, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), desenvolvido em parceria com a Organização Mundial de Turismo, 1.650 municípios turísticos brasileiros vêm investindo na melhoria de seus métodos de gestão, na elaboração de Planos Diretores Municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de novos negócios locais, entre outras medidas que visam ao desenvolvimento do turismo.

Como se sabe, o turismólogo atua nos mais diversos setores ligados à área de turismo, destacando-se as empresas públicas de turismo, existentes em cada estado e na maioria das cidades brasileiras, bem como nas empresas privadas de turismo, nas agências de viagens, nas empresas de transporte turístico e em hotéis.

Não é demais ressaltar que sua presença nesses setores não se limita apenas à área administrativa e gerencial, já que a função do turismólogo é bem mais ampla, graças aos conhecimentos de Geografia, Patrimônio Histórico, Arte Brasileira e Folclore, entre outros, adquiridos no curso de formação acadêmica.

Enfatize-se que, em maio de 1998, o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), por meio da Deliberação Normativa nº 390, de 1998, determinou que todos os empreendimentos turísticos financiados pelo Poder Público e encaminhados à Embratur somente serão autorizados se tiverem parecer técnico do bacharel em Turismo (art. 1º). Em relação às solicitações de projetos de estados e municípios, terão prioridade de atendimento aquelas em que o requerente for um profissional formado em curso superior de turismo. Em setembro do mesmo ano, o instituto implantou um cadastramento desses profissionais. Essas deliberações são, inegavelmente, algumas das indicações sobre quão importantes são esses profissionais para o desenvolvimento do turismo.

Muitos especialistas do direito laboral propõem, atualmente, a regulamentação das profissões via negocial, em que as regras e condições de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores dessa idéia que seria improdutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

Em que pese à argumentação desses estudiosos do direito, não é demais enfatizar que a regulamentação legal de determinadas profissões é medida tradicionalmente utilizada em nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Num mundo globalizado, onde, a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, os profissionais do turismo devem ter habilitação especializada, pois essa área não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

O turismólogo, pela sua formação, está apto a identificar as condições naturais, históricas, culturais e humanas capazes de gerar recursos em favor do desenvolvimento de uma cidade, região ou país. É ele o agente por excelência no que se refere ao lazer e as viagens, cuidando da administração de empresas de turismo, agenciando viagens, excursões e acompanhamento de grupos, planejando atividades turísticas, participando de estudos urbanísticos, elaborando calendários e programas de acontecimentos turísticos, organizando serviços de atendimento e informações, promovendo e organizando congressos, exposições, feiras, festivais e outros eventos de natureza social, artística, científica ou econômica, atuando na criação de áreas de lazer, no aproveitamento de locais públicos, áreas naturais e patrimônios históricos.

O projeto é, portanto, meritório e deverá estimular ainda mais o crescimento do turismo em nosso País, contribuindo, assim, para geração de emprego e renda.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi aprovada a admissibilidade da Emenda nº 1 – CCJ, apresentada pelo eminente Senador Leonel Pavan, objetivando adequar o lapso temporal estabelecido no inciso III do art. 2º, de doze meses para quatro anos, como carência mínima para o reconhecimento do profissional como Turismólogo.

Acrescentou, ainda, inciso IV ao art. 2º, para fixar regra pela qual aqueles que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data de publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos, poderão exercer a profissão de Turismólogo.

Embora nobres e procedentes os argumentos apresentados pelo autor da emenda, entendemos que o prazo original de doze meses é suficiente como carência mínima para o reconhecimento do profissional como Turismólogo, o que torna desnecessário o inciso IV do art. 2º incluído pela emenda, razões pelas quais ela não deve ser acolhida.

III – Voto

Em face destas considerações, não acolhemos a única emenda e assim opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, na forma do Projeto Original.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2003.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/10/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES *Flávio Arnas*

RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL <i>Marco Maciel</i>	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMOSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL. <i>R. Tourinho</i>	4- ROMEU TUMA - PFL. <i>Romeu Tuma</i>
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB. <i>Eduardo Azeredo</i>
ANTÔNIO PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LUCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>	5- VAGO SPIS DE PRATO <i>Spis de Prato</i>
PAPALEO PAES - PSDB <i>Papaleo Paes</i>	6- GERSON CAMATA
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE - (Sem Partido) <i>Minha</i>
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLYCY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>
ARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT) <i>Fátima Cleide</i>
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) <i>Patrícia Saboya</i>	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....
§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....
II – disponham sobre:

.....
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

TÍTULO III

Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho

CAPÍTULO I

Das Disposições Especiais Sobre Duração e Condições de Trabalho

SEÇÃO I

Dos Bancários

Art. 224. A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana. (Redação dada pela Lei nº 7.430, de 17-12-1985)

§ 1º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de 15 (quinze) minutos para alimentação. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 754, de 11-8-1969)

Art. 225. A duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente prorrogada até 8 (oito) horas diárias, não excedendo de 40 (quarenta) horas semanais, observados os preceitos gerais sobre a duração do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 6.637, de 8-5-1979)

Art. 226. O regime especial de 6 (seis) horas de trabalho também se aplica aos empregados de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes, empregados em bancos e casas bancárias. (Redação dada pela Lei nº 3.488, de 12-12-1958)

Parágrafo único. A direção de cada banco organizará a escala de serviço do estabelecimento de maneira a haver empregados do quadro da portaria em função, meia hora antes e até meia hora após o encerramento dos trabalhos, respeitado o limite de 6 (seis) horas diárias. (Incluído pela Lei nº 3.488, de 12-12-1958)

SEÇÃO II

Dos Empregados nos Serviços de Telefonia, de Telegrafia Submarina e Subfluvial, de Radiotelegrafia e Radiotelefoneia

Art. 227. Nas empresas que explorem o serviço de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, de

radiotelegrafia ou de radiotelefonia, fica estabelecida para os respectivos operadores a duração máxima de seis horas contínuas de trabalho por dia ou 36 (trinta e seis) horas semanais.

§ 1º Quando, em caso de indeclinável necessidade, forem os operadores obrigados a permanecer em serviço além do período normal fixado neste artigo, a empresa pagar-lhes-á extraordinariamente o tempo excedente com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o seu salário-hora normal.

§ 2º O trabalho aos domingos, feriados e dias santos de guarda será considerado extraordinário e obedecerá, quanto à sua execução e remuneração, ao que dispuserem empregadores e empregados e em acordo, ou os respectivos sindicatos em contrato coletivo de trabalho.

Art. 228. Os operadores não poderão trabalhar, de modo ininterrupto, na transmissão manual, bem como na recepção visual, auditiva, com escrita manual ou datilográfica, quando a velocidade for superior a 25 (vinte e cinco) palavras por minuto.

Art. 229. Para os empregados sujeitos a horários variáveis, fica estabelecida a duração máxima de 7 (sete) horas diárias de trabalho e 17 (dezesete) horas de folga, deduzindo-se deste tempo 20 (vinte) minutos para descanso, de cada um dos empregados, sempre que se verificar um esforço contínuo de mais de 3 (três) horas.

§ 1º São considerados empregados sujeitos a horários variáveis, além dos operadores, cujas funções exijam classificação distinta, os que pertençam a seções de técnica, telefones, revisão, expedição, entrega e balcão.

§ 2º Quanto à execução e remuneração aos domingos, feriados e dias santos de guarda e às prorrogações de expediente, o trabalho dos empregados a que se refere o parágrafo anterior será regido pelo que se contém no § 1º do art. 227 desta seção.

Art. 230. A direção das empresas deverá organizar as turmas de empregados, para a execução dos seus serviços, de maneira que prevaleça sempre o revezamento entre os que exercem a mesma função, quer em escalas diurnas, quer em noturnas.

§ 1º Aos empregados que exerçam a mesma função será permitida, entre si, a troca de turmas, desde que isso não importe em prejuízo dos serviços, cujo chefe ou encarregado resolverá sobre a oportunidade ou possibilidade dessa medida, dentro das prescrições desta seção.

§ 2º As empresas não poderão organizar horários que obriguem os empregados a fazer a refeição do almoço antes das 10 (dez) e depois das 13 (treze)

horas e a de jantar antes das 16 (dezesesseis) e depois das 19:30 (dezenove e trinta) horas.

Art. 231. As disposições desta seção não abrangem o trabalho dos operadores de radiotelegrafia embarcados em navios ou aeronaves.

SEÇÃO III

Dos Músicos Profissionais

Art. 232. Será de seis horas a duração de trabalho dos músicos em teatro e congêneres.

Parágrafo único. Toda vez que o trabalho contínuo em espetáculo ultrapassar de seis horas, o tempo de duração excedente será pago com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal.

Art. 233. A duração normal de trabalho dos músicos profissionais poderá ser elevada até oito horas diárias, observados os preceitos gerais sobre duração do trabalho.

SEÇÃO IV

Dos Operadores Cinematográficos

Art. 234. A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de seis horas diárias, assim distribuídas:

a) 5 (cinco) horas consecutivas de trabalho em cabina, durante o funcionamento cinematográfico;

b) 1 (um) período suplementar, até o máximo de 1 (uma) hora para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção, ou revisão de filmes.

Parágrafo único. Mediante remuneração adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal e observado um intervalo de 2 (duas) horas para folga, entre o período a que se refere a alínea **b** deste artigo e o trabalho em cabina de que trata a alínea **a**, poderá o trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes ter a duração prorrogada por 2 (duas) horas diárias, para exibições extraordinárias.

Art. 235. Nos estabelecimentos cujo funcionamento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de trabalho e com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal, executar o trabalho em sessões diurnas extraordinárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até 3 (três) vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de 1 (uma) hora, no mínimo, de descanso.

§ 1º A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de 10 (dez) horas.

§ 2º Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de 12 (doze) horas.

SEÇÃO V Do Serviço Ferroviário

Art. 236. No serviço ferroviário – considerado este o de transporte em estradas de ferro abertas ao tráfego público, compreendendo a administração, construção, conservação e remoção das vias férreas e seus edifícios, obras-de-arte, material rodante, instalações complementares e acessórias, bem como o serviço de tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionamento de todas as instalações ferroviárias – aplicam-se os preceitos especiais constantes desta Seção.

Art. 237. O pessoal a que se refere o artigo antecedente fica dividido nas seguintes categorias:

a) funcionários de alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e seções, engenheiros residentes, chefes de depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras;

b) pessoal que trabalhe em lugares ou trechos determinados e cujas tarefas requeiram atenção constante; pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores;

c) das equipagens de trens em geral;

d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafistas.

Art. 238. Será computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o empregado estiver à disposição da estrada. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 1º Nos serviços efetuados pelo pessoal da categoria c, não será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços, (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 2º Ao pessoal removido ou comissionado fora da sede, será contado como de trabalho normal e efetivo o tempo gasto em viagens, sem direito à percepção de horas extraordinárias. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1961)

§ 3º No caso das turmas de conservação da via permanente, o tempo efetivo do trabalho será contado desde a hora da saída da casa da turma até a hora em que cessar o serviço em qualquer ponto compreendido dentro dos limites da respectiva turma. Quando

o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, ser-lhe-á também computado como de trabalho efetivo o tempo gasto no percurso da volta a esses limites. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 4º Para o pessoal da equipagem de trem, só será considerado esse trabalho efetivo, depois de chegado ao destino, o tempo em que o ferroviário estiver ocupado ou retido à disposição da estrada. Quando, entre dois períodos de trabalho, não mediar intervalo superior a uma hora, será esse intervalo computado como de trabalho efetivo. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 5º O tempo concedido para refeição não se computa como de trabalho efetivo, então para o pessoal da categoria c, quando as refeições forem tomadas em viagem ou nas estações durante as paradas. Esse tempo não será inferior a uma hora, exceto para o pessoal da referida categoria em serviço de trem. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 6º No trabalho das turmas encarregadas da conservação de obras-de-arte, linhas telegráficas ou telefônicas e edifícios, não será contado, como de trabalho efetivo, o tempo de viagem para o local do serviço, sempre que não exceder de uma hora, seja para ida ou para volta, e a Estrada fornecer os meios de locomoção, computando-se, sempre, o tempo excedente a esse limite. (Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

Art. 239. Para o pessoal da categoria c, a prorrogação do trabalho independe de acordo ou contrato coletivo, não podendo, entretanto, exceder de 12 (doze) horas, pelo que as empresas organizarão, sempre que possível, os serviços de equipagens de trens com destacamentos nos trechos das linhas de modo a ser observada a duração normal de oito horas de trabalho. (Vide Decreto-Lei nº 6.361, de 1944)

§ 1º Para o pessoal sujeito ao regime do presente artigo, depois de cada jornada de trabalho haverá um repouso de 10 (dez) horas contínuas, no mínimo, observando-se, outrossim, o descanso semanal.

§ 2º Para o pessoal da equipagem de trens, a que se refere o presente artigo, quando a empresa não fornecer alimentação, em viagem, e hospedagem, no destino, concederá uma ajuda de custo para atender a tais despesas.

§ 3º As escalas do pessoal abrangido pelo presente artigo serão organizadas de modo que não caiba a qualquer empregado, quinzenalmente, um total de horas de serviço noturno superior às de serviço diurno.

§ 4º Os períodos de trabalho do pessoal a que alude o presente artigo serão registrados em cadernetas especiais, que ficarão sempre em poder do empregado, de acordo com o modelo aprovado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 240. Nos casos de urgência ou de acidente, capazes de afetar a segurança ou regularidade do serviço, poderá a duração do trabalho ser excepcionalmente elevada a qualquer número de horas, incumbindo à Estrada zelar pela incolumidade dos seus empregados e pela possibilidade de revezamento de turmas, assegurando ao pessoal um repouso correspondente e comunicando a ocorrência ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de 10 (dez) dias da sua verificação.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a recusa, sem causa justificada, por parte de qualquer empregado, à execução de serviço extraordinário será considerada falta grave.

Art. 241. As horas excedentes das do horário normal de oito horas serão pagas como serviço extraordinário na seguinte base: as duas primeiras com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário-hora normal; as duas subseqüentes com um adicional de 50% (cinquenta por cento) e as restantes com um adicional de 75% (setenta e cinco por cento). (Vide Decreto-Lei nº 6.361, de 1944).

Parágrafo único. Para o pessoal da categoria c, a primeira hora será majorada de 25% (vinte e cinco por cento), a segunda hora será paga com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) e as duas subseqüentes com o de 60% (sessenta por cento), salvo caso de negligência comprovada.

Art. 242. As frações de meia hora superiores a 10 (dez) minutos serão computadas como meia hora.

Art. 243. Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal.

Art. 244. As estradas de ferro poderão ter empregados extranumerários, de sobreaviso e de prontidão, para executarem serviços imprevistos ou para substituições de outros empregados que faltam à escala organizada. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 1º Considera-se extranumerário o empregado não efetivo, candidato efetivação, que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, e 4-4-1966)

§ 2º Considera-se de “sobreaviso” o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Cada escala de “sobreaviso” será, no máximo de vinte

e quatro horas. As horas de “sobreaviso”, para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, de 4-4-1966)

§ 3º Considera-se de “prontidão” o empregado que ficar nas dependências da estada, aguardando ordens. A escala de prontidão será, no máximo, de doze horas. As horas de prontidão serão, para todos os efeitos, contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal. (Restaurado pelo Decreto-Lei nº 5, 4-4-1966).

§ 4º Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o empregado, houver faculdade de alimentação, as doze horas do prontidão, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço. (Restaurado pelo Decreto-lei nº 5, de 4-4-1966)

Art. 245. O horário normal de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso não excederá de 8 (oito) horas e deverá ser dividido em 2 (dois) turnos com intervalo não inferior a 1 (uma) hora de repouso, não podendo nenhum turno ter duração superior a 5 (cinco) horas, com um período de descanso entre 2 (duas) jornadas de trabalho de 14 (quatorze) horas consecutivas.

Art. 246. O horário de trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso não excederá de 6 (seis) horas diárias.

Art. 247. As estações principais, estações de tráfego intenso e estações do interior serão classificadas para cada empresa pelo Departamento Nacional da Estrada de Ferro.

SEÇÃO VI

Das Equipagens das Embarcações da Marinha Mercante Nacional, de Navegação Fluvial e Lacustre, do Tráfego nos Portos e da Pesca

Art. 248. Entre as horas 0 (zero) e 24 (vinte e quatro) de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante 8 (oito) horas, quer de modo contínuo, quer de modo intermitente.

§ 1º A exigência do serviço contínuo ou intermitente ficará a critério do comandante e, neste último caso, nunca por período menor que 1 (uma) hora.

§ 2º Os serviços de quarto nas máquinas, passadiço, vigilância e outros que, consoante parecer médico, possam prejudicar a saúde do tripulante serão executados por períodos não maiores e com intervalos não menores de 4 (quatro) horas.

Art. 249. Todo o tempo de serviço efetivo, exceto de 8 (oito) horas, ocupado na forma do artigo anterior, será considerado de trabalho extraordinário, sujeito à compensação a que se refere o art. 250, exceto se tratar de trabalho executado:

a) em virtude de responsabilidade pessoal do tripulante e no desempenho de funções de direção, sendo consideradas como tais todas aquelas que a bordo se achem constituídas em um único indivíduo com responsabilidade exclusiva e pessoal;

b) na iminência de perigo, para salvaguarda ou defesa da embarcação, dos passageiros, ou da carga, a juízo exclusivo do comandante ou do responsável pela segurança a bordo;

c) por motivo de manobras ou fainas gerais que reclamem a presença, em seus postos, de todo o pessoal de bordo;

d) na navegação lacustre e fluvial, quando se destina ao abastecimento do navio ou embarcação de combustível e rancho, ou por efeito das contingências da natureza da navegação, na transposição de passos ou pontos difíceis, inclusive operações de alívio ou transbordo de carga, para obtenção de calado menor para essa transposição.

§ 1º O trabalho executado aos domingos e feriados será considerado extraordinário, salvo se se destinar:

a) ao serviço de quartos e vigilância, movimentação das máquinas e aparelhos de bordo, limpeza e higiene da embarcação, preparo de alimentação da equipagem e dos passageiros, serviço pessoal destes e, bem assim, aos socorros de urgência ao navio ou ao pessoal;

b) ao fim da navegação ou das manobras para a entrada ou saída de portos, atracação, desatracação, embarque ou desembarque de carga e passageiros.

§ 2º Não excederá de 30 (trinta) horas semanais o serviço extraordinário prestado para o tráfego nos portos.

Art. 250. As horas de trabalho extraordinário serão compensadas, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente no dia seguinte ou no subsequente dentro das do trabalho normal, ou no fim da viagem, ou pelo pagamento do salário correspondente.

Parágrafo único. As horas extraordinárias de trabalho são indivisíveis, computando-se a fração da hora como hora inteira.

Art. 251. Em cada embarcação haverá um livro em que serão anotadas as horas extraordinárias de trabalho de cada tripulante, e outro, do qual constarem, devidamente circunstanciadas, as transgressões dos mesmos tripulantes.

Parágrafo único. Os livros de que trata este artigo obedecerão a modelos organizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, será escriturado em dia pelo comandante da embarcação e ficam sujeitos às formalidades instituídas para os livros de registro de empregados em geral.

Art. 252. Qualquer tripulante que se julgue prejudicado por ordem emanada de superior hierárquico poderá interpor recurso, em termos, perante a Delegacia do Trabalho Marítimo, por intermédio do respectivo comandante, o qual deverá encaminhá-lo com a respectiva informação dentro de 5 (cinco) dias, contados de sua chegada ao porto.

SEÇÃO VII

Dos Serviços Frigoríficos

Art. 253. Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

Parágrafo único. Considera-se artificialmente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, nas primeiras, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a 15º (quinze graus), na quarta zona a 12º (doze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 10º (dez graus).

SEÇÃO VIII

Dos Serviços de Estiva

Art. 254 a 292 (Revogados pela Lei nº 8.630, de 25-2-1993)

SEÇÃO X

Do Trabalho em Minas de Subsolo

Art. 293. A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 6 (seis) horas diárias ou de 36 (trinta e seis) semanais.

Art. 294. O tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.

Art. 295. A duração normal do trabalho efetivo no subsolo poderá ser elevada até 8 (oito) horas diárias ou 48 (quarenta e oito) semanais, mediante acordo escrito entre empregado e empregador ou contrato coletivo de trabalho, sujeita essa prorrogação à prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

Parágrafo único. A duração normal do trabalho efetivo no subsolo poderá ser inferior a 6 (seis) ho-

ras diárias, por determinação da autoridade de que trata este artigo, tendo em vista condições locais de insalubridade e os métodos e processos do trabalho adotado.

Art. 296. A remuneração da hora prorrogada será no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal e deverá constar do acordo ou contrato coletivo de trabalho.

Art. 297. Ao empregado no subsolo será fornecida, pelas empresas exploradoras de minas, alimentação adequada à natureza do trabalho, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 298. Em cada período de 3 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de 15 (quinze) minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

Art. 299. Quando nos trabalhos de subsolo ocorrerem acontecimentos que possam comprometer a vida ou saúde do empregado, deverá a empresa comunicar o fato imediatamente à autoridade regional do trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 300. Sempre que, por motivo de saúde, for necessária a transferência do empregado, a juízo da autoridade competente em matéria de segurança e da medicina do trabalho, dos serviços no subsolo para os de superfície, é a empresa obrigada a realizar essa transferência, assegurando ao transferido a remuneração atribuída ao trabalhador de superfície em serviço equivalente, respeitada a capacidade profissional do interessado. (Redação dada pela Lei nº 2.924, de 21-10-1956)

Parágrafo único. No caso de recusa do empregado em atender a essa transferência, será ouvida a autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho, que decidirá a respeito. (Redação dada pela Lei nº 2.924, de 21-10-1956)

Art. 301. O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 21 (vinte e um) e 50 (cinquenta) anos, assegurada a transferência para a superfície nos termos previstos no artigo anterior.

SEÇÃO XI

Dos Jornalistas Profissionais

Art. 302. Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas.

§ 1º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de

informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 303. A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite.

Art. 304. Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de 5 (cinco) dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

Art. 305. As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal por 150 (cento e cinquenta) para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescido de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 306. Os dispositivos dos arts. 303, 304 e 305 não se aplicam àqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

Parágrafo único. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos acima referidos aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

Art. 307. A cada 6 (seis) dias de trabalho efetivo corresponderá 1 (um) dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 308. Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de 10 (dez) horas, destinado ao repouso.

Art. 309. Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

Art. 310. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 972, de 17-10-1969)

Art. 311. Para o registro de que trata o artigo anterior, deve o requerente exhibir os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira;
b) folha corrida;
c) prova de que não responde a processo ou não sofreu condenação por crime contra a segurança nacional;

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1º Aos profissionais devidamente registrados será feita a necessária declaração na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 2º Aos novos empregados será concedido o prazo de 60 dias para a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, fazendo-se o registro condicionado a essa apresentação e expedindo-se um certificado provisório para aquele período.

Art. 312. O registro dos diretores-proprietários de jornais será feito, no Distrito Federal e nos Estados, e independentemente da exigência constante do art. 311, letra **d**, da presente Seção.

§ 1º A prova de profissão, apresentada pelo diretor-proprietário juntamente com os demais documentos exigidos, consistirá em uma certidão, fornecida nos Estados e Território do Acre, pelas Juntas Comerciais ou Cartórios, e, no Distrito Federal, pela seção competente do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2º Aos diretores-proprietários regularmente inscritos será fornecido um certificado do qual deverão constar o livro e a folha em que houver sido feito o registro.

Art. 313. Aqueles que, sem caráter profissional, exercerem atividades jornalísticas, visando fins culturais, científicos ou religiosos, poderão promover sua inscrição como jornalistas, na forma desta seção.

§ 1º As repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio manterão, para os fins do artigo anterior, um registro especial, anexo aos dos jornalistas profissionais, nele inscrevendo os que satisfaçam os requisitos das alíneas **a**, **b** e **c** do artigo 311 e apresentem prova do exercício de atividade jornalística não profissional, o que poderá ser feito por meio de atestado de associação cultural, científica ou religiosa idônea.

§ 2º O pedido de registro será submetido a despacho do ministro que, em cada caso, apreciará o valor da prova oferecida.

§ 3º O registro de que trata o presente artigo tem caráter puramente declaratório e não implica o reco-

nhecimento de direitos que decorrem do exercício remunerado e profissional do jornalismo.

Art. 314. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 972, de 17-10-1969)

Art. 315. O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Art. 316. A empresa jornalística que deixar de pagar pontualmente, e na forma acordada, os salários devidos a seus empregados, terá suspenso o seu funcionamento, até que se efetue o pagamento devido.

Parágrafo único. Para os efeitos do cumprimento deste artigo deverão os prejudicados reclamar contra a falta de pagamento perante a autoridade competente e, proferida a condenação, desde que a empresa não a cumpra, ou, em caso de recurso, não deposite o valor da indenização, a autoridade que proferir a condenação oficiará à autoridade competente, para a suspensão da circulação do jornal.

Em igual pena de suspensão incorrerá a empresa que deixar de recolher as contribuições devidas às instituições de previdência social.

SEÇÃO XII Dos Professores

Art. 317. O exercício remunerado do magistério, em estabelecimentos particulares de ensino, exigirá apenas habilitação legal e registro no Ministério da Educação. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24-10-1989)

Art. 318. Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis), intercaladas.

Art. 319. Aos professores é vedado, aos domingos, a regência de aulas e o trabalho em exames.

Art. 320. A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

§ 1º O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia.

§ 2º Vencido cada mês, será descontada, na remuneração dos professores, a importância correspondente ao número de aulas a que tiverem faltado.

§ 3º Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.

Art. 321. Sempre que o estabelecimento de ensino tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado nos horários, remunerará o professor, findo

cada mês, com uma importância correspondente ao número de aulas excedentes.

Art. 322. No período de exames e no de férias escolares, é assegurado aos professores o pagamento, na mesma periodicidade contratual, da remuneração por eles percebida, na conformidade dos horários, durante o período de aulas. (Redação dada pela Lei nº 9.013, de 30-3-1995)

§ 1º Não se exigirá dos professores, no período de exames, a prestação de mais de 8 (oito) horas de trabalho diário, salvo mediante o pagamento complementar de cada hora excedente pelo preço correspondente ao de uma aula.

§ 2º No período de férias, não se poderá exigir dos professores outro serviço senão o relacionado com a realização de exames.

§ 3º Na hipótese de dispensa sem justa causa, ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares, é assegurado ao professor o pagamento a que se refere o **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.013, de 30-3-1995)

Art. 323. Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês.

Parágrafo único. Compete ao Ministério da Educação e Saúde fixar os critérios para a determinação da condigna remuneração devida aos professores, bem como assegurar a execução do preceito estabelecido no presente artigo.

Art. 324. (Revogado pela Lei nº 7.855, de 24-10-1989)

SEÇÃO XIII Dos Químicos

Art. 325. É livre o exercício da profissão de químico em todo o território da República, observadas as condições de capacidade técnica e outras exigências previstas na presente Seção:

a) aos possuidores de diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola ou engenheiro químico, concedido, no Brasil, por escola oficial ou oficialmente reconhecida;

b) aos diplomados em química por instituto estrangeiro de ensino superior, que tenham, de acordo com a lei e a partir de 14 de julho de 1934, revalidado os seus diplomas;

c) aos que, ao tempo da publicação do Decreto nº 24.693 de 12 de julho de 1934, se achavam no exercício efetivo de função pública ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, e que tenham requerido o respectivo registro até a extinção

do prazo fixado pelo Decreto-Lei nº 2.298, de 10 de junho de 1940.

§ 1º Aos profissionais incluídos na alínea **c** deste artigo, se dará, para os efeitos da presente Seção, a denominação de “licenciados”.

§ 2º O livre exercício da profissão de que trata o presente artigo só é permitido a estrangeiros, quando compreendidos:

a) nas alíneas **a** e **b**, independentemente de revalidação do diploma, se exerciam, legitimamente, na República, a profissão de químico em a data da promulgação da Constituição de 1934;

b) na alínea **b**, se a seu favor militar a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos respectivos diplomas;

c) na alínea **c**, satisfeitas as condições nela estabelecidas.

§ 3º O livre exercício da profissão a brasileiros naturalizados está subordinado à prévia prestação do serviço militar, no Brasil.

§ 4º Só aos brasileiros natos é permitida a revalidação dos diplomas de químicos, expedidos por institutos estrangeiros de ensino superior.

Art. 326. Todo aquele que exercer ou pretender exercer as funções de químico é obrigado ao uso de Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo os profissionais que se encontrarem nas condições das alíneas **a** e **b** do art. 325, registrar os seus diplomas de acordo com a legislação vigente. (Vide Lei nº 2.800, de 18-6-1956)

§ 1º A requisição de Carteira de Trabalho e Previdência Social para uso dos químicos, além do disposto no capítulo “Da Identificação Profissional”, somente será processada mediante apresentação dos seguintes documentos que provem:

a) ser o requerente brasileiro, nato ou naturalizado, ou estrangeiro;

b) estar, se for brasileiro, de posse dos direitos civis e políticos;

c) ter diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola ou engenheiro químico, expedido por escola superior oficial ou oficializada;

d) ter, se diplomado no estrangeiro, o respectivo diploma revalidado nos termos da lei;

e) haver, o que for brasileiro naturalizado, prestado serviço militar no Brasil;

f) achar-se o estrangeiro, ao ser promulgada a Constituição de 1934, exercendo legitimamente, na República, a profissão de químico, ou concorrer a seu favor a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos diplomas dessa especialidade.

§ 2º A requisição de que trata o parágrafo anterior deve ser acompanhada:

a) do diploma devidamente autenticado no caso da alínea **b** do artigo precedente, e com as firmas reconhecidas no País de origem e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou da respectiva certidão, bem como do título de revalidação, ou certidão respectiva, de acordo com a legislação em vigor;

b) do certificado ou atestado comprobatório de se achar o requerente na hipótese da alínea **c** do referido artigo, ao tempo da publicação do Decreto nº 24.693 de 12 de julho de 1934, no exercício efetivo de função pública, ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, devendo esses documentos ser autenticados pelo Delegado Regional do Trabalho, quando se referirem a requerentes moradores nas capitais dos estados, ou coletor federal, no caso de residirem os interessados nos municípios do interior;

c) de 3 (três) exemplares de fotografia exigida pelo art. 329 e de 1 (uma) folha com as declarações que devem ser lançadas na Cadeira de Trabalho e Previdência Social de conformidade com o disposto nas alíneas do mesmo artigo e seu parágrafo único.

§ 3º Reconhecida a validade dos documentos apresentados, o Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou os órgãos regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre, registrarão, em livros próprios, os documentos a que se refere a alínea **c** do § 1º e, juntamente com a Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida, os devolverão ao interessado.

Art. 327. Além dos emolumentos fixados no Capítulo "Da Identificação Profissional", o registro do diploma fica sujeito à taxa de Cr\$30,00 (trinta cruzeiros).

Art. 328. Só poderão ser admitidos a registro os diplomas, certificados de diplomas, cartas e outros títulos, bem como atestados e certificados que estiverem na devida forma e cujas firmas hajam sido regularmente reconhecidas por tabelião público e, sendo estrangeiros, pela Secretaria do Estado das Relações Exteriores, acompanhados estes últimos da respectiva tradução, feita por intérprete comercial brasileiro.

Parágrafo único. O Departamento Nacional do Trabalho e as Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, publicarão, periodicamente, a lista dos químicos registrados na forma desta seção.

Art. 329. A cada inscrito, e como documento comprobatório do registro, será fornecida pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas Delegacias Regionais, nos Estados e no Território do Acre, uma Carteira de Trabalho e Previdência

Social numerada, que, além da fotografia, medindo 3 (três) por 4 (quatro) centímetros, tirada de frente, com a cabeça descoberta, e das impressões do polegar, conterà as declarações seguintes:

a) o nome por extenso;

b) a nacionalidade e, se estrangeiro, a circunstância de ser ou não naturalizado;

c) a data e lugar do nascimento;

d) a denominação da escola em que houver feito o curso;

e) a data da expedição do diploma e o número do registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

f) a data da revalidação do diploma, se de instituto estrangeiro;

g) a especificação, inclusive data, de outro título ou títulos de habilitação;

h) a assinatura do inscrito.

Parágrafo único. A carteira destinada aos profissionais a que se refere o § 1º do art. 325 deverá, em vez das declarações indicadas nas alíneas **d**, **e** e **f** deste artigo, e além do título – licenciado – posto em destaque, conter a menção do título de nomeação ou admissão e respectiva data, se funcionário público, ou do atestado relativo ao exercício, na qualidade de químico, de um cargo em empresa particular, com designação desta e da data inicial do exercício.

Art. 330. A carteira profissional, expedida nos termos desta seção, é obrigatória para o exercício da profissão, substitui em todos os casos o diploma ou título e servirá de carteira de identidade. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 5.922, de 1943)

Art. 331. Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de químico, senão à vista da prova de que o interessado se acha registrado de acordo com a presente Seção, e essa prova será também exigida para a realização de concursos periciais e todos os outros atos oficiais que exijam capacidade técnica de químico.

Art. 332. Quem, mediante anúncios, placas, cartões comerciais ou outros meios capazes de ser identificados, se propuser ao exercício da química, em qualquer dos seus ramos, sem que esteja devidamente registrado, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

Art. 333. Os profissionais a que se referem os dispositivos anteriores só poderão exercer legalmente as funções de químicos depois de satisfazerem as obrigações constantes do art. 330 desta Seção.

Art. 334. O exercício da profissão de químico compreende:

a) a fabricação de produtos e subprodutos químicos em seus diversos graus de pureza;

b) a análise química, a elaboração de pareceres, atestados e projetos de especialidade e sua execução, perícia civil ou judiciária sobre essa matéria, a direção e a responsabilidade de laboratórios ou departamentos químicos, de indústria e empresas comerciais;

c) o magistério nas cadeiras de química dos cursos superiores especializados em química;

d) a engenharia química.

§ 1º Aos químicos, químicos industriais e químicos industriais agrícolas que estejam nas condições estabelecidas no art. 325, alíneas **a** e **b**, compete o exercício das atividades definidas nos itens **a**, **b** e **c** deste artigo, sendo privativa dos engenheiros químicos a do item **d**.

§ 2º Aos que estiverem nas condições do art. 325, alíneas **a** e **b**, compete, como aos diplomados em medicina ou farmácia, as atividades definidas no art. 2º, alíneas **d**, **e** e **f** do Decreto nº 20.377, de 8 de setembro de 1931, cabendo aos agrônomos e engenheiros agrônomos as que se acham especificadas no art. 6º, alínea **h**, do Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933.

Art. 335. É obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria:

a) de fabricação de produtos químicos;

b) que mantenham laboratório de controle químico;

c) de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas dirigidas, tais como: cimento, açúcar e álcool, vidro, curtume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados.

Art. 336. No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister a qualidade de químico, ressalvadas as especializações referidas no § 2º do art. 334, a partir da data da publicação do Decreto nº 24.693, de 12 de julho de 1934, requer-se, como condição essencial, que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências do art. 333 desta Seção.

Art. 337. Fazem fé pública os certificados de análises químicas, pareceres, atestados, laudos de perícias e projetos relativos a essa especialidade, assinados por profissionais que satisfaçam as condições estabelecidas nas alíneas **a** e **b** do art. 325.

Art. 338. É facultado aos químicos que satisfizerem as condições constantes do art. 325, alíneas **a** e **b**, o ensino da especialidade a que se dedicarem, nas escolas superiores, oficiais ou oficializadas.

Parágrafo único. Na hipótese de concurso para o provimento de cargo ou emprego público, os químicos a que este artigo se refere terão preferência, em igualdade de condições.

Art. 339. O nome do químico responsável pela fabricação dos produtos de uma fábrica, usina ou laboratório deverá figurar nos respectivos rótulos, faturas e anúncios, compreendida entre estes últimos a legenda *Impressa em cartas e sobrecartas*.

Art. 340. Somente os químicos habilitados, nos termos do art. 325, alíneas **a** e **b**, poderão ser nomeados **ex officio** para os exames periciais de fábricas, laboratórios e usinas e de produtos aí fabricados.

Parágrafo único. Não se acham compreendidos no artigo anterior os produtos farmacêuticos e os laboratórios de produtos farmacêuticos.

Art. 341. Cabe aos químicos habilitados, conforme estabelece o art. 325, alíneas **a** e **b**, a execução de todos os serviços que, não especificados no presente regulamento, exijam por sua natureza o conhecimento de química.

Art. 342. A fiscalização do exercício da profissão de químico incumbe ao Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal e às autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.

Art. 343. São atribuições dos órgãos de fiscalização:

a) examinar os documentos exigidos para o registro profissional de que trata o art. 326 e seus §§ 1º e 2º e o art. 327, proceder à respectiva inscrição e indeferir o pedido dos interessados que não satisfizerem as exigências desta Seção;

b) registrar as comunicações e contratos, a que aludem o art. 350 e seus parágrafos, e dar as respectivas baixas;

c) verificar o exato cumprimento das disposições desta Seção, realizando as investigações que forem necessárias, bem como o exame dos arquivos, livros de escrituração, folhas de pagamento, contratos e outros documentos de uso de firmas ou empresas industriais ou comerciais, em cujos serviços tome parte 1 (um) ou mais profissionais que desempenhem função para a qual se deva exigir a qualidade de químico.

Art. 344. Aos sindicatos de químicos devidamente reconhecidos é facultado auxiliar a fiscalização, no tocante à observação da alínea **c** do artigo anterior.

Art. 345. Verificando-se, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serem falsos os diplomas ou outros títulos dessa natureza, atestados, certificados e quaisquer documentos exibidos para os fins de que trata esta Seção, incorrerão os seus autores e cúmplices nas penalidades estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A falsificação de diploma ou outros quaisquer títulos, uma vez verificada, será imediatamente comunicada ao Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho,

remetendo-se-lhe os documentos falsificados, para instauração do processo que no caso couber.

Art. 346. Será suspenso do exercício de suas funções, independentemente de outras penas em que possa incorrer, o químico, inclusive o licenciado, que incidir em alguma das seguintes faltas:

a) revelar improbidade profissional, dar falso testemunho, quebrar o sigilo profissional e promover falsificações, referentes à prática de atos de que trata esta Seção;

b) concorrer com seus conhecimentos científicos para a prática de crime ou atentado contra a pátria, a ordem social ou a saúde pública;

c) deixar, no prazo marcado nesta Seção, de requerer a revalidação e registro do diploma estrangeiro, ou o seu registro profissional no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. O tempo de suspensão a que alude este artigo variará entre 1 (um) mês e 1 (um) ano, a critério do Departamento Nacional do Trabalho, após processo regular, ressalvada a ação da justiça pública.

Art. 347. Aqueles que exercerem a profissão de químico sem ter preenchido as condições do art. 325 e suas alíneas, nem promovido o seu registro, nos termos do art. 326, incorrerão na multa de 200 cruzeiros a 5.000 cruzeiros, que será elevada ao dobro, no caso de reincidência.

Art. 348. Aos licenciados a que alude o § 1º do art. 325 poderão, por ato do Departamento Nacional do Trabalho, sujeito à aprovação do Ministro, ser cassadas as garantias asseguradas por esta Seção, desde que interrompam, por motivo de falta prevista no art. 346, a função pública ou particular em que se encontravam por ocasião da publicação do Decreto nº 24.693, de 12 de julho de 1934.

Art. 349. O número de químicos estrangeiros a serviço de particulares, empresas ou companhias não poderá exceder de 1/3 (um terço) aos dos profissionais brasileiros compreendidos nos respectivos quadros.

Art. 350. O químico que assumir a direção técnica ou cargo de químico de qualquer usina, fábrica, ou laboratório industrial ou de análise deverá, dentro de 24 (vinte e quatro) horas e por escrito, comunicar essa ocorrência ao órgão fiscalizador, contraindo, desde essa data, a responsabilidade da parte técnica referente à sua profissão, assim como a responsabilidade técnica dos produtos manufaturados.

§ 1º Firmando-se contrato entre o químico e o proprietário da usina fábrica, ou laboratório, será esse documento apresentado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para registro, ao órgão fiscalizador.

§ 2º Comunicação idêntica à de que trata a primeira parte deste artigo fará o químico quando deixar a direção técnica ou o cargo de químico, em cujo exercício se encontrava, a fim de ressaltar a sua responsabilidade e fazer-se o cancelamento do contrato. Em caso de falência do estabelecimento, a comunicação será feita pela firma proprietária.

SEÇÃO XIV Das Penalidades

Art. 351 – Os infratores dos dispositivos do presente Capítulo incorrerão na multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor penalidades as autoridades de primeira instância incumbidas da fiscalização dos preceitos constantes do presente Capítulo.

CAPÍTULO II Da Nacionalização do Trabalho

SEÇÃO I Da Proporcionalidade de Empregados Brasileiros

Art. 352. As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3 (três) ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo.

§ 1º Sob a denominação geral de atividades industriais e comerciais compreende-se, além de outras que venham a ser determinadas em portaria do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as exercidas:

- a) nos estabelecimentos industriais em geral;
- b) nos serviços de comunicações, de transportes terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aéreos;
- c) nas garagens, oficinas de reparos e postos de abastecimento de automóveis e nas cocheiras;
- d) na indústria da pesca;
- e) nos estabelecimentos comerciais em geral;
- f) nos escritórios comerciais em geral;
- g) nos estabelecimentos bancários, ou de economia coletiva, nas empresas de seguros e nas de capitalização;
- h) nos estabelecimentos jornalísticos, de publicidade e de radiodifusão;
- i) nos estabelecimentos de ensino remunerado, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;
- j) nas drogarias e farmácias;

k) nos salões de barbeiro ou cabeleireiro e de beleza;

l) nos estabelecimentos de diversões públicas, excluídos os elencos teatrais, e nos clubes esportivos;

m) nos hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres;

n) nos estabelecimentos hospitalares e fisioterápicos cujos serviços sejam remunerados, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;

o) nas empresas de mineração;

§ 2º Não se acham sujeitas às obrigações da proporcionalidade as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao beneficiamento ou transformação de produtos da região e as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração.

Art. 353. Equiparam-se aos brasileiros, para os fins deste Capítulo, ressalvado o exercido de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no País há mais de dez anos, tenham cônjuge ou filho brasileiro, e os portugueses. (Redação dada pela Lei nº 6.651, de 23-5-79).

Art. 354. A proporcionalidade será de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar.

Parágrafo único. A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, com as exceções desta Lei, como ainda em relação à correspondente folha de salários.

Art. 355. Consideram-se como estabelecimentos autônomos, para os efeitos da proporcionalidade a ser observada; as sucursais, filiais e agências em que trabalhem 3 (três) ou mais empregados.

Art. 356. Sempre que uma empresa ou indivíduo explore atividades sujeitas às proporcionalidades diferentes, observar-se-á, em relação a cada uma delas, a que lhe corresponder.

Art. 357. Não se compreendem na proporcionalidade os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, haja falta de trabalhadores nacionais.

Art. 358. Nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à que é exercida por

estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste, excetuando-se os casos seguintes:

a) quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de 2 (dois) anos de serviço, e o estrangeiro mais de 2 (dois) anos;

b) quando, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antigüidade;

c) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro;

d) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham à comissão ou por tarefa.

Parágrafo único. Nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga.

SEÇÃO II

Das Relações Anuais de Empregados

Art. 359. Nenhuma empresa poderá admitir a seu serviço empregado estrangeiro sem que este exiba a carteira de Identidade de estrangeiro devidamente anotada.

Parágrafo único. A empresa é obrigada a assentar no registro de empregados os dados referentes à nacionalidade de qualquer empregado estrangeiro e o número da respectiva carteira de identidade.

Art. 360. Toda empresa compreendida na enumeração do art. 352, § 1º, deste Capítulo, qualquer que seja o número de seus empregados, deve, apresentar anualmente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, de 2 de maio a 30 de junho, uma relação, em três vias, de todos os seus empregados, segundo o modelo que for expedido.

§ 1º As relações terão, na primeira via, o selo de três cruzeiros pela folha inicial e dois cruzeiros por folha excedente, além do selo do Fundo de Educação, e nelas será assinalada, em tinta vermelha, a modificação havida com referência à última relação apresentada. Se se tratar de nova empresa, a relação, encimada pelos dizeres – Primeira Relação – deverá ser feita dentro de 30 (trinta) dias de seu registro no Departamento Nacional da Indústria e Comércio ou repartições competentes.

§ 2º A entrega das relações far-se-á diretamente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou, onde não as houver, às Coletorias Federais, que as remeterão desde logo àquelas repartições. A entrega operar-se-á contra recibo especial, cuja exibição é obrigatória, em caso de fiscaliza-

ção, enquanto não for devolvida ao empregador a via autenticada da declaração.

§ 3º Quando não houver empregado far-se-á declaração negativa.

Art. 361. Apurando-se, das relações apresentadas, qualquer infração, será concedido ao infrator o prazo de 10 (dez) dias para defesa, seguindo-se o despacho pela autoridade competente.

Art. 362. As repartições às quais competir a fiscalização do disposto no presente Capítulo manterão fichário especial de empresas, do qual constem as anotações referentes ao respectivo cumprimento, e fornecerão aos interessados as certidões de quitação que se tomarem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do pedido. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

§ 1º As certidões de quitação farão prova até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que se referiram e estarão sujeitas à taxa correspondente a 1/10 (um décimo do salário-mínimo regional). Sem elas nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou Municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordinadas, nem será renovada autorização a empresa estrangeira para funcionar no País. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67). (Taxa extinta pela Lei nº 8.522, de 8.522, de 1992).

§ 2º A primeira via da relação, depois de considerada pela repartição fiscalizadora, será remetida anualmente ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra (DNMO), como subsídio ao estudo das condições de mercado de trabalho, de um modo geral, e, em particular, no que se refere à mão-de-obra qualificada. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

§ 3º A segunda via da relação será remetida pela repartição competente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e a terceira via devolvida à empresa, devidamente autenticada. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

SEÇÃO III Das Penalidades

Art. 363. O processo das infrações do presente Capítulo obedecerá ao disposto no Título "Do Processo de Multas Administrativas", no que lhe for aplicável, com observância dos modelos de auto a serem expedidos.

Art. 364. As infrações do presente Capítulo serão punidas com a multa de cem a dez mil cruzeiros.

Parágrafo único. Em se tratando de empresa concessionária de serviço público, ou de sociedade estrangeira autorizada a funcionar no País, se a infratora, depois de multada, não atender afinal ao cum-

primento do texto infringido poderá ser-lhe cassada a concessão ou autorização.

SEÇÃO IV Disposições Gerais

Art. 365. O presente Capítulo não derroga as restrições vigentes quanto às exigências de nacionalidade brasileira para o exercício de determinadas profissões nem as que vigoram para as faixas de fronteiras, na conformidade da respectiva legislação.

Art. 366. Enquanto não for expedida a carteira a que se refere o art. 359 deste Capítulo, valerá, a título precário, como documento hábil, uma certidão, passada pelo serviço competente do Registro de Estrangeiros, provando que o empregado requereu sua permanência no País.

Art. 367. A redução a que se refere o art. 354, enquanto o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho não dispuser dos dados estatísticos necessários à fixação da proporcionalidade conveniente para cada atividade, poderá ser feita por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante representação fundamentada da associação sindical.

Parágrafo único – O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho deverá promover, e manter em dia, estudos necessários aos fins do presente Capítulo.

SEÇÃO V Das Disposições Especiais Sobre a Nacionalização da Marinha Mercante

Art. 368. O comando de navio mercante nacional só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Art. 369. A tripulação de navio ou embarcação nacional será constituída, pelo menos, de 2/3 (dois terços) de brasileiros natos. (Redação dada pela Lei nº 5.683, de 21-7-71).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos navios nacionais de pesca, sujeitos a legislação específica. (Incluído pela Lei nº 5.683, de 21-7-71).

Art. 370. As empresas de navegação organizarão as relações dos tripulantes das respectivas embarcações, enviando-as no prazo a que se refere a Seção II deste Capítulo à Delegacia do Trabalho Marítimo onde as mesmas tiverem sede.

Parágrafo único. As relações a que alude o presente artigo obedecerão, na discriminação hierárquica e funcional do pessoal embarcado, ao quadro aprovado pelo regulamento das Capitânicas dos Portos.

Art. 371. A presente Seção é também aplicável aos serviços de navegação fluvial e lacustre e à prática nas barras, portos, rios, lagos e canais.

CAPÍTULO III

Da Proteção do Trabalho da Mulher

SEÇÃO I

Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação Contra a Mulher

(Redação dada pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

Art. 372. Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este Capítulo.

Parágrafo único – Não regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de 8 (oito) horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Art. 373-A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado: (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99)

I – publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir: (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99)

II – recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível; (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

III – considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional: (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

IV – exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego; (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

V – impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

VI – proceder ao empregador ou preposto a revisitas íntimas nas empregadas ou funcionárias. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao esta-

belecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99.)

Art. 374 e 375. – (Revogados pela Lei nº 7.855, de 24-10-89)

Art. 376 – (Revogado pela Lei nº 10.244, de 2001)

Art. 377 – A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.

Art. 378. (Revogado pela Lei nº 7.855, de 24-10-69)

SEÇÃO II

Do Trabalho Noturno

Art. 379 e 380. – (Revogados pela Lei nº 7.855, de 24-10-89)

Art. 381. O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno.

§ 1º Para os fins desse artigo, os salários serão acrescidos de uma percentagem adicional de 20% (vinte por cento) no mínimo.

§ 2º Cada hora do período noturno de trabalho das mulheres terá 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

SEÇÃO III

Dos Períodos de Descanso

Art. 382. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho, haverá um intervalo de 11 (onze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.

Art. 383. Durante a jornada de trabalho, será concedido à empregada um período para refeição e repouso não inferior a 1 (uma) hora nem superior a 2 (duas) horas salvo a hipótese prevista no art. 71, §3º.

Art. 384. Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.

Art. 385. O descanso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas e coincidirá no todo ou em parte com o domingo, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, a juízo da autoridade competente, na forma das disposições gerais, caso em que recairá em outro dia.

Parágrafo único. Observar-se-ão, igualmente, os preceitos da legislação geral sobre a proibição de trabalho nos feriados civis e religiosos.

Art. 386 – Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

SEÇÃO IV

Dos Métodos e Locais de Trabalho

Art. 387 – (Revogado pela Lei nº 7.855, de 24-10-89)

Art. 388. Em virtude de exame e parecer da autoridade competente, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá estabelecer derrogações totais ou parciais às proibições a que alude o artigo anterior, quando tiver desaparecido, nos serviços considerados perigosos ou insalubres, todo e qualquer caráter perigoso ou prejudicial mediante a aplicação de novos métodos de trabalho ou pelo emprego de medidas de ordem preventiva.

Art. 389. Toda empresa é obrigada: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

I – a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

II – a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

III – a instalar vestiários com armários Individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possa as empregadas guardar seus pertences; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

IV – a fornecer, gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção Individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

§ 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou

mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

Parágrafo único – Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

Art. 390-A. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 9.799, de 1999)

Art. 390-B. As vagas dos cursos de formação de mão-de-obra, ministrados por instituições governamentais, pelos próprios empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante, serão oferecidas aos empregados de ambos os sexos (incluído pela Lei nº 9.799, de 1999.)

Art. 390-C. As empresas com mais de cem empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento profissional da mão-de-obra. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 1999)

390-D. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 9.799, de 1999)

Art. 390-E. A pessoa jurídica poderá associar-se a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos ao incentivo ao trabalho da mulher. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 1999)

SEÇÃO V

Da Proteção à Maternidade

Art. 391 – Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidas em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 1º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do

afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 2º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 4º E garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos: (Redação dada pela Lei nº 9.799, de 26-5-99)

I – transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; (Incluído pela Lei nº 9.799, de 25-5-99)

II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-99)

Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392, observado o disposto no seu § 5º, (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-02.)

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-02)

§ 4º A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-02.)

Art. 393. Durante o período a que se refere o art. 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 394. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

Art. 395. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Art. 396. Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 397. O Sesi, o Sesc, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternais e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 398. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 399. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 400. Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

SEÇÃO VI Das Penalidades

Art. 401. Pela infração de qualquer dispositivo deste Capítulo, será imposta ao empregador a multa de cem a mil cruzeiros, aplicada, nesta Capital, pela autoridade competente de 1ª Instância do Departamento Nacional do Trabalho, e, nos Estados e Território do Acre, pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou por aquelas que exerçam funções delegadas.

§ 1º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2º O processo na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o pre-

visto no título “Do Processo de Multas Administrativas”, observadas as disposições deste artigo.

CAPÍTULO IV

Da Proteção do Trabalho do Menor

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000).

Parágrafo único. O trabalho do menor rege-se á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000).

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser reatado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000).

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000).

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000).

Art. 404. Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

Art. 405. Ao menor não será permitido o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

I – nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho; (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

II – em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

§ 1º (Revogado pela Lei 10.097, de 19-12-2000).

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus

pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.

(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

a) prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, **dancings** e estabelecimentos análogos: (Incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; (Incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral; (Incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas. (Incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

§ 4º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornalheiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º. (Incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

§ 5º Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 406. O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem às letras **a** e **b** do § 3º do art. 405: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

I – desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

II – desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 407. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, poderá ela abrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

Parágrafo único. Quando a empresa não tomar as medidas possíveis e recomendadas pela autoridade competente para que o menor mude de função, configurar-se-á a rescisão do contrato de trabalho, na forma do art. 483. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

Art. 408. Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 409. Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

Art. 410. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá derrogar qualquer proibição decorrente do quadro a que se refere a alínea **a** do art. 405 quando se certificar haver desaparecido, parcial ou totalmente, o caráter perigoso ou insalubre, que determinou a proibição.

SEÇÃO II

Da Duração do Trabalho

Art. 411. A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste Capítulo.

Art. 412. Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em 2 (dois) turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a 11 (onze) horas.

Art. 413. É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalhado menor, salvo: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

I – até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixada; (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

Parágrafo único. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta

Consolidação. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 414. Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

SEÇÃO III

Da Admissão em Emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social

Art. 415. Haverá a Carteira de Trabalho e Previdência Social para todos os menores de 18 anos, sem distinção do sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e daqueles que lhes forem equiparados. (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969).

Parágrafo único. A carteira obedecerá ao modelo que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio adotar e será emitida no Distrito Federal pelo Departamento Nacional, do Trabalho e, nos Estados, pelas Delegacias Regionais do referido Ministério. (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969).

Art. 416. Os menores de 18 anos só poderão ser admitidos, como empregados, nas empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e naqueles que lhes forem equiparados, quando possuidores da carteira a que se refere o artigo anterior, salvo a hipótese do art. 422. (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969).

Art. 417. A emissão da carteira será feita a pedido do menor, mediante a exibição dos seguintes documentos: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969).

I – certidão de idade ou documento legal que a substitua; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969)

II – autorização do pai, mãe ou responsável legal; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969)

III – autorização do Juiz de Menores, nos casos dos artigos 405, § 2º, e 406; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969)

IV – atestado médico de capacidade física e mental; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969)

V – atestado de vacinação; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-1969).

VI – prova de saber ler, escrever e contar; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-67) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-69)

VII – duas fotografias de frente, com as dimensões de 0,04m x 0,03m. (Redação dada pelo Decre-

to-Lei nº 229, de 28-2-67) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-69)

Parágrafo único. Os documentos exigidos por este artigo serão fornecidos gratuitamente. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-67) (vide Decreto-Lei nº 926, de 10-10-69)

Art. 418. (Revogado pela Lei nº 7.855, de 24-10-89)

Art. 419. A prova de saber ler, escrever e contar, a que se refere a alínea f, do art. 417 será feita mediante certificado de conclusão de curso primário. Na falta deste, a autoridade incumbida de verificar a validade dos documentos submeterá o menor ou mandará submetê-lo, por pessoa idônea, a exame elementar que constará de leitura de quinze linhas, com explicação do sentido, de ditado, nunca excedente de dez linhas, e cálculo sobre as quatro operações fundamentais de aritmética. Verificada a alfabetização do menor, será emitida a carteira. (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

§ 1º Se o menor for analfabeto ou não estiver devidamente alfabetizado, a carteira só será emitida pelo prazo de um ano, mediante a apresentação de um certificado ou atestado de matrícula e frequência em escola primária. (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

§ 2º A autoridade fiscalizadora, na hipótese do parágrafo anterior, poderá renovar o prazo nele fixado, cabendo-lhe, em caso de não renovar tal prazo, cassar a carteira expedida. (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

§ 3º Dispensar-se-á a prova de saber ler, escrever e contar, se não houver escola primária dentro do raio de dois quilômetros da sede do estabelecimento em que trabalhe o menor e não ocorra a hipótese prevista no parágrafo único do art. 427. Instalada que seja a escola, proceder-se-á como nos parágrafos anteriores. (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

Art. 420. A carteira, devidamente anotada, permanecerá em poder do menor, devendo, entretanto, constar do Registro de empregados os dados correspondentes. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67) (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

Parágrafo único. Ocorrendo falta de anotação por parte da empresa, independentemente do procedimento fiscal previsto no § 2º do art. 29, cabe ao representante legal do menor, ao agente da inspeção do trabalho, ao órgão do Ministério Público do Trabalho ou ao Sindicato, dar início ao processo de reclamação, de acordo com o estabelecido no Título II, Capítulo I, Seção V. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-67) (Vide Lei nº 5.688, de 1971)

Art. 421. A carteira será emitida, gratuitamente, aplicando-se á emissão de novas vias o disposto nos artigos 21 e seus parágrafos e no artigo 22. (Redação

dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67) (Vide Lei nº 5.688, de 1971)

Art. 422. Nas localidades em que não houver serviço de emissão de carteiras poderão os empregados admitir menores como empregados, independentemente de apresentação de carteiras, desde que exibam os documentos referidos nas alienas a, "d" e "f" do art. 417. Esses documentos ficarão em poder do empregador e, instalado o serviço de emissão de carteiras, serão entregues à repartição emissora, para os efeitos do § 2º do referido artigo. (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

Art. 423. O empregador não poderá fazer outras anotações na carteira de trabalho e previdência social além das referentes ao salário, data da admissão, férias e saída. (Vide Lei nº 5.686, de 1971)

SEÇÃO IV

Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores e dos Empregadores da Aprendizagem

Art. 424. É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães, ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário á sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

Art. 425. Os empregadores de menores de 18 (dezoito) anos são obrigados a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras da segurança e da medicina do trabalho.

Art. 426. É dever do empregador, na hipótese do art. 407, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de serviço.

Art. 427. O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distancia que 2 (dois) quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de 30 (trinta) menores analfabetos, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei

nº 10.097, de 19.12.2000) (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o **caput** deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

a) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o **caput**, darão lugar à admissão de um aprendiz. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

I – Escolas Técnicas de Educação; (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430. caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

c) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Parágrafo único. (VETADO) Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Revogado. (Redação dada nela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000) (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

a) revogada: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) b) revogada: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

II – falta disciplinar grave; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

IV – a pedido do aprendiz. (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

SEÇÃO V Das Penalidades

Art. 434. Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 23-2-67)

Art. 435. Fica sujeita à multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional e ao pagamento da emissão de nova via a empresa que fizer na Carteira de Trabalho e Previdência Social anotação não prevista em lei. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-67)

Art. 436 e 437 (Revogados pela Lei 10.097, de 19-12-2000)

Art. 438. São competentes para impor as penalidades previstas neste capítulo:

a) no Distrito Federal, a autoridade de 1ª Instância do Departamento Nacional do Trabalho;

1) nos Estados e Território do Acre, os delegados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou os funcionários por eles designados para tal fim.

Parágrafo único. O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título “Do Processo de Multas Administrativas”, observadas as disposições deste artigo.

SEÇÃO VI Disposições Finais

Art. 439. É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão

do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 (dezoito) anos dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

Art. 440. Contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

Art. 441. O quadro a que se refere o item I do art. 405 será revisto bienalmente. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-67)

DOCUMENTOS, ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de turismólogo.

Ao justificar sua iniciativa, a autora da proposição alega:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo mundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

Na sua parte substancial, o projeto prevê que a profissão de turismólogo será exercida pelos diplomados em curso superior de Turismo; pelos diplomados em cursos superiores equivalentes no exterior; e por aqueles que, embora não preencham as duas condições anteriores, vêm exercendo, até a data da publi-

cação da lei, a profissão de turismólogo, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, doze meses.

O projeto enumera, ainda, em seu art. 3º, as atividades que são específicas do turismólogo.

II – Análise

Ninguém ignora que o turismo é e continuará sendo um dos maiores mercados empregadores. Felizmente, nossa legislação sobre o turismo vem recebendo constantes modernizações, com a eliminação de entraves e aumento de competitividade. Hoje temos a Política Nacional de Turismo com diretrizes e estratégias definidas por todos os segmentos do setor. Vários investimentos, inclusive, vêm sendo realizados desde 1995, tanto em infra-estrutura básica (Prodetur) como no setor turístico propriamente dito (Proecotur).

Nos últimos anos, por meio do Programa Nacional de Muni ação do Turismo (PNMT), que é desenvolvido em parceria com a Organização Mundial de Turismo, 1.650 municípios turísticos brasileiros vêm investindo na melhoria de seus métodos de gestão, na elaboração de Planos Diretores Municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de novos negócios locais, entre outras medidas que visam ao desenvolvimento do turismo.

Como se sabe, o turismólogo atua nos mais diversos setores ligados à área de turismo, destacando-se as empresas públicas de turismo, existentes em cada estado e na maioria das cidades brasileiras, bem como nas empresas privadas de turismo, nas agências de viagens, nas empresas de transporte turístico e em hotéis.

Não é demais ressaltar que sua presença nesses setores não se limita apenas à área administrativa e gerencial, já que a função do turismólogo é bem mais ampla, graças aos conhecimentos de Geografia, Patrimônio Histórico, Arte Brasileira e Folclore etc., adquiridos no curso.

Enfatize-se que, em maio de 1998, o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), por meio da instrução normativa 390, determinou que todos os empreendimentos turísticos financiados pelo Poder Público e encaminhados à Embratur somente serão autorizados se tiverem parecer técnico do turismólogo. Em relação às solicitações de projetos de estados e municípios, terão prioridade de atendimento aquelas em que o requerente for um profissional formado em curso superior de turismo. Em setembro do mesmo ano, o instituto implantou um cadastramento desses profissionais. Essas deliberações são, inegavelmente, algumas das indicações sobre quão importantes são esses profissionais para o desenvolvimento do turismo.

Muitos especialistas do direito laboral propõem, atualmente, a regulamentação das profissões via negociada, em que as regras e condições de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores dessa idéia que seria improdutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

Em que pese à argumentação desses estudiosos do direito, não é demais enfatizar que a regulamentação legal de determinada profissão é medida tradicionalmente utilizada em nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, os profissionais do turismo devem ter habilitação especializada, pois essa área não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

O turismólogo, pela sua formação, está apto a identificar as condições naturais, históricas, culturais e humanas capazes de gerar recursos em favor do desenvolvimento de uma cidade, região ou país. É ele o agente por excelência no que se refere ao lazer e às viagens, cuidando da administração de empresas de turismo, agenciando viagens, excursões e acompanhamento de grupos, planejando atividades turísticas, participando de estudos urbanísticos, elaborando calendários e programas de acontecimentos turísticos, organizando serviços de atendimento e informações, promovendo e organizando congressos, exposições, feiras, festivais e outros eventos de natureza social, artística, científica ou econômica, atuando na criação de áreas de lazer, no aproveitamento de locais públicos, áreas naturais e patrimônios históricos.

O projeto é, portanto, meritório e deverá estimular ainda mais o crescimento do turismo em nosso país, contribuindo, assim, para geração de emprego e renda.

III – Voto

Feitas essas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, é de autoria da Deputada Federal Maria Elvira e logrou na Câmara dos Deputados, aprovação unânime, com o acréscimo de apenas uma emenda, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, contra o voto do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, e pela inconstitucionalidade da emenda proposta pela Comissão de Trabalho daquela Casa Legislativa.

Neste sentido, o parecer da Deputada Nair Xavier Lobo, é irrepreensível, pois extirpou do texto aqueles dispositivos controversos e de duvidosa constitucionalidade, que versavam especificamente sobre a instituição e organização do Conselho Federal de Turismo e dos Conselhos Regionais de Turismo.

Na Câmara dos Deputados o projeto obteve tramitação conclusiva no âmbito das comissões (art. 58, § 2º inciso I da CF) e foi remetido ao Senado Federal, onde se encontra desde o dia 20 de maio de 2003, havendo sido distribuído para a Comissão de Assuntos Sociais, responsável pela análise da matéria, nos termos do contido no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em breve síntese, a proposição pretende a regulamentação profissional de Turismólogo, relacionando como abrangidos pela nova profissão:

- a) os possuidores de diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;
- b) os diplomados por estabelecimento e ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;
- c) os que, embora não diplomados nos termos do disposto nos itens anteriores, venham exercendo comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo há pelo menos doze meses.

O art. 2º do PLC nº 24, de 2003, fixa as competências do Turismólogo, a seguir relacionadas:

1. coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

2. analisar da dos econômicos, estatísticos e sociais necessários à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

3. elaborar planos visando ao desenvolvimento do setor turístico;

4. analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

5. coordenar e orientar trabalhos especializados, em âmbito intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

6. coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica; histórica e artística, bem como sua viabilidade econômica;

7. coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico;

8. coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

9. prestar consultoria e assessoria na elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Na justificação, a eminente autora coleciona os seguintes argumentos:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo mundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor ca-

pacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

O projeto em tramitação regular na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, teve sustada a apreciação do parecer apresentado pelo eminente Senador Eduardo Azeredo, face à aprovação do Requerimento nº 812, de 2003, de autoria do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, que postulou a prévia manifestação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a constitucionalidade e juridicidade da presente proposição.

II – Análise

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos termos do art. 101 inciso I do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentabilidade do PLC nº 24, de 2003, que ora passamos a analisar.

Devido às peculiaridades de algumas profissões e às exigências da coletividade, atendendo, portanto, ao interesse social, o legislador sentiu a necessidade de regulamentá-las, levando em conta o tipo de atividade, o desgaste que ela produz e os riscos existentes no seu exercício para, desse modo, lhes conferir um tratamento especial.

Desde a Constituição Política do Império, de 1824, que aboliu as corporações de ofício, todas as Constituições brasileiras consagram a liberdade de profissão como regra, no tocante ao exercício da atividade profissional. A Carta de 5 de outubro de 1988 não constitui exceção. De fato, a liberdade de profissão está expressa em seu art. 5º, inciso XIII: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.”

É grande o número de leis sobre profissões que não se encontram elencadas no Título III da CLT. De 1943 para cá, o desenvolvimento econômico, cultural, social e demográfico ensejou relações sociais mais numerosas e complexas, o que fez surgir novas profissões para atender às novas necessidades individuais e coletivas.

No universo dessas profissões, muitas, sem dúvida, necessitam de uma regulamentação legal, por estarem vinculadas a aspectos básicos da vida humana ou da vida em sociedade. Ademais, aqueles que as exercem precisam ter formação científica especial, sem a qual colocariam em perigo a vida, a saúde, a liberdade, a educação, a honra e a segurança do cidadão e de seu patrimônio. Esses motivos justificam, portanto, a regulamentação, via legislativa, de determinadas profissões.

As restrições, portanto, que, excepcionalmente, o Estado estabelece incidem sobre o direito de acesso

e de exercício da profissão, porque objetivam proteger a vida, a saúde, a segurança e a liberdade das pessoas, assim como lhes possibilitar adequadas condições de educação e de trabalho, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Ora, a sociedade hoje apresenta, como característica marcante, a mobilidade de seus membros, através das vias de comunicação entre os vários setores da vida coletiva. O legislador não pode obstruir essas vias, a não ser que o bem comum o exija (Cfr **Eduardo Gabriel Saad**, in CLT Comentada, 30ª ed., 1997, pp. 190/1).

A regra básica no mundo de hoje, portanto, consagrada inclusive na nossa Constituição, é a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão. Esse é o espírito do texto constitucional, ou seja, o de garantir a plena liberdade de exercício de qualquer atividade laborativa.

Todavia, a Constituição Federal estabeleceu no inciso XIII do art. 5º, que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Não se pode, portanto, afirmar que o projeto em discussão esteja eivado de inconstitucionalidade, pois a conveniência ou não da regulamentação de determinada profissão é de ordem técnica, econômica e política, adstrita ao exame de mérito e não de admissibilidade constitucional da matéria.

Além disso, o projeto refere-se a atividades caracterizadas como de planejamento e coordenação do ramo turístico, próprias de pessoas capacitadas tecnicamente. Não estão incluídas, por exemplo, às atividades de natureza tipicamente operacional da área turística, estas sim, continuarão regidas pelo princípio da universalidade de acesso ao trabalho.

Não se concebe, por outro lado, que a titulação de nível superior não proporcione ao profissional qualificado tecnicamente o mínimo de reconhecimento legal por parte do Estado, inexistindo óbice legal de qualquer ordem para aprovação da proposição.

III – Voto

Em face destas considerações, opinamos pela constitucionalidade, legalidade e regimentabilidade do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003.

Sala da Comissão, – **Edison Lobão**, Presidente
– **Alvaro Dias**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo,

de autoria da Deputada Federal Maria Elvira, obteve, na Câmara dos Deputados, aprovação unânime, com o acréscimo de apenas uma emenda, apresentada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A Comissão de Constituição e Justiça e Redação proferiu parecer favorável à proposição, mas considerou inconstitucional a emenda acima referida.

O Parecer, de autoria da Deputada Nair Xavier Lobo é irrepreensível, pois extirpou do texto aqueles dispositivos controversos e de duvidosa constitucionalidade, que versavam especificamente sobre a instituição e organização do Conselho Federal de Turismo e dos Conselhos Regionais de Turismo, matéria atualmente afeta à iniciativa privativa do Presidente da República *ex vi* do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto obteve tramitação conclusiva no âmbito das comissões (art. 58, § 2º inciso I da CF) e foi remetido ao Senado Federal, onde foi distribuído inicialmente para apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais.

Todavia, em face da aprovação do Requerimento nº 812, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, a proposição foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para manifestação prévia sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Na CCJ, em sessão realizada em 16 de junho de 2004, foi aprovado, por maioria, parecer da lavra do Senador Alvaro Dias, com o acréscimo de uma emenda de autoria do Senador Leonel Pavan, concluindo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto.

Em breve síntese, a proposição pretende a regulamentação profissional de Turismólogo, relacionando como abrangidos pela nova profissão:

a) os possuidores de diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;

b) os diplomados por estabelecimento e ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;

c) os que, embora não diplomados nos termos do disposto nas alíneas anteriores, venham exercendo comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, há pelo menos quatro anos;

d) os que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos;

O art. 3º do PLC nº 24, de 2003, fixa as atribuições do Turismólogo, a seguir relacionadas:

1. coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

2. analisar dados econômicos, estatísticos e sociais necessários à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

3. elaborar planos visando ao desenvolvimento do setor turístico;

4. analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

5. coordenar e orientar trabalhos especializados, em âmbito intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

6. coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica e artística, bem como sua viabilidade econômica;

7. coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico;

8. coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

9. prestar consultoria e assessoria na elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Na justificação, a eminente autora do projeto aduz os seguintes argumentos:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo mundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$ 7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

Na CAE, à proposição não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre este projeto de lei.

A discussão sobre ele iniciou-se em 1999, no âmbito da Câmara dos Deputados, e somente agora, passados cinco anos, encontra-se pronto para análise de mérito nesta Comissão. A regulamentação de profissões é sempre polêmica, porque pode gerar reserva de mercado e inibir o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas e até mesmo profissionais.

A regulamentação profissional deve decorrer das peculiaridades encontradas em algumas profissões e das exigências da coletividade, de modo que atenda ao interesse social e ao desenvolvimento econômico do País.

Ninguém ignora que o turismo é e continuará sendo um dos maiores mercados empregadores. Felizmente, nossa legislação sobre essa matéria vem recebendo constantes modernizações, com a eliminação de entraves e aumento de competitividade. Hoje temos a Política Nacional de Turismo com diretrizes e estratégias definidas por todos os segmentos do setor. Vários investimentos, inclusive, vêm sendo realizados desde 1995, tanto em infra-estrutura básica (Prodetur) como no setor turístico propriamente dito (Proecotur).

Nos últimos anos, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), desenvolvido em parceria com a Organização Mundial de Turismo, 1.650 municípios turísticos brasileiros vêm investindo na melhoria de seus métodos de gestão, na elaboração de Planos Diretores Municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de novos negócios locais, entre outras medidas que visam ao desenvolvimento do turismo.

Como se sabe, o turismólogo atua nos mais diversos setores ligados à área de turismo, destacando-se as empresas públicas de turismo, existentes em cada estado e na maioria das cidades brasileiras, bem como nas empresas privadas de turismo, nas agências de viagens, nas empresas de transporte turístico e em hotéis.

Não é demais ressaltar que sua presença nesses setores não se limita apenas à área administrativa e gerencial, já que a função do turismólogo é bem mais ampla, graças aos conhecimentos de Geografia, Patrimônio Histórico, Arte Brasileira e Folclore etc., adquiridos no curso.

Enfatize-se que, em maio de 1998, o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), por meio da Deliberação Normativa nº 390, de 1998, determinou que todos os empreendimentos turísticos financiados pelo Poder Público e encaminhados à Embratur somente serão autorizados se tiverem parecer técnico do bacharel em Turismo (art. 1º). Em relação às solicitações de projetos de estados e municípios, terão prioridade de atendimento aquelas em que o requerente for um profissional formado em curso superior de turismo. Em setembro do mesmo ano, o instituto implantou um cadastramento desses profissionais. Essas deliberações são, inegavelmente, algumas das indicações sobre quão importantes são esses profissionais para o desenvolvimento do turismo.

Muitos especialistas do direito laboral propõem, atualmente, a regulamentação das profissões via negocial, em que as regras e condições de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores dessa idéia que seria improdutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

Em que pese à argumentação desses estudiosos do direito, não é demais enfatizar que a regulamentação legal de determinada profissão é medida tradicionalmente utilizada em nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, os profissionais do turismo devem ter habilitação especializada, pois essa área não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

O turismólogo, pela sua formação, está apto a identificar as condições naturais, históricas, culturais e humanas capazes de gerar recursos em favor do desenvolvimento de uma cidade, região ou país. É ele o agente por excelência no que se refere

ao lazer e às viagens, cuidando da administração de empresas de turismo, agenciando viagens, excursões e acompanhamento de grupos, planejando atividades turísticas, participando de estudos urbanísticos, elaborando calendários e programas de acontecimentos turísticos, organizando serviços de atendimento e informações, promovendo e organizando congressos, exposições, feiras, festivais e outros eventos de natureza social, artística, científica ou econômica, atuando na criação de áreas de lazer, no aproveitamento de locais públicos, áreas naturais e patrimônios históricos.

O projeto é, portanto, meritório e deverá estimular ainda mais o crescimento do turismo em nosso país, contribuindo, assim, para geração de emprego e renda.

III – Voto

Em face dessas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, de autoria da Deputada Federal Maria Elvira, obteve, na Câmara dos Deputados, aprovação unânime, com o acréscimo de apenas uma emenda, apresentada pela Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público. A Comissão de Constituição e Justiça e Redação proferiu parecer favorável à proposição, mas considerou inconstitucional a emenda acima referida.

O Parecer, de autoria da Deputada Nair Xavier Lobo é irrepreensível, pois extirpou do texto aqueles dispositivos controversos e de duvidosa constitucionalidade, que versavam especificamente sobre a instituição e organização do Conselho Federal de Turismo e dos Conselhos Regionais de Turismo, matéria atualmente afeta à iniciativa privativa do Presidente da República ex vi do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto obteve tramitação conclusiva no âmbito das comissões (art. 58, § 2º inciso I da CF) e foi remetido ao Senado Federal, onde foi distribuído inicialmente para apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais.

Todavia, em face da aprovação do Requerimento nº 812, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, a proposição foi remetida à Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ), para manifestação prévia sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Na CCJ, em sessão realizada em 16 de junho de 2004, foi aprovado, por maioria, parecer da lavra do Senador Alvaro Dias, com o acréscimo de uma emenda de autoria do Senador Leonel Pavan, concluindo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto.

Em breve síntese, a proposição pretende a regulamentação profissional de Turismólogo, relacionando como abrangidos pela nova profissão:

a) os possuidores de diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;

b) os diplomados por estabelecimento e ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;

c) os que, embora não diplomados nos termos do disposto nas alíneas anteriores, venham exercendo comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, há pelo menos quatro anos;

d) os que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos;

O art. 3º do PLC nº 24, de 2003, fixa as atribuições do Turismólogo, a seguir relacionadas:

1. coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

2. analisar dados econômicos, estatísticos e sociais necessárias à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

3. elaborar planos visando ao desenvolvimento do setor turístico,

4. analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

5. coordenar e orientar trabalhos especializados, em âmbito intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

6. coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica e artística, bem como sua viabilidade econômica;

7. coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico;

8. coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;

9. prestar consultoria e assessoria na elaboração de planos, pro ramas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Na justificação, a eminente autora do projeto aduz os seguintes argumentos:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, ralo apenas no País, mas em todo mundo A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente algum números que falam por aí mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 bilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre este projeto de lei.

A discussão sobre ele iniciou-se em 1999, no âmbito da Câmara dos Deputados, e somente agora, passados cinco anos, encontra-se pronto para análise de mérito nesta Comissão. A regulamentação de profissões é sempre polêmica, porque pode gerar

reserva de mercado e inibir o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas e até mesmo profissionais.

A regulamentação profissional deve decorrer das peculiaridades encontradas em algumas profissões e das exigências da coletividade, de modo que atenda ao interesse social e ao desenvolvimento econômico do País.

Ninguém ignora que o turismo é e continuará sendo um dos maiores mercados empregadores. Felizmente, nossa legislação sobre essa matéria vem recebendo constantes modernizações, com a eliminação de entraves e aumento de competitividade. Hoje temos a Política Nacional de Turismo com diretrizes e estratégias definidas por todos os segmentos do setor. Vários investimentos, inclusive, vêm sendo realizados desde 1995, tanto em fita-estrutura básica (Prodetur) como no setor turístico propriamente dito (Proecotur).

Nos últimos anos, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), desenvolvido em parceria com a Organização Mundial de Turismo, 1.650 municípios turísticos brasileiros vêm investindo na melhoria de seus métodos de gestão, na elaboração de Planos Diretores Municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de novos negócios locais, entre outras medidas que visam ao desenvolvimento do turismo.

Como se sabe, o turismólogo atua nos mais diversos setores ligados à área de turismo, destacando-se as existentes em cada estado e na maioria das cidades brasileiras, bem como nas empresas privadas de turismo, nas agências de viagens, nas empresas de transporte turístico e em hotéis.

Não é demais ressaltar que sua presença nesses setores não se limita apenas à área administrativa e gerencial, já que a função do turismólogo é bem mais ampla, graças aos conhecimentos de Geografia, Patrimônio Histórico, Arte Brasileira e Folclore etc., adquiridos no curso.

Enfatize-se que, em maio de 1998, o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), por meio da Deliberação Normativa nº 390, de 1998, determinou que todos os empreendimentos turísticos financiados pelo Poder Público e encaminhados à Embratur somente serão autorizados se tiverem parecer técnico do bacharel em Turismo (art. 1º). Em relação às solicitações de projetos de estados e municípios, terão prioridade de atendimento aquelas em que o requerente for um profissional formado em curso superior de turismo. Em setembro do mesmo ano, o instituto implantou um cadastramento desses profissionais. Essas deliberações

são, inegavelmente, algumas das indicações sobre quais são importantes são esses profissionais para o desenvolvimento do turismo.

Muitos especialistas do direito laboral propõem, atualmente, a regulamentação das profissões via negocial, em que as regras e condições de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores dessa idéia que seria improdutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

Em que pese à argumentação desses estudiosos do direito, não é demais enfatizar que a regulamentação legal de determinada profissão é medida tradicionalmente utilizada em nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, os profissionais do turismo devem ter habilitação especializada, pois essa área não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

O turismólogo, pela sua formação, está apto a identificar as condições naturais históricas, culturais e humanas capazes de gerar recursos em favor do desenvolvimento de uma cidade, região ou país. É ele o agente por excelência no que se refere ao lazer e às viagens, cuidando da administração de empresas de turismo, agenciando viagens, excursões e acompanhamento de grupos, planejando atividades turísticas, participando de estudos urbanísticos, elaborando calendários e programas de acontecimentos turísticos, organizando serviços de atendimento e informações, promovendo e organizando congressos, exposições, feiras, festivais e outros eventos de natureza social, artística, científica ou econômica, atuando na criação de áreas de lazer, no aproveitamento de locais públicos, áreas naturais e patrimônios históricos.

O projeto é, portanto, meritório e deverá estimular ainda mais o crescimento do turismo em nosso país, contribuindo, assim, para geração de emprego e renda.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi aprovada a admissibilidade da Emenda nº 01 – CCJ, apresentada pelo eminente Senador Leonel Pavan, objetivando adequar o lapso temporal estabelecido no inciso III do art. 2º, de doze meses para quatro anos, como carência mínima para o reconhecimento do profissional como Turismólogo.

Acrescentou, ainda, inciso IV ao art. 2º, para fixar regra pela qual aqueles que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data de publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos, poderão exercer a profissão de Turismólogo.

São procedentes os argumentos apresentados pelo autor da emenda, razão pela qual ela deve ser acolhida no seu mérito.

III – Voto

Em face destas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, na forma do Parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003 que tem por finalidade regulamentar a profissão de turismólogo.

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, de autoria da Deputada Federal Maria Elvira, obteve, na Câmara dos Deputados, aprovação unânime, com o acréscimo de apenas uma emenda, apresentada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A Comissão de Constituição e Justiça e Redação proferiu parecer favorável à proposição, mas considerou inconstitucional a emenda acima referida.

O Parecer, de autoria da Deputada Nair Xavier Lobo é irrepreensível, pois extirpou do texto aqueles dispositivos controversos e de duvidosa constitucionalidade, que versavam especificamente sobre a instituição e organização do Conselho Federal de Turismo e dos Conselhos Regionais de Turismo, matéria atualmente afeta à iniciativa privativa do Presidente da República **ex vi** do disposto no art. 61, § 1º, inciso II alínea e, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, o projeto obteve tramitação conclusiva no âmbito das comissões (art. 58, § 2º inciso I da CF) e foi remetido ao Senado Federal, onde foi distribuído inicialmente para apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais.

Todavia, em face da aprovação do Requerimento nº 812, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, a proposição foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para manifestação prévia sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Na CCJ, em sessão realizada em 16 de junho de 2004, foi aprovado, por maioria, parecer da lavra do Senador Álvaro Dias, com o acréscimo de uma emenda de autoria do Senador Leonel Pavan, concluindo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto.

Posteriormente, em obediência ao Requerimento nº 6, de 2005, de autoria do Senador Waldir Raupp, a proposição foi remetida, para análise, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que a aprovou na forma do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em breve síntese, a proposição pretende a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo, relacionando como abrangidos pela nova profissão:

a) os possuidores de diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;

b) os diplomados por estabelecimento e ensino superior estrangeiro, em curso equivalente, desde que o respectivo diploma seja reconhecido, na forma da legislação vigente;

c) os que, embora não diplomados nos termos do disposto alíneas anteriores, venham exercendo comprovadamente e de forma ininterrupta, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, há pelo menos quatro anos;

d) os que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos;

O art. 3º do PLC nº 24, de 2003, fixa as atribuições do Turismólogo, a seguir elencadas:

1. coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos na área de Turismo;

2. analisar dados econômicos, estatísticos e sociais necessários à formulação de política, planos, programas e projetos do setor turístico;

3. elaborar planos visando ao desenvolvimento do setor turístico;

4. analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de Turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de Turismo;

5. coordenar e orientar trabalhos especializados, em âmbito intermunicipal, interestadual e inter-regional, visando favorecer a integração de atividades e serviços turísticos;

6. coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica e artística, bem como sua viabilidade econômica;

7. coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico;

8. coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

9. prestar consultoria e assessoria na elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no setor turístico.

Na justificação, a eminente autora do projeto aduz os seguintes argumentos:

Hoje não há como negar a importância econômica e social do turismo, não apenas no País, mas em todo mundo. A Organização Mundial do Turismo – OMT divulgou recentemente alguns números que falam por si mesmos. Segundo estimativa daquela Organização, o total de turistas estrangeiros passou de 380 milhões de pessoas, em 1985, para 534 milhões, em 1995, esperando-se que a marca dos 700 milhões de turistas internacionais e dos 7 bilhões de turistas domésticos seja superada num período de seis anos.

Por outro lado, o faturamento do setor de turismo no mundo já ultrapassou a marca dos US\$3,6 trilhões, podendo alcançar o incrível montante de US\$7 trilhões no ano de 2005.

O País precisa estar preparado para se inserir de forma decisiva nesse mercado. Para tanto, precisamos ter profissionais melhor capacitados para atender a contento as inúmeras solicitações decorrentes do setor.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre este projeto de lei.

A regulamentação de profissões é sempre polêmica, porque sempre gera reserva de mercado e pode inibir o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas e até mesmo profissionais.

Por isso, a regulamentação profissional deve decorrer das peculiaridades encontradas em algumas profissões e das exigências da coletividade, de modo que atenda ao interesse social e ao desenvolvimento econômico do País.

Ninguém ignora que o turismo é e continuará sendo um dos maiores mercados empregadores. Felizmente, nossa legislação sobre essa matéria vem recebendo constantes modernizações, com a eliminação de entraves e aumento de competitividade. Hoje temos a Política Nacional de Turismo com diretrizes e estratégias definidas por todos os segmentos do setor. Vários investimentos, inclusive, vêm sendo realizados desde 1995, tanto em infra-estrutura básica (Prodetur) como no setor turístico propriamente dito (Proecotur).

Nos últimos anos, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), desenvolvido em parceria com a Organização Mundial de Turismo, 1.650 municípios turísticos brasileiros vêm investindo na melhoria de seus métodos de gestão, na elaboração de Planos Diretores Municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de novos negócios locais, entre outras medidas que visam ao desenvolvimento do turismo.

Como se sabe, o turismólogo atua nos mais diversos setores ligados à área de turismo, destacando-se as empresas públicas de turismo, existentes em cada estado e na maioria das cidades brasileiras, bem como nas empresas privadas de turismo, nas agências de viagens, nas empresas de transporte turístico e em hotéis.

Não é demais ressaltar que sua presença nesses setores não se limita apenas à área administrativa e gerencial, já que a função do turismólogo é bem mais ampla, graças aos conhecimentos de Geografia, Patri-

mônio Histórico, Arte Brasileira e Folclore, entre outros, adquiridos no curso de formação acadêmica.

Enfatize-se que, em maio de 1998, o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), por meio da Deliberação Normativa nº 390, de 1998, determinou que todos os empreendimentos turísticos financiados pelo Poder Público e encaminhados à Embratur somente serão autorizados se tiverem parecer técnico do bacharel em Turismo (art. 1º). Em relação às solicitações de projetos de estados e municípios, terão prioridade de atendimento aquelas em que o requerente for um profissional formado em curso superior de turismo. Em setembro do mesmo ano, o instituto implantou um cadastramento desses profissionais. Essas deliberações são, inegavelmente, algumas das indicações sobre quão importantes são esses profissionais para o desenvolvimento do turismo.

Muitos especialistas do direito laboral propõem, atualmente, a regulamentação das profissões via negocial, em que as regras e condições de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores dessa idéia que seria improdutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

Em que pese á argumentação desses estudiosos do direito, não é demais enfatizar que a regulamentação legal de determinadas profissões é medida tradicionalmente utilizada em nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, os profissionais do turismo devem ter habilitação especializada, pois essa área não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

O turismólogo, pela sua formação, está apto a identificar as condições naturais, históricas, culturais e humanas capazes de gerar recursos em favor do desenvolvimento de uma cidade, região ou país. É ele o agente por excelência no que se refere ao lazer e às viagens, cuidando da administração de empresas de turismo, agenciando viagens, ex-

cursões e acompanhamento de grupos, planejando atividades turísticas, participando de estudos urbanísticos, elaborando calendários e programas de acontecimentos turísticos, organizando serviços de atendimento e informações, promovendo e organizando congressos, exposições, feiras, festivais e outros eventos de natureza social, artística, científica ou econômica, atuando na criação de áreas de lazer, no aproveitamento de locais públicos, áreas naturais e patrimônios históricos.

O projeto é, portanto, meritório e deverá estimular ainda mais o crescimento do turismo em nosso País, contribuindo, assim, para geração de emprego e renda.

No âmbito da Constituição, Justiça e Cidadania foi aprovada a admissibilidade da Emenda nº 1 – CCJ, apresentada pelo eminente Senador Leonel Pavan, objetivando adequar o lapso temporal estabelecido no inciso III do art. 2º, de doze meses para quatro anos, como carência mínima para o reconhecimento do profissional como Turismólogo.

Acrescentou, ainda, inciso IV ao art. 2º, para fixar regra pela qual aqueles que comprovarem ter concluído curso profissionalizante na área de turismo, até a data de publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos, poderão exercer a profissão de Turismólogo.

São procedentes os argumentos apresentados pelo autor da emenda, razão pela qual ela deve ser acolhida no seu mérito.

III – Voto

Em face destas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003, na forma do Parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

PARECER Nº 1.868, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2005 (nº 1.763/2003, na Casa de origem) que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas vias terrestres do território nacional.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator *ad hoc*: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

Chega à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 32, de 2005 (nº 1.763, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas vias terrestres do território nacional”.

O projeto apresenta dois artigos, sendo que o primeiro insere no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503, de 1997, o art. 86-A, que determina que “as placas indicativas de hospitais e prontos-socorros a serem colocadas ao longo de vias terrestres do território nacional deverão mostrar, além do símbolo apropriado, a distância e o número do telefone do local de atendimento mais próximo, na forma regulamentada pelo Contran”. O segundo artigo é a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor sustenta que a determinação a ser introduzida no CTB ajudará a “salvaguardar a integridade física de todos que por elas [rodovias] transitam”.

II – Análise

A Constituição Federal (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. Além disso, a deliberação sobre o conteúdo do projeto é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, e não apresenta reserva de iniciativa, conforme o ar. 61, que, além disso, faculta sua apresentação por Senador, individualmente.

Em relação à técnica legislativa, o PLC nº 32, de 2005, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito, acreditamos que o comando introduzido no Código de Trânsito irá, de fato, contribuir para um pronto atendimento aos que dele necessitem.

III – Voto

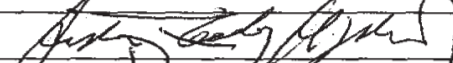

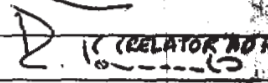



Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 32, de 2005, e por sua aprovação no tocante ao mérito.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 32 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/10/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR "AD HOC":  Senador Rodolpho Tourinho	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO  (RELATOR AD HOC)
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPPLY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO 
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA (PMR) ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA 
(VAGO)	2-LUIZ OTÁVIO 
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA (PC do B) ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 03/10/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI - trânsito e transporte;

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 10, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Mensagem de veto nº 393

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

PARECER Nº 1.869, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005 (nº 2.485/2003, na casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya**

I – Relatório

Sob análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005, (PL nº 2.485 de 2003, na origem), de autoria do Deputado Átila Lira, que estabelece condições de habilitação ao registro que permite o exercício das funções de Contador e de Técnico em Contabilidade e permite aos Conselhos Regionais de Contabilidade procederem aos exames de proficiência para obtenção do correspondente registro.

A iniciativa estabelece que:

- o exercício das atividades de Contabilidade é prerrogativa do Contador e do Técnico em Contabilidade, regularmente registrados nos respectivos Conselhos Regionais;

- o registro na categoria de Contador será exclusivo do bacharel em Ciências Contábeis, ou aquele a ele equiparado, diplomado no Brasil, em instituição de ensino superior ou aquele que seja portador de diploma expedido por instituição de ensino superior estrangeira, nos termos da legislação vigente;

- o registro na categoria de Técnico em Contabilidade será exclusivo dos portadores de diploma de Técnico em Contabilidade, conferido por instituição nacional de ensino de nível médio;

- a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade fica condicionada à aprovação, do Bacharel em Ciências Contábeis e do Técnico em Contabilidade, em prévio exame de suficiência.

Em 11 de maio de 2005, o projeto foi aprovado na Câmara e remetido a esta Casa para apreciação.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do projeto de lei referenciado.

No aspecto formal, a iniciativa satisfaz o prescrito nos arts. 22, I e 61 da Constituição Federal e não contraria Princípio Geral de Direito, não padecendo, portanto, de qualquer vício de constitucionalidade nem de juridicidade.

Também no que importa à técnica legislativa e redacional a proposição não merece reparo, vez que observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, temos que a iniciativa é uma reposta eficaz ao anseio de se dotar os Conselhos Profissionais de instrumentos efetivos para que possam bem desempenhar a tarefa de velar pelo cumprimento dos deveres profissionais.

A exigência de aprovação em exame de suficiência, para fins de obtenção do regular registro, certamente contribuirá para que a sociedade possa usufruir de serviços contábeis de qualidade.

Sem dúvida alguma, a proposição significa um avanço na gestão dos Conselhos de Contabilidade.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/09/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: *Senadora Patrícia Saboya Gomes*

Patrícia Saboya

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL <i>Marco Maciel</i>	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL <i>Gilberto Goellner</i>	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL. <i>Rodolpho Tourinho</i>	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB. <i>Lucia Vania</i>	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB. <i>Reginaldo Duarte</i>	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO <i>Wellington Salgado</i>
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO.
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
PAPALEO PAES - PSDB	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE - (Sem Partido)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i>	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO. <i>Augusto Botelho</i>	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

Atualizado em 20.09.2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços público e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores público da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Esta-

dos, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOSTERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

Notas taquigráficas da audiência pública realizada pela comissão para instrução da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 30 de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Por sinal, a Senadora Patrícia Sabóia enviou-me uma comunicação, segundo a qual ela se encontra viajando com o Presidente Renan Calheiros, Presidente do Senado, ao seu Estado natal, Ceará. Esta é a razão por que ela não está presente a esta audiência pública, embora seja a autora deste projeto que visa instruir proposições que tratam da realização de exames de insuficiência para o exercício de profissões, como o PLS nº 158/2004, que altera a redação do art. 2 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em exame nacional de certificação profissional para o exercício da profissão de médico veterinário, e dá outras providências.

PLC nº 39/2005, que dá nova redação ao art. 12 do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade; define – atri-

buições do contador e do técnico em contabilidade, e dá outras providências.

Foram convidados representantes das seguintes instituições: Ministério do Trabalho; Ministério da Educação; Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Engenharia; Conselho Nacional de Educação e União Nacional dos Estudantes.

Informo às Sras e aos Srs. Senadores que o Ministério do Trabalho, conforme mensagem eletrônica da chefia da Assessoria Parlamentar enviada à Secretaria desta Comissão, declinou do convite – o Ministério do Trabalho – por achar que o assunto não é do âmbito do Ministério em questão.

O Conselho Federal de Educação não pôde enviar o representante, uma vez que havia assumido compromisso anteriormente.

A União dos Estudantes, na pessoa do Dr. Gustavo Lemos Teta, agradeceu o convite, mas disse que não era possível comparecer.

São os seguintes os componentes desta audiência pública, convidados que compareceram: Godofredo de Oliveira Neto, Diretor de Política de Educação e Secretário Substituto do Ministério da Educação; Dr. Paulo Thompson Flores, Presidente do Exame da Ordem dos Advogados do DF e do Conselho da OAB, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Alceu José Peixoto Pimentel, do Conselho Federal de Medicina; Dr. José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade; Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e o Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Antes de convidar os participantes desta audiência pública para comporem a Mesa, faço a leitura do requerimento apresentado pela Senadora Lúcia Vânia e subscrito por mim, no sentido da inclusão do representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, uma vez que os demais já estavam aprovados, mas o nome deste representante ainda não havia sido aprovado pela Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento da Senadora Lúcia Vânia queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária pode participar do debate e, conseqüentemente, incluído entre os convidados que participarão da Mesa.

Em primeiro lugar, convido o representante do Ministério da Educação, Dr. Godofredo de Oliveira Neto; o Dr. Paulo Thompson Flores, da Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. Alceu José Peixoto Pi-

mentel, do Conselho Federal de Medicina; o Dr. José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade; o Dr. Wilson Lang, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; o Dr. Benedito Dias de Oliveira, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Os ilustres palestrantes terão dez minutos para suas exposições.

As exposições poderão ser feitas oralmente, por escrito ou por meio de **PowerPoint** se houver necessidade.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, Dr. Godofredo de Oliveira Neto, Diretor de Política da Educação Superior e Secretário Substituto do Ministério da Educação, por dez minutos.

O SR. GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO – Bom dia a todos.

Senador Antonio Carlos Valadares, colegas de Mesa, Srs. Senadores, com a Lei nº 9.394, de 1996, a nova LDB, foram introduzidos os novos paradigmas da educação. Uma inovação importante foi o estabelecimento de diretrizes curriculares mais dinâmicas e flexíveis para substituir os currículos mínimos da antiga LDB.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Ensino Superior, mediante a publicação de diversos editais, convocou as instituições de ensino superior e as entidades e conselhos de classe para contribuírem com propostas para a elaboração das novas diretrizes curriculares dos cursos superiores a serem elaboradas pelas comissões de especialistas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Dessa forma, as propostas que foram encaminhadas à Secretaria de Educação Superior do MEC como resultado de toda essa articulação constituíram-se numa contribuição altamente agregadora e com elevado grau de representatividade.

A idéia básica dessas diretrizes seda, portanto, como afirmou o Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 776, de 3 de dezembro de 1997), permitir que cada egresso tenha atribuições com base exclusivamente no que aprendeu e no que vier a aprender no futuro, deixando, pois, o profissional livre para definir suas atividades conforme as necessidades do mercado e conforme as suas próprias características e preferências.

O Conselho Nacional de Educação compreende que a nova LDB, no entanto, em seu art. 48, pôs termo à vinculação entre diploma e exercício profissional, estatuidando que os diplomas constituem-se em prova de formação recebida por seus titulares. Dessa forma, enquanto os conselhos e entidades de classe têm a atribuição de fiscalizar o exercício profissional e

registrar os profissionais que comprovem a qualificação exigida por lei, aos sistemas de ensino incumbe fornecer à sociedade esses profissionais portadores da qualificação que a lei exige, comprovada, nos termos da LDB, pelo diploma devidamente registrado.

Convém ressaltar que, nos termos do art. 46 da LDB, nenhum diploma pode ser emitido ou registrado se o curso não estiver previamente reconhecido, mediante processo de avaliação desenvolvido pelo Ministério da Educação para comprovar o padrão de qualidade do curso e, portanto, a garantia da qualidade no desempenho profissional sob o princípio esculpido no art. 206, VII e 209, II, da Constituição Federal de 1988.

Cabe, assim, aos conselhos profissionais das diferentes áreas estabelecer requisitos e Mecanismos que assegurem o exercício eficaz da profissão de modo a apresentar à sociedade um profissional com as garantias que correspondam aos parâmetros da fiscalização do seu exercício, quer em termos éticos, quer em termos técnicos.

Ao Ministério da Educação está reservada a grande e irrenunciável tarefa de exercer o controle de qualidade dos cursos superiores, comprometendo-se a manter em funcionamento aqueles cuja renovação de reconhecimento comprove a qualidade exigida no perfil do formando, sob pena de culminar no descredenciamento da instituição.

O seu compromisso com a garantia do padrão de qualidade pode ser identificado no novo instrumento de avaliação aprovado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Uma coisa é a atribuição da área educacional de definição de diretrizes para a organização, funcionamento e supervisão das instituições de ensino superior e seus cursos, em termos de diretrizes para a estruturação curricular, determinando condições de oferta, critérios de procedimento de avaliação da aprendizagem, bem como a expedição de certificados e diplomas. Outra coisa é a atribuição dos órgãos de fiscalização do exercício profissional no que se refere às atribuições principais e a ética profissional. O Ministério da Educação vem, reiteradas vezes, se munindo com as entidades de classe para tentar estabelecer uma profícua parceria entendendo que, naturalmente, essas duas facções da formação do estudante devem estar, sim, trabalhando e funcionando juntas. Essa parceria não pode, jamais, ser esquecida.

Não cabe ao órgão profissional definir condições de funcionamento de cursos e de programas educacionais. O que lhes compete é definir atribuições pro-

fissionais correspondentes a partir da respectiva lei de regulamentação da profissão, considerando o diploma expedido e registrado por escolas autorizadas e supervisionadas pelos órgãos próprios do sistema educacional como determinam as próprias leis referentes à regulamentação das profissões. Não lhes compete questionar o diploma expedido e registrado nem a carga horária dos cursos – essa competência é privativa dos órgãos próprios do sistema educacional.

O que pode e deve ser feito é a denúncia de eventuais irregularidades das instituições para os sistemas de ensino. Sequer lhes compete fazer exames de suficiência desses diplomados para fins de registro profissional. O que lhes compete é verificar se o profissional em busca de registro profissional possui o correspondente diploma devidamente registrado, expedido por instituições autorizadas e com o curso reconhecido. Nesse ponto, reforçando a digressão aqui há pouco registrada, as atribuições de um e de outro sistema não são concorrentes, mas sim complementares – um cuida da educação e o outro do exercício profissional, mantendo sempre um canal de negociação permanentemente aberto.

Concluindo, cumpre assinalar que o MEC pretende somente reforçar o entendimento quanto ao papel dos sistemas de ensino e dos conselhos profissionais, cujas competências não são concorrentes e sim complementares, como disse, cabendo aos primeiros, por meio das instituições de ensino que os integram, a responsabilidade de assegurar formação de qualidade e, aos últimos, a responsabilidade de fornecer o correspondente registro profissional aos interessados que preenchem as exigências previstas em lei, assim como fiscalizar se a profissão é exercida com competência e ética.

Não faz muito tempo vêm acontecendo encontros periódicos com a OAB também na área de contabilidade, enfim, com o MEC. Eu represento aqui o Sr. Ministro, que me incumbiu de afirmar esse desejo, essa intenção de trabalhar junto com os Conselhos, tentando provavelmente, assim, conseguir encontrar a medida justa do ensino de qualidade, um ensino engajado com o compromisso social, que contribua para transformar o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V.Ex^a

O próximo orador é o Dr. Paulo Thompson Flores, Presidente da Comissão de Exame da OAB do Distrito Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com a palavra V.S^a para falar por dez minutos.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores, senhores repre-

sentantes dos demais Conselhos profissionais, Srs. participantes desta reunião, inicialmente, a justificativa da ausência do nosso Presidente, Dr. Roberto Buzzato, tendo em vista o fato de que, neste fim de semana, se inicia em Florianópolis a Conferência Nacional dos Advogados, uma megaestrutura que exigiu já desde o início da semana a presença do Dr. Buzzato naquela localidade, razão pela qual tenho a honra de representá-lo neste momento.

Creio que o principal papel da OAB nesta audiência pública seja o de relatar a experiência que, ao longo de mais de 10 anos, vem sendo acumulada pela OAB como executora de um exame de Ordem para a habilitação ao exercício profissional da advocacia, creio que sendo a única das atividades que tem esse exame já a todo este tempo amparado em lei que determina como requisito para o exercício da advocacia a aprovação no exame de Ordem.

Sou professor e há muito tempo engajado nessa atividade de formação, tenho, inclusive, uma experiência no MEC, onde fui Secretário de Educação Superior, então, tenho uma vivência das várias pontas deste processo. Parece-me que a questão do exame de Ordem, um exame de suficiência para qualquer exercício profissional, evidentemente, tem pontos a que se pode colocar favorável e contrariamente. Não há dúvida de que, do ponto de vista da teoria da avaliação, uma avaliação pontual baseada no momento não é, realmente, o melhor sistema de avaliação, qualquer teórico ou mesmo que tenha vivência prática na educação pode atestar isso. Então, isso seria um ponto e um argumento, talvez contrário à realização desse tipo de avaliação para o ingresso na atividade profissional. Entretanto, esse fato tem de ser inserido na realidade do contexto das várias áreas do conhecimento e das várias profissões e dentro do panorama que temos, digamos assim, do cenário dos cursos superiores hoje, no Brasil. Então, acho que não podemos analisar a questão do exame de Ordem exclusivamente como uma coisa isolada e afastada desse processo como um todo. Este enfoque vai se ligar diretamente com a questão da qualidade do ensino que, por sua vez, está diretamente ligada também, queira-se ou não, com o fenômeno da proliferação de cursos superiores no País. No caso específico do Direito, é verdadeiramente assombroso o acréscimo da oferta de vagas de cursos superiores de Direito no País. Estamos hoje chegando às portas dos mil cursos. O último número efetivo que tenho é em torno de 850 cursos já em funcionamento, mas se considerarmos aquele estoque que está no MEC, em razão daquele processo que paralisou a tramitação dos cursos durante o ano passado, existe lá um número que está gradativamente sendo processado, chegaremos,

perdoem a expressão, com a desova desses cursos, aos mil cursos de Direito no Brasil.

Isso leva, fatalmente, a uma queda notável no resultado dos egressos desses cursos. E aí o exame de Ordem passa a ter, a meu juízo, uma função extraordinária com relação à validade, inclusive em termos de defesa da sociedade. O grande problema do profissional mal preparado é o dano que ele pode causar à sociedade.

Às vezes, e eu já ouvi isso muitas vezes, pode-se acusar, por exemplo, o órgão profissional de uma postura, até contraditória as duas críticas, ora corporativa, no sentido de estabelecer uma reserva de mercado, ora de conveniência, de, através do exame de Ordem, arrecadar mais, etc. Qualquer das duas afirmativas é completamente falaciosa.

Para a OAB, se inscrevêssemos todos os egressos do curso de Direito, sem passar pelo exame de Ordem dos quadros da OAB, a arrecadação da OAB triplicaria ou quadruplicaria. Com as medidas de aprovação que temos tido, é muito fácil fazer esse cálculo, não é?

Por outro lado, a questão não é corporativa de defesa da profissão; é uma questão realmente de defesa da sociedade, é o reconhecimento do dano que o mau profissional pode causar à sociedade.

O problema todo – e quero deixar claro que não se trata de uma crítica específica a um momento da política educacional do MEC, eu fui Secretário de Educação Superior há mais de dez anos, e a realidade não se modificou muito de lá para cá -, a verdade é que os instrumentos de fiscalização, os instrumentos de avaliação, por melhores que sejam as intenções, não conseguem cumprir esse papel efetivo de penalizar os maus cursos. Falo no caso do Direito. Eu não conheço nenhum curso de Direito que tenha tido a sua renovação de reconhecimento indeferida. Quando muito, baixa em diligência, quando muito, se reconhece por um ano só e depois de um ano ele volta e acaba sendo reconhecido. Não conheço nenhum curso de Direito que tenha sido fechado por má qualidade. E há muitos cursos de Direito com má qualidade.

Então, o problema é que esses instrumentos internos, dentro do processo educacional, o Professor Godofredo separou bem a questão da educação e do exercício profissional, que realmente são momentos separados, mas que as interligam. Quer dizer, o exercício profissional bom depende da educação adequada. Se não conseguimos, dentro do processo da educação, estabelecer o sistema de amarras, o sistema de controles efetivos, que permitam que realmente dali sejam egressas pessoas efetivamente habilitadas, necessariamente os órgãos de fiscalização profissional precisam

de instrumentos para poder, de uma maneira efetiva, a palavra talvez seja forte, bloquear ou pelo menos restringir o ingresso no mercado desses profissionais lamentavelmente mal formados.

Esta é uma realidade com a qual temos de conviver. Pode que o Exame da Ordem não seja o ideal, que o exame de suficiência não seja a ideal, mas eu diria que é absolutamente necessário para a defesa da sociedade dentro do panorama que temos hoje. Quer dizer, temos na OAB – isso está na mídia, é assunto muito ventilado – a questão dos altos índices de reprovação. E esses altos índices de reprovação vêm sendo crescentes. Vêm sendo crescentes por quê? Porque, justamente nesses últimos anos, cada vez mais são despejados mais bacharéis no mercado de trabalho e mais bacharéis despreparados.

Sou membro da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal, onde, por competência legal, cabe à OAB emitir um parecer nos processos de autorização e reconhecimento dos cursos. Então, todo curso de Direito, no seu processo de autorização, passa pela Comissão de Ensino Jurídico da OAB, onde recebe um parecer. Esse parecer não é vinculativo, e entendo eu que, realmente, nem pode ser, porque, se fosse, mudaria a competência, tiraria do MEC a competência autorizatória, mas ele poderia ser um pouco mais valorizado. Aí é diferente.

Nos últimos cinco anos, temos alguma coisa parecida com quatrocentos cursos de Direito autorizados no País, que entraram em funcionamento nos últimos cinco anos. Neles, não chega a trinta o número dos que tiveram parecer favorável da OAB.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – A campanha é um sinal dos dez minutos, Sr. Presidente? Mais um minuto.

Para concluir, procurei apenas, talvez um pouco desordenadamente, colocar alguns dados para reflexão em termos da experiência da OAB. Temos tido hoje Índices de aprovação no Exame de Ordem baixos. Aqui, no Distrito Federal, são índices ainda razoáveis, até mesmo porque o impacto maior da proliferação dos cursos ainda não se deu no Exame de Ordem. Temos, hoje, 19 cursos no Distrito Federal, o que acho um excesso enorme, mas os que já formaram bacharéis e, conseqüentemente, já estão habilitados ao Exame de Ordem são nove, no último Exame de Ordem. Estamos com uma média de 40% de aprovação, o que em nível de Brasil é muito alto até. O Brasil deve estar abaixo de 30%. Em alguns Estados, 15%, 10%, porque o exame da OAB é elaborado em cada seccional, não há um exame único. A data, hoje, está sendo unifica-

da, mas a elaboração do exame ainda está a critério de cada seccional.

Agradeço a participação e fico à disposição para qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB– SE) – O próximo é o Dr. Alceu Peixoto Pimentel, Presidente do Conselho Federal de Medicina, a quem concedo dez minutos.

O SR. ALCEU PEIXOTO PIMENTEL – Um bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Valadares por ter-nos concedido essa possibilidade de o Conselho Federal de Medicina poder participar de um debate dessa relevância para a sociedade, até porque, no nosso caso, isso tem uma relação direta com a qualidade da assistência à saúde que vai ser dispensada à população e, particularmente, com a qualidade de assistência médica. Cumprimento os Srs. Parlamentares.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que vim aqui para narrar qual o processo histórico que o Conselho Federal de Medicina, que o movimento médico, a Medicina, de uma maneira geral, tem buscado, tem trilhado na busca da qualidade do ensino e na busca da qualidade do profissional formado, aquele que vai atender à população. Volto a dizer que, considerando todos os cursos, os de medicina e os de saúde, de maneira geral, têm uma relação direta com esse tipo de qualidade e o dano que pode causar. Os caminhos que trilhamos, que vou tentar, numa síntese bem apertada, colocar para os senhores, espero que contribuam para a formação de uma convicção. E quero dizer que temos o maior respeito pelo processo histórico de busca que foi tomado, exercido, pelas outras profissões, pelas outras corporações, pela OAB, de maneira geral, que é mais antiga, e as outras, que hoje estão buscando caminhos que, entendemos, no mérito, são um pouco diferentes dos nossos, mas temos o maior respeito por esse tipo de busca.

Na perspectiva de atingir uma qualidade de ensino e construir um formado que venha a atender à população de forma adequada, a Medicina sempre pautou pela busca da qualidade de ensino, que são os dois pontos fundamentais, a qualidade do ensino e a qualidade do formado, que é uma conseqüência. Sempre pautou pela qualidade do ensino e foi um dos maiores participantes da Comissão Interinstitucional Nacional do Ensino Médico, que conta com a Abem e a Denem e várias outras entidades e contou com Conselhos Regionais de Medicina fortes, grandes, como o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, e o Conselho Federal de Medicina, que foram participantes ativos nesta Comissão e que, inclusive, contribuíram de forma fundamental para a construção da& diretri-

zes curriculares do curso de Medicina, adotadas pelo Ministério da Saúde.

Então, a lógica que o Cinaem sempre buscou foi a produção de um formado, de um produto final no curso de Medicina que passasse por uma avaliação, não somente responsabilizando o indivíduo que se forma, porque é muito fácil se responsabilizar o indivíduo. O mau aluno não é formado somente em função da sua qualidade intelectual; ele pode ser formado em função da má qualidade do processo formador.

Então, em tese, para que avaliemos um formado, precisamos avaliar a estrutura do curso em que ele se formou, o modelo pedagógico por que esse aluno passou. No nosso caso, no caso dos cursos da área da saúde, que são cursos eminentemente práticos, e quanto mais prático melhor, saber qual a estrutura por que está sendo formado esse aluno, qual a estrutura de laboratórios, se existe hospital. Porque existe uma abertura indiscriminada, eu diria, sem nenhuma ofensa, um pouco irresponsável de curso de Medicina por conselhos estaduais e municipais de saúde. Pela lógica, não está correto o Conselho Nacional de Saúde quanto à abertura de escolas privadas, que são abertas com um quadro de professores fictício, em que os professores estão colocados em quadros de escolas que têm 500 quilômetros de distância entre uma e outra, estão ali colocados somente para qualificar o elenco de professores, que não têm hospital, que não têm definição de vagas para residência médica e que não têm nenhum currículo completo ainda. E achar que se pode formar o aluno somente incluindo na rede pública de saúde!

A inclusão do aluno na rede pública de saúde é uma defesa fundamental que o movimento médico tem feito para que ele entre em contato com a sociedade mais cedo, para que ele possa ser formado de forma holística, tendo visão geral das condições de saúde da população, não só da doença, mas do contexto onde aquela doença se desenvolve.

Essa é a idéia de como avaliar um formado, avaliar a estrutura de curso, currículo, avaliar uma série de fatores que vão ser decisivos, e não somente avaliar um aluno de forma pontual. Aí reforço a tese do Dr. Paulo de que no meio acadêmico, entre professores, não existe consenso quanto a métodos ou metodologia para avaliação; não existe consenso. Só existe um consenso no meio acadêmico: que a avaliação que é feita de forma pontual não presta, não diz nada, não reflete o que o aluno aprendeu, nem reflete o quociente intelectual daquele aluno, porque o aluno pode ser pego, no momento de fazer aquela prova, com variáveis que vão prejudicar seu desempenho, pode estar doente, pode estar com febre, pode estar com diarreia,

pode ter morrido alguém da família, pode ter feito uma viagem desgastante, qualquer coisa que prejudique o desempenho.

Então, no nosso entendimento, a avaliação tem que ser feita em processo, e essa avaliação em processo é aquela que vai poder pegar o aluno formado nos seus pontos altos e baixos e que a média vai ser a avaliação, o que seita o desempenho daquele aluno durante seu curso. Então, esses são os elementos que eu gostaria de trazer, que é a concepção teórica da maioria do movimento médico.

Por que digo maioria? Porque hoje temos o Conselho de Medicina do Estado de São Paulo, que está fazendo uma prova de suficiência, a título experimental, uma decisão do Conselho Regional do São Paulo que o movimento médico respeita, mas que, na prática, não vai ter valor nenhum, porque mesmo os que não passam vão ter que ser registrados pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Isso vai criar um problema incrível para o aluno, porque aquele que não passar – entendemos que uma avaliação pontual não reflete a qualidade do aluno – vai ser discriminado no mercado, porque o mercado, logicamente, vai querer aqueles que passaram no exame, que não tem valor nenhum, mas que passa a ser um referencial ao mercado.

Essa é uma experiência do Conselho de São Paulo, apesar de ser um dos conselhos que mais participou do processo de discussão dentro do Cinaem, na perspectiva da formação da qualidade em processo e não da avaliação de forma pontual.

Se formos agora fazer uma ilação, porque não temos essa experiência, temos a experiência nesse campo que acabei de colocar para os senhores, se formos fazer uma avaliação da questão do exame de ordem, ou do exame de suficiência, eu me recordo de um; essa tese é um assunto que está em debate, em reflexão, dentro do movimento médico.

Fizemos um encontro nacional em Manaus, em 2002, a que foram representantes da contabilidade, da veterinária, que estavam propondo aplicar o exame da OAB pela experiência que têm, e o próprio representante da OAB colocou para nós, naquele momento – o que é uma coisa extremamente correta; não é uma crítica, é só uma reflexão –, que o exame tinha sido criado originariamente na busca de estimular a qualidade dos cursos de Direito. Ou seja, os cursos de Direito que existiam iriam ter que preparar bem os seus alunos para passar naquele curso.

No nosso entendimento, na nossa avaliação, na nossa reflexão, funcionou ao contrário, porque estimulou, de forma inadequada, uma proliferação. O gestor, o dono do curso, quem promove o curso se isenta da obrigação de formar um bom aluno, porque ele vai ter

que passar no exame de ordem, e estamos vendo que há Estados em que essas aprovações são em número maior ou menor, mas estamos vendo Estados em que o índice de aprovação chega a 8% dos alunos que se formam. Será que 92% dos alunos que se formam nesses cursos são péssimos e não conseguem passar? Ou será que a preocupação com a defesa da sociedade está ficando tão grande que estamos criando um funil difícil para que o aluno possa acessar o mercado? Ou será que estamos querendo também proteger o mercado? Porque inscrever todos os alunos que se formam, necessariamente, aumentaria a arrecadação da entidade, mas criaria um caos dentro do mercado na perspectiva de espaços de postos de trabalho.

Então, são reflexões que trazemos e deixamos aqui que a busca do movimento médico é o enfoque para uma análise sobre a abertura discriminada de escolas médicas, no caso da medicina. Espero que num futuro próximo possamos estar aqui discutindo essa tese. Temos um projeto na Câmara, do Deputado Arlindo Chinaglia, que propõe uma moratória de dez anos desses cursos, sem abertura de nenhum curso, e uma avaliação e o fechamento daqueles cursos médicos ou da área de saúde que não estejam formando profissionais adequados ao atendimento da sociedade.

Então são pontos como esse que entendemos que podemos...

(O Sr. Presidenta faz soar e campanha.)

O SR. ALCEU PEIXOTO PIMENTEL – Um minuto mais, Senador. Estou terminando.

Não que esses cursos sejam abertos com enfoque de privilégio de grupos políticos regionais ou de um interesse financeiro, porque, se os senhores não sabem, um aluno de medicina, em média, paga R\$3 mil por mês numa faculdade de medicina privada. E se entendemos que existem cerca de 500 a 600 alunos em cada escola, dá um nível de renda extremamente bom.

Entendemos que o exame de suficiência é um instrumento que não contribui para o aumento da qualidade de ensino; ao contrário, entendemos que ele peca porque estimula a proliferação inadequada pelo nível de falta de responsabilidade dos donos de cursos, que, vamos dizer assim, se eximem da responsabilidade e não aumenta a qualidade do formando. Em tese, hoje funciona como uma proteção da sociedade, e acho que funciona – respeito essa tese –, mas funciona também como uma proteção de mercado.

Digo para os senhores, para finalizar, que um formado em advocacia que não passa no exame de ordem tem várias opções de mercado, concurso para procurador, juiz, receita federal, delegado de polícia,

uma série de coisas. Nossa preocupação com o formado de medicina que não conseguir passar é que ele se interiorize pelos rincões do País e passe a exercer medicina de forma ilegal, porque eles vão ter que sobreviver, até, provavelmente, estimulado por uns poucos gestores, que hoje estimulam esse tipo de prática dando guarida a profissionais que se formaram no exterior e que não passaram ainda por uma avaliação da qualificação que teve fora feita por uma universidade pública brasileira e estão trabalhando e sendo pagos por alguns gestores.

Essas são as reflexões que trago e volto a agradecer ao Senador Valadares pelo espaço. Desculpe-me por ter ultrapassado em dois minutos o tempo que me era permitido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. S^a.

O próximo convidado a falar é o Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Em seguida, ouviremos o representante do Conselho Federal de Contabilidade e, por último, o representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Portanto, com a palavra o Dr. Wilson Lang, por dez minutos.

O SR. WILSON LANG – Cumprimento o Senador Antonio Valadares, Presidente desta Comissão, cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores, os meus adegas de mesa, as senhoras e os senhores.

O assunto que nos traz aqui hoje é de uma importância que transcende muito a questão objetiva de falarmos sobre um exame de ordem apenas. Sou professor da Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, titular da área de engenharia de construção, onde já fui diretor do Centro Tecnológico, e tenho trinta anos de experiência profissional no ensino superior nas costas, ruas também sou profissional Liberal, também já fui empresário e neste momento dirijo uma organização muito diferente de todas as demais que estão aqui na mesa. Nosso sistema profissional tem, primeiro, novecentos mil profissionais registrados e, segundo, tem um formato multinível. Ou seja, temos, no nível pleno, os engenheiros, os arquitetos, os agrônomos, os geólogos, os meteorologistas e os geógrafos e temos o nível dos tecnólogos, temos o nível técnico de nível médio e ainda temos, por obrigação, também os engenheiros de segurança, que são profissionais que obtêm sua formação num curso de pós-graduação.

Portanto, somos um sistema multiprofissional e multinível, o que traz consigo todo um conjunto de diferenças no que se refere à concessão de atribuições profissionais que temos a obrigação de diferenciar.

O nosso nobre colega da área educacional já mostrou com clareza que o sistema educacional abriu a porta para a definição clara de quem cuida da educação e quem cuida do exercício profissional. Portanto, cabe a nós estabelecer esses MECanismos referentes ao exercício profissional.

Por outro lado, é preciso que tenhamos em mente uma questão fundamental: para que serve um órgão de regulamentação profissional? No Brasil, infelizmente, o modelo adotado é o estabelecimento de uma autarquia pública federal que tem caráter especial, entre aspas, porque diversas configurações legais se aplicam ou não se aplicam, dependendo das diferentes manifestações das instâncias jurídicas e do Tribunal de Contas da União.

Temos também um conjunto de assimetrias dentro dessa legislação, porque, enquanto todos os sistemas profissionais obedecem a um determinado tipo de regulamentação, a OAB é tratada de forma diferente. Então, existem assimetrias de regulamentação nas profissões.

E, por último, essa configuração de que transfere ao Poder Público, no caso, ao Presidente da República a definição e o encaminhamento da organização desses conselhos, certamente traz o maior dos prejuízos porque configura as organizações profissionais como um elemento de Estado. E num Estado como o brasileiro, com todas as suas mazelas, que nós todos muito bem conhecemos, com certeza, isso cria um conjunto de dificuldades, muito diferente do que acontece nos países desenvolvidos.

Então, eu queria que pudéssemos, Senador Antônio Carlos Valadares, rapidamente, acompanhar um pequeno exercício geográfico que elaborei para ver para que serve um órgão de regulamentação profissional e, no final, entendermos para que lado podemos caminhar ou não. Faço isso com um exercício geométrico. Procurei colocar uma transparência ali na pedra, que está meio apagado aqui, mas não tem nenhum problema. Isso aí é um triângulo, poderia ser uma pirâmide, se quiséssemos pô-lo no espaço. Esse triângulo é, na verdade, o que vou chamar de a sociedade, a sociedade como um todo. Ai dentro está a sociedade como um todo. Na minha concepção, a sociedade começa com o indivíduo, é o cidadão. Esse é o ponto, o vértice inferior desse triângulo, que estabelece e demonstra toda a instabilidade que a sociedade pode ter em função do comportamento dos indivíduos.

A minha ponteira aqui está falhando, mas tudo bem:

A partir dali eu vou segmentar esse triângulo com segmentos de reta, infinitos segmentos de retas, que vou chamar de sistemas organizados da sociedade. E

o primeiro segmento organizado da sociedade, depois do indivíduo, e a sua família. É um conjunto de pessoas a que damos o nome de família. A partir daí, temos a associação dos moradores da rua, temos associação dos funcionários do Congresso, temos, os partidos políticos, temos os sindicatos temos as associações profissionais. No caso das nossas profissões, temos mais de mil e seiscentas associações profissionais, que são de natureza privada e que são associações de engenheiros, engenheiros Mecânicos, engenheiros eletricitistas, engenheiros eletrônicos e por ai afora. E por último, a última linha, que fecha o triângulo, é a linha que eu chamo de Estado. Não é? A última linha é o Estado. Então, temos aí o Congresso Nacional, temos o Executivo e temos o Legislativo.

Todas as aspirações de um indivíduo se propagam através dos segmentos organizados da sociedade. Quer dizer, alguém, em 1933, meados de 1933, engenheiros começaram a entender que as profissões tinham que ter uma regulamentação, tinham que ter um controle, tinham que ter um sistema aferidor e garantidor da qualidade. Aí começaram a estimular as associações, os clubes de engenharia. Esses clubes foram avançando, foram avançando e chegamos na última linha, que é o Estado, no caso o Congresso Nacional, onde estão as aspirações desse grupo. Ou seja, o objeto do Projeto de Lei que aqui está sendo tratado é um exemplo claro disto. Profissionais e entidades e Conselhos, como órgãos da sociedade, estabelecem urna aspiração, uma necessidade, uma necessidade do indivíduo e do grupo coletivo.

Ao chegar ao Congresso Nacional, o Congresso Nacional afere se isto é uma configuração de natureza coletiva, faz os debates, as discussões e gera uma lei que... Tenho aqui uma reta, que vem debaixo para cima, que são as aspirações dos indivíduos representados através dos segmentos organizadas da sociedade.

Por último, desce, então, um projeto de lei transferindo para a sociedade, de forma coletiva e obrigatória, as aspirações daqueles segmentos. Então, por isso, é que em 1933, por exemplo, no nosso caso, foi regulamentada a profissão de engenheiro e arquiteto e agrônomo. Foi uma aspiração dos indivíduos, da sociedade, contemplada pelo Estado.

O Estado, ao estabelecer isso, cria, na verdade, uma reserva de mercado. Só determinadas pessoas que atendem a determinados requisitos podem exercer aquelas profissões. Ora, ele não pode, o Estado não pode criar esse tipo de situação. Em troca disso, em troca dessa hipotética reserva de mercado, ele cria a obrigatoriedade de um sistema de fiscalização profissional para a defesa da sociedade. Todos os órgãos de regulamentação profissional existentes no Brasil,

independentemente da cara com que elas se vendem no **marketing** institucional, são criadas para a defesa da Sociedade e não do profissional. O profissional entra numa órbita subjacente e periférica quando se fala em ética. Quando se entra no campo da ética, aí sim, um campo específico onde se podem trabalhar os interesses dos indivíduos. Mas, em linha geral, os órgãos de regulamentação profissional existem e só se justificam quando estão a serviço da sociedade.

Feitas essas explicações, que são necessárias para isso, o nosso órgão tem que garantir para a sociedade a qualidade do profissional, a qualidade do serviço. Como posso garantir para os senhores que essa estrutura que está sobre as nossas cabeças vai ser segura o suficiente? Então, temos que ter um sistema de garantia para isso.

As instituições de ensino, as escolas, elas, efetivamente, não têm nenhum mecanismo aferidor de qualidade que possa nos permitir essa interpretação.

Eu participei como membro da comissão que implantou o primeiro exame nacional de ordem na área de engenharia civil, quando o exame nacional de curso era uma coisa atacada na rua pelos segmentos, pelo **establishment** das universidades. Hoje isto já flui com mais facilidade. Mas alguém tem que garantir essa qualidade. Quem garante? A universidade não garante. O MEC não garante.

O MEC pode fazer avaliações da escola, pode fazer avaliações dos cursos, mas ele não consegue fazer avaliações dos indivíduos, e é sobre os indivíduos que nós estamos trabalhando e não sobre os segmentos da sociedade. Então, alguém tem que fazer isto. Seria o sistema regulamentador da profissão? No meu entendimento – e o Sistema Confea/Crea vem debatendo isto fortemente –, penso que não. Pode não ser o sistema organizador das profissões. Pode ser que tenhamos que criar um sistema de avaliação externo a tudo isto, como é, por exemplo, nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o cidadão pode se formar no Mit, no Massachusetts Instituto of Technology, e grande coisa, não quer dizer que ele vá ser engenheiro. É a melhor escola de engenharia do mundo, mas nem por isto ele vai ser engenheiro. Ele vai ter que se submeter aos ditamos da ordem da profissão e vai ter que se submeter a uma avaliação de um sistema certificador.

Existe uma outra coisa, de que até agora não se falou aqui, que é o sistema certificador da qualidade, que pode estar, ou não, dentro do órgão regulamentador. Esta é uma outra discussão.

O fato concreto, senhores, é que nós, o sistema Confea/Crea, que congrega, então, esses engenheiros, arquitetos, agrônomos, todos esses profissionais, entendemos que temos que ter um sistema de

avaliação desta qualidade do indivíduo, porque é sobre ele que vamos trabalhar. É o engenheiro que vai desenhar e projetar isto aqui e vai derrubar isto aqui se for o caso. É o profissional que vai fazer isto, não a escola. Então, tem que haver um sistema de avaliação. Seria uma prova? É evidente – já foi dito aqui, com toda clareza – que uma prova é uma avaliação pontual e circunstancial e que não mede nada. Ela só serve para se criarem – como se faz no caso dos advogados e se fará no caso dos médicos – as escolas de preparação para o exame de ordem, assim como há, no Exame Nacional de Curso – e o MEC sabe disto –, as escolas que dão cursos preparando os alunos para o exame nacional de curso. Quer dizer, antes do exame, o aluno recebe, então, uma carga específica de informações para prepará-lo para o exame para ver se ele sai melhor no exame. Isto não serve para nada, absolutamente nada.

Entendemos – e nós estamos trabalhando sobre isto – que devemos propor, num momento – e isto ainda não é uma questão fechada –, um sistema de avaliação que possa conter elementos que refluem para a universidade e criem mecanismos de melhoria do ensino dentro da universidade.

Por exemplo: há mais de vinte anos que sou o coordenador do estágio supervisionado. Os meus alunos engenheiros saem com um estágio de 600 horas, **full time** Eles passam pelo menos 600 horas dentro de uma empresa. Eu não tenho a menor dúvida, e faço um desafio a quem quer que seja que demonstre o contrário, que esse engenheiro é muito diferente de um outro de uma universidade próxima que também é uma excelente escola mas que não tem estágio nenhum.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é a sua escola?

O SR. WILSON LANG – A minha escola é a Universidade Regional de Blumenau.

Eu tenho três filhos, os três engenheiros. Uma se formou no ano passado, na Universidade de Brasília. Não tem estágio. Esse tipo de profissional tem uma cara, tem um jeito.

Então, por exemplo, um sistema de avaliação, Sr. Presidente, que contemplasse um conjunto de variáveis em que uma prova seria um dos itens, um dos itens, não o fundamental, mas que viabilizasse, por exemplo, um sistema de estágio.

Vamos criar aqui um mecanismo de pontuação: um estágio de 30 pontos. O cidadão fez uma defesa de trabalho no final do curso, que é um trabalho que tem uma visão holística do processo da formação profissional. Então, ele ganhe mais 40 pontos. Ele defendeu uma dissertação com supervisão externa, como há em

muitas universidades. Eu próprio participo de supervisões externas. Aí ele ganharia mais 200 pontos.

Então, você criaria MECanismos que refluem pra dentro das instituições e fazem com que elas mudem a sua forma de ensinar.

Então, esse é o Mecanismo, porque, no fato concreto, Srs. Senadores, a educação neste Brasil sempre foi um feudo. Ela é péssima; os exames, as avaliações, as pesquisas feitas – estou concluindo, Senador Botelho – são absolutamente visíveis e concretas. Setenta por cento dos brasileiros não sabem fazer três operações matemáticas básicas sucessivas. Ou seja, ele não sabe calcular o desconto que ele vê numa loja do shopping. O nosso ensino é péssimo. O ensino fundamental é péssimo. O aluno brasileiro não sabe ler e não sabe escrever.

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível. Fora do microfone)*

O SR. WILSON LANG – Bom, esse é um outro problema que fica lá para o...

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. WILSON LANG – Então, nós temos uma realidade. Nós entendemos, por outro lado, que dizer que não, que vamos fazer, que vamos ter menos escola porque isso vai equilibrar mercado, isso é uma falácia. Temos que ter tantos profissionais quantos necessários. Seria muito interessante que todos os brasileiros fizessem o curso de Direito – esse é o meu pensamento -, porque é um curso interessante para todos. Agora, para fazer disso o exercício profissional, tem que haver uma regra de transição, e essa regra de transição é o sistema de avaliação.

Então, era essa, Senador Botelho, Srs. Senadores, a contribuição do Confea/Crea na discussão não só de uma necessária revisão dos MECanismos jurídicos que estabelecem a formação dos órgãos de regulamentação profissional, como também a necessária avaliação por parte dos senhores da existência de um sistema de avaliação que permita aos órgãos de regulamentação profissional efetivamente garantir para a sociedade um profissional com a qualidade necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Dr. Wilson Lang.

Com a palavra agora o Dr. José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade, por dez minutos.

O SR. JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO – Senador Augusto Botelho, Senador Wellington Salgado, Senador Mão Santa, Senador Romeu Tuma, Senador Ramez Tebet, Senador Flávio Arns, meu agradecimento pelo convite.

Nós ouvimos atentamente os colegas que nos precederam e os senhores verificam cada um na sua expertise: a medicina, a engenharia...

O Conselho Federal de Contabilidade, o sistema contábil brasileiro, nós já vínhamos elaborando, implementamos o exame de suficiência desde o ano 2000 através de Resolução do Conselho, e por esse exame já passaram 150 mil candidatos. Esse exame de suficiência foi precedido de uma verdadeira maratona, em todo o Brasil, junto a instituições de ensino em todos os Estados da Federação... À época, eu era Vice-Presidente de Desenvolvimento do Conselho Federal de Contabilidade. Quero deixar claro que sou educador, tenho trinta anos de magistério, sou dirigente de uma universidade e discutimos isso com todo o movimento estudantil brasileiro. Tenho em mãos – vou distribuir aos Srs. Senadores, peço permissão – um documento da Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis, que congrega 225 mil estudantes neste País.

Essa carta, que é uma moção do encontro que aconteceu em Natal, conclui:

“O Movimento Estudantil de Ciências Contábeis do Brasil apóia e é solidário com a luta para que o exame de suficiência possa vigorar com força de lei e ser, de uma vez por todas, um instrumento salutar para a classe contábil e para a classe estudantil”.

Ora, o exame em si não se resume única e exclusivamente numa prova, como se quer colocar. O Conselho Federal de Contabilidade, nós já distribuímos, com as instituições de ensino deste País, mais de 400 mil livros tratando de norma da profissão, do exercício profissional, de ética profissional. Às vezes, verificamos e assistimos a CPIMs, por exemplo, em que, de quando em vez, se fale no profissional da contabilidade. É exatamente nesta vertente que estamos trabalhando, procurando incutir no jovem, no estudante, uma formação ética, uma conduta proba, para que, de uma vez por todas, cada cidadão, no exercício da sua profissão, possa efetivamente contribuir para o País.

Este é o papel dos Conselhos de Fiscalização: o de proteção à sociedade efetivamente. Não podemos falar aqui em reserva de mercado. Para nós, como dirigentes de Conselhos, onde já passaram 150 mil candidatos a profissional de contabilidade, apenas 50 mil foram aprovados. Aproximadamente 100 mil foram reprovados. Calcule-se isso – e não vamos falar em números aqui, porque não é nossa área. Os contadores também são poetas, não só tratam de números. Nós também fazemos poesia. Então, por conta disso,

se calcularmos esse 100 mil que não conseguiram fazer o seu registro no primeiro momento, quanto perderemos de receita se nós formos enveredar por esse caminho? Essa discussão não comporta.

Ademais, nas nossas resoluções, é proibido que qualquer conselheiro, quer seja de Conselho Federal, Conselho Regional, ou que tenha alguma vinculação com o sistema contábil brasileiro, possa ofertar qualquer tipo de como que trate de exame de suficiência.

Por que fizemos isso? Porque, em cada prova, em cada exame nosso, estratificamos cada questão, por faculdade, em todo o Brasil e encaminhamos àquela faculdade quais são as deficiências do ensino, onde foi o maior índice de erro daquela matéria, para contribuir efetivamente para a qualidade do ensino. Tanto isso é verdade que o autor do nosso projeto de lei é um empreendedor da educação, tem faculdade inclusive no Estado do Piauí, que é o Deputado Átila Lira, e como proprietário de faculdades, poderia se dizer que ele estaria... Não, o exame dificultará o ingresso desses alunos no mercado de trabalho. E ele, verificando a seriedade, porque estivemos em sua faculdade, ofereceu-se para ser autor do projeto de lei, porque viu a seriedade com que estamos empreendendo esse movimento do exame de suficiência, pois queremos fazer um trabalho que, infelizmente, o Estado brasileira não está fazendo, que é procurar a melhoria na qualidade do nosso ensino.

Para os senhores terem uma idéia, nesses últimos cinco anos, já investimos a contragosto do Tribunal de Contas da União, quase R\$ 10 milhões em titulação de professor, coisa que nenhum segmento de fiscalização de exercício profissional faz, porque entendemos que é fiscalização preventiva.

Temos convênio com a UnB, com a USP e com outras instituições de ensino que ofertam mestrado, para titularmos e assim atendermos o que define a Lei de Diretrizes e Bases, que é a questão de um terço de professores mestres ou doutores.

Estivemos semana passada no Conselho Nacional de Educação, mostrando a seriedade com que estamos trabalhando no exame de suficiência. Temos audiência marcada com o Presidente da Capes, para poder facilitar ao Conselho Federal de Contabilidade recursos para titulação de professores em todo o Brasil.

No Norte, no Pará, onde temos dificuldade, que não tem curso de mestrado, conseguimos levar a USP lá para dentro, investimos R\$500 mil, subsidiando um curso de mestrado da USP no Estado do Pará, para titular professores. Temos convênio com a UnB, que atende a seis Estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco; temos convênio com as instituições de ensino e

estamos firmando agora com Sergipe, Piauí e Alagoas, para poder titular.

Então, o nosso caminho é o caminho da seriedade, da qualidade e, como bem disse o colega que nos precedeu, temos a obrigação institucional, como dirigentes de órgão de fiscalização, de proteger a sociedade. Não podemos pugnar pela proteção do indivíduo em detrimento da sociedade. É por isso que estamos solicitando a compreensão e o entendimento dos Srs. Senadores da seriedade com que estamos solicitando a aprovação desse projeto de lei. O momento hoje exige. Para que os senhores tenham uma idéia, estamos chegando ao número de oitocentas faculdades de Ciências Contábeis no Brasil. Abrem-se, a cada dia, duas ou três.

Para que os senhores tenham uma idéia, antontem – sou de Fortaleza – estávamos vendo na televisão a oferta de um curso em uma faculdade em que não há nenhum professor titulado e que cobra R\$158.00 de mensalidade. Pergunto eu: essa faculdade certamente não registra seus professores, não tem professores titulados e estará entregando à sociedade péssimos pretensos profissionais.

É contra isso que estamos pugnando, até porque a formação do terceiro grau, como dizem as próprias diretrizes curriculares, não garante o exercício da profissão. Ela garante a empregabilidade, que é uma coisa completamente diferente. Ao concluirmos o terceiro grau, ganhamos empregabilidade.

Quero dizer ao colega da Medicina que tenho um amigo particular no Ceará que é auditor da Receita Federal. Ele é médico, fez o concurso e hoje é auditor da Receita Federal. Ele fez o curso superior para ganhar empregabilidade. Quer dizer, uma coisa não tem nada a ver com exercício profissional.

É só isso, senador.

Peço o entendimento dos Srs. Senadores porque o momento é de muita seriedade. Já vínhamos fazendo efetivamente o nosso exame, já temos 150 mil pessoas. Neste documento que estamos encaminhando aos senhores, podem ser verificadas as estatísticas dos que já fizeram o exame de suficiência. Já temos maturidade e segmentamos o exame. O nosso exame é nacional, realizado duas vezes por ano, dentro do Conselho Federal, para todo o Brasil, exatamente para evitar a questão de regionalismos.

Estive conversando com o Presidente Buzatto, e a OAB implementará logo um exame em âmbito nacional.

Muito obrigado pela atenção, Srs. Senadores. Desculpe-me se passei trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu gostaria de falar que a nossa campanha

toca automaticamente quando falta um minuto. Esquecemos de avisar isso para os senhores.

Muito obrigado, Dr. José Martonio.

Com a palavra, o Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

V. S^a tem dez minutos para expor o seu pensamento.

O SR. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Muito obrigado.

Bom dia a todos. Senador Augusto Botelho, companheiros de mesa, demais Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de justificar a ausência do Presidente do Conselho Federal, que se encontra em atividade no Estado da Bahia e não pôde aqui comparecer.

Eu sou Professor da Universidade Federal de Goiás e membro da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Em função do tempo, vou me deter no que se refere especificamente ao que a Medicina Veterinária tem feito, mais especificamente por parte do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

A Medicina Veterinária é uma profissão bastante ampla. O lado mais conhecido dela, por parte da sociedade, é a atuação do profissional como médico dos animais. Agora, através da regulamentação, pela Lei nº 5.517, o profissional Médico Veterinário tem uma série de outras atribuições, entre elas a responsabilidade da inspeção dos alimentos de origem animal consumidos pela população, como carne e leite, por exemplo, e uma atuação muito importante na área de saúde pública.

Muitas das doenças que acometem o homem têm como fonte os animais. Então, o trabalho do médico veterinário em controlar as doenças dos animais é uma forma indireta de trabalhar com a prevenção da saúde humana. A mesma coisa acontece com a qualidade dos produtos de origem animal consumidos pelo homem.

Hoje temos no País por volta de oitenta mil profissionais inscritos no Sistema Conselho Federal de Medicina Veterinária – Conselhos Regionais. Existem, hoje, cerca de 150 cursos de Medicina Veterinária em funcionamento no País, formando em torno de 6.000 a 7.000 novos profissionais a cada ano.

O trabalho do Conselho Federal de Medicina Veterinária na área do ensino começou ainda no final da década de 80, início da década de 90, quando, por meio da 1^a Comissão Nacional do Ensino de Medicina Veterinária, o Conselho fez, naquele momento, um diagnóstico da situação do ensino da Medicina Veterinária no Brasil, uma publicação da qual, infelizmente, só tenho um exemplar aqui comigo, mas que

posso passá-lo a quem interessar. Naquela época, esse diagnóstico foi feito com base em 37 escolas de Medicina Veterinária em funcionamento. V. Ex^{as} podem perceber que, do início da década de 90 para os dias de hoje, houve uma proliferação bastante acentuada no número de cursos de Veterinária: hoje, há por volta de 150 cursos em funcionamento.

No início desta década, por volta de 2000, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, em conjunto com os conselhos regionais e preocupado com essa situação do ensino – apesar de que, tomo lá foi dito, a responsabilidade principal de autorização e fiscalização é do Ministério da Educação e respectivos conselhos estaduais de educação – instituiu o exame de certificação. Infelizmente, se observa, no caso da Medicina Veterinária, assim como na maioria das outras profissões, que a qualidade dos profissionais tem deixado a desejar a cada momento.

Dentro do que era possível se fazer, o Conselho Federal de Medicina Veterinária instituiu, em 2001, um exame de certificação que passou a ser aplicado a partir de janeiro de 2002. Já aplicamos hoje dez exames, dois a cada ano.

V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, têm à disposição um relatório sintético dos primeiros seis exames realizados nos anos de 2002 e 2003. Em relação a esse relatório, há dados referentes à participação de quase dez mil egressos, recém-formados. Hoje, já existem por volta de dezoito mil participantes desses exames.

É claro que temos consciência de que um exame como esse não é a solução ideal, mas, como eu disse, de acordo com a realidade e com as condições, é o que o Conselho Federal de Medicina Veterinária concluiu ser possível ser realizado.

A instituição desse exame foi precedida de uma ampla discussão com toda a sociedade da Medicina Veterinária, não apenas com a sociedade profissional, mas principalmente com as instituições de ensino. Foram realizados, por todo o País, vários seminários com todas as instituições de ensino da Medicina Veterinária para a discussão do assunto e, principalmente, para a definição e normatização dos critérios a serem colocados como elementos para a realização do exame. Em sociedade com todas as instituições de ensino e com os conselhos regionais, nasceu, então, essa metodologia colocada hoje em prática.

Fico muito tranquilo para dizer a V. Ex^{as} que o Exame de Certificação da Medicina Veterinária tem hoje aceitabilidade muito grande por parte da sociedade, inclusive por parte dos próprios recém-formados. Prova disso é que, em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul e o Pará, existem liminares impedindo a realização dos exames e existe um número significativo de

estudantes formados naqueles Estados que solicitam ao Conselho Federal que permita a participação deles no exame em outros Estados vizinhos, Infelizmente, não tenho esses números aqui, neste momento, para mostrar para os senhores, mas isso é uma realidade. Bem, além dessa realidade, entendemos que o exame, de uma forma indireta, é uma ferramenta muito importante para a melhoria do ensino. Apesar de ter sido aqui colocado anteriormente que esse objetivo que existia, quando a OAB criou o exame dela, não foi atingido, nós já estamos percebendo que as instituições de ensino, após a realização do exame, recebendo um relatório bastante consubstanciado relativo ao desempenho de seus egressos, tem já, de uma ceda forma, procurado promover correções naqueles pontos que apresentam um desempenho abaixo do desejado.

Então, considerando que a responsabilidade do Conselho Profissional, como também já foi dito, é de defender a sociedade contra os atos de profissionais que não apresentam um mínimo de conhecimento para o exercício profissional, entendemos, por outro lado, que esse Conselho tem também a responsabilidade com o ensino. Ao devolvermos às instituições de ensino informações detalhadas sobre o desempenho de seus egressos, entendemos que estamos contribuindo, sim, mesmo que seja de uma forma indireta, com elementos para que as instituições de ensino possam promover as correções que, porventura, seja necessário instituir naquele curso.

A Medicina Veterinária tem, como todos os cursos da área de saúde, diretrizes curriculares que foram aprovadas há relativamente pouco tempo – no caso da Medicina Veterinária, a partir de 2003 –, e nessas diretrizes curriculares está clara e obrigatória a necessidade de que, em cada curso, haja esteja contemplado no projeto pedagógico desse curso o estágio curricular. Isso já era praticado pela grande maioria dos cursos. Que o estágio é uma ferramenta importante para a formação profissional não há nenhuma dúvida, mas tão-somente a realização do estágio não nos garante que teremos profissionais plenamente formados. Infelizmente, em muitas das instituições de ensino que estão em funcionamento hoje, a estrutura – laboratórios, hospital veterinário, setores de produção – necessária para a boa formação de um profissional médico veterinário, não é aquela ideal.

Então, nós estamos fazendo uma avaliação pontual de uma certa forma, sim, porém é uma avaliação pontual que gera elementos fundamentais, importantes, que são retomados à instituição de ensino no sentido de oferecer subsídios a essa instituição para promover as melhorias que necessitam nesse curso.

Então, Srs. Senadores, é nesse sentido que nós, da Medicina Veterinária, gostaríamos de contar com a compreensão e o apoio dos senhores em relação a esse projeto que se encontra em pauta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Agora, os Srs. Senadores farão perguntas aos Srs. Expositores de acordo com as normas aqui da Casa.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, que é o autor do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, prezados expositores também, colegas Senadores e as pessoas que acompanham esta audiência pública, na verdade, a Senadora Patrícia Saboya Gomes também requereu a realização desta audiência pública e eu próprio, em conjunto com S. Ex^a, também requeri, porque havia dois projetos de lei em tramitação nesta Comissão para a regulamentação do exame de suficiência na área de Ciências Contábeis e na área de Medicina Veterinária. Então, havendo um processo de discussão, achamos interessante a participação da OAB, para relatar a experiência nesses últimos anos, também, do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e Medicina, e também do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação.

Sr. Presidente, o Conselho justificou a ausência?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Segundo a assessoria, não justificou a ausência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a UNE?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Também não justificou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O único que justificou parece que foi o Ministério do Trabalho, que também havia sido convidado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A UNE e o Conselho Nacional de Educação justificaram que não poderiam vir, e a Senadora Patrícia Saboya comunicou que está viajando com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para o Ceará, por isso não pôde comparecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Senadora Patrícia é sempre presente, atuante, e certamente esta viagem é que impediu que ela pudesse estar aqui presente.

Trata-se de um assunto, até pelas exposições, eu diria controvertido, polêmico. O próprio Ministério da Educação levantou a situação do processo de avaliação, inclusive aprovamos uma legislação, no ano passado, alterando este processo de avaliação das instituições de ensino superior, o que me pareceu bastante correto.

São etapas também que tinham que ser vencidas. Antes, avaliava-se unicamente o desempenho do aluno, a nota que o aluno tirava no Provão. No novo sistema, avalia-se, como foi dito, a instituição globalmente, o curso e o próprio aluno também.

Existe a ênfase – até o Dr. Lang colocou neste sentido – na avaliação do indivíduo, mas não só do indivíduo, do curso e da instituição. Então, é uma avaliação bem mais ampla também. Eu não sei exatamente como isso está acontecendo, porque as pessoas até dizem: não está acontecendo. Então, digo que acho que está acontecendo, mas temos que ver se os cursos estão sendo punidos, quais as dificuldades estão sendo enfrentadas, os desafios também. Acho que tudo isso seria importante de se ver.

Eu ficaria até curioso para saber a preocupação. O que norteia essa discussão é que os alunos que entram no ensino superior, que iniciam o ensino superior, querem ter um curso de qualidade, sem sombra de dúvida, e é isso que deve nos mover também. Por isso o MEC tem de estar atento para esta situação da avaliação da instituição, do curso e do aluno. Ao mesmo tempo, esta instituição deve preparar o profissional para o exercício da profissão na sociedade. É claro que a faculdade, a universidade, a instituição de ensino superior tem toda a responsabilidade nesse processo. O MEC e o Conselho Nacional de Educação devem acompanhar, é lógico, estão acompanhando, mas não sabemos até que ponto isso vem acontecendo a contento.

Por outro lado, a sociedade também quer ter certeza de que aquele profissional que está sendo contratado é um profissional que teve uma formação adequada, que vai atender às necessidades da sociedade. Como vamos ver isso? Alguns dizem que tem que se fazer uma prova. Fazer uma prova – o Dr. Alceu colocou de uma maneira muito adequada – fazer uma avaliação é um processo, vou fazer uma prova para ver se a pessoa está tendo uma boa formação ou não.

O que é a formação de um bom clínico geral? Ver se a pessoa realmente teve a interação adequada com o professor, se o professor orientou de maneira adequada, se ele sabe pensar sobre as hipóteses da doença. E não se vai responder, acho também, a uma pergunta específica lá sobre alguma coisa. Quer dizer, tem que fazer a prova, então vou-me preparar para fazer a prova, e aí se esquece todo o processo de formação. O Dr. Lang disse que temos achar outros Mecanismos. Talvez possamos pensar que outros caminhos sejam possíveis, além de uma prova específica. Porque a sociedade precisa pensar que nós queremos ter instituições de ensino superior competentes, boas, que ofereçam um bom ensino.

Então, o que os Conselhos podem fazer para auxiliar o MEC, nesse caso, a fim de que esse objetivo possa ser alcançado? Mesmo o Dr. Paulo, que está nesta Comissão representando a OAB e que já participou do Executivo, também disse que há pontos favoráveis. O senhor também foi muito franco nesse sentido.

Eu até me questiono muitas vezes. Se em um Estado apenas 10% dos inscritos são aprovados no exame de suficiência da Ordem dos Advogados, a primeira pergunta que eu faria como professor – sou professor da Universidade Federal do Paraná, na área de Educação, e também sou formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, e em Letras – seria o que foi feito de errado pelo examinador e não pelo aluno. Essa é a primeira pergunta que eu faria. Quer dizer, o que examinador fez de errado para que 90% dos alunos fossem reprovados? Isso é impossível. Quando um professor no ensino fundamental tem cinquenta alunos numa turma, vamos supor, e 50% desses alunos reprovam, o que o professor fez de errado? É impossível que 50% dos alunos não passem. Há uma curva normal de probabilidade também, e os extremos é que vão reprovar.

Essa situação é questionável. Eu diria que a OAB deve voltar-se para os processos internos, a fim de ver o que estamos fazendo de errado nesse processo de avaliação. Essa também é uma questão a ser pensada. Em Medicina Veterinária e em Ciências Contábeis, defende-se a realização de um exame propriamente dito.

Esse assunto merece uma reflexão. Não existe uma pergunta propriamente dita. Como o Dr. Paulo ressaltou muito bem, não é um assunto tranqüilo, mas, sim, polêmico. Podemos levantar pontos favoráveis, pontos com maior dificuldade. Mas eu gostaria de debruçar-me sobre esse tema. Concordo amplamente, por ser professor, com o conceito de avaliação como processo e não tenho dúvidas disso, mas gostaria muito de debruçar-me mais sobre as sugestões do Dr. Lang, no sentido de obtermos esse arcabouço jurídico e verificarmos como esses fatos vêm ocorrendo em países diferentes, para sabermos se existe outra alternativa.

Também fui procurado por profissionais de diversos setores e fiz um debate com pessoas ligadas à área de Ciências Contábeis no Paraná. É um pessoal muito bom, muito dedicado, muito competente. Eles também tem essa preocupação e apresentaram-me os números. Mas acho que essa não deve ser uma preocupação apenas dos Conselhos. Toda a sociedade deve-se preocupar com essa situação. Concordo com a proposta de que deve haver profissionais bons, qualificados e competentes que atendam às demandas da sociedade.

O MEC está fazendo uma avaliação para analisar se é ou não suficiente. Precisamos encontrar um caminho que eu não sei se é o exame de suficiência – o Dr. Paulo também questionou isso. No momento, essa é a alternativa, mas poderia talvez ser outra. Vamos ver o que pode ser feito, para que, no Brasil, haja profissionais éticos, sem dúvida alguma – essa é uma demanda permanente sobre a qual nem precisaríamos falar –, que atendam àquilo que a sociedade exige.

Não tenho propriamente uma pergunta a fazer, mas manifesto essas preocupações, que também são de toda a sociedade. Precisamos encontrar um caminho. Talvez não iniciemos uma discussão e consideremos que o exame seja o caminho. Está bem. Depois de um debate, de uma discussão, o exame é o caminho. Então, é esse o caminho.

Tenho a impressão de que poderíamos debruçar-nos sobre o assunto, para considerarmos outras alternativas e contribuímos para que não houvesse, em hipótese alguma, instituições de ensino superior que não capacitassem adequadamente os profissionais para o exercício de qualquer profissão. Eu sou da área da Educação. Fico pensando no professor de História que vai fazer o exame de suficiência, no professor de Geografia que também vai fazê-lo. Por exemplo, lá na Universidade Federal do Paraná, o curso de História é excelente, mas há um determinado tipo de formação. Há bastante ênfase em termos de Mestrado e Doutorado na França, por exemplo. Outras instituições que tivessem lá nos Estados Unidos já teriam outro tipo de formação, outro tipo de pergunta num exame de suficiência.

Então, o que é melhor? O que é pior? Creio que o que é bom é essa diversidade justamente. Pessoas pensando de jeito diferente sobre o mesmo assunto. Então, a educação exige que reflitamos, porque não existe certamente, em qualquer situação, um único caminho. Não sei o que daria para fazer aí. São apenas observações da minha parte em relação às preocupações. Por que fazemos esta audiência pública? Para pensarmos em relação a isso tudo.

Obrigado. Desculpe-me ter-me alongado.

O SR. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Sr. Presidente, era só um esclarecimento que eu queria do Senador Flávio Arns. Quando falou sobre esse alto índice de reprovação, eu entendi que atribuiu a culpa ao examinador ou à universidade, ao curso que formulou?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – No caso específico, com todo respeito, o Dr. Paulo foi tão atencioso, questionador, que considero importante a posição do Dr. Paulo, da OAB, dizendo: “Não. Nós fazemos exame da Ordem. É a palavra final”. Não existe

palavra final. E ele enfatizou bem isso, no sentido do dizer “É um caminho, e vamos examinar para ver se esse caminho é o ideal também”. Quanto ao exame da Ordem, qualquer pessoa que faça um exame em que 80%, 90% dos alunos reprovam, o problema é do exame; não é do profissional.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Aí é que está. Cada um tem um pensamento. Ou do educador também. Entendo assim: se a pessoa não estão bem educada, não vai fazer bem a prova. Quer dizer, não é a prova que é culpada, porque a Ordem certamente faz a prova dentro dos critérios...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A prova é a culpada. Estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não, exato. Mas gostaria de dizer que esse enfoque que o senhor está dando não é justo, porque realmente, por exemplo, quando mais da metade dos alunos é reprovada, a culpa é do professor, não é do aluno. Mas quem ensinou os alunos não foi a Ordem. A Ordem está apenas cobrando algo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, eu só queria também dizer que, se o percentual é muito elevado, é evidente que a prova também está sendo excessivamente rigorosa. Creio que os números que nós temos visto ar – às vezes, 20% aprovados, 26% aprovados – demonstram que as escolas não estão com a qualidade necessária. Tivemos realmente uma explosão de cursos no Brasil, especialmente na área do Direito, que considero positiva, mas agora temos que buscar a qualidade desses cursos. Analisando os números, parece-me que há dois tipos de problema. Há um problema realmente na qualidade dos cursos, mas também no rigor excessivo da Ordem talvez.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O Senador Wellington Salgado deseja pronunciar-se sobre o debate.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Primeiro, queria parabenizar o Senador, porque essa oportunidade dada por V. Ex^a e pela Senadora Patrícia Saboya Gomes é importantíssima. Creio que deveríamos ter aqui até instituições privadas representantes para debater, porque este momento não conseguimos nunca. Acabo segurando essa conta inteira, porque realmente sou mantenedor de uma grande instituição privada, lenho tido algumas discussões com a OAB. Lamento não ter ouvido o Sr. Thompson Flores, porque realmente é muito citado como grande avaliador. Vou pedir a fita depois, Sr. Presidente, porque a mim me interessa muito ouvi-lo.

O nosso debatedor, Wilson Lang, assumiu uma posição própria de engenheiro, porém apresentou um

modelo sensacional de contar pontos, em função de várias etapas de uma avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – *(Fora do microfone. Inaudível)* – Um modelo qualitativo para uma avaliação qualitativa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Perfeito! A sua explanação foi muito incisiva, própria de engenheiro. O engenheiro e sempre muito pontual, muito exato. A posição do nosso conselheiro é *de* contabilista e perfeita. Veja bem: concordo que aconteceu uma explosão na área de ensino autorizada pelo MEC. Não sei se tem algum objetivo de alguma norma internacional. Não acompanhei isso desde o Ministro Paulo Renato para cá, mas discordo quanto à questão da avaliação do MEC. O MEC tem procurado melhorar a sua avaliação de tudo quanto é jeito. Eu tenho sofrido isso. Na época em que me licenciava da Presidência da minha mantenedora para assumir o Senado, mas eu vivenciei. A minha mãe é uma grande educadora sofrendo para implantar tudo o que o MEC exigia não só quanto à qualidade de professor, mas também quanto a instalações da universidade, quanto aos laboratórios, tudo isso o MEC vem fazendo, mas é muito recente e começou de uns oito anos para cá, digamos assim.

Eu acho que no final todos os órgãos vão ter a sua avaliação profissional. Acho que o final vai ser esse. Concordo plenamente. O que me preocupa, Senadora Flávio Arns e demais debatedores, é “será que os órgãos vão parar por aí?” Hoje, com todo respeito à OAB, fico preocupado porque o exame de ordem da OAB que, o Senador Flávio Arns, como um grande educador que vi que é coloquei perfeita a questão da avaliação porque qualquer professor reprova dez, reprova vinte, reprova trinta ou aprova quarenta, aprova sessenta em função da prova que ele prepara. Qualquer um tem capacidade para isso, Se eu quero reprovar quarenta, eu preparo uma prova para reprovar quarenta; se eu quero aprovar oitenta, eu preparo uma prova para aprovar oitenta. Isso é o que a OAB quiser. Ela vai aprovar ou reprovar.

Por exemplo, quando dirigi a instituição em Goiânia, eu tirei em um ano o primeiro lugar em aprovação. Festejei e, no outro, fui o último e não mudei nada na qualidade de professor, no conteúdo acadêmico, nada. Talvez tenha mudado a bancada. Então, aquela linha de ensinamento que estávamos pregando foi uma linha contrária à bancada que pregou naquele ano e, então, fui para último. É uma incoerência. Tirei primeiro em um ano e, no outro, tirei o último. O que aconteceu? Será que a minha safra de aluno foi péssima? Agora, o que me preocupa mais é o seguinte...

Desculpe-me Thompson Flores, eu não quero bater de frente com a OAB porque já tenho tido tanta discussão com a OAB, você sabe disso, algumas discussões em implantação de campos e terminamos em um acordo no Supremo feito pelo ex-Presidente Reginaldo, mas acho que tudo isso é válido. Acho maravilhoso ter esse momento de discussão. Agora, a OAB já começa a caminhar para querer autorizar cursos.

O Estatuto da OAB foi aprovado como lei e ela tem um artigo que diz o seguinte: a OAB deverá se manifestar sobre o curso. Se manifestar, o que também acho ruim para a OAB porque acaba não levando em conta a avaliação da OAB e isso desgasta a OAB que é um órgão que deve ser respeitado, tem toda uma trajetória histórica, mas ela começa a querer aprovar curso e isso é algo que é feito pelo MEC. Está na Constituição, está nas leis que o MEC é que autoriza curso.

A avaliação mercadológica que os senhores estão colocando eu acho que realmente é o do órgão de classe. Acho que somente uma prova, eu acho injusto. Eu fiz engenharia no Fundão que era a melhor faculdade de engenharia do Brasil durante muito tempo, e com relação ao estágio tínhamos que cumprir uma taxa de estágio e lá formamos os grandes engenheiros.

Essa era a colocação que eu queria fazer porque, daqui a pouco, vamos ter a contabilidade autorizando cursos de contabilidade, a veterinária, eu estava vendo a sua avaliação – só mais um minutinho, Presidente – de cursos e não vi aqui a veterinária de Uberaba. O meu irmão é um criador e vejo a Unipli, mas não vi a de Uberaba que é muito boa. Ela não deve estar aqui, deve estar na média. Não está nem na ponta de mais, nem na ponta de menos, mas esta minha preocupação é só que os órgãos de classe depois comecem a querer autorizar cursos.

Da avaliação mercadológica sou a favor Vão terminar todos fazendo a sua avaliação, mas daqui a pouco vão querer também autorizar. É só esta a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho e, após o debate com os Srs. Senadores, passarei a palavra aos palestrantes e cada qual terá três minutos e mais um de tolerância para suas apreciações.

Senador Augusto Botelho, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu acho que somos um País democrático e queremos aperfeiçoar esta democracia, as entidades fiscalizadoras do exercício da profissão, discordando do nosso Senador Salgado Oliveira, que é proprietário de universidade. Acho que o consumidor tem o direito de que os órgãos interfiram, sim, e opinem, com decisão, e também, com

certo peso, nas decisões do Ministério da Educação, na autorização da criação de cursos.

Realmente, muitos cursos foram autorizados pelo MEC porque os empresários descobriram uma fatia onde ganhar dinheiro, o curso superior. Não foi porque o MEC ficou bonzinho que ele começou a autorizar. Foi porque descobriram um jeito de ganhar bastante dinheiro.

É lógico que eles têm direito de ganhar dinheiro; agora, eles têm obrigação de oferecer um curso de qualidade. É uma vergonha oferecer um curso, como foi citado aqui, e, quando ele começa, não ter infra-estrutura para dar apoio, dar a carga horária como cumprida, em determinada matéria, para o aluno – não é o caso da sua universidade, meu companheiro, que eu nem, conheço –, porque ele pagou a mensalidade. Mas isso ocorre no Brasil. Estou falando do que ocorre no Brasil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Em alguns cursos, Sr. Senador, eu tomo pau também, dos órgãos de classe dos cursos. Eu não sou 100% perfeito, não há como ser. E corrigimos, voltamos...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu tenho certeza de que sua universidade, como é na minha terra, no Espírito Santo, é boa. Com certeza.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ainda não cheguei lá, estou doído para chegar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está bom. Então, elas fazem isso. Ninguém pode fechar o olho, bancar o bonzinho e dizer que não acontece isso: dar a carga horária escrita para o aluno e não oferecer aquela carga horária dentro de critérios mínimos de qualidade.

E as pessoas, o cidadão brasileiro e o cidadão de qualquer país querem qualidade em tudo. E vocês, os órgãos fiscalizadores, são responsáveis pela qualidade. É claro que nós não temos, como os dois educadores falaram ai, um critério que seja o satisfatório, seja o ideal.

Mas a prova da OAB realmente existe há muito tempo, é o que nós temos que funciona neste País, pelo menos é um filtro para não permitir que pessoas que não tenham capacidade ofereçam serviços à população, que ignora que aquelas pessoas não têm capacidade, porque elas têm uni diploma e acham que são capazes.

Mais graves são os erros na área da Medicina, em que a lesão é imediata, em que o prejuízo é imediato para a pessoa. O Conselho de Medicina ainda não estabeleceu essa prova, porque ria Medicina o próprio mercado obriga. Começa no vestibular, que

é uma seleção; chega na residência, há outra prova, pior do que a do vestibular. Quando você termina os seus três, quatro, cinco anos de residência, você tem que fazer prova para a ordem da especialidade. Então, quer dizer...

Mas nas outras profissões não temos isso, O Conselho de Contabilidade implantou agora. Eu acho que cada conselho tem o direito de implantar o que ele tem.

Nós, aqui nesta Casa, deveríamos fazer uma lei dizendo que os conselhos, os órgãos fiscalizadores do exercício da profissão têm autonomia para estabelecer os critérios para julgar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Augusto Botelho, desculpe interromper V. Ex^a. É que estão me convocando para a Comissão de Constituição e Justiça, onde há uma votação nominal.

Eu pediria ao Senador Arns que presidisse, enquanto eu vou à Comissão. Retomo logo em seguida.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então, eu acho que realmente os conselhos têm direito de opinar sobre a criação de escolas, têm de ser ouvidos, porque quem está vendo os erros do profissional não é o Ministério da Educação, quem está ouvindo são vocês, os conselheiros. As queixas do paciente que sofreu um erro cirúrgico chegam lá. Quando um prédio cai, ninguém vai ao Ministério da Educação reclamar, vai ao Confea. Quando um advogado não cumpre um preceito ético, vai à OAB, e assim por diante.

Nós realmente não temos um processo ideal de avaliação. Mas o que nós temos é uma prova que pode ser feita. Talvez a prova da OAB tenha sido muito rígida, não sei. Talvez as escolas não estejam preparando direito os seus alunos, mas um mínimo tem que ter.

Então, eu concordo com o exame de proficiência, desde que cada entidade queira fazer. Fiquei muito satisfeito com a exposição, como também eu tenho dúvida se apenas essa prova vai resolver, por causa das circunstâncias em que a pessoa faz a prova. Mas o que nós temos é essa prova. Podemos evoluir, como o Confea sugeriu, para fazer uma média ponderada de cada atividade da pessoa, e de cada um na sua especialidade. Aí poderemos ter uma forma de ser mais justos.

Mas que temos que fazer alguma coisa para melhorar a qualidade dos profissionais que estão sendo colocados no mercado, temos. Porque algumas universidades se preocupam apenas em ganhar dinheiro e não se preocupam com a qualidade dos seus alunos. E não é só a particular não, a federal também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu indago se há mais alguém que queira fazer uma ponderação.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, esta audiência pública aqui foi já um desdobramento do projeto de lei da profissão de médico-veterinário e também do projeto que se iniciou na Câmara das ciências contábeis. Então, vejo que, independente de se obter aqui subsídios para analisar a participação, a necessidade de um projeto de lei amplo, de todas as profissões, eu gostaria que também aqui se analisassem especificamente esses dois projetos que estão para serem votados. O Projeto de Lei do Senado nº 156, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que dispõe sobre a exigência de aprovação em exame nacional certificação profissional para o exercício de médico-veterinário, foi debatido e apresentado aqui, e suscitou dúvidas de se estar aprovando uma profissão sendo que não se analisaram as demais.

Então, estamos hoje numa discussão ampla de todas as profissões, o ensino superior brasileiro e eu gostaria de ouvir dessas duas entidades que estão aqui representadas, o Conselho de Medicina Veterinária e o Conselho de Ciências Contábeis, se desejariam deixar para que esses dois projetos fossem analisados posteriormente, junto com o debate amplo de todas as profissões, ou se realmente defendem que a aprovação em separado desses dois projetos já poderia se dar o andamento para que as demais profissões entrassem também com projetos específicos, sendo que deve ser adequado a cada profissão. Agora, esses dois, Ciências Contábeis, que vejo que tem inclusive interesse dos estudantes, da Federação de Ciências Contábeis, e também de Medicina Veterinária, esta Casa já deveria colocar em votação posteriormente, de acordo com a pauta.

Essa é minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Wellington, que gostaria de participar novamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, estou realmente assim decepcionado, porque o momento é tão maravilhoso, é um momento em que eu, como presidente da mantenedora, nunca tinha vivido um momento desse, esse debate franco, aberto. Tive que virar Senador para poder ter um momento desse. E fico decepcionado por não ter aqui, de repente, uma entidade de classe da universidade privada. Realmente estou assim

triste. Primeiro, porque cheguei atrasado, tive que ir a outra comissão, então não vi a exposição do senhor. Vou pedir a fita, vou levar para a minha instituição, distribuí-la, fazer uma espécie de um colóquio interno, uma discussão, e, se pudesse, Senador, o senhor proporcionar um outro momento maravilhoso como este, aonde viesse uma entidade de classe também da universidade privada para discutir. Sabe por quê? Porque há umas outras coisas, outras situações, que não discutimos aqui. Por exemplo, o curso de estética que é aprovado pelo MEC, a fisioterapia, se não me engano, é que vai haver. Então, existe essa confusão de o que pertence a quem, a que categoria estaria presa. São outras discussões que vi na realidade, porque quem foi reconhecer nosso curso de estética foi o pessoal da fisioterapia, porque é um curso novo, um curso importante, que hoje estamos caminhando todos nessa direção, mas que nem eu mesmo entendo como funciona a questão da fisioterapia com a estética. Não sei se existe isso na Contabilidade e na Veterinária. O Direito não, a Engenharia Civil, não sei, a Arquitetura com a Engenharia. Não sei como é. Deve ser o Crea, automático, inteiro, todo lá. Mas fico só decepcionado de não ter um... É o Crea, engenharia e arquitetura. E há uns cursos também de curta duração. Não sei como vocês avaliam isso, se vocês são a favor ou contra. Eu acho que é contra. Não sei como isso funcionaria, quer dizer, é muito mais complexo. A OAB não, porque domina perfeitamente a área e é só o Direito.

Fico triste realmente e queria que tivesse uma nova oportunidade. Os debatedores têm pontos de vista bem definidos, acho isso superinteressante, porque vai ser um debate maravilhoso. No próximo, quero até escutar e falar menos.

Quero mais uma vez parabenizar o Senador e a Senadora por este momento. Só isso que eu queria dizer. E fico decepcionado de não haver um debate mais amplo, porque é um fator super importante, que, acredito, vai caminhar para isso. No final, todas as entidades de classe farão a sua prova.

Fico receoso somente de, de repente, essas comunidades começarem a organizar um cursinho para a prova. Isso tem que estar na lei. Não pode haver um cursinho.

Mas, então, vou deixar o Senador Flávio Arns conduzir. Eu não conhecia -desculpe, Senador – esse seu lado de educador. A questão da prova é algo que todos os educadores questionam. Eu senti na pele. Eu tirei primeiro, no outro, tirei último, mas não mudei o currículo, não mudei professor, não mudei nada. Então mudou o quê? Mudou-se a banca. E a interpretação

da banca daquilo que era importante é completamente diferente da banca anterior. Então fui para o último lugar. Não sei como se vai controlar isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois, Sr. Presidente, se puder me inscrever, eu gostaria.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só isso, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSD – MG) – Sr. Presidente, parece-me que o que temos de fazer é voltarmos a ter o Provão, que foi uma instituição que funcionou. Várias universidades brasileiras, várias faculdades melhoraram depois que levaram uma advertência, digamos assim, pelo resultado do Provão. Agora, o Governo Lula reinventou o Provão, e não o temos mais, na verdade. Houve aquela discussão, resolveram rediscutir o Provão, e o fato é que hoje ele tem resultados que ninguém entende. Então, o que temos de fazer é voltar ao Provão anterior, sem preconceito, porque era uma iniciativa do Governo que hoje é Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, sabemos que educação hoje é muito importante. Eu ouvi a parte do representante do Crea – que fala grosso, e todos ouvem bem -, mas também a parte de contabilidade. Eu fiz o curso secundário técnico em contabilidade. Foi a última turma antes da lei de Getúlio Vargas que o transformou em curso superior de Economia. Mas tenho um filho que é médico. Quem é do Conselho Regional de Medicina... Eu penso que há diversificação na formação profissional de cada uma das carreiras, com uma exigência diferente para entrar no mercado. O médico, por exemplo, quase que se vê obrigado a fazer uma pós-graduação, que é a residência. Um médico que não tem residência tem dificuldade em encontrar trabalho. E ainda há um detalhe importante: se o advogado errar na feitura dos processos, no acompanhamento, ele perde a possibilidade de continuar com o cliente, mas o médico é punido penalmente, em um processo judicial. Se o médico errar em uma cirurgia, ou em um tratamento, ele corre o risco de ser punido penalmente. Então há diferenças. No caso do engenheiro, se cair o prédio, como os que caíram, ele poderá responder criminalmente. Mas se a arquitetura não for bonita, não for como o cliente quer, ele sã res-

ponde ao cliente. Então, penso que essa composição de análise de competência deve ser válida e caracterizar os exames sempre em cada período da vida do estudante. Hoje, a avaliação do primeiro e do segundo graus, com seus exames, tem que ser computada na sua vida futura, na sua formação final, na profissionalização. Assim, ele terá, sem dúvida nenhuma, um grau de análise muito maior. Atualmente, o vestibular quase que não vale; estão fazendo vestibular por telefone. Sobram vagas, e a pessoa diz: quero marcar meu vestibular para quinta-feira às 16 horas. E o faz por computador; não vai pessoalmente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Isso porque há muitas vagas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, então. Sobram vagas. Essa falta de dinheiro que hoje existe soma-se à impossibilidade de as pessoas que querem estudar entrar na universidade, que, nos Estados, está a cada dia perdendo mais verbas, não é, Senadora? O Senador Mão Santa não está presente, mas, na área médica, S. Ex^a tem protestado diariamente com a greve dos hospitais universitários por falta de verba que compense o trabalho dos professores de curso de terceiro grau.

Então, acredito que se trata de uma composição importante. Essa providência que esta Comissão toma tem que se repetir, Sr. Presidente. E as pessoas que aqui vêm é que têm a massa na mão, que sabem fazer a macarronada da mama. Eles é que sabem temperar e conduzir. Realmente, tem um tipo de programa de foro íntimo, de consciência, reger com rigidez a profissão que pertence a cada um dos setores que eles dirigem.

Então, eles saberão nos indicar como se deve legislar para realmente fazer o acompanhamento da entrada no mercado de profissionais de quem é exigido respeito ao cidadão para que se possa realmente comprometê-los a ter de estudar. Têm de trabalhar e realmente apresentar condições.

Sou favorável ao Crea – foi o que eu ouvi, desculpe-me, mas eu não cheguei a ouvir os outros – quando diz que não importa o número de formandos. Não há preservação de mercado, o que há é qualidade. Quanto mais pessoas no mercado, mais a pessoa vai lutar para se aprimorar e apresentar um serviço de melhor qualidade.

Cumprimento os expositores. Como o nosso Senador Wellington Salgado de Oliveira, profissional do ensino, vai ver a fita, eu também vou ver. Quem sabe eu veja com S. Ex^a, que pode ir me explicando o que é bom e o que é.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, vou dizer sinceramente: eu tinha uma outra visão da posição de V. Ex^a com relação à educação, mas, realmente, V. Ex^a está atualizadíssimo. Para mim, foi uma grata revelação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado. Acompanhamos, porque...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Como se vê, Senador Romeu Tuma, há uma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com um Presidente de Comissão desse naipe, temos de aprender.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Gados Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado.

Trata-se de um tema bastante complexo. Essa matéria deve ser estudada de forma aprofundada, porque cada profissão tem a sua especificidade e a sua característica. Não é fácil estabelecer um exame de suficiência, por exemplo, para medicina. Cada uma tem a sua especificidade.

Eu acho que também essa profusão de cursos autorizados pelo Ministério da Educação deveria sofrer um freio, um cedo limite.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a sabe, Sr. Presidente, o que temos lutado aqui – e V. Ex^a é praticamente o que mais tem trazido à discussão – pelo reconhecimento de profissões. Cada dia, há três ou quatro. Existem profissões que são qualidades para o médico, por exemplo, que são atividades evasivas, como acupuntura e outras. Fica-se na confusão: autoriza-se ou não a profissão, quando se entra no mérito de que precisa ser um profissional da área, porque se trata de atividade evasiva. Como os técnicos da área de engenharia, de construção. São coisas em que hoje há um pouco de confusão, porque o corporativismo surge, as pessoas lutam, e ficamos sensibilizados. Talvez possamos criar uma situação difícil no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Penso que nada adianta para aumentar o mercado de trabalho, o número de empregos e a renda no setor da educação se não melhorarmos, em primeiro lugar, a qualidade de ensino e se não limitarmos a construção de novas universidades, a não ser em casos excepcionais.

Por exemplo, em Direito, o Prof. Thompson acabou de dizer que estamos chegando a mil cursos. Então, muitos dos bacharéis que se formam nem participam do Exame de Ordem, eles ficam como bacharéis mesmo. Não sei se 20% participam do exame.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E há as que são reprovados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – E quando participam...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sim, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é apaixonante a discussão. Com muito respeito a V. Ex^a, defendo o seguinte: nem todos querem ser advogados. Alguns querem ser delegados, alguns querem ser... Nem sei, é muito específico. Mas nem todos querem ser advogados. Somente vai ser advogado quem a OAB aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Mas existem Estados que exigem um mínimo de atualização e de exercício da profissão de advogado. Só como bacharel, uma pessoa não vai poder participar de determinados concursos. Inclusive, vale como currículo para aprovação no concurso o exercício da profissão. Por exemplo, no meu Estado, para ser um delegado...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tem de fazer exame de ordem? Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – No Estado do Paraíba, no Estado de Pernambuco, no Nordeste, se exige como requisito fundamental o exercício prévio da profissão. Quer dizer, se ele não tem nenhum exercício, naturalmente ele vai perder o concurso, porque muitos vão apresentar um comprovante de que estão exercendo a profissão.

Então, eu acho que curso de Direito, como se falou aqui, na palavra abalizada do Vice-Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, representando a OAB. Ele acha que mil cursos são demais para o Brasil.

Eu acho que democracia não é assim, a meu ver. Democracia é, acima de tudo, respeito à cidadania, qualidade na prestação dos serviços.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sr. Presidente, é um assunto apaixonante. Eu concordo com o senhor, estou de acordo. A única oposição é a seguinte: quando o curso de enfermagem exige que, para se exercer a profissão que a pessoa, tenha curso, superior, ocorre uma deman-

da momentânea naquele curso. Ai, todo mundo vai e começar a fazer curso de direito para fazer. Só que a chamada demanda reprimida é atendida e morre. Aí, aparecem um monte de faculdades em um momento, como ocorreu com Contabilidade. Contabilidade hoje é um curso que não tem demanda. Tem vagas, mas o mercado por si só, devido à grande oferta, vai morrer, e um monte de faculdades vão ser fechadas naturalmente pelo mercado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pedagogia, com o fato de se ganhar mais 5% ou 10%, é obrigado a fazer curso superior...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sou pedagogo.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Eu solicitei antes à Mesa – e estava havendo uma troca na Presidência -, não sei se foi completamente entendido. Nós deveríamos aproveitar a estada dos representantes do Conselho de Contabilidade e de Medicina Veterinária e também, aproveitando a experiência exitosa que já o Conselho de Medicina Veterinária, que já fez seis exames de certificação, já está operando no assunto, já está em andamento... Vamos precisar aprovar esse projeto ou reprová-lo. Esse questionamento já ficou, porque o projeto do Senado sobre Medicina Veterinária ficou em aberto aguardando essa audiência pública. Após isso, os membros desta Comissão iriam se pronunciar, favoravelmente ou não.

Entendo que deveríamos ouvir o entendimento dessas duas entidades, curta e com uma defesa, para ver se não poderíamos iniciar esse processo de certificação, aprovando a tempo, quando entrar em pauta novamente esses dois projetos, essas duas profissões, para darmos em seqüência um estudo específico de todas, dentro da representação que cada conselho da profissão vai enviar para serem novos projetos específicos de cada profissão.

Essa é a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu gostaria então de passar a palavra aos debatedores, para que eles possam fazer as suas apreciações a respeito do debate que aqui foi travado com os Srs. Senadores.

Eu concederei a cada um deles 3 minutos com mais 01 minuto de tolerância. Como somos seis deba-

tedores, serão no mínimo 24 minutos. Acho que será o suficiente para o esclarecimento final da matéria.

Eu acho de bom alvitre, Senador Gilberto, que tenhamos uma finalização a respeito do exame de suficiência dos projetos que já estão em andamento na Casa. Não vamos engavetar nada. Não é do nosso costume ou da nossa cultura engavetar qualquer projeto. As matérias têm de ter prosseguimento e tramitação normal seja votando para derrubar, seja votando para aprovar. Mas nada ficará nas gavetas da Comissão de Assuntos Sociais que não seja apreciado.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Godofredo de Oliveira Neto. Na verdade é o seguinte: se nós buscarmos consenso, essa é uma casa política, o consenso é bom, é importante. Mas se não houver consenso, a maioria é quem decide no voto. Logicamente, não queremos que nada seja decidido de afogadilho, sem aprofundar a discussão, o debate, para melhorar substancialmente todas as matérias que passam nesta Comissão.

Daí a iniciativa do Senador Flávio Arns em convidar pessoas que entendem da matéria, como as que aqui estão – são autoridades no assunto – para discutirem de forma aprofundada, conosco, a realidade nacional a respeito do exame de insuficiência.

O Sr. Godofredo de Oliveira Neto está com a palavra. S. S^a é o representante do Ministério da Educação. S. Exa. dispõe de três minutos e de mais dois de tolerância.

O SR. GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO – Agradeço.

Creio que a gente não pára de aprender. Creio que a contribuição que tiro daqui, das intervenções dos Srs. Senadores, é muito importante para a prática cotidiana do Ministério da Educação. Fica estampada de maneira cabal a necessidade de uma interlocução cada vez mais estreita entre o MEC e este Conselho. Já há experiências nesse sentido, particularmente com a OAB, que tem sido parceira do MEC na avaliação e na fiscalização da qualidade das cursos.

Entendo que seria indispensável, talvez, um amadurecimento maior. É um assunto que mobiliza a sociedade como um todo. O MEC está aberto a essa discussão, está aberto a ser chamado quando esta Casa sentir necessidade. Creio, até, o exemplo da parceria com a OAB pode fazer avançar a discussão e ilustrar um pouco os procedimentos com os demais conselhos; que façamos algo semelhante. Ficou mais uma vez claro para mim, repito, o quanto é importante.

O MEC, todos conhecem, vem fazendo um trabalho muito importante na área de avaliação. Criou a

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior para implantar, muito imediatamente, o Sinae, que é o Sistema Nacional de Avaliação. O Enad vai acontecer agora em novembro. O Sinae vai avaliar, como disse em minha introdução, as instituições, os cursos e os alunos, O MEC avalia, **in loco**, os aspectos institucionais, pedagógicos e de infra-estrutura. Há, evidentemente, a preocupação dentro da Secretaria de Educação Superior, em seus três eixos, quais sejam: a inclusão, a expansão do ensino federal; como terceira linha, a regulação. Creio que a regulação é importante e entra nessa proposta final.

Quero, mais uma vez, colocar-me, em nome do Ministro e do Secretário, à disposição para divulgar essas propostas já acontecidas na relação MEC/OAB, que estão mais desenvolvidas. Queremos contribuir de maneira... Vim, inclusive, com três assessores que conhecem a área. Estão aqui presentes: a Dra. Adriana, a Dra. Fernanda e o Dr. Paulo, que acabou de sair. É à maneira que temos de mostrar o interesse do MEC nessa questão. É um prazer e uma honra poder participar, com pessoas tão importantes. São pessoas que representam o povo brasileiro. Creio que nos sentimos com mais legitimidade para atuar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Exa. Vamos ouvir a palavra do Dr. Paulo Thompson Flores, que é representante da OAB.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Srs. Senadores, desde logo, para um advogado, é uma tortura falar só três minutos. Ainda mais tendo havido tantas indagações, tantas colocações a respeito do exame de ordem da OAB e diante de um assunto tão expressivo como esse.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Wellington Salgado as palavras elogiosas. Quero registrar o meu carinho pela professora Marlene. Há muitos anos compartilhamos da luta pela qualidade de ensino.

Vou tentar sintetizar bem a posição da OAB. Entendemos que o exame de ordem, realmente, tem desempenhado um papel positivo. Eu diria, hoje, indispensável. Não há dúvida de que pode haver outros caminhos, como muito bem mencionou o Senador Flávio Arns. Muitas vezes, os caminhos começam por uma picada, por uma pequena estrada de terra que, depois, vão se alargando. O perigo é não ter caminhos. No caso específico da OAB, se não houver o exame de ordem, não há outro instrumento, não há outro caminho pelo qual possamos exercer essa fiscalização indireta e prévia a respeito do exercício profissional.

Há outra questão que me preocupa um pouco, e talvez tenha sido mal entendido quando abri o problema. É claro que a avaliação por uma prova não é a ideal, mas daí a chegar a que não se avalia nada, discordo completamente. Até porque, se levássemos esse raciocínio adiante, estaríamos desautorizando todos os concursos que se fazem, porque são todos uma avaliação de qualificação profissional, basicamente, a partir de uma prova. Pode-se dizer que há a questão de títulos, de experiência, mas isso entra para classificação. Em qualquer concurso para juiz, para promotor, para delegado, para médico, a prova do concurso é o elemento básico inicial que separa o joio do trigo, separa os que poderão estar habilitados daqueles que não estão.

Então, penso que o Exame de Ordem pode não ser o melhor caminho. Aliás, todos os caminhos devem ser sempre aprimorados; a OAB está buscando aprimorar. Estamos em plena discussão da questão da unificação nacional, que considero um grande avanço para acabar com as distorções regionais do Exame de Ordem.

Quanto à qualidade em si do exame – estatística é sempre algo perigoso – por um lado concordo, não há dúvida alguma, que uma avaliação de um professor que reprova ou que aprove apenas 15% indica que algo está errado no professor ou nas circunstâncias em que foi feita a prova. Mas há um detalhe, e vou pegar o exemplo de São Paulo, que tem uma reprovação altíssima. Vamos dizer, São Paulo, no penúltimo exame, aprovou algo em tomo de 10%. Mas a USP, o Mackenzie, a PUC aprovaram 70% ou 80%. Então a questão qualidade não está totalmente afastada nessa história, pode haver algum exagero, sim. Há algumas distorções, efetivamente. Pode melhorar o Exame de Ordem. Se chegarmos a um método mais completo de avaliação, que possa avaliar todo o processo, não há dúvida de que é mais interessante, mais útil. Mas enquanto não chegarmos a isso, por favor, mantenhamos pelo menos essa tranca na porta que o exame representa, senão estaremos inundando o mercado de profissionais mal capacitados. Há muitos cursos que realmente não capacitam os seus profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Dr. Thompson, durante a realização do curso, há possibilidade de o aluno fazer o curso de Direito e cumprir determinadas etapas, não sendo obrigatório no final o

Exame de Ordem?

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Não, hoje não. Antes podia haver um estágio supervisionado pela

OAB. Mas, na verdade, isso não se revelou muito eficiente. O Exame de Ordem é mais eficiente do que o sistema antigo. A supervisão não era efetiva, a própria OAB não tinha como realizar essa supervisão dos estágios. Então acabava sendo mais um fato...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só quero dizer que 70% de aprovação dos alunos da USP ainda é um número baixo.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Concorde.

O SR. FLAVIO ARNS (PT – PR) – Diria que é um problema do exame e não da USP, porque todos nós partimos do pressuposto que a USP é uma instituição de alta qualidade.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – E que recebe alunos de alta qualidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Recebe. E atua no ensino, na pesquisa e na extensão. Então deveriam ser aprovados aproximadamente 90% dos alunos da USP. Se a Ordem reprova 30% dos alunos da USP, ainda acho um exagero.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Claro, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Falo apenas nesse sentido. Concorde com o que o senhor falou. Acho que ninguém falou em não ter nada. Todos queremos qualidade. A única questão é: o que é ter qualidade? Fazer um exame. Ou buscar alternativas como a mencionada pelo Dr. Alceu, de uma avaliação como processo.

O senhor mencionou muito bem que deve haver picadas, porque eras vão se transformar, talvez, em caminhos seguros para frente. Então é só nesse sentido a minha preocupação com a USP e também com a Federal do Paraná, onde sou professor. Não sou do curso de Direito, mas é um curso altamente qualificado. O pessoal tinha que passar. Todo mundo tinha que passar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Alceu José Peixoto Pimentel.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Eu gostaria de dizer que sou o diretor, segundo tesoureiro do Conselho Federal de Medicina. Ainda não cheguei a presidente, mas vou ter uma conversa com o Dr. Edson Andrade sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Mas representa com muita dignidade o Conselho.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Com certeza eu represento. Muito obrigado.

Eu gostaria de refletir um pouco sobre a fala do Senador Romeu Tuma quando fala sobre a diversidade das profissões. E nesse caso vale aquela introdução que fiz quando disse que nós tínhamos que respeitar o processo histórico que as profissões escolheram e qual as perspectivas de futuro que elas desejam escolher. Então, isso é uma questão de democracia, de deixar que as sociedades se organizem na perspectiva que considerem melhor para o seu grupo. E aprendi com a reflexão feita pelo Senador Flávio Arns sobre avaliação, porque, para mim, uma avaliação feita com o instrumento inadequado tem distorções, e se isso ocorre ela não tem valor, porque pode penalizar pessoas que têm competência para estar dentro do processo e que deveriam estar.

Então, a minha visão é essa. Não significa que não avalie em nada. Mas a distorção que existe com uma avaliação feita com um instrumento inadequado pode punir um segmento da sociedade também, porque nós estamos falando – e concordo com o Dr. Wilson – que somos órgão de proteção da sociedade, e o Conselho Federal de Medicina atual como tal. Nós temos que proteger a sociedade. Só que temos de entender que os estudantes são uma parte da sociedade que também deve ser protegida. E também deve ser observado o aspecto da sociedade, que investiu na formação desses estudantes, que gastou dinheiro com isso, quando, por exemplo, esses alunos ficam sem ter o que fazer, pois a despesa foi feita.

O Conselho Federal de Medicina preocupa-se tanto com a qualidade, que nós defendemos um processo de avaliação que analise todas as variáveis que contribuem para o produto final. Então, essa é a tese: considerar todas as variáveis, e não só aquela que está relacionada com aluno.

Neste sentido, Sr. Presidente, só para terminar, no mês passado o Conselho Federal de Medicina editou uma resolução que institui a recertificação dos profissionais que estão no mercado hoje de cinco em cinco em cinco anos, baseada no sistema de pontos, como foi proposto aqui pelo Presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Dr. Wilson Lang.

Penso que essa proposta que o Dr. Wilson faz é extremamente atraente. Pode-se refletir profundamente sobre ela, porque ele está propondo isso para introduzir no mercado de trabalho. E estamos fazendo isso, do mês passado para cá, com os médicos que já estão no mercado de trabalho. Então, essa é uma

preocupação com o profissional que está atendendo a sociedade.

Era o que tinha a dizer. Agradeço novamente ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu gostaria de dizer algo rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Fiquei muito preocupado com essa afirmação pelo seguinte: percebo que existe dificuldade de médico no interior. A maioria fica nas grandes cidades e, conseqüentemente, terá maior facilidade de se atualizar, porque sempre dispõe de cursos. Eu vi um grupo de médicos em Uberlândia, por exemplo, que traz especialistas para dar aulas só para eles, sem certificação mínima. Esses médicos que vão para o interior não têm acesso a essa qualificação, mas cumprem a sua função, porque realmente resolvem os problemas de saúde que existem na região e que eles já conhecem, como bichos de pé, verminose, etc. Eles cumprem a sua tarefa, mas não se atualizam.

Como é que essa associação vai ver esse médico que cumpre a função social dele e é um especialista em prática, mas não se atualizou em termos de tecnologia? Como é que vai ser a posição do órgão de medicina com esses médicos? Essa é uma situação complexa.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Senador, O Conselho Federal de Medicina tem contribuído com todos os colegas, principalmente com aqueles do interior, na questão de educação continuada.

Atualmente, vários cursos são oferecidos para os médicos que trabalham exatamente no interior dos Estados, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, em Sergipe e em vários outros. Não estou com todos eles na cabeça agora. Essa é uma das preocupações. E o Conselho Federal banca a educação continuada de médicos que estão no serviço público, no atendimento, principalmente nas equipes dos programas Saúde da Família, que é para aonde vão aqueles médicos que não conseguiram galgar um espaço para residência médica. Então, essa preocupação é extremamente precedente.

Quero parabenizar o Senador e dizer que o Conselho Federal está extremamente preocupado com isso, não só em oferecer educação continuada, como também em definir o sistema de pontuação que vai

recertificar aquele médico, via Internet, via emissão de CD com processo de atualização, e não somente de forma elitista com a participação de médicos em congressos, em espaços que podem ser ocupados por 10% dos médicos e que não podem ser ocupados pelos 90%. Então eu agradeça, mas posso lhe garantir que essa é uma preocupação singular do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Preocupou-me um pouquinho, Dr. Alceu, esta questão do Programa Saúde da Família. O Saúde da Família é um programa de grande importância, é um programa preventivo, e, na fala do senhor, pareceu que quis dizer que só vai para o Saúde da Família aquele médico que não consegue... Não é bem isso, veja bem, o Programa Saúde da Família tem sido um programa muito importante, com médicos competentes. Agora, é claro que ele pode, às vezes, no início, funcionar como residência. Eu queria ressaltar a importância do programa, porque, da maneira que o senhor falou, ficou um pouco dúvida.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Esse não foi o sentido, Senador. O Programa Saúde da Família, no meu entender, é um dos maiores avanços em saúde pública neste País pela inclusão que ele faz – é uma inclusão social fantástica – e tem um desempenho, onde existe o Programa Saúde da Família os indicadores de saúde melhoram substancialmente.

Agora, se formos olhar em termos de qualificação – e aí não tem como escamotear a discussão –, um percentual muito grande dos médicos que estão no programa são exatamente os que precisam de mais aporte de educação continuada, de ter acesso a programas de reciclagem, porque a especialidade hoje em saúde da família existe, foi instituída pelo Conselho Federal, mas é preciso, por exemplo, que o MEC defina novo paradigma de número de residência médica e desvie um pouco, talvez, a questão do número de especialistas, que é importante que exista, mas é preciso que se formem médicos generalistas, e abra mais espaço para residência médica no Programa Saúde da Família, que é o que reputo – V. Ex^a está corretíssimo – um dos maiores avanços de saúde pública neste País, e a Medicina entende isso com toda tranqüilidade. Peço desculpas se me fiz entender de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, PSB – SE) – Com a palavra o Dr. José Martonio Alves Coelho, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

O SR. JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO – Srs. Senadores, primeiro, fico muito feliz quando o Senador Flávio Arns diz que esteve no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e viu a seriedade do nosso trabalho. Foi provocado por nós, pedi que o Presidente o procurasse para podermos tirar as dúvidas que eventualmente tivesse no nosso processo. É por isso que pugnamos.

Quero dizer ao Senador Wellington Salgado de Oliveira que também sou dirigente de uma instituição de ensino, de uma fundação, onde temos 22 mil alunos, e eu poderia estar aqui do outro lado, mas estou preocupado exatamente com a questão social. Trata-se de instituição privada, onde sou empregado, tenho salário relativamente alto, e me expus lá, junto aos dirigentes, para mostrar da necessidade desse exame. Sei que não é o melhor caminho – temos certeza –, mas temos que iniciar um processo, temos que dar um passo.

Quero dizer ao Senador Gilberto Goellner, daquele belo Estado do Mato Grosso, que queremos, sim, discutir nosso projeto de lei, porque temos experiência de dez exames, estamos desde o ano 2000 discutindo. Já participaram do nosso exame 150 mil candidatos, que tiveram um índice um pouco diferente da OAB, onde foram aprovados mais ou menos 51%, 52%.

Estamos muito preocupados. Entendo que a discussão aqui esteja centrada na prova em si, mas ela não se resume a isso, ela não é terminativa na prova. Eu disse aqui aos Srs. Senadores que temos investido maciçamente os recursos da classe para a formação de professores nas diversas instituições, privadas e públicas. Por exemplo, em Minas Gerais, subsidiamos um mestrado da USP, dentro de Minas Gerais, para professores das diversas instituições públicas e privadas. Em Mato Grosso, subsidiamos um mestrado da PUC e outro da USP para as universidades; quando a professora Luzia em reitora da universidade federal, hoje é da Uni-Rondon, subsidiamos um mestrado para titular professores.

Então, o Conselho Federal de Contabilidade não está querendo o exame pelo exame, a prova pela prova. Estamos investindo em educação continuada. Tanto é verdade que todos os livros que tratam da norma de ética profissional, de normas brasileiras e internacionais de contabilidade, o Conselho distribui gratuitamente. Já distribuimos mais de 400 mil livros às bibliotecas

das instituições de ensino no País, tentando melhorar a qualidade.

Então, o nosso projeto de lei é sério e socialmente correto.

Por isso, pedida aos Srs. Senadores que entendessem isso e se, num outro momento, encontrarmos alternativas melhores, vamos contribuir claramente. Isso tudo é lei, é projeto de lei, é objeto de discussão e vamos evoluir sempre.

Espero que o Senador Flávio Arns, tendo tido a conversa com os nossos Pares, abrace esse nosso projeto porque ele é sério e estamos preocupados efetivamente com a qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, PSB – SE) – Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O SR. WILSON LANG – Srs. Senadores, pelo tempo que me permite e como diz o Senador Wellington, o assunto é de extrema importância e envolve muitas coisas, vou fazer algumas observações periféricas que entendo necessárias para concluir no final, na proposta, que já coloquei para os senhores.

Quero dizer a todos que, na nossa concepção, uma prova, um concurso, um exame de ordem, não mede absolutamente nada. Mede apenas o estabelecimento de um processo seletivo, ou seja, alguém chegou antes, alguém ficou abaixo de uma linha de corte e alguém ficou acima de uma linha de corte; não mede competência, e estamos tratando, no meu entendimento, de competência.

A segunda questão que gostaria de colocar é que existe uma contextualização histórica de concurso ou de processo seletivo, quando se fala na questão do Direito, em que 70% a 50% reprovam, como foi na Contabilidade. Se fizermos hoje um concurso ou uma avaliação da nossa habilidade ou competência em português, 95% seriam reprovados.

E a pergunta é: temos que fazer um concurso compatível com a nossa incompetência na nossa língua materna? Ou temos que trazer o ensino materno para a competência desejada? E que competência seria essa?

Uma terceira contextualização também periférica que gostaria de colocar para os senhores para dizer que essa questão não se encerra pontualmente no aluno que está se formando.

A pergunta é a seguinte: o engenheiro eletrônico, formado há 30 anos, que não exerceu a profissão e hoje quer exercê-la, estará apto? Um advogado formado há

30 anos, que nunca exerceu a profissão, hoje estaria apto para exercer a profissão, linearmente assim? Ele pode entrar no mercado de repente?

Não posso responder quanto ao Direito, mas quanto ao engenheiro eletrônico, eu tenho absoluta certeza que não. O engenheiro eletrônico que, em cinco anos, não se recicla, estará fora do mercado, não terá mais a competência necessária para fornecer o seu trabalho para a sociedade.

Uma outra questão que me chama a atenção, aqui colocada pela preocupação válida e pertinente – e aí quero puxar para uma questão mais ampla do Senador Gilberto –, é a aprovação específica de regulamentação profissional para diferentes órgãos. Isso está criando, na verdade, um monstro regulamentador neste País.

Recentemente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no último dia de seu mandato, assinou um decreto legislativo mudando as atribuições profissionais do técnico agrícola. O técnico agrícola, hoje, que é um curso técnico de nível médio, tem mais atribuições, por este decreto legislativo, do que um engenheiro agrônomo que passa cinco anos na escola. Que história é essa? Como vamos consertar esse tipo de problema?

Então, há uma questão preocupante, na medida em que V. Ex^{as.}, o Congresso aprova o atendimento de determinações legais para órgãos de regulamentação profissional de acordo com suas demandas e suas especificidades, creio que estamos contribuindo para construir um grande, e já existe, monstro regulamentador, em que a medicina pode fazer coisas, a engenharia não pode, a OAB tem um comportamento assimétrico, faz coisas que não podemos fazer. Isso acaba gerando uma grande confusão no mercado como um todo. Portanto, pediria a V. Exas que avaliassem isso nos seus projetos de lei para que dessem a eles uma contextualização que permitisse o atendimento de todos, porque, na verdade, quando falamos de órgãos de regulamentação profissional, não estamos falando de especificidades profissionais. Estamos falando da garantia da segurança e da qualidade do serviço profissional, seja qual for, para a sociedade.

Por último, quero deixar bem clara a posição do sistema Confea/Crea, que não pede exame de ordem. O que gostaríamos que fosse aprovado por V. Exas – parece-me que poderia haver uma emenda nesse projeto que contemplaria a todos – é que fosse permitida aos órgãos de regulamentação profissional a implantação de um sistema de avaliação qualitativa

que incluísse os Mecanismos de avaliação já existentes pelo MEC, porque aqui está a ordem constituída da avaliação por parte do Estado e que precisa estar presente nesta avaliação, mas que não fosse permitido que esse sistema de avaliação se resumisse em um exame de ordem, numa prova.

Creio que essa amplitude da avaliação atenderia à contabilidade, atenderia à medicina veterinária, atenderia à medicina como um todo. E a engenharia, a arquitetura e a agronomia também ficariam muito gratos se pudessemos trabalhar com um componente desse tipo.

Muito obrigado e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Como último Palestrante, concedo a palavra ao Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária. S. S^a vai se pronunciar inclusive sobre a validade ou não da proposta que ora está em tramitação no Senado Federal, especificamente na Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 156, de 2004. Anteriormente o seu Relator era o Senador Jonas Pinheiro, agora é o Senador Gilberto Goellner. Naturalmente S. Ex^a já se pronunciou a respeito e está interessado no rápido andamento desta matéria.

Queremos saber do representante, como disse, da oportunidade, da validade, da continuidade da tramitação desta matéria.

O SR. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO – Muito obrigado. Primeiramente, gostaria de dizer que existem não tão-somente especificidades de cada profissão, diferenças que devem ser analisadas e validadas neste momento, como também entre os objetivos de cada Conselho em relação à fiscalização da profissão, apesar de um ideal e de uma função comum a todos, que é a defesa da sociedade. Agora, dentro de cada profissão, existem essas especificidades.

Fico muito à vontade para falar mais uma vez sobre isso, porque, como disse em outro momento, sou professor de uma universidade pública, Universidade Federal de Goiás, faço parte da Comissão de Medicina Veterinária do Inep, órgão do MEC responsável pela avaliação. Então, nesse sentido, pelo menos teoricamente, conheço os dois lados da moeda: o lado do ensino e o lado profissional.

Como eu disse, o Conselho Federal de Medicina Veterinária instituiu esse exame após um amplo debate com toda a comunidade da medicina veterinária, quer seja a comunidade dos profissionais que já estio

no exercido da profissão, mas principalmente junto à instituição de ensino.

A implantação desse exame por parte do Conselho Federal de Medicina Veterinária se fez em comum acordo com a comunidade acadêmica e a comunidade dos médicos veterinários.

É claro que entendemos que esse não é um instrumento ideal. Até pela minha experiência de avaliação, e de todos nós da Medicina Veterinária envolvidos com esse processo, a avaliação, como aqui foi dito, é um processo dinâmico. A implantação desse processo exige uma série de fatores e condições. Dentro das condições que estão aí colocadas hoje, foi definido e entendido pela comunidade da veterinária que esse exame de certificação é o que é possível hoje.

Claro que gostaríamos, além do exame, de ter todo um processo de avaliação o mais correto possível. Por entender que esse é um processo dinâmico, no Conselho Federal de Medicina Veterinária está em fase de estudo também a implantação da re-certificação para os profissionais em exercício, claro que com critérios nos quais sejam contempladas a participação em cursos de atualização e a experiência no exercício da profissão. Enfim, esse é um processo que está em discussão.

No nosso exame – vocês têm o relatório dos seis primeiros e fizemos dez – temos hoje um índice por volta de vinte ou vinte e poucos por cento de reprovação. Eu quero aqui dizer para os senhores que instituições tradicionais como Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Lavras; Universidade Estadual de Londrina; Unesp de Botucatu, Jaboticabal, Araçatuba; USP, ou seja, universidades tradicionais no ensino da Medicina Veterinária têm praticamente 100% de aprovação nesse exame. Ou seja, é apenas uma prova? É. Mas identifica os profissionais que têm conhecimento mínimo necessário e aqueles que não o têm.

Somente para encerrar, rapidamente. Tivemos oportunidade de fazer, ainda na época do provão, uma comparação entre os resultados das instituições no exame de certificação do Conselho Federal com os resultados dos conceitos obtidos no provão. Eles foram absolutamente similares. Ou seja, instituições de conceito “A” no provão têm acima de 90% de aprovação no exame de certificação. Instituições de conceito “E” no provão têm um percentual de reprovação no exame de certificação muito maior.

Somente para concluir, o Conselho de Medicina Veterinária entende – o nosso projeto aí está – que a

comunidade da veterinária gostaria de ter uma discussão e tomada de posição por parte dos Srs. Senadores, o mais rápido possível. Uma discussão ampla envolvendo todas as profissões é interessante? É. Mas nós sabemos que isso leva um certo tempo. A comunidade da medicina veterinária tem hoje uma experiência e um sentimento; uma posição tomada Favorável em relação ao exame.

Como eu disse, falo por participar dos dois lados da moeda, tanto na parte da fiscalização, do exercício profissional, como um membro da comunidade acadêmica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de encerrar esta reunião, gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a todos os convidados que participaram com muita propriedade, inteligência e de forma aprofundada dos assuntos que aqui foram abordados.

Essa audiência pública nasceu justamente porque estamos aqui discutindo duas matérias importantes: o Projeto de Lei nº 156, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que trata justamente da certificação e do curso de veterinário, que tem como Relator, como já falei, o Senador Gilberto; e o outro projeto, PLC nº 39, de 2005, que regulamenta a questão do exame de suficiência para o Curso de Contabilidade, que tem como autor o Deputado Átila Lira e como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Pelo visto notamos que, no que se refere aos dois cursos, contabilidade e veterinária não existe nenhum obstáculo no que diz respeito à tramitação normal dessas duas matérias.

Há, por parte dos representantes do Curso de Medicina, do Curso de Engenharia, uma certa divergência. E penso que devemos levar em conta e aprofundar mais essa questão, mesmo porque não há nenhum projeto, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, regulamentando esse assunto. Se algum dia vier a surgir, naturalmente iremos debater de novo a possibilidade ou não da inclusão de exame de suficiência em relação à Medicina e ao Curso de Arquitetura.

Por enquanto, penso que devemos dar tramitação normal às matérias que já estão em andamento nesta Casa, nesta Comissão; não criar nenhum obstáculo. E vamos chegar ao consenso por meio do trabalho dos relatores. Não sendo possível o consenso, vamos colocar em votação no dia que for determinado, inclusive com a participação das Lideranças.

Agradeço também ao nobre Senador Flávio Arns, que se incumbiu de apresentar o requerimento, e também à Senadora Lúcia Vênia, convocando os integrantes desta Mesa. Foi um debate muito produtivo, muito construtivo. Tenho certeza absoluta de que vai repercutir por meio dessa instrução feita aos Srs. Senadores. E aqueles que participaram do debate já têm uma conclusão – pelo menos aquela que eu como Presidente já tenho – de que as matérias devem ser objeto de votação. Qualquer que seja o resultado, estaremos cumprindo com nosso dever.

Portanto, meu agradecimento a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h7min.)

PARECER Nº 1.870, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 89, de 2005, de autoria do Deputado Lobbe Neto, tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), com vistas a dar mais transparência aos processos seletivos para ingresso em cursos superiores de graduação.

A proposição dispõe que as instituições de ensino superior devem tornar públicos os resultados de seus processos seletivos, ficando obrigadas a divulgar a relação nominal dos candidatos classificados, com a respectiva ordem de classificação, bem como o cronograma das chamadas para matrículas, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas estabelecidos no edital.

A lei em que se transformar o projeto deverá entrar em vigor na data de sua publicação.

Na Casa de origem, o projeto recebeu pareceres favoráveis na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, distribuído apenas a esta Comissão, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O art. 44 da LDB estabelece que o acesso aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio, depende de classificação em processo seletivo. A referida lei, contudo, não detalha os requisitos a serem cumpridos na seleção. Ao determinar que as listas nominais de aprovados, com suas respectivas classificações, e os cronogramas de chamada para matrícula sejam públicos, o PLC nº 89, de 2005, efetivamente contribui para assegurar maior transparência em tais processos seletivos.

É fato que muitos estudantes participam de diversos processos de admissão, em diferentes estabelecimentos de ensino, na busca por uma vaga na educação superior. Tais processos nem sempre primam pela clareza. Saber os prazos exatos envolvidos nos processos de admissão e sua exata posição em relação aos demais candidatos é fundamental para que os estudantes aprovados possam dimensionar suas reais possibilidades de ingresso nos cursos pretendidos, sem correr o risco de perder prazos importantes, ou de ter seus resultados manipulados.

Como bem justifica o autor, zelar pela transparência e pela justiça nos processos de seleção para o ensino superior é parte do dever constitucional do Estado de garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (Constituição Federal, art. 208, V).

No que se refere aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer à proposição em tela.

III – Voto

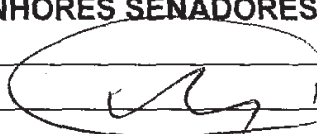
Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 89/05 NA REUNIÃO DE 25/10/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALÓZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
RELATOR	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

.....
V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.865 a 1.870, de 2005**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Assuntos Sociais e de Educação, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2003** (nº 1.830/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2005** (nº 1.763/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas vias terrestres do território nacional;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005** (nº 2.485/2003, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005** (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Na sessão do dia 26 de outubro findo, foram lidos os **Pareceres nºs 1.816 – CCJ e 1.817 – CAE**, sobre os **Projetos de Lei do Senado nºs 685, de 1999 e 26, de 2000**, sobre os quais presto os seguintes esclarecimentos:

- 1) O Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro;
- 2) Quando de sua leitura, na Sessão de 14 de dezembro de 1999, foi aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos da letra **f** do inciso II do art. 235 do Regimento Interno;
- 3) Posteriormente, na Sessão de 6 de abril de 2000, foi aprovado o Requerimento nº 171, de 2000, de tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000;
- 4) Com a aprovação desse requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, perdeu o caráter terminativo perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;
- 5) Nessa mesma data e sessão, foi aprovado também o Requerimento nº 172, de 2000, de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, já agora sobre ambos os projetos, ou seja, os de números 685, de 1999, e 26, de 2000.

Prestados esses esclarecimentos, decido:

Tendo em vista a transparência nos atos do processo legislativo, visando a participação de todas as Senhoras e Senhores Senadores na elaboração legislativa, a Presidência abre o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos da letra “d” do inciso II do art. 235 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2005

Requerimento de voto de congratulação ao jornalista Luiz Eduardo Costa pelo ingresso na Academia Sergipana de Letras.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao jornalista Luiz Eduardo Costa pelo seu ingresso na Academia Sergipana de Letras no último dia 31 de outubro de 2005, devendo ser encaminhada a respectiva correspondência à aludida academia.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB – SE.

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao jornal O Estado do Amazonas, pela homenagem que lhe será tributada amanhã, dia 9 de novem-

bro de 2005, pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **O Estado do Amazonas**, que será homenageado amanhã, dia 9 de novembro de 2005, pela Assembléia Legislativa do Estado, em comemoração ao segundo aniversário desse órgão da imprensa amazonense.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente de O Estado do Amazonas, jornalista Rebecca Garcia, por seu intermédio, a todos os editores, redatores, repórteres, fotógrafos, gráficos e funcionários administrativos e técnicos do jornal; ao Presidente da ALE, Deputado Belarmino Lins, e a todos os Deputados Estaduais do Amazonas.

Justificação

Embora novo, **O Estado do Amazonas** é um jornal vitorioso, já reconhecido pela seriedade do jornalismo que desenvolve em Manaus e no Amazonas. É esse jornal que hoje homenageio, requerendo um voto de aplauso ao Senado da República.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.240, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao filósofo e jurista Miguel Reale, que, ao completar 95 anos de idade, recebe o título de Associado Benemérito do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao filósofo e jurista Miguel Reale, pelo recebimento do título de Associado Benemérito do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da qual foi Decano e Reitor.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP e ao Centro Acadêmico XI de Agosto.

Justificação

Miguel Reale, que completa 95 anos de idade, dedicou toda uma vida, integralmente, às Ciências Jurídicas e Sociais. Além de Filósofo e Jurista, foi Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

– USP, da qual veio a ser Reitor. Decano da tradicional Faculdade das Arcadas, no Largo São Francisco, a homenagem que ele recebe é um gesto de grande emoção e de respeito a quem sempre exerceu o magistério, o estudo e o exercício das Ciências Jurídicas com dignidade, saber e dedicação. A homenagem que ora formulo justifica-se e representa o reconhecimento também do Senado Federal a essa notável figura, verdadeiro ícone das letras jurídicas no Brasil e defensor intransigente da democracia.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.241, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Walquyria Lomba Cavalcante, viúva do ex-Deputado Tenório Cavalcanti, ocorrido no dia 2 de novembro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento da Sra. Walquyria Lomba Cavalcante, viúva do ex-Deputado Tenório Cavalcanti, ocorrido no dia 2 de novembro de 2005.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família da Sra. Walquyria.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. A Sra. Walquyria Cavalcante foi uma figura de forte presença na vida do ex-Deputado Tenório Cavalcanti, um político polêmico e de grande relevo na vida brasileira. É uma homenagem à família do conhecido parlamentar.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao compositor e cantor Ivan Lins, ganhador do Prêmio Grammy Latino pelo melhor disco do ano.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao compositor e cantor Ivan Lins, pela conquista do Prêmio Grammy Latino de melhor disco do ano.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Ao conquistar o Prêmio Grammy Latino, pelo “Melhor Disco do Ano”, o compositor e cantor brasileiro Ivan Lins rompe uma barreira quase impossível, pois

a láurea a ele conferida é disputada em concurso de cunho puramente latino, com músicas em espanhol. No mesmo Festival, realizado anualmente em Los Angeles, há uma categoria para música brasileira, mas, interpretando em português, Ivan venceu na categoria latina, enfrentando fortes concorrentes que cantam em espanhol.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, se possível, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Como hoje é sessão não deliberativa, V. Ex^a falará intercalado com os oradores. Darei a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por até quinze minutos.

A seguir o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim a esta tribuna por diversas vezes criticar clubes, pessoas, entidades por crime de racismo, e confesso, Sr. Presidente Senador Tião Viana, é com muito tristeza que venho à tribuna, no dia de hoje, eu que falei do racismo na Bahia, que falei do racismo em São Paulo, que falei também em crime de racismo em Porto Alegre, que falei em crime de racismo aqui em Brasília, no dia de hoje tenho que falar de um crime de racismo na minha cidade natal. Cidade na qual construí a minha vida, a minha história, Senador Geraldo Mesquita Júnior; então não é com alegria que venho à tribuna.

Caxias do Sul é uma cidade belíssima, de homens e mulheres que trabalham muito. Lá foi toda a minha formação. Foi também em Caxias do Sul que tive, para o Senado Federal, o maior número de votos, quase cem mil votos nessa cidade; e não moro lá há muitos e muitos anos, mas não posso deixar de registrar que lamentei muito a posição de alguns torcedores do Juventude que, a exemplo do que fizeram alguns torcedores na Espanha, toda vez, no jogo Inter e Juventude, que o jogador Tinga pegava a bola, eles imitavam um macaco.

Faço isso com muito constrangimento; mas tinha que fazer. Sei que Caxias do Sul, cidade do vinho, da uva, de um enorme parque industrial – e fui metalúrgico lá – não é uma cidade preconceituosa ou racista. Existe em Caxias, como existe em todo o Brasil, em quase todo o mundo, vide o exemplo da França, atos de pessoas que cometem crime de preconceito, ou seja, crimes considerados racistas. Por isso, o erro de alguns da torcida do Juventude fez com que o STJD fizesse com que o Juventude de Caxias perdesse o mando de campo por duas vezes e mais uma multa de R\$200 mil.

Meus parabéns ao STJD. Não importa que foram alguns; tinha que haver, sim, uma posição firme do Tribunal de Justiça Desportiva, como a que ocorreu. Como foi em São Paulo e em outros casos semelhantes, inclusive fora do País.

Sr. Presidente, primeiramente, quero defender o povo de Caxias do Sul. Sei que a torcida do Juventude, no seu conjunto, não é preconceituosa. O erro de alguns ignorantes, com aquele ato, fez com que, infelizmente, nos jornais desse fim de semana, em todo o País, se comentasse que, pela primeira vez na história do Brasil, no campo do esporte, o STJD teve de dar uma multa de R\$200 mil e também fazer com que o Juventude perdesse o mando de campo por duas partidas. Deixo registrado matéria publicada nos jornais gaúchos, lamentando o episódio. Mas, quero cumprir, inclusive, o árbitro Alicio Pena Júnior, que apitou a partida contra o Inter, no dia 22 de outubro, no Alfredo Jaconi, e que botou na súmula: “A torcida local [parte da torcida, alguns da torcida] imitava um macaco sempre que Tinga tocava na bola”.

Sou caxiense, meus filhos nasceram em Caxias, minha companheira é de Caxias, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro. E tenho certeza de que o povo de Caxias que me fez chegar ao Senado, que está me ouvindo neste momento, sabe que eu tenho razão. Não é porque alguns ignorantes erraram que alguém vai poder condenar a nossa cidade querida de Caxias do Sul.

Senador Tião Viana, se me permitir, farei um paralelo com a crise nacional – já falei da tribuna outras vezes. Não é porque alguns erraram no PT que podem agora querer esculhambar a vida de todo um Partido, que tem uma história bonita de luta e que fez com que elegêssemos, inclusive, o Presidente da República. Alguns erraram! Não se condene o Partido. Se alguns da torcida erraram, não vamos querer condenar como se a cidade fosse preconceituosa.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (S/Partido – AC)

– Senador Paim, parabeno V. Ex^a pela atitude que assume neste momento no plenário do Senado. O meu sentimento é o de que a sua voz, somando-se à voz da população do Município de Caxias, do seu querido Rio Grande do Sul, repudiando um fato dessa natureza, a exacerbação, a explicitação do cometimento de um crime como esse, de racismo, tenho certeza absoluta, como V. Ex^a registrou, que a população de Caxias do Sul, como a população generosa deste País inteiro, repudia fatos dessa natureza. O que me preocupa hoje em dia, Senador Paim, é que não sei o que está acontecendo no mundo do futebol particularmente, que segmentos de torcidas estão levando para as arquibancadas a disputa que deveria se restringir ao campo de futebol. Há crimes como o que V. Ex^a registra hoje; há assassinatos inclusive, como recentemente ocorreu em São Paulo. Com pesar, registramos assassinatos inclusive, linchamento de pessoas. Ou seja, o registro que V. Ex^a faz é importante porque sinaliza para a necessidade de todos nós – Parlamento, povo brasileiro, torcidas de futebol – refletirmos sobre o que está acontecendo. Não é possível que a disputa do futebol se remeta para as arquibancadas e se transforme em lutas fratricidas de torcidas, com o cometimento de agressões dessa natureza. Felicito V. Ex^a e tenho certeza de que o seu grito aqui é importante para que toda a população brasileira se volte para o que está acontecendo no mundo do esporte, particularmente no futebol, e para que tomemos medidas que possam conter fatos dessa natureza e fazer com que eles não mais ocorram, porque empanam o mundo do futebol, empanam o esporte e lançam um manto de vergonha sobre torcidas, que são tomadas, como V. Ex^a registrou, por um pequeno número, por um segmento delas, sendo, inclusive, apenadas por isso. A torcida do Caxias já não vai mais poder assistir a uma partida de futebol no seu próprio estádio. A torcida é condenada! Então, parabeno V. Ex^a e me junto às suas palavras no sentido de que acordemos e discutamos com profundidade essa questão antes que fatos mais lamentáveis ainda possam vir a ocorrer no nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, agradeço o seu aparte, que ampliou, inclusive, a forma como eu citei esse incidente ocorrido com o Juventude lá em Caxias. V. Ex^a falou – e é importante fazer este alerta – da violência física também. No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro também acontecem fatos assim. Neste fim de semana, no Rio de Janeiro, um cidadão acabou sendo morto a pauladas. Olhem só onde chegamos!

Então, a violência tem diversas formas de agir. Por isso, esta minha crítica, sim, para aqueles que

fizeram isso e toda a minha solidariedade ao Tinga. Toda a minha solidariedade ao negro, homem, lutador, homem que veio de baixo e que é um vencedor hoje. O Tinga é um vencedor.

Tinga, um abraço forte, porque você foi ofendido, e nós sabemos o quanto dói em nós, que somos negros, quando nos ofendem, inclusive dessa forma, uma forma desrespeitosa que quer atingir a nossa auto-estima. Mas esses poucos ignorantes, que não representam a torcida do Juventude, não vencerão. Você, sim, Tinga, é um vencedor. Um abraço carinhoso e respeitoso. Continue da forma que você foi sempre: um grande desportista, um jogador que orgulha o povo gaúcho, não só o povo da capital do Estado, mas também o de Caxias do Sul.

Sr. Presidente, para concluir, quero que V. Ex^a aceite também, para registro nos Anais da Casa, uma moção de apoio que recebi do Rio Grande do Sul ao projeto do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Não vou comentar toda a moção de apoio, Sr. Presidente, mas registro que é assinada pela Divisão de Atenção ao Portador de Necessidades Especiais, ligada à Secretaria Municipal de Passo Fundo, bem como por entidades ligadas aos portadores de deficiência, como a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs do Rio Grande do Sul (Faders); APAEs do Rio Grande do Sul; a ACD, Associação de Cegos, Associação Cristã de Deficientes Físicos, Associação de Amigos de Crianças Autistas (Auma), Escola Municipal de Autistas, Associação de Surdos do Passo Fundo; e por aí vai. Enfim, uma série de entidades que demonstram o seu apoio à aprovação, o mais rápido possível, do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que tem como Relatores, na Câmara, o Deputado Celso Rusomano, e, no Senado, o Senador Flávio Arns.

E aqui, Sr. Presidente, as pessoas com deficiência fazem um comentário: a novela América, que trazia entre suas personagens pessoas com deficiência, acabou. O personagem do ator Marcos Frola, Jatobá, um deficiente visual, será feliz para sempre, na novela, mediante o seu casamento, e não será mais visto pelas pessoas, porque ele some do horário das oito. Mas essa não é a vida real. Os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência não têm fim com o término da novela.

Meus parabéns à novela; contudo, queremos que no mundo real as pessoas continuem olhando com o carinho e o respeito que merecem as pessoas com deficiência. Basta nos perguntarmos: os buracos nas calçadas, onde os cegos têm de passar, vão sumir? As rampas surgirão, como num passe de mágica, por toda parte? O que dizer dos banheiros não-adapta-

dos? E quanto aos empregos, as pessoas com deficiência terão a oportunidade de demonstrar toda a sua capacidade?

Sabemos, naturalmente, que os problemas, as demandas, os desafios não acabarão de uma hora para a outra. A principal pergunta que devemos responder é: como prosseguir nessa caminhada, impulsionados pela novela, e continuar, aí sim, a evoluir nas conquistas das pessoas com deficiência?

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, na forma do substitutivo... Senador Tião Viana, V. Ex^a, que conhece bem essa área, sabe que não é na forma que apresentei. Eu apresentei um rascunho original, um boneco original. O substitutivo, tanto o da Câmara como aquele que está no Senado, já está, digamos, mil anos à frente. Então, é importante que as pessoas entendam que o que vai ser votado é o substitutivo, que está muito melhor do que o projeto original, fruto da participação de Senadores e Deputados, ou seja, das duas Casas.

E ainda, Sr. Presidente, para terminar, eu queria registrar também a importância de hoje, no Espaço Cultural do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, estar sendo assinado um Termo de Cooperação entre o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Porto Alegre e o Governo do Estado, o que garantirá que 2.500 pessoas que estão próximas ao aeroporto, morando muito mal, tenham suas casas próprias num local adequado.

Essa é uma reivindicação antiga e prioritária, que permitirá a ampliação da pista de pouso e decolagem e eliminar, com certeza, os riscos de acidentes.

Quero, então, cumprimentar o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, e toda a sua equipe por ter apoiado essa iniciativa da Bancada gaúcha, que alocou ao orçamento emenda com essa finalidade.

Assim, o Ministro Márcio Fortes, de forma coerente, dá novos passos para que seja cumprido o entendimento firmado ainda com o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Olívio Dutra, também ex-Ministro dessa mesma pasta.

O Ministério das Cidades, a Prefeitura de Porto Alegre, que tem como Prefeito o ex-Senador Fogaça, e o Governo do Estado, que tem como Governador o ex-Deputado Federal Germano Rigotto, aplicarão R\$20 milhões na retirada das famílias, possibilitando, então, a ampliação da pista do aeroporto.

Desta forma será possível, Sr. Presidente, aos cargueiros decolarem do aeroporto Salgado Filho para a Europa e os Estados Unidos sem precisar reabastecer em São Paulo, diminuindo, assim, o custo das exportações e permitindo decolagem de aviões com passageiros em vôos diretos.

Segundo estimativa da Infraero, o Estado deixa de arrecadar cerca de R\$7 milhões por ano em Imposto sobre Circulação.

Sr. Presidente, faço este comentário porque fui convidado pelo Prefeito, pelo Governador e também pelo Ministro das Cidades para estar presente lá. Não pude estar presente porque, ainda hoje, aqui em Brasília, terei uma reunião que considero importantíssima, Senador Tião Viana, com o Senador Rodolpho Tourinho, o Deputado Reginaldo Germano, a Seppir, o Deputado Luiz Alberto, para discutir, quem sabe, um grande entendimento sobre o Estatuto da Igualdade Racial.

Fiquei aqui, mas quero cumprimentar o povo do Rio Grande devido a essas obras do aeroporto.

Sr. Presidente, vou mais além: cumprimento o prefeito de Canoas e o vice-prefeito, PTB e PSDB, como toda a bancada de vereadores de todos os partidos, PDT, PT e PCdoB, que vieram a Brasília com o objetivo de conseguir uma verba de R\$1,5 milhão para resolver o problema de cerca de três mil pessoas que ficam entre o Conjunto Nancy Pansera e o Conjunto Guajuviras, que seriam despejadas. Graças ao entendimento no Ministério das Cidades, não haverá o despejo e a verba será destinada a Canoas.

Cumprimento o Ministério das Cidades pela forma com resolveu os dois problemas e, ao mesmo tempo, cumprimento todos os vereadores das duas cidades, da Capital e de Canoas, bem como a bancada de Deputados Federais, a bancada de Senadores e, naturalmente, o Ministro das Cidades.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

SEGUE NA, ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SENADOR PAULO PAIM

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a novela **América**, que trazia entre suas personagens pessoas com deficiência, acabou. O personagem do ator Marcos Frota, Jatobá, um deficiente visual, será feliz para sempre e não vai mais ser visto pelas pessoas. Mas essa não é a vida real. Os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência não têm fim com o término da novela.

Basta nos perguntarmos: Os buracos das calçadas desaparecerão? As rampas surgirão, como um passe de mágica, por toda parte? E o que dizer dos banheiros adaptados ou dos edifícios acessíveis? E quanto aos empregos, a pessoa com deficiência terá a oportunidade de demonstrar a sua capacidade para o trabalho?

Sabemos, naturalmente, que os problemas, as demandas, os desafios não acabarão de uma hora pra outra. A principal pergunta que devemos respon-

der é: como prosseguir nessa caminhada e continuar evoluindo nas conquistas das pessoas, dos cidadãos com deficiência?

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é a resposta que apresentamos a meus ilustres pares e a toda a sociedade. Um documento que veio da própria sociedade, das pessoas com deficiência, de seus familiares e de todos que se somam a esta caminhada. No mês de outubro recebemos da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul uma moção de apoio a essa nossa proposta que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o PLS 6/03. A matéria tramita nas duas Casas. Aqui no Senado ele terá o relatório do senador Flávio Arns e na Câmara, o relatório do Deputado Celso Russomano.

Venho a esta tribuna para falar da importância dessa moção de apoio que o Estatuto recebe da Secretaria de Educação do nosso Rio Grande e de várias outras entidades: Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Passo Fundo; Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD's e PPAH's (FADERS), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Associação de Pais e Amigos do Surdo (APAS), Associação Passofundense de Cegos (APACE), Associação dos Amigos da Criança Autista (AUMA), Escola Municipal de Autistas Olga Caetano Dias e Associação de Surdos de Passo Fundo (ASPF).

Essa moção de apoio é o reconhecimento de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um documento que, de fato, contribuirá para melhorar a vida dos milhões de cidadãos com deficiência. É uma matéria que traz em seu bojo a garantia de direitos fundamentais que vão dar ao portador de deficiência a equiparação das oportunidades.

É o reconhecimento de que o a matéria proposta é o arcabouço legal que garantirá uma série de meios dos quais as pessoas com deficiência poderão se utilizar para se proteger da vulnerabilidade sócio-econômica que sua deficiência pode agravar.

Significando um ganho de qualidade na vida dessa expressiva parcela da população o Estatuto da Pessoa com Deficiência é a garantia do direito da acessibilidade universal, ou seja, a acessibilidade a todos os espaços da vida, inclusive a participação política, a possibilidade de uma efetiva atuação na busca de uma realidade mais democrática e inclusiva, como descreve a poesia de Luciano Ambrósio:

Muito foi feito
Muito há por fazer
Muito há por caminhar
A estrada é longa
Na verdade, infinita
Mas a caminhada é boa, é bonita

E no caminho
Temos o apoio de irmãos
A mão, o coração de homens sensíveis
A união de amigos
O olhar de quem consegue ver além das aparências
De quem consegue perceber
Que diferença
Não é sinônimo de incapacidade
Nem tão pouco incompetência
Temos conosco a sensibilidade de quem consegue ouvir
Que o que se pede é apenas oportunidade.

Gostaria que a Moção de apoio citada neste pronunciamento ficasse registrada nos anais da Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o seguindo assunto é para dizer que hoje está sendo realizada no Espaço Cultural do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, a assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério das Cidades, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Governo do Estado, objetivando a retirada de aproximadamente 2.500 famílias que residem nas proximidades da pista do aeroporto.

Essa é uma reivindicação antiga e prioritária, pois permitirá a ampliação da pista e eliminará o risco de acidentes.

Quero parabenizar o Ministro das Cidades Márcio Fortes e toda sua equipe por ter apoiado essa iniciativa da Bancada Gaúcha, que alocou ao orçamento uma emenda para atender tal finalidade.

Assim, o Ministro, de forma coerente, dá novos passos para que seja cumprido o entendimento firmado com o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex Ministro Olívio Dutra.

O Ministério das Cidades, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado aplicarão R\$ 20 milhões na retirada das famílias, possibilitando a ampliação da pista do aeroporto em um quilômetro. Desta forma, será possível aos cargueiros decolarem do aeroporto Salgado Filho, para a Europa e os Estados Unidos, sem precisar reabastecer em São Paulo, diminuindo, assim, o custo das exportações e permitindo decolagens de vôos diretos de passageiros.

Segundo estimativa da Infraero, o Estado deixa de arrecadar cerca de R\$7 milhões ao ano em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por isso essa obra tem um valor incontestável para o Rio Grande do Sul.

Após a solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica o Ministro receberá os prefeitos gaúchos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Quero aproveitar a oportunidade e agradecer ao Ministro Marcio Fortes a atenção dispensada ao Vice-Prefeito e aos vereadores de Canoas que me acompanharam em audiência no Ministério, no dia 11 do mês passado, para expor a situação das 400 famílias que vivem no Bairro Guajuviras, na área conhecida como Nancy Pansera, em Canoas, e que necessitam de recursos para investimentos em infra-estrutura na região.

Ressalto o compromisso do ministro e de sua equipe que prontamente se sensibilizaram e garantiram a liberação R\$1,5 milhões para a Prefeitura de Canoas para que sejam efetuadas as obras de infra-estrutura na área Nancy Pansera.

Percebo que o Ministério das Cidades tem procurado, dentro dos recursos destinados aquela Pasta, promover políticas de desenvolvimento urbano que objetivem melhor qualidade de vida à população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Juventude

Clube é punido por racismo

É um título do qual ninguém vai se orgulhar. O Juventude foi o primeiro clube punido por racismo no futebol brasileiro. Ontem, em decisão unânime do STJD, perdeu o mando de campo em duas partidas e terá de pagar multa de R\$ 200 mil.

Denunciado pelo árbitro Aécio Pena Júnior, que apitou a partida contra o Inter, no dia 22 de outubro, no Alfredo Jaconi, o Juventude foi penalizado por atos de sua torcida. Conforme relatou na súmula, a torcida local "imitava um macaco" sempre que Tinga, tocava na bola.

O caso é inédito na justiça esportiva brasileira. Porém, de acordo com a direção do Juventude, de resultado bastante previsível:

- Nos pegaram para Cristo. A decisão estava tomada antes de entrarmos na sala. O Juventude serviu de exemplo para que a situação não se repetisse - desabafou o presidente do clube, Walter Dal Zotto Júnior, após pronunciamento da sentença.

Quanto ao cumprimento da pena há divergência entre o jurídico do Juventude e o STJD. Conforme o advogado Rodrigo Segat, o time poderia atuar contra São Caetano e Goiás (os dois próximos adversários em casa, na tabela) no Alfredo Jaconi, desde que com os portões fechados. Já o presidente da turma julgadora do caso, Marcos Henrique Pinto Basílio, informa que o time gaúcho está proibido de jogar em seu campo e mais: mesmo em outro estádio, deve manter os portões fechados.

O Juventude recorrerá da decisão.

Saiba mais

Enilton retorna contra São Paulo
Caderno - hmin

Copyright 2000 - RBS Interativa S.A.
Todos os direitos reservados (all rights reserved)

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Educação
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL.
FADERS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Of. GAB/PRES. n.º290/2005

Porto Alegre, 04 de outubro de 2005.

Senhor Senador:

Em anexo, encaminhamos a V. Ex^a, Moção de Apoio sobre a instituição do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Atenciosamente.

Ao Exmo. Senhor
Senador Paulo Paim
Senado Federal
BRASÍLIA/DF


Luiz Augusto Gemelli
Diretor-Presidente

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Educação
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL
FADERS

MOÇÃO DE APOIO

ao Projeto de Lei nº 6/2003 do Senado, do Senador Paulo Paim, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Divisão de Atenção ao Portador de Necessidades Especiais DAPNE, ligada a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Passo Fundo – RS, juntamente com as demais instituições que compõem a rede de atendimento ao Portador de Deficiência: FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD's e PPAH's no RS, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAS – Associação de Pais e Amigos do Surdo, APAGE – Associação Passofundense de Cegos, ACD – Associação Cristã de Deficientes Físicos, AUMA – Associação dos Amigos da Criança Autista, Escola Municipal de Autistas Olga Caetano Dias e ASPF – Associação de Surdos de Passo Fundo, vem apresentar MOÇÃO de apoio ao Projeto de Lei nº 6/2003 do Senado, do Senador Paulo Paim, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

JUSTIFICATIVA

O número expressivo de Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil apontam para a necessidade de atenção a esta significativa parcela da população que, devido às situações limitadoras impostas pela própria deficiência, somada à vulnerabilização sócio-econômica que atinge a maioria deste segmento social, requer mecanismos protetivos que lhe garanta equiparação de oportunidades e o acesso aos direitos na condição de cidadãos. Neste sentido, a 47ª Plenária Estadual do Fórum Permanente da Política Pública Estadual para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades no RS, realizada em Passo Fundo no dia 27 de setembro de 2005, propõe a MOÇÃO de apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 6/2003, do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, para que se constitua em instrumento de garantia de direitos, de forma a transformá-los em realidade,

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Educação
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL.
FADERS

contribuindo assim para a edificação de uma sociedade mais justa, através de dispositivos legais de proteção e amparo, e, também, pela consciência social de respeito às diferenças, condição essencial para uma sociedade democrática.

Pela Coordenação Paritária do Fórum Permanente da Política Pública Estadual
para PPD's e PPAH's

Rua Duque de Caxias, 418
Cep: 90010-280 – Porto Alegre
www.faders.rs.gov.br

Fone: (51) 32282112
Fone/Fax: (51) 32285876
faders@via-rs.net

Brasília, 07 de novembro de 2005.

Senhor Diretor-Presidente,

É com grande satisfação que registro o recebimento do Ofício 290/2005 dessa Secretaria.

Agradeço sensibilizado a Moção de Apoio em relação ao projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa Com Deficiência.

O projeto de minha autoria, que visa instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentado no Congresso Nacional está, neste momento, com o Deputado Celso Russomano na Câmara e com o Senador Flávio Arns no Senado, que deverá apresentar seu substitutivo.

Estou empenhando cobrando rapidez para que o projeto seja apreciado e votado e transforme-se logo em lei. Tenho certeza que o substitutivo final a ser aprovado trará avanços históricos para as pessoas com deficiência.

Farei pronunciamento em plenário por considerar fundamental o apoio contido nesta mensagem.

Atenciosamente, com as minhas cordiais saudações,

PAULO PAIM
Senador- PT/RS

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, nos termos do art. 14, inciso II, do Regimento Interno, por até sete minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar como Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a está inscrito, Senador Sibá.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, referindo-se às Constituições contemporâneas, que chamou de meramente “nominais”, o professor e cientista italiano Giovanni Sartori, da Universidade de Florença, diz que “seu ponto delicado não diz respeito à circunstância de algumas de suas disposições caírem em desuso, devido a seu anacronismo, senão àqueles normas que nunca são postas em vigor, por falta de vontade ou pela inércia dos poderes legislativo ou executivo”. Ele se refere às Constituições de pós-guerra, que, no seu severo julgamento, “em geral são más Constituições, tecnicamente falando. Encontram-se nelas deslumbrantes profissões de fé por um lado e um excesso de detalhes supérfluos por outro”. E completa o seu pensamento afirmando que “algumas delas são já tão democráticas, que já não são Constituições”.

Utilizei-me dessa dura condenação para aludir ao que se passa entre nós com o sistema telefônico, algo que em breve será anacrônico pela vertiginosa velocidade do desenvolvimento tecnológico nessa área. No Regime Militar, foi criado o Fundo Nacional de Telecomunicações, uma sobretaxa de 30% paga pelos usuários sobre o valor de todos os serviços de telecomunicações e recolhida por mais de vinte anos a partir de 1967. Foram bilhões de cruzeiros, cruzados, cruzados novos e novamente cruzeiros recolhidos às arcas sem fundo do Tesouro Nacional. Embora tais recursos deveriam ser aplicados na infra-estrutura de telecomunicações, terminaram consumidos no buraco chamado entre nós de déficit público. Trata-se, como denominou o professor Sartori, de uma “daquelas normas que nunca são postas em vigor, pela falta de vontade ou pela inércia dos poderes legislativo ou executivo”.

A falta de imaginação de um lado e a inoperância de outro levaram o País a reeditar esse mesmo instrumento, mudando apenas o nome. Em vez de Fundo Nacional de Telecomunicações, a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, criou o seu êmulo, o Fundo de Universalização das Telecomunicações, o Fust. Ele é constituído, entre outros recursos, pela contribuição

de 1% sobre as receitas brutas das operadoras de telecomunicações e canaliza anualmente, segundo informa artigo do consultor Etevaldo Siqueira, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de outubro, cerca de R\$800 milhões anualmente às mesmas arcas do Tesouro por onde sumiu o Fundo Nacional de Telecomunicações. Segundo esse mesmo especialista, cujos comentários me despertaram para o assunto, os recursos acumulados nesses cinco anos somaram R\$4 bilhões. O consultor lembra que “o Fust nunca foi aplicado em suas finalidades legais”, para logo em seguida lembrar:

E dificilmente o será, embora ministros e dirigentes de empresas concessionárias anunciem, com muita freqüência, a possibilidade de recorrer aos seus recursos para levar telefones às áreas mais pobres e às famílias mais carentes do País, ou para implementar projetos de alto interesse social, visando à democratização do acesso à Internet, à informatização do ensino ou da saúde.

Reproduzo ainda as palavras do mesmo autor:

Puro sonho ou ilusão. Até porque, segundo a opinião de especialistas do próprio Ministério da Fazenda, o fundo não é cumulativo e tudo que não foi empenhado ou utilizado dentro dos exercícios anteriores caiu em exercício findo. Logo, não existem os R\$4 bilhões recolhidos pelas operadoras de telecomunicações nos últimos cinco anos.

Também é do mesmo consultor a conclusão de que “o Fust parece ter sido criado para que ninguém possa utilizá-lo, tal o emaranhado de exigências burocráticas que impõe para liberar seus recursos”. Pior ainda – acrescenta ele –, “há juristas que o consideram inconstitucional já que ele deveria ser destinado exclusivamente para a universalização da telefonia, como indica a Lei Geral de Telecomunicações, a de nº 9.472, com o objetivo central de levar a telefonia a áreas pobres e a populações de baixa renda. O Congresso, no entanto, conclui o articulista, incorporou à lei que criou o Fust dezenas de emendas, desfigurando o fundo de tal forma, que ele hoje contempla mais de uma dúzia de serviços”. Para ser mais preciso, o artigo lista os treze objetivos definidos pela lei em que devem ser aplicados os recursos que, tal como os do Fundo Nacional de Telecomunicações, parecem não mais existir, para a alegria de todos os ministros da Fazenda.

Sr. Presidente, parece que cabe razão ao Prof. Sartori. Mais do que isso, os exemplos servem para comprovar que os métodos singulares da democracia

brasileira são exatamente os utilizados pelas ditaduras sob as quais vivemos e das quais já nos libertamos. Afinal, que diferença existe entre os governos militares, que criaram o fundo para prover a expansão da telecomunicação e o utilizaram para amenizar as agruras do nosso déficit público, e os governos democráticos que estão se valendo do mesmo expediente com o mesmo fim?

O panorama que tínhamos antes da privatização era caracterizado pelo fato de que a oferta de telefones fixos não atendia à demanda porque as tarifas dos telefones fixos eram muito baratas, e isso tornava os ágios inacessíveis à maioria da população. Hoje sobram treze milhões de linhas de telefones fixos, e a maior parte da população continua sem acesso a eles, porque suas altas tarifas não cabem no bolso dos que deles necessitam. Tenho observado que nosso eminente colega, o Ministro Hélio Costa, tem se esforçado e tem anunciado medidas tendentes a instituir a tarifa reduzida para a população de menor poder aquisitivo, que é a maioria do nosso povo. Mas também é verdade, como ele mesmo já admitiu, que se trata de um diálogo difícil o que ele trava com as concessionárias, razão por que parece cada vez mais distante a luz que todos esperam ver no final do túnel. O túnel das telecomunicações no Brasil, contudo, parece ser como o buraco do déficit público – um não tem fim, o outro não tem fundo.

A razão que despertou meu interesse para o assunto não é só a circunstância de representar um Estado cheio de carências, com uma população de baixo poder aquisitivo em razão da baixa renda **per capita**. É, também, o fracasso das tentativas de se promover a inclusão digital no País, assunto tão desolador quanto o do Fust, mas ao qual voltarei em breve para não ultrapassar o tempo de que dispomos nesta fase de nossas sessões nem abusar da paciência de V. Ex^{as} e da tolerância da Presidência.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por até quinze minutos; a seguir, ao Senador Sibá Machado, que falará como Líder; e, logo após S. Ex^a, ao Senador Osmar Dias por cessão do Senador Valdir Raupp.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei todos os comentários a respeito desse episódio da surra no Presidente Lula, até, descontextualizando, o que não era, na verdade, a minha intenção. A minha intenção era – e é – contra quem quer que seja, contra qualquer um, incluindo o Presidente Lula, proteger, a qualquer preço, a qualquer custo, a integridade da minha família.

Muito bem! Mas não sou o tipo de Parlamentar ou de homem público que fica em Redação de jornal pedindo para alterar nota ou que fica na Taquigrafia pedindo para mexerem no que eu disse. Nada disso. O que eu disse está dito. Aceito as críticas, como democrata que sou. Só quero chamar a atenção da imprensa para um fato: a raiz disso tudo, que foi a ameaça aos meus filhos, não apareceu em charge nenhuma. Na verdade, tratava-se de um agredido contra agressores, e, em relação ao fato de os meus filhos terem sido ameaçados, nenhuma importância! Parece até que eles podiam estar ali, entre os chacinados de Virgário Geral, enfim. Portanto, não me arrependo nem um pouquinho.

Tenho, aqui, uma carta do ilustre Diretor de Redação da revista **Época**, Aluizio Falcão Filho, que diz coisas muito boas:

Entende-se até o motivo do Senador Arthur Virgílio, que acusa até agora sem provas [quero discutir isso] – o Governo Federal de grampeá-lo e constranger sua família. Acusações graves que merecem ser investigadas e apuradas. E, caso seja provado o envolvimento do governo neste e nos demais grampos levantados por outros parlamentares, a punição deve ser exemplar. Só para lembrar: no cerne da queda do governo de Richard Nixon, estava a invasão do escritório do Partido Democrata no Edifício Watergate, mas foram os grampos encomendados pelo então Presidente americano que colocaram mais molho no processo de **impeachment**.

Tenho, aqui, alguns reparos a fazer: mais do que os grampos, foi o encobrimento, foi mais aquela seqüência de mentiras em que se envolveu o Presidente Nixon.

Não pude apresentar provas, Sr. Presidente. Se eu as tivesse, eu já teria falado com essas pessoas no

tom que eu disse que ia fazer. Aliás, fiz isso num determinado dia, 24 horas depois, no dia 31. No dia 1º, o Senador Suplicy pede ao Ministro Thomaz Bastos que me ligue. O Ministro me liga e me diz que retornaria a ligação à noite com as respostas. Não retornou. Apareceu um Diretor da Força Sindical, Sr. Carlos Lacerda, dizendo que a responsabilidade do episódio seria do Sr. Wagner Caetano, que trabalha no 4º andar do Palácio do Planalto, sala 20, telefone tal, e-mail tal. Não quero acusar o Sr. Wagner Caetano. Não o conheço e não posso acusá-lo, mas o Ministro não voltou com a resposta para mim, nem me deu oportunidade de falar com ele sobre o nome do Sr. Wagner Caetano.

O fato é que não posso apresentar provas quaisquer. Apresentei a denúncia, com testemunhas, de que a minha família estava ameaçada. Caberia ao Ministro ter tomado as providências; a ele, sim, depois de ter prometido, jurado, que não havia dedo federal nisso. Eu lhe disse: “Márcio, pelo amor de Deus, me jure que não há dedo federal nisso!” Ele disse: “Arthur, pode ficar tranqüilo que não há dedo federal nisso”. Depois, ele não me procura mais.

Passou o tempo. No mesmo dia, depois de me desiludir com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, eu liguei, pessoalmente, para o Sr. Wagner Caetano. Disse a S. Sª o seguinte: “Sr. Wagner, o senhor é acusado de algo muito grave: de bisbilhotar a minha vida pessoal e de ameaçar a minha família”. Ele disse: “Eu acho que há um engano”. Eu lhe disse: “O senhor acha ou o senhor tem certeza de que há um engano? Porque eu saberia, com certeza, se fiz ou se não fiz alguma coisa”. Ele disse: “Não, Senador, tenho certeza de que há um engano”.

Ele disse que não era assim, que ele era uma pessoa que trabalhava. Ele é Secretário de Pesquisas e Estudos Político-Institucionais da Secretaria-Geral da Presidência da República. Liguei, então, para o meu ex-Colega de Câmara, Luiz Dulci, que, tampouco, me retornou a ligação. E o Sr. Caetano se disse disposto a falar comigo pessoalmente. Eu lhe disse, então: “Não tenha a menor ilusão de que o senhor vai falar comigo pessoalmente”.

Aliás, se o Ministro Márcio não me der uma resposta sobre isso hoje, ele vai falar comigo hoje, porque vou ao Palácio, daqui a pouco, e vou à sala do Sr. Caetano, olhar nos olhos dele. Vou sair daqui, a pé, e vou olhar nos olhos dele, lá, para saber. E, se eu tiver a convicção de que ele é uma pessoa séria, vou voltar aqui e dizer que conversei com uma pessoa séria.

Hoje, liga-me o Sr. Thomaz Bastos. Eu não estava em casa. Quando ligo de volta, já estava ele no salão – espero que não seja em um salão de dança e, sim, salão de alguma solenidade. Enfim, o fato é que, de-

pois, não consegui, de novo, falar com o Ministro Márcio Thomaz Bastos. É uma pessoa muito rápida quando se trata de me procurar para amenizar as minhas críticas ao Governo Lula, mas não foi nada rápido, nem nada correto, quando se tratava de oferecer aquilo que é obrigação de um governo, a proteção à família de um Líder de Oposição, que tem o direito e o dever de fazer Oposição no tom que julgue necessário.

Diz, aqui, ainda, o Aluizio Falcão Filho, Sr. Presidente: “Se os parlamentares tiverem razão, e o governo for responsável por essa arapongagem desenfreada, estaríamos vivendo num estado policial, no qual as liberdades mínimas são desrespeitadas”.

Muito bem, Sr. Aluizio Falcão!

Continua o jornalista – e eu queria dizer-lhe que, nesse ponto, ele não está correto: “Por outro lado, se o Senador Virgílio e os colegas estiverem errados [...]” Primeiro, foram casos diferentes: a Senadora Heloísa falou de grampo, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto falou de grampo, o Senador Delcídio já havia falado de grampo, o Sr. Serraglio falou de grampo, o Sr. Izar falou de grampo. Eu não falei de grampo! Eu não disse que alguém havia grampeado o meu telefone; eu disse que sicários estavam em Manaus, bisbilhotando a minha vida e ameaçando a minha família. E disse – isto eu falei para o Sr. Wagner Caetano – que o Diretor Nacional da Força Sindical, Sr. Carlos Lacerda, o acusava frontalmente de ser o responsável pelas ameaças.

Não falei em grampo. Quero apenas separar as coisas, porque diz ele: “[...] teremos dois problemas – se eu não provar, dois problemas. Se eu não provar que a minha família foi ameaçada, ou seja, se essas pessoas, que tiveram mais do que tempo, sumirem no mapa e se já estiverem, lá, na Patagônia; se essas pessoas não aparecerem, segundo o Aluizio Falcão Filho, sou leviano, porque, “no exterior, salvo raríssimas exceções, um parlamentar só vem a público acusar o Poder Executivo munido de dossiês e provas”.

É o que eu procuro fazer, como Parlamentar, e V. Exª, mais do que ninguém, é testemunha do comportamento que tenho nesta Casa.

Continua o Sr. Aluizio Falcão: “Aqui, não. Fala-se o que quer, mesmo que não se prove mais tarde”.

Não sei se o Sr. Aluizio Falcão tem filhos. Deve ter. Eu o admiro muito, ele me trata com muito respeito, como uma das vozes mais fortes do Senado.

Eu, mais do que nunca, me constranjo, porque não sou de reclamar de imprensa. Desde 1978 que estou na vida pública, Sr. Presidente, e nunca liguei para uma Redação para reclamar de uma notinha, nem quando eu era o poderoso Ministro político, Ministro-Chefe da

Secretaria-Geral da Presidência da República do Governo Fernando Henrique.

Das **charges** boas, rio delas; das charges ruins, rio delas. Sou um democrata mesmo. Estou apenas dizendo que não tenho de provar nada! Quem teria de ter investigado é quem não o fez. Alguém teria de ter tomado conta desse caso.

Não quero nenhuma babá da Polícia Federal atrás da minha família, não. Não preciso de babá. Meus filhos já não usam fralda faz tempo! Quero a prisão dos bandidos que ameaçaram a minha família e quero saber, sem nenhuma acusação prévia a ele, se o Sr. Wagner Caetano é ou não é o engenheiro disso tudo.

A situação está posta da seguinte forma: o Ministro Thomaz Bastos me liga, eu não estou – ele deve dar graças a Deus por eu não estar –; depois disso, ele desaparece no mundo e fica o tempo todo em reunião com o Presidente. Ele fica tanto em reunião com o Presidente que isso depõe contra ele. Parece que o Presidente não tem o que fazer, que é um desocupado e que passa o tempo todo conversando ou jogando biriba com o Sr. Márcio Thomaz Bastos. Fui Ministro da Casa e ficava vinte minutos, quinze minutos, meia hora, no máximo, com o Presidente. Não dava para ficar três ou quatro horas, porque o Presidente tem mais o que fazer.

Digo: se ele não tomar nenhuma providência, daqui a pouco – vou pedir inscrição, Sr. Presidente, como orador, e não abordarei mais este assunto; quero comunicar isto à Casa com muita tranquilidade –, vou atravessar a rua e vou para o Palácio do Planalto. Vou à sala do Sr. Wagner Caetano falar com ele. Eu. Vou olhar nos olhos dele e fazer o que sei fazer: olhar.

Outra coisa que eu queria dizer é que, nesse festival todo, pratico esporte, sim. Faço Jiu-Jitsu, como V. Ex^a fez. Eu o faço desde criança. É um esporte. Nunca joguei futebol, nunca fui bom jogador de basquete. E qual é o problema em se fazer Jiu-Jitsu? Já usei o esporte para ameaçar alguém nesta Casa? Já usei isso para agredir alguém? Qual é o serventário desta Casa que, alguma vez, me viu entrar no elevador sem cumprimentar a pessoa? Quem é que pode dizer de mim que eu tivesse feito um gesto covarde na minha vida?

Querem ligar o fato de eu fazer jiu-jitsu ao fato de eu dizer que defendo a minha família até a última instância. Se eu fosse jogador de golfe, eu não teria brio. Se eu fosse jogador de xadrez, eu não teria brio. Se eu fosse jogador de basquete, eu não teria brio. Se eu fosse jogador de tênis de mesa, eu não teria brio. Ou seja, eu só defendo a minha família, Senadora Heloísa Helena, porque eu faço jiu-jitsu. Ou seja, ela não faz nada, outros não fazem nada, e eu acredito

que todos aqui são tão corajosos quanto eu procuro ser. Alguns mais!

Nunca, na minha relação com meus colegas, eu trouxe o esporte que pratico, para meu deleite, como arma de intimidação até porque não me considero primário intelectualmente e até porque esta não é Casa para ser transformada em ringue de força física. De jeito algum!

Sou veemente porque sou. Sou veemente como veemente era Rui Barbosa. Sou veemente como veemente era Fulano de Tal. Sou veemente como veemente é o Senador Sibá Machado. Sou veemente como veemente é a franzina e doce Senadora Heloísa Helena. Sou veemente, Sr. Presidente. É o meu direito de ser! Não tem nada a ver com o esporte que pratico, que é um esporte saudável, que não incita ninguém à violência. Ou seja, vi-me alvo de uma seqüência de preconceitos.

Do meu gesto não retiro uma só letra, Sr. Presidente. Uma só letra! Eu não perdoaria alguém que eu soubesse mandante ou executante de algo que fizesse mal aos meus filhos.

Olhe que eu vim para cá e amigos meus ponderados... A coisa mais chata é amigo ponderado, aquele que diz: “Não fala mais nisso. Já apanhou demais” Não! Eu falo, sim. Estou falando de novo. Falo amanhã, depois de amanhã. Como já vi que não haverá recesso, vou falar durante o recesso. Vou falar a vida toda porque, primeiro, fui vítima de um preconceito. Tenho direito de fazer um esporte e tenho orgulho dele. Fui competidor nesse esporte. Ele não me fez violento. Ao contrário, ele me moderou, me ensinou a respeitar as pessoas mais fracas, ensinou-me a ser bastante humilde com os humildes. Eu, às vezes, procuro ser, como ensinava Daniel Krieger, que nunca fez jiu-jitsu, arrogante com os poderosos, mas, com os humildes, eu sempre fui muito humilde, o tempo inteiro humilde.

Então, fui vítima de preconceito, sim, Sr. Presidente.

Por outro lado, quero que vá para os Anais este belo artigo do Aluizio Falcão Filho, com esses senões que eu fiz. Eu não reclamei de grampo e, sinceramente, meu caro jornalista Aluizio Falcão Filho, eu não tenho de provar nada. O Governo é que tinha de tomar atitude e não tomou, o que me cheira duas coisas: ou uma brutal incompetência, junto com falta de respeito pela integridade da minha família, ou a conivência, no que não quero crer.

De qualquer maneira, vou hoje tirar dúvida. O Ministro não providencia, e eu vou atravessar a sala – como Parlamentar, não como lutador de jiu-jitsu –, vou atravessar a rua e falar com o Sr. Wagner Caetano.

Eu acredito que o oftalmologista pode ser corajoso. Acredito que o doente, em seu leito, morrendo, pode ser corajoso. Acredito que não dá para imaginar que é força física, porque, senão, seria o peso-pesado de todos os pesos e do vale-tudo que dirigiria o Brasil. Não é assim.

Eu não queria que confundissem o meu esporte. Fui chamado de casca-grossa, de... Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus! Eu só peço que não esqueçam de uma coisa simples. Eu falo para quem é pai. Quem não é pai não sabe o que é ser pai; quem não é pai não sabe o que é. Não adianta. É tão difícil. Se o homem ou a mulher mais inteligente do mundo não é pai ou não é mãe – sobretudo mãe, porque mãe deve ser mais ainda –, não sabe o que se sente. Eu realmente saio do sério se algo de ruim acontecer, por qualquer razão, com um filho meu. Saio do sério mesmo.

Isso se aplica a todo mundo. Volto a dizer que não faço distinção aí. Aí, eu partiria para reagir contra o mais poderoso homem da Terra e aí – eu seria obrigado a fazer até o que eu não gosto –, até contra o mais humilde homem da Terra também.

Portanto, Sr. Presidente, fiz isso em tom de desabafo, mas denunciando que os dias estão se passando e não percebo nenhum gesto do Ministério da Justiça no sentido de mandar apurar o fato. A meu ver, se são pessoas de fora, já saíram de Manaus. Se são pessoas de fora, já não estão mais lá. Então, daqui a pouco, fica o dito pelo não dito. Talvez até parem com a palhaçada de investigar minha vida, parem com essa patacoada de investigar minha vida. Seria até bom que investigassem, não minha vida particular, mas minha vida pública e a mostrassem ao Delúbio, para que aprenda a ser decente comigo. Talvez valesse. Então, talvez fosse algo bom, mas esta sociedade democrática não permite arapongagem, não permite o grampo ilegal, não permite o desrespeito aos direitos da pessoa humana. E V. Ex^a, Sr. Presidente, que é uma das figuras a quem mais quero bem nesta Casa, sabe que, durante oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, havia briga ideológica, havia acusação de aqui e de acolá, mas desafio que me mostrem um opositor que tenha sido ameaçado por S. Ex^a, um só; que tenha havido um só gesto por meio do qual alguém foi cerceado pelo que disse da tribuna, um só gesto de intimidação a um opositor, um só gesto que significasse dizer: “Olha, está exagerando e, portanto, se você exagerar, lá virá sua família”.

Em primeiro lugar, comigo não funciona assim. Eu não sou de exagerar mesmo. Estou aqui para trabalhar como Senador responsável e respeitável deste País, pelo Estado do Amazonas. Não vou misturar lici-

tações, não vou barrar uma matéria meritória porque houve isso tudo.

V. Ex^a me conhece, Senador Tião Viana, mais do que muitos aqui na Casa. Portanto, digo a V. Ex^a que estou de novo indignado. Daquele dia para cá, não mudou coisa alguma. Podem transformar tudo em charge. Não há problema nenhum. Não há nenhum problema. Continuo dizendo que quem ousar fazer mal a um filho meu não é nem só uma pessoa má, mas uma pessoa louca, porque está avisada. E, se ainda assim faz, é porque é louca, porque não bate bem da cabeça. Estou pronto para repetir tudo que disse aqui. Cheguei a ver alguém do Distrito Federal, dizendo que deviam abrir um processo contra mim, contra a Senadora, contra o Deputado ACM Neto na Comissão de Ética. Estou pronto; estou pronto. Neste País de mensaleiros, neste País de políticos corruptos, neste País de gente que não tem coragem de defender com decência o seu povo, quero ver essa piada de salão que alguém me mandar... Estou aqui desafiando: que façam mesmo. Talvez neste País quem mereça ser punido é quem não é mensaleiro. Talvez, neste País, quem mereça ser punido é quem tem a hombridade de dizer abertamente as coisas que digo. Talvez seja assim.

Então, é uma sugestão do PT do DF, que o Sr. Berezini, tresloucado como é, devia ter coragem de aceitar e representar contra mim aqui, representar contra mim. Deveria absolver o Sr. Silvinho, nomeá-lo Ministro da Fazenda e me punir no Conselho de Ética, porque digo e repito: ninguém, impunemente agride meus filhos; ninguém impunemente ameaça a minha família e eu não aceito tentativa de intimidação ao meu dever e ao meu direito de Líder de um Partido de Oposição.

Estou aqui para, goste o Presidente Lula ou não, vigiar o Presidente Lula.

Quando o Serra perdeu a eleição, eu não fui me pendurar em cargo de Petrobras, não. Não fui aderir, não. Quando voto com o Governo, voto para ajudar o Governo. E, nesse momento, eu livro o Governo dos seus mensalistas. Quando voto com o Governo, eu voto porque acredito que aquilo é uma proposta boa. Fiz aquilo que era o correto, era o republicano, era o democrático, era o anglo-saxônico. Quando perdi eleição, fui fiscalizar o vitorioso, Sr. Presidente, era o meu dever. Quando eu ganho, governo; quando perco, fiscalizo. Não fiz nada errado. A minha tribuna é inviolável e ilimitada. Aqui eu posso exagerar e tenho e já tive momentos assim, e depois pedi desculpas à pessoa por imaginar que tinha exagerado.

Agora, imaginar alguém que vi com o meu coração pulsando, vou calar a boca? Pelo amor de Deus! Haja charge, haja o que for, porque não vou, porque não vou e porque não vou. Está tudo repetido, tudo

que eu disse está valendo e mais ainda, Sr. Presidente, quero só que não esqueçam esse pormenor insignificante para uns, de que tudo começou com a ameaça a meus filhos, sem nenhuma importância, apenas meus filhos. Importante é passar a imagem de casca grossa, de truculento. Apenas meus filhos. Que significado têm meus filhos a não ser para mim? Para mim, tem todo e por eles eu vou além das últimas, das últimas, das ultimíssimas conseqüências.

Estou estranhando o caráter de um Governo que, de lá para cá, não providenciou nada, e o Ministro está

com esse jogo de esconde-esconde comigo. Não ligo mais para o Ministro Thomaz Bastos. Ele me ligou hoje e eu liguei de novo para ele. Daqui para frente, ou ele liga ou eu não ligo e, se ele não conhece o Wagner, eu daqui a pouco vou conhecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Uma "surra" em Lula

Se as coisas continuarem como estão, o Brasil corre o risco de ser caricaturado no exterior como uma república de bananas. Tome-se como exemplo o discurso do senador Arthur Virgílio, uma das vozes mais fortes da oposição. Na semana passada, o senador disse que iria "dar uma surra no presidente". Foi apoiado por mais dois parlamentares, o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e a senadora Heloísa Helena. Os dois também querem sentar o sarrafo em Luiz Inácio Lula da Silva.

Entende-se até o motivo do senador Virgílio, que acusa - até agora sem provas - o governo federal de grampeá-lo e constranger sua família. Acusações graves, que merecem ser investigadas e apuradas. E, caso seja provado o envolvimento do governo neste e nos demais grampos levantados por outros parlamentares, a punição deve ser exemplar. Só para lembrar: no cerne da queda do governo de Richard Nixon estava a invasão do escritório do Partido Democrata no edifício Watergate, mas foram os grampos encomendados pelo então presidente americano que colocaram mais molho no processo de impeachment.

Se os parlamentares tiverem razão e o governo for responsável por essa arapongagem desenfreada, estaríamos vivendo num estado policial, no qual as liberdades mínimas são desrespeitadas. Por outro lado, se o senador Virgílio e cole-

ARAPONGAS FORA DE CONTROLE?

Se os parlamentares tiverem razão e Lula for responsável pelos grampos, estaríamos vivendo num estado policial. Por outro lado, se o senador Virgílio estiver errado, houve leviandade nas acusações

gas estiverem errados, teremos dois problemas.

O primeiro é a leviandade. No exterior, salvo raríssimas exceções, um parlamentar somente vem a público acusar o Poder Executivo munido de dossiês e provas. Aqui, não. Fala-se o que quer, mesmo que não se prove mais tarde. O segundo problema é que o decoro parlamentar foi para o espaço a partir do momento em que alguns congressistas falam em "dar uma surra" no mandatário da nação. Diante de tamanha "matunidade", qual será a próxima "ameaça"? "Te pego na saída"?

É preciso respeitar a figura do presidente da República. Nesse quesito, o falecido engenheiro Leonel Brizola tirava dez com louvor. Respeitava como poucos a figura do general João Figueiredo e a do ex-presidente Fernando Collor, para ficar em dois nomes que poderiam ser sua antítese política. Curiosamente, Brizola não tinha a mesma reverência em

relação a quem chamou uma vez de "sapo barbudo".

Talvez Brizola fosse econômico em deferências a Lula pelo mesmo motivo que gera o desrespeito dos parlamentares: a própria conduta do presidente, que em muitos momentos faz questão de exagerar na informalidade e expõe sua figura em situações constrangedoras e vexatórias.

ALUIZIO FALCÃO FILHO, DIRETOR DE REDAÇÃO

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, a Mesa registrará nos Anais do Senado o artigo citado por V. Ex^a, com as devidas considerações.

A Mesa entende que se trata de um fato grave. Eu, pessoalmente, ligarei agora para o Ministro Márcio Thomaz Bastos a fim de expor as manifestações de V. Ex^a, e ao Presidente Renan Calheiros, entendendo claramente que a violação dos direitos individuais de um Senador da República é uma violação ao Senado Federal. Mais ainda, que a ameaça à integridade de um Senador da República é uma ameaça à integridade da instituição Senado Federal.

Portanto, adotarei as providências possíveis que o momento requer e expresso solidariedade a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pelo art. 14.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fato, eu não voltaria mais a este assunto, que foi tratado pela imprensa de uma forma absolutamente vulgar. Tenho apenas uma correção a fazer na fala do Senador Arthur Virgílio: não tenho problema algum em ser grampeada. Nenhum! Quando fiz aqui o meu protesto, eu o fiz referindo-me aos meus filhos, o que não é novidade. Há dois meses, falei desta tribuna. E nada foi feito, Senador Tião Viana. Há dois meses, falei desta tribuna. Há dois meses, o Senador Romeu Tuma encaminhou, como Corregedor, um documento para a Polícia Federal, e não deu em absolutamente nada. Então, eu já disse várias vezes que as bocas putrefatas, pusilânimes, acovardadas que quiserem fazer grampo, façam 300 vezes. Se é bom... Porque tem gente que tem problemas ideológicos, problemas políticos, problemas sexuais e vivem grampeando os telefones alheios para, de alguma forma, se satisfazer. Não tem problema algum comigo! Só é ruim quando passam a ligar para as nossas famílias, dizendo que vão arrancar a língua, arrancar os olhos, esquarterar e pôr o corpo na porta do Congresso. Só isso! Então, é só deixar os filhos em paz. Deixar a família em paz. Somente isso!

Quando falei várias vezes – digo e repito – que viro onça... Nem vou falar em dar surra, porque ninguém encontra esse rapaz Presidente da República, que vive vagabundeando pelo mundo todo. O problema não é esse. Eu já disse várias vezes que, se uma pessoa pobre tocar num filho meu, vai ter toda a paciência do mundo. Se uma pessoa pobre, por uma coisa da vida, tirar a vida de um filho meu, eu vou cuidar dos filhos dessa pessoa pobre, para que uma mãe não tenha, no

futuro, a dor que um dia – queira Deus! – eu não venha a ter. Agora, se for uma pessoa rica – pode ser Senador, Deputado, Presidente, empresário, banqueiro –, está frita comigo, está absolutamente frita. Então, é só isso. Não tem problema. Se quer continuar grampeando, grampeie; se tem problemas ideológicos, políticos, programáticos, sexuais, pessoais, não tem problema algum, pode continuar grampeando, pode continuar ligando para mim. Não tem problema. Agora, tire as patas da minha família. Somente isso. Porque ficar dizendo que sabe o horário que meu irmão sai do plantão, que meu filho sai da escola, isso é uma canalhice! Isso é uma canalhice sem precedente! Aí a gente tem que agüentar, depois, o que sai na imprensa. É por isso que o Senador Arthur Virgílio deixou aqui um artigo.

Quero ler o artigo de Carlos Heitor Cony, que saiu ontem na **Folha de S. Paulo**. Diz ele:

A corrupção na vida pública nacional, por si só lamentável e merecedora de punição, está gerando um tipo de degradação da qual nem todos escapam, inocentes e culpados, que começam a se engolfar em episódios periféricos, que revelam não apenas a degradação, mas a fadiga de tudo e de todos.

Ameaçar o Presidente da República de surra, como fizeram, na semana passada, dois congressistas da oposição, que se destacaram na investigação das diversas irregularidades do PT e do próprio governo, foram destemperos emocionais, não contribuíram para o processo democrático que exige serenidade, sobretudo da parte daqueles que estão do lado certo.

Contudo, mais uma vez, a responsabilidade, ou melhor, a culpa pelos desabafos dos dois líderes da oposição, cabe ao próprio governo, não pelo grau da corrupção que pesa sobre ele, mas pelo gênero da nova violação da lei que o governo promove.

Todos sabemos que milhares de cidadãos brasileiros, banqueiros, empresários, autoridades religiosas, jornalistas, escritores, mas, sobretudo políticos e, mais sobretudo ainda, congressistas, são monitorados há muito, alguns deles de forma oficiosa pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência), outros, talvez a maioria, pelos laranjas e alcagüetes terceirizados que adquiriram **know-how** no extinto SNI.

É comum o porteiro de um edifício ser abordado por um estranho que lhe pergunta se a mulher do apartamento tal sai todas as noites sozinha, se, na ausência do marido, recebe amantes em casa, se os filhos do mo-

rador do terceiro andar promovem embalos e, drogados, urinam na caixa d'água do prédio. Superada a fase das investigações, vem a fase das ameaças, que vão do seqüestro ao estupro e à morte, como no caso de Santo André.

Enquanto o governo não acabar com este tipo de "Inteligência", lamenta-se, mas não se pode condenar aqueles que pretendem reagir na base da surra.

Assim sendo, Sr. Presidente, peço que seja incorporado o artigo do jornalista Carlos Heitor Cony ao meu pronunciamento e volto a repetir: para mim, não tem

problema algum. Podem monitorar, grampear, fiscalizar, seguir. Não tem problema. A única coisa que solicito encarecidamente às bocas putrefatas e pusilânimes é que tirem as patas da minha família. Somente isso. Podem continuar grampeando. Resolvam seus problemas ideológicos, sexuais, pessoais com grampo, com telefonema anônimo, não tem problema. Agora, deixem os meus filhos e a minha família em paz.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA HELOÍSA HELENA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

... não estaria o poder público combatendo apenas os efeitos, deixando as causas de lado? E o cidadão pacato que deseja apenas beber uma cerveja num desses locais, perderia esse direito elementar? Sancionar distinções desse tipo entre cidadãos feria o princípio básico de que todos são iguais perante a lei.

Há, porém, outras maneiras de enfrentar o problema. A primeira delas seria a prefeitura cumprir as normas legais, o que a levaria a fechar bares que não possuem alvará e impor os horários previstos pela legislação que protege os moradores da cidade do ruído causado por esses estabelecimentos. Nada disso é feito, sob alegação de que o poder municipal não dispõe de meios suficientes.

Outro caminho, nos bairros em que os índices de criminalidade são elevados, é criar, como já se fez, um ambiente favorável à mudança voluntária de horários. Um processo de conscientização e debate com a comunidade pode fazer com que os comerciantes —mesmo aqueles que se encontram em situação regular— se sentissem estimulados a cooperar.

Outro aspecto a ser contemplado é a implementação de ações que complementem a simples restrição ao consumo de álcool em bares. Nos locais onde a "lei seca" surtiu bons efeitos, ela foi associada a investimentos em segurança pública, principalmente na polícia comunitária, a programas de geração de renda e a campanhas de desarmamento.

dois, que é feio, "mas todo mundo faz". A descoberta de cerca de R\$ 10 milhões do BB voando sobre as empresas de Marcos Valério pode jogar por terra as duas linhas de defesa.

A oposição bate na tecla de que a história é verdadeira, com o governo, o PT e Valério esforçando-se para desmenti-la. Enquanto isso... as investigações avançam sobre outras estatais, como a Petrobras.

além de um gesto diplomático significativo. Afinal, Bush já mandou ao Brasil as estrelas de sua equipe. E não é todo dia que o presidente da maior potência sai viajando por aí.

Bem, a visita acaba hoje mesmo. E amanhã tem mais: mais CPI, mais denúncia, mais pedido de cassação. A vida de Lula não está fácil, apesar do ânimo dele para 2006.

@ -> allan@uol.com.br

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CARLOS HEITOR CONY

A hora das surras

Sen Helelona

RIO DE JANEIRO - A corrupção na vida pública nacional, por si só lamentável e merecedora de punição, está gerando um tipo de degradação da qual nem todos escapam, inocentes e culpados, que começam a se engolfar em episódios periféricos, que revelam não apenas a degradação mas a fadiga de tudo e de todos.

Ameaçar o presidente da República de surra, como fizeram na semana passada dois congressistas da oposição que se destacaram na investigação das diversas irregularidades do PT e do próprio governo, foram destemperos emocionais, não contribuíram para o processo democrático que exige serenidade, sobretudo da parte daqueles que estão do lado certo.

Contudo mais uma vez a responsabilidade, ou melhor, a culpa pelos desdobros dos dois líderes da oposição, cabe ao próprio governo, não pelo grau da corrupção que pesa sobre ele, mas pelo gênero da nova violação da lei que o governo promove.

Todos sabemos que milhares de cidadãos brasileiros, banqueiros, em-

presários, autoridades religiosas, jornalistas, escritores, mas, sobretudo, políticos e, mais sobretudo ainda, congressistas, são monitorados há muito, alguns deles de forma oficiosa, pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), outros, talvez a maioria, pelos laranjas e alcaguetes terceirizadas que adquiriram "know how" no extinto SNI.

É comum o porteiro de um edifício ser abordado por um estranho que lhe pergunta se a mulher do apartamento tal sai todas as noites sozinha, se, na ausência do marido, recebe amantes em casa, se os filhos do morador do terceiro andar promovem embalos e, drogados, urinam na caixa d'água do prédio. Superada a fase das investigações, vem a fase das ameaças, que vão do seqüestro ao estupro e à morte, como no caso de Santo André.

Enquanto o governo não acabar com este tipo de "inteligência", lamenta-se, mas não se pode condenar aqueles que pretendem reagir na base da surra.

nos. O Brasil é um caso clássico. O presidente George W. Bush, em entrevista recente ao "Estado de S. Paulo" (2/11/2005), disse que deseja fazer uma estreita parceria com o presidente Lula para fortalecer a democracia na América Latina. Foi uma declaração importante. Teremos de esperar as ações.

A democracia não brota da vontade dos governantes, mas é construída pelos povos quando bem dirigidos pelos líderes nacionais. Temos de agir rapidamente e enquanto os simpatizantes do autoritarismo são apenas 15%.

Antônio Ermírio de Moraes escreve aos domingos nesta coluna.

antonio.ermirio@antonioermirio.com.br

FRASES

"A ação deles [os donos dos meios de comunicação] é pior do que a da Igreja Católica. A Igreja Católica operava pela produção visível, direta e clara do medo. Já a mídia, opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas."

Marilena Chelot, professora de filosofia da USP, dizendo que a crise que atinge o governo Lula é encomendada e foi antecipada pela ação da mídia, ontem na Folha.

VINGANÇA MURIM "Já pensei nisso. Irei vingar o sangue de minha família mesmo se eu for morto fazendo isso."

Abel el-Battine, personagem de um documentário para crianças, exibido na TV iraniana, que se orgulha por assassinamento dos pais e do irmão por herança, segundo a Bíblia.

Senadora Heloisa Helena
FOLHA, 06/11/2005

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Heloísa Helena, encaminharei ao Ministro Márcio Thomaz o pronunciamento de V. Ex^a, reiterando a preocupação do Senado com a falta de resposta da Polícia Federal sobre a matéria, que foi tratada há mais ou menos dois meses, como V. Ex^a disse, tendo dela tomado conhecimento o Corregedor da Casa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E tomou as providências.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – E tomou as devidas providências.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por permuta com o Senador Sibá Machado, e, a seguir, ao Senador Osmar Dias.

V. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre esse assunto, já disse o que tinha de dizer. Solidarizo-me com a Senadora Heloísa Helena, porque, certa vez, ela ia receber informações de determinada pessoa e me ofereci para acompanhá-la. Percebi a preocupação de S. Ex^a de não deixar que essa pessoa – que, aliás, não é má pessoa, não me pareceu de jeito algum perigosa – mas ela não quis que seu filho, que está com S. Ex^a em Brasília, fosse visto por quem quer que fosse desse meio. Portanto, Sr. Presidente, é muito grave. Se fosse o Governo de Juscelino Kubitschek, nós todos estaríamos aqui em tom de piada. É terrível que este Governo esteja demonstrando viés autoritário, essa cara autoritária do tipo: “Não gosto de ser criticado e quero silenciar quem me critica”. Isso é terrível realmente.

De lá para cá, as coisas evoluíram para pior. As fontes de financiamento de algo de que não se duvidava, que era dinheiro público no mensalão, estão aparecendo e já apareceram R\$10 milhões, pelo menos, denunciados pelo Sr. Osmar Serraglio, e por essa intromissão tremendamente nociva ao País nos dinheiros do Banco do Brasil, via Visanet, que é empresa paraestatal por ter um terço (1/3) de capital do Banco do Brasil. Isso terá de ser investigado à farta, com todo o rigor.

Em segundo lugar, a tal Operação Cuba. Chamo a atenção da Casa, Sr. Presidente, para o fato de que dizem assim “Ah, não é crível a matéria!” Não é crível, como? O Sr. Colnaghi tinha um avião; o piloto confirma que fez o vôo; confirma que transportou caixas lacradas com papel tipo durex. Eu nunca vi ninguém transportar bebida com lacre. Bebida não vem com lacre. Bebida vem, Senador Osmar Dias, normal; é para abrir e quem quiser beber que beba.

Segundo, considero que há aí duas hipóteses bem claras. Ou o transporte de um suposto dinheiro cubano,

ou dinheiro do PT em Cuba – não sei bem o quê –, veio mesmo transportado pelo tal Sêneca, de Brasília para São Paulo, ou era bebida que estava ali. No primeiro caso, é assunto para ser tratado pela Polícia Federal; no segundo caso, pelos Alcoólicos Anônimos, porque transportar garrafa de bebida, alugando um avião, com tanto supermercado para vender bebida à vontade, significa quase um fetiche, uma anomalia.

Concedo o aparte ao Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Era para dizer isso mesmo, Senador Arthur Virgílio. Essa bebida deve valer muito para compensar uma viagem de avião entre São Paulo e Brasília.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois é. Que bebida era essa? A gente pode fazer uma investigação na Internet para saber qual é o vinho, qual é o uísque que custa tão caro que compense alugar um avião. E se esse avião, depois, foi cedido, para outras autoridades da República... Ou é caso, sinceramente, para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para a CPI dos Bingos, ou é caso para os Alcoólicos Anônimos, porque vá gostar de bebida assim em outro país que não o Brasil. Mobilizar um país inteiro, uma logística toda para trazer três garrafas de bebida...

Ou seja, está provado o “mensalão” – aquela acareação foi nítida –, está provado o esquema de corrupção. Não é à toa que o Sr. José Dirceu vive os seus estertores. Aliás, com bravura, com coragem, mas vive os seus estertores. Não é à toa que o PT quer se ver livre do Sr. José Dirceu, está louco para que ele seja cassado e dá todas as demonstrações nesse sentido, como quem diz assim: aí acaba o emblema da crise.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como se não fosse a cassação do Sr. José Dirceu a cassação moral do Presidente Lula, até por ter sido tudo que foi, no Governo Lula, o próprio capitão do time, o Sr. José Dirceu.

Senadora Heloísa Helena, tenho o meu modo de ser e creio que V. Ex^a já me conhece razoavelmente bem. Tenho observado aquela luta solitária da Deputada Ângela Guadagnin. Sabe que eu a respeito? Eu a respeito. Vi tanta gente fugir: aqueles que bajulavam José Dirceu, aqueles que viviam ali atrás de cargos, aqueles que devem, quem sabe, ter se beneficiado e não ter aparecido nos “mensalões” da vida. Todos fugindo. Todos, de repente, não o conhecem mais. E vejo aquela senhora, de aspecto respeitável, cumprindo aquele dever corajoso. Tenho vontade de telefonar para ela. Não sei como ela me receberia. Mas já que não preciso lhe telefonar para que ela saiba o que estou pensando dela neste momento, e penso muito

positivamente, estou dizendo que admiro aquela luta solitária, por entender que é bom saber que há pessoas que não abandonam suas convicções e que não ficam vivendo ao sabor das circunstâncias, ao sabor das conveniências, ao sabor dos oportunismos. A Deputada foi o tempo inteiro digna. E o Sr. José Dirceu virou um trambolho, uma coisa da qual se quer ver livre o Governo Lula.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se é tudo denunciamento, se não há mais nada a não ser denunciamento, então por que caiu tanta gente? Por que tanta gente foi demitida? Por que tanta gente está ameaçada de ser cassada? Por que tanto medo? Por que tanta denúncia, uma atrás da outra? Por que tanto avião transportando tanta bebida com cheiro não de álcool, mas de dólar? Por que tanto opróbrio sobre a sociedade brasileira? E por que, ao mesmo tempo, o Presidente se apressa tanto em dizer que não houve episódio Visanet, Senadora Heloisa Helena?

Presidente da República, isso é grave! É a coisa mais grave que poderia ter dito ao longo de todos os equívocos que esse seu governo equivocado já perpetrrou. Sua Excelência disse: não passa de denunciamento o caso Visanet.

E se for provado mesmo, como já está provado para mim, que é mais do que denunciamento, que é corrupção pura? Com que condições continuaria Sua Excelência de ter moral para governar o País, se está dizendo, do alto da autoridade de Presidente da República, ele que não sabe de nada, que não sabe de coisa alguma, que no referendo não votou nem “sim” nem “não” – eu não sabia, mas o voto dele foi anulado... O Presidente, que nunca sabe de nada, de repente sabe que não houve corrupção no caso Visanet. O Presidente sabe que não houve corrupção. Sua Excelência está mentido e isso é grave! Ele está dando todos os motivos para alguém pedir seu **impeachment**, está dando todos os motivos, porque não é da postura do Presidente fazer mais do que aguardar as investigações e o final delas. Se Sua Excelência assevera com tanta segurança, ou, de fato, é denunciamento, e Sua Excelência sai airoso, ou ele está demonstrando um pavor brutal de que as investigações cheguem ao seu termo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com certo desalento que digo que tudo que eu gostaria era que esta Casa soubesse defender suas prerrogativas. Uma delas, independentemente de partido, independentemente de governo ou não governo, é darmos um basta nesse clima de ameaças a pessoas que fazem oposição. É um direito fazer oposição e é uma inutilidade ameaçar, porque quem faz oposição com convicção vai continuar fazendo.

Não estou fazendo oposição ao General Médici – eu não tive medo dele –, não estou fazendo oposição ao General Geisel – eu não tive medo dele –, não estou fazendo oposição ao General Figueiredo – eu não tive medo dele –, não estou fazendo oposição ao General Castelo Branco – eu saí às ruas contra ele –, não estou fazendo oposição contra a Junta Militar – eu saí às ruas contra a Junta Militar, e meu pai foi cassado pela Junta Militar –, eu estou fazendo oposição a um governo supostamente democrático, eleito pelo povo, com Constituição funcionando. Então, não tenho o que temer, Senador Mão Santa. Eu tenho o direito de estar aqui, tenho o dever de estar aqui. Não tenho nada a temer e nem minha família tem o que temer.

Encerro, dizendo a V. Ex^a que é dever da Mesa do Senado ser enérgica. É extremamente grave o Ministro da Justiça fingir que não tem a obrigação de mandar investigar isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se eu não acreditar nele, mais do que nunca, vou ter que reafirmar que em qualquer circunstância defenderei a minha família, em qualquer circunstância. Sabe como é qualquer, Senador Motta? É qualquer. Qualquer circunstância é qualquer. A palavra é muito clara. Alguém pode dizer que defende em uma circunstância. O outro pode dizer que defende em três circunstâncias. Eu, Senador Raupp, digo que defendo em qualquer circunstância, até porque estou perdendo a fé na capacidade de agir e de ser isenta do Ministro da Justiça e deste Governo. Mas não vou ficar com medo deste Governo, não. Vou lutar mais, para que acabe esse reinado de terror que está sendo implantado aqui. Não é possível que continue assim.

Por outro lado, comigo funciona ao contrário. Sinal de ameaça? Aí é que venho acelerando mais. As pessoas aprenderam que lidar comigo pelo lado da compreensão, pelo lado da ternura, vai bem; pelo lado da ameaça é inútil, é inútil. Eu viro três. Assim, ficamos um Senado inconstitucional, porque temos o Senador Mestrinho, que é tão operoso, o Senador Jefferson Péres, que é tão brilhante, e eu, com as minhas limitações, mas, como eu viro mais três, o Senado passa a ter seis Senadores pelo Amazonas, o que é inconstitucional. Mas vou virar quatro aqui, porque não admito ameaças às garantias individuais das pessoas humanas neste País.

Lutei contra a ditadura durante os 21 anos dela, como Lula lutou. E não foi para um dia Lula chegar ao Poder e cercear o nosso direito de nos opormos a ele. Tenho o direito de me opor a ele, tenho o dever de me opor a ele e vou me opor a ele haja o que houver,

dê no que der, custe o que custar e doa a quem doer. Providencie o Sr. Márcio Thomaz Bastos, ou não, o que ele quiser e o que não quiser. Eu tenho o dever de estar nesta tribuna, que é a minha Casa, e daqui eu denunciarei corrupção e direi tudo o que a Nação precisa ouvir.

Portanto, Sr. Presidente, por ora, agradecendo a V. Ex^a a tolerância de sempre, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por até 15 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto depois de quinze dias de licença médica. Ocupo cargo público desde 1979. Estou há dez anos aqui no Senado, mas comecei como diretor de uma faculdade de agronomia, pública; depois, fui Secretário de Estado e ocupei outras funções no Estado. Pela primeira vez, em 26 anos, pedi uma licença médica. Primeiro, porque fui criado de forma a pensar que eu não tinha sequer o direito de ficar doente, quanto mais de pedir a licença. E eu, que não tinha férias, porque jamais fui contratado – não gozei o direito de férias durante esse período todo –, só fui saber o que eram férias aqui no Senado, nos recessos, quanto tivemos recessos. Talvez até tenha sido essa a causa principal de eu ter agora que me afastar por problemas de saúde.

Esse é um outro fato. Assim como eu não aceitava pedir licença por nenhuma circunstância, vejo que os políticos também evitam falar que ficam doentes.

Aprendi várias coisas nesses quinze dias em que estive afastado do Senado Federal. Uma delas é que o cidadão, o ser humano, tem o direito de cuidar da sua saúde esteja ele ocupando a função que for. Agradeço àqueles que não compreenderam o meu afastamento por quinze dias e que arriscaram inclusive diagnósticos alarmistas e dramáticos a respeito de minha saúde, assim como agradeço a todos aqueles que compreenderam a situação. Dirijo as minhas orações a Deus para que eles possam continuar nas suas funções sem ter que pedir licença para tratar da saúde. Dirijo minhas orações a todos, aos que compreenderam e aos que não compreenderam, para que jamais precisem se afastar de suas atividades para tratamento de saúde como aconteceu comigo. Agradeço a Deus por estar aqui de volta, gozando de plena saúde, pronto, portanto, para reassumir as minhas funções de Líder do PDT, de Senador da República, de representante do meu Estado, ao qual dedico toda

a minha atividade no Senado Federal com muito carinho e com muito amor.

Senadora Heloísa Helena, foi muito bom tirar esses quinze dias. No entanto, pensei que, quando voltasse, tudo iria estar diferente. Não foi assim, mas de qualquer forma foi bom, porque aprendi que eu tinha o direito de me afastar por não estar bem, que eu tinha o direito de descansar e me recuperar para render, para ser produtivo na minha atividade. Aqui estou: melhor e com absoluta saúde e, portanto, apto para exercer as minhas atividades plenamente.

Além disso, aprendi que o cidadão comum tem uma forma de ver o Congresso Nacional e os governantes diferente daquela que nós, muitas vezes contaminados pelo ambiente, temos. Nesses quinze dias, coloquei-me como cidadão e assisti às sessões do Senado Federal, acompanhando o desdobramento da crise de corrupção que atingiu o Governo e o Congresso Nacional – há parlamentares envolvidos que precisam ser punidos, sim, depois de toda a investigação concluída.

É preciso que o Congresso atente para o fato de que longe de Brasília há uma indignação com os fatos denunciados, com a corrupção que corre solta, mas há também uma indignação com a demora para se proceder à punição dos verdadeiros responsáveis por essa crise que abalou a classe política do País, mas que também abalou a economia e que está trazendo conseqüências sérias e graves, principalmente para a classe trabalhadora brasileira. O desemprego cresceu, sim, e isso se percebe a olhos vistos nas ruas, na capital do meu Estado, no interior do meu Estado – mesmo estando em licença médica, pude viajar e ver de perto a angústia e a agonia das pessoas que tinham esperança no Governo e que agora estão assistindo ao Governo se deteriorar e se desmanchar diante de tantas denúncias de corrupção que ele não consegue explicar.

Senador Antonio Carlos Valadares, que neste momento preside a sessão, seria bom que pudéssemos, de vez em quando, tirar uns dias e nos colocar no lugar do cidadão. Aliás, recebi essa sugestão outro dia de alguém que me passou um *e-mail* malcriado mas útil. Com a crítica feita, essa pessoa disse: “Coloque-se como um cidadão e olhe aquilo que vocês estão fazendo dentro do Congresso”.

Eu me coloquei como cidadão e fiquei indignado. Achei que quando chegasse aqui as coisas já estariam mais ou menos resolvidas. Mas não: agora embolou mais, enrolou mais com a história do dinheiro do Banco do Brasil – dinheiro do Banco do Brasil que não está chegando ao produtor, por mais que o Governo anuncie financiamento recorde da safra para o Pro-

na, para a agricultura familiar, para os agricultores do Brasil. Isso não é verdade. Os agricultores não estão conseguindo dinheiro para pagar a semente, o adubo ou os insumos para o plantio desta safra.

Senador Antonio Carlos Valadares, confesso que me fui incorporando mais e mais ao pensamento de indignação dos produtores, que ficaram alarmados não apenas com esse grau de corrupção que tomou conta do Governo que se colocava como esperança para a população brasileira, mas com a incapacidade confessada pelo Governo de combater coisas simples.

Perguntaram: “Cadê o Senador Osmar Dias, que está quieto diante dessa crise da febre aftosa?” A quem fez essa pergunta, respondo que eu estava em licença médica. Eu não podia me pronunciar até por recomendação médica, mas eu já havia me pronunciado aqui várias vezes, tendo, inclusive anotado quantas vezes o fiz.

O Senador Antonio Carlos Magalhães e a Senadora Heloísa Helena, que estão sempre aqui nas sessões, muitas vezes me ouviram dizer: “Se o Governo não tomar cuidado, vai entrar febre aftosa!” Eu disse até o endereço: “Vai entrar pelo Paraguai”. Conheço esse assunto; modestamente, posso dizer que o conheço. Fui Secretário de Estado de Agricultura durante oito anos e sei que os paraguaios – podem até ficar novamente bravos comigo, já ficaram mesmo – não cuidam do seu sistema sanitário, que é um vexame. Por lá, ingressa febre aftosa e poderá, sim, ingressar – aqui estou fazendo mais um alerta – a gripe aviária, porque eles não têm cuidado.

E eu digo aqui mais uma vez – quando fiz a crítica anteriormente disse também –: “Não estou só criticando, não adianta só liberar dinheiro”. Concordo com o Ministro Roberto Rodrigues quando disse que não adiantava liberar um bilhão para acertar a situação. Claro que não acerta, porque o Governo, que se diz líder da América do Sul, não teve competência para negociar um sistema sanitário comum para os países do Mercosul. Se não houver um sistema sanitário homogêneo que imponha obrigações para todos os países envolvidos para combater doenças e impedir o ingresso de doenças exóticas, nós não vamos obter êxito no combate a essas doenças em nosso País, não importa quanto dinheiro se destine à defesa sanitária. Essas doenças vão entrar pelos 1.500 km de fronteira seca que temos com Paraguai e com a Bolívia, que se negou a vacinar seus rebanhos mesmo depois da doação, aprovada pelo Senado Federal, de um milhão de doses que o País fez. Eles não têm essa preocupação que o Brasil teve durante esses anos, mas que, agora, é deixada um pouco de lado: o atual Governo está tão preocupado com o déficit fiscal e com os números da

economia, que se esqueceu de destinar recursos para a agricultura, de fazer o mínimo necessário para debelar essa crise de aftosa, que agora já se tornou uma epidemia que se alastrou pelo Mato Grosso do Sul e atingiu o Paraná, com prejuízos que vão chegar a um bilhão de dólares – prejuízo não apenas para o pecuarista, é para a sociedade brasileira também, porque são empregos que estão sendo perdidos, que estão sendo jogados na lata do lixo por simples negligência do Governo Federal.

Àqueles que durante esse período disseram “Cadê o Senador”, sugiro que peguem os meus discursos desde setembro para ver que fiz seis pronunciamentos – eu, que não gosto de repetir assunto aqui – sobre esse assunto. Eu dizia: “A febre aftosa vai entrar via Paraguai. Tomem cuidado com a febre aftosa. Coloquem dinheiro para que o Ministro Roberto Rodrigues enfrente a situação”. Aí vem o Palocci e diz que é mentira do Roberto Rodrigues, diz que não teve dinheiro. Não: é mentira do Palocci. Não teve dinheiro mesmo: de 137 milhões, foram liberados 37 milhões, uma mixaria que não dá sequer para meia dúzia de Estados fazer o controle da febre aftosa.

Esse assunto está entalado na minha garganta, sinto-me indignado vendo o Governo se enrolando, a situação patética em que os governos se colocaram – governos dos Estados e Governo Federal –, fazendo um trabalho para tentar explicar o inexplicável.

Meu Deus do céu, se não fizerem uma política homogênea na América do Sul, com os países do Mercosul, essa febre aftosa vai sair do nosso País – nós vamos controlá-la matando cinco mil, dez mil, vinte mil bovinos –, mas ela vai voltar. E a gripe aviária vai também entrar pelo Paraguai, estou avisando. O mesmo pode ser dito quanto à Doença de Newcastle*, que é uma doença que atinge as aves. Temos dois milhões de empregos no setor avícola nacional que não podem ser simplesmente jogados na lata do lixo. Temos um mercado conquistado a duras penas, um mercado que foi conquistado com muito trabalho e não pode ser jogado na lata do lixo. Então, estou aqui alertando porque fiquei esses dias analisando como pode um Governo se perder tanto em coisas tão simples.

Foi bom tirar a licença. Votei no referendo e as pessoas me perguntavam como eu iria votar. Eu respondia que iria votar como todos eles, pois estava tão indignado quanto eles, já que não imaginava ser possível que um Estado como o Paraná, que sempre foi reconhecido como um Estado de paz, de segurança, tivesse tantos assaltos na zona rural como os que estamos sofrendo: assaltos a ônibus, em cidades médias, grandes, capital, enfim, a violência assustando a população. E a população votou “não” não porque

considerava ser importante ter uma arma em casa para proteger a família, mas para protestar contra a incapacidade do Governo. Foi isso que ouvi nas ruas. As pessoas iriam votar “não” para mostrar que o Governo é incompetente, é incapaz de dar segurança, apesar de toda a carga tributária que hoje está nos ombros da população brasileira.

Para onde vai todo esse dinheiro arrecadado, se não vai para saúde que está um caos no País? No meu Estado, denunciaram que tem gente morrendo nas filas das UTIs. Para onde está indo o dinheiro da saúde? Eu só vejo o Governo bater no peito e dizer que bateu novo recorde de arrecadação. E para onde está indo esse dinheiro? Para pagar dívida externa. São R\$152 milhões para pagar juros da dívida, para enfiar na goela dos bancos e banqueiros todo esse dinheiro que a população brasileira paga com sacrifício.

Fiquei indignado como cidadão e digo para V. Ex^{as} – perdemos até um pouco o jeito de falar aqui porque ficamos pensando como cidadão – que foi muito bom, Senadora Heloísa Helena, não só porque cuidei da minha saúde, mas porque também renovei minhas convicções, de fortalecer minhas convicções. Quando cheguei aqui – chegamos quase juntos, mas cheguei um pouco antes –, dizia o seguinte: “Eu quero terminar o meu mandato (e vou terminar meu segundo mandato daqui a cinco anos) do mesmo jeito que assumi, pensando igual àqueles que me elegeram”. E posso afirmar hoje, depois de tudo o que eu vi nesses dias de licença, que continuo pensando igualzinho àqueles que me elegeram: também não agüento mais tanta discussão em torno da corrupção, sem que providências sejam tomadas. Não agüento mais o Presidente Lula, com cinismo, dizer que o denunciamento vazio tem que acabar no País, quando há provas concretas de desvio de dinheiro público, inclusive do próprio Banco do Brasil, que deveria financiar a agricultura. Também não agüento mais, Sr. Presidente, ver muitos colonistas de jornal se metendo, muitas vezes, a fazer diagnósticos de doença e análises políticas, quando, no entanto, só lêem o que escrevem, não lêem as outras informações. Sem conhecimento não dá para informar a população.

Assim, Sr. Presidente, foi muito bom perceber que continuo o mesmo. Àqueles que acham que eu tirei a botina do pé, vim para o Senado, e mudei... Não mudei a forma de pensar. Continuo pensando da mesma forma, continuo pensando igualzinho àqueles que me mandaram para cá para representar o Paraná.

Eu ouviria o aparte da Senadora Heloísa Helena, que faz tempo que está pedindo, e o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Osmar Dias, é absolutamente rápido, mas não poderia deixar de dar um testemunho. E não o faço por obrigação, como eu dizia anteriormente, por corporativismo. Eu o faço porque me sinto realmente na obrigação solidária de dar um testemunho aqui, porque alguém ter a ousadia de dizer que o Senador Osmar Dias não se preocupa com um tema como a agricultura... Meu Deus do Céu! Isso é de uma injustiça e de uma perversidade tão grande, pois pode até ter alguém aqui na Casa que se preocupe tanto quanto V. Ex^a, mas dizer que V. Ex^a não se preocupa é de uma perversidade inimaginável. Tem alguns outros Senadores que, até de forma ousada, se metem a trabalhar no tema agricultura: eu já fiz isso muitas vezes; o Senador Antonio Carlos Valadares já fez também, mas em nenhum momento temos sequer a condição de tratar do setor agrícola sem solicitar de V. Ex^a um parecer, uma opinião, uma sugestão como várias vezes fizemos nesta Casa. Portanto, é mais do que a solidariedade a V. Ex^a, que sabe do carinho, da estima, do respeito que lhe tenho. Acompanhamos todos de forma solidária e esperamos que fique tudo muito bem em relação à saúde. V. Ex^a dizia alguma coisa assim: parece que somos criados sem nos dar sequer o direito de adoecer, porque é como se tivéssemos que resolver todas as coisas, de toda a família, da humanidade. E, no fim, quando nos vemos, muitas vezes podemos nem estar vivos para criar os nossos filhos, os filhos da humanidade e honrar os nossos mandatos também. Portanto, a minha solidariedade, o meu respeito, o meu carinho a V. Ex^a, nosso querido Senador Osmar Dias, que ainda bem que volta à Casa para continuar abrilhantando-a; mas não poderia deixar de dar esse testemunho. Deus do céu, é de uma perversidade, é de um requinte de crueldade tão grande alguém dizer uma coisa dessas de V. Ex^a, que ocupa a tribuna para discutir vários temas, que dão conta da grandeza e da diversidade do Brasil, dos programas brasileiros, mas em relação à agricultura, Deus do Céu, isso é realmente uma perversidade, porque não só sobre febre aftosa, mas a respeito de tudo do setor agrícola pedimos sua sugestão, seu apoio, o parecer técnico de V. Ex^a antes mesmo de apresentar alguma questão. Então, fica o nosso testemunho e a nossa solidariedade.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Heloísa Helena, honra-me muito o aparte de V. Ex^a e também desejo toda a saúde para que V. Ex^a possa enfrentar a jornada que vem pela frente.

Ouçó o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, o que tenho a afirmar é que o pouco tempo que V. Ex^a passou fora fez muita falta a

este Senado, porque V. Ex^a é das pessoas que sempre opinam com a sua consciência tranqüila, colocando o dever acima de tudo. E, nesta área agrícola, como salientou há pouco a Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é *hors-concours* dentro desta Casa e no Congresso Nacional. Ninguém conhece este assunto como V. Ex^a. As suas advertências não foram ouvidas porque o Governo não quis. Mas é que este Governo é surdo às boas intenções e é sempre aberto para o que é mau. De modo que V. Ex^a volta a esta Casa para a satisfação de seus colegas e honra do Senado da República. Parabéns pelo seu retorno e espero que nenhum mal lhe aconteça, para que V. Ex^a possa brilhar sempre aqui e no seu Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Recebo com muita honra o aparte de V. Ex^a, sei que ele é sincero, exatamente porque conheço a sinceridade de V. Ex^a sempre que se pronuncia.

Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado e então concluirei, Sr. Presidente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, claro que não vou tratar do que diz respeito a seu ponto de vista em relação ao Governo, já que se trata de uma pessoa que faz uma oposição bastante responsável, mas, sim, sobre a exigência do paranaense que mandou esse e-mail para V. Ex^a: com certeza, ou é por pura exigência ou porque é uma pessoa que está desinformada, deixou para olhar exatamente quando V. Ex^a estava no momento de licença médica. Aqui, todos somos testemunhas do seu trabalho: como Presidente da Comissão de Educação – quando tive a oportunidade de conhecê-lo –, quando assumiu a Liderança do PDT, e pela forma com que se tem portado na tribuna desta Casa em todos os temas que temos trabalhado. Além disso, V. Ex^a tem criticado duramente todos os projetos que não estão claros, tem dado excelentes contribuições para os projetos mais enigmáticos que esta Casa votou, e assim por diante. Portanto, este é o testemunho de alguém que o acompanha. Portanto, esse e-mail que V. Ex^a recebeu é de alguém que está desinformado ou é extremamente exigente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Sibá Machado.

Senador João Batista Motta, concedo-lhe um aparte.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Osmar Dias, como o Presidente concedeu mais dois minutos, também quero dar-lhe as boas-vindas e dizer que V. Ex^a fez muita falta durante os dias que passou fora daqui. E, complementando aquilo que V. Ex^a está dizendo com relação à história da aftosa e ao homem

do campo, eu queria acrescentar algo. Quem ouviu o Programa do PT, na semana passada, e mora no interior deste País deve estar indignado e horrorizado, porque uma vacina contra a aftosa custava R\$0,50, quando o Presidente Lula assumiu o poder; hoje, custa o dobro; o litro de *diesel* custava R\$0,50; hoje, custa R\$2,00; a energia quase dobrou de preço; e, assim, todos os insumos da agricultura. E a arroba de boi, que custava R\$55,00, custa hoje apenas R\$45,00. Isso não é motivo para se comemorar. Isso é uma vergonha! Isso não é motivo para se comemorar! Por exemplo, o arroz, que custava R\$40,00 o saco, hoje custa R\$15,00. Não tem condições! Este País hoje não pode mais plantar. Os agricultores estão parados, estão com as suas máquinas na garagem, e, se plantarem, é porque não têm vergonha na cara, porque todos estão com prejuízo. E a violência está entrando campo adentro. Na semana passada, meu filho foi agredido por quatorze assaltantes, e a sua caminhonete foi roubada. Depois, graças a Deus, apareceu mais adiante. Mas, infelizmente, essa é a situação por que passa o Brasil. Viajei para o interior. Vou pegar a minha família e trazê-la para a cidade. Não há mais condições de se morar no campo nem tampouco de trabalhar. Está uma vergonha e estão comemorando. Essa desgraça que estão fazendo com o Brasil o PT está comemorando. E o homem do interior tem de ver isso de perto, tem de enxergar. Isso não pode continuar acontecendo. Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador João Batista Motta.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza por conceder-me mais tempo do que eu tinha direito, deixando a pergunta que me fez o meu pai, de 94 anos. Fui criticado até porque fui visitar o meu pai durante essa licença. Quando ele me recebeu, agradeceu-me por estar fazendo a visita e perguntou-me: quando é que o Congresso vai terminar as investigações para eu ver as pessoas que têm culpa no cartório serem punidas?

Essa é a pergunta que deixo aqui e que temos obrigação de responder o mais rápido possível.

Felizmente, Sr. Presidente, volto para cá com saúde. Agradeço a todos os que torceram para que eu voltasse com saúde. Para aqueles que não torceram tanto assim, renovo minhas orações para que nunca tenham o problema que eu tive. Volto para continuar o meu mandato, Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita dignidade, sempre.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte? É bíblico.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, leve esta mensagem para seu pai, uma assertiva bíblica: “Árvore boa dá bons frutos”. Ele mandou para esta Casa dois extraordinários frutos, os melhores Senadores, não desta Legislatura, mas da história do Senado brasileiro: V. Ex^a e o seu irmão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. A generosidade de V. Ex^a não tem tamanho.

Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço mais uma vez pela gentileza.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Tião Viana, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Osmar Dias, a Mesa sente-se alegre, rejubilada com o retorno de V. Ex^a. Sabemos que o debate será engrandecido, acima de tudo aqueles voltados para a agricultura, assunto no qual V. Ex^a é um mestre, como aqui acentuaram vários dos seus colegas, a começar pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Todos fizeram justiça ao seu trabalho. E a Mesa reconhece que, com a presença de V. Ex^a, o campo ficará mais fortalecido, sem dúvida alguma.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado, como Líder do Bloco do Governo, por cinco minutos, tendo mais dois de tolerância.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna lembrar que hoje, na milésima edição do programa “Roda Viva”, o convidado para o debate é exatamente o Presidente Lula.

Certamente, o evento será a tônica dos debates a partir de amanhã. Vou assistir ao programa com bastante atenção.

É muito positiva a ida do Presidente ao “Roda Viva”. Todos conhecemos a natureza do programa, onde comparecem renomados profissionais da imprensa brasileira dos mais diversos veículos de comunicação. Ninguém vai lá para brincar, é um debate muito sério, no qual os jornalistas procuram arrancar as contradições do entrevistado.

Em momentos como este, é importante que o Presidente fale abertamente à Nação, diga o que está pensando, faça um balanço de seu governo, aponte as novas perspectivas.

Espero ter oportunidade de voltar à tribuna amanhã para fazer comentários sobre a desenvoltura do Presidente.

Outro assunto a que quero referir-me é a visita do Presidente dos Estados Unidos ao nosso País. Em tempos anteriores, certamente as manifestações tradicionalmente contrárias à postura da Presidência e do governo norte-americanos seriam muito mais fortes.

Pela televisão achei as manifestações bastante singelas e, de certa forma, muito educadas. O que pude compreender da visita de George W. Bush ao Brasil é que países como o nosso, do Hemisfério Sul, que têm suas economias baseadas na agricultura, em produtos de baixo valor agregado, em emprego muito mais rural do que urbano, têm de abrir negociações voltadas para esses cenários. Se o Presidente Bush e a União Européia participarem do entendimento de que é preciso reduzir os subsídios do mundo inteiro para valorizar o intercâmbio comercial Sul/Norte, teremos dado um salto de qualidade.

Uma visita como essa não pode ficar focada apenas na amizade, apenas, digamos assim, naquilo que prega a democracia norte-americana e a brasileira. É importante que o Brasil avance, mantenha negociações para valorizar a sua soberania, a sua grandeza, o seu crescimento e a sua liderança em relação a um ponto que une 22 nações do Hemisfério Sul.

Sr. Presidente, falo, ainda, sobre o Peru. É constrangedora a situação de um país que teve um presidente como Alberto Fujimori, que saiu praticamente fugido e agora se acha no direito de voltar. A diplomacia brasileira deve ficar atenta ao que está acontecendo, porque não podemos assistir à volta para um país vizinho de um presidente que saiu praticamente fugido. É importante ter uma boa relação nessa parte do continente. Espero que o povo peruano tome o maior cuidado possível para que não se reedite o que foi Fujimori naquele país.

Por último, Sr. Presidente, estamos no dia 07 de novembro; portanto, faltam mais ou menos 40 dias para a decisão do Congresso em relação à reforma política. Temos de mudar a Constituição, permitindo a prorrogação do prazo para o dia 31 de dezembro, como o que está apensado na emenda constitucional. Todavia, até o presente momento, não se fala nisso na Câmara nos Deputados nem no Senado, uma Casa que avança muito mais rápido nessa direção.

Sr. Presidente, faço um apelo a todas as Lideranças para que possamos decidir sobre isso. Se as eleições do ano que vem se derem nos mesmos marcos da anterior, não sei se a tese e a profecia de Roberto Jefferson não se vão fazer valer.

Gostaria que, como resultado da punição que será certamente apontada pelas três CPIs em relação a qualquer tipo de escândalo, o Congresso Nacional reformulasse completamente aquilo que está sendo

proposto para as eleições do próximo ano, já baseado na tese do Senador Jorge Bornhausen, que passou, por unanimidade. Todas as pessoas aqui concordaram com a sua opinião, e espero que isso seja levado a sério na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, por dez minutos, com a tolerância de mais dois.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, raramente, quando venho à tribuna, detenho-me a questões políticas ocorridas na nossa província querida, no nosso Estado de Sergipe. Entretanto, em razão do que ocorreu recentemente, a tentativa de amordaçamento de um companheiro nosso, o Deputado Estadual Gilmar Carvalho, numa atitude que considero atentatória à liberdade de imprensa, eu não poderia deixar o episódio passar em branco sem me manifestar sobre ele. Tenho de trazer o assunto ao Senado Federal para o conhecimento da Nação.

Venho, então, a esta tribuna tratar de um tema muito caro para a democracia brasileira: a violação da liberdade de imprensa. O Deputado Estadual do meu Partido, PSB, o jornalista e radialista Gilmar Carvalho denunciou agressão à liberdade de imprensa, revelando a invasão do seu **site** de notícias, conhecido como “nenotícias”. Segundo o Deputado e jornalista Gilmar Carvalho, ao clicar o endereço do “nenotícias”, o internauta iria para um tal de **Pasquim**, que apenas e tão-somente continha ofensas contra o jornalista.

O grave dessa denúncia é que a invasão ao jornal na rede mundial de computadores não parece ter sido coisa de *hackers* ou do espírito exaltado de gênios juvenis que dominam a informática. O estranho nessa história foi que, para invadir o **site** do jornal, alguém falsificou a assinatura de um diretor da empresa que hospeda o **site** (falsificou, na verdade, documento da empresa Infonet) e chegou até a autenticar esse documento em cartório – por incrível que pareça –, que foi encaminhado a outra empresa que disponibiliza os espaços na Internet, solicitando alteração na senha de acesso ao **site**.

O caso está registrado na Polícia Federal, que vai agir para se saber a responsabilidade de quem fez a fraude, afinal de contas, Sr. Presidente, ninguém fez isso à toa; foi com a intenção deliberada de prejudicar o “nenotícias”, um jornal publicado na Internet diariamente e – diga-se de passagem – um jornal independente, que faz críticas severas, mas sempre com documentos que comprovam as notícias ao Governo do Estado e, afinal, a todos os setores da sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero aqui fazer nenhuma denúncia contra o Governador de Sergipe, sequer acusá-lo de ser responsável por tal atitude criminosa de falsificar documentos ou de violar a liberdade de expressão e de imprensa. Não existem provas que vinculem o Governador àquelas medidas. O problema é que a questão tomou um aspecto político, pois isso aconteceu no exato momento em que o Governador recorreu ao Tribunal de Justiça de Sergipe e conseguiu uma decisão, limitando a imunidade parlamentar do Deputado ao ambiente exclusivo da Assembléia Legislativa, não extensiva à sua atividade de radialista. Ou seja, segundo o Governador e a definição do nosso Tribunal, a imunidade fica exclusivamente restrita à área da Assembléia Legislativa. Tudo o que o Deputado Estadual Gilmar Carvalho falar fora da Assembléia Legislativa, segundo o Tribunal, por iniciativa do Governador, não está coberto pela Constituição, pelo instituto da imunidade.

Ora, Sr. Presidente, temos aqui a questão da liberdade de imprensa e da imunidade parlamentar. A liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas a essa atividade. É um bem para que toda a sociedade possa ser esclarecida, tome conhecimento dos fatos ou, ao menos, possa conhecer todos os lados e visões de uma mesma história. A imunidade parlamentar não se dá somente quando o parlamentar usa a tribuna da Casa Legislativa. A imunidade parlamentar se dá quando, por ações, palavras e votos, o parlamentar toma posicionamentos políticos derivados diretamente da representação política que ele assume por decisões dos eleitores, onde quer que ele esteja, na tribuna da Assembléia Legislativa, na tribuna da Câmara dos Deputados, na tribuna do Senado Federal ou mesmo usando o microfone de uma emissora! Daí, um dos alicerces fundamentais da democracia é o respeito, por um lado, à imprensa e à liberdade de expressão e, por outro, aos próprios representantes do povo. Não estou dizendo, com isso, que abusos não possam ser cometidos. Ao contrário, existem alguns fatos que mostram que, em dadas situações, houve abuso por

parte da imprensa e de parlamentares. Mas isso não pode servir para justificar nenhum tipo de restrição a esses direitos, que sequer são dessas pessoas. A liberdade de imprensa, de expressão, e a imunidade parlamentar é sustentáculo de um Estado democrático de direito.

Se alguém se sentir ferido na sua honra, na invasão de sua intimidade por um jornalista, existe a legislação pertinente que dá cobertura à defesa daquele que foi atacado injustamente. Mas daí a querer tirar o direito inalienável do parlamentar de se pronunciar, de usar do instituto da imunidade, existe uma interferência indevida, sem dúvida alguma, dos pilares básicos da nossa democracia, que são: respeitar o direito do cidadão de se pronunciar como parlamentar e o direito do cidadão de se pronunciar pelos órgãos de imprensa, sem os limites senão os determinados pela lei.

Assim é que tanto a imunidade parlamentar como a liberdade de imprensa, por suas próprias naturezas de defesa da democracia, exigem mobilização constante, vigilância permanente e firme posicionamento diante de fatos que representam ameaça ou que efetivamente a atinjam no seu núcleo central. Não é possível que eu, Senador da República pelo meu querido Estado de Sergipe, possa ficar calado diante de fatos que restringem, diminuem o alcance da liberdade de imprensa e de expressão, e mesmo o da imunidade parlamentar.

Logicamente, Sr. Presidente, que o Parlamentar Gilmar Carvalho, usando do direito que lhe confere a Constituição, está entrando com recurso específico na Justiça para que o seu direito seja restabelecido, ou seja, o direito à imunidade parlamentar.

O fato de o Deputado Estadual Gilmar Carvalho ter um dos programas de rádio mais ouvidos em Sergipe e de suas denúncias estarem incomodado muito o Governador gera uma situação política desfavorável à democracia quando, por um lado, a sua imunidade parlamentar fica restrita ao âmbito da Assembléia Legislativa e, por outro, a sua liberdade de expressão é violada por uma invasão em um dos seus principais veículos de comunicação.

A defesa da liberdade de imprensa certamente contribui para o fortalecimento das instituições democráticas em nosso País. Esse é um trabalho incessante em favor da sociedade, sobretudo, que, por ter direito constitucional à informação, deve defender a imprensa livre e combater a impunidade dos crimes praticados contra profissionais e veículos de comunicação no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, o que apenas quero aqui registrar é que a sociedade sergipana e suas au-

toridades públicas repudiam, sem dúvida alguma, os fatos acontecidos, tanto no âmbito do Poder Legislativo quanto no âmbito daqueles que são acostumados a ouvir os programas radiofônicos em nosso Estado. A sociedade interpretou todas as medidas tomadas contra o radialista como uma tentativa de controle da mídia e da liberdade de informação. O que digo, em alto e bom som, desta tribuna é que a sociedade sergipana tem o direito à informação prestada com qualidade, correção e precisão, baseada em apuração ética dos fatos, sem nenhuma restrição, sem nenhuma mitigação.

Sr. Presidente, a sociedade sergipana não poderá também aceitar que a imunidade parlamentar de um representante seu seja restrita à tribuna da Assembléia Legislativa. A função parlamentar não é uma mera formalidade da democracia, mais um contraponto verdadeiro, legítimo e, por isso, democrático para a representação de todos os interesses contidos na sociedade, para que ela, sim, seja plural e possa conciliar, pelos meios civilizados, os diversos interesses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, sobre esse episódio que atenta, volto a dizer, contra a liberdade de imprensa, a nossa Constituição e o instituto, garantido na Carta Magna, da imunidade parlamentar, que está sendo ferido contra a atuação do Parlamentar estadual, da Assembléia Legislativa de Sergipe, Gilmar Carvalho, do PSB.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal tratar de um tema muito caro para a democracia brasileira, a violação da liberdade de imprensa. O deputado estadual do meu partido, o PSB, o jornalista e radialista Gilmar Carvalho denunciou agressão à liberdade de imprensa, revelando a invasão do seu **site** de notícias conhecido como “nenotícias”. Segundo o Deputado e jornalista Gilmar Carvalho, ao clicar o endereço do “nenotícias”, o internauta iria para um tal de **Pasquim** que apenas e tão somente continha ofensas contra o jornalista.

O grave dessa denúncia é que a invasão ao jornal na rede mundial de computadores não parece ter sido coisa de *hackers* ou do espírito exaltado de gênios juvenis que dominam a informática. O estranho nessa história toda, foi que para se invadir o *site* do Jornal alguém falsificou uma assinatura de um diretor da empresa que hospeda o site (falsificou documento

da empresa “Infonet”) e chegou até a autenticar esse documento em cartório, que foi encaminhado a outra empresa que disponibiliza os espaços na internet, solicitando a alteração da senha de acesso ao **site**.

O caso está registrado na Polícia Federal que vai agir para se saber a responsabilidade de quem fez a fraude, afinal de contas, Sr. Presidente, ninguém fez isso à toa e foi uma intenção deliberada de prejudicar o Jornal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero aqui fazer nenhuma denúncia contra o governador de Sergipe; sequer acusá-lo de ser responsável por tal atitude criminosa de falsificar documentos ou de violar a liberdade de expressão e de imprensa. Não existem provas que vinculem o governador àquelas medidas. O problema é que a questão tomou um aspecto político, pois isso aconteceu no exato momento em que o governador recorreu ao Tribunal de Justiça de Sergipe e conseguiu limitar a imunidade parlamentar do Deputado ao ambiente da Assembléia Legislativa, não extensiva à sua atividade de radialista. Ou seja, segundo o Governador e a definição do nosso Tribunal, a imunidade fica exclusivamente restrita à área da Assembléia Legislativa.

Temos aqui a questão da liberdade de imprensa e da imunidade parlamentar. A liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas a essa atividade. É um bem para que toda a sociedade possa ser esclarecida, tome conhecimento dos fatos, ou ao menos possa conhecer todos os lados e visões de uma mesma história. A imunidade parlamentar não se dá somente quando um parlamentar usa a tribuna da Casa Legislativa. A imunidade parlamentar se dá quando, por ações, palavras e votos. O parlamentar toma posicionamentos políticos derivados diretamente da representação política que ele assume por decisão dos eleitores! Onde quer que ele esteja!

Daí, um dos alicerces fundamentais da democracia é o respeito, por um lado, à imprensa e à liberdade de expressão, e, por outro, aos próprios representantes do povo. Não estou dizendo com isso que abusos não possam ser cometidos. Ao contrário, existem alguns fatos que mostram que em dadas situações houve abuso por parte da imprensa e de parlamentares. Mas isso não pode servir para justificar qualquer tipo de restrição a esses direitos, que sequer são dessas pessoas. A liberdade de imprensa, de expressão e a imunidade parlamentar é sustentáculo de um Estado democrático de Direito.

Assim é que tanto a imunidade parlamentar como a liberdade de imprensa, por suas próprias naturezas

de defesa da democracia, exigem mobilização constante, vigilância permanente e firme posicionamento diante de fatos que representam ameaça ou que efetivamente a atinjam no seu núcleo central. Não é possível que eu, Senador da República pelo meu querido Estado de Sergipe, possa ficar calado diante de fatos que restringem, diminuem o alcance da liberdade de imprensa e de expressão, e mesmo o da imunidade parlamentar.

O fato de o Deputado Estadual Gilmar Carvalho ter um dos programas de rádio mais ouvidos em Sergipe e que suas denúncias têm incomodado muito o governador gera uma situação política desfavorável à democracia quando, por um lado, a sua imunidade parlamentar será restrita ao âmbito da Assembléia Legislativa e, por outro, que sua liberdade de expressão seja violada por uma invasão em um dos seus principais veículos de comunicação.

A defesa da liberdade de imprensa certamente contribui para o fortalecimento das instituições democráticas no país. Esse é um trabalho incessante em favor da sociedade, sobretudo, que por ter direito constitucional à informação deve defender a imprensa livre e combater a impunidade dos crimes praticados contra profissionais e veículos de comunicação no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, o que apenas quero aqui registrar, a sociedade sergipana e suas autoridades públicas repudia os fatos acontecidos. Ela interpretou todas as medidas tomadas contra o radialista como uma tentativa de controle da mídia e da liberdade de informação. O que digo em alto e bom tom dessa tribuna é que a sociedade sergipana tem o direito à informação prestada com qualidade, correção e precisão, baseada em apuração ética dos fatos, sem nenhuma restrição, sem nenhuma mitigação. A sociedade sergipana não poderá também aceitar que a imunidade parlamentar de um representante seu seja restrita à tribuna da Assembléia legislativa. A função parlamentar não é uma mera formalidade da democracia, mais um contra-ponto verdadeiro, legítimo e por isso democrático, para a representação de todos os interesses contidos na sociedade, para que ela sim, seja plural e possa conciliar, pelos meios civilizados, os diversos interesses.

Era o que eu tinha a dizer
Muito obrigado

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Atentados à Liberdade de Imprensa em Sergipe

ARACAJU, DOMINGO 2 E SEGUNDA 3 DE OUTUBRO DE 2005 | A

JORNAL DA CIDADE

MARCOS CARDOSO

MARCOS CARDOSO

marcoscardoso@infonet.com.br

ESTÁ REABERTA A TEMPORADA DE CAÇA A GILMAR

O governador João Alves Filho resolveu acabar com a carreira política do radialista Gilmar Carvalho (PSB). Tem movido sucessivos processos contra ele e, na semana passada, conseguiu uma vitória relativa. O pleno do Tribunal de Justiça julgou procedente a queixa-crime que solicitava retirar dele o benefício da imunidade parlamentar para falar no programa de rádio que mantém matinalmente na rádio FM Sergipe. O Cancão esperneia dizendo que o governador tenta afastá-lo do rádio, retirar sua elegibilidade e, em última instância, levá-lo à cadeia. Mas, por enquanto, não adianta espernear. Até o deputado federal Michel Temer, presidente nacional do PMDB e conhecedor do assunto, já que advogado renomado e professor, estranhou a decisão e disse, no próprio programa de Gilmar, que a imunidade parlamentar é absoluta. O advogado de João, Carlos Alberto Menezes, e os desembargadores sergipanos não entendem assim e consideram que a imunidade é relativa, podendo ser exercida apenas no recinto do parlamento.

Seja como for, Gilmar Carvalho já deu provas de que não é facilmente derrotado e tem couro grosso. Em 1986, elegeram-se deputado para o primeiro mandato depois de ter sido preso a mando de uma juíza do interior que teria sido atacada no programa radiofônico do candidato. Mais recentemente, passou por um doloroso processo de cassação na Comissão de Ética da Assembléia Legislativa, acusado que fora de ferir o decoro parlamentar. Aí se elegeram para o segundo mandato. Resta saber como se sairá dessa recente temporada de caça aberta pelo governador contra ele.

Liberdade de pensar em Sergipe

- Cristian Gois, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Sergipe

No próximo dia 25, terça, vai ser lembrado os 30 anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, então diretor de Jornalismo da TV Cultura, nos porões da ditadura militar em São Paulo. Justamente neste momento, o estado de Sergipe vive um dos momentos mais dramáticos na sua história no que se refere à liberdade de expressão e imprensa.

O maior algoz dos profissionais e veículos de comunicação é o Governo do Estado de Sergipe, que é comandado pela terceira vez por João Alves Filho (PFL). Jornalistas e radialistas são processados, alguns até demitidos e até jornais são chantageados e perseguidos. O objetivo é censurar, calar, amordaçar, impedir que o contraditório se estabeleça, que a sociedade possa ter uma outra informação que não seja apenas a oficial.

Fruto do coronelismo político e eletrônico, Sergipe sofre com o forte oligopólio da Comunicação. O governador João Alves Filho, hoje através de familiares (filho e filhas) por exemplo, é dono várias emissoras de rádio na capital e no interior e um jornal diário em Aracaju. Além disso, ele detém o poder de usar como bem entender uma cifra anual superior a R\$ 30 milhões em publicidade oficial. Isto significa que além de impor a visão oficial nos seus veículos, ainda utiliza a força dos recursos públicos para tentar comprar a linha editorial dos demais órgãos de comunicação no estado.

O mais grave não é apenas impor, por conta dos recursos públicos, uma visão distorcida, única e oficial em todo o estado. O mais grave é atacar, ultrajar, ameaçar, perseguir os quem não se dobram às pressões do Governo. Com uma visão extremamente arbitrária, familiar, patrimonialista e pessoal do bem público, o governador não admite crítica, discordância, questionamentos e a revelação dos atos públicos que possam comprometer o Governo.

O jornalista e deputado Gilmar Carvalho (PSB) é uma das vítimas dessa sanha absurda e inimaginável do Governo do Estado. A questão é que Gilmar não representa um fato isolado, uma questão pessoal. Acrescentem-se aí os jornalistas Ivan Valença, Cláudio Nunes, Luiz Eduardo Costa, Gilvan Manoel, José Cristian Góes, o radialista Eduardo Abril. Este último, por exemplo, foi sumariamente demitido de uma emissora de rádio de propriedade de uma filha do governador porque apresentou uma visão crítica ao comportamento do governador numa polêmica sobre a refinaria da Petrobrás.

Especialmente contra o jornalista Gilmar Carvalho, que tem um programa diário de rádio e um site noticioso, age-se com muito mais força. Fortes indícios apontam que partiram do Governo do Estado uma série de ações, como colocar carro-de-som na capital com denúncias falsas e as mais profundas ofensas a pessoa e família do jornalista, invadiu-se e modificaram o site de Gilmar, distribuí-se inúmeros e-mails contra o mesmo e até fizeram um jornal "apócrifo" sobre o jornalista que foi largamente distribuído em toda capital.

Ações repugnantes e que merecem o mais veemente repúdio.

Nas redações dos jornais e emissoras de rádio e tv vive-se como em tempos mais duros da ditadura militar. O censor não está mais presente fisicamente, mas sua onipotência e onipresença são reais. Censores ligam, apontam a manchete, mudam o texto, impõe a foto. As pautas são distribuídas, de uma forma geral, pelo Governo do Estado. É impossível fazer qualquer reportagem crítica, mesmo que os fatos e atores caminhem nesse sentido.

Além de propagandear as ações oficiais, impedem-se o contraditório e são movidas verdadeiras campanhas públicas contra os que não aceitam a imposição da vontade do governador.

É certo que o processo democrático no Brasil ainda engatinha. Mas é verdadeiro também que não há democracia sem liberdade de expressão e de imprensa. Sergipe vive um momento de escuridão, de trevas, de opressão. Mas o fato de alguns colegas jornalistas resistirem, de levantarem a voz para dizer não a censura, ainda existe a esperança de estarmos no caminho da luz.



Jornal do Dia

04 Política

Aracaju, terça-feira, 11 de outubro de 2005

José Cristian Góes

cristiangoes@infonet.com.br

25X

Vlado, o Governo e a censura

No dia 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, o Vlado, acordou, fez a barba e cedinho foi ao comando do Exército em São Paulo. Um dia antes, figuras do Governo Militar tinham ido à TV Cultura, onde o jornalista trabalhava, para fazer interrogatório sobre as atividades políticas de Herzog. Para não ser detido ali, ele se comprometeu em ir ao Comando Operacional de Informações do II Exército no dia seguinte esclarecer qualquer mal entendido.

Vladimir Herzog tinha 38 anos e era diretor de jornalismo da TV Cultura. Por conta de sua discreta militância comunista foi assassinado naquele mesmo dia numa sala do DOI-CODI. Depois de passar a manhã e início da tarde por várias sessões de tortura, Vlado foi amarrado pelo pescoço e morto. Para o Governo, era o 38o suicídio naquela sala de interrogatórios. Para o Brasil, mais uma vítima de um Governo que não aceitava nem pensamento.

São 30 anos do assassinato de Vladimir Herzog e a sociedade sergipana assiste agora com frequência as ações do Governo do Estado contra a liberdade de expressão. Por conta da força de mais de R\$ 30 milhões em recursos públicos de publicidade e de sua forte influência entre os poderes, ameaça, corta, determina, manipula, interfere, impõe, mesmo que

mente dos cofres públicos, ao que parece, são de um tempo que não suportam, não admitem, não toleram as diferenças e o contraditório. Os fatos concretos se sucedem. Interpelações judiciais contra este columnista, contra os jornalistas Luiz Eduardo Costa, Ivan Valença, Gilmar Carvalho, Cláudio Nunes e tantos outros. São fotos censuradas, textos impedidos de serem publicados, pautas direcionadas e fechadas e ações contra os poucos meios que não se do- bram ao governo.

Na última semana o radialista Eduardo Abril, que não aceitou a imposição da linha editorial do Governo do Estado em um programa de rádio que fazia numa emissora da família do governador, foi sumariamente demitido. Abril não ficou calado. Em reportagem exclusiva ao Jornal do Dia do último domingo revelou com nomes e detalhes o tamanho da censura: o governador do Estado. "Está impossível trabalhar na imprensa de Sergipe. Não podemos ter a mínima independência. Como fica a sociedade?", disse Eduardo Abril.

Já no final de semana passado, um site noticioso de propriedade do deputado, radialista e jornalista Gilmar Carvalho, e que faz críticas ao Governo do Estado, foi invadido e tirado do ar, numa clara e violenta ação de censura. Pior, o site foi copiado, modificado e repassado

ações. Uma vergonha.

Veja, é legítimo o Governo do Estado reagir contra acusações. É extremamente justo passar sua visão sobre os assuntos. É um dever constitucional divulgar de forma mais ampla possível suas realizações institucionais, não pessoais. Mas é profundamente repugnante, é um atentado ao bom senso democrático, é um crime tentar impor, por força dos milhões em verbas publicitárias, por força da caneta de nomeações e exonerações, sua visão de governo, de política e de mundo.

O mais grave não é tentar apenas impor uma linha editorial oficial sobre tudo e todos, mas é agir para ameaçar, caçar, demitir, sufocar os que pensam diferente e impedir o livre exercício de imprensa e de expressão. A informação motivada por interesse público não pode ser impedida por nenhum tipo de interesse, seja ele qual for, seja ele bom ou ruim para o Governo. A sociedade tem o DIREITO de ter acesso a todas informações principalmente as públicas mesmo as que contrariem o Governo.

A que parece, em Sergipe 30 anos depois do assassinato do jornalista Vladimir Herzog ainda se vive em tempos arbítrio, do autoritarismo e de opressão. Não por conta de ações físicas, antes fossem as ações piores que visam tentar impedir a liberdade de

OPINIÃO**14** Política

Aracaju, terça-feira, 11 de outubro de 2005

Cláudio Nunes

nunesclaudio@uol.com.br



Terrorismo X Imprensa

Covardes! Protótipos de Goebbels, chefe da propaganda de Hitler. Com uma diferença: Goebbels era inteligente, um grande orador e não deixava rastros tão chulos como ocorrem hoje com os que levam o terrorismo para a imprensa sergipana das formas mais desprezíveis. De um lado força a demissão de Eduardo Abril da FM Sergipe, sob pena de não repassarem recursos para a emissora, de outro usaram do anonimato, de um jornal apócrifo e de táticas terroristas para tirar do ar um site de notícias, só porque o mesmo tem como editor um deputado da oposição, Gilmar Carvalho (PSB).

E o pior: tem gente da própria imprensa aplaudindo. Talvez porque nunca sofreu na pele a falta de liberdade de expressão; talvez porque sempre foi servicial dos governantes de plantão ou talvez, algo pior, tem uma mente tacanha e não consegue galgar um sucesso profissional sem ter que beijar as botas do poder.

Lamentável também a omissão do Sindicato dos Radialistas, que foi tão bem administrado por Fernando Cabral, que não se curtiu em manifestar solidariedade a diversos colegas. Enquanto o Sindicato dos Jornalistas vem fazendo sua parte, a classe dos radialistas não tem a mesma sorte. Cadê o sindicato que não emitiu uma nota de solidariedade no caso de Eduardo Abril? Não quero acreditar, como dizem alguns colegas, que existem "amarras" que fazem boa parte da atual diretoria "esquecer" de defender a categoria neste momento.

E não se enganem, caros leitores, isso tudo é apenas o começo do que vem por aí, com as eleições estaduais do próximo ano. A ordem é fechar os meios de comunicação que não aceitaram o atrelamento político-partidário em troca das gordas verbas de publicidade. Já os profissionais que não aceitam entrar no "esquema" têm que ser desonralizados, constrangidos, processados e, se possível, que seus padrões na área privada sejam pressionados até a demiti-los.

Os colegas de profissão que estão chefiando estes esquemas esquecem que tudo passa. Sejam quatro, oito, dez anos, o poder é assageiro e, algum dia, pode voltar a ser um simples mortal da comunicação, que diariamente trabalha em dois ou três lugares para conseguir a manutenção de sua família.

É preciso que alguns governantes entendam que as críticas, principalmente na imprensa escrita, com a chamada crítica séria, que é feita por diversos articulistas deste Estado deve ser respeitada. Não é para colocar para execração pública e fazer terrorismo com o profissional que não aceitou a chamada "lavagem cerebral". Quem cobra respeito deve primeiro respeitar a liberdade de expressão e quando achar que foi atingido na sua honra, procurar o caminho da legalidade, a Justiça, e não fazer um terrorismo desrespeitando não só o profissional de imprensa, mas todos seus ouvintes e leitores.

Jornal do Dia

14 Política

3

Aracaju, sábado, 01 de outubro de 2005

Cláudio Nunes

nunesclaudio@uol.com.br

Liberdade de comunicação

Em Sergipe, o número de leitores dos jornais diários é pequeno se comparado com outros Estados. Porém, um dado interessante: a maioria tem acesso aos três jornais diários e pode analisar a linha editorial e quem mudou ou deixou de publicar determinadas matérias. Em pouco mais de 8 meses, o Jornal do Dia consolidou um espaço com base numa política de comunicação ouvindo todas as partes e não se curvando aos interesses de determinados setores.

Por conta deste reduzido número de leitores, os jornais locais ficam a mercê da publicidade governamental. Porém existe uma diferença: a publicidade governamental é bem vinda desde que não esteja atrelada a mudança da linha editorial do jornal. Talvez por isso, o JD não esteja no leque dos meios de comunicação que recebem verbas do governo estadual. Enquanto isso, alguns chegam a R\$ 100 mil, R\$ 200 mil mensais. Para um Estado como Sergipe é muito, muito mesmo.

O advogado e jornalista Fausto Leite, na coluna que escreve semanalmente no Jornal da Cidade, fez um artigo com o título "O temor político de liberdade de comunicação". Fausto fez uma abordagem correta sobre o tema, citando casos de tentativa de cerceamento da liberdade de expressão. "O simples fato de criticar um agente público – governador, prefeito, deputado secretário de Estado, diretores de órgãos, dentre outros – pode gerar uma querela jurídica capaz de tirar o sono de muita gente que não sabe usar tecnicamente o instituto que alude à expressão, à comunicação, a manifestação do pensamento, à sua difusão, à criação e à informação", explicou o advogado.

"Mas, nós que fazemos a comunicação sergipana, não podemos baixar a cabeça para essas pessoas que usam, truculentamente, o poder que detêm para inibir que a população seja preterida do direito constitucional da informação constitucional da informação", disse. Fausto concluiu o artigo lembrando que "não podemos permitir que nos tirem o direito de liberdade de comunicação e crítica que a Constituição nos presenteou. E, se isso vier a acontecer, faremos parte do final da poesia do russo Maiakovski: ...sim agora não podemos dizer mais nada..."

Este colunista entende que este artigo foi importante para o momento em que vive a imprensa em Sergipe. Hoje, colunistas e órgãos de comunicação que não se curvaram ao esquema governamental estão sendo processados de todas as maneiras possíveis, por políticos que nos palanques defendem a liberdade e a democracia com unhas e dentes. Alguns destes processos parecem piada. Porém, ao contrário da intenção, de tentar calar a voz de cada um, o tiro sai pela culatra, cada processo serve como estímulo para continuar no caminho certo. Como disse Carlos Drummond de Andrade: "a liberdade é defendida com discursos e atacada com contralobos".

JORNAL DA CIDADE**ESPECIAL**

ARACAJU, DOMINGO 9 E SEGUNDA 10 DE OUTUBRO DE 2005

A-**/"Eu sei quem editou o jornal"**

O deputado Gilmar Carvalho (PSB) foi alvo, ao final da semana passada, de um golpe abaixo da cintura. Um jornal apócrifo (não é assinado por ninguém) intitulado "Pasquim NEnotícias.com" circulou por toda a Aracaju, contendo exclusivamente trechos de inteira esculhambação com o parlamentar. Como Gilmar é hoje o mais impiedoso crítico de Sua Excelência, o dr. João, é de se supor de onde veio o jornal. Há pessoas encasteladas no Palácio de Despacho que são pródigas em fazer acusações e, num gesto de covardia, não assina embaixo. Que as críticas de Gilmar, às vezes, são intolerantes, isto todo mundo sabe. Que o seu programa radiofônico é calcado num processo de sensacionalismo, também. Mas não vai ser respondendo na mesma moeda que se conseguirá o êxito de calá-lo.

Gilmar disse ao escriba que já sabe a jornalista que fez o jornal e a gráfica que o rodou. Vai para a Justiça para forçar a obter dos dois a autoria intelectual do veículo. Mas, é uma descoberta inócua. Todo mundo já sabe quem foi.

12 Política

JORNAL UOL VIA

Aracaju, sexta-feira, 14 de outubro de 2005

Rita Oliveira

rittaoliveira@uol.com.br

Liberdade de imprensa

Um ato público em defesa da liberdade de expressão e de imprensa e em favor da democratização dos meios de comunicação está sendo organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de Sergipe. A manifestação – que também marcará os 30 anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, morto em São Paulo pela ditadura militar – será no próximo dia 25, provavelmente a partir das 15 horas, na praça Fausto Cardoso.

O ato é mais do que oportuno e necessário, uma vez que a imprensa sergipana vive na maior repressão desde o fim da ditadura militar. Usando a força das verbas de publicidade, que é quem alimenta os meios de comunicação, o governo do Estado impõe a censura em troca de anúncios institucionais. Ou se “enquadra”, falando somente de bem do governo, omitindo as mazelas, ou fica de fora do plano de mídia tabulado em R\$ 30 milhões nos próximos 12 meses.

Como se não bastasse isso, jornalistas e radialistas que não se deixam amordaçar estão sendo demitidos por pressão do governo ou sendo processados pelo próprio governador João Alves (PFL), que não aceita críticas e muito menos que façam denúncias contra sua administração. O radialista e deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB) é uma das maiores vítimas desses atos antidemocráticos do governo.

Além de responder a vários processos, Gilmar Carvalho acabou perdendo, por decisão da Justiça e a pedido de João Alves, a imunidade parlamentar fora da Assembléia Legislativa. Isso quer dizer que ele pode ser condenado por exercer a sua liberdade de expressão no rádio. E o mais grave de tudo é que, por não se intimidar, Gilmar está sendo vítima da distribuição de um jornal apócrifo que depõe contra a sua pessoa e, nos últimos dias, de uma invasão criminosa ao seu site de notícias.

Diante desse quadro de amordaçamento da imprensa, que acaba privando o leitor, ouvinte e telespectador de tomar conhecimento da verdade dos fatos – doa a quem doer – é que no dia 25 deste mês a sociedade de um modo geral deve se somar à luta dos jornalistas e radialistas pela democratização da comunicação e liberdade de expressão, tão fundamentais e imprescindíveis para a democracia brasileira.

*Jornal do Dia
Aracaju, domingo e segunda-feira, 09 a 10 de outubro de 2005*

13 Gilmar denuncia invasão de site

Chico Freire
frelrechico@yahoo.com.br

No final da tarde de sexta-feira, hackers conseguiram tirar do ar o site Ne Notícias, do radialista e deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB).

O site foi tirado do ar através de fraude de documentos que foram encaminhados a Fapesp, empresa que controla o registro de domínios e hospedagem de sites no Brasil e USA, levando a Fapesp a comunicar à Infonet uma nova senha como se a Infonet tivesse solicitado.

Os hackers conseguiram a senha através da qual é possível colocar o Ne Notícias no ar, com objetivo de direcionar seus usuários para um outro site que apresenta "denúncias" contra o deputado Gilmar Carvalho.

O caso já foi levado ao conhecimento do superintendente da Polícia Federal em Sergipe, Kércio Silva Pinto, que nesta semana vai pedir a quebra do sigilo do IP (endereço de registro do site).

Na próxima segunda-feira, o deputado Gilmar Carvalho, que também é jornalista e editor do Ne Notícias, promete denunciar a invasão ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal.

Também será denunciada a Fapesp, por ter permitido a invasão sem checar a origem do documento que permitiu a quebra do sigilo da senha.

Gilmar Carvalho também informou que já dispõe do número do IP de onde teria partido a invasão ao Ne Notícias. "Trata-se de um IP da Telemar", disse Gilmar.

Ainda segundo o deputado, o grupo responsável pela invasão é o mesmo que, no mês passado, colocou um ministério em frente à Assembleia Legislativa de Sergipe, veiculando uma gravação que procurava desmoralizá-la e, depois, distribuiu nas ruas de Aracaju um jornal apócrifo com "denúncias", com o mesmo objetivo.

Gilmar disse ter ficado surpreso com a ação, mas ao mesmo tempo satisfeito por estar mais perto do autor que é de setor ligado ao governo do Estado. Ele disse que sabe manipular muito bem a internet e quer lhe prejudicar politicamente.

12

JORNAL DA CIDADE

OPINIÃO

CADERNO A

ARACAJU • DOMINGO 9 E SEGUNDA 10.10.2005

PERISCÓPIO

DA EDITORIA POLÍTICA

JOGO SUJO I

Fraudando documentos que foram encaminhados à Fapesp, empresa que controla o registro de domínios e hospedagem de sites no Brasil e USA, os hackers conseguiram a senha através da qual é possível colocar o Ne Notícias no ar com objetivo de direcionar seus usuários para um outro site que apresenta "denúncias" contra o deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB). O parlamentar também informou que já dispõe do número do IP de onde teria partido a invasão ao Ne Notícias. "Trata-se de um IP da Telemar", disse Gilmar.

JOGO SUJO II

O caso já foi levado ao conhecimento do superintendente da Polícia Federal em Sergipe, Kércio Silva Pinto. Nesta segunda-feira, o deputado Gilmar Carvalho, que também é jornalista e editor do Ne Notícias, promete denunciar a invasão ao Ministério Público estadual e ao Ministério Público federal. Também será denunciada a Fapesp, por ter permitido a invasão sem checar a origem do documento que permitiu a quebra do sigilo da senha.

Jornal do Dia

Aracaju, terça-feira, 11 de outubro de 2005

Cidades **07**

Gilmar protesta contra invasão de site

O deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB) denunciou ontem agressão à liberdade de imprensa, revelando que alguém falsificou uma assinatura de um diretor da Infonet e chegou a autenticar o documento em cartório, que foi encaminhado a Fapesp, solicitando a alteração da senha de um site.

Segundo o deputado, na última sexta-feira à tarde, a Fapesp informou a Infonet que já tinha alterado a senha do

site, que fora solicitado.

"Com essa senha, quem fez esse trabalho criminoso pode invadir qualquer site que esteja agrupado e que estão controlados com a Infonet", explicou o deputado.

O deputado disse que a Infonet descobriu a fraude, que teve como objetivo prejudicar o "nenoticias". Segundo ele, ao clicar o endereço do "nenoticias", o internauta iria para o endereço de um pasquim após

crifo, com informações baseadas num jornal, também após crifo, que foi distribuído em Aracaju (cerca de 10 mil cópias). "São apenas, e tão somente, ofensas contra mim", desabafou Gilmar Carvalho.

De acordo com o parlamentar, o trabalho feito pela equipe do "nenoticias" evitou o pior. "O tal site não tem autor, pois é obra de um covarde", disse.

O parlamentar informou

que já registrou queixa na Polícia Federal e vai agir por meio da Justiça para descobrir quem é o responsável pela fraude.

O deputado já pediu a quebra do sigilo telefônico para saber quem praticou a fraude contra o site "nenoticias". Ele considera que "ninguém fez isso à toa" e trabalhará para saber quem agiu dessa forma. "Sergipe vai tomar conhecimento de quem praticou o crime."

JORNAL DA CIDADE

OPINIÃO



politica@jornaldacidade.u

ARACAJU • QUARTA 12 E QUINTA 13.10.2005

PERISCÓPIO

DA EDITORIA POLÍTICA

COVARDIA

Tem repercutido muito mal junto aos jornalistas o apócrifo editado contra o deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB). Dez em cada 10 profissionais de imprensa que tiveram acesso ao panfleto acham que ele revela a falta de ética e a covardia de quem o produziu. Aliás, tem professor de comunicação levando o pasquim para as salas de aula e usando como exemplo de imprensa marrom e de afronta à cidadania e ao bom senso. De fato, o jornaleco é uma lástima.

•Aqueles que temem a língua ferina do deputado Gilmar Carvalho estão jogando pesado e sujo com ele. Como se não bastasse a distribuição de um jornal apócrifo, atacando-o, agora conseguiram entrar até no seu site. Esses métodos, até fora da lei, têm a cara de um dos auxiliares do governo... Quanta baixaria.

Aracaju, Terça-feira 11 de outubro de 2005
Política

PIRATARIA

Gilmar que punir quem violou site

O deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB) anunciou ontem que vai entrar com duas representações – uma no Ministério Público Estadual e outra no Ministério Público Federal – solicitando que seja apurada “a agressão à liberdade de imprensa” que ele sofreu, através da alteração da senha de acesso da Infonet, com o único objetivo de alcançar o território do seu site de notícias, o NE Notícias.

Gilmar também vai pedir à Justiça quebra do sigilo do IP (um identificador que fornece todas as informações sobre o acesso feito) junto a Telemar para que possa localizar a máquina que originou o e-mail pelo qual foi pedida a alteração da senha. “Alguém falsificou uma assinatura de um diretor da Infonet e chegou a autenticar o documento em cartório, que foi encaminhado a Fapesp, solicitando a alteração da senha do site”, disse, ressaltando que vai descobrir de onde partiu a iniciativa “do a quem doer”.

GILMAR protesta contra invasão

O deputado disse que na sexta-feira à tarde, a Fapesp informou a Infonet que já tinha sido feita a alteração solicitada. Ele ressaltou que com essa senha quem fez o “trabalho criminoso”, pode invadir qualquer site, que esteja agrupado e que estão contratados à provedora. “A Infonet descobriu a fraude, que teve como objetivo prejudicar o NE Notícias”.

Os usuários e assinantes do site de notícias de Gilmar, ao clicar no endereço eletrônico, caía num “pasquim”, distribuído há cerca de uma semana nas paradas de trânsito de Aracaju, com notícias difamatórias contra Gilmar Carvalho. “O trabalho feito pela equipe do NE Notícias evitou o pior”, disse, ressaltando que descobrirá de onde partiu a agressão. “Quando maior for o agressor, maior será a queda”, afirmou, acrescentando que a ação “é de um covarde”.

JORNAL DO DIA

12 Política

Aracaju, sábado, 15 de outubro de 2005

Rita Oliveira

rittaoliveira@uol.com.br

15X

O jornal apócrifo contra o deputado Gilmar Carvalho, denominado "Pasquim nenoticias.com", continua sendo distribuído no Estado. Ontem mesmo, ele chegou, via correio, a residência desta colunista.

Por ser anônimo e ter o objetivo de desmoralizar, esse tipo de prática é uma covardia, uma afronta ao direito de cidadão e de liberdade de expressão de Gilmar.

A Polícia Federal precisa agilizar as investigações para descobrir o autor dessa aberração — que é o mesmo que violou o site de Gilmar — e colocá-lo na cadeia. Esse tipo de ação tem o repúdio da sociedade e, por isso, não merece ficar impune.

PF

O delegado da Polícia Federal Kércio Pinto disse ontem no programa Jogo Aberto da FM Sergipe que será fácil encontrar quem praticou o crime cibernético, contra o site nenoticias.com.br, através da Embratel. Kércio explicou que se necessitar de reforço vai consultar a Interpol. Nos bastidores, o comentário é que a onda de denunciamento contra Gilmar Carvalho é desespero por conta de que mesmo com toda a propaganda contra, o nome dele continua em alta nas pesquisas eleitorais.

O ne DO SECRETÁRIO

Na semana passada o site do deputado Gilmar Carvalho foi literalmente invadido e detonado. Esta operação absurda e que revela, no mínimo, censura, é fruto de uma ação altamente especializada em informática. Não é qualquer um que possui essa condição. Este colunista, por exemplo, conhece um secretário de estado que é um "maluco" por alta tecnologia. Faz tudo por qualquer aparelho ou ação em informática.

Gilmar chega a autores de jornal apócrifo

As primeiras investigações sobre a origem dos 10 mil jornais distribuídos no fim de semana, somente com denúncias contra o deputado estadual Gilmar Carvalho (PSB), podem comprometer setores do governo do Estado.

Uma das fotos publicadas no jornal liga o material a uma jornalista, já identificada, que presta serviço ao governo, disse o deputado.

Ainda esta semana, segun-

do Gilmar, serão impetradas duas ações, uma civil e uma criminal contra os responsáveis pela foto que liberou para ser publicada no jornal. Os responsáveis poderão ser penalizados se não disserem a quem o material foi entregue e o dono da gráfica onde o jornal foi rodado.

Gilmar disse ainda que se o fotógrafo e o dono da gráfica disserem na justiça por quem foram contratados, a ação poderá ser retirada, mas se não infor-

marem terão que arcar com toda a responsabilidade e consequência.

O deputado disse já ter informações precisas de onde partiu tudo e os seus verdadeiros objetivos, mas que a polícia é quem tem que apurar e divulgar os fatos e os verdadeiros responsáveis.

Ontem, o deputado conseguiu retirar do ar o site que abrigava as "informações" publicadas no jornal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa, que falará em substituição ao Senador Luiz Otávio, ambos do PMDB.

Comunico ao Senador Antônio Carlos Valadares que, na forma do Regimento, seu requerimento será recebido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado da República.

Senador Alberto Silva, V. Ex^a realizou extraordinários governos no Piauí e na cidade de Parnaíba, onde foi prefeito. Obras inúmeras – sobre as quais não vamos dissertar aqui – que o povo do Piauí e do Brasil conhecem. Mas o essencial é invisível aos olhos. Quero crer que V. Ex^a plantou no Piauí a semente do saber na educação.

Das obras em nossa cidade de Parnaíba, de que muito V. Ex^a se envaidece: a energia elétrica, a primeira usina, a maior rede elétrica em extensão... Eu vi o Ministro Andreazza estar presente e dizer, na época. Paulo Afonso, Ceará, entrou primeiro no Norte, mas ele nem se lembra.

Mas a educação transforma tudo. Há poucos dias, eu comentava a sua realização, justificando a expansão da Universidade do Estado do Piauí, que eu fiz no meu Governo. Trinta e dois **campi** avançados, mais de trezentas faculdades.

Mas eu dizia que V. Ex^a balançou Parnaíba, Senador Alberto Silva. Eu sei que V. Ex^a se orgulha do dique, igual ao da Holanda. Protege, o dique. Mas foi V. Ex^a que levou – e nem sabe – um educador, Edgar Linhares, para Parnaíba. Um homem só. Foi agora, na sentinela da nora do Professor Antônio de Pádua Costa. Esse Edgar Linhares é do nível de Paulo Freire, da alfabetização, é colega.

Senador Alberto Silva, eu o elogiava, porque modificou a nossa vida: V. Ex^a pegou o colégio, que é hoje Colégio Diocesano, Unidade Escolar São Luiz Gonzaga, e deu bolsa para todos os estudantes pobres. Lutou e possibilitou a vinda daquele educador. E eu estudei com ele, por isso acho que estou aqui. Edgar Linhares modificou a educação. Foram oito anos. E eu dizendo: um homem só balançou a educação. Ele é do nível de Paulo Freire. Depois, foi Secretário de Educação no Ceará, e o seu filho é quem dirige o Complexo Cultural Dragão do Mar.

V. Ex^a também foi feliz quando consolidou a Universidade Federal, trazendo também um reitor mineiro, que modernizou a Universidade Federal do Piauí.

Então, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a também fez da Bahia um país, mas quero lhe dizer que os piauienses, em sua maioria, iam se educar na Bahia. Temos essa gratidão. Depois do Governo Alberto Silva, essa situação mudou. Nasceu a Universidade Federal e começou a estadual, que eu expandi no maior crescimento universitário não do Brasil, mas do mundo, Senadora Heloisa Helena.

Lembro-me, Senadora Heloisa Helena, de quando estávamos naquela malfadada primeira reforma da Previdência, em que os velinhos foram sacrificados, quando tiveram cortados direitos adquiridos. Depois, eles próprios vieram com uma reforma paralela para minimizar o malfeito.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – E as professoras ficaram de fora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Certo. Naquela época, como recebi *e-mails*! Olha, chegava semana que era uma quantidade enorme de *e-mails* que eu recebia! E agora comecei a recebê-los.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o Lula é aquilo que aprendi no Piauí: “O feitiço virou contra o feitiço”. Ele foi o Ph.D, o mestre da greve lá no ABC – parece cartilha: ABC –, mas ele não ensinou a acabar com elas. Vamos para o terceiro mês de greve da universidade federal não só no Piauí, mas no Brasil todo, inclusive daqui.

Senador Antonio Carlos Magalhães, falam aí da ditadura, da revolução, mas quando comecei a faculdade, o Presidente era Jânio Quadros, depois foi João Goulart. Não me lembro de ter havido um dia de greve. Daí, eu estar aqui. E era no Ceará. O Senador Alberto Silva começou a construir a do Piauí, mas, antes, íamos estudar no Ceará ou na Bahia. O próprio Senador Alberto Silva se formou em Itajubá, e no dia 23, S. Ex^a será homenageado. Mas não me lembro de um dia de greve. E aí está a greve. Eu recebi muitos *e-mails* de pais e de mães. Acorda! No filho, a esperança; em casa, não tem para aonde ir.

Senadora Heloísa Helena, Napoleão, o francês, Senador Antonio Carlos Magalhães, disse assim “Instantes perdidos em sua mocidade é desgraça no futuro”. Napoleão, o estadista, do Código Civil.

Em todo País, a universidade federal está em greve. Quer dizer que o Lula só sabe começar, não sabe terminar uma greve! Ó, Lula, e a Educação?

Lembremos de Padre Antônio Vieira, de quem a Senadora Heloísa Helena sabe tudo, tudo, tudo. Outro dia, S. Ex^a me pegou, este instrumental aqui, e falou o Sermão do Pregador, do Padre Antonio Vieira. S. Ex^a sabe tudo. Ele ensinou, Presidente João Batista, que um bem nunca vem só, sempre vem acompanhado de

outro bem. Mas, em compensação, Senador Alberto Silva, uma desgraça nunca vem só.

Então, todas as universidades federais estão paradas já há três meses, e a mocidade está em casa, desencantada. Uns estudando fora, nas pensões, nos albergues, sem um sentido de responsabilidade, de disciplina, e um mau exemplo.

Mas nunca vem só uma desgraça. Senador Antonio Carlos Magalhães, tive uma bursite, já faz quase três meses. Tem um do Piauí, que se formou comigo, Dr. Ayres, de Amarante, terra de Dirceu, foi Senador, que tombou aqui, secretário de Alberto Silva. E mandei procurar o professor, que não estava em Amarante, terra de Da Costa e Silva, que fez o hino do Piauí: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador”. E eu telefonei para o Ayres, e, ele, atencioso – estudamos juntos no Rio, reumatologista famoso – disse: “olha, tenho um filho que está fazendo a mesma especialidade. A jovem minha filha conhecia o filho, um rapaz solteiro, que me disse: “pode vir, Senador, o senhor é amigo do meu pai, estou na UTI do hospital da universidade”. Aí fui, com dor mesmo, bursite e, realmente, por esse relacionamento... Mas, Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me senti mal ao entrar. A fila, tudo parado. Não só as escolas de Agronomia, de Direito, de Odontologia, de Pedagogia, mas as escolas de saúde, de Medicina, todas têm anexos no hospital universitário.

Senador Alberto Silva, vi as filas, tudo parado. Senti-me até mal, por causa desse privilégio que tive, porque gosto de igualdade. E mais: atendeu-me, e estou aqui.

Quantos estão a sofrer, Senador Alberto Silva, nos corredores dos hospitais universitários! Hospitais de alta e extraordinária resolubilidade, também abrandados pela greve. Diminuíram o atendimento das eletivas, só atendem casos excepcionais.

Pediria aqui que o Ministro terminasse isso. Penso que estamos aqui por esse respeito e entendimento, porque educação é a coisa mais importante. Senador Alberto, Deus nos prepara. V. Ex^a, sendo Prefeito, Governador antes de mim, foi um farol e me possibilitou visitar a Alemanha quando Prefeito de Parnaíba. Fiquei perplexo, porque vi uma Alemanha moderna reconstruída.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, para concluir.

Eu era levado pelo intérprete ao professor Basedow, a Heidelberg, a cidade universitária, a mais antiga universidade da Europa. Senador Alberto Silva, arquitetura antiga, aqueles castelos, totalmente diferente de todas as cidades por onde passei. E eu inda-

gava como pôde ficar assim, depois de duas guerras, bombardeio? É que o mundo respeitou Heidelberg. Alberto Einstein estudou em Heidelberg. A Alemanha reconstruiu-se porque tem o saber, a universidade; e as nossas estão em greve.

Peço ao Presidente da República, já que ele se livrou do Bush, já que ele é Ph.D... Do Ministro da Educação ninguém sabe o nome, ninguém conhece. Ele colocou Cristovam Buarque, um mestre, tirou por telefone e levou o Ministro Tarso Genro para o PT, que já saiu, e deixou um menino e a greve.

Concedo um aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mão Santa, antes de mais nada, agradeço-lhe pelas palavras elogiosas. Realmente, V. Ex^a tem razão, e lá no Piauí V. Ex^a provou algo que marcou completamente o Estado em sua administração: conseguiu levar para o interior a esperança de milhares e milhares de jovens que não tinham a menor chance de entrar no ensino superior universitário, levou a universidade para o interior do Piauí. Só por isso, o governo de V. Ex^a já merecia uma medalha de mérito em relação à educação. V. Ex^a tem razão: está na hora de o Presidente Lula, que outro dia falou aos Ministros que eles precisavam gastar o dinheiro – está nos jornais, e talvez nem se trate de gastar o dinheiro –, e o Ministro da Educação levem em consideração que a greve está prejudicando o Brasil inteiro: pais, mestres, alunos. O País está parado no setor mais importante, que é a educação. V. Ex^a tem razão. Acho que está na hora de o Presidente dar um basta e dar uma ordem severa ao Ministro para que acabe com essa greve, porque ela está prejudicando realmente o País. Não só V. Ex^a, mas eu também tenho recebido inúmeros *e-mails* reclamando da nossa atuação e dizendo o que devemos fazer para acabar com essa greve. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Alberto Silva, V. Ex^a está aí porque foi iluminado ao escolher o seu Secretário de Educação, o professor Wall Ferraz, que marcou época. Talvez o Presidente Lula não seja iluminado, mas quero pedir a ele que acabe essa greve, porque a situação do Presidente, Senadora Heloísa Helena...

Eu ouço a voz rouca das ruas, Senador Alberto Silva. Passei numa banca ali e vi a confusão. Presidente Lula, sei como é isso. Fui Prefeitinho e fui Governador e sei que você fica ali cercado de uns puxa-sacos. Saia e ouça a voz!

Juscelino Kubitschek, Senador João Batista, se virava e perguntava: “Como vai o monstro?”

(Interrupção no som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele chama-va os amigos dele, Israel Pinheiro, Zé Maria Alkmin, à noite e perguntava: “Como vai o monstro?” O monstro era o povo, Alberto. Então, o Lula fica ali, cercado. Nós conhecemos isso, não é, Alberto Silva? Fomos Governadores e sabemos dos “puxa-sacos”. Olha, o “monstro” está enfezado! Eu vi literatura de cordel numa banca lá no Piauí. Essa literatura do poeta, que funciona, que dá dinheiro! Olha os títulos, Senador Alberto Silva! Não tem ninguém do PT aqui, porque eles não gostam de trabalhar. Eu queria dar para o PT, mas foram todos embora. O exemplo arrasta. Veja os títulos inspirados, Senador Alberto Silva, que me fizeram rir: **O sertão do Presidente. Lula e o seu bando; Eis a verdade. Partido das Trapaças.** Eu paguei bem feliz, e o cabra ganha dinheiro com isso. Outros títulos: **A grande farsa na república; Fome Zero**, de Fernando Venelito – “não queremos esmolas”; “somos capazes”; “queremos trabalho”. Coitadinhos, eles estão com fome.

Lula, quem avisa amigo é. A OAB está se reunindo hoje. Se nessa reunião da OAB baixar o espírito daqueles juristas do passado, de Sobral Pinto, de Evandro Lins e Silva... A OAB está se reunindo hoje!

Outro título da literatura: **Só impítima ao Presidente.** Literatura do povo.

Não quero isso, não. Não quero **impeachment**, não. Só quero que acabe a greve, Alberto. É só esse o pedido de nós, Senadores.

Concedo o aparte neste instante, com a generosidade e a grandeza de V. Ex^a, à Senadora Heloísa Helena, que é professora e enfermeira.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Mão Santa, quero parabenizar V. Ex^a, que, mais uma vez, traz à Casa o apelo, a solicitação para que o Governo estabeleça um mecanismo, um canal de negociação com os trabalhadores do setor público das universidades, tanto para os docentes quanto para os funcionários. Sei que a situação de miséria, de sofrimento, de desemprego, da desestruturação de parques produtivos e do aparelho de Estado está realmente em vários setores. Sei que há o problema gravíssimo da corrupção, sei que há problemas em relação a outros setores da sociedade também. A esculhambação é tanta que fica até difícil definir setores pelos quais fazer apelos no Congresso Nacional, como fazem o Senador Alberto Silva, o Senador Motta e V. Ex^a, que várias vezes já trouxe à Casa o debate sobre a universidade. Na semana passada, tive oportunidade de falar sobre a questão da ausência de execução orçamentária para a saúde e para a educação e vou tratar da segurança pública amanhã. Sei que há problema por todos os lados. V. Ex^a faz um apelo para que o Governo retome as articulações para o fim da greve das universidades,

mas não é uma coisa tão simplória. Quando tratamos da universidade pública brasileira, estamos tratando não apenas dos alunos que estão nas salas de aula, mas estamos tratando de ensino, de pesquisa e de extensão. Nenhuma sociedade que se quer civilizada pode se reivindicar moderna e civilizada simplesmente porque algumas pessoas podem manusear o teclado do computador com agilidade. Isso é porcaria diante do significado da produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia. No Brasil, mais de 90% do que existe de ciência, conhecimento e tecnologia vêm do setor público, incluindo a universidade pública.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Reabrir as negociações para que os trabalhadores das universidades, professores e funcionários, tenham acesso a condições dignas de trabalho significa não apenas atender o apelo dos pais de alunos, que lutam tanto para que seu filho chegue à universidade, dos alunos que conseguem chegar à universidade pública, mas significa tratar do que é essencial: ensino, pesquisa e extensão, aquilo que significa a universidade pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade. Fica muito difícil falarmos com serenidade em relação ao setor público brasileiro e até à universidade! Fica difícil ter tranquilidade para falar disso! V. Ex^a lembrava o “Lula, Paz e Amor”. É paz e amor para os banqueiros, para o capital financeiro, para os parasitas sem pátria, para os gigolôs das instituições de financiamento multilaterais.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Há uma relação de desrespeito, de frieza, de crueldade, de incompetência, de cinismo quando se trata do setor público. Defender o setor público é defender o Brasil. Muitas empresas privadas contratam a pesquisa, o conhecimento, a ciência e tecnologia das nossas universidades. Então, não podemos deixar que o que a nossa universidade produz na área de ciência e tecnologia seja um serviço que possa ser comprado. Acaba se tornando apropriação privada de um conhecimento desenvolvido com o dinheiro público pelo setor público. Então, é tão grave a situação que nossa obrigação é fazer isso que V. Ex^a está fazendo. Meu aplauso a V. Ex^a, minha solidariedade ao pronunciamento e, mais uma vez, meu apelo. Sei que é um “governo paz e amor”, volto a repetir, para os parasitas sem pátria, para o capital financeiro, para os gigolôs do Fundo Monetário Internacional e que há um requinte de perversidade, de cinismo, de frieza na relação com o setor público. Nenhum país pode ser uma pátria soberana, ética e fraterna se ele não zela por aquilo que é a essência,

que é o seu Estado. A razão de existir é o Estado. Se não zela nem por aquilo que é a própria razão de existir do Estado brasileiro – só têm Presidente da República e Congresso Nacional por isso –, fica realmente difícil. Então, parabéns a V. Ex^a, que, mais uma vez, traz à Casa um tema de extrema importância, que é um problema gravíssimo naquilo que significa ensino, pesquisa e extensão no nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, vou concluir.

A Senadora sintetizou, porque é professora universitária e enfermeira.

Terminando, Senador João Batista Motta, eu queria advertir o Presidente da República. Senador Alberto Silva, Pedro II governou por 49 anos e só fez uma viagem para a Europa. Lula, atentai bem: Pedro II só fez uma viagem à Europa, fez a primeira escola pública para ser modelo, para irradiar. A coisa pública é que tem de ser isenta.

Terminaria o discurso citando o Padre Antonio Vieira da Senadora Heloísa Helena. O Padre Antonio Vieira, ensinando os outros padres, dizia: “Pregadores, vocês falam, vocês pregam” – como o Lula – “mas a igreja está vazia, porque vocês só têm palavra, falta-lhes o exemplo, a ação”. O exemplo arrasta; palavra sem exemplo é tiro sem bala. É isto Lula: você fala, fala, fala e está em greve. Vossa Excelência é especialista em greve, PhD em greve, foi quem fez mais greve, mas não sabe pôr fim a uma greve que está acabando com a nossa mocidade!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre representante da Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que, para termos autoridade de criticar, como eu critico, temos de comparecer às sessões com mais assiduidade. O País vive uma crise, e esta crise aumenta na medida em que o Parlamento não dá as respostas necessárias. Aqui, hoje, neste exato momento, estão aqui presentes V. Ex^a, Sr. Presidente, o Senador Mão Santa, o Senador Alberto Silva e eu. Vários líderes deveriam estar aqui – e não faço exceção, refiro-me aos da oposição e aos do governo –, porque o momento nacional é extremamente grave. Tão grave que nos obriga a dizer que já passou a hora de o Presidente Lula deixar de ser evasivo. Nas cada vez mais raras manifestações de Sua Excelência

à imprensa, ele não fala; ele faz discursos demagógicos nos lugares a que comparece, e, infelizmente, a situação do País se agrava a todo instante – menos para ele, que é totalmente irresponsável nos seus atos.

O Presidente precisa entender que o País quer ver os culpados, todos eles, punidos de verdade. A CPI dos Correios aponta o Banco do Brasil como fonte de recursos para Valério, para o PT e para seus aliados. Está provado. Só isso seria suficiente para motivar uma providência séria. Não podemos ficar demorando, irritando o povo com a nossa inércia.

Tenho o dever de chamar a atenção para esse fato. Cabe a todos nós enfrentar o Presidente, que deve respeito ao Legislativo e às CPIs. Que Sua Excelência responda as acusações! Hoje, aliás, o Presidente se apressou para gravar o programa Roda Viva. Adiantarei algumas das respostas porque já temos conhecimento de alguns fatos.

A revista **Veja**, que agora é execrada pelo PT, demonstra, mais uma vez, que os recursos vindos do exterior também irrigaram a horta do PT e de seus aliados. O PT, em vez de responder as acusações, preferiu ameaçar, chantagear a revista, pensando que ela iria se calar. Errou. Conheço a revista **Veja**, a sua tradição e os serviços já prestados ao País. O PT classificou as denúncias de fantasiosas e inverossímeis, chegou a ridicularizar o fato de o dinheiro ter sido transportado em caixas de bebida. É até uma coincidência o dinheiro do PT ir para Lula em caixas de bebidas – aí é só coincidência, Excelência. Tempos atrás ninguém imaginaria que os dólares petistas fossem transportados até em cuecas, mas isso aconteceu! Chegaram ao Ceará pelo irmão do presidente do PT.

Ora, Sr. Presidente, a estratégia do governo é apenas negar. Enquanto puder, usará a expressão de Armando Falcão dos tempos do regime militar, da qual eles antes não gostavam: “Nada a declarar. Se pressionado, negar, negar, negar sempre para não ser apanhado na mentira. Descreditar, a todo custo, as acusações”. De outro lado, postergar, dificultar – como até determinadas áreas do Ministério da Fazenda, segundo dizem, vêm fazendo – as investigações das CPIs. Faltou combinar com o Ministério Público, com o corpo técnico da CGU, com o Tribunal de Contas da União, com a imprensa, com a Polícia Federal e, principalmente, com todos os cidadãos de bem deste País, que querem ver tudo apurado, e os culpados punidos.

Só hoje se encontram nos jornais denúncias como: “Tribunal de Contas comprova superfaturamento na Eletronorte”; “Banco do Brasil garantiu empréstimos do valerioduto”; “Tribunal de Contas investiga 12 milhões pagos ao dono do avião” – ao dono do avião

que carregou as caixas de bebidas com dólares vindos de Havana –; “CGU” – os técnicos da CGU, não o Controlador-Geral da República – “reage a ataque de Gushiken”. É porque os técnicos da CGU tiveram a coragem – não o Dr. Waldir Pires, mas os técnicos da CGU; claro que talvez até tenham tido o seu aval, o que seria louvável – de declarar que o Sr. Gushiken, homem de confiança do Presidente da República, era o responsável direto pelos contratos de publicidade por meio dos quais saía o dinheiro para o valerioduto.

Segundo Gilberto Carvalho – hoje está até em moda –, o Presidente anda magoado e reclamando porque não pode fazer a sesta desde o início da crise. Não sabíamos que ele tinha esse bom hábito da sesta. Eu não consigo fazer a sesta em toda esta minha vida. Mas o Presidente encontra tempo do seu trabalho para fazer a sesta e também o descanso dos sábados e domingos.

Ao menos para isto tem servido a crise: impedir que o Presidente durma durante o trabalho! Ele que devia trabalhar mais e dormir menos.

Ora, Presidente Lula, investigue de verdade, puna quem tiver de ser punido. Atestado de idoneidade, no seu Governo, é difícil de dar, mas dê apenas a quem o mereça. Responda às perguntas da sociedade, somente assim Vossa Excelência poderá deitar a cabeça no travesseiro e voltar a dormir o sono dos justos, mesmo que seja apenas para uma sesta.

Sr. Presidente, hoje o Presidente aparecerá no programa “Roda Viva”. Posso aqui adiantar alguns de seus comentários, a menos que cortem alguma coisa. Ele diz que, quanto aos dólares cubanos, não é verdade porque Cuba é um país pobre, e a testemunha seria Ralf Barquete, que já está morto. Essa é a sorte dele. Se Ralf Barquete vivo estivesse, nós já estaríamos com as provas mais evidentes dos três milhões que Cuba mandou para sua campanha. Incrível!

Palavras do Presidente que, provavelmente, se não forem cortadas, talvez até depois deste discurso seus alcagüetes venham a cortá-las, sobre a presença do seu filho nos recursos da Telemar com a empresa deles – Fábio é o nome do filho do Senhor Presidente da República. Lula disse que a empresa é particular, ele é Presidente da República e não tem nada a ver com os negócios do filho.

Como V. Ex^{as} sabem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Telemar comprou 30% das ações por R\$2,5 milhões; e pagou R\$2,5 milhões para ter a exclusividade da compra. A empresa produziu, portanto, um capital de R\$5 milhões para o filho do Presidente da República. E ele responde que não tem nada com os negócios do filho. Certamente não terá também com os do seu irmão Vavá.

E assim é a república sindicalista do Presidente Lula. Esses são os exemplos que ele quer dar ao Brasil. Eu seria o primeiro a dizer: “Meu filho, não entre nesse negócio. Você sabe que o seu negócio não vale R\$5 milhões. Conseqüentemente, saia disso para o seu pai não ficar mal.” Mas, não; está aprovando o negócio feito pelo filho, de R\$5 milhões. E veja só. O filho do Presidente pega R\$5 milhões...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Terminarei, Sr. Presidente.

E posso até dizer que o Presidente – publicamente, pelo menos – não tem R\$5 milhões nem em seus bens nem em suas contas. Portanto, algo anormal está acontecendo.

Sobre o caixa dois, o Presidente vai dizer que não tem nada com isso. Que foi o Delúbio. O Delúbio é do PT, e ele não tem nada com o Delúbio. Se não cortarem, vai sair isso também. Que o Governo passado barrou todas as CPIs e ele não barrou nenhuma. E aí, ele se defende acusando. Não diz quem traiu. É perguntado sobre quem o traiu, mas não diz quem o traiu. E é grosseiro com o jornalista Augusto Nunes quando fala na sua infeliz frase: “Que o Brasil tem de engoli-lo.” O jornalista Augusto Nunes teve de responder educadamente por se tratar do Presidente da República, mas o Presidente foi extremamente grosseiro na entrevista.

Ora, Sr. Presidente, esta é a situação que o País vive. E hoje, com muita ênfase, falam que a Ordem dos Advogados negou o pedido de **impeachment**. É verdade! Uma conselheira do Mato Grosso pediu o **impeachment** e a Ordem dos Advogados criou uma comissão para fazer as apurações, para resolver se acatava ou não o pedido de **impeachment**, porque não iria acatá-lo apenas com uma acusação de uma conselheira. Mas o pensamento do presidente da Ordem dos Advogados, Dr. Roberto Busato, é exatamente o da conselheira, porque tem dado entrevistas repetidas demonstrando que o País vai mal e que não pode continuar a amoralidade existente no Governo Lula.

Se vão ou não aceitar o **impeachment** não nos interessa, porque tenho dito aqui, e V. Ex^a, Sr. Presidente, é testemunha, de que o maior **impeachment** que o Presidente pode ter é o das urnas. E ele sofrerá nas urnas, realmente, a grande derrota da vida dele. E derrota por quê? Porque não cuidou dos pobres. Fala em Bolsa-Família, nisso e naquilo. Os incautos acreditam.

Mas, na realidade, o que se vê é que o Bradesco, do meu amigo Lázaro Brandão, nesses dez meses de Governo, teve um lucro de R\$4 bilhões! Um lucro

de R\$4 bilhões teve o Bradesco! Pergunta-se: é justo que continuemos na pobreza, sofrendo e os lucros dos bancos cresçam a cada dia? Não. É esse estilo de governo, de proteger os ricos, fazendo de conta que está ajudando os pobres, que vai derrotá-lo. E vai derrotá-lo porque o povo brasileiro não aceita mais essa maneira de governar, enganando a população mais carente e, assim, obtendo os votos daqueles que não o conheciam.

Hoje, ele está verdadeiramente conhecido. E nós temos obrigação, no Congresso, de fazê-lo mais conhecido ainda da população, para que a sua derrota seja bem maior e o povo saiba que quem não tem competência e moral não pode ser Presidente da República.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, por 10 minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, o plenário está vazio, é evidente, mas temos de reconhecer que nossos companheiros estão nas Comissões, nas Comissões de Inquérito e nas Comissões que conduzem a ordenação da economia do País, estudando o Orçamento, estudando vários projetos de leis que serão votados neste plenário.

Na verdade, muitos problemas afligem o povo brasileiro, e não há dúvida de que o principal deles – tenho dito aqui – é o desemprego. Quando um pai de família, ao amanhecer o dia, não tem expectativa de levar alimento à sua família e tudo mais de que ela precisa, como vestuário, remédio, enfim, as necessidades mínimas – e são milhões que estão assim –, isso nos preocupa, realmente nos preocupa.

Todos nós vivemos o Executivo. Fui Prefeito duas vezes da minha cidade, Governador do meu Estado duas vezes, como foi também o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. Além de Ministro, S. Ex^a foi um grande Governador da Bahia. Há pouco, esteve aqui o Senador Mão Santa, também um Governador que cuidou muito da educação. Enfim, devemos fazer alguma coisa. O povo está esperando. E o que devemos fazer?

Não quero ser repetitivo, mas é bom que se abordem alguns temas que geram emprego. Como gerar emprego? Os economistas dizem que, havendo investimento, haverá emprego. De alguma forma, sim. Em governos anteriores, vimos na Sudene inúmeros projetos aprovados no plenário – e, como Governadores, nós os aprovávamos –, e, no fim, cada projeto dizia:

vai gerar tantos mil empregos diretos e tantos mil empregos indiretos.

Havia, naquela época, o estímulo da aplicação do Imposto de Renda para ajudar a investir na produção. Mas, como a Sudene está fechada – não se sabe nem se pode explicar por que ainda não foi reaberta, pois é um órgão de desenvolvimento da nossa Região –, podemos ou não gerar emprego no campo, principalmente no campo, já que as periferias das grandes cidades estão congestionadas por homens que vieram do campo em busca de melhores dias na cidade e não encontraram. Aí vem toda a miséria, a insegurança, a violência etc.

O que devemos fazer? Ficarmos parados apenas discursando? Claro que fazemos parte de uma Casa que deve estar atenta, porque somos guardiões das leis – nós as fazemos e devemos fiscalizá-las –, mas temos também de ajudar. E, neste momento, penso que devemos dar algum rumo a esse problema. Temos o programa Bolsa Família, que de alguma forma beneficia as populações brasileiras. No meu Estado, por exemplo, parece que metade da população já recebe essa ajuda mensal, mas sentimos, quando chegamos lá, que eles preferem um trabalho, porque acham que aquilo ali é só uma ajuda. Claro que é importante, de alguma forma é importante, mas pode gerar aquilo que é muito pior: fazer com que a população se sinta incapaz. E aí todo mundo diz: o jeito é estendermos as nossas mãos para recebermos uma ajuda, porque trabalho não há.

Eu acho que há, sim. Ainda existe muita gente que está no campo. No semi-árido nordestino, há milhões. Fizemos alguma coisa nesse sentido. Qual é o caminho para que se gere emprego, se o emprego é o resultado do trabalho do homem, e a riqueza – em termos muitos claros, riqueza em Economia é tudo o que é produzido pelo trabalho do homem, seja intelectual ou de que maneira for – se extrai da terra e do mar? Desta terra em que vivemos, nesta bola redonda que os astronautas chamaram de “planeta azul” – Armstrong disse isso –, tiramos a riqueza do mar e da terra. O ar, nós estamos poluindo com o que fazemos de errado, com o que o povo faz de errado em alguns países. Nos Estados Unidos, 35% das indústrias contribuem para o aumento do calor da Terra.

E nós enveredamos pelo caminho do *biodiesel* há trinta anos. O petróleo está fadado a desaparecer em algumas décadas – não sei em quantas – e nós, que vivemos em um País que tem sol, solo, água e gente desempregada, por que não usamos a nossa capacidade para gerar emprego no campo?

Fazer produção à máquina, tudo bem. O Brasil exporta quase 40 bilhões de toneladas de grãos, pro-

duzidas à máquina. Isso é muito natural. O progresso é para isso mesmo. O País produz soja à máquina e disputa nos mercados internacionais. É forte também na produção de carne. Agora, vem a história da febre aftosa, por falta de atendimento a tempo. Todos reconhecem isso. O próprio Ministro da Agricultura – aliás, grande Ministro – lutou e está vendo que o foco a ser debelado é complicado. Mas o Brasil é forte na exportação de carne e de grãos.

Por que o Brasil não passa a ser o primeiro, já que a Petrobras se dispõe apenas ao petróleo e ao gás, naturalmente? Nós temos gás, mas ainda estamos importando da Bolívia. Por que não vamos produzir álcool e *biodiesel*?

A cana é o produto agrícola de maior rendimento. Podemos produzir 100 ou mais toneladas de cana em um hectare. E 40% disso são para produzir álcool. E álcool é o combustível. O mundo inteiro...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Peço permissão, Sr. Presidente, para concluir esse assunto, que é muito importante para o País. Permita-me V. Ex^a, porque sei que há poucos inscritos presentes.

Nós podemos plantar milhões de hectares de cana. No meu Estado, um milhão de hectares na região norte, entre dois rios perenes. É uma mesopotâmia. Estamos convidando os empresários de Ribeirão Preto, de São Paulo, onde o preço da terra é muito alto, a irem para lá: “Vamos produzir 20 bilhões de litros de álcool!”. Estamos produzindo 16 bilhões. Mas, ao mesmo tempo, vamos plantar mamona.

A Bahia é o maior produtor de mamona até agora. Soube que estão parando, porque a mamona caiu de preço – ou não sei por quê. Mas, se transformarmos mamona em *biodiesel*, isso será muito bom para o País, porque temos um mercado infinito. E convém que a mamona seja produzida a mão, para empregar milhares de pessoas.

Estamos diante de um fato inusitado. E, aqui, faço um apelo, novamente, ao Sr. Ministro da Agricultura: “Pelo amor de Deus, Sr. Ministro, suspenda esse zoneamento, que não tem razão de ser!” S. Ex^a diz que é recomendação do pessoal da Embrapa de Campina Grande, que decidiu, teoricamente – com todo o respeito, teoricamente –, que a mamona só é rentável se for plantada em altiplanos acima de 300 metros. Senhores, posso provar aqui – e vou trazer algumas fotografias – que não é disso que se trata. Já provamos que, com um hectare, pode-se produzir uma tonelada de mamona ao nível do mar. Já provei isso na minha cidade, com o pessoal da Embrapa.

Hoje, recebi uma informação do Ceará, de uma cidade que conheço muito. Há uma senhora, naquela cidade, que tem uma produção de sementes. Aproximadamente a 100 metros acima do nível do mar, ela está produzindo duas toneladas de hectares – ou mais. Então, a história de que só se pode produzir mamona com rentabilidade acima de 300 metros do nível do mar não é verdadeira.

Sr. Ministro, mande suspender essa medida imediatamente, porque ela está prejudicando milhares de lavradores do Nordeste, que acordaram com a idéia do *biodiesel*. Eles querem plantar mamona, que é muito melhor do que plantar milho, que é exigente em água e não há preço para revender; é melhor do que plantar mandioca, que também não tem para quem vender. Que permaneça o feijão. Então, vamos juntar mamona e feijão – e já fizemos essa experiência – e, Senhores, eu assino embaixo, como ex-Governador, que será uma boa experiência. Estou há mais de 30 anos na luta pelo *biodiesel* e há mais de cinco cuidando do lavrador do campo.

Revelo ao Brasil todo, que me está ouvindo, a conclusão a que se chegou a respeito desse assunto: três hectares, plantados ao nível do mar ou em qualquer altiplano, dá rendimento. Se o rendimento for maior acima de 300 metros acima do nível do mar, ótimo; mas, deixar de plantar embaixo, porque só se deve plantar em cima, é algo que não passa pela cabeça de ninguém que tenha um pouco de inteligência.

Por isso, Sr. Ministro, suspenda e autorize o Banco do Nordeste, por meio do Pronaf, a financiar os programas de plantio de mamona para fazer do óleo o *biodiesel* de que o Brasil precisa.

Já existem, no Piauí, várias instituições prontas para entrar na produção do *biodiesel*. Só na minha região, Parnaíba, há três mil lavradores prontos, com as suas associações montadas, esperando apenas que o Banco do Nordeste financie o projeto. Mas o banco não pode fazê-lo, por causa de uma recomendação, ao que se diz, oriunda de alguns técnicos perfeccionistas de Campina Grande, que pensam que só se pode plantar mamona acima de 300 metros. Isso é um contrassenso, e é preciso acabar com essa idéia já, porque o inverno, aquela estação de chuvas, ocorre apenas uma vez por ano. Ou plantamos agora, ou só daqui a um ano. Queremos plantar agora.

É o apelo que faço ao Sr. Ministro e ao Senhor Presidente da República. Afinal de contas, eu diria: “Presidente, apesar de tudo, apesar das críticas e de, em muitas ocasiões, Vossa Excelência realmente ter de agir com firmeza, a começar pelo problema das greves nas universidades, além disso, Senhor Presidente, lembre-se daquela conversa que tivemos, lá,

no Piauí: crie uma entidade que cuide do combustível alternativo. Getúlio criou a Petrobras, o Regime Militar criou o Proálcool. Aproveite, Presidente Lula, e crie uma Biobrás, para cuidar do combustível alternativo. O Proálcool já é uma realidade, mas o *biodiesel* ainda não é. Porém, temos uma capacidade excepcional de produzir milhões de toneladas de *biodiesel*, partindo da mamona, que dá emprego a milhares e a milhões de lavradores deste País”.

É o apelo que faço ao Sr. Ministro e ao Senhor Presidente da República. “Pelo amor de Deus, acabem com esse zoneamento, que não tem sentido nenhum, e autorizem o Banco do Nordeste a financiar, por meio do Pronaf, os lavradores, que estão prontos para plantar mamona, para gerar *biodiesel*”.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB–PI) – Com todo prazer, meu caro Senador.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Alberto Silva, na tribuna, no fim da semana passada, não estando V. Ex^a em plenário, usei o seu nome para dizer que, do alto da sua experiência, da sua biografia de homem público...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – ...e, acima de tudo, do alto da sua jovialidade, esta Casa já recebeu ensinamentos sobre a capacidade que o País tem – e deve ter – de recuperar estradas; principalmente e fundamentalmente, do alto do seu conhecimento com relação ao *biodiesel*, à sua importância estratégica e à utilização da mamona. Disse eu, naquela oportunidade, Senador Alberto Silva, que, lamentavelmente, o Presidente da República, parece-me, ainda não teve a oportunidade de ouvir as sugestões de V. Ex^a, nem as autoridades encarregadas desses setores o fizeram. Não posso dizer muito da minha vida pública, mas fui Prefeito da minha capital, a cidade de Palmas; fui Deputado Federal duas vezes; estou cumprindo este mandato de Senador e acompanhei três governos do meu pai,...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu o conheci muito bem.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – ...que sempre foi eleito no primeiro turno. Nenhum administrador público, no Brasil, teria o direito de desperdiçar a experiência de V. Ex^a, assim como a do Professor Bautista Vidal, que é outro *expert* no assunto. Mencionei o nome de V. Ex^a e o dele, para dizer que, em outros cantos do País – e tenho certeza de que V. Ex^a está sendo ouvido pela TV Senado; governadores de Estado estão lhe ouvindo –, as palavras de V. Ex^a

sejam também merecedoras do aproveitamento devido por parte da Presidência da República e dos seus Ministros, a fim de que o Brasil tome, definitivamente, este projeto como um dos mais importantes que este País pode ter para o seu futuro. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, meu caro Senador!

Conheci, nesta Casa, o pai de V. Ex^a, que foi um grande Senador e um grande Governador. Foi ele, realmente, que, aqui, nesta Casa, ganhou o Estado de Tocantins. Eu era companheiro dele e fui Senador, juntamente com outros companheiros que estão aqui.

Quero parabenizá-lo não só pelo que disse o Senador Mão Santa: “É da raiz que se tem bons frutos”. V. Ex^a é, realmente, o representante do seu digno pai, aqui, nesta Casa, e tem provado isso, brilhantemente, com a sua competência e com as opiniões que emite, permanentemente, em relação aos problemas nacionais.

Obrigado pelas palavras, que me encorajam.

Termino dizendo: creio, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que o Presidente da República há de ouvir. Falei, pessoalmente, com ele, na inauguração de uma usina de *biodiesel* no Piauí: “Presidente, crie a Biobrás”.

Repito: Getúlio criou a Petrobras; o Presidente Geisel criou o Proálcool, e V. Ex^a pode criar a Biobrás e produzir o combustível do futuro: o biodiesel, o álcool e outros que virão, a partir do sol, a partir da terra, isto é, um combustível renovável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Perfeitamente, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a é dos Parlamentares assíduos desta Casa. De maneira que fico à vontade para pedir a palavra pela ordem.

Tem havido vários feriados na quarta-feira, inutilizando-se a sessão. Agora, haverá um outro, na terça-feira. O meu pedido à Mesa é o seguinte: que, no feriado de terça-feira, haja sessão, com desconto de *jeton* para quarta, quinta e sexta-feira, porque não podemos parar nessa fase.

Quando fui Presidente desta Casa, fiz três ou quatro vezes sessões no sábado e no domingo, sempre com número. Logo, é um problema apenas de a Mesa ser mais rigorosa com o comparecimento dos Senadores, porque temos agora momentos difíceis,

para justamente mostrarmos ao eleitorado a nossa força de trabalho, a nossa força contra a corrupção e a luta que o Congresso tem enfrentado e pela qual merece o apoio do povo.

Daí por que faço a solicitação para que V. Ex^a a transmita ao Presidente Renan Calheiros, que pode deliberar pela sua própria vontade. E terça-feira não tendo sessão, porque é 15 de novembro, que haja sessão quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Antonio Carlos Magalhães, levarei a pretensão justa de V. Ex^a ao Presidente Renan Calheiros.

Concedo a palavra agora a mais um Senador inscrito, desta vez o segundo do Estado da Bahia a se pronunciar nesta sessão, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria hoje de trazer à discussão e esclarecer alguns aspectos de um programa que foi e ainda é muito importante: o Programa Nacional de Eletrificação Rural, de universalização da energia em todo o País.

Em 1999, ao ser lançado, o Luz no Campo, Sr. Presidente, era o maior programa de eletrificação rural que já tinha sido feito na América Latina. Foi instituído em 1999 e concedia financiamentos às distribuidoras, e um percentual desses gastos também foi feito pelos Governos estaduais. No caso específico da Bahia, o que aconteceu foi que o Governo bancou toda a parte das distribuidoras, por vontade própria, mediante uma lei. Com isso, conseguiu acelerar tremendamente o programa de eletrificação rural no Estado, que acabou cobrindo o Luz no Campo, somente este, atingindo cerca de 96 dos 415 Municípios do Estado da Bahia.

Foi um êxito muito grande não só pelo desempenho da própria distribuidora, mas pelo fato de o Governo Estadual ter efetivamente bancado toda aquela posição. Foi uma coisa deliberada, pensada pelo então Governador, hoje Senador, César Borges.

Outro Estado que também teve um grande desempenho foi o do Tocantins, com um avanço muito grande, sobretudo numa parte que serviu de grande exemplo para os outros Estados, que era a localização, Senador Eduardo, dos pontos onde deveria ser feita a eletrificação rural. Quer dizer, por meio de GPS, aquele sistema com que se localizam as unidades, fez-se um planejamento global. O planejamento do Estado do Tocantins acabou servindo de modelo para o de outros Estados brasileiros e, com isso, se conseguiu um avanço muito grande nesse objetivo.

O objetivo do Luz no Campo era atender cinco milhões de brasileiros e, quando foi encerrado, já havia atendido quase quatro milhões de pessoas. Então, se continuasse, somente com o Programa Luz no Campo, o objetivo seria atendido. A intenção também era a de fazer um milhão de ligações nas propriedades rurais. Foram 653 mil consumidores ligados, mas o mais importante é que interessados cadastrados em todo o Brasil atingiram mais de um milhão, cento e vinte e oito. Os interessados que tinham sido contratados somam 900 mil consumidores; e, com projetos elaborados, 914 mil consumidores. Isso mostra o grande desempenho do Programa Luz no Campo.

Quando cheguei ao Senado, achei que aquele modelo do Programa Luz do Campo já estava por si só exaurido, e por uma razão, Sr. Presidente: ele supunha que todo crescimento ou atendimento dessas ligações teria de ser feito por meio de financiamentos, e o financiamento da RGR (Reserva Global de Reversão), quando vinha, acabava passando para o consumidor. Então, no fundo, o consumidor é que estava pagando aquela conta. Então, entendi que deveríamos subsidiá-lo. Já com a experiência do programa anterior e, evidentemente, com a visão maior do Senado, fizemos um projeto de lei, com o qual se pretendia dar subsídio, sobretudo naqueles Municípios pobres e no Nordeste. Deveríamos, então, subsidiar pesadamente para que se pudesse, em 2008, ter a universalização de toda a energia elétrica em todo o País. Esse projeto de lei acabou sendo aproveitado em sua totalidade numa medida provisória que virou projeto de lei e se transformou no Programa Luz para Todos do atual Governo. Ele foi absorvido integralmente, com a minha total concordância, juntamente com reuniões que tivemos com a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O Programa de hoje, Luz para Todos, atingiu, em todo o País, 320 mil consumidores, que já estão ligados.

Mas faço a observação de que, no projeto anterior, 250 mil já estavam cadastrados. E, quando já há um cadastro feito e o projeto pronto, é muito fácil se avançar. Não quero tirar o mérito do Governo em relação ao que já fez, mas registro que cerca de 80% daquilo que foi feito no programa atual ocorreu com o restante que existia do Programa Luz no Campo. Considero que isso deveria ser assim, e é importante.

Agora, precisamos fazer essas análises sempre de uma forma muito clara. E ao analisarmos isso hoje – tenho interesse particular no caso, especificamente no da Bahia –, verificamos que, naquela época, com o Programa Luz no Campo, atingimos, como eu disse, quase 97% dos Municípios. Agora, com o Luz para Todos, estamos com um percentual bem menor. Mas acredito que atingiremos ou poderemos atingir esses

objetivos, ainda que a Bahia tenha sido premiada, juntamente com o Estado de Sergipe, com os maiores percentuais com que deve contribuir o Governo estadual, juntamente com os Governos municipais. E não sabemos exatamente por que critérios foi a Bahia premiada, digamos assim, com essa necessidade de aportar mais recursos.

Estivemos anunciando aqui que estamos buscando uma fórmula para propor que haja um subsídio maior, porque, quando verificamos que o grande problema, evidentemente, não está no Sul ou no Sudeste do País. Há dois problemas específicos, ou três, eu diria. Um, que é do Centro-Oeste, cuja grande dificuldade são as grandes distâncias existentes. No caso do Nordeste brasileiro, evidentemente pelo grau de pobreza, a região mais pobre do País, grandes distâncias no semi-árido, como no caso da Bahia, e também no Amazonas, onde existe um problema logístico muito grande, de levar, por meio de linhas de transmissão, energia para localidades separadas por florestas, que têm de ter um outro tipo de entendimento desse problema.

Mas o que temos procurado aqui é insistir, no caso específico, sobretudo do Nordeste pobre, que Municípios com nível de IDH abaixo da média tenham uma forma maior de subsídio, que é importante para o Piauí, do Senador Alberto Silva, como o é para a Bahia. Vamos batalhar por isso por acharmos que é fundamental e por entendermos que ninguém mais pode chegar a este século sem luz, sem energia em suas casas.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, não sei se o chamo de Senador ou de Ministro. V. Ex^a deu ao Brasil um exemplo de competência, de organização. Inclusive, naquele programa, à época do apagão, o trabalho feito por V. Ex^a, então Ministro, e, depois, pelo Senador José Jorge, foi um exemplo magnífico de como se pode sair de uma encrenca usando a cabeça, a competência. Mas, meu caro Senador, tenho essa experiência de vida porque dirigi a eletrificação do Estado do Ceará ao tempo do Governador Virgílio Távora, e, naquela época, havia duas companhias estatais que estavam com problema de distribuição no meio rural: a Cemig, em Minas Gerais, e a nossa companhia no Ceará. Então, começamos a distribuir energia no campo. Mas, hoje, eu deveria dar isso como uma contribuição técnica da nossa experiência.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permita-me, só um pouquinho, a fim de completar essa informação. V. Ex^a acabou de falar na dificuldade de levar linhas

de transmissão pelas florestas da Amazônia. Eu diria que há um problema técnico de engenharia elétrica – e eu sou dessa área: essas linhas para interior são muito vazias, isto é, não têm carga, o que faz com que o seu custo de implantação, com postes, isoladores, cabos etc., seja muito alto. No fluir da energia, há pouca carga lá na ponta, porque, é evidente, essas populações pobres do interior fazem um uso muito pequeno da energia. Assim, fiz uma sugestão à então Ministra Dilma Rousseff: poderíamos desenvolver pequenas centrais de energia solar – olhe bem, meu caro Ministro. Não se trata de colocar uma placa de energia solar em cima de cada casa; não. Podemos montar um conjunto de placas e fazer uma minicentral de energia solar, com um grupo gerador funcionando a biodiesel ao lado, para repor a carga nos dias em que não se tem sol. Chegamos a ter um projeto desse pronto e cremos que vamos implantar um no Piauí para servir de modelo. Em vez de levar 30, 40 quilômetros de cabo, coloco uma central de energia solar. Essa central pode ser de 4 kw, 10 kw, 20 kw. Com isso, temos um custo de implantação; mas, depois, o custo da energia é zero. Essas populações pobres, caro Senador, não têm dinheiro para pagar o consumo da energia. É uma das dificuldades, e aí vamos ter que subsidiar. Com a energia solar, na maioria dos casos, principalmente no semi-árido e na Amazônia, poderíamos, quem sabe, ter uma solução. Fica a sugestão a um homem da competência de V. Ex^a. Parabéns pelo discurso que faz nesta tarde.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Considero a sugestão de V. Ex^a muito importante. Realmente, é impraticável e impossível, não apenas do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista econômico, fazer-se esse tipo de investimento na floresta. Isso num sistema onde não há subsídio ou onde o subsídio é pequeno acabará passando o custo para a tarifa, que ficará impraticável. V. Ex^a tocou num ponto muito importante. Todo aquele investimento na legislação atual que não for subsidiado ou que for feito pela distribuidora acaba passando para a tarifa, ou seja, o consumidor pagará mais. Não é possível pagarem mais do que já pagam, sobretudo esses consumidores que iniciam agora, em pleno século XXI, a descobrir o que é a luz. Eles não têm capacidade financeira para ter tipo de encargo.

Senador Alberto Silva, considero muito válida essa sugestão de V. Ex^a.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador e Ministro Rodolpho Tourinho, há pouco um telespectador da TV Senado me telefonou emocionado.

Eu já iria fazer, naturalmente, um aparte, mas, em vista disso, faço-o ainda mais renovado, não só pela nossa gratidão, mas também pelo reconhecimento do êxito, tão generosamente citado por V. Ex^a, do programa no Estado do Tocantins, tendo em vista que o nosso Estado, a exemplo do que fez a Bahia, dedicou-se ao à solução do problema. Criamos o Grupo Executivo de Eletrificação Rural. O Estado já tinha um programa, chamado Pertins, com financiamento do JBIC, dinheiro japonês. Nós fomos buscar esses recursos. E V. Ex^a, como Ministro, deu ao Tocantins a oportunidade, pelo Programa Luz no Campo, no Governo que V. Ex^a serviu, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de levarmos a energia para milhares de produtores rurais. Quero fazer um outro registro: à frente do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, estava ninguém menos do que o cidadão chamado Hélio Dias, que vem a ser irmão dos Senadores Osmar e Alvaro Dias. Nós o acolhemos, e ele, na verdade, deu uma grande contribuição ao Estado nesse programa e em outras áreas. Portanto, a união da nossa concessionária com o Estado, com o dinheiro do JBIC, com V. Ex^a no Ministério, com o Grupo Executivo de Eletrificação Rural, comandado por nosso bravo Hélio Dias, realmente conquistamos toda essa infra-estrutura de que dispõe hoje o Estado Tocantins, o que viabiliza muito a nossa economia. Portanto, eu não poderia, Senador Rodolpho Tourinho, deixar de fazer este registro, para transmitir o que me pediu meu pai: para dizer a V. Ex^a que o seu nome está escrito na história do Tocantins e do País pelo que fez e, principalmente, para agradecer-lhe as palavras generosas com relação ao reconhecimento do que obteve o Tocantins com a ajuda importante de V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Meu caro Senador Eduardo Siqueira Campos, generosas são as palavras do seu pai, não tenho dúvida disso. E guardo como uma lembrança muito forte e muito boa o lançamento desse programa lá no Tocantins. Foi uma das maiores festas de que tive oportunidade de participar. Naquele momento, sentimos claramente que o Estado tinha abraçado o programa, o que era preciso, porque, como se tratava de um financiamento, o Estado teria de comparecer com a contrapartida. Foi uma das grandes festas de que me recordo. E recordo-me não apenas da festa, mas de toda a organização que houve, sobretudo daquilo que citei: o mapeamento, em todo o Estado do Tocantins, do que deveria ser feito. É importante repetir isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Peço ao Presidente apenas mais um minuto para concluir.

Efetivamente, o exemplo de Tocantins foi muito importante para os outros Estados brasileiros. Assim, agradeço muito a V. Ex^a e a seu pai pelas palavras generosas em relação a isso, e reafirmo o grande exemplo que o Tocantins deu.

A minha proposta hoje, Sr. Presidente, que ainda não consubstanciei, mas que acho necessário ser feito, junto com propostas como essa que fez o Senador Alberto Silva, é que precisamos subsidiar mais, sobretudo no Nordeste. Sem subsídio, não vamos ter condições. O Senador Alberto Silva apontou que vai passar para tarifa e, passando para tarifa, o consumidor não vai poder pagar no Espírito Santo a mesma coisa, não tem como; vai ficar um preço alto demais. Temos que ter a coragem de fazer isso.

Outra coisa que gostaria de deixar muito clara, mostrando todo esse passado, é que o Programa Luz para Todos, que está aí, é um programa vitorioso. Reconheço tudo que foi feito pela Ministra e pelo atual Ministro. Entretanto, isso não pode ser atacado como algo novo. Isso já existia desde 1999. Não podemos considerar que o mundo foi criado a partir de janeiro de 2003. Não o foi. Já existiam outras coisas antes. Não é o Governo que está dizendo isso, mas tenho assistido aqui, neste plenário, ataques frontais a programas do passado. Não acho que essa é a forma mais correta de se administrar o passado. Seguramente, não o é. Deve-se administrar com a verdade, esclarecendo como as coisas eram e como as coisas são. Essa é a única forma de se aproveitar a experiência do que já passou.

No caso específico, o Programa Luz para Todos já aproveitou 80% das coisas que vinham do passado. Volto a repetir: também nessa área, o mundo não começou em 1º de janeiro de 2003, com o PT no Governo. Já existia o Programa Luz no Campo, que foi transformado no Programa Luz para Todos.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Tenho certeza de que devemos todos meditar sobre a questão de o Governo conceder mais subsídios e de apoiá-lo se vier a adotar essa atitude.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Faço dois registros. A tal entrevista gravada do Presidente Lula já é de conhecimento público, de todo mundo. Foi a primeira entrevista que eu não vi e que não gostei. Ela valeu mais pelas perguntas inteligentes

tes do que pelas respostas insinceras e óbvias de Sua Excelência.

Sr. Presidente, peço que acolha na mesa, com vistas aos Anais da Casa, breve, porém comovido, pronunciamento que faço homenageando o Embaixador dos Estados Unidos, que deixou de sê-lo no último dia 4, Sr. John Danilovich.

Danilovich, que era empresário investidor na área privada em seu país, exerceu com competência e dedicação o posto de chefe da representação diplomática norte-americana no Brasil. Deixa boa lembrança e o reconhecimento dos brasileiros pelos bons serviços que prestou ao dois países nesse período de pouco menos de um ano e meio.

Estive com o Embaixador em diversas ocasiões e acompanhei seu trabalho em Brasília. Ele agora retorna a Washington, para integrar a Agência Governamental Corporação e Desafios do Milênio, um posto à altura da seriedade com que se houve aqui.

Com esse registro, cumprimento o Embaixador John Danilovich, na certeza de que, à frente de suas novas funções, alcançará o mesmo êxito logrado no Brasil, para o bom relacionamento entre os dois países.

Sr. Presidente, culminou sua presença como Embaixador americano no Brasil com a visita do Presidente Bush, que ontem fez uma palestra para Parlamentares, empresários, intelectuais brasileiros, num gesto que me pareceu o ápice da relação entre Brasil e Estados Unidos.

Foi um belo gesto do Embaixador, a quem desejo – até por apreciá-lo pessoalmente – toda felicidade pessoal, todo o êxito profissional, tudo o que de melhor possa suceder a ele e à sua família.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Será deferido na forma do Regimento Interno, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Siqueira Campos, do PSDB do Tocantins.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu nobre companheiro Senador João Batista Motta, que honra o Estado do Espírito Santo e o PSDB por fazer parte de seus quadros, meus nobres pares, meus caros telespectadores da TV Senado, hoje, nesta segunda-feira, trago do meu Estado um profundo sentimento de preocupação com aquilo que posso denominar a maior de todas as crises que vive o povo, a população tocantinense, desde a sua criação.

Acabamos de ouvir, nobre Senador João Batista Motta, o discurso brilhante, técnico, de um brasileiro apaixonado, o Senador Rodolpho Tourinho, que foi Ministro. S. Ex^a se referiu aqui à empolgação de quando da sua visita a Tocantins, em função de estarmos, naquela oportunidade, valendo-nos de um grupo executivo implantado para levar a energia para o campo, do dinheiro que havíamos conseguido no banco japonês JBIC, dos projetos que o Estado preparou para o recebimento desses recursos, da forma como também nós nos organizamos para aproveitar o programa que foi todo ele idealizado no Governo Fernando Henrique Cardoso e levado à frente pelo então Ministro Rodolpho Tourinho. Aquilo se tornou uma realidade no nosso Estado.

No Tocantins, durante muitos anos, todo dia era dia de festa. Mas não era festa de peça publicitária, de promoção pessoal, de contratações em **Diário Oficial**. Não! Era a festa de uma nova obra sendo iniciada enquanto, no outro dia, inaugurávamos uma obra que já estava sendo concluída.

Eu poderia referir-me aqui, Sr. Presidente, aos milhares de tratores que o Prodivino deu, acompanhado das sementes, do calcário, do incentivo às lavouras comunitárias. Eu poderia referir-me aos mais de 40 mil Pioneiros Mirins, programas criados e divididos proporcionalmente por todos os Municípios do nosso Estado. Eu poderia referir-me ao Força Jovem, o primeiro emprego, programa do qual participaram 18 mil jovens. Ou seja, aquilo que não se conseguiu fazer no Brasil em termos de primeiro emprego funcionou no Tocantins, efetivamente. Eu poderia ainda, Sr. Presidente, referir-me a mais de quatro mil quilômetros de estradas, ao que conseguimos antecipar para que fossem iniciadas as obras da Usina Luís Eduardo Magalhães e do Lajeado, gerando energia, inclusive de sobra, tornando o Tocantins um exportador de energia, ajudando o País neste momento em que ainda se teme a crise do “apagão”.

O Tocantins foi um Estado que despertou esperança no Brasil inteiro. O Tocantins já foi um Estado que mereceu várias páginas da revista **Veja**, por mencionar Palmas como a capital da esperança, do recomeço, assim como Brasília foi um dia. Erguemos lá uma cidade que hoje tem um lago com mais de 180 quilômetros de comprimento, que tem 8,5 quilômetros de largura em frente à cidade de Palmas, que já tem uma ponte, a Ponte da Amizade Presidente Fernando Henrique Cardoso, construída com recursos estaduais. O Tocantins foi motivo de orgulho para o Brasil inteiro por ter conseguido, junto com a Jica – agência de cooperação japonesa –, fazer o seu **master plan**, que nos

permite todo um planejamento estratégico prevendo o Tocantins até o ano de 2020.

Então, se tivemos a capacidade de levar luz para o campo, de levar água tratada para todos os municípios, de construir a nossa capital, de motivar o Brasil inteiro para fazer essa verdadeira marcha para a produção da soja, para o agronegócio, é difícil compreender, Sr. Presidente.

Não vamos isolar o Tocantins do que está acontecendo no País. É claro que decorrem das crises nacionais as crises que estamos vivendo lá no Tocantins. Mas o que eu vejo é um agravamento em função da falta de motivação que tomou conta do empresariado, do comerciante, daqueles que acreditaram num sonho, num projeto e que hoje estão fechando as suas portas. A crise em Palmas é tão séria que empresas com mais de dez ou quinze anos fecham às suas portas: os comerciantes da área de material de construção, os prestadores de serviços, os prestadores de serviço da área de informática. Para os empresários, dos menores aos maiores, em todos os setores, a palavra é uma só: está instalada uma crise no Tocantins sem precedentes.

Sr. Presidente, no cumprimento do meu mandato, tenho participado das reuniões em que discutimos as emendas de orçamento e não deixamos de dar ao Estado todas as emendas necessárias em termos de bancada, o que está permitindo o que existe de obra em andamento, na BR-010, com recursos conseguidos pela Bancada para a sua construção, outras estradas delegadas. O Senador João Ribeiro acabou de mencionar o dinheiro para a ferrovia Norte-Sul, colocamos dinheiro para a eclusa...

Eu poderia me referir à crise da aftosa. Eu poderia me referir à questão, que até pode parecer muito pequena dentro deste plano nacional, da Avestruz Master, que, no meu Estado, deve ter recolhido cerca de R\$20 milhões da economia de pequenos poupadores e investidores numa crise dessa. Não quero agravar a situação da empresa e tampouco condená-la, mas a verdade é que aqueles que lá colocaram o seu dinheiro estão sem dormir e ainda não houve ninguém que dissesse que tudo vai ser devolvido, que os contratos firmados serão honrados.

Isso tudo nos levou a reunir a Bancada do Tocantins no último sábado, coordenada pelo nosso sempre Governador José Wilson Siqueira Campos, na residência do ex-Deputado Federal, por quatro mandatos, que disputou o Governo na última eleição, Deputado Freire Júnior, filho do Deputado José dos Santos Freire, que representou o norte goiano durante tantos anos, até a batalha final na Assembléia Nacional Constituinte. Fizemos uma avaliação, junto com todos os Deputados

Federais e Estaduais, e listamos as principais reclamações da população do nosso Estado.

Em primeiro lugar, está a questão da energia elétrica. Poderíamos deslocar a discussão e dizer que esse é um problema nacional e é um problema da Aneel. Mesmo assim, Sr. Presidente, haveria a questão do ICMS.

A minha vinda à tribuna, Sr. Presidente, é para deixar claro aqui que nós, como Bancada, não vamos nos negar a atender ao chamamento da população. Vamos cumprir a nossa responsabilidade e fazer também um chamamento ao Governo do Estado, vamos chamar a atenção para o fato de que é hora de adotar medidas imprescindíveis, sob pena de ameaçarmos um projeto que vem de uma luta centenária e que é objeto de um reconhecimento nacional em relação ao Estado do Tocantins. Nós precisamos, sim, ouvir essas queixas da população.

O Estado tem 49% das centrais elétricas do Tocantins, o Estado tem membros no Conselho Fiscal, o Estado tem membros no Conselho de Administração, tem representantes nas diversas áreas da empresa. Fundamentalmente, não é a questão da renúncia fiscal, mas entendo que, analisando a História, os líderes é que são capazes de retirar os seus países, os seus estados, as suas cidades das crises.

Eu vejo alguns Estados eufóricos, comemorando os esforços de governadores que estão tendo criatividade. Eu posso citar aqui o Governador Geraldo Alckmin, que deu uma verdadeira aula de redução de impostos com investimentos: recuperação fiscal do Estado, recuperação das finanças públicas, redução de impostos e crescimento em todas as áreas, na educação, na saúde – com baixa na mortalidade infantil –, com investimentos públicos e obras. É hora de colher esses exemplos. É hora de o Governador acordar e agir.

Nós, do Tocantins, com toda a modéstia, temos representatividade, nós temos reconhecimento dos nossos Pares, nós temos motivação.

Sr. Presidente, não vim à tribuna repetir denúncias gravíssimas que faz a imprensa nacional com relação ao meu Estado, mas também não posso deixar de cumprir a minha responsabilidade chamando atenção para o desperdício, para os atos de improbidade, para aquilo que está efetivamente errado, e, acima de tudo, conclamando as autoridades do Governo Estadual, os nossos prefeitos, o Prefeito da capital. Nós temos uma divergência que eu diria ser insuperável, que é a questão político-partidária. O Prefeito da capital ganhou as eleições pelo Partido dos Trabalhadores. Não estou dizendo que isso é mérito ou demérito, foi a vontade da população, à qual nós nos submetemos. O Governo do Estado, não. Este nós constituímos com

os nossos companheiros, elegendo os dois Senadores e os oito Deputados Federais que estavam em nosso palanque.

Qual foi o momento em que nós nos dividimos? Qual foi o momento em que houve essa ruptura? É só fazer uma análise. Como é que se mantém inerte um governo que hoje dispõe de uma receita que antes não existia? As estradas foram pavimentadas, mais de quatro mil quilômetros; a luz está no campo para mais de vinte mil produtores rurais; há água tratada em todos os Municípios. Todas essas medidas fizeram com que o Tocantins fosse manchete nacional três ou quatro vezes, mantendo-se acima da média nacional no que diz respeito a desenvolvimento. Isso elevou a receita de ICMS. O Estado arrecada muito mais. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou a dívida da União reconhecida, e ela está sendo paga anualmente, transferida anualmente. Temos o quarto ou quinto orçamento todos os anos, entre os 27 Estados da Federação, incluindo o Distrito Federal.

O que está acontecendo, então? É o desperdício de dinheiro público em propaganda, são caminhos diferentes daqueles preconizados por um planejamento que deixamos para vinte anos, projetos em que estava envolvida ninguém menos do que a Jaica japonesa, o extraordinário Masterplan, projetos prontos que, ao não serem levados adiante, causam toda essa crise.

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Solicito a V. Ex^a o tempo regimental para concluir, e agradeço a V. Ex^a, nobre Senador e sempre Governador Garibaldi Alves.

Quero hoje trazer um pouco do sentimento das ruas de Palmas, de comerciantes, de empresários, de prefeitos, pessoas que, muitas das vezes, têm de se manter no anonimato, sob pena de perseguição, para dizer: “Senador Eduardo, está faltando um líder para convocar este Estado, os órgãos estaduais, os secretários, para adotar medidas drásticas”.

Sr. Presidente, está na memória, escrito na história de Palmas, o momento em que fui eleito prefeito. A cidade estava nos seus primeiros dias, não tínhamos água tratada na grande parte dos bairros, principalmente nos bairros das populações de mais baixa renda. Abri uma frente de serviço com milhares de trabalhadores, dispensei as retroescavadeiras, e fomos com os trabalhadores levar água tratada para vários bairros de Palmas. Isso é comemorado no Estado até hoje. Dizem que foi o momento em que mais dinheiro circulou na mão do povo, porque eu pagava quinzenalmente os trabalhadores das frentes de serviço e

eles gastavam o dinheiro no próprio bairro, o que fez circular dinheiro na comunidade.

Logo em seguida, em 1995, voltou para o governo, depois de ser eleito pela segunda vez, também no primeiro turno, o Governador José Wilson Siqueira Campos. Fizemos parcerias e, todos os anos, anunciávamos um pacote de obras para a cidade de Palmas que incluía de tudo um pouco: casas populares, asfaltamento nas quadras, água tratada, esgotamento sanitário. Fizemos tanto por aquela capital! E mais: programas de casas populares em todos os Municípios. Havia um cálculo: Município de tantos mil habitantes, tantas casas. Convênios que eram firmados e pagos para os prefeitos.

A diferença em relação ao que ocorre hoje é grande, e os prefeitos estão todos dizendo assim: “Olha, nós estamos tendo que manter uma posição política na expectativa e na esperança do cumprimento de promessas que, até o presente momento, não estão sendo cumpridas.

O prefeito ainda não teve votado pela Câmara o 1% para o FPM – inexplicavelmente, o FPM está tendo quedas bruscas em um governo que cada vez arrecada mais. É preciso que façamos algo. Precisamos reunir a Bancada e virmos todos ao Presidente da República. Mas para isso é preciso que haja liderança, é preciso que se façam representar os anseios da população. E quantas vezes fizemos isso! Para o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma vez dissemos: “Presidente, o povo do nosso Estado não aceita mais não termos a Universidade Federal do Tocantins”. Viemos aqui e a arrancamos.

Roosevelt arrancou os Estados Unidos de uma crise convocando a população para um grande projeto; Juscelino fez o mesmo. Guardadas as nossas proporções, meus nobres pares, a população reconhece também o espírito voluntarioso, a coragem e a determinação do cidadão José Wilson Siqueira Campos, que incansavelmente soube bater a mão na mesa, com pulso, e determinar os rumos para abriremos frentes de serviço em todo o Estado – trabalhamos com as lavouras comunitárias, fizemos o projeto de barramento nas regiões onde a água é abundante, mas que, nas secas, não perdura, o Projeto Cacimbas –, enfim, fizemos inúmeros programas que, hoje, não estão mais acontecendo. A população cobra e nos pergunta o porquê da diferença, uma vez que a receita do Estado aumentou.

Portanto, a minha presença, hoje, Sr. Presidente, para concluir exatamente no tempo que V. Ex^a já me concedeu, o tempo regimental, é para dizer que a Bancada está à disposição do povo do nosso Estado. E isso inclui o governo estadual, a prefeitura da capital e

todos os Municípios. Temos de adotar medidas drásticas, medidas urgentes. A população não agüenta mais, não está podendo pagar a conta de luz, de água, que está sendo cortada poucos dias depois do seu primeiro atraso. Disseram-me que até 15 dias depois do atraso já há o corte da água. Então, é preciso que o Estado se pronuncie sobre tudo isso e aceite o nosso convite, o nosso chamamento, para darmos uma virada, transformarmos a vida do Tocantins e voltarmos a ser um Estado motivo de empolgação nacional. É isso o que quero para o meu Tocantins, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a falará depois do Líder José Agripino, que já havia pedido anteriormente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para saber se ainda estou inscrito e se vou ser chamado por inscrição ou pela Liderança depois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, de fato, está inscrito, mas, pela ordem, a sua inscrição já passou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, quero me inscrever pela Liderança. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá a palavra pela Liderança.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Jorge, estamos vivendo no Senado uma novela de capítulos semanais, e cada capítulo é um escândalo novo. E o escândalo da semana que passou, Senador Ney Suassuna, foi o escândalo dos dólares de Cuba.

Não sei, Senador João Batista Motta, se esse dinheiro veio de Cuba, se foi um apelido para um dinheiro clandestino, mais um dinheiro clandestino, talvez em moeda estrangeira, sendo transportado, supõe-se, numa aeronave de propriedade de um grande amigo do Ministro Palocci. E de um grande amigo, porque o noticiário dedica páginas e páginas à matéria sobre a presença do Ministro Palocci no *agrishow* no interior de São Paulo, na companhia do proprietário do avião Sêneca, depois viajando para São Paulo, Brasília, não no Seneca, mas no jatinho do empresário, com depoimentos de pessoas, de pilotos, de transportadores. Enfim, um fato que é gravíssimo.

Não sei, e repito, se esse dinheiro veio de Cuba ou não, mas há notícia de que o dinheiro transportado é dinheiro em moeda estrangeira, Senador João Batista Motta, e teria sido destinado à campanha eleitoral.

Há um artigo no Código Eleitoral claríssimo, sem direito à interpretação – claro, claro como água, não tem interpretação, não há dúvida. Doação feita a partido político ou candidato por instituição ou país estrangeiro, em moeda estrangeira, tem uma consequência claríssima: perda do registro do partido ou cassação do mandato do beneficiado.

Como se trata de moeda estrangeira, transporte de dólares, com origem em Cuba, o fato é mais um escândalo sobre o qual o PT e o Presidente da República terão que se manifestar.

Esse foi o escândalo da semana. Tenho certeza de que virão outros, lamentavelmente, virão outros. Nunca vi tanto escândalo, tanta notícia ruim para o País, tanta repercussão negativa para o País no exterior como a que estamos vivendo, como o momento que estamos vivendo nestes últimos cinco ou seis meses.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro deste quadro de denúncias e de pertinaz investigação, há um dado alvissareiro que é sobre o qual desejo falar: o Relator Osmar Serraglio. Lembro-me muito bem, quando da instalação da CPI dos Correios, de que fui um dos que colocou dúvidas com relação à condução da CPI levada a efeito por integrantes de partidos vinculados à base aliada. Fui um dos que manifestei minha preocupação com uma eventual CPI chapa branca.

Quero fazer a mea-culpa com relação à figura do Relator. Não conheço bem S. Ex^a, mas tenho admirado sua postura, sua sobriedade e a firmeza de suas atitudes.

Na semana que passou, para mim, o fato importante não é a denúncia nova dos dólares de Cuba, claro que ela tem que ser investigada. Evidentemente, é um escândalo a mais que tem que ser investigado. Mas o dado importante, e essa é a minha preocupação, é o anúncio por parte do Relator – e o Relator tem autoridade

de de relatar e escrever um relatório; essa atribuição é indelegável dele; a responsabilidade é dele; a escrita é da lavra dele; ele é quem vai fazer o relatório – de que encontrou o que eu entendo ser o ovo da serpente, a prova; a prova que a sociedade está querendo e que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem obrigação de encontrar. E ela precisa encontrar para não frustrar a opinião pública e para não frustrar as expectativas do País, que quer ver, dos trabalhos da CPI, uma investigação conseqüente. Quando falo conseqüente, quero dizer: chegar a provas, e provas que incriminem pessoas que devam ser punidas com cassação e com cadeia. As provas estão chegando.

E o fato importante da semana que passou, Senador João Batista Motta, foi a declaração que eu aplaudo e que renova a confiança que eu já vinha colocando na figura do Relator, Deputado Osmar Serraglio, a quem me penitencio mais uma vez. No começo dos trabalhos, não confiava – devo dizer a V. Ex^a ou a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna –, no seu correligionário do PMDB e tinha dúvidas com relação à independência do Senador Delcídio Amaral. Hoje, acho que o Senador Delcídio Amaral exerce o seu papel com independência e que o Deputado Osmar Serraglio está fazendo um bonito trabalho, identificado com o interesse coletivo, com o sentimento da Nação, despregado de qualquer comportamento subalterno em relação a quem quer que seja, a começar pelo Palácio do Planalto, que tem seus interesses.

O Deputado Osmar Serraglio, de forma didática, narrou o seguinte fato. Está comprovado; ele tem elementos de comprovação. É ele que vai escrever o relatório, que tem a responsabilidade de escrever o relatório, e o que ele vai escrever no relatório dele? Que o Banco do Brasil, o nosso Banco do Brasil, o banco no qual tenho conta há anos – e só tenho conta no Banco do Brasil – destinou, por adiantamento, à DNA, uma empresa vinculada ao Sr. Marcos Valério, por serviços de publicidade, R\$35 milhões.

Senador Ney Suassuna, fui Governador. Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a também foi Governador. Todos sabemos que não tínhamos dinheiro para fazer adiantamento a empresas de publicidade.

A publicidade, fato aceitável e normal, é autorizada depois de concorrência realizada. E depois de prestado e comprovado o serviço, a fatura é paga. Ou seja, é paga depois do serviço prestado. E muitas vezes somos obrigados a atrasar um pouquinho o pagamento das faturas. Nesse caso, não. Houve antecipação. Pagou-se R\$35 milhões, o que é muito dinheiro, são muitas caixas de dinheiro, e daria para construir, eu diria, perto de seis mil casas populares, pelo menos, para seis mil famílias pobres deste País.

E R\$35 milhões foram antecipados à empresa DNA, do Sr. Marcos Valério.

A DNA recebeu o dinheiro antecipado, o que, na minha opinião, já é a prática de um fato, no mínimo, discutível. A DNA aplica o dinheiro e transfere para o BMG R\$10 milhões. Transfere R\$10 milhões desse dinheiro que recebeu antecipado e, do mesmo BMG, obtém um empréstimo dos mesmos R\$10 milhões. Do mesmo dinheiro que foi antecipado à DNA do Sr. Marcos Valério, transferiram-se R\$10 milhões para um banco, por acaso, o BMG, que emprestou à empresa Rogério Lanza Tolentino e Associados, da qual o Sr. Marcos Valério é sócio, R\$10 milhões. Curioso. Antecipam-se R\$35 milhões, os R\$35 milhões são aplicados, tiram-se dos R\$35 milhões, mandam-se os R\$10 milhões para o BMG, o BMG pega, talvez, aqueles R\$10 milhões e empresta-os ao Sr. Marcos Valério por meio da Tolentino e Associados. E esse dinheiro vai parar, justificando-se o empréstimo ao PT, no caixa do Partido. O que significa isso? Dinheiro do Banco do Brasil financiando o PT diretamente. Foi direto, com uma forma disfarçada. Só que o Relator está com os dados para comprovar todos esses fatos.

Senador José Jorge, chamo isso de corrupção, de uso da máquina pública para fins corruptos. É uso do dinheiro público para beneficiar um Partido político. Quem diz isso sou eu, mas quem vai escrever isso com outras palavras é o Relator, Deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná, homem a quem reverencio pela sua isenção e pela competência com que vem se havendo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador José Agripino, solidarizo-me com V. Ex^a. Todas as vezes em que surgem essas constatações, o Presidente Lula e seus Ministros dizem que é mentira e que não há provas. Acharam que a questão de Cuba, por exemplo, fosse uma acusação absurda e ridícula. Agora já se vê que não é tão absurda nem tão ridícula assim, porque o piloto já disse que transportou e já existe uma série de comprovações. Hoje, o Presidente Lula dará uma entrevista – pré-gravada e já distribuída – no programa “Roda Viva”, em que, mais uma vez, desmente aquilo que não se pode mais desmentir. Senador José Agripino, o mais grave da corrupção do Governo do PT é que eles não se arrependeram. Eles não são humildes para reconhecer aquilo que fizeram e para se arrepender disso. Outro dia, li artigo do ex-Deputado João Melão em que diz que, na realidade, eles vão terminar indo para o inferno. Para se conquistar o céu, mesmo quando se peca, o princípio é o arrependimento. Eles pecaram, erraram e não se arrependeram. Essa é a constatação que fazemos de todas as acusações que

estão pesando sobre o Governo do Presidente Lula. Na entrevista, pelos textos que já estão aqui, vê-se que Sua Excelência, mais uma vez, quer esconder o sol com a peneira. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador José Jorge pelo sempre lúcido aparte, que aborda, com muita propriedade, um fato que tem de entrar na cabeça das pessoas.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Peço a V. Ex^a que me conceda um aparte de dez segundos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, tão logo eu conclua meu raciocínio, concederei o aparte a V. Ex^a com o maior prazer.

Senador José Jorge, nesse fato do Deputado Osmar Serraglio, é preciso colocar que R\$35 milhões foram adiantados a uma empresa de publicidade. Muito bem! O PT pode dizer: “Não. É um direito que tenho adiantar o serviço que iria ser prestado”. Só tem um detalhe. O Deputado Osmar Serraglio identificou claramente que, dos R\$35 milhões, dos quais R\$10 milhões foram repassados ao BMG, que emprestou R\$10 milhões a Marcos Valério, que os repassou ao PT, R\$9,095 milhões não tiveram prestação de conta e não foram objeto de comprovação. É como se tivesse sido pago um serviço que não foi prestado. Todo mundo esqueceu. Esqueceram do dinheiro público que foi pago, esqueceram dos R\$9 milhões que, desviados por meio de um empréstimo travestido, foram parar nos caixas do PT.

Então, o Deputado Osmar Serraglio está resgatando a credibilidade da Comissão Parlamentar de Inquérito e do Congresso Nacional, oferecendo a prova provada. Aqui, quero aplaudir a competência de S. Ex^a.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Agripino, quero lamentar e condenar, na mesma extensão que V. Ex^a o faz, esses episódios que envolvem o nosso querido Banco do Brasil. Desejo apenas ressaltar o fato de que a atual direção não participou daquilo. Pelo menos, o atual presidente, Dr. Rossano Maranhão, não era presidente do Banco à época. Na cúpula da direção do Banco atualmente, ele faz tudo quanto pode para sanear essa situação. Não apenas esses males que são relatados por V. Ex^a com absoluta precisão, como ainda outros que, eventualmente, possam ter sido herdados por ele estão sendo cuidados com a maior responsabilidade. Eu faço essa ressalva, não que V. Ex^a esteja querendo incluí-lo na culpa que existe nesses acontecimentos, mas para que as pessoas que nos estão vendo e ouvindo não tenham a impressão de que ele é o responsável por esses fa-

tos deploráveis que aconteceram no Banco do Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O aparte de V. Ex^a, Senador Edison Lobão, enseja-me a fazer uma ponderação que eu precisava fazer, que vai coonestar mais ainda a prática do dolo que se supõe ter sido feita com a interveniência ou com a participação do Banco do Brasil, se não da instituição, pelo menos de dirigentes circunstanciais.

No caso, o Sr. Henrique Pizzolato, diretor de **Marketing**, foi quem autorizou a antecipação dos R\$35 milhões. Trata-se de pessoa ligadíssima ao PT, ligadíssima ao Presidente Lula. É o que dizem. O Sr. Henrique Pizzolato é pessoalmente ligadíssimo ao Presidente Lula. É aquele homem que recebeu um pacote com R\$360 mil, transportado por um motociclista, e que quase disse quando foi flagrado: “Xô, mosca! O que é isto aqui que me entregaram?” Essa foi a reação dele. Foi esse homem, ligadíssimo ao PT, que autorizou a operação, em nome do Banco do Brasil, do nosso Banco do Brasil, instituição onde eu tenho conta, em quem eu confio e que está mazelada pela ação do Partido dos Trabalhadores e os seus indicados.

Se hoje o Presidente do Banco do Brasil é um homem honrado e V. Ex^a o atesta, tanto melhor. Porém, a prática do dolo ocorreu e tem de ser investigada. Creio que o Relator Osmar Serraglio identificou o ovo da serpente. É preciso que se encontrem os responsáveis, corruptores e corrompidos. Identificou dinheiro público por trás da prática do ilícito feita pelo Partido dos Trabalhadores. É a primeira de uma seqüência que estou seguro de que vai acontecer.

O Sr. Marcelo Crivella (PMR – RJ) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Se o Presidente concordar, ouvirei com muito prazer os apartes dos Senadores Marcelo Crivella e João Batista Motta.

O Sr. Marcelo Crivella (PMR – RJ) – Seremos breve, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouçõ o Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (PMR – RJ) – Senador José Agripino, enalteço o pronunciamento de V. Ex^a, que é um homem extremamente lúcido. É claro que o Banco do Brasil dirá que não sabia, porque estava concedendo um empréstimo. O Marcos Valério dirá que era direito dele fazer o empréstimo e que poderia depositar o dinheiro em qualquer banco nacional – não tinha nada de errado – como colateral para um empréstimo e que esse dinheiro poderia ser dado ao Partido dos Trabalhadores. Mas nada disso convence a opinião pública. V. Ex^a, lucidamente, como

é um homem brilhante, aborda um ponto crucial. Porém, V. Ex^a não é só brilhante, é justo. E o seu pronunciamento se completa com justiça, quando V. Ex^a lembra que o Presidente Lula mandou essa turma embora, demitiu, botou na rua. Portanto, houve o crime, o Brasil inteiro sabe que houve. Mas houve também uma providência. Faço apenas essa ressalva, porque sei que V. Ex^a, extremamente justo, faz um pronunciamento perfeito, colocando os pingos nos “is”. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. É verdade, o Presidente Lula retirou os corruptos de lá. Mas, se não tivessem sido flagrados os corruptos no Banco do Brasil pela ação da investigação da imprensa, das Comissões Parlamentares de Inquérito, eles continuariam lá. É isso que lamento, Senador Marcelo Crivella. Como eles foram identificados, o Presidente não teve alternativa senão retirá-los. Por dever de justiça, declaro realmente que a providência que se impunha foi feita: a demissão dos culpados. Porém, se não tivesse havido a identificação dos culpados? E se as Comissões Parlamentares de Inquérito, por que tanto pugnamos e que o PT tanto tentou evitar, não tivesse ocorrido? Nada disso teria sido identificado e nenhuma providência punitiva teria sido adotada.

Ouçó, com muito prazer, o Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador João Agripino, nada mais importante que esse pronunciamento que V. Ex^a faz aqui, nesta tarde. Antes de V. Ex^a, falou o Senador Antonio Carlos Magalhães e, de maneira mais detalhada, S. Ex^a citou crime por crime, citou desvio por desvio, citou escândalo por escândalo. Agora, V. Ex^a, de maneira mais genérica, mostra o mundo do crime em que o Brasil está envolvido. Mas a nossa preocupação, Senador José Agripino, ainda vai mais adiante: enquanto, hoje, o Governo se preocupa com a roubalheira generalizada, o nosso trabalhador tem de viver com um salário mínimo de R\$300,00. O que mais nos preocupa é que as nossas estradas estão completamente abandonadas; o que mais me preocupa, Senador José Agripino, é que o Governo tenta entregar nossas florestas nas mãos dos grupos internacionais; o que me preocupa é que, quando fiz um projeto para aqueles que exportam produtos *in natura*, produtos que não geram nem emprego, nem renda, no Brasil o Governo pede vistas do projeto e vai tentar bombardeá-lo, tenho certeza disso. Não sei onde este País vai parar! Há pouco, o Senador Alberto Silva fazia um apelo pelo biodiesel, fazia um apelo pela reforma das estradas. E, coitado do meu companheiro, Senador Alberto Silva,

S. Ex^a tem esperanças! Falta um ano para terminar o Governo Lula, estamos a um ano da eleição. Temos certeza absoluta de que nada será feito no ano que vem. Este Governo, que V. Ex^a denuncia pelo que está acontecendo, acabou! Veja bem: vimos, no passado – eu era Deputado Federal quando votei pelo **impeachment** do ex-Presidente Collor...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador João Batista Motta, permita-me...

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – (...) que, por apenas o desvio de um valor equivalente a uma Elba, um carro da Fiat, o Presidente foi destituído do cargo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu lhe agradeço o aparte.

Sr. Presidente, um minuto para terminar. Agradeço a V. Ex^a a benevolência.

Senador João Batista Motta, V. Ex^a toca em uma questão importante: eu me preocupei em evidenciar um fato, ocorrido na semana passada, que traz provas. Finalmente, provas; provas para que os culpados sejam punidos. E V. Ex^a menciona a ineficiência do Governo: as estradas, que estão esburacadas; a infra-estrutura, que não é objeto de revitalização, enfim, o “desinvestimento” por que o País passa, em função de um fato chamado superávit primário, que está beirando os 5%; que está gerando conseqüências terríveis. Estou com medo, Senador João Batista Motta, que comece a haver retenção de dinheiro para educação e saúde. Isso só não ocorre porque há uma vinculação constitucional; senão, o maldito superávit primário, acima de qualquer meta, estaria prejudicando tudo, como está prejudicando a agricultura.

Tenho em mão um quadro do Siafi, que mostra os investimentos do Governo com o Ministério. O Ministério da Agricultura investiu, até agora – até agora, estamos no final do ano – 4,37% do que poderia e deveria investir.

Lembra-se da aftosa?

Vou fazer e quero encaminhar a V. Ex^a, Sr. Presidente, requerimento de informação ao Tribunal de Contas da União. Tenho informações de que o TCU realizou uma auditoria, para investigar os investimentos do Ministério da Agricultura, em relação à Defesa Sanitária Animal, nas áreas de fronteira. E o resultado é catastrófico! Os dados são preocupantes.

O cidadão comum, que vive da exportação de carne, tem horror às palavras “peste”, “praga” e “aftosa”, porque, para ele, elas significam perda do emprego. A advertência que o Tribunal de Contas da União me diz ter feito nesse sentido é catastrófica e mostra a irresponsabilidade de um Governo que está apegado ao superávit primário, para receber os mi-

mos do Presidente da República dos Estados Unidos, que aqui veio para bater palmas para Lula, porque ele é um aluno bem-comportado, que está pagando as dívidas à custa do sofrimento e dos empregos do povo do Brasil.

O que V. Ex^a me disse no seu aparte me ensejou a fazer este comentário final.

Agradeço ao Presidente a tolerância do tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, como Líder da Minoria.

V. Ex^a terá cinco minutos para fazer o seu pronunciamento. (Pausa.)

Senador José Jorge, permita-me uma comunicação: Ainda temos inscritos o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB; o Senador João Batista Motta; o Senador Marcelo Crivella e o Senador Garibaldi Alves. Cada um terá cinco minutos para falar.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Vou tentar cumprir exatamente o meu prazo.

No dia de hoje, 7 de novembro, Sr. Presidente, há exatos 180 anos, ou seja, no longínquo ano de 1825, o Brasil havia se tornado independente há apenas três anos, e era o mandatário da Nação o Imperador Dom Pedro I. Foi nesse contexto histórico que saiu a primeira edição do mais antigo jornal em circulação na América Latina: o **Diário de Pernambuco**.

O **Diário de Pernambuco**, um jornalzinho de quatro páginas, chegou às ruas custando 40 réis – ou dois vinténs, como se dizia à época. Trazia o nome do santo do dia, São Florêncio, e estampava 38 anúncios.

Há dezoito décadas, o **Diário de Pernambuco** informa ao povo do meu Estado sobre os assuntos de interesse público, desde o seu primeiro número, quando a população do Recife e arredores era de apenas 24 mil pessoas, até hoje, quando o Estado de Pernambuco ultrapassa a oito milhões de habitantes.

Foi o **Diário**, como o chamamos no Estado, quem informou, em suas manchetes, as notícias sobre o primeiro Império, a Proclamação da República, em 1889, as duas Grandes Guerras, em 1914 e em 1945, a Revolução de 30, o Estado Novo, a redemocratização de 1946, o Golpe de 1964 e a Nova República, entre tantos fatos relevantes da história do País independente.

Nos primórdios, o **Diário**, idealizado por Antonio José de Miranda Falcão, era impresso em rudimentar

prelo de madeira, em oficina própria, da firma Tipografia Miranda & Cia., instalada na Rua do Cutuvelo, em Chora-Menino. O primeiro **Diário** saiu com a dimensão de 24 x 19 centímetros, 329 linhas de composição à mão e 1.443 palavras.

Hoje, o órgão pertencente aos Diários Associados, dispõe de um dos mais avançados parques gráficos do País, com a rotativa **off-set** que imprime 70 mil exemplares por hora.

O **Diário de Pernambuco**, que é a mais velha publicação do mundo editada em Língua Portuguesa, teve, entre seus redatores e colaboradores, nesses 180 anos, personalidades como: Assis Chateaubriand, Gilberto Amado, Tristão de Ataíde, Otávio Tarquino de Souza, José Lins do Rego, Menotti Del Picchia, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, entre outros.

Mas o dia de hoje, Sr. Presidente, é também, coincidentemente, uma data importante para outra organização, estimada...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Senador. V. Ex^a disse que o **Diário** é o jornal mais antigo do mundo?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O mais antigo em Língua Portuguesa.

Como dizia, Sr. Presidente, a data de hoje é também, coincidentemente, uma data importante para outra organização, estimada pela população pernambucana. Trata-se da comemoração dos 70 anos da criação do Grupo Paes Mendonça.

Em 1935, o saudoso empresário Pedro Paes de Mendonça abriu uma mercearia no Município de Serra do Machado, distrito de Ribeirópolis, região Agreste de Sergipe, a 80 quilômetros da capital, Aracaju. Esse pequeno empreendimento acabou por transformar-se numa das grandes redes de supermercado do País, a Rede Bompreço.

O grupo, que acabou afastando-se da área varejista, estendeu suas atividades por outros ramos de negócios, entre eles se destacam: a operação de **shoppings centers**, construção civil e o Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, que inclui jornais e estações de rádio, TV, o **Jornal do Comercio de Pernambuco**, a retransmissora do **SBT**, no nosso Estado, o portal **JC On Line**, uma FM integrante da Rede CBN em Recife e uma rede de outras seis emissoras espalhadas pelo Estado, lideradas pela Rádio Jornal da capital. A **holding** possui ainda participação nos **Shoppings** Recife, Tacaruna; Plaza Casa Forte, no Recife; Villa Lobos, em São Paulo; Jardins, em Sergipe e em Salvador.

Conduzido atualmente pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, filho do fundador, e um dos mais bem-sucedidos homens de negócios do Brasil, o Grupo Paes Mendonça chega aos setenta anos com projetos de expansão, principalmente imobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campanha.) – Senador José Jorge, V. Ex^a vai me permitir a interrupção. É que temos de prorrogar a sessão até às 19 horas. Portanto, fica prorrogada a sessão até às 19 horas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Os projetos são voltados para a Zona Sul do Recife e incluem condomínios residenciais, espaço cultural e o JCPM **Trade Center**. A **holding** também investe na Costa de Guadalupe, no litoral sul Pernambucano, onde deverão ser construídos hotéis e residências.

Neste pequeno espaço de tempo de que disponho, gostaria de deixar registrado da tribuna desta Casa essas duas comemorações, que estão sendo realizadas hoje em Pernambuco. E, como não pude estar presente por ter obrigações aqui em Brasília, aproveito a oportunidade aqui para, da tribuna do Senado, registrar e parabenizar o **Diário de Pernambuco** e o Grupo Paes Mendonça, que tenho a felicidade de representar no Senado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste final de semana, na Paraíba, pude constatar que a área do Cariri e do Curimataú e muitas áreas do sertão estão realmente extremamente secas e enfrentando muitas dificuldades.

Já fizemos um apelo ao Ministério da Integração e reafirmo o meu pedido para que mande carros-pipa e estude outras possibilidades para ajudar os meus conterrâneos daquela área. Provavelmente, deve estar ocorrendo o mesmo no Rio Grande do Norte, de V. Ex^a, e Pernambuco e Ceará devem estar sofrendo as mesmas angústias.

Sr. Presidente, hoje, li o relatório do IBGE e me surpreendi. Portanto, quero fazer esse registro. Os Estados brasileiros tiveram sua posição divulgada na última sexta-feira, correspondente ao ano de 2003. São os dados mais atualizados que temos até agora. A Paraíba participa com 0,9% do PIB nacional, o mesmo percentual do Maranhão e do Rio Grande do Norte, e bem superior ao de Sergipe, de Alagoas e do Piauí.

A contribuição do PIB da Paraíba com a soma das riquezas nacionais é exatamente a metade da do Ceará e ainda inferior a de Pernambuco e a da Bahia. Quer dizer, estamos iguais ao Maranhão e ao Rio Grande do Norte; superiores a Sergipe, Alagoas e Piauí e inferiores a Pernambuco, Bahia e Ceará.

Um dado curioso é que, em comparação com os dados do PIB de 1985, ou seja, há 18 anos, a participação da Paraíba é praticamente a mesma. Em 1985, era de 0,7%; em 2003, 0,9%. Se constataremos o aumento da população, verificaremos que está mais ou menos igual.

O que me causou espécie é que, em 1983, a participação do Nordeste, como um todo, era de 14,1%. E hoje, Sr. Presidente, por esses dados agora divulgados, 13,8%. Caiu de 14,1% para 13,8%. Perdemos 0,3%.

Se considerarmos o crescimento da população, verificaremos que o Nordeste está mais pobre, bem mais pobre do que era em 1985. Por isso, é preciso que o Governo Federal faça as obras estruturais que prometeu. No caso do meu Estado, a Paraíba, que possamos avançar na exploração do petróleo lá existente; que avancemos em relação à elaboração, à feitura, à construção da BR-101; que tenhamos o apoio do Governo Federal para concluirmos a BR-230, entre Campina Grande e João Pessoa; e que haja – e penso que isto é o mais importante – maiores investimentos nas nossas universidades.

Na Paraíba, há três universidades públicas. Há algumas privadas, mas públicas são três. É preciso que o Governo invista nas áreas mais pobres para qualificar melhor o cidadão nordestino e, dessa forma, quebrar, pular esse *gap*, esse buraco, esse fosso que nos separa do Sul.

A Sudene faz falta. Ao verificarmos que, ao invés de crescermos, diminuímos, enquanto a Constituição diz que deveríamos ter tido mais investimentos, constatamos a falta que faz a Sudene. Não me refiro à Sudene, o fantasma que está aí, mas à Sudene como era: uma alavanca de progresso no Nordeste.

Não há mais verbas para serem investidas. Não há mais orientação para a industrialização. Enquanto o Centro-Oeste e outras regiões estão se organizando e avançando, o Nordeste está como cauda de cavalo: crescendo para baixo, diminuindo a distância entre o chão e a cauda do cavalo. É triste verificar isso.

O nosso Estado, todos os anos, por ter uma população de quase quatro milhões, precisa de 40 mil vagas de empregos. E não há empregos. Ao contrá-

rio, há evasão de indústrias que, na região, deixaram de ter os insumos necessários, como é o caso do algodão, do agave, do abacaxi, entre outros. Estamos perdendo nessas áreas porque esses insumos praticamente deixaram de ter importância econômica no Estado.

Portanto, faço este registro, dizendo da minha tristeza ao constatar que, segundo os dados do IBGE, nós, nordestinos, não progredimos. O que é pior, regredimos, quando a Constituição determina que essas regiões periféricas e com problemas econômicos maiores deveriam estar recebendo maior número de investimentos. Dentre esses, acabei de elencar alguns, mas insisto: o mais importante para nós, com toda a certeza, seria o investimento nas mentes dos paraibanos, dos nordestinos, para que pudéssemos superar essa queda que tivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gibiraldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **A Gazeta**, um dos maiores jornais do Espírito Santo, publica hoje uma matéria a respeito da BR-101, que é uma obra do Governo Federal no meu Estado. E diz o jornal:

Considerada uma das estradas mais perigosas do Espírito Santo, a Rodovia do Contorno, que liga Cariacica ao Município da Serra, teve as obras de duplicação paralisadas. De acordo com o coordenador do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Dnit, Hélio Bahia, a empreiteira responsável pela execução da duplicação rescindiu o contrato e suspendeu os trabalhos no final de outubro. As melhorias estavam sendo feitas no trecho que vai da fábrica da Coca-Cola até a Ceasa.

Segundo Hélio Bahia, a empresa retirou os equipamentos da rodovia, alegando vários problemas. Ela já havia sido notificada por atraso na execução do projeto.

Vejam bem, ela já havia sido notificada por atraso na execução do projeto!

O processo está em fase de rescisão contratual e, somente após a finalização desse procedimento, uma nova empreiteira será contratada pelo Dnit.

Vou repetir uma frase que li lá atrás: “retirou os equipamentos da rodovia alegando vários problemas”.

Vejam o que falou o Coordenador do Dnit! Cara-de-pau, Srs. Senadores, com o Estado do Espírito Santo. Cara-de-pau por ter coragem de dizer que a empreiteira retirou os seus equipamentos porque havia alguns problemas. O problema, Sr. Presidente, foi a falta de pagamento. O empreiteiro não recebeu. O Ministro foi lá, começou a obra, deu ordem de serviço – é uma obra antiga, trata-se da BR-101, de um trecho onde morre muita gente todos os dias – e ainda vem dizer que o problema é da empreiteira. É falta de responsabilidade, é falta de capacidade tanto do Dnit, no meu Estado, como do Ministério dos Transportes, aqui em Brasília, que sabe das mazelas, sabe do que está acontecendo no meu Estado e não toma nenhuma providência.

Sr. Presidente, do jeito que anda este País, não sei aonde iremos chegar. E o pior é que o Governo Federal tem no Governador Paulo Hartung um dos seus maiores aliados, e tem no Espírito Santo um dos melhores Governadores deste País, um Governador sério e honesto, que cumpre o orçamento, que faz tudo dentro do maior rigor e dentro da maior responsabilidade; um Governador que, não sei por que motivo, ainda continua aliado aos pés do Presidente da República, defendendo-o em todos os lugares por onde passa, leal, sincero. Repito: talvez seja o melhor Governador que este País tenha. No entanto, o Espírito Santo não vê as verbas do Orçamento sendo pagas. Nunca aconteceu isso neste País! Pela primeira vez, vemos um Estado como o Espírito Santo, cujo Governador é amigo do Presidente, amigo do Governo Federal, tão marginalizado, tão desprestigiado!

Agora mesmo, o Senador Ney Suassuna estava constatando que lá na Paraíba também existe o abandono, lá também não se aplicam as verbas federais, lá também o Governo Federal não trabalha. E não é só na Paraíba e no Espírito Santo. A mesma coisa acontece em todo o território nacional.

As nossas estradas estão acabadas. Não existem mais estradas neste País. O Ministro dos Transportes é um homem que não tem a cultura de fazer estradas. Ele foi Prefeito de Manaus e é de um Estado onde não existem estradas, onde não existe a problemática que existe nas estradas federais do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, deixo o meu protesto e faço um apelo veemente aos Parlamentares do Espírito Santo, aos Deputados Federais e aos meus colegas Senadores: temos que dar o troco a este Go-

verno! Não podemos continuar votando tudo que vem para esta Casa. Temos que ter responsabilidade com os nossos Estados! Temos que ter responsabilidade com este País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiquei extremamente chocado, na semana passada, ao tomar conhecimento da declaração do novo Presidente do Irã de que “Israel deve ser riscado do mapa”. Esse tipo de retórica ameaça recolocar o Oriente Médio numa trilha de intolerância, que ultimamente só vinha sendo seguida por grupos extremistas, como o Hamas, desautorizados, inclusive, pela própria Autoridade Palestina.

Israel acabou de sair dos acampamentos de Gaza em um esforço tremendo pela paz. Estamos vivendo um momento que, nos últimos dez anos, não houve naquela região do Oriente Médio. Para nossa surpresa, faz tal declaração o Presidente de um grande Estado muçulmano, o Irã, que todos admiramos desde a época das escolas. Era a Pérsia. Irã e Iraque, por ali andaram nossos patriarcas, como Abrahão. Ali se construiu a Babilônia. Ali era o paraíso, entre o rio Tigre e o rio Eufrates. Pois de lá vem essa ameaça de extermínio e destruição a Israel.

Israel é um fato consumado da realidade geopolítica no Oriente Médio, que só pode ser alterado mediante o uso generalizado da força, o que implicaria perdas humanas intoleráveis para israelenses e árabes, ainda maiores que nas três guerras anteriores. Isso foi reconhecido pelos países árabes, pioneiramente pelo Egito, abrindo caminho para uma convivência pacífica que se tornou o objetivo central de todos os amantes da paz, tanto dos que vivem na região, quanto dos amigos em todas as partes do mundo de árabes e israelenses.

Os próprios palestinos, lutando dramaticamente para ter também a sua própria pátria nos lugares associados à história de seus ancestrais, seguiram essa realidade geopolítica e abandonaram o discurso da destruição de Israel. Os dois lados, na verdade, mesmo que não reconheçam isto explicitamente, sabem que estão condenados, no futuro, geográfica e moralmente, a uma convivência próxima e de cooperação efetiva.

Nesse contexto, a declaração do Presidente do Irã confronta tendência que se nota no Oriente Médio de uma solução negociada para o conflito, que tende

finalmente a ser superado na medida em que palestinos e israelenses tenham, cada um, a sua pátria.

O lado auspicioso desse episódio deplorável é que os principais dirigentes de países árabes condenaram veementemente a declaração do Presidente do Irã, como é o caso, inclusive, de países árabes conservadores, no passado até extremistas, mas que buscam a paz e não aceitam mais guerras sangrentas no Oriente Médio.

Se a paz no Oriente Médio ainda não chegou efetivamente, em razão de grupos radicais terroristas remanescentes, a vontade de paz entre os povos e seus dirigentes parece firmemente consolidada, vencendo bolsões intransigentes dos dois lados. É fundamental que o processo de negociação pacífica prossiga.

Esperamos, assim, como amigo, como Presidente da Frente Parlamentar de Amizade Brasil e Israel, como um amante de Israel – já estive mais de trinta vezes na Terra Santa, já tive oportunidade de andar de Bercheva até Jerusalém e ver a luta de um povo que tenta construir sua pátria de maneira pacífica e ordeira – e também como admirador da cultura milenar do povo árabe e dos exemplos de paz que deu ao longo da história, gostaria, Sr. Presidente, de dar hoje entrada em um requerimento pedindo à Mesa do Senado que emita voto de repúdio a essa declaração belicosa de extermínio do povo judeu, feita pelo Presidente de um país que – tenho certeza – não lhe dá unanimidade nessa declaração, a meu ver, irresponsável.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Marcelo Crivella, seu requerimento será deferido na forma do Regimento da Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Prefeitos de todo o Brasil estão chegando novamente amanhã para tratar das questões municipalistas. Mas não se trata de uma daquelas marchas que trazem a Brasília dezenas e dezenas de prefeitos. Desta vez, virão os representantes de cada Estado, os Presidentes das

Federações Municipais, tendo à frente o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski.

Na verdade, o que se pretende com essa reunião, que conta com o apoio da nossa Subcomissão dos Municípios, criada no Senado, é uma decisão de votação da reforma tributária; pretende-se que a reforma tributária finalmente seja votada na Câmara dos Deputados, contemplando aquele aumento do Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5%. Isso significa que os municípios terão um aumento, Sr. Presidente, que vai representar 50% de um mês do Fundo de Participação. É verdade que é pouco, mas será o suficiente para se constituir num alívio para esses prefeitos e para essas prefeituras, muitas delas já sem condições de pagar o décimo terceiro salário aos seus servidores. Com esse aumento, os prefeitos terão a liberação de R\$1,4 bilhão.

É preciso que se diga que as prefeituras não estão reivindicando nada de discrepante, não estão reivindicando nenhum privilégio. Pelo contrário, a reforma tributária, no que toca aos benefícios dados aos Estados e ao próprio Governo Federal, já lhes deu, já os contemplou, já fracionou a proposta de reforma tributária para que os Governos dos Estados tivessem a Cide e que o Governo Federal tivesse a prorrogação daquilo que ele desejava. Portanto, cada um dos níveis de governo foi contemplado, mas deixaram de lado os municípios, as suas agruras, as suas agonias, as suas aflições, aqueles municípios menores que não têm como fazer face às recentes quedas do Fundo de Participação dos Municípios.

A expectativa é grande. O Dr. Paulo Ziulkowski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, há pouco me falava da expectativa de que tenhamos marcada a votação que possibilitará aos municípios essa conquista. Ao mesmo tempo, que tenhamos também a expectativa de concessão de uma reparação, de uma indenização aos municípios pelo chamado PAS, que é um parcelamento concedido pelo Governo Federal, pelo qual parte dos recursos ofertados é dos Estados e dos Municípios.

Para que os Srs. Senadores tenham uma idéia, de janeiro de 2003 para agosto de 2005 acumulou-se uma quantia de R\$6,1 bilhões, sendo R\$4 bilhões dos Estados e R\$2,1 bilhões dos Municípios. O Tribunal de Contas já determinou o pagamento desse ressarcimento, que ainda não foi deferido, que ainda não foi pago, porque não houve, ainda, a identificação do que é dos Municípios e do que é dos Estados. A ausência da devida identificação impossibilitou o pa-

gamento desse novo Refis, que é o PAS, concedido desde 2003.

Portanto, termino as minhas palavras na certeza de que o diálogo vai prevalecer. A sensibilidade das autoridades federais, a sensibilidade do Ministro Palocci terá de prevalecer para que os Municípios tenham atendidas as suas reivindicações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, por três minutos, tempo que ainda nos resta após a prorrogação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um registro muito importante. Eu não poderia deixar de aproveitar este momento – muitas vezes não temos este tempo – para registrar mais uma inauguração do programa Luz para Todos, do qual participei, no Estado do Pará.

Toda semana, eu diria, nós estamos fazendo inaugurações do programa Luz para Todos. Tenho procurado ir toda semana, mas nem sempre é possível, pois essas inaugurações se dão no meio da semana, quando estamos aqui, no Senado da República, em Brasília, cumprindo com a nossa obrigação, que é estar aqui legislando, fiscalizando e, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, investigando.

Neste sábado, a inauguração foi no Município de Moju. Várias comunidades foram beneficiadas. Inclusive, algumas delas já haviam sido beneficiadas há seis meses ou mais. Eu sempre falava ao coordenador do programa no Estado, Dr. Maurício Pontes, da necessidade de fazer, sim, uma solenidade, apenas uma solenidade, que marcasse que nós estávamos levando energia elétrica para comunidades que passaram tantas dezenas de anos esquecidas.

Estou esperando um DVD de uma das experiências mais interessantes, que foi levar energia para a área ribeirinha.

Os desafios do Programa Luz para Todos já são imensos, porque foi antecipada a universalização para 2008. Sabemos disso, pois votamos a antecipação no Congresso, no Senado. E foi invertida a lógica inicial da Aneel, que era universalizar primeiro nas áreas que mais têm energia. Agora, ao contrário, o Luz para Todos vai para onde precisa mais. Dá-se prioridade a locais onde há escolas, onde há unidades de saúde, onde há assentamentos rurais, onde há trabalhadores rurais, onde há, por exemplo, remanescentes de quilombos. Enfim, são prioridades claras que evitam o

famoso “QI” do Deputado, da Deputada, do Senador, da Senadora, que ajudam, sim; mas o Programa tem prioridades, e é um desafio imenso levá-lo principalmente à região amazônica.

O Senador que agora preside esta sessão conhece o Estado do Pará.

Imagine, Senador Motta, que conhece o nosso Estado, o que é levar quilômetros e quilômetros de energia por estradas que nem sequer estão abertas. Precisa-se de recursos para abrir estradas. São feitos, então, verdadeiros mutirões, que envolvem a prefeitura, que envolvem as comunidades, que envolvem a sociedade civil, para que se possa chegar com os postes.

Neste último sábado, por exemplo, com a ajuda de várias comunidades de Moju, a própria Prefeitura ajudou abrindo estradas. No caso de Igarapé-Mirim, que foi no outro sábado, houve uma experiência bem interessante. Não há estrada por onde o caminhão possa chegar e colocar o poste; a estrada, Senador Motta, é o rio. Então, só foi possível com a participação da comunidade, que precisou ir atrás de autorização do Ibama para desmatar, que precisou ajudar a desmatar, que precisou ajudar a carregar cada poste – eram vinte homens para carregar um único poste. Foi de arrepiar a emoção, como também foi emocionante em Moju, mesmo a população já tendo energia há mais tempo. É sempre uma emoção, porque se junta a energia com outros programas como, por exemplo, o Pronaf, que, só para o Estado do Pará, levará R\$500 milhões. O Plano Safra, que vai do meio de 2005 até julho de 2006, colocará R\$500 milhões à disposição do pequeno agricultor, do agricultor familiar, além da assistência técnica. Isso, somado à energia, resultará numa grande capacidade para gerar emprego, para distribuir renda, para melhorar as condições de vida daquela população.

Infelizmente, tenho que dizer que o nosso Governo não consegue ter a competência necessária para divulgar programas tão importantes que estão chegando para a população que passou tantas décadas esquecidas, mas, se depender de mim, farei o registro todas as semanas de programas como esse.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua boa vontade.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senadora Ana Júlia Carepa, conheço o Estado do Pará há mais de quarenta anos e sei das dificuldades que sempre encontrou. V. Ex^a está de parabéns pela implantação desse projeto tão brilhante. O Estado do Pará, como assisti, despertou a

partir da gestão do Governador Almir Gabriel até a do Governador Simon Jatene, agora. Nesse período, temos visto muitas obras e muita coisa sendo feita no Pará. E a bancada paraense, inclusive nesta Casa, trabalha unida, não importa se um é do PT, outro do PSDB, como é o caso do Senador Flexa Ribeiro e o outro, o Senador Luiz Otávio, do PMDB. A bancada aqui é unida em torno do Pará.

Meus parabéns, de coração, Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero somente registrar que, no caso do programa “Luz para Todos”, também existe uma parceria: 75% são recursos federais, 15% é da empresa distribuidora – no caso, a Rede Celpa – e 10% do Governo do Estado.

É um programa criado neste Governo que também conta com a parceria do Estado. Com certeza, somente um Presidente com um compromisso com o mais pobre poderia ter criado um programa como o “Luz para Todos”.

Agradeço a sua referência à união aqui em relação ao Estado. A bandeira maior de que nós nos orgulhamos é vermelha, como a minha roupa hoje e como é a bandeira do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Ministro Adilson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União, informações sobre a realização de auditoria a respeito dos eventuais investimentos do Ministério da Agricultura, no setor de defesa sanitária animal, em áreas de fronteira e, em caso afirmativo, quais foram as suas conclusões.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2005. – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A matéria que acaba de ser lida será apreciada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Leonel Pavan

e Juvêncio da Fonseca enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias temos visto com grande apreensão a epidemia de febre aftosa que afeta o rebanho bovino do Estado de Mato Grosso do Sul. O nosso temor é ainda maior porque as evidências e os clamores do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, nos levam a crer que houve falta de dinheiro para a fiscalização do gado e para o devido apoio técnico à atividade agropecuária.

Ademais, a atual crise parece ter se originado da importação irregular de animais do Paraguai por parte de assentamentos agrícolas. Não existem sinais de dolo desses produtores rurais, mas desconhecimento do risco que sua atitude teria.

Esses fatos são preocupantes na medida em que a atividade econômica do campo é responsável por parcela importante de nosso Produto Interno, bem como pela geração de uma quantidade relevante de empregos e de renda, além de frutos importantes em nossa balança comercial.

Sabedor disso, fiquei estarecido com **e-mail** recebido no último dia 30 de setembro.

Eu gostaria, aqui, de fazer o relato dos principais pontos dessa correspondência. Também seria valiosa a manifestação de representantes do Governo Federal, especialmente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobre as alegações feitas pelo missivista.

O missivista, que não se identificou por um nome, mas apenas por um apelido – talvez por medo, faz graves acusações à forma como o Governo tem se portado em relação aos assentamentos agrícolas.

De acordo com o informado, a reforma agrária, apesar de ser uma das principais bandeiras da atual Administração, não tem recebido a necessária atenção. Como ele bem observa, não basta conceder terras para os necessitados. Aqui, eu friso que muitos desses assentados têm pouca ou nenhuma experiência com agricultura.

Mas, voltando ao **e-mail**, é alegado que os técnicos que deveriam visitar os assentamentos não o fazem de maneira contínua e não recebem com regularidade por seus serviços.

Ademais, faltariam recursos para estruturar os assentamentos rurais de modo a torná-los unidades produtivas.

Como observa o missivista, a agricultura familiar é extremamente importante para o País por contribuir com o nosso desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, porém, é preciso assistência técnica e social, além de subsídios agrícolas na forma de financiamentos.

O **e-mail** alega que o ATES – Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – tem se mostrado até o presente momento como inefetivo, ou melhor, praticamente inativo, pois faltaria ação ao Governo Federal.

Fiz, portanto, o registro da correspondência recebida e peço que o Governo Federal, por meio dos ministérios envolvidos na Reforma Agrária, informem a esta Casa sobre o Programa ATES, seu desempenho e seus resultados práticos. Assim, poderemos dar uma satisfação não apenas ao missivista, mas a todos aqueles que buscaram e buscam na agricultura uma maneira de melhorar de vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Vavá foi mais longe”, de autoria dos jornalistas Marcelo Carneiro e Camila Pereira, publicada na revista **Veja** em sua edição de 19 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o irmão do presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, montou um escritório para “ajudar” empresários com interesses no governo. Segundo a **Veja**, “o fato de o irmão do Presidente Lula ser dono de um escritório destinado a intermediar negócios de empresários com o governo – e de ter conseguido trafegar com tamanha desenvoltura nos corredores do Planalto e da Petrobras – é alarmante”.

O Presidente Lula, afirmou que “não tinha conhecimento das atividades do irmão”. Ou seja, mais uma vez, não sabia de nada!

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento, Interno.)

VAVÁ FOI MAIS LONGE

Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete de Lula, também sabia da atividade de lobista do irmão do presidente. Até recebeu um empresário a pedido dele

Marcelo Carneiro e Camilla Pereira

VEJA revelou na semana passada que Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão do presidente Lula, havia montado um escritório para "ajudar" empresários com interesses no governo e que conseguira fazer com que pelo menos um deles, o presidente da Federação Brasileira de Hospitais, fosse recebido pelo assessor especial da Presidência, César Alvarez. O Palácio do Planalto respondeu que o presidente Lula não tinha conhecimento (para variar) das atividades do irmão e que Alvarez havia sido surpreendido pelo fato de Vavá comparecer ao Palácio acompanhado por membros de uma entidade que representa os interesses dos hospitais privados do país. Com isso, dava a entender que eles haviam "pego carona" em uma audiência que, na realidade, tinha sido marcada exclusivamente para o irmão do presidente. O Planalto omitiu dois fatos graves. É verdade que a federação tentou "pegar carona" na audiência com Alvarez, mas não é verdade que o encontro havia sido marcado para atender apenas Vavá. O assessor Alvarez estava preparado, naquele dia, para receber um outro empresário, a pedido do irmão do presidente: o português Emídio Mendes, um dos controladores do Riviera Group, conglomerado que atua nos setores imobiliário, turístico e energé-

tico, e que, nos últimos tempos, vinha tentando fechar negócios com a Petrobras. O empresário português foi, sim, recebido — e bem recebido — pelo assessor da Presidência. Graças a Vavá. Oito dias depois da audiência, o dono do Riviera Group retornou ao Planalto, no dia 22 de setembro, novamente acompanhado por Vavá. E, dessa vez, encontrou-se com um superior de Alvarez: o chefe-de-gabinete pessoal do presidente Lula, Gilberto Carvalho. Essa segunda informação também foi omitida pelo Palácio do Planalto.

O encontro do empresário português com o chefe-de-gabinete de Lula não foi inócuo, como sustenta a versão oficial. Quinze dias depois da audiência do dono do Riviera Group com Alvarez, e uma semana após seu encontro com Gilberto Carvalho, o empresário esteve no Rio de Janeiro — mais uma vez acompanhado pelo onipresente Vavá e sua "assessora" Cristina Caçapava — para uma visita à sede da Petrobras. Foi tratar da assinatura de um memorando de entendimento entre a estatal e uma das empresas controladas por seu grupo, a Nacional Gás. Ou seja: tanto a intermediação de Vavá (cujas passagens aéreas foram pagas pelo empresário) quanto as negociações do grupo português com o governo caminhavam muito bem. A assessoria de imprensa da Petrobras informa que as negociações com a Nacional Gás, que teriam iniciado em julho deste ano, continuam em andamento.

Na manhã de quarta-feira passada, VEJA entrevistou o empresário Emídio Mendes pela primeira vez, para que ele explicasse a razão da sua reunião com César Alvarez. Mendes disse que tinha sido levado por Vavá até o assessor da Presidência para discutir um assunto prosaico: um pedido para que o governo brasileiro "ajudasse países africanos de língua portuguesa" com envio de medicamentos. Na mesma ocasião, VEJA também perguntou por que motivo o irmão do

presidente Lula o havia acompanhado à Petrobras, cuja sede fica no Rio. "O Vavá tem um amigo que queria me vender um terreno na cidade e nós fomos lá para avaliar a área", respondeu. Na tarde de quinta-feira, VEJA procurou novamente Emídio Mendes. Confrontado com a informação de que a sua segunda audiência no Planalto, com Gilberto Carvalho, girara em torno não de ajuda a países africanos, mas de negócios que seu grupo quer manter com a Petrobras, Emídio respondeu não ter feito "nada de errado". "Estou apenas contribuindo para aumentar as exportações do Brasil." A Petrobras vem se tornando uma assídua frequentadora do noticiário de escândalos políticos. Em julho deste ano, o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira admitiu ter recebido um automóvel Land Rover, no valor de 73 500 reais, de presente da empreiteira baiana GDK, que mantém negócios com a petrolífera.

No mês passado, um relatório do Tribunal de Contas da União, referente às atividades da estatal no primeiro semestre deste ano, resultou numa quilométrica lista de irregularidades, incluindo contratos suspeitos, concorrências dirigidas, superfaturamento e pagamentos por serviços não realizados.

Os fatos mostram que, por trás da maior parte das falcatruas envolvendo dinheiro público, há sempre um personagem obrigatório: o lobista — aquele que "engraxa" as engrenagens do poder público a serviço de causas quase sempre pouco nobres. O fato de o irmão do presidente Lula ser dono de um escritório destinado a intermediar negócios de empre-

sários com o governo — e de ter conseguido trafegar com tamanha desenvoltura nos corredores do Planalto e da Petrobras — é, portanto, alarmante. E evidencia um problema recorrente no governo petista: a dificuldade do presidente Lula, e de sua família, de separar o público do privado. Em julho, VEJA mostrou como a Telemar — companhia que tem, entre seus controladores, o BNDES, um banco estatal — pagou 5 milhões de reais para tornar-se sócia de uma pequena empresa pertencente a Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente. Três meses depois da divulgação da notícia, a sociedade de Lulinha

com a Telemar vai muito bem, obrigada. O presidente continua dizendo que o filho não fez nada de errado ao aceitar a bolada da empresa e que ele, Lula, tampouco agiu incorretamente ao fechar os olhos para a sorte grande de seu rebento.

Na semana retrasada, o presidente declarou, por meio de assessores, que não tinha conhecimento das atividades do irmão — ainda que Vavá tenha estado no seu local de trabalho, no mesmo andar em que fica o seu gabinete, e tenha sido recebido pelo seu subsecretário-geral. Agora, a situação é um pouco mais complicada. Gilberto Carvalho atua como fiel escudeiro de Lula desde a primeira campanha presidencial, nos anos 80. Ocupa

uma sala a pouquíssimos metros do gabinete de Lula e é seu mais íntimo assessor, além de amigo e frequentador dos churrascos da Granja do Torto. A pergunta óbvia é: Carvalho não comunicou ao presidente que seu irmão levava empresários para fazer negócios no Palácio do Planalto? E, se comunicou, por que o escritório de Vavá funcionou a pleno vapor até sua existência e finalidade terem sido reveladas por VEJA? Solicitada a responder a essas perguntas na última sexta-feira, a assessoria da Presidência limitou-se a dizer que tanto Carvalho quanto o presidente estavam "incomunicáveis". Para quem, ao longo dos últimos escândalos, sempre se mostrou o último a saber, o termo não deixa de ser apropriado. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Derrota do Companheiro”, publicado em 19 de outubro de 2005, no jornal **O Estado de S. Paulo**.

A matéria acima enfatiza que independentemente dos motivos que levaram os cinco deputados do PT a desistir da renúncia aos mandatos, o fato é que a decisão conjunta dos petistas garantiu sobrevida à crise que o Presidente Lula tanto teme.

A decisão, dos cassáveis, de ir à luta no Conselho e depois, eventualmente, em Plenário, antes de tudo, é uma derrota constrangedora do companheiro Lula. Era público e notório que o presidente havia montado toda uma operação, de que participaram dois ministros e os presidentes

das duas Casas do Congresso, para induzir os acusados, previamente absolvidos por ele, a fugir da raia.

Lula quer tirar a crise de cena o quanto antes para evitar que apareçam eventuais revelações de ilícitos novos, com o potencial de transferir o epicentro dos escândalos do Congresso para a Presidência.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento, Interno.)

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Marta Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita

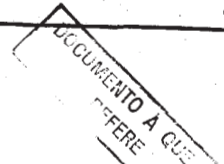


Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira do Carvalho Mesquita (1969-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pastana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S. PAULO - QUARTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2005

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940



NOTAS & INFORMAÇÕES

Derrota do companheiro

Quaisquer que tenham sido os motivos dos cinco deputados do PT para desistir da renúncia aos mandatos, correndo o risco da cassação e da privação dos direitos políticos até 2015 – e qualquer que seja, em cada caso, o desfecho dos processos abertos segunda-feira no Conselho de Ética da Câmara contra 11 acusados de vários partidos de envolvimento com o mensalão –, o fato é que a decisão conjunta dos petistas, surpreendente porque apenas 1 dos 6 cassáveis dela se dissociou, alterou o quadro da crise, garantindo-lhe a sobrevida que o presidente Lula tanto teme. A decisão de ir à luta no Conselho e depois, eventualmente, em plenário, antes de mais nada, é uma derrota constrangedora do companheiro Lula. Era público e notório que o presidente havia montado toda uma operação, de que participaram dois ministros e os presidentes das duas Casas do Congresso, para induzir os acusados, previamente absolvidos por ele, a fugir da raia. A sua reação desprevenida ao ser informado, na Europa, do fracasso da sua manobra, deixou patente a força do golpe sofrido. “Mas só o Paulo Rocha (deputado paranaense) renunciou?”, espantou-se, desconcer-

tado. Além disso, a disposição dos cinco de enfrentar o processo legislativo reforçou a impressão de que o homem forte do PT continua a ser o ex-ministro José Dirceu (cujo destino começará a ser decidido hoje no Supremo Tribunal Federal). Não só porque ele havia dito que renúncia é confissão de culpa, nem apenas porque tem dado tudo de si para safar-se da cassação – ou, se cassado, para sair como vítima de um pogrom político –, mas principalmente porque, entre o interesse de Lula e a estratégia antagonista de seu ex-ministro, os deputados ficaram, solidariamente, com esta. Desde a eleição do candidato governista à presidência da Câmara, Aldo Rebelo, do PC do B, e à medida que os depoimentos às CPIs começaram a envolver o público, o Planalto passou a trambolhar, dia sim, outro também, que a crise caminhava para os seus estertores. O luliano sabe que, em política, muitas vezes o enunciado de uma previsão ainda a concretiza. Mas não podia imaginar que deixaria de ser incontestável a ascensão do número um do PT so-

bre os seus representantes parlamentares com a corda no pescoço. Eles, por sua vez, não haverão de ignorar que Lula quer tirar a crise de cena o quanto antes menos para que a mídia pare de falar em mensalão e caixa 2 – sendo este o crime confessado a fim de acobertar o outro, o da compra por ataque de votos na Câmara, maior e sem precedentes – isso para não falar na origem do dinheiro, que, como diz o deputado Janene, líder do PP e também “cassável”, é problema do PT –, mas para evitar que apareçam eventuais revelações de ilícitos novos, com o potencial de transferir o epicentro dos escândalos do Congresso para a Presidência. Ainda assim, ao renunciar à renúncia, os deputados petistas – entre eles, o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, o ex-líder de bancada Professor Luizinho e o ex-relator da CPI do Banestado José Menor – indicaram que as inquietações de Lula não são necessariamente as suas. A prioridade deles é preservar suas carreiras políticas, sem o estigma do abandono do mandato. Acreditam que, quanto maior o número de

processos, maiores as chances individuais de absolvição. Depositam também algumas fichas na hipótese de que o Supremo dê ganho de causa a Dirceu, o que tornaria mais provável a sua absolvição. Para o País, a ida do grupo ao Conselho de Ética é evidentemente positiva. Primeiro, porque o direito à renúncia de parlamentares acusados de quebra de decoro, mesmo que só valha antes da abertura dos respectivos processos, é tão ou mais escandaloso do que as próprias acusações. Segundo, porque, na situação concreta, o que está em jogo não é primordialmente a cassação de uns tantos quantos políticos, mas a ampliação das oportunidades para o esclarecimento dos esquemas de corrupção postos em marcha no atual governo – que levaram a Transparência Internacional a “melhorar” a classificação do Brasil entre os países de maior corrupção no mundo. Com os processos agora abertos, são 14 os que ocuparão o Conselho. Impossível prever o que deles poderá emergir ao longo de sua tramitação. Calcula-se que ela não terminará antes de abril de 2006. Para os que colocam a procura de verdade em primeiro lugar, talvez seja um tempo fecundo.



O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.243, de 2005, do Senador José Agripino, solicitando, nos termos do Regimento Interno, seja solicitado ao Ministro Adilson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União, informações sobre a realização de auditoria a respeito dos eventuais investimentos do Ministério da Agricultura, no setor de defesa sanitária animal, em áreas de fronteira e, em caso afirmativo, quais foram as suas conclusões.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.*

Relator revisor:
Prazo final: 18-11-2005

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.*

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente

da República, que *dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994* (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substituto), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004 COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra*.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja

consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal **The New York Times**, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

19

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

20

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

21

REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando que seja concedido voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”.

Parecer favorável, sob nº 1.862, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 03 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador João Alberto.

Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, Senador Mão Santa, qualquer projeto necessita de um ingrediente indispensável: credibilidade para alcançar sucesso. Imaginem um projeto de nação sem credibilidade. Certamente, será fadado ao fracasso rotundo, como diria o Sr. Leonel Brizola. Sem credibilidade, o País não avança. Sem credibilidade política, instituições desacreditadas, Parlamento lamentavelmente desprezado pela opinião pública: esse é o cenário. Infelizmente, este é o cenário no Brasil: ausência de credibilidade; Poder Executivo sem credibilidade, Poder Legislativo sem credibilidade, Judiciário sem credibilidade. Não há projeto de nação que se conclua com êxito neste cenário de descrédito que se generaliza e se aprofunda a cada dia, a cada passo, a cada atitude, e, sobretudo, a cada escândalo.

A ausência de credibilidade se dá especialmente em função dos escândalos de corrupção, mas também, Sr. Presidente, em razão de sustentarmos um modelo político superado, condenado insistentemente pela população brasileira; um modelo político retrógrado, que se constitui verdadeira seleção de equívocos, de vícios; um modelo político que contribui, de forma significativa, com o processo de corrupção instalado no País.

E a reforma política, Senador Mão Santa, não ocorre. Ela é anunciada, debatida, mas não é realizada. Desde a Constituinte de 1988 que se debate reforma política; que se fala em um novo modelo político para o País que seja compatível com as aspirações da sociedade brasileira. O que se constata é que a sociedade avança mais do que os dirigentes. A base da sociedade avança mais do que a elite, sobretudo mais do que a elite política.

Mas hoje, já que estamos num período em que a indignação é enfatizada com o manifesto desejo de se darem surras, eu diria que o povo brasileiro daria uma surra no Congresso Nacional, em razão de não ter tido a competência necessária para conferir ao País um novo modelo político, porque estamos atrasados.

Eu gostaria de manifestar desta tribuna o meu inconformismo com os procedimentos adotados na Câmara dos Deputados a respeito. Desde que chegamos aqui, no início deste meu mandato, que já caminha para o seu término, portanto, há mais de seis anos, quase sete anos, o Senado Federal aprovou a reforma política ou pelo menos aprovou os elementos mais importantes para uma reforma política, exatamente o que a Câmara dos Deputados, com algumas alterações, pretende apresentar como a sua reforma política. Eu vi o relatório do Deputado Ronaldo Caiado, em que encontramos aquilo que o Senado Federal aprovou, mas que a Câmara dos Deputados não adotou como origem do Senado Federal, o que encurtaria o percurso da reforma, o que nos levaria a uma aprovação mais rápida. A Câmara dos Deputados iniciou os procedimentos e repetiu as propostas aprovadas pelo Senado, acrescentando uma que, particularmente, rejeito, que é a da lista para que o eleitor vote no partido, e não no candidato. Evidentemente, num momento em que o povo quer condenar os que desonram o mandato popular, deve ter o direito de fazê-lo, valorizando aqueles que honram o mandato popular. Ao ser obrigado a votar numa lista, ele estaria proibido de exercer esse direito, de condenar aqueles que não corresponderam às suas expectativas, porque não poderia escolher. Estaria votando numa lista preparada pelos dirigentes partidários. Mas esse é um assunto a ser discutido com tempo e em profundidade.

O que estou tentando dizer, Senador Mão Santa, é que o Senado aprovou a criação do instituto de financiamento público de campanha, a cláusula de barreira, a federação de partidos, o fim da coligação nas eleições proporcionais, alterações no prazo de filiações. Enfim, o Senado já tinha aprovado praticamente tudo o que consta do relatório final do Deputado Ronaldo Caiado. E a Câmara ignorou aquilo que teve origem no Senado, retardando os procedimentos.

Por isso, a reforma política não ocorre neste ano. Já perdemos essa oportunidade, que não vigorará nas próximas eleições.

Sabemos da importância da reforma política no que diz respeito à redução dos custos de campanha. São campanhas caríssimas que acabam proporcionando a corrupção eleitoral, a qual sinaliza para a corrupção na Administração Pública. Sem dúvida, a corrupção na Administração Pública quase sempre começa na campanha eleitoral. Sem generalizar, é indiscutível que ela começa na campanha eleitoral, quando determinados eleitos retribuem com recursos oriundos dos cofres públicos as doações recebidas durante a campanha eleitoral.

Portanto, a reforma política deve tratar da redução dos custos da campanha eleitoral como também da deturpação do quadro partidário brasileiro ou a deturpação da representação popular provocada pelas coligações para as eleições proporcionais, já que há as mais estapafúrdias coligações possíveis e imagináveis. Por exemplo, o Partido Liberal coliga-se com o PT, e o programa do PL mistura-se ao programa do PT, que é um programa socialista, de um partido à esquerda. Evidentemente, quando há essa coligação, o eleitor que vota no PT acaba elegendo, por consequência da coligação, alguém do PL, ou seja, o eleitor que é socialista acaba elegendo um deputado liberal para representá-lo. É a distorção absoluta da representação popular.

Há, então, que tratar sim essa deturpação e isso implica proposta para impedir a coligação nas eleições proporcionais. A proposta da cláusula de barreira tem por objetivo evitar a fragmentação excessiva do quadro partidário, com inúmeros partidos que se constituem, na verdade, siglas para registro de candidaturas. Obviamente, isso não contribui para a recuperação da credibilidade perdida.

Há a necessidade de impor essa cláusula de barreira e buscou-se uma alternativa para a sobrevivência de partidos pequenos, que possuem um ideário que corresponde às expectativas de parte da população: que se organizem em federações e, dessa forma, possam representar parcela da população no cenário do Poder Legislativo.

A outra questão diz respeito a migrações entre legendas, os Parlamentares que mudam constantemente de partido, isso exige uma providência na direção da fidelidade partidária, ou seja, o mandato pertence ao partido, e não ao eleito. Se há um desejo de mudança, não haverá impedimento para que a mudança ocorra, mas o Parlamentar que muda não leva consigo o mandato; ele o perde.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu concedo, Senador Mão Santa, com prazer, o aparte que V. Ex.^a solicita.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de dizer que o orador já está em seu minuto final.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, mas eu só queria lembrar, Sr. Senador João Alberto, que o Presidente Sarney, no fim de seu Governo, entre os nomes que considerou, ele pensou no nome de Alvaro Dias para Presidente da República. Deus escreve certo por linhas tortas. Então, eu e o Brasil estamos atentamente lhe ouvindo. O seu comportamento como extraordinário Governador que foi do Paraná e agora como Senador da República, ninguém o excede em competência e coragem. Então, eu acho que o seu partido está muito enganado quando fica preso naquela política antiquada e antiga do “café com leite”, São Paulo e Minas. Eu acho que deviam botar um *capuccino*, um *chantilly* nisso e V. Ex.^a seria o melhor candidato do seu Partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A generosidade do Senador Mão Santa já é conhecida por todos nós e é claro que...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluindo, Sr. Presidente, para que o Senador Paulo Octávio possa também ocupar esta tribuna, para dizer que o Senador Mão Santa é o campeão dos apartes. Hoje ainda verifiquei o balanço dos apartes. Foram 702 apartes do Senador Mão Santa, o que demonstra que ele respeita os seus colegas, procura valorizá-los, apartando sempre, para certamente manifestar o seu respeito por todos nós.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

E concluo, Sr. Presidente, dizendo que não tive a pretensão de fazer uma análise completa daquilo que se deseja como modelo político novo, para restabelecer a credibilidade perdida, já que as instituições públicas estão desgastadas. Aliás, as instituições públicas, o poder público no Executivo, no Judiciário, no Legislativo, os partidos políticos, os políticos de forma geral, todos estamos desgastados. E temos que contribuir para a recuperação da imagem boa. E será por meio de um novo modelo político que chegaremos lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 4 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 4^a Cúpula das Américas revela o enfraquecimento brutal da imagem do Presidente Lula internacionalmente. A crise que abala o País tem repercussões no exterior. E o Presidente Lula, que deveria ser o principal protagonista desse encontro, em Mar del Plata, na Argentina, cede lugar ao Presidente Hugo Chávez, que será o único dos 34 chefes de Estado e de Governo a participar da 4^a Cúpula das Américas e da 3^a Cúpula dos Povos, também chamada de “Contracúpula”. Ele será o principal orador do protesto, programado para o estádio Mundialito, no balneário argentino de Mar del Plata, onde discursará às 13 horas desta sexta-feira, e será também o protagonista da Cúpula Oficial.

É evidente que o encontro do próximo domingo, em Brasília, reunindo o Presidente George Bush e o Presidente Lula, na Granja do Torto, será gesto de mera cortesia entre dois presidentes com enormes dificuldades domésticas. De concreto, rigorosamente nada ocorrerá!

O Presidente Bush é, hoje, um presidente enfraquecido, com auxiliares próximos envolvidos na delação de uma espia americana. O Presidente Bush viaja envolvido por denúncias de corrupção no seu país. O Presidente Lula – não é novidade – está emparedado aqui, numa crise política denodada, também, por acusações de corrupção. E exatamente no momento em que o Relator da CPMI dos Correios, Sr. Osmar Serraglio, revela que os recursos públicos, mais precisamente do Banco do Brasil, uma empresa de economia mista com ações negociadas na Bolsa de Valores, alimentaram o Mensalão do PT, o que coloca por terra, numa só tacada, os três argumentos do Governo do Presidente Lula e dos seus seguidores petistas sobre o Mensalão. Para nós não é novidade. Há quanto tempo estamos denunciando, desta tribuna, que se trata de recursos públicos, aqueles utilizados para abastecer o caixa da corrupção.

Mas, agora, o Relator da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito mostra o mapa e indica o caminho percorrido por recursos – desde a origem até o destino – e, com isso, repito, os três argumentos do Governo Lula são desmontados. Primeiro, não havia dinheiro público no “Valerioduto”; segundo, os empréstimos tomados no BMG e Rural custearam os repasses; terceiro, tudo dizia respeito ao caixa dois de campanha.

E para não ficar apenas no depoimento pessoal de quem investiga e está na Oposição a este Governo, recorro a um texto de Augusto de Franco, que analisa muito bem o caso. Ele pergunta: quer dizer que os empréstimos eram de fachada? Então quer dizer que o

mensalão não era caixa dois? Então quer dizer que o mensalão foi abastecido com o dinheiro público e que agora o Governo vai dizer que não há provas? E que vão plantar a notícia de que o esquema já funcionava antes, em 2001? Não é verdade, mas, se fosse, isso absolveria Lula e o PT? Pouco a pouco, as coisas vão sendo descobertas. Algumas já eram óbvias.

a) nunca existiram empréstimos de Valério;

b) no caso do PT, não se trata – nem apenas, nem principalmente – de caixa dois, mas de um outro tipo de “caixa”, um caixa três, como venho insistindo; e

c) ninguém traiu Lula.

Outras coisas ainda não são óbvias:

a) o Governo não é mais uma entidade pública e, sim, um destacamento privado que se comporta como uma gangue política;

b) a quadrilha não foi desmontada;

c) a ocupação predatória do Estado continua em marcha.

Todavia, nada disso terá conserto enquanto Lula não for constrangido democraticamente a mudar de comportamento; ou – caso se recuse – enquanto não renunciar ou for impedido. Vejam bem: não se trata de pedir o **impeachment** num arroubo inconseqüente. Trata-se de parar de poupar Lula, não na retórica e sim com ações concretas, interpellando-o formalmente para que dê explicações à Nação sobre tudo isso.

Enquanto Lula permanecer blindado pelas instituições, pelo empresariado e pelas oposições, nada adiantará. Nenhum escândalo, nenhuma descoberta estrondosa, nem mesmo, por hipótese, a revelação do “organograma secreto do bando” – do tipo daqueles que a operação “Mãos Limpas” na Itália fazia sobre as conexões políticas da Máfia –, terão qualquer efeito. Lula e os petistas dirão que sempre foi assim, que FHC fez pior, que eles apenas foram vítimas da velha política dos conservadores, da Direita, das elites. Estabelecida a guerra, é o vale-tudo. Nesse clima, não importa mais a verdade. Não importa se uma acusação corresponde ou não aos fatos. Isso não terá a menor relevância.

Sim, Lula e o PT partirão para a guerra. Uma guerra especialmente suja. Por um simples motivo: eles não têm alternativa. Se perderem o poder ficarão expostos, em condições desfavoráveis (quer dizer, sem poder interferir “de cima”) à investigação e punição de seus crimes ou, no mínimo, à desmoralização e a conseqüente execração pública.

Então, eles farão tudo para não sair. Tudo mesmo. Cometerão outras barbaridades inéditas, muito maiores do que as que cometeram até aqui. Anotem para conferir depois.

Daqui para frente, a rigor, não viveremos mais na normalidade democrática. As instituições do Estado de direito continuam funcionando normalmente, mas um andar abaixo da formalidade, o que ocorre já, é meio incompatível com a democracia, pois conspira contra o processo substancial de democratização da sociedade. Os ritos legais estão constrangidos – num grau maior do que jamais estiveram em períodos democráticos no Brasil – pelas interferências diretas de um grupo político privado, que ocupou os cargos de comando do governo.

O que está acontecendo é muito mais grave do que se pensa. O centro do poder se corrompeu e não se pode mais confiar nele. Nessas circunstâncias, como esperar que a lei seja cumprida? Pior, como o cidadão pode ficar tranqüilo diante de um Estado engajado na consecução de um projeto particular de poder? Por exemplo, como eu mesmo disse ontem, como pedir providências a órgãos do governo para investigar um grampo em seu telefone, diante da possibilidade dessa polícia, em vez de remover as escutas clandestinas, colocar outras ainda mais aperfeiçoadas tecnicamente? Como um opositor pode ter a certeza de que não será retaliado, espionado, ameaçado, caluniado, perseguido ou que contra ele não serão urdidas falsas provas de crimes e de irregularidades?

Vocês estão entendendo? As oposições jamais avaliaram que isso tudo pudesse ocorrer. Alguns, por incrível que pareça, ainda acham que há muito exagero, ainda acreditam na sinceridade ou nas boas intenções de Lula, de Palocci ou de Jaques Wagner. Para não reconhecer os seus erros, brutais, nas análises do caráter político de Lula e da natureza do PT ou na previsão do que poderia acontecer, alguns ainda perdem tempo imaginando diferenças internas no Governo. Outros acham que tudo se deve a uma constelação, fortuita e desfavorável, de fatores perversos.

Pensam, mais ou menos, assim: “Não, não é possível, eles não chegarão a tanto”. “Não, Palocci não. O Palocci não é José Dirceu”. “Não, Wagner é sensato e sabe que, na radicalização, todos perderiam”. “Não, eles lutaram contra a ditadura, sempre defenderam a democracia e os direitos humanos”. “Não, eles estão perdidos e meio desesperados, porque não avaliaram bem a dimensão da tarefa de governar um país como o Brasil, para a qual não estavam preparados, mas a razão e o bom senso prevalecerão”. “Não, não podemos agora ‘viajar na maionese’ e dar asas a teorias

conspiratórias”. Em suma: “Não, não e não, porque eu não quero ver!”

Mas, antes que seja tarde (ou seja, antes que comece formalmente a campanha de 2006), é bom começar a ver que nenhuma diferença interna no Governo, nenhuma conjunção particular de fatores adversos, têm qualquer relevância: o Governo é Lula; o PT que conta de fato é Lula. Enquanto Lula continuar como está não haverá qualquer mudança. E caminharemos para o buraco, porque a crise se chama Lula.

A notícia está em todos os jornais. Uma delas diz que as denúncias – denúncias no jargão do Governo Lula – de fato são constatações de uma CPI que trabalhou às claras e que agora, nas palavras do seu Relator, mostra a que estado o Governo Lula levou o País.

A primeira página da **Folha de S.Paulo** dá bem uma idéia do novo Brasil, o Brasil do Presidente Lula. A manchete da **Folha de S.Paulo** diz “Mensalão teve dinheiro do Banco do Brasil, diz CPI”.

Sr. Presidente, enfatizo que a revelação de ontem, na voz do Relator da CPMI, Deputado Osmar Serraglio, não é nenhuma novidade. Há quanto tempo estamos destacando que há provas documentais fartas para oferecer subsídios consistentes ao Ministério Público, a fim de que instaure os procedimentos necessários, aprofundando investigações para responsabilização civil e criminal dos envolvidos nesse gigantesco esquema de corrupção? Há quanto tempo a Senadora Heloísa Helena, outros integrantes da CPMI e nós, desta tribuna, estamos afirmando que há contratos superfaturados, licitações fraudadas, aditivos ilegais, exorbitantes para o abastecimento do caixa da corrupção?

O Presidente Lula, obviamente valendo-se da popularidade granjeada durante sua história de vida, insiste em afirmar que é denunciismo e que provas não existem.

Eu defendo a tese, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que não há necessidade de nada mais. A CPMI já realizou um grande trabalho, já tem provas documentais, testemunhais, confissões importantes, um elenco de réus confessos, que nos autorizam a encaminhar ao Ministério Público o indiciamento de muitas pessoas e os subsídios indispensáveis para que o Ministério Público possa, sim, responsabilizar civil e criminalmente os principais artífices desse escandaloso esquema de corrupção.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluo, Sr. Presidente.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço, antes, o aparte da Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Serei breve, Senador Alvaro Dias, apenas para compartilhar as preocupações trazidas por V. Exª com relação aos dados do Relator apresentados ontem. É evidente que todos nós estamos trabalhando muito no sentido de analisar os procedimentos investigatórios no Tribunal de Contas da União, no Ministério Público, os documentos disponibilizados, caixas e mais caixas de documentos, poeira e mais poeira, que certamente – pela poeira e pelo amontoado de papel – também impedem e obstaculizam as investigações. Sinceramente, cada vez que aparece nova fonte da água suja que move o moinho do mensalão – ou qualquer outro nome que seja dado àquele balcão de negócios sujos que foi montado –, sinto mais tristeza, porque acabei descobrindo que, quando eu entregava, de bom coração, mais de 35% do meu salário ou quando eu vendia os brochinhas e as camisetas do PT, eu estava ajudando a lavar dinheiro. Havia tanto dinheiro que, certamente, a grande maioria dos militantes não sabia – os dirigentes também não sabiam, não tenho dúvida disso, porque conheço alguns Parlamentares de perto e sei exatamente como vivem com suas finanças públicas. Senador Tião Viana, certamente, na revolução socialista, estaremos de lados bem distintos, mas não tenho dúvida da honestidade de V. Exª, cujas contas conheço – a não ser que, um dia, S. Exª me engane também. Descobri isso, descobri que, quando, de bom coração, eu dava mais de 35% do meu salário ao Partido e vendia brochinhas e camisetas, eu estava, de alguma forma, ajudando a lavar o dinheiro sujo de fontes diversas e distintas, que era o que de fato garantiam as campanhas do PT e o oxigênio partidário. Imaginem nem poder pegar de

volta a vida, os anos e o dinheiro, que tiramos da nossa casa para dar a uma estrutura como essa!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, pelo depoimento de quem participou, ativamente, da construção de uma história, de um Partido, que era a esperança de milhões de brasileiros e que se transformou, desgraçadamente, numa enorme frustração.

Para concluir, Sr. Presidente, é evidente que, se houvesse entidades representativas da sociedade com a mesma energia das que já tivemos, o pedido de **impeachment** do Presidente Lula seria apresentado à Mesa da Câmara dos Deputados.

Não sai de minha memória a imagem que pude vivenciar, na Esplanada dos Ministérios, de uma passeata com Líderes representando entidades como a ABI, a OAB, a CNBB, de braços dados, caminhando na direção do Congresso Nacional e entregando à Mesa da Câmara dos Deputados o pedido de **impeachment** do Presidente Collor. Não é que desejássemos isso, não. Mas, por uma questão de honestidade, por uma questão de sinceridade, neste caso há elementos que são muito mais expressivos, importantes, significativos do que aqueles que justificaram aquela imagem diante do Congresso Nacional, aquela providência, aquele gesto e, sobretudo, aquela decisão do Senado Federal, declarando o **impeachment** do Presidente Collor.

Se nossas entidades não estivessem silentes, certamente estaríamos diante de uma decisão da maior importância, neste momento crucial da vida nacional.

Repito: não é, sinceramente, o que desejamos. O que desejamos é que o povo brasileiro possa voltar a acreditar na instituição pública nacional, que ele volte a ter esperança de que o Brasil é um País viável.

**ATA DA 26ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 23 DE MARÇO DE 2005
(Publicada no Diário do Senado Federal de 24 de março
de 2005)**

RETIFICAÇÃO

À página nº 06252, 2ª coluna, na comunicação de filiação partidária e nome parlamentar,

Onde se lê:

Wirlande WZ.

Leia-se:

Wirlande da Luz.

Ata da 197ª Sessão Não Deliberativa, em 8 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,
Romeu Tuma, da Sra. Íris de Araújo e do Sr. Mão Santa*

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 8/11/2005 07:49:22 até 8/11/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.244, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o seguinte pedido de informações:

1 – quais os limites de movimentação e empenho impostos ao orçamento do Ministério da Agricultura, particularmente os relativos às suas ações e aos seus programas voltados para o controle e à fiscalização sanitária agropecuária?

2 – quais os impactos e prejuízos impostos às ações e aos programas de defesa sanitária agropecuária, em virtude do contingenciamento orçamentário e financeiro imposto? Que medidas foram adotadas nos últimos três anos pelo Ministério com vistas a suprir as limitações decorrentes dos contingenciamentos ocorridos?

3 – sob quais fundamentos e premissas técnico-jurídicas se amparou o contingenciamento aplicado sobre esses programas e ações?

4 – que medidas vêm sendo adotadas pelo Governo com vistas à suspensão do contingenciamento, sobretudo as relativas ao contingenciamento de recursos financeiros voltados para a defesa sanitária agropecuária?

5 – há propostas em estudo, pelo Governo Federal, objetivando evitar o contingenciamento, nos próximos exercícios financeiros, nos orçamentos desses programas e ações?

6 – que estratégias estão previstas com vistas a evitar problemas que possam comprometer a produção de carne em todo o País, dado a recente crise que afeta o setor, em decorrência da febre aftosa?

7 – há estudos no Ministério objetivando criar um fundo nacional para atender emergências sanitárias, como o foco de febre aftosa detectado no Estado de Mato Grosso do Sul? Quais seriam suas características principais e a natureza das ações a serem contempladas pelo fiando?

8 – quais as ações que o Governo Federal está tomando ou pretende implantar para evitar a disseminação da febre aftosa?

Justificação

Como é de conhecimento geral, nos últimos anos, o agronegócio tem dado relevantes contribuições para a recuperação da economia brasileira. O crescimento da produtividade agrícola, associado à conquista de novos mercados, tem levado à geração de divisas indispensáveis à melhoria das finanças do país.

É ilustrativa sua contribuição para as exportações do País: em 2000, estas somavam 55 bilhões de dólares; saltaram para 96 bilhões de dólares em 2004; no mesmo período, a participação do agronegócio nas vendas externas aumentou de 15% para 25%.

Espera-se, agora, que ao menos parte do avanço brasileiro no setor agropecuário poderá ser revertida, em virtude do surgimento do foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul.

De acordo com avaliação conduzida pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a febre aftosa deverá prejudicar as exportações de carne bovina do País. Até então, a entidade estimava um crescimento de 28% nas vendas de carne **in natura** este ano, para o valor de US\$2,5 bilhões, ante US\$1,962 bilhão em 2004. As exportações de carne brasileira, no ano passado, somaram US\$6 bilhões entre carnes bovina, suma e de aves. Mais de quarenta países já suspenderam total ou parcialmente a compra da carne brasileira, por temer a contaminação de seus rebanhos. Estimativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) fixa em pelo menos um bilhão de dólares os prejuízos para as exportações do país com a crise deflagrada pela doença.

No âmbito dessas adversidades, como de hábito, assiste-se a um freqüente empurra-empurra de responsabilidades. Reclama-se, de um lado, da falta de verbas federais, proveniente da contenção de recursos, para o combate à doença. Em entrevista recente ao Jornal do Brasil, o ministro da Agricultura disse que 80% de seu orçamento teria sido congelado. Afirmou, ainda, que os 20% que sobram dão em tomo de R\$35

milhões, o que é uma insignificância diante da demanda nacional. O Ministro informou que está solicitando do governo o resgate do total previsto originalmente, R\$167 milhões.

Por outro, afirma-se que o problema é de falta de gestão, não de dinheiro.

Nesse contexto, se mostram imprescindíveis informações que nos esclareçam não somente os montantes envolvidos nos contingenciamentos aplicados, mas também que nos permitam conhecer, com maiores detalhes, as causas que lhes deram origem, seus impactos econômicos, as orientações e as diretrizes a serem seguidas pelo País para a solução do problema.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – **Osmar Dias**, Senador.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 98/05 – GLPDT

Brasília, 7 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor, como titular, a Comissão de Educação, o Senador Cristovam Buarque em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nesta Casa. (doc. anexo).

Ao ensejo renovamos a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Sr. Senador Cristovam Buarque, como titular, para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 238/Plen

Brasília, 7 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de informar a nova representação dos Deputados do Partido dos Trabalhadores na Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição aos anteriormente indicados.

TITULARES	SUPLENTE
ASSIS MIGUEL DO COUTO – PT/PR	EDUARDO VALVERDE – PT/RO
CARLITO MERSS – PT/SC	JOÃO MAGNO – PT/MG
DEVANIR RIBEIRO – PT/SP	JORGE BITTAR – PT/RJ
GILMAR MACHADO – PT/MG	NEYDE APARECIDA – PT/GO
JOÃO GRANDÃO – PT/MS	NILSON MOURÃO – PT/AC
JOSÉ PIMENTEL – PT/CE	PAULO PIMENTA – PT/RS
LEONARDO MONTEIRO – PT/MG	PROFESSOR LUIZINHO – PT/SP
NAZARENO FONTELES – PT/PI	VANDER LOUBET – PT/MS
NELSON PELLEGRINO – PT/BA	VIGNATTI – PT/SC
PAULO RUBEM SANTIAGO – PT/PE	WALTER PINHEIRO – PT/BA
WASNY DE ROURE – PT/DF	ZÉ GERALDO – PT/PA

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

Ofício nº 240/Plen

Brasília, 8 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar como titular o Deputado Fernando Ferro – PT/PE em substituição ao Deputado Devanir Ribeiro – PT/SP, que passará a ocupar a suplência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, indicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 1, DE 2005

Sugere à Comissão de Educação debater a Regra 5 – “O Árbitro” – do jogo de futebol de campo.

Sugiro que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação, por intermédio de audiências públicas, a alteração da Regra 5 – “O Árbitro” – do jogo de futebol de campo.

A referida Regra 5, especificamente em seu item “Decisões do árbitro”, está assim redigida:

“Regra 5 – O árbitro

.....
Decisões do árbitro

As decisões do árbitro sobre fatos em relação com o jogo são definitivas.

O árbitro poderá modificar sua decisão unicamente se dá conta de que é incorreta ou se o julga necessário, conforme uma indicação por parte de um árbitro assistente, sempre que não tenha reiniciado ainda o jogo.”

Proponho que se dê à Regra 5, no que se refere ao item “Decisões do árbitro”, a seguinte redação:

“Regra 5 – O árbitro

Decisões do árbitro

As decisões do árbitro sobre fatos relacionados ao jogo são definitivas.

O árbitro poderá modificar sua decisão unicamente quando se dá conta de que é incorreta ou, se o julga necessário, conforme indicação de um árbitro assistente **ou por decisão de uma junta de árbitros**, sempre que não tiver reiniciado ainda o jogo.

A junta de árbitros, presente ao campo de jogo, será composta por três membros e decidirá sobre recurso apresentado pelo capitão do time que se sentir prejudicado, cabível nas seguintes hipóteses: penalidade máxima, expulsão do jogador e validação de gol.

A junta de árbitros valer-se-á dos meios tecnológicos disponíveis e decidirá em prazo não superior a três minutos.” (sugestão de alteração em negrito)

As autoridades a serem ouvidas em audiências públicas são as seguintes:

- 1) Sr. Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes;
- 2) Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF;
- 3) Sr. Edson Rezende, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF;
- 4) O representante da Fédération Internationale de Football (Association – FIFA);
- 5) Sr. Arnaldo César Coelho, comentarista de arbitragem da Rede Globo de Televisão;
- 6) Sr. José de Assis Aragão, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol – ANAF; e
- 7) Sr. Fábio Koff, Presidente do Clube dos Treze.

Justificação

É de conhecimento geral, mesmo daqueles que não militam diária e profissionalmente no futebol, a postura conservadora da FIFA e de sua entidade especializada, a International Football Association – IFAB, com relação às propostas de modificação de algumas das dezessete regras do futebol, bem como as graves repercussões que decorrem do eventual descumprimento unilateral das mencionadas regras.

O próprio procedimento de alteração das regras – reuniões anuais da IFAB em que a FIFA detém quatro votos e em que a Associação de Futebol da Inglaterra, a Associação de Futebol da Escócia, a Associação de Futebol de Gales e a Associação de Futebol da Irlanda detêm, cada uma, um voto – e a convicção de que o sucesso mundial do futebol advém da estabilidade e simplicidade de suas regras são obstáculos quase intransponíveis à alteração e atualização das regras de um dos esportes mais populares do mundo.

Contudo, mesmo conscientes dessas limitações internacionais, entendo que o Senado Federal não pode permanecer inerte em face das denúncias da existência de complexos esquemas de corrupção destinados a fraudar resultados de campeonatos profissionais de futebol no Brasil, como, por exemplo, o Campeonato Brasileiro da Primeira e da Segunda Divisão do ano de 2005.

As denúncias sobre a participação de árbitros brasileiros – alguns deles integrantes do quadro de árbitros da FIFA – na produção de resultados caíram como uma bomba sobre os milhões de amantes do futebol.

Não resta dúvida de que o futebol é, segundo o art. 216 da Constituição Federal, bem imaterial portador da identidade de todo o povo, constituindo-se, assim, em patrimônio cultural dos brasileiros.

Impõe-se, então, em obediência ao comando constitucional contido no art. 215, a atuação do Estado brasileiro na garantia do pleno exercício dos direitos culturais.

Nesse sentido, sugiro a realização de audiências públicas pela Comissão de Educação, destinadas a debater as regras do futebol, em especial a Regra 5, que se refere ao árbitro.

Trata-se da primeira providência do Senado brasileiro na direção da reformulação de regras seculares que se encontram profundamente defasadas, em face da deterioração dos costumes, de um lado, e, de outro, dos avanços tecnológicos que permitem aferir instantaneamente a correção de uma decisão.

Acredita-se que o debate a ser travado entre Senadores e especialistas, motivado pelo “escândalo da arbitragem”, confessado e de todos conhecido, poderá

se converter em embrião de importante movimento de atualização das regras do futebol.

Com essa iniciativa do Senado Federal, espera-se que a Confederação Brasileira de Futebol leve à FIFA o alerta do Brasil contra a corrupção em seu esporte mais popular.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Tião Viana**.

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A indicação que acaba de ser lida será encaminhada à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2005

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1.940 (Código Penal), para prever a extinção da punibilidade do crime nas hipóteses indicadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Falsificação de documento público

Art. 297.

§ 5º No caso do § 4º, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, ingere ou faz inserir as informações omitidas e promove a regularização previdenciária do empregado, inclusive o pagamento das contribuições que deixaram de ser arrecadadas em razão da sua conduta, antes do recebimento da denúncia.

§ 6º No caso do § 3º, II, se o delito foi cometido com a finalidade de minorar o valor da contribuição devida, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, retifica o valor de remuneração anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social e promove a regularização previdenciária do empregado, inclusive o pagamento das contribuições que deixaram de ser arrecadadas em razão da sua conduta, antes do recebimento da denúncia.(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

Justificação

A pena estabelecida para o tipo descrito no § 4º do art. 297 do Código Penal (CP) – reclusão de dois a seis anos e multa – é demasiadamente severa e desproporcional. A título de comparação, cabe mencionar que a lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP), conduta de maior reprovabilidade, é punida com reclusão de um a cinco anos. A desproporção afigura-se ainda maior se o tipo for comparado com o crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CI), indiscutivelmente repugnante, cuja pena cominada em abstrato é de reclusão de dois a oito anos e multa.

A omissão tipificada no § 4º do art. 297 do CP, embora relevante, tem menor aptidão para fraudar o sistema previdenciário do que a informação falsa. Além disso, embora a omissão seja intencional (a omissão culposa não tem relevância penal), deve-se ter em mente que a ilicitude da conduta pode não ser percebida pelo agente.

No caso do § 3º do art. 297 do CP, observamos que o inciso II abrange figura de menor relevância penal. É o caso do agente que, buscando diminuir o valor da contribuição devida, anota remuneração menor do que a efetivamente percebida pelo empregado, às vezes com a anuência mesmo deste. Também nessa hipótese, a pena reclusão, de dois a seis anos, e multa é exacerbada, e o agente pode não ter consciência da ilicitude da conduta praticada.

Verifica-se, nessa modalidade delitiva a intenção de ganho patrimonial, razão pela qual o tipo se assemelha aos delitos contra a ordem tributária previstos nas Leis nºs 4.729, de 14 de julho de 1965, e 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Importante ressaltar, neste ponto, que a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, estabeleceu a extinção da punibilidade dos crimes definidos nessas leis, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

Aliás, a própria Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, que acrescentou os §§ 3º e 4º ao art. 297 do CP, ao tipificar o crime de apropriação indébita previdenciária, previu hipótese de extinção da punibilidade do agente, nos termos do vigente art. 168-A, § 2º, do CP.

Inspirada nesses exemplos, a presente proposição objetiva atenuar o rigor das normas penais contidas nos §§ 3º e 4º do art. 297 do CP, pela previsão de extinção da punibilidade, no caso de o agente inserir ou retificar as informações omitidas ou inverídicas, além de promover a regularização do empregado perante o órgão previdenciário, inclusive a quitação da dívida a que tenha dado causa com a sua conduta, antes do recebimento da denúncia pelo juiz.

Certos de que a modificação proposta é oportuna e apta para aperfeiçoar a legislação penal, conclamamos os nobres pares a votar a favor do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – **Os-mar Dias**, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

I – Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II – perigo de vida;

III – debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV – aceleração de parto:

Pena – reclusão, de um a cinco anos.

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo:

Pena – reclusão, de dois a oito anos.

Art. 297. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa, de um conto a dez contos de réis.

“§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:” (AC)

“I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;” (AC)

“II – na Cadeira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;” (AC)

“III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.” (AC)

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vi-

gência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.” (AC)

Art. 168-A. Deixar de repassar a previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional;” (AC)

“Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.” (AC)

“§ 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.” (AC)

LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965

Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI Nº 9.249, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 9.983, DE 14 DE JULHO DE 2000

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional;" (AC)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa." (AC)

.....
 § 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal." (AC)

.....
 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.245, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005 que, "Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, de forma a conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala da Sessão, 8 de novembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 1.246, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2004, por versarem ambos sobre alteração a ser feita no art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o propósito de estabelecer novas condições para o transporte de crianças em veículos automotores rodoviários.

Sala da Sessão, 8 de novembro de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 1.247, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta, por regularem a mesma matéria, do PLS nº 27/2005, que "insere inciso no art.

12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas" com o PLS nº 27/2002 e o PLS nº 81/2002, que já se encontram apensados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 1.248, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003 que, "Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 1.249, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003 que, "Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.250, DE 2005

Requer informação ao Ministro da Defesa, sobre viagens de aeronaves da Força Aérea Brasileira a Cuba durante o Governo Lula.

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Defesa, acerca do número de viagens realizadas por aviões da Força Aérea Brasileira a Cuba, durante o Governo do Presidente Lula, especificando:

- 1 – Motivo dessas viagens;
- 2 – Rotas e Planos de vôo;
- 3 – Carga declarada;

4 – Nomes dos passageiros transportados;

5 – Entre os passageiros das viagens realizadas desde janeiro de 2002, até esta data, estavam incluídos o então Chefe da Casa Civil da Presidência da República e os Senhores Delúbio Soares, Juscelino Dourado e Antonio Palocci?

Justificação

Essas informações são solicitadas para que ao Congresso Nacional sejam fornecidos dados concretos sobre denúncias e notícias dando conta de que aviões da Força Aérea Brasileira teriam efetuado diversas viagens para Cuba, a partir do início do atual Governo. As informações visam a esclarecer os fatos que periodicamente vêm a público, o que é do interesse inclusive do Governo da União.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.251, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o grande número de brasileiros residentes na França e na Guiana Francesa; considerando o significativo volume de comércio com aquele país e considerando ainda as relações de amizade entre Brasil e França, requeiro seja prestada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a seguinte informação:

1. Existem hoje encaminhamentos, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, no sentido de que o Governo Brasileiro venha a realizar Acordo Internacional de Previdência Social com a França?

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.252, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o grande número de brasileiros residentes na França e na Guiana Francesa; considerando o significativo volume de comércio com aquele país e considerando ainda as relações de amizade entre Brasil e França, requeiro seja prestada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro

de Estado da Previdência Social, Nelson Machado, a seguinte informação:

1. Existem hoje encaminhamentos, no âmbito do Ministério da Previdência Social, no sentido de que o governo brasileiro venha a realizar Acordo Internacional de Previdência Social com a França?

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.253, DE 2005

Requer Voto de Pesar pela trágica morte de três integrantes da comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, dia 7 de novembro de 2005, no interior do Estado de São Paulo, no curso de missão oficial da Presidência da República.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte, ocorrida ontem, em decorrência de trágico acidente rodoviário, de três integrantes da comitiva oficial do Presidente da República, no cumprimento de missão oficial, os militares do Exército Everaldo Bastos Rodrigues (Sargento) e Vlanderni do Nascimento (Tenente) e o Sr. Lourenir Luciano Carneiro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares das vítimas e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Justificação

O Voto de Pesar que proponho ao Senado da República representa manifestação de sentimento cristão pela morte, em circunstância trágica, dos Senhores Lourenir Luciano Carneiro (motorista Everaldo Bastos Rodrigues (Sargento do Exército) e Vlanderni do Nascimento (Tenente do Exército). Eles perderam a vida no cumprimento de dever funcional, como membros da comitiva do Presidente da República, que participava de inauguração de uma linha de transmissão de energia elétrica entre Londrina e Araraquara. Em estrada próxima à cidade de Assis, o motorista Lourenir Luciano Carneiro sofreu infarto e perdeu o controle do veículo que dirigia. Em conseqüência, o carro colidiu

num barranco à beira da Rodovia Raposo Tavares, resultando na morte dos seus três ocupantes. Ao registrar meus sentimentos diante do acidente, lamento profundamente a morte dos três servidores.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.254, DE 2005

Requer Voto de Repúdio a declaração da professora de filosofia Marilena Chauí.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Repúdio à declaração feita pela professora de filosofia da USP, Marilena Chauí, de que “a mídia opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas”.

A filósofa disse, ainda, que a crise que atinge o governo Lula é encomendada e foi amplificada pela ação da mídia.

Justificação

O Voto de Repúdio que ora requeiro justifica-se pela demonstração de desprezo à liberdade de imprensa manifestada pela professora Marilena Chauí, conforme publicado na seção “frases” do jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 6 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.255, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, seja aprovado, pelo Senado Federal, Voto de Repúdio às declarações do Presidente da República Islâmica do Irã, Hahmoud Ahmadinejad, de que “Israel deve ser riscado do mapa”. Esse tipo de retórica ameaça recolocar o Oriente Médio numa trilha de intolerância, que ultimamente só vinha sendo seguida por grupos extremistas radicais. Expressões como essa, partindo do dirigente de um grande Estado muçulmano, como o Irã, provoca consternação e preocupação e se constitui em obstáculo na construção de uma paz

que é o objetivo de milhões de pessoas, dentro e fora da Palestina.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.256, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, com amparo no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLS nº 88, de 2005, com o PLS nº 116, de 2003, por regularem a mesma matéria.

As proposições acima relacionadas versam sobre a concessão de férias e o seu parcelamento, de que trata o art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**, PSDB-PA.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.257, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento sejam apresentado voto de louvor ao Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nélson Jobim, ao Ministro Cezar Peluso e demais membros daquela Augusta Casa, quando, em reconhecimento aos imprescindíveis serviços prestados à Suprema Corte, homenagearam em sessão solene o centenário de nascimento do Ministro Oswaldo Trigueiro.

Justificação

No dia 25 de agosto próximo passado, o Supremo Tribunal Federal realizou sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Oswaldo Trigueiro.

Nascido em Alagoa Grande, na Paraíba, em 2 de janeiro de 1905, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello bacharelou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife em 1924.

O homenageado foi Promotor de Justiça em Minas Gerais, Prefeito de João Pessoa (1936-1937), Governador (1947-1950) e Deputado Federal pelo seu Estado natal (1951-1954), Embaixador na Indonésia (1954-1956), Procurador-Geral da República (1964-1965), além de advogado e professor.

Tomou posse no Supremo Tribunal Federal em 1965, chegando à Presidência da Corte em 1969, tendo se aposentado em 1975, por força da compulsória.

Oswaldo Trigueiro foi casado com Cynira São Trigueiro de Albuquerque Mello e foi autor de diversas obras publicadas, em especial sobre direito eleitoral e sobre a questão do federalismo.

Como disse o Ministro Cezar Peluso na sessão que pretendemos registrar nos Anais desta Casa, Poucos brasileiros terão vivido uma vida tão rica e tão devotada à causa pública. A Pátria lhe é devedora permanente.

Em razão do exposto, parece-nos de toda justiça que a passagem do centenário de nascimento de Oswaldo Trigueiro seja lembrada pelo Senado Federal por meio do voto de louvor que ora apresentamos.

Como conclusão, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 2005.
– **Efraim Morais.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, segunda-feira, dia 7 do corrente, o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2005-CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº1, de 2003-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O projeto vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Passa-se à lista de oradores.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito na prorrogação da Hora do Expediente e terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável, se possível, neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Assim como foi informado ao Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a é o segundo orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento e de mais dois minutos, se necessário for, de prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei dois breves pronunciamentos.

O primeiro refere-se à minha participação, com muita alegria, na próxima sexta-feira, dia 11, na Feira do Livro de Porto Alegre, no Pavilhão Central, onde estarei autografando os livros **Batalha de Caioatê**, cuja apresentação tenho a honra de fazer, e também, aí sim, um livro de minha autoria, **Salário Mínimo: uma história de luta**.

A publicação desse livro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um antigo sonho deste Parlamentar. Eu faço uma análise da luta, nos últimos vinte anos, desde que eu era sindicalista, passando por quatro mandatos como Deputado Federal e, agora, como Senador da República, por um salário mínimo melhor.

Sr. Presidente, com certeza absoluta, a elevação do valor do salário mínimo traz melhores condições de vida a toda a nossa gente: emprego, renda, qualidade de vida. As pesquisas comprovam que os aumentos

reais de salário mínimo trazem ganho inclusive para o País.

Sabemos que milhões de pessoas vivem com o correspondente a um salário mínimo. Isso nos mostra, de forma ainda mais clara, como é fundamental uma política eficiente para termos uma recuperação decente do salário mínimo.

Sr. Presidente, o prefácio do livro **Salário Mínimo: uma história de luta** foi feito pelo professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas, conhecidíssimo de todos nós, Márcio Pochmann*, que afirma que essa publicação chega num momento importante da política nacional.

Diz ele:

De um lado, porque, ao complementar as primeiras duas décadas da retomada do regime democrático, (...) o Brasil passa por um debate em torno do papel da política e, por conseqüência, das possibilidades de os políticos ajudarem a escrever a história do País(...).

Senador Rodolpho Tourinho, eu disse aí para V. Ex^a e vou dizer daqui da tribuna: se Deus me der saúde, no ano que vem, quero publicar, na minha Porto Alegre e também na sua Salvador, o livro **A Luta da Comunidade Negra até o Estatuto da Igualdade Racial**, de que V. Ex^a é Relator.

Achei bonito V. Ex^a dizer, Senador Rodolpho Tourinho, que não queria fazer um substitutivo, mas apenas apresentar emendas. Mas, mediante acordo firmado com a Câmara, onde o Relator do Estatuto será o Deputado Reginaldo Germano, com a Seppir e com este Parlamentar – fiz um apelo aos órgãos do Governo para que não pedissem vista –, V. Ex^a fará o substitutivo. E pode ter certeza de que o seu substitutivo representa o que todos queremos. Então, mais do que nunca, estou contemplado. Será um substitutivo construído por Senadores, por Deputados, por órgãos do Governo, que concordam que temos que ter neste País a carta de alforria que não veio em 13 de maio de 1888.

Por isso, estou muito animado com o brilhante trabalho feito por V. Ex^a, que, tenho certeza, será aprovado nesta semana, espero que amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ir para a Câmara, para que, quem sabe, em novembro, quando teremos duas marchas sobre Brasília, o Congresso Nacional possa não digo dar um presente, mas fazer uma homenagem aos milhões de manifestantes que aqui virão dizendo que o Estatuto da Igualdade Racial poderá ser promulgado no dia 20 de novembro.

Por isso, Senador Rodolpho Tourinho, com certeza absoluta, quem escrever a história da comunidade negra culminando com o Estatuto da Igualdade Racial há de render as suas homenagens ao seu Relator aqui no Senado, Senador Rodolpho Tourinho.

Senador Mão Santa, eu dizia que também temos, nesse livro, a participação brilhante do jornalista e analista do Diap Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, que escreve, desde a Constituinte, como foi a elaboração do projeto do salário mínimo. Ele lembra, na sua participação no livro, como foi dura a luta para que se tivesse inscrito na Constituição que o salário mínimo terá que atender ao trabalhador e à sua família em moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Fizemos questão, Sr. Presidente, de consagrar princípios fundamentais, como o da unificação, do reajuste periódico – isso na Constituinte –, do aumento real e também não esquecemos dos aposentados e pensionistas.

Posso dizer também, Sr. Presidente, que a Cobap fez um belo texto, que está contemplado no nosso livro, de que também participou a Anfip, que faz uma análise demonstrando que a Previdência no Brasil é viável e pode significar, com certeza, o lastro, a base para garantir o reajuste para os aposentados e pensionistas.

Quero também, de público, Sr. Presidente, agradecer às figuras de alguns ex-Presidentes que deram um depoimento de uma lauda, que constam no livro. Vou citar aqui o nome de cada um deles. Começo pelo atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que faz um depoimento sobre o livro que apresentamos. Agradeço também ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que também escreveu uma lauda no livro em que conto a história do salário mínimo dos últimos vinte anos, ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que escreveu sobre o período em que esteve na Presidência da República, a Itamar Franco e ao nosso ex-Presidente do Congresso Nacional e ex-Presidente da República José Sarney, que escreveu com a sua maestria, com a sua capacidade intelectual. Agradeço a todos os ex-Presidentes a bela contribuição que deram ao livro que vamos, na Feira do Livro de Porto Alegre, na próxima sexta-feira, às 15 horas, autografar.

Agradeço também, Sr. Presidente, a todos os componentes do meu gabinete e aos funcionários da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, a forma como colaboraram para que o livro fosse essa obra que é hoje e, em especial, à Sr^a Maria das Graças Mangueira Este, responsável pela organização, pesquisa e textos. Ela pesquisou o nosso tra-

balho e de todos os que atuaram nessa área durante os vinte anos.

Agradeço mais uma vez ao Conselho Editorial do Senado, porque além do livro **Salário Mínimo: uma História de Luta**, também vou autografar um outro livro, **Batalha de Caiboaté**. Esse livro não é de minha autoria, mas do General Ptolomeu de Assis Brasil, foi publicado em 1935 e conta a face guerreira e patriótica de nossa história.

A Batalha de Caiboaté, Sr. Presidente, foi uma luta travada em fevereiro de 1756, no extremo Sul do nosso País, lá no Rio Grande, entre índios guaranis e os exércitos português e espanhol, que queriam invadir nossa Pátria em razão do que determinava o tratado de Madri. O grande herói dessa guerra em defesa do solo pátrio foi o Cacique Sepé Tiarajú, que defendeu nossa terra e nossa gente como ninguém.

Para nós, é uma honra assinar e poder fazer o prefácio de um livro que conta a história do grande Sepé Tiarajú, depois de 250 anos da sua morte.

Sr. Presidente, a honra e a memória dos povos indígenas reafirmam a glória e oficializam esse herói popular, o “índio Sepé”, em sua brava luta em defesa das idéias deste País. Quando morria numa batalha, em que, em seguida, 1.500 índios foram assassinados, Sepé deixou na história do País e deste continente a famosa frase: “Esta terra tem dono”. A partir daí, os espanhóis e outros, que tentavam entrar pela fronteira do Rio Grande, acabaram recuando.

Por isso, Sr. Presidente, faço questão de dizer a V. Ex^a que a nação indígena vai estar também em Porto Alegre fazendo uma homenagem não a este Senador que faz o prefácio do livro, mas ao grande Sepé Tiarajú, que jamais será esquecido por todos nós.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê por lido esse segundo pronunciamento, que ora não farei, porque não tenho tempo, que fala do Encontro Internacional de Educação, que se realiza em Gravataí, Rio Grande do Sul, de que fui convidado a participar – farei lá uma palestra – pelo Prefeito Sérgio Stasinki, com o tema central “A Educação Básica no Brasil e no Mundo: Uma Reflexão Necessária”. Esse encontro é uma iniciativa que visa ampliar o debate sobre a educação básica no Brasil e no Terceiro Mundo, na perspectiva de construção de subsídios para a produção de políticas públicas voltadas para a educação de nossa gente.

Cumprimento Gravataí e todos os que estão presentes nesse grande evento que terminará no fim de semana e aproveito para, mais uma vez, pedir ao Ministério da Educação: reabra a discussão e a negociação com os professores, com os técnicos e com os funcionários das universidades. Não tem lógica. São mais de quatro meses de greve. O Brasil exige que as

universidades voltem, atendendo às reivindicações básicas dos grevistas.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a convite do prefeito municipal de Gravataí no Rio Grande do Sul, e companheiro de partido, Sérgio Stasinki, estarei participando na próxima quinta-feira, às 20h30min, do Encontro Internacional de Educação 2005, que ocorre naquele município nos dias 9, 10, 11 e 12 deste mês.

Com o tema central “A Educação Básica no Brasil e no Mundo: Uma Reflexão Necessária”, este encontro é uma iniciativa que visa ampliar o debate sobre a educação básica hoje no Brasil e no Terceiro Mundo, na perspectiva de construção de subsídios para a produção de políticas públicas voltadas para a garantia da educação pública de qualidade como direito.

O encontro que ocorre no Parque Municipal de Eventos de Gravataí constitui-se em amplo espaço de diálogo entre educadores e instituições governamentais, não-governamentais, movimentos sociais e universidades, para refletir e apresentar subsídios para a construção de alternativas para a Educação Básica no Brasil e países do Terceiro Mundo, especialmente Latino-Americanos e da África.

Cerca de dez mil pessoas vindas de todos os continentes, devem de participar deste mega evento.

O Encontro Internacional de Educação produzirá uma carta-manifesto, com um conjunto de subsídios que serão lidos no Fórum Social Continental, que acontece em 2006, em Caracas, na Venezuela, e também no Fórum Social Mundial na África.

Paralelo ao encontro, Gravataí também estará sediando o Encontro Internacional de Gestores Públicos, que terá como pauta principal a política de financiamento para a educação, e o Encontro Internacional das Cidades Educadoras, organizado por uma Associação Internacional com sede em Barcelona.

Sr. Presidente, o Encontro Internacional de Educação é uma construção coletiva que nasce da disposição da Prefeitura de Gravataí, do INEP e do Ministério da Educação, que foram encontrar no Instituto Integrar e na CUT os parceiros ideais, aqueles que acreditam ser possível construir um espaço de diálogo baseado nos princípios da pluralidade e do respeito às diferenças.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer também, nesta oportunidade, que na próxima sexta-feira, dia 11 de novembro, a partir das 14h30min, estarei na 51^a Feira do Livro de Porto Alegre, no Pavi-

lhão Central, autografando os livros **Salário Mínimo: uma história de luta** e **Batalha de Caiboaté**, o qual tenho a honra de fazer a apresentação.

A publicação sobre o salário mínimo é um antigo sonho deste Parlamentar e que já é uma realidade. Ela trás uma análise do salário mínimo nos últimos 20 anos e também conta um pouco da nossa trajetória na luta pelo aumento real do salário mínimo.

Nos quatro mandatos de Deputado Federal e agora como Senador da República sempre procurei e continuo fazendo da melhor forma possível passar a sociedade sobre a importância e os impactos que o salário mínimo têm na economia e na vida dos brasileiros.

Como comprovam as pesquisas, os aumentos reais para o salário mínimo trazem ganhos significativos para o País.

Sabemos que milhões de pessoas vivem com até um salário mínimo. Isso nos mostra, de forma ainda mais clara como é essencial encontrarmos uma política eficiente de reajuste para o mínimo. Precisamos devolver ao salário mínimo seu poder de compra, bem como estender os reajustes dados ao mínimo aos benefícios de aposentados e pensionistas.

No prefácio, o professor do Instituto de Economia e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas, Márcio Pochmann, afirma que a nossa publicação chega num excelente momento da História nacional. De um lado, diz ele, porque, ao completar as primeiras duas décadas da retomada do regime democrático, após 21 anos de ditadura, o Brasil passa por um grande debate em torno do papel da política e, por conseqüência, das possibilidades dos políticos ajudarem a escrever a História do País, diferentemente da do passado.

É nossa intenção fazer com que a obra “Salário Mínimo: uma história de luta” sirva também de material de pesquisa para escolas, universidades, associações, sindicatos e todos os setores da sociedade que possam absorver este tema.

Da mesma forma brilhante, o jornalista, analista político e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho do DIAP, escreve que na Constituinte, além de nós exigirmos que constassem no texto constitucional todas as despesas que deveriam ser cobertas pelo salário mínimo, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, fizemos questão de consagrar três princípios fundamentais, como: o da unificação, o do reajuste periódico e o da vinculação aos benefícios previdenciários e assistenciais.

Posso dizer da nossa felicidade de poder contar com a participação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) que mostra a dura realidade dos aposentados e pensionistas e da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (AN-FIP), que apresenta dados que demonstram que a Previdência Social é superavitária.

Quando tivemos a idéia deste livro, determinei que a obra possuísse um capítulo especial com depoimentos do Presidente da República, senhor Luis Inácio Lula da Silva e, dos ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e José Sarney. Agradeço a eles por me darem este privilégio de poder contar com suas participações.

Agradeço, Sr. Presidente, aos integrantes do meu gabinete e aos funcionários da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, que se dedicaram de todas as formas para que esta obra viesse a lume e, em especial, à senhora Maria das Graças Manguiera Este, que foi a responsável pela organização, pesquisa e textos.

Sr. Presidente, a convite do Conselho Editorial do Senado Federal faço a apresentação do livro **Batalha de Caiboaté** de autoria do General Ptolomeu de Assis Brasil. Esta obra foi publicada em 1935 e conta uma face guerreira e patriótica da nossa história.

A batalha de Caiboaté foi um luta travada em fevereiro de 1756 no extremo sul do que é hoje o nosso País, entre índios guaranis, e os exércitos português e espanhol, em razão do que determinava o Tratado de Madri. O grande herói dessa guerra foi o cacique Sepé Tiarajú que defendeu sua terra e sua gente.

Para nós é uma honra poder, após 75 anos, apresentar uma obra tão significativa para o povo brasileiro e, principalmente, para a memória de nossos indígenas.

O Conselho Editorial do Senado Federal está de parabéns. Ao publicar este livro em sua coleção de obras sobre a História brasileira, honra a memória dos povos indígenas, reafirma a glória e oficializa este herói popular “índio Sepé”, em sua brava luta em defesa de idéias e solo pátrio.

Morto há 250 anos, Sepé continua mais vivo e representativo do que nunca.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo e, antes, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, gostaria de me inscrever, após a Senadora Iris de Araújo, para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento e mais dois de prorrogação, se necessário for.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como integrante da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, eu gostaria de refletir a respeito dessa questão fundamental que diz diretamente respeito à defesa da dignidade, da cidadania e da vida.

Caminhamos os primeiros passos no século XXI. Mas ainda o Brasil está muito longe de cumprir – ainda que parcialmente – a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217-A da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

O contexto daquela histórica Declaração era o pós-guerra e a tentativa de estabelecer princípios universais que evitassem novas atrocidades contra a pessoa humana. Decorridos quase 57 anos, a guerra tornou-se rotina entre as Nações, com o agravante do advento do terrorismo, sobre o qual não se pode ter controle algum.

No Brasil, essa guerra não é reconhecida oficialmente, mas ela está todos os dias atormentando os brasileiros que vivem o pânico das ruas de centros urbanos, com suas gangues e criminosos à solta: fazem o que bem querem e têm o medo geral da população como aliado. Se por acaso acabam presos, não demoram muito tempo atrás das grades. Aquele direito elementar à segurança pública e à proteção por parte do Estado – uma das pilas da Declaração Universal – é, aqui em nosso País, simplesmente o mais desrespeitado.

Eu diria que, quando não se possui o direito primário da preservação da integridade física, então não se possui direito algum. Banaliza-se a vida no Brasil de uma maneira terrível, chocante, bárbara. Assaltantes de revólver em punho assassinam por míseros R\$10,00, como aconteceu há pouco em Goiânia, minha cidade. Um simples descuido de trânsito, e quem se sentiu atingido pode sacar de uma arma e matar. Pais e mães de família perdem noites de sono quando seus filhos saem às festas para se divertir, porque não sabem se os terão de volta.

O desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana faz com que o brasileiro seja moldado num padrão psicológico dissociado da paz. A tensão e a incerteza sobre o dia seguinte nos tornam, a cada

dia, mais tristes e deprimidos. E essa carga dobra de peso quando nos reportamos à multidão de desempregados ou trabalhadores que precisam se virar com os R\$300,00 de salário mínimo. São vidas de sacrifício, vidas de dor, que somente não se entregam ao desânimo porque Deus, de fato, destinou aos brasileiros um ardente espírito de esperança que a tudo resiste. São famílias cujos membros se entregam ao alcoolismo; jovens sem perspectivas que, no entanto, encontram guarida nas drogas; adolescentes e até mesmo meninas que, ainda na flor da infância, se vendem ao primeiro dinheiro da prostituição; idosos que sofrem o abandono dos filhos e da própria sociedade.

Quando se instituiu o direito à solidariedade, com certeza pensava-se nesses homens e mulheres, crianças e jovens que, em gerações diferentes, se tornaram vítimas de um sistema opressor, um sistema cujas autoridades despreparadas, em momento algum, se preocuparam em difundir um conjunto positivo de valores que, pelo menos, amenizasse a propagação de tantos males que ferem a alma nacional.

Dessa forma, a televisão avançou poderosa e firme na difusão de coisas fúteis e sórdidas, coisas miúdas e banais, sentimentos que pareciam despretensiosos, mas que hoje se revelam fatais: a busca da fama a qualquer preço, o egoísmo, o desprezo aos valores familiares, a erotização das relações humanas, a sutil propaganda de vícios e a expressão mesmo de conteúdos vazios que desprezam a cultura, a educação, os valores espirituais e, sobretudo, se menospreza o saber.

A propaganda oficial de sucessivos Governos esforçou-se por apresentar o Brasil enquanto sinônimo de uma “democracia multirracial”, mas o que se vê na prática é a discriminação desmedida de afro-descendentes e pardos, que, além do desprezo social, são mantidos fora dos círculos do poder.

A verdade é que, em seu inconsciente, o Brasil, em nenhum momento, abdicou de um racismo estrutural profundo – cuja origem é a formação histórica e cultural.

Vítimas principais da violência urbana, os nossos afro-descendentes e pardos representam 44% da população brasileira e 77% da população nordestina. Mas a rara presença de integrantes destas comunidades nos centros de decisão do País é o claro indicador de que está na hora de mudar radicalmente as mentalidades e cumprir justamente o princípio número um da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que reza: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

Na realidade, Sr. Presidente, a luta por uma sociedade mais justa e digna se choca com o imenso Brasil dos sem-teto, sem-água, sem-ensino, sem-trabalho, sem-terra, sem-comida, sem-saúde e, o que é pior, sem-amor.

A Constituição brasileira de 1988 é a mais ampla Carta de direitos de toda a nossa história, mas, na prática, os seus princípios não são aplicados. Em 1997, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mas pergunto: qual é o peso dela nessa estrutura de poder, Senador Paulo Paim? Praticamente nenhum. V. Ex^a é o vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que consideramos a Comissão principal. Por isso, neste discurso, eu me reporto a esses princípios.

O Brasil é a oitava economia mundial, é uma das maiores potências industriais, possui a quinta população do Planeta, é um país eminentemente urbano, com 77% dos moradores vivendo em cidades. Mas persistem crianças e adolescentes que amargam a dor na rua, como também em casa e na família, onde estão sujeitas à violência doméstica e sexual. E há o drama dos meninos e meninas, jovens em situação de rua que praticam pequenos furtos ou que acabam sendo usados pelo tráfico de drogas, quando não são mortos pelos grupos de extermínio. Neste Brasil real, de que vale o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990?

Vejam, também, que a Constituição de 1988 que fez avançar a situação jurídica das mulheres no Brasil e reconheceu a igualdade com os homens. Mas o rendimento médio por hora trabalhada dos homens é 29,2% superior ao do segmento feminino. Como se não bastasse, Sr^{as}. e Srs. Senadores, apenas 25% das mulheres que atuam nos lares têm carteira assinada. As outras 75% vivem à margem dos direitos trabalhistas e dos benefícios da Previdência. O sacrifício é ainda maior porque cerca de 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres que ganham pouco mais do que o salário mínimo, Senador Mão Santa, a quem concedo um aparte, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, o País todo ouviu V. Ex^a atentamente, encantado com sua presença na televisão e sua voz na Rádio Senado. V. Ex^a traduz, ainda, o surgimento de uma esperança na política, que está podre. Está tudo podre: o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Mas a mulher sempre representou a esperança, a mulher bíblica. No maior drama da humanidade, todos os homens falharam: Anás, Caifás, Pedro, José. Restaram apenas as mulheres: a de Pilatos, Verônica, as três Marias... Na política brasileira, uma mulher, em poucos instantes, escreveu a mais bela página que

permitiu que Paulo Paim estivesse aqui como Senador. A Princesa Isabel, em poucos instantes, decretou a libertação dos escravos. Meu Partido errou. V. Ex^a foi candidata a vice-Presidente da República, em 1994. Deveria ter sido candidata a Presidente. V. Ex^a, com sua inteligência, beleza e pureza, com certeza, teria vencido as eleições. Mas há uma esperança, a ressurreição das virtudes das mulheres, que vai salvar esta política porca e imunda que se instalou no Brasil.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Respondendo pelas mulheres, com um passo de cada vez, chegaremos lá, Senador Mão Santa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Iris de Araújo?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador Paulo Paim, com o maior prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, em primeiro lugar, cumprimento o Senador Papaléo Paes pela tolerância que teve comigo, na tribuna, e pelo compromisso de S. Ex^a também com a questão social. Senadora, eu falava de um tema semelhante ao que V. Ex^a aborda. Eu a cumprimento porque, como mulher, creio que, mais do que ninguém, V. Ex^a tem autoridade para vir à tribuna do Senado da República e falar dos preconceitos. V. Ex^a abordou rapidamente a situação dos afro-descendentes, de nossas crianças, tão maltratadas, tão humilhadas, tão machucadas, e falou da discriminação contra as mulheres. Confesso a V. Ex^a que, quando fui candidato ao Senado, diziam-me que eu tinha que vir para cá a fim de defender os interesses econômicos do Estado. Disse que assim o faria, assim como todos, mas não abri mão de vir para cá com o viés no social. Entendo que essa também é a sua linha de atuação. Por isso, gostaria de cumprimentá-la.

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, que, como ninguém, consegue trazer sensibilidade à tribuna do Senado da República. Ou seja, o social tem que estar em primeiro lugar. E o combate às discriminações é uma maneira inteligente e competente de melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo. Meus cumprimentos e parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador a oportunidade do aparte, que engrandece o meu discurso. Ao mesmo tempo, Senador Paulo Paim, gostaria de colocar – se me permite o Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, penso que já extrapolei um pouquinho – que V. Ex^a, em sua fala, disse que veio ao Senado para defender os interesses econômicos de seu Estado. Concordo com toda essa política econômica, traduzida em números que

são demonstrados à população, que, na sua grande maioria, muitas vezes não entende exatamente o significado dessa política que diz respeito ao combate às discriminações, à pobreza, ao problema social que o País vive. Se não existissem esses problemas sociais tão latentes, tão conflitantes, que fragilizam a Nação, certamente precisaríamos menos dos economistas. Portanto, uma situação diz respeito a outra. Elas estão interligadas e se completam.

Ao concluir, gostaria de dizer que é claro que já passou da hora de reagir, mas ainda há tempo de remediar, soltar o grito contra a opressão e iniciar de fato um novo conceito de sociedade, que tenha por princípios o respeito à sua dignidade.

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PDMB – GO) – Sr. Presidente, peço mais um tempo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo-lhe mais uns minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PDMB – GO) – Obrigada, Senador.

Penso que a Comissão mais importante do Congresso Nacional deveria ser justamente a que trata dos Direitos Humanos. Por que, então, não torná-la assim e começar uma grande maratona, Senador Paulo Paim – em certa ocasião, tive a oportunidade de trocar idéias com V. Ex^a a esse respeito –, para proteger a tantos que se sentem agredidos e discriminados?

Essa deveria ser a nossa luta e o nosso esforço central, mas somos engolidos pelo mensalão, pelos dólares de Cuba, e ainda temos de debater a visita do Presidente Bush, com seus desafetos, Chávez e Maradona. Enquanto isso, os brasileiros permanecem contidos na sua dor. Só esperamos que, um dia, toda essa carga não resulte em explosões incontidas, como as que se verificam agora na selvageria das ruas da então romântica Paris.

É hora de planejar a verdadeira paz. Tudo começa pela defesa irrestrita e inegociável dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Lembro-me de quando fizemos campanha juntos, a senhora como candidata a Vice-Presidente da República.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder.

Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida ao Senador Mozarildo, V. Ex^a terá a palavra, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estive no meu Estado durante uma semana e tive oportunidade de percorrer vários municípios, tanto do norte do Estado, como os Municípios de Uiramutã, de Pacaraima e Normandia, como do sul do Estado, os Municípios de São Luiz do Anauá, Caroebe e Rorainópolis. Vi, em todos eles, primeiro, o aperto que os prefeitos estão atravessando com a queda do Fundo de Participação dos Municípios e, de outro lado, com a falta de apoio e atuação, em sentido positivo, dos órgãos federais na região.

No sul do Estado, numa região da floresta amazônica tradicional onde predomina a agricultura, a pecuária, foram feitos assentamentos pelo Incra, que, depois, abandonou os colonos à própria sorte, desprovidos de assistência técnica, de financiamento adequado, deixando-os na incerteza quanto à propriedade das suas terras. Enfim, ocorreu uma série de fatores, todos negativos, que levam aquelas pessoas a ficarem duvidando do seu amanhã, ainda mais quando toda a legislação aprovada pelo Governo Federal é no sentido de restringir a posse e o direito de propriedade na Amazônia!

No norte do Estado, nos Municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia, todos atingidos pela demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, além da Reserva Indígena São Marcos, também já demarcada, há insegurança quanto à permanência, inclusive, de cidades naquela região – cidades pequenas, em verdade, vilas centenárias –, cujos habitantes estão vivendo o pesadelo de ver funcionários da Funai irem às suas casas, avaliarem sua propriedade, para indenizá-los e mandá-los embora. Quer dizer, pessoas que têm uma tradição familiar, agora, vão ser enxotadas de uma região onde existem não índios como os ianomâms, primitivos, mas índios completamente integrados à sociedade. O Prefeito do Município de Normandia, por

exemplo, é índio; a Prefeita de Uiramutã é neta de índio; o Vice-Prefeito de Pacaraima é índio; e a grande parte dos vereadores é de índios também.

Então, não são índios como os que eram retratados, pintados à época em que Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil. E eles não querem que haja esse esvaziamento dos municípios com a extinção, Sr. Presidente, das cidades do Mutum, de Socó, Água Fria e Vila do Surumu. São quatro vilas importantes, que ficam na faixa de fronteira do Brasil e que vão ser, segundo desejo do Governo, simplesmente banidas do mapa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Mozarildo, se eles não querem, quem é que quer?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com certeza, não são os moradores de lá, não é a sociedade de Roraima, como foi dito aqui por uma comissão externa do Senado. Mas acho que posso responder a V. Ex^a, porque ouvi o Presidente Lula dizer por duas vezes, uma vez no Acre e a outra em uma audiência com o Governador do Estado, que não agüentava mais as pressões dessas ONGs que têm mais poder do que qualquer partido político, bem como de outras instituições como a OEA, a ONU. Portanto, são interesses alienígenas, são interesses estrangeiros que estão por trás dessa ação antinacionalista.

Realmente, Senador Romeu Tuma, desocupar uma fronteira delicada – aquela que V. Ex^a conhece muito bem –, desocupar uma área em que a Guiana e a Venezuela fazem fronteira conosco e em que esses dois países disputam uma faixa enorme de terra, uma região riquíssima em minerais – não minerais convencionais como ouro e diamante, não. São minerais estratégicos e de que não podemos... Estamos demarcando uma imensa reserva, de 1,7 milhão de hectares, ato que nenhum Governo anterior teve coragem de tomar. O Governo também não aceitou recomendação da comissão externa do Senado para que, de um 1,7 milhão de hectares, fossem retirados apenas 320 mil hectares.

O quadro que se vê no meu Estado é este: no sul, onde não há o problema da reserva indígena, há falta de segurança quanto à propriedade da terra, falta de financiamento, falta de assistência e falta de manutenção das estradas vicinais.

Enfim, esta Federação, do jeito que está, precisa ser profundamente remodelada, para que Estados mais pobres, mais fracos sejam mais bem assistidos. Ao mesmo tempo, vemos na televisão uma campanha não apenas em âmbito nacional, mostrando apenas os lados negativos da Amazônia, como a divulgação de que se derrubou o equivalente a um Estado de Sergipe. Todavia, não se diz que a Amazônia é maior que todos os Estados do Nordeste, do Centro-Oeste, do

Sul e do Sudeste juntos; a Amazônia é maior do que todas essas Regiões.

A área atingida na Amazônia até agora corresponde a 12% do total, em 505 anos. Hoje, mostra-se a Amazônia como uma área em que só existem criminosos, marginais, pessoas fora da lei. Eu, como homem nascido na Amazônia e não apenas eleito por um Estado da Amazônia, não posso concordar com essa criminalização generalizada dos trabalhadores na Amazônia, tanto na agricultura, quanto na pecuária e na mineração, tanto quanto possível, porque, mesmo nessa área, uma grande fonte de renda para o meu Estado, a exploração foi praticamente extinta com a criação de imensas reservas indígenas, ecológicas e tantas outras áreas institucionais que estão exatamente sufocando o desenvolvimento do meu Estado.

Deixo aqui, mais uma vez, o meu brado de revolta e chamo a atenção dos brasileiros para o que se está fazendo com a Amazônia. Notadamente o meu Estado e também todos os Estados da Amazônia estão sofrendo esse verdadeiro trabalho de conscientização ao inverso, quer dizer, mostrar que só tem coisa ruim na Amazônia, e que, sendo assim, temos que aprovar um projeto de gestão florestal.

Aprovamos, embutido numa MP, uma série de medidas sobre terra na Amazônia que não vão ajudá-la; ao contrário, vão fazer com que os habitantes da Amazônia vivam momentos de incerteza, que os Estados daquela região fiquem engessados. Isso, com certeza, só interessa aos grandes, ao G-7. Os países ricos têm interesses estratégicos na Região Amazônica. No entanto, muita gente boa, até da Amazônia, pensa que isso é brincadeira. Mas eu quero dizer – já disse isso aqui algumas vezes – que não quero ser como nenhum daqueles macaquinhos que, com as duas mãos nos olhos, dizem que não estão vendo nada de mal; com as duas mãos na boca, dizem que não falam nada de mal; com as duas mãos nos ouvidos, dizem que não estão ouvindo nada de mal.

Eu estou vendo o que está ocorrendo de mal contra a Amazônia, estou ouvindo isso também de especialistas e estou aqui falando que realmente precisamos reagir. Nós do Senado, como Casa que representa os Estados, temos que reagir para não deixar que a Amazônia, pelas mãos de brasileiros, seja amanhã internacionalizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Parabéns, Senador.

Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador José Jorge, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar depois da Ordem do Dia, pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a é o primeiro inscrito.

O Senador José Jorge falará de acordo com o art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na comemoração do milésimo programa “Roda Viva”, da TV Cultura de São Paulo, o Presidente Lula foi o entrevistado no dia de ontem e deu novas demonstrações de que ainda continua desligado da realidade que cerca seu Governo.

Num misto de arrogância e insensibilidade para com a crise que assola o Poder Executivo, o Presidente Lula demonstrou que anda desinformado não só sobre o que acontece com a máquina administrativa, mas, principalmente, sobre o que está sendo apurado nas CPIs em atividade no Congresso.

Usando uma lógica particular, o Presidente legitimou as práticas atuais do seu governo, o que sinaliza para a sociedade que elas se repetirão num eventual segundo Governo Lula, já que Sua Excelência não dá sinais nem de arrependimento nem mesmo de ter aprendido lições com a crise.

Na exigüidade do meu tempo, gostaria de destacar alguns pontos da entrevista, que demonstram a incoerência e a fantasia presidencial:

- 1º – o Presidente não reconhece a gravidade das denúncias contra o ex-Ministro José Dirceu e diz que ele vai ser cassado apenas por motivos políticos;
- 2º – não reconhece a existência do mensalão, apesar de todas as evidências apontadas pelas CPIs e inclusive a confirmação do Senador Delcídio Amaral, Líder do PT nesta Casa;
- 3º – não vê problema no financiamento de sua campanha presidencial, reconhecendo a prática do caixa dois apenas nas eleições municipais de 2004;
- 4º – contradiz sua entrevista em Paris sobre o uso do caixa dois. Segundo dizia, “o PT fez, do ponto de vista eleitoral, o que é feito no Brasil sistematicamente”. Agora procura jogar toda a culpa da irregularidade no tesoureiro Delúbio Soares;
- 5º – desmentiu sua declaração de que daria um cheque em branco a Roberto Jefferson. Quando a afirmativa veio a público, quando a relação entre

eles eram as melhores, o Presidente não desautorizou o ex-deputado;

- 6º – contradisse seu posicionamento durante o velório do prefeito Celso Daniel, de que “*esse crime não foi coincidência. Tem gente graúda por trás disso e nós vamos descobrir. Ontem, disse “acreditar que a morte do prefeito tenha sido crime comum e não ação política”*;
- 7º – em que pese ter sido cassado, Sua Excelência não soube reconhecer a oportunidade do Deputado Roberto Jefferson, de denunciar um grande esquema de corrupção que campeava na administração petista. O Presidente nega os fatos já abundantemente comprovados pelas CPIs, inclusive o envolvimento de dinheiro público por meio do Banco do Brasil;
- 8º – em mais uma demonstração de incoerência, o Presidente, ardoroso defensor do regime cubano, agora assume que a ilha caribenha vive “num miserê”; disse também desejar que Cuba viva num regime mais democrático, ou seja, agora reconhece tratar-se de uma ditadura;
- 9º – admitiu que não chegaria à Presidência se não fosse a imprensa brasileira. Contudo, recusa-se a dar entrevistas e queixa-se dos repórteres, como fez no Itamaraty na semana passada, e tentou cercear a liberdade da imprensa quando propôs a criação do Conselho Federal de Jornalismo;
- 10º – numa clara desconsideração às decisões judiciais, fez uma defesa aberta do dirigente do MST, o Sr. José Rainha, cidadão já condenado pela Justiça;
- 11º – fez rasgados elogios aos trabalhos da política econômica do seu governo, mas não reconheceu estar colhendo as sementes plantadas no governo do Presidente Fernando Henrique, política que tanto criticou quando estava na oposição; mesmo os programas sociais, como o Bolsa-Escola, que exigiam contrapartidas dos beneficiados, acabaram transformados em programas assistencialistas e eleitores;
- 12º – no **front** externo, o Presidente disse que as exportações para a América do Sul cresceram devido à política empreendida pelo seu governo, o que não é exato, já que o crescimento ocorreu pela recuperação econômica da Argentina. Quanto à política externa, que intitulou de “democrática”, apresenta diversos fracassos, tais como: fracasso na criação da Comunidade Sul-Americana de Nações; pressa em reconhecer a China como uma economia de mercado, sem a devida contrapartida; fracasso nas ações para tornar-se permanente no Conselho de Segu-

rança da ONU; abandono das Forças de Paz no Haiti; fracasso nas indicações brasileiras para a Organização Mundial do Comércio e no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

13^o – pelo menos uma inverdade ficou patente na entrevista. Trata-se da afirmativa de Lula de que ele não fez ingerências para que as CPIs não fossem instaladas, pois nós, aqui no Senado Federal, principalmente a base do governo, sentimos na pele as pressões palacianas.

Todos reconhecemos que tivemos de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para poder instalar a CPI dos Bingos, que tão bons serviços está prestando ao País.

O que ficou claro para todos os jornalistas participantes é que Lula já está em plena campanha eleitoral, apesar de dizer que não sabe ainda se será candidato. Essa é mais uma posição ambígua de Sua Excelência.

O Presidente Lula, que, como todos sabemos, já disse diversas vezes que não sabe o que aconteceu no seu governo, agora acha que tudo é fantasia e folclore da Oposição e da mídia brasileira. Segundo o comentário do jornalista Arthur Xexéu, da CBN, o Presidente da República ficou parecido com a personagem de Lewis Carroll, **Alice no País das Maravilhas**.

Sr. Presidente, um resumo da entrevista do Presidente Lula pode ser o seguinte: ele não acha que houve nada errado, não está arrependido de nada. Então, se não forem tomadas medidas, se não chegarmos ao fundo dessas investigações, eles vão fazer, em 2006, o mesmo que fizeram em 2002-2004.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Eu não estava vendo V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, primeiro, seria bom que houvesse reconhecimento de algo muito positivo, ou seja, a disposição do Presidente Lula de, finalmente – a primeira entrevista, aliás, única, foi no dia 26 de abril –, dar uma entrevista no Roda Viva. Conforme todos pudemos testemunhar, os jornalistas fizeram perguntas com direito a réplica, a tréplica, com muita liberdade. Vamos estimular o Presidente...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a está cansado, ou é emoção?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É porque vim correndo, estava tomando uma providência no meu gabinete. Eu tinha dito que estaria atento ao seu pronunciamento e que gostaria de ponderar algumas coisas. Acho muito importante que todos estimulemos

o Presidente a repetir aquilo que fez ontem. Um só aspecto quero ressaltar. Refiro-me ao fato de o Presidente mencionar que se sente responsável, e o é, por tudo que ocorre no seu governo, com seus ministros e tudo mais. É uma manifestação muito importante, pois assim qualquer ministro ou qualquer pessoa que esteja lá no Palácio do Planalto ou numa empresa pública está sabendo que, se porventura errar, seu erro, por ter sido designada pelo Presidente, vai afetar o Presidente. Essa é uma declaração importante. Eu não quero abusar, apenas fiz esses dois registros, porque avalio que ontem houve um avanço para a democracia brasileira. Discordo de outras avaliações, mas não quero abusar do aparte com que V. Ex^a me honra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, para encerrar, agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy. Concordo com a afirmação de S. Ex^a de que o Presidente assumiu que é de sua responsabilidade o que ocorre no seu governo, mas também é algo que chega atrasado. Sua Excelência sempre dizia que não sabia, “não vi”, “não vi.” Em relação à entrevista, é positiva, mas vem também muito atrasada, porque já estamos no final do terceiro ano de governo, já vamos entrar no último ano, e essa é a segunda entrevista que o Presidente dá, o que, num país democrático, é muito pouco. A imprensa é credora de mais entrevistas para que possa esclarecer melhor a população brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador João Alberto Souza. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, Sr^s. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, a entrevista do Presidente da República no milésimo programa do Roda Viva foi, efetivamente, muito positiva. Talvez, por isso, a reação de determinadas personalidades seja a que terminamos de apreciar. O Presidente foi firme, respondeu a todas as questões, assumiu suas responsabilidades, assumiu as dificuldades que tem ao governar um país com a complexidade do Brasil, e, como tive oportunidade de dizer a algumas pessoas que me perguntaram sobre minha avaliação, quando o Presidente da República se dispõe a falar de alma aberta, é de que ele passa exatamente este sentimento de alguém que tem uma alma exposta, explícita e disposta, colocada à disposição para todos os que queiram avaliar. Ele é uma das pessoas que eu identifico como tendo a alma no rosto. De todas as questões feitas – inclusive foram apertadas e espremidas em alguns momentos da entrevista

–, o próprio Presidente deixa entrever, de forma muito concreta, as dificuldades que são muito antigas e que, infelizmente, impregnam a máquina pública brasileira há muitas décadas – e eu diria até há séculos. Portanto, eu acho que é dentro deste contexto que nós temos que avaliar a entrevista do Presidente: como ele respondeu, como ele se comportou e a importância que tem, neste momento político, o Presidente estar nessa disposição de se colocar a público, da forma como o fez.

Espremido sobre várias questões, o Presidente apresentou algo muito pronto e muito firme: só as investigações podem, efetivamente, comprovar o que quer que esteja sendo levantado, anunciado, denunciado e que, portanto, a responsabilidade dele, como Presidente, é a responsabilidade de colocar todos os instrumentos à disposição, para que as investigações possam fluir, e tomar as providências, como ele mesmo anunciou, com o afastamento de aproximadamente cinquenta funcionários públicos, inclusive Ministros do seu Governo, e só das provas, efetivamente, possamos ter as conclusões e os julgamentos e as condenações.

Eu gostaria até de complementar um pouco. Além da responsabilidade da investigação, não somente o Presidente da República, mas principalmente nós, Parlamento brasileiro, temos também a responsabilidade de fazer alterações profundas nos mecanismos de fiscalização, na legislação e buscamos, desta crise toda, alterar a estrutura da máquina pública visando exatamente tampar os buracos, impedir esse ralo da corrupção, que vai mudando: quando se tampa um, aparece o outro. Aliás, quanto a essa história de tampa um, aparece o outro, foi bastante elucidativa a coluna da Tereza Cruvinel de ontem, que abordou a questão da mudança, da maneira de agir dos corruptores, ou seja, da busca incessante de desviar recursos públicos que, no primeiro momento, tinham nas empreiteiras uma das grandes fontes do exercício da corrupção e do desvio. Depois, vem se desenhando, já no último período, as empresas de publicidade como as substitutas das empreiteiras.

Eu, que estou participando da CPI, posso perceber essa mudança da maneira de operar, os indícios fortes de que as empresas de publicidade podem estar efetivamente, sim, se prestando a ser esse novo canal dentro das relações do público e do privado, nesta relação promíscua de desvio entre esses dois setores.

Eu queria até trazer alguns elementos que considero importantes para termos esse aprofundamento. Tive oportunidade, no depoimento do Sr. Cristiano Melo Paz, sócio das empresas do Sr. Marcos Valério, de fazer alguns levantamentos. Já tivemos acesso aos documentos de um processo que o Ministério Público Federal abriu no ano de 2002. Depois, uma ação foi en-

caminhada pela própria Fundacentro, no ano de 2001, a respeito de licitação na Fundacentro, de 1996. Estão colocadas todas as questões que estamos avaliando, esta maneira promíscua de trabalhar das agências de publicidade que vem se desenhando como um dos possíveis ralos entre o público e o privado.

A ação civil pública foi feita pelo Ministério Público Federal contra o Srs. Cristiano de Melo Paes, sócio do Marcos Valério; a SMPB de São Paulo; a Quality Comunicação; o Sr. José Carlos Castilla Crozera, que foi assessor de comunicação da Fundacentro; o Sr. Marco Antonio Seabra, que também foi diretor administrativo e financeiro da Fundacentro; e o Sr. Humberto Carlos Parro, que foi presidente da Fundacentro, exatamente no período em que ocorreu essa licitação, esse contrato e essa execução.

As coisas são gravíssimas. A acusação é de improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, lesão ao Erário, atentado contra os princípios da administração pública. Os valores são assustadores, tanto que a causa tem um valor de R\$25 milhões. Vão desde superfaturamento, procedimentos de execução de trabalhos muito além do que estava previsto, até falsificação de documentos, falsificação de notas. Ou seja, todos os procedimentos que estão aqui expostos vão fazer com que, aprofundando-se a investigação na CPMI dos Correios, que está investigando o “valerioduto”, tenhamos muitos elementos para averiguar os procedimentos das empresas do Marcos Valério, a partir do estudo aprofundado, inclusive, da convocação desses atores e da quebra de sigilo desses documentos.

Na mesma linha, a revista **Carta Capital** publicou, na semana passada, uma reportagem, que tive a oportunidade de citar aqui, tratando também de algo assemelhado, ocorrido em uma empresa na Bahia, a Bahiaturisa, em que o Sr. Pedro Lino, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, levanta procedimentos também muito assemelhados, muito próximos, como o fato de colocar a maior parte dos recursos, R\$101 milhões, dos quais R\$48 milhões foram destinados a uma única empresa de publicidade, a Propeg. O próprio relatório indica que, em outras formas de procedimento, como repasses para oficina de artes, relacionamento com ONGs, também houve irregularidades, causando prejuízos inexplicáveis. Estão aqui os elementos.

Agora, na CPMI dos Correios, estamos tratando também de algo que teve muita polêmica e veio a público, como a descoberta da fonte do “valerioduto”. Eu acho que temos que aprofundar essa investigação. Inclusive estou lamentando que não tenhamos tido reunião administrativa, porque eu queria apresentar uma série de procedimentos para aprofundar a inves-

tigação sobre essa questão, que foi apresentada na semana passada.

Há contradições, inclusive a respeito de como foi apresentada essa vinculação, meio linear: Visanet, uma empresa privada, da qual participam várias instituições, como o Banco do Brasil, o Bradesco, o ABN-Amro e outras empresas; dinheiro da Visanet saindo para a DNA; depois, aplicação financeira; depois, por coincidência de data, um empréstimo da empresa do Sr. Tolentino que iria para o PT. Fizeram uma ligação linear e a conclusão foi que o recurso era do Banco do Brasil.

Então, precisamos aprofundar essa investigação, cotejando-a com as investigações dos outros tipos de procedimento que eu trouxe aqui, dessa nova modalidade que as empresas de publicidade estão apresentando no cenário da questão da corrupção.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

E queria levantar, Senador Tuma, se V. Ex^a me permitisse um pouquinho, que a nota do Banco do Brasil é muito esclarecedora sob alguns aspectos. Sob outros, ela abre espaço para que possamos aprofundar a discussão.

A primeira questão é a dos adiantamentos. Uma das questões levantadas é que o adiantamento para a Visanet fazer os procedimentos era algo ilegal e incomum. A nota do Banco do Brasil diz que a prática de adiantamento dos recursos do Fundo de Incentivo Visanet ocorre desde 2001, quando esse fundo foi criado. Portanto, desde que começou a funcionar, a prática de antecipar já acontecia, e não como foi divulgado, ou seja, a partir de 2003.

Entretanto, a auditoria interna realizada em 2004 constatou que tal prática poderia propiciar falhas processuais e vulnerabilidade de controle. Daí a razão para que essas transferências fossem interrompidas a partir de setembro de 2004, muito antes do escândalo que estamos investigando agora. Ou seja, um procedimento que já vinha acontecendo desde 2001 foi interrompido, por uma auditoria, em setembro de 2004, para que essas transferências, essas antecipações, não fossem mais feitas.

Agora, na nota do Banco do Brasil, há algo, porque foi vinculada à história dos 10 milhões. Houve 10 milhões de empréstimo na linha final do arrazoado apresentado pelo Relator Osmar Serraglio e corroborada pelo Deputado Eduardo Paes, no sentido de que havia 9,2 milhões – valor equivalente praticamente ao tal do dito empréstimo que estão tentando vincular – que não estão justificados, não estão apresentados. E a nota do Banco do Brasil especifica que, desses 9,2 milhões, apenas 1,3 milhão, como saldo do adianta-

mento, está sem destinação, porque 4,9 milhões são de serviços executados com notas fiscais emitidas e cuja conciliação bancária não pôde ser feita, porque a documentação da DNA foi apreendida pela Polícia Federal. E há 2,8 milhões relativos à realização de 66 ações que ainda estão pendentes de pagamento ou de acerto, ou seja, que estão em andamento. Portanto, o que está em aberto, para ser efetivamente justificado dos 9,2 milhões, é 1,3 milhão.

Então, como não tivemos a reunião administrativa, eu ia propor ao sub-Relator, Deputado Fruet, que pudéssemos, já que a documentação pelo menos desses 4,9 milhões está apreendida pela Polícia Federal, fazer a diligência para que pudéssemos verificar se essas notas fiscais justificando o pagamento de 4,9 milhões, que é mais da metade do tal dos recursos ainda não justificados, pudessem justificá-los até para que não paire nenhuma dúvida de que essa situação tenha qualquer indício de irregularidade e para que, se houver irregularidade, possamos punir.

Por isso, Sr. Presidente, acho que todo esse debate que temos feito atualmente no sentido de investigar, de apurar, tem que ser feito com toda responsabilidade. O próprio Presidente levantou ontem de forma muito firme na entrevista: que se investigue, que se apure, que se puna. Agora, isso só pode ser feito a partir de provas concretas.

É por isso que nenhuma ilação pode ser exarada antes da conclusão da investigação. Nos casos da Visanet, Banco do Brasil, DNA, empréstimo do PT, antes de fazer a investigação desses recursos cujas notas fiscais podem existir efetivamente, não podemos tirar nenhum conclusão.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, pedindo desculpas por ter passado da hora, dizendo que, além de toda essa investigação e punição, Senador Mozarildo, temos que pensar seriamente como é que vamos inibir esse cenário que começa a se desenhar por várias situações, algumas em fase de processo, como é o caso da Fundacentro e da SMP&B, em São Paulo; como é o caso da Bahiaturisa, do Tribunal de Contas do Estado; como é agora a questão que estamos investigando das empresas de publicidade do Marcos Valério na CPI dos Correios. O que vamos fazer em termos de mudança na legislação e na estrutura de controle do Estado para impedir que esse tipo de situação se repita à exaustão, com tanto prejuízo para os cofres públicos?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sem prejuízo da ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A V. Ex^a concedo a palavra por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Aguardarei V. Ex^a chegar à tribuna para começar a contar o tempo; então venha tranqüilo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero o assunto que trago hoje à tribuna de extrema gravidade, porque revela a falta de credibilidade que as instituições públicas acabam criando em função do seu comportamento, muitas vezes, deslocado a léguas da responsabilidade que têm de cumprir as regras neste País.

Refiro-me – e acho que esse assunto deve interessar a todo Senador que se preocupa com os Municípios brasileiros. Vou dar o número do acórdão. Este é um acórdão do Tribunal de Contas da União, Ata nº 39, de 2005, Sessão do dia 05/10/2005, aprovado no dia 11/10/2005.

O que o acórdão está propondo é o seguinte... Vou ler apenas a conclusão:

- 9.1. determinar à Receita Federal do Brasil, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Serviço Federal de Processamento de Dados que envidem esforços para concluir, em sessenta dias, o sistema de classificação de receitas que permita a destinação dos recursos de programação do programa “Parcelamento Especial”;
- 9.2. determinar ao Ministério da Fazenda que, caso não ultimado o sistema a que se refere o subitem anterior no prazo estipulado, adote providências para assegurar a destinação, por estimativa, dos recursos do “Parcelamento Especial” que deveriam compor a base de cálculos dos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda no exercício de 2005;
- 9.3. encaminhar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam.

Em resumo, este acórdão está identificando uma receita que os Municípios deixaram de perceber nos anos de 2003, 2004 e 2005, da ordem de R\$6,1 bilhões, recursos retidos pelo Governo Federal, pelo

Ministério da Fazenda, e que deveriam estar hoje contribuindo para que os Municípios brasileiros resolvessem as suas carências, os seus problemas de crise, atendendo melhor o cidadão quanto à saúde, à segurança pública, à educação, tudo aquilo que se reclama dos Municípios. E, no entanto, os Municípios brasileiros estão sendo penalizados, estão sendo na verdade enganados pelo Ministério da Fazenda porque este Ministério deixou de repassar seis bilhões e cem milhões nos três anos que li aqui, na seqüência: 2003, 2004 e 2005, sendo que 2005 apenas até agosto.

O acórdão a que acabo aqui de me referir está determinando esse repasse e autorizando, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei nº 8. 443/92 c/c o art. 157, **caput** do RITCU, a promoção de audiência junto ao Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Antonio Rachid, e ao Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, para que, no prazo de quinze dias, a contar da ciência, apresentem razões de justificativas quanto à demora no processamento da reclassificação no Parcelamento Especial de que trata a Lei nº 10. 684/03, ou seja, o PAES.

Esses recursos não pertencem ao governo da União, esses recursos pertencem aos Municípios brasileiros. E se a Receita Federal, a Secretaria do Tesouro, o Ministério da Fazenda escondem esses recursos dos Municípios e dos Estados, porque são recursos que vão compor o FPM e o FPE, é um fato gravíssimo porque se denota desse fato que não dá para confiar nas instituições. O Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita, a Secretaria do Tesouro ludibriando os prefeitos brasileiros! Porque aqui está – é uma denúncia que faço – um acórdão do Tribunal de Contas da União, que, repito, deu 60 dias a partir de 10 de outubro. Portanto, já está vencendo o primeiro mês. Vamos esperar que, até o início de dezembro, a Secretaria da Receita, a Secretaria do Tesouro, o Ministério da Fazenda possam se pronunciar, mas, muito mais do que se pronunciar, liberar esses recursos para os Municípios brasileiros, que estão hoje carentes, precisando, inclusive, pagar o 13º do seu funcionalismo. Muitos Municípios brasileiros não terão como fazê-lo se não obtiverem o recebimento desses recursos, que pertencem a eles. Não se trata de colocar os Prefeitos de pires na mão.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a é um municipalista – estou concluindo meu pronunciamento –, quero passar este acórdão às mãos de V. Ex^a e de outros Senadores que se interessam pelos Municípios brasileiros para que, juntos, possamos cobrar do Ministério da Fazenda o cumprimento da responsabilidade, repassar R\$ 6,1 bilhões retidos do Paes por conta da desatua-

lização das contas do próprio Ministério da Fazenda. Eles não atualizaram as contas e quem paga o pato é o Município brasileiro.

Estou fazendo esta denúncia, que é baseada num acórdão do Tribunal de Contas da União, e espero que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que já não falou a verdade quando disse que liberou os recursos para o combate à febre aftosa, possa dessa vez se pronunciar, dizendo a verdade verdadeira, por que os Municípios brasileiros estão sendo enganados e por que R\$ 6,1 bilhões estão sendo retidos pelo Ministério da Fazenda. Sr. Presidente, isso é grave porque deixa a instituição pública no País sem crédito.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Osmar Dias, solicitaria cópia para mim, mas eu gostaria que V. Ex^a autorizasse o encaminhamento para a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da CAE, para que eles possam fazer uma reunião e aprofundar a denúncia de V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com todo prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

Sem prejuízo da lista de inscrição, chamo os presentes para darmos andamento à sessão.

Senador Mão Santa, V. Ex^a deseja fazer uso da palavra?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal, Shakespeare, num dos seus escritos, diz: “Palavras, palavras, palavras”. Aliás, Padre Antônio Vieira, Senador Ramez Tebet, disse aos pregadores: “Ó Pregadores, pregam e não atraem cristãos para a igreja!” Senador Mozarildo, ele disse que os pregadores só tinham “palavras, palavras, palavras”. Faltava o exemplo. E o exemplo arrasta. Foi então, Senador Leonel Pavan, que ele disse: “Palavras sem exemplo são como o tiro sem bala”.

O Lula, como fala, fala, fala... Mas Shakespeare, vendo Lula, não ia dizer palavras, palavras, palavras. Ele diria: mentira, mentira, mentira.

É, Senador Ramez Tebet, Lula, os bancos e os pobres. No rádio, na televisão, está na mídia: o governo para os pobres. Eu olhei aqui e não vi nem assim os ricos. Porque os ricos são esta turma do PT que enriqueceu ligeiro. Aliás, nesta CPI eu nem vou mais, porque os cabras falam de 1 milhão, 2 milhões, Dona Iris, como se fossem R\$ 10,00 para nós. Foi um povo faminto e desempregado. Senador Leonel Pavan, o caboclo do meu Piauí diz que quem nunca comeu mel se lambuzou. E aí foi, Senador Mozarildo.

Ramez Tebet é o homem do Direito, jurista, do PMDB. Estado de direito, esse era o sonho de Rui Barbosa, e o que vivemos é o Estado de corrupção. Este é o Estado do Brasil: podridão. Estão podres todos os Poderes: o Executivo, o Legislativo – o menos podre – e o Judiciário. O Executivo é porque se blinda com a mídia, que é paga com o dinheiro dos bancos. Olhai a publicidade: é o banco. Por trás de toda televisão, é banco, é banco... Então, fica blindado o Lula Paz e Amor.

Mas é corrupção! Aqui não é o Poder mais podre, não. Ô, Senador Ramez Tebet, aqui o Poder é o mais aberto, é o mais livre, é o mais transparente, um debate com o outro, um diz, outro diz, não é, Senador José Jorge? E o Judiciário é porque usa um Maquiavel: ameaça, e há muita gente com rabo preso... O Brizola, antes de morrer, deixou um artigo contra o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não é, Senador Ramez Tebet?

Eu sou otimista, mas o Brasil fez o diagnóstico, Senador Leonel Pavan: estamos podres, os instrumentos da democracia. E eu, como sou médico, quero dizer que isso não vai ficar bom ligeiro, não. Não é uma apendicite aguda, não, que se vai ali, tira o apêndice e está bom. Não! É doença muita, é crônica, é como uma lepra, uma tuberculose, uma osteomielite crônica. Demora. Não vai ser rápido, não. Mas o povo vai.

O Lula mente, mente, mente: governa com os pobres. Atentai bem, Senador Leonel Pavan, olhe a mídia ali, que eu não trouxe. E esta frase está em todos os jornais: “Lula diz que governa para o pobre”. Todos os jornais do lado dizem. Eu aprendi, lá no meu Piauí, que é mais fácil tapar o sol com a peneira. E o Piauí é a “terra querida, filha do sol do Equador”. Esse é o hino. É mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. E ele faz a mídia e diz que governa para o pobre e, nos mesmos jornais, os bancos... Nunca os bancos ganharam tanto no mundo. É uma incoerência. Governava para os banqueiros. Está nos jornais. O Presidente, no seu programa semanal

de rádio, disse ontem que ele governa o País em benefício dos pobres. O Presidente disse isso. Na hora em que vão pedir votos, só se fala de pobre, mas, na hora de governar, governa-se para os ricos. E nós estamos colocando o pobre como o autor principal. Mas, como diz o ditado popular, “a mentira tem pernas curtas”. Os jornais de todo o País, nesta terça-feira, apontam que os bancos nunca ganharam tanto dinheiro neste País. Assim, o Bradesco anunciou o seu lucro, nestes últimos nove meses, de 4,55 bilhões. É, simplesmente, o maior resultado da história das instituições financeiras. O aumento, Senador Leonel Pavan, é de 102,3%. Eu quero saber do pobre o quanto aumentou o seu ganho disto, dos 102,3% em 9 meses. Em nove meses, faz-se uma criança. Mas este, em nove meses, não fez criança, não; fez os banqueiros enriquecerem e gozarem. É o País do Meirelles. É o Estado da corrupção. Não é como Rui, que disse: “A primazia é do trabalho e do trabalhador”. O trabalho e o trabalhador vêm antes, porque fazem a riqueza. Essa é a lei e a justiça.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O seu Estado de Direito foi para o bebeléu. Cadê a OAB? Cadê a OAB?

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A OAB perde aqui para a voz rouca das ruas. Atentai!

Comprei ali um cordel e estou fazendo um *marketing*. Ó Íris! “Arraial do Lula” é um cordel. Ó OAB! Escute a voz do povo, a voz rouca. É um cordel de Fernando Venelito: “Arraial do Lula”. Há outro: “A grande farsa na República”. E outro cordel: “Eis a verdade. PT Partido das Trapaças”.

(A Sra. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ó Sr^a Presidente, este aqui vai ser o último cordel: “O Sertão do Presidente. Lula e o seu bando”. “Fome Zero”. Veja a mentira. Mentira, Lula!

Aprendi de meu pai, Senador Leonel Pavan, que quem mente rouba. Guaribas tem fome! Guaribas, Guaribas, Guaribas, utilizada como *marketing*. Que Governo mentiroso, irresponsável e ladrão! Guaribas!

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está aí um Prefeito do Piauí, São João da Fronteira, Antônio Ximenes. Lá há fome e não há água. Estão implorando.

Esse é o Estado, Lula. E está aqui o último cordel do Fernando Venelito, que comprei. Comprei, brasileiros! Este aqui eu deixei por último: “A grande farsa na República”.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr^a Presidente, apelo para a sua bondade de mulher, como a mulher de Pilatos, que disse que Cristo era verdadeiro; a bondade de Verônica, da Virgem Maria e de V. Ex^a, que Deus colocou aí neste instante.

Tenho aqui um bonito cordel, entre muitos: “Só impítima ao Presidente”. Ó OAB! E o Estado de Direito? O que há é um Estado de corrupção; se manque! Esta aqui é a voz do povo, a voz de Deus. Ouça a voz rouca das ruas, o cordel. “Só **impeachment** ao Presidente”. Ele diz “impítima”, mas é o povo e a sua voz rouca. É a cantoria de um repente.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina. Deus fez o mundo, e S. Ex^a fez Camboriú. Foi três vezes prefeito.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Esta Presidência concede mais um minuto a V. Ex^a para que possa conceder seu aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ó Iris! Ó Iris! Não conceda um tempo do tamanho da sua beleza, mas ao menos do tamanho de Goiás.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Mão Santa, ouvi o seu pronunciamento. Não é o primeiro; houve inúmeros em que V. Ex^a alertou o Governo quanto aos investimentos que deveriam ser feitos, principalmente para beneficiar a classe mais pobre do nosso Brasil. Ao ouvir o Presidente Lula, dizendo que tem feito um governo para os pobres, realmente eu me assusto. V. Ex^a acabou de listar quem realmente está ganhando nesse Governo. Parece que o Presidente não tem acompanhado que os sem-terra continuam sem terra, que os sem-teto continuam sem teto, e que ainda há pessoas embaixo da ponte, com fome. O Fome Zero foi um fracasso total, os desempregados estão pedindo empregos e salário, há uma miséria enorme em nosso País. A imprensa tem noticiado, todos os dias, crianças pedindo esmola nas ruas, mães grávidas, pais pedindo esmola nos semáforos, em todos os lugares do Brasil. Não sei qual é o **habitat** em que está vivendo Lula, porque estamos vendo um Brasil diferente, Senadora Iris de Araújo.

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, V. Ex^a me concede mais um minuto?

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Mais um minuto, Senador.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Lamentavelmente, estamos acompanhando um processo de corrupção no Brasil e, ao mesmo tempo, ouvindo o Presidente dizer que os pobres estão sendo beneficiados. Os pobres sendo beneficiados nesse desgoverno? Há falta de política social, falta de comprometimento com as classes trabalhadoras, com os desempregados, com os miseráveis deste País. Cumprimento V. Ex^a, Senador Mão Santa, mas creio que Lula está vivendo em outro país. O nosso Brasil ainda continua muito pobre.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, eu pediria a V. Ex^a mais um minuto para concluir o meu pronunciamento. Dessa forma, o povo do Brasil poderá assisti-la na Presidência, o que dará um ibope maior do que quando se via a Sol na novela América.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Senador Mão Santa, concedo a V. Ex^a mais um minuto, para concluir seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois o Banco Itaú tirou R\$3,8 bilhões. Os dois juntos ganharam R\$8 bilhões. Agora o raciocínio responsável, Senador Ramez Tebet, dos números, que falam a verdade. Enquanto isso, o Brasil tem 82 milhões de pessoas que vivem sem esgoto, e 43 milhões que vivem sem água. Está ali o Prefeito da minha cidade, São João da Fronteira, no Piauí, que não tem água. Dar de beber a quem tem sede, Lula.

E sabem quanto o Governo Federal liberou para o saneamento básico entre janeiro e outubro? Liberou R\$43 milhões. Foram R\$8 bilhões para dois bancos. É descaramento.

Viva Meirelles, o campeão, o vencedor, porque ele nunca enganou ninguém. Ele disse que era banqueiro, que ia ter lucro e que era bom de negócio. O Lula, que não sabia, se entregou. Está aí. Ele é o campeão.

Foram R\$43 milhões para água e esgoto, e R\$8 bilhões para somente dois bancos, o Bradesco e o Itaú.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A senhora me permite só uma pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Vou permitir, mas...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sabe quantas vezes os dois bancos receberam mais do que todos os

prefeitos juntos para fazer saneamento? Receberam 186 vezes. Dois bancos receberam mais do que todos os prefeitos receberam para fazer saneamento, mais do que o Governo Lula gastou, no mesmo período, com saneamento básico, água e esgoto.

Se isso é governar para os pobres, ó Deus, livra-me desse Governo de pobre. E já é hora de seguir Rui Barbosa. Só há um caminho e uma salvação: é prestigiar, em primazia, o trabalho e os trabalhadores, que fazem a riqueza. E o Lula, com o Meirelles, sentado no colo dos ricos e dos banqueiros.

Muito agradecido, Senadora Iris de Araújo, mas a generosidade do tempo não foi correspondente à generosidade de Deus ao fazê-la tão bela!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, por dez minutos, com mais dois minutos de tolerância.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Iris de Araújo, dupla satisfação tenho: a primeira é por falar das coisas do nosso Centro-Oeste, tendo V. Ex^a na Presidência; a segunda por suceder o Senador Mão Santa, que, ao cantar o seu Piauí, canta o Brasil.

O que me traz à tribuna? É justamente a crise no meu Estado. Dizem por lá que só venho a esta tribuna para falar de Mato Grosso do Sul, mas é esta a minha primeira obrigação. Entretanto, falando de Mato Grosso do Sul e das coisas de lá, também falo das coisas do Brasil.

Mato Grosso do Sul é um Estado potencialmente rico. Não é um Estado ainda industrializado, mas já há indícios de um processo de industrialização. Porém, ainda mantemos no Estado, Senador Mão Santa, a nossa vocação de Estado produtor, do homem do campo, do homem de mãos calejadas, do agricultor, do pecuarista, daquele que trabalha na terra. Lá estamos vivendo momentos difíceis porque fomos surpreendidos, na nossa principal riqueza, que é a pecuária, por um foco de febre aftosa, que está contido, é verdade, mas que está trazendo reflexos negativos na economia do nosso Estado e na economia do Brasil. Permitam-me dizer, não sei o que seria do Brasil se não fosse o seu povo trabalhador, se não fossem as classes produtoras, porque não vejo investimento público no País.

O Senador Mão Santa falou dos lucros extraordinários do sistema financeiro e eu estou aqui, nesta

crise que meu Estado atravessa, perguntando onde estão os investimentos, o que está sendo feito no Estado de Mato Grosso do Sul, qual é a obra pública que está sendo construída no meu Estado?

Senador Mão Santa, nós lutamos aqui no Senado – e quão árdua é nossa luta! – para disputar algum pedaço do Orçamento nacional, quer procurando dividir os recursos a que cada um de nós tem direito, para favorecer nossos municípios nas emendas individuais, quer lutando no Orçamento para colocar recursos advindos de emendas coletivas dos parlamentares. Como elas poderiam estar ajudando o Mato Grosso do Sul nesta hora em que a arroba do boi caiu estratosféricamente – desculpem-me a força de expressão –, está lá embaixo, e não se têm investimentos. Começaram a liberar os recursos individuais? Não, ainda não conseguiram liberar nada. Nós até ficamos contentes – desculpem-me o rasgo de esperança – quando vemos, como se anunciou de sexta-feira passada para cá, quando acessamos o Siafi e vemos algumas emendas individuais lá empenhadas. Mas quão dura não será nossa luta para liberar essas emendas.

Então, com isso, quero dizer também, Senadora Iris de Araújo, que estamos vivendo um verdadeiro caos orçamentário no País. Não se tem orçamento no País, a não ser para produzir um superávit primário que ultrapasse a casa dos 6%, enquanto carecemos de saneamento básico, enquanto as nossas estradas estão em péssimo estado de conservação, enquanto clamamos por creches, enquanto rogamos por melhorias na saúde da nossa população.

Não consigo imaginar se isso é administração pública! Chego a imaginar que administração pública, Senador Mão Santa, é pagar juros, juros internacionais, enquanto vemos a nossa dívida externa aumentar cada vez mais.

O mundo inteiro assistiu à reunião que houve na Argentina. Tivemos a visita do Presidente Bush. Mas o que foi resolvido? A Argentina está enfrentando os pesados encargos da sua dívida, mas está fazendo isso procurando beneficiar o seu povo. A Argentina está na nossa frente. Há poucos dias, ela estava bem atrás do nosso País, do nosso Brasil. O que está havendo?

Eu diria, Senadores que me ouvem, Senador Leonel Pavan, que no orçamento do Brasil há pouco dinheiro para investimentos, e ainda se gasta mal, porque é gastar mal o pouco que se tem pagando juros e não se fazendo obras que beneficiem o povo. Por que não se pagar menos juros e fazer mais obras? Essa a in-

dagação dos municípios, essa a indagação do nosso povo. É o que pergunta a nossa gente.

Não posso ver, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Mato Grosso do Sul, tão sofrido, agora com o problema da carne. Dir-se-á: mas esse problema da carne, Senador, ocorre em quarenta e um países. Que culpa tem o governo pelo problema da febre aftosa?

Vocês me desculpem, mas não estou mais buscando culpados, e sim soluções. Precisa sair daí. Mas também não posso deixar de dizer que não é possível termos um orçamento de R\$35 milhões para defender a sanidade animal no nosso País e não gastarmos nem 4% do total. Não, aí não dá! Não estou acusando, estou apontando fatos. Havia R\$35 milhões no Orçamento e só gastamos 4%, Senador Leonel Pavan, Senadores que me ouvem.

Portanto, venho a esta tribuna pedir mais investimento, pedir para que se administre melhor o País. E para se administrar bem o País, tem que se administrar bem o Orçamento, tem que se estabelecer prioridades, tem que se ver aquilo que é bom, que é útil, que é necessário. De que adianta se fazer economia e não se aplicar na defesa sanitária, não se fazer investimentos em estradas? De que adianta não fazer isso para pagar juros, se aí vamos perder mais?

Pergunto o quanto o Brasil, Senador Pavan, a quem vou conceder o aparte, está perdendo ou vai perder deixando de exportar carne devido à febre aftosa? Com certeza, serão bilhões de reais a influir seriamente no superávit da balança comercial do nosso País.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Ramez Tebet, veja só que quem está chamando a atenção do Governo não é um Senador novato. Eu, por exemplo, ainda sou novo aqui se comparar ao seu tempo, a sua experiência legislativa. Quem está chamando a atenção do Governo é nada mais, nada menos que Ramez Tebet, um homem de credibilidade fantástica no Parlamento e no Brasil, que presidiu muito bem o nosso Senado, que foi um dos grandes Presidentes desta Casa. No começo do mandato do Lula, V. Ex^a o defendeu, deu crédito a ele. Eu mesmo, da Oposição, cheguei a acreditar nos projetos e nas propostas do Presidente Lula. O Governo está terminando, e ele está perdendo apoio. Não se ouve mais ninguém usando esta tribuna para defender o Governo, para dizer coisas boas dele. Não vem mais ninguém aqui dizer que conseguimos conquistar espaços, ajudar a pobreza, ajudar os municípios, investir em rodovias. Não! Cada Senador que assume a tribuna é para reclamar da falta

de investimentos nos municípios. Estão aqui os nossos prefeitos e vereadores, vindos do seu Mato Grosso, do meu Estado, Santa Catarina.

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr^a. Presidente, pela sua sensibilidade ...

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – V. Ex^a e o Senador Ramez Tebet têm mais um minuto para concluir.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Só para finalizar, Senador Ramez Tebet. Sempre que V. Ex^a está na tribuna tem defendido seu Estado, o Mato Grosso e, é claro, o Brasil. Mas é preciso que este Governo acorde. Estamos iniciando um novo Orçamento, preparando novas emendas, e as nossas antigas ainda não foram liberadas. Estamos discutindo as próximas agora, esta semana, semana que vem, e as nossas do ano passado ainda não foram acolhidas. Este Governo precisa acordar. Acorde, Lula, como diz o Senador Mão Santa. Trabalhe, atenda aos Senadores, aos Deputados e aos nossos municípios.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Principalmente, Senador Leonel Pavan, cumpra uma parte do Orçamento em investimentos. Não tire dinheiro da Embrapa.

Dizem que não se pode contingenciar dinheiro da Embrapa, mas a Embrapa tinha pedido R\$200 milhões e não ficou com um terço disso no Orçamento.

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Quero dizer a V. Ex^a que nunca vi um ano como este.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Senador Ramez Tebet, eu gostaria de ouvi-lo a tarde toda, mas, pelas normas regimentais, concedo ainda um minuto a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora, eu não desobedeceria V. Ex^a de jeito algum, mas, como tenho um minuto pela sua generosidade, quero dizer ainda algo com relação à matéria orçamentária. Estou há dez anos nesta Casa, Senador Leonel Pavan – V. Ex^a questionou, no bom sentido, o tempo que estou aqui – e todo ano nós já estávamos mergulhados no Orçamento, sempre com essa história de que o Orçamento é uma peça de ficção. Mas este ano, Senador Mão Santa, não se distribuiu ainda nem o prazo para apresentação de emendas. É uma coisa fantástica. O Orçamento é um exemplo de que o político é um homem que vive de esperança, é um homem que tem que lutar sempre. A gente luta, luta

para alocar recursos para Mato Grosso do Sul, para os 78 municípios. Cada um luta para atender uma parte; e, no outro ano, é a mesma luta para retirada desses recursos, para liberação desses recursos. Mas nunca se viu nada igual, porque o Orçamento está quase que plenamente contingenciado para pagar juros, o que é inadmissível. Alguns se dão por felizes. Quero até agradecer alguns empenhos que tive. Faltam outros, mas sei que a luta tem que continuar para poder liberar esses recursos para ajudar os municípios e o meu Estado na realização de alguns investimentos necessários para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Senadora Iris de Araújo, muito obrigado pela atenção de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, sem prejuízo da ordem de inscrição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a minha inscrição, antes da ordem do dia, como Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – V. Ex^a falará em seguida ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estou inscrito para falar também. Da mesma forma, caso a minha inscrição esteja muito avançada, gostaria de requerer a minha inscrição também para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar, Senador Leonel Pavan.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil assistiu ontem, envergonhado, à entrevista do Senhor Presidente da República. Dificilmente um homem público neste País teria a coragem de humilhar a Nação como fez o Senhor Presidente Lula. A única vantagem de sua aparição foi confessar tudo aquilo que eu já antecipara no dia anterior.

Ele ouviu de jornalistas – é inacreditável, mas é verdade: “O senhor disse que não tem caixa dois? Tem caixa dois, já está provado; nós queremos saber de quanto foi. Está provado”, disse o jornalista, “pelos seus aliados. Está provado porque todos já sabem e confessaram que receberam o mensalão”. O Presidente ouviu isso.

O Presidente ouviu também sobre seu filho e considerou altamente normal que ele percebesse R\$5 milhões da Telemar para a sua empresa. Isso também ficou assentado. Os jornalistas se portaram com educação, mas com muita firmeza, devo até dizer que foi surpreendente para mim, pois achava que seria um jogo. Mas os jornalistas – exceto um – foram excepcionais em mostrar que o Brasil está sem Governo.

Por que o Presidente da República foge das entrevistas? Porque ele não pode ser perguntado. Ele não pode ser perguntado por ser o autor de todas as coisas ruins que estão ocorrendo. Também ficou certo ontem que houve dinheiro dado a Parlamentares, que houve apoio dele, recebendo, inclusive, os Parlamentares que vão ser cassados. Viu-se o meio termo dele em relação ao Ministro José Dirceu. Em dado momento, ele pede a sua cassação; em outro, exalta a figura de José Dirceu, como quem dá o beijo da morte no seu velho amigo e como se José Dirceu fosse o único culpado das coisas que apareceram, estão aparecendo nesta República e não param de aparecer.

Ele achou brincadeira o dinheiro de Cuba e chamou Cuba de país miserável. Evidentemente, não foi miserável para dar os R\$3 milhões para a sua campanha, como já está provado. Não foi miserável para dar o apoio que ele tem dado a Fidel. Mas ele pensa que Fidel não toma conhecimento das suas declarações sobre a miserabilidade do País que deu R\$3 milhões para a sua campanha.

Não falou sobre Okamoto. Foi só o que faltou. Okamoto pagou o empréstimo que ele tomou junto ao Banco do Brasil e pagou quando ele já era Presidente da República. O Governo está apodrecendo e, com isso, infelizmente, a Nação brasileira.

Ontem, nesta Casa, falou-se que a Ordem dos Advogados estava dando apoio ao Governo. Eis aqui a declaração do Presidente da OAB, Rubens Approbato:

Trata-se do maior mar de lama que o País já viu. Dizer que essa crise é hilariante é realmente estar completamente fora da realidade. Se o mensalão é uma fantasia, se o

Deputado Roberto Jefferson é uma fantasia, se é fantasia o Marcos Valério, tudo o mais que foi apurado até agora nas CPIs, isso é que está realmente fora da realidade. No momento, ele diz isso; no outro, o País inteiro verifica que o Presidente da República está olhando o problema de forma autista.

O mar de lama de que se falava no passado é muito pequeno em relação ao oceano de lama que aí está, o oceano de lama do Presidente da República. Ele é o principal responsável. E isso ficará provado dentro de pouco tempo. Agora ficou provado os dez milhões que foram para a conta do PT, no Banco do Brasil. O povo paga, o povo aí está. Vereadores eles cassam. Mas fica o alerta para tirar do Banco do Brasil dez milhões para o caixa do PT. Isso está provado por mim? Não. Pelo Relator da CPI, que é do PMDB. O Deputado Osmar Serraglio está mostrando dignidade na sua função, não cedendo às pressões dos governistas apaixonados. Tão apaixonados que vêm à tribuna para denunciar o governo baiano, que é um governo sério.

Ao contrário do que afirma não só a revista, mas também uma Senadora incorrigível, o pagamento feito pela Bahiaturisa é legal e registrado na Contabilidade do Estado. Os recursos recebidos e as despesas realizadas pela Bahiaturisa estão rigorosamente registrados em seus balanços e na contabilidade.

O contrato da Bahiaturisa com a Rede Interamericana é decorrência da Concorrência Pública 01/2003, promovida pela Secretaria de Governo do Estado e referendada pelo Ministério Público. O aditamento de prazos dos contratos de publicidade com a Rede Interamericana é totalmente legal e está previsto na Lei nº 8.666.

Ao contrário do que diz a matéria da revista, aqui explorada por uma Senadora incorrigível no seu falar, a Bahiaturisa assinou um contrato de apoio ao projeto Amigos da Escola, da Rede Globo, com base em parecer técnico, uma vez que significava compra de mídia mais barata e a associação do nome do Estado a um projeto de educação de forte apelo social, do qual fazem parte a Petrobras e a Telebrás.

A Bahiaturisa firmou convênio em 2003 e 2004 com a ONG Oficina de Artes, face sua missão de estimular o desenvolvimento cultural, com destaque a duas missões: a instalação e o funcionamento da Orquestra Afro-Baiana e a Escola de Arte e Música de Crianças e Jovens do Pelourinho. Não há funcionários públicos estaduais cedidos à ONG Oficina de Artes.

Não venham comparar este Governo, que vive em um lamaçal, este Governo cheio de ladrões, este Governo que não se corrige, com o Governo sério da Bahia. Não o permitirei, enquanto aqui estiver, e estarei sempre. Dizem até que vivem a procurar algo em torno da minha vida. Procurem tudo o que quiserem, porque o meu dever é procurar sobre a vida deles. E, inclusive, de quase todos os Ministros, à exceção de seis, eu acho o que falar de suas vidas, principalmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a pode falar tranqüilo, porque proroguei o seu tempo por dois minutos: um em homenagem a V. Ex^a e um em respeito a Rui Barbosa, o Patrono da Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Agradeço a V. Ex^a, inclusive a evocação de Rui Barbosa, que, se vivo estivesse, morto estaria hoje com o Governo que o Brasil tem. Ele, que lutou pela legalidade e pela moralidade pública e administrativa, veria hoje um Governo totalmente desmoralizado, veria hoje um Governo num oceano de lama, um Governo que não se respeita e, por isso mesmo, não será respeitado nas urnas pelo povo brasileiro.

Nós não queremos **impeachment**. Nós queremos **impeachment** nas urnas. E em 2006, quando abrirem as urnas no Brasil, elas vão mostrar que este PT, que fez tanto mal ao País, vai desaparecer, e que o Presidente da República vai voltar para os seus lugares.

Ontem, ele até tranqüilizou a Nação dizendo que, quando deixar a Presidência da República, não vai levar consigo o Aerolula. Que grande novidade! Será que ele queria levar também o Aerolula para aterrissar em São Bernardo do Campo?

Oh, Presidente, tome juízo, respeite a Nação, respeite o povo brasileiro!

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Arthur Virgílio, que, de acordo com o Regimento, tem cinco minutos, prorrogáveis por mais três, em respeito à grande virtude que apresenta ao Brasil: só tem medo de ter medo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem tudo na entrevista coletiva do Presidente da República foi má notícia. Afinal de con-

tas, ele jurou, peremptoriamente, que não levará o Aerolula para casa. É uma boa notícia.

Mas Lula foi patético ao se lembrar das pernas que tremiam nos tempos heróicos da luta contra a ditadura. Patético porque isso se compara à cara dura de negar mensalão e corrupção em seu Governo.

Lula, em determinado momento, disse que era uma honra participar do Roda Viva, Senador José Agripino. Na verdade, ele é tão despreparado e inadequado para o cargo que compara uma coletiva que deveria ser obrigação corriqueira dele com a solenidade de uma formatura, de um casamento, de um batizado.

Ele rebaixou, ontem, a majestade presidencial. E isso foi extremamente grave. Ele bateu boca com os entrevistadores. Ele foi desmentido, de maneira rude, dura, por alguns dos entrevistadores. A majestade presidencial foi ao chão. Lula foi banal, foi pequeno, vazio. Foi pelo menos esse o Lula que eu vi e ouvi.

Lula mentiu ao reafirmar que de nada sabia, ao negar o caixa dois, que admitira na França como corriqueiro, o caixa dois que Duda Mendonça denunciou, como ele próprio, Duda Mendonça, tendo sido beneficiário, em dólar, em uma triangulação envolvendo a pessoa jurídica do Banco Rural no exterior e o Sr. Marcos Valério.

Desqualifica, Senador José Agripino, o seu partido. O PFL não teria autoridade para propor o **impeachment**. Por que não? Quem não tem autoridade para propor **impeachment** é o PT, que está enrolado ao máximo nessa crise moral que vem denegrindo as instituições brasileiras.

Em algum momento, o Presidente, insistindo nessa história de não saber, nega a concepção da Transparência Internacional, que se refere modernamente aos homens de Estado, aos governantes, como tendo eles a obrigação de saber e, portanto, responsáveis por aqueles que nomearam.

Diz que não fez ingerência, que não tentou evitar CPIs, e sabemos não só que Lula fez tudo para que as CPIs não se instalassem como tem procurado orientar a sua bancada para esvaziá-las nos momentos mais cruciais das apurações contra o seu Governo a partir da descoberta de tantos desmandos, de tantos casos de corrupção.

Lula não teve coragem de enfrentar Dirceu, mas deu a Dirceu, de maneira desleal, o beijo da morte. Lula deu o beijo da morte a José Dirceu. Disse que é uma boa pessoa, que não deve nada a ninguém. Se é assim, por que não o renomeia para a Casa Civil? Mas disse que vai ser cassado. Lula está louco para se livrar de José Dirceu. E, no jornal **O Globo** de hoje,

José Dirceu diz que Lula não gosta de trabalhar. Ele diz que tentava falar de assuntos sérios com Lula, como, por exemplo: “Presidente, vai estourar uma crise no Ministério dos Transportes”, e ele falava: “Olha, Zé, olha esse outro negócio aqui”, jamais enfrentando as questões cruciais do País.

Chegou a dizer que não havia nada contra Waldomiro Diniz, nada se provou contra Waldomiro. Pergunto: por que ele não reindica Waldomiro para ser o segundo homem da Casa Civil, se não houve nada contra aquele Waldomiro réu-confesso em crime, flagrado pelo horário nobre das televisões brasileiras recebendo propina do bicheiro Carlos Cachoeira?

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – É só recontratar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É só recontratar.

Diz que, no caso Visanet, não houve escândalo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, proroguei por mais três minutos, em homenagem à coragem de V. Ex^a, e aquele grande ensinamento ao Brasil...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Este Governo é tão ruim que o tempo da comunicação da Liderança não dá, é preciso mais.

Mas diz que não houve escândalo no caso Visanet*, não houve. E, no entanto, a acusação é frontal, é dinheiro do Banco do Brasil transferido para o caixa do Partido dos Trabalhadores. Isso é tão grave que poderia impedir o funcionamento desse Partido, isso significa que teve dinheiro público, sim, no mensalão, e não há brasileiro de boa-fé, nem mais a Velhinha de Taubaté, que possa duvidar que houve mensalão neste Governo, praticado por este Governo e articulado pelo Palácio do Planalto.

Caso Santo André. Sua Excelência demonstra “indignação”, e, no entanto, seus aliados têm feito tudo para impedir que as investigações cheguem até o final. Só quero lembrar que já são oito os mortos. Estão desmoralizando o nome do santo. Esse santo, ao invés de fazer milagre, está fazendo milagre ao contrário, está desapadrinhando as pessoas.

Política externa. Vangloria-se de uma política externa que virou as costas para a Alca, que faz alianças com ditadores, que perdeu todas as batalhas essenciais a que o Brasil se lançou, a começar pela direção da OMC, a começar pela direção do BID e a

começar pelo veto claro da companheira China, que está prejudicando, com o **status** que Lula lhe deu, de economia de mercado, a indústria têxtil brasileira, desempregando no Brasil, sem que nenhuma reciprocidade seja dada.

Lula tem medo da imprensa, ficou claro. Lula finge, mas se irrita com a imprensa, porque seu temperamento não é democrático. Fala da traição que teria sofrido e não diz quem o traiu, nem diz o motivo. Ou seja, parece cúmplice daqueles que supostamente teriam traído. É alguém que não tem o coração aberto, a liberdade e a independência para dizer o que houve de errado no seu Governo e, portanto, parece mais um refém do que um Presidente da República.

Falar em caixa 2, em acabar com o caixa 2, foi o momento mais hilário, foi o momento mais cômico. Se o Presidente Lula perde o mandato, ele tem emprego certo como comediante. Disse que o PT não era diferente – ele admitiu isso. Ficou provado que era igual a uns e pior do que outros tantos partidos da vida brasileira.

Ele é o homem do cheque em branco a Roberto Jefferson...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

E Roberto Jefferson preencheu esse cheque em branco do jeito que quis.

É o rei do lugar comum. Fala da economia, das exportações, como se o Brasil tivesse sido inventado por ele. Eu diria que o retrato do Governo Lula é o que se passa hoje na Polícia Federal, que não tem dinheiro para se movimentar, no meu Estado, que é um Estado de graves problemas com o narcotráfico e com o crime organizado, não tem dinheiro a Polícia Federal para se movimentar lá.

Na segurança, ele faz o que fez no caso da aftosa, negou R\$3 milhões para impedir o primeiro foco, colocando em risco a reputação do rebanho brasileiro e exportações no valor de US\$3 bilhões.

Lula mostrou – Sr. Presidente, teria tanto a comentar – seu lado Pinochio, diz que lançou o Pronaf. O Pronaf é programa do Governo passado. O que ele tem feito é desadministrar o Pronaf.

Mas não vou insistir, Sr. Presidente, digo apenas que foi uma decepção muito grande para todo mundo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo mais um minuto, lembrando que, em um minuto, Cristo fez o Pai Nosso, que nos leva ao céu e leva o Brasil também ao céu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Lutarei para que, nesse minuto, eu consiga fazer alguma coisa a mais para que Lula não consiga levar a sociedade brasileira ao inferno. Essa seria uma forma de objetivarmos a nossa luta.

Mas, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a e encerrando, foi uma enorme decepção perceber que o Brasil, tão grande, de economia tão sofisticada, de sociedade tão complexa, é governado por homem tão primário.

Vimos agora que não basta a emoção para se ter um presidente que resolva a questão nacional. É preciso preparo, sim, e é preciso preparo e, além do mais, é preciso alguém que seja capaz de coibir corrupção no seu governo. Ele não foi capaz disso, ele não foi capaz de alçar à tamanha responsabilidade que o Brasil exige.

Portanto, ontem, senti o lado ruim: sou governado por alguém como ele. Senti o lado bom: tenho certeza de que nunca mais o Brasil vai ser governado por alguém como ele.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Voltando à lista de oradores inscritos, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a, regimentalmente, dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois, mas jamais cortarei a palavra de uma mulher, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, posso fazer uma permuta com o próximo inscrito ou como Líder ou como inscrito, mas preservando o meu tempo, porque estou apenas terminando um documento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Preservaremos todos os seus direitos, que é um direito da mulher.

Concedo a palavra, de acordo com a inscrição dos Líderes, ao Líder do PFL, Senador José Agripino, do Rio Grande do Norte, que, regimentalmente, tem direito a cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero dizer a V. Ex^a e aos Senadores que se encontram no plenário que fiquei vivamente impressionado com Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na entrevista que concedeu ao programa

“Roda Viva”, da TV Cultura, gravado na tarde de ontem e exibido na noite de ontem.

Senadora Heloísa Helena, lembrava-me da conversa que havia tido com V. Ex^a sobre quem é Lula. Permito-me não revelar. Fiquei olhando os rictos faciais dele, o olhar, as reações gestuais, como se eu estivesse armado de um detector de mentiras, um polígrafo, para ver em que momento Sua Excelência estava sendo sincero ou insincero.

Devo dizer a V. Ex^{as} que fiquei impressionado com a loquacidade do Presidente, com a articulação de idéias, com o histrionismo de Sua Excelência, com a riqueza de detalhes que ele exibiu sobre os assuntos tratados.

Senador Gilberto Mestrinho, fiquei impressionado quando Sua Excelência tratou da questão da aftosa, ele, que é um líder sindical, um metalúrgico, falando, com muita loquacidade, de um problema que diz respeito à sanidade animal, do que tinha ocorrido, do que poderia ocorrer, das conseqüências. Fiquei imaginando a razão do almoço com o Presidente Bush, um gesto de **marketing**, bem armado por Sua Excelência. Ele demonstrou completo conhecimento do assunto.

É verdade que ele não falou hora nenhuma de um fato, a respeito do qual já requeri informação ao Tribunal de Contas da União, e vou receber dentro em breve a confirmação do que suponho ser a verdade. É que os recursos de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deveria dispor para aplicar na zona de fronteira na defesa fitossanitária e animal ficou retido pela atitude do Governo em manter um superávit primário beirando os cinco pontos percentuais. Ele explicou tudo, menos que a febre aftosa foi decorrência de uma incúria da administração do seu governo. Eu fiquei impressionado, Senadora Heloísa Helena, Senadora Lúcia Vânia, quando ele, respondendo a uma pergunta sobre as razões da frustração do Programa Primeiro Emprego, explicou os programas voltados para os jovens – programas de que eu nunca ouvi falar –, rodeando, argumentando sobre o insucesso desse programa.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ele disse tudo que poderia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fique tranquilo, porque proroguei o tempo de V. Ex^a, como fiz com o Líder, por mais três minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Ele justificou uma série de fatos. Mas deixou de dar a informação que tenho, que já mencionei aqui coloquei, isto é, que o Primeiro Emprego dispõe de recurso orçamentário. No primeiro ano, dispôs de 160 milhões, mas aplicaram menos de 20%. No segundo ano, disseram: vamos aumentar a dotação e a eficiência. Em vez de aumentar a dotação, os recursos caíram para 140 milhões, porque nem o governo acreditava na sua idéia, no seu estandar-te, no seu ícone.

Na entrevista o Presidente foi loquaz, foi encantador. Estou me lembrando da conversa que tinha tido com a Senadora Heloísa Helena sobre quem é, na verdade, o Presidente Lula.

Na política externa parece que o Brasil foi inventado há três anos. Antes disso não existia Brasil. O Brasil passou a existir daí para frente, pela política externa, pelos dados da economia. O Presidente soltava foguetes pelo sucesso, sem falar da derrota na OMC, da derrota no BID, da derrota no Conselho de Segurança Nacional, “deitando falação” sobre a economia, o crescimento fantástico, a geração de empregos, sem dizer que, no ano passado, o crescimento da América Latina foi de 6,2% e o nosso foi de 4,9%, abaixo do Uruguai, da Argentina, da Venezuela, e de tantos outros – sem falar na Índia, na Rússia, na China. Ele foi loquaz, Senador Arthur Virgílio, loquaz mesmo, e chegou a ser engraçado quando disse que o PFL era hilariante. Aí cometeu um deslize imperdoável: ele falou sobre o pedido de **impeachment** feito pelo PFL. Sua Excelência tinha obrigação de saber que o PFL nunca pediu **impeachment** porque PFL é partido político e partido político não está legalmente habilitado a pedir **impeachment** de ninguém; quem pode fazê-lo é V. Ex^a ou eu, pessoas ou entidades, mas partido político, não. Ele agrediu, com arrogância, com auto-suficiência, o PFL, a quem desejou menosprezar, dizendo que a atitude do PFL era hilariante. Digo isso tudo para chegar a uma conclusão, Senadora Lúcia Vânia, a de que o Presidente, ontem na entrevista, deu ao País a informação de que sabe de tudo: conhece e domina o assunto da aftosa, da economia, da política externa, da geração de emprego, portanto sabe de tudo. Entretanto, quando se trata da corrupção, não sabe de nada. Aí ele não sabe de nada! Aí quem sabe é Delúbio, aí quem sabe é Sílvio Pereira, aí quem sabe é Zé Dirceu, que deve ser cassado – ele asseverou que Zé Dirceu vai ser cassado. Ele fala de tudo com absoluto conhecimento de causa. Porém, quando se trata daquilo que está em volta dele, no Palácio do

Planalto, daquilo que o acompanha há 30 anos na sua vida de sindicalista e de político, ele não sabe de nada. Como é que um homem, Sr. Presidente Mão Santa, sabe de tudo ou aparenta saber de tudo – eu desconfio –, e não sabe da coisa mais importante, que é a moralidade, o padrão ético do seu governo, que está sob investigação? Dá para desconfiar de que a entrevista de Sua Excelência foi uma peça perfeita e acabada de insinceridade.

Aí, Senadora Heloísa Helena, nós começamos a recordar a nossa conversa – é um homem hábil, competente, inteligente, mas insincero. Pelo menos, Senadora Lúcia Vânia, ele reconheceu três coisas. Ele reconheceu que o Presidente da República é responsável por tudo o que acontece no Governo e, aí, ele assumiu o Banco do Brasil. Aí, ele assumiu os recursos transferidos pelo Banco do Brasil – são R\$9.095.000,00 – para a DNA e da DNA para o BMG, do BMG para associados, que passaram o dinheiro para o PT. O Banco do Brasil é da Presidência da República. Portanto, ele reconheceu que é responsável. Vamos ver o desdobramento dos fatos. Vamos aguardar o relatório final do Deputado Osmar Serraglio e ver se ele assume a culpa ou vai passá-la para alguém. Ele reconheceu, pela primeira vez, que caixa dois é reprovável. Eu não sei se acredito no Lula da entrevista de Paris ou no Lula da entrevista do Roda Viva de ontem. Porque, na entrevista de Paris...

(Interrupção do som)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...ele disse – o Brasil todo ouviu – que caixa dois era um fato normal na vida brasileira.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a é um homem experimentado, não acredite nem no que ele disse em Paris nem no que disse aqui.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Esta é a minha opinião: não acreditar em nenhum dos dois.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vamos chegar a conclusões. Quero aqui fazer uma avaliação: em quem preciso acreditar? No Lula da entrevista do Roda Viva ou no Lula da entrevista de Paris? Porque saiu da boca dele – não foi ninguém que falou, foi ele que disse – ouvimos que o caixa dois era um fato normal. Depois, reuniu os petistas no Palácio do Planalto, para abençoá-los e, para, de certa forma, inocentá-los. Quem não se lembra disso? Na entrevista de Paris, tratou o caixa dois como um fato normal, que não é reprovável coisa nenhuma. Porque, Senador Gilberto Mestrinho? Tenho o direito de raciocinar: porque, naquele momento, a tese de

que ele não sabia de nada era conveniente. A tese da entrevista de Paris...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...era a de que o fato do caixa dois...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, nada mais agradável do que ouvi-lo, mas...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu e o País todo gostamos disso, mas, pacientemente, a Senadora Heloisa Helena aguarda a sua vez.

A Sra. Heloisa Helena (P-Sol – AL) – Não, tudo bem. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele está extrapolando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Na entrevista de Paris, para ele, a tese conveniente era a de que caixa dois era um fato aceitável e que Delúbio Soares havia feito uma coisa aceitável. Ele tinha conhecimento do que tinha acontecido e que considerava um pecado venial, que a sociedade iria aceitar. Depois, percebeu que a sociedade não aceita a prática do que é ilegal. E, na entrevista do Roda Viva, ele mudou. Ele passou a condenar, passou a execrar o Sr. Delúbio Soares, a quem claramente colocou como traidor. São dois Lulas, com duas versões conflitantes. Em qual delas eu posso acreditar? Ele constatou que o caixa dois agora é reprovável.

Sr. Presidente, a última constatação é a de que as CPIs vão esclarecer tudo e que o governo dele é o único que está convivendo com cinco CPIs, como se ele estivesse convivendo com as CPIs por agrado. V.Ex^a, como eu, sabe que a CPI dos Correios foi objeto de uma luta pertinaz da Oposição. Se dependesse do PT e do Presidente da República, a CPI dos Correios jamais seria instalada. Lutaram para retirar as assinaturas até à última hora, recorreram à CCJ, quiseram evitar a leitura do requerimento no plenário do Congresso Nacional, fizeram tudo para impedi-la e depois, lutaram para fazer do Presidente e do Relator figuras comprometidas com os interesses do Planalto. Graças, a Deus, isso não está acontecendo.

A CPI dos Bingos, Senadora Íris de Araújo, está sendo realizada por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, porque, por eles, não existiria nenhuma CPI. Quando acusaram Waldomiro Diniz, ele repetiu uma vez, duas, três, quatro, dez vezes que não havia provas. Ele esqueceu a exibição das fotos, a exibição do

filme na televisão mostrando Waldomiro Diniz pedindo propina a Carlinhos Cachoeira. Agora teve coragem, numa entrevista ao Roda Vida, dizer que nem contra Waldomiro havia prova. Que dirá contra o resto!

Se não tem prova, no conceito dele, contra Waldomiro, que dirá contra o resto?

Mas as provas vão acontecer, porque as CPMLs e as CPIs que o Governo não quis que se instalassem estão instaladas e vão até o fim.

O que desejo lamentar é a peça perfeita e acabada de insinceridade política da entrevista lamentável do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa três matérias.

A primeira, pedindo a inserção nos Anais do recente artigo de autoria do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

A segunda, propondo um voto de repúdio à declaração feita pela professora de Filosofia da USP, Marilena Chauí. “Já a mídia, opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas”. Ou seja, proponho que repudiemos o que me parece uma agressão ao princípio sagrado e democrático da liberdade de imprensa.

E um requerimento muito singelo de informações, Sr. Presidente, pedindo ao Ministro da Defesa que informe o número de viagens realizadas por aviões da FAB a Cuba, durante o Governo do Presidente Lula, especificando: motivo dessas viagens; rotas e planos de vôo; carga declarada; nome dos passageiros transportados; e se, entre os passageiros dessas viagens realizadas de janeiro de 2002 até esta data, estariam incluídos o Chefe da Casa Civil da Presidência da República e os Srs. Delúbio Soares, Juscelino Dourado e o próprio Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

É algo que atija a minha curiosidade. Portanto, encaminho à Mesa as três peças, seguro de que elas terão rápida definição por parte da competência de quem dirige o Senado Federal.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Anestesia moral

DOCUMENTO A QUE SE

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo, foi presidente da República

Passei as últimas cinco semanas nos Estados Unidos cumprindo minhas obrigações como professor da Universidade de Brown, como tenho feito nos últimos anos durante o outono do hemisfério norte. Lá, como aqui, a opinião pública foi colhida por uma série de escândalos, coisa que às vezes acontece nas democracias contemporâneas. Com algumas diferenças: os "grandes" escândalos por lá, que seriam considerados por aqui quase "de rotina", são investigados até o fim e as leis são cumpridas. O resultado é que, com frequência, se descobre que desvios aparentemente "pequenos" não eram tão pequenos assim, ou estavam ligados a uma trama de desvios maiores.

Para que um acusado seja depressa do governo e trate de se defender como cidadão comum, basta a acusação formal por parte de um procurador (acusação séria e procedimento não espetaculoso do Ministério Público, naturalmente). O público se preocupa, fazem-se pesquisas de opinião para avaliar os efeitos do que se descobriu e dos impactos sobre o prestígio do presidente. No Brasil, na forma, acontece a mesma coisa. Faz cinco meses que cuidamos de escândalos que envolvem séria alegação de "compra de votos", do uso de influência para a obtenção de contratos beneficiando pessoas próximas ao presidente, de recursos vindos do exterior para a campanha presidencial e dos demais candidatas e assim por diante.

Não me refiro apenas à última reportagem de *Veja*, cujos desdobramentos ainda estamos por ver, mas às reiteradas declarações de participantes da campanha de 2002 de que receberam no exterior pagamentos de seus contratos de trabalho, provindos em parte de contas também do exterior, como no caso de Duda Mendonça. Mas, se a forma é a mesma, a reação dos atores políticos é diferente. Há uma busca de "ganhar tempo", na suposição de que o esquecimento resolverá tudo. E, para ganhar tempo, nada como aplicar a lei, tintim por tintim. São tantos os recursos protelatórios cabíveis em nosso formalismo jurídico que se podem postergar decisões até que se esfume o sentimento público em prol da reparação dos danos causados.

Recentemente o próprio Supremo Tribunal Federal passou a ser instrumento (legal, é claro) do jogo político de não deixar que o espírito da lei se cumpra. Quem dá o tom é o próprio governo. Não foi ele que encorajou os deputados acusados a renunciarem para que não fossem excluídos da vida pública por 10 anos, dando-lhes chance de a ela voltarem nas próximas eleições? Ou não é o próprio presidente quem procura minimizar a gravidade das acusações endossando a tese, até mesmo no exterior, de que "sempre foi assim" no Brasil, como se isso absolvesse erros atuais ou o desobrigasse, se sabedor de desvios, de enquadrá-los na lei? Ou não são as lideranças do governo no Congresso e os dirigentes do PT que fazem o jogo da insinuação vaga e vazia, ameaçando investi-

gar a suposta compra de votos para a emenda de reeleição? Pois que a investiguem.

Tanto o PSDB quanto eu já nos declaramos favoráveis à investigação para pôr fim à chantagem da política de escândalos. Trata-se, na verdade, de algo mais profundo. O fundamento da idéia de que a democracia implica um governo sob o império das leis, com escolha popular tanto dos que as fazem quanto dos que governam, não é o formalismo jurídico, nem o jogo de faz de conta, o "jeitinho" brasileiro. O que caracteriza a democracia é o "espírito" dessas leis, como diria Montesquieu. É a crença em valores fundamentais, como a liberdade, a decência, a veracidade, a transparência e, diga-se com clareza, a punibilidade dos que se desviam desses valores a ponto de comprometer sua crença.

No Brasil, a falta crescente de legitimidade das instituições minúsculas e as paralisações de desamor popular pela vida pública, a desconfiança de que todos são iguais na malandragem, são venenos letais para a democracia. O espetáculo da política como vingança é próprio da luta entre clãs que disputam o patrimônio do Estado como se fosse seu.

Trata-se de sintoma claro de uma degradação da vida política em que se perdeu a noção de interesse público. A falta de compromissos com idéias e com palavras faz parte dessa crise. Ou alguém se esquece que o mesmo senhor que hoje preside o PT, ontem, como ministro da Previdência, se bateu pela aprovação de uma reforma que havia combatido antontem quando deputado

da oposição? E não foi o ex-presidente da Câmara quem disse, supostamente para justificar a mudança de posição, que naquela época estavam empenhados em "fazer a luta política", como se essa visasse simplesmente alcançar e manter o poder? Para não falar no Presidente que gaba como "sua" praticamente a mesma política econômica que, até 2002, ele dizia pejorativamente ser neoliberal, com a qual o país deveria romper, bravata que caro nos custou no ano das eleições.

É urgente combater a falta de convicções que é cínica e vulgariza a política, da mesma forma como é preciso terminar com a sustentação burocrática dos meandros processuais, que levam à impunidade. Formas democráticas sem os valores que lhes dão sustentação terminam por produzir uma lassidão moral que desmoraliza as instituições. É de lamentar não ainda a tentativa do governo e de seu partido de não ir mais fundo nas denúncias, investigando-as e, se for o caso, demonstrar que é inocente. Em vez disso, tentam jogar a culpa de tudo na oposição (que não foi autora de nada, sequer das denúncias que deram origem à crise) e na imprensa (que apenas cumpre seu dever). O governo bebe com tanta sede no pote da vingança que corre o risco de açular uma divisão profunda do país em dois blocos. Já assistimos a processo semelhante no passado, aqui e em outros países. A vítima maior é sempre a democracia. Cabe ao presidente a responsabilidade maior para evitar nova marcha da inensatez.

REQUERIMENTO Nº , de 2005

Requer **VOTO DE REPÚDIO** a declaração da professora de filosofia Marilena Chauí.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, **VOTO DE REPÚDIO** à declaração feita pela professora de filosofia da USP, Marilena Chauí, de que *“a mídia opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas”*.

A filósofa disse, ainda, que a crise que atinge o governo Lula é encomendada e foi amplificada pela ação da mídia.

JUSTIFICATIVA

O **VOTO DE REPÚDIO** que ora requeiro justifica-se pela demonstração de desprezo à liberdade de imprensa manifestada pela professora Marilena Chauí, conforme publicado na seção “frases” do jornal Folha de S. Paulo do último dia 6 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, de novembro de 2005.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**

FRASES

“A ação deles [os donos dos meios de comunicação] é pior do que a da Igreja Católica. A Igreja Católica operava pela produção visível, direta e clara do medo. Já a mídia, opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas.”

Marilena Chauí, professora de filosofia da USP, dizendo que a crise que atinge o governo Lula é encomendada e foi amplificada pela ação da mídia, ontem na **Folha**.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2005.

REQUER informações ao MINISTRO DA DEFESA, sobre viagens de aeronaves da Força Aérea Brasileira a Cuba durante o Governo Lula.

REQUEIRO, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao MINISTRO DA DEFESA, acerca do número de viagens realizadas por aviões da Força Aérea Brasileira a Cuba, durante o Governo do Presidente Lula, especificando:

- 1.- Motivo dessas viagens;
- 2.- Rotas e Planos de vôo;
- 3.- Carga declarada;
- 4.- Nomes dos passageiros transportados;
- 5.- Entre os passageiros das viagens realizadas desde janeiro de 2002, até esta data, estavam incluídos o então Chefe da Casa Civil da Presidência da República e os Senhores Delúbio Soares, Juscelino Dourado e Antonio Palocci?

JUSTIFICATIVA

Essas informações são solicitadas para que ao Congresso Nacional sejam fornecidos dados concretos sobre denúncias e notícias dando conta de que aviões da Força Aérea Brasileira teriam efetuado diversas viagens para Cuba, a partir do início do atual Governo. As informações visam a esclarecer os fatos que periodicamente vêm a público, o que é do interesse inclusive do Governo da União.

Sala das Sessões, de novembro de 2005.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Exª será atendido de acordo com o Regimento, na forma da lei e segundo orientação da nossa secretaria-executiva, Drª Cláudia.

Voltando à lista de oradores inscritos, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pacientemente esperando, e o povo brasileiro ansiosamente aguardando as palavras de S. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nem vou perder o meu tempo falando da entrevista do Presidente Lula, porque é evidente que, para chegar à condição de maior liderança popular da América Latina, como ele é, é necessário ser um homem brilhante, profundo

conhecedor da estrutura partidária, das relações políticas, das relações internas no Brasil, da relação com o Congresso Nacional. Exatamente por isto, por não compartilhar de nenhuma visão elitista e preconceituosa contra o Presidente Lula, que o acha incompetente, incapaz e pau-mandado por qualquer um outro, não tenho dúvida de que ele sabia exatamente tudo o que aconteceu. Se eu tivesse do Presidente Lula uma visão elitista e preconceituosa, eu diria que ele não sabia de nada e que operaram um esquema de corrupção durante dois anos e meio, e ele não sabia de nada.

Como eu sei que ele é um homem brilhante, a maior liderança popular da América Latina, infelizmente, patrocinou uma traição, uma traição de classe, uma traição às concepções programáticas e socialistas

acumuladas pela esquerda democrática e uma traição às bandeiras éticas hasteadas pelo PT ao longo da sua história.

Por isso, eu já disse várias vezes, e alguns aqui não acreditavam, que é o maior exemplo do mel na boca e bÍlis no coração: sorri pela frente e dá facada pelas costas. Assim, sempre preferi enfrentar, como adversário político, o Ministro José Dirceu. Aquele ali eu sei o que foi capaz de fazer contra mim. Eu sei como ele operou, inclusive com senadores poderosos, contra mim no Judiciário e em vários outros lugares também. Então, eu sei do que o Ministro José Dirceu é capaz. Agora, é o tipo de adversário, Senador Mão Santa, que olha no olho e diz: vou liquidá-lo. Então, é o tipo de adversário com quem se tem divergência gigantesca, mas tem-se a obrigação de respeitá-lo, porque não o apunhala pelas costas.

Então, esta é a diferença: ele é intolerante, truculento, olha nos seus olhos para liquidá-lo, e tem-se a opção de enfrentá-lo ou correr com medo dele. Graças a Deus, nunca tive a ânsia de correr com medo dele, mas é o tipo de adversário assim. E o Presidente Lula é mel na boca e bÍlis no coração: abraça-o sorrindo e o esfaqueia pelas costas.

No entanto, não é disso que vou falar. Vou falar sobre a área de segurança pública. Já tive a oportunidade, Presidente Mão Santa, de usar a tribuna do Senado para tratar de algo que é da responsabilidade do Congresso Nacional e, infelizmente, o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, se comportam como médiocres anexos arquitetônicos do Palácio do Planalto e não cumprem nem sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo naquilo que significa a roubalheira, a demagogia, a vigarice política, a delinqüência, não fiscaliza o Executivo naquilo que é a sua tarefa nobre, nem também na execução orçamentária.

Já tratei aqui de duas áreas pelas quais sou apaixonada e às quais me dediquei ao longo da minha vida: a educação e a saúde. Hoje, com o apoio de V. Ex^a, do Senador Arthur VirgÍlio, do Senador Agripino, da Senadora Lúcia Vânia e de vários Senadores desta Casa, estamos apresentando um requerimento para que o Senado crie um grupo de trabalho para estudar e propor medidas na área de segurança pública e na área da construção do Orçamento em 30 dias.

É claro que existe comissão permanente para fazê-lo, é claro que existe subcomissão na área de segurança pública também, mas, diante da gravidade do problema e para que não se trate o tema de forma demagógica ou fascistóide, apenas nos momentos de referendo, é importante que o Senado crie um grupo de trabalho para, em 30 dias, apresentar alternativas

concretas, inclusive para serem incluídas na construção do Orçamento, sobre a área de segurança pública.

Eu já tive oportunidade de tratar aqui da questão da criança e do adolescente. Para se ter uma idéia, um programa essencial para o chamado atendimento sócio-educativo do adolescente em conflito com a lei recebeu R\$10 milhões para três ações previstas: apoio a serviços de atendimento inicial, construção, reforma e ampliação das unidades de internação. Para o ano que vem, o projeto de orçamento excluiu duas ações, mantendo apenas uma delas. E, o que é mais grave, os R\$10 milhões que estavam previstos para todas as atividades do atendimento sócio-educativo do adolescente em conflito com a lei foram reduzidos para R\$3 milhões, e não foram viabilizados nem 5% desse montante.

Um escândalo é quando trata de todas as verbas da Subsecretaria da Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 1995, a Subsecretaria e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente deveriam receber R\$256 milhões; no entanto, tiveram autorização para usar apenas R\$54 milhões. Neste ano, a verba prevista é de R\$26 milhões e, até agora, o montante efetivamente utilizado para todas as ações, que são essenciais para o atendimento sócio-educativo do adolescente em conflito com a lei, foi de apenas 5%.

Já tratei aqui da irresponsabilidade, do misto de corrupção, insensibilidade e incapacidade do Governo. Ao mesmo tempo em que destina praticamente metade do Orçamento público para viabilizar os interesses dos parasitas sem pátria, dos gigolôs do capital financeiro, disponibilizou apenas 2% do que estava previsto no Orçamento para moradia popular e disponibilizou apenas 3% do que estava previsto para a área de saneamento.

Na área de saúde e educação também são duas vergonhas. Para investimentos em saúde estavam previstos R\$2,5 bilhões. Eles não executaram, até o mês de outubro, nem 3% do que estava efetivamente orçado. Assim sendo, Sr. Presidente, é importante, muito importante que possamos dar conta desse grupo de trabalho.

Analisando o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização da Atividade-Fim da Polícia Federal naquilo que significa combate ao crime organizado e ao tráfico ilícito de drogas, vemos que estavam previstos apenas R\$16,917 milhões. O Governo, até o mês em que estamos, novembro, viabilizou apenas a liberação de R\$48 mil, Senador Mão Santa, o que é inadmissível. Estava previsto algo que já é insignificante, estavam previstos R\$16,917 milhões, mas o Governo disponibilizou apenas R\$48 mi.

Para reaparelhamento e modernização da Polícia Rodoviária Federal, estavam previstos R\$36 milhões. Disponibilizaram, praticamente até o final do ano, apenas R\$3 milhões. Para o apoio à implantação de projetos de prevenção da violência estavam previstos R\$54,97 milhões, e o Governo liberou zero, nenhum real, nenhum centavo, a estas alturas, foi liberado.

Para a implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e Informações Criminais, estavam previstos R\$85 milhões, mas apenas R\$1 milhão foi liberado; para a implantação e modernização de estruturas físicas de unidades funcionais de segurança pública, estavam previstos R\$40 milhões, mas foram liberados apenas R\$4 milhões; para a intensificação da repressão qualificada, estavam previstos R\$23 milhões, mas foram liberados apenas R\$4 milhões; para a modernização organizacional das instituições de segurança pública da Segurança Cidadã, estavam previstos R\$10 milhões, mas foram liberados apenas R\$2 milhões e já estamos no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, prorrogamos por mais três minutos o tempo de V. Ex^a não tanto pela quantidade, mas pela qualidade do pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública, estavam previstos R\$159 milhões, mas foram liberados apenas R\$6 milhões; para o Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional para os Trabalhadores da Área de Segurança Pública, estavam previstos R\$38 milhões, mas não foram liberados nem R\$6 milhões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como meu tempo já acabou, eu vou voltar amanhã para continuar discutindo a área de segurança pública e continuar discutindo todas as alternativas que foram pensadas para as comunidades vulneráveis, para as crianças e adolescentes de risco, para os filhos da pobreza que são jogados na marginalidade como último refúgio. E aí eu não estou falando da visão elitista e preconceituosa do Presidente da República, que disse que o Programa de Renda Mínima é bom para a classe média, pois dá segurança aos filhos da classe média. Estou tratando de uma política concreta e eficaz na área de segurança pública, resgatando inclusive aquilo que foi apresentado durante a campanha eleitoral e que foi abandonado.

O Governo, que destina tantos recursos para os banqueiros, para os parasitas sem pátria do Fundo Monetário Internacional, não tem nenhuma condição de cumprir sequer o orçamento que o próprio Governo encaminhou ao Congresso Nacional.

Continuarei amanhã, Sr. Presidente, para delimitar determinadas questões que são essenciais para a área de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, de acordo com o Regimento, à Liderança do Governo, que acabou de se inscrever. Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante do PT de São Paulo.

Regimentalmente, V. Ex^a dispõe de cinco minutos, mas, assim como aconteceu com todos os que o antecederam, V. Ex^a terá esse prazo prorrogado por mais três minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de saudar a iniciativa do programa Roda Vida, que, na comemoração dos mil programas, fez um programa especial, convidando para a argüição alguns dos jornalistas que o presidiram ao longo de sua história. Trata-se de um programa que entrevistou as principais personalidades da vida pública, cultural, científica e política do País, inclusive figuras internacionais de grande projeção, e fez a deferência de celebrar esse aniversário com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Faço essa saudação chamando a atenção para o fato de que a democracia brasileira permite, neste momento, que ao Presidente da República todo e qualquer tema possa ser apresentado. Os jornalistas perguntaram sobre tudo o que tinham interesse, e o Presidente respondeu tudo o que foi perguntado. Respondeu com transparência, com firmeza e, sobretudo, com sinceridade, que é a característica de sua personalidade e de sua história – é uma marca indispensável, eu diria, de toda a trajetória do Presidente Lula.

Parece-me que algumas das questões que foram expostas são as questões mais importantes do debate político. A primeira é que poucas vezes na história do Brasil se viveu um clima de liberdade, de apuração, de investigação, com muitas CPIs criadas – o que era muito difícil num período recente do Brasil – e a ativa participação de outras instituições. E essas investigações – o próprio Presidente chegou a mencionar outras experiências, como a italiana, que desencadeou processos dolorosos – ajudam a aprimorar a democracia, a aumentar a transparência, a criar novos mecanismos de controle. Essas investigações, seguramente, vão contribuir para aprimorar a vida pública e particular, o Estado brasileiro.

Eu diria que a reforma política é indispensável, e o Presidente defendeu isso ontem. É lamentável que não tenhamos conseguido aprovar no Congresso Nacional, em particular na Câmara dos Deputados, uma

reforma política que reduzisse o custo de campanha, acabasse com o caixa dois, desse transparência absoluta às eleições, discutisse a alternativa do financiamento público e avançasse nessa questão, que é uma grande questão democrática mal resolvida no Brasil e, eu diria, não resolvida ainda nas principais democracias do mundo.

O Presidente falou também, com muita firmeza e com muita transparência, sobre o Partido dos Trabalhadores, o partido que ele ajudou a construir num quadro de muitas adversidades e sacrifícios. Falou que os valores construídos ao longo da história do PT, de ética na política, de transparência, de controle, de participação democrática, ficaram arranhados, prejudicados pelas atitudes de alguns dirigentes partidários, que tomaram decisões, especialmente na gestão financeira do partido, sem o conhecimento das instâncias partidárias, sem o debate democrático e, portanto, comprometendo a nossa trajetória e o patrimônio extremamente relevante que deu ao PT o papel proeminente que tem na vida política nacional.

O partido está tomando as suas providências, dirigentes já foram afastados, expulsos ou saíram das funções que desempenhavam, e o Congresso Nacional, através das CPIs, está investigando, com rigor e com profundidade, as denúncias, para que todos os que tiverem praticando qualquer tipo de ilicitude paguem. O Presidente destacou também que se deve ter a mesma coragem para preservar aqueles que foram denunciados, muitas vezes de forma açodada, sem as provas documentais, testemunhais. Os injustiçados têm de ser inocentados com o mesmo vigor, o que representa um desafio para o Congresso Nacional, em particular para as CPIs que estão ainda concluindo o seu trabalho de apuração.

Queria destacar que 20% das perguntas feitas ao Presidente diziam respeito à economia do País. É muito importante que essas investigações sejam feitas preservando a estabilidade econômica do País, com muita responsabilidade pública, porque na história do Brasil nunca teve bons resultados a política do “quanto pior melhor”.

Se analisarmos especialmente a gestão do Ministro Antonio Palocci, veremos que não há uma única denúncia em relação a gestão. Mais do que isso, há um reconhecimento de todos os setores; um reconhecimento tardio especialmente daqueles que apostavam no caos, que a economia brasileira melhorou muito. Todos os indicadores mais relevantes avançaram nesses dois anos e dois meses.

O Brasil tem, hoje, recorde de exportação; praticamente dobrou o volume de exportações de 2002 para 2005. Dobrou de US\$60 bilhões para US\$118 bi-

lhões, com um superávit comercial que jamais tivemos na história do Brasil, de US\$42 bilhões de dólares. E isso recompôs as reservas cambiais. É o que permite, hoje, que o Brasil não seja atacado, especulativamente, pelo sistema financeiro globalizado, como aconteceu em todas as crises políticas anteriores.

O Brasil tem solidez nas contas externas, tem solidez também na recuperação da economia. Tivemos a melhor taxa de crescimento econômico, no ano passado, dos últimos dez anos no País. Estamos crescendo e vamos crescer ainda mais em 2006, porque todos os indicadores apontam nessa direção.

O País tem hoje a terceira menor taxa de inflação da história do pós-guerra em 50 anos de história econômica do Brasil. Não só a terceira menor taxa de inflação, como teve deflação na cesta básica durante cinco meses, aumentando o poder de compra da população de baixa renda.

É por isso que o salário real cresceu. Cresceu o salário mínimo, recompondo o poder de compra da população junto com uma geração de empregos, que supera 3,6 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada contra 750 mil do Governo anterior. Mesmo que tenha mudado a metodologia – e foi o Governo anterior que mudou –, é incomparável o volume de empregos que foi gerado, melhorando a qualidade do mercado de trabalho, e 89% das categorias profissionais tiveram reajuste salarial acima da inflação, o que não acontecia há nove anos neste País.

Recuperação do salário, inflação sob controle, melhora no poder de compra da população de baixa renda, solidez nas contas externas, melhora nas contas públicas e um sacrifício brutal do Governo em fazer um superávit primário. E este Governo, em nenhum momento, enveredou pelo populismo econômico, mesmo nos momentos mais difíceis da crise política, o que é uma tradição latino-americana, buscar saída rápida pela economia para fugir das restrições políticas que algumas circunstâncias impõem. Não! O Governo manteve credibilidade e superávit primário para reduzir a dívida pública, para poder baixar a taxa de juros, que está caindo, mas que ainda é muito alta, e para poder reduzir a carga tributária que ainda é muito alta, a fim de que o País possa voltar a crescer de forma acelerada, como o passado mostra as condições e o potencial econômico que este País tem.

É por isso que o Ministro Palocci é um homem importante para o País, e é por isso que ele é atacado neste momento, de uma forma, eu diria, muitas vezes inaceitável, porque não há denúncia sobre a sua gestão e o seu desempenho. O debate que este País tem que fazer é sobre o rumo da economia, sobre ajustes que possam ser feitos, mas é preciso reconhecer o esforço,

o resultado e as realizações e que essas investigações sejam feitas sem proteger ou poupar quem quer que seja, e o Governo, em nenhum momento, tem poupado quem quer que seja. Ele quer transparência, quer procedimentos, critérios e que tudo seja investigado, mas que a economia seja preservada, que a figura do Ministro da Fazenda seja preservada, o que é muito importante para a estabilidade econômica.

Quero aqui elogiar a atitude de alguns Senadores da Oposição que têm demonstrado, em todo esse processo, o papel da Oposição, que é de fiscalizar, cobrar, atacar, às vezes injustamente, muitas vezes, eu diria, com exorbitância verbal, para usar um adjetivo apropriado, muitas vezes de forma injustificada, com açodamentos, mas com responsabilidade pública nos temas fundamentais, em particular naquilo que diz respeito à economia do Brasil.

Por isso, o Ministro, assim como nenhum outro deste Governo, nunca se furtou a esclarecer o que quer que seja, mas o que tem sido posto na mesa são atos anteriores a sua gestão, com relação à sua administração – por sinal, ele foi reeleito com dois terços de votos na cidade.

Enfim, é muito importante que mantenhamos o equilíbrio e a serenidade, preservemos a economia, respeitemos o trabalho feito e coloquemos o debate e a necessidade de esclarecimentos nos foros adequados. Tenho certeza de que encontraremos esses mecanismos no âmbito do Congresso Nacional.

Quero concluir, portanto, chamando a Oposição para que as investigações, além de preservarem a economia, não paralitem a agenda do Congresso Nacional. Particularmente, na Câmara, as votações têm sido muito lentas. A reforma político-partidária não avançou; a reforma eleitoral não foi concluída. Com relação à reforma tributária, tive uma reunião hoje com prefeitos do País inteiro, com o Ministro da Fazenda, pedindo-a, porque se trata de elemento de fortalecimento dos Municípios, de desenvolvimento regional. Também não foi concluída, na Câmara dos Deputados, a Lei de Regulação Econômica.

Também no Senado, temos matérias, como o novo manejo das florestas públicas, que foi aprovado, por unanimidade, nas Comissões, precisando vir agora a plenário e fazermos um acordo de urgência entre os Líderes desta Casa.

E a medida provisória de unificação das receitas, que não é propriamente uma super-receita, porque a receita da Previdência e a tributária são as mesmas. Não há uma super-receita, o que há é uma integração sistêmica que vai simplificar a vida do contribuinte, visto que ele vai ter um único prestador de contas.

Dez escritórios já foram criados nessa unificação, facilitando a vida do cidadão e das empresas, racionalizando sistemas únicos de informática, melhor atendimento ao público, aumento da capacidade e, portanto, da eficiência. Além disso, valorizam-se também as principais carreiras da Receita, que estão satisfeitas com o resultado das negociações. Mas a Câmara dos Deputados ficou noventa dias com esse projeto, que chegará ao Senado Federal, mais uma vez, tardiamente. Portanto, faço um apelo às Lideranças da Oposição para que se debrucem desde agora para que, semana que vem, possamos aprovar essa medida provisória já aprovada na Câmara – e seguramente o será.

O País precisa de responsabilidade fiscal, precisa de aprimoramento da Receita, precisa não duplicar esforços, racionalizar, simplificar, o que só é possível com o diálogo, com a negociação.

Seria melhor que fosse um projeto de lei, mas nenhum projeto de lei importante tem conseguido evoluir na Câmara dos Deputados ao longo deste último semestre. Houve uma crise político-parlamentar muito delicada que tem resultado em baixa produção legislativa. O País não pode parar. E como o Governo precisa governar, assim tem feito por intermédio de medidas provisórias.

Peço em particular aos Senadores que tratam de matéria tributária, como o Senador Rodolpho Tourinho, Senador Tasso Jereissati e Senador Romero Jucá, que se debrucem sobre esse tema para que os partidos possam tratar com profundidade e com consistência do assunto e aprovar essa medida provisória que é muito importante para a gestão fiscal e tributária da nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer um brevíssimo registro. V. Ex^a, como médico, sabe exatamente do que vou falar.

Nas galerias, estão os trabalhadores de serviços contratados em caráter temporário pela Funasa e, desde 1989, pela Sucam. São trabalhadores do setor público que prestam serviço de alto risco, com probabilidade de agravos à saúde individual muito grande em função da utilização freqüente de inseticidas, inclusive no combate à dengue.

Esses trabalhadores, mais conhecidos, pela opinião pública, como mata-mosquitos, estão tanto na Câmara dos Deputados, tentando a regularização

definitiva de sua situação funcional, por meio de um projeto de lei que tramita naquela Casa, como também tentando, por meio da MP nº 259, a prorrogação dos serviços contratados em caráter temporário.

Tenho certeza de que V. Ex^a e todos aqueles que são da área de saúde de forma geral sabem como esses trabalhadores merecem uma saudação especial. Eles trabalham em condições de alto risco. Sua situação funcional está indefinida. Muitos deles, desde 1989, com problemas de doenças crônicas degenerativas muito grandes. Não poderíamos deixar de prestar nossa solidariedade e nosso carinho a esses trabalhadores contratados para serviço temporário, conhecidos como mata-mosquitos, especialmente da cidade do Rio de Janeiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Solidarizamos-nos com a sensibilidade da Senadora Heloísa Helena.

Segundo o espírito da lei, nosso entendimento é o de que, se há usucapião da terra, também assim deve ser com o empregado que já luta e promove saúde há muito tempo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antero Paes de Barros, do PSDB do Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como já são 17 horas, pergunto pela Ordem do Dia, até porque temos um acordo e votaremos a primeira medida provisória que beneficia inúmeros funcionários da Funasa. Conseqüentemente, não nos poderemos retardar.

Depois do discurso do Senador Antero Paes de Barros, deveríamos dar início à Ordem do Dia. Peço a V. Ex^a que o faça.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito oportuna a intervenção do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Estamos aguardando o Presidente do Senado que já avisou que dará início à Ordem do Dia.

Enquanto aguardamos a chegada de S. Ex^a, ouviremos a palavra do Senador Antero Paes de Barros, do PSDB.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma opinião e uma preocupação com relação à diminuição dos poderes do Congresso Nacional e do

Senado da República pelo Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Vou relatar o porquê.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos está sonegando informações à CPMI dos Correios, portanto ao Congresso Nacional, sobre os doleiros que fizeram depósitos milionários na conta bancária do publicitário Duda Mendonça, nos Estados Unidos.

As informações recebidas pelo Ministério da Justiça de autoridades americanas não foram repassadas à CPMI dos Correios. E, antes de elas chegarem ao Brasil, o que disse o Ministro da Justiça à imprensa brasileira? Que elas não seriam transmitidas à CPMI dos Correios, porque assim recomendava a Procuradoria de Nova Iorque, em função de que uma outra CPMI – a do Banestado, a qual presidi – havia vazado informações que chegaram dos Estados Unidos.

Mentiu o Ministro à época; mente o Ministro agora. O Senado da República, o Congresso Nacional, a CPMI não têm ainda, até este instante, as informações que estão em território brasileiro, apesar de terem poderes judiciais para requisitá-las.

Entretanto, Sr. Presidente, está publicado na edição de hoje do jornal **Folha de S. Paulo**: “Doleiro de Minas enviou recursos a Duda Mendonça”. Portanto, o vazamento não é da CPMI. Isso já havia acontecido na CPMI do Banestado. A repórter Andréa Michael publica hoje, na imprensa brasileira, informações que o Ministro se nega a conceder a uma CPMI do Congresso Nacional.

As informações da jornalista relatam que o doleiro Jader Kalid Antônio, dono da conta Kanton, depositou US\$131 mil para o publicitário da campanha de Lula.

É incrível e absurdo que o Ministro da Justiça se negue a fornecer ao Congresso sigilosamente as informações que só S. Ex^a tinha e que estão hoje na imprensa brasileira! E continua essa farsa.

O Presidente Lula diz o seguinte: “Se a CPMI não descobrir a origem dos depósitos, terá falhado”. Ora, usam o Ministro da Justiça para passar por cima de uma atribuição constitucional do Congresso brasileiro, visando sonegar informações e impedir que a CPMI conheça os dados oficiais!

Está absurdamente na cara que o Governo brasileiro opera para prejudicar os trabalhos da CPMI, a fim de que a Comissão não descubra quem depositou na conta do Duda Mendonça e, assim, impedir as investigações. O Sr. Lula continua tentando ressuscitar a Velhinha de Taubaté, como fez em recente entrevista...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – (...) ao afirmar que não viu corrupções no Governo,

que não viu mensalão, que não viu corrupção de Waldomiro Diniz...

São dados graves, Sr. Presidente.

A CPMI tem poderes judiciais, mas o Ministro da Justiça está criando um conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo. Por quê? Qual Polícia o Presidente da CPMI vai convocar para fazer uma busca e apreensão e trazer os documentos que estão no Ministério da Justiça? Vai pedir à Polícia Federal para buscar os documentos que estão sob a guarda do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que revela apenas o que quer para a imprensa e não os entrega oficialmente ao Congresso brasileiro?

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a, com muita competência e conhecimento, traz à Casa uma preocupação de relevância: trata-se de defender prerrogativas do Congresso Nacional, que tem na CPMI um instituto da maior importância para a fiscalização do Poder Executivo. Desde o início dos trabalhos da CPMI, o Governo procura blindar pessoas e preservar determinados setores, dificultando o trabalho de investigação política. Desde o início o Governo procura obstruir os trabalhos ao negar informações importantes, ou retardar procedimentos. Não estabelece a interação necessária com o Poder Legislativo para que a investigação alcance sucesso. E é por essa razão, Senador Antero Paes de Barros, que, mais uma vez, na entrevista de ontem, o Presidente fala em denunciamento e em falta de provas e afirma desejar a investigação, mas não aceita só a investigação da CPMI. Sua Excelência afirma: “Vamos esperar a conclusão da CPMI, vamos aguardar o trabalho do Ministério Público e o julgamento pelo Poder Judiciário”. Ou seja, o Presidente não quer ser julgado em tempo. É evidente que levará anos para se chegar ao julgamento pelo Poder Judiciário. Para o Presidente não basta a CPMI porque ela concluirá os trabalhos antes das eleições do ano que vem e Sua Excelência não quer ser julgado antes das eleições do ano que vem. É por essa razão, Senador Antero Paes de Barros, que, se eu tivesse de escolher um patrono para o Presidente Lula na entrevista de ontem, escolheria o carpinteiro Gepeto, o construtor do boneco de madeira tão conhecido de todos nós.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte esclarecedor e quero dar um testemunho histórico que, embora a imprensa tenha acompanhado, talvez esteja passando despercebido.

Esta não é a primeira vez que o Ministro Márcio Thomaz Bastos age assim. Repito o que já disse aqui outras vezes: sou estudante de Direito e vejo que,

principalmente nas matérias penais, o Ministro é muito citado como um brilhante criminalista. Contudo, S. Ex^a está sendo pago pelo contribuinte brasileiro para ser o Ministro da Justiça do Brasil e não defensor de bandidos, no exercício do cargo de Ministro da Justiça, com a intenção de impedir que o Brasil tenha conhecimento de dados importantes requisitados por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Lembro-me de que o Senador Heráclito Fortes era um dos mais assíduos freqüentadores da CPMI do Banestado. Nós sofremos isso lá também. Estou trazendo um documento de que a imprensa já teve conhecimento – talvez não tivesse divulgado à época –, de 25 de março de 2004, quando discutíamos a convocação do Dr. Paulo Salim Maluf. Houve eleições em 2004, e o PT fez um compromisso com o Maluf, o PT tinha “malufado” em São Paulo e usava o Maluf como candidato B na disputa contra José Serra.

Existiam informações de que os documentos, oriundos da Suíça, do Paulo Maluf, chegaram ao Brasil. Nós os pedimos ao Ministério Público Federal, pedimos à Juíza Federal, em São Paulo, e pedimos ao Procurador-Geral da República. No dia 25 de março, o Ministério da Justiça do Brasil manda ao Procurador da República, em São Paulo, Pedro Barbosa Neto, um Ofício, de nº 160/2004, assinado pelo Sr. Antenor Pereira Madruga Filho, por meio do qual orienta o Ministério Público Federal e, posteriormente, o Juiz Federal a não ceder os documentos do Sr. Paulo Maluf à CPMI do Banestado. Tanto em relação àquele episódio como a este, agora – V. Ex^{as} se lembram –, a Rede Globo divulgou todas as informações, em uma reportagem jornalística, brilhante, do repórter Cesar Tralli, sobre os documentos da Suíça, aos quais a CPMI não teve acesso.

O Sr. Márcio Thomaz Bastos ultrapassou todos – rigorosamente, todos – os limites. Ele não tem poder para tratar o Congresso brasileiro dessa forma. Se os documentos estão no Brasil, ele tem de se subordinar ao Direito positivo brasileiro; e, no Direito positivo brasileiro, a CPI tem poderes judiciais e pode requisitar esses documentos.

Está mais do que na cara que há uma farsa montada por um criminalista brilhante que deturpa as suas funções. Foi ele o criador dessa teoria do caixa dois, quando o Lula estava viajando, nos Estados Unidos, ocasião em que concedeu aquela entrevista para uma repórter – aquela foca –, que não sabia se o chamava de excelência, de senhor ou de você!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Em Paris.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Em Paris. E, de lá pra cá, o que o Lula falou naquela entrevista passou a ser o roteiro, a bússola

para o Delúbio e para o Marcos Valério, o que supõe que o Ministério da Justiça está se ocupando da defesa dessa turma. Deveria se preocupar em prender essa turma, e não em defendê-la.

É lamentável, Sr. Presidente, que tenhamos de fazer este registro aqui, no Congresso Nacional.

Existem parlamentares do PSDB que estão querendo tomar a iniciativa de convocar o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Vou pedir à assessoria jurídica do Senado para, além de convocá-lo – isto, eu não farei, porque não integro a CPMI dos Correios, mas defendo que o PSDB o faça – para dar explicações a esta Casa, estudar a possibilidade de crime de responsabilidade em relação ao Sr. Ministro, que sonega, claramente, à luz do dia, informações ao Congresso Nacional, a uma CPMI instalada, ao mesmo tempo em que deixa vaziar apenas informações do seu interesse à imprensa brasileira.

Portanto, está demonstrado que quem permite o vazamento de informações não é a CPMI. Antes de os documentos chegarem à CPMI, as informações ali contidas já vazaram – como já vazaram as informações de todos os outros documentos e não chegaram – do Sr. Paulo Salim Maluf.

É triste que o Sr. Márcio Thomaz Bastos utilize a sua inteligência como advogado criminalista para defender esse bando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Vamos dar continuidade à sessão.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL do Estado da Bahia.

Regimentalmente, V. Ex^a tem cinco minutos. Está inscrito para fazer uma comunicação inadiável. Depois, falará o Senador de Santa Catarina, Leonel Pavan.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, estamos preparando, hoje, um substitutivo para o Estatuto da Igualdade Racial, a ser encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda hoje, que prevê, efetivamente, não a incorporação das emendas separadamente, mas a criação de um substitutivo.

Eu queria trazer este assunto à Casa, porque, desde o começo, eu havia afirmado que não faria um substitutivo, mas, simplesmente, incorporaria ao projeto do Senador Paim – cujo projeto o acompanha desde a época em que era Deputado – emendas. Eu nunca faria um substitutivo que desfigurasse, de alguma forma, o projeto da autoria dele.

Ao longo do tempo em que fomos Relator na Comissão de Assuntos Sociais, tivemos apenas o trabalho de fazer audiências públicas, como fizemos na Bahia, na sede do Ilê Aiyê, uma grande audiência pública, de

várias horas. Ouvimos todas as lideranças afro-brasileiras a fim de incorporar, sobretudo, dois temas que não estavam ainda dentro do projeto do Estatuto da Igualdade Racial. O primeiro era a questão da religião, de matriz africana, evidentemente de grande importância, no caso da Bahia, pela própria população afro-brasileira. É o Estado que possui o maior contingente. E, o segundo, em relação à mulher.

Então, foram dois aspectos colocados no projeto e para os quais recebemos uma grande contribuição no Estado.

Ontem, houve uma reunião com outras lideranças de todos os movimentos, aqui, em Brasília, e, também, com o Governo e representantes do Ministério, no sentido de se buscar um documento que, efetivamente, pudesse ser aprovado, ainda este mês, aqui, no Senado, e que contivesse evidentemente o máximo possível de uma visão convergente para vários aspectos que, entendemos, podem ser discutidos. Há alguns aspectos que podem ser objeto de opiniões diferentes, mas buscamos chegar a esse ponto e, efetivamente, chegamos.

É dessa forma que estamos encaminhando, então, hoje, esse substitutivo.

Eu não poderia também deixar de mencionar que, na reunião de ontem, houve dois pontos muito discutidos: a questão das quotas e a questão do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que não pôde ser instituído, como todos os movimentos queriam, tendo em vista que o parlamentar não pode criar despesas, não pode criar nenhum tipo de fundo. Isso tem de ser feito por intermédio do Governo.

Mesmo aquela versão, que existia como Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, mas com caráter autorizativo, foi modificada para uma visão mais consistente, mais detalhada daquilo que precisa ser discutido e feito.

De forma que é com muita satisfação que anuncio hoje, aqui, o encaminhamento desse projeto para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; projeto esse também que, na sua fase na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, teve como Relator o Senador César Borges, que deu uma grande contribuição ao projeto.

Entendemos que o projeto é de grande importância para que as desigualdades existentes hoje sejam diminuídas neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leonel Pavan, do Estado de Santa Catarina, para fazer uma comunicação inadiável.

Lembro ao grande Secretário-Geral, Raimundo Carreiro da Silva, que já estão chegando reclamações sobre o funcionamento do som do Senado. V. Ex^a, que tão bem zela por esta Casa há 37 anos, sendo o servidor-padrão do nosso País, saberá tomar as devidas cabíveis.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, ouvimos, hoje, inúmeros pronunciamentos, manifestações, referentes à participação do Presidente Lula na TV Cultura, no Programa “Roda Viva”.

É claro que alguns que defendem o Governo encontraram alguns pontos positivos na entrevista do Presidente – e não poderia ser diferente. Imaginem se, unanimemente, acreditassem que o que o Presidente falou não condiz com a verdade. Ouvimos o Presidente dizer que está fazendo um governo para os pobres – e hoje ouvimos aqui o pronunciamento do Senador Mão Santa, a quem inclusive aparteei. O que diríamos se Sua Excelência estivesse fazendo, e dissesse que estava fazendo, um governo para os ricos?

Não é possível que o Presidente Lula, que se elegeu prometendo moradia, prometendo fazer investimentos justamente nas áreas mais pobres do Brasil, prometendo dar um salário digno, criar dez milhões de empregos, criar o maior programa social, o Fome Zero, e não deixar mais ninguém com fome no Brasil, não é possível que Sua Excelência, que se elegeu por causa de todas essas propostas – repito –, não veja a enorme quantidade de pessoas que ainda estão embaixo de pontes, que estão sem comida, portanto, com fome, sem casa, sem emprego e com salários baixos! Não é possível que um Presidente que se elegeu por causa de todos esses projetos vá à imprensa dizer que o seu Governo é dos pobres. Como, se nos deparemos com pobres em todos os cantos do nosso País? Certamente, o Presidente Lula não tem percorrido o interior do nosso Brasil. Sua Excelência tem viajado, sim, mas para a Europa, tem visitado países asiáticos, tem mantido relações com o Presidente Bush, mas Sua Excelência não tem, realmente, visitado o interior do Brasil! E, quando o faz, é blindado, não consegue manter contato com o povo pobre, com o povo faminto, sem teto, sem terra. Sabemos que Sua Excelência está sendo blindado.

Na verdade, o que estou querendo dizer é que quem tem contato com os pobres são os nossos Vereadores e os nossos Prefeitos, que hoje aqui estão, buscando, junto a Senadores e Deputados Federais, a aprovação de suas emendas, que não foram aprovadas no Orçamento. Eles buscam recursos para...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... saneamento, habitação, investimentos na área social e construção de abrigos para idosos. Mesmo que tenham sido aprovadas no Orçamento, infelizmente, os Prefeitos vêm até aqui para reclamarem, Senador Mão Santa, porque aquilo que divulgaram em seus Municípios, ou seja, que seriam atendidos em seus pleitos, até agora não aconteceu. O ano está findando, está terminando, inclusive já estamos discutindo e apresentando novas propostas para as emendas do ano vindouro, e sequer as emendas para este ano foram liberadas – as do ano passado seriam liberadas este ano.

Sr. Presidente, gostaria imensamente que o Presidente Lula pelo menos não discriminasse a Oposição, que o tem respeitado, que não faz oposição como o PT fazia no passado do “quanto pior, melhor”. Não estamos pedindo o **impeachment** do Presidente, mas alertando Sua Excelência para os problemas causados pelos integrantes do seu Governo; estamos alertando o Presidente do que ocorreu, do que está ocorrendo e do que ainda poderá ocorrer com o seu Governo.

Não é possível que discrimine este Senador, o Senador Mão Santa, o Senador Alvaro Dias! Não é possível! Queremos que as nossas emendas sejam liberadas para atendermos Prefeitos do PT, do PFL, do PMDB, do PSDB, enfim, de todos os Partidos. Queremos que as nossas emendas sejam liberadas urgentemente, porque os Prefeitos precisam dar respostas à sociedade, às comunidades que eles governam.

É esse o apelo que faço ao Presidente,

Não apostamos no “quanto pior, melhor”; apostamos, sim, nos Municípios; apostamos, sim, naqueles que governam com seriedade. É preciso que nós, da Oposição, que não apostamos no “quanto pior, melhor”, sejamos atendidos, para aí, sim, investirmos nos pobres, coisa que este Governo até agora não fez. Quem tem contato com os pobres deste País são os Prefeitos e os Vereadores, e, para que possam investir na pobreza, é preciso que essas emendas sejam liberadas.

Fica aqui o meu protesto...

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permitame, Senador Mão Santa, conceder o aparte ao nobre Senador Jorge Bornhausen?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Comunico que prorroguei o tempo de V. Ex^a por dois minutos, em atenção ao Senador Jorge Bornhausen e a V. Ex^a, para que conclua o seu discurso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Concorde integralmente com V. Ex^a, quer na questão da libe-

ração das emendas, quer na questão do atendimento aos Prefeitos brasileiros, independentemente de suas preferências e filiações partidárias. Quero colocar aqui, para também contribuir com o discurso tão oportuno de V. Ex^a, que existem duas ações que têm de ser imediatamente respondidas pelo Governo em relação ao Fundo de Participação de Estados e Municípios. A primeira é a complementação da votação na Câmara dos Deputados do aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios, que está dependendo de um sinal do Palácio do Governo para que se concretize – e que tem de ser dado –, para que os Prefeitos tenham, no final do ano, condições de cumprirem com as suas obrigações. A segunda é fazer um protesto veemente contra a utilização da parte de Estados e Municípios do Refis 2, que continua retida pelo Governo Federal, conforme constatação do Tribunal de Contas da União, e que ela venha, em vez de ser parte do superávit primário, efetivamente e legalmente compor o Fundo de Estado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Só aí temos R\$2 bilhões, que poderiam ajudar os Municípios e os Estados brasileiros.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Encerro minhas palavras, Sr. Presidente Mão Santa, e agradeço o aparte do Senador Jorge Bornhausen, catarinense também, que tem a mesma sensibilidade com relação aos Municípios do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos ao orador, que concluiu no tempo previsto.

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, para uma comunicação inadiável, Senador pelo PSDB, representante do Estado do Paraná, Alvaro Dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição, pelo PFL, para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido.

É com muita honra que passo a Presidência àquele que deve exercer a Presidência de direito e de fato, o Senador Renan Calheiros.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dever de fazer oposição – confesso – não me impede de ter desejado, no dia de ontem, ver na televisão, falando aos brasileiros no programa Roda Viva, um verdadeiro estadista. Mas, infelizmente, não foi o que vimos. Por essa razão, no aparte que concedi ao Senador Antero Paes de Barros, eu disse que se tivesse de eleger um patrono para o Presidente Lula na entrevista de ontem escolheria o solitário carpinteiro Gepeto, construtor do boneco de madeira tão conhecido de todos nós, brasileiros. Às vezes, fico a imaginar que o Presidente fala com boas intenções. É difícil acreditar, mas, em alguns momentos, imagino que fala com sinceridade, como ouvi aqui, na tarde de hoje, e que a causa seria a orientação de seus assessores. Seriam seus assessores que não estariam dizendo a ele a verdade? Seriam seus conselheiros que estariam dele escondendo os fatos? Porque o Presidente da República continua afirmando que não existem provas de corrupção em seu Governo. No dia de ontem, avançou um pouco e assumiu a responsabilidade. Diz que é responsável, sim. Que bom que tenha assumido o Presidente essa responsabilidade. Avançou um pouco ao considerar intolerável o caixa dois, já que na entrevista de Paris havia banalizado o caixa dois, alegando ser prática comum em todas as campanhas eleitorais no País.

O Presidente ignora a existência de provas, e elas são tantas e tão importantes que não poderia Sua Excelência ignorá-las. Ignora o Presidente a existência de réus confessos. Quantos já confessaram? Desde Marcos Valério, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Duda Mendonça, Maurício Marinho, Roberto Jefferson e tantos outros confessaram, alguns até renunciando aos mandatos. Mas o Presidente prefere dizer que não existem provas.

As provas estão recolhidas à CPMI dos Correios na constatação de contratos superfaturados, de licitações fraudadas, de aditivos que extrapolam os limites possibilitados pela legislação, não só nesse caso do repasse pelo Banco do Brasil de recursos oriundos da Visanet(*) para atender às agências de Marcos Valério e, a partir delas, ao caixa do PT, com o empréstimo de R\$10 milhões.

O Presidente disse que o “mensalão” não existe, mas os Parlamentares acusados já estão sendo julgados pela Câmara dos Deputados. Enfim, o Presidente disse que não há provas e que espera a investigação da CPI, a investigação do Ministério Público e, depois, o julgamento pelo Poder Judiciário. Sinaliza o Presidente da República que só admitirá aceitar as conclusões que forem estabelecidas pelo Poder Judiciário no julgamento definitivo.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que isso escapa às eleições do ano que vem. É evidente que esperamos anos para que o Poder Judiciário julgue, absolvendo ou condenando. Portanto, o Presidente da República escaparia desse julgamento antes das eleições do ano que vem, o que realmente ele deseja.

Mais uma vez, o Presidente manipulou dados e números para confundir e comemorar feitos que realmente não cabe comemorar. O Presidente destaca o crescimento da economia como se fosse uma obra fantástica do seu Governo, como se fosse realmente o tal espetáculo do crescimento, alardeado por ele em várias oportunidades.

Ora, como pode um País, como o nosso, com potencialidades extraordinárias, comemorar crescimento econômico inferior ao crescimento de Cuba? E o próprio Presidente dizia ontem que Cuba é um país miserável. Mas Cuba cresce mais do que o Brasil. A Nicarágua cresce mais do que o Brasil. O Paraguai cresce mais do que o Brasil. Todos os países da América Latina crescem mais do que o nosso. E o Presidente Lula comemora o crescimento.

O Líder do Governo utiliza premissas equivocadas e parâmetros errados para estabelecer comparações com Governos que antecederam o Governo do Presidente Lula. Essa comparação, decididamente, não é honesta. Não há como comparar, partindo de premissas equivocadas. Não há, Senador Alberto Silva, como comparar, partindo de parâmetros absurdos, como se faz atualmente para proclamar êxitos de uma política econômica que não é nova, de uma política econômica que não inova, de uma política econômica que não é criação do atual Governo.

O Presidente Lula também destaca os feitos da sua política social, referindo-se ao Bolsa Família(*) e ao Bolsa Escola(*). Mas é preciso destacar que o Presidente Lula investe menos na área social do que o Governo que o antecedeu.

E não estou dizendo que o Governo que antecedeu o Presidente Lula investia o suficiente, o necessário. Estou dizendo que um estudo feito pelo economista Márcio Pochmann*, da Universidade de Campinas, Unicamp – ele que é petista e foi Secretário do Trabalho da Prefeitura de São Paulo; um estudo, portanto, insuspeito –, revela que, em 2003, o Governo Lula investiu R\$9,9 bilhões a menos do que o Governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 2001. Portanto, quase R\$10 bilhões de investimentos sociais a menos em um ano do que no Governo anterior. Mas o Presidente Lula quer ser comparado exatamente por esses feitos com aqueles que o antecederam.

Para finalizar, Sr. Presidente, o Presidente da República considerou um despropósito, uma fantasia a denúncia referente a recursos de Cuba para sua campanha presidencial. Mas os indícios são comprometedores, as provas testemunhais não podem ser desqualificadas. Exatamente aqueles que assessoraram o Ministro Palocci, durante muito tempo, enquanto coordenador da campanha do Presidente Lula. Não podem ser desqualificados quando denunciam e apresentam indícios comprometedores de que recursos foram realmente transportados de Brasília até o interior de São Paulo, originários de Cuba. É preciso esclarecer. Como Oposição, não temos o direito de julgar precipitadamente, mas temos o dever de exigir que explicações cabais e definitivas sejam oferecidas ao povo brasileiro.

Para finalizar, Sr. Presidente, parece-me que o Presidente Lula demonstrou uma lealdade exagerada ao seu amigo, ao seu companheiro de Partido, o ex-Ministro José Dirceu, ao defini-lo como paradigma de político. Infelizmente, não podemos aceitar como paradigma de político alguém que está prestes a ter o seu mandato cassado em razão da quebra do decoro parlamentar. Não caberia ao Presidente da República oferecer como exemplo ao País exatamente este paradigma. Não pode ser tomado como paradigma, não pode ser recolhido como exemplo. Não pode ser visto como sinalização de uma política à altura das expectativas da Nação alguém que responde a processo por quebra do decoro parlamentar, exatamente por ter sido indicado como o arquiteto principal desse esquema sofisticado, complexo e organizado de corrupção que provoca grande indignação em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, lamentavelmente, não vimos ontem, na televisão, o estadista que todos nós desejávamos ver.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às nove horas, para votarmos créditos suplementares especiais, apreciarmos vetos e também o PPA.

Comunico à Casa que mandei ofício ao Exm^o Sr. Ministro da Justiça reiterando as providências urgentes e necessárias que o assunto requer, com vistas a preservar as garantias constitucionais asseguradas aos Srs. Senadores e Senadoras, especialmente nas

questões levantadas neste plenário pelo Senador Arthur Virgílio e pela Senadora Heloísa Helena.

São os seguintes os ofícios:

SF Nº 2.618/2005

Brasília, 8 de novembro de 2005

Senhor Ministro,

No dia 26 de julho do corrente ano, o Senhor Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, determinou a juntada, ao processado da Petição nº 7, de 2005, do Ofício SF/GSHH nº 155/05, da Senadora Heloísa Helena, datado de 25 de julho de 2005, no qual S.Exa. solicita “providências junto à Polícia Federal e demais órgãos pertinentes”, no sentido do monitoramento de seus telefones, tendo em vista fatos relatados em seu pronunciamento feito na Sessão do Senado Federal do dia anterior.

Nessa mesma data, o Sr. Corregedor expediu os Ofícios nos 0009/2005 CFS e 010/2005 – CSF, a V. Exa. e ao Diretor da Secretaria de Segurança Legislativa desta Casa, respectivamente. Em 4 de agosto, S. Exa. recebeu o Of. nº 290/2005 – SESEG, de 27 de julho de 2005, do Diretor da Secretaria de Segurança Legislativa, comunicando as providências adotadas, tais como “o armazenamento das ligações realizadas e/ou recebidas pelos/nos números de telefones fixos indicados pela Senadora” e, quanto ao aparelho celular da Parlamentar, a solicitação de envio de “informações que possibilitem a instauração de inquérito policial e a conseqüente representação pela quebra do sigilo telefônico”. E, no dia 9 de agosto, recebeu o Ofício nº 865/05 – MJ-ASPAR, de 27 de julho corrente, firmado pelo Assessor Especial de V. Exa., Sr. Paulo Pires de Campos, em que informa ter sido o pleito enviado ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Na Sessão do Senado de ontem, dia 7 de novembro, a Senadora Heloísa Helena fez novo pronunciamento a respeito do assunto, tendo o Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa, que no momento presidia a sessão, assegurado a S.Exa. que iria reiterar a preocupação do Senado, o que fez, de imediato, através de expediente encaminhado a V.Exa, na data de ontem, encaminhando as notas taquigráficas pertinentes.

Nesse sentido, e corroborando as providências já tomadas, solicito a V.Exa, o empenho urgente e necessário que o assunto requer, com vistas a preservar as garantias constitucionais asseguradas a S.Exa..

Cordialmente – Senador **Renan Calheiros** Presidente.

SF Nº 2619/2005

Brasília, 8 de novembro de 2005

Senhor Ministro,

No dia 19 de julho do corrente ano, o Senador Arthur Virgílio, em pronunciamento feito na Sessão do Senado, comunicou à Casa o recebimento de um e-mail contendo ameaças à sua pessoa, tendo o Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente do Senado, que presidia a sessão naquele momento, determinado o envio do assunto ao Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, que, na mesma data, após despacho com vistas à autuação do material encaminhado pelo Sr. Senador e à sua remessa à Polícia do Senado, que em 25 de julho informou a abertura do Inquérito Policial nº 3/2005. O processo tomou a denominação de Petição nº 4, de 2005.

Na Sessão Plenária de 22 de julho do corrente, o Senador Artur Virgílio ocupou a tribuna e, em novo pronunciamento, registrou ameaças recebidas por funcionários de seu gabinete, solicitando providências da Mesa junto à Polícia Federal, o que fez esta Presidência, encaminhando a V.Exa., na mesma data, por intermédio do Of. SF. Nº 1692/2005, as notas taquigráficas correspondentes, sendo informada ter sido o assunto enviado ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Ainda sobre o mesmo assunto, o Diretor da Polícia do Senado Federal remeteu ao Sr. Corregedor da Casa cópia dos laudos bacteriológicos produzidos pela FIOCRUZ, negativos para **Bacillus anthracis**, tendo sido dado conhecimento ao Senador Arthur Virgílio. E, em 21 de setembro passado, o Assessor Especial de V. Exa., Sr. Paulo Pires de Campos, endereçou à Chefe de Gabinete desta Presidência o Ofício nº 1090/05 – MJ/ASPAR, prestando esclarecimentos, que foram juntados à Petição nº 10, de 2005, aberta com o pronunciamento de 22 de julho.

Em 20 de outubro último, o Senador Arthur Virgílio fez constar requerimento sem número, como parte integrante de seu pronunciamento, cujas notas taquigráficas foram remetidas a V. Exa. por meio do Of. SF nº 253 5/2005, de 24 de outubro.

O registro do pronunciamento de S.Exa. do dia 31 de outubro foi encaminhado a V. Exa., pelo Ofício SF nº 2601/2005, assinado pelo Senador João Alberto Souza, Segundo Secretário do Senado Federal, na mesma data, e ao Diretor do Departamento de Polícia Federal /MJ, pelo Ofício nº 18/2005 – COR, de 1º de novembro último, do Corregedor, Senador Romeu Tuma.

E, por meio do presente documento, encaminho as notas taquigráficas do discurso do Senador Arthur Virgílio na Sessão do Senado de ontem.

Nesse sentido, e corroborando as providências já tomadas, solicito a V. Exa. o empenho urgente e necessário que o assunto requer, com vistas a preservar as garantias constitucionais asseguradas a S. Exa..

Cordialmente – Senador **Renan Calheiros** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ainda comunico que fizemos um acordo com Lideranças partidárias para avançarmos na Ordem do Dia e apreciarmos, hoje ainda, a MP nº 259, além dos nomes dos Srs. Embaixadores e dos nomes do CADE.

Portanto, peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, pois, provavelmente, teremos votações nominais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evidentemente, não participei desse acordo. Participei com o Líder do meu Partido apenas para a medida provisória. De maneira que, votar toda a Ordem do Dia, confesso, não está no acordo. Terei que reunir a Bancada para ver se faremos isso, porque o que nós acordamos foi votar apenas a medida provisória que seguiria para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente. Fizemos o acordo e o Líder do PFL, Senador José Agripino pediu para que apreciássemos os nomes dos embaixadores, que, aliás, é uma decisão extrapauta que vamos, se for o caso, ter que efetivar. Eu disse que não haveria objeção da minha parte e pedi ao Líder José Agripino que, se pudesse, colocasse para o Plenário o pedido dele, o desejo dele de que isso acontecesse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Confesso que vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente para ratificar isso, que o acordo feito há

poucos minutos era apenas para se votar a medida provisória e os embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que a sessão deliberativa da próxima quinta-feira, dia 10 de novembro, será realizada às dez horas da manhã.

Comunico também que, na próxima semana, em função do feriado da terça-feira, para não haver comprometimento no desempenho dos nossos trabalhos, faremos sessões deliberativas nos dias 16, 17 e 18, ou seja, quarta, quinta e sexta-feira.

Portanto, a sessão de quinta-feira acontecerá às dez horas da manhã e faremos sessões deliberativas na próxima semana na quarta, quinta e sexta-feira para não ocorrer, em função do feriado de terça-feira, o que, lamentavelmente, ocorreu na última semana.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 27, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida, em virtude da falta de acordo de lideranças.

À Medida Provisória foram apresentadas oito emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Iriny Lopes (PT-ES), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, favorável à Medida Provisória e à Emenda de nº 1, na

forma do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 25 de julho e não se instalou;
- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de agosto, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 19 de outubro;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 5 de setembro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 36, de 2005, e se esgotará no dia 18 de novembro;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 31 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra, Relator revisor da matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em virtude de um fato relevante de última hora, nós pedimos e foi indicado, por acordo, como Relator-Substituto meu, o Senador Sérgio Guerra, que me substituirá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Sérgio Guerra, Relator-Revisor do Projeto de Conversão da Medida Provisória.

PARECER Nº 1.871, DE 2005–PLEN

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

1) O objetivo da Medida Provisória nº 259, PLV nº 27, de 2005.

A Medida Provisória nº 259, de 21 de julho de 2005, modificada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 027, de 2005, apresenta três matérias relevantes: a primeira tem por objetivo a reorganização da Presidência da República para, conforme a Exposição de Motivos nº 20 CCIVLBR, proporcionar maior eficiência e eficácia no desempenho da gestão pública. A segunda medida relevante da Medida Provisória em tela é assegurar base legal para prorrogar os contratos temporários dos guardas de endemia no âmbito da Funasa por até vinte e quatro meses além do prazo estabelecido pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003.

Por fim, o texto da Medida Provisória nº 259/05 altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, de modo que o prazo para os contratos temporários firmados para atender situações de calamidade pública possa se estender por período suficiente para superação destas situações, observando o prazo máximo de dois anos.

2) Da admissibilidade.

A Exposição de Motivos nº 20, de 2005, justifica o uso de medida provisória para prontamente permitir-se a implementação de um redesenho institucional que otimiza a atuação da Presidência da República, de seus órgãos essenciais de assessoramento, com redução de custos e maior eficiência, e pela necessidade de atender-se a duas situações de urgência colocadas no âmbito do Ministério da Saúde, ambas a reclamarem soluções imediatas.

Tendo em vista o cumprimento do que estabelece o art. 62 do texto constitucional e o que dispõe o § 1º do art.2 da Resolução nº 1, de 2002, fica justificada a admissibilidade da matéria.

3) Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria de que trata a medida provisória se insere no âmbito da competência legislativa da União e não está entre as matérias vedadas ao tratamento por medida provisória conforme o § 1º do art. 62 da Constituição Federal.

O PLV nº 027, de 2005 está perfeitamente adequado à juridicidade, não se verificando qualquer violação ao ordenamento jurídico constitucional vigente.

Com relação à técnica legislativa, o PLV nº 027/05 corrigiu as falhas existentes no texto original e atende, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

4) Da adequação financeira e orçamentária.

A medida provisória em comento não acarreta despesas adicionais no tocante à reestruturação da Presidência da República. As despesas decorrentes da prorrogação de contratos temporários no âmbito da Funasa e as decorrentes dos contratos relacionados

à situação de calamidade no Estado do Rio de Janeiro atendem ao disposto no parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, com subsídios da Nota Técnica nº 15, de 2005, elaborada em atendimento ao que dispõe o art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, porquanto as primeiras implicariam acréscimo de despesa de R\$34.323.461,05, em 2005; de R\$137.293.844,19, no ano de 2006; e de R\$102.970.383,14, no ano de 2007. As demais elevariam as despesas em até R\$11.615.639,07. Em 2005, em R\$36.313.135,06, e em R\$8.236.943,94, em 2007.

A Exposição de Motivos nº 20-CCIVIL/PR esclarece que as despesas destinadas à cobertura desse acréscimo, para o ano de 2005, já se acham contempladas na Lei Orçamentária Anual de 2005, em funcional específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, calculada e demonstrada no anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nos exercícios de 2006 e 2007, nos quais a despesa já está atualizada, o impacto adicional será absorvido pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, o montante apurado se mostra compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Pelo exposto, acompanhamos a Câmara dos Deputados no reconhecimento da admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária.

O parecer sobre essa medida provisória resultou de acordo e a ele se acrescenta a emenda apresentada pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que acrescenta ao art. 9º o item 8:

8 – não divulgar, sem motivo justo, nos sítios mantidos na Internet pelo Governo Federal, a agenda diária de trabalho, incluídos todos os compromissos oficiais com os respectivos horários, locais e nomes dos interlocutores.

5) Justificativa

A exigência da divulgação diária das agendas de trabalho do Presidente da República e Ministros de Estado tem como base o direito à informação de órgãos públicos, visando a proteger o interesse coletivo e os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade,

moralidade e eficiência contidos no art. 5º, inciso XXXIII, combinado com o art. 37 da Constituição Federal.

A publicidade dos atos dos administradores públicos federais também se faz pela divulgação ampla dos seus compromissos de trabalho, os quais, antes de tudo, devem obedecer a critérios de transparência. A administração pública necessita ser eficiente e eficaz, comprometida com a moralidade e com a transparência dos seus atos, por meio de um sistema de comunicação eficiente que permita à população acompanhar os atos de quem os apresentam.

A emenda é da autoria do Deputado Onyx Lorenzoni.

Esse é o acordo, Sr. Presidente e Srs. Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Sérgio Guerra, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria é meritória. Afinal de contas, ela não infla a máquina pública; faz justiça aos agentes de campo que cumprem o heróico papel de combater a dengue neste País, basicamente no Estado do Rio de Janeiro – e os vejo presentes e vigilantes nesta sessão.

E há uma emenda que representou o acordo final do ponto de vista da Oposição: inserirmos no corpo desta Medida Provisória, que haverá de ser convertida em lei, a obrigação de se tornar pública a agenda dos que trabalham no Palácio do Planalto, dos que servem à Presidência da República. Não tem por que a agenda ser secreta; não tem por que haver uma agenda quente e outra fria; não tem por que qualquer escape, quando o dever de quem serve ao público, ao povo, à sociedade é dar conta de seus passos de maneira transparente.

Então, para nós, havia dois motivos fortes para aprovarmos esta matéria: primeiro, a preocupação com os agentes de campo que combatem a dengue; segundo, a concordância da Liderança do Governo

em tornar obrigatória a divulgação, a publicidade, da agenda dos funcionários e servidores de qualquer escalão da Presidência da República.

Sendo assim, entendemos que a matéria reestrutura a Presidência, sim, mas ela vem com esse dado moral, transparente, que é acabarmos com as agendas-fantasma, com as agendas frias, e entrarmos na única possibilidade que há de o Brasil se fazer um país mais honrado, que é começarmos pela agenda, também ela, pública, transparente e honrada de quem recebe salário vindo do povo, do bolso popular.

Portanto, no momento do encaminhamento, o PSDB encaminhará e votará a favor da conversão em lei desta matéria, com estas observações: o respeito aos agentes de campo que combatem a dengue e a obrigação, daqui para frente de publicidade, de transparência na agenda dos que servem à Presidência da República, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, manifestamos a nossa posição favorável com relação à admissibilidade e ao mérito da matéria, com um acréscimo. Além dos fatos já relatados, já discutidos e mencionados pelo Senador Arthur Virgílio, a começar pela prorrogação dos contratos dos agentes de saúde, dos mata-mosquitos, que estão inseguros com relação ao seu emprego, que é de utilidade pública, que presta grandes serviços ao bem-estar da coletividade do Brasil inteiro, e que estão com os contratos em vias de serem encerrados e que, por esta MP, vão ter a prorrogação garantida, fica assegurado, primeiro de tudo: a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de Comunicações perde o **status** de ministério. Segundo ponto: é notório, Sr. Presidente, que muitas autoridades da República têm sido recebidas por pessoas que vão tratar de assuntos legítimos, mas denúncias são feitas, principalmente ultimamente, de que pessoas sem qualificação, sem habilitação e sem cobertura de ordem ética estariam procurando ministérios, ministros ou autoridades do Governo para o exercício do *lobby*, do tráfico de influência, no sentido de zelar pelo interesse coletivo, no sentido de zelar pelo interesse público, no sentido de zelar pelo bom padrão ético na administração pública, sugerimos uma emenda que é de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, do PFL do Rio Grande do Sul, apresentada na Câmara dos Deputados e lá rejeitada. O

Senador Arthur Virgílio e eu destacamos esta emenda e conversamos com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que concordou com a sua aprovação por reconhecer o mérito positivo da emenda no sentido da transparência do serviço público federal.

O que se pretende? Colocar numa lei um inciso VIII, que inclui, entre os crimes de responsabilidade, a não-publicação, a não ser por justificativa cabal, da agenda de ministros e do Presidente da República para conhecimento público.

Dito isso, recomendamos a aprovação da Medida Provisória, de inegáveis méritos, que traz benefícios e segurança para uma categoria, os agentes de saúde...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...os mata-mosquitos, que estabelece regras no serviço público federal, mas que, acima de tudo, garante transparência, garante probidade, garante padrão ético para a administração pública hoje e amanhã.

Esse é o encaminhamento que o PFL faz, com a recomendação do voto que faremos: voto favorável.

Com muito prazer, ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, cometi uma omissão em meu discurso: há um outro fato que deve ser registrado. Ele é bizarro e deve ser registrado até por ser bizarro. A Medida Provisória também retira o **status** de ministro do Sr. Luiz Gushiken, na tentativa que o Governo faz de imaginar que abafa suas crises por essa via.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Do Sr. Nilmário Miranda também.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Talvez fosse essa a razão da crítica que poderíamos fazer à Medida Provisória, mas nem coloco isso, porque é algo menor do que os agentes de saúde que lutam contra a dengue, é menor do que a proposta moralizadora que V. Ex^a e eu destacamos para aprovação em plenário, já agora com o consenso dos Líderes da Casa e do Plenário, portanto, sem dúvida. Registro, porém, por ser bizarro que, entre as artimanhas e os escapismos, ela contém o rebaixamento do **status** funcional do Sr. Luiz Gushiken. Ou seja, é matéria, quando nada, para o cronista de amanhã saber que tempos são os de hoje e para, quem sabe, vivermos alguns momentos de humor, já que imaginam que, pura e simplesmente trocando o sofá, liquidam a figura da traição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte do Senador Arthur Virgílio e reitero, Sr. Presidente, a recomendação do voto “sim” à matéria proposta. O PFL vota “sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para discutir e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB analisou esta Medida Provisória...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou inscrita, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A senhora está inscrita e falará em seguida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ...discutiu-a com os Líderes do PFL e do PSDB, e vamos votar pela sua aprovação. A orientação da Liderança do PMDB é que votemos favoravelmente à constitucionalidade, à juridicidade e ao mérito desta Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, medida provisória tem eficácia imediata. Portanto, quando começamos a discuti-la, fizemos uma discussão absolutamente atrasada. A nova estruturação administrativa de algumas áreas do Governo já foi feita e, de fato, é do maior interesse para alguns Parlamentares da Casa, a prorrogação dos, infelizmente, ainda existentes contratos temporários dos agentes de campo, que estão mais diretamente ligados ao combate do vetor da dengue.

Já tive oportunidade de discutir essa situação com os representantes do Sindisprev, com o Rolando e com a Janira, que tem acompanhado com muita competência e muita sensibilidade o tema, como também com o Senador Sérgio Cabral. O ideal seria que pudéssemos alterar a situação gravíssima de instabilidade jurídica e profissional em que se encontram esses trabalhadores, especialmente os do Estado do Rio de Janeiro. É uma situação extremamente grave. A instabilidade desses servidores vem desde o ano de 1989, e é de conhecimento de todos a imperiosa necessidade da contratação desses profissionais no combate a algumas endemias.

No caso específico: quando foi feita a contratação para o combate ao vetor da dengue, estava-se diante de uma quadro clássico de epidemia. Então, eles foram contratados por um convênio, ainda pela extinta Sucam, em 1989. Eles acabaram sendo utilizados não apenas para o combate ao vetor da dengue, mas foram essenciais para promover também o combate paralelo a outras

doenças extremamente graves, como meningite, cólera, leptospirose. Esses trabalhadores foram essenciais.

Então, é também essencial que deixemos clara a necessidade de alterarmos a situação desses trabalhadores, o que podemos fazer mediante um projeto de lei que está em tramitação na Câmara dos Deputados e que, de fato, possibilitará a definição da situação desses trabalhadores.

Nesse caso específico, o que a Medida Provisória faz? Prorroga a contratação temporária desses trabalhadores, não resolvendo, infelizmente, o problema da instabilidade jurídica e da eficácia administrativa, porque eles já se tornaram essenciais para a eficácia da prestação desse serviço de combate a endemias e epidemias.

Damos o nosso voto favorável para que, ao menos, sejam prorrogados os contratos temporários desses trabalhadores. Deixamos clara, porém, a necessidade imperiosa de resolver, de fato, esse grave problema em que se encontram milhares de trabalhadores, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

Tive oportunidade de conversar com o Senador Sérgio Cabral e, em várias outras oportunidades, com o Sindisprev, com a nossa querida Janira e com o Rolando, que a todo tempo se têm empenhado na resolução desse problema. Ao aprovarmos esta matéria, fazemos agora algo necessário, mas de caráter absolutamente provisório, porque a prorrogação por mais dois anos não resolve o problema dos profissionais e a instabilidade jurídica na qual eles se encontram, assim como não resolve o problema essencial, que é o da administração pública, especialmente a do Estado do Rio de Janeiro.

Registro o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua a discussão.

Senador Mão Santa, tem a palavra V. Ex^a para discutir a matéria por até cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, com a aquiescência do Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com certeza, o Senador Mão Santa vai permitir, porque se trata de um assunto que diz respeito ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu gostaria de informar que ontem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou-me a dizer ao Senador Arthur Virgílio que não houve, de maneira alguma, qualquer orientação da parte dele ou do Governo para que fosse realizada qualquer ação, seja de espionagem, seja contra ele, seja com respeito aos filhos dele.

Nada houve da parte do Presidente Lula direcionado ao Senador Arthur Virgílio. Ele autorizou-me a dizer isso publicamente.

O Senador Arthur Virgílio me disse ainda hoje que o Ministro Márcio Thomaz Bastos está tomando as providências necessárias para esclarecer inteiramente esse episódio. Espero que isso seja feito de maneira tal que nunca precise o Senador Arthur Virgílio se utilizar de suas habilidades para enfrentar o Presidente de forma física, até porque, se fosse para ocorrer isso – e falo com muito humor –, o Presidente me autorizou a dizer a S. Ex^a que, primeiro, teria que passar por mim. Mas sei que isso não acontecerá, porque, se quiser passar por mim, pelo respeito que ambos temos tido sempre, poderemos nos dar um abraço em vez de qualquer outra coisa. Mas eu me coloco sempre no sentido de defender o respeito do Presidente para com o Senador.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Recebo as explicações do Presidente Lula, via Senador Eduardo Suplicy, com a melhor boa vontade.

Tudo o que desejo, Sr. Presidente, é exercer o meu direito e o meu dever de fazer oposição ao Governo Lula. É um direito constitucional e é uma obrigação de militante de um Partido que, perdendo as eleições presidenciais, deve fiscalizar os equívocos do Governo que aí está.

Aceito as explicações. O Ministro Thomaz Bastos me telefonou e providenciou diligências da Polícia Federal no Amazonas. Estou a aguardar, portanto, o desfecho disso tudo. Muito tempo se passou. Houve um certo atraso na tomada de posição. Já soube que a Infraero apaga os filmes dos aeroportos com 48 horas. Então, a essa altura, os supostos sicários não devem estar mais em Manaus.

Agora, respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, com a mesma boa vontade, o esporte que faço é para mim. Nunca precisei dele para ter brio, nunca. Eu poderia ser filatelista, caçador de borboleta ou jogador de xadrez que eu teria brio, capacidade e coragem de defender a minha família do jeito que a situação se apresentasse.

Em se tratando de uma pessoa cândida, correta e doce como o Senador Eduardo Suplicy, é claro que jamais seria ele o oponente. Mas também é claro que, porventura, não tivesse ele o caráter que tem e fosse oponente, sem dúvida que passaria por cima dele também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão. O Senador Suplicy não encarna o melhor modelo de *sparring*. Tem outros atributos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de Relator da Medida Provisória nº 255, verifiquei, e peço vênia, na forma do art. 325, inciso II, do Regimento da Casa, que foi cometido um erro de digitação. Numa remissão do art. 128, em vez de ser o inciso II, ao **caput** do art. 3º da Lei nº 11.033, de 2004, deveria ter sido corretamente referido o inciso III.

Na forma regimental, solicito a V. Ex^a que sejam tomadas as providências de estilo para a devida correção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Indago de V. Ex^a se já conversou com os Líderes partidários, o que considero fundamental – aliás, uma pré-condição – para que possamos concretizar o que V. Ex^a propõe.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Agradeço a V. Ex^a pela deferência de conceder, pela ordem, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Arthur Virgílio e, agora, por fim, ao Senador Amir Lando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu é que quero agradecer a Deus por V. Ex^a presidir esta Casa, com sua inteligência. Professor, Senador Renan Calheiros, da última vez, eu dizia que V. Ex^a, dos três Poderes, já andou em dois com muita galhardia. V. Ex^a, advogado, chegou ao Ministério da Justiça, um dos mais respeitáveis Ministros da Justiça. E digo isso movido pela gratidão: V. Ex^a irradiou justiça até o Piauí, onde foram construídos os melhores presídios. No Legislativo, V. Ex^a teve uma carreira fulgurante e está na Presidência. Então, é nota dez em um, é nota dez em outro.

Mas V. Ex^a não foi do Executivo. Senador Renan Calheiros, enfrentei esse problema que está aí e que a Senadora Heloísa Helena teve sensibilidade para abordar: a malária, a Sucam, Fsesp, a Funasa. Foi o matador de mosquito de Oswaldo Cruz que mudou a história da saúde pública neste País. Senador Renan Calheiros, Afrânio Peixoto, primeiro escritor de um livro de saúde pública, na época de Oswaldo Cruz, disse: “Neste País, a saúde pública é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. Foi então que surgiram Oswaldo Cruz, as campanhas e a noção científica. E Oswaldo Cruz é simbolizado, Senadora Heloísa Helena, pelos mata-mosquitos. A febre amarela – atentai bem, Sr.

Presidente – volta. Agorinha, estamos vivendo a febre aftosa. O que seria deste País sem esses heróis da saúde pública? Senadora Heloísa Helena, pense na volta da febre amarela, da dengue, que está por aí, da malária, da cólera. São esses agentes que afastam esse perigo.

Senador Ney Suassuna, estou aqui porque enfrentei isso e quero dar um aconselhamento ao Presidente Renan Calheiros. Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, chamou-me – e acredito que um contrapoder é para frear o outro – e recebi a ordem, como Governador do Piauí, para afastar muitos servidores que estavam lá e não tinham feito concurso público. O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sua inteligência e educação, chamou-me. Diante da nossa Constituição de 88, mandei averiguar o fato, Senador Alberto Silva, e cheguei à conclusão de que muitos dos servidores haviam sido contratados por V. Ex^a, por necessidade. Eram os agentes penitenciários, que estavam lá servindo ao Estado. Não haviam prestado concurso, pois era um problema da época. O Governador não escolhe a época para governar. Então, eles foram colocados por governadores anteriores. Outros eram servidores dos hospitais que V. Ex^a colocou no Piauí, trazendo maternidades pré-moldadas da Inglaterra, hospitais. Virei, então, para o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e disse: Presidente, V. Ex^a que é culto – e quis Deus eu estar com livro de Montesquieu – sabe que há a lei. Presidente Renan Calheiros, sei que Antonio Carlos Magalhães ensina, e muito bem, mas quero lembrar Montesquieu: tem o espírito da lei. Lembrei Montesquieu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Disse-lhe: “Imagine, Presidente, com todo respeito, a sua mãe, enfermeira de um hospital em Uruçuí, parteira – vamos imaginar esse quadro –, nomeada em 1985 e servindo ao Estado muito antes do que eu, como Governador do Estado. Vou demitir sua mãe, enfermeira, que está lá há mais de vinte anos?”.

Se a Justiça colocou usucapião para a terra, Senador Alberto Silva, assim também deverá ser em relação ao emprego. Se eles entraram lá foi pela necessidade do momento. Essas pessoas não cometeram nenhum ato de corrupção; essas pessoas que estão aí fazem apenas o bem. Devemos, pois, ter respeito ao trabalho. Essa é a verdade.

Essa medida provisória, portanto, é tímida quando apenas prorroga esse suplício do desemprego futuro. Vamos votar agora e fazer uma lei boa e justa.

Essas são as nossas palavras. Vamos votar favoravelmente.

Sr. Presidente Renan Calheiros, V. Ex^a é o Chefe deste Congresso, e essa é uma lei que dá tranquilidade a servidores que foram chamados a servir a nossa Pá-

tria. Esta é a nossa palavra. Vamos aprovar em respeito a ele, mas é muito pouco porque isso dá intranquilidade àqueles que trabalham a serviço da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a pela intervenção. V. Ex^a tem absoluta razão: o que puder ser feito para concretizar esses direitos nós vamos fazer.

Não havendo mais quem peça a palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.258, DE 2005

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 4, oferecida à Medida Provisória nº 259, de 2005

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005 – Senador **José Agripino** – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A emenda destacada será votada oportunamente.

Em votação o Projeto de Conversão, ressalvado, obviamente, o destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005)

Altera a Lei nº 10.633, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.633, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral, pela Secretaria de Relações Institucionais, pelo Gabinete Pessoal, pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos.

§ 1º

VIII – a Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República;

IX – (revogado)

§ 3º.....

II – (revogado)

VI – a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de que trata a Lei nº 10.673, de 23 de maio de 2003.” (NR)

“Art. 2º-A. A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições a, e especial:

I – na coordenação política do Governo;

II – na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos, e

III – na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º Compete, ainda, à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, visando à articulação da sociedade civil organizada para a consecução de modelo de desenvolvimento configurador de novo e amplo contrato social.

§ 2º A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, 1 (um) Subchefia-Executiva, até 2 (duas) Subchefias e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”(NR)

“Art. 3º À Secretaria-Geral da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

I – no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo;

II – na elaboração da agenda futura do Presidente da República,

III – na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República;

IV – na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República e na realização de estudos de natureza político-institucional;

V – na formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação de políticas públicas para a juventude e na articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude;

VI – no assessoramento sobre assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implementação de programas informativos;

VII – na coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e dos patrocínios dos órgãos e das entidades de Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União;

VIII – na convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão; e

IX – no exercício de outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

§ 1º A Secretaria-Geral da Presidência da República tem como estrutura básica o Conselho Nacional de Juventude, o Gabinete, a Secretaria-Executiva, a Subsecretaria de Comunicação Institucional, a Secretaria Nacional de Juventude e até 4 (quatro) Secretarias.

§ 2º Caberá ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República exercer, além da supervisão e da coordenação da Subsecretaria e das Secretarias integrantes da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República subordinadas ao Ministro de Estado, as funções que lhe forem por ele atribuídas.” (NR)

“Art. 6º-A Ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República compete assessorar o Presidente da República no

desempenho de suas atribuições, especialmente:

I – na gestão, análise e avaliação de assuntos de natureza estratégica.

II – na formulação da concepção estratégica nacional e na articulação de centros de produção de conhecimento, pesquisa e análise estratégica;

III – na preparação e promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios na área de assuntos de natureza estratégica; e

IV – na elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, a Coordenação-Geral e a Coordenação Executiva.”

“Art. 7º

I – Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, pelos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, pelos titulares das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Aqüicultura e Pesca, pelo Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos e pelo Advogado-Geral da União, que será presidido pelo Presidente da República ou, por sua determinação, pelo Chefe da Casa Civil e Secretariado por um dos membros para esse fim designado pelo Presidente da República;

”(NR)

“Art. 8º

§ 1º

I – pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que será o seu Secretário-Executivo;

II – pelos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

.....

§ 8º É vedada a participação no Conselho ao detentor de direitos que representem mais de 5% (cinco por cento) do capital social da empresa e situação fiscal ou previdenciária irregular.” (NR)

“Art. 14. À Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República compete

assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, relativamente à comunicação com a sociedade, por intermédio da divulgação dos atos do Presidente da República e sobre os temas que lhe forem determinados, falando em seu nome e promovendo o esclarecimento dos programas e políticas de governo, contribuindo para a sua compreensão e expressando os pontos de vista do Presidente da República, por determinação desse, em todas as comunicações dirigidas à sociedade e à imprensa e, ainda, no que se refere à cobertura jornalística das audiências concedidas pela Presidência da República com a imprensa nacional, regional e internacional, à coordenação do credenciamento de profissionais de imprensa, do acesso e do fluxo a locais onde ocorram atividades de que participe o Presidente da República, à articulação com os órgãos governamentais de comunicação social na divulgação de programas e políticas e em atos, eventos, solenidades e viagens de que participe o Presidente da República, bem como prestar apoio jornalístico e administrativo ao comitê da imprensa do Palácio do Planalto, promover a divulgação de atos e de documentação para órgãos públicos e prestar apoio aos órgãos integrantes da Presidência da República no relacionamento com a imprensa.”(NR)

“Art. 17. À Controladoria-Geral da União compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A Controladoria-Geral da União tem como titular o Ministro de Estado do Controle e Transparência, e sua estrutura básica é constituída por: Gabinete, Assessoria Jurídica, Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, Comissão de Coordenação de Controle Interno, Secretaria-Executiva, Corregedoria-Geral da União, Ouvidoria-Geral da União e 2 (duas) secretaria, sendo 1 (uma) a Secretaria Federal de Controle Interno.

..... ” (NR)

“Art. 25.

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Advogado-Geral da União, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Presidente do Banco Central do Brasil.” (NR)

Art. 2º São transferidas as competências:

I – da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica para a Secretaria-Geral da Presidência da República, no que compete à área de comunicação institucional, e para o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no que compete à área de assuntos estratégicos, nos termos dos arts. 3º e 6º-A, respectivamente, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada por esta lei;

II – do Porta-Voz da Presidência da República para a Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República;

III – da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Art. 3º São transformados os cargos:

I – de Ministro de Estado Chefe da secretaria de coordenação Política e Assuntos Institucionais em Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais.

II – de Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais em Subchefe-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais.

III – 1 (um) cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS-101.6 e 1 (a) DAS-102.4 da Estrutura do Porta-Vos da Presidência da República em 2 (dois) cargos e comissão DAS-5,

IV – de Natureza Especial de Subsecretário-Geral da Presidência da República em Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República;

V – de Natureza Especial de Secretário-Adjunto da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República em Subsecretário de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

VI – de Subcontrolador-Geral da União em Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

Art. 4º Ficam extintos,

I – o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República. e

II – o cargo de Natureza Especial de Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Art. 5º Fica criado 1 (um) cargo de Natureza Especial de Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com a remuneração de que trata o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 6º O acervo patrimonial dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta lei será transferido para os órgãos que tiverem absolvido as correspondentes competências.

Art. 7º É o Poder Executivo autorizado a manter em exercício nos órgãos que houverem absolvido as competências dos órgãos da Presidência da República extintos ou transferidos por esta lei os servidores e empregados da administração federal direta e indireta, chefia ou assessoramento que, em 30 de junho de 2005, se encontravam à disposições dos órgãos extintos ou transferidos.

Art. 8º É o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2005 em favor dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta lei, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme definida no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação de identificadores de uso.

Parágrafo único. Aplicam-se os procedimentos previstos no **caput** deste artigo aos créditos antecipados na forma estabelecida no art. 70 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004.

Art; 9º São transferidas aos órgãos que receberam as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados, transferidos ou extintos por esta lei ou a seus titulares.

Art. 10. O Poder Executivo disporá, em decreto, sobre a organização, reorganização, competências, atribuições, denominação das unidades e cargos, suas especificações, funções e funcionamento dos órgãos de que trata esta lei, mediante aprovação ou transformação das estruturas regimentais.

Art. 11. A estrutura dos órgãos de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República de que

trata esta lei será implementada sem aumento de despesa, observados ou quantitativos totais de cargos em comissão e funções de confiança e a despesa deles decorrente, vigentes em 30 de junho de 2005, observadas as alterações introduzidas por esta lei.

Art. 12. Até que sejam aprovadas as estruturas regimentais dos órgãos essenciais e de assessoramento da Presidência da República de que trata esta lei, são mantidas as estruturas, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos respectivos cargos, vigentes em 30 de junho de 2005, observado o disposto nesta lei, relativamente aos cargos extintos ou transformados.

Art. 13. A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA poderá, em caráter excepcional, prorrogar por até 24 (vinte e quatro) meses, a contar do seu encerramento, a vigência dos contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003.

§ 1º No prazo de vigência dos contratos de que trata o **caput** deste artigo, a FUNASA e o Ministério da Saúde adotarão as providências necessárias para que as atividades de combate a endemias implementadas por intermédio dos referidos contratos passa a ser exercidas em caráter definitivo, na forma do art. 18 da Lei nº 8.000, de 19 de setembro de 1990.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, ficam a União e a Funasa autorizadas a celebrar convênios com os Municípios responsáveis pela execução das atividades de combate a endemias nas áreas atendidas pelos contratos temporários referidos no **caput** deste artigo, ou com consórcios constituídos por esses municípios, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 3º É permitida, durante a vigência dos contratos temporários referidos no **caput** deste artigo, a assistência à saúde ao contratado na forma do art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, apenas em relação ao trabalhador, e observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 14. Se prejuízo dos recursos a que façam jus por força do art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, serão transferidos proporcionalmente aos Municípios que assumirem a execução das atividades de combate a endemias os recursos correspondentes a valor equivalente à redução das despesas com o custeio dos contratos temporários de que trata o art. 13 desta Lei.

Art. 15. O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 3.715, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 4º
Parágrafo único.”

.....
VI – no caso do inciso I do **caput** do art. 2º desta Lei, pelo prazo necessário à superação da situação de calamidade pública, desde que não exceda 2 (dois) anos.”(NR)

Art. 16. A Lei nº 11.102, de 27 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 33-1:

“Art. 33-A. Até a instalação da agência Nacional de Aviação Civil, o Diretor do Departamento de Aviação Civil será o gestor do Fundo Aeroviário.”

Art. 17. Esta Lei entra a vigor na data da sua publicação.

Art. 18. Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o inciso IX do § 1º e o inciso II do § 3º, ambos do art. 1º os arts. 4º, 15 e 21 e os incisos V e VI do **caput** do art. 30 da Lei nº 10.603, de 28 de maio de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agora, vamos votar a Emenda nº 4, destacada. Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino, autor do destaque.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no encaminhamento do PLV, tive a oportunidade de me referir ao mérito da emenda.

A emenda se propõe a qualificar o texto da MP, no que diz respeito ao padrão ético da Administração Federal. O que é que nós desejamos? Que seja incluída, no rol dos crimes de responsabilidade, a não-divulgação, pela Internet ou por outros meios, da agenda oficial do Presidente da República e de Ministros de Estado.

Qual é o objetivo? Evitar *lobbies* inconvenientes, tráfico de influência e o desconhecimento do trabalho que o Presidente ou os Ministros realizam em prol do interesse coletivo. Na medida em que a agenda seja divulgada – e só não deve ser divulgada em casos justificados –, a transparência é acrescida em matéria de qualidade no serviço público. É estabelecido um padrão de transparência, garantindo ética, probidade, absoluta transparência nos trabalhos do Ministério e da Presidência da República.

A emenda, portanto, tem esse sentido. Eu peço aos Companheiros do PFL o voto “sim”, e ao Plenário, em nome da probidade, igualmente o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como co-autor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador

Sérgio Guerra. E, em seguida, darei a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Podemos fazer a inversão da ordem: concedo a palavra, primeiro, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, acrescenta-se um item a mais à Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que trata dos crimes contra a probidade da Administração.

Portanto, pela emenda assinada pelo Senador José Agripino e por mim, acatada pelo Relator Sérgio Guerra, com a lucidez e o espírito público de sempre, passa a ser também considerado crime de responsabilidade não divulgar sem motivo justo, nos sítios mantidos na Internet pelo Governo Federal, a agenda diária de trabalho, incluídos todos os compromissos oficiais, com os respectivos horários, locais e nomes dos interlocutores. Ou seja, essa emenda visa a fazer dos homens públicos homens verdadeiramente públicos e que, portanto, acabem as agendas marrons, as agendas frias, as agendas de sublegenda e passem a vigorar apenas as agendas oficiais. Recebeu Fulano? Deve saber o que está fazendo. Arque com as responsabilidades de ter recebido Fulano e de ter conversado com Beltrano no seu local de trabalho.

Creio que fica mais completa a proposta de conversão em lei dessa medida provisória meritória, e imaginamos que assim damos, neste acordo, uma contribuição à transparência com que se devem exercer cargos públicos neste País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer, primeiro, que essa medida provisória traz uma contribuição importante no sentido de racionalizar a estrutura administrativa de governo, transformando em secretarias de Estado o que eram estruturas ministeriais. Com isso, enxuga-se a máquina, dá mais eficiência, melhor representação.

A Câmara dos Deputados apenas restituiu a condição de ministério para o Ministério de Direitos Humanos, dado o significado, a abrangência e o sentido histórico e social que tem esse órgão, especialmente em uma sociedade como a nossa, marcada por tanta exclusão social, formas de discriminação.

Quanto à emenda, devíamos estender também ao Poder Legislativo a obrigatoriedade de publicar na

Internet diariamente a agenda de todos os homens públicos. Isso não pode valer só para o Executivo. Acho que nós deveríamos, posteriormente, estender essa medida também ao Poder Legislativo.

Mas é uma medida de transparência. Isso ajuda o controle social e democrático e, seguramente, não vejo qualquer obstáculo à aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito boa a sugestão, que tenho certeza será acatada, do Senador Aloizio Mercadante, para que se inclua o Poder Legislativo na emenda destacada. Aliás, Senador, eu tenho a impressão de que nenhum Poder, nem o Judiciário nem o Legislativo, deveria estar fora dessa obrigação de divulgar, de tornar pública a agenda dos seus mandatários. Tenho a impressão de que seria muito bom se pudéssemos fazer algo completo, mostrando que há vontade de se fazer alguma reviravolta positiva nesse País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aguardando o Relator, Senador Sérgio Guerra, para dar o parecer e encaminharmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer já foi dado favorável; o parecer é abrangente, é muito abrangente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria aproveitar para chamar os Senadores que estão em seus gabinetes, porque vamos votar, em seguida, a indicação de autoridades e é voto nominal e secreto. E temos duas PECs para serem votadas ainda hoje, por acordo de todos os líderes.

Então, pediria a presença de todos em plenário, para que possamos iniciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação a emenda destacada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação

final da emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edson Lobão.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.872, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Medida Provisória nº 259, de 2005).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de novembro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Tião Viana** – **Alvaro Dias**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.872, DE 2005

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

EMENDA ÚNICA

(Corresponde à Emenda nº 4 apresentada perante a Comissão Mista)

Acrescente-se ao Projeto o item 8 ao art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento:

“Art. 9º

8 – não divulgar, sem motivo justo, nos sítios mantidos na internet pelo Governo Federal, a agenda diária de trabalho, incluídos todos os compromissos oficiais, com os respectivos horários, locais e nomes dos interlocutores.” (NR)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final da emenda.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria na qual o Senador Amir Lando pede que sejam remetidos novos autógrafos à Câmara dos Deputados já foi votada no dia 26/10/2005. É apenas uma retificação de remissão.

Não havendo objeção da Casa, a Presidência encaminhará a retificação requerida pelo Senador Amir Lando. (Pausa.)

Determino à Mesa que encaminhe a retificação.

É a seguinte a matéria encaminhada a Câmara dos Deputados:

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29

de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – Repes, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, as condições necessárias para a habilitação ao Repes.

Art. 2º É beneficiária do Repes a pessoa jurídica que exerça exclusivamente as atividades de desenvolvimento de **software** ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, cumulativamente ou não, e que, por ocasião da sua opção pelo Repes, assuma compromisso de exportação igual ou superior a 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta anual de venda de bens e serviços.

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** deste artigo será considerada após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica à pessoa jurídica que tenha suas receitas, no todo ou em parte, submetidas ao regime de incidência cumulativa da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

§ 3º Não se aplicam à pessoa jurídica optante pelo Repes as disposições do inciso XXV do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 3º Para fins de controle da produção e da comprovação de que o contratante do serviço prestado seja residente ou domiciliado no exterior, o beneficiário do Repes utilizará programa de computador que permita o controle da produção dos serviços prestados.

§ 1º A Receita Federal do Brasil terá acesso **on line**, pela internet, às informações e ao programa de que trata o **caput** deste artigo, para fins de auditoria, com controle de acesso mediante certificação digital.

§ 2º Para fins de reconhecimento da utilização da infra-estrutura de **software** e **hardware**, o programa de que trata o **caput** deste artigo será homologado pela Receita Federal do Brasil, sendo-lhe facultado o acesso ao código-fonte.

Art. 4º No caso de venda ou de importação de bens novos destinados ao desenvolvimento, no País, de **software** e de serviços de tecnologia da informação, fica suspensa a exigência:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda no mercado interno, quando os referidos bens forem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Repes para incorporação ao seu ativo imobilizado;

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando os referidos bens forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Repes para incorporação ao seu ativo imobilizado.

§ 1º Nas notas fiscais relativas à venda de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 2º Na hipótese deste artigo, o percentual de exportações de que trata o art. 2º desta Lei será apurado considerando-se a média obtida, a partir do ano-calendário subsequente ao do início de utilização dos bens adquiridos no âmbito do Repes, durante o período de 3 (três) anos-calendário.

§ 3º O prazo de início de utilização a que se refere o § 2º deste artigo não poderá ser superior a 1 (um) ano, contado a partir da aquisição.

§ 4º Os bens beneficiados pela suspensão referida no **caput** deste artigo serão relacionados em regulamento.

Art. 5º No caso de venda ou de importação de serviços destinados ao desenvolvimento, no País, de **software** e de serviços de tecnologia da informação, fica suspensa a exigência:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida pela prestadora de serviços, quando tomados por pessoa jurídica beneficiária do Repes;

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, para serviços importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Repes.

§ 1º Nas notas fiscais relativas aos serviços de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, deverá constar a expressão “Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 2º Na hipótese do disposto neste artigo, o percentual de exportação a que se refere o art. 2º desta Lei será apurado considerando as vendas efetuadas no ano-calendário subsequente ao da prestação do serviço adquirido com suspensão.

§ 3º Os serviços beneficiados pela suspensão referida no **caput** deste artigo serão relacionados em regulamento.

Art. 6º As suspensões de que tratam os arts. 4º e 5º desta Lei convertem-se em alíquota 0 (zero) após cumprida a condição de que trata o **caput** do art. 2º desta Lei, observados os prazos de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 4º e o § 2º do art. 5º desta Lei.

Art. 7º A adesão ao Repes fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A pessoa jurídica beneficiária do Repes terá a adesão cancelada:

I – na hipótese de descumprimento do compromisso de exportação de que trata o art. 2º desta Lei;

II – sempre que se apure que o beneficiário:

a) não satisfazia as condições ou não cumpria os requisitos para a adesão; ou

b) deixou de satisfazer as condições ou de cumprir os requisitos para a adesão;

III – a pedido.

§ 1º Na ocorrência do cancelamento da adesão ao Repes, a pessoa jurídica dele excluída fica obrigada a recolher juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou do registro da Declaração de Importação, conforme o caso, referentes às contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que tratam os arts. 4º e 5º desta Lei, na condição de contribuinte, em relação aos bens ou serviços importados, ou na condição de responsável, em relação aos bens ou serviços adquiridos no mercado interno.

§ 2º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 1º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 3º Relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, os juros e multa, de mora ou de ofício, de que trata este artigo serão exigidos:

I – isoladamente, na hipótese de que trata o inciso I do **caput** deste artigo;

II – juntamente com as contribuições não pagas, na hipótese de que tratam os incisos II e III do **caput** deste artigo.

§ 4º Nas hipóteses de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo, a pessoa jurídica excluída do

Repes somente poderá efetuar nova adesão após o decurso do prazo de 2 (dois) anos, contado da data do cancelamento.

§ 5º Na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, a multa, de mora ou de ofício, a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo e o art. 9º desta Lei será aplicada sobre o valor das contribuições não recolhidas, proporcionalmente à diferença entre o percentual mínimo de exportações estabelecido no art. 2º desta Lei e o efetivamente alcançado.

Art. 9º A transferência de propriedade ou a cessão de uso, a qualquer título, dos bens importados ou adquiridos no mercado interno com suspensão da exigência das contribuições de que trata o art. 4º desta Lei, antes da conversão das alíquotas a 0 (zero), conforme o disposto no art. 6º desta Lei, será precedida de recolhimento, pelo beneficiário do Repes, de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação, conforme o caso, na condição de contribuinte, em relação aos bens importados, ou na condição de responsável, em relação aos bens adquiridos no mercado interno.

§ 1º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do **caput** deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 2º Os juros e multa, de mora ou de ofício, de que trata este artigo serão exigidos:

I – juntamente com as contribuições não pagas, no caso de transferência de propriedade efetuada antes de decorridos 18 (dezoito) meses da ocorrência dos fatos geradores;

II – isoladamente, no caso de transferência de propriedade efetuada após decorridos 18 (dezoito) meses da ocorrência dos fatos geradores.

Art. 10. É vedada a adesão ao Repes de pessoa jurídica optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples.

Art. 11. A importação dos bens relacionados pelo Poder Executivo na forma do § 4º do art. 4º sem similar nacional, efetuada diretamente pelo beneficiário do Repes para a incorporação ao seu ativo imobilizado, será efetuada com suspensão da exigência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

§ 1º A suspensão de que trata o **caput** deste artigo converte-se em isenção após cumpridas as condições de que trata o art. 2º desta Lei, observados os prazos de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 4º desta Lei.

§ 2º Na ocorrência do cancelamento da adesão ao Repes, na forma do art. 8º desta Lei, a pessoa ju-

rídica dele excluída fica obrigada a recolher juros e multa de mora, a forma da lei, contados a partir da ocorrência do fato gerador, referentes ao imposto não pago em decorrência da suspensão de que trata o **caput** deste artigo.

§ 3º A transferência de propriedade ou a cessão de uso, a qualquer título, dos bens importados com suspensão da exigência do IPI na forma do **caput** deste artigo, antes de ocorrer o disposto no § 1º deste artigo, será precedida de recolhimento, pelo beneficiário do Repes, de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da ocorrência do fato gerador.

§ 4º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma dos §§ 2º ou 3º deste artigo, caberá lançamento de ofício do imposto, acrescido de juros e da multa de que trata o **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO II

Do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP

Art. 12. Fica instituído o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, as condições para habilitação do Recap.

Art. 13. É beneficiária do Recap a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, assim considerada aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior à adesão ao Recap, houver sido igual ou superior a 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no período, e que assuma compromisso de manter esse percentual de exportação durante o período de 2 (dois) anos-calendário.

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** deste artigo será considerada após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

§ 2º A pessoa jurídica em início de atividade ou que não tenha atingido no ano anterior o percentual de receita de exportação exigido no **caput** deste artigo poderá se habilitar ao Recap desde que assuma compromisso de auferir, no período de 3 (três) anos-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

§ 3º o disposto neste artigo:

I – não se aplica às pessoas jurídicas optantes pelo Simples e às que tenham suas receitas, no todo ou em parte, submetidas ao regime de incidência cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins;

II – aplica-se a estaleiro naval brasileiro, no caso de aquisição ou importação de bens de capital relacionados em regulamento, destinados à incorporação ao seu ativo imobilizado para utilização nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro – REB, instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, independentemente de efetuar o compromisso de exportação para o exterior de que trata o **caput** e o § 2º, ou de possuir receita bruta decorrente de exportação para o exterior.

Art. 14. No caso de venda ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, fica suspensa a exigência:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda no mercado interno, quando os referidos bens forem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Recap para incorporação ao seu ativo imobilizado;

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando os referidos bens forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Recap para incorporação ao seu ativo imobilizado.

§ 1º O benefício de suspensão de que trata este artigo poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de adesão ao Recap.

§ 2º O percentual de exportações de que tratam o **caput** e o § 2º do art. 13 desta Lei será apurado considerando-se a média obtida, a partir do ano-calendário subsequente ao do início de utilização dos bens adquiridos no âmbito do Recap, durante o período de:

I – 2 (dois) anos-calendário, no caso do **caput** do art. 13 desta Lei; ou

II – 3 (três) anos-calendário, no caso do § 2º do art. 13 desta Lei.

§ 3º prazo de início de utilização a que se refere o § 2º este artigo não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 4º A pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado, revender o bem antes da conversão da alíquota a O (zero), na forma do § 8º deste artigo, ou não atender às demais condições de que trata o art. 13 desta Lei, fica obrigada a recolher juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação – DI, referentes às contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, na condição:

I – de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação;

II – de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 5º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 6º Os juros e multa, de mora ou de ofício, de que trata este artigo serão exigidos:

I – isoladamente, na hipótese em que o contribuinte não alcançar o percentual de exportações de que tratam o **caput** e o § 2º do art. 13 desta Lei;

II – juntamente com as contribuições não pagas, nas hipóteses em que a pessoa jurídica não incorporar o bem ao ativo imobilizado, revender o bem antes da conversão da alíquota a O (zero), na forma do § 8º ou desatender as demais condições do art. 13 desta Lei.

§ 7º Nas notas fiscais relativas à venda de que trata o **caput** deste artigo deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Confins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 8º A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota O (zero) após:

I – cumpridas as condições de que trata o **caput** do art. 13, observado o prazo do inciso I do § 2º deste artigo;

II – cumpridas as condições do § 2º do art. 13, observado o prazo do inciso II do § 2º deste artigo;

III – transcorrido o prazo de 18 (dezoito) meses, contado da data da aquisição, no caso do beneficiário de que trata o inciso II do § 3º do art. 13.

§ 9º A pessoa jurídica que efetuar o compromisso de que trata o § 2º do art. 13 desta Lei poderá, ainda, observadas as mesmas condições ali estabelecidas, utilizar o benefício de suspensão de que trata o art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

§ 10. Na hipótese de não atendimento do percentual de que tratam o **caput** e o § 2º do art. 13 desta Lei, a multa, de mora ou de ofício, a que se refere o § 4º deste artigo será aplicada sobre o valor das contribuições não recolhidas, proporcionalmente à diferença entre o percentual mínimo de exportações estabelecido e o efetivamente alcançado.

Art. 15. A adesão ao Recap fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

Art. 16. Os bens beneficiados pela suspensão da exigência de que trata o art. 14 desta Lei serão relacionados em regulamento.

CAPÍTULO III

Dos Incentivos a Inovação Tecnológica

Art. 17. A pessoa jurídica poderá usufruir dos seguintes incentivos fiscais:

I – dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesas operacionais, pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, ou como pagamento na forma prevista no § 2º deste artigo;

II – redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;

III – depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por 2 (dois), sem prejuízo da depreciação normal das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ;

IV – amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis no ativo diferido do beneficiário, para efeito de apuração do IRPJ;

V – crédito do imposto sobre a renda retido na fonte, incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados ou registrados nos termos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes percentuais:

a) 20% (vinte por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2008;

b) 10% (dez por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 10 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

VI – redução a 0 (zero) da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o

exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

§ 1º Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a apegção de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.

§ 2º O disposto no inciso I do **caput** deste artigo aplica-se também aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica contratados no País com universidade, instituição de pesquisa ou inventor independente de que trata o inciso IX do art. 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, desde que a pessoa jurídica que efetuou o dispêndio fique com a responsabilidade, o risco empresarial, a gestão e o controle da utilização dos resultados dos dispêndios.

§ 3º Na hipótese de dispêndios com assistência técnica, científica ou assemelhados e de **royalties** por patentes industriais pagos a pessoa física ou jurídica no exterior, a dedutibilidade fica condicionada à observância do disposto nos arts. 52 e 71 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 4º Na apuração dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, não serão computados os montantes alocados como recursos não reembolsáveis por órgãos e entidades do Poder Público.

§ 5º O benefício a que se refere o inciso V do **caput** somente poderá ser usufruído por pessoa jurídica que assuma o compromisso de realizar dispêndios em pesquisa no País, em montante equivalente a, no mínimo:

I – uma vez e meia o valor do benefício, para pessoas jurídicas nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;

II – o dobro do valor do benefício, nas demais regiões.

§ 6º A dedução de que trata o inciso I do **caput** deste artigo aplica-se para efeito de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

§ 7º A pessoa jurídica beneficiária dos incentivos de que trata este artigo fica obrigada a prestar, em meio eletrônico, informações sobre os programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 8º A quota de depreciação acelerada de que trata o inciso III do **caput** deste artigo constituirá ex-

clusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real, e será controlada em livro fiscal de apuração do lucro real.

§ 9º O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 10. A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 9º deste artigo, o valor da depreciação registrado na escrituração comercial deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

Art. 18. Poderão ser deduzidas como despesas operacionais, na forma do inciso I do **caput** do art. 17 desta Lei e de seu § 6º, as importâncias transferidas a microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, destinadas à execução de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento de inovação tecnológica de interesse e por conta e ordem da pessoa jurídica que promoveu a transferência, ainda que a pessoa jurídica recebedora dessas importâncias venha a ter participação no resultado econômico do produto resultante.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se às transferências de recursos efetuadas para inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

§ 2º Não constituem receita das microempresas e empresas de pequeno porte, nem rendimento do inventor independente, as importâncias recebidas na forma do **caput** deste artigo, desde que utilizadas integralmente na realização da pesquisa ou desenvolvimento de inovação tecnológica.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o **caput** deste artigo que apuram o imposto de renda com base no lucro real, os dispêndios efetuados com a execução de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica não serão dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Art. 19. Sem prejuízo do disposto no art. 17 desta Lei, a partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor corresponde a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do **caput** do art. 17 desta Lei.

§ 1º A exclusão de que trata o **caput** deste artigo poderá chegar a até 80% (oitenta por cento) dos dispêndios em função do número de empregados pes-

quisadores contratados pela pessoa jurídica, na forma a ser definida em regulamento.

§ 2º Na hipótese de pessoa jurídica que se dedica exclusivamente à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, poderão também ser considerados, na forma do regulamento, os sócios que exerçam atividade de pesquisa.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 20% (vinte por cento) da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º deste artigo, os dispêndios e pagamentos serão registrados em livro fiscal de apuração do lucro real e excluídos no período de apuração da concessão da patente ou do registro do cultivar.

§ 5º A exclusão de que trata este artigo fica limitada ao valor do lucro real e da base de cálculo da CSLL antes da própria exclusão, vedado o aproveitamento de eventual excesso em período de apuração posterior.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não se aplica à pessoa jurídica referida no § 2º deste artigo.

Art. 20. Para fins do disposto neste Capítulo, os valores relativos aos dispêndios incorridos em instalações fixas e na aquisição de aparelhos, máquinas e equipamentos, destinados à utilização em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, metrologia, normalização técnica e avaliação da conformidade, aplicáveis a produtos, processos, sistemas e pessoal, procedimentos de autorização de registros, licenças, homologações e suas formas correlatas, bem como relativos a procedimentos de proteção de propriedade intelectual, poderão ser depreciados ou amortizados na forma da legislação vigente, podendo o saldo não depreciado ou não amortizado ser excluído na determinação do lucro real, no período de apuração em que for concluída sua utilização.

§ 1º O valor do saldo excluído na forma do **caput** deste artigo deverá ser controlado em livro fiscal de apuração do lucro real e será adicionado, na determinação do lucro real, em cada período de apuração posterior, pelo valor da depreciação ou amortização normal que venha a ser contabilizada como despesa operacional.

§ 2º A pessoa jurídica beneficiária de depreciação ou amortização acelerada nos termos dos incisos III e IV do **caput** do art. 17 desta Lei não poderá utili-

zar-se do benefício de que trata o **caput** deste artigo relativamente aos mesmos ativos.

§ 3º A depreciação ou amortização acelerada de que tratam os incisos III e IV do **caput** do art. 17 desta Lei bem como a exclusão do saldo não depreciado ou não amortizado na forma do **caput** deste artigo não se aplicam para efeito de apuração da base de cálculo da CSLL.

Art. 21. A União, por intermédio das agências de fomento de ciências e tecnologia, poderá subvencionar o valor da remuneração de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas localizadas no território brasileiro, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O valor da subvenção de que trata o **caput** deste artigo será de:

I – até 60% (sessenta por cento) para as pessoas jurídicas nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam;

II – até 40% (quarenta por cento), nas demais regiões.

Art. 22. Os dispêndios e pagamentos de que tratam os arts. 17 a 20 desta Lei:

I – serão controlados contabilmente em contas específicas; e

II – somente poderão ser deduzidos se pagos a pessoas físicas ou jurídicas residentes e domiciliadas no País, ressalvados os mencionados nos incisos V e VI do **caput** do art. 17 desta Lei.

Art. 23. O gozo dos benefícios fiscais e da subvenção de que tratam os arts. 17 a 21 desta Lei fica condicionado à comprovação da regularidade fiscal da pessoa jurídica.

Art. 24. O descumprimento de qualquer obrigação assumida para obtenção dos incentivos de que tratam os arts. 17 a 22 desta Lei bem como a utilização indevida dos incentivos fiscais neles referidos implicam perda do direito aos incentivos ainda não utilizados e o recolhimento do valor correspondente aos tributos não pagos em decorrência dos incentivos já utilizados, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, previstos na legislação tributária, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 25. Os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA e os projetos aprovados até 31 de dezembro de 2005 ficarão regidos pela legislação em vigor na data da publicação da Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, autorizada a migração para o regime previsto nesta Lei, conforme disciplinado em regulamento.

Art. 26. O disposto neste Capítulo não se aplica às pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios de que

tratam as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 10.176, de 11 de janeiro de 2001, observado o art. 27 desta Lei.

Art. 27. O disposto neste Capítulo será regulamentado pelo Poder Executivo, que poderá, excepcionalmente, estender, total ou parcialmente, nessa regulamentação, até 31 de dezembro de 2007, prazo esse prorrogável por ato do Poder Executivo, o disposto nos arts. 17 a 25 desta Lei às pessoas jurídicas mencionadas no art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO IV

Do Programa de Inclusão Digital

Art. 28. Ficam reduzidas a O (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo:

I – de unidades de processamento digital classificadas no código 8471.5040 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI;

II – de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5 Kg (três quilos e meio), com tela (**écran**) de área superior a 140 cm² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 847130.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi;

III – de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente I (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) **mouse** (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi;

IV – de teclado (unidade de entrada) e de **mouse** (unidade de entrada) classificados, respectivamente, nos códigos 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi, quando acompanharem a unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da Tipi.

§ 1º Os produtos de que trata este artigo atenderão aos termos e condições estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao valor e especificações técnicas.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado ou por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal e do Distrito Federal, direta ou indireta, às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e às demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se igualmente nas vendas efetuadas às sociedades de arrendamento mercantil (**leasing**).

Art. 29. Nas vendas efetuadas na forma do art. 28 desta Lei não se aplica a retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 30. As disposições dos arts. 28 e 29 desta Lei:

I – não se aplicam às vendas efetuadas por empresas optantes pelo Simples;

II – aplicam-se às vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2009.

CAPÍTULO V

Dos Incentivos às Microrregiões nas Áreas de Atuação das Extintas Sudene e Sudam

Art. 31. Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, para bens adquiridos a partir do ano-calendário de 2006 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam, terão direito:

I – à depreciação acelerada incentivada, para efeito de cálculo do imposto sobre a renda;

II – ao desconto, no prazo de 12 (doze) meses contado da aquisição, dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que tratam o inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o § 4º do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, na hipótese de aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em regulamento, destinados à incorporação ao seu ativo imobilizado.

§ 1º As microrregiões alcançadas bem como os limites e condições para função do benefício referido neste artigo serão definidos em regulamento.

§ 2º A fruição deste benefício fica condicionada à fruição do benefício de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

§ 3º A depreciação acelerada incentivada de que trata o **caput** deste artigo consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição.

§ 4º A quota de depreciação acelerada, correspondente ao benefício, constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será escriturada no livro fiscal de apuração do lucro real.

§ 5º O total da depreciação acumulada, incluindo a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 6º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 5º deste artigo, o valor da depreciação normal, registrado na escrituração comercial, será adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

§ 7º Os créditos de que trata o inciso II do **caput** deste artigo serão apurados mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas referidas no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, sobre o valor correspondente a 1/12 (um doze avo) do custo de aquisição do bem.

§ 8º Salvo autorização expressa em lei, os benefícios fiscais de que trata este artigo não poderão ser usufruídos cumulativamente com outros de mesma natureza.

Art. 32. O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2013 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º A fruição do benefício fiscal referido no **caput** dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, ampliação, modernização ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao do início da operação.

§ 2º

§ 3º O prazo de fruição do benefício fiscal será de 10 (dez) anos, contado a partir do ano-calendário de início de sua fruição.

.....”(NR)

CAPÍTULO VI

Do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES

Art. 33. Os arts. 2º e 15 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

.....”(NR)

“Art. 15.

III – a partir do mês subsequente ao que for incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XIV e XVII a XIX do **caput** do art. 9º desta Lei;

VI – a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência do ato declaratório de exclusão, nos casos dos incisos XV e XVI do **caput** do art. 9º desta Lei.

§ 5º Na hipótese do inciso VI do **caput** deste artigo, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples mediante a comprovação, na unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o seu domicílio fiscal, da quitação do débito inscrito no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da ciência do ato declaratório de exclusão.”(NR)

CAPÍTULO VII

Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL

Art. 34. Os arts. 15 e 20 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

§ 4º O percentual de que trata este artigo também será aplicado sobre a receita

financeira da pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.”(NR)

“Art. 20.

§ 1º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 4º (quarto) trimestre-calendário de 2003, optar pelo lucro real, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 3 (três) primeiros trimestres.

§ 2º O percentual de que trata o **caput** deste artigo também será aplicado sobre a receita financeira de que trata o § 4º do art. 15 desta Lei.”(NR)

Art. 35. O **caput** do art. 1º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão utilizar crédito relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a depreciação contábil de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em regulamento, adquiridos entre 10 de outubro de 2004 e 31 de dezembro de 2006, destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente.

Art. 36. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a instituir, por prazo certo, mecanismo de ajuste para fins de determinação de preços de transferência, relativamente ao que dispõe o **caput** do art. 19 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, bem como aos métodos de cálculo que especificar, aplicáveis à exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas.

Parágrafo único. O Secretário-Geral da Receita Federal do Brasil poderá determinar a aplicação do mecanismo de ajuste de que trata o **caput** deste artigo às hipóteses referidas no art. 45 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 37. A diferença entre o valor do encargo decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas

pela Receita Federal do Brasil e o valor do encargo contabilizado decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela legislação específica aplicável aos bens do ativo imobilizado, exceto terrenos, adquiridos ou construídos por empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração de energia elétrica, poderá ser excluída do lucro líquido para a apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se somente aos bens novos adquiridos ou construídos a partir da data da publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013.

§ 2º A diferença entre os valores dos encargos de que trata o **caput** deste artigo será controlada no livro fiscal destinado à apuração do lucro real.

§ 3º O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a fiscal, não poderá ultrapassar o custo do bem depreciado.

§ 4º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3º deste artigo, o valor da depreciação registrado na escrituração comercial será adicionado ao lucro líquido, para efeito da determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, com a concomitante baixa na conta de controle do livro fiscal de apuração do lucro real.

§ 5º O disposto neste artigo produz apenas efeitos fiscais, não altera as atribuições e competências fixadas na legislação para a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL e não poderá repercutir, direta ou indiretamente, no aumento de preços e tarifas de energia elétrica.

Art. 38. O saldo, existente em 31 de dezembro de 2005, da diferença apurada entre o valor de integralização de capital efetivada a partir da entrada em vigor desta Lei e o da participação societária dada em integralização, controlado no livro fiscal de apuração do lucro real da empresa que efetuou a subscrição e integralização nos termos do art. 36 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, será computado na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, nas seguintes condições:

I – 20% (vinte por cento) do total da diferença a cada período de apuração, para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real anual;

II – 5% (cinco por cento) do total da diferença a cada período de apuração, para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real trimestral;

III – integralmente, nas hipóteses de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO VIII

Do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF

Art. 39. O art. 22 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que esta se realizar, seja igual ou inferior a:

I – R\$20.000,00 (vinte mil reais), no caso de alienação de ações negociadas no mercado de balcão;

II – R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nos demais casos.

.....”(NR)

Art. 40. Fica isento do imposto de renda o ganho auferido por pessoa física residente no País na venda de imóveis residenciais, desde que o alienante, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da celebração do contrato, aplique o produto da venda na aquisição de imóveis residenciais localizados no País.

§ 1º No caso de venda de mais de 1 (um) imóvel, o prazo referido neste artigo será contado a partir da data de celebração do contrato relativo à 1ª (primeira) operação.

§ 2º A aplicação parcial do produto da venda implicará tributação do ganho proporcionalmente ao valor da parcela não aplicada.

§ 3º No caso de aquisição de mais de um imóvel, a isenção de que trata este artigo aplicar-se-á ao ganho de capital correspondente apenas à parcela empregada na aquisição de imóveis residenciais.

§ 4º A inobservância das condições estabelecidas neste artigo importará em exigência do imposto com base no ganho de capital, acrescido de:

I – juros de mora, calculados a partir do 2º (segundo) mês subsequente ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido; e

II – multa, de mora ou de ofício, calculada a partir do 2º (segundo) mês seguinte ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido, se o imposto não for pago até 30 (trinta) dias após o prazo de que trata o **caput** deste artigo.

§ 5º O contribuinte somente poderá usufruir do benefício de que trata este artigo 1 (uma) vez a cada 5 (cinco) anos.

Art. 41. Para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis realizada por pessoa física residente no

País, serão aplicados fatores de redução (FR1 e FR2) do ganho de capital apurado.

§ 1º A base de cálculo do imposto corresponderá à multiplicação do ganho de capital pelos fatores de redução, que serão determinados pelas seguintes fórmulas:

I – $FR1 = 111,0060m1$, onde “m1” corresponde ao número de meses-calendário ou fração decorridos entre a data de aquisição do imóvel e o mês da publicação desta Lei, inclusive na hipótese de a alienação ocorrer no referido mês;

II – $FR2 = 1/1,0035m2$ onde “m2” corresponde ao número de meses-calendário ou fração decorridos entre o mês seguinte ao da publicação desta Lei ou o mês da aquisição do imóvel, se posterior, e o de sua alienação.

§ 2º Na hipótese de imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1995, o fator de redução de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será aplicado a partir de 10 de janeiro de 1996, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

CAPÍTULO IX

Da Contribuição Para o Pis/Pasep e da Cofins

Art. 42. O § 8º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art.3º.....

§ 8º.....

.....

III – agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional.

Art. 43. O art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....

§ 3º Estão sujeitos à retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins os pagamentos referentes à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II desta Lei, exceto pneumáticos, quando efetuados por pessoa jurídica fabricante:

I – de peças, componentes ou conjuntos destinados aos produtos relacionados no art. 1º desta Lei;

II – de produtos relacionados no art. 1º desta Lei.

§ 4º O valor a ser retido na forma do § 3º deste artigo constitui antecipação das contribuições devidas pelas pessoas jurídicas fornecedoras e será determinado mediante a aplicação, sobre a importância a pagar, do per-

centual de 0,1% (um décimo por cento) para a Contribuição para o PIS/Pasep e 0,5% (cinco décimos por cento) para a Cofins.

§ 5º O valor retido na quinzena deverá ser recolhido até o último dia útil da quinzena subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento.

.....
 § 7º A retenção na fonte de que trata o § 3º deste artigo:

I – não se aplica no caso de pagamento efetuado a pessoa jurídica optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples e a comerciante atacadista ou varejista;

II – alcança também os pagamentos efetuados por serviço de industrialização no caso de industrialização por encomenda.”(NR)

Art. 44. Os arts. 2º, 3º, 10 e 15 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
 § 3º Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a O (zero) e a restabelecer a alíquota incidente sobre receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre semens e embriões da posição 05.11, todos da Tipi.

.....”(NR)

“Art. 3º

.....
 VI – máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

.....
 § 21. Não integram o valor das máquinas, equipamentos e outros bens fabricados para incorporação ao ativo imobilizado na forma do inciso VI do **caput** os custos de que tratam os incisos do § 2º.” (NR)

“Art. 10.

.....

XXVI – as receitas relativas às atividades de revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003;

XXVII – as receitas relativas ao fornecimento de energia elétrica produzida por fontes alternativas de energia, com base em fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, conforme definido pela Aneel.

.....”(NR)

“Art. 15.

.....

V – nos incisos VI, IX a XXVII do **caput** e nos §§ 1º e 2º do art. 10 desta Lei;

.....”(NR)

Art. 45. Os arts. 7º, 8º, 15, 28 e 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

§ 5º Para efeito do disposto no § 4º deste artigo não se inclui a parcela a que se refere a alínea ‘e’ do inciso V do art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.”(NR)

“Art. 8º

.....

§ 11.

.....

II – produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público e laboratórios de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18 da NCM.

§ 12.

.....

XIII – preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

.....”(NR)

“Art. 15.

.....

V – máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adqui-

ridos para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

..... "(NR)

"Art. 28.

VII – preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

..... "(NR)

"Art. 40.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** deste artigo, considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido igual ou superior a 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

..... "(NR)

Art. 46. O art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

VI – máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

§ 13. Não integram o valor das máquinas, equipamentos e outros bens fabricados para incorporação ao ativo imobilizado na forma do inciso VI do **caput** os custos de que tratam os incisos do § 2º. (NR)

Art. 47. Os arts. 2º, 10 e 30 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As pessoas jurídicas poderão optar pelo desconto, no prazo de 18 (dezoito) meses, dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que tratam o inciso III do § 1º do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o § 4º do art. 15 da Lei

nº 10.865, de 30 de abril de 2004, na hipótese de aquisição dos bens de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 1º Os créditos de que trata este artigo serão apurados mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas referidas no **caput** do art. 2º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, sobre o valor correspondente a 1/18 (um dezoito avo) do custo de aquisição do bem.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às aquisições efetuadas após 1º de outubro de 2004."(NR)

"Art. 10.

III – para autopeças relacionadas nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002:

a) no inciso I do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, no caso de venda para as pessoas jurídicas nele relacionadas; ou

b) no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, no caso de vendas para as pessoas jurídicas nele relacionadas;

§ 2º A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidirão sobre a receita bruta auferida pela pessoa jurídica executora da encomenda às alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, aplicam-se os conceitos de industrialização por encomenda do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI."(NR)

"Art. 30. As sociedades cooperativas de crédito e de transporte rodoviário de cargas, na apuração dos valores devidos a título de Cofins e PIS-faturamento, poderão excluir da base de cálculo os ingressos decorrentes do ato cooperativo, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e demais normas relativas às cooperativas de produção agropecuária e de infra-estrutura." (NR)

Art. 48. Fica vedada a utilização do crédito de que tratam o inciso II do **caput** do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e o inciso II do **caput** do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, de níquel, de alumínio, de chumbo, de zinco, e de estanho, classificados res-

pectivamente nas posições 39.15, 47.07, 70.01, 72.04, 74.04, 75.03, 76.02, 78.02, 79.02, e 80.02 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi, e demais desperdícios e resíduos metálicos do Capítulo 81 da Tipi.

Art. 49. A incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofias fica suspensa no caso de venda de desperdícios, resíduos ou aparas de que trata o art. 48, para pessoa jurídica que apure o imposto de renda com base no lucro real.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o **caput** não se aplica às vendas efetuadas por pessoa jurídica optante pelo Simples.

Art. 50. Fica suspensa a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita auferida por fabricante na venda a empresa sediada no exterior para entrega em território nacional de material de embalagem a ser totalmente utilizado no acondicionamento de mercadoria destinada à exportação para o exterior.

§ 1º A suspensão de que trata o **caput** deste artigo converte-se em alíquota O (zero) após a exportação da mercadoria acondicionada.

§ 2º Nas notas fiscais relativas às vendas com suspensão de que trata o **caput** deverá constar a expressão “Saída com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 3º O benefício de que trata este artigo somente poderá ser usufruído após atendidos os termos e condições estabelecidos em regulamento do Poder Executivo.

§ 4º A pessoa jurídica que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que se realizou a operação de venda, não houver efetuado a exportação para o exterior das mercadorias acondicionadas com o material de embalagem recebido com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofias fica obrigada ao recolhimento dessas contribuições, acrescidas de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da referida data de venda, na condição de responsável.

§ 5º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 6º Nas hipóteses de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo, a pessoa jurídica fabricante do material de embalagem será responsável solidária com a pessoa jurídica destinatária desses produtos pelo pagamento das contribuições devidas e respectivos acréscimos legais.

Art. 51. A suspensão de que trata o § 1º do art. 14 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, aplica-se também nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora.

§ 1º A suspensão de que trata o **caput** deste artigo converte-se em alíquota O (zero) após decorridos 18 (dezoito) meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora.

§ 2º A pessoa jurídica importadora que não incorporar o bem ao seu ativo imobilizado, ou revender o bem antes do prazo de que trata o § 1º deste artigo, recolherá a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação, acrescidas de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir do registro da Declaração de Importação.

§ 3º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 2º deste artigo, caberá lançamento de ofício das contribuições, acrescidas de juros e da multa de que trata o **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º As máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos beneficiados pela suspensão da exigência das contribuições na forma deste artigo serão relacionados em regulamento.

Art. 52. O **caput** do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 julho de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 1º

.....

XI – leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, e leite em pó, integral ou desnatado, destinados ao consumo humano;

XII – queijos tipo mussarela, minas, prato, queijo de coalho, ricota e requeijão.

.....”(NR)

Art. 53. Fica instituído Regime Aduaneiro Especial de Importação de embalagens referidas na alínea “b” do inciso II do **caput** do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que permite a apuração da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação utilizando-se as alíquotas previstas:

I – na alínea “b” do inciso II do **caput** do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no caso de importação de embalagens destinadas ao envasamento de água e refrigerante;

II – nos meios I e II do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de importação de embalagens destinadas ao envasamento de outros produtos.

Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, as condições necessárias para a habilitação ao regime de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 54. Somente poderá habilitar-se ao regime de que trata o art. 53 desta Lei a pessoa jurídica comercial que importe as embalagens nele referidas para revendê-las diretamente a pessoa jurídica industrial.

Parágrafo único. A pessoa jurídica industrial será responsável solidária com a pessoa jurídica comercial importadora com relação ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

Art. 55. Se no registro da Declaração de Importação – DI a pessoa jurídica comercial importadora, habilitada ao regime de que trata o art. 53 desta Lei, desconhecer a destinação das embalagens, o recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação será realizado por estimativa tendo por base as vendas do último trimestre-calendário.

§ 1º Ocorrendo recolhimento a menor da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, em função da destinação dada às embalagens após sua importação, a diferença, no período de apuração em que se verificar, será recolhida ao Tesouro Nacional com o acréscimo de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados desde a data do registro da DI.

§ 2º Se, durante o ano-calendário, em função da estimativa, por 2 (dois) períodos de apuração consecutivos ou 3 (três) alternados, ocorrer recolhimento a menor da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação superior a 20% (vinte por cento) do valor devido, a pessoa jurídica comercial importadora será excluída do regime.

Art. 56. A venda ou a importação de máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de papéis destinados à impressão de jornais, ou de papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da Tipi, destinados à impressão de periódicos, serão efetuadas com suspensão da exigência:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda no mercado interno, quando os referidos bens forem adquiridos por pessoa jurídica industrial para incorporação ao seu ativo imobilizado; ou

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando os referidos bens forem importados diretamente por pessoa jurídica industrial para incorporação ao seu ativo imobilizado.

§ 1º O benefício da suspensão de que trata este artigo:

I – aplica-se somente no caso de aquisições ou importações efetuadas por pessoa jurídica que auferir, com a venda dos papéis referidos no **caput**, valor igual ou superior a 80% (oitenta por cento) da sua receita bruta de venda total de papéis;

II – não se aplica no caso de aquisições ou importações efetuadas por pessoas jurídicas optantes pelo Simples ou que tenham suas receitas, no todo ou em parte, submetidas ao regime de incidência cumulativa da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins; e

III – poderá ser usufruído nas aquisições ou importações realizadas até 30 de abril de 2008, ou até que a produção nacional atenda a 80% (oitenta por cento) do consumo interno.

§ 2º O percentual de que trata o inciso I do § 1º será apurado:

I – depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda; e

II – considerando-se a média obtida, a partir do início de utilização do bem adquirido com suspensão, durante o período de 18 (dezoito) meses.

§ 3º O prazo de início de utilização a que se refere o § 2º não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 4º A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois de cumprida a condição de que trata o inciso I do § 1º, observados os prazos determinados nos §§ 2º e 3º.

§ 5º No caso de não ser efetuada a incorporação do bem ao ativo imobilizado, ou de sua revenda antes da redução a zero das alíquotas, na forma do § 4º, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo serão devidas, acrescidas de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da Lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação – DI, na condição de responsável, em relação à Contribuição para o Pis/Pasep e à Cofins, ou de contribuinte, em relação à Contribuição para o Pis/Pasep-Importação e à Cofins-Importação.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda de que trata o inciso 1 do **caput** deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese de não-atendimento do percentual de venda de papéis estabelecido no inciso I do § 1º, a multa, de mora ou de ofício, a que se refere o § 5º, será aplicada sobre o valor das contribuições não-recolhidas, proporcionalmente à diferença entre esse percentual de venda e o efetivamente alcançado.

§ 8º A utilização do benefício da suspensão de que trata este artigo:

I – fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica adquirente ou importadora das máquinas e equipamentos, em relação aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil; e

II – será disciplinada pelo Poder Executivo em regulamento.

§ 9º As máquinas e equipamentos beneficiados pela suspensão da exigência das contribuições, na forma deste artigo, serão relacionados em regulamento.

Art. 57. A Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins devidas pelo produtor ou importador de nafta petroquímica, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda desse produto às centrais petroquímicas, serão calculadas, respectivamente, com base nas alíquotas de 1% (um por cento) e 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento).

Art. 58. Na apuração da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofias no regime de não-cumulatividade, a central petroquímica poderá descontar créditos calculados às alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, decorrentes de aquisição ou importação de nafta petroquímica.

Parágrafo único. Na hipótese de a central petroquímica revender a nafta petroquímica adquirida na forma do art. 57 ou importada na forma do § 15 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, o crédito de que trata o **caput** será calculado mediante a aplicação das alíquotas de 1,0% (um por cento) para a Contribuição para o Pis/Pasep e de 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) para a Cofins.

Art. 59. O art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.8º.....

§ 15. Na importação de nafta petroquímica, quando efetuada por centrais petroquímicas, as alíquotas são de:

I – 1,0% (um por cento), para a Contribuição para o Pis/Pasep-Importação; e

II – 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento), para a Cofins-Importação.” (NR)

Art. 60. O art. 14 da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Aplicam-se à nafta petroquímica destinada à produção ou formulação de gasolina ou diesel as disposições do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e dos arts. 22 e 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, incidindo as alíquotas específicas:

I – fixadas para o óleo diesel, quando a nafta petroquímica for destinada à produção ou formulação exclusivamente de óleo diesel; ou

II – fixadas para a gasolina, quando a nafta petroquímica for destinada à produção ou formulação de óleo diesel ou gasolina.” (NR)

Art. 61. A pessoa jurídica industrial ou importadora de produtos sujeitos ao selo de controle de que trata o art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, poderá deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido correspondente ao ressarcimento de custos de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, efetivamente pago no mesmo período.

Art. 62. O disposto no art. 33, § 2º, inciso I, do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, também se aplica aos demais produtos sujeitos ao selo de controle a que se refere o art. 46 da Lei nº 4.502, de 1964.

Art. 63. O percentual e o coeficiente multiplicadores a que se refere o art. 3º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, e o art. 5º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, passam a ser de 169% (cento e sessenta e nove por cento) e 1,98 (um inteiro e noventa e oito centésimos), respectivamente.

Art. 64. O art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

§ 1º.....

I – cerealista que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal, classificados nos códigos 09.01, 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, 12.01 e 18.01, todos da NCM;” (NR)

Art. 65. Nas vendas, efetuadas por distribuidor estabelecido fora da Zona Franca de Manaus – ZFM, de álcool para fins carburantes destinado ao consumo ou à industrialização na ZFM, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004.

§ 1º No caso deste artigo, a Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins incidirão, nas vendas efetuadas pela pessoa jurídica adquirente na forma do **caput**, às alíquotas de 1,46% (um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento) e 6,74% (seis inteiros e setenta e quatro centésimos por cento).

§ 2º O distribuidor, no caso deste artigo, fica obrigado a cobrar e recolher, na condição de contri-

buinte substituto, a Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins devidas pela pessoa jurídica de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Para os efeitos do § 2º, a Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins serão apuradas mediante a aplicação das alíquotas de que trata o § 1º sobre o preço de venda do distribuidor.

§ 4º A pessoa jurídica domiciliada na ZFM, que utilizar como insumo álcool para fins carburante adquirido com substituição tributária, na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo, poderá abater da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins, incidentes sobre seu faturamento, o valor dessas contribuições recolhidas pelo substituto tributário.

Art. 66. Nas vendas, efetuadas por produtor, fabricante ou importador estabelecido fora da ZFM, dos produtos relacionados nos incisos I a VIII do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, destinadas ao consumo ou industrialização na ZFM, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004.

§ 1º No caso deste artigo, nas revendas efetuadas pela pessoa jurídica adquirente na forma do **caput**, a Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins incidirão às alíquotas previstas:

I – no art. 23 da Lei nº 10.865, de 2004;

II – na alínea **b** do inciso I do art. 1º e do art. 2º da Lei nº 10.147, de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004;

III – no art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, com a redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004;

IV – no **caput** do art. 5º da Lei nº 10.485, de 2002, com a redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004;

V – nos incisos I e II do **caput** do art. 3º da Lei nº 10.485, de 2002, com a redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004;

VI – no art. 52 da Lei nº 10.833, de 2003, e alterações posteriores;

VII – no art. 51 da Lei nº 10.833, de 2003, e alterações posteriores.

§ 2º O produtor, fabricante ou importador, no caso deste artigo, fica obrigado a cobrar e recolher, na condição de contribuinte substituto, a Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins devidas pela pessoa jurídica de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos produtos farmacêuticos classificados nas posições 30.01, 30.03, 30.04, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, todos da Tipi.

§ 4º Para os efeitos do § 2º, a Contribuição para o Pis/Pasep e a Cofins serão apuradas mediante a apli-

cação das alíquotas de que trata o § 1º sobre o preço de venda do produtor, fabricante ou importador.

§ 5º A pessoa jurídica domiciliada na ZFM, que utilizar como insumo ou incorporar ao seu ativo permanente produtos adquiridos com substituição tributária, na forma dos §§ 2º e 4º deste artigo, poderá abater da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre seu faturamento o valor dessas contribuições recolhidas pelo substituto tributário.

§ 6º Não se aplicam as disposições dos §§ 2º, 4º e 5º deste artigo no caso de venda dos produtos referidos nos incisos IV e V do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, para montadoras de veículos.

Art. 67. Na apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a receita bruta referente à prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto obedecerá ao regime de caixa.

CAPÍTULO X

Do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI

Art. 68. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar, para o IPI relativo aos produtos classificados nos códigos NCM 71.13, 71.14, 71.16 e 71.17, alíquotas correspondentes às mínimas estabelecidas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, nos termos do inciso VI do art. 155 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As alíquotas do IPI fixadas na forma do **caput** deste artigo serão uniformes em todo o território nacional.

Art. 69. O § 2º do art. 43 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.

§ 2º As indicações do **caput** deste artigo e de seu § 1º serão feitas na forma do regulamento, podendo ser substituídas por outros elementos que possibilitem a classificação e controle fiscal dos produtos.

.....”(NR)

Art. 70. Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2009 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Parágrafo único. O art. 2º e o **caput** do art. 6º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de que trata o art. 1º desta Lei somente poderá ser utilizada uma

vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de 2 (dois) anos.”(NR)

“Art. 6º A alienação do veículo adquirido nos termos desta Lei e da Lei nº 8.199, de 28 de junho de 1991, e da Lei nº 8.843, de 10 de janeiro de 1994, antes de 2 (dois) anos contados da data da sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nos referidos diplomas legais acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

.....”(NR)

CAPÍTULO XI

Dos Prazos de Recolhimento de Impostos e Contribuições

Art. 71. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2006, os recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF serão efetuados nos seguintes prazos:

I – IRRF:

a) na data da ocorrência do fato gerador, no caso de:

1. rendimentos atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior;

2. pagamentos a beneficiários não identificados;

b) até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores, no caso de:

1. juros sobre o capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;

2. prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e

3. multa ou qualquer vantagem, de que trata o art. 70 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

c) até o último dia útil do mês subsequente ao encerramento do período de apuração, no caso de rendimentos e ganhos de capital distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário; e

d) até o último dia útil do 1º (primeiro) decêndio do mês subsequente ao mês de

ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos;

II – IOF:

a) até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores, no caso de aquisição de ouro, ativo financeiro; e

b) até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio da cobrança ou do registro contábil do imposto, nos demais casos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, na hipótese de que trata a alínea **d** do inciso I do **caput** deste artigo, em relação aos fatos geradores ocorridos:

I – no mês de dezembro de 2006, os recolhimentos serão efetuados:

a) até o 3º (terceiro) dia útil do decêndio subsequente, para os fatos geradores ocorridos no 1º (primeiro) e 2º (segundo) decêndios; e

b) até o último dia útil do 1º (primeiro) decêndio do mês de janeiro de 2007, para os fatos geradores ocorridos no 3º (terceiro) decêndio;

II – no mês de dezembro de 2007, os recolhimentos serão efetuados:

a) até o 3º (terceiro) dia útil do 2º (segundo) decêndio, para os fatos geradores ocorridos no 1º (primeiro) decêndio; e

b) até o último dia útil do 1º (primeiro) decêndio do mês de janeiro de 2008, para os fatos geradores ocorridos no 2º (segundo) e no 3º (terceiro) decêndio.

Art. 72. O § 1º do art. 63 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63.”

§ 1º O imposto de que trata este artigo incidirá sobre o valor de mercado do prêmio, na data da distribuição.

.....”(NR)

Art. 73. O parágrafo único do art. 10 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.”

Parágrafo único. O pagamento ou a retenção e o recolhimento da Contribuição serão efetuados no mínimo 1 (uma) vez por decêndio.”(NR)

Art. 74. O § 2º do art. 70 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70.

§ 2º O imposto será retido na data do pagamento ou crédito da multa ou vantagem.

..... “(NR)

Art. 75. O art. 35 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. Os valores retidos na quinzena, na forma dos arts. 30, 33 e 34 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.”(NR)

Art. 76. O **caput** do art. 6º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O pagamento unificado de impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte inscritas no Simples será feito de forma centralizada até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.
.....”(NR)

CAPÍTULO XII

Dos Fundos de Investimento Constituídos por Entidades Abertas de Previdência Complementar e por Sociedades Seguradoras e dos Fundos de Investimento para Garantia de Locação Imobiliária

Art. 77. As entidades abertas de previdência complementar e as sociedades seguradoras poderão, a partir de 1º de janeiro de 2006, constituir fundos de investimento, com patrimônio segregado, vinculados exclusivamente a planos de previdência complementar ou a seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, estruturados na modalidade de contribuição variável, por elas comercializados e administrados.

§ 1º Durante o período de acumulação, a remuneração da provisão matemática de benefícios a conceder, dos planos e dos seguros referidos no **caput**

deste artigo terá por base a rentabilidade da carteira de investimentos dos respectivos fundos.

§ 2º Os fundos de investimento de que trata o **caput** somente poderão ser administrados por instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para o exercício da administração de carteira de valores mobiliários.

Art. 78. A aquisição de plano ou seguro enquadrado na estrutura prevista no art. 77 desta Lei far-se-á mediante subscrição pelo adquirente de quotas dos fundos de investimento vinculados.

§ 1º No caso de plano ou seguro coletivo:

I – a pessoa jurídica adquirente também será cotista do fundo; e

II – o contrato ou apólice conterá cláusula com a periodicidade em que as quotas adquiridas pela pessoa jurídica terão sua titularidade transferida para os participantes ou segurados.

§ 2º A transferência de titularidade de que trata o inciso II do § 1º deste artigo:

I – conferirá aos participantes ou segurados o direito à realização de resgates e à portabilidade dos recursos acumulados correspondentes às quotas;

II – não caracteriza resgate para fins de incidência do Imposto de Renda.

§ 3º Independentemente do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, no caso de falência ou liquidação extrajudicial de pessoa jurídica proprietária de quotas:

I – a titularidade das quotas vinculadas a participantes ou segurados individualizados será transferida a estes;

II – a titularidade das quotas não vinculadas a qualquer participante ou segurado individualizado será transferida para todos os participantes ou segurados proporcionalmente ao número de quotas de propriedade destes, inclusive daquelas cuja titularidade lhes tenha sido transferida com base no inciso I deste parágrafo.

Art. 79. O patrimônio dos fundos de investimento de que trata o art. 77 desta Lei não se comunica com o das entidades abertas de previdência complementar ou das sociedades seguradoras que os constituírem, não respondendo, nem mesmo subsidiariamente, por dívidas destas.

§ 1º No caso de falência ou liquidação extrajudicial da entidade aberta de previdência complementar ou da sociedade seguradora, o patrimônio dos fundos não integrará a respectiva massa falida ou liquidanda.

§ 2º Os bens e direitos integrantes do patrimônio dos fundos não poderão ser penhorados, seqüestrados, arrestados ou objeto de qualquer outra forma de constrição judicial em decorrência de dívidas da

entidade aberta de previdência complementar ou da sociedade seguradora.

Art. 80. No caso de morte do participante ou segurado dos planos e seguros de que trata o art. 77 desta Lei, os seus beneficiários poderão optar pelo resgate das quotas ou pelo recebimento de benefício de caráter continuado previsto em contrato, independentemente da abertura de inventário ou procedimento semelhante.

Art. 81. Os planos de previdência complementar e os seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência comercializados até 31 de dezembro de 2005 poderão ser adaptados pelas entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras à estrutura prevista no art. 77 desta Lei.

Art. 82. O disposto no art. 81 desta Lei não afeta o direito dos participantes e segurados à portabilidade dos recursos acumulados para outros planos e seguros, estruturados ou não nos termos do art. 77 desta Lei.

Art. 83. A concessão de benefício de caráter continuado por plano ou seguro estruturado na forma do art. 77 desta Lei importará na transferência da propriedade das quotas dos fundos a que esteja vinculado o respectivo plano ou seguro para a entidade aberta de previdência complementar ou a sociedade seguradora responsável pela concessão.

Parágrafo único. A transferência de titularidade de quotas de que trata o **caput** deste artigo não caracteriza resgate para fins de incidência do Imposto de Renda.

Art. 84. Aplica-se aos planos e seguros de que trata o art. 77 desta Lei o disposto no art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nos arts. 1º a 5º e 7º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Fica responsável pela retenção e recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre as aplicações efetuadas nos fundos de investimento de que trata o art. 77 desta Lei a entidade aberta de previdência complementar ou a sociedade seguradora que comercializar ou administrar o plano ou o seguro enquadrado na estrutura prevista no mencionado artigo, bem como pelo cumprimento das obrigações acessórias decorrentes dessa responsabilidade.

Art. 85. É facultado ao participante de plano de previdência complementar enquadrado na estrutura prevista no art. 77 desta Lei o oferecimento, como garantia de financiamento imobiliário, de quotas de sua titularidade dos fundos de que trata o referido artigo.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também:

I – aos cotistas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI;

II – aos segurados titulares de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência enquadrado na estrutura prevista no art. 77 desta Lei.

§ 2º A faculdade mencionada no **caput** deste artigo aplica-se apenas ao financiamento imobiliário tomado em instituição financeira, que poderá ser vinculada ou não à entidade operadora do plano ou do seguro.

Art. 86. É vedada às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras a imposição de restrições ao exercício da faculdade mencionada no art. 85 desta Lei, mesmo que o financiamento imobiliário seja tomado em instituição financeira não vinculada.

Art. 87. A garantia de que trata o art. 85 desta Lei será objeto de instrumento contratual específico, firmado pelo participante ou segurado, pela entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora e pela instituição financeira.

Parágrafo único. O instrumento contratual específico a que se refere o **caput** deste artigo será considerado, para todos os efeitos jurídicos, como parte integrante do plano de benefícios ou da apólice, conforme o caso.

Art. 88. As operações de financiamento imobiliário que contarem com a garantia mencionada no art. 85 desta Lei serão contratadas com seguro de vida com cobertura de morte e invalidez permanente.

Art. 89. As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários -CVM para o exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários ficam autorizadas a constituir fundos de investimento que permitam a cessão de suas quotas em garantia de locação imobiliária.

§ 1º A cessão de que trata o **caput** deste artigo será formalizada mediante registro perante o administrador do fundo, pelo titular das quotas, por meio de termo de cessão fiduciária acompanhado de 1 (uma) via do contrato de locação, constituindo, em favor do credor fiduciário, propriedade resolúvel das quotas.

§ 2º Na hipótese de o cedente não ser o locatário do imóvel locado, deverá também assinar o contrato de locação ou aditivo, na qualidade de garantidor.

§ 3º A cessão em garantia de que trata o **caput** deste artigo constitui regime fiduciário sobre as quotas cedidas, que ficam indisponíveis, inalienáveis e impenhoráveis, tomando-se a instituição financeira administradora do fundo seu agente fiduciário.

§ 4º O contrato de locação mencionará a existência e as condições da cessão de que trata o **caput** deste artigo, inclusive quanto a sua vigência, que poderá ser por prazo determinado ou indeterminado.

§ 5º Na hipótese de prorrogação automática do contrato de locação, o cedente permanecerá responsável por todos os seus efeitos, ainda que não tenha anuído no aditivo contratual, podendo, no entanto, exonerar-se da garantia, a qualquer tempo, mediante notificação ao locador, ao locatário e à administradora do fundo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 6º Na hipótese de mora, o credor fiduciário notificará extrajudicialmente o locatário e o cedente, se pessoa distinta, comunicando o prazo de 10 (dez) dias para pagamento integral da dívida, sob pena de excussão extrajudicial da garantia, na forma do § 7º deste artigo.

§ 7º Não ocorrendo o pagamento integral da dívida no prazo fixado no § 6º deste artigo, o credor poderá requerer ao agente fiduciário que lhe transfira, em caráter pleno, exclusivo e irrevogável, a titularidade de quotas suficientes para a sua quitação, sem prejuízo da ação de despejo e da demanda, por meios próprios, da diferença eventualmente existente, na hipótese de insuficiência da garantia.

§ 8º A excussão indevida da garantia enseja responsabilidade do credor fiduciário pelo prejuízo causado, sem prejuízo da devolução das quotas ou do valor correspondente, devidamente atualizado.

§ 9º O agente fiduciário não responde pelos efeitos do disposto nos §§ 6º e 7º deste artigo, exceto na hipótese de comprovado dolo, má-fé, simulação, fraude ou negligência, no exercício da administração do fundo.

§ 10. Fica responsável pela retenção e recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre as aplicações efetuadas nos fundos de investimento de que trata o **caput** deste artigo a instituição que administrar o fundo com a estrutura prevista neste artigo, bem como pelo cumprimento das obrigações acessórias decorrentes dessa responsabilidade.

Art. 90. Os arts. 37 e 40 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

“Art. 37.

 IV – cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
 (NR)

“Art. 40.

 VIII – exoneração de garantia constituída por quotas de fundo de investimento;
 IX – liquidação ou encerramento do fundo de investimento de que trata o inciso IV do art. 37 desta lei.” (NR)

Art. 91. Compete ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários e à Superintendência de Seguros Privados, no âmbito de suas respectivas atribuições, dispor sobre os critérios complementares para a regulamentação deste Capítulo.

CAPÍTULO XIII

Da Tributação de Planos de Benefício, Seguros e Fundos de Investimento de Caráter Previdenciário

Art. 92. A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 6º As opções mencionadas no § 5º deste artigo deverão ser exercidas até o último dia útil do mês subsequente ao do ingresso nos planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e serão irrevogáveis, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas.

§ 7º Para o participante, segurado ou quotista que houver ingressado no plano de benefícios até o dia 30 de novembro de 2005, a opção de que trata o § 6º deverá ser exercida até o último dia útil do mês de dezembro de 2005, permitida neste prazo, excepcionalmente, a retratação da opção para aqueles que ingressaram no referido plano entre 1º de janeiro e 4 de julho de 2005.” (NR)

“Art. 2º

§ 2º A opção de que trata esse artigo deverá ser formalizada pelo participante, segurado ou quotista, à respectiva entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou ao administrador de FAPI, conforme o caso, até o último dia útil do mês de dezembro de 2005.

..... (NR)

“Art. 5º

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** aos fundos administrativos constituídos pelas entidades fechadas de previdência complementar e às provisões, reservas técnicas e fundos dos planos assistenciais de que trata o art. 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.” (NR)

Art. 93. O **caput** do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 8º

IX – nos lançamentos relativos à transferência de reservas técnicas, fundos e provisões de plano de benefício de caráter previdenciário entre entidades de previdência complementar ou sociedades seguradoras, inclusive em decorrência de reorganização societária, desde que:

a) não haja qualquer disponibilidade de recursos para o participante, nem mudança na titularidade do plano; e

b) a transferência seja efetuada diretamente entre planos ou entre gestores de planos.

.....”

(NR)

Art. 94. O contribuinte que efetuou pagamento de tributos e contribuições com base no art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, em valor inferior ao devido, poderá quitar o débito remanescente até o último dia útil do mês de dezembro de 2005, com a incidência de multa, de mora ou de ofício, conforme o caso, bem assim com a incidência de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês seguinte ao do vencimento do tributo e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O pagamento realizado na forma do caput deste artigo implicará a extinção dos créditos tributários relativos aos fatos geradores a ele relacionados, ainda que já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 2º O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, o disposto neste artigo.

Art. 95. As entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e Fundos de Aposentadoria Programada Individual – FAPI que, para gozo do benefício previsto no art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, efetuaram o pagamento dos tributos e contribuições na forma ali estabelecida e desistiram das ações judiciais individuais, deverão comprovar, perante a Delegacia da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, a desistência das ações judiciais coletivas, bem como a renúncia a qualquer alegação de direito a elas relativa, de modo irrevogável e irretratável, até o último dia útil do mês de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O benefício mencionado no **caput** deste artigo surte efeitos enquanto não houver a homologação judicial do requerimento, tomando-se definitivo com a referida homologação.

Art. 96. Na hipótese de pagamento de benefício não programado oferecido em planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, após a opção do participante pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, incidirá imposto de renda à alíquota:

I – de 25% (vinte e cinco por cento), quando o prazo de acumulação for inferior ou igual a 6 (seis) anos; e

II – prevista no inciso IV, V ou VI do art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, quando o prazo de acumulação for superior a 6 (seis) anos.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, também, ao benefício não programado concedido pelos planos de benefícios cujos participantes tenham efetuado a opção pelo regime de tributação referido no **caput** deste artigo, nos termos do art. 2º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro 2004.

§ 2º Para fins deste artigo e da definição da alíquota de Imposto de Renda incidente sobre as prestações seguintes, o prazo de acumulação continua a ser contado após o pagamento da 1ª (primeira) prestação do benefício, importando na redução progressiva da alíquota aplicável em razão do decurso do prazo de pagamento de benefícios, na forma definida em ato da Receita Federal do Brasil, da Secretaria de Previdência Complementar e da Superintendência de Seguros Privados.

CAPÍTULO XIV

Do Parcelamento de Débitos Previdenciários dos Municípios

Art. 97. Os Municípios poderão parcelar seus débitos e os de responsabilidade de autarquias e fundações municipais relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas **a** e **c** do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 30 de setembro de 2005, em até 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e consecutivas.

§ 1º Os débitos referidos no **caput** são aqueles originários de contribuições sociais e correspondentes obrigações acessórias, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irrevogável e irretratável.

§ 3º Os débitos de que tratam o **caput** e §§ 1º e 2º deste artigo, com vencimento até 31 de dezembro de 2004, provenientes de contribuições descontadas dos segurados empregado, trabalhador avulso e con-

tribuinte individual, bem como de sub-rogação e de importâncias retidas ou descontadas, referidas na Lei nº 8.212, de 1991, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas.

§ 4º Caso a prestação mensal não seja paga na data do vencimento, serão retidos e repassados à Receita Federal do Brasil, recursos do Fundo de Participação dos Municípios suficientes para sua quitação, acrescidos dos juros previstos no art. 101 desta lei.

§ 5º Os valores pagos pelos municípios relativos ao parcelamento objeto desta Lei não serão incluídos no limite a que se refere o § 4º do art. 5º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

§ 6º A opção pelo parcelamento será formalizada até 31 de dezembro de 2005, na Receita Federal do Brasil, que se responsabilizará pela cobrança das prestações e controle dos créditos originários dos parcelamentos concedidos.

Art. 98. Serão considerados remidos os débitos que remanescerem após o pagamento regular da última prestação dos parcelamentos de que tratam o **caput** e o § 3º do art. 97 desta Lei.

Art. 99. Os débitos serão consolidados por município na data do pedido do parcelamento, reduzindo-se os valores referentes a juros de mora em 50% (cinquenta por cento).

Art. 100. Os débitos a que se refere o art. 97 serão parcelados em prestações mensais equivalentes a:

I – no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da média mensal da Receita Corrente Líquida Municipal;

II – no máximo, 9% (nove por cento) do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Art. 101. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da consolidação do débito até o último dia útil do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento da respectiva prestação.

Art. 102. Para o parcelamento objeto desta Lei, serão observadas as seguintes condições:

I – o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) será aplicado sobre a média mensal da Receita Corrente Líquida referente ao ano anterior ao do vencimento da prestação, publicada de acordo com o previsto nos arts. 52, 53 e 63 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

II – para fins de cálculo das prestações mensais, os Municípios se obrigam a encaminhar à Receita Federal do Brasil o demonstrativo de apuração da receita corrente líquida de que trata o inciso I do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano;

III – a falta de apresentação das informações a que se refere o inciso II do **caput** implicará, para fins de apuração e cobrança da prestação mensal, a aplicação da variação do Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescida de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, sobre a última receita corrente líquida publicada nos termos da legislação.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, às prestações vencíveis em janeiro, fevereiro e março de cada ano, aplicar-se-ão os limites utilizados no ano anterior, nos termos do inciso I do **caput**.

§ 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se como Receita Corrente Líquida aquela definida nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 103. As prestações serão exigíveis no último dia útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao da formalização do pedido de parcelamento.

§ 1º No período compreendido entre a formalização do pedido de parcelamento e o mês da consolidação, o Município deverá recolher mensalmente as prestações mínimas correspondentes aos valores previstos no inciso I do art. 100, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 2º O pedido se confirma com o pagamento da primeira prestação na forma do § 1º.

§ 3º A partir do mês seguinte à consolidação, o valor da prestação será obtido mediante a divisão do montante do débito parcelado, deduzidos os valores das prestações mínimas recolhidas nos termos do § 1º, pelo número de prestações restantes, observados os valores mínimo e máximo constantes do art. 100.

Art. 104. A concessão do parcelamento objeto desta Lei está condicionada à:

I – apresentação, pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da Receita Corrente Líquida Municipal, na forma do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, referente ao ano-calendário de 2004;

II – adimplemento das obrigações vencidas após a data referida no **caput** do art. 97.

Art. 105. O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido nas seguintes hipóteses:

I – inadimplemento por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, o que primeiro ocorrer;

II – inadimplemento das obrigações correntes referentes às contribuições de que trata o art. 97;

III – não complementação do valor da prestação na forma do § 4º do art. 97.

Art. 106. O Poder Executivo disciplinará, em regu-
lamento, os atos necessários à execução do disposto
nos arts. 97 a 105.

Parágrafo único. Os débitos referidos no **caput**
deste artigo serão consolidados no âmbito da Receita
Federal do Brasil.

Art. 107. É suspensa a pretensão punitiva do
Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e
2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos
arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de
dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período
em que a pessoa jurídica relacionada com o agente
dos aludidos crimes estiver incluída no regime de par-
celamento.

Parágrafo único. A prescrição penal não corre du-
rante o período de suspensão da pretensão punitiva.

CAPÍTULO XV

Da Desoneração Tributária da Bovinocultura

Art. 108. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991,
passa a vigorar acrescida do seguinte art. 25-B:

“Art. 25-B. A contribuição social do em-
pregador rural, pessoa física ou jurídica, que
exerça atividade de bovinocultura, em substi-
tuição à contribuição de que tratam os incisos
I e II do art. 22, e a do segurado especial, re-
feridos respectivamente na alínea ‘a’ do inciso
V e no inciso VII do art. 12 desta lei, destinada
à seguridade social, será apurada mediante a
aplicação das seguintes alíquotas:

I – 1% (um por cento) da receita bruta
proveniente da comercialização da sua pro-
dução, para financiamento das prestações de
seguridade social;

II – 0,1% (um décimo por cento) da receita
bruta proveniente da comercialização da sua
produção, para financiamento das prestações
por acidente do trabalho;

III – 0,2% (dois décimos por cento) da re-
ceita bruta proveniente da comercialização da
sua produção, para financiamento do Serviço
Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR),
criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro
de 1991.

§ 1º As disposições contidas no inciso I
do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro
de 1991, não se aplicam aos empregadores
rurais de que trata o **caput** deste artigo.

§ 2º O segurado especial de que trata
este artigo, além da contribuição obrigatória
referida no **caput**, poderá contribuir, facultati-
vamente, na forma do art. 21 desta lei.

§ 3º A pessoa física de que trata a alí-
nea **a** do inciso 4 do art. 12 contribuirá, tam-
bém, obrigatoriamente, na forma do art. 21
desta lei.

§ 4º Não integra a base de cálculo des-
sa contribuição o produto animal destinado
à reprodução ou criação pecuária, quando
vendido pelo próprio produtor a quem o utilize
diretamente com essas finalidades.

§ 5º A contribuição prevista neste artigo
dispensa o pagamento das previstas no art.
25 desta lei, e no art. 25 da Lei nº 8.870, de
15 de abril de 1994.”

Art. 109. O art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de ju-
lho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes
§§ 6º e 7º:

“Art. 30.
.....

§ 6º Não se aplica o disposto nos incisos
III e IV deste artigo à pessoa jurídica referida
no **caput** do art. 25-B desta lei, a qual fica
obrigada a recolher a contribuição de que trata
o art. 25-B, até o dia 2 do mês subsequente
ao da operação de venda ou consignação da
produção, na forma estabelecida em regula-
mento.

§ 7º Aplicam-se às contribuições devi-
das pelas pessoas físicas e pelo segurado
especial de que tratam o art. 25-B desta lei
as regas previstas nos incisos III, IV e X de-
ste artigo”. (NR)

Art. 110. O período de redução das alíquotas
de que tratam os arts. 108 e 109 será de 1 (um) ano
a partir do 1º dia do mês subsequente ao da publica-
ção desta lei, e poderá ser prorrogado desde que fi-
que comprovado o aumento real de arrecadação das
contribuições previstas nos arts. 22-A e 25 da Lei nº
8.212, de 1991.

CAPÍTULO XVI

Disposições Gerais

Art. 111. Para fins do disposto nas alíneas **b** e
c do inciso XI do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de
dezembro de 2003, o reajuste de preços em função
do custo de produção ou da variação de índice que
reflita a variação ponderada dos custos dos insumos
utilizados, nos termos do inciso II do § 1º do art. 27
da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, não será

considerada para fins da descaracterização do preço predeterminado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se desde 1º de novembro de 2003.

Art. 112. Para efeito de determinação da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, do IRPJ e da CSLL, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem computar como receitas ou despesas incorridas nas operações realizadas em mercados de liquidação fatura:

I – a diferença, apurada no último dia útil do mês, entre as variações das taxas, dos preços ou dos índices contratados (diferença de curvas), sendo o saldo apurado por ocasião da liquidação do contrato, da cessão ou do encerramento da posição, nos casos de:

a) **swap** e termo;

b) futuro e outros derivativos com ajustes financeiros diários ou periódicos de posições cujos ativos subjacentes aos contratos sejam taxas de juros **spot** ou instrumentos de renda fixa para os quais seja possível a apuração do critério previsto neste inciso;

II – o resultado da soma algébrica dos ajustes apurados mensalmente, no caso dos mercados referidos na alínea **b** do inciso I do **caput** deste artigo cujos ativos subjacentes aos contratos sejam mercadorias, moedas, ativos de renda variável, taxas de juros a termo ou qualquer outro ativo ou variável econômica para os quais não seja possível adotar o critério previsto no referido inciso;

III – o resultado apurado na liquidação do contrato, da cessão ou do encerramento da posição, no caso de opções e demais derivativos.

§ 1º O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, o disposto neste artigo, podendo, inclusive, determinar que o valor a ser reconhecido mensalmente, na hipótese de que trata a alínea **b** do inciso I do **caput** deste artigo, seja calculado:

I – pela bolsa em que os contratos foram negociados ou registrados;

II – enquanto não estiver disponível a informação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Quando a operação for realizada no mercado de balcão, somente será admitido o reconhecimento de despesas ou de perdas se a operação tiver sido registrada em sistema que disponha de critérios para aferir se os preços, na abertura ou no encerramento da posição, são consistentes com os preços de mercado.

§ 3º No caso de operações de **hedge** realizadas em mercados de liquidação fatura em bolsas no exterior, as receitas ou as despesas de que trata o **caput** deste artigo serão apropriadas pelo resultado:

I – da soma algébrica dos ajustes apurados mensalmente, no caso de contratos sujeitos a ajustes de posições;

II – auferido na liquidação do contrato, no caso dos demais derivativos.

§ 4º Para efeito de determinação da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, fica vedado o reconhecimento de despesas ou de perdas apuradas em operações realizadas em mercados fora de bolsa no exterior.

§ 5º Os ajustes serão efetuados no livro fiscal destinado à apuração do lucro real.

Art. 113. O art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 2º O pagamento dos tributos e contribuições na forma do disposto no **caput** deste artigo será considerado definitivo, não gerando, em qualquer hipótese, direito à restituição ou à compensação com o que for apurado pela incorporadora.

§ 3º As receitas, custos e despesas próprios da incorporação sujeita a tributação na forma deste artigo não deverão ser computados na apuração das bases de cálculo dos tributos e contribuições de que trata o **caput** deste artigo, devidos pela incorporadora em virtude de suas outras atividades empresariais, inclusive incorporações não afetadas.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º deste artigo, os custos e despesas indiretos pagos pela incorporadora no mês serão apropriados a cada incorporação na mesma proporção representada pelos custos diretos próprios da incorporação, em relação ao custo direto total da incorporadora, assim entendido como a soma de todos os custos diretos de todas as incorporações e o de outras atividades exercidas pela incorporadora.

§ 5º A opção pelo regime especial de tributação obriga o contribuinte a fazer o recolhimento dos tributos, na forma do **caput** deste artigo, a partir do mês da opção.” (NR)

Art. 114. O Ministro de Estado da Fazenda poderá criar, nos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Turmas Especiais, de caráter temporário, com competência para julgamento de processos que

envolvam valores reduzidos ou matéria recorrente ou de baixa complexidade.

§ 1º As Turmas de que trata o **caput** deste artigo serão paritárias, compostas por 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) conselheiro Presidente de Câmara, representante da Fazenda, e 3 (três) conselheiros com mandato **pro tempore**, designados entre os conselheiros suplentes.

§ 2º As Turmas Especiais a que se refere este artigo poderão funcionar nas cidades onde estão localizadas as Superintendências da Receita Federal do Brasil.

§ 3º O Ministro de Estado da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo, inclusive quanto à definição da matéria e do valor a que se refere o **caput** deste artigo e ao funcionamento das Turmas Especiais.

Art. 115. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar acrescido do art. 26-A e com a seguinte redação para os arts. 2º e 9º 16 e 23

Art. 2º

Parágrafo único. Os atos e termos processuais a que se refere o **caput** deste artigo poderão ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em meio magnético ou equivalente, conforme disciplinado em ato da administração tributária.”(NR)

“Art. 9º

§ 1º Os autos de infração e as notificações de lançamento de que trata o **caput** deste artigo, formalizados em relação ao mesmo sujeito passivo, podem ser objeto de um único processo, quando a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de prova.

..... “(NR)

“Art. 16.

V – se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição.

..... ”(NR)

“Art. 23.

III – por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

§ 1º Quando resultar improfícuo um dos meios previstos no **caput** deste artigo, a intimação poderá ser feita por edital publicado:

I – no endereço da administração tributária na internet;

II – em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação; ou

III – uma única vez, em órgão da imprensa oficial local.

§ 2º

III – se por meio eletrônico, 15 (quinze) dias contados da data registrada:

a) no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

IV – 15 (quinze) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

§ 3º Os meios de intimação previstos nos incisos do **caput** deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 4º Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:

I – o endereço postal por ele fornecido, para fins cadastrais, à administração tributária; e

II – o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, desde que autorizado pelo sujeito passivo.

§ 5º O endereço eletrônico de que trata este artigo somente será implementado com expresso consentimento do sujeito passivo, e a administração tributária informar-lhe-á as normas e condições de sua utilização e manutenção.

§ 6º As alterações efetuadas por este artigo serão disciplinadas em ato da administração tributária.”(NR)

“Art. 26-A. A Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CSRF poderá, por iniciativa de seus membros, dos Presidentes dos Conselhos de Contribuintes, do Secretário da Receita Federal ou do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovar proposta de súmula de suas decisões reiteradas e uniformes.

§ 1º De acordo com a matéria que constitua o seu objeto, a súmula será apreciada por uma das Turmas ou pelo Pleno da CSRF.

§ 2º A súmula que obtiver 2/3 (dois terços) dos votos da Turma ou do Pleno será submetida ao Ministro de Estado da Fazenda, após parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ouvida a Receita Federal do Brasil.

§ 3º Após a aprovação do Ministro de Estado da Fazenda e publicação no **Diário Oficial** da União, a súmula terá efeito vinculante em relação à Administração Tributária Federal e, no âmbito do processo administrativo, aos contribuintes.

§ 4º A súmula poderá ser revista ou cancelada, por propostas dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos de Contribuintes, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou do Secretário da Receita Federal, obedecidos os procedimentos previstos para a sua edição.

§ 5º Os procedimentos de que trata este artigo serão disciplinados nos regimentos internos dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.”

Art. 116. O art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A Receita Federal do Brasil, antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de tributos, deverá verificar se o contribuinte é devedor à Fazenda Nacional.

§ 1º Existindo débito em nome do contribuinte, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito.

§ 2º Existindo, nos termos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, débito em nome do contribuinte, em relação às contribuições sociais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou às contribuições instituídas a título de substituição e em relação à Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito.

§ 3º Ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social estabelecerá as normas e procedimentos necessários à aplicação do disposto neste artigo.”(NR)

Art. 117. O art. 89 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 89.
.....

§ 8º Verificada a existência de débito em nome do sujeito passivo, o valor da restituição

será utilizado para extingui-lo, total ou parcialmente, mediante compensação.”(NR)

Art. 118. O art. 8º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A O valor da Cide-Combustíveis pago pelo vendedor de hidrocarbonetos líquidos, não destinados à formulação de gasolina ou diesel, poderá ser deduzido dos valores devidos pela pessoa jurídica adquirente desses produtos, relativamente a tributos ou contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos, limites e condições estabelecidos em regulamento.

§ 1º A pessoa jurídica importadora dos produtos de que trata o **caput** deste artigo, não destinados à formulação de gasolina ou diesel, poderá deduzir dos valores dos tributos ou contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos, limites e condições estabelecidos em regulamento, o valor da Cide-Combustíveis pago na importação.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo somente aos hidrocarbonetos líquidos utilizados como insumo pela pessoa jurídica adquirente.”(NR)

Art. 119. O art. 18 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.
.....

§ 4º Será também exigida multa isolada sobre o valor total do débito indevidamente compensado, quando a compensação for considerada não declarada nas hipóteses do inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se os percentuais previstos:

I – no inciso I do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

II – no inciso II do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos casos de evidente intuito de fraude, definidos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

§ 5º Aplica-se o disposto no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, às hipóteses previstas no § 4º deste artigo.”(NR)

Art. 120. O § 2º do art. 3º, o art. 17 e o art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

 § 2º

 IV – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

..... ”(NR)

“Art. 17.

I –

g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal inclua-se tal atribuição.

.....

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se:

I – a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel;

II – a pessoa física que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura e moradia sobre área rural situada na região da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, superior à legalmente passível de legitimação de posse referida na alínea ‘g’ do inciso I do **caput**, atendidos os limites de área definidos por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º-A As hipóteses da alínea ‘g’ do inciso I do **caput** e do inciso II do § 2º ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos:

I – aplicação exclusivamente às áreas em que a detenção por particular seja comprovadamente anterior a 1º de dezembro de 2004;

II – submissão aos demais requisitos e impedimentos do regime legal e administrativo da destinação e da regularização fundiária de terras públicas;

III – vedação de concessões para hipóteses de exploração não-contempladas na lei agrária, nas leis de destinação de terras públi-

cas, ou nas normas legais ou administrativas de zoneamento ecológico-econômico; e

IV – previsão de rescisão automática da concessão, dispensada notificação, em caso de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social.

§ 2º-B A hipótese do inciso II do § 2º:

I – só se aplica a imóvel situado em zona rural, não sujeito a vedação, impedimento ou inconveniente à sua exploração mediante atividades agropecuárias; e

II – fica limitada a áreas de até 500 (quinhentos) hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite;

III – pode ser cumulada com o quantitativo de área decorrente da figura prevista na alínea ‘g’ do inciso I do **caput**, até o limite previsto no inciso II.

..... ”(NR)

“Art. 24.

.....

XXVII – para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

..... ”(NR)

Art. 121. O art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.

§ 1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o **caput** deste artigo, o pretendente deverá:

I – atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

§ 2º Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o poder concedente exigirá dos financiadores que aten-

dam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, podendo alterar ou dispensar os demais requisitos previstos no § 1º, inciso I.

§ 4º A assunção do controle autorizada na forma do § 2º não alterará as obrigações da concessionária e de seus controladores junto ao poder concedente.” (NR)

Art. 122. A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida dos arts. 18-A, 23-A e 28-A:

“Art. 18-A. O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I – encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II – verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III – inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV – proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.”

“Art. 23-A. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.”

“Art. 28-A. Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados a contratos de concessão, em qualquer de suas modalidades, as concessionárias poderão ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as seguintes condições:

I – o contrato de cessão dos créditos deverá ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos para ter eficácia perante terceiros;

II – sem prejuízo do disposto no inciso I, a cessão do crédito não terá eficácia em relação ao poder público concedente senão quando for este formalmente notificado;

III – os créditos futuros cedidos nos termos deste artigo serão constituídos sob a titularidade do mutuante, independentemente de qualquer formalidade adicional;

IV – o mutuante poderá indicar instituição financeira para efetuar a cobrança e receber os pagamentos dos créditos cedidos ou permitir que a concessionária o faça, na qualidade de representante e depositária;

V – na hipótese de ter sido indicada instituição financeira, conforme previsto no inciso IV, fica a concessionária obrigada a apresentar a essa os créditos para cobrança;

VI – os pagamentos dos créditos cedidos deverão ser depositados, pela concessionária ou pela instituição encarregada da cobrança, em conta corrente bancária vinculada ao contrato de mútuo;

VII – a instituição financeira depositária deverá transferir os valores recebidos ao mutuante à medida que as obrigações do contrato de mútuo tomarem-se exigíveis; e

VIII – o contrato de cessão disporá sobre a devolução à concessionária dos recursos excedentes, sendo vedada a retenção do saldo após o adimplemento integral do contrato.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, serão considerados contratos de longo prazo aqueles cujas obrigações tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.”

Art. 123. O art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. Os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive Cooperativas de Eletrificação Rural, serão concedidos ao consumo que se verifique na atividade de irrigação e aquicultura desenvolvida em um período diário contínuo de 8h30m (oito horas e trinta minutos)

de duração, facultado ao concessionário ou permissionário de serviço público de distribuição de energia elétrica o estabelecimento de escalas de horário para início, mediante acordo com os consumidores, garantido o horário compreendido entre 21h30m (vinte e uma horas e trinta minutos) e 6h (seis horas) do dia seguinte.”(NR)

Art. 124. O art. 199 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 199.

§ 1º Na recuperação judicial e na falência das sociedades de que trata o **caput** deste artigo, em nenhuma hipótese ficará suspenso o exercício de direitos derivados de contratos de locação, arrendamento mercantil ou de qualquer outra modalidade de arrendamento de aeronaves ou de suas partes.

§ 2º Os créditos decorrentes dos contratos mencionados no § 1º deste artigo não se submeterão aos efeitos da recuperação judicial ou extrajudicial, prevalecendo os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, não se lhes aplicando a ressalva contida na parte final do § 3º do art. 49 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de falência das sociedades de que trata o **caput** deste artigo, prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa relativos a contratos de locação, de arrendamento mercantil ou de qualquer outra modalidade de arrendamento de aeronaves ou de suas partes.”(NR)

Art. 125. O disposto no art. 124 desta Lei não se aplica aos processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial que estejam em curso na data de publicação desta Lei.

Art. 126. A partir de 15 de agosto de 2005, a Receita Federal do Brasil deverá, por intermédio de convênio, arrecadar e fiscalizar, mediante remuneração de 1,5% (um e meio por cento) do montante arrecadado, o adicional de contribuição instituído pelo § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, observados, ainda, os §§ 4º e 5º do referido art. 8º e, no que couber, o disposto na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 127. O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

III – na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliários, cujas quotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.

Parágrafo único. O benefício disposto no inciso III do **caput**:

I – será concedido somente nos casos em que o Fundo de Investimento Imobiliário possua, no mínimo, 50 (cinquenta) quotistas;

II – não será concedido ao quotista pessoa física titular de quotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das quotas emitidas pelo Fundo de Investimento Imobiliário ou cujas quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.”(NR)

Art. 128. O § 1º do art. 1º da Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também às irregularidades previstas na legislação anterior, desde que pendentes de julgamento definitivo nas instâncias administrativas.

.....”(NR)

Art. 129. Os produtos industrializados em pólos produtivos localizados nas áreas previstas no § 4º do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, e art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, ficam isentos do imposto sobre produtos industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 1º A isenção prevista no **caput** deste artigo aplica-se aos produtos cujo processo de elaboração resulte de uma composição final que comprove quantidade física majoritária de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vege-

tal, mineral ou agroindustrial, observada a legislação ambiental pertinente.

§ 2º A delimitação locacional dos pólos produtivos referidos no caput deste artigo e as condições previstas no § 1º, bem como, os produtos que não poderão, em qualquer hipótese, usufruir da isenção referida, serão definidas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus.

§ 3º São considerados pólos produtivos, independente da delimitação prevista no § 2º e além de outros que venham a ser definidos, as áreas de livre comércio criadas pelas Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, nº 8.210, de 19 de julho de 1991, nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, nº 8.857 de 8 de março de 1994 e pelo art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 130. A remessa de produtos nacionais ou nacionalizados, para industrialização nas áreas previstas no **caput** do art. 129, será realizada com suspensão do imposto sobre produtos industrializados, a qual converte-se em isenção quando cumpridas as condições estabelecidas no art. 129.

Parágrafo único. Na hipótese da remessa de produtos nacionais ou nacionalizados, destinados às áreas previstas no **caput** do art. 129, com a finalidade de serem reembarcados para outros pontos do território nacional, os quais deverão ser estocados em armazéns ou embarcações sob controle da Superintendência da Zona Franca de Manaus, não se aplica o disposto no **caput**.

Art. 131. Os incentivos fiscais previstos no art. 129 aplicam-se exclusivamente aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Art. 132. O art. 3º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 3º

§ 3º As mercadorias entradas na Zona Franca de Manaus nos termos do **caput** poderão ser posteriormente destinadas à exportação para o exterior, ainda que usadas, com a manutenção da isenção dos tributos incidentes na importação.

§ 4º O disposto no § 3º aplica-se a procedimento idêntico que, eventualmente, tenha sido anteriormente adotado.”(NR)

Art. 133. O art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 19:

“Art. 2º

§ 19. Para as empresas beneficiárias do regime de que trata esta Lei, fabricantes de unidades de saída por vídeo (monitores) policromáticas, de sub-posição NCM 8471.60.72 os percentuais para investimento estabelecidos neste artigo, exclusivamente sobre o faturamento bruto decorrente da comercialização desses produtos no mercado interno, ficam reduzidos em um ponto percentual, a partir de 1º de novembro de 2005.” (NR)

Art. 134. Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica quando configurada relação de emprego entre o prestador de serviço e a pessoa jurídica contratante, em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista.

Art. 135. Até 31 de dezembro de 2005, o Poder Executivo encaminhará medida provisória que estabelecerá as faixas de receita bruta e os correspondentes percentuais, observados os limites fixados nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, na forma do art. 33 desta Lei.

Art. 136. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. O atendimento ao disposto no art. 60 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para as instituições que aderirem ao Programa até 31 de

dezembro de 2005 poderá ser efetuado, excepcionalmente, até 31 de dezembro de 2006.” (NR)

Art. 137. São criadas, nos Municípios de Almeirim, Barcarena e Santarém, no Estado do Pará, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento regional.

§ 1º O Poder Executivo demarcará, no prazo de 90 (noventa) dias, área contínua onde serão instaladas as áreas de livre comércio, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

§ 2º Aplicam-se às áreas de livre comércio referidas no **caput** o tratamento fiscal previsto na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e nos arts. 129 a 131 desta Lei, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Relativamente às áreas de livre comércio referidas no **caput**, aplica-se o seguinte:

I – são considerados pólos produtivos, independentemente da delimitação prevista no § 2º do art. 129;

II – as atribuições referidas no § 2º do art. 129, no parágrafo único do art. 130 e no art. 131, serão exercidas por Agência Federal de Desenvolvimento Regional designada pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO XVII Disposições Finais

Art. 138. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a partir da data da publicação da Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005, em relação ao disposto:

a) no art. 92 desta Lei, relativamente ao § 6º do art. 1º, § 2º do art. 2º, parágrafo único do art. 5º, todos da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004;

b) no art. 93 desta Lei;

II – desde 14 de outubro de 2005, em relação ao disposto:

a) no art. 33 desta Lei, relativamente ao art. 15 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

b) no art. 44 desta Lei, relativamente ao inciso XXVI do art. 10 e ao art. 15, ambos da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

c) no art. 45 desta Lei, relativamente ao art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;

d) nos arts. 39 a 41, 42, 113, 118, 119 desta Lei;

III – a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da publicação desta Lei, em relação ao disposto:

a) no art. 43 desta Lei, observado o disposto na alínea “a” do inciso V deste artigo;

b) no art. 45 desta Lei, relativamente ao art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;

c) no art. 44 desta Lei, relativamente ao art. 3º e ao inciso XXVII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

d) nos arts. 37, 46, 67 e 108 a 110;

IV – a partir de 1º de janeiro de 2006, em relação ao disposto:

a) no art. 33 desta Lei, relativamente ao art. 2º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

b) nos arts. 17 a 27, 31 e 32, 34, 38, 71 a 76, 77 a 91 desta Lei;

V – a partir do 1º (primeiro) dia do 4º (quarto) mês subsequente ao da publicação desta Lei, em relação ao disposto:

a) no art. 43 desta Lei, relativamente ao inciso I do § 3º e ao inciso II do § 7º, ambos do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002;

b) no art. 47 desta Lei, relativamente ao art. 10 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004;

c) nos arts. 48 e 49, 52, 57 a 60, 61 a 63, 65 e 66;

VI – a partir da data da publicação do ato conjunto a que se refere o § 3º do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, na forma do art. 116 desta Lei, em relação aos arts. 116 e 117 desta Lei;

VII – em relação ao art. 112 desta Lei, a partir da edição de ato disciplinando a matéria, observado, como prazo mínimo:

a) o 1º (primeiro) dia do 4º (quarto) mês subsequente ao da publicação desta Lei, para a Contribuição para o PIS/Pasep, e para a Cofins;

b) o 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2006, para o IRPJ e para a CSLL;

VIII – a partir da data da publicação desta Lei, em relação aos demais dispositivos.

Art. 139. Ficam revogados:

I – a partir de 1º de janeiro de 2006:

a) a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993;

b) o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993;

c) o § 4º do art. 82 e os incisos I e II do art. 83 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995;

d) os arts. 39, 40, 42 e 43 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro 2002;

II – o art. 73 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

III – o art. 36 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;

IV – o art. 11 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004;

V – o art. 4º da Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003;

VI – a partir do 1º (primeiro) dia do 4º (quarto) mês subsequente ao da publicação desta Lei, o inciso VIII do § 12 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Senado Federal, de novembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do último dia 4 de outubro último foi lido o Requerimento nº 1.079, de 2005, do Senador Tião Viana e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, a realizar-se no dia 14 de dezembro próximo, destinada a homenagear os marinheiros brasileiros, pelo Dia do Marinheiro, celebrado no dia 13 de dezembro.

Em votação o requerimento

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência convoca Sessão Especial a realizar-se no dia 14 de dezembro, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 24 de outubro foi lido o Requerimento nº 1.177, de 2005, do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a comemorar o centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, a transcorrer no próximo dia 27 de novembro.

Em votação o requerimento

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 3 de novembro foi lido o Requerimento nº 1.237, de 2005, do Senador Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores, solicitando que a primeira hora da sessão do próximo dia 28 seja dedicada a comemorar os 33 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe.

Em votação o requerimento

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 110, DE 2005

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 110, de 2005 (nº 148/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Augusto Rego Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Turcomenistão.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

PARECER Nº 1.873, DE 2005–CRE

(Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 12 votos favoráveis: nenhum voto contrário, nenhum voto branco, nenhum voto nulo e não houve abstenções; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Antes de proceder à votação, passamos ao segundo parecer, por se tratar de indicação cumulativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 117, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 117, de 2005 (nº 155/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Augusto Rego Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Uzbequistão.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

PARECER Nº 1.874, DE 2005–CRE

(Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves obteve também a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis: nenhum voto contrário, nenhum voto branco, nenhum voto nulo e não houve abstenções; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e, nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A orientação da Liderança do PMDB é votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo encaminha o voto “sim”, lembrando que se trata de profissionais de carreira extremamente importan-

tes para a representação do Estado brasileiro, que são os profissionais da Carreira Diplomática do Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, um minuto, porque houve uma falha eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que a solicita pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que é um mau hábito do Itamaraty mandar o nome do candidato para a República principal sem mandar também para a secundária, onde ele vai responder. Com isso, somos obrigados a votar duas vezes a mesma figura, no caso, esse Embaixador, que é, talvez, um dos melhores do País, mas essa situação deveria ser sanada. Quando viesse a indicação, deveria vir também o outro local onde ele vai responder.

Agradeço a V. Ex^a, se considerar esta sugestão, porque estou cansado de falar ao Itamaraty, mas o Itamaraty está cansado de desobedecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com muita satisfação, vamos encaminhar a sugestão de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria elogiar a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães, que me parece muito oportuna. Isso facilitaria o trabalho do Senado Federal.

Eu gostaria de pedir também aos Senadores que estão em reuniões das CPIs que interrompam os trabalhos por pouco tempo, porque precisamos de quórum para votar emendas constitucionais: a emenda do Senador Arthur Virgílio e há duas PECs para serem votadas ainda hoje. O quórum está muito baixo, apesar de vários Senadores não estarem presentes.

A CPI precisa interromper temporariamente os trabalhos para que as votações possam ocorrer com agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário e determino às Comissões Parlamentares de Inquérito que estão funcionando que suspendam, por favor, os trabalhos, para que possamos avançar na pauta da Ordem do Dia.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGENS NºS 110 E 117, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO E UZBEQUISTÃO

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/11/2005

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 8/11/2005 18:32:27
Encerramento: 8/11/2005 18:38:14

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou

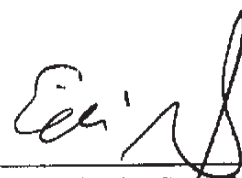
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
RFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 44

Votos NÃO : 07 Total : 51

Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Sen. Edison Lobão

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 164, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 164, de 2005 (nº 377/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

PARECER Nº 1.875, DE 2005–CRE

(Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel obteve a provação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis: nenhum voto contrário, nenhum voto branco, nenhum voto nulo e não houve abstenções; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determino a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sob pena de nulidade da respectiva reunião.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 164, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÍNDIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DO NEPAL

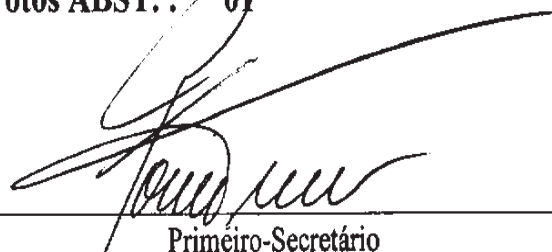
Num.Sessão: 1 Num.Votação: 2 Abertura: 8/11/2005 18:38:50
Data Sessão: 8/11/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 8/11/2005 18:44:22

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 50
Votos NÃO : 07 Total : 58
Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

Sen. Rômulo Tuma

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Houve uma abstenção.

Total: 58 votos.

Aprovado o nome Sr. José Vicente de Sá Pimentel.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 208, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 208, de 2005 (nº 527/2005, na origem), pela qual *o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.*

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Gerson Camata.

PARECER Nº 1.876, DE 2005-CRE

(Relator **ad hoc**: Senador Gerson Camata)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome

do Sr. Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 17 votos favoráveis e nenhum voto contrário, ou nulo, ou abstenções; portanto, pela unanimidade, dos Membros presentes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quantas mensagens faltam votarmos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais quatro itens.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quatro itens, exceto o relativo ao Cade, Excelência. Não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O CADE não entra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem deseje usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGEM Nº 208, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSAO DIPLOMATICA)**

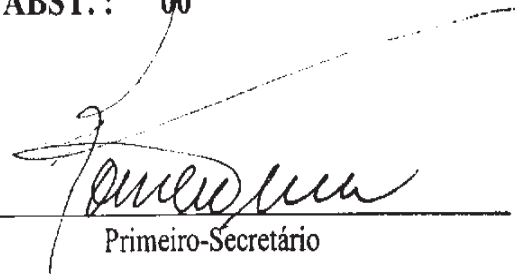
Sr. EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA LIBANESA

Num.Sessão: 1	Num.Votação: 3	Abertura: 8/11/2005 18:46:54
Data Sessão: 8/11/2005	Hora Sessão: 14:00:00	Encerramento: 8/11/2005 18:48:56

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	SC	JÓRGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 46
 Votos NÃO : 07 **Total : 53**
 Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Sen. Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 46 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Não houve abstenção.

Total: 53 votos.

Aprovado o nome do Sr. Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

A Mesa registrará em Ata a intenção de voto do Senador Fernando Bezerra, que votará na próxima matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 209, DE 2005

(*Escolha de Chefe de Missão Diplomática.*)

Mensagem nº 209, de 2005 (nº 528/2005, na origem), pela qual *o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Afeganistão.*

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Roberto Saturnino.

PARECER Nº 1.877, DE 2005–CRE

(Relator **ad hoc**: Senador Roberto Saturnino)

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação no nome do Sr. Fausto Martha Godoy obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum em branco, nenhum nulo e nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado, do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estamos procedendo à nova votação para a escolha de Embaixador. O painel está aberto.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 209, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. FAUSTO MARTHA GODOY, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO AFGANISTÃO

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/11/2005

Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

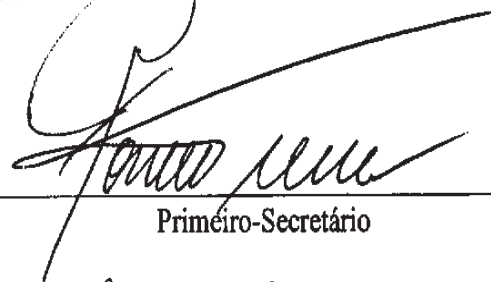
Abertura: 8/11/2005 18:49:22
Encerramento: 8/11/2005 18:52:05

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 47
Votos NÃO : 08 Total : 55
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

Sen. Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram Sim 47 Srs. Senadores; e Não, 8.

Não houve abstenção.

Total: 55 votos.

Aprovado o nome do Sr. Fausto Martha Godoy.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 210, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 210, de 2005 (nº 529/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à liberação do Senado a escolha do Sr. *Dante Coelho de Lima*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Sérvia e Montenegro.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator **ad hoc**: Senador Jefferson Péres.

PARECER Nº 1.878, DE 2005–CRE

(Relator **ad hoc**: Senador Jefferson Péres)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação no nome do Sr. Dante Coelho de Lima obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum nulo e nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado, do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Presidente Sarney, V. Ex^a veio prestar homenagem aos Embaixadores.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGEM Nº 210, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. DANTE COELHO LIMA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À SÉRVIA E MONTENEGRO

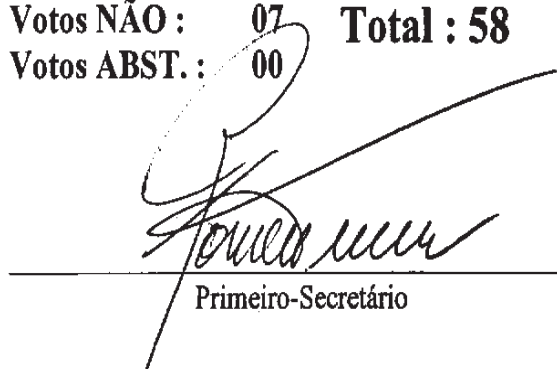
Num.Sessão: 1	Num.Votação: 5	Abertura: 8/11/2005 18:52:28
Data Sessão: 8/11/2005	Hora Sessão: 14:00:00	Encerramento: 8/11/2005 18:55:08

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	MAO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 51
 Votos NÃO : 07 Total : 58
 Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

Sen. Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram Sim 51 Srs. Senadores; e Não, 7.

Não houve abstenção.

Total: 58 votos.

Aprovado o nome do Sr. Dante Coelho Lima.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 227, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 227, de 2005 (nº 591/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Adhemar Gabriel Bahadian*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República de San Marino e na República da Albânia, desde que obtidos os *agrément*s dos governos desses países.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador José Jorge.

PARECER Nº 1.879, DE 2005–CRE

(Relator: Senador José Jorge)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação no nome do Sr.

Adhemar Gabriel Bahadian obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum nulo e nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado, do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parablenizo V. Ex^a pela condução dos trabalhos, com uma velocidade incrível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington Salgado.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGEM Nº 227, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. ADHEMAR GABRIEL BAHADIAN, PARA EXERCER O CARGO DE EMB. DO BRASIL JUNTO À REP. ITALIANA, E, CUMULATIVAMENTE, OS CARGOS DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REP. DE SAN MARINO E NA REP. DA ALBÂNIA, DESDE QUE OBITADO OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAISES

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 8/11/2005

Num.Votação: 6
Hora Sessão: 14:00:00

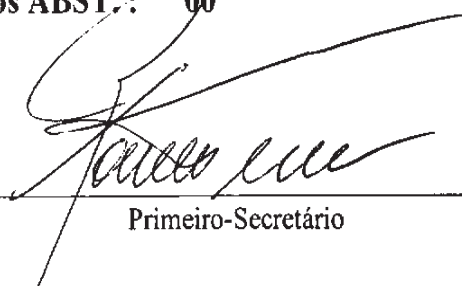
Abertura: 8/11/2005 18:55:27
Encerramento: 8/11/2005 18:58:19

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 47
Votos NÃO : 09 Total : 56
Votos ABST.: 00


Primeiro-Secretário
Sen. Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram Sim 47 Srs. Senadores; e Não, 9.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Aprovado o nome do Sr. Adhemar Gabriel Bahadrian.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa indaga aos Srs. Líderes se há acordo, pois temos ainda duas matérias para votação na Ordem do Dia, duas propostas de emenda à Constituição que exigem **quorum** qualificado. A Mesa alerta sobre a necessidade da presença de Senadores para votar matéria constitucional.

Há acordo entre os Srs. Líderes para votação das duas matérias? A Mesa pede atenção com o **quorum**.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem.)

– Peço a V. Ex^a inclusão na pauta do Requerimento nº 1.243, de 2005, de minha autoria. Gostaria que V. Ex^a o submetesse à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não havendo objeção, a Mesa fará o encaminhamento do requerimento para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Na sessão do dia 7 de novembro, foi lido o **Requerimento nº 1.243, de 2005**, do Senador José Agripino, solicitando ao Tribunal de Contas da União informações sobre a realização de auditoria a respeito dos eventuais investimentos do Ministério da Agricultura, no setor de defesa sanitária animal, em áreas de fronteira e, em caso afirmativo, quais foram as suas conclusões.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Srs. Líderes não se manifestaram sobre as duas Propostas de Emenda à Constituição quando a Mesa indagou se colocaremos ou não em votação no dia de hoje, atentando para o **quorum** qualificado que as matérias exigem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pondero que temos mais de duas PECs em que há acordo para votar, a PEC da Senadora Fátima Cleide; a PEC do Senador Arthur Virgílio, que muda o nome Zona Franca para Pólo de Desenvolvimento Industrial da

Amazônia; a PEC sobre a questão dos funcionários públicos do Estado de Rondônia. Enfim, só acho que o **quorum** está muito baixo. O **quorum** para uma PEC...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Um **quorum** de 75 é baixo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– É de 75 no painel. Nenhuma votação passou de 56 votos. É tudo 52 e, de vez em quando, há votos contra. Então, há um risco. Trata-se de um trabalho que demora anos para se chegar a uma emenda constitucional. Amanhã, a pauta está desobstruída. Amanhã, seguramente, poderemos votar essas emendas constitucionais. A minha sugestão é deixar para amanhã. É evidente que se os autores quiserem votar, eu me rendo, porque não há problema de mérito; só considero que é temerário votar emenda constitucional com um quórum efetivo como esse que temos, muito baixo e de alto risco.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Concordo inteiramente com o Senador Mercadante, até porque o meu dedo hoje está muito para o “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tem razão o Líder Mercadante, porque, matematicamente, era isto: as matérias eram aprovadas com 46, 47 votos a favor, sempre com sete votos contra. Como a indicação de autoridade exigia maioria simples, então a questão estava potencialmente resolvida em todos os casos.

No caso das PECs, teríamos que colocar 49 votos e seria temerário, apesar do acordo. Seria de fato arriscar um trabalho de tantos meses. E creio que todas as propostas de emendas constitucionais apresentadas pelos Srs. Senadores tiveram a mesma preocupação de melhorar alguma situação, como foi a minha preocupação em relação ao meu Estado e ao Pólo Industrial de Manaus.

Portanto, concordo com o adiamento e entendo que amanhã teremos quórum e poderemos votar privilegiadamente essas matérias, começando por elas. Seria essa a minha sugestão e é esse o apelo que faço à Mesa e às demais lideranças partidárias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta também é a opinião do PMDB, que deixemos para amanhã. Não há quórum em número que dê tranquilidade e amanhã poderemos votar isso tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senadora Fátima Cleide, autora de Proposta de Emenda à Constituição.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sou autora da primeira das quatro PECs em pauta. Em função do quórum baixo, gostaria apenas de manifestar a minha concordância de adiar e fazer um apelo para que amanhã a Casa tenha quórum para que possamos apreciar as propostas de emendas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A recomendação dos Líderes é para que não se votem as matérias hoje.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do parágrafo único
do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Gilberto Mestrinho), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994* (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima

Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra*.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia*.

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado, voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal *The New York Times*, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

19

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

20

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

21

REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando que seja concedido voto de aplauso à Unesco pela publicação "Mortes matadas por armas de fogo no Brasil".

Parecer favorável, sob nº 1.862, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº /2005

De acordo com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, pelo fato de ter registrado minha presença no Plenário do Senado Federal antes da Ordem do Dia e pelo fato de não estarem previstas votações nominais para a presente data, requeiro que seja considerado como ausência justificada, o dia 8 de novembro do corrente, quando estive ausente dos trabalhos desta Casa, para tratar de assuntos do interesse do meu Estado, o Amapá, em audiência agendada previamente no Ministério da Saúde.

Por esse motivo não pude registrar meu voto nas votações nominais ocorridas nesta data.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai a publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2005

Com fundamento no art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de comissão externa para verificar **in loco** a situação causada pela seca na região Norte. Esta comissão deverá contar com a participação de três (3) senadores titulares, sendo que os objetivos são:

- 1 – visitar as regiões mais atingidas;
- 2 – propor políticas e ações governamentais emergenciais para resolver o problema da seca que assola a região.

As atividades desta Comissão deverão se encerrar em um prazo de 30 dias.

Justificação

A grande imprensa tem dado ampla cobertura sobre a situação de penúria em que vive parte significativa da população da região Norte em consequência da seca que assola aquela região.

Apesar de se tratar de um fenômeno da natureza, é fundamental que as políticas governamentais emergenciais sejam capazes de resolver o problema, garantido condições mínimas de vida para as pessoas que sofrem com essa situação.

Tendo em vista esta situação dramática de seca que castiga partes da região Norte, requeiro a constituição de uma comissão externa de parlamentares para verificar **in loco** os danos sofridos, bem como acompanhar a implementação de ações governamentais adotadas para solucionar, efetivamente, esse grave problema.

Sala das Sessões 8 de novembro de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL – **José Agripino** – **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 1.260, DE 2005

Com fundamento no Art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de comissão externa para verificar **in loco** a situação causada pela seca na região Nordeste. Esta comissão deverá contar com a participação de três (3) senadores titulares, sendo que os objetivos são:

- 1 – visitar as regiões mais atingidas;
- 2 – propor políticas e ações governamentais emergenciais e,
- 3 – propor programas e políticas de médio e longo alcance para resolver, definitivamente, o problema da seca que assola a região.

As atividades desta Comissão deverão se encerrar em um prazo de 30 dias.

Justificação

A grande imprensa tem dado ampla cobertura sobre a situação de penúria em que vive parte significativa da população da região Nordeste, em consequência da seca que assola aquela região.

Apesar de se tratar de um fenômeno da natureza, a situação histórica da população Nordestina requer soluções capazes de resolver definitivamente o problema, permitindo uma convivência sustentável com o semi-árido.

Tendo em vista esta dramática seca que, mais uma vez, castiga a região Nordeste, requeiro a constituição de uma comissão externa de parlamentares para verificar, **in loco**, os danos sofridos, bem como acompanhar as ações governamentais adotadas para solucionar, efetivamente, esse grave problema.

Sala das Sessões 8 de novembro de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL – **José Agripino** – **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 1.261, DE 2005

Com fundamento no Art. 74, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de Comissão temporária interna de Segurança Pública, que deverá contar com a participação de sete (7) senadores titulares e sete (7) suplentes. Os objetivos desta Comissão serão:

- 1 – estudar a atual legislação, suas deficiências e necessidades de aprimoramento;
- 2 – realizar estudo sobre os atuais programas governamentais, dotações e execuções orçamentárias na área de segurança pública;

3 – estudar as várias proposições sobre segurança pública que tramitam no Senado;

4 – subsidiar a alocação de recursos no orçamento de 2006 dos programas de segurança pública e;

5 – propor, entre outras medidas, melhorias no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e a efetivação, em todos os estados, do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

As atividades desta Comissão deverão se encerrar em um prazo de 30 dias.

Justificação

Diversas pesquisas de opinião atestam que a falta de segurança pública está entre os temas ou preocupações centrais da esmagadora maioria da população brasileira. Esta preocupação está diretamente associada ao crescimento da criminalidade, não só nos grandes centros urbanos, mas em todo o País.

O aumento da criminalidade possui componentes sociais como, por exemplo, a falta de empregos e oportunidades para jovens e adultos no mercado de trabalho. Há, no entanto, deficiências em termos de políticas governamentais voltadas para a segurança pública. A instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2001, tem surtido pouco efeito, inclusive porque há uma baixíssima adesão dos Estados ao Sistema Único de Segurança Pública.

De acordo com estudo recente do Ipea (Radar Social – 2005), os “principais problemas de segurança são o número elevado e crescente de homicídios, principalmente nas capitais e nas regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes; a alta taxa de vitimização da população (isto é, de incidência de furtos, roubos e vários tipos de agressões); o crime organizado, que, além dos homicídios, provoca o aliciamento de crianças e jovens, o aumento da corrupção e do tráfico de armas; e os desfechos violentos de conflitos interpessoais”. Segundo o Ipea, em média, 35% da população é vítima de algum tipo de crime em um período de um ano, constatando que “há uma crise do sistema de segurança e de justiça criminal como um todo”.

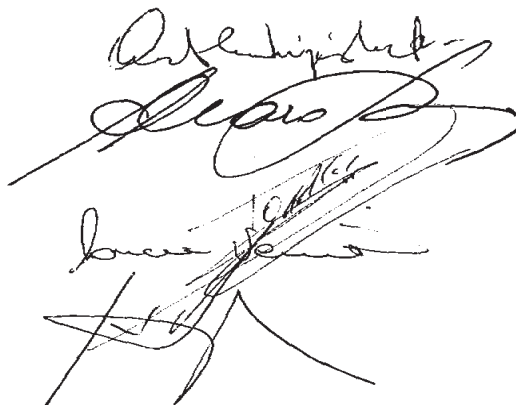
Por outro lado, apesar da recente mobilização nacional para cumprir uma obrigação eleitoral de votar no referendo do desarmamento, o noticiário da grande imprensa atesta o baixo nível de execução orçamentária dos programas governamentais de segurança pública. De acordo com notícia publicada, em 25 de outubro de 2005 ([site Terra na internet](#)), o “Governo gastou apenas 5% em fundo de segurança”.

Diante dessa problemática, requero a criação de comissão temporária interna para estudar e propor soluções para a segurança pública no Brasil.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005.



Senadora Heloisa Helena – PSOL/AL



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.262, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 306, de 2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.880, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, que “Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos municípios aos Tribunais de Contas dos Estados”. (Em reexame nos termos do Requerimento nº 731, de 2003)

Relator do Vencido: Senador **César Borges**

I – Relatório

Por divergir da conclusão do parecer do Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 36, de 1999, que tem como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, emito o presente voto em separado, com fulcro no inciso I do § 6º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, objetiva extinguir, em alguns Estados-membros, os Tribunais e Conselhos de Contas dos municípios, porque se sobrepõem às atribuições das instituições estaduais destinadas ao mesmo mister de auxiliar o Poder Legislativo no controle externo dos bens e valores públicos, e o faz mediante alterações nos arts. 31 e 75 da Constituição Federal.

Determina, em conseqüência, a transferência de suas atribuições aos Tribunais de Contas dos respectivos estados.

A matéria foi examinada por esta CCJ, em reunião de 24 de outubro de 2001, rejeitando o voto favorável do Relator, Senador José Fogaça, e aprovando, então, o voto contrário do Senador Lúcio Alcântara, designando relator do vencido.

O argumento aceito pela comissão sustenta que a proposta é de duvidosa constitucionalidade, porquanto a competência para extinguir (ou criar) Tribunal de Contas dos municípios é do respectivo estado (art. 25, **caput**). A Constituição apenas vincula a organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos estados e dos municípios às regras magnas pertinentes à fiscalização dos bens e dinheiros públicos (art. 75).

Apresentado Recurso nº 26, de 2001, interposto com base no § 3º, art. 91 combinado com art. 254 do Regimento Interno do Senado, para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado, assegurou a continuidade da tramitação da iniciativa.

Após várias inclusões em pauta e sucessivos requerimentos de adiamento de discussão em Plenário, a matéria foi encaminhada ao reexame desta CCJ, em virtude da aprovação do Requerimento nº 731, de 2003. Registre-se ainda o discurso do Senador Luiz Otávio, durante a discussão da matéria em primeiro turno, contrário à sua aprovação (fls. 30 a 39 deste processado).

Em relatório apresentado a esta comissão, 18 de dezembro de 2003, o Senador Demóstenes Torres externou o voto favorável à aprovação da proposta, nos termos de substitutivo, por entender que com uma adequada reformulação do texto original seria possível atingir os fins buscados pelos autores da PEC nº 36, de 1999. Pronta para inclusão na pauta da comissão, a matéria, que não chegou a ser votada, foi novamente encaminhada ao relator, para reexame do relatório.

II – Análise

Com a devida vênia aos ilustres autores e relator, entendo que, ao contrário do que argumentam, a Constituição Federal não garantiu privilégios opostos ao interesse público, ao preservar em seu texto os Tribunais e Conselhos de Contas Municipais.

Tampouco se verifica a referida superposição de órgãos com a mesma finalidade, porque os Tribunais ou Conselhos de Contas dos municípios ainda existentes operam o controle externo das contas de cada uma das administrações dos diversos municípios dos estados, o que significa que o âmbito de sua atuação é o municipal. Sua competência não entra em conflito com a dos Tribunais de Contas dos estados, cuja finalidade mais importante é exercer o controle externo das contas dos órgãos e entidades de cada um dos estados da Federação.

Ao promover, em alguns Estados-membros, a extinção dos Cortes de Contas municipais existentes e a transferência de suas atribuições para os respectivos Tribunais de Contas estaduais, a emenda à Constituição em exame estará invadindo a autonomia constitucional desses estados, em flagrante confronto com o princípio federativo. Com efeito, não se pode, do ponto de vista jurídico-constitucional, alterar as constituições estaduais por meio de emenda à Constituição Federal, sob pena de ferir o princípio federativo.

Ademais, a nossa Carta Magna veda expressamente a deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do estado (art. 60, § 4º, I). Além de assegurar plena autonomia político-administrativa aos Estados-membros que compõem a Federação, a Constituição também conferiu essa autonomia aos municípios, pela primeira vez em nossa História constitucional, conforme estabelece no **caput** do art. 18.

Em decorrência dessa autonomia, a competência para extinguir ou criar Tribunal de Contas dos municípios é do respectivo Estado, conforme estabelece o art. 25, **caput**. No art. 75, objeto de uma das alterações propostas pela PEC em exame, a Constituição apenas vincula a organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos estados e dos municípios às regras gerais de fiscalização dos bens e dinheiros públicos.

III – Voto

Por essas razões, e por entender que existem óbices de natureza jurídico-constitucionais incontornáveis na proposta ora em discussão, manifesto minha discordância em relação ao voto do relator, apresentado a esta comissão 18 de dezembro de 2003, para concluir pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2005. .

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 36 DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/09/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Arthur Carlos Magalhães</i>	
RELATOR DO VENCIDO: <i>Lima Borges</i> senador <i>César Borges</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES (Relator do Vencido)	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes Torres</i> (Vencido)	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
ALMEIDA LIMA (PMDB) ⁽⁴⁾	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) ⁽¹⁾	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYC <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB) ⁽⁵⁾	2-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
JOSÉ MARANHÃO <i>Jose Maranhão</i> (Vencido)	3-SÉRGIO CABRAL <i>Sergio Cabral</i>
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/08/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17/08/2005 a 13/01/2006.

(4) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

(5) O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB em 31/08/2005.

VOTO VENCIDO, EM SEPARADO

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados.

Do Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Justificada, essencialmente, pelo intuito de eliminar, em alguns Estados-membros, a existência de mais de uma instituição destinada ao mesmo mister de auxiliar o Poder Legislativo no controle externo dos bens e valores públicos, a presente proposta de emenda à Constituição, que tem como primeiro signatário o ilustre Senador Maguito Vilela, objetiva extinguir, nos entes federativos onde se verifique essa situação, os Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, determinando, em conseqüência, a transferência de suas atribuições aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados.

Com esse propósito, a iniciativa, em linhas gerais, adapta a redação dos arts. 31, § 1º, e 75 da Constituição Federal à nova realidade institucional proposta, dispõe sobre a situação dos conselheiros e dos quadros funcionais das Cortes de Contas a serem extintas e, encerrando, fixa o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da cogitada emenda constitucional para conclusão da preconizada extinção e transferência de atribuições.

Distribuída ao ilustre Senador José Fogaça, Sua Excelência, na reunião de 24 de outubro de 2001, manifestou voto favorável que não acatado por esta Comissão. Foi acolhido, então, o voto contrário do ilustre Senador Lúcio Alcântara, designado relator do vencido, sob o argumento, no essencial, de que a proposta é de duvidosa constitucionalidade, porquanto a competência para extinguir (ou criar) Tribunal de Contas dos Municípios é do respectivo Estado (art. 25, **caput**). A Constituição apenas vincula a organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios às regras magnas pertinentes à fiscalização dos bens e dinheiros públicos (art. 75).

Posteriormente, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, foi interposto recurso, acatado pelo Plenário, para que tivesse continuidade a tramitação da iniciativa.

Em Plenário, após várias inclusões em pauta e sucessivos requerimentos de adiamento de discussão, foi finalmente aprovado o Requerimento nº 731, de 2003, remetendo-se a matéria para reexame desta Comissão.

II – Análise

Não há negar que a proposta sob reexame, nos termos em que se encontra formulada, enfrenta claro óbice de constitucionalidade.

Com efeito, como é de conhecimento geral, as Cortes de Contas, nos níveis menores da federação, até em razão de sua indiscutível relevância, são instituições com indispensável assento na própria Constituição de cada ente federado.

Assim, ao se pretender, por via de emenda à Constituição Federal, efetuar, em alguns Estados-membros, a extinção e a transferência das atribuições das Cortes de Contas municipais existentes para os respectivos Tribunais de Contas estaduais, termina-se, na verdade, invadindo a autonomia constitucional desses mesmos Estados, que, como notório, é consectário direto do princípio federativo. Em outras palavras, não parece correto, sob o prisma jurídico-constitucional, pretender alterar Constituições estaduais diretamente por meio de emenda ao texto da Constituição da República.

Entretanto, vejo que o apontado impedimento, no caso concreto, é meramente formal, apenas em razão – repita-se – das formulações que consubstanciam a proposta, visto que nada obsta, em meu entendimento, que a Constituição Federal, em preceito de caráter permanente, venha a estabelecer proibição no sentido de que, na estrutura dos Estados, não deva existir mais de uma Corte de Contas, adaptando-se a essa proibição também as demais disposições correlatas.

Note-se, por oportuno, que proibição assemelhada já existe no § 4º do art. 31 da Lei Maior, no qual se estabelece que é vedada a criação de tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais.

Quanto à situação das Cortes de Contas voltadas exclusivamente para a fiscalização de municípios, hoje existentes apenas nos Estados do Pará, Ceará, Bahia e Goiás, entendo suficiente estatuir normas adequadas, a serem inseridas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fixando, dentre outras providências, prazo razoável para a adoção das indispensáveis medidas de extinção dessas Cortes e a transferência de suas atribuições aos respectivos Tribunais de Contas estaduais. A cada Casa Legislativa competente caberá disciplinar a situação em referência, inclusive dispondo sobre o que ocorrerá com os atuais conselheiros e os servidores das Cortes de Contas que serão extintas.

Necessário se prever que as dotações orçamentárias destinadas às Cortes que serão extintas sejam mantidas até que sejam declarados vagos os cargos dos servidores que serão absorvidos pelos Tribunais de Contas dos Estados.

Em suma, com uma adequada reformulação do texto original pode-se perfeitamente atingir os fins

buscados pelo ilustre Senador Maguito Vilela e demais subscritores da proposta, evitando, assim, futuros questionamentos de índole jurídico-constitucional.

III – Voto

Diante do acima exposto, voto pela aprovação da matéria nos termos do seguinte substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36 (SUBSTITUTIVO), DE 1999

Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 31 e o **caput** do art. 75 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31.

§ 1º O controle externo das Câmaras Municipais será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados, ou do Município, onde houver.(NR)

Art. 75. As normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.(NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 90. Ficam incorporados os Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados, os quais passam a assumir as funções daqueles.

§ 1º Os Conselheiros, os Procuradores de Contas, os Auditores e os servidores pertencentes aos quadros dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios passam a integrar o quadro do Tribunal de Contas do Estado, não se aplicando, neste caso, o disposto no parágrafo único do art. 75 da Constituição Federal, no que tange ao número de Conselheiros.

§ 2º É vedado o preenchimento de vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado enquanto houver sete ou mais Conse-

heiros em atividade em razão da aplicação do disposto no parágrafo anterior.

§ 3º Ficam assegurados os limites de gastos com pessoal, atribuídos antes da vigência desta Emenda, aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para a garantia do pagamento das referidas despesas decorrentes da incorporação, neles incluídos os inativos pertencentes aos referidos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para a garantia do pagamento das referidas despesas decorrentes da incorporação, neles incluídos os inativos pertencentes aos referidos Tribunais de Contas.

Art. 3º A partir da publicação desta Emenda o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios, em conjunto, adotarão as medidas suplementares necessárias ao aproveitamento dos Conselheiros, Procuradores de Contas e servidores e a transferência das atribuições, que deverão ser concluídas no prazo improrrogável de noventa dias.

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o crescimento das atividades no Pólo Industrial de Manaus é uma realidade que entusiasma. Como a notícia que leio no **Correio Amazonense**, acerca de um novo investimento da Kodak do Brasil, que acaba de transferir toda sua linha de produção para o PIM.

A Kodak acompanha o avanço da fotografia digital, pelo que pretende implantar em Manaus, além de outras linhas fabris, a produção de câmeras para amadores.

As projeções para essa área indicam que, até o final deste ano, as vendas de câmeras fotográficas digitais devem atingir 7,5 milhões de unidades. Boa parte sairá de Manaus, que também exportará câmeras para o continente sul-americano.

Diz o noticiário que a Kodak decidiu investir em Manaus levando em conta o grande crescimento das vendas de câmeras fotográficas.

Entre os produtos que a empresa pretende fabricar no Amazonas incluem-se também papéis foto-

gráficos e equipamentos para impressão de fotos, incluindo a implantação, em todo o País, de quiosques de auto-atendimento.

A linha de câmeras prevista pela Kodak compreende quatro modelos, além de uma impressora digital, com dispositivo de acoplamento direto na câmera, sem necessidade de computador.

A unidade da Kodak em Manaus, quando concluída, terá 5,6 mil m², compreendendo papeis, acabamento de filmes de 35mm para raio-X, mamografia e tomografia, artes gráficas, microfilmes e papeis coloridos e preto e branco.

Aplaudo a iniciativa e congratulo-me com a Kodak pela iniciativa de ampliar suas operações em Manaus, cumprimentando também a população do Amazonas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994* (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Rela-

tora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213,*

de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de

congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

20

REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge,

solicitando que seja concedido voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”.

Parecer favorável, sob nº 1.862, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALBERTO SILVA		ALVARO DIAS	
Propostas para reconstrução das estradas brasileiras.	113	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	91
Plantação de mamona para produção de Biodiesel.	113	Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	169
Considerações acerca da seca no nordeste do país.	195	Comentários acerca da importância de políticas públicas para a educação em todo o país. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	215
Destaque para a necessidade de aproveitamento da soja na alimentação da população carente.	195	Transcrição do artigo intitulado “Outra reforma abandonada”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , de 24 de outubro de 2005.	225
Elogios ao Senador Pedro Simon por seu discurso em que sugere que deveria haver um acordo com o Presidente Bush quanto à dívida externa brasileira. Aparte ao Senador Pedro Simon.	268	Comentários acerca do crescimento da dívida pública. Aparte ao Senador Mão Santa.	241
Importância do plantio da mamona e do feijão como fonte de renda para famílias carentes no Piauí.	274	Parecer nº 1.865, de 2005 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo.	288
Comentários a respeito da greve nas universidades federais. Aparte ao Senador Mão Santa. .	406	Considerações sobre a reforma política.	435
Apelo no sentido do estímulo à plantação de feijão e mamona como fontes geradoras de renda e emprego.	410	Defesa da apuração de responsabilidades no esquema de corrupção do PT.	437
Comentários acerca dos benefícios da energia solar. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. .	414	Considerações a respeito da IV Cúpula das Américas.	437
ALOIZIO MERCADANTE		Comentários acerca das tentativas do Governo de obstruir os trabalhos da CPMI. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.	481
Saudação ao programa “Roda Viva” pela iniciativa de entrevistar, em sua milésima apresentação o Presidente Lula.	477	Comentários sobre a entrevista do Presidente Lula ao programa “Roda Viva”.	484
Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005) à votação, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.	498	ANA JÚLIA CAREPA	
		Registro da inauguração do programa “Luz para todos”, no Estado do Pará.	427

	Pág.		Pág.
ANTERO PAES DE BARROS			
Transcrição de matéria intitulada “Receita Federal decide notificar José Dirceu”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 20 de outubro de 2005.....	119	nado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso à jornalista Eliane Brum contemplada com o Prêmio de Excelência em Jornalismo, com a reportagem de Excelência Jornalística, da Sociedade Interamericana de Imprensa, e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos.	3
Transcrição do artigo intitulado “Minha história”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> de 26 de outubro de 2005.	226	Requerimento nº 1.227, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso ao pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, pelos seus livros sobre a História de Manaus.....	3
Sonegação de informação do Ministro da Justiça à CPMI dos Correios.	480	Requerimento nº 1.228, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte do escritor e jornalista Roberto Múrcia Moura, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 2005..	4
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES			
Requerimento nº 1.223, de 2005 que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações ao Governo do Estado da Bahia e ao Empresário Dionísio Pestana, pela inauguração da Pousada de Portugal, no tradicional Convento do Carmo, localizado no Centro Histórico da capital baiana.....	2	Requerimento nº 1.229, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte do poeta Moacyr Felix, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro de 2005.....	4
Denúncia de irregularidades praticadas pelo Governo Federal na gestão dos recursos dos fundos de pensão das estatais, conforme relatório do Tribunal de Contas da União.....	83	Requerimento nº 1.230, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às jornalistas Cristiane Segatto, Gisela Anauate E Maíra Terreiro, autoras da reportagem “Super-remédios para quem?”, publicada na Revista Época de 02 de maio de 2005 e que foi vencedora do Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde.....	4
Cumprimentos ao Senador Osmar Dias por seu retorno ao Senado Federal. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	387	Requerimento nº 1.231, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso à Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em Natal, pelo trabalho cultural e intelectual que vem desenvolvendo naquele Estado.	4
Considerações sobre a crise política por que passa o País.	408	Requerimento nº 1.232, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à educadora Creuza Ferreira Barbosa, que coordena no Amazonas o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil.	5
Comentários sobre a entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, ao programa “Roda Viva”.....	466	Requerimento nº 1.233, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao cientista Carlos de Souza Júnior., do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, pelo desenvolvimento de sistema de sensoriamento remoto para detectar a devastação na floresta amazônica.	5
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
Comentários ao artigo “Para valorização do processo democrático”, publicada na revista Carta Capital	110	Resposta ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, que realizou comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que	
Requerimento nº 1.238, de 2005 que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulação ao jornalista Luiz Eduardo Costa pelo ingresso na Academia Sergipana de Letras.	365		
Denúncia de agressão à liberdade de imprensa feita ao jornalista e Deputado estadual Gilmar Carvalho, que teve invadido o seu site na Internet, bem como restrição à sua imunidade parlamentar.	389		
ARTHUR VIRGÍLIO			
Requerimento nº 1.226, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Se-			

Pág.		Pág.
	agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos.....	102
	Comentários acerca da pirataria de produtos eletrônicos no Brasil.	121
	Comentários ao discurso do Prefeito José Serra, proferido em 24 de outubro de 2005, em defesa da ética na política.	121
	Comentários acerca da seca na Amazônia.	121
	Apresentação de requerimento de convocações na CPI dos Bingos para elucidar reportagem da revista Veja que denuncia a doação feita por Cuba à campanha do Presidente Lula.	127
	Solicitação de providências junto ao Ministério da Justiça para proteção e garantia de vida à sua família, tendo em vista ameaças recebidas.....	127
	Solicitação de providências junto ao Ministério da Justiça para proteção e garantia de vida à sua família, tendo em vista ameaças recebidas.....	144
	Requerimento nº 1.239, de 2005 que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal O Estado do Amazonas , pela homenagem que lhe será tributada no dia 09 de novembro de 2005, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.	365
	Requerimento nº 1.240, de 2005 que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao filósofo e jurista Miguel Reale, que, ao completar 95 anos de idade, recebe o título de Associado Benemérito do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.	366
	Requerimento nº 1.241, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Walquyria Lomba Cavalcante, viúva do ex-Deputado Tenório Cavalcanti, ocorrido no dia 2 de novembro de 2005.....	366
	Requerimento nº 1.242, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao compositor e cantor Ivan Lins, ganhador do Prêmio Grammy Latino pelo melhor disco do ano.....	366
	Transcrição de matéria intitulada “Uma ‘surra’ em Lula”, de autoria do Senhor Aluizio Falcão Filho.....	375
	Preocupação com a utilização de dinheiro público, por meio da empresa Visanet, e a “Operação Cuba”.....	382
	Homenagem ao Senhor John Danilovich, pelos trabalhos realizados na chefia, da representação diplomática norte-americana no Brasil, até o dia 4 de novembro de 2005.....	415
	Requerimento nº 1.250, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e arts 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Defesa sobre viagens de aeronaves da Força Aérea Brasileira a Cuba durante o Governo Lula.	446
	Requerimento nº 1.253, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte trágica de três integrantes da comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida no dia 07 de novembro de 2005, no interior do Estado de São Paulo, no curso de missão oficial da Presidência da República.	447
	Requerimento nº 1.254, de 2005, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de repúdio à declaração da professora de filosofia Marilena Chauí.	448
	Considerações sobre a entrevista do Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, ao programa “Roda Viva”.....	468
	Transcrição de matéria intitulada “Anestesia Moral”, de autoria do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.	472
	Considerações sobre requerimentos de autoria de S.Exa., de repúdio a declaração da Professora de filosofia da USP, Marilena Chauí, e de solicitação de informação ao Ministro da Defesa. .	472
	Discute Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências.....	489
	Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005), à votação, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.....	498
	Requerimento nº 1.262, de 2005, que requer a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 306, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.	549

IV

	Pág.		Pág.
Regozijo com a transferência, para o Pólo Industrial de Manaus, da linha de produção da Kodak do Brasil.....	553	que a Hora do Expediente da sessão do dia 28 de novembro de 2005, seja dedicada à comemoração de 33 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE.	190
AUGUSTO BOTELHO			
Considerações a respeito da necessidade de políticas públicas para a educação em todo o país.....	213	Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.....	421
Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB.....	351	EDISON LOBÃO	
CÉSAR BORGES			
Parecer nº 1.880, de 2005, (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, que “Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Conta dos municípios aos Tribunais de Contas do Estado”....	549	Parecer nº 1.867, de 2005 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo.	295
CRISTOVAM BUARQUE			
Encaminhamento de Projeto de Lei que versa sobre reforma das universidades.....	112	Parecer nº 1.868, de 2005 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2005 (nº 1.763/2003, na Casa de Origem) que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas vias terrestres do território nacional.	330
Parecer nº 1.863, de 2005 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, pelo qual se requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.	149	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB.....	359
Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2005 que estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências.....	150	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Comentários acerca da necessidade de se criar um programa para geração de energia. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.....	200	Surpresa com o recebimento de voto de repúdio assinado por deputados estaduais do Tocantins, motivado por suas denúncias contra o Governador do Estado, Marcelo Miranda.....	107
DEMÓSTENES TORRES			
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	89	A aflição da população tocaninense em razão da tarifa de energia elétrica cobrada no Estado.	198
Críticas ao abandono do nordeste de Goiás pelo Governo Federal.	166	Elogios ao Senador Alberto Silva por sua atuação. Aparte ao Senador Alberto Silva.....	412
Requerimento nº 1.237, de 2005 que requer, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal,		Elogios ao trabalho feito pelo Senador Rodolpho Tourinho ao ajudar na implantação de energia elétrica no Estado de Tocantins. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.....	414
		Preocupação com a maior de todas as crises por que passa a população tocaninense desde a sua criação.	416
		EDUARDO SUP LICY	
		Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos.....	88

	Pág.		Pág.
Comenta que as ameaças sofridas pelo filho do Senador Arthur Virgílio serão esclarecidas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	105	citadas ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União informações sobre as denúncias de irregularidades no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.....	2
Cumprimentos ao Presidente Lula pela decisão de participar do programa “Roda Viva”, em 7 de novembro de 2005.....	183	Comenta acerca da importância da Educação. Aparte ao Senador José Jorge.....	82
Requerimento nº 1.247, de 2005, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, com os de nºs 27 e 81, de 2002, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....	446	Alerta que relatório elaborado por ONG estrangeira dedicada a avaliar o desempenho dos países na área social, constata que o Brasil é um país de baixo nível de desenvolvimento social.....	85
Comentários acerca da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, no Milésimo programa “Roda Viva”. Aparte ao Senador José Jorge.....	458	Comenta acerca das dificuldades dos Municípios no que concerne à diminuição do repasse de verbas. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	87
Comentários ao Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências.....	491	Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	91
EFRAIM MORAIS		Transcrição de matéria intitulada “O candidato dos empresários”, publicada na revista Exame , de 26 de outubro de 2005.....	227
Requerimento nº 1.257, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Presidente do Supremo Tribunal Federal pela realização de sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Oswaldo Trigueiro.	448	Transcrição do artigo intitulado “Forças conservadoras”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 2 de novembro de 2005.....	276
FÁTIMA CLEIDE		Requerimento nº 1.256, de 2005, que solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, com o de nº 116, de 2003, que já se encontra anexado ao de nº 62, de 2005, por regularem a mesma matéria.	448
Defesa da ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, aprovada em outubro de 2003, pela UNESCO.	448	GARIBALDI ALVES FILHO	
FLÁVIO ARNS		Registro da vinda de prefeitos de todo o país a Brasília, com vistas à votação da reforma tributária e uma solução para o Fundo de Participação dos Municípios.....	426
Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB.....	348	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
FLEXA RIBEIRO		Comentários acerca do crime de racismo em Caxias do Sul, ocorrido durante jogo de futebol e noticiado por toda a mídia. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	368
Requerimento nº 1.224, de 2005 que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solici-		Considerações a respeito do Fundo de Universalização das Telecomunicações - FUST e as exigências burocráticas para a liberação de seus recursos.....	374
		GERSON CAMATA	
		Requerimento nº 1.245, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 348, de	

	Pág.		Pág.
2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.....	446	Demonstração de apoio à criação de CPIS no Congresso Nacional. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	257
Requerimento nº 1.248, de 2005, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. ...	446	Comentários acerca da postura do Governo Federal em dar preferência ao pagamento da dívida externa enquanto o que sobra vai à conta do tesouro. Aparte ao Senador Luiz Otávio.....	271
Requerimento nº 1.249, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003, além das Comissões constantes do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.....	446	Transcrição de artigo intitulado “A hora das surras”, de Carlos Heitor Cony, publicado na Folha de S.Paulo	380
Parecer nº 1.876, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 208, de 2005 que Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.	536	Manifestação sobre as palavras do Senador Arthur Virgílio a respeito de ameaças contra suas famílias.	380
GILBERTO GOELLNER		Considerações sobre a crise política que continua assolando o país. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	386
Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB.....	353	Comentários acerca do descaso do Governo com as áreas publicas. Aparte ao Senador Mão Santa.	407
HELOÍSA HELENA		Comenta acerca das denúncias de corrupção no Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	439
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	92	Apresentação de requerimento para criação de grupo de trabalho destinado a estudar e propor medidas na área de segurança pública.....	475
Falsa polêmica criada em torno da matéria da revista Veja sobre a suposta doação de Cuba à campanha eleitoral do PT em 2002.....	97	Apoio às reivindicações dos funcionários temporários da FUNASA e da SUCAM.....	479
Considerações a respeito do papel da direita e da esquerda no País.....	97	Discussão de Parecer nº 1.871, de 2005- PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências.....	491
Comentários acerca da importância de dinamizar a economia local, gerar empregos e renda nos Estados Brasileiros. Aparte ao Senador Alberto Silva.....	114	Requerimento nº 1.259, de 2005, que requer, com fundamento no art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão externa, composta por 03 (três) Senadores titulares, para verificar “in loco” a situação causada pela seca na Região Norte, bem como verificar os danos sofridos e acompanhar a implementação de ações governamentais adotadas para solucionar, efetivamente esse grave problema.	548
Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	170	Requerimento nº 1.260, de 2005, que requer, com fundamento no art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão externa, composta de 03 (três) Senadores titulares, para verificar “in loco” a situação causada pela seca na Região Nordeste, bem como verificar os danos sofridos e acompanhar as ações governamentais	
A relação da execução orçamentária com o superávit primário nas áreas de saúde e educação.....	215		
Preocupação com a baixa execução orçamentária.....	249		
Visita do Presidente George W. Bush ao Brasil.	249		

	Pág.		Pág.
adotadas para solucionar, efetivamente esse grave problema.....	548	Apelo ao Governo Federal no sentido de incentivar o turismo, por ser instrumento para a geração de empregos e criação de renda.....	172
Requerimento nº 1.261, de 2005, que requer, com fundamento no art. 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Interna de Segurança Pública, com a participação de 07 (sete) Senadores titulares e 07 (sete) suplentes, com a finalidade de estudar os principais problemas de segurança pública no País.....	548	JOÃO BATISTA MOTTA	
IDELI SALVATTI		Votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de Proposta de Emenda à Constituição que corta 50% dos benefícios da Lei Kandir, que garante compensação aos Estados pela isenção do ICMS.....	115
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	93	Transcrição da entrevista do escritor português José Saramago, concedida à revista Época , de 31 de outubro de 2005.....	236
Comentários a respeito das ameaças que o filho do Senador Arthur Virgílio sofreu. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	105	Comentários acerca da crise na agricultura. Aparte ao Senador Osmar Dias.	387
Considerações sobre as investigações em curso nas CPMIS.....	458	Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino.	422
Comentários acerca da entrevista do Presidente Lula ao programa “Roda Viva”.....	458	Transcrição de matéria do jornal A Gazeta , do Espírito Santo, edição de 7 de novembro de 2005, a respeito de atraso na execução do projeto da BR-101.....	425
ÍRIS DE ARAÚJO		JOÃO RIBEIRO	
Necessidade de investigação da denúncia de utilização de recursos oriundos de Cuba na campanha eleitoral do Presidente Lula.	242	Considerações a respeito do grampo telefônico, especialmente no Estado do Tocantins.....	182
Elogios ao Senador Pedro Simon por sua atuação. Aparte ao Senador Pedro Simon.	267	JORGE BORNHAUSEN	
Reflexões a respeito da defesa da dignidade, da cidadania e da vida.....	453	Comentários acerca da necessidade de mudanças no Fundo de Participação de Estados e Municípios. Aparte ao Senador Leonel Pavan.....	483
JEFFERSON PÉRES		JOSÉ AGRIPINO	
Parecer nº 1.878, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 210, de 2005, que Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Dante Coelho Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Sérvia e Montenegro.....	540	A seqüência de escândalos por que passa o País.....	419
JOÃO ALBERTO SOUZA		Aplausos à postura do relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio.....	419
Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2005 que altera o Código de Processo Penal para determinar, no caso de apreensão de dinheiro, o seu depósito imediato em conta bancária remunerada.	7	Requerimento nº 1.243, de 2005 que requer, nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro Adilson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União, informações sobre a realização de auditoria a respeito dos eventuais investimentos do Ministério da Agricultura, no setor de defesa sanitária animal, em áreas de fronteira e, em caso afirmativo, quais foram as conclusões.....	428

	Pág.		Pág.
Manifestação sobre a impressão causada pela entrevista concedida pelo Presidente Lula ao programa "Roda Viva".....	470	no e na República da Albânia, desde que obtido os agréments dos governos desses países.	542
Discute Parecer nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências.....	490	JUVÊNCIO DA FONSECA	
Requerimento nº 1.258, de 2005, que requer destaque para votação em separado da Emenda nº 4, oferecida à Medida Provisória nº 259, de 2005.	493	Transcrição do artigo intitulado "O pior do brasileiro", de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 18 de outubro de 2005.....	118
Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 250, de 2005) à votação, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.....	497	Transcrição do artigo intitulado "O Brasil piora se Lula ficar", de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista Veja , de 19 de outubro de 2005.	233
JOSÉ JORGE		Transcrição do artigo intitulado "O desafio da aftosa", publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 26 de outubro de 2005.....	278
Críticas ao Governo Federal, pela falta de investimentos em áreas essenciais, especialmente na área da educação.....	81	Transcrição de artigo intitulado "Derrota do Companheiro", publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 19 de outubro de 2006.....	431
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.....	420	LEONEL PAVAN	
Registro dos 180 anos da 1ª edição do mais antigo jornal em circulação na América Latina: O Diário de Pernambuco	423	Protesto quanto à demora do Governo do Paraná na liberação da passagem do rebanho suíno de produtores de Santa Catarina com destino a São Paulo.	111
Registro dos 70 anos da criação do Grupo Paes Mendonça.....	423	Transcrição do artigo intitulado "Palhaçada", de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 de outubro de 2005.	117
Destaque sobre pontos da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em 7 de novembro de 2005, no Milésimo programa "Roda Viva".....	457	Transcrição do artigo intitulado "Corrupção sob medida", publicado no jornal Folha de S.Paulo , de 19 de outubro de 2005.	235
Parecer nº 1.879, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 227, de 2005, que Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República de San Mari-		Transcrição do artigo intitulado "Seguindo as passadas de Mobutu", de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 23 de outubro de 2005.....	279
		Parecer nº 1.866, de 2005 (da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo) sobre o Projeto de Lei Câmara nº 24, de 2003 (nº 1.830/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo.....	292
		Transcrição de matéria intitulada "Vavá foi mais longe", de autoria dos jornalistas Marcelo Carneiro e Camila Pereira, publicada na revista Veja , edição de 19 de outubro de 2005.....	429
		Considerações a respeito da crise por que passa o Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Mão Santa.	463
		Comentários acerca da perda de apoio do Governo Federal. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	465
		Apelo no sentido da liberação das emendas apresentadas ao Orçamento da União, em favor dos municípios brasileiros.	483

	Pág.		Pág.
Participação do Presidente Lula no programa “Roda Viva”.....	483	Falta de vacinas contra a febre aftosa no Piauí.....	218
LÚCIA VÂNIA		Comentários acerca do crescimento da dívida pública.	240
Alerta para a grave crise vivida pela maioria dos municípios brasileiros.	86	A continuação da greve nas universidades federais em todo o país.	405
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	93	Comentários acerca do discurso da Senadora Íris de Araújo que refletiu sobre a defesa da dignidade, da cidadania e da vida. Aparte à Senadora Íris de Araújo.....	454
Destaque para o lançamento da campanha do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, que objetiva a erradicação do trabalho infantil.	189	Considerações a respeito da crise por que passa o Governo do Presidente Lula.	462
Transcrição de matéria intitulada “Tesourada na verba para jovens”, publicada no jornal Correio Braziliense , de 26 de outubro de 2005.....	222	Discussão de Parecer nº 1.871, de 2005- PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências.....	492
Transcrição do artigo intitulado “O panorama visto de cima do tapume”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 19 de outubro de 2005.....	276	MARCELO CRIVELLA	
LUIZ OTÁVIO		Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2005, que veda atribuição a: logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza, de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava.....	285
Realização da 4ª Cúpula das Américas.....	269	Projeto de Resolução nº 83, de 2005, que institui a Frente Parlamentar da Engenharia.	286
MÃO SANTA		Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.....	421
Greve dos professores das universidades federais.....	74	Repúdio à declaração atribuída ao Presidente do Iran de que “Israel deveria ser tirado do mapa”..	426
Críticas à atuação do Ministro da Educação, Fernando Haddad, nas negociações com os professores e servidores técnicos.	74	Justificação ao requerimento que irá encaminhar à Mesa propondo voto de repúdio à declaração atribuída ao Presidente do Iran de que “Israel deveria ser tirado do mapa”.....	426
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	94	Requerimento nº 1.255, de 2005, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio às declarações do Presidente do Irã, de que “Israel deve ser riscado do mapa”.	448
Comentários acerca da importância da valorização do turismo como instrumento para a geração de empregos e criação de renda. Aparte ao Senador João Alberto Souza.....	173	MOZARILDO CAVALCANTI	
Comentários acerca do relacionamento do Presidente Lula com o Presidente George W. Bush. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	184	Constatação da falta de apoio dos órgãos federais a diversos municípios do Estado de Roraima.....	455
Comentários acerca da importância aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	186	Parecer nº 1.873, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 110, de 2005 que submete à	
Comentários acerca da população tocantinense em razão da tarifa de energia elétrica cobrada no Estado. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.	201		

	Pág.		Pág.
apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Turcomenistão.....	531	Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a extinção da punibilidade do crime nas hipóteses indicadas.....	444
Parecer nº 1.874, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 117, de 2005 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Uzbequistão.....	532	Denúncia baseada em Acórdão do Tribunal de Contas da União, que identifica uma receita que os municípios deixaram de perceber nos anos de 2003, 2004 e 2005.....	461
Parecer nº 1.875, de 2005-CRE que faz referência à Mensagem nº 164, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal.....	534	PAPALÉO PAES	
		Requerimento nº 1.251, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a realização de Acordo Internacional de Previdência Social com a França.	447
		Requerimento nº 1.252, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, sobre a realização de Acordo Internacional de Previdência Social com a França.	447
NEY SUASSUNA		PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Comenta acerca da seca no Nordeste.....	80	Parecer nº 1.869, de 2005 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005 (nº 2.485/2003, na casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em contabilidade, e dá outras providências.....	334
Apelo ao Ministério da Integração com relação à seca no Estado da Paraíba.....	424	PAULO OCTÁVIO	
Espanto com recente relatório do IBGE sobre a posição dos estados e regiões brasileiras, especialmente a Paraíba e o Nordeste.	424	Registro de pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas que coloca Brasília em 1º lugar em qualidade de vida entre onze capitais.	221
OSMAR DIAS		PAULO PAIM	
Considerações sobre a crise política que continua assolando o país.....	384	Criação da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo.	76
Requerimento nº 1.244, de 2005 que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre os limites de movimentação e empenho impostos ao orçamento do Ministério da Agricultura, particularmente os relativos às suas ações e aos seus programas voltados para o controle e à fiscalização sanitária agropecuária.	441	Anúncio do lançamento do livro “Salário Mínimo: Uma história de luta”, na Feira do Livro de Porto Alegre, no dia 11 de novembro de 2005.	76
Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2005 que acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 297 do Decreto-		Greve dos professores das universidades federais.....	76
		Cumprimentos ao Senado Federal e ao País, pela campanha de doação de sangue.....	76

	Pág.		Pág.
Registro de visita que fez ao Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor - DF).....	76	Comentários acerca da visita do Presidente George W. Bush ao Brasil. Aparte à Senadora He-loísa Helena.....	251
Agradecimentos ao Senador Flexa Ribeiro por sua presença no Pará em que defendia o melhor para o País. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	86	Importância da presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.....	266
Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	170	Questionamentos a respeito da visita do Presidente George W. Bush ao Brasil.	266
Comentários acerca da situação da Defensoria Pública da União, que cumpre papel fundamental na assistência aos mais pobres do país.....	185	RAMEZ TEBET	
Apelo no sentido da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.....	185	A crise na pecuária no Estado do Mato Grosso do Sul, afetada pela febre aftosa.	464
Viagem de S.Ex ^a . ao Estado do Pará.....	256	REGINALDO DUARTE	
Apoio à criação de CPIS no Congresso Nacional.	256	Transcrição de matéria intitulada “Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 21 de outubro de 2005.....	120
Realização de manifestações a favor do Estatuto da Igualdade Racial.....	256	RENAN CALHEIROS	
Importância da aprovação da reforma eleitoral.....	256	Parecer nº 1.872, de 2005, (Da Comissão Diretora) da Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Medida Provisória nº 259, de 2005).	499
Situação dos técnicos e professores universitários, em greve há quatro meses.....	256	ROBERTO SATURNINO	
Reajuste do salário mínimo em 2006.	256	Parecer nº 1.862, de 2005 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, que requer Voto de Aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”.....	148
Protelação das perícias do INSS.	256	Parecer nº 1.870, de 2005, (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.....	363
Formulação de denúncia do crime de racismo em Caxias do Sul, ocorrido durante jogo de futebol e noticiado por toda a mídia.	367	Parecer nº 1.877, de 2005, que faz referência à Mensagem nº 209, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Afeganistão.....	538
Elogios à novela da rede Globo, “América”, pela sensibilização da sociedade às conquistas das pessoas portadoras de deficiência.	367		
Registro do lançamento do livro de autoria de S.Ex ^a ., intitulado “Salário Mínimo: uma história de luta”, prefaciado pelo Professor Márcio Pochmann.....	449		
Comentários acerca do discurso da Senadora Íris de Araújo que refletiu sobre a defesa da dignidade, da cidadania e da vida. Aparte à Senadora Íris de Araújo.....	454		
PEDRO SIMON			
Considerações sobre como irá se comportar os partidos políticos na campanha eleitoral de 2006.....	99		
Comentários acerca do grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	171		
A ausência de preocupação do Congresso Nacional com a preparação para as eleições do ano de 2006.....	201		

	Pág.		Pág.
RODOLPHO TOURINHO		Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.....	6
Abordagem sobre o programa de eletrificação rural, intitulado “Luz no Campo”, que universaliza a energia elétrica em todo País.	413	SÉRGIO GUERRA	
O atual programa “Luz para todos”.	413	Parecer Oral nº 1.871, de 2005-PLEN, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com o fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005 e dá outras providências.....	488
Encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de substitutivo ao Estatuto da Igualdade Racial.....	482	SÉRGIO ZAMBIASI	
ROMEU TUMA		Requerimento nº 1.234, de 2005 que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao brasileiro SYLAS SILVEIRA, cidadão do município de São Jerônimo (RS), nascido em São Félix do Araguaia (MT), filho de gaúchos, que viaja o mundo no auxílio de missões de resgate a vítimas de catástrofes naturais.	5
Requerimento nº 1.235, de 2005 que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2005, seja também apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	6	SERYS SLHESSARENKO	
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	91	Requerimento nº 1.225, de 2005 que requer, com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Jornalista Mírian Leitão pelo recebimento, em 27 de novembro de 2005, da Universidade de Columbia, em Nova York, o prêmio Maria Moors Cabot, um dos mais importantes dos Estados Unidos.	3
Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, pelo Senador Renan Calheiros, que trata de verba permanente ao sistema de segurança.....	112	Requerimento nº 1.236, de 2005 que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial Conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no dia 23 de novembro de 2005, para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.	116
Preocupação com o grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares.....	168	Prestação de contas da atuação de S.Ex ^a . junto ao Governo Federal na busca de solução para problemas do Estado do Mato Grosso.	174
Comentários acerca do Dia do Aviador. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	176	Definição de 2006 como o “Ano Nacional Santos Dumont”.....	174
Comentários acerca do encaminhamento de um requerimento solicitando dados de quem compra aparelhos que permitem o grampo telefônico. Aparte ao Senador João Ribeiro.	182	SIBÁ MACHADO	
Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB.....	354	Elogios ao Senador Osmar Dias por sua atuação. Aparte ao Senador Osmar Dias.	387
Requerimento nº 1.246, de 2005, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2004, por regularem a mesma matéria. ...	446		
ROSEANA SARNEY			
Requerimento nº 1.222, de 2005 que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar, apresentação de condolências à família, ao Prefeito e à Câmara Municipal das cidades de Balsas e de São Raimundo das Mangabeiras, no Estado do Maranhão, pelo assassinato do empresário José Eduardo Carvalho Feitosa, ocorrido no dia 28 de outubro de 2005.....	2		

	Pág.		Pág.
			XIII
			Pág.
A visita de George Bush ao Brasil.	388	Visita ao Brasil do Presidente norte-americano, George W. Bush.....	244
Informação de que o Presidente Lula será entrevistado, em 7 de novembro de 2005, no programa “Roda Viva”, na rede Bandeirantes de Televisão...	388	Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2005 que altera a Lei 9.709, de 1998, para disciplinar a data de realização de referendos e plebiscitos no Brasil.....	284
TASSO JEREISSATI		VALDIR RAUPP	
Comentários ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão em que ameaçou a qualquer um que agisse contra a sua integridade física ou moral ou a de seus filhos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	93	Transcrição de matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo , intitulada “Lula pede que ministros gastem mais”.....	247
TIÃO VIANA		Apelo pela liberação de recursos orçamentários destinados ao Estado de Rondônia.....	247
Parecer nº 1.864, de 2005 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 993, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que propõe solicitar informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento.	191	Solicitação de informações sobre o Programa ATES - Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, seu desempenho e resultados práticos.....	429
		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Significado do encontro de Cúpula das Américas que ocorreu em Mar del Plata, Argentina.	244	Comentários acerca das formas de avaliação do Ensino Superior e da OAB.....	350